



coelce

uma empresa **endesa brasil**

**PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
DE DEBÊNTURES SIMPLES DA SEGUNDA EMISSÃO DE**

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Companhia Aberta - CVM nº 01486-9

CNPJ nº 07.047.251/0001-70 - NIRE 23300007891

Rua Padre Valdevino, nº 150, CEP 60135-040, Fortaleza - CE

R\$245.000.000,00

COORDENADORES



COORDENADOR LÍDER



COORDENADOR

31 de julho de 2009



uma empresa **endesa brasil**

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Companhia Aberta - CVM nº 01486-9
CNPJ/MF nº 07.047.251/0001-70 - NIRE 23300007891
Rua Padre Valdevino, nº 150, CEP 60.135-040, Centro, Fortaleza - CE

R\$245.000.000,00

Código ISIN: BRCOCEDBS010 (1ª Série) e BRCOCEDBS028 (2ª Série)

Classificação de Risco: "brAA" pela Standard & Poor's

Registro na CVM nº CVM/SRE/DEB/2009/015 (1ª Série) e nº CVM/SRE/DEB/2009/016 (2ª Série), concedidos em 28 de julho de 2009

Segunda emissão pela COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE ("Emissora", "Companhia" ou "Coelce"), para distribuição pública, em duas séries, de 24.500 debêntures, sendo 9.050 debêntures da 1ª série e 15.450 debêntures da 2ª série, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 em 15 de julho de 2009 ("Data de Emissão"), perfazendo o total de R\$245.000.000,00, com vencimentos em 15 de julho de 2011 (1ª série) e 15 de julho de 2014 (2ª série) ("Emissão", "Oferta" e "Debêntures", respectivamente). As Debêntures são nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem emissão de cautelas ou certificados.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, realizada com a intermediação do BANCO ITAÚ BBA S.A. ("Coordenador Líder" ou "Itaú BBA") e do BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. ("Santander") e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores" e instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), na Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471") e no Convênio CVM/ANBID de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas - Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID ("ANBID"), em 20 de agosto de 2008 ("Convênio CVM - ANBID").

As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema Bovespa Fix ("BOVESPAFIX"), administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 8 de junho de 2009, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC") em 10 de junho de 2009 sob o nº 20090515129 e publicada no "Diário Oficial do Estado do Ceará" ("DOEC") em 10 de junho de 2009 e nos jornais "Valor Econômico - Edição Nacional" e "Diário do Nordeste (CE)" em 9 de junho de 2009. A taxa final da remuneração das Debêntures e a quantidade de Debêntures alocada para cada uma das séries da Emissão foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 22 de julho de 2009, cuja ata foi registrada na JUCEC em 28 de julho de 2009 sob o nº 20090678710 e publicada no "Diário Oficial do Estado do Ceará" ("DOEC") em 24 de julho de 2009 e nos jornais Valor Econômico - Edição Nacional e "Diário do Nordeste (CE)" em 23 de julho de 2009.

A Emissão é regida pelo "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará - Coelce", celebrada entre a Emissora e Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), em 8 de junho de 2009 e aditada em 29 de junho de 2009 e 22 de julho de 2009 ("Escritura de Emissão"). A Escritura de Emissão, o primeiro e o segundo aditamentos à Escritura de Emissão foram devidamente registrados na JUCEC sob os nºs ED000680000, ED000710000 e ED000728000, respectivamente.

Data de Início da Oferta: 3 de agosto de 2009.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

ESTE PROSPECTO NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DAS DEBÊNTURES. AO DECIDIR POR ADQUIRIR AS DEBÊNTURES, POTENCIAIS INVESTIDORES DEVERÃO REALIZAR SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, DE SEUS ATIVOS E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES. ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM BASE NAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA COMPANHIA, SENDO QUE OS COORDENADORES TOMARAM TODAS AS CAUTELAS E AGIRAM COM ELEVAOS PADRÕES DE DILIGÊNCIA, RESPONDENDO PELA FALTA DE DILIGÊNCIA OU OMISSÃO, PARA ASSEGURAR QUE (i) AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA COMPANHIA FOSSEM VERDADEIRAS, CONSISTENTES, CORRETAS E SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES UMA TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA; E (ii) AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS AO MERCADO DURANTE TODO O PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO, INCLUSIVE AQUELAS EVENTUAIS OU PERIÓDICAS CONSTANTES DA ATUALIZAÇÃO DO REGISTRO DA COMPANHIA QUE VENHAM A INTEGRAR O PROSPECTO, SÃO SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES A TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE A EMISSORA E A OFERTA PODERÃO SER OBTIDOS JUNTO AO COORDENADOR LÍDER E NA CVM.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NAS PÁGINAS 91 A 107 DESTE PROSPECTO.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenadores



Coordenador Líder



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

| | Página |
|--|--------|
| CAPA | |
| I. INTRODUÇÃO | 21 |
| DEFINIÇÕES | 23 |
| INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA | 32 |
| INFORMAÇÕES DOS COORDENADORES | 33 |
| <i>Coordenador Líder</i> | 33 |
| <i>Santander</i> | 33 |
| IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES LEGAIS E AUDITORES INDEPENDENTES | 35 |
| <i>Emissora</i> | 35 |
| <i>Coordenador Líder</i> | 35 |
| <i>Coordenador</i> | 35 |
| <i>Consultores Legais da Emissora</i> | 35 |
| <i>Consultores Legais dos Coordenadores</i> | 35 |
| <i>Agente Fiduciário</i> | 35 |
| <i>Banco Mandatário</i> | 36 |
| <i>Instituição Depositária</i> | 36 |
| <i>Auditores Independentes</i> | 36 |
| <i>Informações Adicionais</i> | 36 |
| <i>Declarações da Emissora e do Coordenador Líder</i> | 36 |
| SUMÁRIO DA OFERTA | 37 |
| CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA | 42 |
| SUMÁRIO DA COMPANHIA | 43 |
| <i>Histórico</i> | 43 |
| <i>Área de Concessão – Estado do Ceará</i> | 43 |
| <i>Clientes</i> | 43 |
| <i>Relacionamento com Fornecedores</i> | 43 |
| <i>Estrutura Acionária</i> | 44 |
| <i>Estratégia de Negócios</i> | 45 |
| <i>Investimentos e Desinvestimentos</i> | 46 |
| <i>Qualidade dos Serviços</i> | 46 |
| <i>Perdas e Cobrabilidade</i> | 50 |
| <i>Posicionamento no Processo Competitivo</i> | 51 |
| II. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA | 57 |
| COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL | 59 |
| ACIONISTAS DA EMISSORA | 62 |

| | |
|--|----|
| APROVAÇÃO DA OFERTA..... | 64 |
| INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA..... | 65 |
| <i>Características da Oferta</i> | 65 |
| <i>Colocação</i> | 65 |
| <i>Prazo de Subscrição</i> | 65 |
| <i>Forma de Subscrição</i> | 65 |
| <i>Forma de Integralização</i> | 65 |
| <i>Negociação</i> | 65 |
| <i>Características das Debêntures</i> | 65 |
| <i>Número da Emissão</i> | 65 |
| <i>Valor Total da Emissão</i> | 65 |
| <i>Quantidade</i> | 65 |
| <i>Valor Nominal</i> | 65 |
| <i>Séries</i> | 65 |
| <i>Tipo e Forma</i> | 66 |
| <i>Certificados de Debêntures</i> | 66 |
| <i>Conversibilidade</i> | 66 |
| <i>Espécie e Limites de Emissão</i> | 66 |
| <i>Data de Emissão</i> | 66 |
| <i>Prazo e Data de Vencimento</i> | 66 |
| <i>Amortização do Valor Nominal</i> | 66 |
| <i>Remuneração</i> | 67 |
| <i>Remuneração das Debêntures da Primeira Série</i> | 67 |
| <i>Remuneração das Debêntures da Segunda Série</i> | 68 |
| <i>Indisponibilidade Temporária da Taxa DI</i> | 71 |
| <i>Indisponibilidade da Taxa DI</i> | 71 |
| <i>Indisponibilidade Temporária do IPCA</i> | 71 |
| <i>Indisponibilidade do IPCA</i> | 71 |
| <i>Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série</i> | 72 |
| <i>Debêntures da Primeira Série</i> | 72 |
| <i>Debêntures da Segunda Série</i> | 72 |
| <i>Repactuação</i> | 72 |
| <i>Resgate Antecipado Facultativo</i> | 72 |
| <i>Debêntures da Primeira Série</i> | 73 |
| <i>Debêntures da Segunda Série</i> | 73 |
| <i>Aquisição Facultativa</i> | 74 |
| <i>Encargos Moratórios</i> | 74 |
| <i>Decadência dos Direitos aos Acréscimos</i> | 74 |

| | |
|--|----|
| <i>Local de Pagamento</i> | 74 |
| <i>Imunidade Tributária</i> | 74 |
| <i>Prorrogação dos Prazos</i> | 74 |
| <i>Vencimento Antecipado</i> | 75 |
| <i>Assembleias Gerais de Debenturistas</i> | 77 |
| <i>Convocação</i> | 78 |
| <i>Quorum de instalação</i> | 78 |
| <i>Mesa Diretora</i> | 79 |
| <i>Quorum de Deliberação</i> | 79 |
| <i>Alterações aos Quora de Instalação e/ou Deliberação</i> | 79 |
| <i>Matérias de Interesse Específico</i> | 79 |
| <i>Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas</i> | 80 |
| <i>Divulgação de Anúncios Relacionados à Oferta</i> | 80 |
| <i>Público Alvo</i> | 80 |
| <i>Inadequação da Oferta a Certos Investidores</i> | 80 |
| <i>Registro para Distribuição das Debêntures</i> | 80 |
| <i>Manifestação de Aceitação à Oferta</i> | 80 |
| <i>Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta</i> | 81 |
| <i>Suspensão ou Cancelamento da Oferta</i> | 81 |
| <i>Modificação da Oferta</i> | 81 |
| <i>Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez</i> | 82 |
| <i>Contrato de Distribuição</i> | 82 |
| <i>Garantia Firme</i> | 82 |
| <i>Plano da Oferta</i> | 82 |
| <i>Custos da Oferta</i> | 84 |
| RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES | 85 |
| <i>Coordenador Líder</i> | 85 |
| <i>Santander</i> | 85 |
| OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA | 86 |
| <i>Coordenador Líder</i> | 86 |
| <i>Santander</i> | 86 |
| DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | 87 |
| CAPITALIZAÇÃO | 88 |
| CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES | 89 |
| III. FATORES DE RISCOS | 91 |
| Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos | 93 |
| <i>O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas adversas podem acarretar um efeito adverso para a Companhia</i> | 93 |

| | |
|---|-----|
| <i>A crise financeira e de crédito mundial poderá afetar de maneira adversa o crescimento econômico do Brasil, limitar o acesso da Emissora aos mercados financeiros e de capitais e, consequentemente, prejudicar seus negócios e condição financeira</i> | 94 |
| <i>A instabilidade política pode prejudicar os resultados operacionais da Companhia</i> | 94 |
| <i>A instabilidade da taxa de câmbio pode prejudicar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.....</i> | 94 |
| <i>A Companhia pode ser adversamente afetada pela política monetária do Governo Federal e/ou pelo aumento nas taxas de juros</i> | 95 |
| <i>A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários brasileiro, bem como a condução dos negócios da Companhia</i> | 95 |
| <i>Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.....</i> | 96 |
| <i>Alterações nas leis tributárias brasileiras podem ter um impacto adverso nos resultados operacionais da Companhia</i> | 96 |
| <i>O Confisco temporário ou expropriação permanente dos ativos da Emissora pode afetar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais</i> | 96 |
| Riscos Relacionados ao Setor Elétrico Brasileiro..... | 97 |
| <i>A Companhia está sujeita a uma abrangente legislação e regulamentação impostas pelo Governo Federal, e não tem como prever o efeito de eventuais alterações na regulamentação/ legislação ora em vigor sobre seus negócios e resultados operacionais.....</i> | 97 |
| <i>A condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser negativamente afetados caso a ANEEL não aprove os reajustes de suas tarifas de distribuição em termos favoráveis.....</i> | 97 |
| <i>Os reajustes sobre as tarifas aprovadas pela ANEEL estão sujeitos a contestações, o que pode afetar adversamente a receita operacional e/ou a condição financeira da Emissora.....</i> | 98 |
| <i>A Companhia pode ser penalizada pela ANEEL pelo não atendimento das obrigações contidas no Contrato de Concessão, o que pode acarretar multas e outras penalidades e, dependendo da gravidade do inadimplemento, a caducidade da Concessão.....</i> | 96 |
| <i>A Concessão, por meio da qual a Companhia está autorizada a realizar atividades de distribuição, está sujeita à extinção sob certas circunstâncias, e a Companhia pode não ser capaz de recuperar o valor integral investido caso a Concessão seja extinta.....</i> | 99 |
| <i>Estimativas incorretas da demanda de energia para as áreas de concessão de distribuição da Companhia poderão afetar adversamente os seus resultados operacionais. A Companhia pode não conseguir repassar integralmente, através de suas tarifas, os custos de compras de energia devido à necessidade de aquisição de energia elétrica por meio de contratos de curto prazo</i> | 99 |
| <i>Um novo racionamento de energia, em função da falta de investimentos em expansão da capacidade de geração de energia e/ou condições hidrológicas adversas podem afetar negativamente o faturamento e a geração de caixa da Companhia</i> | 100 |
| <i>Impacto do Programa de "Universalização" do Governo Federal</i> | 100 |
| <i>Tendo em vista que uma parte substancial dos ativos da Companhia é dedicada ao fornecimento de um serviço público essencial, esses ativos não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência, e não estarão sujeitos a penhora para garantia de juízo</i> | 100 |
| <i>O projeto de Reforma das Agências Reguladoras pode afetar a competência da ANEEL</i> | 101 |
| <i>Projetos de lei que poderão alterar a Lei de Concessões e Lei Federal nº 9.427/96</i> | 101 |

| | |
|--|-----|
| <i>O não cumprimento da legislação ambiental aplicável ou de determinações judiciais ou administrativas relacionadas à Emissora referentes à aspectos ambientais, bem como a criação de regulamentação ambiental mais rigorosa, poderá causar impacto adverso relevante na imagem, no resultado operacional e/ou na condição financeira da Companhia.....</i> | 101 |
| <i>Modificações nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados da Emissora</i> | 102 |
| <i>A fiscalização do Tribunal de Contas da União Federal nos procedimentos adotados pela ANEEL poderá afetar adversamente a metodologia de revisão e reajuste de tarifas de energia elétrica.....</i> | 102 |
| Riscos Relacionados à Companhia | 103 |
| <i>A insuficiência de indenização por parte do Governo Federal na hipótese de extinção da concessão e bens reversíveis da Emissora, pode causar um efeito relevante adverso sobre os negócios, resultados e situação financeira da Emissora, bem como sobre seu valor de mercado e sua capacidade de pagamento com relação às Debêntures</i> | 103 |
| <i>A Coelce está sujeita a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas, as quais podem afetar de forma adversa os seus resultados e/ou sua condição financeira.....</i> | 103 |
| <i>A terceirização de parte substancial das atividades da Coelce pode ter um efeito adverso relevante nos seus resultados e/ou na sua condição financeira caso tal terceirização venha a ser considerada como vínculo empregatício para fins da legislação aplicável ou caso venha a ser considerada ilegal pelo Poder Judiciário.....</i> | 103 |
| <i>A Coelce é obrigada a realizar desembolsos de capital significativos para o atendimento do Programa Luz para Todos, criado pelo Governo Federal. Caso a Eletrobrás demore muito tempo para efetuar o repasse dos recursos financeiros despendidos pela Coelce no âmbito do Programa Luz para Todos, poderá haver um descasamento do fluxo de caixa da Coelce afetando, adversamente, seus resultados e/ou condição financeira</i> | 104 |
| <i>A Companhia tem responsabilidade objetiva por quaisquer prejuízos resultantes da inadequada prestação de serviços de distribuição de energia elétrica. As apólices de seguros da Companhia poderão não cobrir inteiramente quaisquer prejuízos resultantes da inadequada prestação de serviços de distribuição de energia elétrica</i> | 104 |
| <i>As disposições restritivas dos contratos de financiamento da Emissora podem afetar adversamente a capacidade de operar seus negócios e de efetuar os pagamentos relativos às Debêntures.....</i> | 104 |
| <i>Se a Emissora não conseguir controlar com sucesso as suas perdas de energia, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados.....</i> | 105 |
| <i>Se a Emissora não conseguir controlar com sucesso a inadimplência de seus clientes, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados.....</i> | 105 |
| <i>Parcela das receitas da Emissora foi empenhada e/ou onerada em favor de seus credores, nos termos de determinados contratos financeiros e de fornecimento de energia</i> | 105 |
| <i>Se a Endesa Fortaleza estiver impedida, por qualquer motivo, de fornecer energia para a Emissora, os resultados das operações e a situação financeira da Emissora poderão ser adversamente afetados</i> | 105 |
| Riscos Relacionados às Debêntures..... | 106 |
| <i>A espécie das Debêntures é quirografária.....</i> | 106 |
| <i>A taxa de juros estipulada nas Debêntures pode ser questionada em decorrência da Súmula nº 176 do STJ</i> | 106 |
| <i>A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares</i> | 106 |
| <i>Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário</i> | 106 |

| | |
|--|-----|
| <i>As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado</i> | 107 |
| <i>As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado a exclusivo critério da Emissora ou na hipótese da Indisponibilidade da Taxa DI ou do IPCA</i> | 107 |
| <i>As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas</i> | 107 |
| IV. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA..... | 109 |
| APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS | 111 |
| <i>Elaboração das Demonstrações Financeiras.....</i> | 111 |
| <i>Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS – Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.....</i> | 111 |
| <i>Demonstrações Financeiras da Emissora.....</i> | 111 |
| <i>Arredondamentos</i> | 113 |
| INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA COMPANHIA | 113 |
| <i>Demonstração de Resultado da Emissora</i> | 115 |
| <i>31 de março de 2009 e 2008.....</i> | 115 |
| <i>31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006</i> | 116 |
| <i>Balanco Patrimonial da Emissora</i> | 117 |
| <i>31 de março de 2009 e 2008.....</i> | 117 |
| <i>31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006</i> | 118 |
| DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS | 118 |
| <i>Alteração da legislação societária brasileira</i> | 119 |
| <i>Cenário Macroeconômico – Fatores que Influenciam os Negócios da Emissora</i> | 120 |
| <i>Principais Práticas Contábeis da Emissora.....</i> | 121 |
| <i>Aplicações financeiras</i> | 122 |
| <i>Consumidores, concessionários e permissionários.....</i> | 122 |
| <i>Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....</i> | 122 |
| <i>Estoques</i> | 122 |
| <i>Despesas pagas antecipadamente.....</i> | 122 |
| <i>Imobilizado.....</i> | 122 |
| <i>Intangível.....</i> | 122 |
| <i>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</i> | 122 |
| <i>Obrigações com benefícios pós-emprego.....</i> | 122 |
| <i>Provisões para contingências.....</i> | 122 |
| <i>Obrigações vinculadas à concessão.....</i> | 123 |
| <i>Atualizações monetárias de direitos e obrigações</i> | 123 |
| <i>Apuração do resultado.....</i> | 123 |
| <i>Outros direitos e obrigações.....</i> | 123 |
| <i>Estimativas</i> | 123 |

| | |
|--|-----|
| <i>Lucro líquido por ação</i> | 123 |
| <i>Alterações Recentes da Legislação Societária Brasileira</i> | 123 |
| <i>Eventos Subsequentes Relevantes</i> | 123 |
| <i>Operações Não Registradas nas Demonstrações Financeiras</i> | 123 |
| DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO | 123 |
| <i>Tabela com Informações da Demonstração do Resultado da Emissora para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008</i> | 124 |
| <i>Análise da Comparação dos Resultados Consolidados Relativos aos Períodos de Três Meses Encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008</i> | 125 |
| <i>Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços</i> | 125 |
| <i>Deduções da Receita Bruta</i> | 125 |
| <i>Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos</i> | 126 |
| <i>Despesas Operacionais</i> | 126 |
| <i>Resultado Financeiro</i> | 126 |
| <i>Provisão para IR e Contribuição Social</i> | 127 |
| <i>Reversão de Juros sobre Capital Próprio</i> | 127 |
| <i>Tabela com Informações da Demonstração do Resultado da Emissora para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006</i> | 128 |
| <i>Análise da Comparação dos Resultados da Emissora Relativos aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2008</i> | 129 |
| <i>Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços</i> | 129 |
| <i>Deduções da Receita Bruta</i> | 130 |
| <i>Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos</i> | 130 |
| <i>Despesas Operacionais</i> | 131 |
| <i>Resultado Financeiro</i> | 131 |
| <i>Provisão para IR e Contribuição Social</i> | 132 |
| <i>Reversão de Juros sobre Capital Próprio</i> | 132 |
| <i>Análise da Comparação dos Resultados da Emissora Relativos aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007</i> | 132 |
| <i>Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços</i> | 132 |
| <i>Deduções da Receita Bruta</i> | 133 |
| <i>Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos</i> | 133 |
| <i>Despesas Operacionais</i> | 134 |
| <i>Resultado Financeiro</i> | 134 |
| <i>Provisão para IR e Contribuição Social</i> | 135 |
| <i>Reversão de Juros sobre Capital Próprio</i> | 135 |
| <i>EBITDA ajustado – Comparação do EBITDA ajustado em 31 de março de 2008 e 2009 e 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006</i> | 135 |
| BALANÇO PATRIMONIAL | 136 |
| <i>Tabela com as informações do balanço patrimonial da Emissora para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009</i> | 136 |

| | |
|--|------------|
| <i>Análise da Comparação dos Balanços Patrimoniais de 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008.....</i> | <i>137</i> |
| <i>Ativo</i> | <i>137</i> |
| <i>Ativo Circulante.....</i> | <i>137</i> |
| <i>Disponibilidades</i> | <i>137</i> |
| <i>Créditos.....</i> | <i>137</i> |
| <i>Clientes.....</i> | <i>137</i> |
| <i>Créditos diversos</i> | <i>137</i> |
| <i>Estoques</i> | <i>138</i> |
| <i>Outros</i> | <i>138</i> |
| <i>Ativo Não Circulante.....</i> | <i>138</i> |
| <i>Ativo Realizável a Longo Prazo.....</i> | <i>138</i> |
| <i>Créditos diversos</i> | <i>138</i> |
| <i>Outros</i> | <i>138</i> |
| <i>Investimentos</i> | <i>138</i> |
| <i>Imobilizado.....</i> | <i>138</i> |
| <i>Intangível.....</i> | <i>138</i> |
| <i>Diferido</i> | <i>139</i> |
| <i>Passivo.....</i> | <i>139</i> |
| <i>Passivo Circulante</i> | <i>139</i> |
| <i>Empréstimos e Financiamentos</i> | <i>139</i> |
| <i>Fornecedores.....</i> | <i>139</i> |
| <i>Impostos, Taxas e Contribuições</i> | <i>139</i> |
| <i>Dividendos a Pagar</i> | <i>139</i> |
| <i>Provisões.....</i> | <i>140</i> |
| <i>Dívidas com Pessoas Ligadas.....</i> | <i>140</i> |
| <i>Outros</i> | <i>140</i> |
| <i>Passivo Não Circulante.....</i> | <i>140</i> |
| <i>Empréstimos e Financiamentos</i> | <i>140</i> |
| <i>Provisões.....</i> | <i>140</i> |
| <i>Dívidas com Pessoas Ligadas.....</i> | <i>140</i> |
| <i>Outros</i> | <i>141</i> |
| <i>Patrimônio Líquido.....</i> | <i>141</i> |
| <i>Capital Social Realizado</i> | <i>141</i> |
| <i>Reservas de Capital</i> | <i>141</i> |
| <i>Reserva de Lucro</i> | <i>141</i> |
| <i>Lucros e Prejuízos Acumulados.....</i> | <i>141</i> |
| <i>Tabela com as informações do balanço patrimonial da Emissora para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006</i> | <i>142</i> |
| <i>Análise da Comparação dos Balanços Patrimoniais de 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007.....</i> | <i>142</i> |

| | |
|--|------------|
| <i>Ativo</i> | <i>142</i> |
| <i>Ativo Circulante.....</i> | <i>142</i> |
| <i>Disponibilidades</i> | <i>143</i> |
| <i>Créditos.....</i> | <i>143</i> |
| <i>Clientes.....</i> | <i>143</i> |
| <i>Créditos diversos</i> | <i>143</i> |
| <i>Estoques</i> | <i>143</i> |
| <i>Outros</i> | <i>143</i> |
| <i>Ativo Não Circulante.....</i> | <i>143</i> |
| <i>Ativo Realizável a Longo Prazo.....</i> | <i>144</i> |
| <i>Créditos diversos</i> | <i>144</i> |
| <i>Outros</i> | <i>144</i> |
| <i>Investimentos</i> | <i>144</i> |
| <i>Imobilizado.....</i> | <i>144</i> |
| <i>Intangível.....</i> | <i>144</i> |
| <i>Diferido</i> | <i>144</i> |
| <i>Passivo.....</i> | <i>144</i> |
| <i>Passivo Circulante</i> | <i>144</i> |
| <i>Empréstimos e Financiamentos</i> | <i>145</i> |
| <i>Fornecedores.....</i> | <i>145</i> |
| <i>Impostos, Taxas e Contribuições</i> | <i>145</i> |
| <i>Dividendos a Pagar</i> | <i>145</i> |
| <i>Provisões</i> | <i>145</i> |
| <i>Dívidas com Pessoas Ligadas.....</i> | <i>145</i> |
| <i>Outros</i> | <i>145</i> |
| <i>Passivo Não Circulante.....</i> | <i>146</i> |
| <i>Empréstimos e Financiamentos</i> | <i>146</i> |
| <i>Provisões.....</i> | <i>146</i> |
| <i>Dívidas com Pessoas Ligadas.....</i> | <i>146</i> |
| <i>Outros</i> | <i>146</i> |
| <i>Patrimônio Líquido.....</i> | <i>146</i> |
| <i>Capital Social Realizado</i> | <i>146</i> |
| <i>Reservas de Capital</i> | <i>146</i> |
| <i>Reserva de Lucro</i> | <i>147</i> |
| <i>Lucros e Prejuízos Acumulados.....</i> | <i>147</i> |
| <i>Análise da Comparação dos Balanços Patrimoniais de 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006.....</i> | <i>147</i> |
| <i>Ativo</i> | <i>147</i> |
| <i>Ativo Circulante.....</i> | <i>147</i> |

| | |
|--|-----|
| <i>Disponibilidades</i> | 147 |
| <i>Créditos</i> | 147 |
| <i>Clientes</i> | 148 |
| <i>Créditos diversos</i> | 148 |
| <i>Estoques</i> | 148 |
| <i>Outros</i> | 148 |
| <i>Ativo Não Circulante</i> | 148 |
| <i>Ativo Realizável a Longo Prazo</i> | 148 |
| <i>Créditos diversos</i> | 149 |
| <i>Outros</i> | 149 |
| <i>Investimentos</i> | 149 |
| <i>Imobilizado</i> | 149 |
| <i>Intangível</i> | 149 |
| <i>Diferido</i> | 149 |
| <i>Passivo</i> | 149 |
| <i>Passivo Circulante</i> | 149 |
| <i>Empréstimos e Financiamentos</i> | 150 |
| <i>Fornecedores</i> | 150 |
| <i>Impostos, Taxas e Contribuições</i> | 150 |
| <i>Dividendos a Pagar</i> | 150 |
| <i>Provisões</i> | 150 |
| <i>Dívidas com Pessoas Ligadas</i> | 150 |
| <i>Outros</i> | 151 |
| <i>Passivo Não Circulante</i> | 151 |
| <i>Empréstimos e Financiamentos</i> | 151 |
| <i>Provisões</i> | 151 |
| <i>Dívidas com Pessoas Ligadas</i> | 151 |
| <i>Outros</i> | 151 |
| <i>Patrimônio Líquido</i> | 151 |
| <i>Capital Social Realizado</i> | 151 |
| <i>Reservas de Capital</i> | 152 |
| <i>Reserva de Lucro</i> | 152 |
| <i>Lucros e Prejuízos Acumulados</i> | 152 |
| <i>Liquidez e Recursos de Capital</i> | 152 |
| <i>Fluxo de Caixa</i> | 152 |
| <i>Origens dos Recursos</i> | 152 |
| <i>Utilização de recursos</i> | 152 |
| <i>Derivativos</i> | 153 |
| <i>Endividamento e Estratégia Financeira</i> | 153 |
| <i>Capacidade de Pagamento frente ao Endividamento da Emissora</i> | 155 |

| | |
|--|------------|
| V. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO | 157 |
| VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO | 159 |
| <i>Histórico</i> | 159 |
| <i>Geração de Energia Elétrica</i> | 162 |
| <i>Transmissão de Energia Elétrica no Brasil</i> | 163 |
| <i>Capacidade de Transmissão</i> | 164 |
| <i>Distribuição de Energia Elétrica</i> | 164 |
| <i>Comercialização de Energia Elétrica no Brasil.....</i> | 165 |
| <i>Consumidor Livre.....</i> | 165 |
| <i>Concessões.....</i> | 166 |
| <i>Principais Entidades Regulatórias</i> | 167 |
| <i>Conselho Nacional de Política Energética – CNPE</i> | 167 |
| <i>Ministério de Minas e Energia – MME.....</i> | 167 |
| <i>Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.....</i> | 167 |
| <i>Operador Nacional do Sistema – ONS.....</i> | 168 |
| <i>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.....</i> | 168 |
| <i>Empresa de Pesquisa Energética – EPE.....</i> | 168 |
| <i>Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.....</i> | 168 |
| <i>Lei do Modelo do Setor Elétrico</i> | 169 |
| <i>Questionamentos quanto à Constitucionalidade da Lei do Modelo do Setor Elétrico</i> | 169 |
| <i>A Desverticalização no Âmbito do Marco Regulatório</i> | 170 |
| <i>Comercialização de Energia.....</i> | 170 |
| <i>Ambientes para a Comercialização de Energia Elétrica</i> | 171 |
| <i>O Ambiente de Contratação Regulada – ACR</i> | 171 |
| <i>Redução Compulsória no Consumo</i> | 172 |
| <i>O Ambiente de Contratação Livre – ACL.....</i> | 172 |
| <i>Eliminação da Auto-Contratação (Self-Dealing).....</i> | 173 |
| <i>Compras de Energia Elétrica conforme a Lei do Modelo do Setor Elétrico.....</i> | 173 |
| <i>Leilões de Energia já realizados nos termos da Lei do Modelo do Setor Elétrico</i> | 175 |
| <i>Leilões de Energia Existente.....</i> | 175 |
| <i>1º Leilão de Energia Existente</i> | 175 |
| <i>2º Leilão de Energia Existente</i> | 175 |
| <i>3º e 4º Leilões de Energia Existente</i> | 175 |
| <i>5º Leilão de Energia Existente</i> | 175 |
| <i>6º Leilão de Energia Existente</i> | 175 |
| <i>7º Leilão de Energia Existente</i> | 175 |
| <i>Leilões de Energia Nova</i> | 175 |
| <i>1º Leilão de Energia Nova</i> | 176 |
| <i>2º Leilão de Energia Nova</i> | 176 |

| | |
|--|-----|
| 3º Leilão de Energia Nova | 176 |
| 4º Leilão de Energia Nova | 176 |
| 5º Leilão de Energia Nova | 176 |
| 6º Leilão de Energia Nova | 176 |
| 7º Leilão de Energia Nova | 176 |
| Leilões de Ajuste | 177 |
| 1º Leilão de Ajuste | 177 |
| 2º Leilão de Ajuste | 177 |
| 3º Leilão de Ajuste | 177 |
| 4º Leilão de Ajuste | 177 |
| 5º Leilão de Ajuste | 177 |
| 6º Leilão de Ajuste | 177 |
| 7º Leilão de Ajuste | 177 |
| 8º Leilão de Ajuste | 177 |
| 9º Leilão de Ajuste | 177 |
| Leilões de Fontes Alternativas | 178 |
| 1º Leilão de Fontes Alternativas | 178 |
| Leilão UHE Santo Antônio | 178 |
| Leilão UHE Jirau | 178 |
| Contratos celebrados anteriormente à Lei do Modelo do Setor Elétrico | 178 |
| Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica | 178 |
| Reajustes e Revisões Tarifárias | 179 |
| Encargos Tarifários | 180 |
| Encargo de Energia de Reserva – EER | 180 |
| Reserva Global de Reversão – RGR | 181 |
| Fundo de Uso de Bem Público | 181 |
| Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC | 181 |
| Mecanismo de Realocação de Energia – MRE | 181 |
| Conta de Desenvolvimento Energético – CDE | 182 |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE | 182 |
| Pesquisa e Desenvolvimento | 182 |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH | 182 |
| Encargo de Capacidade Emergencial – ECE | 182 |
| PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia | 183 |
| ONS – Operador Nacional do Sistema | 183 |
| ESS – Encargo de Serviço do Sistema | 183 |
| Tarifas e Encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão | 183 |
| TUSD | 184 |
| TUST | 184 |

| | |
|---|-----|
| <i>Encargo de Conexão.....</i> | 184 |
| <i>Encargo de Transporte de Itaipu.....</i> | 184 |
| <i>Racionamento.....</i> | 184 |
| <i>Acordo Geral do Setor Elétrico.....</i> | 185 |
| <i>Custo devido ao despacho de recursos energéticos devido à ultrapassagem da CAR – Curva de Aversão a Risco.....</i> | 185 |
| <i>Procedimentos operativos de curto prazo para aumento da segurança energética.....</i> | 186 |
| VI. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA..... | 187 |
| ATIVIDADES DA COMPANHIA..... | 189 |
| <i>Histórico.....</i> | 189 |
| <i>Objeto Social.....</i> | 189 |
| <i>Área da Concessão – Estado do Ceará.....</i> | 190 |
| <i>Estratégia de Negócios.....</i> | 190 |
| <i>Principais Investimentos e Desinvestimentos.....</i> | 190 |
| <i>Programa Luz para Todos.....</i> | 191 |
| <i>Relacionamento com Clientes.....</i> | 192 |
| <i>Mercado de Energia Elétrica na Área da Concessão.....</i> | 192 |
| <i>Clientes.....</i> | 193 |
| <i>Serviços de Atendimento a Clientes.....</i> | 195 |
| <i>Universalização.....</i> | 196 |
| <i>Relacionamento com Fornecedores.....</i> | 196 |
| <i>Contratos de Compra de Energia.....</i> | 196 |
| <i>Posicionamento no Processo Competitivo.....</i> | 197 |
| <i>Missão.....</i> | 197 |
| <i>Coelce: Gente e energia para um mundo melhor!.....</i> | 197 |
| <i>Planejamento Estratégico: Ser Coelce.....</i> | 198 |
| <i>Gestão de Ativos Intangíveis.....</i> | 198 |
| <i>Gestão de Riscos.....</i> | 199 |
| <i>Energético.....</i> | 199 |
| <i>Mercado.....</i> | 199 |
| <i>Regulação.....</i> | 199 |
| <i>Meio Ambiente.....</i> | 199 |
| <i>Financeiros.....</i> | 200 |
| <i>Operacionais.....</i> | 200 |
| <i>Patrimoniais.....</i> | 200 |
| <i>Sociais.....</i> | 200 |
| <i>Reconhecimentos.....</i> | 201 |
| <i>Performance da Rede.....</i> | 201 |
| <i>Sistema de Suprimento – Rede Básica.....</i> | 201 |

| | |
|--|-----|
| <i>Sistema de Distribuição em Alta Tensão</i> | 202 |
| <i>Perdas e Cobrabilidade</i> | 202 |
| <i>Tarifas</i> | 205 |
| <i>Histórico Recente de Revisão Tarifária da Companhia</i> | 205 |
| <i>Serviços.....</i> | 206 |
| <i>Qualidade dos Serviços</i> | 206 |
| <i>Indicadores dos Serviços Técnicos.....</i> | 206 |
| <i>Padrão de Serviços</i> | 206 |
| <i>Participação dos Consumidores</i> | 211 |
| <i>Penalidades.....</i> | 211 |
| <i>Tributos sobre os Serviços de Distribuição de Energia.....</i> | 211 |
| <i>ICMS.....</i> | 212 |
| <i>PIS e COFINS.....</i> | 212 |
| <i>Encargos de Uso do Sistema de Transmissão.....</i> | 213 |
| <i>Quota de Reserva Global de Reversão – RGR.....</i> | 213 |
| <i>Concorrência</i> | 213 |
| <i>Energia Comprada.....</i> | 215 |
| <i>Energia Faturada.....</i> | 216 |
| <i>Mercado Livre</i> | 217 |
| <i>Propriedade Intelectual</i> | 217 |
| <i>Visão Geral.....</i> | 217 |
| <i>Marcas e Patentes.....</i> | 218 |
| <i>Programas de Computador</i> | 218 |
| <i>Direitos Autorais.....</i> | 218 |
| <i>Contratos Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades.....</i> | 218 |
| <i>Contrato de Concessão</i> | 218 |
| <i>Área da Concessão – Estado do Ceará.....</i> | 219 |
| <i>Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT de 14.02.2000</i> | 219 |
| <i>Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT 001/2002.....</i> | 219 |
| <i>Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT 011/2006.....</i> | 220 |
| <i>Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - Ponto de Conexão em 230kV - Sobral II</i> | 220 |
| <i>Contrato de Uso ao Sistema de Transmissão - CUST 098/2002.....</i> | 220 |
| <i>Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – Endesa Fortaleza.....</i> | 220 |
| <i>Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica de Fonte Eólica.....</i> | 220 |
| <i>Contrato de Suprimento de Energia Elétrica – Energyworks.....</i> | 220 |
| <i>Contratos celebrados posteriormente à Lei do Modelo do Setor Elétrico.....</i> | 221 |
| <i>Leilões de Energia Existente.....</i> | 221 |
| <i>Leilões de Energia Nova</i> | 221 |
| <i>Leilão UHE Jirau.....</i> | 221 |

| | |
|---|-----|
| <i>Leilão UHE Santo Antônio</i> | 221 |
| <i>Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento</i> | 222 |
| <i>Contratos de Prestação de Serviços</i> | 222 |
| <i>Contrato nº 5300001359/01</i> | 222 |
| <i>Contrato nº 5200000342/05</i> | 222 |
| <i>Contrato nº 5200000129/04 e nº 5200000346/05</i> | 223 |
| <i>Contrato nº 5400011278/06</i> | 223 |
| <i>Contrato nº 5200000311/05</i> | 223 |
| <i>Contrato nº 5200000138/04</i> | 223 |
| <i>Contrato nº 5400014113/08</i> | 223 |
| <i>Contrato nº 5400009006/05</i> | 224 |
| <i>Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica com Grandes Consumidores</i> | 224 |
| <i>Contratos de Uso e de Conexão do Sistema de Distribuição</i> | 224 |
| <i>Contratos Relevantes Não Diretamente Relacionados com as Atividades da Emissora</i> | 224 |
| <i>Contrato nº 5300000744/98</i> | 224 |
| <i>Contratos Financeiros</i> | 224 |
| <i>Contratos de Confissão e Consolidação da Dívida Celebrados com a União</i> | 224 |
| <i>Contrato Particular de Confissão de Dívida celebrado em 30 de março de 1994</i> | 224 |
| <i>Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida celebrado em 15 de agosto de 1997</i> | 224 |
| <i>Contratos de Financiamento com a Eletrobrás</i> | 225 |
| <i>Eletrobrás – Financiamento de Projetos</i> | 225 |
| <i>Eletrobrás – Luz no Campo</i> | 225 |
| <i>Eletrobrás – Luz para Todos (1ª Tranche)</i> | 226 |
| <i>Eletrobrás – Luz para Todos (2ª Tranche)</i> | 226 |
| <i>Eletrobrás – Luz para Todos (3ª Tranche)</i> | 226 |
| <i>Eletrobrás – Luz para Todos (4ª Tranche)</i> | 226 |
| <i>Eletrobrás – Linha de Subtransmissão</i> | 227 |
| <i>Contratos de Financiamento com o BNDES e Agentes Financeiros</i> | 227 |
| <i>Contrato BNDES FINEM</i> | 227 |
| <i>Contrato de Consolidação da Dívida nº 01009 com a Faelce</i> | 227 |
| <i>Contrato de Financiamento com o BEI</i> | 227 |
| <i>Nota de Crédito Comercial nº 40/00118-0</i> | 228 |
| <i>Contratos celebrados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.</i> | 228 |
| <i>Contrato de Financiamento</i> | 228 |
| <i>Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular nº 16.2006.4157.566</i> | 228 |
| <i>Notas Promissórias da Sétima Emissão</i> | 229 |
| <i>Dívidas e Despesas Financeiras Líquidas – Conceito Covenants Financeiros</i> | 229 |
| <i>Política de Derivativos</i> | 231 |
| <i>Contratos Tendo a Emissora como Garantidora</i> | 231 |

| | |
|---|-----|
| <i>Seguros</i> | 231 |
| <i>Risco Operacional</i> | 231 |
| <i>Responsabilidade Civil</i> | 231 |
| <i>Propriedades, Plantas e Equipamentos</i> | 232 |
| <i>Aspectos Sócio-Ambientais</i> | 232 |
| <i>Gestão ambiental</i> | 232 |
| <i>Política Ambiental da Coelce</i> | 232 |
| <i>Escopo do Sistema de Gestão Ambiental</i> | 233 |
| <i>Investimento e gastos em meio ambiente</i> | 233 |
| <i>Impactos da distribuição de energia elétrica</i> | 234 |
| <i>Ações Ambientais</i> | 234 |
| <i>Uso de Rede Compacta/ Linha Verde</i> | 234 |
| <i>Realização do Programa de Eficiência Energética</i> | 234 |
| <i>Manutenção do Sistema de Gestão Ambiental</i> | 235 |
| <i>Adesão a Padrões Internacionais relativos à Proteção Ambiental</i> | 235 |
| <i>Licenciamento Ambiental</i> | 235 |
| <i>Programas Ambientais</i> | 236 |
| <i>Educação Ambiental</i> | 236 |
| <i>Ecotimes em ação</i> | 236 |
| <i>Escola Coelce Caminhos Eficientes</i> | 236 |
| <i>Dia Coelce do Meio Ambiente</i> | 237 |
| <i>Grafitando com Arte</i> | 237 |
| <i>Uma Luz para o Verde</i> | 237 |
| <i>Pesquisa e desenvolvimento ambiental</i> | 237 |
| <i>Ecoelce</i> | 237 |
| <i>Atuação Social e Cultural</i> | 238 |
| <i>Iniciativas Sociais e Culturais</i> | 238 |
| <i>Natal Educar com Arte</i> | 238 |
| <i>Programa Energia Social</i> | 239 |
| <i>Coelce Voluntários</i> | 240 |
| <i>Coelce Solidária</i> | 240 |
| <i>Incentivo à Leitura</i> | 241 |
| <i>Mostras-debate de cidadania para colaboradores</i> | 241 |
| <i>Apoio aos direitos da criança e do adolescente</i> | 241 |
| <i>Projetos culturais</i> | 242 |
| <i>Artes Cênicas</i> | 243 |
| <i>Artes Visuais</i> | 243 |
| <i>Audiovisual</i> | 244 |
| <i>Literatura</i> | 245 |

| | |
|--|-----|
| <i>Música.....</i> | 246 |
| <i>Patrimônio imaterial.....</i> | 246 |
| <i>Boas práticas</i> | 247 |
| <i>Feira Coelce de Responsabilidade Social</i> | 247 |
| <i>Eficiência Energética.....</i> | 247 |
| <i>Energia Economizada</i> | 247 |
| <i>Projeto de "Tipologia Residencial Baixa Renda" (Troca de Eficiente)</i> | 248 |
| <i>Projeto de Tipologia de Eficientização Energética de Prédios Públicos.....</i> | 248 |
| <i>Troca Eficiente.....</i> | 248 |
| <i>Coelce Solidária com prédios públicos</i> | 249 |
| <i>Programa de Investimentos Especiais.....</i> | 249 |
| <i>Prêmios e Certificações.....</i> | 250 |
| <i>Empregados e Política de Recursos Humanos.....</i> | 251 |
| <i>Quadro de Pessoal.....</i> | 251 |
| <i>Terceirização de Mão de Obra, Autônomos e Trabalho Cooperado.....</i> | 252 |
| <i>Política de Treinamento</i> | 252 |
| <i>Política de Benefícios.....</i> | 253 |
| <i>Vale Alimentação</i> | 253 |
| <i>Creche e Creche Escola</i> | 253 |
| <i>Benefício Apoio ao Excepcional</i> | 253 |
| <i>Vale Transporte</i> | 253 |
| <i>Plano de Assistência Médica e Odontológica da Coelce – Plamec</i> | 253 |
| <i>Incentivo Educação.....</i> | 254 |
| <i>Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais</i> | 254 |
| <i>Auxílio Funeral.....</i> | 254 |
| <i>Licença Acompanhante</i> | 254 |
| <i>Atendimento Social</i> | 255 |
| <i>Ginástica Laboral.....</i> | 255 |
| <i>Apoio ao Portador do HIV e de Doenças Terminais.....</i> | 255 |
| <i>Benefício de Assistência ao Empregado Acidentado do Trabalho – Complementação do Auxílio Doença Acidentário</i> | 255 |
| <i>Indenização por Morte ou Incapacidade Total e Permanente em Decorrencia de Acidente do Trabalho</i> | 255 |
| <i>Assistência Médica, Paramédica e Social</i> | 255 |
| <i>Transporte para Acidentado do Trabalho</i> | 256 |
| <i>Política Salarial, Promocional e Plano de Carreira.....</i> | 256 |
| <i>Plano de Opção de Compra de Ações Destinados a Empregados</i> | 256 |
| <i>Participação nos Lucros.....</i> | 256 |
| <i>Acordos de Compensação e Prorrogação de Jornada de Trabalho</i> | 256 |
| <i>Segurança e Medicina do Trabalho</i> | 256 |

| | |
|---|-----|
| <i>Premiações em Segurança do Trabalho</i> | 256 |
| <i>Fundação Coelce de Seguridade Social – Faelce</i> | 257 |
| <i>Associação dos Engenheiros da Coelce</i> | 257 |
| <i>Planos de Incentivo de Desligamento de Empregados</i> | 257 |
| <i>Premiações em Recursos Humanos</i> | 257 |
| PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS | 258 |
| <i>Pendências Judiciais e Administrativas Fiscais</i> | 258 |
| <i>Denúncia Espontânea – Exclusão da Multa de Mora</i> | 259 |
| ICMS | 259 |
| <i>ICMS – Termo de acordo 035/91</i> | 259 |
| <i>ICMS – Base cadastral de consumidores isentos e imunes</i> | 259 |
| <i>ICMS – Diferencial de alíquota</i> | 259 |
| <i>ICMS – Faturas canceladas</i> | 260 |
| <i>ICMS – Divergências</i> | 260 |
| ISS | 260 |
| COFINS | 260 |
| <i>COFINS – Imunidade Constitucional</i> | 260 |
| CADIN | 260 |
| <i>Pendências Judiciais Cíveis</i> | 261 |
| <i>Ação Popular – Legalidade da Privatização da Companhia</i> | 261 |
| <i>Majoração Tarifária</i> | 261 |
| <i>Reajustes e Revisões Tarifárias</i> | 261 |
| <i>Eletroplessão</i> | 262 |
| <i>Desapropriações e Servidões Administrativas</i> | 262 |
| <i>Compartilhamento de infra-estrutura</i> | 262 |
| <i>Ações Cíveis Públicas</i> | 262 |
| <i>Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Acaraú – COPERVA</i> | 263 |
| <i>Ação Possessória – Praia de Canoa Quebrada</i> | 263 |
| <i>Juizados Especiais Cíveis</i> | 263 |
| <i>Pendências Judiciais Trabalhistas</i> | 263 |
| <i>Ilegalidade na Terceirização de Atividade Fim</i> | 264 |
| <i>Contribuições Sociais - FUNRURAL / INCRA</i> | 264 |
| <i>Pendências Administrativas perante a ANEEL</i> | 264 |
| PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA | 265 |
| <i>Assembléia de Acionistas</i> | 266 |
| <i>Conselho de Administração</i> | 266 |
| <i>Conselho Fiscal</i> | 266 |
| <i>Diretoria Executiva</i> | 266 |
| <i>Comitês de Apoio à Administração</i> | 266 |

| | |
|---|-----|
| <i>Instrumentos e Órgãos de Apoio ao Comportamento Ético</i> | 267 |
| <i>Código de Ética</i> | 267 |
| <i>Código de Conduta dos Empregados</i> | 267 |
| <i>Código de Postura dos Administradores</i> | 267 |
| <i>Canal Ético</i> | 267 |
| <i>Comissão de ética</i> | 267 |
| <i>Auditoria Interna</i> | 267 |
| <i>Auditoria Independente</i> | 268 |
| <i>Unidade de Controle Interno</i> | 268 |
| <i>Ouvidoria</i> | 268 |
| <i>Conselho de Consumidores</i> | 268 |
| <i>Relações com Investidores</i> | 268 |
| <i>Área Jurídica</i> | 268 |
| <i>Área de Regulação e Mercado</i> | 268 |
| ESTRUTURA ACIONÁRIA | 269 |
| <i>Acionistas Controladores</i> | 270 |
| <i>Alterações Relevantes na Participação dos Membros do Grupo de Controle da Emissora</i> | 272 |
| <i>Enel</i> | 272 |
| <i>Eneris</i> | 272 |
| CAPITAL, DIVIDENDOS E ACIONISTAS | 273 |
| <i>Descrição do Capital Social da Emissora</i> | 273 |
| <i>Investluz</i> | 273 |
| <i>Endesa Brasil</i> | 273 |
| <i>Ações em Tesouraria</i> | 273 |
| <i>Acordos de Acionistas</i> | 273 |
| <i>Política de Dividendos</i> | 273 |
| <i>Valores Mobiliários</i> | 274 |
| <i>Ações</i> | 274 |
| <i>Ações ordinárias (COCE3)</i> | 274 |
| <i>Ações preferenciais classe B (COCE6)</i> | 274 |
| <i>Ações preferenciais classe A (COCE5)</i> | 274 |
| <i>Notas Promissórias</i> | 275 |
| <i>Notas Promissórias da Sétima Emissão</i> | 275 |
| <i>Ofertas Públicas de Aquisição de Ações</i> | 275 |
| OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS | 276 |
| <i>Contrato com a Faelce</i> | 276 |
| ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL | 277 |
| <i>Administração</i> | 277 |
| <i>Conselho de Administração</i> | 277 |
| <i>Diretoria</i> | 280 |
| <i>Diretor de Relações com os Investidores</i> | 282 |
| <i>Remuneração da Administração</i> | 282 |
| <i>Contratos entre a Emissora e os Membros da Administração</i> | 282 |
| <i>Conselho Fiscal</i> | 283 |
| <i>Planos de Opção de Compra de Ações</i> | 284 |
| <i>Participações na Emissora de Titularidade da Administração e/ou do Conselho Fiscal</i> | 284 |
| <i>Conselho de Administração</i> | 284 |
| <i>Diretoria</i> | 284 |
| <i>Conselho Fiscal</i> | 284 |
| <i>Relação de Parentesco</i> | 284 |

| | |
|--|------------|
| IV. ANEXOS..... | 285 |
| Anexo A: Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamentos | 287 |
| Anexo B: Atos Societários da Emissora relativos à Emissão..... | 443 |
| Anexo C: Súmula de Classificação de Risco | 453 |
| Anexo D: Declarações da Emissora e do Coordenador Líder | 459 |
| Anexo E: Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e respectivos pareceres dos Auditores Independentes e relatórios da Administração da Companhia..... | 463 |
| Anexo F: Informações Trimestrais da Emissora (ITRs) relativos aos períodos encerrados em 31 de março de 2008 e 2009 e relatórios de revisão especial dos Auditores Independentes..... | 801 |
| Anexo G: Estatuto Social da Emissora..... | 959 |
| Anexo H: Manifestação da ANEEL..... | 977 |

I. INTRODUÇÃO

- Definições
- Informações Cadastrais da Emissora
- Identificação dos Coordenadores
- Identificação dos Administradores, Consultores Legais e Auditores Independentes
- Sumário da Oferta
- Cronograma das Etapas da Oferta
- Sumário da Companhia

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

DEFINIÇÕES

| | |
|------------------------------|---|
| ABRADEE | Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica. |
| Acciona | Acciona S.A. |
| ACL | Ambiente de Contratação Livre. |
| Acordo Coletivo | Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado entre a Emissora e o Sindeleiro. |
| ACR | Ambiente de Contratação Regulada. |
| Agente Fiduciário | Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. |
| Ampla | Ampla Energia e Serviços S.A. |
| ANBID | Associação Nacional dos Bancos de Investimento. |
| ANDIMA | Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro. |
| ANEEL ou Órgão Regulador | Agência Nacional de Energia Elétrica. |
| Anúncio de Encerramento | Anúncio de Encerramento da Oferta. |
| Anúncio de Início | Anúncio de Início da Oferta. |
| Atualização da Segunda Série | Atualização monetária aplicável às Debêntures da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão. |
| Aviso ao Mercado | Aviso ao Mercado relativo à Oferta. |
| Banco do Brasil | Banco do Brasil S.A. |
| Banco Mandatário | Banco Itaú S.A. |
| Banco Votorantim | Banco Votorantim S.A. |
| BEC | Banco do Estado do Ceará S.A. |
| BEI | European Investment Bank. |
| BNB | Banco do Nordeste do Brasil S.A. |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. |
| BM&FBOVESPA | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. |
| BOVESPAFIX | Sistema Bovespa Fix, administrado pela BM&FBOVESPA. |
| CADIM | Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal. |
| CAM | CAM – Brasil Multiserviços Ltda. |
| CAR | Curva de Aversão a Risco |
| CBLC | Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia. |
| CCC | Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis. |
| CCEAR | Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado. |
| CCEE | Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. |
| CCPE | Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos. |
| CDE | Conta de Desenvolvimento Energético. |
| CDSA | Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. |
| Celca | Companhia de Eletricidade do Cariri. |

| | |
|-------------------------------|--|
| Cenorte | Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará. |
| CERJ | Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro – CERJ. |
| Cerne | Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste. |
| CFC | Conselho Federal de Contabilidade. |
| CETIP | CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. |
| CFURH | Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. |
| CGSE | Câmara de Gestão do Setor Elétrico. |
| CGTEE | Companhia Geração Térmica de Energia Elétrica. |
| CHESF | Companhia Hidrelétrica do São Francisco. |
| Chilectra | Chilectra S.A. |
| Chilectra Agência | Chilectra S.A. – Ag. Ilhas Cayman. |
| CIEN | Companhia de Interconexão Energética. |
| CMSE | Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico. |
| CND | Comitê Nacional de Desestatização. |
| CNPE | Conselho Nacional de Política Energética. |
| COFINS | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. |
| Companhia, Coelce ou Emissora | Companhia Energética do Ceará – Coelce. |
| Concessão | Concessão para prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará, outorgada à Emissora por meio do Contrato de Concessão. |
| Conefor | Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza. |
| Consumidores Livres | Adquirentes de energia elétrica no ACL. |
| Contrato de Concessão | Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/98 – ANEEL para Distribuição de Energia Elétrica, celebrado entre a Emissora e a União, por intermédio da ANEEL, em 13 de maio de 1998, conforme aditado pelo Primeiro Termo e Segundo Aditivos ao Contrato de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/98 – ANEEL, celebrados pelas partes em 12 de fevereiro de 2004 e em 5 de abril de 2005, respectivamente. |
| Contrato de Distribuição | Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Segunda Emissão da Companhia Energética do Ceará – Coelce, celebrado entre a Companhia e os Coordenadores em 15 de junho de 2009, conforme aditado em 29 de junho de 2009. |
| Coordenador Líder ou Itaú BBA | Banco Itaú BBA S.A. |
| Coordenador ou Santander | Banco Santander (Brasil) S.A. |
| Coordenadores | Em conjunto, o Coordenador Líder e o Coordenador. |
| CPC | Comitê de Pronunciamentos Contábeis. |
| CSLL | Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. |
| CVA | Instituída pela Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, corresponde a conta de compensação dos valores da parcela A, a serem recuperados pela Companhia em decorrência de seus custos efetivos terem sido superiores àqueles estimados quando da revisão tarifária anual. |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários. |

| | |
|--------------------------------------|---|
| CVU | Custo Variável Unitário. |
| Data de Emissão | 15 de julho de 2009. |
| Data de Integralização | A data em que ocorrer a integralização das Debêntures, no ato de sua efetiva subscrição. |
| Data de Vencimento | As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2011 e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2014. |
| Data de Vencimento da Primeira Série | 15 de julho de 2011. |
| Data de Vencimento da Segunda Série | 15 de julho de 2014. |
| Debêntures | 24.500 debêntures nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, perfazendo o total de R\$245.000.000,00, objeto da presente Oferta. |
| Debêntures da Primeira Série | 9.050 debêntures da primeira série. |
| Debêntures da Segunda Série | 15.450 debêntures da segunda série. |
| DEC | Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora. |
| Decreto nº 2.172/97 | Decreto nº 2.172, de 5 de março de 1997. |
| Decreto nº 2.655/98 | Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998. |
| Decreto nº 5.163/04 | Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004. |
| Decreto nº 69.469/71 | Decreto nº 69.469, de 5 de novembro de 1971. |
| Decreto-Lei nº 93.412/86 | Decreto-Lei nº 93.412, de 14 de outubro de 1986. |
| Dia Útil | Qualquer dia, exceção feitas aos sábados, domingos e feriados nacionais. |
| DIC | Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora. |
| Distriluz | Consórcio Distriluz Energia Elétrica S.A. |
| DMIC | Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora. |
| DRA | Data de Referência Anterior. |
| DRP | Data de Reajuste em Processamento. |
| EBITDA ajustado | O EBITDA ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização, resultados não operacionais e participações. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto sobre a renda e a contribuição social, a depreciação e amortização, os resultados não operacionais e as participações, o EBITDA ajustado funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA ajustado funciona como uma ferramenta significativa para |

comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Essa definição será utilizada com esse significado ao longo do Prospecto, exceto para fins de cálculo dos Índices Financeiros, hipótese na qual será utilizada a definição de EBITDA constante da seção "Informações Relativas à Oferta – Vencimento Antecipado", na página 75 deste Prospecto.

ECE
Edelnor
Edesur
Eletrobrás
Eletronorte
Endesa Brasil
Endesa Cachoeira
Endesa Cien
Endesa Espanha
Endesa Fortaleza
Endesa Internacional
Energyworks
Enersis
Enersis Agência
EPE
Escritura de Emissão

Encargo de Capacidade Emergencial.
Edelnor S.A.
Edesur S.A.
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte.
Endesa Brasil S.A.
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.
Companhia de Interconexão Energética
Endesa S.A.
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza S.A.
Endesa Internacional S.A.
Energy Works do Brasil Ltda.
Enersis S.A.
Enersis S.A. – Ag. Ilhas Cayman.
Empresa de Pesquisa Energética.

"Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará – Coelce", celebrada entre a Companhia e o Agente Fiduciário em 8 de junho de 2009, conforme aditada em 29 de junho de 2009 e 22 de julho de 2009, constante do Anexo A, na página 287 deste Prospecto.

ESS
Faelce
Fator X

Encargo de Serviço do Sistema.
Fundação Coelce de Seguridade Social – Faelce.
Fator de indução à melhoria da eficiência econômica das concessionárias por meio do compartilhamento com os consumidores dos eventuais ganhos de produtividade derivados do mercado do serviço regulado e da avaliação do grau de satisfação do consumidor, bem como à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

| | |
|-------------------------|---|
| FEC | Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora. |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas. |
| FIC | Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora. |
| FIEC | Federação das Indústrias do Estado do Ceará. |
| FNE – PROINFRA | Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. |
| Frutal | Instituto de Desenvolvimento da Fruticultura e Agroindústria. |
| Gigawatt (GW) | Unidade equivalente a um bilhão de watts. |
| Gigawatt hora (GWh) | Unidade equivalente a um gigawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por uma hora ou um bilhão de watts hora. |
| Grupo A | De acordo com a Resolução ANEEL nº 456/2000, é o grupamento composto de unidades consumidoras, com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3kV, ou ainda, atendidas em tensão inferior a 2,3kV a partir de sistema subterrâneo de distribuição, caracterizado pela estruturação tarifária binômia, que significa a tarifas de fornecimento constituído por preços aplicáveis ao consumo de energia elétrica ativa e à demanda faturável. |
| Grupo B | De acordo com a Resolução ANEEL nº 456/2000, é o grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3kV, ou ainda atendidas em tensão superior a 2,3kV, caracterizado pela estruturação tarifária monômia, que significa a tarifa de fornecimento de energia elétrica constituída por preços aplicáveis unicamente ao consumo de energia elétrica ativa. |
| Grupo Santander | Controlador do Santander. |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. |
| IBRACON | Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. |
| ICMS | Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Municipal e de Comunicação. |
| IFRS | <i>International Financial Reporting Standards</i> , que são práticas contábeis internacionais, utilizado-se de um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>). |
| IGPM | Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela FGV. |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. |
| INPI | Instituto Nacional da Propriedade Industrial. |
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social. |
| Instituição Depositária | Itaú Corretora de Valores S.A. |
| Instrução CVM 358 | Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002. |
| Instrução CVM 400 | Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003. |

Instrução CVM 471

Investluz

IPCA

IRPJ

Itaipu

IRT

JPY

JUCEC

Juros Remuneratórios da Primeira Série

Juros Remuneratórios da Segunda Série

Kilovolt (kV)

Kilowatt (KW)

Kilowatt hora (KWh)

LAIF II LLC

Lei Estadual nº 6.624/63

Lei Estadual nº 9.477/71

Lei nº 10.438/02

Lei nº 10.847/04

Lei nº 10.848/04 ou Lei do Modelo do Setor Elétrico

Lei nº 11.638/07

Lei nº 6.404/76 ou Lei das Sociedades por Ações

Lei nº 8.666/93 ou Lei de Concessões

Lei nº 8.727/93

Lei nº 9.074/95

Lei nº 9.648/98

Light

MAE

Megawatt (MW)

Megawatt hora (MWh).

MME

Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008.

Investluz S.A.

Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.

Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza da Pessoa Jurídica.

Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional.

Índice de Reajuste Tarifário.

Ienes Japoneses.

Junta Comercial do Estado do Ceará.

Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Primeira Série, nos termos da Escritura de Emissão.

Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão.

Unidade equivalente a 1.000 volts.

Unidade equivalente a 1.000 watts.

Unidade equivalente a um kilowatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou 1.000 watts hora.

Latin America Infrastructure Fund LLC.

Lei nº 6.624, de 20 de setembro de 1963, do Estado do Ceará.

Lei nº 9.477, de 5 de julho de 1971, do Estado do Ceará.

Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004.

Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Light Serviços de Eletricidade S.A.

Mercado Atacadista de Energia Elétrica.

Unidade equivalente a um milhão de watts.

Unidade equivalente a um megawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou um milhão de watts hora.

Ministério das Minas e Energia.

| | |
|--|--|
| MRE | Mecanismo de Realocação de Energia. |
| MP nº 449/08 | Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008. |
| MPT | Ministério Público do Trabalho. |
| NTN -B | Notas do Tesouro Nacional – série B. |
| Oferta | Distribuição pública das Debêntures da segunda emissão da Companhia. |
| ONS | Operador Nacional do Sistema Elétrico. |
| PASEP | Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. |
| PCH | Pequena Central Hidrelétrica. |
| PEE ou Programa de Eficiência Energética | Programa de Eficiência Energética. |
| PET | Programa de Expansão de Transmissão. |
| P&D | Pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. |
| PIB | Produto Interno Bruto. |
| PIMT | Programa Institucional de Medidas Técnicas. |
| PIS | Programa de Integração Social. |
| Plamec | Plano de Assistência Médica e Odontológica da Coelce. |
| PLD | Preço de Liquidação de Diferenças. |
| PLPT ou Programa Luz para Todos | Programa Luz para Todos. |
| PMO | Programas Mensais de Operação. |
| PND ou Programa Nacional de Desestatização | Programa Nacional de Desestatização. |
| Práticas Contábeis Adotadas no Brasil | Práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas da legislação societária brasileira e pela legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela ANEEL, normas complementares adotadas pela CVM, pronunciamentos técnicos emitidos pelo IBRACON e resoluções do CFC. |
| Preço de Integralização | Valor Nominal das Debêntures, acrescido da remuneração aplicável, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização. |
| Produtores Independentes ou PIE | Produtores Independentes de Energia Elétrica. |
| PROINFA | Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. |
| Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento ou Procedimento de <i>Bookbuilding</i> | Procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, conduzido pelos Coordenadores, nos termos da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora, da remuneração aplicável à emissão, bem como da quantidade de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série, tendo o seu resultado sido ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 22 de julho de 2009, bem como por meio do segundo aditamento à Escritura de Emissão, datado de 22 de julho de 2009. |

Prospecto ou Prospecto Definitivo

O presente Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples da Segunda Emissão da Companhia, o qual é divulgado após (i) finalização do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento; e (ii) registro da Oferta junto à CVM.

Prospecto Preliminar

O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples da Segunda Emissão da Companhia, documento que estava sujeito à complementação e correção, observados os procedimentos previstos na Instrução CVM 400.

Remuneração da Primeira Série

A remuneração aplicável às Debêntures da Primeira Série, nos termos da Escritura de Emissão.

Remuneração da Segunda Série

A remuneração aplicável às Debêntures da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão.

Resolução ANEEL nº 201/03

Resolução ANEEL nº 201, de 16 de abril de 2003.

Resolução ANEEL nº 23/99

Resolução ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999.

Resolução ANEEL nº 24/00

Resolução ANEEL nº 24, de 27 de janeiro de 2000.

Resolução ANEEL nº 281/99

Resolução ANEEL nº 281, de 1º de outubro de 1999.

Resolução ANEEL nº 286/95

Resolução ANEEL nº 286, de 1º de outubro de 1995.

Resolução ANEEL nº 318/98

Resolução ANEEL nº 318, de 6 de outubro de 1998.

Resolução ANEEL nº 456/00

Resolução ANEEL nº 456, de 29 de novembro de 2000.

Resolução ANEEL nº 55/04

Resolução ANEEL nº 55, de 5 de abril de 2004.

RGR

Recurso Global de Revisão.

RTE

Reajuste da Tarifa Extraordinário.

SDT

Módulo de Distribuição de Títulos – SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.

SEBRAE

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SEMACE

Superintendência Estadual do Meio Ambiente.

SELIC

Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

SENAC

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Serviços

Serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Ceará e demais serviços que venham a ser contratados ou realizados pela Emissora.

SESC

Serviço Social do Comércio.

SIN

Sistema Interligado Nacional.

Sindeleтро

Sindicato dos Eletricitários do Ceará – Sindeleтро.

SND

Sistema Nacional de Debêntures – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.

SRF

Secretaria da Receita Federal.

S&P

Standard & Poor's Rating Services.

Sistemas Isolados

Os sistemas isolados brasileiros, predominantemente térmicos e majoritariamente localizados e dispersos na região norte do Brasil, atendem a uma área de 45% do território e a cerca de 3% da população nacional, ou seja, aproximadamente 1,2 milhão de consumidores. Os sistemas isolados estão localizados nas capitais da região norte (exceto Belém) e no interior dos estados dessa região. Estes últimos caracterizam-se basicamente pelo grande número de pequenas unidades geradoras a óleo diesel e pela grande dificuldade de logística de abastecimento. Caracterizam-se por não estarem conectados ao SIN - Sistema Interligado Nacional.

| | |
|----------------------|---|
| STF | Supremo Tribunal Federal. |
| STJ | Superior Tribunal de Justiça. |
| Sudene | Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. |
| Synapsis | Synapsis Brasil S.A. |
| TAM | Taxa Anual Média. |
| Taxa DI | Variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP. |
| Taxa Selic | Taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apuradas no SELIC. |
| TFSEE | Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica. |
| TJLP | Taxa de Juros de Longo Prazo. |
| TRT | Tribunal Regional do Trabalho. |
| TST | Tribunal Superior do Trabalho. |
| TUSD | Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição. |
| TUST | Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão. |
| UECE | Universidade do Estado do Ceará. |
| UBB | Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. |
| USP | Universidade de São Paulo. |
| UTE | Usina Termelétrica. |
| Valor Nominal | O Valor Nominal das Debêntures, de R\$10.000,00, na Data da Emissão. |
| Vera Cruz Seguradora | Vera Cruz Seguradora S.A. |
| Volt | Unidade básica de tensão de energia elétrica. |
| VPA | Valor da Parcela A. |
| VPB | Valor da Parcela B. |
| Watt | Unidade básica de potência de energia elétrica. |

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

| | |
|--|--|
| Identificação | A Companhia é uma sociedade por ações com registro de companhia aberta junto à CVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.047.251/0001-70, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEC sob o NIRE 23300007891. |
| Sede | Rua Padre Valdevino, nº 150 – Centro 60135-040 Fortaleza, CE |
| Data e número de registro da Companhia na CVM | 13 de junho de 1995 Registro sob o nº 014.869 |
| Diretor de Relações com Investidores | Sr. Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt Praça Leoni Ramos, nº1 – 7º andar Bloco 1 24210-205 Niterói, RJ Tel.: (21) 2613-7031 Fax: (21) 2613-7199 |
| Atendimento aos Acionistas | Departamento de Acionistas da Companhia Sra. Isabel Regina Barroso de Alcântara Rua Padre Valdevino, 150 – Centro 60135-040 Fortaleza, CE Tel.: (85) 3453-4029 Fax: (85) 3453-4947 |
| Auditores Independentes | Canarim Auditores Associados Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes |
| Acionista Controlador | Investluz |
| Títulos e valores mobiliários emitidos até 31 de dezembro de 2008 | Ações e notas promissórias comerciais, cujas principais características encontram-se descritas neste Prospecto, na seção "Capital, Dividendos e Acionistas – Valores Mobiliários", na página 274. |
| Jornais nos quais a Companhia divulga informações | As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos jornais Valor Econômico – Edição Nacional e Diário do Nordeste (CE). |
| E-mail e website para informações aos investidores e ao mercado | investor@coelce.com.br www.coelce.com.br/ri.htm |
| Declarações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 | As declarações da Emissora e do Coordenador Líder encontram-se anexas a este Prospecto, nas páginas 461 e 462, respectivamente. |

INFORMAÇÕES DOS COORDENADORES

Coordenador Líder

O Itaú BBA é um banco de atacado, com ativos de R\$137,9 bilhões e patrimônio líquido de R\$7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2008. O Itaú BBA faz parte do Grupo Itaú, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. O Itaú BBA visa atuar em parceria com as grandes empresas, provendo-lhes uma ampla variedade de serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevideu e Bahamas, além de escritórios de representação em Buenos Aires, Nova Iorque e Xangai.

De acordo com o ranking ANBID, o Itaú BBA é o líder de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, com participações de mercado de, respectivamente, 26%, 20%, 19%, 24% e 46%. Em 2008, o Itaú BBA recebeu o prêmio *World's Best Investment Banks 2008*, na categoria Brasil, concedido pela Global Finance, publicação americana especializada em instituições financeiras de todo o mundo.

No mercado de renda fixa local, em 2008, o Itaú BBA participou de 35 emissões de dívida, cujo montante total alcançou R\$17,2 bilhões. Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA, destacam-se as ofertas de debêntures da Even Construtora e Incorporadora S.A. (R\$150 milhões); da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações (R\$499,5 milhões), da Klabin Segall S.A. (R\$220 milhões), da Telemar Participações S.A. (R\$1,6 bilhão), da MRV Engenharia e Participações S.A. (R\$300 milhões), da Unidas S.A. (R\$250 milhões) e da Duke Energy International – Geração Parapanema S.A. (R\$341 milhões). Dentre as operações de notas promissórias coordenadas pelo Itaú BBA, destacam-se as operações da Invitel S.A. (R\$950 milhões), as duas emissões da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável (R\$200 milhões e R\$390 milhões), as duas emissões da Telemar Norte Leste S.A. (R\$3,6 bilhões e R\$2 bilhões), da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$200 milhões), da Votorantim Cimentos Brasil S.A. (R\$2 bilhões) e da Primav Ecorodovias S.A. (R\$430 milhões). Destacam-se, ainda, as seguintes operações de securitização FIDC Paulista Veículos II (R\$100 milhões), FIDC Mercantil Athos Farma (R\$190 milhões), CRI WT PIC II (R\$101,9 milhões) e CRI BRC Securitizadora S.A. (R\$300 milhões).

Em 2008, o Itaú BBA participou de 5 ofertas públicas de ações, cujo montante total alcançou R\$31,8 bilhões, atuando como coordenador e *bookrunner* da oferta inicial de ações (*IPO*) da OGX Petróleo e Gás Participações S.A. (R\$6,7 bilhões) e, adicionalmente, como coordenador e *bookrunner* dos seguintes ofertas subsequentes (*follow-ons*): Redecard S.A. (R\$1,2 bilhão), Metalúrgica Gerdau S.A. (R\$1,5 bilhão), Gerdau S.A. (R\$2,9 bilhões) e Companhia Vale do Rio Doce (R\$19,4 bilhões). Em 2007, o Itaú BBA participou de 19 ofertas públicas de ações, sendo 14 ofertas iniciais de ações (*IPO*) e 5 ofertas subsequentes (*follow-ons*). O montante total dessas ofertas alcançou R\$22,5 bilhões.

Santander

O Santander é controlado pelo Grupo Santander (sediado na Espanha) e em 2007, participou do consórcio que fechou o maior negócio da história da indústria bancária do mundo ao adquirir 86% das ações do banco holandês ABN Amro, por 71 bilhões de euros.

Fundado em 1857, o Grupo Santander possui atualmente US\$1,5 trilhão em ativos, administra quase US\$1,6 trilhão em fundos, possui mais de 90 milhões de clientes, mais de 14.196 mil agências e está presente em 40 países. É o principal grupo financeiro da Espanha e da América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National, assim como em Portugal.

No primeiro trimestre de 2009, o Grupo Santander registrou lucro líquido de US\$2,7 bilhões. Na América Latina, o Grupo Santander possui 6,089 mil agências e um total de ativos de US\$264 bilhões e registrou um lucro líquido de US\$4,3 bilhões.

O Santander opera no Brasil desde 1982. Na década de 1990, o Grupo Santander iniciou um processo de forte crescimento dos negócios no País com a aquisição de 5 instituições financeiras: Banco Geral do Comércio S.A., Banco Noroeste S.A., Banco Meridional S.A., Banco Bozano, Simonsen S.A. e Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa. Atualmente, com a compra do ABN Amro Real, o Santander tornou-se o terceiro maior banco privado do País, com base em dados do Banco Central do Brasil, de 31 de dezembro de 2008. O Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes - pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. A sua presença está estrategicamente concentrada nas principais cidades das Regiões Sul e Sudeste, responsáveis pela maior fatia do PIB nacional.

No primeiro trimestre de 2009, o Santander possuía uma carteira de mais de 9 milhões de clientes, 3,601 mil pontos de venda e 18,194 mil caixas eletrônicos, encerrando o primeiro trimestre de 2009 com um total de ativos de R\$305 bilhões e patrimônio líquido de R\$49,3 bilhões. O Santander possui uma participação de 21% dos resultados do Grupo Santander e de 49% no resultado da América Latina.

O Santander tem, consistentemente, ocupado posição de destaque no mercado de renda fixa local. No período encerrado em 31 de março de 2009, foi a terceira instituição no ranking de volume de originação de renda fixa da ANBID, tendo intermediado operações que totalizaram R\$399 milhões, equivalente a 12,9% do volume de originação acumulado até 31 de março de 2009.

Em 2006, o Santander estruturou e atuou como coordenador líder da maior operação da história do mercado de renda fixa brasileiro: a sétima emissão pública de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$5,5 bilhões. Nos anos de 2007, 2008 e 2009, as seguintes operações mereceram destaque: (i) a sétima emissão pública de debêntures da Telemar Participações S.A., no montante total de R\$250 milhões; (ii) a segunda emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$350 milhões; (iii) a primeira emissão pública de debêntures da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante total de R\$200 milhões; (iv) a primeira emissão pública de debêntures da Klabin Segall S.A., no montante total de R\$202,5 milhões; (v) a primeira emissão pública de debêntures da Cia Providência Indústria e Comércio, no montante total de R\$150 milhões; e (vi) a terceira emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$600 milhões.

No segmento de operações estruturadas, o Santander intermediou importantes operações do mercado em 2007 e 2008, por meio de FIDCs e CRIs, quais sejam: (i) CRIs da primeira emissão da WT VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., totalizando R\$126,9 milhões; (ii) alienação de quotas subordinadas do FIDC Chemical, totalizando R\$41,8 milhões; (iii) CRIs da 3ª série e 4ª série da primeira emissão da Rio Bravo Crédito Cia. de Securitização, lastreados em créditos imobiliários devidos pela Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A., totalizando R\$100,2 milhões e R\$99,6 milhões, respectivamente; (iv) FIDC Chemical III, no montante de R\$324 milhões, sendo este o primeiro do programa de securitização da Braskem S.A. a ser estruturado com quotas subordinadas mezanino.

**IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES,
CONSULTORES LEGAIS E AUDITORES INDEPENDENTES**

Emissora

Companhia Energética do Ceará - COELCE
Rua Padre Valdevino, nº 150 - Centro
60.135-040 Fortaleza, CE
At.: Sr. Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt
Tel.: (85) 3216-1350
Fax: (85) 3216-1247
www.coelce.com.br

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 4º Andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sr. Gustavo Bellon
Tel: (11) 3708-8715
Fax: (11) 3708-8107
www.itaubba.com.br

Coordenador

Banco Santander (Brasil) S.A.
Rua Hungria 1400, 5º andar
01455-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Ricardo Corradi Leoni
Tel.: (11) 3012-7195
Fax: (11) 3012-7376
www.santander.com.br

Consultores Legais

Consultores Legais da Emissora

Pinheiro Guimarães – Advogados
Av. Rio Branco, nº 181, 27º andar
20040-918, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Bruno Lardosa / Sr. Pedro Barretto Vasconcellos
Tel.: (21) 4501-5000
Fax: (21) 4501-5025
www.pinheiroguimaraes.com.br

Consultores Legais dos Coordenadores

Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch – Advogados
Praia de Botafogo, nº 228, conj. 1101
22250-040, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Henrique Filizzola
Tel.: (21) 2196-9200
Fax: (21) 2551-5898
www.scbf.com.br

Agente Fiduciário

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar
20050-005 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Tel.: (21) 2507-1949
Fax: (21) 2507-1773
www.pavarini.com.br

Banco Mandatário

Banco Itaú S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

04344-902 São Paulo, SP

At.: Sr. José Nilson Cordeiro

Tel: (11) 5029-1317

Fax: (11) 5029-1917

www.itaucustodia.com.br**Instituição Depositária**

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar

04310-030 São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Loureiro

Tel: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

www.itaucustodia.com.br**Auditores Independentes**

Auditores Independentes das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e das informações financeiras trimestrais referentes aos trimestres encerrados em 31 de março de 2009 e de 2008.

Canarim Auditores Associados

Av. Rio Branco, 122 – 4º andar

20040-001 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Érico Luiz Canarim

Tel.: (21) 2224-6431

Fax: (21) 2507-0782

www.canarimauditores.com.br

Auditores Independentes das demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Avenida Tancredo Neves, 450 – 29º andar

41820-020 Salvador, BA

At: Sr. José Luiz Sampaio

Tel: (71) 2103-9431

Fax: (71) 2103-9440

www.deloitte.com.br**Informações Adicionais**

Maiores informações sobre a distribuição pública das Debêntures poderão ser obtidas com o Coordenador Líder ou na CVM, em sua página na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br) e nos endereços abaixo:

Comissão de Valores Mobiliários
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 5º andar
Rio de Janeiro, RJ

Comissão de Valores Mobiliários
Rua Cincinato Braga, nº 340 – 2º, 3º e 4º andares
São Paulo, SP

Esclarecimentos junto ao Coordenador Líder deverão ser obtidos por meio da pessoa indicada nesta seção, no item "Coordenador Líder" na página 35 deste Prospecto.

Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se no Anexo D, na página 459 deste Prospecto.

SUMÁRIO DA OFERTA

| | |
|---------------------------------|---|
| Emissora | Companhia Energética do Ceará – Coelce. |
| Coordenadores | Banco Itaú BBA S.A. (Coordenador Líder) e Banco Santander (Brasil) S.A. |
| Agente Fiduciário | Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. |
| Instituição Depositária | Itaú Corretora de Valores S.A. |
| Classificação de Risco | A Emissora contratou a agência de <i>rating</i> Standard & Poor's para avaliar as Debêntures, tendo recebido a classificação "brAA". |
| Autorizações Societárias | A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações: (i) da reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 8 de junho de 2009, cuja ata foi registrada na JUCEC em 10 de junho de 2009 e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 10 de junho de 2009, e nos jornais Valor Econômico – Edição Nacional e Diário do Nordeste (CE) em 9 de junho de 2009; e (ii) da reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 22 de julho de 2009, que aprovou a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, apuradas por meio de Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , bem como a quantidade de Debêntures alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures alocada para a segunda série da Emissão, cuja ata foi registrada na JUCEC em 28 de julho de 2009 e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 24 de julho de 2009 e nos jornais Valor Econômico – Edição Nacional e Diário do Nordeste (CE) em 23 de julho de 2009. |
| Destinação dos Recursos | <p>O montante líquido obtido pela Emissora com a Oferta será integralmente utilizado para o resgate antecipado e a consequente liquidação das notas promissórias comerciais da sétima emissão da Emissora, indicadas na seção "Destinação dos Recursos", na página 87 deste Prospecto.</p> <p>Para informações sobre a capitalização da Emissora em 31 de março de 2009, ajustada para refletir o recebimento dos recursos relativos à Oferta, <i>vide</i> seção "Capitalização", na página 88 deste Prospecto.</p> |
| Colocação | As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob o regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Para informações sobre o plano da Oferta, <i>vide</i> seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta", na página 82 deste Prospecto. |
| Valor Total da Emissão | O valor total da emissão é de R\$245.000.000,00 na Data de Emissão. |

| | |
|--|--|
| Quantidade | Serão emitidas 24.500 Debêntures. |
| Valor Nominal | As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 na Data de Emissão. |
| Séries | A Emissão será realizada em duas séries. |
| Conversibilidade | As Debêntures não serão conversíveis em ações. |
| Espécie | As Debêntures serão da espécie quirografia. |
| Prazo de Subscrição | Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures (" <u>Anúncio de Início</u> "); e (iii) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início, observado o disposto no item "Garantia Firme", da seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição", na página 82 deste Prospecto. |
| Forma de Subscrição | As Debêntures serão subscritas por meio do SDT. |
| Forma e Preço de Integralização | As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, sendo que: (a) as Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e (b) as Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização. |
| Negociação | As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX. |
| Data de Emissão | Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2009. |
| Prazo e Data de Vencimento | As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2011 e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2014. |
| Pagamento do Valor Nominal | O Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série será pago em uma única parcela na Data de Vencimento. O Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente desde a Data de Emissão, devidas a partir do final do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, ou seja, a primeira com vencimento em 15 de julho de 2012, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2013 e a última com vencimento em 15 de julho de 2014, sendo as duas primeiras parcelas no valor de R\$3.333,33 (três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) e a última no valor de R\$3.333,34 (três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos). |

Remuneração da Primeira Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, desde a Data de Emissão até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série.

Para maiores informações sobre a remuneração das Debêntures da Primeira Série, *vide* "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Remuneração" na página 67 deste Prospecto.

Remuneração da Segunda Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ("Atualização da Segunda Série").

As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a uma taxa de 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*. A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o parágrafo acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão e, observada a periodicidade prevista abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável, calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis.

Para mais informações sobre a remuneração das Debêntures da Segunda Série, *vide* "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Remuneração" na página 67 deste Prospecto.

Repactuação

Não haverá repactuação programada.

Resgate Antecipado Facultativo

A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão e mediante deliberação em reunião do Conselho de Administração, a seu exclusivo critério: (a) a partir do 12º (décimo segundo) mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Primeira Série ("Período de Resgate Antecipado da Primeira Série"); e (b) a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Segunda Série, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

Para maiores informações sobre o resgate ou a amortização das Debêntures, *vide* seções "Fatores de Risco – Riscos Relacionados às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado a exclusivo critério da Emissora ou na hipótese da Indisponibilidade da Taxa DI ou do IPCA", na página 107 deste Prospecto e "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Resgate Antecipado Facultativo", na página 72 deste Prospecto.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos aqui descritos, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado

As Debêntures estão sujeitas a determinados eventos de inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, *vide* seção "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado", na página 75 deste Prospecto.

Quora de Deliberação

Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, bem como de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, das Debêntures em Circulação para as Assembleias Gerais relativas a assuntos comuns.

Para maiores informações sobre os *quora* de deliberação das assembleias gerais de Debenturistas, *vide* seção "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Assembleias Gerais", na página 77 deste Prospecto e no "Anexo A – Escritura de Emissão das Debêntures", na página 287 deste Prospecto.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de distribuição de energia. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" nas páginas 91 a 107 deste Prospecto.

Regime de Colocação – Garantia Firme

A Oferta será realizada sob o regime de garantia firme de colocação. Para mais informações, ver "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição", na página 82 deste Prospecto.

Fatores de Risco

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente considerados antes da decisão de investimento nas Debêntures, ver seção "Fatores de Risco" nas páginas 91 a 107 deste Prospecto.

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora e/ou a Oferta poderão ser obtidas com o Coordenador Líder e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação de Administradores, Consultores Legais e Auditores Independentes", na página 35 deste Prospecto.

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção "Informações Relativas à Oferta", na página 65 deste Prospecto.

O pedido de registro da Oferta foi apresentado à ANBID, ao amparo da Instrução CVM 471, do Convênio CVM-ANBID e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, em 16 de junho de 2009.

A Oferta foi registrada pela CVM em 28 de julho de 2009, sob o nº CVM/SRE/DEB/2009/015 (1ª série) e CVM/SRE/DEB/2009/016 (2ª série).

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma das etapas da Oferta.

| Nº | Evento | Data de Realização/ Data Prevista* |
|-----|---|---------------------------------------|
| 1. | Protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBID | 16/06/2009 |
| 2. | Publicação de Fato Relevante sobre a Oferta | 17/06/2009 |
| 3. | Publicação do Aviso ao Mercado da Oferta | |
| | Disponibilização do Prospecto Preliminar | |
| | Início das Apresentações a Potenciais Investidores | 24/06/2009 |
| 4. | Encerramento das Apresentações a Potenciais Investidores | 29/06/2009 |
| 5. | Envio dos documentos à CVM pela ANBID | 02/07/2009 |
| 6. | Procedimento de <i>Bookbuilding</i> | 21/07/2009 |
| 7. | Reunião do Conselho de Administração da Emissora aprovando o resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e a Remuneração das Debêntures. | 22/07/2009 |
| 8. | Registro da Oferta na CVM | Até 27/07/2009 |
| 9. | Publicação do Anúncio de Início da Oferta com a divulgação do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> | |
| | Disponibilização do Prospecto Definitivo | 03/08/2009 |
| 10. | Liquidação da Oferta | 05/08/2009 |
| 11. | Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta | Até 07/08/2009 |

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal Valor Econômico – Edição Nacional e na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.coelce.com.br/ri.htm).

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Histórico

A Emissora é resultado da unificação das quatro empresas distribuidoras de energia elétrica existentes no Estado do Ceará (Cenorte, Celca, Cerne e Conefor), tendo sido criada por lei, cujos principais acionistas eram Prefeituras Municipais do Estado do Ceará, a Eletrobrás e o Governo Estadual.

A Emissora tornou-se uma companhia de capital aberto em 13 de junho de 1995 e a partir dessa data, suas ações passaram a ser negociadas nas principais bolsas de valores brasileiras.

Em 2 de abril de 1998, a Emissora foi privatizada por meio de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, passando a ser administrada pelo consórcio Distriluz, formado pela, Enersis, Chilectra e CERJ.

Após a privatização, o Contrato de Concessão foi assinado em maio de 1998, outorgando à Emissora 30 anos de direitos exclusivos sobre a distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará.

Atualmente, a Emissora atende pela denominação social de Companhia Energética do Ceará – Coelce e sua sede encontra-se localizada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Padre Valdevino, 150, registrada na CVM sob o nº 014.86-9, com prazo de duração indeterminado.

Área de Concessão – Estado do Ceará

A Emissora está presente, e detém a concessão para prestar serviços de distribuição de energia elétrica, em todos os 184 municípios do Ceará, que abrigam 8,2 milhões de habitantes (conforme dados obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2007), cuja extensão da área é de aproximadamente 148.825 km².

Terceira maior distribuidora do Nordeste brasileiro em volume comercializado, conforme dados do Mercado das Empresas Distribuidoras Associadas (2007), da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, sendo que em 31 de dezembro de 2008 a Emissora era responsável pelo fornecimento de energia elétrica para aproximadamente 2,6 milhões de clientes, dos quais 2,1 milhões são consumidores residenciais, com um volume comercializado total de 7.656 GWh. Em 31 de março de 2009 a Emissora era responsável pelo fornecimento de energia elétrica para aproximadamente 2,7 milhões de clientes, dos quais 2,2 milhões são consumidores residenciais.

Clientes

Todos os consumidores da Coelce estão localizados dentro de sua área de concessão, sendo classificados em cinco categorias principais: residencial (baixa renda e normal), industrial, comercial, rural e setor público.

A Coelce encerrou o primeiro trimestre de 2009 com 2.877.951 unidades consumidoras, montante 5,6% superior ao número de consumidores ao final do primeiro trimestre de 2008. Esse crescimento representa um acréscimo de 153.151 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os trimestres está concentrado nas classes residencial (normal e baixa renda), com mais 98.795 consumidores (64,5% do incremento total), e na classe rural, com mais 37.216 novos consumidores (24,3% do incremento total).

Relacionamento com Fornecedores

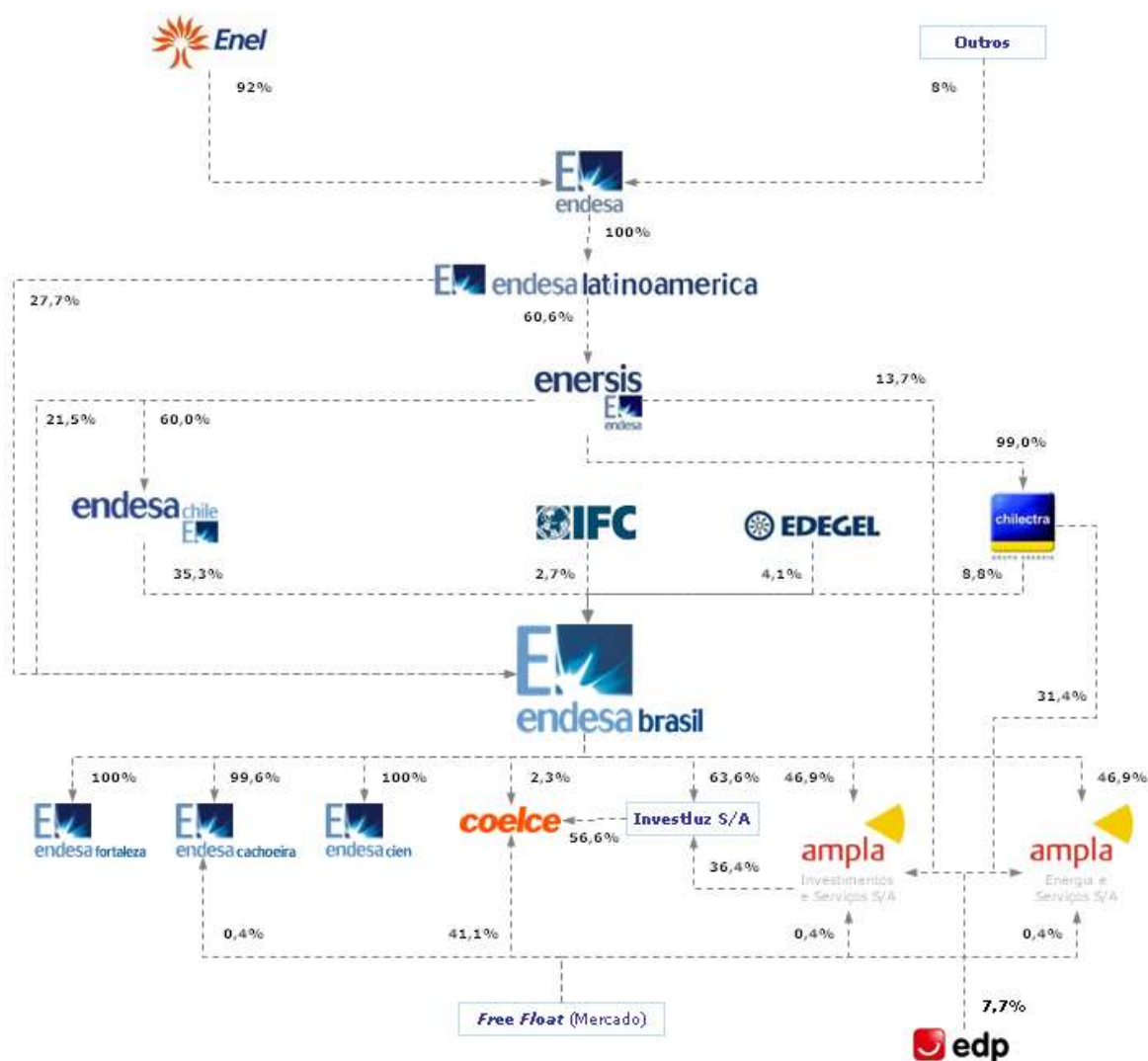
Em 2008, para atendimento de seu mercado, a Emissora comprou um total de 8.202 GWh, sendo este montante 6,4% superior ao verificado no ano anterior, de 7.712 GWh. No primeiro trimestre de 2009, a Emissora comprou um total de 2.078 GWh.

Em 2008, a Emissora adquiriu 4.698 GWh da energia elétrica de que necessitava de Usinas Hidrelétricas (57% em 2008), 157 GWh da energia eólica (2% em 2008) e 3.384 GWh de Usinas Termelétricas (41% em 2008). No primeiro trimestre de 2009 esses percentuais foram, respectivamente, de 61%, 2% e 37%.

Segue abaixo o diagrama refletindo a estrutura societária em que se insere a Emissora na data deste Prospecto:

Estrutura Acionária 2009

Endesa Brasil



Nota: Para fins da Estrutura Acionária acima, foi considerado como *free float* todos os acionistas que não fazem parte do grupo da Endesa, ou seja, todos que não Investluz e Endesa Brasil.

Enel

A Enel é uma importante empresa de energia da Itália, que está listada na Bolsa de Milão. É um *player* integrado, que atua na geração, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica e gás. Após a aquisição da Endesa Espanha, a Enel está presente em 22 países com aproximadamente 94.300 MW de capacidade instalada, e atende cerca de 61 milhões de consumidores, nos mercados de energia elétrica e gás.

A Enel registrou uma receita operacional líquida de EUR 61,2 bilhões e um lucro líquido de EUR 5,3 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Enersis

A Enersis é uma *holding* do setor elétrico, cujo objeto principal é a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica através de suas subsidiárias localizadas no Chile, Argentina, Brasil, Colômbia e Peru. Em termos de ativos consolidados e receita operacional, com 12,4 milhões de consumidores, é das maiores empresa do setor no Chile. Através da Endesa Chile, a Enersis atua no segmento de geração de energia elétrica na América do Sul, com capacidade instalada de 13.893 MW.

A Enersis registrou uma receita operacional líquida de US\$11,2 bilhões e um lucro líquido de US\$897 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. No mesmo exercício, os seus ativos consolidados totalizavam US\$22,4 bilhões.

Estratégia de Negócios

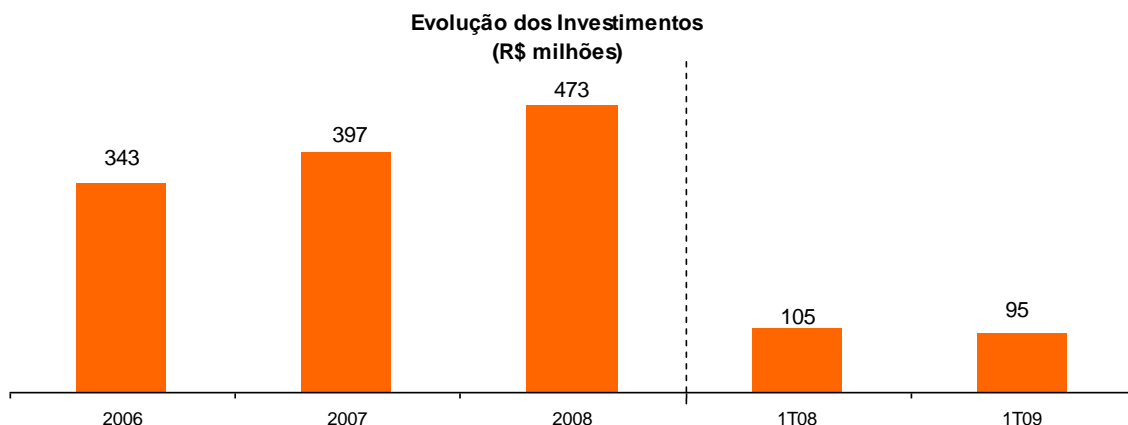
A missão da Emissora é fornecer energia elétrica e serviços com qualidade, satisfazendo aos clientes, propiciando retorno adequado aos acionistas, contribuindo para o desenvolvimento do Ceará, com colaboradores e fornecedores qualificados e comprometidos. A estratégia de negócios da Emissora está focada na busca da excelência na qualidade dos serviços, tomando-se as seguintes premissas:

- (i) *orientação ao cliente*: a Emissora busca concentrar esforços na satisfação do cliente, com soluções inovadoras e de qualidade que permita à Emissora superar suas expectativas;
- (ii) *orientação a resultados*: a Emissora busca rentabilidade adequada e sustentável para os acionistas, comparável favoravelmente com a indústria e o risco associado;
- (iii) *desenvolvimento de pessoas*: o desenvolvimento pessoal e profissional está fundamentado em uma constante capacitação, motivação e promoção na base, em função do mérito e da contribuição profissional, reconhecendo e valorizando os êxitos e os esforços;
- (iv) *conduta ética*: as atuações da Emissora são reconhecidas por sua lealdade, integridade moral, transparência, sigilo profissional e respeito às pessoas;
- (v) *integração com a comunidade e meio ambiente*: a Emissora é comprometida com o processo econômico, social e cultural das comunidades onde atua, respeitando as realidades locais e proporcionando a conservação ambiental por meio do respeito às exigências legais e também desenvolvendo programas de conservação do mesmo; e
- (vi) *compromisso com a qualidade e segurança*: as atuações empresariais da Emissora se orientam a prestar um serviço de qualidade, observando a eficiência e segurança dos clientes e trabalhadores envolvidos, sejam eles próprios ou terceirizados.

Investimentos e Desinvestimentos

Os investimentos realizados em 2008 alcançaram R\$473 milhões, evolução de 19,2% em relação ao ano anterior (R\$397 milhões). Os recursos foram investidos em obras de expansão, reformas e manutenção do sistema elétrico, controle de perdas, sistemas de informação e atendimento ao cliente, garantindo a eficiência da rede, elevação dos níveis de confiabilidade e ampliação da capacidade de atendimento. O volume mais expressivo no portfólio de investimentos continuou direcionado ao Programa Luz para Todos, que representa 47% do total aplicado em 2008.

Excluindo os aportes e subsídios, os investimentos líquidos atingiram, em 2008, R\$314 milhões, 14,6% superior ao realizado em 2007.



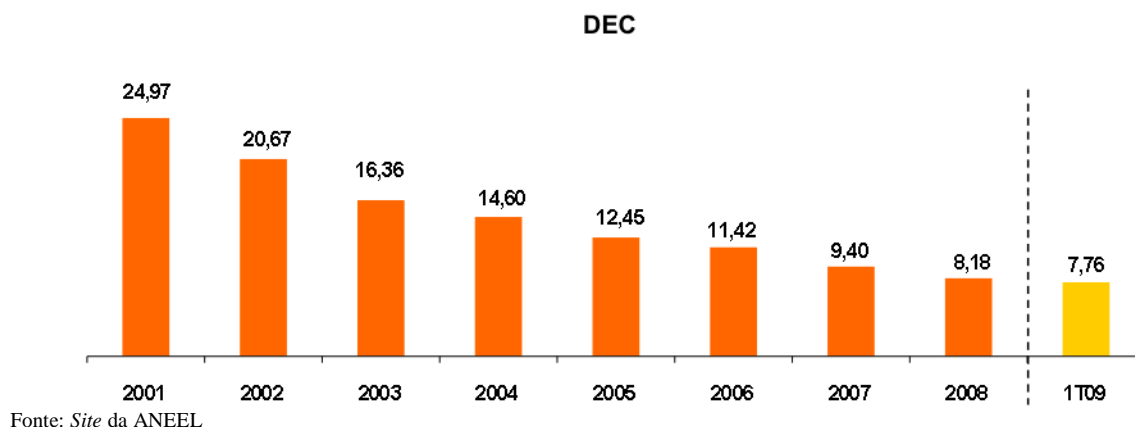
A Companhia não efetuou quaisquer desinvestimentos relevantes de capital nos últimos três exercícios sociais e nem possui desinvestimentos em andamento na data deste Prospecto.

Qualidade dos Serviços

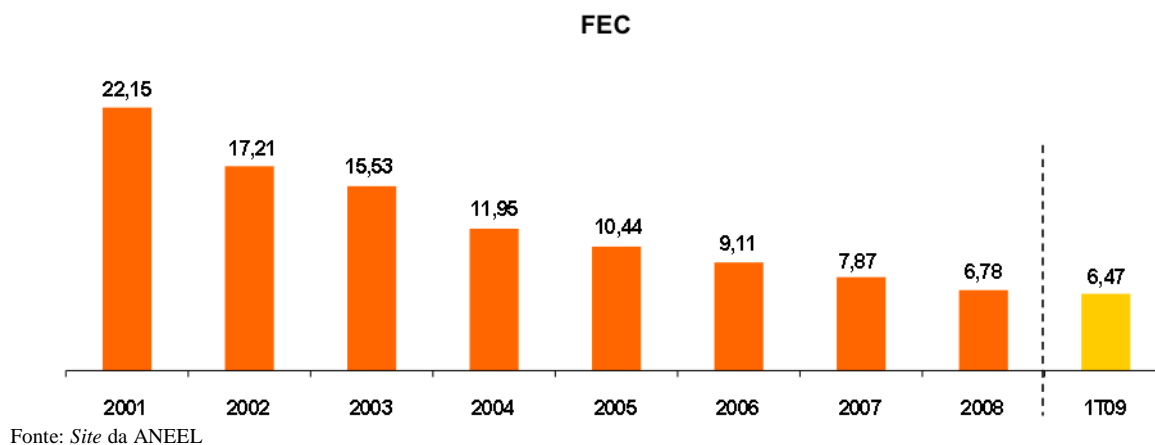
DEC e FEC.

Os investimentos e ações que a Coelce tem empreendido nos últimos anos levaram a melhora de seu desempenho operacional, medidos pelos indicadores DEC e FEC, que mensuram a qualidade no fornecimento de energia do sistema na sua área de concessão.

O DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) reflete o intervalo de tempo que, em média, no período de observação, cada unidade consumidora da Coelce teve o seu fornecimento de energia elétrica interrompido, sendo medido em horas por período (no caso, horas por ano). A Coelce encerrou o ano de 2008 com DEC em 8,18 horas, índice 13,0% melhor do que aquele apresentado no ano anterior, que foi de 9,40 horas. Já em 31 de março de 2009 a Emissora apresentou um DEC de 7,76 horas, índice 5,13% melhor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2008. Abaixo é apresentado gráfico que reflete os índices de DEC da Coelce para os períodos lá indicados:



O FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), por sua vez, reflete a frequência que em média os Consumidores da Coelce tiveram o seu fornecimento interrompido, sendo medido em vezes por período (no caso, vezes por ano). O FEC alcançou em 2008 o patamar de 6,78 vezes, o que representa uma evolução de 13,8% em relação a 2007, que fechou em 7,87 vezes. Já em 31 de março de 2009 a Emissora alcançou um FEC de 6,47 vezes, índice 4,57% melhor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2008. Abaixo é apresentado gráfico que reflete os índices de FEC da Coelce para os períodos lá indicados:



Utilizando como base os dados constantes dos gráficos anteriores, a tabela abaixo traz a comparação entre o exercício de 2008 e de 2007 e o primeiro trimestre de 2009 com relação aos índices operacionais DEC e FEC da Coelce:

| Indicadores Operacionais (12 meses) | 31 de dezembro de 2008 | 31 de dezembro de 2007 | Variação % | 31 de março de 2009 | Variação %* |
|-------------------------------------|------------------------|------------------------|------------|---------------------|-------------|
| DEC (horas) | 8,18 | 9,40 | -13,0% | 7,76 | -5,4% |
| FEC (vezes) | 6,78 | 7,87 | -13,8% | 6,47 | -4,9% |

* Variação entre 1T09 e 2008

Os indicadores de qualidade da Coelce alcançados em 2008 são os melhores DEC e FEC da região Nordeste, o terceiro melhor DEC nacional e o oitavo melhor FEC nacional (fonte: ABRADÉE, ANEEL e resultados anuais das companhias), fruto dos investimentos realizados em qualidade do sistema e da eficiência operacional da Coelce. Além disso, Fortaleza, que faz parte da área de concessão da Coelce, foi a capital da região Nordeste com os melhores indicadores de qualidade (DEC e FEC) em 2008, conforme indicado nos gráficos abaixo:

Melhor DEC das distribuidoras do Nordeste em 2008: Os cearenses ficaram 99,90% de tempo do ano com fornecimento de energia.



Fonte: Site da ANEEL e ABRADÉE

Melhor FEC das distribuidoras do Nordeste em 2008: Os cearenses ficaram uma vez em cada dois meses sem o fornecimento de energia.

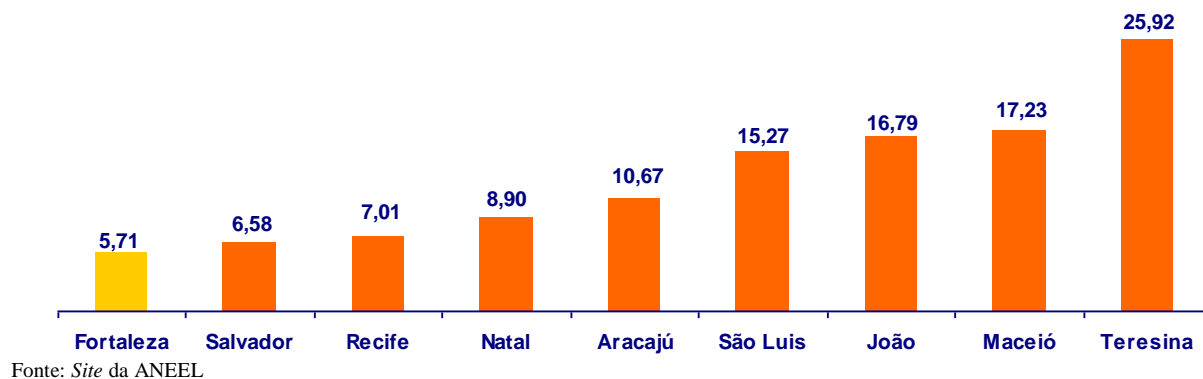


Fonte: Site da ANEEL e ABRADÉE

Além disso, Fortaleza, que faz parte da área de concessão da Coelce, foi a capital da região Nordeste com os melhores indicadores de qualidade (DEC e FEC) em 2008.

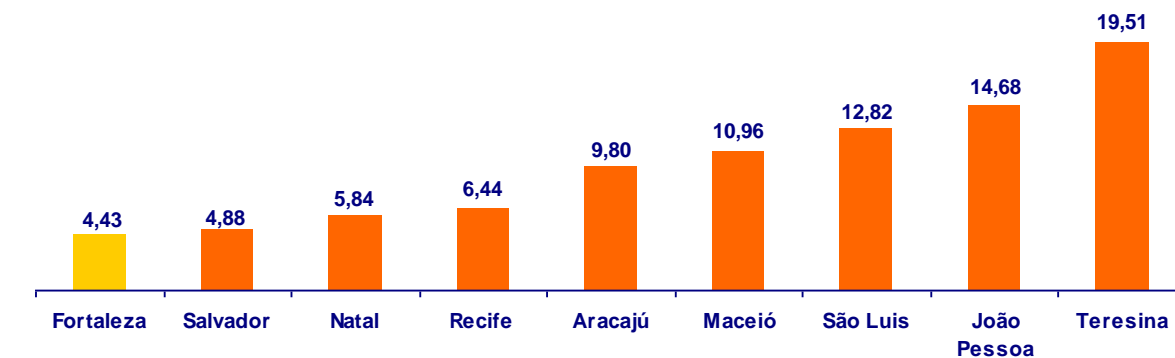
Melhor DEC das capitais do Nordeste em 2008: Os fortalezenses ficaram menos de 30 minutos mensais sem o fornecimento de energia.

RANKING DEC 2008
CAPITAIS REGIÃO NORDESTE



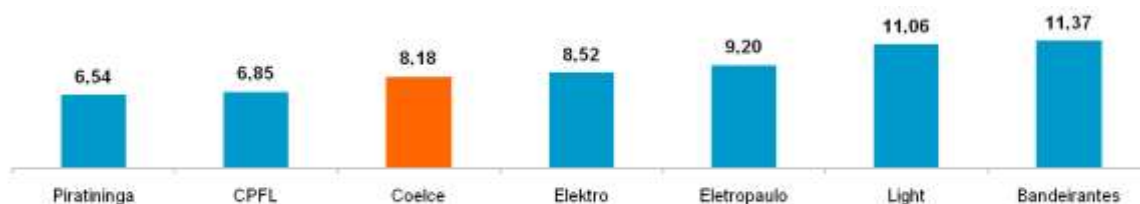
Melhor FEC das capitais do Nordeste em 2008: Os fortalezenses ficaram uma vez a cada três meses sem o fornecimento de energia.

RANKING FEC 2008
CAPITAIS REGIÃO NORDESTE



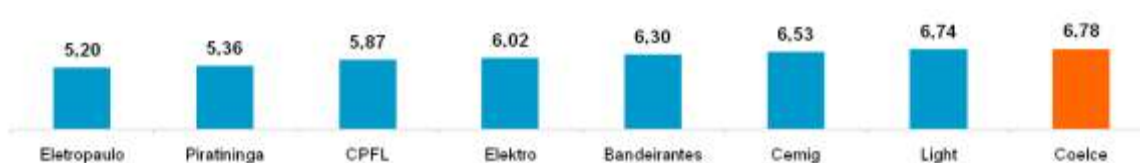
Fruto também dos investimentos em qualidade do sistema, a Coelce apresenta o terceiro melhor DEC nacional e o oitavo melhor FEC nacional.

Ranking Nacional
DEC (em horas)
Valores acumulados em 12 meses referentes a 2008



Fonte: ABRADEE, ANEEL e resultados anuais das companhias.

Ranking Região Nordeste
FEC (em vezes)
Valores acumulados em 12 meses referentes a 2008



Fonte: ABRADEE, ANEEL e resultados anuais das companhias.

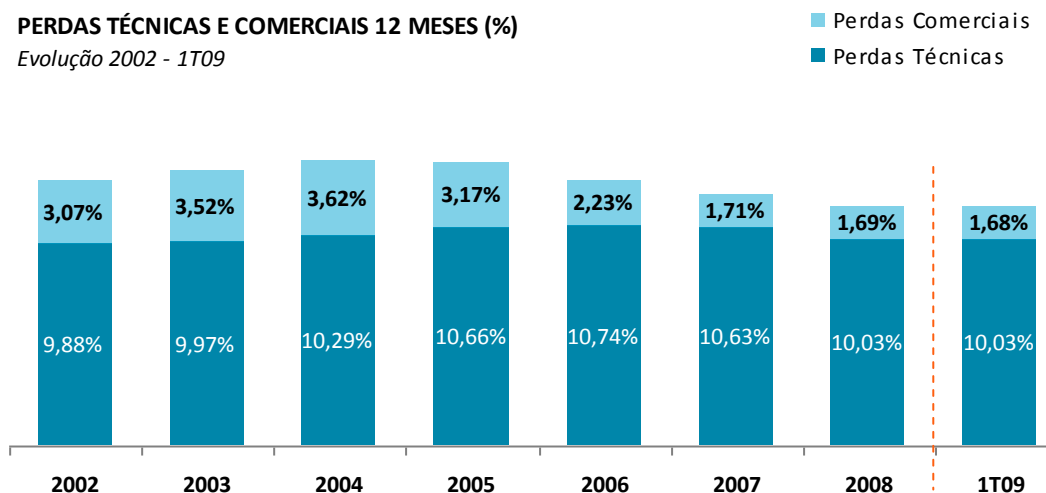
Perdas e Cobrabilidade

A Coelce busca aumentar seu faturamento e o valor por ela efetivamente recebido de seus clientes, mediante a diminuição do nível de perda de energia elétrica por ela distribuída (perdas) e a redução da inadimplência de seus clientes (cobrabilidade).

Abaixo segue o gráfico da evolução das perdas totais da Coelce de 2002 ao primeiro trimestre de 2009, conforme informações fornecidas pela Coelce e disponibilizadas nas respectivas Demonstrações Financeiras:

PERDAS TÉCNICAS E COMERCIAIS 12 MESES (%)

Evolução 2002 - 1T09



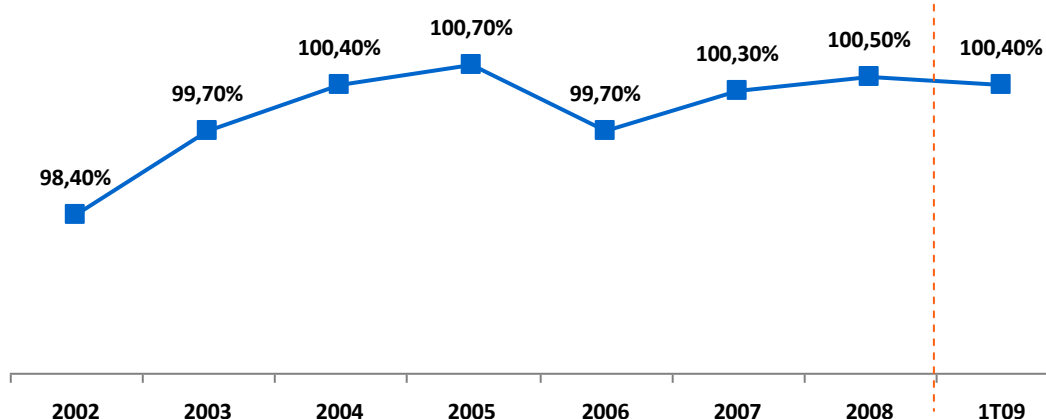
O procedimento adotado pela Coelce para cobrança e pagamento da energia elétrica fornecida a seus Consumidores varia conforme a categoria de consumo. A leitura mensal de medidores ou as estimativas de consumo formam a base da cobrança da maioria dos Consumidores. Os medidores dos Consumidores rurais são lidos em intervalos que variam de um a três meses, conforme estabelecido na regulamentação aplicável.

Essas novas medidas acarretaram economias de custo para a Coelce e aumentaram o índice de cobrabilidade.

Em relação à cobrabilidade (medida como valores arrecadados sobre valores faturados, com relação aos últimos doze meses da data de apuração), a mesma encerrou 2008 e obteve um resultado equivalente a 100,5%, resultado este 0,2 pontos percentuais superior ao resultado apurado no encerramento de 2007, de 100,3%.

ÍNDICE DE ARRECADAÇÃO (COBRABILIDADE) 12 MESES (%)

Evolução 2002 - 1T09



Fonte: Coelce

Posicionamento no Processo Competitivo

Em 2008, a Coelce teve a sua missão reformulada, a fim de deixá-la mais objetiva e clara, para estar mais próxima dos seus clientes, colaboradores, acionistas e demais públicos estratégicos. A mensagem também procura ser inspiradora, uma vez que a aspiração da empresa é desenvolver-se juntamente com a melhoria dos indicadores socioeconômicos do Estado do Ceará.

A Visão permanece a mesma, com foco em três pilares – gente, cliente e resultado –, para ser vista como referência em segurança do trabalho, em responsabilidade socioambiental e eficiência mundial nas operações. Com a reestruturação da Endesa Brasil, da qual faz parte, os Valores se modificaram, na busca por objetivos comuns entre as empresas, capazes de elevar o nível de excelência dos serviços prestados e a satisfação de seus clientes.

Missão

Coelce: Gente e energia para um mundo melhor!

Energia orientada para um relacionamento próximo e transparente com nossos clientes, crescendo junto com o Ceará e gerando valor para os acionistas, através da satisfação e compromisso de todo o nosso time.

Visão



A Companhia quer ser até 2011:

Gente: A melhor empresa para se trabalhar no Nordeste;

Cliente: A número 1, no Ceará, em atendimento e proximidade com clientes; e

Resultado: Uma das três melhores empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil.

ValoresRespeitamos a Vida

- Segurança em tudo que fazemos
- Compromisso com a sociedade e o meio ambiente
- Respeito às pessoas

Somos Simples

- Simplicidade nas ações
- Transparência e confiança nas relações

Criamos Valor

- Inovação em processos e negócios
- Compromisso e profissionalismo
- Parcerias sustentáveis

Planejamento Estratégico: Ser Coelce

O lucro recorde de R\$339 milhões em 2008 é considerado uma prova do sucesso do planejamento estratégico da Coelce, tanto do antigo plano, o "Escalada", como do novo "Ser Coelce: Gente no caminho certo". Por meio dessas diretrizes estratégicas, a Companhia vem investindo fortemente em melhorias técnicas e operacionais, além de promover ações ainda mais focadas na aproximação do relacionamento com o cliente, no desenvolvimento profissional dos colaboradores e no fortalecimento das parcerias com as empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de materiais. A estratégia também atende aos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável adotado globalmente pelo Grupo Endesa.

Para que a disseminação do plano ocorresse de forma efetiva, o diretor presidente da Companhia participou de uma caravana itinerante por todas as unidades da Companhia no interior, apresentando pessoalmente as novas metas corporativas, além de uma grande apresentação na sede da Companhia, com a presença de quase 800 colaboradores parceiros de campo e da central de atendimento.

A evolução dos resultados do Ser Coelce é analisada mensalmente por todos os colaboradores. Por meio de videoconferência com as principais unidades do interior do Ceará e alguns representantes da Ampla, no Rio de Janeiro, a direção da Companhia presta contas sobre os avanços conquistados e os pontos de melhoria, além de fazer um reconhecimento público aos trabalhos e projetos que se destacaram no mês em questão. Essa reunião mensal também é um grande avanço em governança corporativa, pois todos os colaboradores podem dialogar de forma direta com a presidência, aumentando o grau de transparência entre as relações.

A principal estratégia da Coelce está refletida na sua visão, onde as três partes interessadas - Gente, Cliente e Resultados (este último para seus acionistas) - são tratadas igualmente e são vistas como fundamentais para a sustentabilidade da Coelce. Em 2008, foi implantado um sistema on-line, chamado de "Gestão a Vista", que consolida as informações de todos os indicadores e metas da Companhia. Este sistema confere maior agilidade e segurança no tratamento das informações, pois os resultados são acompanhados e atualizados mensalmente pelos responsáveis das equipes. Após a atualização, os gestores imprimem suas metas e atualizam os painéis do "Gestão a Vista", que ficam expostos em toda companhia. O sistema on-line e os painéis também trouxeram maior alinhamento e cooperação entre as equipes, e transparência ao processo de avaliação de desempenho.

Gestão de Ativos Intangíveis

Para a Companhia, o diferencial competitivo na busca da eficiência operacional e do incremento do valor agregado de suas atividades está fortemente enraizado na importância de seus ativos intangíveis. Dentre eles, destacam-se as competências e habilidades de seus colaboradores e parceiros, que demonstram no dia-a-dia uma enorme capacidade de inovação e solução de problemas com agilidade. Outro importante ativo é a infraestrutura de redes do sistema elétrico, que cresce de forma expressiva em função do Programa Luz para Todos, sem deixar de lado, no entanto, a máxima qualidade. A identificação desses ativos é feita com base na avaliação das metas de sustentabilidade, respaldadas no plano estratégico Ser Coelce.

Gestão de Riscos

A Companhia mantém rigorosos procedimentos para mitigar os riscos inerentes ao seu negócio de distribuição de energia elétrica, seja na área técnico-operacional, administrativa, comercial ou financeira. Conta com equipes especializadas para atuar no monitoramento constante das atividades e investe na ampliação de estratégias para evitar sua exposição a cada um dos fatores que apresentem risco potencial.

A gestão também está fundamentada no Princípio de Precaução, que estabelece como prioritária a prevenção nas áreas de saúde e segurança dos colaboradores e empregados parceiros, das comunidades na qual está inserida e do meio ambiente. Por meio do cumprimento rigoroso de procedimentos e normas, busca evitar qualquer impacto negativo decorrente da distribuição de energia elétrica, que serão detalhados ao longo dos capítulos pertinentes.

- *Energético*

Estimativas sobre o cenário de oferta e demanda de energia para o Ceará são analisadas e revistas de forma constante por uma equipe especializada, a fim de prever de forma mais efetiva o futuro dos negócios no longo prazo. São aplicados modelos econométricos para definir a quantidade ótima de contratação, a partir de diversas estimativas de demanda, incorporando variáveis macroeconômicas e setoriais que afetam a evolução do consumo. Também investe na proximidade do seu relacionamento com os clientes institucionais e os grandes clientes, a fim de conhecer os planos de expansão e a necessidade futura de energia. Dessa forma, a Companhia consegue antecipar potenciais impactos sobre a área de distribuição, de forma a assegurar o abastecimento, ampliar a receita e minimizar eventuais prejuízos. Por outro lado, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento que, em momentos anteriores, como ocorrido em 2001, ocasionou uma redução nas receitas da Companhia.

- *Mercado*

A Concessão garante exclusividade na distribuição de energia elétrica em todos os 184 municípios do Ceará, diminuindo o impacto real desse tipo de risco. O aumento do consumo de energia depende, dentre outros fatores, do comportamento da economia e da renda do consumidor. Por isso, a Companhia procura desenvolver programas em parceria com o governo do Estado do Ceará para promover o desenvolvimento sustentável da região. O marco regulatório do setor energético também dispõe de mecanismos compensatórios, que preservam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

- *Regulação*

Como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, a Companhia está sujeita às exigências estabelecidas em seu Contrato de Concessão e às normas definidas pela ANEEL. Todas as mudanças na estrutura regulatória do setor energético brasileiro são acompanhadas e cumpridas integralmente, de modo a evitar o risco de multas ou outras situações de não conformidade. É mantida, ainda, a área de Gerência de Regulação e Mercado para estreitar o relacionamento com o Órgão Regulador, acompanhando de forma permanente os aspectos que podem interferir na continuidade do contrato de concessão.

- *Meio Ambiente*

Para estar em conformidade com a legislação ambiental, foi adotado o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), por meio do qual a Companhia monitora as atividades, orientando a execução dos processos operacionais com base nos requisitos exigidos pela certificação ambiental ISO 14001:2004 e normas técnicas ambientais vigentes. Na compra de materiais, é levado em conta o cumprimento das especificidades técnicas definidas pela área de Meio Ambiente e Sustentabilidade, ainda que os produtos em questão sejam mais caros que a média de mercado.

- *Financeiros*

São considerados riscos financeiros aqueles fatores operacionais que promovem perdas financeiras, além dos riscos de crédito, de liquidez e de mercado (inflacionário, de taxa de juros e de câmbio). Um Comitê de Gestão de Riscos Financeiros avalia mensalmente os níveis de exposição da companhia, recomendando operações financeiras e ações corretivas para o cumprimento da Norma de Riscos Financeiros e Patrimoniais, Política, Controle e Gestão. Para evitar o risco das flutuações de câmbio, foram contratados instrumentos de proteção, como operações de proteção (*hedge*), por meio da contratação de *swap*. Em 31 de março de 2009, o endividamento total em aberto da Companhia era de R\$884,93 milhões, dos quais 10% eram denominados em Dólares, sendo que 1% do endividamento total não estava protegido contra o risco de desvalorização cambial com operações de *hedge*, sendo que a política de risco da Companhia estabelece o limite máximo de 20% da dívida exposta à variação cambial.

- *Operacionais*

O sistema de distribuição está sujeito a interrupções imprevisíveis e acidentais, resultado de falha ou inadequação de processos, sistemas ou pessoas, além de desastres climáticos e roubo de energia e de cabos da rede de distribuição. A Companhia conta com um avançado Centro de Controle de Sistema, que tem a missão de assumir a operação e o controle de todo o sistema elétrico do Ceará, monitorando a meteorologia e identificando com rapidez as interrupções do fornecimento de luz. A partir do mais moderno padrão do Brasil, esse centro opera a rede de alta-tensão de todas as subestações do Ceará e as redes de média e baixa-tensões da Capital e da Região Metropolitana de Fortaleza.

O risco de interrupção de fornecimento em razão da perda de equipamentos é gerido pela ação de equipes especializadas para manutenção preventiva da rede (lavagem de isoladores, termoleitura de transformadores etc.), controle de estoques dos equipamentos essenciais, dentre outros. A Companhia também investe na modernização e automação do sistema e realiza campanhas para diminuir o furto de energia, reforçando, ainda, a infraestrutura dos postes com cabos antifurtos nas regiões com grande número de ocorrências.

Os riscos operacionais decorrentes de erros ou fraudes nos processos de trabalho são controlados por meio da certificação e monitoramento de processos de trabalho considerados críticos, de acordo com os preceitos da Lei Sarbanes-Oxley, sob a supervisão da Unidade de Controle Interno (UCI). Os controles dos processos financeiros relevantes também são monitorados segundo as determinações do Projeto *Normas y Procedimientos* (NyP), da Endesa Espanha.

São realizados investimentos na segurança e na motivação dos seus colaboradores e exigido o mesmo das empresas parceiras, pela convicção de que apenas profissionais bem dispostos conseguem executar com a máxima eficiência os serviços solicitados. O Sistema de Segurança e Saúde Ocupacional está certificado pela norma OHSAS 18001 e atua na mitigação de riscos de acidentes e doenças ocupacionais.

- *Patrimoniais*

São seguidas as políticas corporativas da Endesa Espanha para a proteção securitária de seus ativos, especialmente as sub-estações e prédios administrativos e operacionais da Companhia, além de assumir responsabilidade contra riscos de perdas acidentais que possam comprometer sua rentabilidade e provisionar contingências relacionadas à responsabilidade civil por acidentes e danos a terceiros. Todos esses riscos são cobertos por apólices de seguradoras em escala global e no mercado nacional.

- *Sociais*

Como as relações com as comunidades do entorno podem impactar, de forma positiva ou não, a atividade de distribuição de energia, a Companhia compromete-se seriamente a operar garantindo a máxima segurança para as populações localizadas próximas às suas subestações. Os impactos sociais negativos também estão relacionados à interrupção de fornecimento de energia elétrica, que podem trazer prejuízos diversos, tais como perda de produtividade da classe industrial, queima de aparelhos eletroeletrônicos e, nas cidades, falta de segurança dos indivíduos com a interrupção temporária da iluminação pública, dentre outros.

Além de investimentos crescentes em melhorias na operação, é mantido um Plano de Contingência em casos de ocorrências de alto impacto, nos quais um grande número de clientes é atingido pela suspensão do fornecimento. A comunicação sobre o problema é intensificada e os especialistas técnicos e o Comitê de Gestão de Crises são convocados para gerenciar os procedimentos imediatos. A companhia realiza o devido ressarcimento dos danos por ocorrências elétricas decorrentes de oscilações no sistema de energia.

Em relação ao seu capital humano, a fim de evitar riscos trabalhistas, a Companhia segue as regras da legislação trabalhista e busca de forma constante a promoção do bem-estar de seus colaboradores. Para maiores informações, *vide* seção "Atividades da Companhia – Empregados e Recursos Humanos", na página 251 deste Prospecto.

- *Reconhecimentos*

Como forma de reconhecer a qualidade de prestação de serviços dos parceiros, a Companhia instituiu o Programa de Reconhecimento da Qualidade, que tem como objetivo avaliar e acompanhar o desempenho em campo dos melhores leituristas e eletricitas nos serviços de ligação nova, inspeção, normalização, corte, religação e atendimento emergencial. Os colaboradores são avaliados a partir dos seus indicadores operacionais e de uma pesquisa de satisfação realizada com os clientes que foram atendidos. A cada quadrimestre, são premiados três profissionais que se destacaram nas áreas de Fortaleza, Região Metropolitana, Norte e Sul, além da melhor equipe e do melhor desempenho em todo o processo. Em 2008, ocorreram 18 encontros, com 1.960 participações. Essa iniciativa procura motivar o parceiro a buscar a excelência em todos os aspectos de seu trabalho. Na oportunidade, são promovidos eventos com palestras motivacionais e muita animação.

A partir de 2008, a Companhia também passou a comemorar o Dia do Leiturista, em 20 de julho, a fim de reconhecer a importância deste profissional, que atua na linha de frente do contato com os clientes. Durante dois dias, em um hotel em Fortaleza, 450 pessoas participaram de eventos de confraternização – entre leituristas, coordenadores e supervisores da Companhia, além de donos e gestores de empresas parceiras. Além de brindes, foram distribuídos folders com os 10 mandamentos para um bom atendimento em campo e manual do leiturista, que envolve informações sobre postura, segurança, instalações e configurações de equipamentos e produtos e serviços da Companhia.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

II. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

- Composição do Capital Social
- Acionistas da Emissora
- Aprovação da Oferta
- Informações Relativas à Oferta
- Características das Debêntures
- Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores
- Operações Vinculadas à Oferta
- Destinação dos Recursos
- Capitalização
- Considerações sobre Estimativas e Projeções

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de março de 2009, o capital social da Emissora era de R\$442.946.885,77, representado por 77.855.299 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 ações ordinárias e 29.787.362 ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.131.352 ações preferenciais "Classe A" e 1.656.010 ações preferenciais "Classe B".

O capital social da Emissora está dividido entre seus acionistas da seguinte forma:

| Nome | Ações Ordinárias | % por acionista | Ações Preferenciais Classe A | % por acionista | Ações Preferenciais Classe B | % por acionista | Total | % por acionista |
|--|-------------------|-----------------|------------------------------|-----------------|------------------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| Investluz S.A. | 44.061.433 | 91,66% | - | - | - | - | 44.061.433 | 56,59% |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | - | - | 3.967.756 | 14,11% | 1.531.141 | 92,46% | 5.498.897 | 7,06% |
| LAIF II LLC | - | - | 4.138.100 | 14,71% | - | - | 4.138.100 | 5,32% |
| Endesa Brasil S.A. | - | - | 1.770.000 | 6,29% | - | - | 1.770.000 | 2,27% |
| Free float | 4.006.504 | 8,34% | 18.255.496 | 64,89% | 124.869 | 7,54% | 22.386.869 | 28,76% |
| Total | 48.067.937 | 100,00% | 28.131.352 | 100,00% | 1.656.010 | 100,00% | 77.855.299 | 100,00% |
| % por espécie de ação | 61,74% | - | 36,13% | - | 2,13% | - | 100,00% | - |

Acionistas Controladores

São indicados, a seguir, os acionistas controladores da Emissora, até o nível de pessoa física, quando for o caso. O detalhamento preciso da cadeia de controle da Emissora encontra-se disponível aos potenciais investidores nas informações constantes no Formulário IAN da Emissora, acessível pelo seguinte endereço da Internet: "www.cvm.gov.br" – "Participantes do Mercado" – "Companhias Abertas" – "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações" – acessar "Companhia Energética do Ceará – Coelce" – "IAN" – "Consulta" – "Grupo 3 - Distribuição do Capital" e "Subgrupo 03 – Distribuição do Capital dos Acionistas Com Mais de 5% das ações".

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE (Emissora)

1) INVESTLUZ S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.032.652/0001-04, proprietária de 44.061.433 ações ordinárias, representando 91,66% das ações com direito a voto da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE (EMISSIONA).

1.1) ENDESA BRASIL S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.523.555/0001-67, proprietária de 63.862.991.175 ações ordinárias, representando 63,57% das ações com direito a voto da INVESTLUZ S.A.

1.1.1) EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, proprietária de 60.299.607 ações ordinárias, representando 35,29% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.

1.1.1.1) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 4.919.488.794 ações ordinárias, representando 59,98% das ações com direito a voto da EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A.

1.1.1.1.1) ENDESA LATINOAMERICA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da Espanha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.708.231/0001-78, proprietária de 19.794.583.473 ações ordinárias, representando 60,62% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A.

1.1.1.1.1.1) ENDESA S.A., proprietária de 249.584.027 ações ordinárias, representando 100% das ações com direito a voto da ENDESA LATINOAMERICA S.A.

1.1.1.1.1.1.1) ENEL ENERGY EUROPE SRL., proprietária de 974.051.947 ações ordinárias, representando 92,06% das ações com direito a voto da ENDESA S.A.

1.1.1.1.1.1.1.1) ENEL S.P.A., proprietária de 6.186.419.603 ações ordinárias, representando 100,00% das ações com direito a voto da ENEL ENERGY EUROPE SRL.

1.1.1.1.1.1.1.1.1) MINISTERIO DE ECONOMÍA, proprietária de 1.305.237.516 ações ordinárias, representando 21,10% das ações com direito a voto da ENEL S.P.A.

1.1.1.1.1.1.1.1.2) CASA DEPOSITI E PRESTITI, proprietária de 627.528.282 ações ordinárias, representando 10,14% das ações com direito a voto da ENEL S.P.A.

1.1.1.1.2) ADMINISTRADORA DE FONDOS DE PENSIONES PROVIDA S.A., ou AFP PROVIDA, companhia administradora de fundos de pensão privados no Chile, proprietária, no agregado, de 1.744.595.549 ações ordinárias, representando 5,34% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A.

1.1.1.1.2.1) BBVA INVERSIONES CHILE S.A., antiga BBVA Pensiones Chile S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, proprietária de 171.023.573 ações ordinárias, representando 51,62% das ações com direito a voto da AFP PROVIDA.

1.1.1.1.2.1.1) BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da Espanha, proprietária de 100% das ações com direito a voto da BBVA INVERSIONES CHILE S.A.

O capital social do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A. é totalmente pulverizado no mercado e não existe conhecimento de qualquer acionista que detenha mais que 5% (cinco por cento) das ações do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A.

1.1.1.1.2.2) TITULARES DE AMERICAN DEPOSITARY RECEIPT (ADR's), proprietários de 94.029.465 ações ordinárias, representando 28,38% das ações com direito a voto da AFP PROVIDA.

1.1.1.1.3) TITULARES DE AMERICAN DEPOSITARY RECEIPT (ADR's), proprietários de 3.563.352.750 ações ordinárias, representando 10,91% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A.

1.1.2) ENDESA LATINOAMERICA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da Espanha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.708.231/0001-78, proprietária de 47.354.669 ações ordinárias, representando 27,71% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.

1.1.2.1) A cadeia societária da ENDESA LATINOAMERICA S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1.1.1 e seguintes.

1.1.3) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 36.677.243 ações ordinárias, representando 21,46% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.

1.1.3.1) A cadeia societária da ENERSIS S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1.1.1 e seguintes.

1.2) AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.809.905/0001-56, proprietária de 36.598.904.252 ações ordinárias, representando 36,43% das ações com direito a voto da INVESTLUZ S.A.

1.2.1) ENDESA BRASIL S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.523.555/0001-67, proprietária de 5.626.353.501 ações ordinárias, representando 46,89 % das ações com direito a voto da AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

1.2.1.1) A cadeia societária da ENDESA BRASIL S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1 e seguintes.

1.2.2) CHILECTRA INVERSUD S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.294.410/0001-31, proprietária de 2.522.689.653 ações ordinárias, representando 21,02% das ações com direito a voto da AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

1.2.2.1) CHILECTRA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.723.875/0001-35, proprietária de 56.901 ações ordinárias, representando 100,00% das ações com direito a voto da CHILECTRA INVERSUD S.A.

1.2.2.1.1) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 1.140.130.668 ações ordinárias, representando 99,08% das ações com direito a voto da CHILECTRA S.A.

1.2.2.1.1.1) A cadeia societária da ENERSIS S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1.1.1 e seguintes.

1.2.3) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 1.641.574.701 ações ordinárias, representando 13,68% das ações com direito a voto da AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

1.2.3.1) A cadeia societária da ENERSIS S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1.1.1 e seguintes.

1.2.4) CHILECTRA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.723.875/0001-35, proprietária de 1.241.352.743 ações ordinárias, representando 10,34 % das ações com direito a voto da AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

1.2.5) EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis de Portugal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.706.311/0001-94, proprietária de 924.436.885 ações ordinárias, representando 7,70 % das ações com direito a voto da AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

1.2.5.1) PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS SGPS S.A., proprietária de 749.323.856 ações ordinárias, representando 20,49% das ações com direito a voto da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

1.2.5.1.1) GOVERNO DE PORTUGAL, proprietário de 100% do capital da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS SGPS S.A.

1.2.5.2) IBERDROLA – PARTICIPAÇÕES SGPS S.A., proprietária de 347.371.083 ações ordinárias, representando 9,50% das ações com direito a voto da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. (conforme descrito nas demonstrações financeiras da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. (Relatório e Contas 2008), o percentual de voto atribuído à IBERDROLA – PARTICIPAÇÕES SGPS S.A. está limitado a 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social).

1.2.5.3) CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS, proprietária de 183.257.513 ações ordinárias, representando 5,01% das ações com direito a voto da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. (conforme descrito nas demonstrações financeiras da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. (Relatório e Contas 2008), o percentual de voto atribuído à CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS está limitado a 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social).

1.2.5.4) CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, proprietária de 191.172.634 ações ordinárias, representando 5,23% das ações com direito a voto da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. (conforme descrito nas demonstrações financeiras da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. (Relatório e Contas 2008), o percentual de voto atribuído à CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS está limitado a 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social).

1.2.5.4.1) GOVERNO DE PORTUGAL, proprietário de 100% do capital da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS.

2) CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.001.180/0001-26, proprietária de 5.498.897 ações preferenciais sem direito a voto, representando 7,06% do total de ações da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE (EMISSIONA).

2.1) UNIÃO FEDERAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.460/0001-41, proprietária de 488.656.241 ações ordinárias, representando 53,99% das ações com direito a voto, e de 35.191.002 ações preferenciais sem direito a voto, perfazendo participação de 46,38% no capital social total da CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

2.2) BNDESEPAR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.383.281/0001-09, proprietária de 133.757.950 ações ordinárias, representando 14,78% das ações com direito a voto da CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

2.3) JP MORGAN CHASE BANK, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.518.205/0001-64, proprietária de 83.367.342 ações ordinárias, representando 9,21% das ações com direito a voto, e de 26.710.260 ações preferenciais sem direito a voto, perfazendo participação de 9,74% no capital social total da CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

3) LAIF II LLC, fundo de investimento constituído e organizado de acordo com as leis do Estado de Delaware, EUA, proprietária de 4.138.100 ações preferenciais sem direito a voto, representando 5,32% do total de ações da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE (EMISSIONA).

4) ENDESA BRASIL S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.523.555/0001-67, proprietária de 1.770.000 ações preferenciais sem direito a voto, representando 2,27% do total de ações da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE (EMISSIONA).

4.1) A cadeia societária da ENDESA BRASIL S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1 e seguintes.

Para maiores informações acerca dos acionistas da Companhia, vide seção "Capital, Dividendos e Acionistas", na página 273 deste Prospecto.

ACIONISTAS DA EMISSORA

A Emissora foi criada pela Lei Estadual nº 9.477/71 e sua criação foi resultado da unificação das quatro empresas distribuidoras de energia elétrica existentes no Ceará (Cenorte, Celca, Cerne e Conefor).

A Emissora tornou-se uma companhia de capital aberto em junho de 1995 e a partir desta data suas ações passaram a ser negociadas nas principais bolsas de valores brasileiras. Naquela época, os principais acionistas da Emissora eram as prefeituras municipais do Estado do Ceará, o governo do Estado do Ceará e a Eletrobrás.

Em 2 de abril de 1998, por meio de leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a Emissora foi privatizada. O grupo vencedor do leilão foi o consórcio Distriluz, formado pela Endesa Espanha, Enersis, Chilectra e CERJ.

Em 13 de maio de 1998, a Distriluz, a Emissora, a ANEEL e o Estado do Ceará celebraram o Contrato de Concessão, que outorga à Emissora 30 anos de direitos exclusivos sobre a distribuição de energia elétrica no Estado. *Vide* seção "Informações sobre a Companhia - Atividades da Companhia", na página 189 deste Prospecto.

Em 27 de setembro de 1999, a Emissora concluiu um processo de reestruturação societária pelo qual a Emissora incorporou sua controladora Distriluz. A Investluz, controladora da Emissora desde a época da privatização (ainda que de forma indireta), é titular de 56,60% do capital total da Emissora.

Segue abaixo breve descrição dos principais acionistas da Emissora:

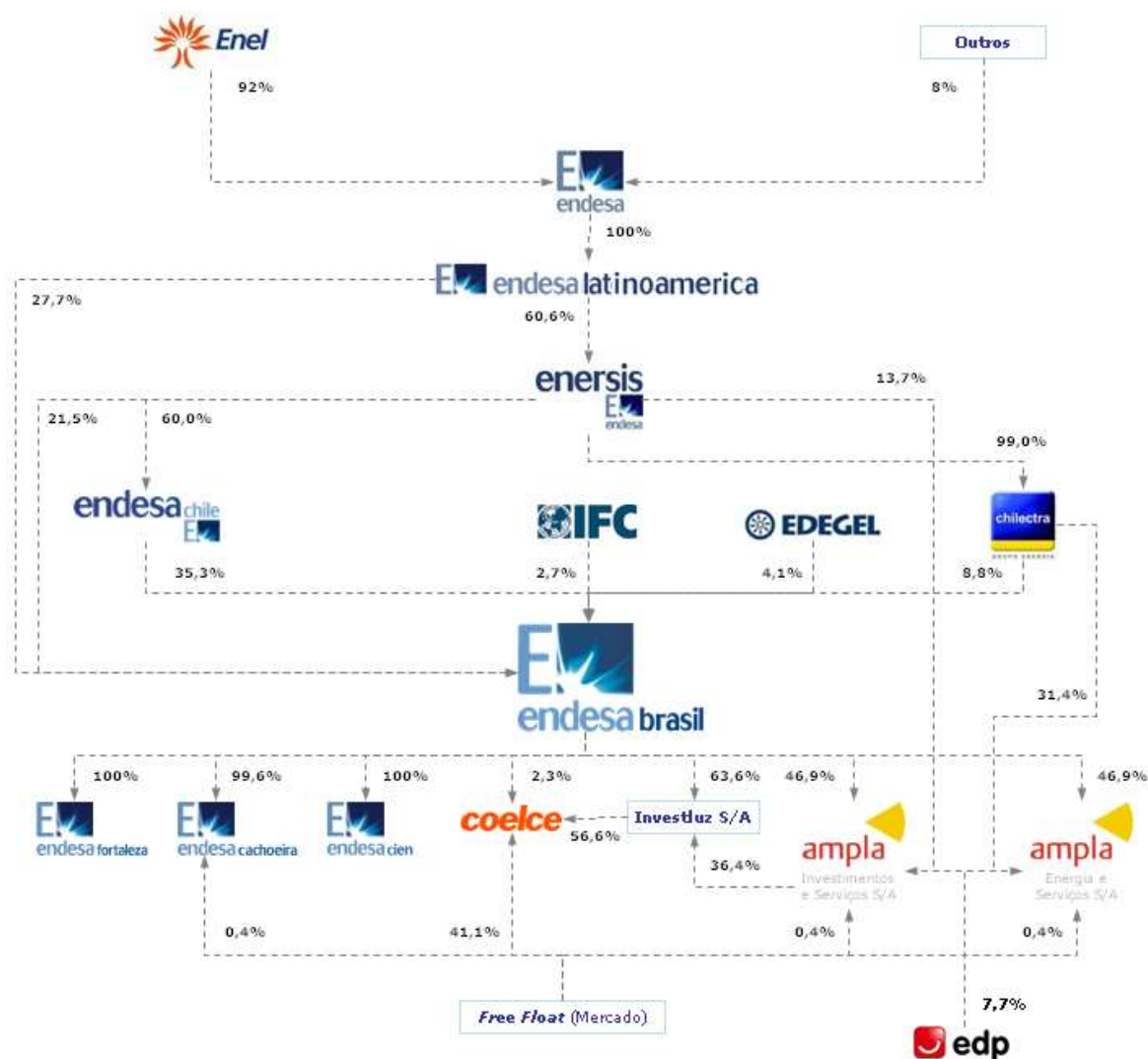
Investluz. A Investluz é uma sociedade *holding*, que tem como principal atividade a participação no capital de outras sociedades, e foi criada com o objetivo de participar no capital social da Emissora e em outras sociedades, no Brasil e no exterior, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. O principal ativo da Investluz é uma participação na Emissora.

Endesa Brasil. A Endesa Brasil é uma sociedade *holding* cujos principais e únicos ativos são participações societárias em empresas que atuam no setor elétrico brasileiro. Atualmente, as principais participações societárias diretamente detidas pela Endesa Brasil são representadas por ações do capital social da Ampla, da Emissora, da Endesa Cachoeira, da Endesa Cien, da Endesa Fortaleza e da Investluz, conforme organograma abaixo.

As principais linhas de negócio em que a Endesa Brasil atua são a distribuição, geração, comercialização e exportação/importação de energia elétrica, sendo a distribuição realizada através da Emissora e da Ampla, a geração e comercialização feita por meio da Endesa Cachoeira e da Endesa Fortaleza, e importação e exportação de energia entre Brasil e Argentina por meio da Endesa Cien.

Estrutura Acionária 2009

Endesa Brasil



Nota: Para fins da Estrutura Acionária acima, foi considerado como *free float* todos os acionistas que não fazem parte do grupo da Endesa, ou seja, todos que não Investluz e Endesa Brasil.

APROVAÇÃO DA OFERTA

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações (i) da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 8 de junho de 2009, pela qual foi aprovada a segunda emissão pública de Debêntures pela Emissora, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará em 10 de junho de 2009 sob o nº 20090515129 e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 10 de junho de 2009 e nos jornais Valor Econômico – Edição Nacional e Diário do Nordeste (CE) em 9 de junho de 2009; e (ii) da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 22 de julho de 2009, que aprovou a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, apuradas por meio de Procedimento de *Bookbuilding*, bem como a quantidade de Debêntures alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures alocada para a segunda série da Emissão, cuja ata foi registrada na JUCEC em 28 de julho de 2009 sob o nº 20090678710 e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 24 de julho de 2009 e nos jornais Valor Econômico – Edição Nacional e Diário do Nordeste (CE) em 23 de julho de 2009.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Para informações sobre o plano da Oferta, *vide* seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta", na página 82 deste Prospecto.

Prazo de Subscrição

Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início.

Forma de Subscrição

As Debêntures serão subscritas por meio do SDT.

Forma de Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

Número da Emissão

As Debêntures representam a segunda emissão pública de debêntures da Emissora.

Valor Total da Emissão

O valor total da emissão é de R\$245.000.000,00, na Data de Emissão.

Quantidade

Serão emitidas 24.500 Debêntures.

Valor Nominal

As Debêntures terão Valor Nominal Unitário de R\$10.000,00 na Data de Emissão.

Séries

A emissão será realizada em duas séries, sendo 9.050 (nove mil e cinquenta) Debêntures da Primeira Série, e 15.450 (quinze mil, quatrocentas e cinquenta) Debêntures da Segunda Série.

A Emissora não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado, conforme previsto no artigo 59, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.

Tipo e Forma

As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

Espécie e Limites de Emissão

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

Tendo em vista que, na data de assinatura da Escritura de Emissão, o capital social integralizado da Emissora era de R\$442.946.885,77 e que as Debêntures totalizam R\$245.000.000,00, o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações está atendido.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 15 de julho de 2009.

Prazo e Data de Vencimento

O prazo das Debêntures da Primeira Série será de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2011; e das Debêntures da Segunda Série será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2014.

Amortização do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente desde a Data de Emissão, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2012 e a segunda com vencimento em 15 de julho de 2013, ambas no valor de R\$3.333,33 (três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), e a última, com vencimento em 15 de julho de 2014, no valor de R\$3.333,34 (três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos).

Remuneração

As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

Remuneração das Debêntures da Primeira Série. A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:

- (i) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e
- (ii) juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, desde a Data de Emissão até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série ("Juros Remuneratórios da Primeira Série"). Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão ser pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável). O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 0,0095; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série. A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

(i) atualização monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE ("Atualização da Segunda Série"), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade prevista abaixo (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável). A Atualização da Segunda Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o "NI_k" corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo "dut" um número inteiro.

Observações:

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;

Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversários consecutivas;

O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

(ii) juros remuneratórios: as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a uma taxa de 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* ("Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série"). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o item (i) acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão e, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left(spread + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 0,0750; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização": (a) para as Debêntures da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo); e (b) para as Debêntures da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo).

Define-se o "Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série" como o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série remanescente após cada Data de Amortização da Segunda Série (conforme definido abaixo).

Indisponibilidade Temporária da Taxa DI

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto abaixo.

Indisponibilidade da Taxa DI

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Primeira Série da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X da Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto abaixo.

Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 4.2.2 e seguintes da Escritura de Emissão para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da data em que passar a vigorar, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

Indisponibilidade Temporária do IPCA

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto abaixo.

Indisponibilidade do IPCA

Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X da Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto abaixo.

Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização da Segunda Série.

Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série

Debêntures da Primeira Série: O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2010 e o último pagamento em 15 de julho de 2011, que é a Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série").

Debêntures da Segunda Série: O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2010 e o último pagamento em 15 de julho de 2014, que é a Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série").

Repactuação

Não haverá repactuação programada.

Resgate Antecipado Facultativo

A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração, a seu exclusivo critério: (a) a partir do 12º (décimo segundo) mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Primeira Série ("Período de Resgate Antecipado da Primeira Série"); e (b) a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Segunda Série ("Período de Resgate Antecipado da Segunda Série" e, em conjunto com o Período de Resgate Antecipado da Primeira Série, os "Períodos de Resgate Antecipado"), realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso ("Resgate Antecipado Facultativo").

O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observado os respectivos Períodos de Resgate Antecipado, mediante publicação de comunicação a ser amplamente divulgada nos termos do item 4.13 da Escritura de Emissão ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado respectiva; (b) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial; (c) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures será devidamente atualizado até a Data de Resgate Antecipado (conforme aplicável), observado o disposto no parágrafo acima, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado ("Valor de Resgate") e (ii) de prêmio de resgate a ser calculado de acordo com os parágrafos abaixo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

Debêntures da Primeira Série: O(s) prêmio(s) de resgate a que farão jus os Debenturistas da Primeira Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série será(ão) calculado(s) de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * 0,0075 * \text{Valor de Resgate}$$

onde:

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Primeira Série; e

D = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período de Resgate Antecipado da Primeira Série e a Data de Vencimento da Primeira Série.

Debêntures da Segunda Série: O(s) prêmio(s) de resgate a que farão jus os Debenturistas da Segunda Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série será(ão) calculado(s) de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * 0,015 * \text{Valor de Resgate}$$

onde:

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Segunda Série; e

D = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período de Resgate Antecipado da Segunda Série e a Data de Vencimento da Segunda Série.

No caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o Resgate Antecipado Facultativo seja referente às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série) para fins de deliberar os critérios do sorteio, observado, para tanto, o disposto no item 6.1.5.1 e na Cláusula X da Escritura de Emissão.

No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado acima, tal Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado para as Debêntures da Primeira Série e/ou para as Debêntures da Segunda Série (conforme o caso) registradas no SND, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série (conforme o caso) a serem resgatadas por Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso), serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade

As Debêntures resgatadas pela Emissora serão obrigatoriamente canceladas.

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado a exclusivo critério da Emissora ou na hipótese da Indisponibilidade da Taxa DI ou do IPCA ", na página 107 deste Prospecto.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

Encargos Moratórios

Caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, excluindo-se a hipótese de a variação acumulada do IPCA resultar em um valor negativo. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas previstas na Escritura de Emissão, utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados à CETIP ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado na seção "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Local de Pagamento", na página 74 deste Prospecto, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvado os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Vencimento Antecipado

Sujeito ao disposto nos três últimos parágrafos deste item, são considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme o caso), calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) Descumprimento, pela Emissora, da obrigação de pagamento: (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente atualizado (conforme aplicável); (ii) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série; e/ou (iii) de quaisquer encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente atualizado (conforme aplicável), e/ou dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, contado da data do respectivo vencimento;
- (b) Caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- (c) Descumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;
- (d) Término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Emissora (conforme aplicável);
- (e) Decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;
- (f) Protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;
- (g) Alteração do controle acionário indireto da Emissora, exceto nos casos em que: (i) o novo controlador indireto não tenha *rating* corporativo atribuído pela Fitch Ratings ("Fitch"), Moody's Investors Service ("Moody's") ou Standard & Poor's Rating Services ("S&P") inferior em mais de 1 (um) nível (*notch*) em relação ao *rating* global da Enersis S.A. ("Enersis"); e (ii) a alteração do controle acionário indireto não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em mais de 1 (um) nível (*notch*). Para fins deste subitem (g), haverá alteração do controle acionário indireto da Emissora se a Enersis deixar de ser a controladora indireta da Emissora;

(h) Sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação da Emissora por outra sociedade, cisão ou fusão da Emissora, exceto nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em mais de 1 (um) nível (*notch*);

(i) Inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer (quaisquer) acordo(s) do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, exceto se: (i) sanado no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; ou (ii) a Emissora obtiver as medidas legais e/ou judiciais cabíveis para o não pagamento no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento;

(j) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados: (i) da data do referido descumprimento, caso a Emissora receba comunicação escrita neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis após a data do descumprimento, data de descumprimento esta a ser informada à Emissora pelo Agente Fiduciário por meio de referida comunicação escrita; ou (ii) da data em que a Emissora receber comunicação escrita do Agente Fiduciário conforme prevista na alínea (i) deste subitem (j), caso a Emissora não receba, em até 3 (três) Dias Úteis após o respectivo descumprimento, comunicação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo certo que, caso um período de cura específico e distinto dos 15 (quinze) Dias Úteis previstos acima tenha sido estipulado com relação a qualquer obrigação não pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão, tal período de cura específico prevalecerá, observadas as disposições constantes deste subitem (j) para fins de contagem desse período de cura específico;

(k) Nacionalização, desapropriação ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Emissora essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Emissora de honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;

(l) Redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e

(m) Não atendimento, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros"), a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Emissora à CVM, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao terceiro trimestre de 2009:

- I. Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; e
- II. EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,75.

Para os efeitos do disposto no subitem (m) acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Dívida Financeira Líquida" significa a soma de (i) empréstimos e financiamentos, inclusive com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e agências multilaterais; (ii) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da Emissora (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (iii) saldo líquido de operações de derivativos (*i.e.*, passivos menos ativos de operações com derivativos); (iv) dívidas oriundas de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures e/ou notas promissórias comerciais da Emissora; e (v) dívidas com pessoas ligadas listadas no passivo da Emissora, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Emissora, excluindo-se os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emissora; menos o resultado da soma (i) do numerário disponível em caixa da Emissora; (ii) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras da Emissora; e (iii) dos saldos de aplicações financeiras da Emissora.

"EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo aos últimos 12 (doze) meses, antes da contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação e amortização.

"Despesa Financeira Líquida" significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, em bases consolidadas.

Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X da Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido abaixo.

Se, nas Assembleias Gerais referidas acima: (a) Debenturistas da Primeira Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou; (b) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

Adicionalmente, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, aplicando-se o disposto abaixo.

Observado o disposto acima, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série (conforme aplicável), com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (se for o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8 da Escritura de Emissão.

Assembleias Gerais de Debenturistas

Às assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais" ou, individualmente, "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no seção "Informações Cadastrais da Emissora – Jornais nos quais a Companhia divulga informações", na página 32 deste Prospecto, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Da mesma forma, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

Quorum de instalação

A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou no mínimo a metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, previstos na Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures da Primeira Série em Circulação" ou "Debêntures da Segunda Série em Circulação" (conjuntamente, as "Debêntures em Circulação") todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

Mesa Diretora

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

Quorum de Deliberação

Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no parágrafo abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

Não estão incluídos nos *quora* mencionados no parágrafo acima: (a) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura da Emissão, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas de ambas as séries da presente Emissão; (b) as alterações relativas (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 da Escritura de Emissão; (ii) às condições de Resgate Antecipado Facultativo, conforme previsto na Cláusula VI da Escritura de Emissão; (iii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto na Escritura de Emissão; e/ou (iv) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (b) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso), seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série; e (c) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII (que trata das hipóteses de vencimento antecipado) da Escritura de Emissão, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

Alterações aos Quora de Instalação e/ou Deliberação

As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.5 e 10.6 da Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos parágrafos acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

Matérias de Interesse Específico

Na hipótese de instalação de Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições da Cláusula X da Escritura de Emissão aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

Divulgação de Anúncios Relacionados à Oferta

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, e publicados no Diário Oficial do Estado do Ceará, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (www.coelce.com.br/ri.htm), exceção feita à publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, ao Anúncio de Início e ao anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures ("Anúncio de Encerramento"), que serão publicados apenas no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de distribuição de energia. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 91 a 107 deste Prospecto, antes de aceitar a Oferta.

Registro para Distribuição das Debêntures

As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT, sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do SND, administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

Manifestação de Aceitação à Oferta

Respeitadas (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início.

Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta

Caso a Oferta seja suspensa ou modificada, nos termos do item "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" abaixo, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores até às 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, e sem reembolso, e com dedução, se for o caso, dos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores: (i) até às 16 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização deste Prospecto, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, e sem reembolso, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder comunicará aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de três dias úteis contados da data da comunicação do cancelamento da Oferta.

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta.

É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores.

A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início. Os Coordenadores deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Os Coordenadores comunicarão diretamente aos investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência aos Coordenadores ou em sua sede, no endereço indicado na seção "Identificação de Administradores, Consultores Legais e Auditores Independentes", na página 35 deste Prospecto, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, aplicar-se-á o disposto no terceiro parágrafo deste item, que se refere à restituição dos valores aos investidores.

Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez

Não foram celebrados contrato de estabilização de preços ou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures.

Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição estará disponível para consulta na sede da Emissora, no endereço indicado na seção "Identificação de Administradores, Consultores Legais e Auditores Independentes", na página 35 deste Prospecto.

Garantia Firme

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores foram contratados para realizar a coordenação, colocação e distribuição pública das Debêntures em regime de garantia firme de colocação, válida até o dia 14 de setembro de 2009, exceto conforme disposto abaixo, sem qualquer solidariedade entre os Coordenadores e na proporção descrita a seguir:

| Instituição Financeira | Montante de Garantia Firme na Data de Emissão | Percentual de Garantia Firme na Data de Emissão |
|------------------------|--|--|
| Itaú BBA..... | R\$122.500.000,00 | 50% |
| Santander | R\$122.500.000,00 | 50% |
| Total..... | R\$245.000.000,00 | 100% |

A colocação das Debêntures será feita em até 3 (três) Dias Úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Colocação").

Se, ao final do prazo mencionado acima, as Debêntures não tiverem sido totalmente colocadas, cada Coordenador deverá subscrever, até o limite da garantia firme prestada à Emissora, conforme especificado na tabela supra, a totalidade das Debêntures que porventura não tenham sido colocadas junto a investidores.

Os Coordenadores poderão revender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação por preço não superior ao Preço de Subscrição acrescido da Remuneração das Debêntures entre a Data de Emissão e a data de revenda. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Plano da Oferta

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, os Coordenadores iniciarão a colocação das Debêntures.

A colocação das Debêntures somente ocorrerá após: (a) a obtenção do registro da Oferta junto à CVM; (b) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, nos termos da Instrução CVM 400; e (c) a publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400 ("Aviso ao Mercado") e do Anúncio de Início. A colocação pública das Debêntures será realizada no mercado primário por meio do SDT.

Anteriormente ao registro da Oferta junto à CVM, os Coordenadores disponibilizarão ao público o Prospecto Preliminar, precedido da publicação do Aviso ao Mercado, não havendo, contudo, recebimento pelos Coordenadores de reservas de subscrição de Debêntures.

A colocação será pública e sob o regime de garantia firme de subscrição, com a intermediação dos Coordenadores, não existindo lotes mínimos ou máximos de investimento.

O plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores levará em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos estabelecidos no Contrato de Distribuição. Não haverá a possibilidade de reservas para subscrição ou aquisição das Debêntures durante prazo de distribuição pública. Ao final do prazo de distribuição pública os Coordenadores exercerão a garantia firme de subscrição, observado o disposto no Contrato de Distribuição.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável e a prestação de informações à Emissora, quando por ela solicitado, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (a) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (b) a adequação do investimento ao perfil de risco dos investidores; bem como (c) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º, incisos I, II e III, do artigo 33 da Instrução CVM 400.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

O prazo de colocação das Debêntures será de até 3 (três) Dias Úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início. Após a integral colocação das Debêntures, será publicado o respectivo Anúncio de Encerramento.

Ao final do Prazo de Colocação, os Coordenadores estarão obrigados a subscrever e integralizar, até o respectivo limite da garantia firme prestada por cada um, a totalidade das Debêntures que porventura não tenham sido colocadas junto a investidores, até a Data de Liquidação.

Durante todo o Prazo de Colocação, o preço de integralização das Debêntures da Primeira Série corresponderá ao Preço de Subscrição da Primeira Série e o preço de integralização das Debêntures da Segunda Série corresponderá ao Preço de Subscrição da Segunda Série.

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

Não será: (a) constituído fundo de sustentação de liquidez; (b) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures; e/ou (c) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures no âmbito da Oferta, seja por meio de lote adicional (nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400), seja por meio de lote suplementar (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400).

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso qualquer dos Coordenadores eventualmente venha a subscrever Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, e tenha interesse em vender qualquer dessas Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Preço de Subscrição da Primeira Série e/ou Preço de Subscrição da Segunda Série, conforme o caso.

A revenda de Debêntures por qualquer dos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época, observada a regulamentação aplicável.

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, da Oferta, com base no valor na Data de Emissão:

| Custo Total da Oferta | Valor (R\$) | % Valor Total da Emissão |
|---|--------------------|---------------------------------|
| Valor da Emissão | R\$245.000.000,00 | 100,00 |
| Custo da Oferta | R\$6.936.980,73 | 2,83 |
| Custo de Registro pela CVM | R\$165.740,00 | 0,07 |
| Custo de Registro pela ANBID | R\$15.000,00 | 0,01 |
| Comissão de Coordenação e Estruturação | R\$612.500,00 | 0,25 |
| Comissão de Colocação | R\$269.500,00 | 0,11 |
| Prêmio de Garantia Firme | R\$980.000,00 | 0,40 |
| Comissão de Sucesso | R\$4.129.240,73 | 1,68 |
| Despesas com Auditores e Advogados | R\$437.000,00 | 0,18 |
| Despesas com Classificação de Risco | R\$220.000,00 | 0,09 |
| Despesas com Publicações, Impressões e Apresentações a Potenciais Investidores | R\$108.000,00 | 0,04 |
| Montante Líquido para a Emissora | R\$238.063.019,27 | 97,17 |
| Percentual do Custo da Oferta em Relação ao Valor da Emissão | - | 2,83 |

| Custo Unitário da Oferta | Valor (R\$) | % do Valor Unitário |
|--|--------------------|----------------------------|
| Valor Nominal Unitário | 10.000,00 | 100,00 |
| Custo da Oferta por Debênture | R\$283,14 | 2,83 |
| Montante Líquido para a Emissora por Debênture | R\$9.716,86 | 97,17 |

Além das comissões indicadas na tabela acima, não serão devidos quaisquer outros tipos de remuneração aos Coordenadores.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

Coordenador Líder

Além do relacionamento referente à presente Oferta, o Coordenador Líder e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. ("UBB"), sociedade de seu conglomerado econômico, mantém relacionamento comercial com a Emissora, incluindo operações de financiamento de curto, médio e longo prazos, prestação de fianças bancárias, prestação de serviços de conta corrente, *cash management* e aplicações financeiras, e a Emissora poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades. Na data deste Prospecto, as principais operações entre a Emissora e o Coordenador Líder e/ou com outra sociedade de seu conglomerado financeiro (incluindo o UBB) consistiam em: (i) fiança prestada em favor da Emissora, no valor de R\$40 milhões, para garantir compra de energia pela Emissora, com vencimento em fevereiro de 2010; (ii) operações de repasse de recursos do BNDES - FINEM no montante total de, aproximadamente, R\$112,5 milhões com vencimento em dezembro de 2014, a taxa de juros correspondente à variação da TJLP, acrescida de spread de 0,9% a.a. sobre o *spread* básico do BNDES de 2,8% a.a., onde já foram pagos pela Emissora, desde agosto de 2008, juros no montante de, aproximadamente, R\$5,2 milhões, sendo que há ainda o compromisso entre o Coordenador Líder, o UBB e a Emissora com relação a um montante adicional de R\$52,5 milhões no âmbito destas operações, sujeito a determinadas condições nos termos da respectiva documentação; e (iii) prestação de serviços bancários em geral, incluindo a arrecadação e manutenção de conta corrente.

O Coordenador Líder atuou, ainda, como coordenador líder na distribuição pública, sob o regime de garantia firme, de 490 notas promissórias comerciais da sétima emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$0,5 milhões, emitidas em 4 de junho de 2009, no valor total de R\$245 milhões, com remuneração de CDI, capitalizada de uma sobretaxa equivalente a 1,60% a.a. e que têm vencimento em 30 de maio de 2010. As notas promissórias comerciais da sétima emissão foram integralmente subscritas e integralizadas por investidores no âmbito da respectiva oferta pública, de forma que não houve o exercício da garantia firme de colocação prestada pelo Coordenador Líder.

Nem o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico receberá qualquer remuneração referente à Oferta além daquelas descritas no Contrato de Distribuição e na seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Custos da Oferta", na página 84 deste Prospecto, não havendo, ainda, qualquer conflito de interesses envolvendo o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico com a Companhia.

Santander

Além do relacionamento referente à presente Oferta, a Emissora manteve e mantém relacionamento comercial com o Santander ou com sociedades de seu conglomerado econômico, incluindo operações de financiamento de curto, médio e longo prazos, fianças bancárias, prestação de serviços de conta corrente, *cash management* e aplicações financeiras, e poderá, no futuro, contratar o Santander ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades. Na data da disponibilização do presente Prospecto, as principais operações entre a Emissora e o Santander consistiam em: (i) garantia no valor de US\$20,8 milhões para garantir empréstimo do BEI à Emissora, com vencimento previsto para 16 de novembro de 2012 e comissão de garantia de 0,80% a.a.; e (ii) serviços bancários em geral, incluindo a manutenção de conta corrente.

O Santander atuou, ainda, como (i) coordenador líder na distribuição pública de 20 notas promissórias comerciais da sexta emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$12,25 milhões, emitidas em 23 de julho de 2008, no valor total de R\$245 milhões, com remuneração de CDI, capitalizada de uma sobretaxa equivalente a 0,95% a.a., sendo que o Santander subscreveu notas promissórias da referida emissão no valor total de R\$122,5 milhões, tendo a totalidade das notas promissórias sido integralmente resgatadas e liquidadas pela Companhia; e (ii) coordenador na distribuição pública de 490 notas promissórias comerciais da sétima emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$0,5 milhões, emitidas em 4 de junho de 2009, no valor total de R\$245 milhões, com remuneração de CDI, capitalizada de uma sobretaxa equivalente a 1,60% a.a. e que têm vencimento em 30 de maio de 2010. As notas promissórias comerciais da sétima emissão foram integralmente subscritas e integralizadas por investidores no âmbito da respectiva oferta pública, de forma que não houve o exercício da garantia firme de colocação prestada pelo Santander.

Nem o Santander ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico receberá qualquer remuneração referente à Oferta além daquelas descritas no Contrato de Distribuição e na seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Custos da Oferta", na página 84 deste Prospecto, não havendo, ainda, qualquer conflito de interesses envolvendo o Santander ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico com a Companhia.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Coordenador Líder

Além do relacionamento referente à Oferta, o Itaú BBA mantém o relacionamento detalhado na seção "Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores" na página 85 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora, ao Itaú BBA, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

Santander

Além do relacionamento referente à Oferta, o Santander mantém o relacionamento detalhado na seção "Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores" na página 85 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora, ao Santander, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

O montante líquido obtido pela Emissora com a Oferta será integralmente utilizado para o resgate antecipado e a consequente liquidação das 490 notas promissórias comerciais da sétima emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$500.000,00, emitidas em 4 de junho de 2009, no valor total de R\$245.000.000,00, com remuneração de CDI, capitalizada de uma sobretaxa equivalente a 1,60% a.a., que foram objeto de distribuição pública e que têm vencimento em 30 de maio de 2010, cujos recursos foram integralmente utilizados pela Emissora para o resgate antecipado das 20 notas promissórias comerciais da sexta emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$12.250.000,00, emitidas em 23 de julho de 2008, com data de vencimento em 18 de julho de 2009, no valor total de R\$245.000.000,00, com remuneração de CDI, capitalizada de uma sobretaxa equivalente a 0,95% a.a., cujos recursos captados foram integralmente utilizados pela Emissora da seguinte forma: (i) R\$165 milhões (67%) destinados para o refinanciamento de dívida de curto prazo; e (ii) R\$80 milhões (33%) destinados para o financiamento de capital de giro da Emissora.

A Oferta é realizada sob o regime de garantia firme de colocação, não havendo, portanto, formas alternativas de captação para que a Companhia atinja o seu objetivo de captação.

Em 26 de junho de 2009 o saldo das notas promissórias comerciais da sétima emissão era de R\$246.538.065,62, sendo que o saldo entre o montante captado através da presente Oferta e o valor devido pela Companhia em relação às notas promissórias comerciais da sétima emissão, será quitado pela Companhia com recursos próprios obtidos de suas disponibilidades de caixa.

Para maiores informações sobre o impacto da destinação dos recursos na situação patrimonial da Companhia ver seção "Capitalização" na página 88 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta o endividamento e a capitalização total da Companhia no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009. Essas informações foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, foi inserida uma coluna para refletir o efeito *pro forma* da emissão e colocação da totalidade das Debêntures.

A tabela seguinte deve ser analisada em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas contidas em outras seções deste Prospecto. Não houve qualquer alteração relevante na capitalização da Companhia desde 31 de março de 2009.

| | Período de três meses findo em | |
|---|--------------------------------|-------------------------|
| | 31 de março de 2009 | 31 de março de 2009 |
| | Real | Ajustado ⁽¹⁾ |
| | (em milhares de Reais) | |
| Ativos Financeiros | (25.242) | (1.742) ⁽²⁾ |
| Total de Empréstimos e Financiamentos | 884.931 | 861.431 |
| Curto Prazo ⁽³⁾ | 355.281 | 86.781 |
| Longo Prazo ⁽⁴⁾ | 529.650 | 774.650 |
| Endividamento Líquido | 859.689 | 859.689 |
| Patrimônio Líquido | 997.620 | 997.620 |
| Capitalização Total | 1.857.309 | 1.857.309 |

⁽¹⁾ Ajustado para refletir a aplicação dos recursos obtidos com a colocação da totalidade das Debêntures, qual seja, o resgate e liquidação da sétima emissão de notas promissórias comerciais da Companhia.

⁽²⁾ Inclui o pagamento da parcela de juros referente à sexta emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, provisionadas em 31 de março de 2009 (R\$23.500 mil).

⁽³⁾ É a soma do principal circulante (i) total em moeda estrangeira (R\$20.070 mil), (ii) total em moeda nacional (R\$301.294 mil); (iii) resultados das operações de *swap* (R\$4.244 mil), acrescido dos encargos (R\$29.673 mil), conforme Nota Explicativa 16 – "Empréstimos e Financiamentos", das Informações Financeiras Trimestrais de 31 de março de 2009 da Companhia, na página 879 deste Prospecto.

⁽⁴⁾ É a soma do principal não circulante (i) total em moeda estrangeira (R\$66.658 mil); (ii) total em moeda nacional (R\$453.938 mil); e (iii) resultados das operações de *swap* (R\$9.054 mil), conforme Nota Explicativa 16 – "Empréstimos e Financiamentos", das Informações Financeiras Trimestrais de 31 de março de 2009 da Companhia, na página 879 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES

Este Prospecto contém declarações prospectivas. As declarações que apresentem natureza hipotética, que dependam de acontecimentos ou condições futuras ou que a eles se refiram ou que incluam palavras como "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "acredita", "estima", "projeta" e expressões similares são declarações prospectivas. Embora a Emissora acredite que essas declarações prospectivas sejam baseadas em pressupostos razoáveis, essas declarações estão sujeitas a vários riscos e incertezas e são feitas levando em conta as informações às quais atualmente a Emissora tem acesso.

Ademais, determinadas informações referentes ao Brasil e ao setor de energia elétrica incluídas neste Prospecto foram compiladas de dados disponíveis ao público em geral e a Emissora, as sociedades integrantes do Grupo Endesa e os Coordenadores não assumem qualquer responsabilidade pela veracidade ou precisão dessas informações.

As declarações prospectivas poderão ser influenciadas por certos fatores, incluindo os seguintes:

- conjuntura geral econômica, política, financeira e comercial nos mercados de atuação da Emissora e das demais empresas de seu grupo, tanto no Brasil como no exterior, inclusive níveis de demanda e de preços;
- flutuações da taxa de juros, inflação e variações na taxa de câmbio do Real em relação ao dólar dos Estados Unidos da América;
- nível de endividamento e correspondentes exigências de serviço da dívida da Emissora e das demais empresas de seu grupo;
- capacidade da Emissora e das demais empresas de seu grupo de obter financiamentos em termos satisfatórios;
- concorrência;
- medidas adotadas pelos principais acionistas da Emissora e das demais empresas de seu grupo;
- desfecho de processos de grande monta relativos à tributação, questões trabalhistas e outras questões legais;
- leis e regulamentos editados que afetem ou possam afetar a Emissora, as demais empresas de seu grupo econômico e suas atividades; e
- outros fatores identificados ou discutidos na Seção "Fatores de Risco", nas páginas 91 a 107 deste Prospecto.

As declarações prospectivas da Emissora não constituem garantia de desempenho futuro, podendo os resultados ou acontecimentos efetivos diferir de forma relevante das expectativas expressas nas declarações prospectivas em razão da incerteza inerente às estimativas, previsões e projeções. Em vista dessas incertezas, as declarações prospectivas não devem ser utilizadas como um parâmetro objetivo.

Potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações sobre tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como sobre as metodologias e assunções em que se baseiam as discussões sobre tendências e previsões.

Nada previsto neste Prospecto constitui, ou deve ser entendido como sendo, promessa ou garantia sobre resultados ou eventos futuros.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

III. FATORES DE RISCOS

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão acerca da aquisição das Debêntures, os investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações contidas na Escritura de Emissão e neste Prospecto, e, em especial, os riscos e incertezas mencionados abaixo. Os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversa e significativamente afetados por quaisquer desses riscos ou outros fatores. Os riscos descritos abaixo são aqueles de conhecimento da Companhia na data deste Prospecto. Riscos adicionais, atualmente desconhecidos ou irrelevantes, também podem ter um efeito adverso nos negócios da Companhia.

Este Prospecto contém apenas uma descrição resumida dos termos e condições das Debêntures e das respectivas obrigações assumidas pela Emissora com relação à Oferta. Para mais detalhes, os investidores devem ler a Escritura de Emissão, anexa ao presente Prospecto.

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas adversas podem acarretar um efeito adverso para a Companhia.

O Governo Federal intervém frequentemente na economia brasileira e, ocasionalmente, impõe mudanças drásticas na política monetária, de crédito, fiscal, dentre outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas já incluíram, dentre outras medidas, controle sobre preços e salários, desvalorização da moeda, controle de remessa de capital, limites nas importações e o congelamento de contas correntes.

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- aumentos na taxa de inflação;
- políticas cambiais;
- crescimento econômico nacional;
- instabilidade social;
- diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- políticas monetárias;
- taxas de juros;
- controles sobre importação e exportação;
- políticas fiscais e alterações na legislação tributária;
- alterações nas normas trabalhistas; e
- outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Medidas do Governo para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais doméstico, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

A crise financeira e de crédito mundial poderá afetar de maneira adversa o crescimento econômico do Brasil, limitar o acesso da Emissora aos mercados financeiros e de capitais e, consequentemente, prejudicar seus negócios e condição financeira.

A crise financeira e de crédito global e a consequente instabilidade no sistema financeiro mundial têm afetado, e poderão continuar a afetar, negativamente o crescimento econômico do Brasil. A atual crise financeira reduziu a liquidez e a disponibilidade de crédito para o financiamento da continuidade e da expansão dos negócios em todo o mundo. A escassez de liquidez e crédito, combinada com recentes e substanciais perdas nos mercados de ações em todo o mundo, inclusive no Brasil, poderá causar uma prolongada recessão mundial ou, até mesmo, uma depressão.

A Emissora poderá enfrentar problemas significativos de liquidez, caso a situação dos mercados financeiros não melhore. Sua capacidade de acesso aos mercados de capitais ou financeiro poderá sofrer restrições em um momento no qual deseje, ou precise, acessar tais mercados, o que poderá prejudicar sua capacidade de reação face a condições econômicas e comerciais adversas, bem como poderia dificultar ou impedir a realização de projetos considerados relevantes pela Companhia. Além disso, a crise financeira e de crédito poderá afetar os atuais clientes da Emissora ou a capacidade de seus fornecedores cumprirem pontualmente com entregas pactuadas, fazendo com que os mesmos venham a inadimplir suas obrigações junto à Emissora. Um agravamento da crise financeira e de crédito poderá prejudicar a demanda pelos serviços da Emissora e sua capacidade de financiar seu crescimento futuro e refinanciar dívidas pré-existentes, o que, consequentemente, poderia afetar adversamente os resultados operacionais e/ou a condição financeira da Emissora.

A instabilidade política pode prejudicar os resultados operacionais da Companhia.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado, as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional, incluem financiamento de campanhas e violações nas práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção. No período de 2007 a 2008, diversos membros do partido do atual presidente do Brasil e do Governo Federal, incluindo o presidente do partido do presidente do País, renunciaram. Não podemos prever quais serão os efeitos dessas acusações e investigações nas condições políticas e econômicas brasileiras.

A eleição presidencial acontecerá em outubro de 2010. Durante as últimas eleições presidenciais, foi observada volatilidade nas taxas de câmbio, juros, nos índice de inflação e nos preços de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. As incertezas sobre o resultado das eleições de 2010 e a especulação sobre as medidas do futuro Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os negócios e/ou resultados operacionais da Companhia.

A instabilidade da taxa de câmbio pode prejudicar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Nas últimas quatro décadas, a moeda brasileira tem se desvalorizado periodicamente. Ao longo desse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e uma série de políticas cambiais, inclusive controles de câmbio, desvalorizações súbitas, mini desvalorizações (durante as quais a frequência dos ajustes oscilou entre diária e mensal) e sistemas de câmbio flutuante.

Nos últimos anos, houve uma volatilidade significativa do Real em relação ao Dólar e outras moedas. Por exemplo, a desvalorização do Real frente ao Dólar foi de 18,7% e 52,3% em 2001 e 2002, respectivamente. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar foi de 18,2% em 2003, 8,1% em 2004, 11,8% em 2005, 8,7% em 2006, 17,1% em 2007 e 31,9% em 2008.

A Companhia não pode garantir que o Real não sofrerá uma desvalorização ou valorização frente ao Dólar no futuro. Em 31 de março de 2009, a taxa cambial Real/Dólar era de R\$2,32 por US\$1,00.

Em 31 de março de 2009, o endividamento total em aberto da Companhia era de R\$884,93 milhões, dos quais 10% eram denominados em Dólares, sendo que 1% do endividamento total não estava protegido contra o risco de desvalorização cambial com operações de *hedge*. Uma desvalorização significativa do Real aumentará as despesas financeiras decorrentes da parcela de endividamento em Dólar que não está protegida contra variações cambiais e poderá reduzir a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a desvalorização do Real frente ao Dólar aumenta os custos de compra de energia elétrica, tendo em vista que alguns fornecedores da Companhia têm como componente a variação cambial do Real frente ao Dólar em sua fórmula de reajuste de preços de energia elétrica. A desvalorização do Real frente ao Dólar também pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, dificultar o acesso aos mercados financeiros e de capitais internacionais e pode resultar na imediata intervenção do Governo Federal, incluindo políticas governamentais restritivas. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode resultar na deterioração das reservas do Brasil e de sua balança de pagamentos, bem como afetar as exportações. Qualquer uma dessas circunstâncias poderá afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como a capacidade de pagamento da Companhia com relação às Debêntures.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela política monetária do Governo Federal e/ou pelo aumento nas taxas de juros.

Em 31 de março de 2009, o endividamento total em aberto da Companhia era de R\$884,9 milhões, sendo 99% denominados em Reais dos quais 70% eram taxas de juros indexadas, principalmente, ao CDI (41%) e à TJLP (24%).

Adicionalmente, em 2006, a Companhia realizou operações com derivativos no valor de R\$114,6 milhões, consistentes em *swaps* de obrigações denominadas em moeda estrangeira por obrigações denominadas em Real indexadas ao CDI e responsáveis por 9% do endividamento em moeda estrangeira da Companhia.

Abaixo encontra-se a tabela dos vencimentos das operações de derivativos da Emissora:

| Vencimentos | Valores (em USD milhões) |
|---------------------|--------------------------|
| 15 de junho de 2009 | 10,2 |
| 15 de junho de 2010 | 9,7 |
| 15 de junho de 2011 | 9,2 |
| 15 de junho de 2012 | 8,8 |

Como resultado destas operações, os pagamentos das dívidas e os resultados relativos a tais endividamentos estão sujeitos à variação do CDI, ao invés de riscos cambiais. Caso o Governo Federal aumente as taxas de juros ou adote outras medidas com relação à política monetária que resultem em um aumento significativo das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia poderão aumentar significativamente, afetando adversamente a liquidez, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários brasileiro, bem como a condução dos negócios da Companhia.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas do Governo Federal para combatê-la tiveram um impacto significativamente negativo sobre a economia brasileira. No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Os índices de inflação anuais apurados pelo IGP-M foram de 3,8%, 7,7% e 9,8% em 2006, 2007 e 2008, respectivamente, e, de acordo com o IPCA, os índices foram de 3,1%, 4,5% e 5,9% em 2006, 2007 e 2008, respectivamente. No período encerrado em 31 de março de 2009, o IGP-M apurado foi de -0,9% e o IPCA, apurado no mesmo período, foi de 1,2%.

Medidas futuras tomadas pelo Governo Federal, inclusive intervenção no mercado de câmbio e atos para ajustar ou fixar o valor do Real poderão causar aumento da inflação e produzir efeitos prejudiciais relevantes nos negócios da Companhia, incluindo um aumento nos custos de financiamento em moeda estrangeira.

Caso não haja o repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para o preço das tarifas cobradas pela Companhia a seus clientes em valores suficientes e prazo hábil para cobrir os crescentes custos operacionais da Companhia, tal aumento de custos poderá afetar adversamente a Companhia. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais, que poderão ter um efeito adverso na Companhia.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variados, pelas condições de mercado em outros países da América Latina e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos de um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações.

No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América Latina, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País.

Caso ocorram eventos políticos, econômicos e sociais em outros países de economia emergente que afetem relativamente o País, pelas razões indicadas acima, isso poderá ter um efeito adverso na Companhia.

Alterações nas leis tributárias brasileiras podem ter um impacto adverso nos resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias brasileiras. Estas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal. Essas medidas podem aumentar as obrigações fiscais da Companhia, o que, por sua vez, afetaria adversamente seus resultados operacionais.

Caso não haja o repasse desses tributos adicionais aos consumidores da Companhia em valores suficientes e prazo hábil, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira podem ser adversamente afetados.

O Confisco temporário ou expropriação permanente dos ativos da Emissora pode afetar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais.

A União pode retomar o serviço de distribuição de energia elétrica da Emissora em casos de razão de interesse público, mediante lei específica que autorize tal retomada e pagamento de prévia indenização. Tais razões incluem desastre natural, guerra, perturbações públicas significativas, ameaças contra a paz interna ou por razões econômicas e por outras razões relacionadas à segurança nacional. Referida situação ocasionaria efeitos adversos significativos na condição financeira e nos resultados operacionais da Emissora e não se pode garantir que a eventual compensação seja adequada ou que tal pagamento seja realizado em tempo.

A perda da Concessão pela Companhia afetaria significativamente sua capacidade de continuar suas operações, o que, consequentemente, ocasionaria um efeito adverso relevante em seu resultado operacional e/ou em sua condição financeira.

Riscos Relacionados ao Setor Elétrico Brasileiro

A Companhia está sujeita a uma abrangente legislação e regulamentação impostas pelo Governo Federal, e não tem como prever o efeito de eventuais alterações na regulamentação/legislação ora em vigor sobre seus negócios e resultados operacionais.

A principal atividade da Companhia, qual seja a distribuição de energia elétrica, e a de seus concorrentes são reguladas e supervisionadas pela ANEEL e pelo MME. A ANEEL, o MME e outros órgãos reguladores exerceram historicamente um importante grau de autoridade sobre os negócios da Companhia. Nos últimos anos, o Governo Federal implementou novas políticas relacionadas ao setor elétrico brasileiro. A Lei do Modelo do Setor Elétrico, promulgada em 15 de março de 2004, por exemplo, regula as operações de companhias do setor elétrico, através da implementação de portarias, resoluções e outras diretrizes governamentais, devendo-se notar que tais regras poderão ser alteradas se os leilões de energia nova não garantirem a ampliação da capacidade de distribuição.

Além disso, de acordo com a legislação brasileira, a ANEEL está autorizada a regular diversos aspectos dos negócios da Companhia, inclusive com relação à necessidade de investimentos, à realização de despesas adicionais e à determinação das tarifas cobradas, bem como limitar o repasse do preço da energia comprada às tarifas cobradas pela Companhia. Na hipótese da ANEEL desconsiderar a constituição da conta de compensação de variação dos valores da parcela A – CVA e a Companhia seja obrigada a efetuar gastos adicionais não provisionados e encontre-se impossibilitada de ajustar, tempestivamente, suas tarifas junto aos consumidores, os seus resultados podem ser adversamente afetados. Ver seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica – Reajustes e Revisões Tarifárias", na página 179.

Adicionalmente, a constitucionalidade da Lei do Modelo do Setor Elétrico foi contestada diante do STF, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o STF indeferiu as medidas cautelares das ações diretas de inconstitucionalidade, por 7 votos a 4, declarando que, em princípio, a Lei do Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. No entanto, o mérito das ações diretas de inconstitucionalidade ainda não foi julgado, sendo que, em 6 de janeiro de 2009, a Procuradoria Geral da República deu parecer favorável pela improcedência do pedido. Caso a Lei do Modelo do Setor Elétrico, ou uma parte significativa dela, seja declarada inconstitucional, as diretrizes regulatórias estabelecidas pela referida Lei poderão não ser eficazes, resultando em incertezas com relação a como e quando o Governo Federal será capaz de introduzir mudanças no setor elétrico. O efeito das medidas regulatórias implementadas de acordo com a Lei do Modelo do Setor Elétrico, o resultado dos processos judiciais em trâmite no STF e as futuras alterações regulatórias no setor elétrico brasileiro são difíceis de se prever e poderão ter um efeito adverso sobre os negócios e os resultados operacionais da Companhia. Ver seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Questionamento quanto à Constitucionalidade da Lei do Modelo do Setor Elétrico", na página 169 deste Prospecto.

A condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser negativamente afetados caso a ANEEL não aprove os reajustes de suas tarifas de distribuição em termos favoráveis.

As tarifas de distribuição da Companhia são estabelecidas de acordo com seu Contrato de Concessão e estão sujeitas à aprovação da ANEEL. O Contrato de Concessão estabelece um mecanismo de controle de preços que permite três tipos de reajustes nas tarifas de distribuição:

- o reajuste periódico anual, que tem como objetivo compensar os efeitos da inflação e repassar aos consumidores certas alterações da estrutura de custos da Companhia que estejam fora de seu controle, tais como o custo da energia elétrica que é adquirida de certas fontes e determinados impostos;
- a revisão periódica, realizada a cada quatro anos pela ANEEL, para realinhar as tarifas da Companhia com os seus custos e para fixar um índice baseado na eficiência operacional da Companhia, o qual será aplicado contra o índice de inflação dos futuros reajustes periódicos anuais, cujo objetivo é remunerar a administração eficiente dos custos da Companhia e, ao mesmo tempo, compartilhar ganhos de produtividade com os consumidores; e
- a revisão extraordinária, que pode ser pleiteada pela Companhia sempre que houver um desequilíbrio econômico e financeiro na concessão devido a uma mudança inesperada e significativa nos custos.

A Companhia não pode afirmar que os reajustes e revisões de tarifas de distribuição serão aprovados pela ANEEL em termos favoráveis. Além disso, caso esses reajustes e/ou revisões não sejam concedidos pela ANEEL em tempo hábil ou de forma integral, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente. Ver seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Principais Entidades Regulatórias - ANEEL", na página 167 deste Prospecto.

Dessa forma, na hipótese de alterações imprevistas nas condições originais de contratação, caso os reajustes tarifários ou, ainda, a aplicação da cláusula de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gerem, tempestivamente, um aumento do fluxo de caixa, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente. Para maiores esclarecimentos sobre as regras aplicáveis às tarifas às quais as distribuidoras estão sujeitas, ver seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica", na página 178 deste Prospecto.

Os reajustes sobre as tarifas aprovadas pela ANEEL estão sujeitos a contestações, o que pode afetar adversamente a receita operacional e/ou a condição financeira da Emissora.

Quaisquer revisões e reajustes tarifários por parte da Companhia estão sujeitos à aprovação pela ANEEL, bem como aos limites estabelecidos no Contrato de Concessão e na legislação brasileira aplicável, tal como Lei de Concessões e Resoluções da ANEEL. Os índices apurados por meio dessas revisões e reajustes tarifários, ainda que homologados pela ANEEL podem ser objeto de contestações judiciais por parte dos consumidores, por parte da Ordem dos Advogados do Brasil, por parte de órgãos governamentais, por meio, por exemplo, de comissões parlamentares de inquérito e por parte do Ministério Público na defesa dos interesses difusos dos consumidores da área de concessão da Companhia, dada a natureza de serviço público essenciais da atividade da Companhia. Nesse sentido, eventuais decisões favoráveis aos questionamentos relacionados a revisões e reajustes tarifários concedidos pela ANEEL podem afetar negativamente a imagem da Emissora, bem como sua receita operacional e condição financeira.

A Companhia pode ser penalizada pela ANEEL pelo não atendimento das obrigações contidas no Contrato de Concessão, o que pode acarretar multas e outras penalidades e, dependendo da gravidade do inadimplemento, a caducidade da Concessão.

As atividades de distribuição da Companhia são conduzidas em conformidade com o Contrato de Concessão. A ANEEL poderá impor penalidades à Companhia caso ela deixe de cumprir com qualquer disposição contida no referido contrato. As penalidades aplicáveis dependem da extensão da gravidade da não conformidade e incluem:

- advertências;
- multas por infração, limitadas a 2% do faturamento da concessionária nos doze meses anteriores à data da lavratura do auto de infração;
- impedimentos à construção de novas instalações ou à compra de novos equipamentos;
- restrições sobre a operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões;
- suspensão do repasse de recursos do poder concedente em caso de inadimplência intrasetorial;
- suspensão da aplicação de reajuste/revisão em caso de inadimplência intrasetorial;
- intervenção na administração da empresa inadimplente por parte da ANEEL; ou
- caducidade da concessão.

A ANEEL, além das penalidades descritas acima, também poderá intervir na concessão para assegurar a observância às leis e regulamentações aplicáveis.

Ainda, o Governo Federal tem autoridade para extinguir o Contrato de Concessão antes de seu término: (i) no caso de falência ou dissolução da Companhia; (ii) no caso de inexecução, total ou parcial, do Contrato de Concessão; ou (iii) caso a Companhia não atenda aos termos e às condições estabelecidas no Contrato de Concessão, bem como às obrigações legais e regulatórias aplicáveis.

O término antecipado ou a não-renovação do Contrato de Concessão, a imposição de multas ou penalidades severas por parte da ANEEL, ou a intervenção da ANEEL na Concessão, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia, sem mencionar os efeitos sobre o valor de mercado dos valores mobiliários e sua emissão, bem como sobre a sua capacidade de pagamento com relação às Debêntures.

A Concessão, por meio da qual a Companhia está autorizada a realizar atividades de distribuição, está sujeita à extinção sob certas circunstâncias, e a Companhia pode não ser capaz de recuperar o valor integral investido caso a Concessão seja extinta.

A Companhia executa suas atividades de distribuição de acordo com o Contrato de Concessão. O prazo da concessão é de 30 anos e este poderá ser renovado caso certas condições sejam atendidas. Contudo, nos termos da Lei de Concessões, o Governo Federal tem autoridade para extinguir a concessão antes do seu término, em caso de falência ou dissolução da Companhia. A legislação brasileira também estabelece que as concessões poderão ser extintas antes de seu término por meio de uma ação de encampação, justificada pelo interesse público. De acordo com a legislação brasileira, uma encampação exigiria o pagamento antecipado de indenização por parte do Governo Federal, a título de reparação pelos prejuízos sofridos pela Companhia. A caducidade da Concessão poderá ser declarada caso a Companhia não atenda aos termos e às condições estabelecidas no Contrato de Concessão, bem como às obrigações legais e regulatórias aplicáveis.

Caso o Governo Federal declare a extinção da Concessão da Companhia antes do seu término, por qualquer motivo, a indenização a que esta tem direito pela parte não-amortizada de seu investimento poderá não ser suficiente para a recuperação do valor integral do investimento feito. Em todos os casos descritos, a extinção antecipada da Concessão da Companhia terá um efeito adverso relevante sobre os seus negócios, resultados e situação financeira, sem mencionar os efeitos sobre os valores mobiliários de sua emissão, bem como sobre a sua capacidade de pagamento com relação às Debêntures.

Estimativas incorretas da demanda de energia para as áreas de concessão de distribuição da Companhia poderão afetar adversamente os seus resultados operacionais. A Companhia pode não conseguir repassar integralmente, através de suas tarifas, os custos de compras de energia devido à necessidade de aquisição de energia elétrica por meio de contratos de curto prazo.

A Lei do Modelo do Setor Elétrico estabelece que as distribuidoras de energia elétrica devem contratar antecipadamente, por meio de leilões públicos, toda a demanda de energia prevista para suas áreas de concessão de distribuição para os cinco anos subsequentes. Caso a demanda prevista esteja incorreta e a Companhia adquira energia elétrica em quantidade maior ou menor do que a necessária, a Companhia pode ser impedida de repassar integralmente os custos da compra de energia aos consumidores e ficar sujeita a multas impostas pela ANEEL.

Por exemplo, a Lei do Modelo do Setor Elétrico estabelece, dentre outras restrições, que caso a energia contratada esteja aquém da real demanda de energia, além de pagamento de penalidade a ser estabelecida pela ANEEL, a Companhia compra esse déficit de energia ao preço da liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE sem poder assegurar que esse custo será repassado para as tarifas dos consumidores. Além disso, a Companhia fica também com a obrigação de compensar a defasagem com contratos de compra de energia com prazos menores (que normalmente são negociados com preços maiores), o que impossibilitaria a Companhia de repassar integralmente aos consumidores os custos adicionais resultantes dessas compras. Adicionalmente, caso a energia contratada exceda a real demanda de energia em mais de 3,0%, a Companhia também estará impossibilitada de repassar esses custos excedentes aos consumidores, sendo que esse excedente de energia é negociado na liquidação financeira da CCEE ao preço da liquidação, podendo resultar em perda para a Companhia caso o preço da liquidação seja inferior ao custo de compra. Para maiores informações, *vide* seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Lei do Modelo do Setor Elétrico – O Ambiente de Contratação Regulada - ACR", na página 171 deste Prospecto.

A Companhia não pode garantir que sua previsão para a demanda de energia será correta. Caso haja variações significativas entre as previsões de demanda de energia e o volume de energia adquirida, os resultados de suas operações poderão ser afetados adversamente.

Além disso, a Lei do Modelo do Setor Elétrico limita a capacidade de repassar o custo da energia adquirida pela Companhia aos consumidores, caso esses custos excedam o Valor de Referência Anual estabelecido pela ANEEL, conforme definido na seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Comercialização de Energia", na página 170 deste Prospecto, o que, conseqüentemente, poderia afetar os resultados operacionais e/ou a condição financeira da Companhia.

Um novo racionamento de energia, em função da falta de investimentos em expansão da capacidade de geração de energia e/ou condições hidrológicas adversas podem afetar negativamente o faturamento e a geração de caixa da Companhia.

A energia hidrelétrica é uma das principais fontes de eletricidade do Brasil. A baixa média pluviométrica nos anos anteriores a 2001 acarretou redução dos níveis dos reservatórios e baixa capacidade hidrelétrica nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. O programa de racionamento determinou uma redução no consumo de energia elétrica de consumidores industriais, comerciais e residenciais da ordem de 15% a 25% entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

O faturamento da Companhia entre junho de 2001 e fevereiro de 2002 (período do racionamento) foi 10% inferior a igual período iniciado em junho de 2000 e 33% inferior a igual período iniciado em junho de 2002. A geração de caixa da Companhia também foi afetada negativamente durante o racionamento.

A falta de investimentos em expansão da capacidade de geração de energia, somada à diminuição do nível de água dos reservatórios brasileiros, podem levar o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia que poderão ter um impacto negativo na economia brasileira, no faturamento e na geração de caixa da Companhia.

Impacto do Programa de "Universalização" do Governo Federal

Em 2002, o Governo Federal deu início à implementação de um programa de "universalização" com o objetivo de fornecer eletricidade a consumidores de baixo consumo. De acordo com o programa, as empresas de distribuição de energia devem arcar com os custos iniciais de eletricidade para clientes cuja potência declarada dos equipamentos elétricos não ultrapasse 50kW.

Além disso, em 2003 foi criado o Programa Luz para Todos alocando recursos dos fundos setoriais (CDE e RGR) e dos Estados para financiar a universalização do acesso a energia elétrica nas áreas rurais.

Se a Companhia não cumprir o objetivo determinado no programa, poderá ser apenada nas revisões tarifárias até o cumprimento de tais metas. Devido às suas características geográficas e sócio-econômicas, este programa pode exigir despesas operacionais e dispêndios de capital significativos da Companhia.

O Estado do Ceará tem um grande número de consumidores que se enquadram nos quesitos exigidos por este programa. Além disso, o Governo Federal poderá impor à Companhia ônus adicionais no futuro no âmbito do próprio programa de universalização ou de outro programas existentes ou que venham a ser implementados, os quais podem aumentar significativamente os dispêndios de capital e custos operacionais da Companhia e afetar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

Tendo em vista que uma parte substancial dos ativos da Companhia é dedicada ao fornecimento de um serviço público essencial, esses ativos não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência, e não estarão sujeitos a penhora para garantia de juízo.

Parte substancial dos ativos da Companhia é considerada como dedicada ao fornecimento de serviço público essencial pelos tribunais brasileiros. Deste modo, esses ativos não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantia de juízo e, nesses casos, de acordo com os termos da Concessão e da legislação brasileira, serão revertidos para o Governo Federal.

A indenização recebida pela Companhia poderá ser menor do que o valor de mercado dos ativos. Essas restrições à liquidação e penhora poderão diminuir significativamente os valores a que os investidores da Companhia teriam direito em caso de liquidação, além de poder ter efeito adverso sobre a capacidade da Companhia de obter financiamentos, o que, conseqüentemente, afetaria de forma adversa os resultados operacionais e/ou a condição financeira da Companhia.

O projeto de Reforma das Agências Reguladoras pode afetar a competência da ANEEL.

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão, que deverão ser firmados entre as Agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e, também, (ii) de ouvidoria nas Agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da Agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República.

Não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Companhia.

Projetos de lei que poderão alterar a Lei de Concessões e Lei Federal nº 9.427/96.

Tramita no Congresso Nacional o projeto de lei nº 3.245/2008, que visa acrescentar o artigo 13-A à Lei de Concessões, o qual preverá que a prestação de serviços públicos essenciais aos consumidores de baixa renda será subsidiada por meio da instituição de tarifa social. O parágrafo único do artigo 13-A ainda definirá o fornecimento de energia elétrica como serviço público essencial.

Deve-se mencionar ainda que o projeto de lei nº 4.942/2009, se aprovado, poderá dificultar o procedimento de suspensão por falta de pagamento de energia elétrica fornecida. Assim, a suspensão somente será admitida mediante sentença judicial, quando frustrados os meios ordinários de cobrança, devendo ser comunicada com antecedência de 15 dias ao poder público local ou ao Poder Executivo Estadual, quando puder prejudicar a prestação de serviço público ou essencial à população.

Nesse sentido, as alterações em discussão, se aprovadas, poderão afetar negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Companhia.

O não cumprimento da legislação ambiental aplicável ou de determinações judiciais ou administrativas relacionadas à Emissora referentes à aspectos ambientais, bem como a criação de regulamentação ambiental mais rigorosa, poderá causar impacto adverso relevante na imagem, no resultado operacional e/ou na condição financeira da Companhia.

Os equipamentos, instalações e operações da Companhia estão sujeitos à legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal, bem como à fiscalização por agências governamentais responsáveis pela verificação de cumprimento desta legislação e pela implementação de políticas ambientais e de segurança do trabalho. Essa legislação inclui, por exemplo, a necessidade de obtenção de licenças para a instalação e operação de determinados equipamentos e atividades, a obrigatoriedade de obtenção de autorizações para a supressão de vegetação e intervenções em áreas protegidas, bem como para o armazenamento, tratamento e destinação final adequada de resíduos. Tais agências podem impor sanções administrativas contra a Companhia em virtude de não-atendimento da legislação aplicável. Essas sanções poderão incluir, entre outras, a imposição de multas, o embargo de obras ou de atividades, a suspensão parcial ou total da atividade, bem como a suspensão ou cancelamento de licenças concedidas, a perda ou restrições de incentivos fiscais, linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito e a proibição de contratar com o poder público. Caso a legislação ambiental e de segurança do trabalho se torne mais rigorosa, a Companhia poderá ser forçada a aumentar os gastos com investimentos para atender a esta legislação. A demora ou a recusa dos órgãos ambientais em emitir ou renovar licenças ou autorizações, ou a incapacidade da Companhia de obter as licenças ambientais pertinentes e/ou renovar as licenças ambientais atualmente existentes, bem como de atender às exigências formuladas pelos órgãos ambientais para tal finalidade, pode impedir o início ou a continuidade de serviços prestados pela Companhia. Tais fatos podem afetar de maneira adversa a situação financeira e/ou resultado operacional da Companhia.

Além disso, a inobservância, pela Companhia, da legislação ambiental pode acarretar, além da obrigação de reparar danos diretos e indiretos que eventualmente sejam causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, a aplicação de sanções de natureza penal contra a Companhia e seus administradores, que podem incluir, no caso das sanções impostas contra a Companhia, a imposição de multas, a suspensão parcial ou total da atividade e a proibição de contratar com o poder público ou dele obter subsídios, subvenções e doações, podendo ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, inviabilizar a captação de recursos junto ao mercado financeiro. A personalidade jurídica da Companhia poderá também ser desconsiderada para garantir a reparação dos danos ambientais que porventura a Companhia venha a causar.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância pela Companhia da legislação ambiental, assim como o descumprimento de termos de ajustamento de conduta, termos de compromisso e/ou acordos judiciais por ela celebrados poderá causar impacto adverso relevante na imagem, no resultado operacional e/ou na condição financeira da Companhia.

Modificações nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados da Emissora.

Com a edição da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, que alteram, revogam e introduzem novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, foram criadas as condições para que as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil fossem convergentes com as práticas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB. Para maiores informações sobre o assunto, *vide* seção "Apresentação das Informações Financeiras – Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS – Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08", na página 111 deste Prospecto.

Com relação ao setor de energia elétrica, até 31 de março de 2009, existia uma indefinição com relação à forma de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, bem como à contabilização dos ativos fixos relacionados à concessão do serviço de distribuição de energia elétrica (*vide* seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica – Reajustes e Revisões Tarifárias", na página 179 deste Prospecto), tendo em vista que a regulamentação específica sobre estes assuntos está em processo de análise e aprovação pelos órgãos reguladores brasileiros para emissão em futuro próximo.

A modificação de referidas normas contábeis relacionadas ao setor de energia elétrica pode produzir impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Emissora, com possível efeito em seu resultado contábil, incluindo possíveis impactos nas bases de distribuição de dividendos, bem como na manutenção de índices financeiros assumidos pela Emissora no âmbito da Oferta e em alguns outros contratos financeiros.

A fiscalização do Tribunal de Contas da União Federal nos procedimentos adotados pela ANEEL poderá afetar adversamente a metodologia de revisão e reajuste de tarifas de energia elétrica.

O Tribunal de Contas da União acompanhou e fiscalizou o procedimento de revisão tarifária de algumas empresas do setor elétrico, conduzido pela ANEEL no ano de 2003, e proferiu acórdãos nos processos referentes às empresas Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A., Light Serviços de Eletricidade S.A. e Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, nos quais elaborou diversas considerações, críticas e determinações à ANEEL, referentes à metodologia da revisão. Caso o Tribunal de Contas da União venha a fiscalizar o procedimento de revisão tarifária da Companhia, o seu respectivo posicionamento poderá afetar adversamente a metodologia de revisão e reajuste da Companhia, afetando, conseqüentemente, o resultado operacional e a condição financeira da Companhia.

Riscos Relacionados à Companhia

A insuficiência de indenização por parte do Governo Federal na hipótese de extinção da concessão e bens reversíveis da Emissora, pode causar um efeito relevante adverso sobre os negócios, resultados e situação financeira da Emissora, bem como sobre seu valor de mercado e sua capacidade de pagamento com relação às Debêntures.

O Governo Federal tem autoridade para extinguir as concessões da Emissora antes do seu término em caso de falência ou dissolução da Emissora. A legislação brasileira também estabelece que as concessões poderão ser extintas antes de seu término por meio de uma ação de encampação, justificada pelo interesse público. De acordo com a legislação brasileira, uma encampação exigiria o pagamento antecipado de indenização por parte do Governo Federal, a título de reparação pelos prejuízos da Emissora. Adicionalmente, em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da legislação aplicável, a Emissora estará sujeita à caducidade das concessões, ou seja, tais concessões poderão ser extintas por decretos dos poderes concedentes e após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. Declarada a caducidade, o Poder Concedente não é responsável por quaisquer encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados das concessionárias. Em todos os casos aqui descritos, a extinção antecipada da concessão terá um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados e situação financeira da Emissora, bem como sobre seu valor de mercado e sua capacidade de pagamento com relação às Debêntures.

A Coelce está sujeita a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas, as quais podem afetar de forma adversa os seus resultados e/ou sua condição financeira.

A Emissora é parte em diversos processos judiciais e administrativos movidos no curso regular de seus negócios. Esses processos referem-se, entre outros assuntos, a ações fiscais, trabalhistas e cíveis. Em 31 de março de 2009, as contingências decorrentes de processos judiciais e administrativos nos quais a Emissora figurava como parte correspondiam aproximadamente a R\$206,0 milhões, dos quais R\$71,1 milhões encontravam-se provisionados.

Uma decisão adversa referente a qualquer procedimento administrativo ou processo judicial existente, ou mesmo futuro, poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios da Emissora, seus resultados e/ou sobre sua condição financeira. Para maiores informações sobre as pendências judiciais e administrativas da Companhia, *vide* seção "Pendências Judiciais e Administrativas", na página 258 deste Prospecto.

A terceirização de parte substancial das atividades da Coelce pode ter um efeito adverso relevante nos seus resultados e/ou na sua condição financeira caso tal terceirização venha a ser considerada como vínculo empregatício para fins da legislação aplicável ou caso venha a ser considerada ilegal pelo Poder Judiciário.

A Emissora mantém diversos contratos com empresas de prestação de serviços para a condução de parte substancial de suas atividades, como o corte e religamento de energia elétrica, atendimento comercial e atendimento emergencial e construção de redes. Na hipótese de uma ou mais das referidas empresas não cumprirem com quaisquer de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e/ou fiscais, a Emissora pode vir a ser condenada judicialmente a arcar com tais obrigações caso os prestadores de serviços contratados pela Emissora sejam considerados empregados da Emissora para fins da legislação trabalhista aplicável. Caso isto ocorra, os resultados e/ou a condição financeira da Emissora poderão ser significativamente afetados de forma adversa.

Além disso, o Tribunal Superior do Trabalho, em recurso julgado recentemente pela Subseção Especializada em Dissídios Individuais em face da Centrais Elétricas de Goiás - CELG, decidiu pela impossibilidade de terceirização de algumas atividades consideradas "atividades-fim" da referida companhia. Caso o entendimento do TST no julgamento mencionado acima seja mantido em julgamentos futuros, inclusive naqueles relativos às atividades desenvolvidas pela Companhia, a Companhia poderá ser obrigada a substituir os terceirizados por ela contratados, o que poderá acarretar custos significativos para a Companhia, afetando, consequentemente, de forma relevante e adversa os seus resultados operacionais e/ou a sua condição financeira.

A Coelce é obrigada a realizar desembolsos de capital significativos para o atendimento do Programa Luz para Todos, criado pelo Governo Federal. Caso a Eletrobrás demore muito tempo para efetuar o repasse dos recursos financeiros despendidos pela Coelce no âmbito do Programa Luz para Todos, poderá haver um descasamento do fluxo de caixa da Coelce afetando, adversamente, seus resultados e/ou condição financeira.

A Emissora é parte integrante do Programa Luz para Todos criado pelo Governo Federal e, consequentemente, é responsável pela implementação de projetos que visam à distribuição de energia elétrica em zonas menos desenvolvidas do Estado do Ceará. Considerando que a Emissora realiza investimentos significativos para permitir a implementação de referidos projetos previamente à liberação de recursos pelo Governo Federal (*i.e.*, em um primeiro momento, a Emissora utiliza recursos próprios para desenvolvimento do Programa Luz para Todos), o atraso no respectivo repasse desses recursos pela Eletrobras poderá causar um descasamento do fluxo de caixa da Emissora e, como resultado, afetar adversamente sua capacidade de pagamento e condição financeira. Para maiores informações, *vide* seção "Programa Luz para Todos", na página 191 deste Prospecto.

A Companhia tem responsabilidade objetiva por quaisquer prejuízos resultantes da inadequada prestação de serviços de distribuição de energia elétrica. As apólices de seguros da Companhia poderão não cobrir inteiramente quaisquer prejuízos resultantes da inadequada prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia, na qualidade de prestadora de serviços públicos, tem responsabilidade objetiva por quaisquer prejuízos diretos e indiretos resultantes da inadequada prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, tais como interrupções abruptas no suprimento ou interferências de voltagem.

A Companhia contrata seguro de risco operacional para cobertura de perdas resultantes de incêndio, raio, explosões, enchentes, quebra de maquinário, dano elétrico e queda de energia elétrica em todas as subestações, prédios e instalações, bem como para perdas materiais e pessoais resultantes de acidentes de trânsito. A Companhia contrata também seguro de responsabilidade civil para a cobertura de danos pessoais e materiais causados a terceiros e contrata, ainda, apólices de seguro de transporte nacional e internacional, cobrindo os riscos nos transportes dos equipamentos nacionais e importados. As apólices de seguros da Companhia poderão não ser suficientes para a cobertura integral de todos os passivos que poderão surgir no decorrer dos negócios da Companhia.

Caso as diretrizes de administração de riscos futuros do Grupo Endesa exijam a diminuição da cobertura dos seguros abaixo dos níveis atuais, ou caso a Companhia não seja capaz de contratar seguros em termos comparáveis aos atuais, o resultado das operações da Companhia poderá ser adversamente afetado caso esta incorra em passivos que não estejam totalmente cobertos por suas apólices de seguro. Para maiores informações sobre os seguros da Companhia, ver seção "Atividades da Companhia - Seguros", na página 231 deste Prospecto.

As disposições restritivas dos contratos de financiamento da Emissora podem afetar adversamente a capacidade de operar seus negócios e de efetuar os pagamentos relativos às Debêntures.

Os contratos de financiamento que regem as dívidas da Emissora contêm restrições e limitações que poderiam restringir significativamente a forma pela qual a Emissora opera seus negócios. Por exemplo, a Emissora é obrigada a observar disposições de *cross default*, restrições à sua capacidade de contratar novas dívidas, bem como determinados índices financeiros. Qualquer inadimplemento dos contratos financeiros pode levar os credores a exigir o pagamento do valor devido imediatamente e, ainda, pode causar o vencimento antecipado de outros contratos financeiros celebrados pela Emissora, o que poderia influenciar negativamente a capacidade de a Emissora honrar com seus compromissos financeiros, inclusive com os pagamentos relativos às Debêntures.

Se a Emissora não conseguir controlar com sucesso as suas perdas de energia, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados.

A Emissora sofre dois tipos de perdas de energia: técnicas e comerciais. As perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso normal da atividade de distribuição de energia elétrica. As perdas comerciais são resultantes de ligações ilegais e fraude por parte dos Consumidores, ou seja, configuram o furto de energia elétrica. As perdas totais de energia da Emissora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 foram de 11,72% e 11,71%, respectivamente. A Emissora não pode assegurar que as estratégias a serem implementadas para combater perdas de energia elétrica serão eficazes. Uma parcela de suas perdas de energia elétrica não poderá ser repassada por meio de aumento das tarifas, e não é possível assegurar que as medidas do Governo em resposta a uma possível escassez de energia no futuro, bem como um aumento nas perdas de energia, não venham a afetar adversamente a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora.

Se a Emissora não conseguir controlar com sucesso a inadimplência de seus clientes, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados.

Em 31 de março 2009, o saldo total das contas vencidas era de aproximadamente R\$151 milhões enquanto o índice de cobrabilidade da Companhia, medida como valores arrecadados sobre valores faturados, com relação aos últimos doze meses da data de apuração, obteve um resultado equivalente a 100,4%, conforme seção "Atividades da Companhia – Perdas e Cobrabilidade", na página 202 deste Prospecto.

A Emissora não pode assegurar que conseguirá implementar todas as ações necessárias para reduzir o inadimplemento de seus clientes, e tampouco que, uma vez implementadas, tais medidas garantirão a eliminação da inadimplência.

Adicionalmente, o corte de fornecimento de energia pela Companhia em caso de inadimplemento dos seus clientes pode ser questionado na justiça e, ainda, discute-se no legislativo a possibilidade de alteração nos procedimentos de corte de energia permitido às distribuidoras de energia, sendo que não há como assegurar que decisões judiciais contrárias à Emissora com relação ao corte de fornecimento de energia e/ou que alterações nos procedimentos de corte de energia não ocasionarão efeitos adversos aos negócios e à situação financeira da Emissora.

O aumento dos índices de inadimplência da Emissora podem afetar a arrecadação da Emissora, o que, consequentemente, poderá afetar a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

Parcela das receitas da Emissora foi empenhada e/ou onerada em favor de seus credores, nos termos de determinados contratos financeiros e de fornecimento de energia.

Em 31 de março de 2009 a Companhia tinha 51,5% de suas receitas líquidas empenhada e/ou onerada em favor de determinados credores, nos termos de determinados contratos financeiros e contratos de fornecimento de energia (*vide* seção "Atividades da Companhia – Contratos Financeiros", na página 224 deste Prospecto). Em caso de inadimplemento de tais contratos, as receitas oneradas poderão ser utilizadas para quitar obrigações vencidas da Emissora, o que poderá afetar adversamente a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora.

Se a Endesa Fortaleza estiver impedida, por qualquer motivo, de fornecer energia para a Emissora, os resultados das operações e a situação financeira da Emissora poderão ser adversamente afetados.

Em 31 de agosto de 2001, a Emissora e a Endesa Fortaleza, uma sociedade do Grupo Endesa, celebraram contrato de compra e venda de energia elétrica, homologado pela ANEEL, por meio do qual a Emissora se obrigou a comprar e adquirir, no ponto de referência do submercado da Emissora, uma quantidade anual de energia equivalente a 2.690 GWh por um período de 20 anos, contado a partir de 27 de dezembro de 2003, quantidade esta que representa aproximadamente 33% da quantidade total de energia comprada pela Emissora em 2008. Para maiores informações sobre esse contrato, *vide* seção "Operações com Partes Relacionadas", na página 276 deste Prospecto.

Caso a Endesa Fortaleza esteja impedida, por qualquer motivo, de fornecer energia para a Emissora, nos termos do contrato referido acima, a Emissora poderá ser obrigada a adquirir energia no mercado "spot" e/ou em contratos bilaterais com terceiros a custos maiores e/ou condições menos vantajosas do que aqueles atualmente mantidos com a Endesa Fortaleza. Caso não haja repasse de tais custos adicionais para as tarifas da Companhia, em valores suficientes e prazo hábil, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora poderão ser adversamente afetados.

Riscos Relacionados às Debêntures

A espécie das Debêntures é quirografária.

As Debêntures são quirografárias, não contando com garantias ou preferências. Em caso de liquidação da Emissora, os créditos das Debêntures serão realizados preferencialmente apenas sobre os créditos dos acionistas, após o pagamento de todos os demais credores da Emissora.

A taxa de juros estipulada nas Debêntures pode ser questionada em decorrência da Súmula nº 176 do STJ.

O STJ editou a Súmula nº 176 declarando ser "nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP". De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBID quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras.

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas com base na Taxa DI. Assim, existe a possibilidade de, em uma eventual disputa judicial, a referida Súmula ser aplicada pelo Poder Judiciário por considerar que a Taxa DI, divulgada pela CETIP, não é válida como fator de remuneração das Debêntures da Primeira Série. Nesse caso, o índice que vier a ser estipulado pelo Poder Judiciário poderá conceder aos titulares das Debêntures da Primeira Série uma remuneração inferior à da Taxa DI, prejudicando a rentabilidade das Debêntures da Primeira Série.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de Debêntures. Os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário, bem como pode afetar o preço de venda destes títulos.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas Debêntures, tais como pedido de recuperação judicial ou de autofalência pela Emissora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, perda da Concessão e vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado a exclusivo critério da Emissora ou na hipótese da Indisponibilidade da Taxa DI ou do IPCA.

Uma vez que (i) as Debêntures poderão, a exclusivo critério da Emissora, ser objeto de resgate antecipado, a partir de 15 de julho de 2010 para as Debêntures da Primeira Série e a partir de 15 de julho de 2011 para as Debêntures da Segunda Série, mediante pagamento do prêmio previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures", na página 65 deste Prospecto, e (ii) na hipótese em que não haja acordo sobre o (ii.a) novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série, na hipótese da indisponibilização da Taxa DI e/ou (ii.b) novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série, na hipótese da indisponibilização do IPCA, conforme seções "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Indisponibilidade da Taxa DI", na página 71 deste Prospecto e "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Indisponibilidade do IPCA", na página 71 deste Prospecto, os adquirentes das Debêntures poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto Definitivo contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que refletem as opiniões da Emissora em relação ao desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Emissora seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção "Fatores de Risco" e/ou em outras seções deste Prospecto Definitivo. As expressões "acredita que", "espera que" e "antecipa que", bem como outras expressões similares identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Emissora e não tomar decisões de investimento exclusivamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo disposto na regulamentação aplicável.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

IV. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA

- Apresentação das Informações Financeiras
- Informações Financeiras Seleccionadas da Companhia
- Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Todas as referências aqui contidas a "Real", "Reais" ou "R\$" constituirão referências à moeda oficial do Brasil. Referências a "Dólar", "Dólares", "Dólares norte-americanos" ou "US\$" constituirão referências a Dólares dos Estados Unidos da América.

Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os dados financeiros selecionados de 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 são provenientes das demonstrações financeiras auditadas incluídas neste Prospecto. Os dados financeiros selecionados e relativos aos períodos de três meses encerrado em 31 de março de 2009 e 2008 são provenientes de informações financeiras intermediárias (ITR) da Emissora revisadas incluídas neste Prospecto.

As demonstrações financeiras da Emissora foram elaboradas em conformidade com os Princípios Contábeis Brasileiros, que se baseiam:

- na Lei das Sociedades por Ações;
- na legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- nas regras e regulamentos da CVM; e
- nas normas de contabilidade emitidas pelo IBRACON.

Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS – Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08

Em dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, a qual modifica as disposições da Lei das Sociedades por Ações, estabelecendo diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), atribuindo à CVM amplo poder normativo para regular a matéria para as companhias abertas.

Em dezembro de 2008, foi editada a MP nº 449/08, com força de lei, que instituiu o RTT – Regime Tributário Transitório de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei das Sociedades por Ações.

Os impactos das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP 449/08 estão sendo apresentados nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras da Emissora, as quais se encontram anexas a esse Prospecto.

Em adição, fazendo referência ao "Fatores de Riscos – Modificações nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados da Emissora", na página 102 deste Prospecto, que aborda a questão da indefinição com relação à forma de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, e possíveis impactos na demonstração de resultados, cabe mencionar que os efeitos associados à contabilização da CVA seriam entre os reajustes tarifários, de modo que o efeito em um exercício social seria compensando no exercício subsequente por força do reajuste tarifário anual.

Demonstrações Financeiras da Emissora

As informações financeiras apresentadas neste Prospecto referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e as informações financeiras referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos trimestres findos em 31 de março de 2008 e de 2009, foram extraídas das demonstrações financeiras da Emissora.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios apresentados, e foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Emissora referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 inclui parágrafo de ênfase sobre a existência de transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE pendentes de liquidação e de revisão por parte do MAE. Com relação às transações pendentes de liquidação, a Companhia possuía registrado como contas a receber o montante de R\$13,6 milhões naquela data, sob efeito de liminares judiciais para suspensão dos pagamentos. Esses montantes poderiam estar sujeitos a alterações, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretações das regras do mercado em vigor. Outros agentes do mercado não honraram seus pagamentos com a Companhia, com efeito de liminares judiciais para suspensão da liquidação financeira desses valores nas datas estabelecidas pelo MAE, resultando em um montante vencido de R\$2,6 milhões, em 31 de dezembro de 2006. As demonstrações financeiras da Companhia não incluíam nenhuma provisão para perdas em relação a essas contas a receber em atraso.

As demonstrações financeiras da Emissora referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 foram auditadas pela Canarim Auditores Associados de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. As demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios apresentados.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Emissora referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 inclui parágrafos de ênfase referentes: (a) não reapresentação das demonstrações financeiras ajustadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o ano de 2008 correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, e (b) transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE pendentes de liquidação e de revisão por parte da CCEE. Com relação às transações pendentes de liquidação, a Companhia possuía registrado como contas a receber o montante de R\$12,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, sob efeito de liminares judiciais para suspensão dos pagamentos. Esses montantes podem estar sujeitos a alterações, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretações das regras do mercado em vigor. Adicionalmente, outros agentes do mercado não honraram seus pagamentos com a Companhia, com efeito de liminares judiciais para suspensão da liquidação financeira desses valores nas datas estabelecidas pela CCEE, resultando em um montante vencido de R\$2,4 milhões, em 31 de dezembro de 2008. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem nenhuma provisão para perdas em relação a essas contas a receber em atraso. A suspensão da exigibilidade de tal montante consta de nota explicativa das demonstrações financeiras da Emissora e a existência de tal crédito pendente de liquidação em favor da Companhia foi destacada no item 4(b) das Notas Explicativas das demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, os auditores independentes da Companhia, incluíram um parágrafo de ênfase no parecer de auditoria (item 4). A Administração da Companhia vem monitorando esse tema e até o momento não julga necessário a constituição de provisão para perdas.

As informações financeiras trimestrais da Emissora referentes aos trimestres encerrados em 31 de março de 2009 e de 2008 foram revisadas pela Canarim Auditores Associados de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON e em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade. As informações financeiras trimestrais relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2009 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. As informações financeiras trimestrais referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2008 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os períodos apresentados.

O relatório de revisão especial sobre as informações financeiras trimestrais da Emissora relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2009 e de 2008 inclui parágrafos de ênfase referentes: (a) não reapresentação das informações trimestrais ajustadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008 em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o ano de 2008, conforme facultado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2009, e (b) transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE pendentes de liquidação e de revisão por parte da CCEE. Com relação às transações pendentes de liquidação, a Companhia possui registrado como contas a receber o montante de R\$12,9 milhões em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, sob efeito de liminares judiciais para suspensão dos pagamentos. Esses montantes podem estar sujeitos a alterações, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretações das regras do mercado em vigor. Adicionalmente, outros agentes do mercado não honraram seus pagamentos com a Coelce, com efeito de liminares judiciais para suspensão da liquidação financeira desses valores nas datas estabelecidas pela CCEE, resultando em um montante vencido de R\$2,4 milhões, em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem nenhuma provisão para perdas em relação a essas contas a receber em atraso. A suspensão da exigibilidade de tal montante consta de nota explicativa das demonstrações financeiras da Emissora e a existência de tal crédito pendente de liquidação em favor da Companhia foi destacada no item 4(b) das Notas Explicativas das demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, os auditores independentes da Companhia, incluíram um parágrafo de ênfase no parecer de auditoria (item 4). A Administração da Companhia vem monitorando esse tema e até o momento não julga necessário a constituição de provisão para perdas.

Arredondamentos

Alguns dos valores constantes deste Prospecto foram submetidos a ajustes e arredondamentos. Consequentemente, totalizações numéricas incluídas em algumas tabelas podem não representar exatamente a soma aritmética dos valores que as precedem.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA COMPANHIA

A presente seção contém informações financeiras selecionadas da Emissora e, portanto, não possui todas as informações financeiras que deverão ser analisadas pelos investidores antes de se tomar uma decisão de investimento nas Debêntures objeto da Oferta. A leitura da presente seção não substitui a leitura da seção "Análise e Discussão sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Resultados Operacionais da Emissora", na página 118 deste Prospecto.

Esta seção contempla a discussão e análise da administração sobre as demonstrações financeiras da Emissora e é baseada nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, que foram auditadas ou revisadas, conforme o caso, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, e respectivas notas explicativas e demais informações financeiras incluídas neste Prospecto, devendo ser lida em conjunto com as mesmas. Adicionalmente, esta seção contempla determinadas informações operacionais da Emissora.

As informações financeiras apresentadas nesta seção e referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados da Emissora foram extraídas de suas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, a Lei das Sociedades por Ações, regulamentações complementares da ANEEL e da CVM e de notas técnicas divulgadas pelo IBRACON, salvo se de outra forma indicado na seção "Apresentação das Informações Financeiras", na página 111 deste Prospecto, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2008 e 2009, anexas a este Prospecto.

As demonstrações financeiras incluídas neste Prospecto, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 foram auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, conforme disposto na seção "Apresentação das Informações Financeiras – Demonstrações Financeiras da Emissora", na página 111 deste Prospecto.

As demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008 foram auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil pela Canarim Auditores Associados. As Informações Trimestrais (ITR) da Emissora incluídas neste Prospecto, referentes aos períodos de 31 de março de 2008 e 2009 foram revisadas pela Canarim Auditores Associados, conforme disposto na seção "Apresentação das Informações Financeiras – Demonstrações Financeiras da Emissora", na página 111 deste Prospecto.

As tabelas abaixo apresentam um sumário das demonstrações financeiras e do balanço patrimonial da Emissora para os períodos ali indicados.

Demonstração de Resultado da Emissora

31 de março de 2009 e 2008

| | 2009 | AV ⁽¹⁾ | 31 de março de (R\$ Mil) 2008 | AV ⁽¹⁾ | 09/08 ⁽²⁾ |
|--|-----------------|-------------------|----------------------------------|-------------------|----------------------|
| RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS | 675.228 | 100,0% | 604.268 | 100,0% | 11,7% |
| Consumidores, concessionários e permissionários | 574.106 | 85,0% | 553.772 | 91,6% | 3,7% |
| Baixa renda | 57.686 | 8,5% | 40.474 | 6,7% | 42,5% |
| Reposicionamento revisão tarifária | 3.074 | 0,5% | -3.500 | -0,6% | -187,8% |
| Valor a devolver reajuste tarifário-transmissoras | 233 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a |
| Recuperação perda de receita racionamento | 6 | 0,0% | -13.929 | -2,3% | n/a |
| Recuperação energia livre - Geradoras | 0 | 0,0% | -4.881 | -0,8% | n/a |
| Recuperação parcela A | -3 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a |
| Suprimento de energia elétrica | 3.025 | 0,4% | 858 | 0,1% | 252,6% |
| Receita de uso da rede elétrica | 14.035 | 2,1% | 10.851 | 1,8% | 29,3% |
| Baixa Energia Livre | -11 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a |
| Outras receitas operacionais | 23.077 | 3,4% | 20.623 | 3,4% | 11,9% |
| DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | -196.552 | -29,1% | -179.403 | -29,7% | 9,6% |
| ICMS | -129.516 | -19,2% | -124.008 | -20,5% | 4,4% |
| COFINS | -26.006 | -3,9% | -24.775 | -4,1% | 5,0% |
| PIS | -5.646 | -0,8% | -6.410 | -1,1% | -11,9% |
| ISS | -1.421 | -0,2% | -603 | -0,1% | 135,7% |
| Quota para reserva global de reversão - RGR | -9.107 | -1,3% | -6.581 | -1,1% | 38,4% |
| Conta de consumo de combustíveis fósseis - CCC | -17.384 | -2,6% | -9.842 | -1,6% | 76,6% |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | -3.578 | -0,5% | -3.373 | -0,6% | 6,1% |
| Programa de eficiência energética e P&D | -3.895 | -0,6% | -3.813 | -0,6% | 2,2% |
| Encargo de capacidade e aquisição emergencial | 1 | 0,0% | 2 | 0,0% | -50,0% |
| RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS | 478.676 | 70,9% | 424.865 | 70,3% | 12,7% |
| CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | -340.836 | -50,5% | -315.291 | -52,2% | 8,1% |
| Custo com energia elétrica | -249.984 | -37,0% | -229.668 | -38,0% | 8,8% |
| Energia elétrica comprada para revenda | -225.399 | -33,4% | -215.196 | -35,6% | 4,7% |
| Encargos de uso da rede de transmissão | -24.585 | -3,6% | -14.472 | -2,4% | 69,9% |
| Custo de operação | -90.852 | -13,5% | -85.623 | -14,2% | 6,1% |
| Pessoal | -16.974 | -2,5% | -17.004 | -2,8% | -0,2% |
| Entidade de previdência privada | -1.129 | -0,2% | -1.156 | -0,2% | -2,3% |
| Material | -2.168 | -0,3% | -2.404 | -0,4% | -9,8% |
| Serviços de terceiros | -38.362 | -5,7% | -38.641 | -6,4% | -0,7% |
| Depreciação e amortização | -27.360 | -4,1% | -24.072 | -4,0% | 13,7% |
| Outros | -3.454 | -0,5% | -1.984 | -0,3% | 74,1% |
| Custo do serviço prestado a terceiros | -1.405 | -0,2% | -362 | -0,1% | 288,1% |
| RESULTADO BRUTO | 137.840 | 20,4% | 109.574 | 18,1% | 25,8% |
| DESPESAS OPERACIONAIS | -33.798 | -5,0% | -29.663 | -4,9% | 13,9% |
| Despesas com vendas | -9.675 | -1,4% | -6.069 | -1,0% | 59,4% |
| Despesas gerais e administrativas | -12.949 | -1,9% | -8.689 | -1,4% | 49,0% |
| Amortização/reversão do ágio oriundo da incorporação | -3.425 | -0,5% | -3.742 | -0,6% | -8,5% |
| Taxa de fiscalização ANEEL | -968 | -0,1% | -1.137 | -0,2% | -14,9% |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | -3.196 | -0,5% | -5.713 | -0,9% | -44,1% |
| Provisão para contingências | -2.228 | -0,3% | -2.479 | -0,4% | -10,1% |
| Outras despesas operacionais | -1.357 | -0,2% | -1.834 | -0,3% | -26,0% |
| FINANCEIRAS | -10.585 | -1,6% | -8.510 | -1,4% | 24,4% |
| Receitas Financeiras | 15.668 | 2,3% | 12.591 | 2,1% | 24,4% |
| Renda de aplicações financeiras | 1.248 | 0,2% | 982 | 0,2% | 27,1% |
| Acréscimo moratório em conta de energia | 7.531 | 1,1% | 8.139 | 1,3% | -7,5% |
| Atualização perda de receita racionamento | 0 | 0,0% | 3.547 | 0,6% | n/a |
| Outras receitas financeiras | 6.889 | 1,0% | -77 | 0,0% | -9.046,8% |
| Despesas Financeiras | -26.253 | -3,9% | -21.101 | -3,5% | 24,4% |
| Encargos de dívidas | -20.539 | -3,0% | -10.616 | -1,8% | 93,5% |
| Variações monetárias | -111 | 0,0% | -7.789 | -1,3% | -98,6% |
| Juros sobre capital próprio | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a |
| Outras despesas financeiras | -5.603 | -0,8% | -2.696 | -0,4% | 107,8% |
| RESULTADO OPERACIONAL | 93.457 | 13,8% | 71.401 | 11,8% | 30,9% |
| RESULTADO ANTES DE TRIBUTAÇÕES/PARTICIPAÇÕES | 93.457 | 13,8% | 71.401 | 11,8% | 30,9% |
| PROVISÃO PARA IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | -12.337 | -1,8% | -21.455 | -3,6% | -42,5% |
| Contribuição Social | -7.896 | -1,2% | -9.476 | -1,6% | -16,7% |
| Imposto de Renda | -21.716 | -3,2% | -26.126 | -4,3% | -16,9% |
| Incentivo Fiscal - Sudene | 16.849 | 2,5% | 0 | 0,0% | n/a |
| CSLL diferido | 168 | 0,0% | 3.788 | 0,6% | -95,6% |
| IR diferido | 258 | 0,0% | 10.359 | 1,7% | -97,5% |
| PARTICIPAÇÕES/CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS | -601 | -0,1% | -1.489 | -0,2% | -59,6% |
| REVERSÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 80.519 | 11,9% | 48.457 | 8,0% | 66,2% |

(1) Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação à receita bruta de vendas, respectivamente.

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados.

31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006

| | 31 de dezembro de (R\$ Mil) | | | | | | | |
|--|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| | 2008 | AV ⁽¹⁾ | 2007 | AV ⁽¹⁾ | 2006 | AV ⁽¹⁾ | 08/07 ⁽²⁾ | 07/06 ⁽²⁾ |
| RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS | 2.696.537 | 100,0% | 2.447.849 | 100,0% | 2.336.960 | 100,0% | 10,2% | 4,7% |
| Consumidores, concessionários e permissionários | 2.358.776 | 87,5% | 2.216.455 | 90,5% | 2.290.599 | 98,0% | 6,4% | -3,2% |
| Baixa renda | 174.066 | 6,5% | 173.359 | 7,1% | 99.675 | 4,3% | 0,4% | 73,9% |
| Reposicionamento revisão tarifária | 5.542 | 0,2% | -22.464 | -0,9% | -35.749 | -1,5% | -124,7% | -37,2% |
| Saldo a cobrar reajuste tarifário 2005 | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | -35.692 | -1,5% | - | n/a |
| Valor a devolver reajuste tarifário-transmissoras | 700 | 0,0% | -1.867 | -0,1% | 0 | 0,0% | -137,5% | - |
| Recuperação perda de receita racionamento | -18.339 | -0,7% | -55.685 | -2,3% | -57.677 | -2,5% | -67,1% | -3,5% |
| Recuperação energia livre - Geradoras | -6.429 | -0,2% | -19.492 | -0,8% | -25.090 | -1,1% | -67,0% | -22,3% |
| Recuperação parcela A | -48.866 | -1,8% | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a | - |
| Suprimento de energia elétrica | 13.245 | 0,5% | 11.749 | 0,5% | 12.731 | 0,5% | 12,7% | -7,7% |
| Receita de uso da rede elétrica | 55.331 | 2,1% | 45.695 | 1,9% | 46.081 | 2,0% | 21,1% | -0,8% |
| Baixa Energia Livre | 57.475 | 2,1% | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a | - |
| Outras receitas operacionais | 105.036 | 3,9% | 100.099 | 4,1% | 42.082 | 1,8% | 4,9% | 137,9% |
| DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | -781.493 | -29,0% | -728.970 | -29,8% | -769.385 | -32,9% | 7,2% | -5,3% |
| ICMS | -528.563 | -19,6% | -501.577 | -20,5% | -514.217 | -22,0% | 5,4% | -2,5% |
| COFINS | -111.412 | -4,1% | -96.012 | -3,9% | -90.818 | -3,9% | 16,0% | 5,7% |
| PIS | -24.518 | -0,9% | -21.421 | -0,9% | -21.291 | -0,9% | 14,5% | 0,6% |
| ISS | -2.037 | -0,1% | -1.331 | -0,1% | -839 | 0,0% | 53,0% | 58,6% |
| Quota para reserva global de reversão - RGR | -29.917 | -1,1% | -23.156 | -0,9% | -17.982 | -0,8% | 29,2% | 28,8% |
| Conta de consumo de combustíveis fósseis - CCC | -55.251 | -2,0% | -58.160 | -2,4% | -93.272 | -4,0% | -5,0% | -37,6% |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | -13.526 | -0,5% | -13.254 | -0,5% | -12.505 | -0,5% | 2,1% | 6,0% |
| Programa de eficiência energética e P&D | -16.271 | -0,6% | -14.055 | -0,6% | -17.976 | -0,8% | 15,8% | -21,8% |
| Encargo de capacidade e aquisição emergencial | 2 | 0,0% | -4 | 0,0% | -485 | 0,0% | -150,0% | -99,2% |
| RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS | 1.915.044 | 71,0% | 1.718.879 | 70,2% | 1.567.575 | 67,1% | 11,4% | 9,7% |
| CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | -1.295.233 | -48,0% | -1.183.121 | -48,3% | -1.059.609 | -45,3% | 9,5% | 11,7% |
| Custo com energia elétrica | -958.745 | -35,6% | -871.159 | -35,6% | -783.719 | -33,5% | 10,1% | 11,2% |
| Energia elétrica comprada para revenda | -879.060 | -32,6% | -820.996 | -33,5% | -714.966 | -30,6% | 7,1% | 14,8% |
| Encargos de uso da rede de transmissão | -79.685 | -3,0% | -50.163 | -2,0% | -68.753 | -2,9% | 58,9% | -27,0% |
| Custo de operação | -336.488 | -12,5% | -311.962 | -12,7% | -275.890 | -11,8% | 7,9% | 13,1% |
| Pessoal | -61.226 | -2,3% | -66.730 | -2,7% | -62.050 | -2,7% | -8,2% | 7,5% |
| Entidade de previdência privada | -9.160 | -0,3% | -8.862 | -0,4% | -9.167 | -0,4% | 3,4% | -3,3% |
| Material | -16.097 | -0,6% | -9.202 | -0,4% | -6.388 | -0,3% | 74,9% | 44,1% |
| Serviços de terceiros | -138.105 | -5,1% | -117.196 | -4,8% | -95.058 | -4,1% | 17,8% | 23,3% |
| Depreciação e amortização | -99.350 | -3,7% | -93.470 | -3,8% | -92.568 | -4,0% | 6,3% | 1,0% |
| Outros | -6.138 | -0,2% | -5.146 | -0,2% | -5.475 | -0,2% | 19,3% | -6,0% |
| Custo do serviço prestado a terceiros | -6.412 | -0,2% | -11.356 | -0,5% | -5.184 | -0,2% | -43,5% | 119,1% |
| RESULTADO BRUTO | 619.811 | 23,0% | 535.758 | 21,9% | 507.966 | 21,7% | 15,7% | 5,5% |
| DESPESAS OPERACIONAIS | -166.703 | -6,2% | -170.792 | -7,0% | -84.905 | -3,6% | -2,4% | 101,2% |
| Despesas com vendas | -76.348 | -2,8% | -28.749 | -1,2% | -27.704 | -1,2% | 165,6% | 3,8% |
| Despesas gerais e administrativas | -54.371 | -2,0% | -50.289 | -2,1% | -34.213 | -1,5% | 8,1% | 47,0% |
| Amortização/reversão do ágio oriundo da incorporação | -14.967 | -0,6% | -15.220 | -0,6% | -15.033 | -0,6% | -1,7% | 1,2% |
| Taxa de fiscalização ANEEL | -4.042 | -0,1% | -4.407 | -0,2% | -3.667 | -0,2% | -8,3% | 20,2% |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | -13.351 | -0,5% | -59.378 | -2,4% | -7.180 | -0,3% | -77,5% | 727,0% |
| Provisão para contingências | 6.509 | 0,2% | -6.136 | -0,3% | 5.113 | 0,2% | -206,1% | -220,0% |
| Outras despesas operacionais | -10.133 | -0,4% | -6.613 | -0,3% | -2.221 | -0,1% | 53,2% | 197,7% |
| FINANCEIRAS | -48.916 | -1,8% | -7.836 | -0,3% | -68.248 | -2,9% | 524,2% | -88,5% |
| Receitas Financeiras | 31.593 | 1,2% | 96.127 | 3,9% | 96.440 | 4,1% | -67,1% | -0,3% |
| Renda de aplicações financeiras | 12.288 | 0,5% | 10.759 | 0,4% | 12.563 | 0,5% | 14,2% | -14,4% |
| Acréscimo moratório em conta de energia | 31.847 | 1,2% | 35.104 | 1,4% | 37.542 | 1,6% | -9,3% | -6,5% |
| Atualização perda de receita racionamento | 4.668 | 0,2% | 18.403 | 0,8% | 34.141 | 1,5% | -74,6% | -46,1% |
| Outras receitas financeiras | -17.210 | -0,6% | 31.861 | 1,3% | 12.194 | 0,5% | -154,0% | 161,3% |
| Despesas Financeiras | -80.509 | -3,0% | -103.963 | -4,2% | -164.688 | -7,0% | -22,6% | -36,9% |
| Encargos de dívidas | -59.053 | -2,2% | -44.859 | -1,8% | -73.252 | -3,1% | 31,6% | -38,8% |
| Variações monetárias | -30.468 | -1,1% | -16.378 | -0,7% | -4.944 | -0,2% | 86,0% | 231,3% |
| Juros sobre capital próprio | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | -57.500 | -2,5% | n/a | n/a |
| Outras despesas financeiras | 9.012 | 0,3% | -42.726 | -1,7% | -28.992 | -1,2% | -121,1% | 47,4% |
| RESULTADO OPERACIONAL | 404.192 | 15,0% | 357.130 | 14,6% | 354.813 | 15,2% | 13,2% | 0,7% |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 290 | 0,0% | - | n/a |
| Receitas | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 845 | 0,0% | - | n/a |
| Despesas | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | -555 | 0,0% | - | n/a |
| RESULTADO ANTES DE TRIBUTAÇÕES/PARTICIPAÇÕES | 404.192 | 15,0% | 357.130 | 14,6% | 355.103 | 15,2% | 13,2% | 0,6% |
| PROVISÃO PARA IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | -58.591 | -2,2% | -106.421 | -4,3% | -108.850 | -4,7% | -44,9% | -2,2% |
| Contribuição Social | -34.304 | -1,3% | -36.135 | -1,5% | -35.452 | -1,5% | -5,1% | 1,9% |
| Imposto de Renda | -94.543 | -3,5% | -100.684 | -4,1% | -91.270 | -3,9% | -6,1% | 10,3% |
| Incentivo Fiscal - Sudene | 66.633 | 2,5% | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a | n/a |
| IR diferido | 1.102 | 0,0% | 8.238 | 0,3% | 6.604 | 0,3% | -86,6% | 24,7% |
| CSLL diferido | 2.521 | 0,1% | 22.160 | 0,9% | 11.268 | 0,5% | -88,6% | 96,7% |
| PARTICIPAÇÕES/CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS | -7.078 | -0,3% | -5.958 | -0,2% | -5.495 | -0,2% | 18,8% | 8,4% |
| REVERSÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 57.500 | 2,5% | n/a | n/a |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 338.523 | 12,6% | 244.751 | 10,0% | 298.258 | 12,8% | 38,3% | -17,9% |

(1) Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação à receita bruta de vendas, respectivamente.

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados.

Balanço Patrimonial da Emissora

31 de março de 2009 e 2008

| Ativo (R\$ mil) | 31 de março de | | | | |
|---------------------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|----------------------|
| | 2009 | AV ⁽¹⁾ | 2008 | AV ⁽¹⁾ | 09/08 ⁽²⁾ |
| Ativo Circulante | 825.114 | 29,2% | 835.036 | 31,4% | -1,2% |
| Disponibilidades | 25.242 | 0,9% | 29.801 | 1,1% | -15,3% |
| Créditos | 696.335 | 24,6% | 676.564 | 25,4% | 2,9% |
| Clientes | 308.589 | 10,9% | 343.814 | 12,9% | -10,2% |
| Créditos Diversos | 387.746 | 13,7% | 332.750 | 12,5% | 16,5% |
| Estoques | 2.195 | 0,1% | 1.140 | 0,0% | 92,5% |
| Outros | 101.342 | 3,6% | 127.531 | 4,8% | -20,5% |
| Despesas pagas antecipadamente | 101.342 | 3,6% | 127.531 | 4,8% | -20,5% |
| Ativo Não Circulante | 2.004.091 | 70,8% | 1.824.574 | 68,6% | 9,8% |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 220.130 | 7,8% | 231.263 | 8,7% | -4,8% |
| Créditos Diversos | 137.719 | 4,9% | 148.444 | 5,6% | -7,2% |
| Outros | 82.411 | 2,9% | 82.819 | 3,1% | -0,5% |
| Investimentos | 217 | 0,0% | 231 | 0,0% | -6,1% |
| Imobilizado | 1.770.548 | 62,6% | 1.583.911 | 59,6% | 11,8% |
| Intangível | 13.196 | 0,5% | 0 | n/a | n/a |
| Diferido | 0 | n/a | 9.169 | 0,3% | n/a |
| Ativo Total | 2.829.205 | 100,0% | 2.659.610 | 100,0% | 6,4% |
| Passivo (R\$ mil) | 31 de março de | | | | |
| | 2009 | AV ⁽¹⁾ | 2008 | AV ⁽¹⁾ | 09/08 ⁽²⁾ |
| Passivo Circulante | 1.011.562 | 35,8% | 1.109.904 | 41,7% | -8,9% |
| Empréstimos e Financiamentos | 324.570 | 11,5% | 236.816 | 8,9% | 37,1% |
| Fornecedores | 120.773 | 4,3% | 225.467 | 8,5% | -46,4% |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 51.122 | 1,8% | 71.293 | 2,7% | -28,3% |
| Dividendos a Pagar | 263.924 | 9,3% | 245.388 | 9,2% | 7,6% |
| Provisões | 34.212 | 1,2% | 98.968 | 3,7% | -65,4% |
| Dívidas com Pessoas Ligadas | 92.990 | 3,3% | 98.547 | 3,7% | -5,6% |
| Outros | 123.971 | 4,4% | 133.425 | 5,0% | -7,1% |
| Passivo Não Circulante | 820.023 | 29,0% | 650.788 | 24,5% | 26,0% |
| Empréstimos e Financiamentos | 528.171 | 18,7% | 381.059 | 14,3% | 38,6% |
| Provisões | 125.155 | 4,4% | 110.843 | 4,2% | 12,9% |
| Dívidas com Pessoas Ligadas | 95.133 | 3,4% | 97.906 | 3,7% | -2,8% |
| Outros | 71.564 | 2,5% | 60.980 | 2,3% | 17,4% |
| Patrimônio Líquido | 997.620 | 35,3% | 898.918 | 33,8% | 11,0% |
| Capital Social Realizado | 442.946 | 15,7% | 433.057 | 16,3% | 2,3% |
| Reservas de Capital | 358.677 | 12,7% | 368.547 | 13,9% | -2,7% |
| Reservas de Lucro | 115.478 | 4,1% | 48.845 | 1,8% | 136,4% |
| Legal | 48.845 | 1,7% | 48.845 | 1,8% | 0,0% |
| Outras Reservas de Lucro | 66.633 | 2,4% | 0 | n/a | n/a |
| Lucros/Prejuízos Acumulados | 80.519 | 2,8% | 48.469 | 1,8% | 66,1% |
| Passivo Total | 2.829.205 | 100,0% | 2.659.610 | 100,0% | 6,4% |

(1) Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação ao total do Ativo ou do Passivo, respectivamente.

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados.

31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006

| Ativo (R\$ mil) | 31 de dezembro de | | | | | | | |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| | 2008 | AV ⁽¹⁾ | 2007 | AV ⁽¹⁾ | 2006 | AV ⁽¹⁾ | 08/07 ⁽²⁾ | 07/06 ⁽²⁾ |
| Ativo Circulante | 800.917 | 28,8% | 792.352 | 30,8% | 698.829 | 27,8% | 1,1% | 13,4% |
| Disponibilidades | 15.838 | 0,6% | 12.364 | 0,5% | 64.652 | 2,6% | 28,1% | -80,9% |
| Créditos | 695.769 | 25,0% | 665.947 | 25,9% | 564.389 | 22,5% | 4,5% | 18,0% |
| Clientes | 323.140 | 11,6% | 349.402 | 13,6% | 401.821 | 16,0% | -7,5% | -13,0% |
| Créditos Diversos | 372.629 | 13,4% | 316.545 | 12,3% | 162.568 | 6,5% | 17,7% | 94,7% |
| Estoques | 1.471 | 0,1% | 511 | 0,0% | 834 | 0,0% | 187,9% | -38,7% |
| Outros | 87.839 | 3,2% | 113.530 | 4,4% | 68.954 | 2,7% | -22,6% | 64,6% |
| Despesas pagas antecipadamente | 87.839 | 3,2% | 113.530 | 4,4% | 68.954 | 2,7% | -22,6% | 64,6% |
| Ativo Não Circulante | 1.980.670 | 71,2% | 1.776.898 | 69,2% | 1.811.764 | 72,2% | 11,5% | -1,9% |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 243.777 | 8,8% | 225.844 | 8,8% | 421.284 | 16,8% | 7,9% | -46,4% |
| Créditos Diversos | 135.157 | 4,9% | 137.096 | 5,3% | 253.449 | 10,1% | -1,4% | -45,9% |
| Outros | 108.620 | 3,9% | 88.748 | 3,5% | 167.835 | 6,7% | 22,4% | -47,1% |
| Investimentos | 220 | 0,0% | 235 | 0,0% | 250 | 0,0% | -6,4% | -6,0% |
| Imobilizado | 1.722.679 | 61,9% | 1.527.355 | 59,4% | 1.387.975 | 55,3% | 12,8% | 10,0% |
| Intangível | 13.994 | 0,5% | 14.671 | 0,6% | 0 | n/a | -4,6% | n/a |
| Diferido | 0 | n/a | 8.793 | 0,3% | 2.255 | 0,1% | n/a | 289,9% |
| Ativo Total | 2.781.587 | 100,0% | 2.569.250 | 100,0% | 2.510.593 | 100,0% | 8,3% | 2,3% |
| Passivo (R\$ mil) | 31 de dezembro de | | | | | | | |
| | 2008 | AV ⁽¹⁾ | 2007 | AV ⁽¹⁾ | 2006 | AV ⁽¹⁾ | 08/07 ⁽²⁾ | 07/06 ⁽²⁾ |
| Passivo Circulante | 1.068.638 | 38,4% | 1.044.296 | 40,6% | 930.321 | 37,1% | 2,3% | 12,3% |
| Empréstimos e Financiamentos | 332.230 | 11,9% | 204.941 | 8,0% | 97.841 | 3,9% | 62,1% | 109,5% |
| Fornecedores | 157.582 | 5,7% | 241.753 | 9,4% | 174.667 | 7,0% | -34,8% | 38,4% |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 48.356 | 1,7% | 54.972 | 2,1% | 54.715 | 2,2% | -12,0% | 0,5% |
| Dividendos a Pagar | 263.927 | 9,5% | 245.977 | 9,6% | 276.168 | 11,0% | 7,3% | -10,9% |
| Provisões | 36.368 | 1,3% | 79.129 | 3,1% | 130.475 | 5,2% | -54,0% | -39,4% |
| Dívidas com Pessoas Ligadas | 103.792 | 3,7% | 102.665 | 4,0% | 78.197 | 3,1% | 1,1% | 31,3% |
| Outros | 126.383 | 4,5% | 114.859 | 4,5% | 118.258 | 4,7% | 10,0% | -2,9% |
| Passivo Não Circulante | 795.848 | 28,6% | 674.505 | 26,3% | 799.808 | 31,9% | 18,0% | -15,7% |
| Empréstimos e Financiamentos | 489.945 | 17,6% | 352.591 | 13,7% | 386.125 | 15,4% | 39,0% | -8,7% |
| Provisões | 129.093 | 4,6% | 135.103 | 5,3% | 158.459 | 6,3% | -4,4% | -14,7% |
| Dívidas com Pessoas Ligadas | 104.227 | 3,7% | 104.546 | 4,1% | 125.773 | 5,0% | -0,3% | -16,9% |
| Outros | 72.583 | 2,6% | 82.265 | 3,2% | 129.451 | 5,2% | -11,8% | -36,5% |
| Patrimônio Líquido | 917.101 | 33,0% | 850.449 | 33,1% | 780.464 | 31,1% | 7,8% | 9,0% |
| Capital Social Realizado | 442.946 | 15,9% | 433.057 | 16,9% | 433.057 | 17,2% | 2,3% | 0,0% |
| Reservas de Capital | 358.677 | 12,9% | 368.547 | 14,3% | 298.562 | 11,9% | -2,7% | 23,4% |
| Reservas de Lucro | 115.478 | 4,2% | 48.845 | 1,9% | 48.845 | 1,9% | 136,4% | 0,0% |
| Legal | 48.845 | 1,8% | 48.845 | 1,9% | 48.845 | 1,9% | 0,0% | 0,0% |
| Outras Reservas de Lucro | 66.633 | 2,4% | 0 | n/a | 0 | n/a | n/a | n/a |
| Passivo Total | 2.781.587 | 100,0% | 2.569.250 | 100,0% | 2.510.593 | 100,0% | 8,3% | 2,3% |

(1) Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação ao total do Ativo ou do Passivo, respectivamente.

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

A discussão e análise a seguir sobre a situação financeira da Emissora e seus resultados operacionais se baseiam e deverão ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Emissora, anexas a este Prospecto, bem como as seções "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações", na página 111 deste Prospecto, e outros dados financeiros que constam em outras seções deste Prospecto.

Este Prospecto contém estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas. Os resultados efetivamente obtidos pela Emissora poderão diferir substancialmente daqueles discutidos nessas estimativas e declarações futuras por diversas razões, incluindo, mas não se limitando, a fatores indicados na seção "Fatores de Risco" nas páginas 91 a 107 deste Prospecto.

Alteração da legislação societária brasileira

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que se iniciou em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a Companhia está adotando pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Lei 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08. As principais mudanças que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia foram:

- A Companhia revisou os saldos registrados em "ativo diferido" e os que não atendiam aos critérios de reconhecimento como intangível foram baixados no exercício de 2008. Assim, a parcela da conta "ativo diferido" correspondente a anos anteriores foi registrada, no balanço de abertura, no valor total de R\$8.794 mil, líquido dos efeitos fiscais.
- O valor correspondente ao incentivo fiscal outorgado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e reconhecido pela Secretaria da Receita Federal, apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07, no montante de R\$66.633 mil, foi contabilizado no resultado do exercício como redutora da despesa com imposto de renda, na rubrica "Incentivo Fiscal – SUDENE" e, posteriormente, transferido para a reserva de lucros não passíveis de distribuição, em atendimento à Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 07.
- A Companhia reclassificou o saldo de *softwares* do ativo imobilizado para o intangível, no montante de R\$13.994 mil, em atendimento à Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 04.
- A Companhia reclassificou o saldo dos custos incorridos na captação de recursos no montante de R\$2.993 mil, apresentando-os como redutor das contas de empréstimos e financiamentos, e passou a amortizá-los com base na mesma curva de amortização do empréstimo, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08. Até 31 de dezembro de 2007, tais custos eram contabilizados como despesas antecipadas e amortizados em linha reta pelo prazo do empréstimo.
- Em atendimento a Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, a Companhia reclassificou o resultado não operacional (receitas e despesas) como resultado operacional (receitas e despesas), sendo contabilizado a partir de então como "outras receitas operacionais" e "outras despesas operacionais", respectivamente.
- A Companhia não necessita mais apresentar a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, em observância ao Pronunciamento Técnico CPC nº 13, mencionado acima.
- A Companhia já adotava a elaboração da demonstração do fluxo de caixa e da demonstração do valor adicionado, que se tornaram obrigatórias em decorrência da Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 e Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, nesta ordem.

Cenário Macroeconômico – Fatores que Influenciam os Negócios da Emissora

A condição financeira e os resultados operacionais da Emissora são substancialmente dependentes do cenário macroeconômico da economia brasileira.

A economia brasileira, durante diversos períodos, sofreu frequentes intervenções do Governo Federal, que por vezes modifica as políticas monetária, de crédito, fiscal entre outras, a fim de controlar a inflação e implementar políticas macroeconômicas.

Nos anos recentes, vem se consolidando na economia brasileira um quadro de estabilidade que, ao menos até o segundo semestre de 2008 (*vide* comentários sobre a crise financeira mundial abaixo), vinha gerando expectativas favoráveis dos agentes econômicos para os próximos anos. Os principais indicadores econômicos apontavam para um crescimento sustentado, com manutenção da estabilidade monetária, ao mesmo tempo em que se observa a melhoria das contas públicas e a redução da vulnerabilidade externa. O PIB brasileiro mostrava elevação gradual, tendo como um dos principais fatores o bom desempenho do setor exportador, que vinha sendo diretamente influenciado pelo crescimento das principais economias mundiais. Adicionalmente, contribuíram para este cenário o aumento da demanda interna, propiciado pela elevação do crédito, e o crescimento do nível de atividade e de investimento no Brasil. Como reflexo, observou-se, nesse período, a redução do nível de desemprego que, segundo dados do IBGE sobre as seis principais regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre), caiu de 11,2% em outubro de 2002 para 9% em 31 de março de 2008. Sendo o principal serviço prestado pela Emissora a distribuição de energia elétrica, e sendo a energia elétrica o seu principal produto relacionado, os níveis de demanda e de receita da Emissora apresentam baixa elasticidade em relação às variações nos níveis de desemprego, tendo em vista se tratar de um bem essencial. Ao observarem-se os níveis de energia vendida nos últimos anos, percebem-se incrementos consecutivos. Entre os exercícios de 2003 e 2008, a energia vendida (em MWh) aumentou em 27,9%.

No segundo semestre de 2008, porém, a grave crise financeira internacional originada no sistema financeiro norte-americano se agravou, fazendo com que as expectativas em relação ao crescimento da atividade econômica brasileira (e mundial) em 2009 e 2010 se reduzissem consideravelmente e, em consequência, observou-se diminuição da oferta de crédito para pessoas físicas e jurídicas e aumento do desemprego no Brasil.

Em parte devido aos efeitos da crise financeira na economia brasileira, a taxa de inflação tem se mantido estável dentro das metas estipuladas pelas autoridades monetárias e pelo Governo Federal e apresentou quedas sensíveis nos últimos anos. O IPCA, um dos principais indicadores da inflação brasileira, vem caindo sistematicamente, passando de 12,5%, em 2002, para 5,9%, em 2008, percentual este dentro da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil, que compreende a faixa entre 2,5% e 6,5%. Trajetória semelhante tem registrado o IGPM que, em 2002, chegou a 25,3%, principalmente devido à forte desvalorização cambial do período e, em 2008, caiu para 9,8%. Tendo em vista a metodologia para a manutenção do equilíbrio financeiro adotada pelo modelo regulatório do setor elétrico, as distribuidoras de energia (grupo de agentes do qual a Emissora faz parte) passam anualmente pelo processo de reajuste tarifário, quando uma parcela das suas tarifas sofre atualização pelo índice de inflação (IGP-M) acumulado durante os últimos 12 meses. Essa parcela representa em torno de 25% da tarifa e sua atualização anual representa uma proteção para a Emissora em relação à elevadas variações da inflação.

Até o primeiro trimestre de 2009, a queda dos níveis inflacionários permitiu ao Banco Central do Brasil reduzir a taxa básica de juros, influenciando os juros praticados pelo mercado, a exemplo da taxa média dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) que, entre 2002 e 2008, caiu de 19,00% ao ano para 13,75% ao ano, tendo atingido 26,50% ao ano em 2003. A queda na taxa de juros também pode ser observada na TJLP, referência para empréstimos de longo prazo, que saiu de uma média de 9,9% ao ano, em 2002, para 6,3% ao ano, em 2008. Atualmente, a Emissora possui aproximadamente 66% de sua dívida indexada ao CDI e à TJLP (42% e 24% respectivamente), portanto a redução desses indicadores tem favorecido a manutenção do custo da dívida em patamares considerados bastante favoráveis nos últimos anos.

Outro aspecto relevante foi a variação da taxa de câmbio doméstica, principalmente pela alta volatilidade após 1999, ano em que o regime de câmbio brasileiro passou a ser flutuante. Em 2002, devido a uma série de eventos de ordem política e econômica, o Real sofreu uma desvalorização de 52,3% frente ao Dólar. Já a partir de 2003, como resultado de um crescente fluxo de divisas proveniente da elevação das exportações e do investimento estrangeiro, o Real apresentou valorizações contínuas até o agravamento da crise financeira. A taxa observada em relação ao dólar foi de R\$2,88 ao final de 2003, de R\$2,34 ao final de 2008, e R\$2,31 em 30 de março de 2009. Esses resultados, aliados ao contínuo fluxo de investimento estrangeiro direto e de portfólio, e a redução do endividamento externo, contribuíram para o acúmulo de reservas internacionais e a redução da vulnerabilidade externa. Porém, com a eclosão da crise financeira internacional acima referida, o Real apresentou desvalorização considerável frente ao dólar a partir do segundo semestre de 2008 até o final do primeiro trimestre de 2009, saindo de uma taxa em relação ao dólar de R\$1,60 em 30 de junho de 2008 para R\$2,31 em 31 de março de 2009. A Emissora, por meio da sua política conservadora de endividamento, apresenta uma quase completa blindagem em relação aos impactos das variações cambiais em sua estrutura de dívida, tendo em vista a quase totalidade dos seus empréstimos em dólar estarem protegidos (hedge) através de contratos de swap, ficando apenas 1% de sua dívida exposta às citadas variações cambiais. Alguns contratos de compra de energia também são atrelados ao dólar, mas, com base na regulamentação do setor elétrico, o resultado da Companhia se mantém protegido através da CVA – Conta de Compensação da Variação da Parcela A, resultando apenas num efeito caixa, a ser recuperado na próximo reajuste tarifário (*vide* seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica – Reajustes e Revisões Tarifárias", na página 179 deste Prospecto).

A tabela abaixo apresenta dados sobre o PIB, inflação, taxa de juros e taxa câmbio (Real frente ao dólar dos Estados Unidos da América) no Brasil, nos períodos lá indicados:

| | 31 de março de | | 31 de dezembro de | | |
|--|----------------|----------|-------------------|----------|----------|
| | 2009 | 2008 | 2008 | 2007 | 2006 |
| Crescimento do PIB ⁽¹⁾ | -1,8% | 6,1% | 5,1% | 5,4% | 3,7% |
| Inflação (IGPM) ⁽²⁾ | 6,3% | 9,1% | 9,8% | 7,7% | 3,8% |
| Inflação (IPCA) ⁽³⁾ | 5,6% | 4,7% | 5,9% | 4,5% | 3,1% |
| CDI ⁽⁴⁾ | 12,5% | 11,1% | 12,3% | 11,8% | 15,0% |
| TJLP ⁽⁵⁾ | 6,3% | 6,3% | 6,3% | 6,3% | 6,9% |
| Valorização (desvalorização) do real em relação ao dólar | 0,73% | 1,24% | -24,2% | 20,7% | 9,5% |
| Taxa de Câmbio (fechamento) – R\$ por US\$1,00 | R\$2,315 | R\$1,749 | R\$2,337 | R\$1,771 | R\$2,138 |
| Taxa Média de Câmbio ⁽⁶⁾ – R\$ por US\$1,00 | R\$2,311 | R\$1,736 | R\$1,834 | R\$1,948 | R\$2,176 |

⁽¹⁾ O PIB do Brasil, acumulado ao longo do ano e informado para tais períodos, já utiliza a nova metodologia do IBGE, implementado no ano de 2007, mas que foram aplicadas aos resultados do PIB do Brasil desde o ano de 2000.

⁽²⁾ A inflação (IGPM) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e de 3 meses para os períodos encerrados em 31 de março de 2009 e 2008.

⁽³⁾ A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e de 3 meses para os períodos encerrados em 31 de março de 2009 e 2008.

⁽⁴⁾ A Taxa DI é a média para os períodos indicados das taxas dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) com prazo de um dia no Brasil, apurados diariamente, expressos ao ano.

⁽⁵⁾ TJLP é a Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES. A TJLP é calculada a partir dos seguintes parâmetros: (i) meta de inflação calculada *pro rata* para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional; e (ii) prêmio de risco.

⁽⁶⁾ Média das taxas de câmbio (venda) durante o período.

Fontes: Banco Central do Brasil, FGV, IBGE, CETIP e BNDES.

Principais Práticas Contábeis da Emissora

Apresentamos a seguir a descrição das principais práticas contábeis que atualmente afetam a situação financeira e resultado das operações da Emissora e que exigem que a administração da Emissora adote determinadas estimativas e premissas, extraídas da experiência histórica e de outros fatores considerados razoáveis e relevantes, incluindo estimativas e premissas relacionadas ao cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e derivativos. A adoção dessas estimativas e premissas requer que a administração da Emissora faça julgamentos, com base na situação financeira e resultado das operações da Emissora, referentes aos efeitos de questões que são inerentemente incertas. Caso a administração decida alterar tais estimativas e premissas, a situação financeira e resultado das operações da Emissora pode variar de modo relevante.

A Nota Explicativa n.º 3 ("Principais práticas contábeis adotadas") às demonstrações financeiras da Emissora para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, anexas ao presente Prospecto, inclui um resumo das políticas e métodos contábeis utilizados na elaboração das demonstrações financeiras da Emissora. Abaixo seguem as principais práticas contábeis adotadas pela Emissora de forma resumida.

Aplicações financeiras. São registradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo o valor de mercado.

Consumidores, concessionários e permissionários. Referem-se a créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da CCEE até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Calculada com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela administração da Emissora como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

Estoques. Os materiais em estoques, de operação e manutenção, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a projetos, contabilizados no imobilizado, estão avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perda por obsolescência, quando aplicável.

Despesas pagas antecipadamente. São compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos e incluem a conta de compensação da variação de valores de itens da parcela A - CVA e respectivos encargos que serão apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente for faturada aos consumidores.

Imobilizado. É composto pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pelas Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999.

O saldo do imobilizado inclui o valor do ágio oriundo da incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada pela assembléia geral extraordinária de 27 de setembro de 1999. A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo do Contrato de Concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027.

Intangível. Refere-se aos sistemas corporativos (*softwares*) detidos pela Companhia, registrados pelo custo de aquisição. Estes custos são amortizados com base no método linear durante cinco anos.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 mil) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%) e consideram a absorção de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30%, para fins de determinação das exigibilidades. A Emissora possui direito a redução do imposto de renda a pagar calculado com base no lucro da exploração.

Os impostos diferidos ativos atribuíveis às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseada nas projeções de resultados preparadas pela administração da Emissora.

Obrigações com benefícios pós-emprego. Referem-se ao passivo atuarial relativo ao plano de previdência complementar oferecido aos empregados da Emissora, registrado em regime de competência com base em avaliação efetuada por atuário externo.

Provisões para contingências. São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processos cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes na data do balanço.

Obrigações vinculadas à concessão. Referem-se aos recursos de participação financeira dos consumidores e da União e de doações e subvenções para investimentos, destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, depreciados de acordo ofício n.º 296, de fevereiro de 2007. Estas obrigações foram apresentadas nas demonstrações financeiras como redução do ativo imobilizado em serviço.

Atualizações monetárias de direitos e obrigações. Os direitos e obrigações sujeitos às variações monetária e cambial, por força contratual ou dispositivo legal, estão atualizados até a data do balanço. Os passivos pactuados em moeda norte-americana são convertidos para reais pela taxa de câmbio reportada pelo Banco Central do Brasil, ao final do período (US\$1 = R\$2,315 em 31 de março de 2009, US\$ = R\$1,749 em 31 de março de 2008, US\$1 = R\$2,337, em 31 de dezembro de 2008, US\$1 = R\$1,771 em 31 de dezembro de 2007 e US\$1 = R\$2,138 em 31 de dezembro de 2006).

Apuração do resultado. As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime contábil de competência.

Outros direitos e obrigações. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

Estimativas. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Emissora se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) provisão para contingências e planos de aposentadoria complementar; (iii) recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos; (iv) recebimentos no âmbito da CCEE; (v) ativo regulatório – reposicionamento tarifário; (vi) provisão para devolução de baixa renda; (vii) crédito referente ao Programa Luz para Todos; e (viii) fornecimento não faturado.

Lucro líquido por ação. Calculado com base no número total de ações na data do encerramento do balanço.

Alterações Recentes da Legislação Societária Brasileira. Houve a necessidade de adaptar-se as demonstrações financeiras da Emissora tendo em vista a promulgação da Lei n.º 11.638/07, que entrou em vigor a partir do exercício que se iniciou em 1º de janeiro de 2008. Para maiores informações, *vide* seções "Apresentação da Informações Financeiras – Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS – Lei n.º 11.638/07 e MP n.º 449/08", na página 111 deste Prospecto e no item "Alteração da legislação societária brasileira" desta seção, na página 119 deste Prospecto.

Eventos Subsequentes Relevantes

Não ocorreu qualquer evento subsequente relevante após 31 de março de 2009 que pudesse causar impacto significativo nas operações da Emissora e, consequentemente, em suas demonstrações financeiras na data deste Prospecto Definitivo.

Operações Não Registradas nas Demonstrações Financeiras

Não há qualquer operação ocorrida até 31 de março de 2009 que não tenha sido registrada nas demonstrações financeiras da Emissora.

Demonstrações de Resultado

A discussão a seguir dos resultados das operações da Emissora é baseada em informações obtidas das suas demonstrações de resultado, para os períodos indicados, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que se iniciou em 1º de janeiro de 2008. Mencionadas práticas contábeis não foram aplicadas em relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, fato que prejudica a comparabilidade.

A tabela a seguir apresenta as informações da demonstração do resultado da Emissora para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008. Para fins de comparação, a tabela apresenta variações percentuais para os períodos indicados.

| | 31 de março de (R\$ Mil) | | | | |
|--|--------------------------|-------------------|-----------------|-------------------|----------------------|
| | 2009 | AV ⁽¹⁾ | 2008 | AV ⁽¹⁾ | 09/08 ⁽²⁾ |
| RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS | 675.228 | 100,0% | 604.268 | 100,0% | 11,7% |
| Consumidores, concessionários e permissionários | 574.106 | 85,0% | 553.772 | 91,6% | 3,7% |
| Baixa renda | 57.686 | 8,5% | 40.474 | 6,7% | 42,5% |
| Reposicionamento revisão tarifária | 3.074 | 0,5% | -3.500 | -0,6% | -187,8% |
| Valor a devolver reajuste tarifário-transmissoras | 233 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a |
| Recuperação perda de receita racionamento | 6 | 0,0% | -13.929 | -2,3% | n/a |
| Recuperação energia livre - Geradoras | 0 | 0,0% | -4.881 | -0,8% | n/a |
| Recuperação parcela A | -3 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a% |
| Suprimento de energia elétrica | 3.025 | 0,4% | 858 | 0,1% | 252,6% |
| Receita de uso da rede elétrica | 14.035 | 2,1% | 10.851 | 1,8% | 29,3% |
| Baixa Energia Livre | -11 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a% |
| Outras receitas operacionais | 23.077 | 3,4% | 20.623 | 3,4% | 11,9% |
| DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | -196.552 | -29,1% | -179.403 | -29,7% | 9,6% |
| ICMS | -129.516 | -19,2% | -124.008 | -20,5% | 4,4% |
| COFINS | -26.006 | -3,9% | -24.775 | -4,1% | 5,0% |
| PIS | -5.646 | -0,8% | -6.410 | -1,1% | -11,9% |
| ISS | -1.421 | -0,2% | -603 | -0,1% | 135,7% |
| Quota para reserva global de reversão - RGR | -9.107 | -1,3% | -6.581 | -1,1% | 38,4% |
| Conta de consumo de combustíveis fósseis - CCC | -17.384 | -2,6% | -9.842 | -1,6% | 76,6% |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | -3.578 | -0,5% | -3.373 | -0,6% | 6,1% |
| Programa de eficiência energética e P&D | -3.895 | -0,6% | -3.813 | -0,6% | 2,2% |
| Encargo de capacidade e aquisição emergencial | 1 | 0,0% | 2 | 0,0% | -50,0% |
| RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS | 478.676 | 70,9% | 424.865 | 70,3% | 12,7% |
| CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | -340.836 | -50,5% | -315.291 | -52,2% | 8,1% |
| Custo com energia elétrica | -249.984 | -37,0% | -229.668 | -38,0% | 8,8% |
| Energia elétrica comprada para revenda | -225.399 | -33,4% | -215.196 | -35,6% | 4,7% |
| Encargos de uso da rede de transmissão | -24.585 | -3,6% | -14.472 | -2,4% | 69,9% |
| Custo de operação | -90.852 | -13,5% | -85.623 | -14,2% | 6,1% |
| Pessoal | -16.974 | -2,5% | -17.004 | -2,8% | -0,2% |
| Entidade de previdência privada | -1.129 | -0,2% | -1.156 | -0,2% | -2,3% |
| Material | -2.168 | -0,3% | -2.404 | -0,4% | -9,8% |
| Serviços de terceiros | -38.362 | -5,7% | -38.641 | -6,4% | -0,7% |
| Depreciação e amortização | -27.360 | -4,1% | -24.072 | -4,0% | 13,7% |
| Outros | -3.454 | -0,5% | -1.984 | -0,3% | 74,1% |
| Custo do serviço prestado a terceiros | -1.405 | -0,2% | -362 | -0,1% | 288,1% |
| RESULTADO BRUTO | 137.840 | 20,4% | 109.574 | 18,1% | 25,8% |
| DESPESAS OPERACIONAIS | -33.798 | -5,0% | -29.663 | -4,9% | 13,9% |
| Despesas com vendas | -9.675 | -1,4% | -6.069 | -1,0% | 59,4% |
| Despesas gerais e administrativas | -12.949 | -1,9% | -8.689 | -1,4% | 49,0% |
| Amortização/reversão do ágio oriundo da incorporação | -3.425 | -0,5% | -3.742 | -0,6% | -8,5% |
| Taxa de fiscalização ANEEL | -968 | -0,1% | -1.137 | -0,2% | -14,9% |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | -3.196 | -0,5% | -5.713 | -0,9% | -44,1% |
| Provisão para contingências | -2.228 | -0,3% | -2.479 | -0,4% | -10,1% |
| Outras despesas operacionais | -1.357 | -0,2% | -1.834 | -0,3% | -26,0% |
| FINANCEIRAS | -10.585 | -1,6% | -8.510 | -1,4% | 24,4% |
| Receitas Financeiras | 15.668 | 2,3% | 12.591 | 2,1% | 24,4% |
| Renda de aplicações financeiras | 1.248 | 0,2% | 982 | 0,2% | 27,1% |
| Acréscimo moratório em conta de energia | 7.531 | 1,1% | 8.139 | 1,3% | -7,5% |
| Atualização perda de receita racionamento | 0 | 0,0% | 3.547 | 0,6% | n/a |
| Outras receitas financeiras | 6.889 | 1,0% | -77 | 0,0% | -9.046,8% |
| Despesas Financeiras | -26.253 | -3,9% | -21.101 | -3,5% | 24,4% |
| Encargos de dívidas | -20.539 | -3,0% | -10.616 | -1,8% | 93,5% |
| Variações monetárias | -111 | 0,0% | -7.789 | -1,3% | -98,6% |
| Juros sobre capital próprio | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a |
| Outras despesas financeiras | -5.603 | -0,8% | -2.696 | -0,4% | 107,8% |
| RESULTADO OPERACIONAL | 93.457 | 13,8% | 71.401 | 11,8% | 30,9% |
| RESULTADO ANTES DE TRIBUTAÇÕES/PARTICIPAÇÕES | 93.457 | 13,8% | 71.401 | 11,8% | 30,9% |
| PROVISÃO PARA IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | -12.337 | -1,8% | -21.455 | -3,6% | -42,5% |
| Contribuição Social | -7.896 | -1,2% | -9.476 | -1,6% | -16,7% |
| Imposto de Renda | -21.716 | -3,2% | -26.126 | -4,3% | -16,9% |
| Incentivo Fiscal - Sudene | 16.849 | 2,5% | 0 | 0,0% | n/a |
| CSLL diferido | 168 | 0,0% | 3.788 | 0,6% | -95,6% |
| IR diferido | 258 | 0,0% | 10.359 | 1,7% | -97,5% |
| PARTICIPAÇÕES/CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS | -601 | -0,1% | -1.489 | -0,2% | -59,6% |
| REVERSÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 80.519 | 11,9% | 48.457 | 8,0% | 66,2% |

(1) Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação à receita bruta de vendas, respectivamente.

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados.

Análise da Comparação dos Resultados Consolidados Relativos aos Períodos de Três Meses Encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008.*Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços*

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços da Companhia apresentou um incremento em relação ao mesmo período de 2008 de 11,7%, ou R\$70.960 mil, passando de R\$604.268 mil para R\$675.228 mil. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 3,7%, ou R\$20.334 mil, na receita de fornecimento de energia (rubrica "Consumidores, concessionários e permissionários"), tendo em vista o aumento no volume de energia vendida pela Emissora no âmbito do mercado cativo em 4,7%, atrelado ao reajuste tarifário positivo de 2008, no valor de 8,43%, vigente a partir de 22 de abril de 2008.
- Incremento de 42,5%, ou R\$17.212 mil, na rubrica "Baixa renda", que se refere ao recebimento do subsídio do governo federal, que complementa as contas de energia dos consumidores com o benefício da tarifa social de baixa renda. Esse acréscimo é decorrente do aumento no consumo de energia observado nessa classe no período, de 11,4%, também atrelado ao reajuste tarifário positivo de 2008, no valor de 8,43%, vigente a partir de 22 de abril de 2008.
- Incremento de R\$6.574 mil na rubrica "Reposicionamento revisão tarifária", tendo em vista o início da reversão de provisão relacionada ao processo do segundo ciclo de revisão tarifária da Companhia, em 2007, no montante de R\$13.124 mil. Essa provisão foi constituída para cobrir uma potencial redução de tarifa, tendo em vista o recálculo da cota de reintegração considerada na revisão tarifária provisória de 2007, que passou de R\$111 milhões para R\$97 milhões. A reversão, constituída entre dezembro de 2007 e março de 2008, iniciou-se em abril de 2008 e será efetuada em 12 parcelas iguais.
- Incremento de R\$13.935 mil na rubrica "Recuperação perda de receita racionamento", tendo em vista o encerramento do prazo, em abril de 2008, dos 76 meses concedidos pela ANEEL à Companhia para a recuperação do respectivo ativo regulatório, e a sua consequente baixa no balanço, em maio de 2008. Essa rubrica refere-se a estornos de receitas que foram apropriadas em outros exercícios para recuperação de perdas oriundas do racionamento de energia (ocorrido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002). Em virtude do acima exposto, não houve recuperação no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009. Os valores contabilizados no período de três meses encerrados em 31 de março de 2009, no total de R\$6 mil, referem-se a contas de clientes inadimplentes que foram refaturadas, gerando assim um saldo residual de ativo regulatório a ser recuperado no momento em que estas contas forem efetivamente pagas.

Deduções da Receita Bruta

O valor das "Deduções da Receita Bruta", que incluem basicamente impostos (ICMS, ISS, PIS e COFINS) e os encargos setoriais, apresentaram um incremento de 9,6%, ou R\$17.149 mil, passando de R\$179.403 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008 para R\$196.552 mil no mesmo período de 2009. Este incremento decorre, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 4,4%, ou R\$5.508 mil, na rubrica "ICMS", tendo em vista o aumento no pagamento desse tributo em virtude da apuração de receita bruta de vendas e/ou serviços superior no período, gerado principalmente pelo maior volume de energia vendida pela Emissora.
- Incremento de 76,6%, ou R\$7.542 mil com relação ao encargo de "Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC", que se refere ao rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL para cada concessionária de distribuição de energia elétrica, em função do seu mercado. Esses valores são fixados respeitando-se o período tarifário da Companhia, de abril à março do ano seguinte. Os valores fixados para o período de abril de 2008 a março de 2009 foi de R\$59.877 mil e para o período de abril de 2007 à março de 2008 foi de R\$53.689 mil.

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

Os Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos, que envolvem os custos de compra de energia, encargos do uso do sistema de distribuição e os custos de operação, apresentaram um incremento de R\$25.545 mil, ou 8,1%, passando de R\$315.291 mil no período de três meses encerrados em 31 de março de 2008 para R\$340.836 mil no mesmo período de 2009. Este incremento decorre, principalmente, das seguintes variações::

- Incremento na rubrica "Energia elétrica comprada para revenda", tendo em vista o aumento dos custos de compra de energia em 4,7%, ou R\$10.203 mil, ocasionado pelo maior volume de energia comprada para atender ao mercado total da Companhia, que apresentou crescimento de 3,4% no período.
- Incremento 69,9%, ou R\$10.113 mil, na rubrica "Encargos de uso da rede de transmissão", que se referem aos encargos devidos pelos agentes distribuidores de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica de transmissão de energia. O aumento deve-se ao reajuste das tarifas dos agentes de transmissão de energia, ocorrido em julho de 2008.
- Incremento de 13,7%, ou R\$3.288 mil na rubrica "Depreciação e amortização", tendo em vista o aumento no ativo imobilizado da Companhia.

Despesas Operacionais

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, as Despesas/Receitas Operacionais apresentaram uma incremento em relação ao mesmo período de 2008 de 13,9%, ou R\$4.135 mil, passando de R\$29.663 mil para R\$33.798 mil. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 59,4%, ou R\$3.606 mil na rubrica "Despesas com vendas", tendo em vista o aumento nas despesas com serviços de terceiros associadas ao segmento dos novos negócios (produtos e serviços) desenvolvidos pela Companhia.
- Incremento de 49,0%, ou R\$4.260 mil, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", tendo em vista, principalmente, o aumento referente às despesas com remuneração de pessoal incorridas pela Companhia, que variaram, entre o período de três meses encerrado em 31 de março de 2008 e o mesmo período de 2009, R\$2.058 mil. Esse aumento é decorrente de acordo coletivo anual, vigente a partir de setembro de 2008. As despesas gerais e administrativas também sofreram um incremento de R\$1.890 mil, tendo em vista aumento de despesas com aluguéis pagos pela Companhia, derivado da mudança de sua sede social.
- Redução de 44,1%, ou R\$2.517 mil na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", por maiores provisões no período de três meses encerrados em 31 de março de 2008, em virtude da aproximação do término do período de 76 meses para a recuperação do ativo regulatório oriundo do racionamento, e a possibilidade de não recuperação completa no prazo.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresentou redução de 24,4% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, ou R\$2.075 mil, comparativamente ao mesmo período de 2007, passando de -R\$8.510 mil para -R\$10.585 mil. Esta redução é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Redução de R\$3.547 mil na rubrica "Atualização perda de receita racionamento". O saldo do ativo regulatório oriundo da perda de receita no racionamento sofria atualização pela Taxa SELIC. Com a finalização do prazo de 76 meses para a recuperação desse ativo regulatório em abril de 2008, e a consequente baixa no balanço do saldo remanescente em maio de 2008, essa receita financeira deixou de existir.

- Incremento de R\$6.966 mil na rubrica "Outras receitas financeiras". A Companhia possui um passivo referente à compra de energia junto a CGTF – Companhia Geradora Termofortaleza (Endesa Fortaleza), tendo em vista diferimento de parte do preço da energia pago pela Emissora à Endesa Fortaleza. Referida compra de energia, que foi devidamente aprovada pela ANEEL, gerou o 3º termo aditivo ao contrato firmado entre a Emissora e aquela geradora de energia elétrica. Esse diferimento, ocorrido entre abril de 2005 e abril de 2007, gerou um passivo para a Emissora que deverá ser pago em 5 anos (60 parcelas), até abril de 2012, e que é corrigido pelos mesmos três fatores que corrigem o contrato vigente, a saber: K1 = fator de ponderação do índice IGPM, K2 = fator de ponderação do índice de combustíveis (no caso, gás) e K3 = fator de ponderação do índice de variação cambial. A variação desta atualização somou o montante de R\$2.644 mil do período de três meses encerrados em 31 de março de 2009, em comparação com o mesmo período de 2008. Além deste fator, houve ainda um incremento de R\$2.822 mil em virtude da compra com deságio de crédito de ICMS de empresas isentas do pagamento desse mesmo imposto.
- Incremento de 107,8%, ou R\$2.907 mil, na rubrica "Outras despesas financeiras". A mencionada atualização do passivo com a CGTF, em "Outras receitas financeiras" possui uma atualização de CVA associada, tendo em vista se tratar de compra de energia e, consequentemente, pertencente a parcela A da tarifa. Essa atualização variou, no período de três meses encerrados em 31 de março de 2009 em comparação ao mesmo período de 2008, R\$2.506 mil, representando quase a totalidade da redução de R\$2.907 mil na linha de "Outras despesas financeiras". O efeito líquido dessas atualizações não é significativo e, neste caso, foi de R\$138 mil.
- Incremento de 93,5%, ou R\$9.923 mil, na rubrica "Encargo de dívida", tendo em vista a emissão de valores mobiliários da Companhia (notas promissórias comerciais da 6ª emissão) no montante de R\$245.000 mil, em julho de 2008 com remuneração equivalente à Taxa DI, acrescida de 0,95% ao ano, bem como tinham vencimento previsto para 360 dias contados da data de sua emissão.
- Redução na rubrica "Variação monetária", em 98,6%, ou R\$7.678 mil, que incluem, além das variações monetárias, variações cambiais e o resultado das operações de proteção (*hedge*) via *swap* da Companhia.

Provisão para IR e Contribuição Social

A despesa com Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida) apresentou redução de 42,5%, ou R\$9.118 mil, passando de -R\$21.455 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008 para -R\$12.337 mil no mesmo período de 2009. Dentre os fatores que resultaram nessa redução, podemos citar, principalmente, o resultado do incentivo fiscal obtido pela Companhia junto a Sudene. Pela aplicação da Instrução CVM 555/08, os incentivos fiscais passam a ser reconhecidos no resultado do exercício. Dessa forma o registro do incentivo fiscal - Sudene apurado a partir da entrada em vigor da Lei 11.638/07 foi contabilizado no exercício como redutor do valor do IRPJ, e na sequência transferido para a Reserva de Lucros reduzindo o valor desta conta em R\$16.849 mil em 2009. No exercício de 2008 não houve transferência deste tipo, o que explica a redução com a despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social na comparação entre os dois exercícios. No período dos 3 primeiros meses de 2009, no entanto, esse efeito foi parcialmente anulado pelo aumento no IRPJ e no CSLL, tendo em vista um melhor resultado da Emissora antes de impostos apurado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009. O benefício fiscal oriundo do incentivo da Sudene, conforme delimita a sua regulamentação, poderá ser utilizado somente para constituir reserva de capital com o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago). Este valor só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas (proventos).

Reversão de Juros sobre Capital Próprio

A Companhia não efetuou nenhuma deliberação de proventos em forma de juros sobre capital próprio no período de três meses encerrados em 31 de março de 2008 ou de 2009.

A tabela a seguir apresenta as informações da demonstração do resultado da Emissora para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006. Para fins de comparação, a tabela apresenta variações percentuais para os períodos indicados.

| | 2008 | AV ⁽¹⁾ | 2007 | AV ⁽¹⁾ | 2006 | AV ⁽¹⁾ | 08/07 ⁽²⁾ | 07/06 ⁽²⁾ |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| 31 de dezembro de (R\$ Mil) | | | | | | | | |
| RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS | 2.696.537 | 100,0% | 2.447.849 | 100,0% | 2.336.960 | 100,0% | 10,2% | 4,7% |
| Consumidores, concessionários e permissionários | 2.358.776 | 87,5% | 2.216.455 | 90,5% | 2.290.599 | 98,0% | 6,4% | -3,2% |
| Baixa renda | 174.066 | 6,5% | 173.359 | 7,1% | 99.675 | 4,3% | 0,4% | 73,9% |
| Reposicionamento revisão tarifária | 5.542 | 0,2% | -22.464 | -0,9% | -35.749 | -1,5% | -124,7% | -37,2% |
| Saldo a cobrar reajuste tarifário 2005 | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | -35.692 | -1,5% | - | n/a |
| Valor a devolver reajuste tarifário-transmissoras | 700 | 0,0% | -1.867 | -0,1% | 0 | 0,0% | -137,5% | - |
| Recuperação perda de receita racionamento | -18.339 | -0,7% | -55.685 | -2,3% | -57.677 | -2,5% | -67,1% | -3,5% |
| Recuperação energia livre - Geradoras | -6.429 | -0,2% | -19.492 | -0,8% | -25.090 | -1,1% | -67,0% | -22,3% |
| Recuperação parcela A | -48.866 | -1,8% | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a | - |
| Suprimento de energia elétrica | 13.245 | 0,5% | 11.749 | 0,5% | 12.731 | 0,5% | 12,7% | -7,7% |
| Receita de uso da rede elétrica | 55.331 | 2,1% | 45.695 | 1,9% | 46.081 | 2,0% | 21,1% | -0,8% |
| Baixa Energia Livre | 57.475 | 2,1% | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a | - |
| Outras receitas operacionais | 105.036 | 3,9% | 100.099 | 4,1% | 42.082 | 1,8% | 4,9% | 137,9% |
| DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | -781.493 | -29,0% | -728.970 | -29,8% | -769.385 | -32,9% | 7,2% | -5,3% |
| ICMS | -528.563 | -19,6% | -501.577 | -20,5% | -514.217 | -22,0% | 5,4% | -2,5% |
| COFINS | -111.412 | -4,1% | -96.012 | -3,9% | -90.818 | -3,9% | 16,0% | 5,7% |
| PIS | -24.518 | -0,9% | -21.421 | -0,9% | -21.291 | -0,9% | 14,5% | 0,6% |
| ISS | -2.037 | -0,1% | -1.331 | -0,1% | -839 | 0,0% | 53,0% | 58,6% |
| Quota para reserva global de reversão - RGR | -29.917 | -1,1% | -23.156 | -0,9% | -17.982 | -0,8% | 29,2% | 28,8% |
| Conta de consumo de combustíveis fósseis - CCC | -55.251 | -2,0% | -58.160 | -2,4% | -93.272 | -4,0% | -5,0% | -37,6% |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | -13.526 | -0,5% | -13.254 | -0,5% | -12.505 | -0,5% | 2,1% | 6,0% |
| Programa de eficiência energética e P&D | -16.271 | -0,6% | -14.055 | -0,6% | -17.976 | -0,8% | 15,8% | -21,8% |
| Encargo de capacidade e aquisição emergencial | 2 | 0,0% | -4 | 0,0% | -485 | 0,0% | -150,0% | -99,2% |
| RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS | 1.915.044 | 71,0% | 1.718.879 | 70,2% | 1.567.575 | 67,1% | 11,4% | 9,7% |
| CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | -1.295.233 | -48,0% | -1.183.121 | -48,3% | -1.059.609 | -45,3% | 9,5% | 11,7% |
| Custo com energia elétrica | -958.745 | -35,6% | -871.159 | -35,6% | -783.719 | -33,5% | 10,1% | 11,2% |
| Energia elétrica comprada para revenda | -879.060 | -32,6% | -820.996 | -33,5% | -714.966 | -30,6% | 7,1% | 14,8% |
| Encargos de uso da rede de transmissão | -79.685 | -3,0% | -50.163 | -2,0% | -68.753 | -2,9% | 58,9% | -27,0% |
| Custo de operação | -336.488 | -12,5% | -311.962 | -12,7% | -275.890 | -11,8% | 7,9% | 13,1% |
| Pessoal | -61.226 | -2,3% | -66.730 | -2,7% | -62.050 | -2,7% | -8,2% | 7,5% |
| Entidade de previdência privada | -9.160 | -0,3% | -8.862 | -0,4% | -9.167 | -0,4% | 3,4% | -3,3% |
| Material | -16.097 | -0,6% | -9.202 | -0,4% | -6.388 | -0,3% | 74,9% | 44,1% |
| Serviços de terceiros | -138.105 | -5,1% | -117.196 | -4,8% | -95.058 | -4,1% | 17,8% | 23,3% |
| Depreciação e amortização | -99.350 | -3,7% | -93.470 | -3,8% | -92.568 | -4,0% | 6,3% | 1,0% |
| Outros | -6.138 | -0,2% | -5.146 | -0,2% | -5.475 | -0,2% | 19,3% | -6,0% |
| Custo do serviço prestado a terceiros | -6.412 | -0,2% | -11.356 | -0,5% | -5.184 | -0,2% | -43,5% | 119,1% |
| RESULTADO BRUTO | 619.811 | 23,0% | 535.758 | 21,9% | 507.966 | 21,7% | 15,7% | 5,5% |
| DESPESAS OPERACIONAIS | -166.703 | -6,2% | -170.792 | -7,0% | -84.905 | -3,6% | -2,4% | 101,2% |
| Despesas com vendas | -76.348 | -2,8% | -28.749 | -1,2% | -27.704 | -1,2% | 165,6% | 3,8% |
| Despesas gerais e administrativas | -54.371 | -2,0% | -50.289 | -2,1% | -34.213 | -1,5% | 8,1% | 47,0% |
| Amortização/reversão do ágio oriundo da incorporação | -14.967 | -0,6% | -15.220 | -0,6% | -15.033 | -0,6% | -1,7% | 1,2% |
| Taxa de fiscalização ANEEL | -4.042 | -0,1% | -4.407 | -0,2% | -3.667 | -0,2% | -8,3% | 20,2% |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | -13.351 | -0,5% | -59.378 | -2,4% | -7.180 | -0,3% | -77,5% | 727,0% |
| Provisão para contingências | 6.509 | 0,2% | -6.136 | -0,3% | 5.113 | 0,2% | -206,1% | -220,0% |
| Outras despesas operacionais | -10.133 | -0,4% | -6.613 | -0,3% | -2.221 | -0,1% | 53,2% | 197,7% |
| FINANCEIRAS | -48.916 | -1,8% | -7.836 | -0,3% | -68.248 | -2,9% | 524,2% | -88,5% |
| Receitas Financeiras | 31.593 | 1,2% | 96.127 | 3,9% | 96.440 | 4,1% | -67,1% | -0,3% |
| Renda de aplicações financeiras | 12.288 | 0,5% | 10.759 | 0,4% | 12.563 | 0,5% | -14,4% | - |
| Acréscimo moratório em conta de energia | 31.847 | 1,2% | 35.104 | 1,4% | 37.542 | 1,6% | -9,3% | -6,5% |
| Atualização perda de receita racionamento | 4.668 | 0,2% | 18.403 | 0,8% | 34.141 | 1,5% | -74,6% | -46,1% |
| Outras receitas financeiras | -17.210 | -0,6% | 31.861 | 1,3% | 12.194 | 0,5% | -154,0% | 161,3% |
| Despesas Financeiras | -80.509 | -3,0% | -103.963 | -4,2% | -164.688 | -7,0% | -22,6% | -36,9% |
| Encargos de dívidas | -59.053 | -2,2% | -44.859 | -1,8% | -73.252 | -3,1% | 31,6% | -38,8% |
| Variações monetárias | -30.468 | -1,1% | -16.378 | -0,7% | -4.944 | -0,2% | 86,0% | 231,3% |
| Juros sobre capital próprio | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | -57.500 | -2,5% | n/a | n/a |
| Outras despesas financeiras | 9.012 | 0,3% | -42.726 | -1,7% | -28.992 | -1,2% | -121,1% | 47,4% |
| RESULTADO OPERACIONAL | 404.192 | 15,0% | 357.130 | 14,6% | 354.813 | 15,2% | 13,2% | 0,7% |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 290 | 0,0% | - | n/a |
| Receitas | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 845 | 0,0% | - | n/a |
| Despesas | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | -555 | 0,0% | - | n/a |
| RESULTADO ANTES DE TRIBUTAÇÕES/PARTICIPAÇÕES | 404.192 | 15,0% | 357.130 | 14,6% | 355.103 | 15,2% | 13,2% | 0,6% |
| PROVISÃO PARA IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | -58.591 | -2,2% | -106.421 | -4,3% | -108.850 | -4,7% | -44,9% | -2,2% |
| Contribuição Social | -34.304 | -1,3% | -36.135 | -1,5% | -35.452 | -1,5% | -5,1% | 1,9% |
| Imposto de Renda | -94.543 | -3,5% | -100.684 | -4,1% | -91.270 | -3,9% | -6,1% | 10,3% |
| Incentivo Fiscal - Sudene | 66.633 | 2,5% | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | n/a | n/a |
| IR diferido | 1.102 | 0,0% | 8.238 | 0,3% | 6.604 | 0,3% | -86,6% | 24,7% |
| CSLL diferido | 2.521 | 0,1% | 22.160 | 0,9% | 11.268 | 0,5% | -88,6% | 96,7% |
| PARTICIPAÇÕES/CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS | -7.078 | -0,3% | -5.958 | -0,2% | -5.495 | -0,2% | 18,8% | 8,4% |
| REVERSÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 57.500 | 2,5% | n/a | n/a |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 338.523 | 12,6% | 244.751 | 10,0% | 298.258 | 12,8% | 38,3% | -17,9% |

(1) Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação à receita bruta de vendas, respectivamente.

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados.

Análise da Comparação dos Resultados da Emissora Relativos aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2008.

Nos títulos abaixo, as expressões "em 2007" e "em 2008" referem-se aos resultados da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008, respectivamente.

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

No exercício de 2008, a Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços da Companhia apresentou um incremento em relação ao exercício de 2007 de 10,2%, ou R\$248.688 mil, passando de R\$2.447.849 mil para R\$2.696.537 mil. Esta redução é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 6,4%, ou R\$142.321 mil, na receita de fornecimento de energia (rubrica "Consumidores, concessionários e permissionários"), tendo em vista o aumento no volume de energia vendida pela Emissora no âmbito do mercado cativo em 7%, atrelado ao reajuste tarifário positivo de 2008, no valor de 8,43%, vigente a partir de 22 de abril de 2008.
- Incremento de 124,7%, ou R\$28.006 mil, na rubrica "Reposicionamento revisão tarifária", tendo em vista o início da reversão de provisão relacionada ao processo do segundo ciclo de revisão tarifária da Companhia, em 2007, no montante de R\$13.124 mil. Essa provisão foi constituída para cobrir uma potencial redução de tarifa, tendo em vista o recálculo da cota de reintegração considerada na revisão tarifária provisória de 2007, que passou de R\$111 milhões para R\$97 milhões. A reversão iniciou-se em abril de 2008, foi constituída entre dezembro de 2007 e março de 2008, a será efetuada em 12 parcelas iguais. Complementa esta variação o estorno de receita que foi apropriada no exercício de 2005 pela adição no índice de reajuste dos valores decorrentes de ajustes da base de remuneração da revisão tarifária de abril de 2003. Essa receita foi faturada contra os consumidores no período de abril de 2005 a abril de 2007.
- Incremento de 67,1%, ou R\$37.346 mil, na rubrica "Recuperação perda de receita racionamento", tendo em vista o encerramento do prazo, em abril de 2008, dos 76 meses que a Companhia dispunha para a recuperação deste ativo regulatório, e a sua consequente baixa no balanço, em maio de 2008. Essa rubrica refere-se a estornos de receitas que foram apropriadas em outros exercícios para recuperação de perdas oriundas do racionamento de energia (ocorrido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002). Mesmo que em 2008 se tenha registrado apenas 4 meses de recuperação, o valor desta rubrica foi consideravelmente maior do que 2007 que contou, com recuperação referente a 12 meses.
- Incremento de R\$57.475 mil na rubrica "Baixa energia livre". Em abril de 2008, encerrou-se o período, de 76 meses, concedido pela ANEEL à Companhia para a recuperação dos ativos e passivos regulatórios referentes à energia gerada e disponibilizada no sistema, não prevista nos contratos iniciais apuradas entre os meses de junho de 2001 e fevereiro de 2002, denominada energia livre. Em maio de 2008, procedeu-se com a baixa dos saldos remanescentes destes ativos e passivos. O efeito nesta rubrica se refere à baixa da parte constituída no passivo da Companhia, no valor exato de R\$57.475 mil.
- Incremento de 21,1%, ou R\$9.636 mil na rubrica "Receita de uso da rede elétrica", que se refere às receitas auferidas através da cobrança da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição sobre a energia transportada, através do sistema de distribuição da Companhia, para os consumidores livres da mesma e para as distribuidoras Cepisa e Saelpa. Esse incremento derivou do reajuste tarifário de 8,43%, aplicado sobre as tarifas da Companhia e vigente a partir de 22 de abril de 2008.
- Incremento de 67,0%, ou R\$13.063 mil na rubrica "Recuperação energia livre – geradoras". Em abril de 2008, encerrou-se o período, de 76 meses, concedido pela ANEEL à Companhia para a recuperação dos ativos e passivos regulatórios referentes à energia gerada e disponibilizada no sistema, não prevista nos contratos iniciais apuradas entre os meses de junho de 2001 e fevereiro de 2002, denominada energia livre. Em maio de 2008, procedeu-se com a baixa dos saldos remanescentes destes ativos e passivos. Mesmo que em 2008 se tenha registrado apenas 4 meses de recuperação, o valor desta rubrica foi consideravelmente maior do que em 2007, que contou com recuperação referente a 12 meses.

- Recuperação do ativo regulatório referente à parcela A. Em abril de 2008, com o término do prazo de 76 meses para recuperar os ativos registrados pelas perdas do racionamento e a energia livre das geradoras, iniciou-se o período para a recuperação da parcela A – extraordinária através dos adicionais tarifários de 2,9% e 7,9%. A Coelce realizou toda a recuperação da parcela A em 2008, no montante de R\$48.866 mil.

Deduções da Receita Bruta

As Deduções da Receita Bruta, que incluem basicamente impostos (ICMS, ISS, PIS e COFINS) e os encargos setoriais, apresentaram um incremento de 7,2%, ou R\$52.523 mil, passando de R\$728.970 mil no exercício de 2007 para R\$781.493 mil no exercício de 2008. Esta redução é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 5,4%, ou R\$26.986 mil, na rubrica "ICMS", tendo em vista o aumento de sua base de cálculo no exercício de 2008, ou seja, maior receita bruta de vendas e/ou serviços, gerada pelo maior volume de energia vendida.
- Incremento de 16% e 14,5% nas despesas com COFINS e PIS, respectivamente, totalizando R\$18.497 mil, também em consequência de maior receita bruta de vendas e/ou serviços.
- Incremento de 29,2%, ou R\$6.761 mil, na rubrica "Quota para reserva global de reversão – RGR". Esta rubrica refere-se a uma quota anual, prevista na legislação, destinada à União Federal, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica, cujo montante anual é definido pela ANEEL, e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade. Esses valores são fixados respeitando-se o período tarifário da Companhia, de abril à março do ano seguinte. Os valores fixados para o período de abril de 2007 a março de 2008 foi de R\$25.255 mil e para o período de abril de 2008 à março de 2009 foi de R\$28.990 mil.

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

Os Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos, que envolvem os custos de compra de energia, encargos do uso do sistema de distribuição e os custos de operação, apresentaram um incremento de R\$112.112 mil, ou 9,5%, passando de R\$1.183.121 mil no exercício de 2007 para R\$1.295.233 mil no exercício de 2008. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento na rubrica "Energia elétrica comprada para revenda", tendo em vista o aumento das despesas com compra de energia em 7,1%, ou R\$58.064 mil, ocasionado pelo maior volume de energia comprada para atender ao mercado da Companhia, que apresentou crescimento de 4,5%, associado um aumento no preço médio (em R\$/MWh) de aproximadamente 0,4% na comparação entre os exercícios de 2008 e 2007.
- Incremento na rubrica "Serviços de terceiros", por aumento nos desembolsos com os serviços de terceiros prestado à Companhia em 17,8%, ou R\$20.909 mil, em função dos reajuste contratuais efetuados com os fornecedores ao longo de 2008, e em função do maior número de operações no período.
- Incremento 58,9%, ou R\$29.522 mil, na rubrica "Encargos de uso da rede de transmissão". Referem-se aos encargos devidos pelos agentes distribuidores de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica. O aumento deve-se a dois fatores, a saber: dedução dos valores pagos às transmissoras no exercício de 2007, no montante de R\$6.924 mil, para compensação de pagamentos efetuados a maior em 2006, e o reajuste das tarifas dos agentes de transmissão, ocorrido em julho de 2008, no montante de 15%.

Despesas Operacionais

No exercício de 2008, as Despesas Operacionais apresentaram redução em relação ao exercício de 2007 de 2,4%, ou R\$4.089 mil, passando de R\$170.792 mil para R\$166.703 mil. Esta redução é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Redução de 77,5% na rubrica "Provisões para crédito de liquidação duvidosa" no montante de R\$46.027 mil, tendo em vista o provisionamento de R\$45.045 mil para possíveis perdas nos créditos a receber oriundos do racionamento de energia (ativo regulatório - RTE) em 2007. A Companhia possuía 76 meses, período estabelecido pela ANEEL para realizar a completa recuperação desses créditos a receber. Tendo em vista a proximidade do fim desse período, a Companhia optou por provisionar os créditos que possivelmente não seriam recuperados.
- Redução de 206,1%, ou R\$12.645 mil na rubrica "Provisão para contingências", tendo em vista a reversão de provisões em agosto e setembro de 2008, sendo R\$9.900 mil referentes a processos tributários (relacionados ao pagamento do PIS/PASEP) e R\$3.508 mil referentes a processos cíveis. A Companhia, concordando com os relatórios de seus advogados, passou a considerar remota a possibilidade de perdas nesses processos, permitindo, portanto, a reversão dessas provisões.
- Incremento de R\$47.599 mil na rubrica "Despesa com vendas". Em abril de 2008, encerrou-se o período, de 76 meses, que a Companhia dispunha para a recuperação dos ativos e passivos regulatórios referentes à energia gerada e disponibilizada no sistema, não prevista nos contratos iniciais apuradas entre os meses de junho de 2001 e fevereiro de 2002, denominada energia livre. Em maio de 2008, procedeu-se com a baixa dos saldos remanescentes destes ativos e passivos. Assim, o efeito nessa rubrica refere-se à baixa da parte constituída no ativo da Companhia, no valor de R\$50.482 mil.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresentou uma redução de 524,2% no exercício de 2008, ou R\$41.080 mil, comparativamente ao exercício de 2007, passando de -R\$7.836 mil para -R\$48.916 mil. Esta redução é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Redução de 74,6%, ou R\$13.735 mil, na rubrica "Atualização perda de receita racionamento". O saldo do ativo regulatório oriundo da perda de receita no racionamento era atualizado pela Taxa SELIC. Com a finalização do prazo de 76 meses para a recuperação desse ativo regulatório em abril de 2008, e a consequente baixa no balanço do saldo remanescente em maio de 2008, essa receita financeira deixou de existir, o que se reflete na comparação dos saldos desta rubrica ao final dos exercícios de 2008 e de 2007.
- Redução de 154% ou R\$49.071, mil na rubrica "Outras receitas financeiras". A Companhia possui um passivo referente à compra de energia junto a CGTF – Companhia Geradora Termofortaleza (Endesa Fortaleza), tendo em vista diferimento de parte do preço da energia pago pela Emissora à Endesa Fortaleza. Referida compra de energia, que foi devidamente aprovada pela ANEEL, gerou o 3º termo aditivo ao contrato firmado entre a Emissora e aquela geradora de energia elétrica. Esse diferimento, ocorrido entre abril de 2005 e abril de 2007, gerou um passivo para a Emissora que deverá ser pago em 5 anos (60 parcelas), até abril de 2012, e que é corrigido pelos mesmos três fatores que corrigem o contrato vigente, a saber: K1 = fator de ponderação do índice IGPM, K2 = fator de ponderação do índice de combustíveis (no caso, gás) e K3 = fator de ponderação do índice de variação cambial. A variação desta atualização resultou no montante de R\$45.712 mil do exercício de 2007 para o exercício de 2008.
- Incremento de 121,1%, ou R\$51.738 mil na rubrica de "Outras despesas financeiras". A mencionada atualização do passivo com a CGTF, em "Outras receitas financeiras" possui uma atualização de CVA associada, tendo em vista se tratar de compra de energia e, consequentemente, pertencente a parcela A da tarifa. Essa atualização variou, no exercício de 2008 em comparação ao exercício de 2007, R\$45.796 mil, representando quase a totalidade da redução de R\$51.738 mil na linha de "Outras despesas financeiras". O efeito líquido dessas atualizações não é significativo e, neste caso, foi de R\$84 mil.

- Incremento de 31,6%, ou R\$14.194 mil, na rubrica "Encargo de dívida", tendo em vista a emissão de valores mobiliários da Companhia (notas promissórias comerciais da 6ª emissão) no montante de R\$245.000 mil, em julho de 2008. As notas promissórias comerciais da 6ª emissão da Companhia apresentavam remuneração equivalente à Taxa DI, acrescida de 0,95% ao ano, bem como tinham vencimento previsto para 360 dias contados da data de sua emissão.
- Incremento de 86,0%, ou R\$14.090 mil, na rubrica "Variações monetárias", que inclui, além das variações monetárias, variações cambiais e o resultado das operações de proteção (*hedge*) via *swap* da Companhia.

Provisão para IR e Contribuição Social

A despesa com Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida) apresentou redução de 44,9%, ou R\$47.830 mil, passando de R\$106.421 mil no exercício de 2007 para R\$58.591 mil no exercício de 2008. Dentre os fatores que resultaram nessa redução, podemos citar, principalmente, o resultado do incentivo fiscal obtido pela Companhia junto a SUDENE. Pela aplicação da Instrução CVM 555/08, os incentivos fiscais passam a ser reconhecidos no resultado do exercício. Dessa forma o registro do incentivo fiscal - Sudene apurado a partir da entrada em vigor da Lei 11.638/07 foi contabilizado no exercício como redutor do valor do IRPJ, e na sequência transferido para a Reserva de Lucros reduzindo o valor desta conta em R\$66.633 mil. No exercício de 2007 não houve transferência deste tipo (para fins comparativos, no entanto, o valor referente ao incentivo fiscal - Sudene foi de R\$60.097 mil, sem trânsito pelo resultado). Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento no IRPJ e na CSLL, tendo em vista um melhor resultado da Emissora (antes de impostos) apurado em 2008. O benefício fiscal oriundo do incentivo da Sudene, conforme delimita a sua regulamentação, poderá ser utilizado somente para constituir reserva de capital com o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago). Este valor só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas (proventos).

Reversão de Juros sobre Capital Próprio

A Companhia não efetuou nenhuma deliberação de proventos em forma de juros sobre capital próprio nos exercícios de 2007 e 2008.

Análise da Comparação dos Resultados da Emissora Relativos aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007.

Nos títulos abaixo, as expressões "em 2006" e "em 2007" referem-se aos resultados da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2007, respectivamente.

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

No exercício de 2007, a Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços da Companhia apresentou um incremento em relação ao exercício de 2006 de 4,7%, ou R\$110.889 mil, passando de R\$2.336.960 mil para R\$2.447.849 mil. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 73,9%, ou R\$73.684 mil, na rubrica "Baixa renda", que se refere ao recebimento do subsídio do governo federal que complementa as contas de energia dos consumidores com o benefício da tarifa social de baixa renda. A Companhia efetuou uma provisão no valor de R\$60.000 mil, entre outubro e dezembro de 2006, para prováveis devoluções dos valores recebidos em exercícios anteriores, tendo em vista possíveis reclassificações dos consumidores beneficiados com esse subsídio, de acordo com as novas diretrizes e critérios estabelecidas pela ANEEL para enquadramento na tarifa social de baixa renda. Parte desta provisão, no valor de R\$35.000 mil, foi revertida em 2007.

- Incremento de R\$35.692 mil na rubrica "Saldo a cobrar reajuste tarifário 2005". Em 2005 a Companhia reconheceu uma receita, decorrente do processo de reajuste tarifário daquele ano, cuja contrapartida foi um ativo regulatório. No exercício de 2006, iniciou-se a cobrança do ativo regulatório anteriormente constituído, por meio da inclusão no valor faturado a cada consumidor. Dessa forma, a receita já reconhecida no exercício de 2005, passou a ser inclusa novamente no faturamento do exercício de 2006, em contrapartida do contas a receber. Concomitantemente a Companhia passou a efetuar a baixa do ativo regulatório anteriormente constituído em contrapartida da rubrica "Saldo a cobrar reajuste tarifário 2005", redutora da rubrica "Consumidores, concessionários, e permissionários", cuja função é a de eliminar o efeito da receita de 2005 inclusa no faturamento de 2006, para fins do cobrança de ativo regulatório. Em suma, o valor de R\$35.692 mil representa a realização do ativo regulatório de 2005 incluso no valor de R\$2.290.599 mil de "Consumidores, concessionários, e permissionários" de 2006. No exercício de 2007 não houve efeitos decorrentes daquele ativo regulatório visto que sua realização ocorreu em 2006.
- Incremento de 137,9%, ou R\$58.017 mil na rubrica de "Outras receitas", resultado do aumento na receita de novos negócios (produtos e serviços) oferecidos pela Companhia. Dentre eles, podemos citar os serviços relacionados à arrecadação para terceiros e à prestação de serviços ligados à energia elétrica para clientes institucionais, industriais, comerciais e residenciais (projeto e construção de redes particulares, aluguel de infra-estrutura, seguros, entre outros).
- Redução de 3,2% na receita referente ao fornecimento de energia (rubrica "Consumidores, concessionários e permissionários"), no montante de R\$74.144 mil, consequência do resultado negativo da revisão tarifária de 2007, no valor de 7,20%, aplicado a partir de 22 de abril de 2007 compensado em parte pelo crescimento de 6% no volume de energia vendida entre os exercícios de 2006 e 2007 no âmbito do mercado cativo.

Deduções da Receita Bruta

As Deduções da Receita Bruta, que incluem basicamente impostos (ICMS, ISS, PIS e COFINS) e os encargos setoriais, apresentaram uma redução de 5,3%, ou R\$40.415 mil, passando de R\$769.385 mil no exercício de 2006 para R\$728.970 mil no exercício de 2007. O principal fator que ocasionou a citada variação foi a redução de 37,6%, ou R\$35.112 mil, com relação ao encargo de "Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC", que se refere ao rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados especialmente na Região Norte do país. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL para cada concessionária de distribuição de energia elétrica, em função do seu mercado, e podem variar em razão da necessidade de uso das usinas termoeletricas pelas concessionárias. Essa redução foi definida no processo de revisão tarifária da Companhia em 2007. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL para cada concessionária de distribuição de energia elétrica, em função do seu mercado. Esses valores são fixados respeitando-se o período tarifário da Companhia, de abril à março do ano seguinte. Os valores fixados para o período de abril de 2006 a março de 2007 foi de R\$92.168 mil e para o período de abril de 2007 à março de 2008 foi de R\$53.689 mil

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

Os Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos, que envolvem os custos de compra de energia, encargos do uso do sistema de distribuição e os custos de operação, apresentaram um incremento de R\$123.512 mil, ou 11,7%, passando de R\$1.059.609 mil no exercício de 2006 para R\$1.183.121 mil no exercício de 2007. Este incremento decorre, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento na rubrica "Energia elétrica comprada para revenda", tendo em vista o aumento dos custos de compra de energia em 14,8%, ou R\$106.030 mil, ocasionado pelo maior volume de energia comprada para atender ao mercado da Companhia, que apresentou crescimento de 6,5% no período, fator este associado ao reajuste contratual com os agentes geradores em 2007.
- Incremento na rubrica "Serviços de terceiros", por aumento nos desembolsos com os serviços de terceiros prestados à Companhia em 23,3%, ou R\$22.138 mil, em função dos reajustes contratuais acordados com os fornecedores ao longo de 2007, e em função do aumento do volume da contratação de serviços relacionados à venda de novos produtos e serviços (novos negócios) pela Coelce (*vide* rubrica "Outras receitas operacionais").
- Redução de 27,0%, ou R\$18.590 mil, na rubrica "Encargos de uso da rede de transmissão", que se referem aos encargos devidos pelos agentes distribuidores de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica. Essa redução é reflexo da dedução efetuada em dezembro de 2007 nos pagamentos realizados pela Companhia às transmissoras de energia elétrica, para compensação de valores pagos a maior em 2006, no montante de R\$6.924 mil.

No exercício de 2007, as Despesas Operacionais apresentaram um incremento em relação ao exercício de 2006 de 101,2%, ou R\$85.887 mil, passando de R\$84.905 mil para R\$170.792 mil. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- O incremento de 727,0% na rubrica "Provisões para crédito de liquidação duvidosa", no montante de R\$52.198 mil, tendo em vista o provisionamento de R\$45.045 mil em 2007 para possíveis perdas nos créditos a receber oriundo do racionamento de energia (ativo regulatório - RTE). A Companhia possuía 76 meses, período estabelecido pela ANEEL, para realizar a completa recuperação desses créditos a receber. Tendo em vista a proximidade do fim desse período, a Companhia optou por provisionar os créditos que possivelmente não seriam recuperados. Em 2007, a Emissora mantinha R\$102.562 mil provisionados com relação a possíveis perdas nos créditos a receber oriundo do racionamento de energia (ativo regulatório - RTE), enquanto em 2006, o valor referente a esta rubrica era de R\$57.517 mil.
- O incremento de 47,0% na rubrica "Despesas gerais e administrativas", que representa um acréscimo de R\$16.076 mil. Esse incremento se explica pelo aumento das despesas associadas ao segmento de novos negócios (produtos e serviços), que apresentou expressivo crescimento no exercício de 2007, comparativamente ao exercício de 2006.
- Incremento de 220,0%, ou R\$11.249 mil na rubrica "Provisão para contingências", tendo em vista reversões de provisões cíveis e trabalhistas, por reavaliação do risco pelos advogados da Companhia, realizadas em 2006.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresentou um incremento de 88,5% no exercício de 2007, ou R\$60.412 mil, comparativamente ao exercício de 2006, passando de -R\$68.248 mil para -R\$7.836 mil. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Redução de R\$57.500 mil na rubrica "Juros sobre capital próprio" entre o exercício de 2006 e 2007. A Companhia optou pela distribuição de R\$57.500 mil, como parte dos proventos deliberados relativos ao lucro líquido do exercício de 2006, na forma de juros sobre capital próprio. Não houve, durante o exercício de 2007, distribuição de proventos por meio de juros sobre capital próprio com base no lucro líquido da Emissora no período.
- Redução de 38,8%, ou R\$28.393 mil, com relação à rubrica "Encargos de dívidas". Essa redução se explica por um menor custo de dívida da Emissora no período, com relação ao exercício de 2006.
- Redução de 46,1%, ou R\$15.738 mil, na rubrica "Atualização perda de receita racionamento". O saldo do ativo regulatório oriundo da perda de receita no racionamento sofria atualização pela Taxa SELIC. Com a redução desse valor em razão de sua recuperação, essa rubrica de resultado sofreu uma redução.
- Incremento de 161,3%, ou R\$19.667 mil, na rubrica "Outras receitas financeiras". A Companhia possui um passivo referente à compra de energia junto a CGTF – Companhia Geradora Termofortaleza (Endesa Fortaleza), tendo em vista diferimento de parte do preço da energia pago pela Emissora à Endesa Fortaleza. Referida compra de energia, que foi devidamente aprovada pela ANEEL, gerou o 3º termo aditivo ao contrato firmado entre a Emissora e aquela geradora de energia elétrica. Esse diferimento, ocorrido entre abril de 2005 e abril de 2007, gerou um passivo para a Emissora que deverá ser pago em 5 anos (60 parcelas), até abril de 2012, e está sendo corrigido pelos mesmos três fatores que corrigem o contrato vigente, a saber: K1 = fator de ponderação do índice IGPM, K2 = fator de ponderação do índice de combustíveis (no caso, gás) e K3 = fator de ponderação do índice de variação cambial. A variação desta atualização resultou no montante de R\$14.275 mil do exercício de 2006 para o exercício de 2007.
- Incremento de 47,4%, ou R\$13.734 mil, na rubrica "Outras despesas financeiras". A mencionada atualização do passivo com a CGTF, em "Outras receitas financeiras" possui uma atualização de CVA associada, tendo em vista se tratar de compra de energia e, consequentemente, pertencente a parcela A da tarifa. Essa atualização variou, no exercício de 2007 comparado ao exercício de 2006, R\$14.333 mil, representando quase a totalidade da redução de R\$13.734 mil na linha de "Outras despesas financeiras". O efeito líquido dessas atualizações não é significativo e, neste caso, foi de R\$58 mil.

Provisão para IR e Contribuição Social

A despesa com Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida) apresentou redução de 2,2%, ou R\$2.429 mil, passando de R\$108.850 mil no exercício de 2006 para R\$106.421 mil no exercício de 2007.

Reversão dos Juros sobre Capital Próprio

Vide comentários constantes do item "Resultado Financeiro" na página anterior.

EBITDA ajustado – Comparação do EBITDA ajustado em 31 de março de 2008 e 2009 e 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006.

O EBITDA ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização, resultados não operacionais e participações. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto sobre a renda e a contribuição social, a depreciação e amortização, os resultados não operacionais e as participações, o EBITDA ajustado funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

A reconciliação entre o EBITDA ajustado e o lucro líquido da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008 é apresentada a seguir:

| | 31 de março de ⁽¹⁾ | | | | 31 de dezembro de | | | |
|--|-------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|--------------|-------------|----------------------|
| | 2009 | 2008 | 09/08 | 2008 | 2007 | 2006 | 08/07 | 07/06 ⁽²⁾ |
| Lucro Líquido | 80.519 | 48.457 | 66,2% | 338.523 | 244.751 | 298.258 | 38,3% | -17,9% |
| (-) Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio | 0 | 0 | n/a | 0 | 0 | 57.500 | n/a | n/a |
| (+) Participações | 601 | 1.489 | -59,6% | 7.078 | 5.958 | 5.495 | 18,8% | 8,4% |
| (+) Provisão IR/CSLL Social | 12.337 | 21.455 | -42,5% | 58.591 | 106.421 | 108.850 | -44,9% | -2,2% |
| (-) Resultado Não Operacional | 0 | 0 | n/a | 0 | 0 | 290 | n/a | n/a |
| (+) Financeiras | 10.585 | 8.510 | 24,4% | 48.916 | 7.836 | 68.248 | 524,2% | -88,5% |
| (+) Depreciação e Amortização | 31.327 | 28.418 | 10,2% | 116.539 | 111.080 | 109.563 | 4,9% | 1,4% |
| EBITDA ajustado ⁽²⁾ | 135.369 | 108.329 | 25,0% | 569.647 | 476.046 | 532.624 | 19,7% | -10,6% |
| Margem EBITDA | 28,3% | 25,5% | 11,0% | 29,7% | 27,7% | 34,0% | 7,2% | -18,5% |
| Receita Operacional Líquida | 478.676 | 424.865 | 12,7% | 1.915.044 | 1.718.879 | 1.567.575 | 11,4% | 9,7% |

⁽¹⁾ Os valores de EBITDA ajustado são referentes ao período de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008.

⁽²⁾ Corresponde ao lucro líquido ou prejuízo antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, dos resultados não operacionais e das participações. O cálculo do EBITDA ajustado não corresponde a uma prática contábil adotada no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado substituto do lucro líquido, como indicador de desempenho operacional ou substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA ajustado não possui significado padronizado e a definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

Balanco Patrimonial

As discussões a seguir, referentes aos balanços patrimoniais da Emissora, são baseadas em informações obtidas de suas demonstrações financeiras, para os períodos indicados, e foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que se iniciou em 1º de janeiro de 2008. Mencionadas práticas contábeis não foram aplicadas em relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, fato que prejudica a comparabilidade.

A tabela a seguir apresenta as informações do balanço patrimonial da Emissora para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009. Para fins de comparação, a tabela apresenta variações percentuais para os períodos indicados.

| Ativo (R\$ mil) | 31 de março de | | | | |
|---------------------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|----------------------|
| | 2009 | AV ⁽¹⁾ | 2008 | AV ⁽¹⁾ | 09/08 ⁽²⁾ |
| Ativo Circulante | 825.114 | 29,2% | 835.036 | 31,4% | -1,2% |
| Disponibilidades | 25.242 | 0,9% | 29.801 | 1,1% | -15,3% |
| Créditos | 696.335 | 24,6% | 676.564 | 25,4% | 2,9% |
| Clientes | 308.589 | 10,9% | 343.814 | 12,9% | -10,2% |
| Créditos Diversos | 387.746 | 13,7% | 332.750 | 12,5% | 16,5% |
| Estoque | 2.195 | 0,1% | 1.140 | 0,0% | 92,5% |
| Outros | 101.342 | 3,6% | 127.531 | 4,8% | -20,5% |
| Despesas pagas antecipadamente | 101.342 | 3,6% | 127.531 | 4,8% | -20,5% |
| Ativo Não Circulante | 2.004.091 | 70,8% | 1.824.574 | 68,6% | 9,8% |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 220.130 | 7,8% | 231.263 | 8,7% | -4,8% |
| Créditos Diversos | 137.719 | 4,9% | 148.444 | 5,6% | -7,2% |
| Outros | 82.411 | 2,9% | 82.819 | 3,1% | -0,5% |
| Investimentos | 217 | 0,0% | 231 | 0,0% | -6,1% |
| Imobilizado | 1.770.548 | 62,6% | 1.583.911 | 59,6% | 11,8% |
| Intangível | 13.196 | 0,5% | 0 | n/a | n/a |
| Diferido | 0 | n/a | 9.169 | 0,3% | n/a |
| Ativo Total | 2.829.205 | 100,0% | 2.659.610 | 100,0% | 6,4% |
| Passivo (R\$ mil) | 31 de março de | | | | |
| | 2009 | AV ⁽¹⁾ | 2008 | AV ⁽¹⁾ | 09/08 ⁽²⁾ |
| Passivo Circulante | 1.011.562 | 35,8% | 1.109.904 | 41,7% | -8,9% |
| Empréstimos e Financiamentos | 324.570 | 11,5% | 236.816 | 8,9% | 37,1% |
| Fornecedores | 120.773 | 4,3% | 225.467 | 8,5% | -46,4% |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 51.122 | 1,8% | 71.293 | 2,7% | -28,3% |
| Dividendos a Pagar | 263.924 | 9,3% | 245.388 | 9,2% | 7,6% |
| Provisões | 34.212 | 1,2% | 98.968 | 3,7% | -65,4% |
| Dívidas com Pessoas Ligadas | 92.990 | 3,3% | 98.547 | 3,7% | -5,6% |
| Outros | 123.971 | 4,4% | 133.425 | 5,0% | -7,1% |
| Passivo Não Circulante | 820.023 | 29,0% | 650.788 | 24,5% | 26,0% |
| Empréstimos e Financiamentos | 528.171 | 18,7% | 381.059 | 14,3% | 38,6% |
| Provisões | 125.155 | 4,4% | 110.843 | 4,2% | 12,9% |
| Dívidas com Pessoas Ligadas | 95.133 | 3,4% | 97.906 | 3,7% | -2,8% |
| Outros | 71.564 | 2,5% | 60.980 | 2,3% | 17,4% |
| Patrimônio Líquido | 997.620 | 35,3% | 898.918 | 33,8% | 11,0% |
| Capital Social Realizado | 442.946 | 15,7% | 433.057 | 16,3% | 2,3% |
| Reservas de Capital | 358.677 | 12,7% | 368.547 | 13,9% | -2,7% |
| Reservas de Lucro | 115.478 | 4,1% | 48.845 | 1,8% | 136,4% |
| Legal | 48.845 | 1,7% | 48.845 | 1,8% | 0,0% |
| Outras Reservas de Lucro | 66.633 | 2,4% | 0 | n/a | n/a |
| Lucros/Prejuízos Acumulados | 80.519 | 2,8% | 48.469 | 1,8% | 66,1% |
| Passivo Total | 2.829.205 | 100,0% | 2.659.610 | 100,0% | 6,4% |

(1) Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação ao total do Ativo ou do Passivo, respectivamente.

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados.

Análise da Comparação dos Balanços Patrimoniais de 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008.

Ativo

Ativo Circulante

No primeiro trimestre de 2009, o "ativo circulante" da Companhia foi de R\$825.114 mil, correspondendo a 29,2% de seu ativo total. Comparando esse montante ao valor do "ativo circulante" apurado no mesmo período de 2008, no valor de R\$835.036 mil, observa-se uma redução de 1,2% no "ativo circulante" da Companhia, ocasionada principalmente pelas variações das subcontas a seguir.

Disponibilidades

No primeiro trimestre de 2009, o valor das "disponibilidades" da Companhia, incluindo numerários e aplicações financeiras disponíveis, foi de R\$25.242 mil, representando uma redução de 15,3% em relação ao valor das "disponibilidades" apurado no mesmo período de 2008, de R\$29.801 mil. Essa redução resultou, principalmente pelo atraso na liberação dos recursos do Programa Luz para Todos pela Eletrobrás, no valor de R\$45.000 mil, além do aporte do valor R\$13.498 mil, em maio de 2008, referente aos recursos em conta vinculada mantida, constituída em garantia da operação de financiamento contratada pela Companhia junto ao BNDES, na modalidade FINEM.

Créditos

No primeiro trimestre de 2009, o valor referente aos "créditos" foi de R\$696.335 mil, representando um incremento de 2,9% em relação ao valor referente aos "créditos" apurado do mesmo período de 2008, de R\$676.564 mil. Esse incremento decorre, principalmente, das variações das subcontas a seguir.

Clientes

No primeiro trimestre de 2009, o valor referente a "clientes" foi de R\$308.589 mil, representando uma redução de 10,2% em relação ao valor referente a "clientes" apurado no mesmo período de 2008, de R\$343.814 mil. Essa redução ocorreu principalmente em virtude da baixa dos ativos regulatórios RTE – recomposição tarifária extraordinária e energia livre por término do prazo para recuperação, conforme Ofício Aneel nº 2.409/2007.

Créditos diversos

No primeiro trimestre de 2009, o valor referente a "créditos diversos" foi de R\$387.746 mil, representando um acréscimo de 16,5% ao valor referente a "créditos diversos" apurado no mesmo período de 2008, de R\$332.750 mil. Esse incremento ocorreu principalmente pelos:

- Créditos a receber da Eletrobrás em decorrência de investimentos efetuados com recursos próprios da companhia no Programa Luz para Todos no valor de R\$70.147 mil. Esses investimentos são parcialmente subsidiados, entretanto a Companhia visando a execução do programa antecipou os investimentos correspondentes à parte subsidiada, para posterior reembolso dos recursos investidos.
- Registro da subvenção de créditos devidos por clientes classificados como de "baixa renda", não recebidos no primeiro trimestre de 2009, no valor de R\$22.960 mil.
- Registro de R\$12.266 mil referente a reclassificação de valores relativos a serviços prestado a terceiros, anteriormente classificados na conta de Clientes.
- Redução de R\$55.544 mil referente à baixa de "tributos diferidos" decorrente principalmente das reversões da provisão para crédito de liquidação duvidosa do ativo regulatório, que não foram baixadas por não terem sido recuperados dentro do prazo estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004.

No primeiro trimestre de 2009, o valor referente aos "estoques" de materiais de operação e manutenção foi de R\$2.195 mil representando um incremento de 92,5%, em relação ao valor referente aos "estoques" de materiais de operação e manutenção apurado no mesmo período de 2008, de R\$1.140 mil.

Outros

No primeiro trimestre de 2009, o valor de "outros" foi de R\$101.342 mil, representando uma redução de 20,5% em relação ao valor de "outros" apurado mesmo período de 2008, de R\$127.531 mil. Essa redução está relacionada às amortizações das despesas antecipadas da Conta de Variação da Parcela A- CVA, em virtude do reconhecidas no reajuste tarifário da Companhia em abril de 2008.

Ativo Não Circulante

No primeiro trimestre de 2009, o "ativo não circulante" foi de R\$2.004.091 mil, correspondendo a 70,8% do "ativo total" da Companhia. Comparando esse montante ao valor do "ativo não circulante" apurado no mesmo período de 2008, observa-se um aumento de 9,8% no "ativo não circulante" da Companhia, ocasionado principalmente pelas variações das subcontas a seguir.

Ativo Realizável a Longo Prazo

No primeiro trimestre de 2009, o valor do "ativo realizável a longo prazo" foi de R\$220.130 mil, representando uma redução de 4,8%, em relação ao valor do "ativo realizável a longo prazo" apurado no mesmo período de 2008, de R\$231.263 mil. Esta redução está relacionada principalmente a variação nas subcontas créditos diversos e outros conforme comentários a seguir.

Créditos diversos

No primeiro trimestre de 2009, o valor de "créditos diversos" foi de R\$137.719 mil, representando uma redução de 7,2% em relação ao valor de "créditos diversos" apurado no mesmo período de 2008, de R\$148.444 mil. Essa variação corresponde principalmente pela baixa de valores registrados como depósitos judiciais, vinculados a processos judiciais extintos e transitados em julgado.

Outros

No primeiro trimestre de 2009, o valor de "outros" foi de R\$82.411 mil, representando uma redução insignificante (0,5%) em relação ao valor de "outros" apurado no mesmo período de 2008, de R\$82.819 mil.

Investimentos

No primeiro trimestre de 2009, o valor de "investimentos", que corresponde aos bens destinados a renda, foi de R\$217 mil, representando uma redução de 6,1% em relação ao valor de "investimentos" apurado no mesmo período de 2008, de R\$231 mil, não registrando variação significativa.

Imobilizado

No primeiro trimestre de 2009, o valor do "ativo imobilizado" foi de R\$1.770.548 mil, representando um aumento de 11,8% em relação ao valor do "ativo imobilizado" apurado no mesmo período de 2008, de R\$1.583.911 mil. Essa variação corresponde a investimentos em obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica para atendimento do aumento da demanda, bem como para melhoria na qualidade do serviço.

Intangível

No primeiro trimestre de 2009, o valor do "intangível" foi de R\$13.196 mil. No mesmo período de 2008, o valor correspondente ao "intangível" estava inserido na conta de "Imobilizado". Em atendimento à Lei 11.638/07, a Companhia apresentou as informações trimestrais do primeiro trimestre de 2009 de forma comparativa com balanço de 2008, destacando o intangível do ano de 2008. Entretanto não foi efetuada a reclassificação dos saldos do intangível para o 1º trimestre de 2008, portanto não é possível efetuar a comparabilidade entre os trimestres, mas apenas entre os exercícios de 2008 e 2007.

Diferido

No primeiro trimestre de 2009, a Companhia não apresentou esta conta nas suas demonstrações financeiras, considerando que os valores desta conta foram baixados contabilmente em dezembro de 2008, de acordo com as novas práticas contábeis instituídas pela Lei 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08. Desta forma, a comparação torna-se sem efeito, porque as demonstrações financeiras da Companhia, publicadas em março de 2008 ainda registravam essa conta.

Passivo

Passivo Circulante

No primeiro trimestre de 2009, o "passivo circulante" foi de R\$1.011.562 mil, correspondendo a 35,8% do "passivo total" da Companhia. Comparando esse montante ao valor do "passivo circulante" apurado no mesmo período de 2008, de R\$1.109.904 mil, observa-se uma redução de 8,9% no "passivo circulante" da Companhia, ocasionada principalmente pelas variações das subcontas a seguir.

Empréstimos e Financiamentos

No primeiro trimestre de 2009, o valor de "empréstimos e financiamentos" de curto prazo foi de R\$324.570 mil, representando um incremento de 37,1% em relação ao valor de "empréstimos e financiamentos" de curto prazo apurado no mesmo período de 2008, de R\$236.816 mil. Esse incremento corresponde principalmente por:

- Registro da captação de notas promissórias comerciais da 6ª emissão da Companhia em julho de 2008, no valor de R\$245.000 mil, utilizados para financiamento do capital de giro da Companhia e para liquidação antecipada de operações de curto prazo da Companhia, realizadas no exercício de 2007 a custos superiores aos da 6ª emissão, no montante de R\$166.288 mil.
- Valores transferidos de parcelas vincendas de dívidas da Companhia do longo para o curto prazo, no valor de R\$95.000 mil.
- Realização de amortizações de parcelas de empréstimos de abril de 2008 a março de 2009, no montante de R\$102.110 mil.

Fornecedores

No primeiro trimestre de 2009, o valor de "fornecedores" foi de R\$120.773 mil, representando uma redução de 46,4% em relação ao valor de "fornecedores" apurado no mesmo período de 2008, de R\$225.467 mil. Essa redução esta relacionada principalmente à baixa do passivo regulatório de energia livre, que no período representou o valor de R\$57.678 mil, em função do término do prazo de recuperação dos ativos regulatórios, bem como da liquidação de R\$48.011 mil do contas a pagar de fornecedores de material e serviços aplicados nos investimentos realizados no Imobilizado.

Impostos, Taxas e Contribuições

No primeiro trimestre de 2009, o valor de "impostos, taxas e contribuições" foi de R\$51.122 mil, representando uma redução de 28,3% em relação ao valor de "impostos, taxas e contribuições" apurado no mesmo período de 2008, de R\$71.293 mil. Essa redução corresponde a mudança no critério de contabilização do benefício fiscal – SUDENE, que até o exercício de 2008 somente era apurado e contabilizado no encerramento do exercício e em 2009 passou a ser registrado mensalmente.

Dividendos a Pagar

No primeiro trimestre de 2009, o valor de "dividendos a pagar" foi de R\$263.924 mil, representando um aumento de 7,6% em relação ao valor de "dividendos a pagar" apurado no mesmo período de 2008, de R\$245.388 mil. Esta variação é explicada pelo maior resultado apurado pela Companhia no exercício de 2008, comparativamente com o exercício de 2007.

No primeiro trimestre de 2009, o valor de "provisões" foi de R\$34.212 mil, representando uma redução de 65,4% em relação ao valor de "provisões" apurado no mesmo período de 2008, de R\$98.968 mil. Esta redução está relacionada principalmente à reversão de tributos diferidos constituídos sobre a provisão para crédito de liquidação duvidosa do ativo regulatório, que foi baixado contabilmente em função do término do prazo de recuperação estabelecido pela ANEEL (abril de 2008) e à transferência para o passivo não circulante da provisão de devolução de valores recebidos a maior pela Companhia, em função da expectativa de liquidação desse passivo.

Dívidas com Pessoas Ligadas

No primeiro trimestre de 2009, o valor de "dívidas com pessoas ligadas" foi de R\$92.990 mil, representando uma redução pouco significativa (5,6%) em relação ao valor de "dívidas com pessoas ligadas" apurado no mesmo período de 2008, de R\$98.547 mil.

Outros

No primeiro trimestre de 2009, o valor de "outros" foi de R\$123.971 mil, representando uma redução de 7,1% em relação ao valor de "outros" apurado no mesmo período de 2008, de R\$133.425 mil. Essa redução corresponde à transferência do saldo da conta da conta de variação da parcela A - CVA de CCC, do passivo circulante para o ativo circulante. Esta conta de passivo circulante, registrava os valores a devolver aos consumidores através do reajuste tarifário. Na conta de ativo circulante, registrava os valores a serem recebidos pela Companhia, no reajuste tarifário. Essa transferência, teve por finalidade, obter os valores líquidos a serem considerados no reajuste tarifário. Além disso, a Companhia também efetuou a transferência do passivo circulante para o não circulante dos valores relativos ao Programa de Eficiência Energética, por determinação do Ofício Circular nº 127/2009 da ANEEL.

Passivo Não Circulante

No primeiro trimestre de 2009, o valor do "passivo não circulante" foi de R\$820.023 mil, representando um aumento de 26% em relação ao valor do "passivo não circulante" apurado no mesmo período de 2008, de R\$650.788 mil.

Empréstimos e Financiamentos

No primeiro trimestre de 2009, o valor da conta de "empréstimos e financiamentos" de longo prazo foi de R\$528.171 mil, representando um incremento de 38,6% em relação ao valor da conta de "empréstimos e financiamentos" de longo prazo apurado no mesmo período de 2008, de R\$381.059 mil. Esse incremento está relacionado principalmente ao recebimento, pela Companhia, no período de maio de 2008 a março de 2009, do montante de R\$190.000 mil e R\$9.206 mil respectivamente, referentes ao contrato de repasse firmado com o BNDES, na modalidade FINEM, com amortizações previstas para iniciar em janeiro de 2010, e ao contrato Luz para Todos – 4ª *tranche*, com amortizações previstas para iniciar em fevereiro de 2011.

Provisões

No primeiro trimestre de 2009, o valor da conta de "provisões" foi de R\$125.155 mil, representando um incremento de 12,9% em relação ao valor da conta de "provisões" apurado no mesmo período de 2008, de R\$110.843 mil. Esse incremento ocorreu devido à reclassificação do curto para longo prazo da provisão de valores recebidos a maior pela Companhia, do Programa Baixa Renda do Governo Federal em decorrência da atuação da ANEEL.

Dívidas com Pessoas Ligadas

No primeiro trimestre de 2009, o valor da "dívida com pessoas ligadas" foi de R\$95.133 mil, representando uma redução pouco significativa (2,8%) em relação ao valor da "dívida com pessoas ligadas" apurado no mesmo período de 2008, de R\$97.906 mil.

Outros

No primeiro trimestre de 2009, o valor da conta "outros" foi de R\$71.564 mil, representando um incremento de 17,4% em relação ao valor da conta "outros" apurado no mesmo período de 2008, de R\$60.980 mil. Esse incremento ocorreu principalmente pela transferência do passivo circulante para o não circulante dos valores relativos ao Programa de Eficiência Energética, por determinação do Ofício Circular nº 127/2009 da ANEEL.

Patrimônio Líquido

No primeiro trimestre de 2009, o valor da conta de "patrimônio líquido" foi de R\$997.620 mil, representando um aumento de 11% em relação ao valor da conta de "patrimônio líquido" apurado no mesmo período de 2008, de R\$898.918 mil. Esse incremento ocorreu conforme apresentado nas subcontas abaixo.

Capital Social Realizado

No primeiro trimestre de 2009, o valor da conta "capital social realizado" foi de R\$442.946 mil, representando um aumento de 2,3% em relação ao valor da conta "capital social realizado" apurado no mesmo período de 2008, de R\$433.057 mil. Esse incremento ocorreu em virtude de capitalização, pela Emissora, de parte da "Reserva de Capital - Subvenções para Investimento" no valor de R\$9.889 mil.

Reservas de Capital

No primeiro trimestre de 2009, o valor da conta de "reserva de capital" foi de R\$358.677 mil, representando uma redução de 2,7% em relação ao valor da conta de "reserva de capital" apurado no mesmo período de 2008, de R\$368.547 mil. Essa redução ocorreu em virtude de capitalização, pela Emissora, de parte da "Reserva de Capital - Subvenções para Investimento" no valor de R\$9.889 mil.

Reserva de Lucro

No primeiro trimestre de 2009, o valor da conta de "reserva de lucro" foi de R\$115.478 mil, representando um aumento de 136,4% em relação ao valor da conta de "reserva de lucro" apurado no mesmo período de 2008, de R\$48.845 mil. Esse incremento ocorreu em virtude da obtenção, pela Emissora, de incentivo fiscal aprovado em agosto de 2007 (conforme laudo constitutivo nº 0170/2007), relacionado ao valor da redução do imposto de renda a recolher ser reconhecido na apuração de lucro da Companhia, e posteriormente transferido para a conta de Reserva de Lucro, uma vez que a Emissora está situado na área de atuação da SUDENE. O valor da redução observada foi de R\$66.633 mil, sendo registrado na conta "reserva de lucro" conforme estabelecido na Lei 11.638/07 e na Deliberação CVM 555/08. Até março de 2008, esse registro não havia sido realizado, devido ao critério de apropriação desse benefício que somente era registrado no final do exercício de 2008. Vale ressaltar, que até dezembro de 2007 o benefício fiscal era contabilizado como Reserva de Capital e a partir de dezembro de 2008 passou a ser contabilizado como Reserva de Lucro conforme Lei 11.638/07.

Lucros e Prejuízos Acumulados

No primeiro trimestre de 2009, o valor da conta de "lucros e prejuízos acumulados" foi de R\$80.519 mil, representando um aumento de 66,1% em relação ao valor da conta de "lucros e prejuízos acumulados" apurado no mesmo período de 2008, de R\$48.469 mil. Esse incremento decorre do aumento no lucro da companhia no primeiro trimestre de 2009 em comparação com o lucro trimestre correspondente de 2008, o qual foi principalmente afetado pela mudança de critério relativo a contabilização do incentivo fiscal de redução do imposto de renda que no 1º trimestre de 2009 foi registrado no resultado da companhia, em conformidade com o estabelecido pela Lei 11.638/07, fato este que não ocorreu o primeiro trimestre de 2008.

A tabela a seguir apresenta as informações do balanço patrimonial da Emissora para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006. Para fins de comparação, a tabela apresenta variações percentuais para os períodos indicados.

| Ativo (R\$ mil) | 31 de dezembro de | | | | | | | |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| | 2008 | AV ⁽¹⁾ | 2007 | AV ⁽¹⁾ | 2006 | AV ⁽¹⁾ | 08/07 ⁽²⁾ | 07/06 ⁽²⁾ |
| Ativo Circulante | 800.917 | 28,8% | 792.352 | 30,8% | 698.829 | 27,8% | 1,1% | 13,4% |
| Disponibilidades | 15.838 | 0,6% | 12.364 | 0,5% | 64.652 | 2,6% | 28,1% | -80,9% |
| Créditos | 695.769 | 25,0% | 665.947 | 25,9% | 564.389 | 22,5% | 4,5% | 18,0% |
| Clientes | 323.140 | 11,6% | 349.402 | 13,6% | 401.821 | 16,0% | -7,5% | -13,0% |
| Créditos Diversos | 372.629 | 13,4% | 316.545 | 12,3% | 162.568 | 6,5% | 17,7% | 94,7% |
| Estoques | 1.471 | 0,1% | 511 | 0,0% | 834 | 0,0% | 187,9% | -38,7% |
| Outros | 87.839 | 3,2% | 113.530 | 4,4% | 68.954 | 2,7% | -22,6% | 64,6% |
| Despesas pagas antecipadamente | 87.839 | 3,2% | 113.530 | 4,4% | 68.954 | 2,7% | -22,6% | 64,6% |
| Ativo Não Circulante | 1.980.670 | 71,2% | 1.776.898 | 69,2% | 1.811.764 | 72,2% | 11,5% | -1,9% |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 243.777 | 8,8% | 225.844 | 8,8% | 421.284 | 16,8% | 7,9% | -46,4% |
| Créditos Diversos | 135.157 | 4,9% | 137.096 | 5,3% | 253.449 | 10,1% | -1,4% | -45,9% |
| Outros | 108.620 | 3,9% | 88.748 | 3,5% | 167.835 | 6,7% | 22,4% | -47,1% |
| Investimentos | 220 | 0,0% | 235 | 0,0% | 250 | 0,0% | -6,4% | -6,0% |
| Imobilizado | 1.722.679 | 61,9% | 1.527.355 | 59,4% | 1.387.975 | 55,3% | 12,8% | 10,0% |
| Intangível | 13.994 | 0,5% | 14.671 | 0,6% | 0 | n/a | -4,6% | n/a |
| Diferido | 0 | n/a | 8.793 | 0,3% | 2.255 | 0,1% | n/a | 289,9% |
| Ativo Total | 2.781.587 | 100,0% | 2.569.250 | 100,0% | 2.510.593 | 100,0% | 8,3% | 2,3% |
| Passivo (R\$ mil) | 31 de dezembro de | | | | | | | |
| | 2008 | AV ⁽¹⁾ | 2007 | AV ⁽¹⁾ | 2006 | AV ⁽¹⁾ | 08/07 ⁽²⁾ | 07/06 ⁽²⁾ |
| Passivo Circulante | 1.068.638 | 38,4% | 1.044.296 | 40,6% | 930.321 | 37,1% | 2,3% | 12,3% |
| Empréstimos e Financiamentos | 332.230 | 11,9% | 204.941 | 8,0% | 97.841 | 3,9% | 62,1% | 109,5% |
| Fornecedores | 157.582 | 5,7% | 241.753 | 9,4% | 174.667 | 7,0% | -34,8% | 38,4% |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 48.356 | 1,7% | 54.972 | 2,1% | 54.715 | 2,2% | -12,0% | 0,5% |
| Dividendos a Pagar | 263.927 | 9,5% | 245.977 | 9,6% | 276.168 | 11,0% | 7,3% | -10,9% |
| Provisões | 36.368 | 1,3% | 79.129 | 3,1% | 130.475 | 5,2% | -54,0% | -39,4% |
| Dívidas com Pessoas Ligadas | 103.792 | 3,7% | 102.665 | 4,0% | 78.197 | 3,1% | 1,1% | 31,3% |
| Outros | 126.383 | 4,5% | 114.859 | 4,5% | 118.258 | 4,7% | 10,0% | -2,9% |
| Passivo Não Circulante | 795.848 | 28,6% | 674.505 | 26,3% | 799.808 | 31,9% | 18,0% | -15,7% |
| Empréstimos e Financiamentos | 489.945 | 17,6% | 352.591 | 13,7% | 386.125 | 15,4% | 39,0% | -8,7% |
| Provisões | 129.093 | 4,6% | 135.103 | 5,3% | 158.459 | 6,3% | -4,4% | -14,7% |
| Dívidas com Pessoas Ligadas | 104.227 | 3,7% | 104.546 | 4,1% | 125.773 | 5,0% | -0,3% | -16,9% |
| Outros | 72.583 | 2,6% | 82.265 | 3,2% | 129.451 | 5,2% | -11,8% | -36,5% |
| Patrimônio Líquido | 917.101 | 33,0% | 850.449 | 33,1% | 780.464 | 31,1% | 7,8% | 9,0% |
| Capital Social Realizado | 442.946 | 15,9% | 433.057 | 16,9% | 433.057 | 17,2% | 2,3% | 0,0% |
| Reservas de Capital | 358.677 | 12,9% | 368.547 | 14,3% | 298.562 | 11,9% | -2,7% | 23,4% |
| Reservas de Lucro | 115.478 | 4,2% | 48.845 | 1,9% | 48.845 | 1,9% | 136,4% | 0,0% |
| Legal | 48.845 | 1,8% | 48.845 | 1,9% | 48.845 | 1,9% | 0,0% | 0,0% |
| Outras Reservas de Lucro | 66.633 | 2,4% | 0 | n/a | 0 | n/a | n/a | n/a |
| Passivo Total | 2.781.587 | 100,0% | 2.569.250 | 100,0% | 2.510.593 | 100,0% | 8,3% | 2,3% |

(1) Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação ao total do Ativo ou do Passivo, respectivamente.

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados.

Análise da Comparação dos Balanços Patrimoniais de 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007.

Nos títulos abaixo, as expressões "em 2007" e "em 2008" referem-se a 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008, respectivamente.

Ativo

Ativo Circulante

Em 2008, o "ativo circulante" da Companhia foi de R\$800.917 mil, correspondendo a 28,8% de seu ativo total. Comparando esse montante ao valor do "ativo circulante" apurado em 2007, no valor de R\$792.352 mil, observa-se um crescimento de 1,1% no "ativo circulante" da Companhia, ocasionado principalmente pelas variações das subcontas a seguir.

Disponibilidades

Em 2008, o valor das "disponibilidades" da Companhia incluindo numerários e aplicações financeiras disponíveis foi de R\$15.838 mil, representando um aumento de 28,1% em relação ao valor das "disponibilidades" apurado em 2007, de R\$12.364 mil. Essa variação foi ocasionada pelos seguintes fatos:

- Incremento de 8,43% no reajuste tarifário de 2008 com reflexo no caixa da Companhia de maio a dezembro de 2008.
- Emissão de notas promissórias comerciais em julho de 2008, no valor de R\$245.000 mil.
- Liquidação antecipada de operações de curto prazo da Companhia contraídas no exercício de 2007 a custos superiores, no montante de R\$166.288 mil, utilizando os recursos captados por meio da Emissão de Notas Promissórias acima mencionadas.
- Contratação de financiamento para os investimentos em CAPEX da Companhia, por meio de operação de repasse BNDES-FINEM no valor de R\$190.000 mil.

Créditos

Em 2008, o valor referente aos "créditos" foi de R\$695.769 mil, representando um incremento de 4,5% em relação ao valor referente aos "créditos" apurado em 2007, de R\$665.947 mil. Esse incremento foi ocasionado principalmente pelas variações das subcontas a seguir.

Clientes

Em 2008, o valor referente a "clientes" foi de R\$323.140 mil, representando uma redução de 7,5% em relação ao valor referente a "clientes" apurado em 2007, de R\$349.402 mil. Essa redução ocorreu principalmente em virtude da realização do saldo do ativo regulatório-RTE/Energia Livre por término do prazo para recuperação, conforme Ofício Aneel nº 2.409/2007.

Créditos diversos

Em 2008, o valor referente a "créditos diversos" foi de R\$372.629 mil, representando um acréscimo de 17,7% em relação ao valor referente a "créditos diversos" apurado em 2007, de R\$316.545 mil. Esse incremento ocorreu principalmente pelo créditos a receber da Eletrobrás em decorrência de investimentos efetuados com recursos próprios da companhia no Programa Luz para Todos. Esses investimentos são parcialmente subsidiados, entretanto a Companhia visando a execução do programa antecipou os investimentos correspondentes à parte subsidiada, para posterior reembolso dos recursos investidos.

Estoques

Em 2008, o valor referente aos "estoques" de materiais de operação e manutenção foi de R\$1.471 mil, representando um incremento de 187,9% em relação ao valor referente aos "estoques" de materiais de operação e manutenção apurado em 2007, de R\$511 mil de 2007. Essa variação foi ocasionada em razão da maior demanda em relação a atendimentos de manutenção do sistema elétrico da Companhia no período.

Outros

Em 2008, o valor da conta "outros" foi de R\$87.839 mil, representando uma redução de 22,6% em relação ao valor da conta "outros" apurado em 2007, de R\$113.530 mil. Essa variação corresponde principalmente à realização do ativo regulatório "parcela A – extraordinária", que passou a ser realizada após o término do prazo da RTE/Energia Livre, no valor de R\$46.412 mil.

Ativo Não Circulante

Em 2008, o "ativo não circulante" da Companhia foi de R\$1.980.670 mil, correspondendo a 71,2% de seu "ativo total". Comparando esse montante ao valor do "ativo não circulante" apurado em 2007, no valor de R\$1.776.898 mil, observa-se um aumento de 11,5%, ocasionado principalmente pelas variações das subcontas a seguir.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 2008, o valor do "ativo realizável a longo prazo" foi de R\$243.777 mil, correspondendo a um aumento de 7,9% em relação ao valor do "ativo realizável a longo prazo" apurado em 2007, de R\$225.844 mil. Este aumento está relacionado principalmente à variação nas subcontas "créditos diversos" e "outros" conforme comentários a seguir.

Créditos Diversos

Em 2008, o valor referente a "Créditos Diversos" foi de R\$135.157 mil, representando uma redução pouco significativa 1,4% em relação ao valor referente a "créditos diversos" apurado em 2007, de R\$137.096 mil, compostos das subcontas: "Tributos Diferidos", "Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa", "Tributos a Compensar" e "Depósitos Vinculados".

Outros

Em 2008, o valor referente a "outros" foi de R\$108.620 mil, representando um aumento de 22,4% em relação ao valor referente a "outros" apurado em 2007, de R\$88.748 mil. Essa variação corresponde principalmente ao incremento do montante de despesas antecipadas relacionadas à conta de variação da parcela A-CVA, despesas essas desembolsadas e não incorridas no exercício respectivo. A CVA corresponde à conta de compensação dos valores da parcela A a serem recuperados pela Companhia em decorrência de os custos terem sido superiores àqueles estimados quando da revisão tarifária anual.

Investimentos

Em 2008, o valor referente aos "investimento", que corresponde aos bens destinados a renda, foi de R\$220 mil, representando uma redução de 6,4% em relação ao valor referente aos "investimento" apurado em 2007, de R\$235 mil, não registrando variação significativa.

Imobilizado

Em 2008, o valor referente ao "ativo imobilizado" foi de R\$1.772.679 mil, representando um incremento de 12,8% em relação ao valor referente ao "ativo imobilizado" apurado em 2007, de R\$1.527.355 mil. Essa variação corresponde a investimentos em obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica para atendimento do aumento da demanda, bem como para melhoria na qualidade do serviço.

Intangível

Em 2008, o valor referente ao "intangível" foi de R\$13.994 mil, representando uma redução de 4,6% em relação ao valor referente ao "intangível" apurado em 2007, de R\$14.671 mil.

Diferido

Em 2008, esta conta não registrou valor, em conformidade com as novas práticas contábeis instituídas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. O valor do "Diferido" em 2007, R\$8.793 mil, foi baixado contabilmente no final do exercício de 2008.

*Passivo**Passivo Circulante*

Em 2008, o "passivo circulante" foi de R\$1.068.638 mil, correspondendo a 38,4% do "passivo total" da Companhia. Comparando esse montante ao valor do "passivo circulante" apurado em 2007, no valor de R\$1.044.296 mil, observa-se um crescimento de 2,3% no "passivo circulante" da Companhia, ocasionado principalmente pelas variações das subcontas a seguir.

Empréstimos e Financiamentos

Em 2008, o valor de "empréstimos e financiamentos" de curto prazo foi de R\$332.230 mil, representando um incremento de 62,1% em relação ao valor de "empréstimos e financiamentos" de curto prazo apurado em 2007, de R\$204.941 mil. Esse incremento corresponde principalmente a:

- Emissão de notas promissórias comerciais em julho de 2008, no valor de R\$245.000 mil.
- Liquidação antecipada de operações de curto prazo da Companhia contraídas no exercício de 2007, no montante de R\$166.288 mil, utilizando os recursos captados a menores custos por meio da Emissão de Notas Promissórias acima mencionadas.
- Valores transferidos de parcelas a vencer de dívidas da Companhia do longo para o curto prazo, no valor de R\$77.350 mil.
- Utilização de limite da conta centralizadora da Companhia, no valor de R\$26.500 mil, para financiamento do capital de giro, liquidada em janeiro de 2009.

Fornecedores

Em 2008, o valor de "fornecedores" foi de R\$157.582 mil, representando uma redução de 34,8% em relação ao valor de "fornecedores" apurado em 2007, de R\$241.753 mil. Essa redução está relacionada a baixa do passivo regulatório de energia livre em função do término do prazo para repasse as geradoras estabelecido pela ANEEL.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 2008, o valor de "impostos, taxas e contribuições" foi de R\$48.356 mil, representando uma redução de 12% em relação ao valor de "impostos, taxas e contribuições" apurado em 2007, de R\$54.972 mil. Essa redução corresponde principalmente ao recolhimento de ICMS relativo ao faturamento de outras receitas (novos negócios) que estava provisionada no exercício de 2007 e recolhido em 2008.

Dividendos a Pagar

Em 2008, o valor de "dividendos a pagar" foi de R\$263.927 mil, representando um aumento de 7,3% em relação ao valor de "dividendos a pagar" apurado em 2007, de R\$245.977 mil. O aumento ocorreu em virtude do maior resultado apurado pela Companhia no ano de 2008, no qual o valor dos dividendos a distribuir foi de R\$263.129 mil.

Provisões

Em 2008, o valor de "provisões" foi de R\$36.368 mil, representando uma redução de 54% em relação ao valor de "provisões" apurado em 2007, de R\$79.129 mil. Esta redução está relacionada principalmente à reversão dos valores de tributos diferidos, constituídos a partir da perda de receitas causada pelo racionamento de energia do ativo regulatório, o qual foi baixada por não ter sido recuperado dentro do prazo estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004.

Dívidas com Pessoas Ligadas

Em 2008, o valor de "dívidas com pessoas ligadas" foi de R\$103.792 mil, representando um incremento pouco representativo (1,1%) em relação ao valor de "dívidas com pessoas ligadas" apurado em 2007, de R\$102.665 mil.

Outros

Em 2008, o valor da conta "outros" foi de R\$126.383 mil, representando um aumento de 10% em relação ao valor da conta "outros" apurado em 2007, de R\$114.859 mil. Essa variação está relacionada principalmente ao acréscimo na quota de repasse da conta de consumo de combustível - CCC, homologada pela ANEEL. Além disso, houve a transferência do passivo não circulantes de valores a realizar do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética para o passivo circulante.

Passivo Não Circulante

Em 2008, o valor do "passivo não circulante" foi de R\$795.848 mil, representando um aumento de 18% em relação ao valor do "passivo não circulante" apurado em 2007, de R\$674.505 mil.

Empréstimos e Financiamentos

Em 2008, o valor da conta de "empréstimos e financiamentos" de longo prazo foi de R\$489.945 mil, representando um incremento de 39% em relação ao valor da conta de "empréstimos e financiamentos" de longo prazo apurado em 2007, de R\$352.591 mil. Esse crescimento está relacionado principalmente ao recebimento, pela Companhia de R\$190.000 mil em virtude do contrato de repasse firmado com o BNDES na modalidade FINEM.

Provisões

Em 2008, o valor da conta de "provisões" foi de R\$129.093 mil, representando uma redução de 4,4% em relação ao valor da conta de "provisões" apurado em 2007, de R\$135.103 mil. Essa redução está relacionada principalmente à reversão da provisão de devolução do Programa Baixa Renda do Governo Federal em virtude de reclassificações de consumidores beneficiados com o subsídio e reversão de provisão de contingências, sendo R\$9.900 mil referentes a processos tributários (relacionados ao pagamento do PIS/PASEP) e R\$3.508 mil referentes a processos cíveis. A Companhia, concordando com os relatórios de seus advogados, passou a considerar remota a possibilidade de perdas nesses processos, permitindo, portanto, a reversão dessas provisões.

Dívidas com Pessoas Ligadas

Em 2008, o valor da conta "dívida com pessoas ligadas" foi de R\$104.227 mil, representando uma redução insignificante (0,3%) em relação ao valor da conta "dívida com pessoas ligadas" apurado em 2007, de R\$104.546 mil.

Outros

Em 2008, o valor da conta "outros" foi de R\$72.583 mil, representando uma redução de 11,8% em relação ao valor da conta "outros" apurado em 2007, de R\$82.265 mil. Essa redução ocorreu principalmente pela transferência de valores a realizar do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética para o passivo circulante.

Patrimônio Líquido

Em 2008, o valor da conta de "patrimônio líquido" foi de R\$917.101 mil, representando um aumento de 7,8% em relação ao valor da conta de "patrimônio líquido" apurado em 2007, de R\$850.449 mil. Esse incremento está relacionado às variações das subcontas a seguir.

Capital Social Realizado

Em 2008, o valor da conta "capital social realizado" foi de R\$442.946 mil, representando um aumento de 2,3% em relação ao valor da conta de "patrimônio líquido" apurado em 2007, de R\$433.057 mil. Esse incremento ocorreu em virtude de capitalização, pela Emissora, de parte da "Reserva de Capital- Subvenções para Investimento", no valor de R\$9.889 mil.

Reservas de Capital

Em 2008, o valor da conta de "reserva de capital" foi de R\$358.677 mil, representando uma redução de 2,7% em relação ao valor da conta de "reserva de capital" apurado em 2007, de R\$368.547 mil. Essa redução ocorreu em virtude de capitalização, pela Emissora, de parte da "Reserva de Capital- Subvenções para Investimento", no valor de R\$9.889 mil.

Reserva de Lucro

Em 2008, o valor da conta de "reserva de lucro" foi de R\$115.478 mil, representando um aumento de 136,4% em relação ao valor da conta de "reserva de lucro" apurado em 2007, de R\$48.845 mil. Esse incremento ocorreu em virtude da obtenção, pela Emissora, de incentivo fiscal aprovado em agosto de 2007 (conforme laudo constitutivo nº 0170/2007), devido ao valor da redução no valor do imposto de renda a recolher ser reconhecido na apuração do lucro da Companhia, e posteriormente transferido para a conta de Reserva de Lucro, uma vez que a Emissora está situado na área de atuação da Sudene. O valor da redução aqui referida foi de R\$66.633 mil, sendo registrado na conta "reserva de lucro", conforme estabelecido na Lei 11.638/07 e na Deliberação CVM nº 555/08, até dezembro de 2007, o benefício fiscal era registrado na conta Reserva de Capital.

Lucros e Prejuízos Acumulados

Nos anos de 2008, 2007 e 2006, a Companhia não registrou valores na conta de Lucros e Prejuízos Acumulados, considerando que os valores registrados nesta conta são transitórios, sendo encerrados no final de cada exercício pelo evento da apuração do resultado anual da Companhia.

Análise da Comparação dos Balanços Patrimoniais de 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006.

Nos títulos abaixo, as expressões "em 2006" e "em 2007" referem-se a 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2007, respectivamente.

Ativo

Ativo Circulante

Em 2007, o "ativo circulante" da Companhia foi de R\$792.352 mil, correspondendo a 30,8% de seu "ativo total". Comparando esse montante ao valor do "ativo circulante" apurado em 2006, no valor de R\$698.829 mil, observa-se um crescimento de 13,4% no "ativo circulante" da Companhia, ocasionado principalmente pelas variações das subcontas a seguir.

Disponibilidades

Em 2007, o valor das "disponibilidades" da Companhia, incluindo numerários e aplicações financeiras disponíveis, foi de R\$12.364 mil, representando uma redução de 80,9% em relação ao valor das "disponibilidades" apurado em 2006, de R\$64.652 mil. Essa variação foi ocasionada principalmente pelos seguintes fatores:

- Pagamento de dividendos, pela Companhia a seus acionistas, do exercício de 2006.
- Reposicionamento tarifário médio negativo de 6,35%, homologado em 18/04/2007, com reflexo no caixa da Companhia de maio a dezembro de 2007.
- Atraso no cronograma de repasse dos recursos do Programa Luz para Todos para a Companhia.
- Atraso na liberação da subvenção do Programa Baixa Renda para a Companhia.

Créditos

Em 2007, o valor referente aos "créditos" foi de R\$665.947 mil, representando um incremento de 18% em relação ao valor referente aos "créditos" apurado em 2006, de R\$564.389 mil. Esse incremento foi ocasionado principalmente pelas variações das subcontas a seguir.

Em 2007, o valor referente a "clientes" foi de R\$349.402 mil, representando uma redução de 13% em relação ao valor referente a "clientes" apurado em 2006, de R\$401.821 mil. Essa redução ocorreu principalmente em virtude da constituição, pela Companhia, da provisão para créditos de liquidação duvidosa dos valores a recuperar da recomposição tarifária extraordinária (RTE) no valor de R\$45.045mil. A Companhia possuía 76 meses para realizar a completa recuperação desses créditos a receber, conforme estabelecido pela ANEEL através da Resolução 001/04. Com a proximidade do fim desse período, a emissora fez as projeções de estimava dos valores que não seriam recuperados.

Créditos diversos

Em 2007, o valor referente a "créditos diversos" foi de R\$316.545 mil, representando um acréscimo de 94,7% em relação ao valor referente a "créditos diversos" apurado em 2006, de R\$162.568 mil. Esse incremento ocorreu em virtude de:

- Créditos a receber da Eletrobrás em decorrência de investimentos efetuados com recursos próprios da companhia no Programa Luz para Todos. Esses investimentos são parcialmente subsidiados, entretanto a Companhia visando a execução do programa antecipou os investimento correspondentes à parte subsidiada, para posterior reembolso dos recursos investidos.
- Reclassificação do ativo não circulante para o ativo circulante de valores relativos a tributos diferidos em decorrência de: a) variações nas bases que geram esses tributos; b)revisão nas projeções de realização dos tributos em conformidade com a instrução CVM nº 371, de 25 de junho de 2002.
- Incremento no valor das retenções contratuais dos prestadores de serviços, em favor da Companhia.

Estoques

Em 2007, o valor referente aos "estoques" de materiais de operação e manutenção foi de R\$511 mil, representando uma redução de 38,7%, em relação ao valor referente aos "estoques" de materiais de operação e manutenção apurado em 2006, de R\$834 mil. Essa redução foi ocasionada pela maior utilização de materiais destinados a manutenção do sistema elétrico da Companhia.

Outros

Em 2007, o valor de "outros" foi de R\$113.530 mil, representando um crescimento de 64,6% em relação ao valor de "outros" apurado em 2006, de R\$68.954 mil. Essa variação corresponde principalmente à transferência do "ativo não circulante" para o "ativo circulante" de valores a serem considerados no próximo reajuste tarifário da Companhia relativo aos itens da Conta de Variação da Parcela A - CVA. A CVA foi instituída pela portaria interministerial nº 25 de 24 de janeiro de 2002, e corresponde a conta de compensação dos valores da parcela A, a serem recuperados pela Companhia em decorrência de seus custos efetivos terem sido superiores àqueles estimados quando da revisão tarifária anual.

Ativo Não Circulante

Em 2007, o "ativo não circulante" da Companhia foi de R\$1.776.898 mil, correspondendo a 69,2% de seu "ativo total". Comparando esse montante ao valor do "ativo não circulante" apurado em 2006, no valor de R\$1.811.764 mil, observa-se uma redução de 1,9%, ocasionada principalmente pelas variações das subcontas a seguir.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 2007, o valor do "ativo realizável a longo prazo" foi de R\$225.844 mil, correspondendo a uma redução de 46,4% em relação ao valor do "ativo realizável a longo prazo" apurado em 2006, de R\$421.284 mil. Esta redução está relacionada principalmente à variação nas subcontas "créditos diversos" e "outros" conforme comentários a seguir.

Créditos diversos

Em 2007, o valor referente a "créditos diversos" foi de R\$137.096 mil, representando uma redução de 45,9% em relação ao valor referente a "créditos diversos" apurado em 2006, de R\$253.449 mil. Esta variação ocorreu principalmente pela transferência para o "ativo circulante" de valores a realizar nos próximos 12 meses da subconta "tributos diferidos", conforme projeções futuras de realização dos tributos diferidos e em conformidade com as bases de cálculo, que geraram estes registros (*vide* comentários na conta "créditos diversos", na seção "Discussão e Análise da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Balanço Patrimonial – Análise da Comparação dos Balanços Patrimoniais de 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 – Ativo – Ativo Circulante, na página 147 deste Prospecto).

Outros

Em 2007, o valor referente a "outros" foi de R\$88.748 mil, representando uma redução de 47,1% em relação ao valor referente a "outros" apurado em 2006, de R\$167.835 mil. Essa variação corresponde principalmente à transferência para o ativo circulante de valores a serem considerados no próximo reajuste tarifário da Companhia relativo aos itens da Conta de Variação da Parcela A - CVA (*vide* comentários na conta "outros", na seção "Discussão e Análise da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Balanço Patrimonial – Análise da Comparação dos Balanços Patrimoniais de 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 – Ativo – Ativo Circulante, na página 147 deste Prospecto).

Investimentos

Em 2007, o valor referente aos "investimentos" foi de R\$235 mil, representando uma redução de 6% em relação ao valor referente aos "investimentos" apurado em 2006, de R\$250 mil, não registrando variação significativa.

Imobilizado

Em 2007, o valor referente ao "ativo imobilizado" foi de R\$1.527.355 mil, representando um incremento de 10% em relação ao valor referente ao "ativo imobilizado" apurado em 2006, de R\$1.387.975 mil. Essa variação corresponde a investimentos em obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica para atendimento do aumento da demanda, bem como para melhoria na qualidade do serviço.

Intangível

Em 2007, o valor referente ao "intangível" foi de R\$14.671 mil. Em 2006 o valor correspondente ao "intangível" estava inserido na conta de "imobilizado". Em atendimento à Lei 11.638/07, na apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 2008, a Companhia apresentou o balanço de 2007 de forma comparativa com 2008, destacando o intangível do ano de 2007. Entretanto não foi efetuada a reclassificação dos saldos do intangível para o exercício de 2006, portanto não é possível efetuar a comparabilidade.

Diferido

Em 2007, o valor referente ao "diferido" foi de R\$8.793 mil, representando um incremento de 289,9% em relação ao valor referente ao "diferido" apurado em 2006, de R\$2.255 mil. Essa variação corresponde a desembolsos operacionais efetuados no ano de 2007, em razão de projetos realizados para melhorias nas estruturas físicas da Companhia.

Passivo

Passivo Circulante

Em 2007, o "passivo circulante" foi de R\$1.044.296 mil, correspondendo a 40,6% do "passivo total" da Companhia. Comparando esse montante ao valor do "passivo circulante" apurado em 2006, no valor de R\$930.321 mil, observa-se um crescimento de 12,3% no "passivo circulante" da Companhia, ocasionado principalmente pelas variações das subcontas a seguir.

Em 2007, o valor de "empréstimos e financiamentos" de curto prazo foi de R\$204.941 mil, representando um incremento de 109,5% em relação ao valor de "empréstimos e financiamentos" de curto prazo apurado em 2006, de R\$97.841 mil. Esse incremento corresponde principalmente a:

- Contratação de operações de repasse de recursos captados no exterior, para reposição do capital de giro da Companhia, no valor total de R\$116.000 mil, sendo R\$79.000 mil contratados em dólares (no valor de US\$40.415 mil), R\$27.000 mil contratados em ienes (no valor de JPY1.444.082 mil) e R\$10.000 mil contratados em reais.
- Efeito superior no valor de ajuste de instrumentos financeiros derivativos, pela contratação de *swaps* de moeda e taxa de juros, como proteção de variações cambiais das operações de empréstimos contraídos em moeda estrangeira, com valor de referência (*notional value*) equivalente a de R\$106.000 mil. Esses novos contratos de *swaps* geraram um ajuste negativo para a Companhia no valor de R\$15.256 mil no ano de 2007, contabilizado como "despesa financeira".
- Valores transferidos de parcelas a vencer de dívidas da Companhia do longo para o curto prazo.

Fornecedores

Em 2007, o valor de "fornecedores" foi de R\$241.753 mil, representando um incremento de 38,4% em relação ao valor de "fornecedores apurado em 2006, de R\$174.667 mil. Esse incremento corresponde principalmente à transferência do longo para curto prazo em virtude do prazo de cobrança e repasse da energia livre (76 meses, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004) que encerrou em abril de 2008. Além disso, houve um acréscimo nas compras de material e serviços em virtude maior volume de investimento das obras do Programa Luz para Todos.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 2007, o valor de "impostos, taxas e contribuições" foi de R\$54.972 mil, permanecendo praticamente inalterado com relação ao valor de "impostos, taxas e contribuições" apurado em 2006, de R\$54.715 mil (incremento de 0,5%).

Dividendos a Pagar

Em 2007, o valor de "dividendos a pagar" foi de R\$245.977 mil, representando uma redução de 10,9% em relação ao saldo de "dividendos a pagar" de 2006, de R\$276.168 mil. A distribuição do lucro da Companhia foi menor em virtude do menor resultado apurado no ano de 2007, no qual o valor dos dividendos a distribuir foi de R\$244.751 mil.

Provisões

Em 2007, o valor de "provisões" foi de R\$79.129 mil, representando uma redução de 39,4% em relação ao valor de "provisões" apurado em 2006, de R\$130.475 mil. Esta redução está relacionada principalmente à reversão da provisão de devolução do Programa Baixa Renda do Governo Federal em decorrência de autuação da ANEEL, bem como a reclassificação para o longo prazo do saldo da provisão do Programa Baixa Renda.

Dívidas com Pessoas Ligadas

Em 2007, o valor de "dívidas com pessoas ligadas" foi de R\$102.665 mil, representando um incremento de 31,3% em relação ao valor de "dívidas com pessoas ligadas" apurado em 2006, de R\$78.197 mil. Esse incremento corresponde à transferência dos valores diferidos da compra de energia da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A, do longo para o curto prazo, relativos ao 3º Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia, firmado em 31 de agosto de 2001 e aprovado pelo Despacho nº 481 de 10 de março de 2006 – ANEEL.

Outros

Em 2007, o valor de "outros" foi de R\$114.859 mil, apresentando uma pequena redução de 2,9% em relação ao valor de "outros" apurado em 2006, de R\$118.258 mil.

Passivo Não Circulante

Em 2007, o valor do "passivo não circulante" foi de R\$674.505 mil, representando uma redução de 15,7% em relação ao valor do "passivo circulante" apurado em 2006, de R\$799.808 mil.

Empréstimos e Financiamentos

Em 2007, o valor da conta de "empréstimos e financiamentos" de longo prazo foi de R\$352.591 mil, representando uma redução de 8,7% em relação ao valor da conta de empréstimos e financiamentos" de longo prazo apurado em 2006, de R\$386.125 mil. Essa redução está relacionada principalmente à transferência para "passivo circulante" dos valores com vencimentos nos próximos 12 meses, anteriormente classificados como parcelas de longo prazo.

Provisões

Em 2007, o valor da conta de "provisões" foi de R\$135.103 mil, representando uma redução de 14,7% em relação ao valor da conta de "provisões" apurado em 2006, de R\$158.459 mil. Essa redução se deve principalmente à transferência para "passivo circulante" de valores da subconta "tributos diferidos" a realizar nos próximos 12 meses, das bases de cálculo que geram os diferidos dos tributos registrados no curto prazo, bem como a reclassificação da provisão de baixa renda para o longo prazo no valor de R\$25.788mil. Além disso, houve também a reclassificação de contingências de longo prazo para curto prazo.

Dívidas com Pessoas Ligadas

Em 2007, o valor da "dívida com pessoas ligadas" foi de R\$104.546 mil, representando uma redução de 16,9% em relação ao valor da "dívida com pessoas ligadas" apurado em 2006, de R\$125.773 mil. Essa redução está relacionada principalmente à transferência para "passivo circulante" dos valores diferidos da compra de energia da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A para realização nos próximos 12 meses, relativos ao 3º Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia, firmado em 31 de agosto de 2001 e aprovado pelo Despacho nº 481 de 10 de março de 2006 – ANEEL.

Outros

Em 2007, o valor da conta "outros" foi de R\$82.265 mil, representando uma redução de 36,5% em relação ao valor da conta "outros" apurado em 2006, de R\$129.451 mil. Essa redução se deve principalmente à transferência para "passivo circulante" dos valores de energia livre com realização nos próximos 12 meses, transferência esta realizada em razão encerramento do prazo de cobrança e repasse da energia livre, previstos pelo período de 76 meses, contados a partir de janeiro de 2002, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004, que se encerrou em maio de 2008, ocorreu também uma reversão do plano de pensão no valor de R\$16.289 mil decorrente dos efeitos da migração de aproximadamente 50% dos empregados da Companhia, anteriormente assistidos pelo Plano de Benefícios Definidos, para o Plano de Contribuição Definida.

Patrimônio Líquido

Em 2007, o valor da conta de "patrimônio líquido" foi de R\$850.449 mil, representando um aumento de 9% em relação ao valor da conta de "patrimônio líquido" apurado em 2006, de R\$780.464 mil. Esse incremento está relacionado às variações das subcontas a seguir.

Capital Social Realizado

Em 2007, o valor da conta "capital social realizado" foi de R\$433.057 mil, sem variação em relação ao valor de 2006.

Em 2007, o valor da conta de "reserva de capital" foi de R\$368.547 mil, representando um incremento de 23,4% em relação ao valor da conta de "reserva de capital" apurado em 2006, de R\$298.562 mil. Esse incremento ocorreu em decorrência da ampliação, pela Emissora, do benefício fiscal de redução do imposto de renda aprovado em agosto de 2007 (conforme laudo constitutivo nº 0170/2007) por a Companhia estar situada na área de atuação da SUDENE.

Reserva de Lucro

Em 2007, o valor da conta de "reserva de lucro" foi de R\$48.845 mil, sem variação em relação ao valor de 2006. Não houve variação dessa conta uma vez que a Emissora não constituiu reserva legal no ano de 2007, por atender ao disposto no §1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que a soma da reserva de capital mais a reserva legal de uma Companhia não pode exceder 30% do capital social dessa Companhia.

Lucros e Prejuízos Acumulados

Nos anos de 2007 e 2006, a Companhia não registrou valores na conta de Lucros e Prejuízos Acumulados, considerando que os valores registrados nesta conta são transitórios, sendo encerrados no final de cada exercício pelo evento da apuração do resultado anual da Companhia.

Liquidez e Recursos de Capital

Os investimentos da Emissora na atividade de distribuição de energia elétrica cresceu de forma consistente nos últimos anos. Os investimentos de capital da Emissora nos anos de 2006, 2007 e 2008 e no primeiro trimestre de 2009 foram, respectivamente, de R\$343.098 mil, R\$396.908 mil, R\$473.307 mil e R\$95.198 mil. A Emissora financiou tais investimentos por meio do fluxo de caixa decorrente de suas atividades operacionais e por meio da contratação de dívidas de curto e longo prazo.

Historicamente, as atividades da Emissora geraram fluxos de caixa decorrentes de suas atividades operacionais de forma relativamente consistentes, de modo que a Emissora espera que tal tendência se mantenha no futuro. Todavia, a Emissora possui dívidas em montante significativo, totalizando, em 31 de março de 2009, aproximadamente R\$884.930 mil em dívidas, sendo R\$355.280 mil de curto prazo (40,15%) e R\$529.450 mil de longo prazo (59,85%). Além disso, a Emissora pretende continuar recorrendo a empréstimos com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos para realização de investimentos futuros.

Fluxo de Caixa

Origens dos Recursos

A principal fonte de recursos operacionais da Emissora é o fluxo de caixa gerado com suas atividades operacionais, antes das deduções com impostos. Os fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais totalizaram R\$633.664 mil em 2006, R\$558.579 mil em 2007, R\$492.454 mil em 2008 e R\$32.382 mil no primeiro trimestre de 2009. A Emissora entende que os fluxos de caixa provenientes de suas atividades operacionais são suficientes para suas necessidades de recursos. Todavia, a Emissora geralmente busca financiamento por meio de empréstimos bancários, financiamento de fornecedores, operações no mercado de capitais, dentre outras, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos para realização de investimentos (por exemplo, investimentos por demanda, qualidade de seu sistema elétrico, Programa Luz para Todos e combate às perdas).

Utilização de recursos

Os recursos provenientes do fluxo de caixa das atividades operacionais da Emissora são principalmente utilizados para capital de giro, investimentos de capital, amortização de dívidas e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio a seus acionistas.

Em 30 de abril de 2009, a assembleia geral ordinária da Emissora aprovou a proposta de distribuição de R\$263.130 mil em dividendos a seus acionistas, ou seja, 100% (cem por cento) do lucro líquido passível de distribuição auferido pela Emissora no período, representando uma distribuição de R\$3,3797 por ação da Emissora. Os dividendos serão integralmente pagos até 31 de dezembro de 2009.

Em 2006, 2007 e 2008, a Emissora desembolsou aproximadamente R\$417.115 mil, R\$221.118 mil e R\$328.720 mil, respectivamente, para o pagamento do principal e dos juros de suas dívidas. A Emissora calcula que serão necessários aproximadamente R\$296.252 mil para fazer face a suas dívidas de curto prazo em 2009.

Derivativos

A Emissora possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial. Em 31 de março de 2009, a Emissora possuía apenas *swap* de dólar para CDI, não possuindo derivativos exóticos ou outras modalidades.

As operações de *hedge* são contratadas pela Emissora apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2009, a Emissora possuía um único instrumento de derivativo, firmado com o Banco ABN AMRO. Trata-se de contrato de *swap*, com vencimento final previsto para 15 junho de 2012 com o valor de referência (*notional value*) de USD59.607 mil correspondendo a R\$115.419 mil na data de contratação.

Endividamento e Estratégia Financeira

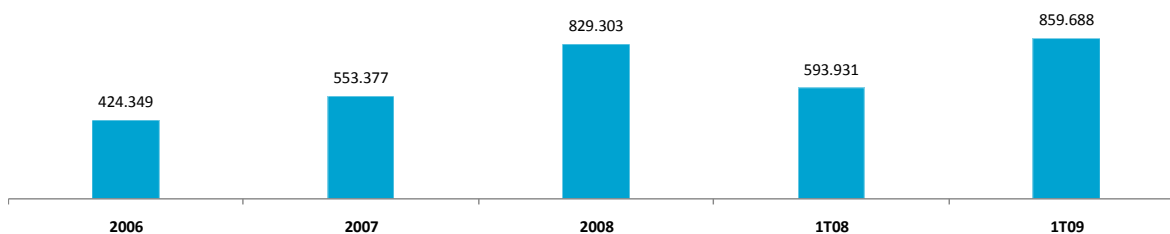
Em 31 de março de 2009, o endividamento total bruto da Emissora era de R\$885 milhões, incluindo operações de *swap* no valor total de R\$13 milhões. Esse endividamento era composto por R\$355 milhões em relação a dívidas de curto prazo (ou 40,15% do endividamento total da Emissora), e R\$530 milhões em relação a empréstimos e financiamentos de longo prazo (ou 59,85% do endividamento total da Emissora). Em 31 de março de 2009, a Emissora possuía contrato de consolidação de dívida junto a Fundação Coelce de Seguridade Social (Faelce), no valor de R\$54 milhões referente ao passivo atuarial dessa Fundação, registrado na conta de "Obrigações com Benefícios Pós Emprego" no passivo do balanço patrimonial. As tabelas abaixo apresentam os dados sobre o endividamento da Emissora, sem *swap* e com *swap* respectivamente, para as datas ali constantes:

Sem swap

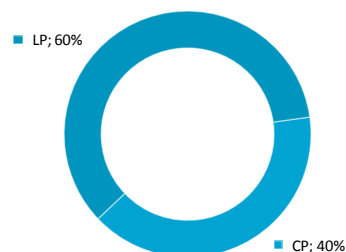
| (R\$ mil) | 2008 | | 31 de dezembro de 2007 | | 2006 | | 31 de março de 2009 | |
|-------------------------|----------------|----------------|------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------------|----------------|
| | | AV | | AV | | AV | | AV |
| Estrangeira | 89.981 | 10,82% | 182.918 | 35,49% | 131.518 | 27,82% | 90.319 | 10,36% |
| Circulante | 22.696 | 2,73% | 116.564 | 22,62% | 27.814 | 5,88% | 23.661 | 2,71% |
| Não Circulante | 67.285 | 8,09% | 66.354 | 12,88% | 103.704 | 21,93% | 66.658 | 7,65% |
| Nacional | 741.731 | 89,18% | 332.436 | 64,51% | 341.301 | 72,18% | 781.314 | 89,64% |
| Circulante | 327.368 | 39,36% | 69.040 | 13,40% | 70.392 | 14,89% | 327.376 | 37,56% |
| Não Circulante | 414.363 | 49,82% | 263.396 | 51,11% | 270.909 | 57,30% | 453.938 | 52,08% |
| Total (sem swap) | 831.712 | 100,00% | 515.354 | 100,00% | 472.819 | 100,00% | 871.633 | 100,00% |

Com swap

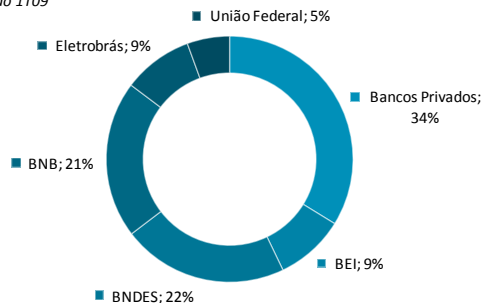
| (R\$ mil) | 2008 | | 31 de dezembro de 2007 | | 2006 | | 31 de março de 2009 | |
|-------------------------|----------------|----------------|------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------------|----------------|
| | | AV | | AV | | AV | | AV |
| Estrangeira | 10.036 | 1,19% | 9.641 | 1,71% | 16.081 | 3,29% | 7.556 | 0,85% |
| Circulante | 2.011 | 0,24% | 1.895 | 0,34% | 2.322 | 0,47% | 2.891 | 0,33% |
| Não Circulante | 8.025 | 0,95% | 7.746 | 1,37% | 13.759 | 2,81% | 4.665 | 0,53% |
| Nacional | 835.105 | 98,81% | 555.729 | 98,29% | 472.920 | 96,71% | 877.374 | 99,15% |
| Circulante | 351.617 | 41,60% | 208.951 | 36,96% | 100.554 | 20,56% | 352.390 | 39,82% |
| Não Circulante | 483.488 | 57,21% | 346.778 | 61,34% | 372.366 | 76,15% | 524.984 | 59,32% |
| Total (com swap) | 845.141 | 100,00% | 565.370 | 100,00% | 489.001 | 100,00% | 884.930 | 100,00% |



ABERTURA DA DÍVIDA BRUTA - CP E LP
Posição Final do 1T09



ABERTURA DA DÍVIDA BRUTA - CREDOR
Posição Final do 1T09



Em 31 de março de 2008 os principais credores da Emissora eram o BNDES, o BNB e os titulares das notas promissórias comerciais da sexta emissão da Companhia, sendo que o custo médio da dívida da Companhia era:

| Custo Médio da Dívida (aa) | Custo Dívida | Spread CDI | CDI |
|----------------------------|--------------|------------|--------|
| 31 de dezembro de 2008 | 11,22% | -0,94% | 12,28% |
| 31 de março de 2009 | 11,00% | -1,32% | 12,49% |

Com relação à origem das fontes de recursos, as posições de 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e 31 de março de 2009 demonstram os saldos dos empréstimos e financiamentos que foram contratados em moeda estrangeira e em moeda nacional pela Emissora, com efeito de *swap*, distribuídos conforme tabela abaixo:

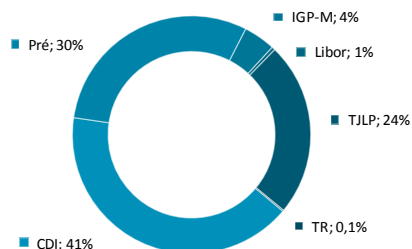
| (R\$ mil) | 31 de dezembro de | | | | 31 de março de | | | |
|--------------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2008 | AV | 2007 | AV | 2006 | AV | 2009 | AV |
| Moeda Estrangeira | 10.036 | 1,19% | 9.641 | 1,71% | 16.081 | 3,29% | 7.556 | 0,85% |
| Dólar norte-americano | 10.036 | 1,19% | 7.106 | 1,26% | 9.413 | 1,92% | 7.556 | 0,85% |
| Outras Moedas | 0 | 0,00% | 2.535 | 0,45% | 6.668 | 1,36% | 0 | 0,00% |
| Moeda Nacional | 835.105 | 98,81% | 555.729 | 98,29% | 472.920 | 96,71% | 877.374 | 99,15% |
| BNDES | 141.846 | 16,78% | 28.208 | 4,99% | 126.284 | 25,82% | 192.333 | 21,73% |
| BNB | 186.317 | 22,05% | 170.969 | 30,24% | 101.791 | 20,82% | 182.828 | 20,66% |
| CDI ^(*) | 353.716 | 41,85% | 233.816 | 41,36% | 131.619 | 26,92% | 364.560 | 41,20% |
| Outros | 153.226 | 18,13% | 122.736 | 21,71% | 113.226 | 23,15% | 137.653 | 15,56% |
| Total | 845.141 | 100,00% | 565.370 | 100,00% | 489.001 | 100,00% | 884.930 | 100,00% |

^(*) Inclusive as notas promissórias comerciais emitidas pela Emissora no âmbito da 6ª emissão.

ABERTURA DA DÍVIDA BRUTA - MOEDAS
Posição Final do 1T09



ABERTURA DA DÍVIDA BRUTA - INDEXADORES
Posição Final do 1T09

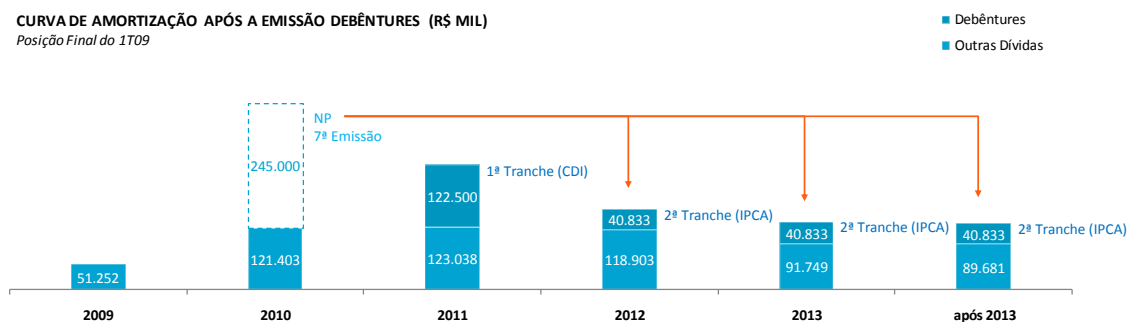


A Emissora tem desenvolvido uma estratégia financeira com os objetivos principais de: (i) continuar a alongar o prazo médio de vencimento de suas dívidas, inclusive por meio do pagamento de dívidas de curto prazo com recursos de empréstimos e financiamentos de longo prazo; (ii) aumentar os níveis de liquidez de suas dívidas; e (iii) melhorar sua flexibilidade estratégica, financeira e operacional.

Capacidade de Pagamento frente ao Endividamento da Emissora

Considerando o seu perfil de endividamento e a sua capacidade e histórico de captação de recursos e geração de caixa, a Emissora acredita que não terá dificuldade em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros, cuja curva de amortização segue no gráfico abaixo.

CURVA DE AMORTIZAÇÃO APÓS A EMISSÃO DEBÊNTURES (R\$ MIL)
Posição Final do 1T09



Nota: Para o gráfico acima, foi adotado como premissa, para fins de exercício, que a alocação das Debêntures será de 50% (cinquenta por cento) do Valor Total da Emissão em Debêntures da Primeira Série e 50% (cinquenta por cento) em Debêntures da Segunda Série. Adicionalmente, a curva de amortização não considera os encargos de dívida.

Entretanto, os investidores devem considerar os fatores identificados ou discutidos na seção "Fatores de Risco", nas páginas 91 a 107 deste Prospecto.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

V. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Histórico

A Constituição Federal brasileira prevê que a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica pode ser realizada diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, tais serviços eram explorados principalmente pelo Governo Federal. Nos últimos anos, o Governo Federal adotou diversas medidas para reformular o setor elétrico brasileiro. Em geral, essas medidas visavam aumentar a participação do investimento privado e eliminar restrições aos investimentos estrangeiros, aumentando, dessa forma, a concorrência no setor.

Em particular, o Governo Federal adotou as seguintes medidas:

- Em 13 de fevereiro de 1995, o Governo Federal promulgou a Lei de Concessões, que regulamentou o artigo 175 da Constituição Federal, e, em 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.074/95, que estabeleceu normas para outorga e prorrogação das concessões de serviços públicos existentes e desverticalização dos serviços de energia elétrica. Tais leis, em conjunto: (i) exigiram que todas as concessões para prestação de serviços relacionados à energia elétrica fossem outorgadas por meio de processos licitatórios; (ii) permitiram, gradualmente, que determinados consumidores de energia elétrica que apresentassem demanda significativa, designados Consumidores Livres, adquirissem energia elétrica diretamente de concessionárias, permissionárias ou autorizatárias, tendo a opção, desta forma, de escolher seu fornecedor de energia; (iii) criaram a figura dos chamados Produtores Independentes de Energia Elétrica que, por meio de concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender, por sua conta e risco, a totalidade ou parte de sua energia elétrica a Consumidores Livres, distribuidoras, comercializadoras, dentre outros; (iv) concederam aos Consumidores Livres e fornecedores de energia elétrica livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão; e (v) eliminaram a necessidade, por parte das concessionárias, de obter concessão, por meio de licitações, para construção e operação de usinas hidrelétricas com capacidade entre 1MW a 30MW, as PCHs, as quais passaram a estar sujeitas a simples autorização;
- Em 15 de agosto de 1995, por meio da Emenda Constitucional nº 6, foi autorizado o investimento estrangeiro no setor elétrico brasileiro. No período anterior à emenda em questão, basicamente todas as concessões do setor elétrico eram detidas por pessoa física brasileira ou pessoa jurídica controlada por pessoa(s) física(s) brasileira(s) ou pelo Governo Federal;
- A partir de 1995, uma parcela das participações representativas do bloco de controle de geradoras e distribuidoras detidas pela Eletrobrás, pela União e por vários Estados foi vendida a investidores privados;
- A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, instituiu a ANEEL com suas atribuições de órgão regulador e, em 6 de agosto de 1997, foi criado o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE por meio da Lei nº 9.478. Antes de 1997, o setor elétrico no Brasil era totalmente regulado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, que atuava por intermédio do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE. O DNAEE, além de outras, possuía competência para outorgar concessões de geração, transmissão e distribuição de eletricidade e desempenhava importante papel no processo de fixação de tarifas. Atualmente, a competência para fixação de tarifas é atribuída à ANEEL, uma autarquia independente por força da lei que a criou. Já a outorga de concessões compete ao Governo Federal, como Poder Concedente, que atua por meio do MME. Entretanto, o exercício de tal competência também foi delegado à ANEEL por meio de Decreto Presidencial nº 4.932 de 23 de dezembro de 2003;
- Em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei do Setor Elétrico, destinada a reformar a estrutura básica do setor elétrico que dispôs sobre as seguintes matérias:
 - (i) criação de um órgão auto-regulado responsável pela operação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (substituído pela atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e pela determinação dos preços de curto prazo;

(ii) exigência de que as distribuidoras e geradoras firmassem os Contratos Iniciais, teoricamente, compromissos de *take-or-pay*, com preços e quantidades aprovados pela ANEEL. A principal finalidade dos Contratos Iniciais foi assegurar que as distribuidoras tivessem acesso ao fornecimento estável de energia elétrica por preços que garantissem uma taxa de retorno fixa às geradoras de energia elétrica durante o período de transição (2002-2005) que culminaria no estabelecimento de um mercado de energia elétrica livre e competitivo;

(iii) criação do Operador Nacional do Sistema - ONS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional - SIN;

(iv) estabelecimento de processos licitatórios para outorga de concessões para construção e operação de usinas e instalações de transmissão de energia elétrica;

(v) separação das atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização (desverticalização);

(vi) estabelecimento de restrições de concentração a titularidade de ativos nas áreas de geração e distribuição; e

(vii) a nomeação do BNDES, como agente financeiro do setor, especialmente para dar suporte a novos projetos de geração.

- Em um esforço para promover o aumento da concorrência, em 2000, a ANEEL estabeleceu limites à concentração de determinados serviços e atividades dentro do setor elétrico. Dentro destes limites, nenhuma empresa de energia elétrica (inclusive suas controladoras e controladas) poderá: (i) no caso das geradoras, deterem mais do que 20% da capacidade instalada do Brasil, 25% da capacidade instalada das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste ou 35% da capacidade instalada das regiões Norte e Nordeste, salvo no caso de tal porcentagem corresponder à capacidade instalada de uma única usina geradora; (ii) no caso das geradoras, deterem mais do que 20% do mercado de distribuição brasileiro, 25% do mercado de distribuição das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste ou 35% do mercado de distribuição das regiões Norte e Nordeste, salvo no caso de aumento da distribuição de energia elétrica que exceda as taxas de crescimento nacionais ou regionais; ou (iii) no caso das comercializadoras, deterem mais de 20% do mercado de comercialização brasileiro para consumidores finais, 20% do mercado de comercialização brasileiro para consumidores não finais ou 25% da soma aritmética dos percentuais anteriores;

- Em 2000, o Decreto nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000, criou o Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT, com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das usinas hidrelétricas. Os benefícios conferidos às usinas termelétricas nos termos do PPT incluíam: (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos, de acordo com a regulamentação do MME; (ii) garantia de repasse dos custos referentes à aquisição da energia elétrica produzida por usinas termelétricas até o limite do valor normativo, de acordo com a regulamentação da ANEEL, e (iii) acesso garantido a programa de financiamento especial do BNDES para o setor elétrico;

- Ainda em 2000, a Lei nº 9.991, de 24 de setembro de 2000, determinou que concessionárias e autorizatórias do serviço público de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica passassem a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico - P&D. As empresas que geram energia, exclusivamente, a partir de instalações eólicas, solares, de biomassa e PCHs estão isentas desta obrigação;

- Em 2001, o País enfrentou uma grave crise energética que perdurou até o final do primeiro bimestre de 2002. Como consequência desta crise, o Governo Federal implementou medidas que incluíram:

- (i) a instituição do Programa de Racionamento nas regiões mais afetadas pela escassez de energia elétrica, a saber, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil; e

(ii) a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE (por meio da Medida Provisória nº 2.198-5/2001), que aprovou uma série de medidas de emergência prevendo metas de redução do consumo de energia elétrica para consumidores residenciais, comerciais e industriais situados nas regiões afetadas pelo racionamento, por meio da introdução de regimes tarifários especiais que incentivavam a redução. As metas para redução do consumo das classes residenciais e industriais chegavam a 20%;

- Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o Programa de Racionamento, em razão do aumento da oferta (graças à elevação significativa dos níveis dos reservatórios) e da redução moderada da demanda. Em 29 de abril de 2002, o Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438/02, conforme alterada pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, promulgou novas medidas, tais como:

(a) previsão da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, com vistas a ressarcir as distribuidoras e geradoras das perdas financeiras provenientes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica;

(b) criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA, com o objetivo de criar certos incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, tais como projetos de energia eólica, PCHs e biomassa. Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás compra a energia gerada por essas fontes alternativas durante o período de 20 anos e a repassa para os consumidores livres e distribuidoras, as quais se incumbem de incluir os custos do programa em suas tarifas para todos os consumidores finais da área de concessão, a exceção dos consumidores de baixa renda. Em sua fase inicial, o PROINFA está limitado a uma capacidade contratada total de 3.300MW. A maioria dos projetos que se qualificaram para os benefícios oferecidos pelo PROINFA entraram em operação a partir de 30 de dezembro de 2008; e

(c) estabelecimento de regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, que consiste no atendimento a todos os pedidos de fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras com carga instalada menor ou igual a 50Kw, em tensão inferior a 2,3 Kv, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas as condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, prevendo as metas de universalização até 2014 e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da concessionária distribuidora. Os recursos provenientes das multas impostas serão aplicados prioritariamente no desenvolvimento da universalização do serviço público de energia elétrica, na forma da regulamentação da ANEEL.

(d) mudança nas condições de enquadramento dos consumidores residenciais de baixa renda;

- em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei do Modelo do Setor Elétrico, em um esforço para reestruturar o setor, tendo por meta precípua proporcionar, aos consumidores, fornecimento seguro de energia elétrica com modicidade tarifária. A Lei do Modelo do Setor Elétrico foi regulamentada por decretos presidenciais dentre os quais o Decreto nº 5.163/04, o qual dispôs, principalmente, sobre a comercialização de energia elétrica.

Geração de Energia Elétrica

O Brasil possui grandes rios de planalto alimentados por chuvas tropicais abundantes que mantêm uma das maiores reservas de água doce do mundo. Em função disso, grande parte da geração de energia elétrica no País é oriunda de usinas hidrelétricas. De acordo com dados obtidos no *website* da ANEEL, a matriz de energia elétrica do Brasil, em 19 de maio de 2009, era composta pelas seguintes fontes:

| Empreendimentos em Operação | | | | | | | |
|-----------------------------|----------------|----------------------|-------------|------|--------------|-------------|-------|
| Tipo | | Capacidade Instalada | | % | Total | | % |
| | | Nº de Usinas | (kW) | | Nº de Usinas | (kW) | |
| Hidro | | 789 | 77.758.179 | 69,5 | 789 | 77.758.179 | 69,5 |
| Gás | Natural | 89 | 10.598.502 | 9,47 | 120 | 11.842.985 | 10,58 |
| | Processo | 31 | 1.244.483 | 1,11 | | | |
| Petróleo | Óleo Diesel | 762 | 3.715.894 | 3,32 | 782 | 4.981.088 | 4,45 |
| | Óleo Residual | 20 | 1.265.194 | 1,13 | | | |
| Biomassa | Bagaço de Cana | 268 | 3.889.278 | 3,48 | 329 | 5.251.375 | 4,69 |
| | Licor Negro | 14 | 1.023.798 | 0,92 | | | |
| | Madeira | 32 | 265.017 | 0,24 | | | |
| | Biogás | 8 | 41.874 | 0,04 | | | |
| | Casca de Arroz | 7 | 31.408 | 0,03 | | | |
| Nuclear | | 2 | 2.007.000 | 1,79 | 2 | 2.007.000 | 1,79 |
| Carvão Mineral | Carvão Mineral | 8 | 1.455.104 | 1,3 | 8 | 1.455.104 | 1,3 |
| Eólica | | 33 | 414.480 | 0,37 | 33 | 414.480 | 0,37 |
| Importação | Paraguai | | 5.650.000 | 5,46 | | 8.170.000 | 7,3 |
| | Argentina | | 2.250.000 | 2,17 | | | |
| | Venezuela | | 200.000 | 0,19 | | | |
| | Uruguai | | 70.000 | 0,07 | | | |
| Total | | 2.063 | 111.880.211 | 100 | 2.063 | 111.880.211 | 100 |

Fonte: ANEEL (Matriz de Energia Elétrica – Atualizado em 19/05/2009)

Nos últimos anos a capacidade instalada de geração do parque energético brasileiro experimentou um acréscimo significativo, acumulando entre os anos de 2000 e 2008 um aumento percentual de aproximadamente 42%, conforme demonstra a tabela abaixo:

| Capacidade Instalada de 2000 a 2008 (MW) | |
|--|---------------|
| Ano | Potência (MW) |
| 2000 | 72.299,0 |
| 2001 | 74.876,7 |
| 2002 | 80.314,9 |
| 2003 | 83.807,1 |
| 2004 | 90.678,5 |
| 2005 | 92.865,5 |
| 2006 | 96.294,5 |
| 2007 | 100.352,4 |
| 2008 | 102.609,8 |

Fonte: ANEEL (Resumo Geral das Usinas – Abril/2009)

A Lei do Modelo do Setor Elétrico procurou incentivar a volta dos investimentos no setor. Para o futuro, a ANEEL prevê um aumento da geração de energia total de 21,1GW a partir de usinas entrando em operação entre 2009 e 2013, e mais 13,5GW ainda sem previsão para entrada em operação.

A tabela a seguir ilustra os valores em MW, nos casos abaixo, conforme informações divulgadas pela ANEEL.

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Sem Previsão | Total |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| Não existem restrições para a entrada em operação | 4.925,9 | 4.148,8 | 2.117,5 | 1.600,3 | 859,2 | - | 13.651,7 |
| Existem restrições para entrada em operação | 1.420,0 | 2.388,6 | 1.494,1 | 1.084,9 | 1.050,0 | 3.397,1 | 10.834,7 |
| Existem graves restrições para entrada em operação | 12,5 | - | - | 19,0 | - | 10.105,7 | 10.137,2 |
| | 6.358,4 | 6.537,4 | 3.611,6 | 2.704,2 | 1.909,2 | 13.502,9 | 34.623,6 |

Fonte: ANEEL (Resumo Geral das Usinas – Abril/2009)

Considerando que:

"Não existem restrições para a entrada em operação" significa contrato de concessão assinado, licença ambiental de instalação vigente e obras civis iniciadas e não interrompidas, ou usinas com obras já em andamento.

"Existem restrições para entrada em operação" significa obras não iniciadas e atraso na obtenção das licenças.

"Existem graves restrições para entrada em operação" significa a suspensão do processo de licenciamento ambiental, solicitação de rescisão amigável do contrato de concessão, demandas judiciais, declaração de inviabilidade ambiental do empreendimento e outros.

Transmissão de Energia Elétrica no Brasil

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica dos centros de produção até os centros de consumo é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230kV, que se denomina Rede Básica. A Rede Básica é o conjunto das conexões e instalações de transmissão de energia elétrica integrantes do Sistema Interligado Nacional, relacionados no Anexo I da Resolução ANEEL nº166, de 31 de maio de 2000 e as que vierem a ser declaradas a qualquer tempo ou incluídas como tal pela ANEEL.

As linhas de transmissão no Brasil normalmente são extensas, uma vez que as grandes usinas hidrelétricas estão geralmente situadas a distâncias consideráveis dos centros consumidores de energia. Hoje, o País está quase totalmente interligado. Apenas Amazonas, Roraima, Acre, Amapá, Rondônia e parte do Pará ainda não fazem parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. Nestes Estados, o abastecimento é feito por pequenas usinas termelétricas ou por usinas hidrelétricas situadas próximas às suas capitais.

O sistema interligado de eletrificação permite que as diferentes regiões permutem energia entre si, quando uma delas apresenta queda no nível dos reservatórios. Como o regime de chuvas é diferente nas regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, as linhas de transmissão de mais alta tensão (500kV ou 750kV) possibilitam que os pontos com produção insuficiente de energia sejam abastecidos por centros de geração em situação favorável.

Qualquer agente do setor elétrico que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica. O Consumidor Livre também tem este direito, uma vez atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, que é assegurado em lei e garantido pela ANEEL, e estimula a concorrência nos segmentos de geração e comercialização da energia elétrica.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, que tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do SIN.

No entanto, no ambiente de transição entre os anos de 2002 e 2005, houve redução gradual de 25% ao ano nas quantias de energia contratadas sob os Contratos Iniciais, as geradoras passaram a pagar pelo uso do sistema de transmissão, enquanto as distribuidoras ficaram sujeitas ao pagamento de dois tipos de tarifas de transmissão: (i) as tarifas nodais, associadas a cada ponto de conexão de onde essas distribuidoras demandem potência; e (ii) a tarifa de transmissão associada aos Contratos Iniciais, a ser aplicada à parcela de demanda contratada naquele ambiente. Uma vez que os montantes vinculados aos Contratos Iniciais fossem reduzidos a zero, as geradoras, distribuidoras, comercializadoras de energia e os Consumidores Livres passariam a ter contratos livres de uso da transmissão iguais aos contratos dos agentes que surgiram depois que o livre acesso foi regulado. Nesse ambiente livre, a tarifa nodal de transmissão é calculada com base no uso efetivo que cada acessante faz da Rede Básica.

Em 2007, a Rede Básica contemplava aproximadamente 87.286 km de linhas de transmissão e 202.970 MVA de capacidade de transformação, com um total de 970 transformadores subestações. Os recursos empregados na expansão do sistema de transmissão são resultantes de parcerias estabelecidas entre os setores público e privado desde 1999, quando a ANEEL realizou as primeiras licitações para construção de 765 km de extensão de três novas linhas de transmissão e dezenas de subestações. Os empreendedores pioneiros que venceram a disputa aplicaram cerca de R\$440 milhões nesses empreendimentos.

Para o decênio 2008-2017, a expansão do sistema de transmissão planejada para todo o território nacional totaliza 36.387 km de linhas de transmissão e 71.357 MVA de transformação. Os investimentos previstos para o período são da ordem de R\$39 bilhões, sendo R\$25 bilhões em linhas de transmissão e R\$14 bilhões em subestações.

Do elenco de projetos merecem destaque o sistema de integração das usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, licitadas em 2008. O conjunto é composto por duas estações conversoras, de 400 MW, para suprimento local. Além disso, linhas de transmissão em corrente contínua de cerca de 2.500 km escoarão a energia excedente, cuja configuração consiste de dois bipolos com capacidade de 3.150 MW

Os investimentos em novos projetos na área de transmissão de energia elétrica no Brasil ultrapassarão os R\$3 bilhões até 2013, com a construção de 2,5 mil quilômetros de linhas e 22 subestações. O cenário está previsto no Programa de Expansão de Transmissão – PET, estudo de planejamento elaborado anualmente pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, cujo ciclo 2009-2013 acaba de ser disponibilizado. Os projetos listados no plano deverão ser licitados a partir deste ano. A região Centro-Oeste que concentrará a maior parte dos investimentos, com um total de R\$1.027 bilhão, seguida pelo Sudeste, somando um montante de R\$998 milhões.

Outros destaques do PET 2009-2013

- Acréscimo de cinco linhas de transmissão e três subestações em Goiás, cujos investimentos somarão R\$576,47 milhões (fazendo do estado o líder em volume de recursos a serem investidos no segmento de transmissão no país nos próximos cinco anos, de acordo com o PET 2009-2013).
- Reforço no sistema de transmissão para atendimento ao estado do Espírito Santo, através da LT 500 kV Mesquita – Viana e da LT 230 kV Mascarenhas – Linhares. Os investimentos nos dois empreendimentos chegarão a R\$296,94 milhões.
- Construção de três subestações em Minas Gerais, que juntas receberão R\$245,11 milhões em investimentos.
- Reforço para atendimento a três capitais do Nordeste – Fortaleza, Natal e Salvador – com investimentos de R\$243,86 milhões em quatro novas subestações.

Distribuição de Energia Elétrica

O setor de distribuição de energia elétrica no Brasil é bastante fragmentado, operando com 64 distribuidoras em todo território nacional e destas, as 10 maiores representam 58% da energia vendida no País.

O Governo Federal, por meio do seu Programa Nacional de Desestatização, decidiu pela privatização do setor de distribuição. Antes do Programa Nacional de Desestatização, empresas privadas de distribuição de energia eram responsáveis apenas por 3% (três por cento) da energia vendida no País.

Atualmente, as distribuidoras só podem oferecer seus serviços a clientes cativos dentro de sua área de concessão, sob condições e tarifas reguladas pela ANEEL. Dessa forma, se a distribuidora decidir por praticar algum desconto no valor da tarifa regulada, ela se responsabilizará pelo custo incorrido. Deve-se ainda ser levado em consideração o princípio da isonomia.

A distribuição é efetuada por 64 concessionárias, sendo 27 empresas privadas nacionais, 17 empresas privadas estrangeiras, 5 municipais, 8 estaduais e 7 federais.

Comercialização de Energia Elétrica no Brasil

A atividade de comercialização de energia elétrica compreende a compra e venda de energia elétrica no mercado de livre negociação. Dentre as formas de comercialização, destaca-se a importação de energia elétrica, como forma alternativa para ampliar a oferta de energia no sistema elétrico brasileiro. A comercialização de energia como atividade autônoma está sujeita a um regime competitivo, do qual diversos agentes podem participar, entre os quais as geradoras, atuando no regime de serviço público ou no de produção independente, e os agentes comercializadores e/ou importadoras de energia. Diferentemente da prestação dos serviços de distribuição e transmissão, cujos preços são regulados, na comercialização de energia elétrica os preços são fixados livremente, balizados pelas condições de mercado.

Consumidor Livre

Os primeiros alicerces para a contratação de energia nesta modalidade foram reconhecidos pelo artigo 15 da Lei 9.074/95, o qual estipulou que todos os consumidores com carga maior ou igual a 3 MW, atendidos em tensão maior ou igual a 69 kV, podem optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com qualquer concessionário, permissionário e autorizado, no mesmo sistema interligado (após o ano 2000), ou produtor independente de energia elétrica (após 1995).

Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW também poderão ser atendidos por outros fornecedores de energia, se tais consumidores passarem a ser supridos por fontes incentivadas de energia alternativa, tais como usinas de biomassa, energia eólica, Pequenas Centrais Hidrelétricas ou sistemas de cogeração qualificada.

Desta maneira, consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3MW, em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer tensão, desde que o suprimento tenha se iniciado após 7 de julho de 1995, podendo optar entre: (i) continuar sendo atendido pelo distribuidor local; (ii) comprar energia elétrica diretamente de um produtor independente ou de autoprodutores com excedentes; ou (iii) comprar energia elétrica por meio de um comercializador.

Existem ainda uma categoria de consumidores livres chamada de Consumidores Especiais, que são aqueles com uma demanda igual ou superior a 500 kW, individualmente ou em conjunto, tal que comprem energia proveniente de fontes incentivadas de energia (eólica, PCH, Biomassa).

Uma vez que o consumidor tenha optado pelo Ambiente de Contratação Livre, este somente poderá retornar ao ambiente regulado se notificar seu Distribuidor Local com 5 dias de antecedência ou em um prazo diferente, a critério da Distribuidora. A fim de minimizar os efeitos de perdas resultantes de consumidores que escolhem se tornar consumidores livres, as Distribuidoras podem reduzir o montante de energia contratado junto às geradoras de acordo com o volume de energia que não irão mais distribuir aos consumidores livres.

Referida preocupação de nosso legislador teve o intento de prevenir a reentrada súbita de consumidores livres no mercado da distribuidora, sem que esta esteja preparada para receber uma excessiva demanda de energia, visto que tais consumidores livres são, via de regra, grandes consumidores de energia (eletrointensivos).

A legislação, a princípio, estabeleceu algumas condições e limites mínimos de consumo e tensão para definir quais os consumidores que poderiam fazer a opção para a categoria de Consumidor Livre. Estes limites seriam reduzidos ao longo dos anos, de forma a permitir que, cada vez mais, um número maior de consumidores pudesse fazer a opção desse direito, até chegar o momento em que todos os consumidores, de todas as classes, pudessem escolher quem será seu fornecedor de energia elétrica. Atualmente, a demanda necessária para que os consumidores façam essa opção é de 3MW.

A lei assegurou aos fornecedores e respectivos Consumidores Livres, acesso aos sistemas de distribuição e transmissão de concessionária e permissionária de serviço público, mediante ressarcimento dos encargos de uso da rede elétrica e dos custos de conexão.

A Lei 8.987/1995, chamada "Lei das Concessões", estabelece, dentre outras disposições, as condições que a concessionária deverá cumprir na prestação de serviços de energia elétrica, os direitos dos consumidores de energia elétrica, e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir com o regulamento vigente do setor elétrico.

As empresas ou consórcios que desejam construir e/ou operar instalações para geração hidrelétrica com potência acima de 30 MW, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem participar de processos licitatórios. Empresas ou consórcios que desejem atuar em comercialização, geração hidrelétrica com potência superior a 1 MW e igual ou inferior a 30 MW ou geração térmica devem solicitar permissão ou autorização ao MME ou à ANEEL, conforme o caso. Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia elétrica em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é limitado a 35 anos para novas concessões de geração e 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes poderão ser renovadas a exclusivo critério do Poder Concedente, ainda que a respectiva concessionária tenha cumprido com todas as suas obrigações nos termos dos Contratos de Concessão e solicitada a prorrogação dentro do prazo estabelecido. Assim, não há garantia de que as concessões atualmente outorgadas às respectivas concessionárias, inclusive a Companhia, serão prorrogadas pelo Poder Concedente.

As principais disposições da Lei de Concessões estão descritas de forma resumida, abaixo.

- *Serviço adequado.* A concessionária deve prestar serviço adequado a fim de satisfazer parâmetros de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e acesso ao serviço.
- *Servidões.* O Poder Concedente pode declarar quais são os bens necessários à execução de serviço ou obra pública de necessidade ou utilidade pública, nomeando-os de servidão administrativa, em benefício de uma concessionária. Neste caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária.
- *Responsabilidade Objetiva.* A concessionária é a responsável direta por todos os danos que sejam resultantes da prestação de seus serviços, independentemente de sua culpa.
- *Mudanças no controle societário.* O Poder Concedente deverá aprovar qualquer mudança direta ou indireta no controle societário da concessionária.
- *Intervenção do Poder Concedente.* O Poder Concedente poderá intervir na concessão com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das condições contratuais, obrigações regulamentares e legais pertinentes, caso a concessionária falhe com suas obrigações. No prazo de 30 dias contado da intervenção, um representante do Poder Concedente deverá iniciar um procedimento administrativo no qual é assegurado à concessionária o direito de contestar a intervenção. Durante o prazo do procedimento administrativo, um interventor indicado por decreto do Poder Concedente ficará responsável pela prestação dos serviços objeto da concessão. Caso o procedimento administrativo não seja concluído em 180 dias após a entrada em vigor do decreto, cessa a intervenção e a concessão retorna à concessionária. A administração da concessão também retornará à concessionária caso o interventor decida pela não extinção da concessão e o seu termo contratual ainda não tenha expirado.
- *Extinção antes do Termo Contratual.* A extinção do contrato de concessão poderá ser determinada por meio de encampação e/ou caducidade. Encampação é a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por razões relativas ao interesse público, as quais deverão ser expressamente declaradas por lei autorizativa específica. A caducidade deverá ser declarada pelo Poder Concedente após a ANEEL ou o MME terem expedido um ato normativo indicando: (i) a falha da concessionária em cumprir adequadamente com suas obrigações estipuladas no contrato de concessão; (ii) que a concessionária não tem mais a capacidade técnica, financeira ou econômica de prestar o serviço de forma adequada; ou (iii) que a concessionária não cumpriu as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente. A concessionária tem o direito à ampla defesa no procedimento administrativo que declarar a caducidade da concessão e poderá recorrer judicialmente contra tal ato. A concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados nos bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados. Nos casos de caducidade, deverão ser descontados da indenização os valores das multas contratuais e dos danos por ela causados.

- *Termo contratual.* Quando do advento do termo contratual, todos os bens, direitos e privilégios transferidos à concessionária que sejam materialmente relativos à prestação dos serviços de energia elétrica, serão revertidos ao Poder Concedente. Após o advento do termo contratual, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados em bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados.
- *Penalidades.* A regulamentação da ANEEL prevê a aplicação de sanções e penalidades aos agentes do setor elétrico e classifica as penalidades com base na natureza e na relevância da violação (incluindo advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar em processos de licitação para novas concessões, licenças, autorizações e caducidade). Para cada violação, as multas podem atingir até 2,0% do faturamento da concessionária (deduzido o ICMS), no período de 12 meses imediatamente anterior à notificação de aplicação da sanção. Algumas das infrações que podem resultar em aplicação de multas referem-se à ausência de requerimento, pelo agente, de aprovação da ANEEL, relativos a: (i) celebração de contratos entre partes relacionadas nos casos previstos na regulamentação; (ii) venda ou cessão de bens relacionados aos serviços prestados, bem como a imposição de quaisquer gravames (incluindo qualquer espécie de garantia, caução, fiança, penhor ou hipoteca) sobre a receita dos serviços de energia; ou (iii) alterações no controle do detentor da autorização, permissão ou concessão. No caso de contratos firmados entre partes relacionadas, a agência pode impor, a qualquer tempo, restrições aos seus termos e condições e, em circunstâncias extremas, determinar sua rescisão.

Principais Entidades Regulatórias

Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

Em agosto de 1997, foi criado o CNPE para prestar assessoria ao Presidente da República no tocante ao desenvolvimento e criação da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo Ministro de Minas e Energia, sendo a maioria de seus membros ministros do Governo Federal. O CNPE foi criado com a finalidade de otimizar a utilização dos recursos energéticos do Brasil e assegurar o fornecimento de energia elétrica ao País.

Ministério de Minas e Energia – MME

O MME é o principal órgão do setor energético brasileiro, atuando como Poder Concedente em nome do Governo Federal e tendo como sua principal atribuição o estabelecimento das políticas, diretrizes e da regulamentação do setor. Com a promulgação da Lei do Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando principalmente por intermédio do MME, assumiu certas atribuições anteriormente de responsabilidade da ANEEL, incluindo a elaboração de diretrizes que regem a outorga de concessões e a expedição de normas que regem o processo licitatório para concessões de serviços públicos e instalações de energia elétrica. Entretanto, por meio de Decreto Presidencial, o exercício efetivo de tais atribuições foi delegado à ANEEL.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Respeitada a competência do MME, o setor elétrico brasileiro é regulado também pela ANEEL, autarquia federal autônoma. Com a promulgação da Lei do Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME e com as atribuições a ela delegadas pelo Governo Federal, por meio do MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica; (ii) promulgação de regulamentação para o setor elétrico; (iii) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, incluindo a utilização de energia hidrelétrica; (iv) promoção do processo licitatório para novas concessões; (v) solução de litígios administrativos entre entidades geradoras e compradoras de energia elétrica; (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de distribuição e transmissão; e (v) supervisionar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor multas aplicáveis.

O ONS foi criado em 1998. O ONS é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, formada pelos Consumidores Livres e empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de outros agentes privados, tais como importadores e exportadores. A Lei do Modelo do Setor Elétrico conferiu ao Governo Federal poderes para indicar três membros da Diretoria do ONS. O principal papel do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão no SIN, de acordo com a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e principais responsabilidades do ONS incluem: (i) planejamento da operação da geração e transmissão; (ii) a organização e controle da utilização do SIN e interconexões internacionais; (iii) a garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória a todos os agentes do setor; (iv) o fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico; (v) a apresentação ao MME de propostas de ampliações da Rede Básica (propostas estas que serão levadas em consideração no planejamento da expansão do sistema de transmissão); e (vi) a proposição de normas para operação do sistema de transmissão para posterior aprovação pela ANEEL, e a elaboração de um programa de despacho otimizado com base na disponibilidade declarada pelos agentes geradores.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Em 2004, o Governo Federal editou decreto estabelecendo a regulamentação aplicável à CCEE que, a partir de 10 de novembro de 2004, sucedeu o MAE, absorvendo todas as suas atividades, ativos e passivos.

A CCEE foi criada por força da Lei do Modelo do Setor Elétrico, sob a forma de pessoa jurídica de direito privado e sob a regulação e fiscalização da ANEEL. A finalidade da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN, promovendo, desde que delegado pela ANEEL, os leilões de compra e venda de energia elétrica. A CCEE será responsável: (i) pelo registro de todos os Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e os contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes de potência e energia dos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre – ACL; e (ii) pela contabilização e liquidação dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo, dentre outras atribuições.

A CCEE é integrada pelos concessionários, permissionários e autorizados de serviços de energia elétrica e pelos Consumidores Livres e o seu conselho de administração será composto de cinco membros, sendo quatro indicados pelos referidos agentes e um pelo MME, que ocupa o cargo de presidente.

Em 26 de outubro de 2004, por meio da Resolução Normativa nº 109, a ANEEL instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, que estabelece a estrutura e a forma de funcionamento da CCEE, dispondo, entre outros assuntos, sobre as obrigações e direitos dos agentes da CCEE, a forma de solução dos conflitos, as condições de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado e no ambiente livre e o processo de contabilização e liquidação financeira das operações realizadas no mercado de curto prazo.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Em 16 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou um decreto que criou a EPE e aprovou o seu estatuto social. A EPE é uma empresa pública federal, cuja criação foi autorizada por lei, sendo responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo, gás natural e seus derivados (carvão mineral, fontes energéticas renováveis, dentre outros), bem como na área de eficiência energética. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiam a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

Em agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o decreto que cria o CMSE, que é presidido e coordenado pelo MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional do Petróleo, da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE consistem em: (i) acompanhar as atividades do setor energético; (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica; e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando a manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE.

Lei do Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Modelo do Setor Elétrico promoveu alterações significativas na regulamentação do setor elétrico com vistas a (i) proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade de geração; e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil com tarifas adequadas, por meio de processos licitatórios. As principais modificações introduzidas pela Lei do Modelo do Setor Elétrico incluem:

- a criação de dois ambientes paralelos para a comercialização de energia, sendo (i) um mercado de venda de energia elétrica para distribuidores, de forma a garantir o fornecimento de energia elétrica para consumidores cativos, chamado de Ambiente de Contratação Regulada; e (ii) um mercado especificamente voltado a atividades não reguladas, do qual podem participar os geradores, Consumidores Livres, PIE e agentes comercializadores e que permitirá um certo grau de competição em relação ao Ambiente de Contratação Regulada, qual seja, o Ambiente de Contratação Livre;
- obrigatoriedade, por parte das empresas de distribuição, de adquirir energia suficiente para satisfazer 100% (cem por cento) da sua demanda;
- restrições a determinadas atividades das distribuidoras, que incluir a proibição de venda de eletricidade aos Consumidores Livres a preços não regulamentados e de desenvolver atividades de geração e transmissão de energia elétrica, de forma a assegurar que estas se concentrem somente em sua atividade principal, para garantir serviços mais eficientes e confiáveis aos Consumidores Cativos;
- existência de Garantia Física de Lastro de geração para toda energia comercializada em contratos, sendo que Garantia Física de Lastro é a capacidade declarada de geração de energia declarada pela usina, de geração para toda energia comercializada em contratos;
- proibição das distribuidoras venderem energia a Consumidores Livres a preços não regulamentados e desenvolver atividades de geração ou transmissão de energia elétrica;
- eliminação da auto-contratação (*self-dealing*), de forma a proporcionar um incentivo a que as distribuidoras comprem energia aos mais baixos preços disponíveis, ao invés de comprar energia elétrica de partes relacionadas; e
- respeito aos contratos firmados anteriormente à vigência da Lei do Modelo do Setor Elétrico, de forma a proporcionar estabilidade às transações efetuadas antes da sua promulgação.

A Lei do Modelo do Setor Elétrico também excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do Programa Nacional de Privatização criado pelo Governo Federal em 1990 visando promover o processo de privatização das empresas estatais.

Questionamentos quanto à Constitucionalidade da Lei do Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Modelo do Setor Elétrico tem, atualmente, sua constitucionalidade contestada perante o STF. O Governo Federal recorreu, argumentando inexistir inconstitucionalidades na Lei do Modelo do Setor Elétrico, já que a Medida Provisória que a instituiu foi convertida em lei. Embora os Ministros do STF já tenham negado, por maioria, o pedido de medida liminar que buscava suspender os efeitos da Medida Provisória que deu origem à Lei do Modelo do Setor Elétrico, não há uma decisão final de mérito sobre o assunto e não é possível prever quando tal decisão será expedida. Independentemente da decisão do STF, espera-se que certas disposições da Lei do Modelo do Setor Elétrico relacionadas à proibição de atividades não atinentes à distribuição de energia elétrica pelas distribuidoras, de venda de energia elétrica para Consumidores Livres, e a eliminação do direito à auto-contratação, continuem em vigor.

Se a Lei do Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional em todo ou em parte pelo STF, o marco regulatório introduzido pela Lei do Modelo do Setor Elétrico poderá perder a sua eficácia, gerando incertezas a respeito de quando e como o Governo Federal introduzirá novas mudanças no setor elétrico.

A Desverticalização no Âmbito do Marco Regulatório

A desverticalização no setor de energia elétrica é um processo aplicável às empresas que atuam de forma verticalmente integrada, visando à segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e vem sendo implementada no Brasil desde 1995.

O processo de desverticalização tem como objetivos: (i) preservar a identidade de cada concessão, evitando a contaminação na formação dos custos e da base de remuneração da atividade de serviço público, permitindo a aferição do equilíbrio econômico-financeiro de cada concessão, ensejando a transparência da gestão e permitindo ao mercado e à sociedade o pleno conhecimento dos resultados da concessão; e (ii) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição é possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais há monopólio de rede (transmissão e distribuição).

A Lei do Modelo do Setor Elétrico determina que as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no SIN, não poderão desenvolver atividades: (i) de geração de energia (exceto Geração Distribuída); (ii) de transmissão de energia; (iii) de venda de energia a Consumidores Livres situados fora de sua área de concessão; (iv) de participação em outras sociedades, direta ou indiretamente, ressalvado quando para captação, aplicação e gerência de recursos financeiros necessários a prestação do serviço e quando disposto nos contratos de concessão; ou (v) estranhas ao objeto social, exceto nos casos previsto em lei e nos respectivos contratos de concessão. Tais restrições não se aplicam (i) ao fornecimento de energia a sistemas elétricos isolados; (ii) ao atendimento de seu próprio mercado desde que inferior a 500 GWh/ano; e (iii) na captação, aplicação ou empréstimo destinados à própria distribuidora ou a sociedade do mesmo grupo econômico, mediante prévia anuência da ANEEL.

Da mesma forma, as concessionárias e as autorizadas de geração ou transmissão que atuem no SIN não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.

As concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição, transmissão e de geração de energia elétrica tiveram que se adaptar às regras da referida desverticalização até setembro de 2005. Esse prazo poderia ser prorrogado pela ANEEL, uma única vez, se efetivamente comprovada a impossibilidade do cumprimento das disposições decorrentes de fatores alheios à vontade das concessionárias, permissionárias e autorizadas.

Comercialização de Energia

A comercialização de energia como atividade autônoma está prevista na Lei nº 9.648/98 e no Decreto nº 2.655/98, estando sujeita a um regime competitivo, do qual diversos agentes podem participar, dentre os quais as geradoras, atuando no regime de serviço público ou no de produção independente, as comercializadoras e os importadores de energia.

A comercialização de energia tem por finalidade o abastecimento energético, por meio das distribuidoras de seus consumidores cativos e por meio de geradoras e comercializadoras para os Consumidores Livres, sendo realizada também entre agentes setoriais que não sejam consumidores finais.

De acordo com a Lei do Modelo do Setor Elétrico, no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada, os CCEAR deverão ser celebrados entre cada geradora e todas as concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN, que são obrigadas a oferecer garantias aos geradores. As contratações entre as distribuidoras e empreendimentos de geração existentes prevêm a entrega da energia sempre a partir do ano seguinte ao da respectiva licitação e terão prazos de duração de, no mínimo, 3 e, no máximo, 15 anos. Excepcionalmente, até 2006, foi permitido que as licitações estabelecessem início da entrega de energia em até 5 anos. As contratações entre as distribuidoras e novos empreendimentos de geração prevêm a entrega da energia a partir do 3º ou do 5º ano contado do ano da respectiva licitação e terão prazo de duração de, no mínimo, 15 e, no máximo, 35 anos.

Ambientes para a Comercialização de Energia Elétrica

Nos termos da Lei do Modelo do Setor Elétrico, as negociações envolvendo compra e venda de energia elétrica serão conduzidas, paralelamente, em dois diferentes segmentos de mercado: (i) o Ambiente de Contratação Regulada, que contempla a compra por distribuidoras em leilões públicos para atender aos seus consumidores cativos e (ii) o Ambiente de Contratação Livre, que compreende a compra de energia elétrica por entidades não-reguladas, tais como Consumidores Livres e comercializadoras.

A energia gerada por (i) projetos de baixa capacidade de geração, localizados próximo a centrais de consumo ("Geração Distribuída"); (ii) usinas qualificadas nos termos do PROINFA, conforme definido abaixo; e (iii) Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional ("Itaipu"), não estarão sujeitas a processos de leilão centralizados para o fornecimento de energia no Ambiente de Contratação Regulada.

A energia elétrica gerada por Itaipu é comercializada pela Eletrobrás e os volumes que devem ser comprados por cada distribuidora são determinados compulsoriamente pela ANEEL. Os preços pelos quais a energia gerada por Itaipu é comercializada são denominados em dólares dos Estados Unidos da América, e estabelecidos em conformidade com um tratado firmado entre o Brasil e o Paraguai. Consequentemente, os preços para Itaipu estão sujeitos à variação da taxa de câmbio dólar/real. A variação no preço da energia de Itaipu, no entanto, não impacta os custos da Coelce, uma vez que a mesma não adquire energia de Itaipu.

A aquisição pelas distribuidoras de energia proveniente de processos de Geração Distribuída, fontes eólicas, PCHs devem observar um processo competitivo de chamada pública, que garanta publicidade, transparência e igualdade de acesso.

O Ambiente de Contratação Regulada - ACR

No Ambiente de Contratação Regulada, as empresas de distribuição compram suas necessidades projetadas de energia para a distribuição a seus consumidores cativos, por meio de leilões regulados pela ANEEL e organizados pela CCEE. As compras de energia elétrica são feitas com as geradoras, comercializadoras e importadores de energia elétrica (referidos em conjunto como "Agentes Vendedores") por meio de duas espécies de acordos bilaterais: (i) Contratos de Quantidade de Energia; e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia.

Nos termos de um Contrato de Quantidade de Energia, os Agentes Vendedores se comprometem a fornecer uma determinada quantidade de energia e assumem o risco no caso de o fornecimento ser afetado por condições hidrológicas e baixos níveis de reservatórios, entre outros fatores que poderão afetar ou diminuir o fornecimento de energia, e neste caso terão que comprar a energia no mercado, de forma a cumprir seus compromissos de fornecimento.

De outra forma, nos termos de um Contrato de Disponibilidade de Energia, a unidade geradora se compromete a disponibilizar uma determinada capacidade ao Ambiente de Contratação Regulada. Neste caso, a receita da geradora é garantida e o risco hidrológico de despacho de tais usinas (pagamento de custos variáveis) é assumido pela distribuidora. Em conjunto, estes contratos constituem o CCEAR.

Nos termos da Lei do Modelo do Setor Elétrico, a estimativa de demanda por parte das distribuidoras é o principal fator levado em conta quando da determinação da quantidade de energia que o sistema como um todo deverá contratar. De acordo com o modelo, as distribuidoras são obrigadas a contratar 100% de suas necessidades de energia, ao invés dos 95% exigidos pelo modelo antigo. A insuficiência de energia para suprir todo o mercado é verificada no processo de contabilização da CCEE e pode resultar em penalidades às distribuidoras.

As distribuidoras de energia têm o direito de repassar a seus consumidores os custos relacionados à energia adquirida por meio de leilões, bem como quaisquer tributos e encargos setoriais relativos aos leilões. Nesse repasse, determinados desvios de volumes para maior e para menor são admitidos em virtude da impossibilidade das distribuidoras de declararem montantes exatos e com antecedência em relação à sua demanda de energia elétrica para um determinado período.

De acordo com a Lei do Modelo do Setor Elétrico, no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada, os CCEAR deverão ser celebrados entre cada Agente Vendedor e todas as concessionárias e permissionárias de distribuição que participaram de um determinado leilão, sendo estas obrigadas a oferecer garantias às geradoras. As contratações entre as distribuidoras e empreendimentos de geração existentes poderão prever entrega da energia a partir do ano seguinte ao da respectiva licitação e terão prazos de duração de, no mínimo, 3 e, no máximo, 15 anos. As contratações entre as distribuidoras e novos empreendimentos de geração poderão prever entrega da energia a partir do 3º ou do 5º ano contado do ano da respectiva licitação e terão prazo de duração de, no mínimo, 15 e, no máximo, 35 anos. A regulamentação da contratação de energia no Ambiente de Contratação Regulada deverá prever, ainda, condições e limites para repasse do custo de aquisição de energia elétrica para os consumidores finais, bem como o compartilhamento dos riscos hidrológicos entre geradoras e compradores.

Com relação à outorga de novas concessões, os regulamentos recém promulgados exigem que as licitações para novas instalações de geração hidrelétrica indiquem, entre outras coisas, a porcentagem mínima de energia elétrica a ser fornecida ao ACR.

Redução Compulsória no Consumo

A Lei do Modelo do Setor Elétrico estabelece que, em uma situação na qual o Governo Federal venha a decretar a redução compulsória do consumo de energia em determinada região, todos os Contratos de Quantidade de Energia no Ambiente de Contratação Regulada, registrados pela CCEE, deverão ter seus respectivos volumes reajustados na mesma proporção da redução do consumo.

O Ambiente de Contratação Livre - ACL

No Ambiente de Contratação Livre é realizada a venda de energia entre concessionárias de geração, PIE, Autoprodutores, comercializadoras de energia elétrica, importadores de energia e Consumidores Livres. O Ambiente de Contratação Livre também inclui contratos bilaterais existentes entre geradoras e distribuidoras até a sua respectiva expiração, quando deverão ser celebrados nos termos das diretrizes da Lei do Modelo do Setor Elétrico.

Consumidores Livres são aqueles cuja demanda supere 3 MW ao ano, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV ou em qualquer tensão (desde que o suprimento tenha sido iniciado após 7 de julho de 1995), e que, em virtude desse critério de elegibilidade, podem ser atendidos por outros fornecedores, além da distribuidora local. Adicionalmente, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW também poderão ser atendidos por outros fornecedores de energia, se tais consumidores passarem a ser supridos por fontes incentivadas de energia alternativa, tais como usinas de biomassa, energia eólica, PCHs ou sistemas de co-geração qualificada.

Um consumidor que esteja habilitado para escolher seu fornecedor, no caso, um Consumidor Livre, e que tenha um contrato por prazo indeterminado com uma distribuidora, somente poderá rescindir tal contrato mediante notificação à distribuidora, com antecedência mínima de 15 dias da data em que tal distribuidora deverá declarar suas necessidades de energia para o leilão seguinte, ressalvado que o fornecimento no Ambiente de Contratação Livre só será iniciado no ano seguinte ao da notificação.

O Consumidor Livre em potencial, quando exerce a sua prerrogativa de se tornar livre, somente poderá retornar ao ACR mediante o envio de notificação à distribuidora local com antecedência de 5 anos, podendo a distribuidora aceitar prazo inferior a seu exclusivo critério. O prazo de aviso tem por finalidade assegurar que, se necessária, a construção de novas unidades geradoras possa ser finalizada para suprir os Consumidores Livres que voltarem ao Ambiente de Contratação Regulada.

A fim de minimizar os efeitos de perdas resultantes de consumidores que escolhem se tornar Consumidores Livres, as distribuidoras podem reduzir o montante de energia contratado junto às geradoras de acordo com o volume de energia que não será distribuído aos Consumidores Livres. As geradoras estatais, poderão vender energia elétrica aos Consumidores Livres, contudo estas unidades deverão fazê-lo por meio de processos públicos que garantam a transparência e igualdade de acesso aos interessados.

Eliminação da Auto-Contratação (Self-Dealing)

Tendo em vista que a compra de energia elétrica para distribuição a consumidores cativos é efetuada no ACR, a autorização para as distribuidoras comprarem até 30% de suas necessidades de energia elétrica contratando energia elétrica adquirida de partes relacionadas não é mais permitida (*self-dealing*), exceto no contexto de contratos devidamente aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Modelo do Setor Elétrico. As distribuidoras podem, no entanto, comprar energia elétrica de partes relacionadas, quando participarem dos processos licitatórios para compra de energia elétrica no ACR e a geradora vencedora da licitação for uma parte relacionada da distribuidora.

Compras de Energia Elétrica conforme a Lei do Modelo do Setor Elétrico

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal instituiu a regulamentação que rege a compra e a venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada e no Ambiente de Contratação Livre, e disciplina as autorizações e concessões para projetos de geração de energia, incluindo regras relacionadas aos procedimentos de leilões e ofertas, a forma dos contratos de compra de energia e o método de repasse aos consumidores finais, entre outros.

Dentre as principais regras destaca-se a obrigatoriedade de: (i) todo agente consumidor de energia elétrica contratar a totalidade de sua carga; e (ii) todo agente vendedor de energia elétrica apresentar o correspondente lastro físico para a venda de energia (mediante Energia Assegurada por empreendimento de geração próprio ou de terceiros). Os agentes que descumprirem esta obrigação ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL.

As regras sobre a comercialização de energia elétrica no ACR estabelecidas pela referida norma dizem respeito à forma pela qual as distribuidoras devem cumprir a obrigação de atender à totalidade de seu mercado, principalmente por meio dos leilões de compra de energia. Caberá ao MME a definição do montante total de energia a ser contratado no ACR e a relação de empreendimentos de geração aptos a integrar os leilões a cada ano.

Em linhas gerais, a partir de 2005, todo agente de distribuição, gerador, comercializador, autoprodutor ou Consumidor Livre deve declarar ao MME, até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, para cada um dos cinco anos subsequentes. Cada agente de distribuição deve declarar, até sessenta dias antes de cada leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes ou de energia proveniente de novos empreendimentos, os montantes de energia que deve contratar nos leilões. Além disto, as distribuidoras devem especificar a parcela de contratação que pretendem dedicar ao atendimento a consumidores potencialmente livres, quais sejam, aqueles que apresentam os requisitos para se tornarem consumidores livres, mas ainda não exerceram essa opção.

Os leilões de compra, pelas distribuidoras, de energia proveniente de novos empreendimentos de geração têm ocorrido: (i) cinco anos antes do início da entrega da energia (denominados leilões "A-5"); e (ii) três anos antes do início da entrega (denominados leilões "A-3"). Haverá, ainda, leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes realizados no ano anterior ao de início da entrega da energia (leilões "A-1") e para ajustes de mercado, com início de entrega em até 4 meses posteriores ao respectivo leilão. Os editais dos leilões são elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, especialmente no que diz respeito à utilização do critério de menor tarifa no julgamento.

Os vencedores de cada leilão de energia realizado no ACR devem firmar os CCEAR com cada distribuidora, em proporção às respectivas declarações de necessidade das distribuidoras. A única exceção a esta regra se refere ao leilão de ajuste, no qual os contratos são específicos entre agente vendedor e agente de distribuição interessado. Os CCEAR provenientes dos leilões "A-5" ou "A-3" terão prazo de 15 a 30 anos, enquanto que os CCEAR provenientes dos leilões "A-1" terão prazo de 5 a 15 anos. Os contratos provenientes do leilão de ajuste terão prazo máximo de dois anos.

Para os CCEAR decorrentes de leilões de energia proveniente de empreendimentos de geração existentes, há três possibilidades de redução das quantidades contratadas, quais sejam: (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente, livres do Ambiente de Contratação Regulada; (ii) redução, a critério da distribuidora, de até 4% ao ano do montante anual contratado para adaptar-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à respectiva compra; e (iii) adaptação às variações de montantes de energia estipuladas nos contratos de geração firmados antes de 17 de março de 2004, desde que previstas anteriormente a tal data ou relativas a ampliações de PCHs.

No que se refere ao repasse dos custos de aquisição de energia elétrica dos leilões às tarifas dos consumidores finais, foi criado o valor de referência anual ("Valor de Referência Anual"), que é uma média ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrentes dos leilões "A-5" e "A-3", calculado para o conjunto de todas as distribuidoras, o qual será o limite máximo para repasse dos custos de aquisição de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões de ajuste e para a contratação de geração distribuída.

O Valor de Referência Anual é um estímulo para que as distribuidoras façam a aquisição das suas necessidades de energia elétrica nos leilões "A-5", cujo custo de aquisição é, teoricamente, inferior ao da energia contratada nos leilões "A-3" e o Valor de Referência Anual é aplicado como limite de repasse às tarifas dos consumidores nos três primeiros anos de vigência dos contratos de energia provenientes de novos empreendimentos. A partir do quarto ano, os custos individuais de aquisição são repassados integralmente. Há de se ressaltar a existência das seguintes limitações ao repasse dos custos de aquisição de energia pelas distribuidoras:

- impossibilidade de repasse dos custos referentes à contratação de energia elétrica correspondente a mais de 103% de sua demanda real, com o objetivo de incentivar as distribuidoras a sobre-contratarem e, admitindo o nível de incerteza na previsão de suas necessidades, o MME estabeleceu que as distribuidoras terão o direito de repassar integralmente a seus respectivos consumidores os custos relacionados à energia elétrica por elas adquirida, inclusive a um nível de sobre-contratação de até 103%;
- quando a contratação ocorrer em um leilão "A-3" e a contratação exceder em 2% a demanda, o direito de repasse deste excedente estará limitado ao menor dentre os custos de contratação relativos aos leilões "A-5" e "A-3";
- caso a aquisição de energia proveniente de empreendimento existente seja menor que o limite inferior de contratação – correspondente a 96% da quantidade de energia elétrica dos contratos que se extinguirem no ano dos leilões, subtraídas eventuais reduções, o repasse do custo de aquisição de energia proveniente de novos empreendimentos correspondente a esse valor não contratado será limitado por um redutor;
- no período compreendido entre 2005 e 2008, a contratação de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões "A-1" não poderá exceder a 1% da demanda das distribuidoras, observado que o repasse do custo referente à parcela que exceder este limite estará limitado a 70% do valor médio do custo de aquisição de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes para entrega a partir de 2005 até 2008;
- O MME definirá o preço máximo de aquisição de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes;
- caso as distribuidoras não atendam a obrigação de contratar a totalidade da sua necessidade no ano civil, a energia elétrica adquirida no mercado de curto prazo será repassada aos consumidores ao menor valor entre o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) e o Valor de Referência Anual, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Outra opção de gerenciar os riscos de desvios de mercado é o Mecanismo de Sobras e Déficits (MCSD) no qual as distribuidoras podem trocar contratos a preço de custo. Neste mecanismo as distribuidoras deficitárias poderão absorver: (i) CCEAR de energia existente associados prioritariamente a redução de CCEAR por distribuidoras que tiverem saída de consumidores para o mercado livre; (ii) redução de CCEAR por distribuidoras que tiverem novos contratos bilaterais iniciando, desde que firmados antes da Lei do Modelo do Setor Elétrico ou relativos à ampliação de PCHs; e (iii) redução de CCEAR por distribuidoras que apresentaram variação de mercado acima do previsto. Também está previsto a modalidade de MCSD após o final do ano, momento em que as distribuidoras deficitárias cederiam contratos, a preço de custo, àquelas que estejam com déficit, sem causar perdas para as cedentes.

Leilões de Energia já realizados nos termos da Lei do Modelo do Setor Elétrico

Leilões de Energia Existente

Entende-se por energia existente a energia elétrica produzida por empreendimentos de geração que não sejam classificados como empreendimentos de geração de energia nova, conforme descrito no item abaixo.

- 1º Leilão de Energia Existente

Em 7 de dezembro de 2004, foi realizado o 1º leilão de energia existente, com preços médios de R\$57,51/MWh para entrega de energia entre 2005 e 2012, R\$67,33/MWh para energia entregue entre 2006 e 2013 e R\$75,46/MWh para energia entregue entre 2007 e 2014. O volume de energia vendido foi de 9.054 MW médios para entrega entre 2005 e 2012, 6.782 MW médios para entrega entre 2006 e 2013 e 1.172 MW médios para entrega entre 2007 e 2014.

- 2º Leilão de Energia Existente

Nos dias 2 e 3 de abril de 2005, foi realizado o 2º leilão de energia existente, de acordo com a Lei do Modelo do Setor Elétrico. Foi vendido no leilão um total de 1.325MW médios, correspondente a apenas 23% da energia inicialmente prevista pelo MME para 2008. Tal energia foi vendida a um preço médio de R\$83,13/MWh. A energia que seria vendida para entrega em 2009 foi automaticamente excluída do leilão, em conformidade com as regras estabelecidas pelo MME, tendo em vista que o preço para tal produto, durante o leilão, ficou abaixo das expectativas de mercado, resultando na retirada das ofertas por parte das geradoras.

- 3º e 4º Leilões de Energia Existente

Em 11 de outubro de 2005, foram realizados o 3º e 4º leilões de energia existente, com preços médios de R\$63,00/MWh para entrega de energia entre 2006 e 2008 e R\$95,00/MWh para entrega de energia entre 2009 e 2016. Os volumes de energia vendidos foram de 102MW médios para entrega entre 2006 e 2008 e de 1.166MW médios para entrega entre 2009 e 2016.

- 5º Leilão de Energia Existente

Em 14 de dezembro de 2006, foi realizado o 5º leilão de energia existente, com preço médio de R\$104,74/MWh para entrega de energia entre 2007 e 2015. O volume de energia vendido foi de 204 MW médios para entrega entre 2007 e 2015.

- 6º Leilão de Energia Existente

Em 06 de dezembro de 2007, haveria o 6º leilão de energia existente, no entanto, este não foi realizado pois não houve oferta de energia.

- 7º Leilão de Energia Existente

Em 28 de novembro de 2008, haveria o 7º leilão de energia existente, no entanto, este não foi realizado porque os vendedores não apresentaram Garantia Financeira.

Leilões de Energia Nova

Entende-se por energia nova a energia elétrica produzida por empreendimentos de geração que até a data de publicação do respectivo edital de leilão (i) não sejam detentores de concessão, permissão ou autorização; ou (ii) sejam parte de empreendimento existente que venha a ser objeto de ampliação, restrito ao acréscimo da sua capacidade instalada.

- 1º Leilão de Energia Nova

Em 16 de dezembro de 2005, foi realizado o 1º leilão de energia nova. O resultado foi a comercialização de um total de 3.284MW médios por meio de contratos com duração de 30 anos para os empreendimentos hidrelétricos e de 15 anos para os empreendimentos termelétricos. No primeiro leilão de energia nova, 64% dos participantes foram empresas do setor público, tendo a Petrobras representado 38% e a Eletrobrás 20%. Somente 855MW médios negociados referem-se aos novos empreendimentos que não tinham concessão ou autorização previamente outorgadas pela ANEEL. Desses 855MW médios, somente 29% refere-se a investimentos do setor privado. Um dos fatores que contribuiu para a baixa participação de investidores privados foi o preço mínimo estipulado pelo Governo Federal para a contratação de energia hidrelétrica: R\$116,00/MWh. Tal valor foi considerado insuficiente para o retorno do investimento em praticamente todos os empreendimentos, segundo os investidores.

- 2º Leilão de Energia Nova

Em 29 de junho de 2006, foi realizado o 2º leilão de energia nova. Este leilão teve energia proveniente de dois tipos de fontes geradoras: Hidrelétrica e Termoelétrica. O primeiro teve o preço médio negociado em R\$126,77/MWh e um volume vendido de 1.028 MW médios para início de suprimento em 2009 e com 30 anos de duração. O segundo teve o preço médio negociado em R\$132,39/MWh e um volume vendido de 654 MW médios para início de suprimento em 2009 e com 15 anos de duração.

- 3º Leilão de Energia Nova

Em 10 de outubro de 2006, foi realizado o 3º leilão de energia nova. Este leilão teve energia proveniente de dois tipos de fontes geradoras: Hidrelétrica e Termoelétrica. O primeiro teve o preço médio negociado em R\$120,86/MWh e um volume vendido de 569 MW médios para início de suprimento em 2011 e com 30 anos de duração. O segundo teve o preço médio negociado em R\$137,44/MWh e um volume vendido de 535 MW médios para início de suprimento em 2011 e com 15 anos de duração.

- 4º Leilão de Energia Nova

Em 26 de julho de 2007, foi realizado o 4º leilão de energia nova. Este leilão foi de energia proveniente de Termoelétrica. O preço médio negociado foi de R\$134,67/MWh e um volume vendido de 1.034 MW médios para início de suprimento em 2010 e com 15 anos de duração.

- 5º Leilão de Energia Nova

Em 16 de outubro de 2007, foi realizado o 5º leilão de energia nova. Este leilão teve energia de Hidrelétricas e Termoelétricas. O primeiro teve o preço médio negociado em R\$129,14/MWh e um volume vendido de 715 MW médios para início de suprimento em 2012 e com 30 anos de duração. O segundo teve o preço médio negociado em R\$128,37/MWh e um volume vendido de 1.597 MW médios para início de suprimento em 2012 e com 15 anos de duração.

- 6º Leilão de Energia Nova

Em 17 de setembro de 2008, foi realizado o 6º leilão de energia nova. Este leilão foi de energia proveniente de Outras Fontes. O preço médio negociado foi de R\$128,42/MWh e um volume vendido de 1.076 MW médios para início de suprimento em 2011 e com 15 anos de duração.

- 7º Leilão de Energia Nova

Em 30 de setembro de 2008, foi realizado o 7º leilão de energia nova, com preço médio de R\$141,78/MWh para início de suprimento em janeiro de 2013. O volume de energia vendido foi de 3.125 MW médios com prazo de duração de 15 (hidrelétricas) a 30 (Outras fontes) anos.

Leilões de Ajuste

Os Leilões de Ajuste são realizados para possibilitar a complementação, pelos referidos agentes, do montante de energia elétrica necessário para o atendimento à totalidade de suas cargas. Em tal modalidade, os leilões têm prazo de suprimento de até dois anos e o montante total de energia contratado nos mesmos não poderá exceder a 1% da carga total contratada de cada agente de distribuição, exceto nos anos de 2008 e 2009, quando este limite de contratação será de 5%.

- 1º Leilão de Ajuste

Em 31 de agosto de 2005 haveria o 1º leilão de ajuste, mas este não foi realizado por ausência de comprador.

- 2º Leilão de Ajuste

Em 01 de junho de 2006, foi realizado o 2º leilão de ajuste, com preço médio de R\$29,12/MWh (para contratos de 03 meses) e R\$34,39 /MWh (para contratos de 06 meses). O volume de energia vendido foi de 17,5 MW médios para início de suprimento em 01 de julho de 2006 com prazo de 3 (três) a 6 (seis) meses de duração.

- 3º Leilão de Ajuste

Em 29 de outubro de 2006, foi realizado o 3º leilão de ajuste, com preço médio de R\$75,96/MWh. O volume de energia vendido foi de 10 MW médios com prazo de 3 (três) meses de duração.

- 4º Leilão de Ajuste

Em 29 de Março de 2007, foi realizado o 4º leilão de ajuste, com preço médio de R\$53,93/MWh. O volume de energia vendido foi de 189 MW médios com prazo de 04 a 09 meses de duração.

- 5º Leilão de Ajuste

Em 28 de junho 2007, seria realizado o 5º leilão de ajuste, mas este não foi realizado por ausência de proponentes (vendedores).

- 6º Leilão de Ajuste

Em 27 de setembro de 2007, foi realizado o 6º leilão de ajuste, com preço médio de R\$138,24/MWh para entrega de energia entre outubro de 2007 a janeiro de 2008. O volume de energia vendido foi de 477 MW médios com prazo de 3 (três) a 12 (doze) meses de duração.

- 7º Leilão de Ajuste

Em 19 de junho de 2008, foi realizado o 7º leilão de ajuste, com preço médio de R\$140,21/MWh para entrega de energia entre julho e outubro de 2008. O volume de energia vendido foi de 109 MW médios com prazo de 3 (três) a 6 (seis) meses de duração.

- 8º Leilão de Ajuste

Em 23 de setembro de 2008, foi realizado o 8º leilão de ajuste, com preço médio de R\$164,55/MWh para entrega de energia entre outubro de 2008 e janeiro de 2009. O volume de energia vendido foi de 233 MW médios com prazo de 3 (três) a 6 (seis) meses de duração.

- 9º Leilão de Ajuste

Em 20 de fevereiro de 2009, foi realizado o 9º leilão de ajuste, com preço médio de R\$145,67/MWh para entrega de energia entre março a junho de 2009. O volume de energia vendido foi de 1.536 MW médios com prazo de 4 (quatro) a 10 (dez) meses de duração.

- 1º Leilão de Fontes Alternativas

Em 18 de junho de 2007, foi realizado o 1º leilão de fontes alternativas, com preço médio de R\$137,32/MWh para início de entrega de energia em 1º de janeiro de 2010. O volume de energia vendido foi de 186 MW médios. A duração do contrato é de 30 anos para Empreendimentos Hidrelétricos e 15 anos para outras fontes.

Leilão UHE Santo Antônio

Em 10 de dezembro de 2007, foi realizado o leilão de venda da energia da UHE Santo Antônio, comercializado ao preço de R\$78,87/MWh para entrega de energia a partir de janeiro de 2012.

Leilão UHE Jirau

Em 19 de maio de 2008, foi realizado o leilão de venda da energia da UHE Jirau, comercializada ao preço de R\$71,37/MWh para entrega de energia a partir de janeiro de 2013.

Contratos celebrados anteriormente à Lei do Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Modelo do Setor Elétrico expressamente determina que os contratos celebrados pelas distribuidoras de energia elétrica e aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados para refletir qualquer prorrogação de seus prazos, aumento de preços ou quantidades de energia elétrica já contratadas, com exceção dos Contratos Iniciais, conforme descrito abaixo.

Durante o período de transição para o mercado de energia elétrica livre e competitivo (1998-2005), estabelecido pela Lei do Setor Elétrico, as compras e vendas de energia elétrica entre concessionárias geradoras e distribuidoras ocorreram por meio dos Contratos Iniciais. O objetivo do período de transição foi permitir a introdução gradual da concorrência no setor e proteger os agentes do mercado contra exposição a potencial volatilidade de preços do mercado de curto prazo.

De acordo com a Lei do Setor Elétrico, desde o ano de 2002 até o ano de 2005, a energia elétrica contratada sob os Contratos Iniciais foi sendo reduzida em 25% a cada ano, partir de 2003. As geradoras têm permissão para comercializar sua energia elétrica excedente não contratada no ACR ou no ACL, podendo realizar leilões públicos para comercializar qualquer quantidade não contratada com Consumidores Livres ou comercializadoras de energia elétrica. Quando do término dos Contratos Iniciais, em 31 de dezembro de 2005, toda a energia elétrica passaria a ser negociada no ACR ou no ACL. Contudo, a Lei do Modelo do Setor Elétrico permitiu que geradoras públicas alterassem os Contratos Iniciais que estivessem em pleno vigor em março de 2004, recontratando suprimento até 31 de dezembro de 2004. As empresas públicas de geração que aditaram seus Contratos Iniciais não foram obrigadas a reduzir em 25% o montante de energia comprometido, de acordo com tais contratos.

Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica

A tarifa média de fornecimento no Brasil tende a ter seu valor mais baixo se comparado a outros países, em razão de haver no Brasil um parque de geração de energia predominantemente hidráulico, cabendo destacar o potencial brasileiro de energia renovável a ser explorado.

O mecanismo de controle tarifário foi, historicamente, uma forma de incentivar a substituição de outras fontes de energia pela hidrelétrica. No entanto, as altas taxas de juros e o uso das tarifas como instrumento de controle inflacionário, iniciado na década de 80, reduziram o incentivo a investir em geração, tornando iminente a possibilidade de um racionamento.

Após a criação da ANEEL, em 1997, a agência passou a regular as tarifas praticadas pelas distribuidoras, tendo por base seu Contrato de Concessão que estabelece, dentre outros, as tarifas a serem praticadas e os respectivos critérios de reajuste/revisão destas tarifas. Nesse ambiente regulatório, a tarifa é diferenciada de acordo com o tipo de consumidor (classe de consumo) e a tensão do fornecimento (grupo/subgrupo).

Reajustes e Revisões Tarifárias

Os valores das tarifas de energia elétrica (uso da rede e fornecimento) são reajustados anualmente pela ANEEL ("Reajuste Tarifário Periódico"), a cada 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos ("Revisão Tarifária Periódica"), dependendo do contrato de concessão e, por fim, podem ser revistos em caráter extraordinário ("Revisão Extraordinária").

A ANEEL divide a receita das concessionárias de distribuição em duas parcelas correspondentes aos seguintes custos: (i) custos não-gerenciáveis pela distribuidora, chamados custos da Parcela A; e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora, ou custos da Parcela B.

Os custos da Parcela A incluem, os seguintes itens:

- custos de aquisição de energia elétrica obtidos dos leilões públicos promovidos pela ANEEL;
- custos de aquisição de energia elétrica de Itaipu (apenas nas concessionárias que adquirem energia da usina de Itaipu);
- custos de aquisição de energia elétrica, conforme contratos bilaterais negociados livremente entre as partes;
- custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição; e
- encargos setoriais: CCC, CDE, RGR, TFSEE, PROINFA, ONS, ESS.

O repasse do custo de aquisição de energia elétrica sob contratos de fornecimento celebrados antes da vigência da Lei do Modelo do Setor Elétrico às tarifas está sujeito a um limite máximo baseado no Valor Normativo estabelecido pela ANEEL para cada fonte de energia (tais como energia hidrelétrica, energia termelétrica ou fontes alternativas de energia). O Valor Normativo é reajustado anualmente para refletir aumentos nos custos incorridos pelas geradoras. Este reajuste leva em consideração: (i) a inflação; (ii) os custos incorridos em moeda estrangeira (dólar e inflação americana); e (iii) os custos de combustível (tal como gás natural). Os custos incorridos em moeda estrangeira não podem ultrapassar 25% dos custos das geradoras.

A Parcela B compreende os custos que estão sob o controle das concessionárias (custos operacionais, remuneração do capital e quota de reintegração regulatória), principalmente os custos operacionais. A cada reajuste, a Parcela B é obtida como resultado da subtração da Parcela A da Receita total auferida no período de Referência, que é definido como o período transcorrido entre o último reajuste e o que está em processamento, ou seja, a Parcela B é obtida residualmente.

O Reajuste Anual das tarifas baseia-se em uma fórmula paramétrica, definida no Contrato de Concessão. Nele, os custos da Parcela A são integralmente repassados às tarifas. Em outubro de 2001, foi criado o mecanismo da "Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A" (CVA), para compensação das variações de valores de itens dos custos não gerenciáveis ocorridas entre reajustes tarifários anuais das distribuidoras de energia. A CVA é contabilizada no balanço patrimonial das distribuidoras e o seu saldo corrigido mensalmente pela taxa de juros Selic, podendo ser um ativo ou passivo regulatório. Na data do reajuste anual, se o saldo da CVA indicar um direito a receber para a distribuidora, a ANEEL deverá homologar o respectivo acréscimo para as tarifas. Se o saldo da CVA indicar uma obrigação a ressarcir o consumidor, a ANEEL deverá homologar o respectivo decréscimo para as tarifas.

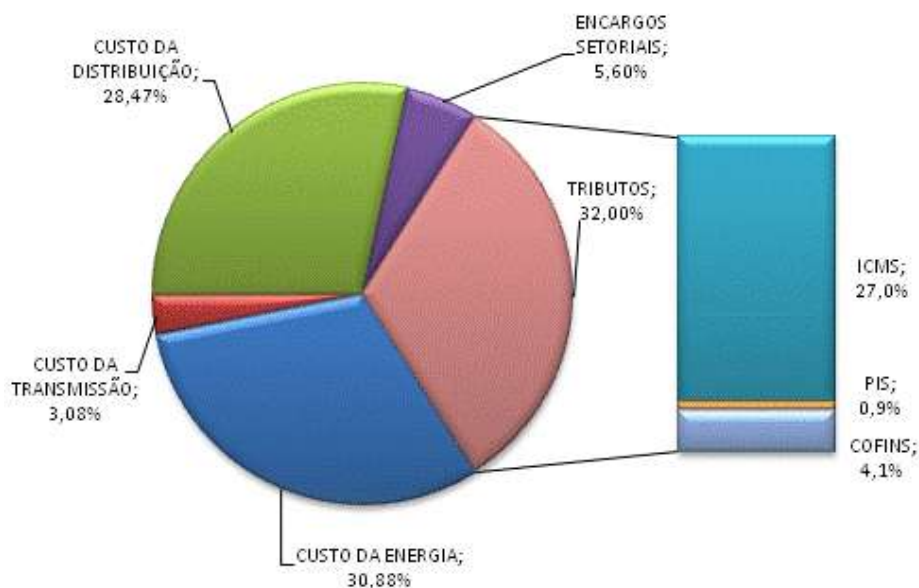
A Revisão Tarifária Periódica ocorre a cada 4 ou 5 anos (cada contrato de concessão tem um período distinto). Essas revisões são realizadas pela ANEEL tendo como princípios: as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas.

Desta forma, nos processos de Revisão Tarifária Periódica implementados pela ANEEL, todos os custos da Parcela B são recalculados com vistas a assegurar que a Parcela B seja suficiente para: (i) a cobertura dos custos operacionais eficientes; (ii) a remuneração adequada dos investimentos prudentes considerados essenciais aos serviços objeto da concessão de cada distribuidora; e (iii) determinar o fator X.

O fator X, podendo ser negativo ou positivo, é utilizado para ajustar o IGP-M empregado nos reajustes anuais subsequentes. É definido com base em três componentes: (a) ganhos previstos de produtividade proveniente de aumento de escala; (b) avaliações por parte de consumidores (verificadas pela ANEEL); e (c) custos de mão-de-obra. Por conseguinte, quando da conclusão de cada reajuste tarifário, a aplicação do fator X faz com que as distribuidoras compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais.

Ademais, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica têm direito a Revisão Tarifária Extraordinária, caso a caso, de maneira a assegurar o equilíbrio financeiro de seus contratos de concessão e a compensação por custos imprevistos que modifiquem de maneira significativa sua estrutura de custos.

Abaixo segue o detalhe da alocação dos referidos custos, segundo disposição média do setor, em uma conta de luz, que chega ao consumidor final, no valor de R\$100,00. Destaca-se que a distribuidora é o Agente arrecadador de todo o sistema.



Fonte: Coelce

Encargos Tarifários

Encargo de Energia de Reserva – EER

São os custos decorrentes da contratação da energia de reserva que serão pagos mensalmente por todos os usuários finais de energia elétrica do SIN, incluindo consumidores livres e autoprodutores, por intermédio de EER, que corresponde a aluguel a ser pago a usinas por estas apresentarem disponibilidade de geração.

Reserva Global de Reversão - RGR

As companhias distribuidoras de energia elétrica são indenizadas por certos ativos utilizados em razão das concessões na hipótese de a concessão ser revogada ou deixar de ser renovada. Por meio da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, o Congresso Nacional criou a RGR, um fundo de reserva destinado a prover recursos especificamente para esta indenização. Em fevereiro de 1999, a ANEEL revisou a cobrança da quota da RGR, que atualmente exige que companhias de eletricidade do setor público façam recolhimentos mensais à RGR a uma taxa anual equivalente a 2,5% do ativo imobilizado líquido em operação no exercício, respeitado o limite máximo equivalente a 3% da receita operacional total deste exercício. Nos últimos anos, o Fundo RGR tem sido usado principalmente para financiar projetos de geração e distribuição. A Lei nº 10.438/02 previu a expiração da RGR em 2010, o que resultará em diminuição da tarifa para os consumidores.

Fundo de Uso de Bem Público

O Governo Federal também impôs um encargo aos PIE que se utilizam de recursos hídricos (com exceção das PCHs), o chamado Fundo de Uso de Bem Público, muito similar à RGR, calculado anualmente pela ANEEL com base no uso do bem público por cada Produtor Independente de Energia e pago mensalmente. Os Produtores Independentes de Energia estão obrigados a fazer contribuição ao Fundo de Uso de Bem Público, a partir de uma data estipulada até o final do prazo da concessão. A Eletrobrás recebeu os pagamentos deste fundo até 31 de dezembro de 2002, a partir de quando os pagamentos passaram a ser feitos para o MME. Todos os pagamentos subsequentes foram efetuados diretamente ao Governo Federal.

Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, criada em 1973, arrecada recursos junto às concessionárias de energia elétrica do sistema interligado para cobrir os custos de aquisição de óleo diesel em usinas térmicas dos sistemas isolados.

Os recursos da CCC são administrados pela Eletrobrás. O papel da ANEEL é o de fixar os valores das cotas anuais da CCC que são recolhidos nas contas de luz pelas distribuidoras de energia elétrica. As contribuições anuais são calculadas com base em estimativas do custo de combustível necessário às usinas térmicas para o ano subsequente.

O CCC incide, ainda, sobre as parcelas de energia consumida ou comercializada com o consumidor final por produtor independente que opere na modalidade integrada no sistema em que estiver conectado, bem como nos sistemas isolados.

Em fevereiro de 1998, o Governo Federal estabeleceu a eliminação gradual da CCC. Os subsídios da CCC foram extintos no decorrer do período de 2003 a 2006, em relação a usinas termelétricas construídas antes de fevereiro de 1998 e, atualmente, pertencentes ao SIN. As usinas termelétricas construídas após essa data não terão direito a subsídios da CCC. Entretanto, em abril de 2002, o Governo Federal estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas térmicas localizadas em sistemas isolados durante um período de 20 anos com o fim de promover a geração de energia elétrica nessas regiões.

Mecanismo de Realocação de Energia - MRE

A proteção contra riscos hidrológicos para usinas hidrelétricas despachadas de forma centralizada é proporcionada pelo MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidráulica, determinando que geradoras hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do SIN. De acordo com as normas brasileiras, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende da energia efetivamente gerada e sim da energia assegurada de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando do respectivo contrato de concessão. As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são então cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos a que estão sujeitas as geradoras hidroelétricas, assegurando que todas as usinas participantes do SIN recebam pelo seu nível de energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica efetivamente gerada. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram quantidades superiores às suas energias asseguradas àqueles que geraram quantidades de energia insuficientes para atender à energia assegurada. A geração efetiva é determinada pelo ONS, tendo em vista a demanda de energia e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela superior ou inferior à energia assegurada, tem o seu preço fixado por uma tarifa chamada "Tarifa de Energia de Otimização" – TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta despesa ou receita adicional será contabilizada mensalmente para cada geradora.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Em abril de 2002, o Governo Federal criou a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, objetivando promover: (i) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, PCHs, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelo SIN; e (ii) a universalização do serviço de energia elétrica. A CDE terá a duração de 25 (vinte e cinco) anos e seus recursos serão movimentados pela Eletrobrás.

Os recursos da CDE são provenientes dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bens públicos, penalidades e multas aplicadas pela ANEEL a concessionários, permissionários e autorizados e dos encargos pagos por todos os agentes que comercializem energia com consumidores finais.

Os recursos da CDE poderão ser utilizados, ainda, para subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade tarifária de fornecimento de energia aos consumidores da subclasse residencial baixa renda quando os recursos provenientes do adicional de dividendos devidos à União pela Eletrobrás, associado às receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras de serviço público com a comercialização de energia elétrica nos leilões públicos não forem suficientes. São considerados consumidores de baixa renda aqueles atendidos por circuito monofásico, com consumo mensal situado entre 80 e 220 kWh/mês e que comprove sua inscrição no cadastro único do Governo Federal ou sua condição de beneficiário do programa Bolsa Família do Governo Federal até 27 de fevereiro de 2006.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE

A ANEEL também cobra uma taxa de fiscalização dos agentes e concessionárias que prestam serviços de energia elétrica. Essa taxa é denominada Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, ou TFSEE. A TFSEE foi criada pela Lei Federal nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, e é equivalente a 0,5% do benefício econômico anual realizado pelo agente ou concessionária. A determinação do "benefício econômico" tem como base a capacidade instalada de concessionárias de geração e transmissão autorizadas ou a faturamentos anuais das concessionárias de distribuição.

Pesquisa e Desenvolvimento

Os primeiros contratos de concessão obrigavam as concessionárias de geração a investirem em pesquisa e desenvolvimento do setor de energia elétrica, anualmente, um percentual mínimo de 0,25% de sua receita operacional líquida. Para as concessionárias de distribuição esse percentual era de 1%.

Com a criação da Lei nº 9.991, de 24 de setembro de 2000, esses percentuais mínimos foram alterados e a obrigatoriedade foi estendida a todas as empresas de energia elétrica, de acordo com a sua área de atuação. De acordo com tal lei, as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica ficaram obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 0,75% da receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética. Com a alteração da Lei 9.991/00, pela Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007, as concessionárias e companhias autorizadas a participar das atividades de distribuição, geração e transmissão de energia passaram a aplicar, anualmente, o mínimo de 0,50% da receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor de energia elétrica, com exceção das companhias que geram energia por meio de fontes eólica, biomassa e PCHs.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como os órgãos da administração direta da União, recebem uma compensação financeira das geradoras pelo aproveitamento de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. Os valores da CFURH se baseiam na energia elétrica produzida e são pagos para os Estados e os Municípios nos quais a planta ou o reservatório se localiza. Ressalte-se que esse encargo não é aplicável às PCH's, em virtude da isenção estabelecida na Lei do Setor Elétrico.

Encargo de Capacidade Emergencial – ECE

O ECE foi criado nos termos da Lei nº 10.438/02 e incidiu até dezembro de 2005 proporcionalmente ao montante de consumo individual final dos consumidores atendidos pelo sistema interligado, sendo classificado como encargo tarifário específico. A ANEEL determinava como base a ser rateada o custo referente à contratação de capacidade de geração ou potência previsto pela CBEE para determinado ano.

PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, instituiu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica (energia eólica, biomassa e pequena central hidrelétrica), privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, visando, também, ao aumento da participação de agentes no setor elétrico.

A responsabilidade pela contratação da energia elétrica gerada no âmbito do PROINFA é da Eletrobrás, de forma que todos os custos concernentes à aquisição da energia gerada pelo PROINFA incorridos pela Eletrobrás, inclusive os custos administrativos, financeiros e os decorrentes de encargos tributários, são rateados por todas as classes de consumidores finais atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado – SIN, exclusive os integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda cujo consumo seja igual ou inferior a 80 kWh/mês.

A Resolução Normativa ANEEL nº 127, de 6 de dezembro de 2004, estabeleceu os procedimentos para o rateio do custo do PROINFA, bem como para a definição das respectivas quotas de energia elétrica, nos termos do Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004.

ONS – Operador Nacional do Sistema

As distribuidoras pagam mensalmente valores relativos ao custeio das atividades do Operador Nacional do Sistema – ONS. Esse tem como atividades a coordenação e o controle da operação dos sistemas elétricos interligados, e a administração e coordenação da prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica por parte das transmissoras aos usuários acessantes da rede básica.

ESS – Encargo de Serviço do Sistema

O ESS é um encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração. A maior parte desse encargo diz respeito ao pagamento para geradores que receberam ordem de despacho do ONS, para atendimento a restrições de transmissão. Com base no que dispõe o artigo 18 do Decreto nº 2655, de 2 de julho de 1998, a ANEEL homologou as Regras de Mercado relativas aos ESS, através da Resolução nº 290, de 4 de agosto de 2000.

As distribuidoras pagam mensalmente valores relativos aos custos incorridos para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema para o atendimento da carga, apurado mensalmente pela CCEE e pago pelos agentes da categoria de consumo aos agentes de geração que prestarem serviços não remunerados pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD.

A inadimplência com os encargos regulatórios implica na (i) inclusão da companhia no cadastro de inadimplentes da ANEEL; (ii) proibição de participação em processos de revisão/reajuste tarifário; (iii) suspensão de recebimento de subvenções por parte do Governo Federal; e (iv) autuação por parte do órgão regulador.

Tarifas e Encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece as tarifas e encargos pelo uso e acesso a tais sistemas. As tarifas são a TUSD (tarifa cobrada pelo uso da rede de distribuição exclusiva de cada distribuidora) e a TUST (a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e demais instalações de transmissão). Além disso, as distribuidoras do sistema interligado Sul/Sudeste pagam encargos pelo transporte da energia de Itaipu e algumas distribuidoras que acessam o sistema de transmissão de uso compartilhado pagam encargos de conexão. Segue abaixo maior detalhamento desses custos e receitas.

A TUSD é paga por geradoras e Consumidores Livres pelo uso do sistema de distribuição da concessionária na qual estejam conectados e é reajustada anualmente, levando-se em conta principalmente dois fatores: a inflação verificada no ano e os investimentos em expansão, manutenção e operação da rede verificadas no ano anterior. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em KW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/kW. A Companhia recebe a TUSD dos Consumidores Livres dentro de sua área de concessão e de algumas distribuidoras conectadas aos seus sistemas de distribuição.

TUST

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e Consumidores Livres pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente de acordo com a inflação e com as receitas anuais permitidas para as empresas concessionárias de transmissão determinadas pela ANEEL. Segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão principal transferiram a coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários de sistemas da transmissão. Os usuários de rede assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de tarifas publicadas pela ANEEL. Outras partes da rede detidas por empresas de transmissão, mas que não são consideradas parte integrante da Rede Básica, são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica.

Encargo de Conexão

Algumas empresas distribuidoras, especialmente no Estado de São Paulo, não acessam diretamente a Rede Básica, mas utilizam-se de um sistema de transmissão intermediário entre suas linhas de distribuição e a Rede Básica. Esse sistema intermediário é chamado Sistema de Conexão. Para se conectar a essas instalações de conexão, os acessantes deverão assinar Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCTs, com as concessionárias de transmissão que detêm essas instalações. A remuneração das transmissoras é definida em função dos ativos disponibilizados, sejam estes de propriedade exclusiva ou de uso compartilhado entre os agentes. Essa remuneração também é definida e regulada pela ANEEL e reajustada anualmente de acordo com os índices de inflação e com o custo dos ativos disponibilizados.

Encargo de Transporte de Itaipu

A usina de Itaipu utiliza-se de rede exclusiva de transmissão em corrente alternada e em corrente contínua. Esse sistema não é considerado parte da Rede Básica e tampouco da Rede de Conexão e sua utilização é remunerada através de encargo específico denominado Transporte de Itaipu, pago pelas empresas que detêm quota-parte de Itaipu, rateado entre essas empresas na proporção de suas quotas-partes.

Racionamento

A baixa quantidade de chuvas na estação úmida 2000/2001 resultou em uma queda anormal nos níveis de água em diversos reservatórios utilizados pelas maiores usinas hidroelétricas do Brasil. Tal fato, aliado à restrição de investimentos em projetos de geração e transmissão nos anos que antecederam a esse período, levou o Governo Federal a adotar restrições no atendimento ao consumo de energia no ano de 2001. Em maio de 2001, o Presidente da República criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, posteriormente transformada em Câmara de Gestão do Setor Elétrico - CGSE, com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções imprevistas de suprimento.

A CGSE estabeleceu regimes especiais de cobrança de tarifas, limites de uso e fornecimento de energia e outras medidas visando à redução do consumo de energia elétrica nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Em virtude da melhoria nas condições hídricas no País e do êxito na política de contenção do consumo de energia elétrica, que propiciaram aumento significativo dos níveis nos reservatórios das usinas hidroelétricas, o Governo Federal anunciou, em fevereiro de 2002, o fim das medidas de racionamento.

Contudo, o impacto de um eventual racionamento pode ser estimado a luz do ocorrido no racionamento de 2001:

- o consumo de energia elétrica em 2001 apresentou uma retração de 7,7% em relação a 2000, em função do racionamento;
- a classe residencial, que detinha uma participação de 26,0% do mercado nacional, apresentou um decréscimo de 11,8% no ano, com o maior engajamento no racionamento, em relação às demais categorias;
- influenciado pelo racionamento, que contribuiu fortemente para o baixo crescimento da produção industrial brasileira, o segmento industrial, que respondia por 43,2% do consumo total de eletricidade brasileiro, apresentou redução de 6,6% em 2001;
- a categoria comercial, que representava 15,7% do consumo total, a exemplo das demais, apresentou uma retração em seu consumo de eletricidade fechando o ano de 2001 com uma queda de 6,3%;
- as outras classes de consumo, que respondiam por cerca de 15,1% do consumo total, registraram, em seu conjunto, uma variação de -4,7%, em relação ao valor verificado no ano 2000;
- o consumo total de energia elétrica brasileiro somente recuperou o mesmo patamar verificado no ano anterior ao racionamento, em 2000, no ano de 2003;
- o consumo médio por consumidor residencial, em nível nacional, após ter crescido à taxa média de 4,8% ao ano no período 1994/1998, situou-se em 146 kWh/mês no ano de 2001, ficando 15,6% abaixo do verificado em 2000; e
- a manutenção dos hábitos de consumo adquiridos no racionamento, entre os principais motivos, tem mantido o consumo residencial médio praticamente estável desde 2001, sendo que o valor verificado em 2006 é, ainda, mais de 20,0% inferior ao do ano 2000.

Acordo Geral do Setor Elétrico

O Acordo Geral do Setor Elétrico foi o acordo firmado entre geradoras e distribuidoras com o objetivo de definir regras para compensação das perdas financeiras geradas pelo Racionamento de energia 2001/2002. O acordo, fechado em dezembro de 2001, prevê financiamento de até R\$7,5 bilhões do BNDES às empresas e reajuste tarifário extraordinário de 2,9% para consumidores rurais e residenciais, com exceção dos consumidores de baixa renda, e de 7,9% para consumidores de outras classes, a título de recomposição das perdas.

Custo devido ao despacho de recursos energéticos devido à ultrapassagem da CAR – Curva de Aversão a Risco

A Resolução CNPE nº 08/2007 trata do estabelecimento de diretrizes para a utilização da CAR e determina, em seu art. 2º, que o ONS extraordinariamente poderá despachar recursos energéticos fora da ordem de mérito econômico ou mudar o sentido do intercâmbio entre submercados, por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, com vistas à garantia do suprimento energético.

O art. 3º dessa Resolução estabelece que o Custo Variável Unitário - CVU da UTE despachada por decisão do CMSE ou devido à ultrapassagem da CAR não será utilizado para a determinação do PLD.

Com relação ao despacho de recursos energéticos fora da ordem de mérito por violação da CAR, o § 4º do art. 3º estabelece que o custo adicional do despacho de UTE acionada por ultrapassagem da CAR, dado pela diferença entre o CVU e o PLD obtido dos modelos computacionais, deve ser rateado de acordo com normas vigentes, mediante processo de contabilização e liquidação da CCEE, a ser disciplinado pela ANEEL.

A ANEEL por meio da Resolução 306/2008 aprovou as regras de comercialização de energia elétrica de que trata o art. 3º CNPE 08/2007, estabelecendo que o custo adicional do despacho de usina acionada por ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco – CAR, dado pela diferença entre o Custo Variável Unitário – CVU e o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, seja rateado entre todos os agentes de mercado, proporcionalmente à energia comercializada nos últimos doze meses contabilizados, inclusive o mês corrente, de acordo com as normas vigentes, mediante processo de contabilização e liquidação da CCEE.

Procedimentos operativos de curto prazo para aumento da segurança energética

A Resolução nº109, de 24 de janeiro de 2002, da CGCE, em seu Artigo 8º, § 1º, estabeleceu a incorporação da Curva de Aversão a Risco – CAR nos modelos computacionais de otimização energética.

Posteriormente, a Resolução nº10, de 16 de dezembro de 2003, do CNPE e a Resolução nº 686, de 24 de dezembro de 2003, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabeleceram que o ONS poderá, para fins de atendimento aos critérios de segurança do Sistema Interligado Nacional – SIN, determinar antecipadamente, em relação à violação da CAR, o despacho de usinas térmicas, dentro dos períodos de vigência dos Programas Mensais de Operação – PMO e suas Revisões Semanais.

Com base no exposto, o CMSE aprovou Procedimentos Operativos de Curto Prazo que busquem aumentar a garantia do atendimento energético nos dois primeiros anos do horizonte quinquenal, considerando hipóteses conservadoras de ocorrência de aflúências e de requisitos de níveis mínimos de armazenamento de segurança ao final de cada mês, visando atingir um determinado estoque de segurança ao final do período seco, denominado Nível Meta.

VI. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

- Atividades da Companhia
- Pendências Judiciais e Administrativas
- Práticas de Governança Corporativa
- Estrutura Organizacional
- Capital, Dividendos e Acionistas
- Administração e Conselho Fiscal

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ATIVIDADES DA COMPANHIA

Histórico

A Emissora é resultado da unificação das quatro empresas distribuidoras de energia elétrica existentes no Estado do Ceará (Cenorte, Celca, Cerne e Conefor), tendo sido criada pela Lei Estadual nº 9.477, de 5 de julho de 1971, por escritura pública lavrada em 30 de agosto de 1971, arquivada na JUCEC e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 2 de setembro de 1971, autorizada para prestação do serviço público de energia pelo Decreto nº 69.469, de 5 de novembro de 1971 tendo como principais acionistas as Prefeituras Municipais do Estado do Ceará, a Eletrobrás e o Governo Estadual.

A Emissora tornou-se uma companhia de capital aberto em 13 de junho de 1995 e a partir dessa data, suas ações passaram a ser negociadas nas principais bolsas de valores brasileiras.

Em 2 de abril de 1998, a Emissora foi privatizada por meio de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, passando a ser administrada pelo consórcio Distriluz, formado pela, Enersis, Chilectra e CERJ. O preço de aquisição foi equivalente à época a cerca de US\$868 milhões.

Após a privatização, o Contrato de Concessão foi assinado em maio de 1998, outorgando à Emissora 30 anos de direitos exclusivos sobre a distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará.

A Emissora é responsável pela distribuição de energia elétrica do Estado do Ceará, abrangendo um território de 148.825km² e 184 municípios, e suas atividades são fiscalizadas e regulamentadas pela ANEEL.

Atualmente, a Emissora atende pela denominação social de Companhia Energética do Ceará – Coelce e encontra-se localizada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Padre Valdevino, 150, registrada na CVM sob o nº 014.86-9, com prazo de duração indeterminado.

Objeto Social

O objeto social da Emissora prevê as seguintes atividades e negócios:

- (i) produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, execução de serviços correlatos que lhes venham ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e o desenvolvimento de atividades associadas aos serviços, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades;
- (ii) a realização de estudos, planejamentos, projetos, construção e operação de sistemas de produção, transformação, transporte e armazenamento, distribuição e comércio de energia de qualquer origem ou natureza, na forma de concessão, autorização e permissão que lhes forem outorgados, com jurisdição na área territorial do Estado do Ceará, e outras áreas definidas pelo Poder Concedente;
- (iii) o estudo, projeto e execução de planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia, em especial as renováveis, ações que desenvolverá diretamente ou em cooperação com outras instituições;
- (iv) o estudo, a elaboração e execução, no setor de energia, de planos e programas de desenvolvimento econômico e social em regiões de interesse da comunidade e da companhia, diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou privados, podendo, também, fornecer dados, informações e assistência técnica à iniciativa pública ou privada que revele empenho em implantar atividades econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento; e
- (v) a prática de demais atos que se fizerem necessários ao objeto social, bem como a participação no capital social de outras companhias no Brasil ou no exterior, cujas finalidades sejam a exploração de serviços públicos de energia elétrica, incluindo os ligados à produção, geração, transmissão e distribuição.

Área da Concessão – Estado do Ceará.

A Emissora está presente, e detém a concessão para prestar serviços de distribuição de energia elétrica, em todos os 184 municípios do Ceará, que abrigam 8,2 milhões de habitantes (conforme dados obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2007), cuja extensão da área é de aproximadamente 148.825 km².

Terceira maior distribuidora do Nordeste brasileiro em volume comercializado, conforme dados do Mercado das Empresas Distribuidoras Associadas (2007), da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, sendo que em 31 de dezembro de 2008 a Emissora era responsável pelo fornecimento de energia elétrica para aproximadamente 2,6 milhões de clientes, dos quais 2,1 milhões são consumidores residenciais, com um volume comercializado total de 7.656 GWh. Em 31 de março de 2009 a Emissora era responsável pelo fornecimento de energia elétrica para aproximadamente 2,7 milhões de clientes, dos quais 2,2 milhões são consumidores residenciais.

Estratégia de Negócios

A missão da Emissora é fornecer energia elétrica e serviços com qualidade, satisfazendo aos clientes, propiciando retorno adequado aos acionistas, contribuindo para o desenvolvimento do Ceará, com colaboradores e fornecedores qualificados e comprometidos. A estratégia de negócios da Emissora está focada na busca da excelência na qualidade dos serviços, tomando-se as seguintes premissas:

- (i) *orientação ao cliente*: a Emissora busca concentrar esforços na satisfação do cliente, com soluções inovadoras e de qualidade que permita à Emissora superar suas expectativas;
- (ii) *orientação a resultados*: a Emissora busca rentabilidade adequada e sustentável para os acionistas, comparável favoravelmente com a indústria e o risco associado;
- (iii) *desenvolvimento de pessoas*: o desenvolvimento pessoal e profissional está fundamentado em uma constante capacitação, motivação e promoção na base, em função do mérito e da contribuição profissional, reconhecendo e valorizando os êxitos e os esforços;
- (iv) *conduta ética*: as atuações da Emissora são reconhecidas por sua lealdade, integridade moral, transparência, sigilo profissional e respeito às pessoas;
- (v) *integração com a comunidade e meio ambiente*: a Emissora é comprometida com o processo econômico, social e cultural das comunidades onde atua, respeitando as realidades locais e proporcionando a conservação ambiental por meio do respeito às exigências legais e também desenvolvendo programas de conservação do mesmo; e
- (vi) *compromisso com a qualidade e segurança*: as atuações empresariais da Emissora se orientam a prestar um serviço de qualidade, observando a eficiência e segurança dos clientes e trabalhadores envolvidos, sejam eles próprios ou terceirizados.

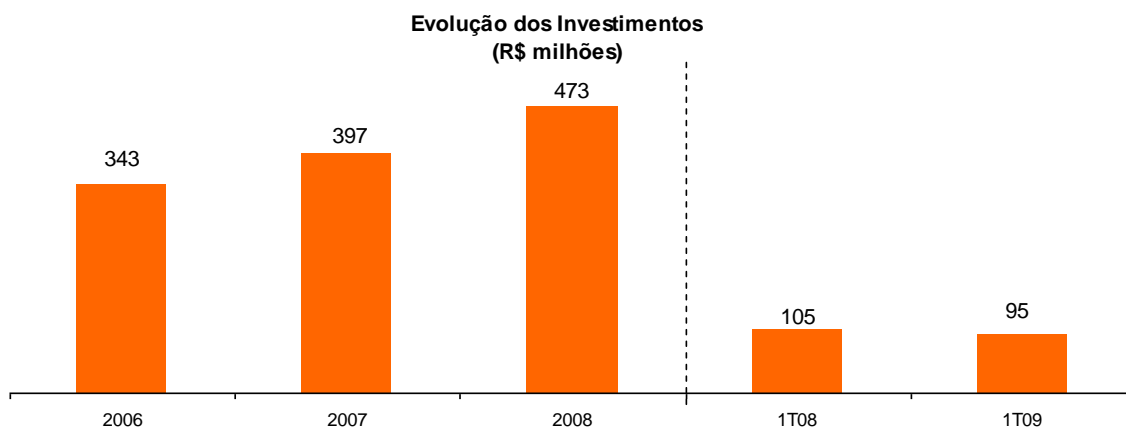
Principais Investimentos e Desinvestimentos

Os investimentos realizados em 2008, todos realizados no Estado do Ceará, onde a Companhia presta seus serviços, alcançaram R\$473 milhões, evolução de 19,2% em relação ao ano anterior (R\$397 milhões). Os recursos foram investidos em obras de expansão, reformas e manutenção do sistema elétrico, controle de perdas, sistemas de informação e atendimento ao cliente, garantindo a eficiência da rede, elevação dos níveis de confiabilidade e ampliação da capacidade de atendimento, sendo ainda que o volume mais expressivo no portfólio de investimentos continuou direcionado ao Programa Luz para Todos, que representa 47% do total aplicado em 2008.

Excluindo os aportes e subsídios, os investimentos líquidos atingiram, em 2008, R\$314 milhões, 14,6% superior ao realizado em 2007.

A tabela a seguir mostra o volume de investimentos realizados nos períodos ali indicados, bem como para onde tais investimentos foram direcionados.

| | 31 de março de | | % | 31 de dezembro de | | | % | |
|--------------------------------|----------------|------------|---------------|-------------------|------------|------------|---------------|---------------|
| Investimentos - R\$ milhões | 2009 | 2008 | 09/08 | 2008 | 2007 | 2006 | 08/07 | 07/06 |
| Investimentos por Demanda | 49 | 43 | 13,95% | 150 | 131 | 138 | 14,50% | -5,07% |
| Novas Conexões | 43 | 39 | 10,26% | 115 | 100 | 102 | 15,00% | -1,96% |
| Atendimento à Demanda | 5 | 4 | 25,00% | 35 | 30 | 36 | 16,67% | -16,67% |
| Qualidade do Sistema Elétrico | 12 | 9 | 33,33% | 50 | 40 | 29 | 25,00% | 37,93% |
| Programa Luz para Todos (PLPT) | 22 | 41 | -46,34% | 224 | 149 | 91 | 50,34% | 63,74% |
| Combate às Perdas | 8 | 10 | -20,00% | 28 | 56 | 50 | -50,00% | 12,00% |
| Outros | 5 | 2 | 150,00% | 21 | 21 | 36 | 0,00% | -41,67% |
| Total Investido | 95 | 105 | -9,52% | 473 | 397 | 343 | 19,14% | 15,74% |

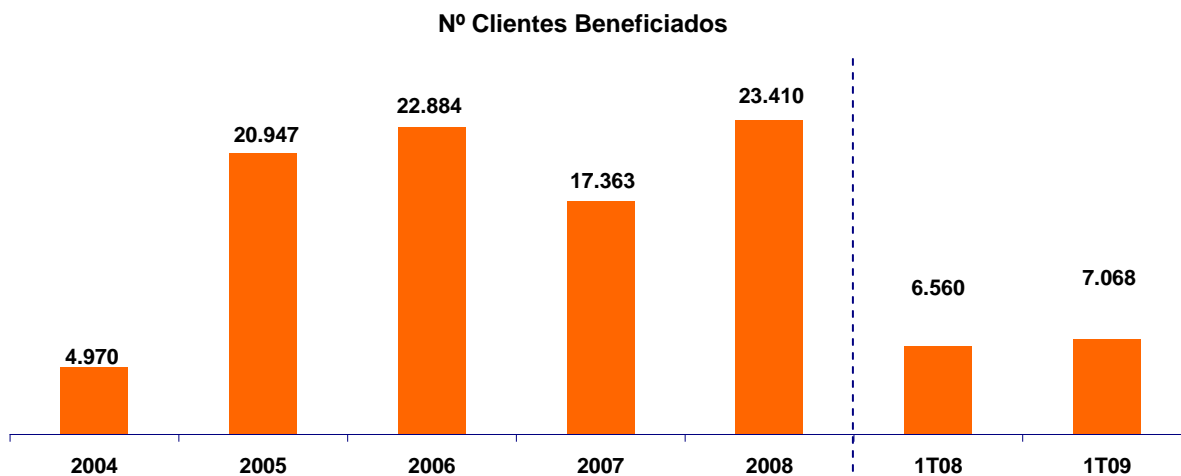


A Emissora não efetuou quaisquer desinvestimentos relevantes de capital nos últimos três exercícios sociais e nem possui desinvestimentos em andamento na data deste Prospecto.

Programa Luz para Todos

O Programa Nacional de Eletrificação Rural – Luz para Todos é um subconjunto do programa de universalização e foi criado pelo Governo Federal para auxiliar, através de aportes de capital, o cumprimento das metas de ligação de clientes em zonas rurais por parte das empresas distribuidoras de energia elétrica, dentre elas a Coelce.

O gráfico abaixo apresenta o número de clientes da Coelce beneficiados pelo Programa Luz para Todos de 2004 a 2008:



Fonte: Coelce

O gráfico abaixo apresenta os valores dos investimentos do Programa Luz para Todos de 2004 a 2008, que totalizam R\$543 milhões:



Fonte: Coelce

O Programa Luz para Todos contempla um pacote de financiamento repassado pela Eletrobrás para as distribuidoras de energia elétrica, que beneficiou, entre 2004 e 2008, 89.574 consumidores rurais no Estado do Ceará. A Coelce já investiu aproximadamente R\$543 milhões em tal programa, sendo que a participação financeira da Coelce corresponde a 32% do total de recursos empregados no Programa Luz para Todos, dos quais 17% são concedido pela Eletrobrás à Coelce (Fundo RGR) a título de empréstimo e 15% são custeados com recursos próprios. Adicionalmente, 68% dos recursos são oriundos de subvenção concedida pela Eletrobrás proveniente da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Até o final de 2010, a Coelce tem a meta de estender o programa para mais 52 mil clientes que não possuem eletrificação. O Programa Luz para Todos está previsto para vigorar até o final de 2010.

Relacionamento com Clientes

Mercado de Energia Elétrica na Área da Concessão

No ano de 2008, as vendas de energia na área da Concessão da Emissora alcançaram 7.571GWh, representando um crescimento de 4,8% quando comparado com o realizado no ano de 2007 que foi de 7.227GWh. O resultado positivo deve-se, principalmente, ao bom desempenho apresentado pelas classes residencial e comercial, que juntas responderam por 52% do crescimento total da energia distribuída.

Em 2008, a classe industrial cativa apresentou um crescimento de 9,1%, volume influenciado pela migração de três grandes clientes do mercado livre para o cativo.

A energia requerida pelo sistema Coelce teve aumento de 3,8% em relação ao ano anterior. O montante foi inferior ao crescimento do mercado, decorrente da redução das perdas elétricas de 12,5%, em 2007, para 11,7%, em 2008.

No primeiro trimestre de 2009, as vendas alcançaram 1.877GWh, sendo que a classe residencial continuou participando expressivamente para obtenção desse resultado com 643GWh.

Do total vendido em 2008, 17% correspondem a clientes industriais, 33% a clientes residenciais, 19% a clientes comerciais e 31% a outros clientes. Com relação ao primeiro trimestre de 2009, 17% corresponderam

a clientes industriais, 34% a clientes residenciais, 19% a clientes comerciais e 30% a outros clientes. Abaixo segue a evolução do consumo faturado (GWh) de energia dos principais consumidores da Emissora.

| Balanco de Energia | 31 de março de | | Variação (%) 1T09/1T08 | 31 de dezembro de | | | Variação (%) | |
|---|----------------|-------|---------------------------|-------------------|-------|-------|--------------|-----------|
| | 2009 | 2008 | | 2008 | 2007 | 2006 | 2008/2007 | 2007/2006 |
| Demanda de Energia MW | 1.287 | 1.200 | 7,25% | 1.333 | 1.294 | 1.202 | 3,00% | 7,65% |
| Energia Requerida GWh | 2.110 | 2.033 | 3,79% | 8.575 | 8.258 | 7.778 | 3,80% | 6,17% |
| Energia Distribuída GWh ^(*) | 1.877 | 1.808 | 3,82% | 7.571 | 7.227 | 6.769 | 4,80% | 6,77% |
| Residencial | 643 | 617 | 4,21% | 2.510 | 2.322 | 2.167 | 8,10% | 7,15% |
| Industrial | 310 | 296 | 4,73% | 1.273 | 1.167 | 1.166 | 9,10% | 0,09% |
| Comercial | 365 | 344 | 6,10% | 1.422 | 1.329 | 1.251 | 7,00% | 6,24% |
| Rural | 161 | 142 | 13,38% | 692 | 654 | 576 | 5,80% | 13,54% |
| Poderes Públicos (inclui IP-Iluminação Pública) | 249 | 241 | 3,32% | 991 | 961 | 916 | 3,10% | 4,91% |
| Consumo Próprio | 3 | 3 | 0,00% | 11 | 11 | 10 | 0,00% | 10,00% |
| Consumidores Livres | 147 | 164 | -10,37% | 670 | 784 | 681 | -14,50% | 15,12% |

Obs: (*) Quantidade de energia efetivamente medida no período.

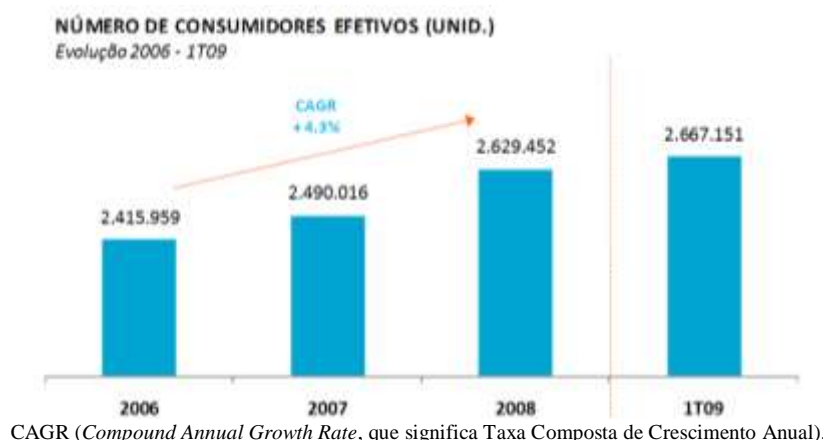
Clientes

Todos os consumidores da Coelce estão localizados dentro de sua área de concessão, sendo classificados em cinco categorias principais: residencial (baixa renda e normal), industrial, comercial, rural e setor público.

A Coelce encerrou o primeiro trimestre de 2009 com 2.877.951 unidades consumidoras, montante 5,6% superior ao número de consumidores ao final do primeiro trimestre de 2008. Esse crescimento representa um acréscimo de 153.151 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os trimestres está concentrado nas classes residencial (normal e baixa renda), com mais 98.795 consumidores (64,5% do incremento total), e na classe rural, com mais 37.216 novos consumidores (24,3% do incremento total).

Essa evolução reflete, na essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial os investimentos realizados no Programa Luz para Todos – PLPT. Esses investimentos somaram, somente no primeiro trimestre de 2009, o montante de R\$65 milhões.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2009 com 2.667.151 consumidores, um incremento de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os consumidores efetivos são aqueles que efetivamente geram receita para a Coelce, sendo que devido aos investimentos em novas conexões e no PLPT, a base de consumidores efetivos da Companhia tem crescido consistentemente, conforme indicado no gráfico abaixo.

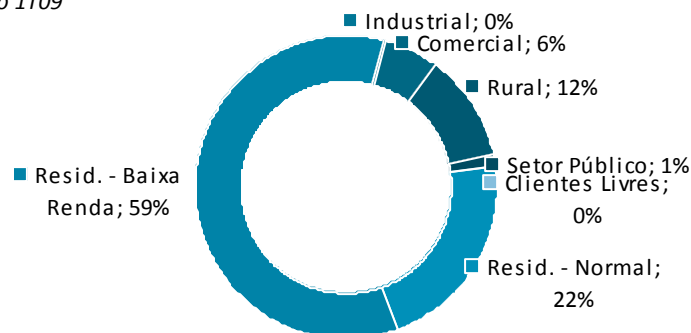


Em relação aos clientes livres, a Companhia fechou o primeiro trimestre de 2009 com 14 clientes livres, uma retração de 12,5% em relação ao fechamento do primeiro trimestre de 2008. Essa variação se explica pelo retorno de 2 clientes livres para o mercado cativo da Coelce, em setembro de 2008.

Os gráficos abaixo apresentam a participação, em termos percentuais, de cada categoria de consumidor em relação à base efetiva de Consumidores da Coelce (desconsiderando revenda, consumo próprio e ativos sem fornecimento), bem como o volume de venda e transporte de energia da Companhia e sua evolução nos últimos três anos.

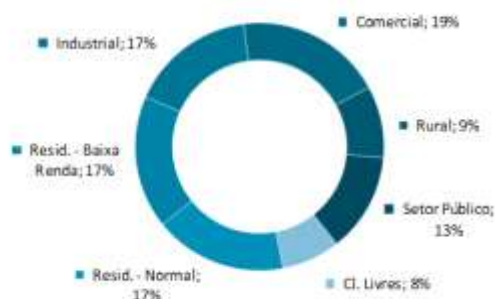
NÚMERO DE CONSUMIDORES EFETIVOS (UNID.)

Posição Final do 1T09



VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

Volume no 1T09



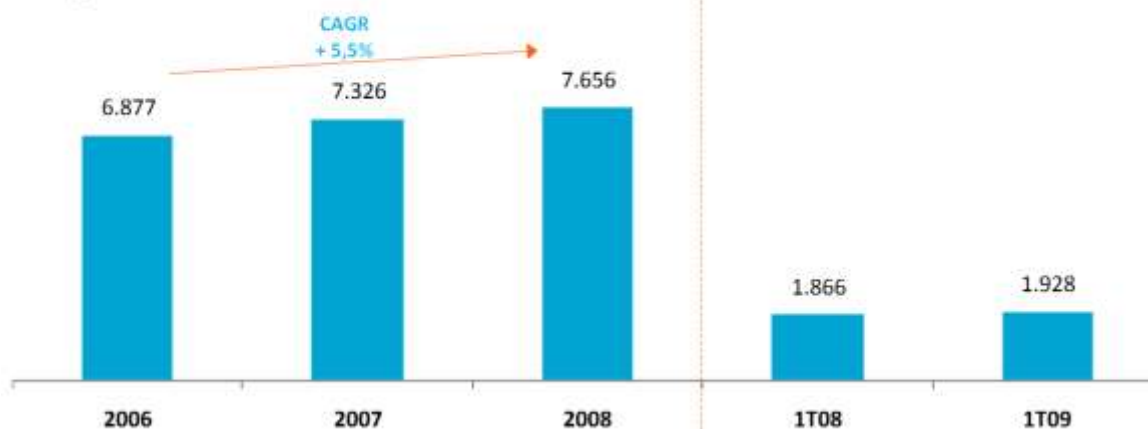
VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (R\$)

Volume no 1T09



VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

Evolução 2006 - 1T09



CAGR (Compound Annual Growth Rate, que significa Taxa Composta de Crescimento Anual).

A seguir é apresentada tabela com informações sobre o número de consumidores da Coelce, divididos por classe, para os períodos lá indicados, conforme dados fornecidos pela Coelce.

| Número de Consumidores (unid.) | 31 de março de | | Variação | 31 de dezembro de | | Variação |
|--|------------------|------------------|---------------|-------------------|------------------|---------------|
| | 2009 | 2008 | (%) | 2008 | 2007 | (%) |
| Mercado Cativo | 2.667.135 | 2.522.998 | 5,7% | 2.629.436 | 2.489.995 | 5,6% |
| Residencial - Normal | 575.378 | 592.185 | -2,8% | 574.460 | 651.596 | -11,8% |
| Residencial - Baixa Renda | 1.588.929 | 1.473.327 | 7,8% | 1.558.032 | 1.385.387 | 12,5% |
| Industrial | 5.915 | 5.992 | -1,3% | 5.943 | 6.015 | -1,2% |
| Comercial | 152.865 | 147.728 | 3,5% | 151.276 | 146.680 | 3,1% |
| Rural | 307.790 | 270.574 | 13,8% | 303.994 | 267.709 | 13,6% |
| Setor Público (inclui IP - Iluminação Pública) | 36.258 | 33.192 | 9,2% | 35.731 | 32.608 | 9,6% |
| Clientes Livres | 14 | 16 | -12,5% | 14 | 19 | -26,3% |
| Industrial | 12 | 14 | -14,3% | 12 | 17 | -29,4% |
| Comercial | 2 | 2 | 0% | 2 | 2 | 0% |
| Revenda | 2 | 2 | 0% | 2 | 2 | 0% |
| Subtotal - Consumidores Efetivos | 2.667.151 | 2.523.016 | 5,7% | 2.629.452 | 2.490.016 | 5,6% |
| Consumo Próprio | 227 | 255 | -11,0% | 225 | 241 | -6,6% |
| Consumidores Ativos sem Fornecimento | 210.573 | 201.529 | 4,5% | 212.175 | 198.508 | 6,9% |
| Total - Número de Consumidores | 2.877.951 | 2.724.800 | 5,6% | 2.841.852 | 2.688.765 | 5,7% |

Serviços de Atendimento a Clientes

A Emissora atualmente dispõe de atendimento comercial em todos os municípios da área da Concessão, sendo assim distribuídos: *call center* centralizado em Fortaleza, 199 agências e 336 postos de atendimento e 2 agências móveis para levar a Emissora mais próxima do cliente.

Em 2008, foram atendidas 2.936.220 chamadas no tele-atendimento (3.293.352 em 2007). A Emissora fechou o ano de 2008 com 247 tele-atendentes, 15 supervisores de *call center*, 327 atendentes e 11 gerentes nos pontos de atendimento. Em 31 de março de 2009, a Emissora contava com 273 tele-atendentes, 15 supervisores do *call center*, 327 atendentes e 11 gerentes nos pontos de atendimento.

Os consumidores atendidos pela Emissora podem ser divididos em consumidores cativos e consumidores livres. Consumidores livres (assim definidos na Lei nº 9.074/95 em razão da tensão em que são atendidos ou da carga demandada) não são obrigados a adquirir seu fornecimento de energia da Emissora e podem gerar a própria energia, instalar linhas próprias pagar à Emissora pela utilização de sua rede de distribuição (nos termos previstos na Resolução ANEEL nº 286/99) para receber a energia adquirida de terceiros. Os consumidores cativos, por sua vez, são obrigatoriamente atendidos pela Emissora e pagam as tarifas por esta praticadas, observados os limites máximos homologados pela ANEEL.

Embora pendente de regulamentação, as diretrizes da Lei do Modelo do Setor Elétrico exigem a contratação obrigatória, pelo consumidor livre, de 100% da respectiva demanda. Caso o consumidor livre opte por deixar de contratar o fornecimento de energia com a Emissora, deverá comunicar tal fato à Emissora com 36 meses de antecedência. Da mesma forma, caso o consumidor livre deseje voltar a ser atendido pela Emissora, deverá comunicar tal fato com 60 meses de antecedência, sendo que os prazos previstos neste parágrafo poderão ser reduzidos pelo concessionário.

Na Lei do Modelo do Setor Elétrico há também a exigência da desverticalização da distribuição, impedindo que custos estranhos ao fornecimento de energia aos consumidores cativos sejam indevidamente repassados às suas tarifas. Quanto à segurança de suprimento, o modelo do setor elétrico exige a contratação de 100% da demanda por parte de todos os agentes de consumo (distribuidores e consumidores livres), lastreada, basicamente, em contratos com prazos não inferiores a cinco anos. Também, com a definição de dois ambientes de contratação de energia e a coexistência destes dois ambientes, um regulado, congregando todos os consumidores cativos e os distribuidores, no qual as compras de energia se farão sempre por licitação, pelo critério de menor tarifa, e outro livre, no qual se inscrevem os consumidores livres e os comercializadores, com capacidade de negociar seus contratos de suprimento, o governo pretende estimular a iniciativa dos consumidores livres e ao mesmo tempo proteger o consumidor cativo.

Além das atividades de distribuição de energia, a Emissora é obrigada a permitir que os demais agentes do sistema elétrico utilizem suas linhas e instalações acessórias para a transmissão de eletricidade, independentemente de quem seja o vendedor da energia ou potência demandada. As bases de relacionamento entre os concessionários do serviço de distribuição de energia e os demais agentes estão definidas nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, e as tarifas máximas a serem pagas e os mecanismos para sua revisão estão definidos na Resolução ANEEL nº 286/95.

Apesar de possuir os ativos necessários, a demanda de terceiros pelo uso do sistema de transmissão da Emissora é reduzida por não existirem consumidores livres no Estado do Ceará. A maioria dos consumidores que poderiam utilizar o sistema de transmissão da Emissora para adquirir energia de terceiros recebe seu fornecimento de energia da própria Emissora.

Universalização

Em 2008, 188.710 novos consumidores, com ou sem extensão da rede, foram atendidos dentro do "Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica", com recursos financiados pelo BNDES e da geração de caixa da Emissora. A iniciativa da ANEEL prevê a ligação de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Dos 184 municípios cearenses, 124 haviam sido universalizados até o encerramento de 2008. Parte dos atendimentos conta com o incentivo do Programa Luz para Todos. A meta para finalizar a universalização é 2010.

| Universalização | 31 de março de | 31 de dezembro de | | |
|-------------------------------------|----------------|-------------------|---------|---------|
| | 2009 | 2008 | 2007 | 2006 |
| Metas de atendimento | 6.521 | 103.288 | 75.836 | 85.607 |
| Atendimentos efetuados (nº) | 8.085 | 114.455 | 113.371 | 122.798 |
| Cumprimento de metas (%) | 124% | 111% | 149% | 143% |
| Total de municípios universalizados | 159 | 124 | 89 | 48 |
| Municípios universalizados (%) | 86% | 67% | 48% | 26% |

Relacionamento com Fornecedores

Em 2008, para atendimento de seu mercado, a Emissora comprou um total de 8.202 GWh, sendo este montante 6,3% superior ao verificado no ano anterior, de 7.712 GWh. No primeiro trimestre de 2009, a Emissora comprou um total de 2.078GWh.

Em 2008, a Emissora adquiriu 4.698GWh da energia elétrica de que necessitava de Usinas Hidrelétricas (57% em 2008), 157GWh da energia eólica (2% em 2008) e 3.384GWh de Usinas Termelétricas (41% em 2008). No primeiro trimestre de 2009 esses percentuais foram, respectivamente, de 61%, 2% e 37%.

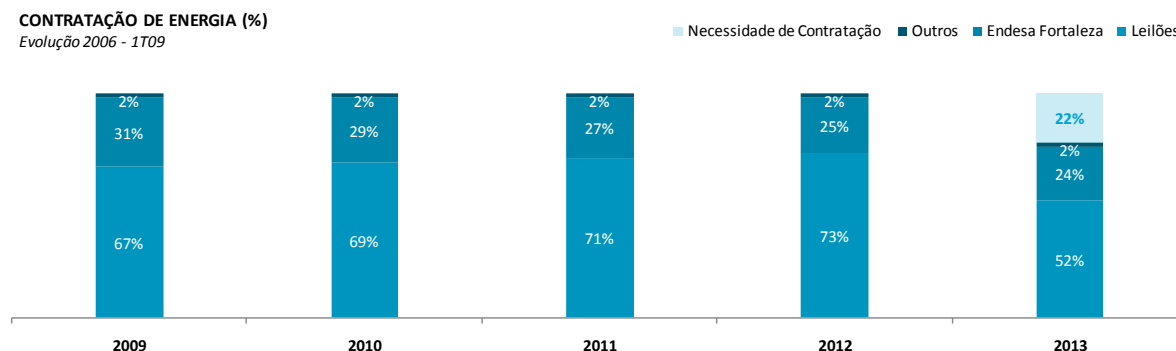
A estratégia de compra de energia da Emissora tem sido de manter o nível de contratação acima de 100% e abaixo do limite regulatório de 103% das necessidades para atendimento de seu mercado de forma a não se expor à volatilidade dos preços no MAE (CCEE). As regras de comercialização de energia definidas pelo Poder Concedente, quando bem utilizadas, possibilitam o repasse dos custos de compra da energia contratado através dos leilões, e a Coelce possui nível de contratação dentro do limite regulamentar assegurando, desta forma, que todo o custo com compra de energia seja integralmente repassado aos consumidores finais.

Para maiores informações, *vide* seção "Informações sobre a Companhia – Atividades e Mercados de Atuação – Contratos Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades", na página 218 deste Prospecto.

Contratos de Compra de Energia

A Emissora utiliza ativamente de todos os mecanismos de compra de energia contemplados na regulação vigente, *vide* seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Lei do Modelo do Setor Elétrico - Compras de Energia Elétrica conforme a Lei do Modelo do Setor Elétrico", na página 173 deste Prospecto. Toda a necessidade de energia prevista para o período de 2009 a 2012 está contratada e, para o ano de 2013, parcialmente contratada. As quantidades adicionais de energia necessárias a partir de 2013 serão adquiridas nos próximos leilões regulados.

O gráfico abaixo demonstra a posição e a evolução dos contratos firmados pela Coelce até 31 de março de 2009.



Fonte: Coelce

Posicionamento no Processo Competitivo

Em 2008, a Coelce teve a sua missão reformulada, a fim de deixá-la mais objetiva e clara, para estar mais próxima dos seus clientes, colaboradores, acionistas e demais públicos estratégicos. A mensagem também procura ser inspiradora, uma vez que a aspiração da empresa é desenvolver-se juntamente com a melhoria dos indicadores socioeconômicos do Estado do Ceará.

A Visão permanece a mesma, com foco em três pilares – gente, cliente e resultado –, para ser vista como referência em segurança do trabalho, em responsabilidade socioambiental e eficiência mundial nas operações. Com a reestruturação da Endesa Brasil, da qual faz parte, os Valores se modificaram, na busca por objetivos comuns entre as empresas, capazes de elevar o nível de excelência dos serviços prestados e a satisfação de seus clientes.

Missão

Coelce: Gente e energia para um mundo melhor!

Energia orientada para um relacionamento próximo e transparente com nossos clientes, crescendo junto com o Ceará e gerando valor para os acionistas, através da satisfação e compromisso de todo o nosso time.

Visão



A Companhia quer ser até 2011:

Gente: A melhor empresa para se trabalhar no Nordeste;

Cliente: A número 1, no Ceará, em atendimento e proximidade com clientes; e

Resultado: Uma das três melhores empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil.

ValoresRespeitamos a Vida

- Segurança em tudo que fazemos
- Compromisso com a sociedade e o meio ambiente
- Respeito às pessoas

Somos Simples

- Simplicidade nas ações
- Transparência e confiança nas relações

Criamos Valor

- Inovação em processos e negócios
- Compromisso e profissionalismo
- Parcerias sustentáveis

Planejamento Estratégico: Ser Coelce

O lucro recorde de R\$339 milhões em 2008 é considerado uma prova do sucesso do planejamento estratégico da Coelce, tanto do antigo plano, o "Escalada", como do novo "Ser Coelce: Gente no caminho certo". Por meio dessas diretrizes estratégicas, a Companhia vem investindo fortemente em melhorias técnicas e operacionais, além de promover ações ainda mais focadas na aproximação do relacionamento com o cliente, no desenvolvimento profissional dos colaboradores e no fortalecimento das parcerias com as empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de materiais. A estratégia também atende aos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável adotado globalmente pelo Grupo Endesa.

Para que a disseminação do plano ocorresse de forma efetiva, o diretor presidente da Companhia participou de uma caravana itinerante por todas as unidades da Companhia no interior, apresentando pessoalmente as novas metas corporativas, além de uma grande apresentação na sede da Companhia, com a presença de quase 800 colaboradores parceiros de campo e da central de atendimento.

A evolução dos resultados do Ser Coelce é analisada mensalmente por todos os colaboradores. Por meio de videoconferência com as principais unidades do interior do Ceará e alguns representantes da Ampla, no Rio de Janeiro, a direção da Companhia presta contas sobre os avanços conquistados e os pontos de melhoria, além de fazer um reconhecimento público aos trabalhos e projetos que se destacaram no mês em questão. Essa reunião mensal também é um grande avanço em governança corporativa, pois todos os colaboradores podem dialogar de forma direta com a presidência, aumentando o grau de transparência entre as relações.

A principal estratégia da Coelce está refletida na sua visão, onde as três partes interessadas - Gente, Cliente e Resultados (este último para seus acionistas) - são tratadas igualitariamente e são vistas como fundamentais para a sustentabilidade da Coelce. Em 2008, foi implantado um sistema *on-line*, chamado de "Gestão a Vista", que consolida as informações de todos os indicadores e metas da Companhia. Este sistema confere maior agilidade e segurança no tratamento das informações, pois os resultados são acompanhados e atualizados mensalmente pelos responsáveis das equipes. Após a atualização, os gestores imprimem suas metas e atualizam os painéis do "Gestão a Vista", que ficam expostos em toda a Companhia. O sistema *on-line* e os painéis também trouxeram maior alinhamento e cooperação entre as equipes, e transparência ao processo de avaliação de desempenho.

Gestão de Ativos Intangíveis

Para a Companhia, o diferencial competitivo na busca da eficiência operacional e do incremento do valor agregado de suas atividades está fortemente enraizado na importância de seus ativos intangíveis. Dentre eles, destacam-se as competências e habilidades de seus colaboradores e parceiros, que demonstram no dia-a-dia uma enorme capacidade de inovação e solução de problemas com agilidade. Outro importante ativo é a infraestrutura de redes do sistema elétrico, que cresce de forma expressiva em função do Programa Luz para Todos, sem deixar de lado, no entanto, a máxima qualidade. A identificação desses ativos é feita com base na avaliação das metas de sustentabilidade, respaldadas no plano estratégico Ser Coelce.

Gestão de Riscos

A Companhia mantém rigorosos procedimentos para mitigar os riscos inerentes ao seu negócio de distribuição de energia elétrica, seja na área técnico-operacional, administrativa, comercial ou financeira. Conta com equipes especializadas para atuar no monitoramento constante das atividades e investe na ampliação de estratégias para evitar sua exposição a cada um dos fatores que apresentem risco potencial.

A gestão também está fundamentada no Princípio de Precaução, que estabelece como prioritária a prevenção nas áreas de saúde e segurança dos colaboradores e empregados parceiros, das comunidades na qual está inserida e do meio ambiente. Por meio do cumprimento rigoroso de procedimentos e normas, busca evitar qualquer impacto negativo decorrente da distribuição de energia elétrica, que serão detalhados ao longo dos capítulos pertinentes.

- *Energético*

Estimativas sobre o cenário de oferta e demanda de energia para o Ceará são analisadas e revistas de forma constante por uma equipe especializada, a fim de prever de forma mais efetiva o futuro dos negócios no longo prazo. São aplicados modelos econométricos para definir a quantidade ótima de contratação, a partir de diversas estimativas de demanda, incorporando variáveis macroeconômicas e setoriais que afetam a evolução do consumo. Também investe na proximidade do seu relacionamento com os clientes institucionais e os grandes clientes, a fim de conhecer os planos de expansão e a necessidade futura de energia. Dessa forma, a Companhia consegue antecipar potenciais impactos sobre a área de distribuição, de forma a assegurar o abastecimento, ampliar a receita e minimizar eventuais prejuízos. Por outro lado, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento que, em momentos anteriores, como ocorrido em 2001, ocasionou uma redução nas receitas da Companhia.

- *Mercado*

A Concessão garante exclusividade na distribuição de energia elétrica em todos os 184 municípios do Ceará, diminuindo o impacto real desse tipo de risco. O aumento do consumo de energia depende, dentre outros fatores, do comportamento da economia e da renda do consumidor. Por isso, a empresa procura desenvolver programas em parceria com o governo do Estado do Ceará para promover o desenvolvimento sustentável da região. O marco regulatório do setor energético também dispõe de mecanismos compensatórios, que preservam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

- *Regulação*

Como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, a Companhia está sujeita às exigências estabelecidas em seu Contrato de Concessão e às normas definidas pela ANEEL. Todas as mudanças na estrutura regulatória do setor energético brasileiro são acompanhadas e cumpridas integralmente, de modo a evitar o risco de multas ou outras situações de não conformidade. É mantida, ainda, a área de Gerência de Regulação e Mercado para estreitar o relacionamento com o Órgão Regulador, acompanhando de forma permanente os aspectos que podem interferir na continuidade do contrato de concessão.

- *Meio Ambiente*

Para estar em conformidade com a legislação ambiental, foi adotado o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), por meio do qual a Companhia monitora as atividades, orientando a execução dos processos operacionais com base nos requisitos exigidos pela certificação ambiental ISO 14001:2004 e normas técnicas ambientais vigentes. Na compra de materiais, é levado em conta o cumprimento das especificidades técnicas definidas pela área de Meio Ambiente e Sustentabilidade, ainda que os produtos em questão sejam mais caros que a média de mercado.

- *Financeiros*

São considerados riscos financeiros aqueles fatores operacionais que promovem perdas financeiras, além dos riscos de crédito, de liquidez e de mercado (inflacionário, de taxa de juros e de câmbio). Um Comitê de Gestão de Riscos Financeiros avalia mensalmente os níveis de exposição da companhia, recomendando operações financeiras e ações corretivas para o cumprimento da Norma de Riscos Financeiros e Patrimoniais, Política, Controle e Gestão. Para evitar o risco das flutuações de câmbio, foram contratados instrumentos de proteção, como operações de proteção (*hedge*), por meio da contratação de *swap*. Em 31 de março de 2009, o endividamento total em aberto da Companhia era de R\$884,93 milhões, dos quais 10% eram denominados em Dólares, sendo que 1% do endividamento total não estava protegido contra o risco de desvalorização cambial com operações de *hedge*, sendo que a política de risco da Companhia estabelece o limite máximo de 20% da dívida exposta à variação cambial.

- *Operacionais*

O sistema de distribuição está sujeito a interrupções imprevisíveis e acidentais, resultado de falha ou inadequação de processos, sistemas ou pessoas, além de desastres climáticos e roubo de energia e de cabos da rede de distribuição. A Companhia conta com um avançado Centro de Controle de Sistema, que tem a missão de assumir a operação e o controle de todo o sistema elétrico do Ceará, monitorando a meteorologia e identificando com rapidez as interrupções do fornecimento de luz. A partir do mais moderno padrão do Brasil, esse centro opera a rede de alta-tensão de todas as subestações do Ceará e as redes de média e baixa-tensões da Capital e da Região Metropolitana de Fortaleza.

O risco de interrupção de fornecimento em razão da perda de equipamentos é gerido pela ação de equipes especializadas para manutenção preventiva da rede (lavagem de isoladores, termoleitura de transformadores etc.), controle de estoques dos equipamentos essenciais, dentre outros. A Companhia também investe na modernização e automação do sistema e realiza campanhas para diminuir o furto de energia, reforçando, ainda, a infraestrutura dos postes com cabos antifurtos nas regiões com grande número de ocorrências.

Os riscos operacionais decorrentes de erros ou fraudes nos processos de trabalho são controlados por meio da certificação e monitoramento de processos de trabalho considerados críticos, de acordo com os preceitos da Lei Sarbanes-Oxley, sob a supervisão da Unidade de Controle Interno (UCI). Os controles dos processos financeiros relevantes também são monitorados segundo as determinações do Projeto *Normas y Procedimientos* (NyP), da Endesa Espanha.

São realizados investimentos na segurança e na motivação dos seus colaboradores e exigido o mesmo das empresas parceiras, pela convicção de que apenas profissionais bem dispostos conseguem executar com a máxima eficiência os serviços solicitados. O Sistema de Segurança e Saúde Ocupacional está certificado pela norma OHSAS 18001 e atua na mitigação de riscos de acidentes e doenças ocupacionais.

- *Patrimoniais*

São seguidas as políticas corporativas da Endesa Espanha para a proteção securitária de seus ativos, especialmente as sub-estações e prédios administrativos e operacionais da Companhia, além de assumir responsabilidade contra riscos de perdas acidentais que possam comprometer sua rentabilidade e provisionar contingências relacionadas à responsabilidade civil por acidentes e danos a terceiros. Todos esses riscos são cobertos por apólices de seguradoras em escala global e no mercado nacional.

- *Sociais*

Como as relações com as comunidades do entorno podem impactar, de forma positiva ou não, a atividade de distribuição de energia, a Companhia compromete-se seriamente a operar garantindo a máxima segurança para as populações localizadas próximas às suas subestações. Os impactos sociais negativos também estão relacionados à interrupção de fornecimento de energia elétrica, que podem trazer prejuízos diversos, tais como perda de produtividade da classe industrial, queima de aparelhos eletroeletrônicos e, nas cidades, falta de segurança dos indivíduos com a interrupção temporária da iluminação pública, dentre outros.

Além de investimentos crescentes em melhorias na operação, é mantido um Plano de Contingência em casos de ocorrências de alto impacto, nos quais um grande número de clientes é atingido pela suspensão do fornecimento. A comunicação sobre o problema é intensificada e os especialistas técnicos e o Comitê de Gestão de Crises são convocados para gerenciar os procedimentos imediatos. A companhia realiza o devido ressarcimento dos danos por ocorrências elétricas decorrentes de oscilações no sistema de energia.

Em relação ao seu capital humano, a fim de evitar riscos trabalhistas, a Companhia segue as regras da legislação trabalhista e busca de forma constante a promoção do bem-estar de seus colaboradores. Para maiores informações, *vide* seção "Atividades da Companhia – Empregados e Recursos Humanos", na página 251 deste Prospecto.

- *Reconhecimentos*

Como forma de reconhecer a qualidade de prestação de serviços dos parceiros, a Companhia instituiu o Programa de Reconhecimento da Qualidade, que tem como objetivo avaliar e acompanhar o desempenho em campo dos melhores leituristas e eletricitas nos serviços de ligação nova, inspeção, normalização, corte, religação e atendimento emergencial. Os colaboradores são avaliados a partir dos seus indicadores operacionais e de uma pesquisa de satisfação realizada com os clientes que foram atendidos. A cada quadrimestre, são premiados três profissionais que se destacaram nas áreas de Fortaleza, Região Metropolitana, Norte e Sul, além da melhor equipe e do melhor desempenho em todo o processo. Em 2008, ocorreram 18 encontros, com 1.960 participações. Essa iniciativa procura motivar o parceiro a buscar a excelência em todos os aspectos de seu trabalho. Na oportunidade, são promovidos eventos com palestras motivacionais e muita animação.

A partir de 2008, a Companhia também passou a comemorar o Dia do Leiturista, em 20 de julho, a fim de reconhecer a importância deste profissional, que atua na linha de frente do contato com os clientes. Durante dois dias, em um hotel em Fortaleza, 450 pessoas participaram de eventos de confraternização – entre leituristas, coordenadores e supervisores da Companhia, além de donos e gestores de empresas parceiras. Além de brindes, foram distribuídos folders com os 10 mandamentos para um bom atendimento em campo e manual do leiturista, que envolve informações sobre postura, segurança, instalações e configurações de equipamentos e produtos e serviços da Companhia.

Performance da Rede

Para garantir a eficiência da rede, elevar os níveis de confiabilidade e ampliar a capacidade de atendimento, foram realizados investimentos de R\$343 milhões em obras de expansão, reformas e manutenção de seu sistema, controle de perdas, sistemas de informação e atendimento ao cliente, o que significou elevação de 37% em relação aos R\$251 milhões aplicados em 2005.

Sistema de Suprimento – Rede Básica

O Estado do Ceará é suprido através de linhas de transmissão da rede básica em 500kV e 230KV, a saber: (i) uma linha de transmissão de 500kV derivada da Usina Hidroelétrica de Luiz Gonzaga, passando pelas subestações de Milagres, Quixada e Fortaleza II; (ii) duas linha de transmissão de 500kV derivada da Subestação Presidente Dutra, passando pelas subestações de Teresina II, Sobral III e Fortaleza II; (iii) três linhas de transmissão de 230kV derivadas do complexo das Usinas de Paulo Afonso, passando pelas subestações de Bom Nome, Milagres, Iço (via derivação da linha de transmissão 04 M3 entre as subestações de Milagres e Banabuiú), Banabuiú, Russas (via anel fechado entre as subestações Banabuiú, Mossoró e Russas) e Fortaleza I; (iv) duas linhas de transmissão de 230kV derivadas da Usina Hidroelétrica de Boa Esperança, passando pelas subestações Teresina I; (v) uma linha de transmissão derivada da subestação de Teresina I, passando pelas subestações de Piripiri, Sobral II e Cauipe; (vi) três linhas de transmissão derivadas da subestação de Fortaleza II, passando pela subestação de Cauipe. (vii) três linhas de transmissão de 230kV derivadas da subestação de Fortaleza II, passando pela subestação de Fortaleza I; (viii) dois circuitos (duplo) em 230kV derivados da subestação de Fortaleza II, passando pela subestação de Delmiro Gouveia e dois circuitos 230kV derivados da subestação de Sobral III, passando pela subestação de Sobral II.

As subestações pertencentes à rede básica em 500kV e 230kV que atendem ao estado do Ceará são: (i) subestação de Sobral III (seccionadora/abaixadora 1x600MVA – 500/230kV); (ii) subestação de Fortaleza II (seccionadora/abaixadora 3 x 600MVA – 500/230kV); (iii) subestação de Milagres (abaixadora 1x600MVA – 500/230kV); (iv) subestação de Quixada (seccionadora); (v) subestação de Milagres (seccionadora/abaixadora 2 x 100MVA – 230/69 kV); (vi) subestação de Taua (abaixadora 1 x 100MVA – 230/69 kV); (vii) subestação de Ico (seccionadora/abaixadora 1 x 100MVA – 230/69 kV); (viii) subestação de Banabuiú (seccionadora/abaixadora 2 x 33MVA + 1 X 50MVA – 230/69kV); (ix) subestação de Russas (seccionadora/abaixadora 2 x 100MVA – 230/69kV); (x) subestação de Delmiro Gouveia (abaixadora 4 x 100MVA – 230/69kV); (xi) subestação de Fortaleza I (abaixadora 4 x 100MVA – 230/69kV); (xii) subestação de Pici (abaixadora 2 x 100MVA – 230/69kV) (xiii) subestação de Cauipe (seccionadora/abaixadora 2 x 100MVA – 230/69kV); e (xiv) subestação de Sobral II (seccionadora/abaixadora 3 x 100MVA – 230/69kV).

Sistema de Distribuição em Alta Tensão

As linhas que abastecem as subestações de distribuição da Companhia e consumidores classe A-3 (classe de tensão 72,5kV) têm origem a partir das subestações 230/69kV.

O subsistema elétrico suprido através de cada uma destas subestações define uma região elétrica de operação, também denominada de ponto de entrega ou ponto de suprimento em 69kV. Atualmente há três em operação na Cidade de Fortaleza (Fortaleza, Pici e Delmiro Gouveia), um na Região Metropolitana de Fortaleza (Cauipe), um na região Norte do Estado (Sobral II) e Cinco nas regiões Centro-Oeste, Centro e Sul do Estado (Milagres, Taua, Iço, Banabuiú e Russas II).

Perdas e Cobrabilidade

As perdas de energia afetam os resultados da Coelce tendo em vista que a energia elétrica perdida poderia (i) não ser adquirida pela Coelce, reduzindo o valor das compras de energia e, conseqüentemente, aumentando a sua margem operacional ou (ii) ser distribuída e faturada a Consumidores finais ou outras concessionárias aumentando o valor de seu faturamento e, conseqüentemente, sua margem operacional.

A Coelce busca aumentar seu faturamento e o valor por ela efetivamente recebido de seus clientes, mediante a diminuição do nível de perda de energia elétrica por ela distribuída (perdas) e a redução da inadimplência de seus clientes (cobrabilidade).

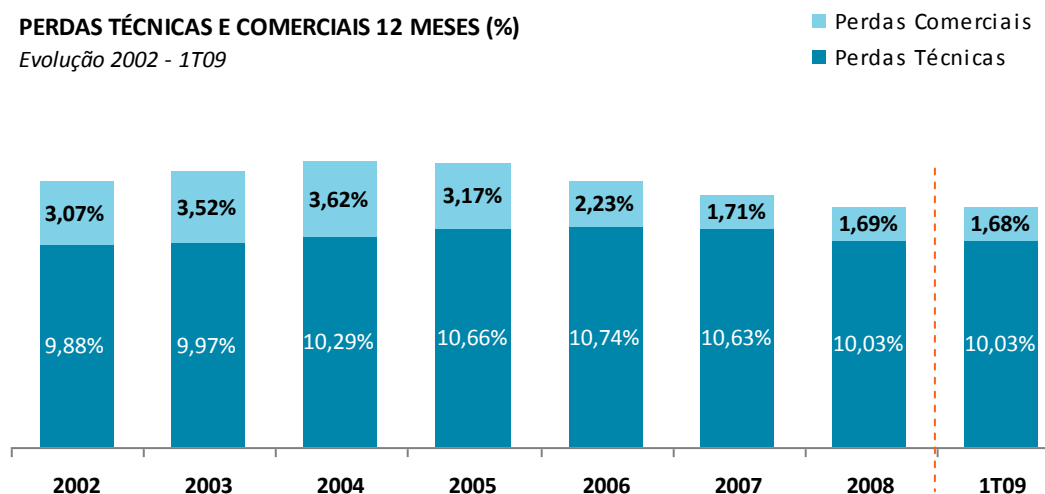
As perdas de energia podem ser divididas em duas principais categorias, quais sejam, perdas técnicas e perdas comerciais. As perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso normal da atividade de distribuição de energia elétrica, tais como (i) fugas ou vazamento de energia pelo mau funcionamento de isoladores; (ii) transformação de energia elétrica em energia térmica, devido à resistência de condutores; e (iii) perda por contato da rede elétrica com vegetação. As perdas comerciais são resultantes de ligações ilegais e fraude por parte dos Consumidores, ou seja, configuram o furto de energia elétrica.

As perdas totais de energia na Coelce (*i.e.*, perdas técnicas e perdas comerciais) alcançaram 11,72% em 2008, uma melhora de 6,1% em relação às perdas totais de energia registradas em 2007, de 12,35%. Essa melhora nos índices de perdas e o conseqüente valor alcançado pela Coelce em 2008 refletem os investimentos constantes da Coelce no combate às perdas ao longo dos últimos anos, aliado a ações sociais em prol da geração de renda.

Abaixo segue o gráfico da evolução das perdas totais da Coelce no período de 2002 a 31 de março de 2009, conforme informações fornecidas pela Coelce e disponibilizadas nas respectivas Demonstrações Financeiras:

PERDAS TÉCNICAS E COMERCIAIS 12 MESES (%)

Evolução 2002 - 1T09



O procedimento adotado pela Coelce para cobrança e pagamento da energia elétrica fornecida a seus Consumidores varia conforme a categoria de consumo. A leitura mensal de medidores ou as estimativas de consumo formam a base da cobrança da maioria dos Consumidores. Os medidores dos Consumidores rurais são lidos em intervalos que variam de um a três meses, conforme estabelecido na regulamentação aplicável.

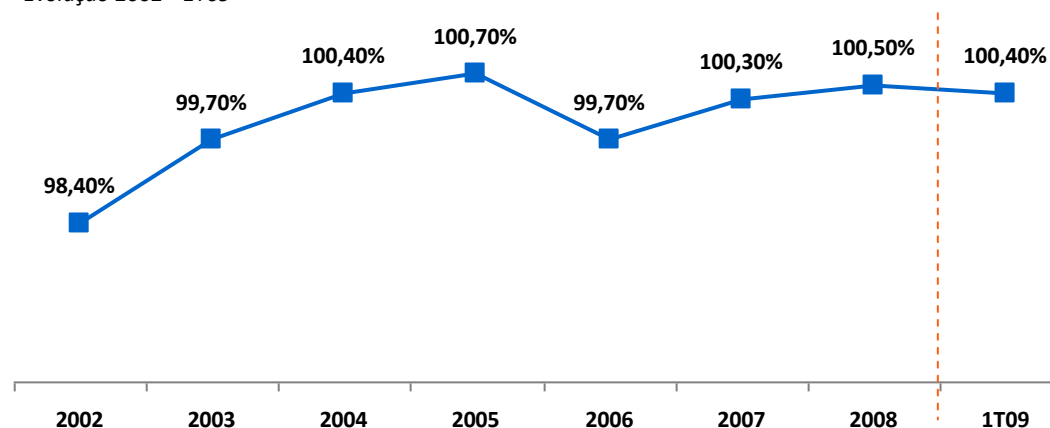
A partir de 2007 foram implementadas novas ações de cobrança em substituição ao simples corte e religamento de energia elétrica. Atualmente, caso qualquer consumidor deixe de pagar sua conta dentro do prazo determinado, a Coelce envia notificação padronizada a esse consumidor alertando-o do inadimplemento. Em seguida, caso o débito permaneça em aberto e seja superior a R\$100,00, a Coelce aciona uma empresa de cobrança para obter o pagamento do consumidor. Se mesmo com a ação da empresa de cobrança o pagamento não for efetuado, a Coelce notifica o consumidor de sua intenção de suspender o fornecimento de energia elétrica e prossegue com o corte.

Essas novas medidas acarretaram economias de custo para a Coelce e aumentaram o índice de cobrabilidade.

Em relação à cobrabilidade (medida como valores arrecadados sobre valores faturados, com relação aos últimos doze meses da data de apuração), a mesma encerrou 2008 e obteve um resultado equivalente a 100,5%, resultado este 0,2 pontos percentuais superior ao resultado apurado no encerramento de 2007, de 100,3%.

ÍNDICE DE ARRECADAÇÃO (COBRABILIDADE) 12 MESES (%)

Evolução 2002 - 1T09



Fonte: Coelce

Utilizando como base os dados constantes dos gráficos anteriores, a tabela abaixo traz a comparação entre o exercício de 2008 e de 2007 e do primeiro trimestre de 2009 com relação aos índices operacionais perdas e cobrabilidade da Coelce:

| Indicadores Operacionais (12 meses) | 31 de dezembro de | | Variação | 31 de março de | Variação |
|-------------------------------------|-------------------|--------|-----------|----------------|-----------|
| | 2008 | 2007 | % | 2009 | % * |
| Perdas de Energia (%) | 11,72% | 12,35% | -0,63 p.p | 11,71% | -0,01 p.p |
| Adimplência (%) | 100,5% | 100,3% | 0,25 p.p | 100,4% | -0,11 p.p |
| * Variação entre 1T09 e 2008 | | | | | |

Em 31 de março de 2009, a estrutura do contas a receber da Emissora era a seguinte:

| R\$ mil | Vincendos | Vencidos até 90 dias | Vencidos mais de 90 dias | Total em 31/03/2009 |
|--|----------------|----------------------|--------------------------|---------------------|
| Circulante | | | | |
| Residencial | 49.052 | 31.726 | 14.534 | 95.312 |
| Industrial | 11.735 | 6.387 | 4.765 | 22.887 |
| Comercial | 11.517 | 9.647 | 10.280 | 31.444 |
| Rural | 10.362 | 6.055 | 2.303 | 18.720 |
| Poderes Públicos | 11.747 | 3.287 | 6.471 | 21.505 |
| Iluminação Pública | 4.439 | 1.403 | 1.060 | 6.902 |
| Serviços Públicos | 5.182 | 304 | 337 | 5.823 |
| Subtotal | 104.034 | 58.809 | 39.750 | 202.593 |
| CCEE | 4.751 | - | - | 4.751 |
| Consumidores Livres | 5.989 | - | - | 5.989 |
| Fornecimento não Faturado | 71.244 | - | - | 71.244 |
| Parcelamentos de Débitos | 37.929 | - | - | 37.929 |
| Outros Créditos | 13.766 | 2.220 | 1.290 | 17.276 |
| Encargos Emergenciais | - | 1.503 | 1.016 | 2.519 |
| Créditos de Clientes com Ações Judiciais | 28.481 | 1.966 | 31.238 | 61.685 |
| Ativo Regulatório Transmissoras | 233 | - | - | 233 |
| Subtotal | 162.393 | 5.689 | 33.544 | 201.626 |
| Total Circulante | 266.427 | 64.498 | 73.294 | 404.219 |
| Não Circulante | | | | |
| Comercialização na CCEE | - | - | 12.917 | 12.917 |
| Parcelamento de débito | 22.589 | - | - | 22.589 |
| Subtotal | 22.589 | - | 12.917 | 35.506 |
| Total Não-Circulante | 22.589 | - | 12.917 | 35.506 |
| Total consumidores, concessionários e permissionários | 289.016 | 64.498 | 86.211 | 439.725 |
| (-) Prov. Liq. Duvidosa | - | - | - | (99.399) |
| TOTAL | 289.016 | 64.498 | 86.211 | 340.326 |

Em dezembro de 2007, a média de dias das contas inadimplentes da Emissora era de 41,5 dias. Em dezembro de 2008, tal prazo passou para 38,4 dias. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora apresentou média de 35,2 dias. A redução do prazo das contas a receber vencidas foi resultado da implantação de programas visando reduzir inadimplimentos, que incluiu controle mais rígido das contas a receber e execução de cortes de energia dos clientes inadimplentes. Neste sentido, a média mensal de cortes de energia passou de 57.546 em 2007 para 48.330 em 2008. Em 2009, a média mensal já se encontra em 43.754 cortes.

Tarifas

Os valores das tarifas de fornecimento das distribuidoras de energia elétrica são reajustados anualmente pela ANEEL, conforme fórmula paramétrica prevista no respectivo contrato de concessão. Ao ajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide os custos de concessionárias de distribuição entre (i) custos "não gerenciáveis", ou Parcela A, e (ii) custos "gerenciáveis", ou Parcela B. Os custos da Parcela A incluem, entre outros, custos de energia comprada, determinados encargos regulatórios e custos do uso do sistema de transmissão e conexão. A Parcela B compreende os itens de custo que estão sob o controle das concessionárias e incluem, entre outros, retorno sobre o investimento relacionado à área de concessão, impostos sobre receitas, custos de depreciação e custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

O contrato de concessão de cada distribuidora de energia elétrica estabelece um reajuste de tarifa anual. Neste momento, se busca que todos os custos da Parcela A sejam totalmente repassados aos clientes. Os custos da Parcela B, entretanto, são corrigidos de acordo com o índice IGP-M, ajustado por um fator X.

As empresas de distribuição de energia elétrica, conforme os contratos de concessão, também têm direito à revisão periódica das tarifas com intervalos que podem variar entre três e cinco anos (no caso da Emissora, a cada quatro anos). Nestas revisões (1) todos os custos da Parcela B são recalculados de forma a refletir a incorporação de melhorias de processo e novas tecnologias; (2) o fator X é calculado com base em dois componentes: (i) Xa, estabelecido a cada ano, é calculado considerando a diferença entre os índices de inflação IPCA e o IGP-M multiplicada pelos custos totais com pessoal, material e serviços da distribuidora (uma vez que esses aumentos se baseiam no IPCA e os aumentos da Parcela B se baseiam no IGP-M); e (ii) Xe, estabelecido a cada revisão periódica, é um fator baseado em ganhos de produtividade da concessionária devido ao crescimento de mercado.

O fator X é usado para ajustar a remuneração da distribuidora em função dos ganhos de escala que a mesma venha a obter durante o intervalo regulatório. Dessa forma, quando da conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X (devido à aplicação do Xe) determina o compartilhamento dos ganhos de produtividade das empresas de distribuição com os clientes finais.

Além disso, concessionárias de distribuição de energia têm direito a revisão extraordinária, analisadas caso a caso, para assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro e compensá-las por custos imprevisíveis, inclusive impostos, que alterem significativamente sua estrutura de custos.

Histórico Recente de Revisão Tarifária da Companhia

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, os reajustes tarifários anuais entram em vigor a partir do dia 22 de abril de cada ano, e as revisões tarifárias periódicas ocorrem a cada 4 anos, também na mesma data. O primeiro ciclo de revisão tarifária da Companhia ocorreu em 2003, o segundo ciclo ocorreu em 2007, e o terceiro ciclo está previsto para ocorrer em 2011.

Em abril de 2007, foram homologados os resultados da revisão tarifária da Companhia, com o estabelecimento do reposicionamento tarifário provisório de -7,20% e o componente Xe de 2,82%.

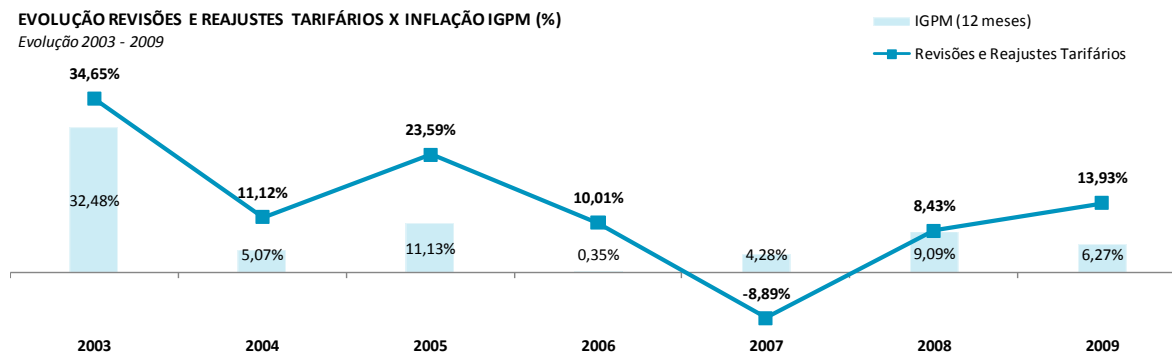
Em abril de 2008, a ANEEL homologou a alteração nos resultados da segunda revisão tarifária da Companhia, em decorrência da validação da base de remuneração da concessionária, bem como a incorporação, provisória, de alguns dos aprimoramentos metodológicos submetidos. As alterações resultaram em um reposicionamento tarifário de -8,66% e um componente Xe de 0,77%.

Após o recebimento de aportes e contribuições por meio de Consulta Pública, a ANEEL homologou em 31 de março de 2009, o resultado definitivo da segunda revisão tarifária da Companhia. A empresa obteve um reposicionamento tarifário de - 8,89%. Também foi definido para o componente Xe do Fator X um índice de 0%.

Em abril de 2008, a ANEEL homologou o reajuste tarifário anual contratual em 8,43%, sendo 6,04% desse percentual relativo ao processo de reajuste e 2,39% referente aos componentes financeiros pertinentes.

O reajuste tarifário anual de 2009 da Coelce homologado pela ANEEL, vigente a partir de 22 de abril de 2009, resultou no índice total de 13,93%, sendo 9,88% relativo ao cálculo econômico e 4,05% referente aos componentes financeiros.

A tabela abaixo apresenta um resumo das revisões e reajustes tarifários da Companhia para os períodos lá indicados, conforme dados fornecidos pela Companhia:



Fonte: Coelce e ANEEL.

Serviços

Por força do Contrato de Concessão, a Emissora está sujeita aos regulamentos referentes à exploração dos serviços, sendo responsável pela elaboração de projetos e execução de obras necessários ao fornecimento de energia elétrica até o ponto de entrega, bem como por operar e manter o seu sistema elétrico, sendo que tais serviços são remunerados através das tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os serviços listados a seguir, e que são realizados a pedido do consumidor, são cobrados de acordo com a regulamentação da ANEEL: vistoria de unidade consumidora, aferição de medidor, verificação de nível de tensão, religação normal, religação de urgência e emissão de segunda via de fatura.

Qualidade dos Serviços

Indicadores dos Serviços Técnicos

A qualidade dos serviços técnicos é mensurada através de indicadores de continuidade que refletem a frequência e a duração média de interrupção do fornecimento de energia elétrica em todo o sistema elétrico da Emissora.

Indicadores DEC (que mede a duração equivalente de interrupções de fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora) e FEC (que mede a frequência equivalente de interrupções de fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora) são apurados de acordo com a Resolução ANEEL nº 024/2000, que estabelece as disposições relativas à continuidade da distribuição de energia elétrica às unidades consumidoras e metas a serem cumpridas em cada conjunto do Estado do Ceará.

Indicadores DIC (que mede a duração de interrupção individual no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora), FIC (que mede a frequência de interrupção individual no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora) e DMIC (que mede a duração máxima de interrupção contínua no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora) também estão definidos na Resolução ANEEL nº 024/2000. Estes indicadores estão constando nas faturas mensais dos clientes desde janeiro de 2005. A Concessionária deverá informar estes Indicadores por escrito, em até 30 (trinta) dias, sempre que solicitado pelo consumidor.

A Emissora está sujeita, ainda, às medições determinadas pelo indicador TMAE – Tempo Médio de Atendimento a ocorrências emergenciais (que mede o tempo médio de atendimento a ocorrências emergenciais transcorrido desde o recebimento da reclamação até a resolução do problema e o número de ocorrências no período) apurados de acordo com a Resolução ANEEL nº 520/2002.

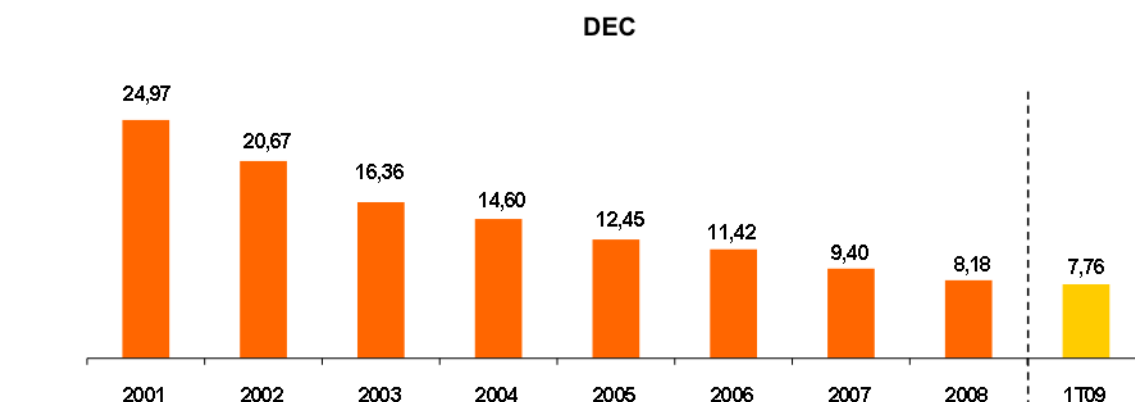
Padrão de Serviços

O Contrato de Concessão obriga a Emissora a conservar e melhorar seus equipamentos e instalações, de modo a estar em conformidade com os padrões de qualidade, continuidade, segurança e confiabilidade estabelecidos ou a serem estabelecidos pela ANEEL para o serviço de distribuição de energia.

DEC e FEC.

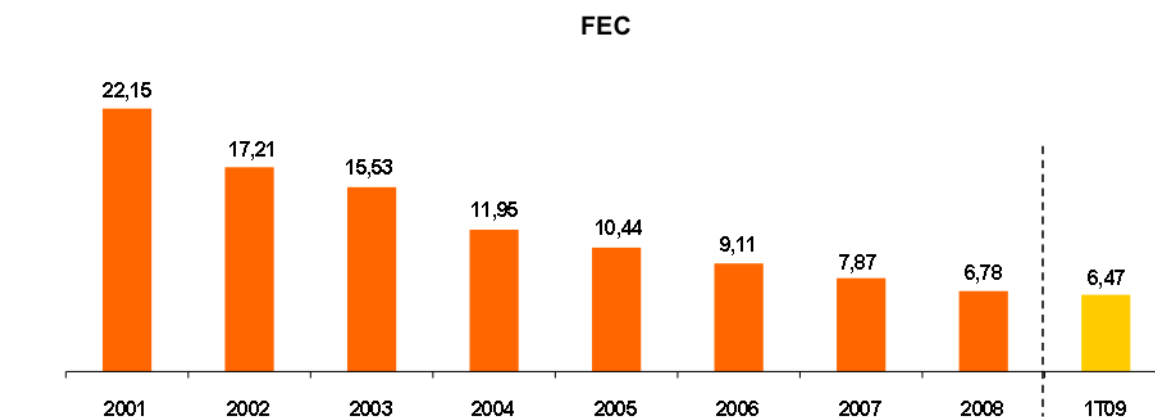
Os investimentos e ações que a Coelce tem empreendido nos últimos anos levaram a melhora de seu desempenho operacional, medidos pelos indicadores DEC e FEC, que mensuram a qualidade no fornecimento de energia do sistema na sua área de concessão.

O DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) reflete o intervalo de tempo que, em média, no período de observação, cada unidade consumidora da Coelce teve o seu fornecimento de energia elétrica interrompido, sendo medido em horas por período (no caso, horas por ano). A Coelce encerrou o ano de 2008 com DEC em 8,18 horas, índice 13,0% melhor do que aquele apresentado no ano anterior, que foi de 9,40 horas. Já em 31 de março de 2009 a Emissora apresentou um DEC de 7,76 horas, índice 5,13% melhor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2008. Abaixo é apresentado gráfico que reflete os índices de DEC da Coelce para os períodos lá indicados:



Fonte: Site da ANEEL

O FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), por sua vez, reflete a frequência que em média os Consumidores da Coelce tiveram o seu fornecimento interrompido, sendo medido em vezes por período (no caso, vezes por ano). O FEC alcançou em 2008 o patamar de 6,78 vezes, o que representa uma evolução de 13,8% em relação a 2007, que fechou em 7,87 vezes. Já em 31 de março de 2009 a Emissora alcançou um FEC de 6,47 vezes, índice 4,57% melhor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2008. Abaixo é apresentado gráfico que reflete os índices de FEC da Coelce para os períodos lá indicados:



Fonte: Site da ANEEL

Utilizando como base os dados constantes dos gráficos anteriores, a tabela abaixo traz a comparação entre o exercício de 2008 e de 2007 e o primeiro trimestre de 2009 com relação aos índices operacionais DEC e FEC da Coelce:

| Indicadores Operacionais (12 meses) | 31 de dezembro de | | Variação | 31 de março de | Variação |
|-------------------------------------|-------------------|------|----------|----------------|----------|
| | 2008 | 2007 | % | 2009 | %* |
| DEC (horas) | 8,18 | 9,40 | -13,0% | 7,76 | -5,4% |
| FEC (vezes) | 6,78 | 7,87 | -13,8% | 6,47 | -4,9% |
| * Variação entre 1T09 e 2008 | | | | | |

Os indicadores de qualidade da Coelce alcançados em 2008 são os melhores DEC e FEC da região Nordeste, o terceiro melhor DEC nacional e o oitavo melhor FEC nacional (fonte: ABRADÉE, ANEEL e resultados anuais das companhias), fruto dos investimentos realizados em qualidade do sistema e da eficiência operacional da Coelce. Além disso, Fortaleza, que faz parte da área de concessão da Coelce, foi a capital da região Nordeste com os melhores indicadores de qualidade (DEC e FEC) em 2008, conforme indicado nos gráficos abaixo:

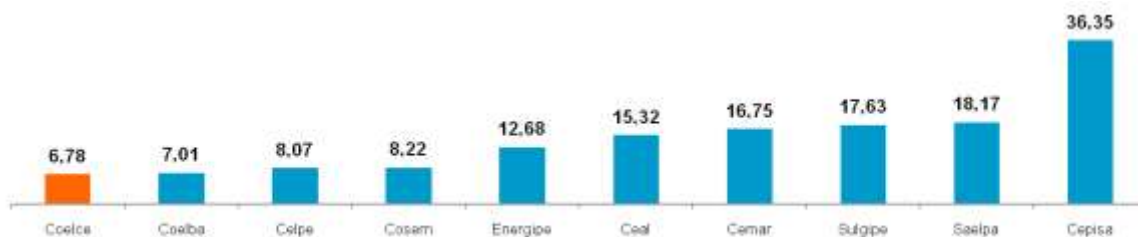
Melhor DEC das distribuidoras do Nordeste em 2008: Os cearenses ficaram 99,90% de tempo do ano com fornecimento de energia.



Fonte: Site da ANEEL e ABRADÉE

Melhor FEC das distribuidoras do Nordeste em 2008: Os cearenses ficaram uma vez em cada dois meses sem o fornecimento de energia.

Ranking Região Nordeste
FEC (em vezes)
Valores acumulados em 12 meses referentes a 2008

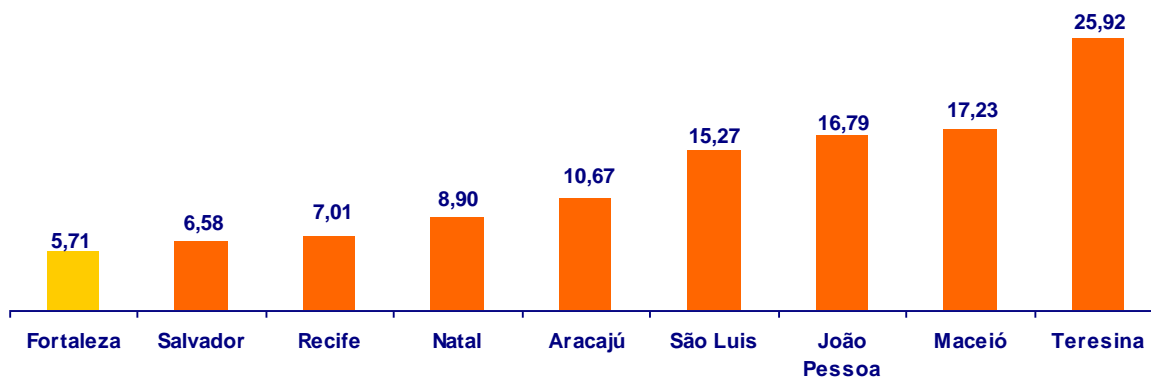


Fonte: Site da ANEEL e ABRADDE

Além disso, Fortaleza, que faz parte da área de concessão da Coelce, foi a capital da região Nordeste com os melhores indicadores de qualidade (DEC e FEC) em 2008.

Melhor DEC das capitais do Nordeste em 2008: Os fortalezenses ficaram menos de 30 minutos mensais sem o fornecimento de energia.

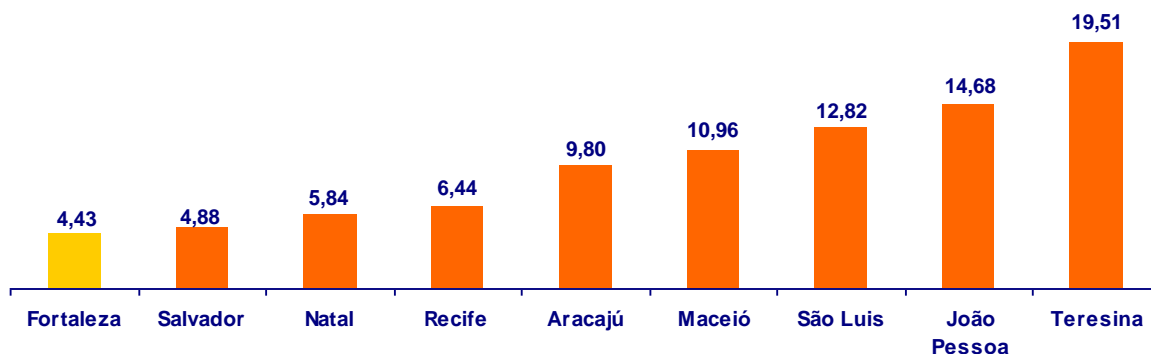
RANKING DEC 2008
CAPITAIS REGIÃO NORDESTE



Fonte: Site da ANEEL

Melhor FEC das capitais do Nordeste em 2008: Os fortalezenses ficaram uma vez a cada três meses sem o fornecimento de energia.

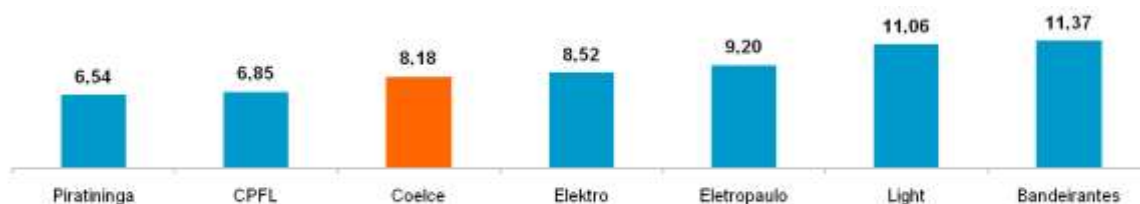
RANKING FEC 2008
CAPITAIS REGIÃO NORDESTE



Fonte: Site da ANEEL

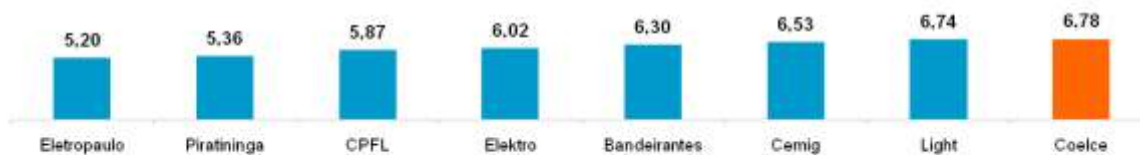
Fruto também dos investimentos em qualidade do sistema, a Coelce apresenta o terceiro melhor DEC nacional e o oitavo melhor FEC nacional.

Ranking Nacional
DEC (em horas)
Valores acumulados em 12 meses referentes a 2008



Fonte: ABRADÉE, ANEEL e resultados anuais das companhias.

Ranking Região Nordeste
FEC (em vezes)
Valores acumulados em 12 meses referentes a 2008



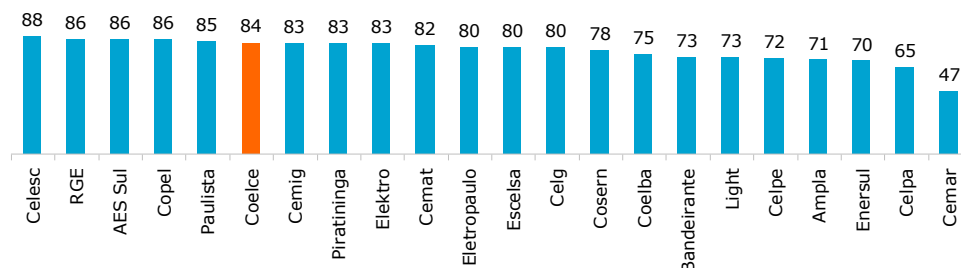
Fonte: ABRADÉE, ANEEL e resultados anuais das companhias.

Participação dos Consumidores

A Emissora tem o dever de manter um conselho de consumidores e fornecer informação adequada para que os consumidores saibam e reivindiquem seus direitos contra a Emissora. A Emissora também tem o dever de observar os direitos dos consumidores, tais como o direito de obter respostas rápidas às requisições de serviços, arquivamento de dados, requisições, reclamações e recomendações de consumidores. A Emissora tem o dever de providenciar relógios de medição sem qualquer custo aos consumidores residenciais.

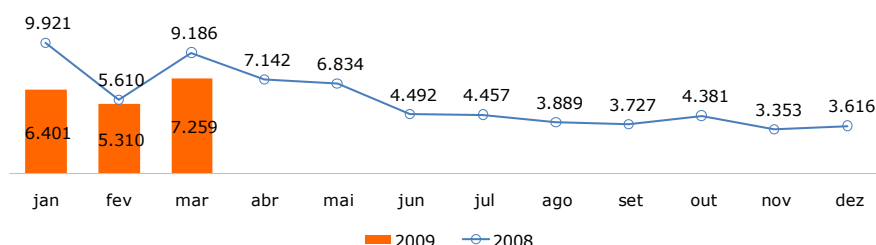
A Companhia vem mantendo um elevado índice de satisfação de seus clientes, inclusive em relação aos seus pares, estando em primeiro lugar na região do Nordeste e em sexto lugar nacional, conforme os dados da ABRADEE, dispostos nos gráficos abaixo.

ISQP – Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (resultado em 2008).



Fonte: ABRADEE.

Reclamações – comparativo entre os anos de 2009 e 2008.



Fonte: ABRADEE.

Penalidades

As infrações das distribuidoras de energia elétrica eram regulamentadas pela Resolução ANEEL nº 318/98, que foi revogada pela Resolução Normativa nº 063/2004 ("Resolução Normativa").

De acordo com o disposto na referida Resolução Normativa, as infrações relativas à prestação de serviços e à implantação e operação de instalações de energia elétrica sujeitarão o infrator às penalidades de (i) advertência; (ii) multa; (iii) embargo de obras; (iv) interdição de instalações; (v) suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como de impedimento de contratar com a ANEEL e de recebimento de autorização para serviços e instalações de energia elétrica; (vi) revogação da autorização; (vii) intervenção administrativa; e (viii) caducidade da concessão. O valor das multas poderá variar de 0,01% até 2%, dependendo do tipo de infração verificada, calculada sobre valor do faturamento oriundo da venda de energia elétrica e prestação de serviços, relativos aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração. Na fixação do valor das multas serão consideradas a abrangência e a gravidade da infração, os danos para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator e a existência de sanção nos últimos quatro anos. No caso de inadimplemento da Emissora no cumprimento das obrigações oriundas das penalidades sofridas, poderá o Poder Concedente declarar rescindido o Contrato de Concessão, ou encampar as ações de controle para posteriormente vendê-las em leilão público. A Emissora também poderá sofrer as penalidades impostas pela Resolução ANEEL nº 24/00, caso a qualidade do serviço não atinja os indicadores DEF, FEC, DIC e FIC, conforme a tabela contida no anexo à Resolução Autorizativa nº 1.670, de 18 de novembro de 2008.

Tributos sobre os Serviços de Distribuição de Energia

A Emissora tem como fonte de renda a comercialização e distribuição de energia elétrica, adquirida no mercado. Além do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre o lucro líquido ajustado por adições e exclusões previstas na legislação tributária, a Emissora está sujeita (i) à incidência da Contribuição ao PIS e à COFINS calculados sobre a receita bruta decorrente do fornecimento de energia e (ii) ao recolhimento do ICMS incluído no preço da energia fornecida.

A comercialização de energia elétrica era tributada, antes da promulgação da Constituição Federal em vigor, pelo então denominado "imposto único sobre minerais", de competência da União. Com o advento da Constituição Federal de 1988, a tributação das operações relativas à energia elétrica passou a ser de competência dos Estados e do Distrito Federal, por via do ICMS. Por determinação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, coube às empresas distribuidoras de energia elétrica a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS incidente desde a produção ou importação de energia elétrica até a última operação, até que fosse editada Lei Complementar sobre a matéria, no caso, a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Essa Lei Complementar nada dispôs especificamente sobre a responsabilidade das distribuidoras de energia elétrica pelo recolhimento do ICMS, tendo disposto genericamente que a definição da responsabilidade pelo pagamento do imposto na condição de contribuinte ou de substituto tributário caberia a cada Estado e ao Distrito Federal, por lei. Pela legislação do Estado do Ceará, no que diz respeito à distribuição de energia elétrica, as distribuidoras são responsáveis pelo recolhimento do ICMS incidente sobre a venda de energia elétrica ao consumidor final, situação em que as distribuidoras pagam o tributo por conta do contribuinte de direito.

No Estado do Ceará, o consumo de energia elétrica é tributado à alíquota de 25% abrangendo todas as classes de consumidores, exceto: classe residencial com consumo até 140KWh – Baixa Renda; classe de produtor rural e órgãos públicos estaduais. A partir de janeiro de 2004, foi criado o Fundo de Combate à Pobreza (FECOP) que elevou em 2% a alíquota do ICMS incidente sobre energia elétrica. Ao contrário das vendas de energia elétrica para dentro do estado, o ICMS não incide sobre operações interestaduais com energia elétrica, quando destinada à comercialização ou industrialização.

O recolhimento do ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica dos anos de 2006 a 2008 pode ser demonstrado como segue:

| Ano-Calendário | Valor (R\$) |
|----------------|-------------------------|
| 2006 | 364.512.058,28 |
| 2007 | 311.927.688,27 |
| 2008 | 367.157.221,67 |
| Total | 1.043.596.968,22 |

Fonte: Coelce

PIS e COFINS

Existem dois tributos incidentes sobre o faturamento das pessoas jurídicas (entendendo-se como tal a receita bruta mensal auferida), a título de contribuição social: o PIS e a COFINS, de competência da União. Estes tributos incidem sobre a receita bruta mensal das pessoas jurídicas, sendo apurados de acordo com dois regimes distintos: o da cumulatividade, com alíquota combinada de 3,65%, e o da não cumulatividade, com alíquota combinada de 9,25%. O regime da não-cumulatividade está em vigor desde dezembro de 2002 para o PIS e desde fevereiro de 2004 para a COFINS e consiste, tanto para o PIS quanto para a COFINS, na apuração do valor a pagar com a possibilidade de abater créditos oriundos de aquisições de matérias primas, serviços, entre outros. A alíquota do PIS passou a ser de 1,65% e a da COFINS passou a ser de 7,6%.

O recolhimento do PIS e da COFINS dos anos de 2006 a 2008 pode ser demonstrado como segue:

| PIS | |
|----------------|-----------------------|
| Ano-Calendário | Valor (R\$) |
| 2006 | 24.437.842,91 |
| 2007 | 18.803.875,12 |
| 2008 | 21.232.666,13 |
| Total | 64.474.384,16 |
| COFINS | |
| Ano-Calendário | Valor (R\$) |
| 2006 | 105.147.776,17 |
| 2007 | 88.432.737,90 |
| 2008 | 92.476.331,65 |
| Total | 286.056.845,72 |

Fonte: Coelce

Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

Os encargos de uso do sistema de transmissão devem ser suficientes para a prestação dos serviços de transmissão e são devidos às respectivas concessionárias de transmissão e ao ONS. Estes encargos são devidos por todos os usuários das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica, calculados com base nos montantes de uso contratados ou verificados, por ponto de conexão, obedecendo a seguinte fórmula: $Ec = Tp \times Up + Tfp \times Ufp$, onde: "Ec" é o encargo mensal pelo uso dos sistemas de transmissão, em R\$; "Tp" e "Tfp" são tarifas de uso do sistema de transmissão nos horários de ponta e fora de ponta, em R\$/kW, respectivamente; e "Up" e "Ufp" são os montantes do uso nos horários de ponta e fora de ponta, em kW, respectivamente.

O valor da despesa da Emissora com este encargo em 2008 foi de aproximadamente R\$79,7 milhões.

A Emissora não possui receitas referentes ao uso do sistema de transmissão.

Quota de Reserva Global de Reversão – RGR

O fundo de RGR foi criado pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, com objetivo de arrecadar recursos necessários para as indenizações pelas propriedades e instalações existentes no final da concessão, caso a mesma seja extinta ou não seja renovada. A RGR foi prorrogada pela Lei nº 10.438/02, que prevê sua extinção para o final do exercício de 2010, cabendo à ANEEL proceder à revisão tarifária para que os consumidores sejam beneficiados pela extinção do encargo.

A reversão do patrimônio da concessionária ao término da concessão far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Em fevereiro de 1999, a ANEEL, por meio da Resolução ANEEL nº 23/99, revisou as taxas de contribuição à RGR e determinou que as Emissoras prestadoras de serviços públicos de eletricidade contribuíssem, mensalmente, em parcelas recolhidas no dia 15 do mês seguinte ao de competência, a uma taxa anual equivalente a 2,5% do investimento *pro rata temporis*, observado o limite de 3% das receitas anuais de cada concessionária.

O referido investimento é composto pelo saldo pro rata do ativo imobilizado utilizado na prestação do serviço (desconsiderando o ativo intangível), deduzidas a depreciação acumulada, as doações e subvenções para investimentos e obrigações especiais, a reversão, amortização, a contribuição do consumidor e a participação da União, todos estes valores relativos ao respectivo período contábil.

A Lei nº 10.438/02 também dispõe que o atraso do pagamento da RGR implicará a incidência de juros de mora de 1% ao mês e multa de até 5%, a ser fixada pela ANEEL, respeitado o limite máximo admitido pela legislação em vigor.

O artigo 7º da Resolução ANEEL nº 23/99 prevê que as quotas da RGR terão por finalidade prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, na hipótese de uma concessão ser extinta ou não ser renovada. Na hipótese de nenhuma concessão ser extinta ou não ser renovada, a RGR será utilizada principalmente para financiar os projetos de geração e distribuição de energia elétrica.

Cabe à Eletrobrás definir os procedimentos a serem observados pelas concessionárias e permissionárias para habilitarem-se à obtenção de financiamentos com recursos da RGR.

Concorrência

Atualmente, as distribuidoras adquirem parte da energia necessária para atendimento de seu mercado cativo por meio dos contratos iniciais, pelos quais o suprimento de energia é realizado a preços regulados pelo Poder Concedente. Esse suprimento, com preço mais baratos, proporciona o repasse de custos menores aos consumidores finais através das tarifas de fornecimento.

As recontrações devido à descontração dos contratos iniciais ocorrerão por meio de leilão, e certamente serão a preços competitivos já que serão realizados com as "energias velhas". Essa perspectiva de negociação no *pool* de energias descontraídas com os distribuidores deve-se ao fato do Governo Federal promover a modicidade tarifária para os consumidores cativos.

Considerando a condição a ser aplicada pelo modelo do setor elétrico, para contratação de energia necessária ao atendimento da expansão do mercado, cujas contratações serão realizadas através do *pool* por mecanismo de licitação, espera-se que o resultado seja a preços competitivos, contribuindo para a modicidade das tarifas das distribuidoras.

As concessionárias distribuidoras não poderão desenvolver atividades de geração, de transmissão e de venda direta de energia elétrica para consumidores livres, exceto quando praticarem tarifas reguladas. O modelo elimina a possibilidade de contratação bilateral entre distribuidores e geradores, não permitindo tampouco a livre contratação entre empresas relacionadas, preservando, entretanto, os contratos já homologados pela ANEEL.

As novas regras mantêm a possibilidade da comercialização de energia livremente negociada para os grandes consumidores, que, atendendo certas condições, poderão adquirir energia diretamente de comercializadoras e produtores independentes. Para exercerem essa opção, deverão atender as condições contratuais, e na inexistência dessas, só poderão exercer a opção de serem livres no intervalo entre 12 e 36 meses a partir da manifestação formal à concessionária. O prazo para retornar à condição de consumidor cativo é de cinco anos, podendo este prazo ser reduzido a critério da distribuidora. Aquele que exercer a opção por ser livre deverá garantir o atendimento à totalidade de sua carga, mediante contratação, com um ou mais fornecedores, sujeito à penalidade pelo descumprimento dessa obrigação.

O modelo reduziu as possibilidades de concorrência entre distribuidoras, auto-produtores e produtores independentes, principalmente se a energia destes forem de origem de novas gerações que possuem preços mais elevados.

Por outro lado, a implementação do realinhamento tarifário, determinado pelo Governo Federal, causará a elevação do custo da energia de preço regulado das distribuidoras para os consumidores finais atendidos nos níveis de tensões A1, A3 e A4, fato que certamente estimulará a auto-produção ou contratação diretamente de produtores independentes.

Em um esforço para promover o aumento da concorrência, a ANEEL, em março de 1998, estabeleceu limites à concentração de certos serviços e atividades do setor elétrico. Em 2000, a ANEEL estabeleceu novos limites à concentração de tais serviços, de acordo com os quais, com exceção de empresas que participam do Programa Nacional de Privatização (que precisam apenas cumprir tais limites desde que sua reestruturação societária final seja consumada):

- nenhuma geradora, isoladamente ou em conjunto com seus controladores diretos e indiretos, poderá deter mais de 20% da capacidade instalada do Brasil, 25% da capacidade instalada da região sul/sudeste/centro-oeste ou 35% da capacidade instalada da região norte/nordeste;
- nenhuma distribuidora, isoladamente ou em conjunto com seus controladores diretos e indiretos, poderá responder por mais de 20% do mercado de distribuição do Brasil, 25% do mercado de distribuição na região sul/sudeste/centro-oeste ou 35% do mercado de distribuição na região norte/nordeste;
- nenhuma companhia de comercialização, isoladamente ou em conjunto com seus controladores diretos e indiretos, poderá negociar mais de 20% da energia comercial final do Brasil (consumidores finais), 20% da energia elétrica comercial intermediária do Brasil (entre empresas), e 25% do mercado comercial total do Brasil (consumidores e empresas); e

- nenhuma distribuidora poderá adquirir de geradora afiliada ou gerar por si mais de 30% das necessidades de energia total de seus consumidores cativos (denominado limite de auto-contratação). As geradoras e distribuidoras sujeitas aos limites acima são companhias ou consórcios detentores de concessões, permissões ou autorizações, conforme o caso, para gerar ou distribuir energia elétrica, ou agentes que detêm ações do grupo de controle da empresa geradora ou distribuidora. No caso de agente que detenha ações do grupo de controle de empresa geradora ou distribuidora, o cálculo de tais limites toma por base o número de ações ordinárias da companhia detidas pelo agente nestas empresas. No caso de sociedade de responsabilidade limitada, o cálculo toma por base a participação do agente no capital da companhia. A chamada auto-contratação (autorização para as distribuidoras comprarem até 30% de suas necessidades de energia elétrica contratando energia elétrica de empreendimento de geração próprio) não será mais permitida, exceto em relação a contratos devidamente aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Modelo do Setor Elétrico. As distribuidoras poderão, no entanto, comprar energia elétrica de partes relacionadas quando participarem dos processos licitatórios para compra de energia elétrica no ACR e a geradora vencedora da licitação for uma parte relacionada da distribuidora.

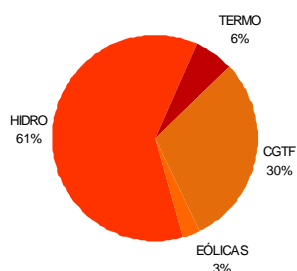
O Contrato de Concessão prevê exclusividade para a distribuição de energia dentro da área de concessão da Companhia (monopólio natural da rede de distribuição), não se incluindo aí a venda de energia para os clientes livres.

A legislação do setor elétrico prevê que, sob determinadas condições, alguns de seus clientes se tornem Consumidores Livres, o que possibilita que contratem a compra de energia elétrica diretamente de geradoras ou comercializadoras. Quando esses clientes escolhem outro fornecedor de energia elétrica, podem negociar o preço da energia (*commodity*) com o fornecedor de sua escolha e pagam à Coelce uma tarifa do uso do sistema de distribuição (TUSD) e transmissão (TUST), que são os custos referentes ao uso do sistema de transmissão, onde a distribuidora recebe os custos envolvidos na distribuição e a remuneração do seu ativo, uma vez que a energia apenas é repassada para o cliente na tarifa.

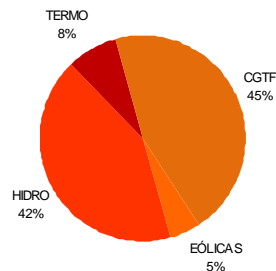
Energia Comprada

Os gráficos abaixo mostram o mix de energia comprada em MWh e em custo em reais referente ao ano de 2008, bem como em relação ao primeiro trimestre de 2009.

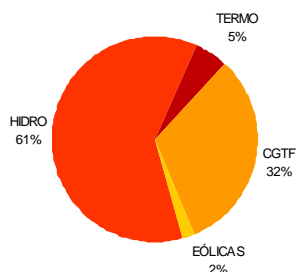
COMPOSIÇÃO ENERGIA COELCE 2008 - MWh



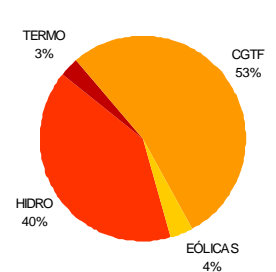
COMPOSIÇÃO ENERGIA COELCE 2008 - R\$



COMPOSIÇÃO ENERGIA COELCE 1T09 - MWh



COMPOSIÇÃO ENERGIA COELCE 1T09 - R\$



Fonte: Coelce, com base em informações divulgadas nas DFP e em *earnings release* (informações públicas).

A tabela abaixo indica a quantidade total de energia comprada pela Coelce de cada fornecedor nos períodos indicados.

| Compra de Energia (GWh) | 31 de março de | | Variação | 31 de dezembro de | | Variação |
|--|----------------|--------------|-------------|-------------------|--------------|-------------|
| | 2009 | 2008 | % | 2008 | 2007 | % |
| Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF | 663 | 669 | -0,9% | 2.690 | 2.690 | 0,0% |
| Centrais Elétricas - FURNAS | 382 | 373 | 2,4% | 1.610 | 1.629 | -1,2% |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF | 272 | 287 | -5,2% | 1.238 | 1.136 | 9,0% |
| Companhia Energética de São Paulo - CESP | 147 | 140 | 5,0% | 603 | 567 | 6,3% |
| Eletronorte | 115 | 114 | 0,9% | 488 | 465 | 4,7% |
| COPEL | 101 | 98 | 3,1% | 419 | 404 | 3,7% |
| CEMIG | 84 | 68 | 23,5% | 290 | 267 | 8,6% |
| PROINFA | 34 | 18 | 88,9% | 121 | 76 | 59,2% |
| Outros | 279 | 176 | 58,5% | 744 | 478 | 55,6% |
| Total de Energia Comprada | 2.078 | 1.943 | 6,9% | 8.202 | 7.712 | 6,4% |

Fonte: Coelce, com base em informações divulgadas nas DFP e em *earnings release* (informações públicas).

A Coelce celebrou no ACR – Ambiente de Contratação Regulada a compra de 8.202 GWh para atender a energia requerida pelo sistema, um incremento de 6,4% (490 GWh adicionais) em relação ao ano passado, que foi de 7.712 GWh, tendo em vista o crescimento do mercado e consequente maior energia faturada.

Os contratos de compra de energia para o período encerrado em 31 de março de 2009 totalizaram 2.078 GWh para atender a energia demandada pelo sistema (medida no CG – Centro de Gravidade). Esse montante representa um incremento de 6,9% (+135 GWh) em relação ao mesmo período do ano passado, que foi de 1.943 GWh, ocasionado pelo crescimento do mercado e, em consequência, maior volume de venda e transporte de energia.

Energia Faturada

Mercado Cativo

O volume de energia faturada no mercado cativo de distribuição de energia no qual a Companhia presta serviços apresentou um incremento de 6,8% em 2008 em relação a 2007. Todas as classes de consumo apresentaram evolução durante esse período, com destaque para a classe industrial, que apresentou um aumento equivalente a 10,6% com relação à 2007, o que representou um acréscimo de 124 GWh. Os principais fatores que impulsionaram o aumento do consumo no período, além do crescimento vegetativo do mercado, foram: (a) melhoria da renda familiar média, associada a um maior acesso ao crédito, refletidas no consumo *per capita* da classe residencial e comercial; e (b) forte expansão do consumo no mercado doméstico, refletido na classe industrial, além do retorno de alguns clientes livres ao mercado cativo.

O mercado cativo da Companhia apresentou um incremento de 4,7% no primeiro trimestre de 2009 em relação ao primeiro trimestre de 2008. Com exceção da classe "residencial – normal", todas as demais classes de consumo apresentaram evolução. O principal fator que impulsionou o aumento do consumo foi o crescimento vegetativo do mercado, de 5,7%, que adicionou mais 144.135 novos Consumidores efetivos à base comercial da Companhia.

A tabela abaixo apresenta detalhes sobre o volume de energia faturada com relação ao mercado cativo da Companhia para os períodos lá indicados:

| Venda de Energia no Mercado Cativo (GWh) | 31 de dezembro de | | Variação | 31 de março de | | Variação |
|---|-------------------|--------------|-------------|----------------|--------------|-------------|
| | 2008 | 2007 | % | 2009 | 2008 | % |
| Residencial - Normal | 1.301 | 1.253 | 3,8% | 334 | 335 | -0,3% |
| Residencial - Baixa Renda | 1.250 | 1.159 | 7,9% | 334 | 300 | 11,3% |
| Industrial | 1.292 | 1.168 | 10,6% | 315 | 308 | 2,3% |
| Comercial | 1.433 | 1.339 | 7,0% | 369 | 352 | 4,8% |
| Rural | 712 | 661 | 7,7% | 180 | 164 | 9,8% |
| Setor Público (inclui IP - Iluminação Pública) | 998 | 962 | 3,7% | 249 | 243 | 2,5% |
| Total - Venda de Energia no Mercado Cativo | 6.986 | 6.542 | 6,8% | 1.781 | 1.701 | 4,7% |

Fonte: Coelce

A energia faturada *per capita* do mercado cativo da Companhia, em 2008, foi de 2.656 kWh/consumidor, um incremento de 1,1% em relação ao ano anterior. Isso reflete pouca alteração no padrão de consumo médio dos Consumidores da Companhia. No entanto, analisando as classes individualmente, observamos elevado crescimento nas classes residencial/normal e na classe industrial. Essas variações são explicadas pelos dois fatores acima expostos.

No primeiro trimestre de 2009, a venda de energia *per capita* no mercado cativo foi de 668 kWh/Consumidor, representando um decréscimo de 1,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Isso reflete pouca alteração no padrão de consumo médio dos Consumidores da Coelce.

A tabela abaixo apresenta detalhes sobre o volume de energia faturada *per capita* da Coelce para os períodos lá indicados:

| Venda de Energia <i>per capita</i> no Mercado Cativo (KWh/consumidor) | 31 de dezembro de | | Variação | 31 de março de | | Variação |
|---|-------------------|--------------|-------------|----------------|------------|--------------|
| | 2008 | 2007 | % | 2009 | 2008 | % |
| Residencial - Normal | 2.265 | 1.924 | 17,7% | 581 | 565 | 2,8% |
| Residencial - Baixa Renda | 802 | 836 | -4,1% | 210 | 204 | 2,9% |
| Industrial | 217.356 | 194.234 | 11,9% | 53.295 | 51.345 | 3,8% |
| Comercial | 9.475 | 9.131 | 3,8% | 2.414 | 2.382 | 1,3% |
| Rural | 2.342 | 2.467 | -5,1% | 585 | 605 | -3,3% |
| Setor público (inclui IP - Iluminação Pública) | 27.920 | 29.501 | -5,4% | 6.858 | 7.334 | -6,5% |
| Média - Venda de Energia <i>per capita</i> no Mercado Cativo | 2.656 | 2.627 | 1,1% | 668 | 674 | -0,9% |

Fonte: Coelce

Mercado Livre

A venda de energia para os clientes do mercado livres em 2008 foi de 670 GWh, o que representa uma redução de 14,5% em relação a 2007. Tal redução foi em razão de a Companhia ter fechado o ano de 2008 com 14 clientes livres, uma retração de 26,3% em relação ao fechamento do ano de 2007. Essa variação se explica pela redução líquida de 5 clientes livres na base comercial da Companhia (basicamente, o retorno de 8 clientes livres ao mercado cativo, e a entrada de 3 novos clientes livres, ao longo de 2008).

No entanto, foi observado um incremento relevante na energia vendida *per capita* por clientes livres, de 18,4% em 2008 (49 GWh/consumidor), em relação a 2007 (41 GWh/consumidor).

| Venda de Energia (GWh) - Clientes Livres | 31 de dezembro de | | Variação |
|--|-------------------|--------|----------|
| | 2008 | 2007 | % |
| Energia Vendida - Clientes Livres | 670,22 | 784,26 | -14,5% |
| Energia vendida <i>per capita</i> (GWh/consumidor) | 48,87 | 41,28 | 18,4% |

Propriedade Intelectual

Visão Geral

Os direitos de propriedade intelectual abrangem dois grandes grupos: a propriedade industrial, representada pelas marcas e patentes mas incluindo também o nome comercial e os segredos de comércio e indústria, e os direitos autorais, em que se incluem os programas de computador e as criações literárias, artísticas e sonoras.

Segundo a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, o direito à exclusividade do uso de uma marca surge com o registro validamente expedido pelo INPI, autarquia autônoma vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O prazo de validade do registro é de dez anos, renovável por iguais períodos desde que o titular não deixe de utilizar a marca por mais de cinco anos e mediante o pagamento de uma taxa decenal.

O INPI também é o responsável pela análise e concessão de patentes aos inventores de produtos ou processos que sejam novos, tenham aplicação industrial e sejam inventivos, ou seja, não sejam óbvios para um especialista no assunto. As patentes não são renováveis e asseguram a seu titular o direito de explorá-las com exclusividade por 15 ou 20 anos da data do depósito, conforme sejam patentes de invenção ou modelos de utilidade. Além disso, é assegurado um prazo mínimo de exclusividade de dez anos para as patentes de invenção e sete anos para os modelos de utilidade, contados da data da concessão.

A proteção dos programas de computador e criações literárias, artísticas e sonoras está assegurada, respectivamente, pelas Leis nº 9.609 e nº 9.610, ambas de 19 de fevereiro de 1998. Os programas de computador são protegidos por 50 anos a partir do início do ano subsequente ao da sua publicação ou, não sendo publicado, do de sua criação. Já os direitos sobre criações artísticas perduram por 70 anos, contados do início do ano subsequente ao da morte do autor da obra.

Marcas e Patentes

De acordo com o banco de dados eletrônico do INPI, em 31 de março de 2009, a Emissora era titular do registro da marca "Coelce", nos tipos nominativa (marca constituída apenas por palavras, ou combinação de letras e/ou algarismos, sem apresentação fantasiosa); figurativa (marca constituída por desenho, imagem, formas fantasiosas em geral); e mista (combina elementos nominativos e figurativos na marca).

Além disso, a Emissora depositou 14 pedidos de registro da marca "Coelce" e outros 2 pedidos de registro da marca "Ecoelce", em diferentes tipos e classes.

A Emissora não possui patentes depositadas ou concedidas.

Programas de Computador

A Emissora utiliza somente programas de computador e tecnologia licenciada ou desenvolvida por terceiros e que não violam os direitos de tais terceiros.

Direitos Autorais

Toda a documentação elaborada pela Emissora e seus subcontratados, fornecedores e fabricantes, incluindo todas as especificações, planos, programações, desenhos e outros documentos finais referentes à Emissora são ou se tornarão propriedade exclusiva da Emissora quando forem concluídos e pagos.

A mídia impressa e audiovisual utilizada pela Emissora é produzida por agências contratadas caso a caso e que não detém qualquer direito sobre as obras finais produzidas.

Contratos Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades

Contrato de Concessão

Após a privatização, o serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará passou a ser exercido pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/98 – ANEEL para distribuição de energia elétrica, celebrado entre a Emissora e a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, celebrado em 13 de maio de 1998, conforme aditado, cujo objeto é a exploração de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Ceará, destinado ao uso da população em geral, prestado em regime público.

O Contrato de Concessão tem vigência de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do mesmo, com término previsto para 13 de maio de 2028. O prazo da concessão pode ser prorrogado por igual período, mediante requerimento apresentado pela Emissora em até 36 meses antes do término do prazo do Contrato de Concessão e sua aprovação pelo Poder Concedente, que levará em consideração todas as informações sobre os serviços prestados e a não constatação, em relatórios técnicos fundamentados emitidos pelo órgão de fiscalização, do descumprimento pela Emissora dos requisitos de eficiência, segurança, atualidade e cortesia do atendimento.

Em caso de descumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão, a Emissora fica sujeita às penalidades previstas em lei incluindo advertência, multas de até 2% do valor do faturamento nos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração e, em casos extremos, levará à intervenção pelo Poder Concedente, encampação dos serviços ou até perda da Concessão.

A Emissora obrigou-se a submeter à prévia aprovação da ANEEL qualquer alteração do estatuto social que implique a transferência de ações ou mudança do controle acionário da Emissora, bem como qualquer contrato, acordo ou ajuste celebrado entre a Emissora e seu acionista controlador, direto ou indireto, empresas coligadas ou ainda com pessoas físicas ou jurídicas que, junto com a Emissora, façam parte direta ou indiretamente, de uma mesma empresa controlada ou que tenham diretores ou administradores comuns à Emissora.

A Emissora obrigou-se, ainda, a realizar por sua conta, até o limite dos investimentos estabelecidos pela legislação, projetos e obras necessárias ao fornecimento de energia elétrica aos interessados, até o ponto de entrega, obedecendo normas do Poder Concedente.

Nos termos do Contrato de Concessão, a Emissora obrigou-se a aplicar anualmente, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisas e desenvolvimento do setor elétrico, e, no mínimo, 0,25% em programas que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica no uso final. Para tanto, a Emissora deve ainda apresentar à ANEEL, anualmente, um programa de metas físicas e financeiras, sob pena de, no caso de omissão, ficar sujeita a multa em valor equivalente ao valor mínimo a ser aplicado. O Contrato de Concessão ainda prevê a ampliação e modificação das instalações existentes e expansão da rede com intuito de atender à demanda futura do mercado.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento de suas obrigações previstas no Contrato de Concessão.

Área da Concessão – Estado do Ceará

A Emissora está presente, e detém a concessão para prestar serviços de distribuição de energia elétrica, em todos os 184 municípios do Ceará, que abrigam 8,2 milhões de habitantes (conforme dados obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2007), cuja extensão da área é de aproximadamente 148.825 km².

Terceira maior distribuidora do Nordeste brasileiro em volume comercializado, conforme dados do Mercado das Empresas Distribuidoras Associadas (2007), da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADÉE, sendo que em 31 de dezembro de 2008 a Emissora era responsável pelo fornecimento de energia elétrica para aproximadamente 2,6 milhões de clientes, dos quais 2,1 milhões são consumidores residenciais, com um volume comercializado total de 7.656 GWh. Em 31 de março de 2009 a Emissora era responsável pelo fornecimento de energia elétrica para aproximadamente 2,7 milhões de clientes, dos quais 2,2 milhões são consumidores residenciais.

Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT de 14.02.2000

Em 14 de fevereiro de 2000, a Emissora e a CHESF celebraram contrato de conexão ao sistema de transmissão, referente às conexões iniciais e aditivos posteriores, por meio do qual a Emissora paga à CHESF, pela operação destas conexões.

Este contrato em 2007 foi aditado para inclusão de novas conexões - Demais Instalações de Transmissão – a DIT – através do segundo termo aditivo e do Contrato CCT 004/2007 relativo à subestação de Icó, a qual possui DIT compartilhada, ambos assinados em 10 de setembro de 2007. O valor médio mensal de pagamentos é de R\$0,4 milhões.

Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT 001/2002

Em 01 de agosto de 2002, a Emissora e a CHESF celebraram o CCT001/2002, referente a cinco conexões (Banabuiú - Senador Pompeu, Banabuiú - Juatama, Milagres - Mauriti, Delmiro Gouveia - Água Fria e Caupe - Inhoporanga), além de aditivos posteriores com a inclusão de mais duas conexões (Banabuiú - Castanhão e Caupe - São Luis do Curu), por meio do qual a Emissora paga à CHESF, pela operação destas conexões. O valor médio mensal de pagamentos é de R\$0,1 milhões.

Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT 011/2006

Em 29 de dezembro de 2006, a Emissora e a CHESF celebraram o CCT011/2006, referente à Subestação de Tauá, por meio do qual a Emissora paga à CHESF, pela operação destas conexões. O valor médio mensal de pagamentos é de R\$0,05 milhões.

Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - Ponto de Conexão em 230kV - Sobral II

Em 01 de abril de 2001, a Emissora e a CHESF celebraram o contrato de operação e manutenção relativa ao ponto de conexão de 230kV da subestação de Sobral II CUST 098/2002, por meio do qual a Emissora efetua o pagamento relativo à operação e manutenção destas conexões. O valor médio mensal de pagamentos é de R\$0,009 milhões.

Contrato de Uso ao Sistema de Transmissão - CUST 098/2002

Em 30 de dezembro de 2002, a Emissora, o ONS e as Concessionárias de Transmissão celebraram o CUST 098/2002, referente ao uso dos serviços de transmissão de energia elétrica, além de aditivos posteriores, por meio do qual a Emissora efetua o pagamento relativo a utilização do serviço de transmissão de energia. O valor médio mensal de pagamentos é de R\$0,008 milhões.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – Endesa Fortaleza

Em 31 de agosto de 2001, a Emissora e a Endesa Fortaleza celebraram contrato de compra e venda de energia elétrica, homologado pela ANEEL, conforme alterado, por meio do qual a Emissora se obrigou a comprar e adquirir, no ponto de referência do submercado da Emissora, uma quantidade anual de energia equivalente a 2.690 GWh por um período de 20 anos, contado a partir de 27 de dezembro de 2003.

Atualmente, as garantias deste contrato são:

- Instrumento de Remuneração Contratual por Prestação de Serviços de Depositário Qualificado e Outras Avenças - firmado com o Banco Bradesco S.A, relativo à gestão de garantias por meio de vinculação de recebíveis tarifários (50% da garantia exigida) do Contrato Bilateral assinado entre a Coelce e Endesa Fortaleza - CGTF; e
- Contrato de Prestação de Garantia Fidejussória - firmado com UBB, relativo à fiança para complementação de garantia (50%) contratada em favor da Endesa Fortaleza – CGTF.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica de Fonte Eólica

A Emissora é parte em contratos de compra e venda de energia elétrica de fonte eólica com a Wobben cujos valores e montantes de energia envolvidos são irrelevantes, comparados com as demais fontes de suprimento de energia da Emissora. Estes contratos não possuem montantes fixos de energia, sendo o valor mensal a ser faturado igual à energia medida na usina.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato de Suprimento de Energia Elétrica – Energyworks

Em 27 de março de 1998, a Emissora celebrou com a Energyworks contrato de suprimento de energia elétrica, conforme alterado por aditamentos posteriores, no montante máximo de 3,10MW de potência disponibilizada e de 22.766MWh de energia elétrica associada. O suprimento da energia contratada tem duração de 15 anos contados da assinatura do contrato, sendo que o contrato permaneceu suspenso no período de 1º de junho de 2001 até 28 de fevereiro de 2002, data de encerramento do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica na Região Nordeste.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

*Contratos celebrados posteriormente à Lei do Modelo do Setor Elétrico**Leilões de Energia Existente*

Entende-se por energia existente a energia elétrica produzida por empreendimentos de geração que não sejam classificados como empreendimentos de geração de energia nova, conforme descrito no item abaixo.

Nos âmbito dos leilões de energia existente, a Companhia contratou no âmbito do (i) 1º Leilão de Energia Existente, realizado em 7 de dezembro de 2004, 646,121 MW Médios; (ii) 2º Leilão de Energia Existente, realizado em 2 de abril de 2005, 40,242 MW Médios; (iii) 4º Leilão de Energia Existente, realizado em 11 de outubro de 2005, 5,92 MW Médios; e (iv) 5º Leilão de Energia Existente, 1,189 MW Médios.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações previstas nos contratos acima descritos.

Leilões de Energia Nova

Entende-se por energia nova a energia elétrica produzida por empreendimentos de geração que até a data de publicação do respectivo edital de leilão: (i) não sejam detentores de concessão, permissão ou autorização; ou (ii) sejam parte de empreendimento existente que venha a ser objeto de ampliação, restrito ao acréscimo da sua capacidade instalada.

No âmbito dos leilões de energia nova, a Companhia contratou no âmbito do (i) 1º Leilão de Energia Nova, realizado em 16 de dezembro de 2005, 112,106 MW Médios; (ii) 2º Leilão de Energia Nova, realizado em 29 de junho de 2006, 33,291 MW Médios; (iii) 3º Leilão de Energia Nova, realizado em 10 de outubro de 2006, 50,071 MW Médios; (iv) 4º Leilão de Energia Nova, realizado em 29 de julho de 2007, 8,31 MW Médios; (v) 5º Leilão de Energia Nova, realizado em 16 de outubro de 2007, 76,602 MW Médios; (vi) 6º Leilão de Energia Nova, realizado em 19 de agosto de 2008, 19,155 MW Médios; e (vii) 7º Leilão de Energia Nova, realizado em 30 de setembro de 2008, 40,392 MW Médio.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações previstas nos contratos acima descritos.

Leilão UHE Jirau

Em 19 de maio de 2008, a Companhia, na qualidade de compradora, celebrou com a Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR o Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, no âmbito do leilão promovido pela ANEEL referente à energia produzida na Usina Hidrelétrica de Jirau. O referido contrato possui vencimento em 31 de dezembro de 2042, o total contratado foi de 18,072 MW médio, correspondente a preço de leilão de R\$71,37/MWh.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Leilão UHE Santo Antônio

Em 10 de dezembro de 2007, a Companhia, na qualidade de compradora, celebrou com a Madeira Energia S.A. - MESA o Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, no âmbito do leilão promovido pela ANEEL referente à energia produzida na Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. O referido contrato possui vencimento em 31 de dezembro de 2041, o total contratado foi de 46,508 MW médio correspondente a preço de leilão de R\$78,87/MWh.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento

Nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para os programas de P&D e PEE distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As Resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovaram os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado).

A Emissora é parte em 8 contratos de pesquisa e desenvolvimento, celebrados entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009. O montante total dos contratos é de R\$1,1 milhões, sendo que, deste valor, R\$0,6 milhões já foram realizados pela Companhia até 31 de março de 2009.

Os contratos de pesquisa e desenvolvimento foram celebrados com as seguintes instituições participantes:

- Fundação Edson Queiroz;
- Universidade de Fortaleza (UNIFOR);
- Núcleo de Estudos e Pesquisas do Nordeste – NEPEN;
- Knowledge Networks & Business Solutions – KNBS;
- Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento a Pesquisa - Fundação ASTEF;
- Universidade Federal do Ceará – UFC;
- Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica (CPQT);
- Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE); e
- Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC).

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações previstas nos contratos de pesquisa e desenvolvimento.

Contratos de Prestação de Serviços

Contrato nº 5300001359/01

Em 1º de janeiro de 2001, a Emissora e Synapsis celebraram contrato, com duração de cinco anos para prestação de serviços de administração, manutenção e operação dos sistemas de informação, de telecomunicações e telecontrole de subestações da Emissora, e depois de tal prazo, o mesmo foi prorrogado por mais cinco anos, ficando vigente entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2011, no valor global máximo de R\$171,7 milhões. O saldo contratual existente até 28 de maio de 2009 é de R\$40,5 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5200000342/05

Em 18 de agosto de 2005, a Emissora e a B&Q Eletrificação Ltda. celebraram contrato de prestação de serviços, com duração de quarenta e um meses, sendo o mesmo prorrogado por mais seis meses, ficando vigente de 18 de agosto de 2005 até 30 de junho de 2009, para serviços de operações comerciais na região de fortaleza e zona metropolitana, quais sejam: conexões, novas ligações normalização de padrão, disciplina de mercado, vistoria comercial e inadimplência. O valor global estimado de R\$67,2 milhões. O saldo contratual existente até 28 de maio de 2009 é de R\$4,2 milhões, sendo que atualmente a Emissora está licitando novamente a prestação do serviço em virtude da proximidade do vencimento de referido contrato.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5200000129/04 e nº 5200000346/05

A Emissora e Edmil Eletrificação Ltda. celebraram em 10 de janeiro de 2004 o contrato nº 5200000129 e em 1º de julho de 2005 o contrato nº 5200000346, ambos de prestação de serviço na zona 4 da área de concessão da emissora, nas operações técnicas de obras MT/BT, manutenção de redes AT/MT/BT e manutenção de subestações, no valor global estimado de R\$68,7 milhões. O prazo de vigência dos referidos contratos estão prorrogados até 30 de junho de 2009, sendo o saldo atual dos mesmos até 28 de maio de 2009 no valor de R\$12,8 milhões. Atualmente, a Emissora está licitando novamente a prestação do serviço em virtude da proximidade do vencimento de referido contrato.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5400011278/06

Em 24 de outubro de 2006, a Emissora e CAM Brasil multiserviços Ltda. celebraram contrato, com duração de 120 meses para prestação de serviços de gestão do parque de medição – controle e aferição - da Emissora, ficando vigente entre 19 de março de 2007 até 19 de março de 2017, no valor global máximo de R\$31,4 milhões. O saldo contratual existente até 28 de maio de 2009 é de R\$28,2 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5200000311/05

Em 9 de maio de 2005, a Emissora e KV Instalações comércio e indústria Ltda. celebraram contrato, com vigência até 20 de janeiro de 2009, sendo este prazo alterado para término em 30 de junho de 2009 para prestação de serviços de novas ligações, normalização de padrão, vistoria comercial e inadimplência na zona 3 da área de concessão Emissora. O valor global máximo de R\$25,6 milhões. O saldo contratual existente até 28 de maio de 2009 é de R\$0,8 milhões, sendo que atualmente a Emissora está licitando novamente a prestação do serviço em virtude da proximidade do vencimento de referido contrato.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5200000138/04

Em 20 de janeiro de 2004, a Emissora e Provider soluções tecnológicas Ltda. celebraram contrato, com duração de 05 anos para prestação de serviços em toda área de concessão da emissora nas Operações Comerciais - Grupo 3: Atendimento ao Cliente em Agências e Pontos de Serviços, ficando vigente entre 21 de janeiro de 2004 até 21 de janeiro de 2009, sendo este prazo final prorrogado para término em 31 de agosto de 2009. O referido contrato tem valor global máximo de R\$24,2 milhões. O saldo contratual existente até 28 de maio de 2009 é de R\$1,6 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5400014113/08

Em 30 de março de 2009, a Emissora e Sitel do Brasil Ltda. celebraram contrato, com duração de 30 de março de 2009 até 14 de julho de 2011 para prestação dos Serviços de Contact Center - Gerenciamento de Relacionamento com os clientes da emissora através de contatos telefônicos pela contratada, a serem realizados no prédio sede da emissora. O referido contrato tem valor global máximo de R\$16,7 milhões. O saldo contratual existente até 28 de maio de 2009 é de R\$9,7 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5400009006/05

Em 28 de setembro de 2005, a Emissora e Provider soluções tecnológicas Ltda. celebraram contrato, com duração de 3 anos para prestação de serviços de fiscalização na área comercial, em toda área de concessão no Estado do Ceará, incluindo: Fiscalização de atividades técnico-comerciais, e Fiscalização de unidades consumidoras., ficando vigente entre 28 de setembro de 2005 até 28 de setembro de 2008, sendo este prazo final prorrogado para término em 30 de junho de 2009. O referido contrato tem valor global máximo de R\$6,8 milhões. O saldo contratual existente até 28 de maio de 2009 é de R\$0,6 milhões, sendo que atualmente a Emissora está licitando novamente a prestação do serviço em virtude da proximidade do vencimento de referido contrato.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica com Grandes Consumidores

A Companhia celebrou diversos contratos de fornecimento de energia elétrica e reserva de potência (modalidade hora-sazonal azul) com os seus clientes industriais. Tais contratos possuem prazo de 10 anos, em média, sendo considerados como automaticamente renovados por igual período, exceto se qualquer uma das partes manifestar por escrito, com antecedência mínima de 90 dias, seu desejo de rescindir o respectivo contrato.

Dentre os principais clientes industriais da Emissora, destacam-se os seguintes: Votorantim Cimentos S.A., M. Dias Branco Ind. e Com. de Alimentos Ltda., Petrobrás - Petróleo Brasileiro S/A, Metalic Cia. Metalic Nordeste, Itapui Barbalhense Ind. de Cimentos S.A., e Unitextil União Industrial Textil S.A.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações previstas nos contratos celebrados com seus consumidores industriais.

Contratos de Uso e de Conexão do Sistema de Distribuição

A Companhia celebrou diversos contratos de uso do sistema de distribuição CUSD e de conexão CCD com clientes livres e usinas geradoras de distribuição conectadas ao seu sistema elétrico de distribuição, os quais possuem a finalidade de operação e manutenção das conexões e utilização do sistema

Contratos Relevantes Não Diretamente Relacionados com as Atividades da Emissora*Contrato nº 5300000744/98*

Em 27 de março de 1998, a Emissora e Unimed Fortaleza cooperativa de trabalho médico celebraram contrato com duração de 60 meses, para prestação de serviços de atendimento médico-hospitalar junto aos funcionários da Emissora, vigindo a partir 1º de maio de 1998 e sendo renovado anualmente após o término da sua respectiva vigência, no valor global máximo de R\$49,4 milhões. O saldo contratual existente até 28 de maio de 2009 é de R\$3,7 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contratos Financeiros*Contratos de Confissão e Consolidação da Dívida Celebrados com a União**Contrato Particular de Confissão de Dívida celebrado em 30 de março de 1994*

Em 30 de março de 1994, a Emissora celebrou com a União (através do Banco do Brasil), na qualidade de seu agente financeiro o Contrato Particular de Confissão de Dívidas, através do qual a Emissora se confessou devedora à União da importância de Cr\$33.122.364.565,51, correspondente ao saldo devedor existente em 30 de junho de 1993, atualizado até 1º de março de 1994, com base nos encargos previstos nos contratos originais celebrados com a Caixa Econômica Federal e com a Eletrobrás e posteriormente cedidos à União por meio dos Instrumentos de Cessão de Créditos celebrados em 30 de março de 1994, entre: (i) a União e a Caixa Econômica Federal, no valor de Cr\$1.572.298.698,21, e (ii) a União e a Eletrobrás, no valor de Cr\$31.550.065.867,30.

Em 30 de junho de 1994, a Emissora celebrou com a União (através do Banco do Brasil), na qualidade de seu agente financeiro o Contrato de Retificação e Ratificação ao Contrato Particular de Confissão de Dívidas, através do qual a Emissora: (i) retificou e ratificou a confissão de dívida no valor de Cr\$33.122.364.656,51, correspondente ao saldo devedor existente em 30 de junho de 1993, atualizado até 1º de março de 1994; e (ii) compensou créditos adquiridos com a Eletrobrás e com a Caixa Econômica Federal, no valor de Cr\$66.517.095.793,72, em relação a dívida de Cr\$97.879.619.677,34, relativos aos saldos remanescentes das Contas de Resultados a Compensar (CRC), referente a crédito a favor da Emissora e contra a União, relativo aos saldos existentes em 30 de junho de 1993, atualizados até 1º de junho de 1994, com base nos encargos originais, conforme contratos de Cessão de Créditos celebrados em 30 de março de 1994.

Conforme previsto no contrato acima mencionado, a Emissora comprometeu-se a pagar a dívida à União em 240 prestações mensais consecutivas, calculadas com base na Tabela Price, com último vencimento em 1º de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação do IGP-M acrescidos de 10,028% a.a.

Em 31 de março de 2009, o saldo devedor era de R\$38,2 milhões, e na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida celebrado em 15 de agosto de 1997

Em 15 de agosto de 1997, a Emissora e a União celebraram outro Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, tendo o Banco do Brasil e o BEC como intervenientes. O objeto do contrato é a consolidação da dívida da Emissora com a União no valor total de R\$7,0 milhões, com vencimento final em 15 de abril de 2024. A dívida confessada corresponde a obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimo de médio e longo prazos junto a credores externos, não depositadas no Banco Central do Brasil, objeto de permuta por bônus emitidos pela União. Em garantia da operação, a Emissora cedeu à União os créditos que forem feitos a sua conta de depósitos, provenientes de receitas próprias. O referido contrato foi objeto de 1º Aditivo celebrado em 5 de julho de 2002, para modificação da forma de pagamento.

O principal do Contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos, remunerados com base na variação cambial (dólares norte-americanos), a saber: (i) Bônus de Desconto, com encargos a Libor semestral mais *spread* 13/16 de 1% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros. O principal tem vencimento único em 11 de abril de 2024; (ii) Bônus ao Par, com encargos de 6% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros. O principal tem vencimento único em 11 de abril de 2024; (iii) Bônus de Redução Temporária de Juros, com encargos a Libor semestral mais *spread* 13/16 de 1% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo sido liquidada em 10 de abril de 2009; (iv) Bônus de Capitalização, com encargos de 8% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo com última amortização prevista para 10 de abril de 2014; (v) Bônus de Conversão da Dívida, com encargos a Libor semestral mais *spread* 7/8 de 1% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo com última amortização prevista para 12 de abril de 2012; (vi) Bônus de Dinheiro Novo, com encargos a Libor semestral mais *spread* 7/8 de 1% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo sido liquidada em 10 de abril de 2009; (vii) Bônus de Juros Atrasados, com encargos a Libor semestral mais *spread* 13/16 de 1% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo sido liquidada em 12 de abril de 2006.

Em 31 de março de 2009 o saldo devedor era de R\$9,8 milhões e, na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contratos de Financiamento com a Eletrobrás

A Emissora celebrou diversos contratos de financiamento com a Eletrobrás, tendo por objeto o financiamento dos projetos de expansão do sistema de transmissão com recursos FINEL, dos custos diretos do programa de eletrificação rural – Luz no Campo e do programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para Todos e dos custos para projetos de construção de linhas de transmissão, subestações e reforço de capacidade de subestações.

Em garantia do cumprimento de suas obrigações nos contratos acima, a Emissora vinculou a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, à satisfação da Eletrobrás.

Os contratos estão sujeitos aos termos e condições constantes das "Condições Gerais dos Contratos de Financiamento da Eletrobrás", dentre os quais encontra-se a obrigação de não estabelecer, sem expressa autorização da Eletrobrás, ônus reais sobre bens desvinculados do Contrato de Concessão, bem como privilégios ou vinculações de receitas ou de recursos estaduais e federais que importem em comprometimento para outros fins dos recursos destinados à execução do respectivo contrato, além de não assumir sem expressa autorização da Eletrobrás, novos compromissos financeiros que, isolada ou conjuntamente, superem o equivalente a 5% de seu ativo fixo e/ou que elevem seu endividamento a nível superior a 66% do seu ativo fixo.

Eletrobrás – Financiamento de Projetos

Em 6 de fevereiro de 1998, a Emissora e a Eletrobrás celebraram o Contrato de Financiamento no valor total de até R\$2,3 milhões para cobertura financeira de até 40% do custo total do Programa de Obras de Transmissão com recursos FINEL, tendo sido tal contrato posteriormente aditado em 3 de outubro de 2000. O saldo devedor do contrato será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que a primeira amortização foi realizada em 30 de julho de 1999, e a última amortização está prevista para 30 de junho de 2009. Os juros são de 6,5% ao ano, juntamente com a taxa de administração de 2% ao ano e o principal são exigíveis mensalmente.

Em 31 de março de 2009 o saldo devedor era de R\$0,06 milhões e, na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Eletrobrás – Luz no Campo

Em 3 de março de 2000, a Emissora, a Eletrobrás e o MME, na qualidade de interveniente, celebraram o Contrato de Financiamento no valor total de até R\$63,7 milhões para cobertura financeira dos custos diretos de seu programa de eletrificação rural – Luz no Campo, em montante equivalente a até 75% do custo total para as obras, com recursos oriundos da RGR, tendo sido tal contrato posteriormente aditado em 5 de julho de 2001. O saldo devedor do contrato será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que a primeira amortização foi realizada em 30 de maio de 2002, e a última amortização está prevista para 30 de abril de 2012. Os juros são de 5% ao ano, juntamente com a taxa de administração de 1% ao ano.

Em 31 de março de 2009 o saldo devedor era de R\$18,3 milhões e, na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Eletrobrás – Luz para Todos (1ª Tranche)

Em 4 de junho de 2004, a Emissora e a Eletrobrás celebraram o Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção no valor total de até R\$76,7 milhões, sendo R\$12,8 milhões de empréstimo com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) e R\$63,9 milhões de subvenção com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para realização das obras da 1ª tranche do Programa Luz para Todos da Emissora que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica com recursos originários da RGR e CDE. O saldo devedor do contrato será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que a primeira amortização foi em 30 de outubro de 2006 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2016. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano.

Em 31 de março de 2009 o saldo devedor era de R\$8,2 milhões e, na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Eletrobrás – Luz para Todos (2ª Tranche)

Em 13 de janeiro de 2006, a Emissora e a Eletrobrás celebraram o Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção no valor total de até R\$86,3 milhões, sendo R\$14,4 milhões de empréstimo com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) e R\$71,9 milhões de subvenção com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para realização das obras da 2ª tranche do Programa Luz para Todos da Emissora que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica com recursos originários da RGR e CDE. O saldo devedor do contrato será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que a primeira amortização foi em 30 de abril de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de março de 2018. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano.

Em 31 de março de 2009 o saldo devedor era de R\$11,9 milhões e, na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Eletrobrás – Luz para Todos (3ª Tranche)

Em 9 de maio de 2007, a Emissora e a Eletrobrás celebraram o Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção no valor total de até R\$89,3 milhões, sendo R\$14,9 milhões de empréstimo com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) e R\$74,4 milhões de subvenção com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para realização das obras da 3ª tranche do Programa Luz para Todos da Emissora que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica com recursos originários da RGR e CDE. O saldo devedor do contrato será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que a primeira amortização será em 30 de outubro de 2009 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2019. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano.

Em 31 de março de 2009 o saldo devedor era de R\$13,4 milhões e, na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Eletrobrás – Luz para Todos (4ª Tranche)

Em 28 de outubro de 2008, a Emissora e a Eletrobrás celebraram o Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção no valor total de até R\$92,1 milhões, sendo R\$18,5 milhões de empréstimo com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) e R\$73,6 milhões de subvenção com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para realização das obras da 4ª tranche do Programa Luz para Todos da Emissora que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica com recursos originários da RGR e CDE. O saldo devedor do contrato será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que a primeira amortização será em 30 de janeiro de 2011 e o último pagamento está previsto para 30 de janeiro de 2021. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano.

Em 31 de março de 2009 o saldo devedor era de R\$9,2 milhões e, na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas. Até 31 de março de 2009, o volume liberado em decorrência deste contrato foi de R\$46 milhões, sendo R\$9,2 milhões com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) e R\$36,8 milhões com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Eletrobrás – Linha de Subtransmissão

Em 7 de julho de 2006, a Emissora e a Eletrobrás celebraram o Contrato de Financiamento no valor total de até R\$46,7 milhões para cobertura financeira dos custos para projetos de construção de linhas de transmissão, subestações e reforço de capacidade de subestações, com recursos originários da RGR. O saldo devedor do contrato será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que a primeira amortização foi em 30 de setembro de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de agosto de 2013. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 2% ao ano. Este contrato está sendo aditado para alterar o valor para R\$46,4 milhões. Até 31 de março de 2009, o volume liberado em decorrência deste contrato foi de R\$21,3 milhões.

Em 31 de março de 2009, o saldo devedor do empréstimo era de R\$20,1 milhões, e na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contratos de Financiamento com o BNDES e Agentes Financeiros

Contrato BNDES FINEM

Em 28 de abril de 2008, a Emissora celebrou com UBB, Banco Votorantim, Banco Bradesco e Itaú BBA, na qualidade de agentes e representantes dos interesses do BNDES, o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento mediante Repasse contratado com o BNDES nº 10/472.736-8, para financiamento do plano de investimento 2007/2009 da Companhia, no valor total de até R\$330 milhões, sendo R\$299,2 milhões através do Subcrédito A e R\$30,8 milhões através do Subcrédito B.

O saldo devedor do empréstimo deverá ser pago em 60 prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014. O contrato prevê taxa de juros de 3,70% ao ano, mais TJLP, exigíveis trimestralmente no período de carência de 15 de maio de 2008 até 15 de dezembro de 2009 e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2010. Até 31 de março de 2009, o volume liberado em decorrência deste contrato foi de R\$190 milhões. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários e conta-reserva.

Em 31 de março de 2009, o saldo devedor do empréstimo era de R\$192,3 milhões, e na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

O contrato acima descrito está sujeito aos termos e condições constantes das "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES", quais prevêem diversas obrigações da Emissora, bem como hipóteses de vencimento antecipado da dívida.

Contrato de Consolidação da Dívida nº 01009 com a Faelce

Contrato celebrado em 30 de junho de 1999, entre a Emissora e a Faelce, tendo por objeto a consolidação da dívida da Emissora, no valor de R\$46,6 milhões. Em 30 de junho de 2007, foi assinado um terceiro aditivo com o valor da dívida atualizada em R\$62,7 milhões, conforme Resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, com prazo para pagamento total de 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Em garantia da operação, a Emissora cedeu à Faelce os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica do poder público efetivamente realizadas. A Faelce poderá sacar da conta corrente bancária da Emissora, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas, após 45 dias de verificação da inadimplência da Emissora, se lhe convier.

Em 31 de março de 2009, o saldo devedor do empréstimo era de R\$54,2 milhões, e na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato de Financiamento com o BEI

Contrato celebrado em 28 de maio de 2002, entre a Emissora e o BEI, tendo por objeto o financiamento do projeto de expansão e modernização da rede elétrica do Ceará (plano de investimentos 2001/2002 da Companhia), conforme Acordo de Cooperação – Decreto-Lei nº 1609/95, no valor de US\$50 milhões, tendo sido a primeira amortização em 15 de junho de 2007 e com vencimento da última amortização em 15 de junho de 2012.

O contrato prevê encargos com base na variação cambial (dólares norte-americanos) mais 5,49% ao ano; por isso, a operação é amparada por *swap* para 98,80% do CDI. A operação tem como garantia fianças bancárias do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) e Banco Santander Central Hispano. O pagamento de juros e amortização anual foi iniciado em 15 de junho de 2007 e a última amortização está prevista para 15 de junho de 2012.

O contrato prevê a obrigatoriedade da Emissora de respeitar determinados índices e limites financeiros como forma de limitar a capacidade de endividamento da Emissora.

Em 31 de março de 2009, o saldo devedor do empréstimo era de R\$80,5 milhões, e na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas, observado o disposto no parágrafo anterior.

Nota de Crédito Comercial nº 40/00118-0

Em 23 de janeiro de 2007, a Emissora emitiu em favor do Banco do Brasil uma Nota de Crédito Comercial nº 40/00118-0 no valor total de R\$15 milhões, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. O saldo devedor do empréstimo deverá ser pago em 48 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 18 de março de 2010 e a última em 18 de fevereiro de 2014. A referida nota prevê correção monetária com base na TJLP, e encargos de 4,5% a.a. exigíveis mensalmente sobre o saldo devedor corrigido, inclusive durante o período de carência. A operação está garantida por fiança bancária.

Em 31 de março de 2009, o saldo devedor do empréstimo era de R\$17,2 milhões, e na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas, observado o disposto no parágrafo anterior.

Contratos celebrados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Os contratos financeiros celebrados pela Emissora com o BNB estão sujeitos às "Disposições Gerais Aplicáveis aos Instrumentos de Crédito no Banco do Nordeste do Brasil S.A.", o qual não prevê qualquer restrição à emissão das Debêntures.

Contrato de Financiamento

Em 29 de dezembro de 2004, a Emissora e o BNB celebraram o Contrato de Financiamento por meio de Escritura Particular de Abertura de Crédito, no valor total de R\$140,4 milhões, sendo R\$70,2 milhões com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE-PROINFRA) e R\$70,2 milhões, com recursos próprios do BNB. O saldo devedor do empréstimo deverá ser pago em 60 prestações mensais e sucessivas, tendo sido a primeira paga em 29 de janeiro de 2008 e a última deverá ser paga em 29 de dezembro de 2012.

O contrato prevê taxa de juros inicialmente de 14% a.a. com redução de encargos por adimplência nos pagamentos, a qual foi reduzida para 11,5% a.a. em 1º de janeiro de 2007 e depois para 10% a.a. a partir de 1º de janeiro de 2008.

O contrato é garantido por fiança bancária emitida pelo Banco Votorantim S.A. nos termos do Contrato de Prestação de Fiança nº A0025886, celebrado em 18 de fevereiro de 2005.

Em 31 de março de 2009, o saldo devedor do empréstimo era de R\$52,7 milhões, e na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular nº 16.2006.4157.566

Em 25 de setembro de 2006, a Emissora e o BNB celebraram o Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular nº 16.2006.4157.566, no valor total de R\$130 milhões, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE-PROINFRA). O saldo devedor do empréstimo deverá ser pago em 60 prestações mensais e sucessivas, sendo a primeira devida em 25 de outubro de 2009 e a última em 25 de setembro de 2014. O referido contrato foi posteriormente aditado em 6 de dezembro de 2007.

O contrato prevê taxa de juros inicialmente de 14% a.a. com redução de encargos por adimplência nos pagamentos, a qual foi reduzida para 11,5% a.a. em 1º de janeiro de 2007 e depois para 10% a.a. a partir de 1º de janeiro de 2008.

O contrato é garantido por fiança bancária emitida pelo Banco Votorantim S.A. nos termos do Contrato de Prestação de Fiança nº A0039628, celebrado em 29 de setembro de 2006.

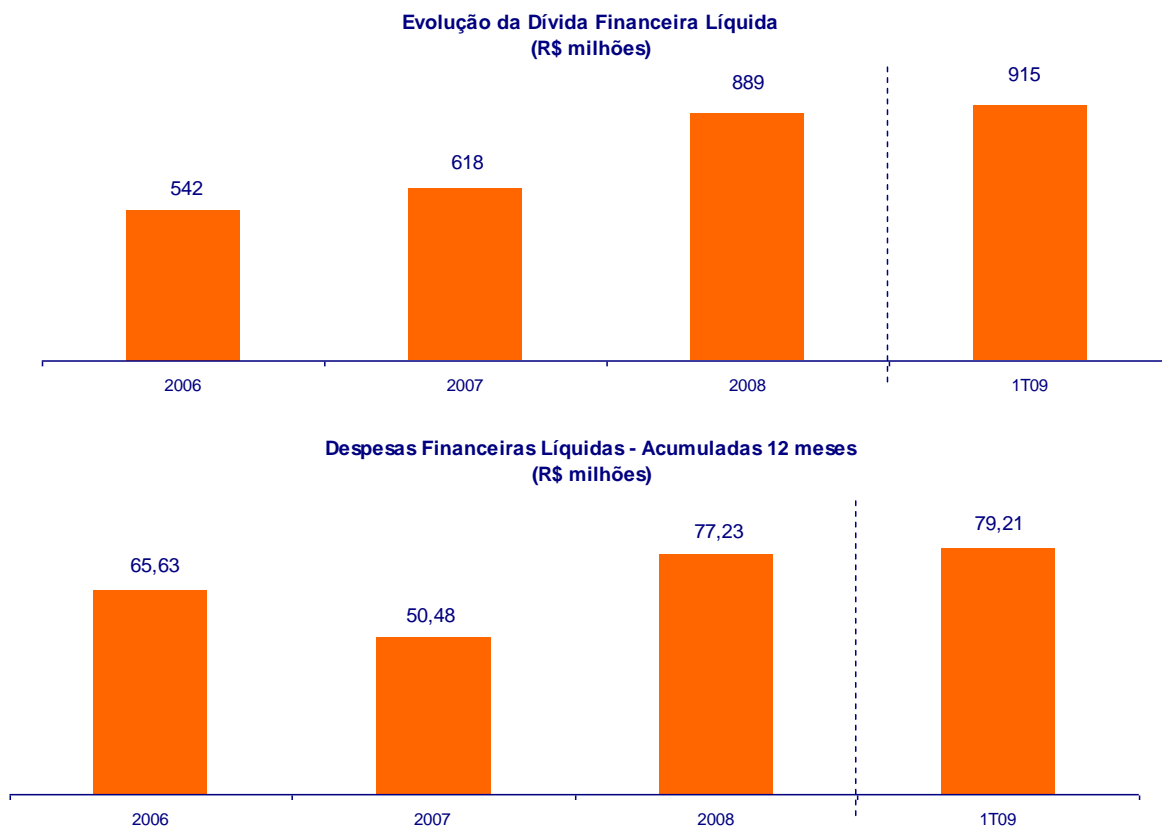
Em 31 de março de 2009, o saldo devedor do empréstimo era de R\$130,2 milhões, e na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Notas Promissórias da Sétima Emissão

Em 4 de junho de 2009, a Companhia emitiu as notas promissórias da sua sétima emissão de notas promissórias para distribuição pública. Foram emitidas 490 notas promissórias comerciais, em série única, no valor total de R\$245 milhões, com remuneração de CDI acrescida de 1,60% a.a., pelo prazo de 360 dias. A emissão não prevê outorga de garantias e possui condições de resgate antecipado facultativo a critério da Emissora, bem como hipóteses de vencimento antecipado comuns em operações desta natureza. A emissão foi coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A e pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os recursos advindos desta emissão foram integralmente destinados para o pagamento das notas promissórias da sexta emissão da Companhia. Na data deste Prospecto havia 490 notas promissórias da sétima emissão da Emissora em circulação. As notas promissórias da sétima emissão da Emissora serão integralmente resgatadas e, consequentemente, liquidadas por meio dos recursos obtidos pela Emissora com a presente Oferta. Para maiores informações, *vide* seção "Destinação dos Recursos", na página 87 deste Prospecto.

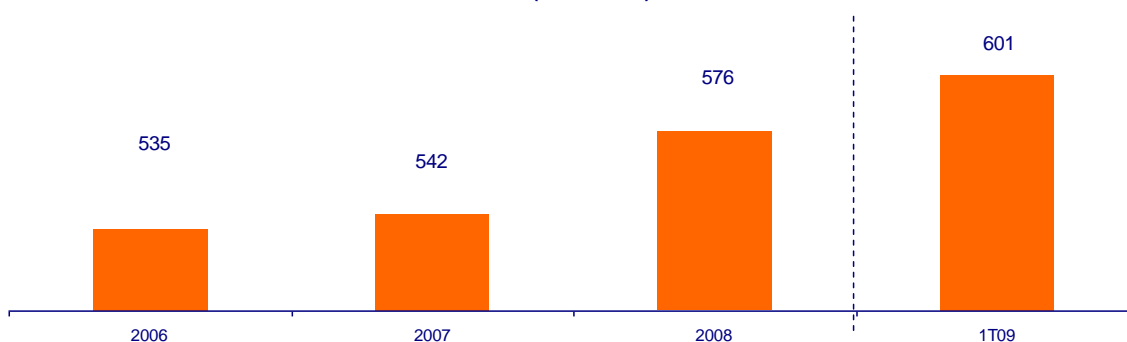
Dívidas e Despesas Financeiras Líquidas – Conceito *Covenants* Financeiros

Considerando os *covenants* financeiros utilizados na presente Emissão, quais sejam, "Dívida Financeira Líquida" / EBITDA $\leq 2,5$; e EBITDA / "Despesa Financeira Líquida" $\geq 2,75$, conforme definições contantes da seção "Informações Relativas à Oferta – Vencimento Antecipado", nas páginas 75 e 76 deste Prospecto, a dívida e a despesa financeira líquida da Companhia apresentava-se da seguinte forma:



| R\$ milhões | 31 de dezembro de | | | 31 de março de |
|--------------------------------------|-------------------|--------------|--------------|----------------|
| | 2008 | 2007 | 2006 | 2009 |
| Encargos de dívida | 59,05 | 44,86 | 73,25 | 68,98 |
| Variação Monetária | 30,47 | 16,38 | 4,94 | 22,79 |
| Receita sobre aplicações Financeiras | (12,29) | (10,76) | (12,56) | (12,55) |
| Despesas Financeiras Líquidas | 77,23 | 50,48 | 65,63 | 79,21 |

EBITDA (Conceito Covenants) - Acumulado 12 meses
(R\$ milhões)



| R\$ milhões | 31 de dezembro de | | | 31 de março de |
|---|-------------------|--------------|--------------|----------------|
| | 2008 | 2007 | 2006 | 2009 |
| Dívida Líquida (conceito <i>covenants</i>) | 889 | 618 | 542 | 915 |
| PL | 917 | 850 | 780 | 998 |
| Capitalização | 1.806 | 1.469 | 1.322 | 1.912 |

| | 31 de dezembro de | | | 31 de março de |
|--|-------------------|-------|------|----------------|
| | 2008 | 2007 | 2006 | 2009 |
| Dívida Líquida / EBITDA | 1,54 | 1,14 | 1,01 | 1,52 |
| Dívida Líquida / Capitalização | 0,49 | 0,42 | 0,41 | 0,48 |
| EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas | 7,46 | 10,73 | 8,15 | 7,58 |

A dívida líquida e a despesa financeira da Companhia para fins de cálculos de *covenants* difere daquele presente em suas demonstrações financeiras. Para uma leitura destes sem levar em consideração os *covenants* financeiros da presente Emissão, *vide* seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", na página 118 deste Prospecto.

Política de Derivativos

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, a Companhia mantém sistemas de controle e acompanhamento gerencial das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

A Coelce utiliza instrumentos financeiros de derivativos com a premissa exclusiva de proteção aos riscos financeiros de variação cambial de suas operações passivas. Desta forma, a companhia possui operações de *hedge* com o objetivo de minimizar sua exposição, nas operações expostas à variação cambial. Essas operações de *hedge* são *swaps* de moeda(s) e taxas de juros.

Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía apenas uma operação de *swap* vigente, contratada com o Banco ABN Real para proteção da operação da Coelce com o BEI, cujo valor de ajuste negativo naquela data era de R\$13,3 milhões, sendo R\$82,8 milhões de provisão ativa e R\$96 milhões de provisão passiva. *Vide* seções "Contratos Financeiros – Contrato de Financiamento com o BEI", na página 227 e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Fluxo de Caixa – Derivativos", na página 153 deste Prospecto.

A Companhia não utiliza instrumentos de derivativo para fins especulativos.

Contratos Tendo a Emissora como Garantidora

A Emissora não participa como garantidora de nenhum contrato.

Seguros

De uma forma geral, os seguros da Companhia são contratados de acordo com as políticas adotadas no Programa Mundial do Grupo Endesa e sempre com seguradoras de primeira linha (*rating* mínimo S&P equivalente a nível A):

- Risco Operacional – cobre as perdas resultantes de incêndio, raio, explosões, enchentes, quebra de maquinário, dano elétrico e queda de energia elétrica em todas as subestações, prédios e instalações, e as perdas materiais e pessoais resultantes de acidentes de trânsito.
- Responsabilidade Civil – cobertura de danos pessoais e materiais causados a terceiros.

As principais cláusulas contratadas são:

| Apólice | Sinistro | Limite Máximo Indenizável | Franquia | Vigência |
|-------------------|-------------------|---------------------------|-------------|------------------------|
| Risco Operacional | Dano Material | US\$30 milhões | US\$100 mil | 1/7/2009 a 1/7/2010 |
| | Quebra de Máquina | US\$30 milhões | US\$500 mil | |
| | Lucro Cessante | US\$30 milhões | 21 dias | |

| Apólice | Sinistro | Limite Máximo Indenizável | Franquia | Vigência |
|------------------------|-------------------------------|---------------------------|---------------|------------------------|
| Responsabilidade Civil | Dano a Terceiros | US\$150 milhões | US\$99 mil | 1/7/2009 a 1/7/2010 |
| | Falha no Fornecimento | US\$150 milhões | US\$200 mil | |
| | Dano causado por Empreiteiros | US\$150 milhões | US\$3 milhões | |

A Companhia contrata, também, seguro de transporte (nacional e internacional) que cobre todos os riscos nos transportes dos equipamentos nacionais e importados inerentes a atividade da Companhia, incluindo a permanência por 60 dias em portos e 30 dias em aeroportos e alfândegas terrestres.

As principais cláusulas contratadas são:

| Apólice | Limite Máximo Indenizável | Franquia | Vigência |
|--------------------------|---------------------------|-------------------------|---------------------|
| Transporte Nacional | R\$500 mil | Não há | 1/8/2008 a 1/8/2009 |
| Transporte Internacional | US\$600 mil | 1% do valor do sinistro | 1/8/2008 a 1/8/2009 |

Propriedades, Plantas e Equipamentos

Os principais imóveis da Emissora consistem em linhas de transmissão, subestações e redes de distribuição, todos localizados na área da Concessão. O valor contábil do ativo imobilizado em serviço da Emissora em 31 de março de 2009 era de R\$2,041 milhões. Nesta mesma data, a Emissora possuía cerca de 115.000 km de linhas de distribuição em alta e baixa tensão, e 2.609 MVA instalados em subestações de transformação.

A Emissora é ainda proprietária de 100 subestações (inclui as subestações inauguradas em 2008 e 2009), cujos terrenos somam o valor aproximado de R\$2,6 milhões. Suas mais valiosas propriedades encontram-se em Fortaleza, Sobral e Maracanaú. A tabela abaixo apresenta uma descrição dos imóveis de valor mais relevante da Emissora:

| Endereço | Cidade | Utilização | Superfície Terreno (m ²) | Superfície Edificada (m ²) | Registro | Valor de Mercado (R\$ mil) |
|------------------------------|-----------|------------------------------|--------------------------------------|--|--|----------------------------|
| Av. Barão de Studart 2917 | Fortaleza | Administração Geral | 5.428,00 | 4.183,00 | T-56316/ T-56887 T-62411 M32735 | 5.390 |
| Av. Barão de Studart 1475 | Fortaleza | SE Aldeota ⁽¹⁾ | 4.937,53 | 344,85 | T-52993 | 3.896 |
| R. Ângelo Figueiredo 51 | Fortaleza | SE Mucuripe ⁽¹⁾ | 5.067,00 | 172,43 | M-35969 | 3.800 |
| Des Lauro Nogueira 1456 | Fortaleza | SE Papicu ⁽¹⁾ | 8.000,00 | 160,00 | M-5979 | 2.026 |
| José Severiano 315 | Fortaleza | SE Água Fria ⁽¹⁾ | 10.000,00 | 100,00 | | 4.000 |
| Sargento Hermínio 2645 | Fortaleza | Edificação não Operacional | 11.500,00 | 3.650,00 | Lei Estadual n° 6.624/63 | 755 |
| Av. do Contorno s/n° | Maracanaú | Edificação/ Almoxarifados | 38.000,00 | 2.374,07 | M17011 M-17013 | 1.560 |
| Av. José Ermírio de Moraes 8 | Sobral | Agência de Atendimento | 17.760,00 | 63,43 | T-14548 T-17757 | 513 |
| Total | | | | | | 1.425 |

⁽¹⁾ SE: Subestação.

Aspectos Sócio-Ambientais

Gestão ambiental

O conteúdo da Política Ambiental da Coelce é disseminado constantemente por meio de campanhas de divulgação interna, além de ficar disponível na intranet e no site institucional. Todos os colaboradores assumem compromisso com 100% das diretrizes, que são reunidas em quatro principais vertentes: ética ambiental, educação ambiental, compromisso com a legalidade e gestão de resíduos.

Política Ambiental da Coelce

A área de Responsabilidade Social Corporativa e Meio Ambiente é responsável em desenvolver ações que atendam e promovam essa política, além de ajudar na fiscalização para combater possíveis irregularidades. Entre as ações promovidas pela área está o envio de e-mails aos colaboradores contendo Dicas Ambientais em datas comemorativas, como o Dia Internacional do Planeta Terra (22 de abril), Dia do Controle da Poluição (14 de agosto) e Dia da Amazônia (05 de setembro), dentre outros exemplos. Além disso, a empresa comemora o Dia Coelce do Meio Ambiente, com diversas atividades envolvendo a temática, como exibição de filmes ambientais, trilhas ecológicas e palestras.

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é uma importante ferramenta de melhoria contínua no estabelecimento de objetivos, metas e programas de gestão ambiental com base na política citada. As unidades que fazem parte do escopo, certificado pela norma ISO 14001/2004, emitido pela Bureau Veritas (BV), aconteceu inicialmente em outubro de 2006. No ano de 2008, além do escopo, que abrange as áreas de construção, operação, manutenção do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica e suas atividades de apoio nas diversas unidades de negócio, houve ampliação com a certificação da nova sede administrativa, situada em Fortaleza, que inclui a Diretoria Comercial e todas as suas atividades. Esse foi um período intenso para treinar quase 1.000 pessoas nos procedimentos do SGA, dentre eles a avaliação de situações de emergência, gerenciamento de resíduos e qualificação de prestadores de serviços. Em 2009, a meta será recertificar todo o escopo da ISO 14001.

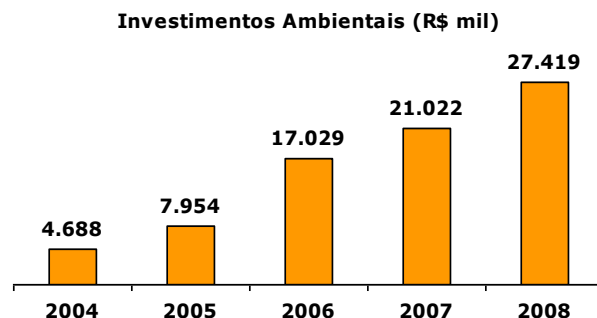
Escopo do Sistema de Gestão Ambiental

As responsabilidades definidas no Sistema de Gestão Ambiental são compartilhadas entre todos os empregados, estagiários e colaboradores parceiros da Coelce. Todos recebem o Guia de Formação Ambiental, contendo explicações detalhadas sobre os benefícios e as ações contidas no SGA. Para o público externo, a Coelce distribui nas lojas de atendimento e portarias das sedes administrativas um folheto com a política ambiental e os canais de comunicação. Os treinamentos de colaboradores referentes à Formação Ambiental e aos documentos do SGA foram de 2.433,5 horas, com investimento de mais de R\$0,05 milhões e 1.558 participações, em 2008. Destaque para o curso de 24 horas para ampliar o número de auditores ambientais internos, que passou de 38 para 48.

A Coelce é a única empresa privada integrante da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Ceará (Ciea) e do Fórum de Mudanças Climáticas do Estado do Ceará, ambos vinculados ao Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente. Além de intensificar o relacionamento com o poder público, a Coelce auxilia na elaboração de políticas públicas direcionadas para a educação ambiental no Ceará. Em 2008, a Ciea criou um grupo de trabalho para planejamento da III Conferência Nacional do Meio Ambiente, que aconteceu em Brasília (DF) e teve como tema principal o debate sobre as mudanças climáticas. Em maio de 2009, o CONAMA convidou a Coelce para apresentar case sobre as suas ações ambientais no Seminário Nacional – Desafios e perspectivas: Educação Ambiental no Setor Empresarial e Sindical realizado em Salvador-BA.

Investimento e gastos em meio ambiente

Os investimentos em meio ambiente totalizaram R\$27,4 milhões em 2008, valor 30,49% superior ao de 2007 (R\$21 milhões). Os gastos envolveram: manutenção do sistema de gestão ambiental, arborização urbana, licenças ambientais, Programa de P&D ambiental, manejo de vegetação, investimento em rede compacta e educação ambiental.



Fonte: Coelce

Impactos da distribuição de energia elétrica

A Coelce identificou e documentou todos os aspectos (causas) e impactos (efeitos) ambientais de suas atividades, elaborando posteriormente uma série de procedimentos, normas técnicas e instruções de controle ambiental. No geral, a distribuição de energia tem baixo impacto no meio ambiente e na biodiversidade e decorrem, principalmente, da supressão vegetal na instalação e manutenção das linhas, e/ou na utilização e descarte de equipamentos com óleo mineral isolante, que oferecem riscos de vazamento.

Com o Programa Luz para Todos, especialmente, a Coelce tem o desafio de distribuir energia elétrica para as mais distantes famílias na zona rural, respeitando áreas de preservação ambiental e optando por vias de passagem que representem a menor interferência na natureza. A emissão de ruído por parte de uma subestação também pode prejudicar a comunidade do entorno, assim são realizadas medições para avaliar se está dentro dos parâmetros da legislação pertinente.

Para a Companhia, as mudanças climáticas causadas principalmente pelo aquecimento global podem representar tanto riscos quanto oportunidades para os negócios. Uma prolongada escassez de chuvas, por exemplo, poderá prejudicar as geradoras hidrelétricas, resultando em racionamento obrigatório do consumo de energia por parte da população, com impactos nos resultados financeiros das distribuidoras.

O cenário poderia obrigar a Coelce a diversificar o portfólio de aquisição de energia, com fontes energéticas de custo mais elevado. Como oportunidades de negócio, entretanto, a empresa cita a oferta de novos produtos e serviços baseados em programas de ecoeficiência, além da maior disseminação de temas voltados à sustentabilidade em toda a sua cadeia de fornecimento, inclusive entre empresas parceiras.

As redes da Coelce são descritas, de forma simplificada neste relatório, como linhas de transmissão, apesar de tecnicamente serem chamadas de linhas de subtransmissão, uma vez que o processo de transferência de energia elétrica acontece a partir de subestações aos clientes, com potência de no máximo 75,2 kV. Diferem, portanto, das linhas de transmissão propriamente ditas que, devido à alta-tensão transmitida (de 155 a 765 Kv), sendo originadas a partir de centrais elétricas, precisam de grandes faixas de servidão (áreas de segurança sobre as quais passam as linhas) e de um controle ambiental maior.

Ações Ambientais

A Coelce, a cada ano, reafirma seu compromisso de levar desenvolvimento socioeconômico ao Estado do Ceará causando o mínimo impacto ao meio ambiente. Para isso, além de cumprir rigorosamente a legislação e as normas ambientais, investir em pesquisa, novas tecnologias, educação ambiental, também desenvolve projetos ambientais que beneficiam a sociedade em geral. Em 2008, dentre as ações ambientais que merecem destaque, tem-se:

Uso de Rede Compacta/ Linha Verde - com o objetivo de minimizar a necessidade de podas em redes de média-tensão, a Coelce investe em cabos aéreos protegidos (chamados spacer), que requerem menor supressão vegetal. Nas redes de baixa-tensão, desde 2002, a Coelce adota um padrão de construção de redes com cabos pré-reunidos (trançados), cobertos, que oferecem segurança e menor poluição visual, além de reduzirem a supressão vegetal. Em 2008 foram investidos R\$15 milhões.

Realização do Programa de Eficiência Energética - o combate ao desperdício de energia elétrica é o principal objetivo deste programa. Em 2008 foram investidos R\$7,8 milhões que, entre outras iniciativas, proporcionou:

- Modernização dos sistemas de iluminação e troca de aparelhos de ar condicionado, ineficientes, por outros modernos e mais eficientes do ponto de vista energético, com selo de qualidade Procel, em hospitais, escolas, universidades e centros de pesquisa e entidades associativas;
- Mais de 112.000 clientes beneficiados pelo Ecoelce, que registrou mais de 5.200 toneladas de resíduos coletados, gerando créditos de mais de R\$0,59 milhões aos clientes;

- Substituição de geladeiras antigas, ineficientes, por eficientes, a clientes baixa-renda. Após a substituição a Companhia dá a destinação ambientalmente correta dos resíduos perigosos gerados, cumprindo o Protocolo de Montreal, com referência ao gás clorofluorcarbono (CFC), bem como do óleo do compressor, o qual é recolhido e regenerado; e
- Substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas (eficientes) e palestras para o uso eficiente da energia elétrica, beneficiando comunidades de baixa-renda.

Manutenção do Sistema de Gestão Ambiental

Em 2008 a Companhia manteve a certificação de seu sistema de gestão ambiental, conquistada em 2006, e ampliou o escopo, atendendo à norma ISO 14001:2004, emitida pelo Bureau Veritas Certification. O escopo da certificação compreende construção, operação, manutenção do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica e suas atividades de apoio, focadas nas seguintes unidades de negócio: Administração Central, Gerência de Distribuição Fortaleza e Metropolitana, Departamento de Distribuição Norte e Relacionamento Comercial da Loja de Atendimento de Sobral, sede do Departamento de Distribuição Centro Norte, sede do Departamento de Distribuição Centro Sul Iguatú, sede do Departamento de Distribuição Centro Norte Canindé, sede do Departamento de Distribuição Sul e Relacionamento Comercial da Agência de Juazeiro do Norte.

Adesão a Padrões Internacionais relativos à Proteção Ambiental

Em março de 2005, a Coelce e todas as demais empresas da Endesa Brasil formalizaram sua adesão ao Pacto Global das Nações Unidas. Desde então, a empresa inseriu os 10 princípios do Pacto Global em seu dia-a-dia. A partir de 2006, a Coelce passou a indicar no seu relatório anual de sustentabilidade a correlação entre os seus diversos projetos sócio-ambientais e os 10 princípios.

Licenciamento Ambiental

Em 31 de março de 2009, a Companhia detinha todas as licenças ambientais exigidas pelos órgãos regulamentares estaduais e federais competentes para licenciar as atividades desempenhadas no âmbito de suas linhas de transmissão, rede de distribuição e subestações, ou estava em processo de obtenção ou renovação de tais licenças.

Nos termos do parágrafo quarto do artigo 18 da Resolução CONAMA nº 237/97, a renovação da Licença de Operação de uma atividade potencialmente poluidora deve ser requerida com antecedência mínima de, em regra, 120 dias da expiração do seu prazo de validade, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente (se o pedido de renovação for efetuado tempestivamente). Em alguns Estados, conforme a regulamentação legal aplicável, referido prazo pode ser mais curto.

Nesse contexto, todas as renovações das licenças ambientais vencidas foram requeridas pela Companhia em observância ao prazo legal, sendo que os pedidos de renovação encontravam-se em análise pelos respectivos órgãos ambientais competentes em 31 de março de 2009. Assim, as licenças permanecem automaticamente prorrogadas até a manifestação definitiva dos órgãos ambientais competentes sobre os respectivos pedidos de renovação.

Além disso, ressalta-se que todas as condicionantes estabelecidas para as licenças ambientais da Companhia vêm sendo cumpridas.

Educação Ambiental

Por meio de palestras, cursos e treinamentos, a companhia busca disseminar a importância da preservação do meio ambiente.

| Educação ambiental Atividades em 2007 | Beneficiados 2007 | Beneficiados 2008 |
|--|--|--|
| Formação ambiental (treinamento geral sobre benefícios e práticas do SGA) | 658 colaboradores e estagiários e 2.667 empregados de empresas parceiras | 1.004 colaboradores e estagiários, além de 2.764 empregados de empresas parceiras |
| Treinamento ambiental sobre procedimentos, formas de registros, normas técnicas, instruções de controle e manual do SGA | 2.596 colaboradores próprios e de empresas parceiras | 554 colaboradores próprios e 523 de empresas parceiras |
| Formação de auditores ambientais | 28 colaboradores próprios | 25 colaboradores próprios |
| Formação de auditores líderes em Sistemas de Gestão Ambiental, com o objetivo de capacitar os funcionários na coordenação de das auditorias internas | 8 colaboradores próprios | - |
| Curso de gerenciamento de resíduos | 50 colaboradores próprios | - |
| Curso de legislação ambiental | 37 e colaboradores próprios | - |
| Curso de aspectos e impactos ambientais | - | 20 colaboradores |
| Curso de avaliação de fornecedores para Sistema de Gestão Ambiental | - | 25 colaboradores |
| Palestras para escolas e órgãos ambientais | Participação de 500 alunos de escolas públicas e particulares e 31 funcionários públicos | 247 participantes, dentre alunos e professores de escolas de ensino médio/fundamental e superior |
| Palestras sobre temas ambientais para colaboradores da Coelce | Participação de 76 colaboradores próprios e parceiros | 238 colaboradores próprios e parceiros |
| Orientações ambientais ao público interno (referentes ao SGA) e externo (coleta seletiva) | 1.994 colaboradores, entre próprios e parceiros, além de abordagens que atingiram 3 mil pessoas da sociedade | 675 funcionários, entre próprios e parceiros, além de abordagens com o público externo que abrangeram mais de 4 mil pessoas. |

Ecotimes em ação

Formados por 10 grupos de colaboradores, os Ecotimes atuam para disseminar as diretrizes da Política Ambiental e do SGA, além de apoiar e engajar os demais colegas de trabalho nas campanhas organizadas pela Área de Sustentabilidade e Meio Ambiente.

Em 2008, 88 funcionários integraram os Ecotimes, sendo que 18 deles passaram por treinamento e tornaram-se auditores internos ambientais. Dentre as iniciativas organizadas pelos grupos, destacam-se a comemoração do Dia Coelce do Meio Ambiente, em 4 de outubro; treinamentos sobre o SGA; palestras nas comunidades; e realização de auditorias internas para fiscalizar o cumprimento das práticas de gestão ambiental.

Escola Coelce Caminhos Eficientes

Por meio de uma plataforma móvel adaptada, mensagens com foco em educação ambiental são disseminadas de forma itinerante, percorrendo os municípios cearenses. No programa Escola Ecoelce Caminhos Eficientes, as comunidades têm a oportunidade de conhecer, por meio de maquetes, o processo de geração de energia elétrica até a sua chegada nas residências. Os visitantes também recebem treinamento sobre o uso racional e seguro da energia e de como se tornar um multiplicador dessa campanha.

Em 2008, o projeto percorreu 85 comunidades, recebendo aproximadamente 33 mil visitantes, com cerca de 3.190 turmas formadas e 38.302 multiplicadores capacitados. Com investimento de R\$0,62 milhões, o programa também realizou a troca de 28 mil lâmpadas fluorescentes nas comunidades.

Dia Coelce do Meio Ambiente

O Dia Coelce do Meio Ambiente, comemorado em 4 de outubro, promove eventos que contribuem para despertar a consciência ambiental de seus colaboradores e empresas parceiras. Em 2008, mais de 3.000 colaboradores e familiares foram envolvidos em diversas atividades, tais como passeios ecológicos para Pacoti, Itarema, Serra de Uruburetama e Arajara, além de participarem de plantio de mudas de Pau-Brasil, sessões de cinema, palestras como Mudanças Climáticas – Aquecimento Global no Semiárido e exposição de fotos sobre a temática ambiental. Foram distribuídos, ainda, folders sobre o uso racional de água e brindes educativos em todas as unidades da Coelce no Estado do Ceará. Pela internet, os colaboradores receberam dicas ambientais e lembrete sobre a importância da certificação ISO 14.001:2004.

Grafitando com Arte

Os muros de subestações são transformados em espaço de divulgação de dicas e iniciativas ambientais do projeto Grafitando com Arte, desenvolvido desde 2005. Após receberem treinamento em educação ambiental, os grafiteiros cearenses utilizam o talento para pintar desenhos e mensagens que remetem ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais. Em 2008, foram pintados 15 muros, com investimento de R\$0,02 milhões.

Uma Luz para o Verde

O projeto foi iniciado no ano de 2005, e desde então vem contribuindo para a arborização do Estado do Ceará. Em 2008, além do plantio e distribuição de mais de 42 mil mudas durante todo o ano, a Coelce ajudou Fortaleza a realizar o maior plantio de árvore em menos tempo. Com a participação de cerca de 300 voluntários colaboradores, parceiros e familiares – em 23 minutos e 28 segundos, foram plantadas 65 mil árvores, sendo 50 mil no Condomínio Espiritual Esperança, na Fazenda Uirapuru, e as outras 15 mil no Campus do Itaperi, na Universidade Estadual.

Pesquisa e desenvolvimento ambiental

Em parceria com universidades e centros de pesquisa nacionais, a Coelce investe em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento com foco na área ambiental, buscando tornar as atividades do setor elétrico cada vez mais sustentáveis.

| Projetos de P&D Ambiental 2008 | Investimento R\$ mil |
|---|-------------------------|
| Desenvolvimento de processo biotecnológico de compostagem para reciclar os resíduos de poda das árvores que obstruem redes elétricas urbanas, proporcionando reaproveitamento ecológico desse material. | 206 |
| Desenvolvimento de produtos à base de compósito fibra de coco em matriz polimérica para aplicação em sistemas de baixa-tensão. Além de buscar economia financeira, ao desenvolver caixas de baixo custo para os medidores de energia, reaproveita os subprodutos do coco, resíduo abundante no Ceará. | 98 |
| Desenvolvimento de técnicas e sistema de lavagem a seco de isoladores, de forma a aumentar a segurança do processo de limpeza em sistemas energizados. | 281 |
| Desenvolvimento e utilização de óleo ecológico para transformadores de distribuição. | 185 |
| Programa Coelce de Desenvolvimento Social pela Energia Consumida – Ecoelce. | 94 |
| Total de investimentos em 2008 | 863 |

| P&D ambientais | 2006 | 2007 | 2008 | Meta 2009 |
|------------------------------|-------|-------|------|-----------|
| Recursos Aplicados (R\$ mil) | 1.375 | 1.022 | 863 | 2.000 |

Ecoelce

O programa Ecoelce, estabelecido a partir de um projeto de P&D autorizado pela ANEEL, foi concluído em junho de 2008. Após esta data, foi remetido para análise do órgão regulador, sendo aprovado como PEE por apresentar grande potencial de energia economizada em decorrência da reciclagem dos resíduos coletados.

O Programa Ecoelce consiste na troca de lixo reciclável (resíduos) por créditos na conta de energia elétrica dos consumidores da Coelce, com destinação organizada do material à indústria de reciclagem.

Para participar do Programa, basta o cliente dirigir-se a um Posto de Coleta com seu cartão Ecoelce e com os resíduos que ele quer que vire bônus em sua conta de energia. Há um sistema informatizado com máquinas com tecnologia POS que fazem a leitura do cartão e transmite os dados para o faturamento da Coelce. A próxima conta de energia elétrica do cliente, ou de quem ele desejar, virá com o bônus equivalente ao valor dos resíduos levados até o ponto.

Todos os tipos de resíduos sólidos recicláveis no Ceará podem ser levados pelos clientes. Os resíduos coletados são devidamente tratados e recebem a destinação adequada até a fase final na fabricação de novos produtos.

Em 2008, o Ecoelce, com investimento de R\$0,22 milhões no período de setembro a dezembro, com a sua inclusão no PEE, beneficiou 28.846 clientes. A partir do recolhimento de 1.277 toneladas de material (metal, vidro, papel e plástico), gerou ainda economia de energia de 4.600 MWh, em decorrência do reprocessamento em detrimento da produção de matéria-prima básica.

Atuação Social e Cultural

De forma crescente, a Coelce vem direcionando os seus investimentos de responsabilidade social para a área de educação, pois acredita que somente pessoas que desenvolvem seu potencial criativo e massa crítica são capazes de atuar em prol de uma transformação social mais inclusiva e sustentável. Os programas educacionais apoiados pela companhia envolvem principalmente crianças e jovens.

A empresa também é uma das que mais investem no Estado do Ceará para valorizar e disseminar a cultura local. Somente em 2008, destinou R\$11,3 milhões para financiar projetos sociais e culturais, com recursos próprios e outros viabilizados por meio de incentivos fiscais.

| Fontes de investimentos (R\$ mil) | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|---|--------------|--------------|---------------|---------------|
| Recursos próprios | 638 | 1.301 | 2.431 | 1.500 |
| Incentivos fiscais | 5.054 | 7.547 | 9.273 | 9.818 |
| Sistema Estadual de Cultura (Siec) | 3.185 | 3.975 | 2.423 | 3.027 |
| Lei Rouanet | 450 | 1.700 | 2.405 | 2.414 |
| Fundos para a Infância e Adolescência (municipais e estadual) | 50 | 500 | 601 | 618 |
| Fundo Estadual para Cultura (FEC) | 1.369 | 1.372 | 3.588 | 3.759 |
| Lei de Incentivo ao Esporte* | não vigente | não vigente | 256 | 0 |
| Total | 5.692 | 8.848 | 11.704 | 11.318 |

*Em 2008 a Coelce não recebeu nenhuma solicitação de projeto esportivo cujo mecanismo de patrocínio era a Lei nº 11.438/06 (Lei de Incentivo ao Esporte).

Iniciativas Sociais e Culturais

Desde 2008, de forma inédita, a Coelce oferece a possibilidade para a comunidade cadastrar on-line os projetos em busca de patrocínio. O portal <http://www.coelcesites.com.br/sustentabilidade> permite aos interessados enviar ideias e justificar os benefícios a serem contemplados com os programas. Com total transparência, a Coelce também informa a lista de todos os projetos de apoio à cultura, ao esporte e aos direitos da criança e do adolescente desenvolvidos em 2008, inclusive o valor dos investimentos destinados a cada um. Além de reunir notícias atualizadas do desempenho da companhia no âmbito da responsabilidade social corporativa, o portal também dispõe de um canal para receber sugestões.

Natal Educar com Arte

Com a mensagem Investir em educação é a melhor forma de desejar Feliz Natal para todo o Ceará, a Coelce anunciou o resultado de sua campanha natalina, que em 2008 consistiu em um bem-sucedido concurso de desenho entre os estudantes de escolas públicas. Ao todo foram 17 mil desenhos de 3,7 mil escolas inscritas, localizadas em 181 dos 184 municípios do Ceará. Um diferencial da iniciativa foi a participação efetiva dessas escolas, que tiveram de selecionar os cinco melhores desenhos entre os seus alunos.

As vencedoras das três primeiras colocações foram Luciana Nogueira Silva, Francisca Bruna de Souza Martins e Cindy Maria Damasceno Jales, que ganharam bolsa de estudos de R\$0,07 milhões e computador com impressora. Os finalistas que ficaram do 4º ao 20º lugar também receberam computadores e impressoras, e as escolas dos 20 estudantes ganharam *kit* multimídia contendo notebook, projetor e tela de projeção. A campanha continuará em 2009.

Programa Energia Social

A partir da necessidade de contribuir com uma abordagem social para a redução de perdas em comunidades de baixo desenvolvimento socioeconômico, a Coelce criou o Programa Energia Social.

São três linhas de ação, que reúnem outras iniciativas já desenvolvidas pela companhia, com a intenção de potencializar o impacto positivo no dia-a-dia das comunidades, como a negociação de dívidas e ações de geração de renda, cidadania e responsabilidade socioambiental.

Ações Coelce – Abrangem as atividades comerciais, tais como o parcelamento de dívidas sem juros ou com ampliação do número de parcelas para clientes de baixa renda e instalação de unidade móvel de atendimento comercial (Coelce nos Bairros). Também realiza a disseminação do programa de eficiência energética (troca de lâmpadas, fiação e geladeiras velhas), Baú da Leitura, Cine Coelce, Escola Coelce Caminhos Eficientes, que busca combater o desperdício de energia elétrica, e programa de reciclagem Ecoelce.

Conhecer – Direcionado para a autopercepção do público beneficiado em relação ao contexto social no qual está inserido. A partir de vivências individuais, são desenvolvidos temas como orçamento familiar, culinária para aproveitamento integral dos alimentos, responsabilidade socioambiental e orientação para o mercado.

Educar para Crescer – Busca fomentar o artesanato local como forma de geração de renda sustentável e valorização da cultura cearense. Essa linha de ação prevê a capacitação da comunidade para o aperfeiçoamento de técnicas artesanais, orientação à produção de coleções e apoio à comercialização das peças, com respeito às bases regionais e tradições culturais de cada localidade. Em 2008 foram 19 comunidades capacitadas, que produziram artigos de reconhecida qualidade e boa aceitação no mercado. A Coelce apoiou também a criação de uma coleção de moda, incluindo o desfile que aconteceu na Feira de Responsabilidade Social e do catálogo impresso dos produtos desenvolvidos. As encomendas foram tantas que em alguns períodos foram incluídas comunidades além do raio de atuação do Energia Social, a fim de atender à demanda.

O compromisso de reverter 100% do valor arrecadado com a venda dos artigos produzidos aos artesãos proporcionou às comunidades com alto índice de pobreza o montante de R\$0,2 milhões em comércio solidário, com incremento de renda direto para 384 pessoas. O programa orientou ainda 212 jovens para o mercado de trabalho. Nesse sentido, embora não seja possível mensurar de forma precisa o impacto referente a empregos indiretos, percebeu-se que a maior visibilidade conquistada pelo Energia Social, em 2008, refletiu-se na contratação de profissionais junto ao mercado (instrutores, monitores, *designers* etc.) e aquisição de matéria-prima de terceiros.

Energia social em 2008:

- Investimento de R\$0,6 milhões;
- 384 pessoas atingiram incremento real no orçamento familiar;
- Geração de R\$0,2 milhões em comércio solidário;
- 241 pessoas foram capacitadas em meio ambiente;
- 288 pessoas receberam orientação sobre orçamento familiar;
- 283 pessoas foram capacitadas em culinária alternativa e forno solar;
- 465 pessoas aprimoraram ou aprenderam técnicas artesanais; e
- 91 jovens participaram de oficinas de orientação para o mercado.

As metas do Energia Social em 2009 envolvem:

- Capacitação de 10 novas comunidades e acompanhamento das 19 já existentes;
- Criação de novas coleções, incluindo a preparação de catálogo e criação da identidade visual comunidades das comunidades atendidas;
- Promoção da participação dos grupos produtores em feiras, exposições, bazares, e outros espaços de incentivo à comercialização;
- Realização de bazares;
- Criação de hortas comunitárias;
- Realização de serigrafias comunitárias; e
- Inscrição dos artesãos beneficiados no Centro de Artesanato do Ceará (Ceart).

Para melhor mensurar os impactos produzidos pelo Energia Social, será realizado um estudo envolvendo as novas comunidades que devem ser atendidas a partir de 2009. Por meio da parceria com a Universidade Federal do Ceará, estudantes farão o levantamento de indicadores socioeconômicos, incluindo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que servirão como parâmetro de avaliação de resultados.

Coelce Voluntários

O Programa Coelce Voluntários encerrou 2008 com uma ação de enfoque educacional. Por meio do curso "As vantagens de permanecer na escola", voluntários capacitados pela Junior Achievement (organização de educação em economia e negócios) realizaram diversas atividades lúdicas para cem alunos das escolas públicas de ensino fundamental e médio Jenny Gomes, Maria Stella Cochrane Santiago (ambas em Fortaleza) e José de Borba Vasconcelos (em Maracanaú).

Criado em 2006 com o intuito de reforçar a presença da companhia na sociedade - por meio da promoção de ações nas áreas de saúde, meio ambiente, assistência social, educação e tecnologia - o programa contou com a participação de 46 voluntários em 2008. Outras iniciativas realizadas no ano, que beneficiaram diretamente quase 4 mil pessoas, foram:

- Cadastro de doadores de medula óssea;
- Campanha de doação de sangue: No período do carnaval, devido ao aumento do número de acidentes de trânsito e outras ocorrências, normalmente há um aumento de demanda dos bancos de sangue. Por isso, nas semanas que antecedem os festejos, a Coelce realiza uma campanha para convidar os seus colaboradores a doarem sangue, disponibilizando transporte e agendando o encontro para que não haja fila de espera, além de propiciar folga remunerada, conforme determinado pela legislação. Em 2008, 68 colaboradores da companhia e de suas empresas parceiras participaram desse ato cidadão;
- Campanha de arrecadação de donativos e R\$0,02 milhões em prol de vítimas atingidas por fortes chuvas nos municípios de Icó, Aurora, Lavras da Mangabeira, Caririaçu, Crateús e Sobral;
- Contação de histórias em comunidades de baixa renda; e
- Visitas a instituições carentes, como a Associação Peter Pan, e doação de parte do Imposto de Renda devido por colaboradores.

Coelce Solidária

Em 2008, o Programa Coelce Solidária repassou mais de R\$8 milhões para instituições sem fins lucrativos, além de realizar outras ações para relacionadas à qualidade de vida da população:

Repasse de verbas – Duas instituições sem fins lucrativos de Fortaleza foram beneficiadas com 2,5% do total de recursos arrecadados pelo Seguro Família Residencial 3+1 e Seguro de Vida com Assistência Funeral. O Instituto de Prevenção à Desnutrição e Excepcionalidade (Iprede) e o Hospital Batista Memorial receberam R\$0,04 milhões cada um.

Apoio à busca de crianças desaparecidas – Um espaço na conta de energia elétrica é usado para a divulgação de imagens de crianças desaparecidas, que integram o cadastro da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará. Desde o início do programa, em 2004, oito crianças foram encontradas.

Arrecadação de fundos para entidades – Por meio da doação de uma quantia simbólica feita por 251 mil clientes foram revertidos R\$8,5 milhões para entidades sem fins lucrativos. O montante é cerca de 30% maior que o totalizado em 2007, de R\$6,5 milhões. Esses recursos são autorizados pelos clientes para desconto na própria conta de energia. Os interessados em contribuir podem ir até uma loja da distribuidora, escolher uma das entidades cadastradas a ser beneficiada e estipular uma quantia acima de R\$1,00. Em 2008, a Companhia possuía parceria com 22 instituições, sendo que quatro delas ainda estavam em processo de adequação do convênio no encerramento do ano.

Incentivo à Leitura

Desde 2005, o projeto Baú da Leitura contribui para a disseminação do conhecimento em comunidades com baixo desenvolvimento socioeconômico. Cada comunidade atendida recebe um acervo com 300 livros infantis e infanto-juvenis das mãos do próprio mascote da Coelce, o Lampinha. Em parceria com o grupo Casa do Conto, as histórias são narradas de maneira lúdica a fim de estimular ainda mais o gosto pela leitura. Em 2008, o projeto beneficiou 35 entidades, entre escolas públicas, ONGs e associações comunitárias, com investimento de R\$0,03 milhões. Os municípios beneficiados pelo Baú da Leitura foram Canindé, Fortaleza, Icaupuí, Itarema, Maracanaú, Pacajus, Sobral e Trairi.

A companhia promoveu, ainda, um curso de capacitação para contação de história, em junho de 2008, no qual participaram 30 colaboradores. O objetivo é transformar os voluntários em agentes disseminadores, para o público infantil, de temas de segurança da rede elétrica e eficiência energética. Após o treinamento, os voluntários atuaram com a equipe do programa Coelce nos Bairros, contando histórias para a comunidade de São Bernardo, em Messejana.

Mostras-debate de cidadania para colaboradores

A Coelce tem promovido a discussão de temas relevantes para a sociedade entre seus colaboradores, de modo a estimular uma postura cidadã entre os mesmos. Destacam-se os seguintes encontros realizados em 2008:

Mostra-debate sobre Paternidade Responsável: a iniciativa, intitulada Conversa de Homem, trouxe à discussão assuntos relacionados à paternidade responsável, buscando a construção de relações mais livre e prazerosa entre pais e filhos. Antecedendo o evento, foi realizada uma campanha interna para todos os colaboradores com o título "O Que é Ser Pai".

Mostra-debate sobre Política: o evento reuniu colaboradores da empresa, levando os participantes a refletirem sobre política e voto consciente. Foram utilizados recursos de vídeos e música, além de palestra promovida pelo instituto Fábrica de Imagens, especializado em promover ações de educação e cidadania.

Apoio aos direitos da criança e do adolescente

Em 2008, foram destinados R\$0,6 milhões (oriundos de 1% do Imposto de Renda devido) ao apoio de ações capazes de proporcionar um futuro melhor a crianças e jovens. A contribuição beneficiou várias as iniciativas, abrangendo educação, arte, cidadania e inclusão social.

| Apoio à infância e à adolescência Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente | | |
|--|--|----------------|
| Entidade | Descrição | 2008 (R\$ mil) |
| Centro Pediátrico do Câncer da Associação Peter Pan (APP) | Em 2008, os recursos foram destinados para o término da construção do Centro Pediátrico do Câncer, prédio com quatro pavimentos e 69 leitos. A associação desenvolve programas sociais com pacientes vítimas de câncer e suas famílias. | 24.500 |
| Cursos do Instituto Programa Movimento de Integração Milenar (Promil) | Oferta de cursos de instalador-eletricista, instalador-bombeiro e secretariado, pelo Instituto Promil, de Fortaleza. Tem como público-alvo jovens de 14 a 18 anos oriundos de comunidades com baixo desenvolvimento socioeconômico, bem como egressos do sistema penitenciário. Com a parceria da Coelce, o número de beneficiados totalizou 7 mil em 2008. | 125.000 |
| Tecendo Cidadania com Educação e Arte | Promover o crescimento da autoestima, o resgate dos valores éticos, o estímulo ao estudo e do exercício da cidadania de 80 crianças e adolescentes em situação de risco social, por meio da educação, arte e cultura. Todos são atendidos no Núcleo da Sapiranga – Coité. O projeto segue as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando a uma perspectiva de intervenção social integral. | 10.500 |
| Caminho para a Cidadania | Tem como objetivo ampliar e fortalecer as oportunidades de aprendizado para o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes especiais. Diretamente foram beneficiados 20 crianças e adolescentes. O programa foca a vivência social, ampliação do repertório cultural, educação ambiental, acesso e uso das tecnologias, iniciação profissional e incentivo à participação cidadã na vida pública. | 21.500 |
| Subtotal | | 181.500 |

| Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente | | |
|--|---|----------------|
| Entidade | Descrição | 2008 (R\$ mil) |
| 3ª Mostra de Arte da Cultura Cearense (22ª Convenção Estadual do Comércio Lojista) em Iguatu | O objetivo geral é proporcionar mudanças culturais, promover a ampliação do conhecimento tecnológico e empresarial da classe lojista, além do desenvolvimento de novos negócios. O público-alvo foi composto de empresários e lojistas de Fortaleza e interior do Estado do Ceará e estudantes universitários das áreas de administração e varejo. Foram beneficiadas 1.200 pessoas. | 40.000 |
| Arte, Vida e Movimento, do Grupo Bailarinos de Cristo Amor e Doações (BCAD) | Oferece diversas atividades, como dança, teatro, computação, língua estrangeira (inglês) e natação, entre outras, além de alimentação aos participantes. São acompanhadas 380 crianças de 21 comunidades de baixo poder aquisitivo, em vários núcleos instalados em Fortaleza. | 23.500 |
| Festival Cariri de Canção – Modalidade Infanto-Juvenil | O projeto tem como objetivos mobilizar, incentivar, criar espaços e apoiar a produção musical, artística e cultural, sintonizando-se com a criatividade, preservação e desenvolvimento da cultura caririense, cearense e brasileira, além de favorecer o crescimento das atividades turísticas da região. | 20.000 |
| Festival Nordestino de Teatro de Guaramiranga | Apoio à difusão, exibição, circulação e promoção do teatro em Guaramiranga. Ocorrido de 12 a 20 de setembro de 2008, participaram do evento 13.500 pessoas, dentre atores, diretores, dramaturgos, teatrólogos, debatedores, críticos, técnicos, estudantes, produtores, empresários, gestores de entidades e instituições, gestores municipais, formadores de opinião, turistas e visitantes. | 50.000 |
| MídiaCOM: Instituto Tecnológico e Vocacional Avançado (Iteva) | Os alunos da rede pública de ensino do município de Aquiraz têm a oportunidade de participar de capacitação em comunicação digital e computação gráfica, além de organização produtiva para a geração de renda. O projeto beneficiou 120 jovens em 2008. | 23.500 |
| Projeto Atos de Aprendiz do Conselho de Integração Social (Integrassol) | Desenvolvido em Fortaleza, possui como objetivo contribuir para o desenvolvimento socioprofissional e educacional de 100 estudantes de escolas públicas (16 e 17 anos) em situação de risco social, com orientação e qualificação profissional, visando à inserção dos mesmos no mercado do trabalho. | 15.000 |
| Visagens do Desejo da Companhia de Dança do Ceará (Vidança) | O projeto beneficia 300 crianças e adolescentes de 8 a 21 anos, de três bairros de Fortaleza, enfocando a dança como agente de transformação social. São realizadas aulas gratuitas de dança, percussão e capoeira, inspirados na cultura e nas tradições locais. Os alunos têm acesso também a oficinas de trabalhos manuais, de onde saem os figurinos e cenários usados em apresentações do grupo. As famílias se envolvem, participando de palestras e contribuindo na confecção do material usado nos espetáculos. | 23.500 |
| Juá Forró | Evento junino com duração de 15 dias, em Juazeiro do Norte, com perspectiva de público de 450 mil pessoas. O festival contou com 45 atrações musicais e as apresentações de quadrilhas com a presença de crianças, adolescentes e adultos. O recurso destinado pela companhia contribuiu para a realização de quadrilhas infantis e infanto-juvenis. | 120.000 |
| Festival de Quadrilhas Juninas Infantis de Maracanaú | Ao produzir uma grande festa de São João para a população de Maracanaú, a Coelce buscou fortalecer as raízes culturais, além de atrair turistas e incrementar o comércio local. | 120.000 |
| Subtotal | | 435.500 |
| Total | | 617.000 |

Projetos culturais

A Coelce recebeu o Selo de Responsabilidade Cultural 2008, conferido pela Secretaria de Cultura do Estado, em reconhecimento a seus investimentos no setor. Em 2008, foram aplicados mais de R\$10 milhões, entre recursos próprios e oriundos do Sistema Estadual de Cultura (2% do ICMS a recolher) e da Lei Rouanet (até 4% do Imposto de Renda a recolher). Os projetos se enquadram nas categorias de artes cênicas, audiovisual, literatura, música e patrimônio imaterial.

Artes Cênicas

A companhia investiu nesta categoria R\$0,4 milhões. Destaca-se a realização do Festival Nacional de Dança em Fortaleza.

| Artes Cênicas (Teatro e Dança) | | 2008 (R\$) |
|---|---|----------------|
| As Sete Irmãs | Estimular e difundir a produção teatral das pessoas de terceira idade. | 10.300 |
| Divertissement – Vida e Arte de Hugo Bianchi | Montagem de um espetáculo, que reuniu as seguintes companhias de dança: Centro de Experimentação em Movimento, Cia dos Pés Grandes, Cia Etra de Dança e o Ballet Hugo Bianchi. As apresentações em Fortaleza foram gratuitas, com público estimado em 5 mil pessoas. | 45.000 |
| Donas do Destino | A peça teatral buscou promover a integração de várias culturas, valorizando tradições e crenças, com atores de terceira idade. O público- alvo do espetáculo abrangeu adolescentes, idosos, artistas e a população em geral. As quatro apresentações foram vistas por 600 pessoas. | 10.200 |
| Energia para Desenvolver | O projeto é desenvolvido no município de Groaíras e trabalha a inclusão de crianças e adolescentes por meio de arte-educação. Em 2008, atendeu 50 crianças e jovens. O recurso destinado pelo Coelce contribuiu para a produção de um espetáculo de teatro que contempla as expressões da cultura popular como ação geradora de desenvolvimento humano. O espetáculo itinerante percorreu sete municípios (Massapé, Sobral, Forquilha, Groaíras, Cariré, Acopiara e Crato), atingindo 3,6 mil jovens. | 38.650 |
| Estação das Artes - Plano de capacitação em artes cênicas | O projeto visa à produção, capacitação, pesquisa e difusão das manifestações artísticas de modo a consolidar a Estação Ferroviária de Senador Pompeu (CE) como um centro de arte e cultura. | 39.325 |
| Festival Nacional de Dança de Fortaleza | Evento anual que dissemina a dança e cultura do Ceará por meio de espetáculos, cursos e palestras. | 70.000 |
| Francisco - O homem que se tornou santo | Espectáculo teatral realizado há dez anos, durante a romaria em louvor a São Francisco de Assis. Em 2008 foram feitas cinco apresentações em Canindé, para um público estimado em 5 mil pessoas. O projeto também inclui a realização de cursos e oficinas formando profissionais em figurino, adereços, cenários, cabelo e maquiagem, camareiras, contra-regras, segurança, assistentes de iluminação e som, atores e diretores. | 135.818 |
| No Nordeste é Assim | Apresentação itinerante do espetáculo pela capital e interior do Estado buscou promover um importante intercâmbio cultural. Foram oferecidas oficinas de teatro, mostras de vídeos e palestras sobre a cultura nordestina. | 25.000 |
| O Cântico das Criaturas | O grupo teatral Jardim de São Francisco apresentou a história da tradição do presépio e o natal de estilo franciscano para cerca de 15 mil romeiros que foram a Canindé, entre outubro e dezembro de 2008. | 50.818 |
| Total | | 425.111 |

Artes Visuais

Nesta categoria cultural, a Coelce investiu R\$0,2 milhões, destacando-se o projeto Arte Profissionalizante realizado em bairros de baixo desenvolvimento socioeconômico.

| Artes Visuais (Artes plásticas e Fotografia) | | 2008 (R\$) |
|---|---|----------------|
| Arte Profissionalizante | Arte Profissionalizante propõe-se a descobrir, formar e desenvolver novos talentos de artes plásticas, junto a comunidade carente de Fortaleza. Proporcionando atendimento sócio cultural para o desenvolvimento integral de seus potenciais e capacitando-os também para a geração de renda e promoção da cultura icinografica nordestina e brasileira. É a ampliação de uma experiência bem sucedida de oficinas de artes plásticas ocorrida, em 2001, nos bairros do Bom Jardim e São Cristóvão. | 159.556 |
| O traço do audífax - Do regional ao Universal | A temática em que se baseia a presente proposta é bem variada. O conjunto de desenhos aborda nossa paisagem, trabalhadores, agricultores, pescadores, rendeiras, violeiros, personalidades, Lampião, Padre Cícero, Maria Bonita, Conselheiro, Beato Lourenço, mulheres, palhaços, animais, naturezas mortas, estes dentro do nosso universo nordestino, com todas suas características, reafirmando nossa identidade cultural e preservando nossos valores. Além deste conjunto, faz uma releitura dos grandes mestres da pintura com alusão às suas musas, ou sejam: Aldemir Martins, Muralistas Egípcios, Botticelli, Da Vinci, Degas, Di Cavalcante, Frida Kahlo, Giotto, Gouguin, Klimt, Lautrec, Matisse, Michelangelo, Modiglianni, Renoir, Picasso, Portinari, Tarsila e Van Gogh. | 43.000 |
| Total | | 202.556 |

O projeto que mais recebeu aporte financeiro da Coelce em 2008 foi o Cine Ceará, Festival Nacional de Cinema e Vídeo, com R\$0,8 milhões investidos. O evento é o mais importante do gênero no Estado e busca projetar o Ceará como difusor e produtor de cinema e vídeo.

| Audiovisual | | 2008 (R\$) |
|---|--|------------------|
| A Escola vai ao Cinema | O projeto realiza sessões gratuitas de cinemas para estudantes da rede pública de ensino da capital cearense e do município de Sobral. Em 2008, foram beneficiadas diretamente 8 mil pessoas. | 217.000 |
| Ceará em Foco - Antenas e Raízes | O objetivo da iniciativa é reciclar e reutilizar as máquinas caça-níqueis, transformando-as em computadores a serem doadas às bibliotecas comunitárias de Fortaleza. | 50.774 |
| Cine Ceará - Festival Nacional de Cinema e Vídeo | Mostra anual de cinema nacional, que busca projetar o Ceará como difusor e produtor de cinema e vídeo. Com sessões gratuitas, os oito dias de evento atraíram 16,8 mil espectadores. | 844.203 |
| Cine Coelce | Sessões de cinema em locais públicos para comunidades de baixo desenvolvimento socioeconômico, com destaque para produções cearenses. O público-alvo é a população do interior do Estado, beneficiando cerca de 15 mil pessoas. | 250.000 |
| Cine Itinerante | O projeto visa educar por meio do ensino básico da produção audiovisual e da difusão de obras consagradas do audiovisual nacional e cearense. Participam as comunidades no interior e capital. | 180.000 |
| Circuito Rural | Curtas-metragens que buscam disseminar a educação ambiental nas comunidades rurais do Sertão Central, realizando também o plantio de espécies nativas nas áreas degradadas próximas a essas comunidades. | 42.580 |
| Dom Frágoso | Realização de uma obra audiovisual, em formato digital, com duração de aproximadamente 60 minutos, sobre a vida e obra do bispo católico Antônio Batista Frágoso à frente da diocese de Crateús, entre os anos de 1964 e 1998. Frágoso foi um renomado defensor dos direitos humanos, principalmente nos anos de ditadura militar. | 62.000 |
| Festival Latino Americano de Curta Metragem de Canoa Quebrada | Realização da 3ª edição do festival, com mostra competitiva de filmes e vídeos de curta metragem, além de viabilizar o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre produtores do Brasil e do exterior. A programação incluiu oficinas de capacitação profissional. | 50.000 |
| Festival Nacional de Cinema e Vídeos Ambiental | Festival que realizou a exibição de filmes e vídeos, em mostras competitivas e itinerantes, encontros, oficinas e outras atividades. | 3.000 |
| Projeto Megafone | Centro de comunicação educativa instalado em três escolas da rede municipal de ensino de Maranguape, Maracanaú e Fortaleza. | 112.000 |
| O Altar do Cangaço | Documentário longa-metragem que tem como tema a história do cangaço. | 200.000 |
| O Auto da Camisinha | Produção de um filme de 40 minutos com teor educativo sobre a importância de usar o preservativo na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. | 40.000 |
| O Siri-Ará | O filme de longa-metragem aborda o processo de colonização do Ceará e do Nordeste brasileiro, mostrando a dimensão histórica dos encontros das culturas europeias e ameríndias, em uma narrativa épica e original da história. | 200.000 |
| Outros Olhares | O projeto visa ao desenvolvimento sociocultural e formação profissional em produção e realização audiovisual de 30 jovens de baixa renda e oriundos de escolas públicas em Fortaleza. | 160.000 |
| Produção Cultural Audiovisual Cearense | Publicação de edição histórica comemorativa dos 80 anos do jornal O Povo e da edição do Anuário do Ceará, obra que apresenta um retrato do Estado. | 185.000 |
| Selva de Pedra: Fortaleza Noíada | O documentário retrata a vida de usuários de crack e as mazelas que o vício traz para a cidade de Fortaleza, promovendo debate sobre fatos, causas e consequências, além da necessidade de políticas públicas eficazes para o enfrentamento dessa questão. | 40.000 |
| Total | | 2.636.567 |

Literatura

A iniciativa Fábrica de Leitores foi um dos destaques dentre os investimentos em literatura. A empresa patrocinou a produção de 20 livros infantis sobre a cultura e a história do Nordeste a serem distribuídos para estudantes da rede pública do Ensino Fundamental. Outras ações realizadas em 2008:

| Literatura | | 2008 (R\$) |
|--|--|----------------|
| Bienal Internacional do Livro do Ceará | Contribuição para a 8ª Bienal Internacional do Livro do Ceará, cujo tema em 2008 foi A aventura cultural da mestiçagem. O objetivo foi evocar a multiplicidade de culturas e a condição mestiça de suas raízes, incentivando o hábito da leitura e a produção literária. | 75.000 |
| Casa do Conto | Núcleos de narradores de histórias que, utilizando histórias e jogos educativos, despertam em crianças e adolescentes o interesse pela leitura, em vários bairros de Fortaleza e em seis cidades do interior do estado, tendo como sede as bibliotecas públicas. | 15.801 |
| Ciclos Econômicos do Ceará | Edição e publicação do livro Ciclos Econômicos do Ceará, desde a pecuária até a indústria. | 87.280 |
| Fábrica de Leitores | Produção de 20 livros de literatura infantil sobre a cultura e da história do Nordeste, visando ao fortalecimento da formação de leitores nas séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). | 107.000 |
| Floresta Nacional do Araripe | Livro com fotografias e textos sobre as riquezas naturais e culturais desse ecossistema. | 45.000 |
| Livro Soldado da borracha: uma história do Ceará e do Acre | Obra que relata com depoimentos, artigos, fotos e mapas a história da saga dos soldados da borracha, que saíram de Fortaleza para a floresta amazônica, em 1943, alistados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. | 55.000 |
| Protagonistas da Leitura | O projeto visa ao desenvolvimento do prazer pela leitura em escolas públicas e será executado em Fortaleza, nas escolas: Externato São Vicente de Paulo, Escola de Ensino Fundamental e Médio Antônio Dias Macêdo e Escola de Ensino Fundamental e Médio Edite Braga. As escolas foram identificadas a partir do nível de participação e envolvimento da comunidade com as mesmas, dado que as comunidades onde as escolas estão localizadas participarão das atividades do projeto. | 63.918 |
| Total | | 448.999 |

Após várias apresentações em eventos natalinos e em outras datas comemorativas, o Coral das Luzes, formado por colaboradores e parceiros da Coelce gravou o seu primeiro CD de músicas, patrocinado pela companhia, que busca cada vez mais incrementar seus investimentos culturais.

| Música | | 2008 (R\$) |
|--|---|-------------------|
| Aniversário de Fortaleza 2008 | Show realizado em homenagem aos 282 anos de Fortaleza. | 50.000 |
| Aprendendo com Arte | Realização de oficinas de música erudita (flauta, violão, percussão e canto coral), nas cidades de Fortaleza e Orós, para crianças e jovens de baixa renda. | 30.000 |
| CD Cartas na Mesa | Terceira produção independente do artista cearense Silvio Barreira, com a participação de vários músicos e intérpretes do Estado. O CD será distribuído gratuitamente a entidades municipais e estaduais. | 30.000 |
| CD O Retrartista | Produção de um CD alusivo à menina-mulher do sertão nordestino que consegue vislumbrar um sonho de um dia ser famosa na cidade grande. | 29.685 |
| Ceará Natal de Luz | Coral infantil de Paracuru, que apresentou canções natalinas. | 275.000 |
| Feira da Música de Fortaleza | Evento anual que reúne os diversos segmentos do mercado musical, abrangendo indústria, atacado, varejo e consumidor final, com o objetivo de atrair negócios e investimentos para a indústria fonográfica do Nordeste e fomentar o turismo da região baseado no entretenimento musical. | 125.000 |
| Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga | Festival anual realizado na região do maciço de Baturité e em Fortaleza para a difusão dos estilos musicais jazz e blues. Estima-se que em 2008 compareceu aos eventos um público de 20 mil pessoas. | 153.000 |
| Festival de Música de Barbalha (Femub) | O festival tem como objetivo a promoção da cultura e talento dos profissionais da área musical. Com uma duração de dois dias de evento, o público estimado foi de oito mil pessoas em 2008. | 12.600 |
| Festival de Sanfoneiros de Limoeiro do Norte | Durante quatro dias, a população do vale do Jaguaribe, sertão do semiárido cearense, teve a oportunidade de apreciar a apresentação de sanfoneiros, entre artistas locais e nacionais, além de oficinas, workshops, exposição e venda de instrumentos. | 60.000 |
| Festival Eleazar de Carvalho | Realizado na capital cearense, o evento dissemina a música clássica para a população cearense de forma gratuita, em concertos diários, além de apresentação de encerramento com a nona sinfonia de Beethoven. O festival possui um caráter didático, atendendo 180 alunos para aulas de iniciação de reciclagem em música clássica. | 112.000 |
| Gravação e Lançamento do Coral das Luzes | Produção do primeiro CD do coral composto por funcionários da Coelce e show itinerante por várias cidades do Ceará. | 250.000 |
| Mostra Multicultural – Tamboril Fest | Mostra multicultural que reúne grupos de músicas, teatro, dança, circo e folclore no município de Tamboril. | 77.904 |
| Orquestra de Câmara Eleazar de Carvalho | Formação de plateia em música erudita, de acordo com o Plano Estadual de Música da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. O repertório da orquestra é basicamente erudito, porém há a inclusão de obras folclóricas e populares. A programação inclui concertos de caráter didático (ensaio aberto ao público e matinal erudita) e beneficente em prol de entidades sociais, com público estimado de 30 mil pessoas em 2008. | 249.696 |
| Total | | 1.454.885 |

Patrimônio imaterial

Foram destinados R\$0,5 milhões para iniciativas que fortalecem a cultura e os costumes do povo cearense.

| Patrimônio Imaterial | | 2008 (R\$) |
|---|--|-------------------|
| Casa de Pedra | Criação de um Centro de Cultura Popular, que funcionará com oficinas, cursos e apresentações, direcionados para o incentivo às artes populares e à tradição oral do Cariri cearense. | 30.000 |
| Festival de Quadrilhas Juninas do Ceará | Apoio a grupos de quadrilhas juninas do Ceará, com o objetivo principal de difundir e promover as manifestações populares locais. | 160.999 |
| Restauração de Imóvel no Centro de Fortaleza | Dar continuidade à restauração de um imóvel, considerado patrimônio histórico de Fortaleza, onde ficarão sediadas a Orquestra Filarmônica, o Memorial da Indústria do Ceará e o Instituto Arquitetos do Brasil. O projeto visa ainda a revitalizar a cultura e o centro da capital cearense. | 45.000 |
| Riquezas do Ceará | Programa veiculado na TV Cidade (afiliada da Record), com matérias exclusivas sobre as belezas naturais, culinária, pontos turísticos, artistas locais, tecnologia, artesanato, folclore e demais atrativos do Ceará. | 125.000 |
| São João de Maracanaú 2008 - Festival de quadrilhas Juninas | Festa de São João realizada para a população do município de Maracanaú, revitalizando as raízes culturais, atraindo turistas dos mais diversos tipos para alavancar a economia local, com geração de empregos, aumento das vendas por parte do comércio local e incentivo ao investimento em equipamentos turísticos locais. | 150.000 |
| Total | | 510.999 |

Boas práticas

Feira Coelce de Responsabilidade Social

Realizada durante três dias no bosque do Marina Park Hotel, em Fortaleza, a Feira Coelce de Responsabilidade Social ofereceu aos visitantes uma mostra de 11 projetos socioambientais apoiados pela companhia: Baú de Leitura; Cine Coelce; Coelce Solidária com a Saúde Pública; Ecoelce; Energia Social; Escola Coelce – Caminhos Eficientes, MídiaCom, Óleo Ecológico, Adubo Orgânico, Promil e Troca Eficiente.

A primeira edição da Feira, que reuniu aproximadamente 2 mil pessoas, contou ainda com apresentações musicais e uma Arena da Aprendizagem – espaço de oficinas de contação de história, animação, uso eficiente de energia, brinquedos feitos a partir de material reciclado, horta caseira e customização de camisetas.

O resultado da capacitação de profissionais do artesanato pelo programa Energia Social ficou evidenciado no desfile de abertura do evento, com modelos apresentando os produtos feitos de renda de filé, crochê, dentre outros materiais. Na ocasião, foi assinado convênio com o Ateliê Brasil para comercialização das peças artesanais produzidas pelas comunidades do projeto. A segunda edição da Feira de Responsabilidade Social da Coelce já está confirmada para 2009.

Mais do que reforçar o seu compromisso com a responsabilidade social corporativa, a Feira busca intensificar o diálogo e a transparência entre a Coelce e a sociedade. Nesse sentido, a companhia também aproveitou a ocasião para divulgar o seu Relatório de Sustentabilidade 2007.

Eficiência Energética

Os investimentos em eficiência energética constituem importante alternativa para conter a expansão do consumo sem comprometer a qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico do País. No Brasil, a legislação do setor elétrico determina que as distribuidoras destinem, anualmente, 0,5% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) a projetos caracterizados como eficiência energética. Todas as iniciativas devem ser aprovadas pela ANEEL e geralmente estão divididas em dois grupos principais: ações educativas para a população, incluindo a disseminação do selo de qualidade Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica), e investimentos em equipamentos e instalações. Para isso, desenvolve projetos de educação para o uso eficiente e seguro da energia, substituição de geladeiras antigas por modelos mais novos junto à população de baixa renda, modernização dos sistemas de iluminação em hospitais e escolas públicas, dentre outras ações.

A Companhia possui um Plano de Gestão, com investimento em capacitação de pessoal próprio para a gestão e execução do Programa de Eficiência Energética, em ações de *marketing* e divulgação, em aquisição de sistemas de gestão informatizados, dentre outros. Em 2008, a Coelce destinou R\$0,06 milhões a esse plano.

No total, os investimentos em eficiência energética somaram R\$0,007 milhões, em 2008, e contribuíram para a economia de energia em diversas classes de consumo.

Energia Economizada

De acordo com dados do Dr. Sabetai Calderoni (USP, 1997), em seu livro "Os Bilhões Perdidos no Lixo", para cada tipo de material reciclado é possível obter uma economia de energia devido ao reprocessamento do material, evitando a retirada e/ou processamento da matéria-prima bruta da natureza. O estudo mostra que é possível avaliar a economia de energia elétrica adotando-se fatores de conversão para cada tipo de resíduo, permitindo, assim, auferir um ganho energético através da contabilização do montante de resíduos destinado à reciclagem, tendo como referência a tabela abaixo:

| Resíduos | Energia elétrica economizada por tonelada de produto (MWh/Ton) * | Toneladas de produto no projeto em referência 2008 ** | Energia Elétrica economizada total (MWh/2008 **) |
|--------------|--|---|--|
| Metal | 5,3 | 201,30 | 1067 |
| Vidro | 0,64 | 215,41 | 138 |
| Papel | 3,51 | 595,02 | 2088 |
| Plástico | 5,06 | 263,35 | 1332 |
| Total | | 1.275,08 | 4625 |

Fonte: * Calderoni, 1997 / ** Ecoelce, set-dez 2008

A Emissora conta com dois projetos para obter uma economia de energia em função do reprocessamento de material, que são:

- *Projeto de "Tipologia Residencial Baixa Renda" (Troca de Eficiente)* - refere-se ao projeto de eficiência energética de consumidores de baixa renda, cujo objetivo principal é troca de geladeiras e lâmpadas ineficientes por equipamentos com selo Procel/Inmetro nível "A" de eficiência energética, proporcionando um ganho de energia e demanda calculado através de planilhas de acompanhamento do consumo antes e depois da troca do equipamento, conforme orientação do manual do programa de eficiência energética do setor elétrico brasileiro.
- *Projeto de Tipologia de Eficientização Energética de Prédios Públicos* - tem como objetivo principal a troca de aparelhos de ar condicionados, lâmpadas e luminárias obsoletas por equipamentos com selo Procel/Inmetro nível "A" de eficiência energética, utilizando-se a mesma metodologia aplicado aos projetos de baixa renda.

Ressalta-se que são consideradas nas planilhas de acompanhamento dos ganhos de energia e demanda, as potências dos equipamentos e o tempo estimado de uso da situação antes e depois da troca, sendo informados os resultados apresentados nos relatórios finais dos respectivos projetos encaminhados à ANEEL.

Em MWh, de acordo com a classe de consumo, a economia foi:

| | 2006 | 2007 | 2008 | Meta 2009 |
|--|--------------|--------------|---------------|---------------|
| Total | 4.047 | 7.739 | 12.991 | 18.507 |
| Residencial (Coelce) | - | - | 4.600 | 7.189 |
| Residencial Baixa Renda (Troca Eficiente) | - | 3.940 | 6.226 | 8.287 |
| Comercial | - | - | - | - |
| Industrial | - | - | - | - |
| Poder público (Eficientização energética em prédios públicos, como escolas, hospitais) | 4.047 | 3.799 | 2.165 | 3.031 |

Troca Eficiente

Devido ao sucesso do seu programa de ecoeficiência no segmento de baixa renda, a Companhia continuou em 2008 a atuar em residências de consumidores de baixo poder aquisitivo, reformando as instalações elétricas e trocando refrigeradores e lâmpadas. Além de contribuir com a doação de equipamentos mais ecoeficientes, a Companhia garante o descarte ambientalmente correto para os resíduos gerados nessa troca. Com investimento de R\$0,6 milhões no ano, os benefícios abrangeram:

- 1.440 residências com instalação de padrão de entrada e/ou reforma da rede interna;
- 38.500 lâmpadas incandescentes de 60W substituídas por fluorescentes compactas de 15W; e
- 6.108 famílias beneficiadas com a troca de geladeira, sendo 4.439 em Fortaleza e região metropolitana e 1.669 em municípios do interior do Ceará.

| Projeto | Benefícios diretos | Investimento (R\$ mil) |
|---|---|------------------------|
| Eficientização de consumidores de baixa renda | Troca de 6.108 refrigeradores | 5.804 |
| | Doação de 38.500 lâmpadas fluorescentes | |
| | Redução na demanda, no horário de ponta, de 1.865,77 kW | |
| | Economia de 6.226,38 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação | |

Além do projeto Troca Eficiente, a Coelce realiza ações educativas para o uso seguro e consciente da energia elétrica por meio do programa Escola Coelce de Caminhos Eficientes. Uma escola itinerante com duas salas de aula. Uma delas possui uma maquete de 8,5 metros contendo várias formas de geração de energia elétrica e o caminho da distribuição da energia, além de casas em miniatura ensinando a população como se deve economizar energia elétrica no seu dia a dia.

Coelce Solidária com prédios públicos

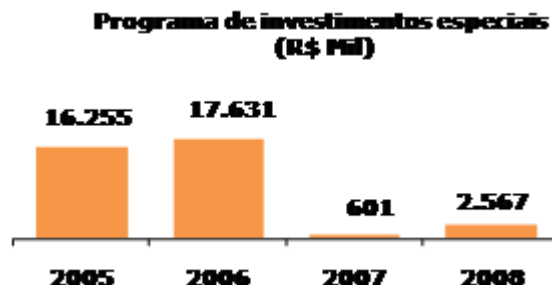
A reciclagem de lâmpadas e condicionadores de ar em prédios e a correta destinação dos resíduos gerados com a troca de equipamentos podem proporcionar economia mensal de até 15% para a Companhia. Técnicos e consultores da Companhia visitaram prédios públicos de hospitais, escolas, universidades e centros de pesquisa para estudar as ações necessárias para tornar as instalações mais modernas.

| Projetos de eficiência energética | Benefícios diretos | Investimento (R\$ mil) |
|---|---|------------------------|
| 13 hospitais públicos (seis em Fortaleza e sete no interior do Estado) | Modernização de 5.168 pontos de iluminação | 500 |
| | Troca de 333 condicionadores de ar | |
| | Redução na demanda, no horário de ponta, de 371,05 | |
| | Economia de 836,89 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação | |
| 19 escolas públicas (10 estaduais e nove municipais, todas localizadas em Fortaleza) | Modernização de 4.320 pontos de iluminação | 318 |
| | Troca de 163 condicionadores de ar | |
| | Redução na demanda, no horário de ponta, de 261,37 | |
| | Economia de 822,35 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação | |
| Centro de Educação Tecnológica do Estado do Ceará (Centec) | Modernização de 1.189 pontos de iluminação | 121 |
| | Troca de 72 condicionadores de ar | |
| | Redução na demanda, no horário de ponta, de 86,66 | |
| | Economia de 194,36 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação | |
| Faculdade de Economia, Administração, Atuárias, Contabilidade e Secretariado FEAACS (UFC) | Modernização de 486 pontos de iluminação | 124 |
| | Troca de 81 condicionadores de ar | |
| | Redução na demanda, no horário de ponta, de 80,66 | |
| | Economia de 232,30 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação | |
| Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) | Modernização de 212 pontos de iluminação | 55 |
| | Troca de 40 condicionadores de ar | |
| | Redução na demanda, no horário de ponta, de 34,49 | |
| | Economia de 79,50 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação | |
| Total | | 1.118 |

Programa de Investimentos Especiais

O Contrato de Concessão prevê a execução de obras e serviços contemplados pelo Programa Anual de Investimentos Especiais do Estado. São contempladas obras de extensão de redes MT/BT, subestações com linhas de transmissão de 69 Kva, aumento de carga, obras de suporte, remanejamento de postes e recondutoramento que sejam solicitados pelo Governo do Ceará. O objetivo é garantir infra-estrutura aos projetos industriais, turístico, de irrigação, abastecimento de água, iluminação pública e eletrificação rural e urbana.

De acordo com o Convênio nº 048/98 emitido pelo Governo Estadual, a Companhia deve destinar 1% do faturamento líquido de venda de energia para o Programa de Investimentos Especiais. A liberação das obras se dá após a entrega do plano de obras pelo governo estadual, o qual se reflete nos valores investidos pela Companhia. Os valores anuais investidos que não atingem o percentual do faturamento líquido definido no referido convênio se acumulam para os anos posteriores. Em 2008 o valor investido totalizou R\$0,3 milhões.



Prêmios e Certificações

O esforço crescente e a constante preocupação da Emissora com o desenvolvimento da sociedade do Estado do Ceará tem sido contínua e gentilmente reconhecidos através do agraciamento da Emissora com diversos prêmios e comendas, entre eles podemos destacar:

- **Prêmio Abradee 2008** – Eleita a melhor distribuidora de energia elétrica do Nordeste, pelo terceiro ano consecutivo, e a quinta do Brasil. Também foi reconhecida como a 2ª melhor distribuidora em Responsabilidade Social, 3ª melhor em Gestão Operacional do Brasil e a 3ª melhor distribuidora em Evolução do Desempenho do Brasil.
- **Guia Exame/ Você S/A** – Pelo terceiro ano consecutivo, integrou o *ranking* das 150 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil. A Companhia também ficou na terceira posição na categoria serviços públicos, destacando-se no quesito melhor setor para se trabalhar, no qual se avalia o Índice de Felicidade no Ambiente de Trabalho.
- **Great Place to Work 2008** – A Companhia ocupou o 43º lugar no *ranking* das 100 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, pela revista Época e *The Great Place to Work*.
- **As Melhores da Dinheiro** – Pela primeira vez, a Companhia integrou o *ranking* das 500 melhores empresas do Brasil na edição 2008 do anuário publicado pela revista Isto É Dinheiro. A Companhia foi destaque na categoria de empresas da área energética, ficando em segundo lugar em dois critérios de gestão: Responsabilidade Social e Recursos Humanos.
- **Selo Ibase** (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) – Reconhecimento pela qualidade das informações do balanço social, desde 2004.
- **Prêmio Fundação Coge (Comitê de Gestão Empresarial) 2008** – Finalista em três das quatro categorias, com os programas Troca Eficiente Coelce (Ações de Responsabilidade Social), Ecoelce (Ações Ambientais) e Prevenindo Sempre (Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho).
- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA** – Pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia integra o seletor grupo de empresas reconhecidas nacionalmente por seu compromisso com o desenvolvimento sustentável.
- **Prêmio Abrasca** (Associação Brasileira das Companhias Abertas), Relatório Anual – 11º posição no *ranking* nacional e a 5ª entre as empresas de energia.
- **Rumo a Credibilidade** – O Relatório Anual de Sustentabilidade 2007 ficou em 3º lugar no *ranking* nacional na pesquisa realizada pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) em parceria com a internacional *SustainAbility*. Recebeu também o 1º lugar dentre as demais empresas do setor elétrico brasileiro.
- **Comunicação de Progresso** – COP Notável – O Relatório de Sustentabilidade 2007 foi reconhecido como notável pelo Pacto Global da ONU.

- **Prêmio Contribuintes do Ceará 2008** – reconhecimento pela contribuição ao desenvolvimento estadual, por meio do recolhimento correto e regular do ICMS. Iniciativa do governo do Estado, em parceria com o Sistema Verdes Mares.
- **Prêmio Delmiro Gouveia** – Premiada como a Maior Empresa do Estado do Ceará e Melhor Contabilista. A iniciativa é promovida pela BM&FBOVESPA no Ceará e pelo jornal *O Povo*, com o objetivo de destacar o desempenho das empresas cearenses nos setores econômico e social.
- **Prêmio Fiec** (Federação das Indústrias do Estado do Ceará) por Desempenho Ambiental 2008 – 1ª colocada na categoria Integração com a Companhia, com o programa Troca Eficiente Coelce, e 3ª colocada na categoria Produção mais Limpa, com o projeto Óleo Ecológico.
- **Prêmio Top of Quality de Ambientação** – Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia recebeu esse prêmio entregue pela Ordem dos Parlamentares do Brasil (OPB) em reconhecimento pelo constante trabalho da companhia na proteção ao meio ambiente.
- **World Business and Development Awards (WBDA)** – O Ecoelce foi um dos dez ganhadores deste prêmio promovido pela ONU, que reconhece a contribuição das empresas do setor privado para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
- **Prêmio Von Martius**, realizado pela Câmara Brasil-Alemanha – O programa Ecoelce, de troca de resíduos por bônus na conta de energia, foi premiado com o 2º lugar na categoria Natureza.
- **Brasil que Inova**, promovido pela revista Exame – Ecoelce foi considerado uma das 25 maiores inovações brasileiras da última década.
- **Câmara Oficial Espanhola de Comércio no Brasil** – Responsabilidade Social Corporativa para os melhores projetos em benefícios da sociedade brasileira.
- **Prêmio Consumidor Moderno** – Iniciativa organizada pelo Grupo Padrão, que identifica e difunde as empresas que privilegiam a excelência no atendimento ao cliente. A companhia foi uma das finalistas na categoria Energia Elétrica, em 2008.
- **Prêmio Padrão de Qualidade** – Promovida pela revista *Consumidor Moderno*, a iniciativa premia as melhores operações e tecnologias de *Contact Center* do Brasil. A Central de Relacionamento da Companhia ficou em primeiro lugar, da categoria Energia Elétrica.
- **Selo de Responsabilidade Cultural 2008** – Promovido pela Secretaria de Cultura do Estado (Secult), que reconhece as empresas que mais investem neste setor no Ceará.
- **Medalha Capacete Bombeiro Militar** – Reconhecimento à parceria com a instituição por meio do apoio ao Programa Movimento de Integração Militar (Promil), que vem beneficiando alunos com cursos de capacitação profissional em diversas áreas.
- **Medalha Eloy Chaves** – A empresa conquistou a premiação pela primeira vez, em reconhecimento às suas ações voltadas para a segurança e prevenção de acidentes.

Empregados e Política de Recursos Humanos

Quadro de Pessoal

A tabela que segue abaixo indica o número de empregados da Companhia em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e em 31 de março de 2009 e 2008, bem como sua divisão por funções, sendo que todos estão localizados no Estado do Ceará:

| Natureza do Cargo | 31 de dezembro de | | | 31 de março de | |
|-------------------|-------------------|--------------|--------------|----------------|--------------|
| | 2008 | 2007 | 2006 | 2009 | 2008 |
| Administrativo | 212 | 231 | 242 | 207 | 211 |
| Executivo | 23 | 22 | 23 | 22 | 25 |
| Gerencial | 64 | 67 | 68 | 60 | 64 |
| Operacional | 300 | 389 | 419 | 284 | 335 |
| Profissional | 322 | 309 | 298 | 332 | 312 |
| Técnica | 357 | 279 | 263 | 355 | 315 |
| Total | 1.278 | 1.297 | 1.313 | 1.260 | 1.262 |

No primeiro trimestre de 2009, o valor das despesas com pessoal totalizou R\$16,9 milhões. O valor anual em 2008 foi de R\$61,2 milhões, em 2007 foi de R\$66,7 milhões e em 2006 foi de R\$62,1 milhões.

O índice de produtividade da Emissora atingiu 2.284 clientes por empregado, o que corresponde a um nível de produtividade dentro dos padrões internacionais. Os empregados da Emissora são empregados em período integral.

Os empregados da Emissora são filiados ao Sindicato dos Eletricitários do Ceará – Sindeletrô. A Emissora mantém um bom nível de relacionamento com o Sindeletrô. No acordo coletivo há a previsão de reuniões entre a Emissora e o Sindeletrô a cada dois meses, que são realizadas regularmente, além de reuniões extraordinárias quando solicitadas, a fim de prestar informações de ações relacionadas com os colaboradores. Os acordos coletivos de trabalho da Emissora têm vigência de dois anos.

Anualmente, na data-base em novembro, são negociadas as cláusulas de reajuste salarial e benefícios. Em 2006, foi concedido reajuste correspondente a variação do INPC no período de 1º de novembro de 2005 a 31 de outubro de 2006 somado a um ganho real de 0,75%. Em 2008, foi concedido reajuste correspondente a variação do INPC no período de 1º de novembro de 2007 a 31 de outubro de 2008, somado a um ganho real de 0,5%.

A Emissora considera satisfatório seu relacionamento com seus empregados. As atividades da Emissora não sofreram qualquer interrupção decorrente de paralisação pelos trabalhadores que tenha produzido efeito significativo em suas operações nos últimos cinco anos.

A Emissora possui 82 empregados estáveis, inclusive membros da comissão interna de prevenção de acidentes e dirigentes sindicais. A tabela abaixo indica o motivo da estabilidade e o número de empregados que desfrutam desta estabilidade:

| Tipo de Estabilidade ou Afastamento | Quantidade de Empregados |
|--|---------------------------------|
| Sindicato | 28 |
| CIPA | 38 |
| Retorno Acidente de Trabalho | 07 |
| Afastados Previdência | 06 |
| Outros | 02 |
| Total | 82 |

Terceirização de Mão de Obra, Autônomos e Trabalho Cooperado

Em 31 de março de 2009 a Emissora possuía 7.563 empregados terceirizados, não existindo prestadores de serviço autônomos e/ou funcionários prestando serviços através de cooperativas de trabalhadores.

No primeiro trimestre de 2009, o valor das despesas com serviços prestados por terceiros totalizou R\$38,4 milhões. O valor anual em 2008 foi de R\$138,1 milhões, em 2007 foi de R\$117,2 milhões e em 2006 foi de R\$95,1 milhões.

Política de Treinamento

Investir no desenvolvimento e qualificação dos profissionais para assegurar a consolidação dos valores da Emissora, alcançando os objetivos estratégicos do negócio e oferecendo com segurança, serviços de qualidade para a satisfação dos clientes. Assim, a Emissora define sua política de treinamento, pois entende que a capacitação constitui ferramenta chave para o desenvolvimento das competências necessárias ao bom desempenho do profissional.

Em 2008, foram realizadas um total de 183 mil homens-hora de treinamento, foram concedidas 162 bolsas em cursos técnicos, graduação e pós graduação, a um custo total para a Emissora de R\$3,8 milhões.

Política de Benefícios

Adicionalmente, nos termos da Legislação Trabalhista e do acordo coletivo em vigor, a Emissora concede aos seus empregados e aos seus dependentes legais, a título de remuneração indireta, benefícios sociais de auxílio e/ou suplementares. Esses benefícios estão em conformidade com a prática de mercado e aplicáveis exigências legais, e são os seguintes:

Vale Alimentação

Este benefício visa a suprir as necessidades alimentares do empregado e de seus familiares. Cada empregado recebe o quantitativo de vale alimentação, referente aos dias úteis mensal, que deve ser utilizado nos supermercados credenciados para aquisição de gêneros alimentícios.

A Emissora não limitou o benefício às exigências do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador. Todos os empregados, independentemente do nível salarial, recebem o benefício.

Em 2008, o custo deste benefício para a Emissora foi de R\$5 milhões e custo para os empregados foi de R\$0,5 milhões, contemplando uma média mensal de 1.274 empregados. No primeiro trimestre de 2009, este custo foi de R\$1,4 milhões, para a Emissora e de R\$0,1 milhões para os empregados, contemplando uma média mensal de 1.267 empregados.

Creche e Creche Escola

Trata-se de auxílio financeiro para assistência aos filhos de empregados(as), na faixa etária de dois meses a sete anos, mediante reembolso ao empregado(a) do valor pago por estes às creches e escolas.

No primeiro trimestre de 2009 o custo deste benefício foi de R\$0,2 milhões, beneficiando um total de 187 empregados e 221 crianças. Em 2008, foram beneficiados 233 empregados, atendendo a 301 crianças e o custo para a Emissora foi de R\$0,8 milhões.

Benefício Apoio ao Excepcional

Benefício concedido para tratamento especializado a filho de empregado portador de deficiência mental, motora, ou sensorial (especificamente visual, auditiva e distúrbios graves da fala ou comportamento). As modalidades de tratamentos abrangidas incluem fonoaudiologia, natação, psicologia, terapia ocupacional, fisioterapia, psicomotricidade e psicologia.

No primeiro trimestre de 2009, o custo deste benefício foi de R\$0,003 milhões, beneficiando uma média mensal de 17 empregados e 18 dependentes. Em 2008, foram beneficiados uma média mensal de 17 empregados e 18 dependentes, ao custo anual para a Emissora de R\$0,1 milhões.

Vale Transporte

Destinado aos empregados para utilização em transporte coletivo, do deslocamento da residência ao trabalho e vice-versa. Permite ao empregado, gastar apenas o equivalente a 6% do seu salário básico com transporte, sendo o excedente pago pela empresa.

No primeiro trimestre de 2009, o custo deste benefício foi de R\$0,007 milhões, para Emissora e de R\$0,006 milhões para os empregados, beneficiando a uma média mensal de 194 empregados. Em 2008, foram atendidos uma média mensal de 195 empregados, com o custo total para a Emissora de R\$0,4 milhões e ao custo total para os empregados de R\$0,2 milhões.

Plano de Assistência Médica e Odontológica da Coelce – Plamec

O Plamec foi criado por meio da Resolução PR nº 002/98 e tem por objetivo proporcionar aos empregados da Emissora filiados à Faelce, seus dependentes e agregados, aos aposentados pela Emissora vinculados à Faelce, seus dependentes e agregados e aos ex-empregados da Emissora, que na época do desligamento eram filiados à Faelce, seus dependentes e agregados, os benefícios da assistência médica, hospitalar e odontológica, através do acesso a profissionais e entidades conveniadas com as empresas contratadas para prestação destes serviços.

Os benefícios com cobertura pelo Plamec abrangem o atendimento médico hospitalar e odontológico em regime ambulatorial e de internação em diversas especialidades, havendo dois padrões de internação referentes à internação hospitalar, sendo opcional a escolha do segurado pelo plano de apartamento simples ou enfermaria.

A Emissora participa do custo financeiro do benefício, para empregados e dependentes, com percentual sob os valores das mensalidades cobrados pelos fornecedores, percentual este que varia conforme nível salarial dos empregados. A participação financeira dos empregados é feita através de débito em folha de pagamento, conforme regulamento do Plamec firmado em 27 de março de 1998.

Em 2008, foram beneficiados uma média mensal de 1.313 empregados e 3.238 dependentes com um custo anual para a Emissora de R\$5,8 milhões, sendo que a participação dos empregados foi de R\$2,5 milhões. No primeiro trimestre de 2009, o custo total da Emissora foi de R\$1,5 milhões, enquanto que a participação dos empregados no custeio deste benefício foi de R\$0,6 milhões, beneficiando uma média mensal de 1.313 empregados e 3.210 dependentes.

Incentivo Educação

A Emissora concede um incentivo anual aos empregados com filhos entre 7 e 18 anos, desde que estes estejam cursando o ensino fundamental e/ou médio e que tenham sido aprovados no ano letivo anterior. No primeiro trimestre de 2009, referente ao ano letivo de 2008, o custo total da Emissora foi de R\$0,2 milhões, beneficiando uma média mensal de 351 empregados e 430 dependentes.

Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

A Emissora, na qualidade de estipulante, contrata seguro de vida e acidentes para dar cobertura securitária aos empregados, aposentados e respectivos cônjuges e estagiários. A Emissora participa com 50% do custo mensal e o empregado com os outros 50%, sendo este valor debitado em folha de pagamento. Com relação aos estagiários, a Emissora é responsável por 100% do prêmio mensal do segurado. Os aposentados pagam 100% do seu prêmio mensal.

Dentre as principais coberturas contratadas aos empregados, aposentados e respectivos cônjuges, estão as de morte natural e morte acidental, cujas importâncias seguradas são 20 e 40 vezes o salário nominal, considerando que aposentados e cônjuges não têm cobertura por invalidez motivada por doença.

Em 2008, foram cobertos uma média mensal de 1.250 empregados e 152 estagiários e o custo anual deste benefício para a Emissora foi de R\$0,5 milhões e para os empregados foi de R\$0,4 milhões. No primeiro trimestre de 2009 este custo foi de R\$0,1 milhões para a Emissora e de R\$0,1 milhões para os empregados, para cobertura de uma média mensal de 1.261 empregados e 150 estagiários.

Auxílio Funeral

A Emissora concede auxílio financeiro destinado às despesas funerárias a empregados e dependentes legais. Em caso de morte acidental do empregado, em decorrência de acidente de trabalho, as despesas com o funeral são integralmente de responsabilidade da Emissora.

Em 2008, a Emissora teve um custo total de R\$0,006 milhões sendo coberto um empregado e dois dependentes. No primeiro trimestre de 2009, este custo foi de R\$0,007 milhões, cobrindo um empregado e dois dependentes.

Licença Acompanhante

É o afastamento de até 15 dias, sem perda salarial e benefícios, concedido ao empregado que necessite acompanhar dependente legal, por motivo de doenças destes, mediante atestado do especialista que acompanha o paciente, condicionado ao parecer favorável do serviço social da Emissora.

Atendimento Social

O serviço social consiste no conjunto de atribuições de ajuda social direcionada a orientar e atender empregados e familiares na solução de problemas, estimulando sua autonomia e independência, cujas atribuições são orientações e acompanhamentos referentes a problemas graves de saúde, desajustes familiares, visitas domiciliares e hospitalares, planejamento econômico, entre outros.

Ginástica Laboral

Benefício destinado aos empregados com o objetivo de melhorar as condições físicas, corrigir vícios posturais e prevenir a fadiga muscular, contribuindo para a prevenção de doenças por traumas acumulativos como Lesões por Esforços Repetitivos – LER e Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho – DORT.

Em 2008, o custo deste benefício para a Emissora foi de R\$0,08 milhões. No primeiro trimestre de 2009, o custo deste benefício para Emissora foi de R\$0,02 milhões.

Apoio ao Portador do HIV e de Doenças Terminais

A Emissora mantém um programa preventivo da AIDS e assistência ao empregado portador do HIV e de doenças terminais através de acompanhamento médico, social e psicológico. Contudo, antes de utilizar este benefício o empregado deverá utilizar de todos os benefícios e tratamentos possíveis cobertos pelo plano de saúde oferecido pelo Plamec.

Benefício de Assistência ao Empregado Acidentado do Trabalho – Complementação do Auxílio Doença Acidentário

A Emissora concede aos empregados acidentados do trabalho e vítimas de doenças ocupacionais, complemento do auxílio doença acidentário pago pelo INSS, a fim de garantir o recebimento pelo empregado da sua remuneração integral, como se trabalhando estivesse.

Este benefício é concedido pelo período de 24 meses contados a partir do afastamento do trabalho, o pagamento é feito através de depósito em sua conta bancária.

Em 2008, receberam complementação uma média mensal de dois empregados, com o custo anual para a Emissora de R\$0,03 milhões. No primeiro trimestre de 2009 não houve ocorrência.

Indenização por Morte ou Incapacidade Total e Permanente em Decorrência de Acidente do Trabalho

A Emissora concede o benefício do pagamento da indenização aos dependentes do empregado quando por morte acidental deste, ou ao próprio empregado por ocasião da sua aposentadoria por invalidez permanente total em decorrência de acidente do trabalho. A referida indenização corresponde ao múltiplo do tempo de serviço na Emissora multiplicado pelo salário da data do evento, não podendo ser inferior a 10 salários nominais do empregado.

Em 2008 e no primeiro trimestre de 2009, não houve ocorrências.

Assistência Médica, Paramédica e Social

A Emissora presta ainda ao acidentado do trabalho toda assistência e acompanhamento social, faz aquisição de medicamentos e aparelho ortopédico, propicia transporte adequado ao deslocamento para tratamento, bem como lhe proporciona um plano de assistência médica específico para o seu tratamento. Quando necessário, a Emissora promove a readaptação profissional do empregado em outro cargo, sem redução salarial. O empregado readaptado em função diversa daquela originariamente exercida pelo mesmo não poderá servir de paradigma ou pleitear equiparação salarial em relação aos demais empregados que exerçam a mesma função.

Em 2008, o custo para a Emissora com benefício foi de R\$0,02 milhões. No primeiro trimestre de 2009, este custo foi de R\$0,005 milhões.

Transporte para Acidentado do Trabalho

A Emissora mantém condições adequadas de deslocamento ao empregado acidentado do trabalho e à vítima de doenças profissionais, do trajeto necessário para a realização de tratamento médico e fisioterápico, mediante as modalidades de vale transporte, ambulância, táxi ou viatura da Emissora.

Política Salarial, Promocional e Plano de Carreira

A Emissora atualmente remunera suas pessoas de maneira justa e equilibrada, tanto internamente quanto com relação ao mercado. Para isso, matem uma política que estabelece diretrizes e regras para reajuste e enquadramento dos cargos e remuneração das pessoas, tabela salarial. Para estar alinhada e compatível com o mercado, a Emissora pesquisa a remuneração de empresas semelhantes no tamanho, seguimento, abrangência e localização. Trabalha por gestão de competências e sua principal ferramenta é o mapa de carreira, instrumento utilizado para gerir a carreira das pessoas.

Plano de Opção de Compra de Ações Destinados a Empregados

A Emissora não possui nem pretende no momento implementar quaisquer tipo de plano de opção de compra de ações destinado aos empregados e a única forma de envolvimento dos empregados no capital da Emissora é por meio de participação nos lucros.

Participação nos Lucros

Como forma de regulamentação do plano de participação nos resultados, a Emissora, nos moldes da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, adotou os seguintes parâmetros para apurar o valor a ser pago a cada empregado: se a Emissora tiver lucro, nos termos do artigo 189 da Lei nº 6.404/76, nos exercícios de 2008 e 2009, será feita uma distribuição de um bônus de produtividade aos empregados do exercício correspondente, proporcionalmente aos meses trabalhados, após realizada uma avaliação de desempenho que determinará o *quantum* proporcional do bônus (percentual do salário base) a cada empregado, e cujo pagamento será efetuado após aprovação do balanço e a realização da avaliação mencionada.

Nos termos do Acordo Coletivo, a Emissora repassou aos seus empregados R\$4,4 milhões, a título de participação nos lucros e resultados referentes à 2008, nos termos do artigo 7º, inciso XI da Constituição Federal, parcela do resultado positivo do exercício imediatamente anterior.

Acordos de Compensação e Prorrogação de Jornada de Trabalho

Conforme definido no Acordo Coletivo, a Emissora mantém pelo trabalho extraordinário realizado aos domingos e feriados nacionais, o pagamento do adicional de 100 % sobre as horas extras efetivamente trabalhadas ou o equivalente em folgas, sendo que a compensação de horas extras apenas é feita mediante entendimento entre a Emissora e o empregado.

Segurança e Medicina do Trabalho

A Emissora não possui áreas e/ou atividades insalubres de acordo com a Norma Regulamentadora NR-15 – Atividades e Operações Insalubres, da Portaria Ministerial nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego.

A Emissora, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, é uma empresa classificada como Grau de Risco 3, e portanto suas atividades são de natureza perigosas, baseadas na Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, regulamentada por meio do Decreto-Lei nº 93.412/86. A Emissora mantém o pagamento do adicional de periculosidade em conformidade com a legislação em vigor aplicável ao setor elétrico.

Premiações em Segurança do Trabalho

A Emissora, no primeiro trimestre de 2009, realizou manutenção do sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional OHSAS 18001.

Fundação Coelce de Seguridade Social – Faelce

A Emissora contribui para os planos de benefícios que a Faelce uma entidade fechada de previdência complementar, concede aos seus empregados o benefício de aposentadoria.

A Faelce administra atualmente 2 (dois) planos de benefícios: um na modalidade de benefícios definido - BD e o outro na de contribuição definida - CD, sendo que o primeiro encontra-se fechado para novos ingressos, sendo portanto os novos empregados passíveis de ingresso somente no Plano CD.

O empregado e a Emissora contribuem para referidos planos de benefícios, conforme as regras estabelecidas no estatuto e regulamentos dos planos. A Emissora, na qualidade de patrocinadora da Faelce, deve contribuir de forma permanente e regular para a Faelce.

Em 2008, a quantidade de participantes do Plano BD era de 2.642, dos quais 2.063 aposentados, sendo que o custo de contribuição para a Emissora foi de R\$6,7 milhões e a participação dos empregados foi de R\$2,4 milhões. No Plano CD, a quantidade de participantes era de 743, dos quais 10 aposentados, sendo que o custo de contribuição para a Emissora foi de R\$1,6 milhões e a participação dos empregados foi de R\$1,6 milhões.

No primeiro trimestre de 2009, a quantidade de participantes do Plano BD era de 2.635, dos quais 2.088 aposentados, sendo que o custo de contribuição para a Emissora foi de R\$1,8 milhões e a participação dos empregados foi de R\$0,6 milhões. No Plano CD, a quantidade de participantes era de 761, dos quais 11 aposentados, sendo que o custo de contribuição para a Emissora foi de R\$0,4 milhões e a participação dos empregados foi de R\$0,4 milhões.

A Emissora, além de patrocinadora é também instituidora da Faelce e portanto responde subsidiária e solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Plano BD com seus participantes que forem empregados da Emissora, já que no Plano CD a única obrigação que tem é a de contribuir para o plano, pois trata-se de um plano de contribuição definida puro.

O plano de benefícios definido – BD encerrou o exercício de 2008 com um patrimônio líquido previdenciário (reserva técnica) de R\$559 milhões, enquanto que seu passivo atuarial (reserva matemática) totalizou R\$547,7 milhões tendo portanto alcançado um superávit de R\$11,3 milhões, mesmo com a crise financeira que abalou o mercado financeiro. Este desempenho significou uma rentabilidade nominal líquida de 6,21%.

No final do primeiro trimestre de 2009, o superávit alcançado já foi de R\$14,3 milhões, pois a reserva técnica era de R\$568,7 milhões e a reserva matemática de R\$554,4 milhões. Este desempenho significou uma rentabilidade nominal líquida de 3,27 %.

O plano de benefícios definido – BD mantém uma política de investimentos conservadora, baseado em diretrizes estabelecidas na legislação e decisões tomadas pelo seu comitê de investimentos, e concentra maior parcela de seus investimentos em papéis de renda fixa, pois esse plano está maduro, ou seja, possui mais aposentados que participantes ativos.

Associação dos Engenheiros da Coelce

A Associação dos Engenheiros da Coelce conta com 69 associados. A Emissora não contribui financeiramente para a manutenção desta associação, mas recolhe através da folha de pagamento a taxa de manutenção desde que autorizada pelo associado.

Planos de Incentivo de Desligamento de Empregados

Atualmente a Emissora não possui em vigência quaisquer plano de desligamento voluntário.

Premiações em Recursos Humanos

A emissora foi eleita, pelo terceiro ano consecutivo, uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil pelas revistas Você S/A e Exame e no de 2008 como uma das 100 melhores para se trabalhar pela revista Época.

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

A Emissora é parte em diversos processos judiciais e administrativos, eminentemente originados das características intrínsecas da atividade que desempenha. Na opinião da Emissora, mesmo que esses processos sejam decididos contrariamente aos seus interesses, tal fato não terá efeito significativo nos seus negócios, em seus balanços financeiros ou nos resultados de suas operações.

A Emissora, seguindo as diretrizes de contingenciamento e provisionamento determinadas pela CVM, através da Deliberação CVM nº 489/2005, avalia processo a processo, determinando assim o risco de perda do processo (remoto, possível ou provável), bem como o valor a ser desembolsado pela Emissora em caso de decisão desfavorável.

As ações judiciais e processos administrativos com risco de perda classificado como remoto são aquelas que envolvem forte grau de certeza quanto a não condenação da Emissora. As ações judiciais e processos administrativos com risco de perda classificado como possível são aquelas que envolvem certo grau de possibilidade de perda por parte da Emissora e de seus advogados externos responsáveis pelos casos, enquanto as ações judiciais e processos administrativos com risco de perda classificado como provável são aquelas em que existe forte expectativa de perda por parte da Emissora e de seus advogados externos responsáveis pelos casos.

A Emissora somente provisiona os valores de contingências relacionados às demandas judiciais e processos administrativos classificados como sendo de risco provável, segundo o critério acima e de acordo com as normas contábeis aplicáveis. As avaliações sobre o grau de risco em ações judiciais e processos administrativos em que a Emissora é parte são feitas com base, na maioria das vezes, na opinião dos advogados externos responsáveis pelos casos, sendo tais avaliações efetuadas a partir da análise dos precedentes jurisprudenciais aplicáveis a cada caso e dos fundamentos de fato e de direito alegados pelas partes.

A composição consolidada da provisão para contingências da Emissora apresenta-se da seguinte forma:

| | 31 de março de | 31 de dezembro de | |
|---|----------------|-------------------|-------------|
| | 2009 | 2008 | 2007 |
| | R\$ milhões | R\$ milhões | R\$ milhões |
| Natureza | | | |
| Tributária | 0,12 | 19,9 | 30,5 |
| Cível⁽¹⁾ | 36,9 | 39,6 | 32,8 |
| Trabalhista | 34,0 | 13,6 | 11,9 |
| Total | 71,1 | 73,1 | 75,2 |
| Circulante | 0,68 | 0,77 | 0,77 |
| Não Circulante | 70,4 | 72,4 | 74,5 |
| Depósitos Judiciais Relacionados à Contingências | (9,6) | (9,1) | (5,1) |
| Provisões para contingências Líquidas | 61,5 | 64,0 | 70,1 |

⁽¹⁾ Considera R\$8,5 milhões referentes aos processos administrativos da Companhia na ANEEL.

Existem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento em 31 de março de 2009 em um montante de R\$134,9 milhões, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível e nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

Pendências Judiciais e Administrativas Fiscais

Em 31 de março de 2009, a Emissora figurava como parte em 92 processos fiscais, sendo 67 referentes a processo administrativos e 25 referentes a processos judiciais. O valor total discutido nestes processos, em 31 de março de 2009, era de R\$391,3 milhões. Em 31 de março de 2009, o saldo de provisões relativo as demandas fiscais era irrelevante. Abaixo, encontra-se descrição dos principais processos fiscais envolvendo a Companhia.

Denúncia Espontânea – Exclusão da Multa de Mora

Em janeiro de 1999, a Emissora impetrou mandado de segurança visando ao não pagamento de valores exigidos a título de multa de mora quando do recolhimento espontâneo por parte da Emissora de tributos da competência da Secretaria da Receita Federal. Em 1999, a Emissora utilizou parte de tais valores na compensação com outros tributos (PIS, COFINS e IRPJ) no montante de R\$8 milhões, sem, no entanto, estar amparada por decisão judicial definitiva reconhecendo tal direito. Em razão de ter sido proferida decisão desfavorável à Emissora em relação ao pedido de compensação de tais valores, a Emissora optou por parcelar o valor devido de R\$15,4 milhões em 60 parcelas, pagas mensalmente e atualizadas pela taxa SELIC. Em 31 de março de 2009, o valor total a pagar correspondente às parcelas vincendas era de R\$2,8 milhões.

A Emissora, a fim de reformar a decisão desfavorável proferida no mandado de segurança impetrado e reaver o montante que vem sendo quitado via parcelamento, ingressou com Ação Rescisória, que atualmente pende de decisão final junto aos Tribunais Superiores – STJ e STF. A Emissora considera que a probabilidade de perda no âmbito dessa ação é possível, e, por isso, não há provisão para esse processo.

ICMS

ICMS – Termo de acordo 035/91

A Emissora celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade decendial. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98. Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou 4 autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo ainda era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$9,4 milhões, em 31 de março de 2009. A Emissora aguarda decisão de recurso apresentado (embargos de declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os autos de infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora. Em razão da classificação de risco de perda ser considerada possível pela Emissora, não foi constituída provisão para estes processos.

ICMS – Base cadastral de consumidores isentos e imunes

Em 29 de dezembro de 2004, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou auto de infração no intuito de exigir créditos de ICMS oriundos de erro na base cadastral de consumidores isentos e imunes (classes comercial, industrial, iluminação pública e serviços públicos) referentes ao período de abril a agosto de 1999.

O valor total atualizado do débito exigido em 31 de março de 2009 era de R\$9,1 milhões. A Emissora impugnou o auto e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Adicionalmente, foi lavrado um auto de infração em 29 de dezembro de 2005 com o mesmo objeto do auto acima, cujo valor atualizado, em 31 de março de 2009, era de R\$4,3 milhões, referente ao ano de 2000. A Emissora aguarda decisão de segunda instância administrativa. Em razão da classificação de risco de perda ser considerada possível pela Emissora, não foi constituída provisão para estes processos.

ICMS – Diferencial de alíquota

A Emissora recebeu três autos de infração para cobrança de diferencial de alíquota de ICMS sobre aquisições interestaduais destinadas ao ativo permanente, relativas aos exercícios de 2001, 2002 e 2003 nos valores atualizados, em 31 de março de 2009, de R\$31,1 milhões, R\$12,1 milhões e R\$3,3 milhões, respectivamente. A Emissora apresentou impugnação contra os referidos autos de infração e aguarda decisão de primeira instância administrativa. Em razão da classificação de risco de perda ser considerada possível pela Emissora, não foi constituída provisão para estes processos.

Em 2006 e 2007, a Emissora recebeu dois autos de infração da Fazenda Estadual pelo não recolhimento de ICMS em virtude do cancelamento de faturas sem comprovação da operação anteriormente tributada. O valor total exigido da Emissora, atualizado até 31 de março de 2009, era de R\$39,6 milhões. A Emissora impugnou o auto de infração, que foi considerado procedente em primeira instância administrativa. A Emissora recorreu para o Conselho de Contribuintes e aguarda decisão de segunda instância administrativa. Em razão da classificação de risco de perda ser considerada remota pela Emissora, não foi constituída provisão para este processo.

ICMS – Divergências

Em abril de 2008, a Fazenda Estadual lavrou auto de infração para cobrar débitos de ICMS no valor atualizado até 31 de março de 2009 de R\$148,2 milhões oriundos de divergência entre a receita bruta contabilizada e o total da receita informada no Demonstrativo de Apuração do ICMS. A Emissora apresentou impugnação em 9 de maio de 2008, tendo em 3 de novembro de 2008 o auto de infração sido julgado procedente. A Emissora aguarda decisão do Conselho de Contribuintes. Em razão da classificação de risco de perda ser considerada remota pela Emissora, não foi constituída provisão para este processo.

ISS

A Emissora ajuizou, em 8 de agosto de 2007, ação anulatória de débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia, no valor atualizado até 31 de março de 2009 de R\$3,3 milhões. A Emissora aguarda decisão de primeira instância judicial. Não obstante a Emissora tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007, o Município de Fortaleza ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, nas quais a Emissora apresentou defesa e aguarda decisão de primeira instância judicial.

O Município de Fortaleza ajuizou três execuções fiscais para cobrar débitos de ISS incidentes na prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia, em um total atualizado até 31 de março de 2009 de R\$16,8 milhões. A Emissora aguarda decisão de segunda instância judicial nos três processos. Em razão da classificação de risco de perda ser considerada possível pela Emissora, não foi constituída provisão para estes processos.

COFINS

COFINS – Imunidade Constitucional

A Emissora havia ajuizado ação judicial para não recolher a COFINS com base na imunidade constitucional prevista no artigo 155, §3º, tendo alcançado decisão favorável em primeira instância. Em razão da anistia concedida pela Lei 9.779/99, juntamente com a MP 1.858-6/99, foi permitido o pagamento dos créditos tributários com exigibilidade suspensa por processos judiciais ajuizados até 21 de dezembro de 1997, com anistia total da multa e parcial dos juros de mora, para pagamentos realizados até 31 de julho de 1999. Diante desta anistia, a Emissora efetuou o pagamento dos valores devidos, no montante de R\$46,2 milhões. Entretanto, a União Federal instaurou uma representação para cobrar o montante de R\$28,1 milhões, atualizado até 31 de março de 2009, sob o argumento de não ter sido efetuado pagamento do valor integral do débito, o que resultaria na perda do benefício concedido pela anistia. A Emissora apresentou impugnação, que foi indeferida em primeira instância administrativa em decisão datada de 26 de março de 2009, contra a qual a Emissora apresentou recurso. A Emissora aguarda decisão de segunda instância administrativa. Em razão da classificação de risco de perda ser considerada remota pela Emissora, não foi constituída provisão para este processo.

CADIN

Em 19 de janeiro de 2009, a União Federal ingressou com execução fiscal para cobrança de débitos compensados pela Emissora, cujos pedidos de compensação não foram homologados. A Emissora apresentou garantia à execução, solicitou a retirada de sua inscrição junto ao CADIN e ingressou com Embargos à Execução. Aguarda-se julgamento. Em razão da classificação de risco de perda ser considerada remota pela Emissora, não foi constituída provisão para este processo. O valor total atualizado até 31 de março de 2009 envolvido neste processo era de R\$14,6 milhões.

A Emissora foi autuada pelo INSS, em um total de R\$7,9 milhões, em três autos de infração para cobrança de contribuição social ao INSS e ao SEBRAE incidentes sobre pagamentos em geral, participação nos lucros e previdência privada aos dirigentes da Emissora. A Emissora aguarda decisão de segunda instância pelo Conselho de Contribuintes. O valor total envolvido nas referidas demandas, atualizado até 31 de março de 2009, é de R\$7,9 milhões. A provisão contabilizada com relação à matéria é de R\$6,5 milhões, considerando que a Companhia tem a expectativa de que o recurso administrativo será julgado parcialmente procedente.

Pendências Judiciais Cíveis

A Companhia Energética do Ceará – COELCE *não mantém qualquer contingência* relacionada a demandas de natureza Ambiental (autuações dos órgãos de defesa do meio ambiente), Proteção do Consumidor (PROCON e/ou DECON), Inquérito Civil Público de qualquer natureza ou relacionado à Arbitragem.

Em 31 de março de 2009, a Emissora era parte em aproximadamente 4.420 processos judiciais cíveis, os quais, dada a natureza da atividade exercida pela Emissora, em sua grande maioria são movidos por consumidores. As matérias mais comuns tratadas nas referidas ações são o questionamento de cobranças efetuadas pela Emissora e a reparação por danos materiais e morais supostamente sofridos pelos consumidores em decorrência de cobranças indevidas, de cortes de energia e de queima de equipamentos. Grande parte destes processos tramita perante os Juizados Especiais Cíveis.

O valor total discutido nestes processos, em 31 de março de 2009, era de R\$1.051 milhões* e o provisionamento total efetuado pela Emissora relacionado a tais demandas é de R\$28,4 milhões. Há em depósitos judiciais a quantia de R\$11,3 milhões.

(*) O valor indicado foi obtido do valor total dos pedidos realizados pelos autores das ações judiciais, não tendo a Coelce inferido qualquer juízo de valor em sua apuração.

Os processos judiciais de natureza cível de maior relevância referem-se às seguintes matérias:

Ação Popular – Legalidade da Privatização da Companhia

A Emissora é ré em ação popular (nº 2000.0112.6248-0) que tem por objeto a anulação do processo de privatização da Coelce. Os demandantes alegam principalmente que: (a) no processo de privatização da Coelce não houve participação dos empregados da mesma; (b) não foram oferecidas ações da Companhia a seus empregados em número suficiente, impossibilitando assim que os mesmos adquirissem o controle da Coelce; (c) as bases da licitação favoreciam a participação de empresas estrangeiras e desestimulavam a participação dos empregados da Coelce, (d) não houve propaganda suficiente na licitação; e (e) ocorreu lesão ao patrimônio público de Fortaleza.

Adicionalmente, o demandante entende que a Coelce (concessionária de serviço público) não podia ser privatizada, já que a Companhia era patrimônio de toda a nação e devia permanecer em poder do Estado.

O processo encontra-se, na data deste Prospecto, concluso com o juiz para julgar a incompetência da justiça comum para tratar do tema. O processo está classificado pela Companhia como de perda remota e, portanto, não foi constituída nenhuma provisão com relação a este processo.

Majoração Tarifária

A Emissora responde por ações que tratam do aumento nas tarifas de energia elétrica, ocorrido em março de 1986, quando vigorava o Plano Cruzado (congelamento de preços). Apesar de esse aumento ter sido autorizado pelo Poder Concedente, o Poder Judiciário firmou o entendimento de que essa majoração tarifária desrespeitou a legislação vigente, e determinou a restituição dos valores aos consumidores industriais relativos ao período compreendido entre março a novembro de 1986. A Emissora considera a possibilidade de perda destes processos como provável. Em 31 de março de 2009, as ações relacionadas com essa matéria envolviam R\$29 milhões*, tendo sido provisionada a quantia de R\$4 milhões.

(*) O valor indicado foi obtido do valor total dos pedidos realizados pelos autores das ações judiciais, não tendo a Coelce inferido qualquer juízo de valor em sua apuração.

Reajustes e Revisões Tarifárias

A Emissora responde por ações que envolvem reajustes e revisões tarifárias. O valor econômico envolvido nessas ações é inestimável, pois está relacionado com a parcela mais expressiva dos negócios da Emissora, qual seja, a venda de energia elétrica. A Emissora considera a possibilidade de perda destes processos como remota. Dentre essas ações, destaca-se a ação popular (Proc. nº 2007.81.00.006310-3) de revisão de cláusulas contratuais contra a Emissora, Endesa Fortaleza, União Federal e ANEEL, ajuizada por Luis Carlos Andrade Moraes e Francisco Lopes da Silva, para que fosse declarado nulo o reajuste tarifário de 2007 em função do contrato celebrado entre a Coelce e Endesa Fortaleza. A ação foi julgada improcedente em primeira instância.

Os autores deixaram decorrer o prazo e não recorreram, mas foi remetido ao TRF de ofício, em 22 de abril de 2009, em razão do duplo grau de jurisdição obrigatório. A impossibilidade de se definir a exata contingência para as ações onde se questionam os Reajustes e Revisões Tarifárias decorre do fato desse valor ser variável mês a mês, uma vez que o mesmo está ligado ao consumo faturado e arrecadado pela Emissora. Ademais, o índice de reajuste daquele ano questionado na justiça influi na tarifa dos anos posteriores (todos os reajustes seguintes foram realizados em cima da base tarifária questionada judicialmente). Nesse sentido, a Emissora não tem condições de calcular com exatidão o passivo de uma ação com essa natureza, bem como de mantê-la atualizada corretamente.

Em maio de 2005, a Ordem dos Advogados do Brasil ajuizou uma ação civil pública (Proc. nº 2005.81.00.006496-2) para impedir a aplicação do reajuste tarifário no percentual de 23,59%, autorizado pela ANEEL em abril do mesmo ano. Em primeira instância, foi deferido pedido liminar para que a Emissora se abstivesse de implementar o reajuste. A decisão foi reformada pelo STJ em 7 de outubro de 2005. A partir desta data, a Emissora pôde aplicar o reajuste. Em outubro de 2008, a ação foi julgada improcedente e a OAB recorreu da sentença. A Emissora aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela OAB. A Coelce, em 9 fevereiro de 2009, apresentou as contra razões de apelação e em 20 de maio de 2009 a apelação foi remetida à Procuradoria Federal. A expectativa estabelecida pela Companhia para a ação é de perda remota e, portanto, não foi constituída nenhuma provisão com relação a este processo.

Em 2009, a Ordem dos Advogados do Brasil ajuizou uma ação civil pública (Proc. nº 2009.81.00.00004516-0) para impedir a aplicação do reajuste tarifário definido pela ANEEL. O referido processo foi extinto sem resolução do mérito em razão da ilegitimidade da OAB/CE em ingressar com Ação Civil Pública no interesse de toda a coletividade. Segundo o juiz responsável pelo caso, a referida instituição tem legitimidade para defesa dos interesses da classe que representam, ou seja, os advogados e não de toda a sociedade conforme seu estatuto. A OAB/CE interpôs Recurso de Apelação onde busca demonstrar que tem legitimidade. A Emissora aguarda decisão relativa a tal Recurso de Apelação. A expectativa estabelecida pela Companhia para a ação é de perda remota e, portanto, não foi constituída nenhuma provisão com relação a este processo.

Eletroplessão

A Emissora figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a rede de eletricidade da Emissora, pelas mais diversas causas. Em 31 de março de 2009, as ações relacionadas com essa matéria envolvem o valor de R\$75,98 milhões*, tendo sido provisionada a quantia de R\$11,04 milhões.

(*) O valor indicado foi obtido do valor total dos pedidos realizados pelos autores das ações judiciais, não tendo a Coelce inferido qualquer juízo de valor em sua apuração.

Especificamente em relação ao processo nº 2004.0015.3746-0, envolvendo os autores José Wilton de Almeida e outros, a Emissora realizou uma homologação com alguns autores, restando ainda discussão em relação aos demais. O valor remanescente para fins de pagamento a dois últimos autores é de R\$0,7 milhões. A Companhia está aguardando a execução para fins de pagamento e finalização do processo.

Desapropriações e Serviços Administrativos

Em razão da atividade por ela exercida, a Emissora constantemente faz uso de faixas de terra de particulares para implantação da rede de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão, cumprindo, nesses casos, com seu dever de indenizar os proprietários de tais faixas de terra. Entretanto, há situações em que esses procedimentos são discutidos na via judicial. Ainda assim, as demandas judiciais envolvendo esse tema não possuem relevância econômica para a Emissora, tendo em vista que, em comparação ao porte da Emissora, os valores das causas são baixos.

Compartilhamento de infra-estrutura

Ações Cíveis Públicas

A Emissora é ré em diversas ações cíveis públicas que tratam notadamente das seguintes matérias: (a) declaração de ilegalidade do procedimento de cobrança por irregularidade, bem como a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplência resultante deste tipo de cobrança (processo nº 2007.0003.0098-3); (b) declaração de inconstitucionalidade da resolução ANEEL que fixa os critérios para classificação da tarifa baixa renda (processo nº 2007.81.00.017281-0); (c) corte no fornecimento de energia elétrica em razão da inadimplência (processo nº 2004.0003.4452-8); e (d) arrecadação de contribuição de iluminação pública (processo nºs. 2000.0226.4119-0, 2008.81.003086-4 e 2005.143.00098-6). A expectativa estabelecida pela Companhia para todos os processos referidos acima é de perda remota e, portanto, não foi constituída nenhuma provisão com relação a estes processos.

Dentre tais ações, destaca-se a relacionada a declaração de nulidade do procedimento de cobrança por irregularidade constatada no sistema de medição do consumo, sendo que a Companhia não possui demandas relacionadas aos objetos acima descritos, além daquelas já mencionadas na seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica – Reajustes e Revisões Tarifárias", na página 179 deste Prospecto e nos itens abaixo.

Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Acaraú – COPERVA

Em julho de 2001, a Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Acaraú – COPERVA ajuizou ação contra a Emissora, objetivando a revisão do aluguel pago pela utilização de seu sistema elétrico, para fixá-lo no maior valor entre os seguintes parâmetros: 20% sobre o faturamento obtido pela Emissora na região geográfica servida com os equipamentos da COPERVA ou o percentual de 1,5% sobre o valor patrimonial desses equipamentos.

Em 31 de março de 2009, esta ação envolvia o valor de aproximadamente R\$60 milhões. A Emissora considera a possibilidade de perda desse processo como possível e, portanto, não foi constituída nenhuma provisão com relação a este processo.

Ação Possessória – Praia de Canoa Quebrada

Em março de 2007, foi ajuizada ação possessória contra a Emissora, visando a paralisação de uma obra de eletrificação na Praia de Canoa Quebrada, sob a alegação de que a Emissora estaria esbulhando a posse do terreno do autor.

Em 31 de março de 2009, essa ação envolvia o valor de R\$70,5 milhões, todavia a Emissora considera a possibilidade de perda desse processo como remota e, portanto, não foi constituída nenhuma provisão com relação a este processo.

Juizados Especiais Cíveis

Em 31 de março de 2009, existiam 2.966 processos em trâmite perante os Juizados Especiais Cíveis, nos quais a Emissora figura como ré. As principais matérias tratadas nesses processos são: corte no fornecimento de energia elétrica por inadimplência, legalidade da lavratura de termos de ocorrência de irregularidade pela companhia emissora, indenização por protesto de dívida ou inscrição no SERASA e SPC, e outros.

A Emissora avalia cada processo individualmente, definindo o risco de perda, bem como o percentual a ser provisionado ou apenas contingenciado em cada processo. Esse *modus operandi* é baseado na determinação da CVM, que determina que cada processo deva ser avaliado individualmente. Em 31 de março de 2009, a soma dos pedidos formulados nas 2.966 ações era de R\$22,33 milhões, sendo que desse total R\$8,82 milhões são contingenciados e R\$2,55 milhões são provisionados.

A Companhia manteve durante as 2 últimas semanas nacionais de conciliações (promovidas pelo poder judiciário – CNJ) um *stand* de atendimento no principal fórum do estado (capital – Fórum Clóvis Beviláqua) e possui um programa de conciliação prévia nas principais unidades judiciárias do estado, a fim de que o número de ingressos de ações judiciais seja reduzido.

Ademais, a Companhia intensificou o incentivo à realização de acordos pelos seus prepostos com a flexibilização das propostas de acordo.

Pendências Judiciais Trabalhistas

Em 31 de março de 2009, a Emissora era parte em 519 processos judiciais trabalhistas. O valor total discutido nestes processos, em 31 de março de 2009, era de R\$92,53 milhões. O provisionamento total efetuado pela Emissora relacionado a tais demandas é de R\$34,04 milhões, sendo que há em depósitos judiciais a quantia de R\$7,49 milhões.

As demandas trabalhistas, em sua grande maioria, são ações movidas por empregados de empresas terceirizadas contratadas pela Emissora para que seja reconhecido o suposto vínculo empregatício diretamente com a Companhia ou a sua responsabilização pelo pagamento dos direitos trabalhistas eventualmente não pagos por suas empregadoras. O valor discutido nestas ações, em 31 de março de 2009, era aproximadamente de R\$35,02 milhões, tendo sido provisionado pela Companhia o valor de R\$2,84 milhões.

Os processos judiciais de natureza trabalhista de maior relevância referem-se às seguintes matérias:

Ilegalidade na Terceirização de Atividade Fim

A Emissora é ré em uma ação civil pública (nº 02582-2001-001-07) movida pelo Ministério Público do Trabalho – MPT para que seja declarada a ilegalidade da contratação de mão-de-obra terceirizada para o exercício das atividades fins da Emissora. O MPT requer que a Emissora seja impedida de realizar esta modalidade de contratação e, conseqüentemente, seja obrigada a contratar diretamente todos os funcionários terceirizados que prestam serviços em sua atividade fim. Para maiores detalhes sobre os riscos relacionados a este assunto, *vide* seção "Fatores de Risco" na página 91 deste Prospecto.

Em primeira instância, a ação foi julgada procedente e a Emissora foi condenada a contratar diretamente todos os funcionários de empresas terceirizadas. Contra esta decisão foi interposto recurso ordinário para o TRT local e uma ação cautelar para que fosse concedido efeito suspensivo ao recurso. A ação cautelar foi julgada procedente e os efeitos da decisão de primeira instância ficariam suspensos até o trânsito em julgado do recurso.

Em dezembro de 2005, o TRT deu provimento ao recurso ordinário e, em maio de 2006, o MPT interpôs recurso de revista para o TST. O TST negou seguimento ao recurso em 25 de março de 2009. O MPT ainda pode recorrer desta decisão através de embargos para a Seção Uniformizadora de Jurisprudência do TST.

A Emissora considera a possibilidade de perda deste processo como remota e, portanto, não foi constituída nenhuma provisão com relação a este processo.

Contribuições Sociais - FUNRURAL / INCRA

Em outubro de 1999, a Emissora impetrou mandado de segurança visando à compensação dos valores pagos a título de contribuições ao FUNRURAL/INCRA com base na ilegalidade de sua cobrança. Em 2002, a Emissora utilizou parte de tais valores na compensação com outros tributos no montante de R\$5,9 milhões, sem, no entanto, estar amparada por decisão judicial definitiva reconhecendo tal direito, razão pela qual efetuou o respectivo provisionamento de tal contingência na época.

Foi lavrado auto de infração (NFLD nº 35.784.935-3) contra a Emissora pelo INSS para cobrança das contribuições sociais, no montante de R\$12,24 milhões, os quais se encontram integralmente provisionados.

Há depósito judicial contabilizado com relação a matéria, que, em 31 de março de 2009, contabilizava o montante de R\$2,41 milhões.

Ademais, existem 3 questionamentos acerca de autuações realizadas pelo INSS, desta feita relacionadas a recolhimentos que deixaram de se realizar em relação a pagamentos efetuados aos dirigentes da Emissora (NFLD's nº 35.784.943-4, 35.784.939-6 e 35.784.944-2). Todos estão aguardando julgamento perante a 5ª Câmara do 2º Conselho de Contribuintes. A Emissora provisiona para esses questionamentos administrativos a quantia de R\$7 milhões.

O valor total provisionado pela Emissora, em 31 de março de 2009, com relação às demandas de FUNRURAL/INCRA e contribuições sociais, acima destacadas, era de aproximadamente R\$20 milhões.

Pendências Administrativas perante a ANEEL

Existem processos administrativos regulatórios em grau de recurso na ANEEL, entretanto, considerando o valor da multa imposto pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, a Emissora não considera tais processos como relevantes.

Além disso, em 17 de junho de 2009, a Companhia recebeu o Ofício nº 452/2009-SFF/ANEEL: (i) comunicando acerca da abertura de um processo administrativo de fiscalização tendo por objeto reclamação apresentada pelo SINDUSCON – Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Ceará e mais 17 entidades de âmbito regional acerca de determinadas práticas supostamente adotadas pela Coelce na prestação dos serviços inerentes ao programa "Coelce Plus"; e (ii) solicitando uma série de informações e documentos relativos ao programa "Coelce Plus".

O programa "Coelce Plus" foi criado pela Companhia com o objetivo de prestar serviços que atendam às solicitações e necessidades de seus consumidores, agregando valor na relação concessionária-consumidor. Os serviços prestados podem ser agrupados em três categorias: (i) serviço de arrecadação; (ii) serviços elétricos correlatos; e (iii) outros serviços solicitados pelo cliente.

Em 13 de julho de 2009, a Companhia encaminhou à ANEEL os documentos e informações requeridos pelo Ofício referido acima e permanece no aguardo de posicionamento da referida autarquia sobre a questão.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

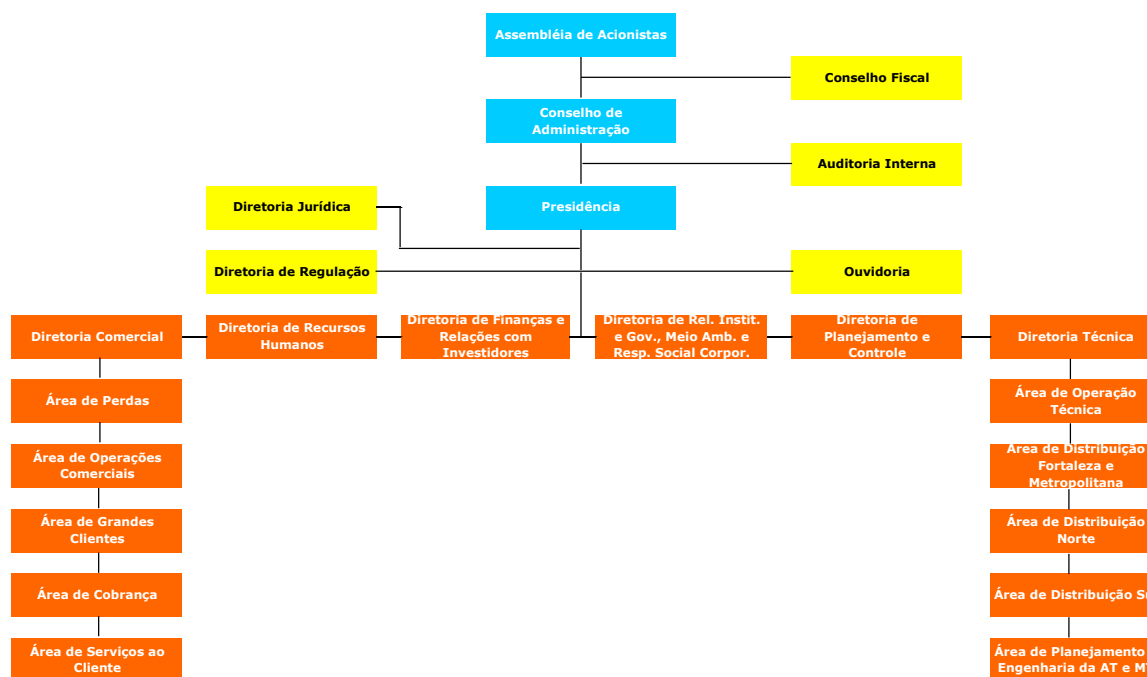
A disseminação do código de ética, o tratamento igualitário a todos os acionistas e as adequações dos processos internos para atender as exigências da lei norte-americana Sarbanes-Oxley – que busca coibir fraudes e corrupção nos relatos financeiros – são exemplos das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia.

Ao procurar vivenciar no cotidiano o primeiro item de sua lista de Valores – ser Transparente –, a Companhia ressalta a importância do comportamento ético em todas as etapas da distribuição de energia elétrica, aprimorando o relato de seus processos internos e o cumprimento de rigorosas normas de controle. Como resultado, orgulha-se de participar, pelo segundo ano consecutivo, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA.

O Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva estimulam a adoção de diretrizes e indicadores que promovam os Sete Compromissos com o Desenvolvimento Sustentável do Grupo Endesa, como os da *Global Reporting Initiative* (GRI), o questionário do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o balanço social do Ibase. Dessa forma, permite acompanhar a evolução do desempenho da Empresa nos aspectos econômico, social e ambiental. Todas as áreas da estrutura organizacional são responsáveis em transformar os conceitos em ações integradas às suas atividades.

Nessa estrutura organizacional, órgãos de apoio à governança estimulam a comunicação transparente entre as várias áreas e níveis hierárquicos, tais como canais de comunicação para receber denúncias de irregularidades, a participação expressiva de conselheiros independentes (36% dos membros), sem vínculo com o acionista controlador, e a ocupação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente por pessoas distintas, de modo a conferir ao Conselho de Administração a autonomia necessária no exercício da fiscalização da gestão dos Diretores.

A estrutura organizacional da Companhia encontra-se no organograma abaixo:



A Emissora adota princípios de governança corporativa seguindo as diretrizes do Grupo Endesa e em consonância com aqueles ditados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), baseados em ampla transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. A estrutura organizacional e práticas adotadas pela Emissora a seguir descritas estão, em sua maioria, em linha com aquelas recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC.

Assembléia de Acionistas

Constituída segundo a Lei 6.404/76, tem a missão de deliberar e verificar a legitimidade e legalidade das ações realizadas pelos demais órgãos da Administração. Responsável por eleger os Conselhos de Administração e Fiscal.

Conselho de Administração

Define a orientação geral dos negócios, além de fiscalizar a observância das diretrizes fixadas e acompanhar a execução dos programas estabelecidos, verificando os resultados alcançados. O Conselho de Administração é constituído por 11 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um presidente e um vice-presidente, eleitos em Assembléia Geral Ordinária. O atual grupo foi escolhido em abril de 2007 para um mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. Um dos integrantes foi indicado pelos acionistas empregados e outro pelos acionistas preferenciais. Ao todo são quatro conselheiros independentes, representantes de públicos interessados da Companhia, tais como consumidores, empregados e acionistas minoritários.

Os acionistas e colaboradores podem se comunicar com o Conselho de Administração por meio de correspondências enviadas para a sede da Companhia, em Fortaleza. Os temas são posteriormente discutidos nas reuniões do Conselho e na Assembléia Geral Ordinária, realizada anualmente até o final de abril; e Assembléia Geral Extraordinária, conforme o caso.

Conselho Fiscal

Sua principal responsabilidade é fiscalizar os atos dos administradores, inclusive as demonstrações financeiras, dando parecer aos acionistas. Órgão independente da administração e da auditoria externa da Companhia é formado por três membros, com igual número de suplentes, sendo um representante de acionistas preferenciais que não pertence ao grupo de controle. O mandato do Conselho Fiscal é de um ano, com possibilidade de reeleição pela Assembléia Geral. Em 2008, aconteceram quatro reuniões. Todos os integrantes do Conselho Fiscal recebem uma remuneração mensal, que não está vinculada ao desempenho da Companhia.

Diretoria Executiva

Responsável pela administração das operações da Companhia, segundo as diretrizes apontadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Executiva da Coelce é formada pelo diretor presidente e oito diretores conforme designação abaixo, com mandato de três anos e reeleição permitida.

Comitês de Apoio à Administração

Após a definição das diretrizes pelo Conselho de Administração, a Companhia conta com o apoio de doze comitês para auxiliar a execução e monitoramento do plano estratégico:

- Comitê de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Comitê Técnico de Sustentabilidade
- Comitê Técnico Ambiental
- Comitê Econômico
- Comitê de Investimentos
- Comitê de Gestão da Marca
- Comitê de Gestão dos Riscos Financeiros
- Comitê Central de Segurança
- Comitê de Segurança da Informação
- Comitê de Gestão de Crises
- Comitê de Novos Negócios
- Comitê de Inovação

De todos os comitês participam integrantes da alta administração e/ou especialistas técnicos. Dessa forma, a Coelce procurar garantir a tomada de decisões estratégicas a partir de critérios técnicos e multidisciplinares.

Instrumentos e Órgãos de Apoio ao Comportamento Ético

Código de Ética

O documento, disponível na intranet e no *website* da Companhia, reúne as principais políticas a serem adotadas por todos os colaboradores nas atividades da Companhia e no relacionamento com as partes interessadas – acionistas, empresas parceiras, clientes, governo e sociedade. Na relação com autoridades do governo, o código determina a postura de não-favorecimento direto ou indireto a agentes do governo público e não apóia ou financia candidaturas ou partidos políticos.

Alinhados ao Código de Ética Empresarial, os contratos com fornecedores incluem critérios de Responsabilidade Corporativa, como proibição do trabalho infantil ou escravo e adoção de padrões ambientais que superam os previstos pela legislação.

Para os funcionários e colaboradores parceiros, a Companhia dissemina de forma constante seus Valores corporativos e os conceitos de responsabilidade social, mas ainda não contabiliza o total de horas em treinamento específico em aspectos de direitos humanos.

Código de Conduta dos Empregados

O documento, que reúne as diretrizes de boa conduta profissional, é entregue a todos os novos profissionais que ingressam na Companhia, além de estar divulgada na Intranet. Um dos itens ressaltados refere-se ao uso de divulgação de informação privilegiada, que não deve ser utilizada em benefício próprio ou de terceiros. Agir com respeito e ética e vivenciar os Valores da Companhia também constam das normas.

Código de Postura dos Administradores

Aplica-se a todos os diretores da Companhia, norteando as ações comportamentais dos executivos em nome da ética e do profissionalismo.

Canal Ético

Garantindo completa confidencialidade, o Canal Ético recebe denúncias sobre más práticas corporativas referentes à conduta, contabilidade, controle e auditoria interna. Por meio do site da Companhia, o interessado pode realizar sua manifestação/ denúncia, que será encaminhada para uma empresa independente, que analisará a questão e acionará os órgãos competentes para resolver a questão. O Canal Ético, que atende às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, é mantido pelo Grupo Endesa na Espanha.

Comissão de Ética

Busca zelar pelo respeito ao Código de Conduta dos Empregados e ao Código de Ética Empresarial. A comissão, composta pelo diretor-presidente, diretores vice-presidentes, Gerência Jurídica e pelo Departamento de Remuneração e Relações Trabalhistas, é responsável por analisar os casos de irregularidades e decidir quais medidas adotar. Em 2008, não foi registrada nenhuma denúncia de violação dos códigos.

Auditoria Interna

Procura garantir o cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos pela Companhia e auditar os sistemas de controle interno, a fim de combater erros e fraudes. O programa de auditoria interna é coordenado em nível corporativo, reforçando sua atuação com autonomia em relação à Diretoria de cada companhia do grupo Endesa.

Auditoria Independente

As demonstrações econômico-financeiras são auditadas pela Canarim Auditores Associados, contratada pela Coelce até 2009. Além da auditoria externa, a Canarim Auditores Associados não realiza nenhum outro serviço para a Coelce, mantendo o princípio da independência.

Unidade de Controle Interno

Como parte do Grupo Endesa, que possui títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, criando uma área de Controle Interno, que tem a função principal de monitorar e garantir a eficácia dos planos de ação para gerenciar os riscos relacionados à atividade.

Ouvidoria

Os consumidores contam com canais de comunicação com a Companhia, viabilizado por meio de central telefônica gratuita (0800), e-mails e correspondências. Essas áreas atuam de forma imparcial, mediando conflitos, reclamações e denúncias. Para maiores informações, *vide* seção "Informações sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Relacionamento com Clientes – Clientes", na página 193 deste Prospecto.

Conselho de Consumidores

Seu caráter consultivo volta-se para a orientação, análise e avaliação das questões ligadas às tarifas e ao fornecimento e aperfeiçoamento dos serviços prestados ao consumidor da Coelce. O Conselho dos Consumidores (Conerge) tem um representante titular e outro suplente das classes, residencial, rural, comercial, industrial e poder público, além da participação do órgão de defesa dos consumidores estadual.

Relações com Investidores

Esta área cuida da comunicação com o mercado de capitais e acionistas, divulgando informações precisas da Coelce, acompanhadas de análises dos indicadores econômico-financeiros e operacionais.

Área Jurídica

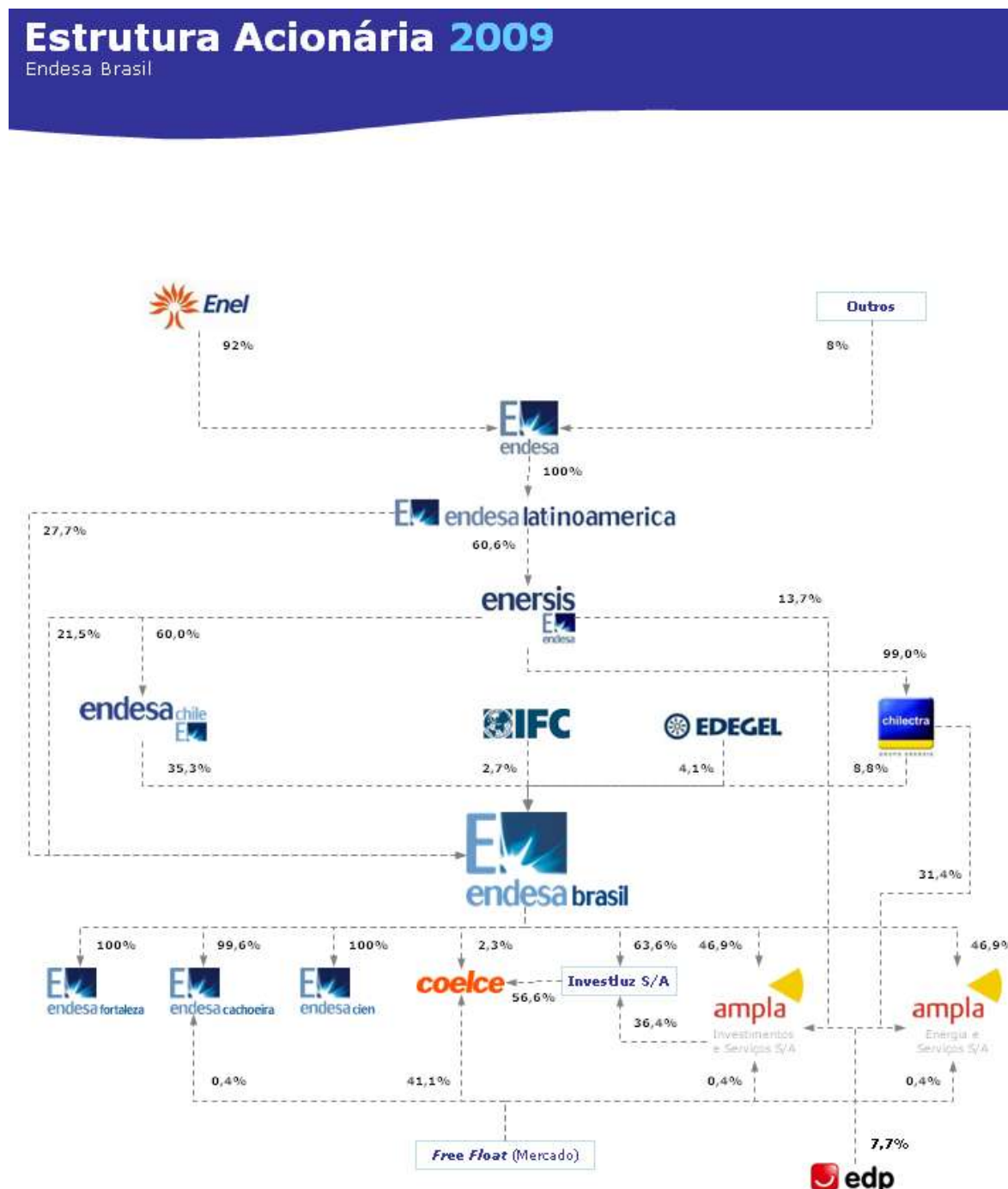
Especialistas com conhecimentos técnico-jurídicos representam a Companhia perante as esferas do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo.

Área de Regulação e Mercado

Acompanha a regulamentação do Setor Elétrico Brasileiro e as medidas necessárias para a Coelce atender com qualidade ao mercado projetado, minimizando os riscos e aproveitando ao máximo as oportunidades do mercado.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

Segue abaixo o diagrama refletindo a estrutura societária em que se insere a Emissora na data deste Prospecto:



Nota: Para fins da Estrutura Acionária acima, foi considerado como *free float* todos os acionistas que não fazem parte do grupo da Endesa, ou seja, todos que não Investluz e Endesa Brasil.

Acionistas Controladores

São indicados, a seguir, os acionistas controladores da Emissora, até o nível de pessoa física, quando for o caso. O detalhamento preciso da cadeia de controle da Emissora encontra-se disponível aos potenciais investidores nas informações constantes no Formulário IAN da Emissora, acessível pelo seguinte endereço da Internet: "www.cvm.gov.br" – "Participantes do Mercado" – "Companhias Abertas" – "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações" – acessar "Companhia Energética do Ceará – Coelce" – "IAN" – "Consulta" – "Grupo 3 - Distribuição do Capital" e "Subgrupo 03 – Distribuição do Capital dos Acionistas Com Mais de 5% das ações".

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE (Emissora)

1) INVESTLUZ S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.032.652/0001-04, proprietária de 44.061.433 ações ordinárias, representando 91,66% das ações com direito a voto da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE (EMISSIONA).

1.1) ENDESA BRASIL S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.523.555/0001-67, proprietária de 63.862.991.175 ações ordinárias, representando 63,57% das ações com direito a voto da INVESTLUZ S.A.

1.1.1) EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, proprietária de 60.299.607 ações ordinárias, representando 35,29% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.

1.1.1.1) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 4.919.488.794 ações ordinárias, representando 59,98% das ações com direito a voto da EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A.

1.1.1.1.1) ENDESA LATINOAMERICA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da Espanha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.708.231/0001-78, proprietária de 19.794.583.473 ações ordinárias, representando 60,62% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A.

1.1.1.1.1.1) ENDESA S.A., proprietária de 249.584.027 ações ordinárias, representando 100% das ações com direito a voto da ENDESA LATINOAMERICA S.A.

1.1.1.1.1.1.1) ENEL ENERGY EUROPE SRL., proprietária de 974.051.947 ações ordinárias, representando 92,06% das ações com direito a voto da ENDESA S.A.

1.1.1.1.1.1.1.1) ENEL S.P.A., proprietária de 6.186.419.603 ações ordinárias, representando 100,00% das ações com direito a voto da ENEL ENERGY EUROPE SRL.

1.1.1.1.1.1.1.1.1) MINISTERIO DE ECONOMÍA, proprietária de 1.305.237.516 ações ordinárias, representando 21,10% das ações com direito a voto da ENEL S.P.A.

1.1.1.1.1.1.1.1.2) CASA DEPOSITI E PRESTITI, proprietária de 627.528.282 ações ordinárias, representando 10,14% das ações com direito a voto da ENEL S.P.A.

1.1.1.1.2) ADMINISTRADORA DE FONDOS DE PENSIONES PROVIDA S.A., ou AFP PROVIDA, companhia administradora de fundos de pensão privados no Chile, proprietária, no agregado, de 1.744.595.549 ações ordinárias, representando 5,34% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A.

1.1.1.1.2.1) BBVA INVERSIONES CHILE S.A., antiga BBVA Pensiones Chile S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, proprietária de 171.023.573 ações ordinárias, representando 51,62% das ações com direito a voto da AFP PROVIDA.

1.1.1.1.2.1.1) BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da Espanha, proprietária de 100% das ações com direito a voto da BBVA INVERSIONES CHILE S.A.

O capital social do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A. é totalmente pulverizado no mercado e não existe conhecimento de qualquer acionista que detenha mais que 5% (cinco por cento) das ações do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A.

1.1.1.1.2.2) TITULARES DE AMERICAN DEPOSITARY RECEIPT (ADR's), proprietários de 94.029.465 ações ordinárias, representando 28,38% das ações com direito a voto da AFP PROVIDA.

1.1.1.1.3) TITULARES DE AMERICAN DEPOSITARY RECEIPT (ADR's), proprietários de 3.563.352.750 ações ordinárias, representando 10,91% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A.

1.1.2) ENDESA LATINOAMERICA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da Espanha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.708.231/0001-78, proprietária de 47.354.669 ações ordinárias, representando 27,71% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.

1.1.2.1) A cadeia societária da ENDESA LATINOAMERICA S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1.1.1 e seguintes.

1.1.3) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 36.677.243 ações ordinárias, representando 21,46% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.

1.1.3.1) A cadeia societária da ENERSIS S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1.1.1 e seguintes.

1.2) AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.809.905/0001-56, proprietária de 36.598.904.252 ações ordinárias, representando 36,43% das ações com direito a voto da INVESTLUZ S.A.

1.2.1) ENDESA BRASIL S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.523.555/0001-67, proprietária de 5.626.353.501 ações ordinárias, representando 46,89 % das ações com direito a voto da AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

1.2.1.1) A cadeia societária da ENDESA BRASIL S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1 e seguintes.

1.2.2) CHILECTRA INVERSUD S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.294.410/0001-31, proprietária de 2.522.689.653 ações ordinárias, representando 21,02% das ações com direito a voto da AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

1.2.2.1) CHILECTRA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.723.875/0001-35, proprietária de 56.901 ações ordinárias, representando 100,00% das ações com direito a voto da CHILECTRA INVERSUD S.A.

1.2.2.1.1) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 1.140.130.668 ações ordinárias, representando 99,08% das ações com direito a voto da CHILECTRA S.A.

1.2.2.1.1.1) A cadeia societária da ENERSIS S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1.1.1 e seguintes.

1.2.3) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 1.641.574.701 ações ordinárias, representando 13,68% das ações com direito a voto da AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

1.2.3.1) A cadeia societária da ENERSIS S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1.1.1 e seguintes.

1.2.4) CHILECTRA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.723.875/0001-35, proprietária de 1.241.352.743 ações ordinárias, representando 10,34 % das ações com direito a voto da AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

1.2.5) EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis de Portugal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.706.311/0001-94, proprietária de 924.436.885 ações ordinárias, representando 7,70 % das ações com direito a voto da AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

1.2.5.1) PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS SGPS S.A., proprietária de 749.323.856 ações ordinárias, representando 20,49% das ações com direito a voto da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

1.2.5.1.1) GOVERNO DE PORTUGAL, proprietário de 100% do capital da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS SGPS S.A.

1.2.5.2) IBERDROLA – PARTICIPAÇÕES SGPS S.A., proprietária de 347.371.083 ações ordinárias, representando 9,50% das ações com direito a voto da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. (conforme descrito nas demonstrações financeiras da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. (Relatório e Contas 2008), o percentual de voto atribuído à IBERDROLA – PARTICIPAÇÕES SGPS S.A. está limitado a 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social).

1.2.5.3) CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS, proprietária de 183.257.513 ações ordinárias, representando 5,01% das ações com direito a voto da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. (conforme descrito nas demonstrações financeiras da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. (Relatório e Contas 2008), o percentual de voto atribuído à CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS está limitado a 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social).

1.2.5.4) CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, proprietária de 191.172.634 ações ordinárias, representando 5,23% das ações com direito a voto da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. (conforme descrito nas demonstrações financeiras da EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. (Relatório e Contas 2008), o percentual de voto atribuído à CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS está limitado a 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social).

1.2.5.4.1) GOVERNO DE PORTUGAL, proprietário de 100% do capital da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS.

2) CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.001.180/0001-26, proprietária de 5.498.897 ações preferenciais sem direito a voto, representando 7,06% do total de ações da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE (EMISSIONA).

2.1) UNIÃO FEDERAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.460/0001-41, proprietária de 488.656.241 ações ordinárias, representando 53,99% das ações com direito a voto, e de 35.191.002 ações preferenciais sem direito a voto, perfazendo participação de 46,38% no capital social total da CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

2.2) BNDESEPAR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.383.281/0001-09, proprietária de 133.757.950 ações ordinárias, representando 14,78% das ações com direito a voto da CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

2.3) JP MORGAN CHASE BANK, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.518.205/0001-64, proprietária de 83.367.342 ações ordinárias, representando 9,21% das ações com direito a voto, e de 26.710.260 ações preferenciais sem direito a voto, perfazendo participação de 9,74% no capital social total da CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

3) LAIF II LLC, fundo de investimento constituído e organizado de acordo com as leis do Estado de Delaware, EUA, proprietária de 4.138.100 ações preferenciais sem direito a voto, representando 5,32% do total de ações da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE (EMISSIONA).

4) ENDESA BRASIL S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.523.555/0001-67, proprietária de 1.770.000 ações preferenciais sem direito a voto, representando 2,27% do total de ações da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE (EMISSIONA).

4.1) A cadeia societária da ENDESA BRASIL S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1 e seguintes.

Alterações Relevantes na Participação dos Membros do Grupo de Controle da Emissionora

Conforme os fatos relevantes divulgados pela Coelce em 10 de outubro de 2008 e 27 de fevereiro de 2009, a Enel e a Acciona, então na qualidade de acionistas controladores da Endesa Espanha, sociedade com sede em Madri, Reino da Espanha, e controladora indireta da Coelce, assinaram, em 20 de fevereiro de 2009, um acordo por meio do qual a Enel (diretamente e/ou por meio de sociedades por ela controladas) adquiriria de Acciona (e/ou de suas controladas) ações representativas de 25,01% do capital social e votante da Endesa Espanha. O acordo foi concluído em 25 de junho de 2009, conforme fato relevante divulgado pela Coelce em 26 de junho de 2009, consolidando a posição da Enel como acionista controladora da Endesa Espanha, aumentando sua participação de 67,05% para 92,06% do capital social e votante desta última.

Enel

A Enel é uma importante empresa de energia da Itália, que esta listada na Bolsa de Milão. É um *player* integrado, que atua na geração, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica e gás. Após a aquisição da Endesa Espanha, a Enel está presente em 22 países com aproximadamente 94.300 MW de capacidade instalada, e atende cerca de 61 milhões de consumidores, nos mercados de energia elétrica e gás.

A Enel registrou uma receita operacional líquida de EUR 61,2 bilhões e um lucro líquido de EUR 5,3 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Energis

A Energis é uma *holding* do setor elétrico, cujo objeto principal é a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica através de suas subsidiárias localizadas no Chile, Argentina, Brasil, Colômbia e Peru. Em termos de ativos consolidados e receita operacional, com 12,4 milhões de consumidores, é das maiores empresa do setor no Chile. Através da Endesa Chile, a Energis atua no segmento de geração de energia elétrica na América do Sul, com capacidade instalada de 13.893 MW.

A Energis registrou uma Receita Operacional Líquida de US\$11,2 bilhões e um Lucro Líquido de US\$897 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. No mesmo exercício, os seus ativos consolidados totalizavam US\$22,4 bilhões.

CAPITAL, DIVIDENDOS E ACIONISTAS

Descrição do Capital Social da Emissora

Em 31 de março de 2009, o capital social da Emissora era de R\$442.946.885,77, representado por 77.855.299 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 ações ordinárias e 29.787.362 ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.131.352 ações preferenciais "Classe A" e 1.656.010 ações preferenciais "Classe B".

O capital social da Emissora esta dividido entre seus acionistas da seguinte forma:

| Nome | Ações Ordinárias | % por acionista | Ações Preferenciais Classe A | % por acionista | Ações Preferenciais Classe B | % por acionista | Total | % por acionista |
|--|-------------------|-----------------|------------------------------|-----------------|------------------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| Investluz S.A. | 44.061.433 | 91,66% | - | - | - | - | 44.061.433 | 56,59% |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | - | - | 3.967.756 | 14,11% | 1.531.141 | 92,46% | 5.498.897 | 7,06% |
| LAIF II LLC | - | - | 4.138.100 | 14,71% | - | - | 4.138.100 | 5,32% |
| Endesa Brasil S.A. | - | - | 1.770.000 | 6,29% | - | - | 1.770.000 | 2,27% |
| Free float..... | 4.006.504 | 8,34% | 18.255.496 | 64,89% | 124.869 | 7,54% | 22.386.869 | 28,76% |
| Total..... | 48.067.937 | 100,00% | 28.131.352 | 100,00% | 1.656.010 | 100,00% | 77.855.299 | 100,00% |
| % por espécie de ação | 61,74% | - | 36,13% | - | 2,13% | - | 100,00% | - |

Investluz. A Investluz é uma sociedade *holding*, que tem como principal atividade a participação no capital de outras sociedades, e foi criada com o objetivo de participar no capital social da Emissora e em outras sociedades, no Brasil e no exterior, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. O principal ativo da Investluz é uma participação na Emissora. Para maiores informações acerca dos acionistas controladores da Investluz, até o nível de pessoa física, *vide* seção "Estrutura Acionária – Acionistas Controladores", na página 270 deste Prospecto.

Endesa Brasil. A Endesa Brasil é uma sociedade *holding* cujos principais e únicos ativos são participações societárias em empresas que atuam no setor elétrico brasileiro. Atualmente, as principais participações societárias diretamente detidas pela Endesa Brasil, são representadas por ações do capital social da Ampla, da Emissora, da Endesa Cachoeira, da Endesa CIEN, da Endesa Fortaleza e da Investluz, conforme diagrama acionário, constante da página 270 deste Prospecto.

As principais linhas de negócio em que a Endesa Brasil atua são a distribuição, geração, comercialização e transmissão de energia elétrica, sendo a distribuição realizada através da Emissora e da Ampla, a geração e comercialização feita por meio da Endesa Cachoeira e da Endesa Fortaleza, e a transmissão por meio da Endesa CIEN. Para maiores informações acerca dos acionistas controladores da Endesa Brasil, até o nível de pessoa física, *vide* seção "Estrutura Acionária – Acionistas Controladores", na página 270 deste Prospecto.

Ações em Tesouraria

A Companhia não possui ações em tesouraria e nem políticas empregadas pela administração para a negociação de valores mobiliários de sua própria emissão.

Acordos de Acionistas

A Emissora não possui acordo de acionistas arquivados em sua sede.

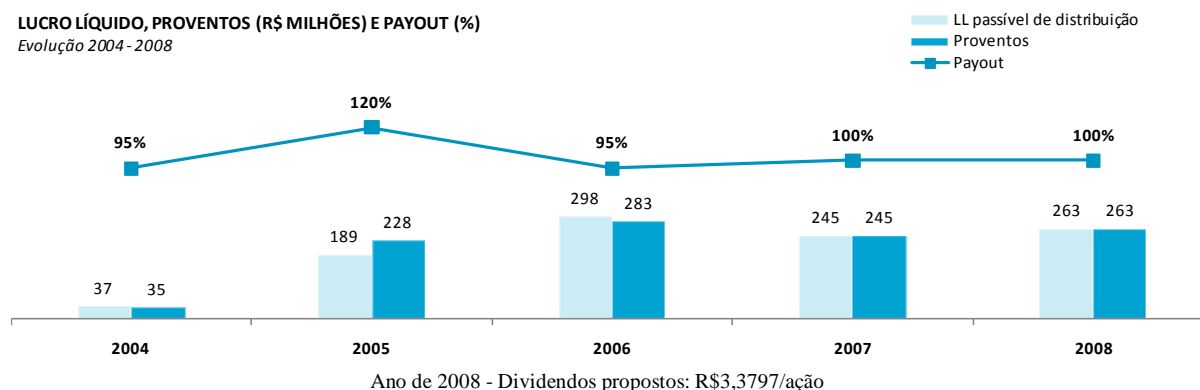
Política de Dividendos

O Estatuto Social da Emissora exige a realização de assembléia geral ordinária de acionistas até o dia 30 de abril de cada ano, na qual, entre outras matérias, os acionistas devem decidir a respeito da distribuição dos dividendos anuais. Todos os acionistas, na data de declaração dos dividendos, têm direito ao recebimento de dividendos.

O dividendo obrigatório da Emissora é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do seu Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em assembléia geral ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Emissora e depende de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Emissora, dentre outros fatores que o conselho de administração e acionistas da Emissora julguem relevantes.

O gráfico abaixo apresenta informações sobre distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio da Emissora a seus acionistas entre 2004 e 2008. Cabe ressaltar que a Emissora não possui política formal específica referente à distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, sendo respeitadas as disposições regulamentares aplicáveis.

LUCRO LÍQUIDO, PROVENTOS (R\$ MILHÕES) E PAYOUT (%)
Evolução 2004 - 2008



Valores Mobiliários

As ações de emissão da Emissora são negociadas na BM&FBOVESPA e têm como agente custodiante o Banco Bradesco S.A. As Notas Promissórias da sétima emissões da Companhia são negociadas no Sistema NOTA, administrado e operacionalizado pela CETIP e têm como instituição depositária o Itaú Corretora de Valores S.A.

Ações

(i) *ações ordinárias (COCE3)*: em 2007, foram verificadas 36 negociações, para um total de 6.750 ações negociadas, a um preço máximo de R\$32,98 e mínimo de R\$27,20 por ação. Em 2008, verificaram-se 360 negociações, para um total de 386.400 ações negociadas, a um preço máximo de R\$29,29 e mínimo de R\$15,00 por ação; no primeiro trimestre de 2009, verificaram-se 156 negociações, para um total de 162.400 ações negociadas, a um preço máximo de R\$25,50 e mínimo de R\$20,75 por ação;

(ii) *ações preferenciais classe B (COCE6)*: em 2007, foram verificadas 1 negociação, para um total de 50 ações negociadas, a um preço máximo de R\$24,60 e mínimo de R\$24,60 por ação. Em 2008, verificaram-se 44 negociações, para um total de 39.000 ações negociadas, a um preço máximo de R\$24,90 e mínimo de R\$19,00 por ação; no primeiro trimestre de 2009, verificaram-se 1 negociação, para um total de 100 ações negociadas, a um preço máximo de R\$21,01 e mínimo de R\$21,01 por ação;

(iii) *ações preferenciais classe A (COCE5)*: em 2007, foram verificadas 20.081 negociações, para um total de 19.242.050 ações negociadas, a um preço máximo de R\$23,14 e mínimo de R\$20,40 por ação. Em 2008, verificaram-se 12.496 negociações, para um total de 10.390.200 ações negociadas, a um preço máximo de R\$22,00 e mínimo de R\$14,50 por ação; no primeiro trimestre de 2009, verificaram-se 8.152 negociações, para um total de 6.335.400 ações negociadas, a um preço máximo de R\$22,49 e mínimo de R\$19,60 por ação;

A Companhia não possui ações de sua própria emissão.

Notas Promissórias

Notas Promissórias da Sétima Emissão

Em 4 de junho de 2009, a Companhia emitiu notas promissórias da sétima emissão para distribuição pública. Foram emitidas 490 notas promissórias comerciais, em série única, no valor total de R\$245 milhões, com remuneração de CDI acrescida de 1,6% ao ano, pelo prazo de 360 dias. A emissão não prevê outorga de garantias e possui condições de resgate antecipado facultativo a critério da Emissora, bem como hipóteses de vencimento antecipado comuns em operações desta natureza. A emissão foi coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A e pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os recursos advindos desta emissão foram integralmente destinados para o pagamento das notas promissórias da sexta emissão da Companhia. Na data deste Prospecto havia 490 notas promissórias da sétima emissão da Emissora em circulação. As notas promissórias da sétima emissão da Emissora serão integralmente resgatadas e, consequentemente, liquidadas por meio dos recursos obtidos pela Emissora com a presente Oferta. Para maiores informações, *vide* seção "Destinação dos Recursos", na página 87 deste Prospecto.

As emissões de debêntures e notas promissórias anteriores da Companhia foram integralmente quitadas e/ou canceladas.

Ofertas Públicas de Aquisição de Ações

Não foram realizadas nem estão sendo realizadas ofertas públicas de aquisição de ações da Emissora, seja efetuadas por terceiros ou pela própria Emissora, com vistas à aquisição de ações de emissão de outras companhias no último e no presente exercícios sociais.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações abaixo mencionadas são consideradas pela Emissora como tendo sido realizadas por valor de mercado e em condições não mais favoráveis a que seriam oferecidas a terceiros.

Em 31 de agosto de 2001, a Emissora e a Endesa Fortaleza celebraram contrato de compra e venda de energia elétrica, por meio do qual a Emissora se obrigou a comprar e adquirir, no ponto de referência do submercado da Emissora, uma quantidade anual de energia equivalente a 2.690 GWh por um período de 20 anos, contado a partir de 27 de dezembro de 2003.

Atualmente, as garantias deste contrato são:

- Instrumento de Remuneração Contratual por Prestação de Serviços de Depositário Qualificado e Outras Avenças - firmado com o Banco Bradesco S.A, relativo à gestão de garantias por meio de vinculação de recebíveis tarifários (50% da garantia exigida) do Contrato Bilateral assinado entre a Coelce e Endesa Fortaleza - CGTF; e
- Contrato de Prestação de Garantia Fidejussória - firmado com União dos Bancos Brasileiros S.A - UNIBANCO, relativo à fiança para complementação de garantia (50%) contratada em favor da Endesa Fortaleza - CGTF

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas, sendo que o total dos gastos no exercício com este contrato montou, até 31 de março de 2009, R\$101,3 milhões.

As operações com a Synapsis Brasil S.A referem-se, basicamente, à prestação de serviços de informática e manutenção dos sistemas da Companhia. O total de gastos incorridos no primeiro trimestre de 2009 montou R\$6 milhões, sendo R\$4,6 milhões como despesa operacional no resultado da Companhia e R\$1,4 milhões capitalizados como investimento.

Os saldos com a CAM Brasil Multiserviços Ltda. advém, basicamente, de contratação desta para fiscalização de obras com aplicação direta no investimento da Companhia. A CAM também prestou serviços de fiscalização de cortes e aparelhos queimados, sendo estes classificados como despesa. O total de custos incorridos no primeiro trimestre de 2009 é de R\$5 milhões, sendo R\$4,9 milhões como investimento e R\$0,1 milhões como despesa operacional.

A Synapsis Brasil S.A., a CAM Brasil Multiserviços Ltda. e a Endesa Fortaleza, assim como a Companhia, são controladas indiretamente pela Endesa Espanha.

Contrato com a Faelce

Em 30 de junho de 1999, a Emissora celebrou com a Faelce um contato tendo por objeto a consolidação da dívida da Emissora, no valor de R\$46,6 milhões, correspondendo a consolidação da dívida da Coelce junto a Faelce, correspondendo aos saldos devedores dos termos de compromisso firmando em 31 de dezembro de 1992, em 23 de maio de 1996, em 31 de julho de 1996 e em 31 de janeiro de 1997, incluindo suas parcelas vencidas acrescidas dos seus respectivos encargos, computados até 30 de junho de 1999 (*vide* seção "Atividades da Companhia – Contratos Financeiros – Contrato de Consolidação da Dívida nº 01009 com a Faelce", na página 227 deste Prospecto).

Em 30 de junho de 2007, foi assinado um terceiro aditivo com o valor da dívida atualizada em R\$62,2 milhões, conforme Resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, com prazo para pagamento total de 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014.

Em garantia da operação, a Emissora cedeu à Faelce os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizadas. A Faelce poderá sacar da conta corrente bancária da Emissora, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas, após 45 dias de verificação da inadimplência da Emissora, se lhe convier.

A Companhia, como mantenedora da Faelce, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da Faelce e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida". O total de repasses no exercício, até 31 de março de 2009, foi de R\$2,5 milhões, sendo R\$1,9 milhões como investimentos e R\$0,6 milhões como despesas operacionais.

ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

A Emissora é administrada por um conselho de administração e uma diretoria, e possui um conselho fiscal de funcionamento não permanente, instalado nos exercícios sociais a pedido de acionistas que representem, no mínimo 10% das ações com direito a voto ou 5% das ações sem direito a voto.

Administração

A Emissora é administrada por um conselho de administração e uma diretoria.

Conselho de Administração

De acordo com o estatuto social da Emissora, o conselho de administração é composto por 11 membros e até igual número de suplentes, com mandatos coincidentes de três anos, permitida a reeleição. Os empregados acionistas da Emissora terão o direito de eleger um conselheiro, mesmo no caso em que as ações de que sejam titulares não seja suficiente para tanto.

O conselho de administração reúne-se trimestralmente, ou quando necessário, sempre que convocado pelo presidente ou pelo vice-presidente, ou ainda por dois de seus membros, com antecedência mínima de dois dias úteis, salvo se a reunião houver de se realizar em local diferente da sede social, caso em que a convocação terá antecedência mínima de cinco dias úteis, sendo que as convocações deverão conter as respectivas ordens do dia, acompanhadas dos documentos pertinentes. Em todo o caso, será dispensada a convocação se todos os conselheiros estiverem presentes. As reuniões são instaladas com a presença da maioria de seus membros, efetivos ou suplentes, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

O endereço comercial dos conselheiros é a sede da Emissora, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Padre Valdevino, nº 150.

Os atuais conselheiros da Emissora, seus respectivos cargos e data de eleição estão indicados abaixo.

| Conselheiros Titulares | Data de Eleição | Conselheiros Suplentes | Data de Eleição |
|---|-----------------|--|-----------------|
| Mário Fernando de Melo Santos (presidente) | 30.4.07 | Antonio Basílio Pires e Albuquerque | 30.4.07 |
| Marcelo Andrés Llénenes Rebolledo (vice-presidente) | 30.4.07 | Luciano Alberto Galasso Samaria | 30.4.07 |
| Cristóbal Sánchez Romero | 30.4.07 | Nelson Ribas Visconti | 30.4.07 |
| Gonzalo Manuel Vial Vial | 30.4.07 | Teobaldo José Cavalcanti Leal | 30.4.07 |
| José Alves de Mello Franco | 30.4.07 | José Caminha Alencar Araripe Júnior | 30.4.07 |
| Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira | 28.4.08 | Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt | 30.4.07 |
| Jorge Parente Frota Junior | 30.4.07 | José Renato Ferreira Barreto | 30.4.07 |
| Francisco Honório Pinheiro Alves | 18.3.09 | José Nunes de Almeida Neto | 30.4.07 |
| Cristián Eduardo Fierro Montes | 30.4.07 | José Távora Batista | 30.4.07 |
| Fernando Antônio de Moura Avelino | 30.4.07 | Juarez Ferreira de Paula | 30.4.07 |
| Roberto de Pádua Macieira | 7.7.08 | Vlândia Viana Regis | 30.4.07 |

Segue abaixo resumo das biografias dos conselheiros.

Mário Fernando de Melo Santos, brasileiro, formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco. Trabalhou na Companhia Hidroelétrica do São Francisco entre 1962 e 1990, exercendo a função de engenheiro e gerente na área de construção, operação e manutenção do sistema energético, diretor de operação e presidente em exercício em diversas oportunidades. Foi coordenador nacional de Abastecimento do Departamento Nacional de Combustíveis SNE/MINFRA, entre julho de 1990 e abril de 1991. Foi Diretor de Operação de Sistema e presidente interino nas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS entre 1991 e 1998. Foi diretor-geral da ONS por 8 anos. É Presidente do Conselho de Administração da Endesa Brasil desde 2005 e do Conselho da Coelce desde 17 de maio de 2006.

Marcelo Andres Llévanes Rebolledo, chileno, formado em engenharia comercial pela Universidade do Chile, em Santiago. Trabalha há 17 anos no setor elétrico. Iniciou na Chilectra como gerente de planejamento. Atuou na Edesur S.A. como gerente de serviços ao cliente e de projetos especiais. Na Edelnor S.A., empresa distribuidora de energia de Peru, atuou como gerente comercial e gerente geral. Exerceu também o cargo de diretor presidente na distribuidora colombiana Codensa. Foi Presidente do Conselho de Administração da Coelce entre 8 de novembro de 2002 e 17 de maio de 2006, quando, então, assumiu o cargo de Vice-Presidente. Foi *country manager* da Endesa no Brasil. Atualmente é o diretor geral da Endesa Brasil.

Cristóbal Sanchez Romero, espanhol, licenciado em informática pela Universidade de New Jersey, EUA e possui mestrado em direção de empresas pela EOI/Manchester Business School, Inglaterra. Ocupou diversos cargos no grupo Endesa, dentre eles diretor de sistemas de informações, conselheiro e presidente da Synapsis, chefe do departamento de sistema de controle e informática e gerente de sistemas da Enersis. Atualmente ocupa o cargo de gerente regional de serviços da Chilectra, desde 2005.

Gonzalo Manuel Vial Vial, chileno, formado em direito pela Universidade Católica do Chile. Ocupou o cargo de chefe do departamento legal da Chilectra. Exerce o cargo de membro do conselho de administração da Edesur (Buenos Aires, Argentina), desde 2003, e é diretor fiscal regional da América Latina desde 1998.

José Alves de Mello Franco, brasileiro, formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com especialização em operação de sistemas hidrotérmicos e mestrado em engenharia elétrica na área de planejamento energético. Desde 1982 atua no setor elétrico, começando na Eletronorte, passando pelo departamento de operação de sistemas, pela divisão de planejamento energético da operação e depois pela assessoria de comercialização de energia da diretoria de operação. Ocupou o cargo de superintendente da ANEEL no período de março de 1998 a fevereiro de 2002. Foi superintendente da diretoria de mercado atacadista da Light Serviços de Eletricidade S.A. no período de fevereiro a novembro de 2002. É membro do conselho diretor da ABRADÉE, desde 2002. Desde dezembro de 2002, ocupa o cargo de diretor de regulação da Ampla Energia e Serviços S.A., e, desde junho de 2008, ocupa o mesmo cargo na Coelce.

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira, brasileiro, formado em administração e contabilidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre 1988 e 1998, exerceu funções na controladoria e contabilidade, atuando em fase de implantação de novas plantas e processo de abertura de capital, na Reynolds Latasa, e as funções de gerente de contabilidade, custos e contas a pagar, com atuação em implantação de sistemas de gestão integrada e metodologia de custeio, na Ceras Johnson. Ingressou no grupo Endesa em abril de 1999 como gerente administrativo-financeiro da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. Em 2000, passou a exercer a função de controller das empresas de geração do Grupo Endesa (Endesa Cien, Endesa Cachoeira e Endesa Fortaleza), atuando também como responsável pelo controle do projeto de construção da Interconexão Brasil-Argentina da Endesa Cien, e posteriormente como responsável pelo controle do projeto de construção da termelétrica da Endesa Fortaleza. Em 2004, passou a desempenhar a função de diretor de planejamento, controle e contabilidade das empresas de geração do Grupo Endesa no Brasil. Desde 2005, exerce a função de diretor de planejamento e controle da Endesa Brasil e, desde junho de 2008, da Coelce.

Jorge Parente Frota Junior, brasileiro, formado em ciências econômicas e administrativas pela Universidade Federal do Ceará. Ocupou o cargo de diretor comercial na Companhia Brasileira de Laticínios, desde 1998, onde atualmente é sócio-diretor. Foi presidente do conselho regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI/CE, diretor regional do Serviço Social da Indústria - SESI/CE, diretor regional do Instituto Euvaldo Lodi - IEL/CE e membro do conselho temático da integração nacional da Confederação Nacional da Indústria - FIEC. É vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI desde 2002, membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia desde 2003 e membro do Conselho Superior da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, do Ministério da Educação desde 2001.

Francisco Honório Pinheiro Alves, brasileiro, formado em administração de empresas, direito e psicologia pela Universidade de Fortaleza e é pós-graduado em administração de empresas e marketing. Empresário do ramo supermercadista, diretor presidente do Pinheiro Supermercado - O Bom Vizinho. As suas empresas abrangem ainda restaurante, cinema e serviço de correios. Participa das diretorias das entidades de classe representativas do comércio, sendo, atualmente, presidente da CDL de Fortaleza, 1º vice-presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Ceará (FCDL), diretor da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e diretor da Associação Cearense de Supermercados e da Super Rede (ACESU). É também membro do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, representando os interesses dos segmentos do comércio de bens e serviços, do conselho universitário da UFC-CONSUNI e do Conselho SESC.

Cristián Eduardo Fierro Montes, chileno, formado em engenharia civil eletricitista pela Faculdade de Ciências Físicas e Matemática da Universidade do Chile. É master executivo em direção de empresas (MBA) pelo Instituto Altos Estudos da Universidad Austral, em Buenos Aires, Argentina. Ingressou na Chilectra em 1992, como engenheiro analista e ocupou diversos cargos na diretoria de distribuição, entre eles chefe de departamento de engenharia e desenvolvimento do sistema de distribuição. Em 1996, foi transferido para a Edesur, distribuidora de energia elétrica do sul de Buenos Aires, onde trabalhou até 2000, exercendo os cargos de chefe de departamento de investimentos, gerente de desenvolvimento comercial e gerente de *marketing*. Em junho de 2001, assumiu o cargo de diretor de projetos na Enersis PLC. Foi presidente da Coelce entre janeiro de 2003 e abril de 2007; Atualmente é presidente da Ampla Energia e Serviços S.A., desde 17 de maio de 2007.

Fernando Antônio de Moura Avelino, brasileiro, formado em tecnologia da construção civil pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú – Ceará e pós-graduado em gestão estratégica de negócios pela Universidade Federal do Ceará. Foi admitido na Coelce em 1976, tendo ocupado o cargo de eletrotécnico. Atualmente desenvolve a função de diretor financeiro do Sindeletró, desde 2002.

Roberto de Pádua Macieira, brasileiro, formado em economia pela Universidade Federal do Maranhão. Professor titular aposentado da Universidade do Estadual do Maranhão. Foi Prefeito de São Luís – MA de 1980 a 1983. Foi presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão de 1983 a 1984, presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE – MA de 1984 a 1990, diretor de crédito especializado do Banco do Estado do Maranhão de 1991 a 1995, membro do conselho de administração da Companhia Vale do Rio Doce de 1986 a 1990 e membro da comissão central permanente de licitação do Estado do Maranhão.

Antonio Basílio Pires e Albuquerque, brasileiro, formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira em 1973, como trainee do escritório de advocacia Gouvêa Vieira, onde ocupou entre os anos de 1991 e 2003 a posição de sócio sênior. Desde 2003 é membro do conselho de administração da Ampla Energia e Serviços S.A. Desde 2005 é diretor jurídico da Endesa Brasil. Suas principais atividades são: prática em contencioso administrativo e forense cível, comercial, societário e tributário; constituição de empresas, formação de joint ventures, acordos de acionistas, consórcios e outros; reorganizações societárias; operações de fusões e aquisições de empresas; coordenação e execução de trabalhos de aquisição de empresas em processos de privatizações nos setores elétrico e de telecomunicações; trabalhos de consultoria legal de natureza comercial, societária, financeira e regulatória (setor elétrico); investimentos estrangeiros; operações de financiamentos (corporate e project finance); negociação de aspectos legais de contratos de compra e venda de energia elétrica e de gás natural; atuação junto a ANEEL (aprovação de projetos, operações entre empresas relacionadas e outras).

Luciano Alberto Galasso Samaria, chileno, formado em engenharia civil industrial, com ênfase em eletricidade, pela Pontifícia Universidade Católica de Chile, tendo cursado contabilidade na Universidade Esan (Peru) e serviço e atendimento ao cliente, na Universidade Adolfo Ibañez (Chile). Trabalha no grupo Enersis desde 1992. Começou na Chilectra, trabalhando em vários cargos entre 1992 e 1998, tais como chefe comercial sucursal Alameda e Chacabuco e chefe do departamento empresas e executivo de grandes clientes. Em abril de 1998, foi transferido para o Peru, trabalhando como gerente de sucursal colonial na empresa Edelnor até setembro de 1999. Em outubro de 1999, foi transferido para a Colômbia, onde trabalhou como gerente de regional centro e gerente de operações comerciais da Codensa S.A. Em abril de 2002, foi transferido para o Brasil, para atuar como gerente de operações comerciais da Ampla Energia e Serviços S.A. Atualmente ocupa a diretoria comercial, desde janeiro de 2003.

Nelson Ribas Visconti, brasileiro, formado em direito Universidade Federal Fluminense, realizou diversos cursos de especialização e curso de contabilidade. Com experiência principalmente nas áreas de direito empresarial; societário, tributário e comercial. Membro da Câmara de Comércio Americana, Associação Brasileira de Direito Financeiro (afiliada International Fiscal Association) e gerente tributário da Endesa Brasil.

Teobaldo José Cavalcante Leal, brasileiro, formado em administração de empresas pela Universidade Estadual do Ceará. É especialista em finanças, com MBA Empresarial e diversos cursos em finanças, mercado de capitais e gestão estratégica de empresas, no país e exterior. Foi gerente financeiro da Coelce no período de setembro de 2003 a maio de 2007, após experiência de 16 anos no mercado bancário, no qual atuou como gestor de áreas de negociação e controle de operações financeiras e de finanças corporativas e mercado de capitais. Foi diretor administrativo financeiro e de relações com investidores da Coelce, no período de 16 de maio de 2007 a 17 de junho de 2008. Atualmente exerce o cargo de diretor financeiro da Endesa Peru.

José Caminha Alencar Araripe Júnior, brasileiro, formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Ceará, especialista em computação e em marketing de serviços públicos. Possui aperfeiçoamento em APG - MBA, programa de atualização de diretores e gerentes em *management* e liderança pela AMANA KEY MBA Executivo e MBA Gestão de Negócios em Energia Elétrica - Fundação Getúlio Vargas.

Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt, brasileiro, em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1982. Iniciou sua carreira profissional em 1982 como consultor na APC Skills, empresa multinacional americana do ramo de consultoria. Entre julho de 1983 e agosto 1988, ocupou diversos cargos no Banco Bahia de Investimentos S/A (BBM), sendo o último como gerente adjunto do controle financeiro entre dezembro de 1986 e agosto de 1988. Ocupou o cargo de Supervisor de Operações Financeiras na Westinghouse do Brasil S/A entre outubro de 1988 e maio de 1993. Entre junho de 1993 e julho de 1997, atuou como gerente de tesouraria e, entre agosto de 1997 e dezembro de 2000 como gerente de controladoria, na Cyanamid Química do Brasil Ltda. Ingressou na Ampla em janeiro de 2001 como Gerente Financeiro. Em maio de 2007 assumiu a Diretoria Financeira da Ampla e em junho de 2008, acumulativamente, a Diretoria Financeira da Coelce.

José Renato Ferreira Barreto, brasileiro, formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal da Paraíba, com doutorado em engenharia de produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Ingressou na Emissora como estagiário e passou por diversos cargos de engenheiro, chefe de divisão, assistente de departamento, chefe de departamento, coordenador de projetos e coordenador do programa de melhoria da Emissora. Foi coordenador do sub-comitê de transporte COGE-Eletrobrás.

José Nunes de Almeida Neto, brasileiro, formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal do Ceará e especialista em gestão e qualidade de energia. Foi professor do departamento de engenharia elétrica da Universidade Federal do Ceará. Na Coelce, ocupou os cargos de chefe do departamento de manutenção e transmissão, superintendente de distribuição de Fortaleza, diretor de operação e gerente de projetos institucionais. Foi presidente do comitê coordenador de operações norte-nordeste. Ocupa o cargo de diretor de projetos institucionais e de comunicação desde 2000.

José Távora Batista, brasileiro, formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal do Ceará, com especialização em engenharia de distribuição e em subestações e sistemas de distribuição de energia. Máster em gestão de negócios de energia elétrica. Foi admitido pela Coelce em 1980, tendo ocupado os cargos de chefe de divisão de fiscalização de consumidores, chefe de divisão de combate a fraude, chefe de divisão de manutenção e operação do regional centro, chefe do departamento regional centro, superintendente de distribuição de Fortaleza, chefe do projeto qualidade de serviço e gerente de distribuição sul. Ocupa a diretoria técnica desde dezembro de 2001.

Juarez Ferreira de Paula, brasileiro, formado em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é aposentado pela Coelce, membro do conselho deliberativo da FAELCE e presidente da Sociedade dos Aposentados Eletricitários do Estado do Ceará - SAELCE.

Vlândia Viana Regis, brasileira, formada em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui MBA em gestão em negócios de energia e em direito empresarial. Desde 1997 atua na área de consultoria jurídica da Eletrobrás. Desde 2005, atua como gerente de contencioso da Eletrobrás.

Diretoria

A diretoria é composta por nove membros, eleitos e destituíveis pelo conselho de administração para prazos de gestão de três anos, permitida a reeleição, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Comercial, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Recursos Humanos, um Diretor de Planejamento e Controle, um Diretor Técnico, um Diretor de Relações Institucionais e Comunicação, um Diretor de Regulação e um Diretor Jurídico.

O endereço comercial dos conselheiros é a sede da Emissora, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Padre Valdevino, nº 150.

Os atuais diretores da Emissora, seus respectivos cargos e data de eleição estão indicados abaixo.

| Diretor | Cargo | Data de Eleição |
|--|---|-----------------|
| Abel Alves Rochinha | Diretor Presidente | 16.5.07 |
| Olga Jovanna Carranza Salazar | Diretora Comercial | 23.11.07 |
| Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt | Diretor Financeiro e de Relações com Investidores | 17.6.08 |
| José Renato Ferreira Barreto | Diretor de Recursos Humanos | 16.5.07 |
| Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira | Diretor de Planejamento e Controle | 17.6.08 |
| José Távora Batista | Diretor Técnico | 16.5.07 |
| José Nunes de Almeida Neto | Diretor de Relações Institucionais e Comunicação | 16.5.07 |
| José Alves de Mello Franco | Diretor de Regulação | 17.6.08 |
| Silvia Cunha Saraiva Pereira | Diretora Jurídica | 17.6.08 |

Segue abaixo resumo das biografias dos diretores:

Abel Alves Rochinha, brasileiro, formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestre em engenharia industrial, pós-graduado em administração financeira e em administração. Mais de 16 anos de experiência profissional na área Financeira, sendo 9 anos como Diretor Financeiro em várias indústrias. Foi diretor administrativo-financeiro da Ampla Energia e Serviços S.A. no período de abril de 2004 até maio de 2007. É presidente da Coelce desde 16 de maio de 2007.

Olga Jovanna Carranza Salazar, peruana, formada em economia pela Universidade de Lima. Possui MBA em gestão empresarial com ênfase em tecnologia da informação. Trabalha no grupo Enersis desde 1996. Trabalhou na Edelnor, de 1996 até 1998, exercendo o cargo de chefe dos departamentos de controle de investimentos e de projeto de normalização. Em março de 1998 foi transferida para Colômbia, trabalhando como chefe do registro comercial, de grandes clientes e qualidade da medição e de controle de perdas. Em março de 2003 foi transferida para o Brasil assumindo a gerência de administração de controle de gestão e posteriormente a de normalização. Ocupa a diretoria comercial desde 23 de novembro de 2007.

Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt, brasileiro, formado em ciências econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atuou como gerente de controladoria e de tesouraria na Cyanamid Química do Brasil Ltda. Exerceu o cargo de gerente financeiro durante 6 anos. É diretor administrativo financeiro e de relações com investidores da Ampla Energia e Serviços S.A. desde 17 de maio de 2007, e da Coelce desde junho de 2008.

José Renato Ferreira Barreto, brasileiro, formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal da Paraíba, com mestrado em engenharia de produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Ingressou na Emissora como estagiário e passou por diversos cargos, de engenheiro, chefe de divisão, assistente de departamento, chefe de departamento, coordenador de projetos e coordenador do programa de melhoria da Emissora. Foi coordenador do sub-comitê de transporte COGE-Eletróbrás.

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira, brasileiro, formado em administração e contabilidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre 1988 e 1998, exerceu funções na controladoria e contabilidade, atuando em fase de implantação de novas plantas e processo de abertura de capital, na Reynolds Latasa, e as funções de gerente de contabilidade, custos e contas a pagar, com atuação em implantação de sistemas de gestão integrada e metodologia de custeio, na Ceras Johnson. Ingressou no grupo Endesa em abril de 1999 como gerente administrativo-financeiro da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. Em 2000, passou a exercer a função de controller das empresas de geração do Grupo Endesa (Endesa Cien, Endesa Cachoeira e Endesa Fortaleza), atuando também como responsável pelo controle do projeto de construção da Interconexão Brasil-Argentina da Endesa Cien, e posteriormente como responsável pelo controle do projeto de construção da termelétrica da Endesa Fortaleza. Em 2004 passou a desempenhar a função de diretor de planejamento, controle e contabilidade das empresas de geração do Grupo Endesa no Brasil. Desde 2005, exerce a função de diretor de planejamento e controle da Endesa Brasil e, desde junho de 2008, da Coelce.

José Távora Batista, brasileiro, formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal do Ceará, com especialização em engenharia de distribuição e em subestações e sistemas de distribuição de energia. Máster em gestão de negócios de energia elétrica. Foi admitido pela Coelce em 1980, tendo ocupado os cargos de chefe de divisão de fiscalização de consumidores, chefe de divisão de combate a fraude, chefe de divisão de manutenção e operação do regional centro, chefe do departamento regional centro, superintendente de distribuição de Fortaleza, chefe do projeto qualidade de serviço e gerente de distribuição sul. Ocupa a diretoria técnica desde dezembro de 2001.

José Nunes de Almeida Neto, brasileiro, formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal do Ceará e especialista em gestão e qualidade de energia. Foi professor do departamento de engenharia elétrica da Universidade Federal do Ceará. Na Coelce, ocupou os cargos de chefe do departamento de manutenção e transmissão, superintendente de distribuição de Fortaleza, diretor de operação e gerente de projetos institucionais. Foi presidente do comitê coordenador de operações norte-nordeste. Ocupa o cargo de diretor de projetos institucionais e de comunicação desde 2000.

José Alves de Mello Franco, brasileiro, formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com especialização em operação de sistemas hidrotérmicos e mestrado em engenharia elétrica na área de planejamento energético. Desde 1982 atua no setor elétrico, começando na Eletronorte, passando pelo departamento de operação de sistemas, pela divisão de planejamento energético da operação e depois pela assessoria de comercialização de energia da diretoria de operação. Ocupou o cargo de superintendente da ANEEL no período de março de 1998 a fevereiro de 2002. Foi superintendente da diretoria de mercado atacadista da Light Serviços de Eletricidade S.A. no período de fevereiro a novembro de 2002. É membro do conselho diretor da ABRADEE, desde 2002. Desde dezembro de 2002, ocupa o cargo de diretor de regulação da Ampla Energia e Serviços S.A. e, desde junho de 2008, ocupa o mesmo cargo na Coelce.

Silvia Cunha Saraiva Pereira, brasileira, formada em direito pela Universidade de Fortaleza, com pós-graduação em direito de empresa e mestrado em direito público. Entre 1981 e 1986 trabalhou no Instituto de Previdência do estado do Ceará – IPEC exercendo entre outras funções a de procuradora dos serviços públicos estaduais. De 1987 e 1990, exerceu o cargo de procuradora jurídica da Superintendência de Obras do estado do Ceará – SOEC. De 1990 a 1994, atuou como procuradora Jurídica do Departamento de Edificações Rodovias e Obras do Ceará – DERT. Entre 1995 e 2001, foi procuradora jurídica da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará – CAGECE. Exerce a função de gerente jurídica da Coelce, desde 2001 e a partir de 2008 assumiu a Diretoria Jurídica.

Diretor de Relações com os Investidores

O diretor de relações com os investidores da Coelce é o Sr. Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt, com endereço comercial na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Leoni Ramos, nº 1, 7º andar, bloco 1, CEP 24210-205, telefone (21) 2613-7199 e fac-símile (21) 2613-7199.

O endereço de correio eletrônico para contato é lbettencourt@endesabr.com.br e o endereço para acesso do site da Emissora na Internet é www.coelce.com.br/ri.htm.

Remuneração da Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em assembléia geral ordinária, fixar, anualmente, o montante global da remuneração dos membros da sua administração.

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da Emissora, realizada em 30 de abril de 2009, deliberou a fixação da remuneração global anual para administradores da Emissora em até R\$6,3 milhões, entre fixos e variáveis, a qual será distribuída e individualizada entre seus membros, conforme deliberado em reunião da Diretoria. Deliberou-se também que cada membro do Conselho de Administração receberá R\$0,004 milhões, a título de remuneração, por cada reunião do Conselho de Administração de que participar e que os membros do Conselho Fiscal receberá R\$0,003 milhões a título de remuneração mensal.

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da Emissora, realizada em 28 de abril de 2008, deliberou a fixação da remuneração global anual para administradores da Emissora em até R\$6,0 milhões, entre fixos e variáveis. Deliberou-se também que cada membro do Conselho de Administração receberá R\$0,004 milhões, a título de remuneração, por cada reunião do Conselho de Administração de que participar e que os membros do Conselho Fiscal receberão, individualmente, R\$0,003 milhões a título de remuneração mensal.

Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, haviam sido pagos R\$0,115 milhões aos membros do Conselho de Administração como remuneração fixa, R\$3 milhões aos membros da Diretoria entre salário-base e bônus e R\$0,064 milhões aos membros do Conselho Fiscal, como remuneração fixa. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de parcela variável em sua remuneração.

A remuneração variável dos membros da Diretoria da Companhia é calculada com base no desempenho apurado por metas e pelo resultado da Companhia, sendo que a política de remuneração dos administradores da Companhia compreende, ainda, benefícios de seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica e participação no plano de aposentadoria complementar oferecido aos empregados da Companhia.

Contratos entre a Emissora e os Membros da Administração

A Emissora celebrou contratos de trabalho com os diretores, contrato padrão do grupo Endesa. Também foi assinado, pelos conselheiros, administradores e demais funcionários que tenham acesso a informação privilegiada norma de divulgação de fato relevante, de acordo com a Instrução CVM 358/02.

Conselho Fiscal

A Emissora possui um conselho fiscal de funcionamento não permanente, instalado nos exercícios sociais a pedido de acionistas que representem, no mínimo 10% das ações com direito a voto ou 5% das ações sem direito a voto.

O conselho fiscal será composto por três membros e igual número de suplentes, eleitos pela assembléia geral, tendo a competência que lhes é atribuída pelo artigo 163 da Lei nº 6.404/76. Um dos membros efetivos e o respectivo suplente poderão ser eleitos, em votação em separado, pelos titulares de ações preferenciais, presentes à assembléia geral. No caso de comparecimento de acionistas minoritários que representem, em conjunto, 10% ou mais das ações com direito a voto, e que exerçam o direito que lhes é conferido por lei, de também eleger um membro e respectivo suplente, a composição do conselho fiscal será alterada automaticamente, passando a ser de cinco membros efetivos e igual número de suplentes, a fim de ficar assegurado aos demais acionistas com direito a voto a eleição de número de efetivos e suplentes definido no parágrafo 4º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

O endereço comercial dos membros do conselho fiscal é a sede da Emissora, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Rua Padre Valdevino, nº 150, CEP 60135 040.

Para o exercício social de 2009, deliberou-se manter instalado o Conselho Fiscal, até a próxima Assembléia Geral Ordinária que vier a deliberar sobre as contas do exercício social findo em 2009, com os seguintes membros:

| Conselheiros Titulares | Data de Eleição | Conselheiros Suplentes | Data de Eleição |
|--|-----------------|-----------------------------------|-----------------|
| Sérgio Queiroz Lyra (eleito pelos minoritários) | 30.4.09 | Estevão Teixeira Latini | 30.4.09 |
| Antônio Osvaldo Alves Teixeira | 30.4.09 | Aldemir Ferreira de Paula Augusto | 30.4.09 |
| Antônio Cleber Uchoa Cunha | 30.4.09 | José Aldro Luiz de Oliveira | 30.4.09 |

Segue abaixo resumo das biografias dos membros do conselho fiscal:

Sérgio Queiroz Lyra, brasileiro, formado em economia pela Universidade Federal do Espírito Santo, em 1970, e pós-graduado em macroeconomia, em 1971, e em administração de empresas, em 1974. Ingressou na Petrobrás entre 1976 e aposentou-se por tal companhia em 1995. Como consultor da Macroplan (empresa que 1989 atuou com consultoria em planejamento na Petrobrás, realizando o primeiro plano estratégico da Petrobrás) e em função da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, elaborou, em 1995 e 1996, com a participação de equipe técnica do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e sob coordenação do serviço de planejamento da Petrobrás, os macrocenários para o Estado de Mato Grosso do Sul, com horizonte de 15 anos. Foi diretor administrativo da Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS, conselheiro supervisor da Companhia Petrolífera Marlin, diretor de assuntos de pessoal da Associação de Engenheiros da Petrobrás – AEPET e diretor da Federação Única dos Petroleiros, sendo um dos criadores do comitê em defesa dos participantes da PETROS.

Antônio Osvaldo Alves Teixeira, brasileiro, formado em ciências contábeis pela Universidade Federal da Paraíba, pós-graduado em contabilidade e controladoria e em finanças empresariais. Foi professor dos cursos de administração, ciências contábeis e economia da Universidade Federal da Paraíba (licenciado), e dos cursos de administração e ciências contábeis da Unidade de Ensino Superior – Unipê. Ingressou no Banco do Estado da Paraíba em 1982, onde ocupou diversas funções. Foi diretor administrativo-financeiro e de relações com investidores da Coelce de dezembro de 2000 até dezembro de 2006.

Antônio Cleber Uchoa Cunha, brasileiro, formado em engenharia civil pela Universidade de Fortaleza. Desde outubro de 1997 é cônsul honorário do Chile em Fortaleza. Ocupou o cargo de diretor da União das Classes Produtoras do Ceará-UCP e membro do conselho curador da Fundação Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas-FACTA, em Campinas (São Paulo). Foi membro do conselho de autoridade portuária do Porto do Mucuri, do conselho de desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, do conselho do SEBRAE, do conselho de representantes da FIEC, do pacto de cooperação do Estado do Ceará, do conselho estadual do trabalho do Ceará, do conselho de administração da Coelce e do Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE. Atualmente ocupa o cargo de vice-presidente da Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Estado do Ceará-FACIC e é secretário das finanças no município do Maracanaú – CE.

Estevão Teixeira Latini, brasileiro, formado em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestrando em gestão empresarial. Atualmente é analista de investimentos pleno da PETROS, realizando as atividades de avaliação de oportunidades de investimento em *private equity*, *venture capital* e empreendimento de infra-estrutura; implementação e acompanhamento de princípios de governança corporativa nas participações societárias da Petros.

Aldemir Ferreira de Paula Augusto, brasileiro, formado em direito pela Universidade Federal de Pernambuco e pós-graduado em direito e processo tributário pela Universidade de Fortaleza. É associado gerente das filiais de Fortaleza (CE) e Recife (PE) do escritório De Rosa Siqueira, Lmeida, Barros Barreto e Advogados Associados S/C, atua como especialista em direito tributário, comercial e societário.

José Aldro Luiz de Oliveira, brasileiro, formado em economia, com especialização em desenvolvimento econômico e administração, e mestre em administração. Atualmente, atua na área de consultoria pública e empresarial. No Banco do Nordeste do Brasil S.A., exerceu os cargos de técnico em desenvolvimento econômico, chefe das divisões de projetos agroindustriais e de cooperativas, gerente do crédito rural e chefe do departamento de desenvolvimento rural. Foi também presidente da Comissão de Reestruturação do Sistema Financeiro da Paraíba e presidente do Banco do Estado da Paraíba.

Planos de Opção de Compra de Ações

A Emissora não possui nem pretende no momento implementar planos de opção de compra de ações para os membros da administração ou para os membros do conselho fiscal.

Participações na Emissora de Titularidade da Administração e/ou do Conselho Fiscal

Conselho de Administração

Em 31 de março de 2009, os membros do conselho de administração eram titulares de 3 ações ordinárias e 16 ações preferenciais classe A de emissão da Emissora.

Diretoria

Em 31 de março de 2009, os membros da diretoria eram titulares de 4 ações preferenciais classe A de emissão da Emissora.

Conselho Fiscal

Em 31 de março de 2009, os membros do conselho fiscal não eram titulares de quaisquer ações de emissão da Emissora.

Relação de Parentesco

Não há qualquer grau de parentesco entre os administradores ou entre estes e administradores do acionista controlador.

IV. ANEXOS

Anexo A: Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamentos

Anexo B: Atos Societários da Emissora relativos à Emissão

Anexo C: Súmula de Classificação de Risco

Anexo D: Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

Anexo E: Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e respectivos pareceres dos Auditores Independentes e relatórios da Administração da Companhia

Anexo F: Informações Trimestrais da Emissora (ITRs) relativos aos períodos encerrados em 31 de março de 2008 e 2009 e relatórios de revisão especial dos Auditores Independentes

Anexo G: Estatuto Social da Emissora

Anexo H: Manifestação da Aneel

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo A

Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamentos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE**

entre

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE
como Emissora

e

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**
representando a comunhão dos titulares das debêntures

Datado de

08 de junho de 2009



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES. PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Pelo presente instrumento, de um lado,

Companhia Energética do Ceará – COELCE, sociedade por ações com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, CEP 60135-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o “CNPJ/MF”) sob o nº 07.047.251/0001-70, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (a “Companhia” ou a “Emissora”);

e, de outro lado,

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) (os “Debenturistas da Primeira Série”) e das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) (os “Debenturistas da Segunda Série” e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os “Debenturistas”) objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominada “Agente Fiduciário” e, conjuntamente com a Emissora, doravante denominadas “Partes” e cada uma, individualmente, denominada “Parte”);

vêm, por meio desta, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará - COELCE (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

A emissão das Debêntures e a Oferta (ambos os termos definidos abaixo) são realizadas, e esta Escritura é firmada, com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 08 de junho de 2009 (a “RCA”), cuja ata deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado de Ceará (a “JUCEC”) e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional. A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo), apuradas por meio de Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), bem como a quantidade de Debêntures a ser alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures a ser alocada para a segunda série da Emissão, observados os limites previstos no item 4.1.7 abaixo, deverão ser aprovadas em reunião



Handwritten signature and the number 2.

do Conselho de Administração da Companhia que será realizada antes do início da distribuição das Debêntures (a “RCA das Taxas”).

CLÁUSULA II REQUISITOS

A segunda emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública pela Emissora (a “Emissão” ou a “Oferta”) será realizada com observância dos seguintes requisitos.

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM (a “CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM 400”), da Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 (a “Instrução CVM 471”) e do Convênio CVM/ANBID de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas – Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (a “ANBID”), em 20 de agosto de 2008 (o “Convênio CVM – ANBID”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Ceará e Publicação dos Atos Societários

A ata da RCA e a ata da RCA das Taxas serão arquivadas na JUCEC e publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

2.3. Inscrição da Escritura na Junta Comercial do Estado do Ceará

Esta Escritura será inscrita na JUCEC, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Análise prévia pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Oferta será objeto de análise prévia pela ANBID, no âmbito do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, datados de 17 de fevereiro de 2009 e de 16 de abril de 2009, respectivamente, bem como do Convênio CVM-ANBID.



Handwritten signature and initials, including the number 3.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a "CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND - Módulo Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP e (ii) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado pela BM&FBOVESPA S.A.– Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a segunda Emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.3 Número de Séries

A Emissão será realizada em duas séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série" e, as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominadas "Debêntures".

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados integralmente para a quitação das 490 (quatrocentos e noventa) Notas Promissórias Comerciais da 7ª Emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), emitidas 4 de junho de 2009, com remuneração de CDI, capitalizada de uma sobretaxa equivalente a 1,60% a.a que foram objeto de distribuição pública e que têm vencimento em 30 de maio de 2010.



3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do “Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em duas Séries, da Segunda Emissão da Companhia Energética do Ceará - COELCE” (o “Contrato de Distribuição”), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. (o “Itaú BBA” ou o “Coordenador Líder”) e do Banco Santander (Brasil) S.A. (o “Santander”) e, em conjunto com o Itaú BBA, os “Coordenadores”), por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e equitativo aos investidores, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.5.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após: (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures (o “Anúncio de Início”) no âmbito da Emissão; e (c) a disponibilização aos investidores do prospecto preliminar (o “Prospecto Preliminar”) e do prospecto definitivo (o “Prospecto Definitivo”) e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os “Prospectos”), nos termos da regulamentação aplicável.

3.5.3. O prazo de colocação das Debêntures será de até 3 (três) Dias Úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início (o “Prazo de Colocação”).

3.5.4. A quantidade e a remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos nos itens 4.1.7, 4.2 e 4.3 abaixo, serão definidas em procedimento organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (o “Procedimento de Bookbuilding”).

3.5.5. Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures no âmbito da Oferta, seja por meio de lote adicional (nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400), seja por meio de lote suplementar (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400).

3.6. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, considerando o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) era de R\$ 442.946.885,77 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos).



3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário da Emissão é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, e a instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 (o “Banco Mandatário” e a “Instituição Depositária”, respectivamente, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item).

3.8. Objeto Social da Emissora

De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende: (a) a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, execução de serviços correlatos que lhes venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e o desenvolvimento de atividades associadas aos serviços, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; (b) a realização de estudos, planejamentos, projetos, construção e operação de sistemas de produção, transformação, transporte e armazenamento, distribuição e comércio de energia de qualquer origem ou natureza, na forma de concessão, autorização e permissão que lhes forem outorgados, com jurisdição na área territorial do Estado do Ceará, e outras áreas definidas pelo Poder Concedente; (c) o estudo, projeto e execução de planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia, em especial as renováveis, ações que desenvolverá diretamente ou em cooperação com outras instituições; (d) o estudo, a elaboração e execução, no setor de energia, de planos e programas de desenvolvimento econômico e social em regiões de interesse da comunidade e da Companhia, diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou privados, podendo, também, fornecer dados, informações e assistência técnica à iniciativa pública ou privada que revele empenho em implantar atividades econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento; e (e) a prática de demais atos que se fizerem necessários ao objeto social, bem como a participação no capital social de outras companhias no Brasil ou no exterior, cujas finalidades sejam a exploração de serviços públicos de energia elétrica, incluindo os ligados à produção, geração, transmissão e distribuição.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2009 (a “Data de Emissão”).

4.1.2. **Convertibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.



4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografia.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2011 (a "Data de Vencimento da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2014 (a "Data de Vencimento da Segunda Série"). Na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série e na respectiva Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em circulação. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) em se tratando das Debêntures da Segunda Série), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da data de pagamento imediatamente anterior da respectiva remuneração devida em razão das Debêntures.

4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) Debêntures. A Emissão será realizada em duas séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado a cada série será definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado o item 3.5.4 acima.

4.1.8. **Dia(s) Útil(eis):** Para fins da presente Escritura, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feitas aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a "Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado a 2,65% (dois inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) (a "Taxa Máxima da Primeira Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures

7



da Primeira Série, desde a Data de Emissão até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série (os “Juros Remuneratórios da Primeira Série”).

4.2.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será aprovada em reunião do Conselho de Administração da Emissora.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão (observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 abaixo) ser pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), conforme aplicável). O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

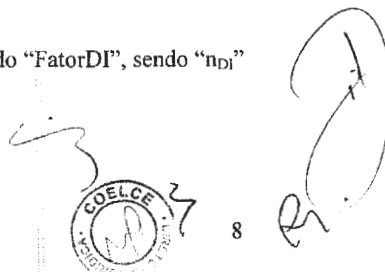
FatorDI = produtório das Taxas DI_k , da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI , variando de 1 até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI , consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro; e



TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k , expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 4 (quatro) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = taxa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual, informada com 6 (seis) casas decimais; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.2.3. Observações:

(a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

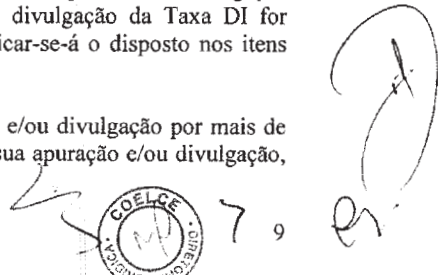
(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(c) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação,

79



ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Primeira Série da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto no item 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 4.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.3. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (o “IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (o “IBGE” e a “Atualização da Segunda Série”, respectivamente), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.

4.3.1.1. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade prevista no item 4.4.2 abaixo ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), conforme aplicável.

3  7 10 Ri.

4.3.1.2. A Atualização da Segunda Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização da Segunda Série, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o “NI_k” corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “dup” um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo “dut” um número inteiro.


4.3.1.3. Observações:

(a) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;

(b) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;

(c) Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversários consecutivas;

3 11 12



(d) O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

(e) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.1.4. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto no item 4.3.1.5 abaixo.

4.3.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.3.1.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização da Segunda Série.

4.3.2. **Juros Remuneratórios:** as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*. Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Segunda Série observarão a taxa máxima equivalente a 3,0% (três inteiros por cento) ao ano acrescida à média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANDIMA - Associação Nacional das



Instituições do Mercado Financeiro (a “ANDIMA”) para as Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B) com vencimentos em 2012 (a “Taxa Máxima da Segunda Série”), média aritmética essa a ser apurada no Dia Útil imediatamente anterior à realização do Procedimento de *Bookbuilding* (os “Juros Remuneratórios da Segunda Série” e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a “Remuneração da Segunda Série”). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão e, observada a periodicidade prevista no item 4.5.2 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), conforme aplicável), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis.

4.3.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será aprovada em reunião do Conselho de Administração da Emissora.

4.3.2.2. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, em forma percentual, informada com 6 (seis) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

3



13



4.3.3. Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização”: (a) para as Debêntures da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo); e (b) para as Debêntures da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo).

4.3.4. Para fins desta Escritura, define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série” o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série remanescente após cada Data de Amortização da Segunda Série (conforme definido abaixo).

4.3.5. As Partes promoverão o aditamento da presente Escritura para que dela conste a taxa final aplicável para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

4.4. Amortização

4.4.1. A amortização integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será realizada em uma única parcela, na Data de Vencimento da Primeira Série.

4.4.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente desde a Data de Emissão, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2012, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2013 e a última com vencimento em 15 de julho de 2014 (as “Datas de Amortização das Debêntures da Segunda Série”), conforme tabela a seguir:

| Datas da Amortização | Valor Nominal Unitário a ser Amortizado ^(*) |
|----------------------|--|
| 15 de julho de 2012 | R\$ 3.333,33 |
| 15 de julho de 2013 | R\$ 3.333,33 |
| 15 de julho de 2014 | R\$ 3.333,34 |

(*) O Valor Nominal unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos desta Escritura.



14

4.5. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série

4.5.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2010 e o último pagamento em 15 de julho de 2011, que é a Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série”).

4.5.2. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2010 e o último pagamento em 15 de julho de 2014, que é a Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série”).

4.6. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas previstas nesta Escritura, utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados à CETIP ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

4.7. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.8. Encargos Moratórios

Caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, excluindo-se a hipótese de a variação acumulada do IPCA resultar em um valor negativo. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



15

fr.

4.9. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.8 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1. As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.2. desta Escritura.

4.10.2. As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.3 desta Escritura.

4.10.2.1. Caso, até a data de subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série não haja divulgação do IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANDIMA ou, na falta dessa projeção da ANDIMA, o último IPCA oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas se e quando o IPCA que seria aplicável for divulgado.

4.11. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição (a “Data da Integralização”) e em moeda corrente nacional, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

4.12. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.13. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, e publicados no Diário Oficial do Estado do Ceará, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (<http://www.coelce.com.br>), exceção feita à publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, ao Anúncio de Início e ao anúncio de encerramento de



16

distribuição das Debêntures, que serão publicados apenas no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

4.14. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o “Relatório de Posição de Ativos”, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.15. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.16. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

4.17. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCEC.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração, a seu exclusivo critério: (a) a partir do 12º (décimo segundo) mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Primeira Série (“Período de Resgate Antecipado da Primeira”



Série”); e (b) a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Segunda Série (“Período de Resgate Antecipado da Segunda Série” e, em conjunto com o Período de Resgate Antecipado da Primeira Série, os “Períodos de Resgate Antecipado”), realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso (o “Resgate Antecipado Facultativo”).

6.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observado os respectivos Períodos de Resgate Antecipado, mediante publicação de comunicação a ser amplamente divulgada nos termos do item 4.13 desta Escritura (a “Comunicação de Resgate”) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementado pela Emissora (a “Data de Resgate Antecipado”). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado respectiva; (b) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial; (c) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures será devidamente atualizado até a Data de Resgate Antecipado (conforme aplicável), observado o disposto no item 4.3 acima, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado (o “Valor de Resgate”) e (ii) de prêmio de resgate a ser calculado de acordo com os subitens 6.1.3 e 6.1.4 abaixo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

6.1.3. O(s) prêmio(s) de resgate a que farão jus os Debenturistas da Primeira Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série será(ão) calculado(s) de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * 0,0075 * \text{Valor de Resgate}$$

onde:

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Primeira Série; e

D = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período de Resgate Antecipado da Primeira Série e a Data de Vencimento da Primeira Série.

6.1.4. O(s) prêmio(s) de resgate a que farão jus os Debenturistas da Segunda Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série será(ão) calculado(s) de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * 0,015 * \text{Valor de Resgate}$$



onde:

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Segunda Série; e

D = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período de Resgate Antecipado da Segunda Série e a Data de Vencimento da Segunda Série.

6.1.5. No caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o Resgate Antecipado Facultativo seja referente às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série) para fins de deliberar os critérios do sorteio, observado, para tanto, o disposto na Cláusula X abaixo.

6.1.6. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula VI, serão obrigatoriamente canceladas.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 6.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e, sujeito ao disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme o caso), calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):



(a) Descumprimento, pela Emissora, da obrigação de pagamento: (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente atualizado (conforme aplicável); (ii) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série; e/ou (iii) de quaisquer encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente atualizado (conforme aplicável), e/ou dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, contado da data do respectivo vencimento;

(b) Caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de aut falência, por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;

(c) Descumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;

(d) Término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Emissora (conforme aplicável);

(e) Decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;

(f) Protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;

(g) Alteração do controle acionário indireto da Emissora, exceto nos casos em que: (i) o novo controlador indireto não tenha *rating* corporativo atribuído pela Fitch Ratings (a “Fitch”), Moody’s Investors Service (a “Moody’s”) ou Standard & Poor’s Rating Services (a “S&P”) inferior em mais de 1 (um) nível (*notch*) em relação ao *rating* global da Enersis S.A. (a “Enersis”); e (ii) a alteração do controle acionário indireto não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em mais de 1 (um) nível (*notch*). Para fins deste subitem (g), haverá alteração do controle



acionário indireto da Emissora se a Enersis deixar de ser a controladora indireta da Emissora;

(h) Sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, incorporação da Emissora por outra sociedade, cisão ou fusão da Emissora, exceto nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em mais de 1 (um) nível (*notch*);

(i) Inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer (quaisquer) acordo(s) do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, exceto se: (i) sanado no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; ou (ii) a Emissora obtiver as medidas legais e/ou judiciais cabíveis para o não pagamento no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento;

(j) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados: (i) da data do referido descumprimento, caso a Emissora receba comunicação escrita neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis após a data do descumprimento, data de descumprimento esta a ser informada à Emissora pelo Agente Fiduciário por meio de referida comunicação escrita; ou (ii) da data em que a Emissora receber comunicação escrita do Agente Fiduciário conforme prevista na alínea (i) deste subitem (j), caso a Emissora não receba, em até 3 (três) Dias Úteis após o respectivo descumprimento, comunicação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo certo que, caso um período de cura específico e distinto dos 15 (quinze) Dias Úteis previstos acima tenha sido estipulado com relação a qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, tal período de cura específico prevalecerá, observadas as disposições constantes deste subitem (j) para fins de contagem desse período de cura específico;

(k) Nacionalização, desapropriação ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Emissora essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Emissora de honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;

(l) Redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e

(m) Não atendimento, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir (os “Índices Financeiros”), a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Emissora à CVM, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao terceiro trimestre de 2009:

I. Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; e



21

II. EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,75.

Para os efeitos do disposto no subitem (m) acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Dívida Financeira Líquida” significa a soma de (i) empréstimos e financiamentos, inclusive com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e agências multilaterais; (ii) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da Emissora (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (iii) saldo líquido de operações de derivativos (i.e., passivos menos ativos de operações com derivativos); (iv) dívidas oriundas de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures e/ou notas promissórias comerciais da Emissora; e (v) dívidas com pessoas ligadas listadas no passivo da Emissora, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Emissora, excluindo-se os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emissora; menos o resultado da soma (i) do numerário disponível em caixa da Emissora; (ii) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras da Emissora; e (iii) dos saldos de aplicações financeiras da Emissora.

“EBITDA” significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo aos últimos 12 (doze) meses, antes da contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação e amortização.

“Despesa Financeira Líquida” significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, em bases consolidadas.

7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) do item 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos no item 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido no item 7.3.1 abaixo. As



22

[Handwritten signature]

Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma do item 10.1 abaixo.

7.3.1. Se, nas Assembleias Gerais referidas no item 7.2 acima: (a) Debenturistas da Primeira Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou; (b) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

7.3.2. Adicionalmente ao disposto nos itens 7.3 e 7.3.1 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, aplicando-se o disposto no item 7.4 abaixo.

7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série (conforme aplicável), com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (se for o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida no item 7.2 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8 desta Escritura.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (www.coelce.com.br/ri):

(a) Dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de seu exercício social de cada ano ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia



de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou aos membros de sua administração e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora, bem como relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos Índices Financeiros;

(b) Dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como relatório detalhado contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos Índices Financeiros;

(c) Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, ou de norma que venha a revogá-la ou substituí-la no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos ou, se não houver prazo determinado nesse normativo, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que forem realizados;

8.1.2. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) Os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias após as respectivas publicações;

(b) Em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, quaisquer informações relevantes com relação às Debêntures ou quaisquer informações necessárias no âmbito da prestação de serviços pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas, por escrito, pelo Agente Fiduciário;

(c) Cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;

(d) Dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias após a realização anual, pela Emissora, de cada assembleia geral ordinária previstas no artigo 132 da lei das Sociedades por Ações, declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura; e

(e) Informações sobre qualquer fato relevante que seja do conhecimento da Emissora e que possa vir a afetar o seu desempenho financeiro e operacional, imediatamente após a ocorrência de tal fato.

8.1.3. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis.



24

8.1.4. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora.

8.1.5. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleias Gerais para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.6. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas.

8.1.7. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

8.1.8. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

8.1.9. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

8.1.10. Observado o disposto no item 8.1.25 abaixo, notificar imediatamente o Agente Fiduciário em caso de mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora.

8.1.11. Manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures.

8.1.12. Aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão estritamente conforme descrito no item 3.4 acima.

8.1.13. Cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures ou qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures.

8.1.14. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os



3

25

Handwritten signature and initials.

tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, cujo não pagamento resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para a sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures ou qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures.

8.1.15. Adotar todas as medidas necessárias para:

- (a) Preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;
- (b) Manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal;
- (c) Pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial; e
- (d) Estender as medidas elencadas nos subitens (a) a (c) deste subitem 8.1.15 para as sociedades sob seu controle, conforme aplicável.

8.1.16. Contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (a) agência de *rating* que divulgue relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures; (b) Banco Mandatário e Instituição Depositária; (c) Agente Fiduciário; e (d) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, SND e BOVESPAFIX).

8.1.17. Comunicar à CVM e ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, inclusive com relação a suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os titulares das Debêntures, imediatamente após o referido descumprimento

8.1.18. A Emissora não poderá realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvado pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das Debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta, cessando esta proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta, nos termos desta Escritura, cessando esta proibição tão logo a Emissora tenha realizado o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos Debenturistas em virtude das Debêntures objeto da Oferta, inclusive encargos, se devidos.

8.1.19. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos



razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.

8.1.20. Encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido no subitem 8.1.16 (a) acima.

8.1.21. Informar ao Agente Fiduciário o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures, em até 5 (cinco) dias após o respectivo pagamento, para que o Agente Fiduciário possa cumprir com suas obrigações, inclusive aquela constante do item 9.4 (m) (v) abaixo.

8.1.22. Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.

8.1.23. Não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou da totalidade dos titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

8.1.24. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza ou escopo de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, exceto quando e se exigido pela legislação ou regulamentação em vigor aplicável à Emissora.

8.1.25. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um efeito adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional.

8.1.26. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social.

8.1.27. Apresentar, por meio desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Oferta, declarações e informações verdadeiras, completas e corretas, comprometendo-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima



4 27

qualificado, o qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) Parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), durante o prazo de vigência das Debêntures, sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de registro da Oferta na CVM e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes;

(b) O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

(c) A remuneração prevista no subitem (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

(d) As parcelas referentes ao subitem (a) acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (o "IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida na alínea "a" acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário;

(e) A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;

(f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;



28

(g) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: (i) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros impostos, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e

(h) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em Assembleias Gerais ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCEC.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.



9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) Solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) Convocar, quando necessário, Assembleias Gerais mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, respeitadas as disposições desta Escritura e as demais regras aplicáveis constantes da Lei das Sociedades por Ações;



(k) Enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à(s) Assembleia(s) Geral(is);

(l) Comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da(s) Assembleia(s) Geral(is), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da(s) referida(s) Assembleia(s);

(m) Elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(ii) Alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) Comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(iv) Posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) Amortização, aquisição facultativa, Resgate Antecipado Facultativo e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(vi) Acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

(vii) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos Índices Financeiros e quanto à ocorrência dos eventos previstos nos subitens (b), (d), (g), (h), (k) e (l) do item 7.1 acima;

(viii) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

(ix) Relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures.

(n) Colocar à disposição o relatório de que trata o subitem (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(i) Sede da Emissora;



(ii) Seu escritório;

(iii) CVM;

(iv) SND;

(v) BOVESPAFIX; e

(vi) Sede do Coordenador Líder.

(o) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.13 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (n) acima;

(p) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA;

(q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(r) Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, ao SND e ao BOVESPAFIX;

(s) Enviar à ANBID os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela agência de classificação de risco contratada pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do relatório encaminhado pela Emissora, ficando estabelecido que a Emissora deverá fornecer à agência de classificação de risco respectiva, em tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações financeiras e outras que lhes venham a ser por esta solicitadas, para fins de elaboração dos relatórios de classificação de risco das Debêntures;

(t) Observado o disposto nos itens 8.1.26 e 8.1.27 desta Escritura, examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe convocar Assembleias Gerais para deliberar acerca de matéria;

(u) Convocar, quando necessário, Assembleias Gerais; e

(v) Administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão



32

dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) Declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) Representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (c) acima se, convocada a Assembleia Geral, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (d) acima.

9.6. Despesas

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere este item 9.6 será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) Dias Úteis.

9.6.4. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:



- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre estados da República Federativa do Brasil e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo as Debêntures na ordem de pagamento.

9.7. Declarações do Agente Fiduciário

9.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) Não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) Aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) Não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) Estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) Estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) Não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- (h) Estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) Que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;



(j) Que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(k) Que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e

(l) Que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.6 da presente Escritura.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas (as "Assembleias Gerais" ou, individualmente, a "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto



Handwritten signature and initials, including a large 'P' and the number '35'.

proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

10.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos. Da mesma forma, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ao), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou no mínimo a metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, previstos nesta Escritura, consideram-se “Debêntures da Primeira Série em Circulação” ou “Debêntures da Segunda Série em Circulação” (conjuntamente, as “Debêntures em Circulação”) todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto



10.7. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.7.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.

10.7.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.7.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(a) É uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;

(b) Está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) Esta Escritura e as declarações por ela prestadas nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, constituem obrigação legal, válida e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(d) A celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

(e) Nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pela autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, bem como pelo registro da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SND e ao BOVESPAFIX;

(f) A celebração da presente Escritura e o cumprimento das obrigações decorrentes da Emissão não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em vencimento antecipado de qualquer obrigação



estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(g) As demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(h) Exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo, em especial os processos judiciais: (i) mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao público em geral; (ii) relativo à legalidade da privatização da Emissora no âmbito da Ação Popular n.º 2000.0112.6248-0, em curso perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza (ou quaisquer processos relacionados à referida Ação Popular); (iii) relativo à terceirização de serviços contratados pela Emissora no âmbito da Ação Civil Pública n.º 02582-2001-001-07, em curso perante o Tribunal Superior do Trabalho (ou quaisquer processos relacionados à referida Ação Civil Pública); e (iv) relativos aos reajustes e revisões tarifárias da Emissora no âmbito da Ação Civil Pública n.º 2005.81.00.006496-2 e da Ação Popular n.º 2007.81.00.006310-3 (ou quaisquer processos relacionados à referida Ação Civil Pública ou à referida Ação Popular), não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações;

(i) Tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças (inclusive ambientais) cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;

(j) A Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;

(k) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(l) O Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua disponibilização, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos



39

e declarações contidas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

(m) As opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

(n) Não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;

(o) Nenhuma das declarações constantes desta Cláusula XI é falsa, incorreta ou enganosa, na data em que foi dada; e

(p) Não há, nesta data, debêntures de outras emissões da Emissora cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia Energética do Ceará - COELCE
Praça Leoni Ramos, nº 1 – 7º andar Bloco 1
CEP 24210-205 – Niterói – RJ
At.: Luiz Carlos Bettencourt - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Telefone: (21) 2613 7031
Fac-símile: (21) 2613 7122
E-mail: lbettencourt@endesabr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda.
Rua Sete de Setembro, nº 99 – 24º andar
CEP 20050-005 – Rio de Janeiro – RJ
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Telefone: (21) 2507-1949
Fac-símile: (21) 2507-1773
E-mail: bacha@pavarini.com.br / rinaldo@pavarini.com.br

Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

Banco Itaú S.A.
Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº 100



Handwritten signature and the number 40.

CEP 04344-902 – São Paulo – SP

Para a CETIP:

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
CEP 01009-000 - São Paulo, SP

Para a BM&FBOVESPA:

Rua XV de Novembro, nº 275.
CEP 01013-001 - São Paulo - SP

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Irrevogabilidade; Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.



41

12.6. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.7. Despesas

A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND, no BOVESPAFIX e na ANBID; (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCEC; (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; e (d) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Instituição Depositária.

12.8. Substituição de Prestadores de Serviços

É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de risco. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de risco, bem como a indicação de seu(s) substituto(s) deverá ser aprovada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cujo quorum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral.

12.9. Foro

Fica eleito o foro Central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2009.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



Handwritten signature and the number 42.

Página de assinaturas 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará - COELCE, datada de 08 de junho de 2009.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Nome:

Cargo: **David Augusto de Abreu**
Relações com Investidores
PROCURADOR

Nome:

Cargo: **Luiz Carlos L. O. Bettencourt**
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/06/2009

SOB Nº: ED000680000

Protocolo: 09/052820-4, DE 12/06/2009

Empresa: 23 3 0000789 1
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ
COELCE


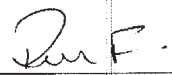
[Assinatura]
HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL




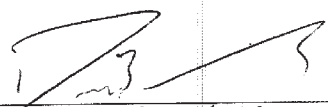
7.
Ri.


Página de assinaturas 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará - COELCE, datada de 08 de junho de 2009.

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.**

| | |
|---|--|
|  |  |
| Nome: Carlos Alberto Bacha | Nome: HAROLDO FERNANDES MOREIRA |
| Cargo: CPF 606.744.587-53 Procurador | Cargo: PROCURADOR CPF: 702.216.267-00 |

Testemunhas:

| | |
|---|--|
|  |  |
| Nome: Priscila P. Mahuira M. | Nome: DAVID BEUXEL VASCONCELOS |
| CPF: 655.675.863-53 | CPF: 891.557.001-44 |

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/06/2009
SOB Nº: ED000580000
Protocolo: 09/C52820-4, DE 12/06/2009
Empresa: 23 3 0000789 1
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ
COELCE


HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE
ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,
EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE**

entre

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE
como Emissora

e

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**
representando a comunhão dos titulares das debêntures

Datado de

29 de junho de 2009



Handwritten signature and initials, including the number '1'.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

O presente instrumento é firmado entre:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE, sociedade por ações com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, CEP 60135-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o “CNPJ/MF”) sob o nº 07.047.251/0001-70, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (a “Companhia” ou a “Emissora”); e

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures distribuídas no âmbito da primeira série (os “Debenturistas da Primeira Série”) e das debêntures distribuídas no âmbito da segunda série (os “Debenturistas da Segunda Série” e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os “Debenturistas”) objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Contrato Social (o “Agente Fiduciário” e, conjuntamente com a Emissora, as “Partes”, sendo cada uma, individualmente, denominada “Parte”).

CONSIDERANDO QUE:

(i) as Partes celebraram, em 8 de junho de 2009, o “Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará - COELCE” (a “Escritura”), o qual regerá os termos e condições da distribuição pública de 24.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da segunda emissão da Companhia (a “Oferta” ou a “Emissão” e as “Debêntures”, respectivamente);

(ii) a Companhia aprovou a Oferta em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 8 de junho de 2009, cuja ata foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Ceará, em 10 de junho de 2009, sob o nº 20090515129, e publicada em 10 de junho de 2009 no Diário Oficial do Estado do Ceará, e em 9 de junho de 2009, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional; e

(iii) as Partes, em conjunto, decidiram alterar determinados termos e condições da Escritura, nos termos aqui dispostos;

RESOLVEM as Partes, pela primeira vez, aditar e consolidar a Escritura, por meio do presente Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará – COELCE (o “Primeiro Aditamento”), mediante as seguintes cláusulas e condições:



1. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas que não sejam expressamente definidos no presente Primeiro Aditamento terão os significados a eles atribuídos na Escritura.

2. Alterar a Cláusula I da Escritura que passa vigorar com a seguinte redação:

*"Cláusula I
Autorização*

A emissão das Debêntures e a Oferta (ambos os termos definidos abaixo) são realizadas, e esta Escritura é firmada, com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 8 de junho de 2009 (a "RCA"), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Ceará (a "JUCEC"), em 10 de junho de 2009, sob o nº 20090515129 e publicada em 10 de junho de 2009 no Diário Oficial do Estado do Ceará, e em 9 de junho de 2009, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional. A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo), apuradas por meio de Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), bem como a quantidade de Debêntures a ser alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures a ser alocada para a segunda série da Emissão, observados os limites previstos no item 4.1.7 abaixo, deverão ser aprovadas em reunião do Conselho de Administração da Companhia que será realizada antes do início da distribuição das Debêntures (a "RCA das Taxas")."

3. Alterar o item 2.2 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Ceará e Publicação dos Atos Societários

A ata da RCA foi arquivada na JUCEC em 10 de junho de 2009, sob o nº 20090515129, e publicada em 10 de junho de 2009 no Diário Oficial do Estado do Ceará, e em 9 de junho de 2009, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional. A ata da RCA das Taxas será arquivada na JUCEC e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional."

4. Alterar o item 3.5.1 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em duas Séries, da Segunda Emissão da Companhia Energética do Ceará - COELCE" (o "Contrato de Distribuição"), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. (o "Itaú BBA" ou o "Coordenador Líder") e do Banco Santander (Brasil) S.A. (o "Santander" e, em conjunto com o Itaú BBA, os "Coordenadores"), por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de



3

distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dívidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º, incisos I, II e III, do artigo 33 da Instrução CVM 400.”

5. Alterar o item 4.2.2.2 da Escritura, a fim de reduzir a quantidade de casas decimais utilizadas para expressar os valores de “ DI_k ” e “spread”, componentes empregados na fórmula para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série. Sendo assim, o referido item passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis e deverão (observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 abaixo) ser pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), conforme aplicável). O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 até n_{DI}

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k , expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = taxa, a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, na forma percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."

6. Alterar o item 4.3.2.2 da Escritura, a fim de reduzir a quantidade de casas decimais utilizadas para expressar o valor de "spread", componente empregado na fórmula para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série. Dessa forma, o referido item passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.3.2.2. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,



Handwritten signatures and initials, including a large 'A' and a signature that appears to be 'J. S. L.'.

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, em forma percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."

7. Alterar o item 4.7 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.7. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.6 acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo."

8. Alterar o item 4.14 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.14. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista."



9. Alterar o item 6.1.5 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação::

"6.1.5. No caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o Resgate Antecipado Facultativo seja referente às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série) para fins de deliberar os critérios do sorteio, observado, para tanto, o disposto no item 6.1.5.1 e na Cláusula X abaixo.

6.1.5.1. No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado acima, tal Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado para as Debêntures da Primeira Série e/ou para as Debêntures da Segunda Série (conforme o caso) registradas no SND, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série (conforme o caso) a serem resgatadas por Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso), serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade."

10. Alterar o item 8.1.1 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.1.1. Disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (www.coelce.com.br/ri.htm):"

11. Alterar os subitens (j), (n) e (r) do item 9.4.1 da Escritura, bem como incluir o subitem (x), que passam a vigorar com a seguinte redação:

"9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(...)

(j) Convocar, quando necessário, Assembleias Gerais mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, às expensas da Emissora, respeitadas as disposições desta Escritura e as demais regras aplicáveis constantes da Lei das Sociedades por Ações;

(...)



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 7.

(n) Colocar à disposição o relatório de que trata o subitem (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(i) Sede da Emissora;

(ii) Seu escritório;

(iii) CVM;

(iv) SND;

(v) BM&FBOVESPA; e

(vi) Sede do Coordenador Líder.

(...)

(r) Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, ao SND e à BM&FBOVESPA;

(...)

(x) coordenar o sorteio das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, conforme previsto no item 6.1 acima."

12. Alterar a redação do subitem (e) do item 11.1 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(...)

(e) Nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pela autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, bem como pelo registro da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SND e à BM&FBOVESPA;"



13. Alterar o item 12.1.1 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia Energética do Ceará - COELCE
Praça Leoni Ramos, nº 1 – 7º andar Bloco 1
CEP 24210-205 – Niterói – RJ
At.: Luiz Carlos Bettencourt - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Telefone: (21) 2613 7031
Fac-símile: (21) 2613 7122
E-mail: lbettencourt@endesabr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda.
Rua Sete de Setembro, nº 99 – 24º andar
CEP 20050-005 – Rio de Janeiro – RJ
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Telefone: (21) 2507-1949
Fac-símile: (21) 2507-1773
E-mail: bacha@pavarini.com.br / rinaldo@pavarini.com.br

Para o Banco Mandatário:

Banco Itaú S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100
CEP 04344-902 – São Paulo – SP

Para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar
CEP 04310-030 – São Paulo – SP

Para a CETIP:

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
CEP 01009-000 - São Paulo, SP

Para a BM&FBOVESPA:

Rua XV de Novembro, nº 275.
CEP 01013-001 - São Paulo – SP"

14. Alterar o item 12.7 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"12.7. Despesas

A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND, na BM&FBOVESPA e na ANBID; (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCEC; (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão,



tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; e (d) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Instituição Depositária.”

15. Todos os demais termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Primeiro Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito. Dessa forma, a Escritura consolidada passa a vigorar conforme disposto no Anexo I.

16. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que todas as declarações e garantias previstas no item 11.1 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Primeiro Aditamento.

17. O Agente Fiduciário declara à Emissora que todas as declarações previstas no item 9.7 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Primeiro Aditamento.

18. Fica eleito o foro Central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2009.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



10

[Handwritten signature and date]

Página de assinaturas 1/2 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará – COELCE, datada de 29 de junho de 2009.

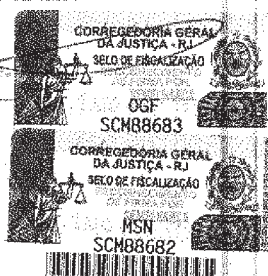
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Nome: José Alves de M. Franco
Cargo: Diretor de Regulação

Nome: Aurélio de Oliveira
Cargo: Diretor de Planejamento e Controle

Attestado de autenticidade das assinaturas e das rubricas, para fins de validade jurídica, emitido pelo Tabelião de Notas da 1ª Circunscrição do 4º Instr. de São Gonçalo, Rua Dr. Francisco Portela, 22-9, 2º andar, Oficial José Guilherme S. Filho, reconhecendo por escritura as firmas de JOSÉ ALVES DE MELLO FRANCO e AURÉLIO DE OLIVEIRA, em 29 de junho de 2009.

SIDILEI FRANCO MOREIRA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/07/2009
SOB Nº: ED000710000
Protocolo: 09/059871-7, DE 01/07/2009
Empresa: 23 3 0000789 1
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ
COELCE

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETÁRIO-GERAL

Página de assinaturas 2/2 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará – COELCE, datada de 29 de junho de 2009.

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: _____
Cargo: **Marcus Venicius B. da Rocha**
CPF 961.101.807-00
Diretor

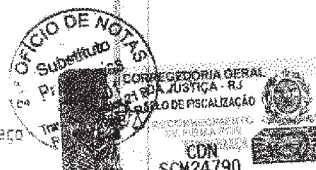
Nome: **Carlos Alberto Bacha**
CPF 606.744.587-53
Procurador

Testemunhas:

Nome: **Matheus Araújo Mota**
CPF: 114.576.447-97

Nome: **Fernando de A. Paladino**
CPF: 118.358.677-03

Cartório 89/219 Ofício de Notas, Travessa do Guavidor, 21 B
Centro - Rio de Janeiro - RJ, Lançamento: Ney Ribeiro. Reconheço
por semelhança as firmas de: CARLOS ALBERTO BACHA e MARCUS
VENICIUS BELICHELLO DA ROCHA
Cod: 020460089438
Rio de Janeiro, 29 de Junho de 2009. Conf. por:
em testemunho da verdade. Serventia 7.38
30% TJ FUNDOS 2.18
Total 9.54
Paulo Osias - Substituto



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/07/2009
SOB Nº: ED000710000
Protocolo: 09/059871-7, DE 01/07/2009
Empresa: 23 3 0000769 1
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ
COELCE
HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETÁRIO-GERAL

ANEXO I

ESCRITURA CONSOLIDADA

“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Pelo presente instrumento, de um lado,

Companhia Energética do Ceará – COELCE, sociedade por ações com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, CEP 60135-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o “CNPJ/MF”) sob o nº 07.047.251/0001-70, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (a “Companhia” ou a “Emissora”);

e, de outro lado,

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) (os “Debenturistas da Primeira Série”) e das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) (os “Debenturistas da Segunda Série” e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os “Debenturistas”) objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominada “Agente Fiduciário” e, conjuntamente com a Emissora, doravante denominadas “Partes” e cada uma, individualmente, denominada “Parte”);

vêm, por meio desta, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará - COELCE (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

A emissão das Debêntures e a Oferta (ambos os termos definidos abaixo) são realizadas, e esta Escritura é firmada, com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 8 de junho de 2009 (a “RCA”), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará (a “JUCEC”), em 10 de junho de 2009, sob o nº 20090515129 e publicada em 10 de junho de 2009 no Diário Oficial do Estado do Ceará, e em 9 de junho de 2009, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional. A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a taxa final a ser



Handwritten signature and date: 08/06/2009

utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo), apuradas por meio de Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), bem como a quantidade de Debêntures a ser alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures a ser alocada para a segunda série da Emissão, observados os limites previstos no item 4.1.7 abaixo, deverão ser aprovadas em reunião do Conselho de Administração da Companhia que será realizada antes do início da distribuição das Debêntures (a "RCA das Taxas").

CLÁUSULA II **REQUISITOS**

A segunda emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública pela Emissora (a "Emissão" ou a "Oferta") será realizada com observância dos seguintes requisitos.

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM (a "CVM") na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a "Instrução CVM 400"), da Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 (a "Instrução CVM 471") e do Convênio CVM/ANBID de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas – Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (a "ANBID"), em 20 de agosto de 2008 (o "Convênio CVM – ANBID") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Ceará e Publicação dos Atos Societários

A ata da RCA foi arquivada na JUCEC em 10 de junho de 2009, sob o nº 20090515129, e publicada em 10 de junho de 2009 no Diário Oficial do Estado do Ceará, e em 9 de junho de 2009, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional. A ata da RCA das Taxas será arquivada na JUCEC e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

2.3. Inscrição da Escritura na Junta Comercial do Estado do Ceará

Esta Escritura será inscrita na JUCEC, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Análise prévia pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Oferta será objeto de análise prévia pela ANBID, no âmbito do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de



[Handwritten signature]
2.4

Valores Mobiliários, datados de 17 de fevereiro de 2009 e de 16 de abril de 2009, respectivamente, bem como do Convênio CVM-ANBID.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a "CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND - Módulo Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP e (ii) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado pela BM&FBOVESPA S.A.- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a segunda Emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.3. Número de Séries

A Emissão será realizada em duas séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série" e, as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominadas "Debêntures".

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados integralmente para a quitação das 490 (quatrocentos e noventa) Notas Promissórias Comerciais da 7ª Emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), emitidas 4 de junho de 2009, com remuneração de CDI, capitalizada de uma sobretaxa equivalente a 1,60% a.a que foram objeto de distribuição pública e que têm vencimento em 30 de maio de 2010.



Handwritten signature and initials.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do “Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em duas Séries, da Segunda Emissão da Companhia Energética do Ceará - COELCE” (o “Contrato de Distribuição”), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. (o “Itaú BBA” ou o “Coordenador Líder”) e do Banco Santander (Brasil) S.A. (o “Santander” e, em conjunto com o Itaú BBA, os “Coordenadores”), por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º, incisos I, II e III, do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.5.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após: (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures (o “Anúncio de Início”) no âmbito da Emissão; e (c) a disponibilização aos investidores do prospecto preliminar (o “Prospecto Preliminar”) e do prospecto definitivo (o “Prospecto Definitivo” e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os “Prospectos”), nos termos da regulamentação aplicável.

3.5.3. O prazo de colocação das Debêntures será de até 3 (três) Dias Úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início (o “Prazo de Colocação”).

3.5.4. A quantidade e a remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos nos itens 4.1.7, 4.2 e 4.3 abaixo, serão definidas em procedimento organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (o “Procedimento de Bookbuilding”).

3.5.5. Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures no âmbito da Oferta, seja por meio de lote adicional (nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400), seja por meio de lote suplementar (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400).



Handwritten signature and initials.

3.6. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, considerando o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) era de R\$ 442.946.885,77 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário da Emissão é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, e a instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 (o “Banco Mandatário” e a “Instituição Depositária”, respectivamente, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item).

3.8. Objeto Social da Emissora

De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende: (a) a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, execução de serviços correlatos que lhes venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e o desenvolvimento de atividades associadas aos serviços, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; (b) a realização de estudos, planejamentos, projetos, construção e operação de sistemas de produção, transformação, transporte e armazenamento, distribuição e comércio de energia de qualquer origem ou natureza, na forma de concessão, autorização e permissão que lhes forem outorgados, com jurisdição na área territorial do Estado do Ceará, e outras áreas definidas pelo Poder Concedente; (c) o estudo, projeto e execução de planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia, em especial as renováveis, ações que desenvolverá diretamente ou em cooperação com outras instituições; (d) o estudo, a elaboração e execução, no setor de energia, de planos e programas de desenvolvimento econômico e social em regiões de interesse da comunidade e da Companhia, diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou privados, podendo, também, fornecer dados, informações e assistência técnica à iniciativa pública ou privada que revele empenho em implantar atividades econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento; e (e) a prática de demais atos que se fizerem necessários ao objeto social, bem como a participação no capital social de outras companhias no Brasil ou no exterior, cujas finalidades sejam a exploração de serviços públicos de energia elétrica, incluindo os ligados à produção, geração, transmissão e distribuição.



Handwritten signature and initials.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2009 (a "Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2011 (a "Data de Vencimento da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2014 (a "Data de Vencimento da Segunda Série"). Na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série e na respectiva Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em circulação. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) em se tratando das Debêntures da Segunda Série), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da data de pagamento imediatamente anterior da respectiva remuneração devida em razão das Debêntures.

4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) Debêntures. A Emissão será realizada em duas séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado a cada série será definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado o item 3.5.4 acima.

4.1.8. **Dia(s) Útil(is):** Para fins da presente Escritura, "Dia(s) Útil(is)" significa qualquer dia, exceção feitas aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.



Handwritten signatures and initials, including a large 'X' and the number '3'.

4.2.1. **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a “Taxa DI”), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado a 2,65% (dois inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) (a “Taxa Máxima da Primeira Série”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, desde a Data de Emissão até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série (os “Juros Remuneratórios da Primeira Série”).

4.2.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será aprovada em reunião do Conselho de Administração da Emissora.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão (observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 abaixo) ser pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), conforme aplicável). O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_t, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k , expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = taxa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.2.3. Observações:

(a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(c) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.



4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Primeira Série da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto no item 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 4.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.3. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (o “IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (o “IBGE” e a



[Handwritten signatures and initials]

“Atualização da Segunda Série”, respectivamente), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.

4.3.1.1. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade prevista no item 4.4.2 abaixo ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), conforme aplicável.

4.3.1.2. A Atualização da Segunda Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VN_a = VNe \times C$$

onde,

VN_a = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização da Segunda Série, sendo “ n ” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o “ NI_k ” corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “ k ”;

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “ dup ” um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo “ dut ” um número inteiro.



[Handwritten signature and initials]

4.3.1.3. Observações:

- (a) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;
- (b) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;
- (c) Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversários consecutivas;
- (d) O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- (e) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.1.4. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto no item 4.3.1.5 abaixo.

4.3.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.



A 3.1

4.3.1.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização da Segunda Série.

4.3.2. **Juros Remuneratórios:** as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*. Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Segunda Série observarão a taxa máxima equivalente a 3,0% (três inteiros por cento) ao ano acrescida à média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a "ANDIMA") para as Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B) com vencimentos em 2012 (a "Taxa Máxima da Segunda Série"), média aritmética essa a ser apurada no Dia Útil imediatamente anterior à realização do Procedimento de *Bookbuilding* (os "Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série"). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão e, observada a periodicidade prevista no item 4.5.2 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), conforme aplicável), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis.

4.3.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será aprovada em reunião do Conselho de Administração da Emissora.

4.3.2.2. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:



Handwritten signature and initials.

$$\text{FatorJuros} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, em forma percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.3.3. Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização": (a) para as Debêntures da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo); e (b) para as Debêntures da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo).

4.3.4. Para fins desta Escritura, define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série" o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série remanescente após cada Data de Amortização da Segunda Série (conforme definido abaixo).

4.3.5. As Partes promoverão o aditamento da presente Escritura para que dela conste a taxa final aplicável para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

4.4. Amortização

4.4.1. A amortização integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será realizada em uma única parcela, na Data de Vencimento da Primeira Série.

4.4.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente desde a Data de Emissão, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2012, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2013 e a última com vencimento em 15 de julho de 2014 (as "Datas de Amortização das Debêntures da Segunda Série"), conforme tabela a seguir:

| Datas da Amortização | Valor Nominal Unitário a ser Amortizado ^(*) |
|----------------------|--|
| 15 de julho de 2012 | R\$ 3.333,33 |
| 15 de julho de 2013 | R\$ 3.333,33 |
| 15 de julho de 2014 | R\$ 3.333,34 |



[Handwritten signature]

^(*) O Valor Nominal unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos desta Escritura.

4.5. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série

4.5.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2010 e o último pagamento em 15 de julho de 2011, que é a Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série").

4.5.2. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2010 e o último pagamento em 15 de julho de 2014, que é a Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série").

4.6. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas previstas nesta Escritura, utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados à CETIP ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

4.7. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.6 acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.8. Encargos Moratórios

Caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, excluindo-se a hipótese de a variação acumulada do IPCA resultar em um valor negativo. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde



o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.9. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.8 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1. As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.2. desta Escritura.

4.10.2. As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.3 desta Escritura.

4.10.2.1. Caso, até a data de subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série não haja divulgação do IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANDIMA ou, na falta dessa projeção da ANDIMA, o último IPCA oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas se e quando o IPCA que seria aplicável for divulgado.

4.11. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição (a “Data da Integralização”) e em moeda corrente nacional, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

4.12. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.13. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, e publicados no Diário Oficial do Estado do Ceará, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet



(<http://www.coelce.com.br>), exceção feita à publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, ao Anúncio de Início e ao anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que serão publicados apenas no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

4.14. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.15. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.16. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

4.17. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCEC.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração, a seu exclusivo critério: (a) a partir do 12º (décimo segundo) mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Primeira Série ("Período de Resgate Antecipado da Primeira Série"); e (b) a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (exclusive) após a Data de Emissão,



Handwritten signatures and initials.

para as Debêntures da Segunda Série (“Período de Resgate Antecipado da Segunda Série” e, em conjunto com o Período de Resgate Antecipado da Primeira Série, os “Períodos de Resgate Antecipado”), realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso (o “Resgate Antecipado Facultativo”).

6.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observado os respectivos Períodos de Resgate Antecipado, mediante publicação de comunicação a ser amplamente divulgada nos termos do item 4.13 desta Escritura (a “Comunicação de Resgate”) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementado pela Emissora (a “Data de Resgate Antecipado”). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado respectiva; (b) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial; (c) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures será devidamente atualizado até a Data de Resgate Antecipado (conforme aplicável), observado o disposto no item 4.3 acima, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado (o “Valor de Resgate”) e (ii) de prêmio de resgate a ser calculado de acordo com os subitens 6.1.3 e 6.1.4 abaixo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

6.1.3. O(s) prêmio(s) de resgate a que farão jus os Debenturistas da Primeira Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série será(ão) calculado(s) de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * 0,0075 * \text{Valor de Resgate}$$

onde:

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Primeira Série; e

D = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período de Resgate Antecipado da Primeira Série e a Data de Vencimento da Primeira Série.

6.1.4. O(s) prêmio(s) de resgate a que farão jus os Debenturistas da Segunda Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série será(ão) calculado(s) de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * 0,015 * \text{Valor de Resgate}$$



onde:

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Segunda Série; e

D = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período de Resgate Antecipado da Segunda Série e a Data de Vencimento da Segunda Série.

6.1.5. No caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o Resgate Antecipado Facultativo seja referente às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série) para fins de deliberar os critérios do sorteio, observado, para tanto, o disposto no item 6.1.5.1 e na Cláusula X abaixo.

6.1.5.1. No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado acima, tal Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado para as Debêntures da Primeira Série e/ou para as Debêntures da Segunda Série (conforme o caso) registradas no SND, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série (conforme o caso) a serem resgatadas por Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso), serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.1.6. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula VI, serão obrigatoriamente canceladas.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 6.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.



Handwritten signature and initials.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e, sujeito ao disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme o caso), calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):

(a) Descumprimento, pela Emissora, da obrigação de pagamento: (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente atualizado (conforme aplicável); (ii) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série; e/ou (iii) de quaisquer encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente atualizado (conforme aplicável), e/ou dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, contado da data do respectivo vencimento;

(b) Caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;

(c) Descumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;

(d) Término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Emissora (conforme aplicável);

(e) Decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;



[Handwritten signature and initials]

(f) Protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;

(g) Alteração do controle acionário indireto da Emissora, exceto nos casos em que: (i) o novo controlador indireto não tenha *rating* corporativo atribuído pela Fitch Ratings (a "Fitch"), Moody's Investors Service (a "Moody's") ou Standard & Poor's Rating Services (a "S&P") inferior em mais de 1 (um) nível (*notch*) em relação ao *rating* global da Enersis S.A. (a "Enersis"); e (ii) a alteração do controle acionário indireto não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em mais de 1 (um) nível (*notch*). Para fins deste subitem (g), haverá alteração do controle acionário indireto da Emissora se a Enersis deixar de ser a controladora indireta da Emissora;

(h) Sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, incorporação da Emissora por outra sociedade, cisão ou fusão da Emissora, exceto nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em mais de 1 (um) nível (*notch*);

(i) Inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer (quaisquer) acordo(s) do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, exceto se: (i) sanado no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; ou (ii) a Emissora obtiver as medidas legais e/ou judiciais cabíveis para o não pagamento no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento;

(j) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados: (i) da data do referido descumprimento, caso a Emissora receba comunicação escrita neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis após a data do descumprimento, data de descumprimento esta a ser informada à Emissora pelo Agente Fiduciário por meio de referida comunicação escrita; ou (ii) da data em que a Emissora receber comunicação escrita do Agente Fiduciário conforme prevista na alínea (i) deste subitem (j), caso a Emissora não receba, em até 3 (três) Dias Úteis após o respectivo descumprimento, comunicação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo certo que, caso um período de cura específico e distinto dos 15 (quinze) Dias Úteis previstos acima tenha sido estipulado com relação a qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, tal período de cura específico prevalecerá, observadas as disposições constantes deste subitem (j) para fins de contagem desse período de cura específico;

(k) Nacionalização, desapropriação ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Emissora essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Emissora de honrar tempestivamente as obrigações



Handwritten signature and initials.

pecuniárias relativas às Debêntures;

(l) Redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e

(m) Não atendimento, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir (os “Índices Financeiros”), a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Emissora à CVM, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao terceiro trimestre de 2009:

I. Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; e

II. EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,75.

Para os efeitos do disposto no subitem (m) acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

“**Dívida Financeira Líquida**” significa a soma de (i) empréstimos e financiamentos, inclusive com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e agências multilaterais; (ii) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da Emissora (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (iii) saldo líquido de operações de derivativos (*i.e.*, passivos menos ativos de operações com derivativos); (iv) dívidas oriundas de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures e/ou notas promissórias comerciais da Emissora; e (v) dívidas com pessoas ligadas listadas no passivo da Emissora, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Emissora, excluindo-se os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emissora; menos o resultado da soma (i) do numerário disponível em caixa da Emissora; (ii) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras da Emissora; e (iii) dos saldos de aplicações financeiras da Emissora.

“**EBITDA**” significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo aos últimos 12 (doze) meses, antes da contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação e amortização.

“**Despesa Financeira Líquida**” significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, em bases consolidadas.



Handwritten signatures and initials.

7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) do item 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos no item 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido no item 7.3.1 abaixo. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma do item 10.1 abaixo.

7.3.1. Se, nas Assembleias Gerais referidas no item 7.2 acima: (a) Debenturistas da Primeira Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou; (b) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

7.3.2. Adicionalmente ao disposto nos itens 7.3 e 7.3.1 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, aplicando-se o disposto no item 7.4 abaixo.

7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série (conforme aplicável), com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (se for o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida no item 7.2 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8 desta Escritura.



Handwritten signatures and initials, including a large 'A' and several smaller marks.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (www.coelce.com.br/ri.htm):

(a) Dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de seu exercício social de cada ano ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou aos membros de sua administração e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora, bem como relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos Índices Financeiros;

(b) Dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como relatório detalhado contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos Índices Financeiros;

(c) Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, ou de norma que venha a revogá-la ou substituí-la no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos ou, se não houver prazo determinado nesse normativo, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que forem realizados;

8.1.2. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) Os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias após as respectivas publicações;

(b) Em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, quaisquer informações relevantes com relação às Debêntures ou quaisquer informações necessárias no âmbito da prestação de serviços pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas, por escrito, pelo Agente Fiduciário;



Handwritten signature and initials.

(c) Cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;

(d) Dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias após a realização anual, pela Emissora, de cada assembleia geral ordinária previstas no artigo 132 da lei das Sociedades por Ações, declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura; e

(e) Informações sobre qualquer fato relevante que seja do conhecimento da Emissora e que possa vir a afetar o seu desempenho financeiro e operacional, imediatamente após a ocorrência de tal fato.

8.1.3. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis.

8.1.4. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora.

8.1.5. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleias Gerais para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.6. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas.

8.1.7. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

8.1.8. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

8.1.9. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

8.1.10. Observado o disposto no item 8.1.25 abaixo, notificar imediatamente o Agente Fiduciário em caso de mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora.

8.1.11. Manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar



Handwritten signature and initials.

tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures.

8.1.12. Aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão estritamente conforme descrito no item 3.4 acima.

8.1.13. Cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures ou qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures.

8.1.14. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, cujo não pagamento resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para a sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures ou qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures.

8.1.15. Adotar todas as medidas necessárias para:

(a) Preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;

(b) Manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal;

(c) Pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial; e

(d) Estender as medidas elencadas nos subitens (a) a (c) deste subitem 8.1.15 para as sociedades sob seu controle, conforme aplicável.

8.1.16. Contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (a) agência de *rating* que divulgue relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures; (b) Banco Mandatário e Instituição Depositária; (c) Agente Fiduciário; e (d) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, SND e BOVESPAFIX).

8.1.17. Comunicar à CVM e ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, inclusive com relação a suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os titulares das Debêntures, imediatamente após o referido descumprimento



[Handwritten signature and initials]

8.1.18. A Emissora não poderá realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvado pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das Debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta, cessando esta proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta, nos termos desta Escritura, cessando esta proibição tão logo a Emissora tenha realizado o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos Debenturistas em virtude das Debêntures objeto da Oferta, inclusive encargos, se devidos.

8.1.19. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.

8.1.20. Encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido no subitem 8.1.16 (a) acima.

8.1.21. Informar ao Agente Fiduciário o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures, em até 5 (cinco) dias após o respectivo pagamento, para que o Agente Fiduciário possa cumprir com suas obrigações, inclusive aquela constante do item 9.4 (m) (v) abaixo.

8.1.22. Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.

8.1.23. Não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou da totalidade dos titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

8.1.24. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza ou escopo de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, exceto quando e se exigido pela legislação ou regulamentação em vigor aplicável à Emissora.

8.1.25. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um efeito adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional.

8.1.26. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social.



Handwritten signatures and initials, including a large 'X' mark and the letters 'JA' and 'Z'.

8.1.27. Apresentar, por meio desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Oferta, declarações e informações verdadeiras, completas e corretas, comprometendo-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificado, o qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) Parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), durante o prazo de vigência das Debêntures, sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de registro da Oferta na CVM e as demais no mesmo dia dos anos subseqüentes;

(b) O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

(c) A remuneração prevista no subitem (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

(d) As parcelas referentes ao subitem (a) acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (o "IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida na alínea "a" acima, até as datas de pagamento de cada parcela subseqüente, calculada *pro rata die* se necessário;



Handwritten signature and initials.

(e) A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;

(f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;

(g) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: (i) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros impostos, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e

(h) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em Assembleias Gerais ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.



Handwritten signatures and initials.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCEC.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de



Handwritten signatures and initials, including a large 'X' mark and the letters 'B', 'E', and 'N'.

Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

(i) Solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(j) Convocar, quando necessário, Assembleias Gerais mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, às expensas da Emissora, respeitadas as disposições desta Escritura e as demais regras aplicáveis constantes da Lei das Sociedades por Ações;

(k) Enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à(s) Assembleia(s) Geral(is);

(l) Comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da(s) Assembleia(s) Geral(is), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da(s) referida(s) Assembleia(s);

(m) Elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;

(ii) Alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) Comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(iv) Posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) Amortização, aquisição facultativa, Resgate Antecipado Facultativo e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(vi) Acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

(vii) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos Índices Financeiros e quanto à ocorrência dos eventos previstos nos subitens (b), (d), (g), (h), (k) e (l) do item 7.1 acima;



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top and several initials below it.

- (viii) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (ix) Relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures.
- (n) Colocar à disposição o relatório de que trata o subitem (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) Sede da Emissora;
 - (ii) Seu escritório;
 - (iii) CVM;
 - (iv) SND;
 - (v) BM&FBOVESPA; e
 - (vi) Sede do Coordenador Líder.
- (o) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.13 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (n) acima;
- (p) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA;
- (q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, ao SND e à BM&FBOVESPA;
- (s) Enviar à ANBID os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela agência de classificação de risco contratada pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do relatório encaminhado pela Emissora, ficando estabelecido que a Emissora deverá fornecer à agência de classificação de risco respectiva, em tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações financeiras e outras que lhes venham a ser por esta solicitadas, para fins de elaboração dos relatórios de classificação de risco das Debêntures;



Handwritten signature and initials.

(t) Observado o disposto nos itens 8.1.26 e 8.1.27 desta Escritura, examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe convocar Assembleias Gerais para deliberar acerca de matéria;

(u) Convocar, quando necessário, Assembleias Gerais;

(v) Administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações; e

(x) coordenar o sorteio das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, conforme previsto no item 6.1 acima.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

(a) Declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;

(b) Requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;

(c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(d) Representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (c) acima se, convocada a Assembleia Geral, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (d) acima.

9.6. Despesas

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere este item 9.6 será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.



9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) Dias Úteis.

9.6.4. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre estados da República Federativa do Brasil e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo as Debêntures na ordem de pagamento.

9.7. Declarações do Agente Fiduciário

9.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) Não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) Aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) Não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



- (e) Estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) Estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) Não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- (h) Estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) Que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) Que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) Que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) Que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.6 da presente Escritura.

CLÁUSULA X **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

As assembleias gerais de Debenturistas (as "Assembleias Gerais" ou, individualmente, a "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.



Handwritten signature and initials.

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

10.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos. Da mesma forma, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou no mínimo a metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures da Primeira Série em Circulação" ou "Debêntures da Segunda Série em Circulação" (conjuntamente, as "Debêntures em Circulação") todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente,



subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no item 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

10.4.2. Não estão incluídos nos *quora* mencionados no item 10.4.1 acima: (a) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas de ambas as séries da presente Emissão; (b) as alterações relativas (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 desta Escritura; (ii) às condições de Resgate Antecipado Facultativo, conforme previsto na Cláusula VI desta Escritura; (iii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; e/ou (iv) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (b) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso), seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série; e (c) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII desta Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



Handwritten signatures and initials, including a large stylized signature and the letters 'S' and 'L'.

10.5 Alterações nesta Cláusula X

As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.5 e 10.7 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos no item 10.4 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

10.6. Matérias de Interesse Específico

Na hipótese de instalação de Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

10.7. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.7.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.

10.7.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.7.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) É uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) Está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

(c) Esta Escritura e as declarações por ela prestadas nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, constituem obrigação legal, válida e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(d) A celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

(e) Nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pela autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, bem como pelo registro da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SND e à BM&FBOVESPA;

(f) A celebração da presente Escritura e o cumprimento das obrigações decorrentes da Emissão não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(g) As demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(h) Exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo, em especial os processos judiciais: (i) mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao público em geral; (ii) relativo à legalidade da privatização da Emissora no âmbito da Ação Popular n.º 2000.0112.6248-0, em curso perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza (ou quaisquer processos relacionados à referida Ação Popular); (iii) relativo à terceirização de serviços contratados pela Emissora no âmbito da Ação Civil Pública n.º 02582-2001-001-07, em curso perante o Tribunal Superior do Trabalho (ou quaisquer processos relacionados à referida Ação Civil Pública); e (iv) relativos aos reajustes e revisões tarifárias da Emissora no âmbito da Ação Civil Pública n.º 2005.81.00.006496-2 e da Ação Popular n.º 2007.81.00.006310-3 (ou quaisquer processos relacionados à referida Ação Civil Pública ou à referida Ação Popular), não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações;

(i) Tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e



licenças (inclusive ambientais) cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;

(j) A Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;

(k) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(l) O Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua disponibilização, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

(m) As opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

(n) Não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;

(o) Nenhuma das declarações constantes desta Cláusula XI é falsa, incorreta ou enganosa, na data em que foi dada; e

(p) Não há, nesta data, debêntures de outras emissões da Emissora cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



Handwritten signatures and initials, including a large stylized signature and the letters 'A', 'S', and 'M'.

Para a Emissora:

Companhia Energética do Ceará - COELCE
Praça Leoni Ramos, nº 1 – 7º andar Bloco 1
CEP 24210-205 – Niterói – RJ
At.: Luiz Carlos Bettencourt - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Telefone: (21) 2613 7031
Fac-símile: (21) 2613 7122
E-mail: lbettencourt@endesabr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda.
Rua Sete de Setembro, nº 99 – 24º andar
CEP 20050-005 – Rio de Janeiro – RJ
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Telefone: (21) 2507-1949
Fac-símile: (21) 2507-1773
E-mail: bacha@pavarini.com.br / rinaldo@pavarini.com.br

Para o Banco Mandatário:

Banco Itaú S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100
CEP 04344-902 – São Paulo – SP

Para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar
CEP 04310-030 – São Paulo – SP

Para a CETIP:

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
CEP 01009-000 - São Paulo, SP

Para a BM&FBOVESPA:

Rua XV de Novembro, nº 275.
CEP 01013-001 - São Paulo - SP

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.



[Handwritten signature and initials]

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Irrevogabilidade; Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.6. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.7. Despesas

A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND, na BM&FBOVESPA e na ANBID; (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCEC; (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; e (d) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Instituição Depositária.



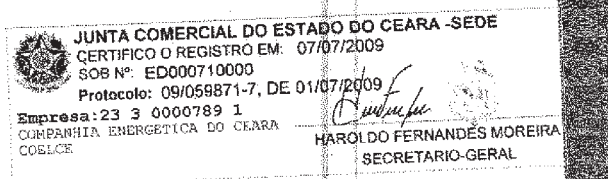
Handwritten signatures and initials, including a large 'B' and several cursive signatures.

12.8. Substituição de Prestadores de Serviços

É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de risco. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de risco, bem como a indicação de seu(s) substituto(s) deverá ser aprovada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cujo quorum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral.

12.9. Foro

Fica eleito o foro Central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”



Handwritten signature and initials.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE
ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,
EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE**

entre

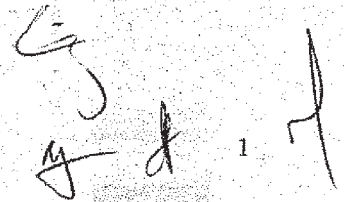
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE
como Emissora

e

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**
representando a comunhão dos titulares das debêntures

Datado de

22 de julho de 2009



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

O presente instrumento é firmado entre:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE, sociedade por ações com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, CEP 60135-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o "CNPJ/MF") sob o nº 07.047.251/0001-70, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (a "Companhia" ou a "Emissora"); e

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures distribuídas no âmbito da primeira série (os "Debenturistas da Primeira Série") e das debêntures distribuídas no âmbito da segunda série (os "Debenturistas da Segunda Série" e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os "Debenturistas") objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Contrato Social (o "Agente Fiduciário" e, conjuntamente com a Emissora, as "Partes", sendo cada uma, individualmente, denominada "Parte").

CONSIDERANDO QUE:

(i) as Partes celebraram, em 8 de junho de 2009, o "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará - COELCE", conforme aditado em 29 de junho de 2009, (a "Escritura"), o qual rege os termos e condições da distribuição pública de 24.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da segunda emissão da Companhia (a "Oferta" ou a "Emissão" e as "Debêntures", respectivamente);

(ii) conforme previsto na Escritura, foi realizado o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) em 21 de julho de 2009, em que foi definida a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série, bem como a taxa de remuneração das Debêntures, o que foi ratificado por meio de reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 22 de julho de 2009; e

(iii) as Partes, em conjunto, decidiram alterar a Escritura para refletir a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série, bem como a taxa final de remuneração das Debêntures, nos termos aqui dispostos;

RESOLVEM as Partes, aditar e consolidar a Escritura, por meio do presente Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará - COELCE (o "Segundo Aditamento"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Handwritten signature and initials, including the number 2.

1. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas que não sejam expressamente definidos no presente Segundo Aditamento terão os significados a eles atribuídos na Escritura.

2. Alterar a Cláusula I da Escritura que passa vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula I

Autorização

A emissão das Debêntures e a Oferta (ambos os termos definidos abaixo) são realizadas, e esta Escritura é firmada, com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 8 de junho de 2009 (a "RCA"), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Ceará (a "JUCEC"), em 10 de junho de 2009, sob o nº 20090515129 e publicada em 10 de junho de 2009 no Diário Oficial do Estado do Ceará, e em 9 de junho de 2009, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional. A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo), apuradas por meio de Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo) realizado em 21 de julho de 2009, bem como a quantidade de Debêntures a ser alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures a ser alocada para a segunda série da Emissão, foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de julho de 2009 (a "RCA das Taxas"), que será arquivada na JUCEC e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional."

3. Alterar o item 3.3 da Escritura que passa vigorar com a seguinte redação:

"3.3 Número de Séries

A Emissão será realizada em duas séries. A primeira série será composta por 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures (as "Debêntures da Primeira Série") e a segunda série será composta por 15.450 (quinze mil quatrocentos e cinquenta) debêntures (as "Debêntures da Segunda Série", e conjuntamente com as Debêntures da Primeira Série, as "Debêntures")."

4. Alterar o item 3.5.4 da Escritura que passa vigorar com a seguinte redação:

"3.5.4. A quantidade e a remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos nos itens 4.1.7, 4.2 e 4.3 abaixo, foram definidas em procedimento organizado pelos Coordenadores por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (o "Procedimento de Bookbuilding")."

[Handwritten signature] 3

5. Alterar o item 4.1.7 da Escritura que passa vigorar com a seguinte redação:

*"4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) Debêntures. A Emissão será realizada em duas séries, tendo sido alocadas para a primeira série 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures e, para a segunda série, 15.450 (quinze mil quatrocentos e cinquenta) debêntures, conforme apurado em Procedimento de Bookbuilding, realizado em 21 de julho de 2009, observado o item 3.5.4 acima."*

6. Alterar o item 4.2.2 da Escritura que passa vigorar com a seguinte redação:

*"4.2.2. **Juros Remuneratórios:** sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a "Taxa DI"), capitalizada de um spread ou sobretaxa de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding (a "Taxa da Primeira Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, desde a Data de Emissão até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série (os "Juros Remuneratórios da Primeira Série")."*

7. Alterar o item 4.2.2.1 da Escritura que passa vigorar com a seguinte redação:

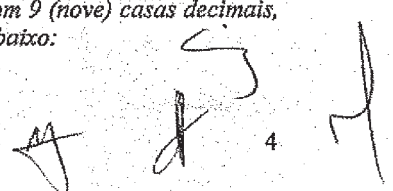
"4.2.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Emissora datada de 22 de julho de 2009."

8. Alterar o item 4.2.2.2 da Escritura que passa vigorar com a seguinte redação:

"4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis e deverão (observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 abaixo) ser pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), conforme aplicável). O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

(...)

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:



$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

$\text{spread} = 0,0095$; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."

9. Alterar o item 4.3.2 da Escritura que passa vigorar com a seguinte redação:

"4.3.2. **Juros Remuneratórios:** as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a uma taxa de 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding (os "Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série"). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão e, observada a periodicidade prevista no item 4.5.2 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), conforme aplicável, calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis."

10. Alterar o item 4.3.2.1 da Escritura que passa vigorar com a seguinte redação:

"4.3.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Emissora datada de 22 de julho de 2009."

11. Alterar o item 4.3.2.2 da Escritura que passa vigorar com a seguinte redação:

"4.3.2.2. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

(...)

$$\text{FatorJuros} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

$\text{spread} = 0,0750$; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

12. Excluir o item 4.3.5 da Escritura tendo em vista a realização do Procedimento de *Bookbuilding* em 21 de julho de 2009 e a respectiva definição da taxa final aplicável para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, refletidas neste Segundo Aditamento.

13. Todos os demais termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Segundo Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito. Dessa forma, a Escritura consolidada passa a vigorar conforme disposto no Anexo I.

14. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que todas as declarações e garantias previstas no item 11.1 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Segundo Aditamento.

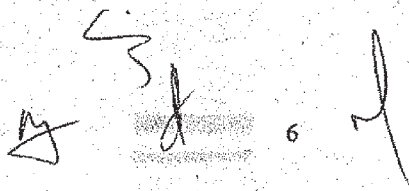
15. O Agente Fiduciário declara à Emissora que todas as declarações previstas no item 9.7 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Segundo Aditamento.

16. Fica eleito o foro Central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do Segundo Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2009.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



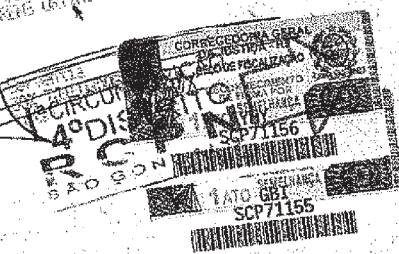
Página de assinaturas 1/2 do Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará – COELCE, datado de 22 de julho de 2009.


COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Nome: 
Cargo: **Luiz Carlos L. O. Bettencourt**
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

Nome: 
Cargo: **Marcelo Schmidt**
Procurador

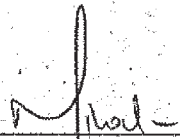
1ª Circunscrição do 4º Of. de São Gonçalo, São Br. Francisco
Porto 2077, 24 de Junho. Oficial José Guilherme S. Filho, Registro
de Matrícula as firmas dos DOUTORES LUÍS CARLOS BETTENCOURT
e MARCELO SCHMIDT
Data: 22 de Julho de 2009.
Em testemunha
do Oficial José Guilherme S. Filho







Página de assinaturas 2/2 do Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie Quotografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará - COELCE, datado de 22 de julho de 2009.

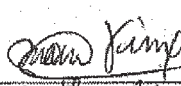
**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.**


Nome: **Marcus Venícios B. da Rocha**
Cargo: **CPF 061.191.807-00**
Diretor

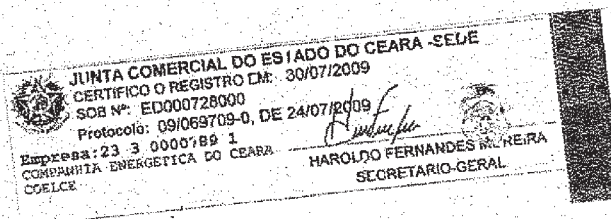
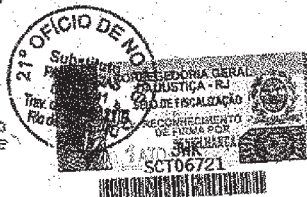

Nome: **RINALDO RABELLO FERREIRA**
Cargo: **PROCURADOR**
CIC-509.941.827-91

Testemunhas:


Nome: **ROSILEIA MAYER FLORENTINO**
CPF: **702.216.267-00**


Nome: **Matheus Magalhães Matos**
CPF: **114.576.447-97**

Cartório do 21º Ofício de Notas, Travessa da Unidade, 21 B
Centro - Rio de Janeiro - RJ, Iatebela, Rex Ribeiro, Reconheço
por autenticação as firmas de: MARCUS VENÍCIOS BELLINELLO DA ROCHA e
RINALDO RABELLO FERREIRA
Cod: 020957-84823
Rio de Janeiro, 22 de Julho de 2009. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 7,36
30% TJFUNDOS : 2,18
Total : 9,54
Paulo Osias - Substituto



ANEXO I

ESCRITURA CONSOLIDADA

"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Pelo presente instrumento, de um lado,

Companhia Energética do Ceará – COELCE, sociedade por ações com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua. Padre Valdevino, nº 150, Centro, CEP 60135-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o "**CNPJ/MF**") sob o nº 07.047.251/0001-70, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (a "**Companhia**" ou a "**Emissora**");

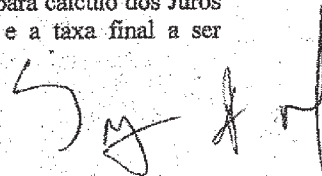
e, de outro lado,

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) (os "**Debenturistas da Primeira Série**") e das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) (os "**Debenturistas da Segunda Série**") e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os "**Debenturistas**") objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominada "**Agente Fiduciário**") e, conjuntamente com a Emissora, doravante denominadas "**Partes**" e cada uma, individualmente, denominada "**Parte**");

vêm, por meio desta, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia Energética do Ceará - COELCE (a "**Escritura**"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

A emissão das Debêntures e a Oferta (ambos os termos definidos abaixo) são realizadas, e esta Escritura é firmada, com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 8 de junho de 2009 (a "**RCA**"), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Ceará (a "**JUCEC**"), em 10 de junho de 2009, sob o nº 20090515129 e publicada em 10 de junho de 2009 no Diário Oficial do Estado do Ceará, e em 9 de junho de 2009, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional. A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a taxa final a ser



utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo), apuradas por meio de Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) realizado em 21 de julho de 2009, bem como a quantidade de Debêntures a ser alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures a ser alocada para a segunda série da Emissão, foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de julho de 2009 (a "RCA das Taxas"), que será arquivada na JUCEC e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

CLÁUSULA II

REQUISITOS

A segunda emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública pela Emissora (a "Emissão" ou a "Oferta") será realizada com observância dos seguintes requisitos.

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM (a "CVM") na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a "Instrução CVM 400"), da Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 (a "Instrução CVM 471") e do Convênio CVM/ANBID de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas – Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (a "ANBID"), em 20 de agosto de 2008 (o "Convênio CVM – ANBID") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Ceará e Publicação dos Atos Societários

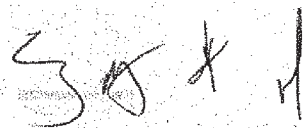
A ata da RCA foi arquivada na JUCEC em 10 de junho de 2009, sob o nº 20090515129, e publicada em 10 de junho de 2009 no Diário Oficial do Estado do Ceará, e em 9 de junho de 2009, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional. A ata da RCA das Taxas será arquivada na JUCEC e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

2.3. Inscrição da Escritura na Junta Comercial do Estado do Ceará

Esta Escritura será inscrita na JUCEC, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Análise prévia pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Oferta será objeto de análise prévia pela ANBID, no âmbito do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de



Valores Mobiliários, datados de 17 de fevereiro de 2009 e de 16 de abril de 2009, respectivamente, bem como do Convênio CVM-ANBID.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a "CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND - Módulo Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP e (ii) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

- A presente Escritura contempla a segunda Emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.3. Número de Séries

A Emissão será realizada em duas séries, sendo as 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", e as 15.450 (quinze mil, quatrocentas e cinquenta) debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série" e, as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominadas "Debêntures".

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados integralmente para a quitação das 490 (quatrocentos e noventa) Notas Promissórias Comerciais da 7ª Emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), emitidas 4 de junho de 2009, com remuneração de CDI, capitalizada de uma sobretaxa equivalente a 1,60% a.a que foram objeto de distribuição pública e que têm vencimento em 30 de maio de 2010.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em duas Séries, da Segunda Emissão da Companhia Energética do Ceará - COELCE" (o "Contrato de Distribuição"), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. (o "Itaú BBA" ou o "Coordenador Líder") e do Banco Santander (Brasil) S.A. (o "Santander" e, em conjunto com o Itaú BBA, os "Coordenadores"), por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º, incisos I, II e III, do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.5.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após: (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures (o "Anúncio de Início") no âmbito da Emissão; e (c) a disponibilização aos investidores do prospecto preliminar (o "Prospecto Preliminar") e do prospecto definitivo (o "Prospecto Definitivo") e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos", nos termos da regulamentação aplicável.

3.5.3. O prazo de colocação das Debêntures será de até 3 (três) Dias Úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início (o "Prazo de Colocação").

3.5.4. A quantidade e a remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos nos itens 4.1.7, 4.2 e 4.3 abaixo, foram definidas em procedimento organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (o "Procedimento de Bookbuilding").

3.5.5. Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures no âmbito da Oferta, seja por meio de lote adicional (nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400), seja por meio de lote suplementar (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400).

Handwritten signatures and initials.

3.6. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, considerando o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) era de R\$ 442.946.885,77 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário da Emissão é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itáisa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, e a instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 (o "Banco Mandatário" e a "Instituição Depositária", respectivamente, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item).

3.8. Objeto Social da Emissora

e De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende: (a) a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, execução de serviços correlatos que lhes venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e o desenvolvimento de atividades associadas aos serviços, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; (b) a realização de estudos, planejamentos, projetos, construção e operação de sistemas de produção, transformação, transporte e armazenamento, distribuição e comércio de energia de qualquer origem ou natureza, na forma de concessão, autorização e permissão que lhes forem outorgados, com jurisdição na área territorial do Estado do Ceará, e outras áreas definidas pelo Poder Concedente; (c) o estudo, projeto e execução de planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia, em especial as renováveis, ações que desenvolverá diretamente ou em cooperação com outras instituições; (d) o estudo, a elaboração e execução, no setor de energia, de planos e programas de desenvolvimento econômico e social em regiões de interesse da comunidade e da Companhia, diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou privados, podendo, também, fornecer dados, informações e assistência técnica à iniciativa pública ou privada que revele empenho em implantar atividades econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento; e (e) a prática de demais atos que se fizerem necessários ao objeto social, bem como a participação no capital social de outras companhias no Brasil ou no exterior, cujas finalidades sejam a exploração de serviços públicos de energia elétrica, incluindo os ligados à produção, geração, transmissão e distribuição.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2009 (a "Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografia.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2011 (a "Data de Vencimento da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2014 (a "Data de Vencimento da Segunda Série"). Na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série e na respectiva Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em circulação. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) em se tratando das Debêntures da Segunda Série), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da data de pagamento imediatamente anterior da respectiva remuneração devida em razão das Debêntures.

4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) Debêntures. A Emissão será realizada em duas séries, tendo sido alocadas para a primeira série 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures e, para a segunda série, 15.450 (quinze mil quatrocentos e cinquenta) debêntures, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, realizado em 21 de julho de 2009, observado o item 3.5.4 acima.

4.1.8. **Dia(s) Útil(eis):** Para fins da presente Escritura, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feitas aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a “Taxa DI”), capitalizada de um spread ou sobretaxa de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* (a “Taxa da Primeira Série”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, desde a Data de Emissão até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série (os “Juros Remuneratórios da Primeira Série”).

4.2.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Emissora datada de 22 de julho de 2009.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão (observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 abaixo) ser pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), conforme aplicável). O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k , expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 0,0095; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.2.3. Observações:

(a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(c) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Handwritten signature

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Primeira Série da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto no item 4.2.2.6 abaixo.

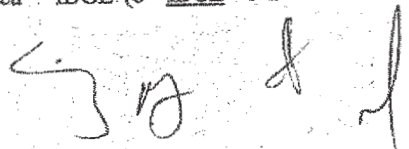
4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 4.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.3. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (o “IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (o “IBGE”) e a



“Atualização da Segunda Série”, respectivamente), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.

4.3.1.1. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade prevista no item 4.4.2 abaixo ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), conforme aplicável.

4.3.1.2. A Atualização da Segunda Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização da Segunda Série, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o “NI_k” corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “dup” um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo “dut” um número inteiro.

[Handwritten signatures and initials]

4.3.1.3. Observações:

- (a) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se ~~idêntico~~ número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;
- (b) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;
- (c) Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversários consecutivas;
- (d) O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- (e) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.1.4. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto no item 4.3.1.5 abaixo.

4.3.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.3.1.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização da Segunda Série.

4.3.2. **Juros Remuneratórios:** as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a uma taxa de 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* (os "Juros Remuneratórios da Segunda Série") e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série"). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão e, observada a periodicidade prevista no item 4.5.2 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), conforme aplicável, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis.

4.3.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Emissora datada de 22 de julho de 2009.

4.3.2.2. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 0,0750; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior (conforme o caso), e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.3.3. Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização": (a) para as Debêntures da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo); e (b) para as Debêntures da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo).

4.3.4. Para fins desta Escritura, define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série" o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série remanescente após cada Data de Amortização da Segunda Série (conforme definido abaixo).

4.4. Amortização

4.4.1. A amortização integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será realizada em uma única parcela, na Data de Vencimento da Primeira Série.

4.4.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente desde a Data de Emissão, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2012, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2013 e a última com vencimento em 15 de julho de 2014 (as "Datas de Amortização das Debêntures da Segunda Série"), conforme tabela a seguir:

| Datas de Amortização | Valor Nominal Unitário a ser Amortizado ^(*) |
|----------------------|--|
| 15 de julho de 2012 | R\$ 3.333,33 |
| 15 de julho de 2013 | R\$ 3.333,33 |
| 15 de julho de 2014 | R\$ 3.333,34 |

(*) O Valor Nominal unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos desta Escritura.

4.5. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série

4.5.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2010 e o último pagamento em 15 de julho de 2011, que é a Data de Vencimento da Primeira Série (cada

uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série").

4.5.2. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2010 e o último pagamento em 15 de julho de 2014, que é a Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série").

4.6. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas previstas nesta Escritura, utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados à CETIP ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

4.7. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.6 acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.8. Encargos Moratórios

Caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, excluindo-se a hipótese de a variação acumulada do IPCA resultar em um valor negativo. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.9. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.8 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou

encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1. As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.2. desta Escritura.

4.10.2. As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.3 desta Escritura.

4.10.2.1. Caso, até a data de subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série não haja divulgação do IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANDIMA ou, na falta dessa projeção da ANDIMA, o último IPCA oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas se e quando o IPCA que seria aplicável for divulgado.

4.11. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição (a "Data da Integralização") e em moeda corrente nacional, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

4.12. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.13. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, e publicados no Diário Oficial do Estado do Ceará, no Diário do Nordeste (CE) e no jornal Valor Econômico – Edição Nacional, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (<http://www.coelce.com.br>), exceção feita à publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, ao Anúncio de Início e ao anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que serão publicados apenas no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

4.14. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição

Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.15. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.16. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

4.17. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCEC.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração, a seu exclusivo critério: (a) a partir do 12º (décimo segundo) mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Primeira Série ("Período de Resgate Antecipado da Primeira Série"); e (b) a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Segunda Série ("Período de Resgate Antecipado da Segunda Série" e, em conjunto com o Período de Resgate Antecipado da Primeira Série, os "Períodos de Resgate Antecipado"), realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso (o "Resgate Antecipado Facultativo").

6.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observado os respectivos Períodos de Resgate Antecipado, mediante publicação de comunicação a ser amplamente divulgada nos termos do item 4.13 desta Escritura (a "Comunicação").

de Resgate”) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementado pela Emissora (a “Data de Resgate Antecipado”). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado respectiva; (b) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial; (c) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures será devidamente atualizado até a Data de Resgate Antecipado (conforme aplicável), observado o disposto no item 4.3 acima, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado (o “Valor de Resgate”) e (ii) de prêmio de resgate a ser calculado de acordo com os subitens 6.1.3 e 6.1.4 abaixo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

6.1.3. O(s) prêmio(s) de resgate a que farão jus os Debenturistas da Primeira Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série será(ão) calculado(s) de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * 0,0075 * \text{Valor de Resgate}$$

onde:

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Primeira Série; e

D = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período de Resgate Antecipado da Primeira Série e a Data de Vencimento da Primeira Série.

6.1.4. O(s) prêmio(s) de resgate a que farão jus os Debenturistas da Segunda Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série será(ão) calculado(s) de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * 0,015 * \text{Valor de Resgate}$$

onde:

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Segunda Série; e

D = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período de Resgate Antecipado da Segunda Série e a Data de Vencimento da Segunda Série.

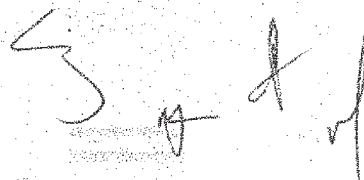
6.1.5. No caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o Resgate Antecipado Facultativo seja referente às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série) para fins de deliberar os critérios do sorteio, observado, para tanto, o disposto no item 6.1.5.1 e na Cláusula X abaixo.

6.1.5.1. No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado acima, tal Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado para as Debêntures da Primeira Série e/ou para as Debêntures da Segunda Série (conforme o caso) registradas no SND, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série (conforme o caso) a serem resgatadas por Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso), serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.1.6. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula VI, serão obrigatoriamente canceladas.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 6.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.



CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e, sujeito ao disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme o caso), calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

(a) Descumprimento, pela Emissora, da obrigação de pagamento: (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente atualizado (conforme aplicável); (ii) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série; e/ou (iii) de quaisquer encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente atualizado (conforme aplicável), e/ou dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, contado da data do respectivo vencimento;

(b) Caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;

(c) Descumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;

(d) Término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Emissora (conforme aplicável);

(e) Decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;

(f) Protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;

(g) Alteração do controle acionário indireto da Emissora, exceto nos casos em que: (i) o novo controlador indireto não tenha *rating* corporativo atribuído pela Fitch Ratings (a "Fitch"), Moody's Investors Service (a "Moody's") ou Standard & Poor's Rating Services (a "S&P") inferior em mais de 1 (um) nível (*notch*) em relação ao *rating* global da Enersis S.A. (a "Enersis"); e (ii) a alteração do controle acionário indireto não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em mais de 1 (um) nível (*notch*). Para fins deste subitem (g), haverá alteração do controle acionário indireto da Emissora se a Enersis deixar de ser a controladora indireta da Emissora;

(h) Sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, incorporação da Emissora por outra sociedade, cisão ou fusão da Emissora, exceto nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em mais de 1 (um) nível (*notch*);

(i) Inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer (quaisquer) acordo(s) do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, exceto se: (i) sanado no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; ou (ii) a Emissora obtiver as medidas legais e/ou judiciais cabíveis para o não pagamento no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento;

(j) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados: (i) da data do referido descumprimento, caso a Emissora receba comunicação escrita neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis após a data do descumprimento, data de descumprimento esta a ser informada à Emissora pelo Agente Fiduciário por meio de referida comunicação escrita; ou (ii) da data em que a Emissora receber comunicação escrita do Agente Fiduciário conforme prevista na alínea (i) deste subitem (j), caso a Emissora não receba, em até 3 (três) Dias Úteis após o respectivo descumprimento, comunicação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo certo que, caso um período de cura específico e distinto dos 15 (quinze) Dias Úteis previstos acima tenha sido estipulado com relação a qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, tal período de cura específico prevalecerá, observadas as disposições constantes deste subitem (j) para fins de contagem desse período de cura específico;

(k) Nacionalização, desapropriação ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Emissora essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Emissora de honrar tempestivamente as obrigações

pecuniárias relativas às Debêntures;

(l) Redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e

(m) Não atendimento, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir (os "Índices Financeiros"), a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP apresentadas pela Emissora à CVM, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao terceiro trimestre de 2009:

I. Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; e

II. EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,75.

Para os efeitos do disposto no subitem (m) acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Dívida Financeira Líquida" significa a soma de (i) empréstimos e financiamentos, inclusive com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e agências multilaterais; (ii) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da Emissora (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (iii) saldo líquido de operações de derivativos (i.e., passivos menos ativos de operações com derivativos); (iv) dívidas oriundas de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures e/ou notas promissórias comerciais da Emissora; e (v) dívidas com pessoas ligadas listadas no passivo da Emissora, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Emissora, excluindo-se os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emissora; menos o resultado da soma (i) do numerário disponível em caixa da Emissora; (ii) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras da Emissora; e (iii) dos saldos de aplicações financeiras da Emissora.

"EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo aos últimos 12 (doze) meses, antes da contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação e amortização.

"Despesa Financeira Líquida" significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, em bases consolidadas.

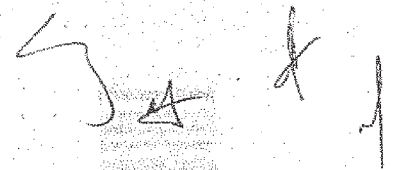
7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) do item 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos no item 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido no item 7.3.1 abaixo. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma do item 10.1 abaixo.

7.3.1. Se, nas Assembleias Gerais referidas no item 7.2 acima: (a) Debenturistas da Primeira Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou; (b) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

7.3.2. Adicionalmente ao disposto nos itens 7.3 e 7.3.1 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, aplicando-se o disposto no item 7.4 abaixo.

7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série (conforme aplicável), com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (se for o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida no item 7.2 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8 desta Escritura.



CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (www.coelce.com.br/ri.htm):

(a) Dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de seu exercício social de cada ano ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou aos membros de sua administração e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora, bem como relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos Índices Financeiros;

(b) Dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como relatório detalhado contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos Índices Financeiros;

(c) Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, ou de norma que venha a revogá-la ou substituí-la no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos ou, se não houver prazo determinado nesse normativo, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que forem realizados;

8.1.2. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) Os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias após as respectivas publicações;

(b) Em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, quaisquer informações relevantes com relação às Debêntures ou quaisquer informações necessárias no âmbito da prestação de serviços pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas, por escrito, pelo Agente Fiduciário;

(c) Cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplência ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;

(d) Dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias após a realização anual, pela Emissora, de cada assembleia geral ordinária previstas no artigo 132 da lei das Sociedades por Ações, declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura; e

(e) Informações sobre qualquer fato relevante que seja do conhecimento da Emissora e que possa vir a afetar o seu desempenho financeiro e operacional, imediatamente após a ocorrência de tal fato.

8.1.3. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis.

8.1.4. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora.

8.1.5. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleias Gerais para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.6. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas.

8.1.7. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

8.1.8. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

8.1.9. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

8.1.10. Observado o disposto no item 8.1.25 abaixo, notificar imediatamente o Agente Fiduciário em caso de mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora.

8.1.11. Manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar

tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures.

8.1.12. Aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão estritamente conforme descrito no item 3.4 acima.

8.1.13. Cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures ou qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures.

8.1.14. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, cujo não pagamento resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para a sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures ou qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures.

8.1.15. Adotar todas as medidas necessárias para:

(a) Preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;

(b) Manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal;

(c) Pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial; e

(d) Estender as medidas elencadas nos subitens (a) a (c) deste subitem 8.1.15 para as sociedades sob seu controle, conforme aplicável.

8.1.16. Contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (a) agência de *rating* que divulgue relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures; (b) Banco Mandatário e Instituição Depositária; (c) Agente Fiduciário; e (d) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, SND e BOVESPAFIX).

8.1.17. Comunicar à CVM e ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, inclusive com relação a suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os titulares das Debêntures, imediatamente após o referido descumprimento

8.1.18. A Emissora não poderá realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvado pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das Debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta, cessando esta proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta, nos termos desta Escritura, cessando esta proibição tão logo a Emissora tenha realizado o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos Debenturistas em virtude das Debêntures objeto da Oferta, inclusive encargos, se devidos.

8.1.19. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.

8.1.20. Encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido no subitem 8.1.16 (a) acima.

8.1.21. Informar ao Agente Fiduciário o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures, em até 5 (cinco) dias após o respectivo pagamento, para que o Agente Fiduciário possa cumprir com suas obrigações, inclusive aquela constante do item 9.4 (m) (v) abaixo.

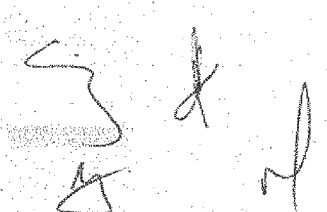
8.1.22. Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.

8.1.23. Não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou da totalidade dos titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

8.1.24. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza ou escopo de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, exceto quando e se exigido pela legislação ou regulamentação em vigor aplicável à Emissora.

8.1.25. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um efeito adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional.

8.1.26. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social.



8.1.27. Apresentar, por meio desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Oferta, declarações e informações verdadeiras, completas e corretas, comprometendo-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação.

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificado, o qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) Parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), durante o prazo de vigência das Debêntures, sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de registro da Oferta na CVM e as demais no mesmo dia dos anos subseqüentes;

(b) O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

(c) A remuneração prevista no subitem (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

(d) As parcelas referentes ao subitem (a) acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (o "IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida na alínea "a" acima, até as datas de pagamento de cada parcela subseqüente, calculada *pro rata die* se necessário;

(e) A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;

(f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;

(g) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: (i) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros impostos, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e

(h) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em Assembleias Gerais ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

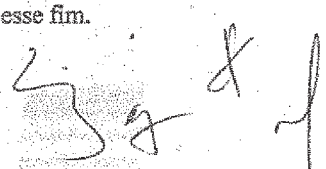
9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.



9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCEC.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

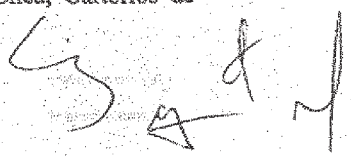
(d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

(h) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de



Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

(i) Solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(j) Convocar, quando necessário, Assembleias Gerais mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, às expensas da Emissora, respeitadas as disposições desta Escritura e as demais regras aplicáveis constantes da Lei das Sociedades por Ações;

(k) Enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à(s) Assembleia(s) Geral(is);

(l) Comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da(s) Assembleia(s) Geral(is), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da(s) referida(s) Assembleia(s);

(m) Elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;

(ii) Alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) Comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(iv) Posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) Amortização, aquisição facultativa, Resgate Antecipado Facultativo e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(vi) Acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

(vii) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos Índices Financeiros e quanto à ocorrência dos eventos previstos nos subitens (b), (d), (g), (h), (k) e (l) do item 7.1 acima;

(viii) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

(ix) Relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures.

(n) Colocar à disposição o relatório de que trata o subitem (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(i) Sede da Emissora;

(ii) Seu escritório;

(iii) CVM;

(iv) SND;

(v) BM&FBOVESPA; e

(vi) Sede do Coordenador Líder.

e (o) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.13 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (n) acima;

(p) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA;

(q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(r) Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, ao SND e à BM&FBOVESPA;

(s) Enviar à ANBID os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela agência de classificação de risco contratada pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do relatório encaminhado pela Emissora, ficando estabelecido que a Emissora deverá fornecer à agência de classificação de risco respectiva, em tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações financeiras e outras que lhes venham a ser por esta solicitadas, para fins de elaboração dos relatórios de classificação de risco das Debêntures;

(t) Observado o disposto nos itens 8.1.26 e 8.1.27 desta Escritura, examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe convocar Assembleias Gerais para deliberar acerca de matéria;

(u) Convocar, quando necessário, Assembleias Gerais;

(v) Administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações; e

(x) coordenar o sorteio das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, conforme previsto no item 6.1 acima.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

(a) Declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;

(b) Requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;

(c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

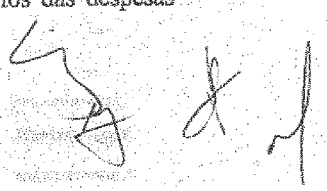
(d) Representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (c) acima se, convocada a Assembleia Geral, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (d) acima.

9.6. Despesas

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere este item 9.6 será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.



9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) Dias Úteis.

9.6.4. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

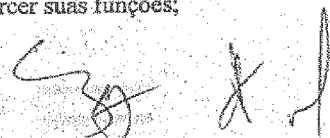
- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre estados da República Federativa do Brasil e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo as Debêntures na ordem de pagamento.

9.7. Declarações do Agente Fiduciário

9.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) Não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) Aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) Não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



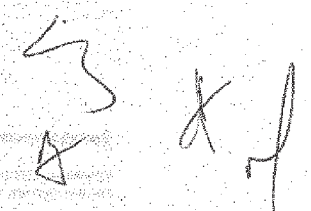
- (e) Estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) Estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) Não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- (h) Estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) Que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) Que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) Que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) Que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.6 da presente Escritura.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

As assembleias gerais de Debenturistas (as "Assembleias Gerais" ou, individualmente, a "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.



10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

10.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos. Da mesma forma, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou no mínimo a metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures da Primeira Série em Circulação" ou "Debêntures da Segunda Série em Circulação" (conjuntamente, as "Debêntures em Circulação") todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente,

subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no item 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

10.4.2. Não estão incluídos nos *quora* mencionados no item 10.4.1 acima: (a) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas de ambas as séries da presente Emissão; (b) as alterações relativas (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 desta Escritura; (ii) às condições de Resgate Antecipado Facultativo, conforme previsto na Cláusula VI desta Escritura; (iii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; e/ou (iv) a espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (b) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso), seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série; e (c) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII desta Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5 Alterações nesta Cláusula X

As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.5 e 10.7 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos no item 10.4 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

10.6. Matérias de Interesse Específico

Na hipótese de instalação de Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

10.7. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.7.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.

10.7.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.7.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(a) É uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;

(b) Está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) Esta Escritura e as declarações por ela prestadas nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, constituem obrigação legal, válida e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(d) A celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

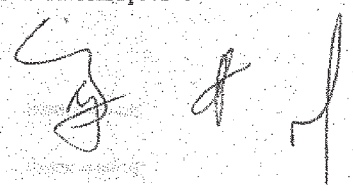
(e) Nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pela autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, bem como pelo registro da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SND e à BM&FBOVESPA;

(f) A celebração da presente Escritura e o cumprimento das obrigações decorrentes da Emissão não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(g) As demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(h) Exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo, em especial os processos judiciais: (i) mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao público em geral; (ii) relativo à legalidade da privatização da Emissora no âmbito da Ação Popular n.º 2000.0112.6248-0, em curso perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza (ou quaisquer processos relacionados à referida Ação Popular); (iii) relativo à terceirização de serviços contratados pela Emissora no âmbito da Ação Civil Pública n.º 02582-2001-001-07, em curso perante o Tribunal Superior do Trabalho (ou quaisquer processos relacionados à referida Ação Civil Pública); e (iv) relativos aos reajustes e revisões tarifárias da Emissora no âmbito da Ação Civil Pública n.º 2005.81.00.006496-2 e da Ação Popular n.º 2007.81.00.006310-3 (ou quaisquer processos relacionados à referida Ação Civil Pública ou à referida Ação Popular), não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações;

(i) Tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e



licenças (inclusive ambientais) cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;

(j) A Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;

(k) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(l) O Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua disponibilização, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

(m) As opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

(n) Não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;

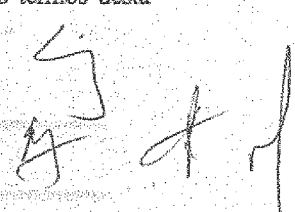
(o) Nenhuma das declarações constantes desta Cláusula XI é falsa, incorreta ou enganosa, na data em que foi dada; e

(p) Não há, nesta data, debêntures de outras emissões da Emissora cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



Para a Emissora:

Companhia Energética do Ceará - COELCE
Praça Leoni Ramos, nº 1 – 7º andar Bloco 1
CEP 24210-205 – Niterói – RJ

At.: Luiz Carlos Bettencourt - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Telefone: (21) 2613 7031

Fac-símile: (21) 2613 7122

E-mail: lbettencourt@endesabr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda.

Rua Sete de Setembro, nº 99 – 24º andar

CEP 20050-005 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira

Telefone: (21) 2507-1949

Fac-símile: (21) 2507-1773

E-mail: bacha@pavarini.com.br / rinaldo@pavarini.com.br

Para o Banco Mandatário:

Banco Itaú S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100

CEP 04344-902 – São Paulo – SP

Para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar

CEP 04310-030 – São Paulo – SP

Para a CETIP:

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar

CEP 01009-000 – São Paulo, SP

Para a BM&FBOVESPA:

Rua XV de Novembro, nº 275.

CEP 01013-001 – São Paulo – SP

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Irrevogabilidade; Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.6. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.7. Despesas

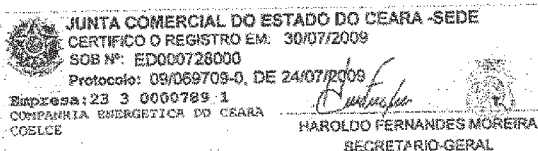
A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND, na BM&FBOVESPA e na ANBID; (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCEC; (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; e (d) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Instituição Depositária.

12.8. Substituição de Prestadores de Serviços

É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de risco. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de risco, bem como a indicação de seu(s) substituto(s) deverá ser aprovada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cujo quorum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral.

12.9. Foro

Fica eleito o foro Central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja."



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo B

Atos Societários da Emissora relativos à Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF N.º 07.047.251/0001-70
NIRE N.º 23300007891

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, realizada em 8 de junho de 2009, lavrada sob a forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações").

DATA E LOCAL: 8 de junho de 2009, às 14:30h, na sede social da Companhia, situada na Rua Padre Valdevino, nº 150 - Centro, Fortaleza, CE, CEP 60.135-040.

MESA: Mario Fernando de Melo Santos, como Presidente da Mesa e do Conselho, e Sílvia Cunha Saraiva Pereira, como Secretária *ad hoc*.

CONVOCAÇÃO: Convocação realizada nos termos do art. 14 do Estatuto Social da Companhia.

PRESENÇA: A maioria dos membros do Conselho de Administração abaixo relacionados.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a realização da segunda emissão pública de debêntures da Companhia, no valor de R\$245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais) ("Emissão"), com o objetivo de captar recursos para o resgate antecipado das notas promissórias comerciais da sétima emissão da Companhia, e autorizar que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos e celebre todos os instrumentos relativos às referidas operações.

DELIBERAÇÕES: Após a análise e discussão do tema constante da Ordem do Dia, com distribuição dos respectivos documentos a todos os Conselheiros, foi, à unanimidade e sem reservas, deliberado favoravelmente pelos senhores Conselheiros presentes e abaixo relacionados, o que se segue:

1. Aprovar, na forma do parágrafo único do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, a emissão de 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries ("Debêntures"), no montante total de R\$245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais), a serem colocadas através de oferta pública de distribuição ("Oferta"), com as seguintes características e condições:

(a) **Colocação:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, nem



uma empresa endesa brasil



lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo);

(b) **Coletas de Intenções de Investimento (*bookbuilding*):** será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelas instituições intermediárias, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, pela Companhia ("Procedimento de *Bookbuilding*"): (a) observados os limites previstos no item (f) abaixo, (a.1) da emissão das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) e, havendo tal emissão, da quantidade das Debêntures da Primeira Série; e (a.2) da emissão das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) e, havendo tal emissão, da quantidade das Debêntures da Segunda Série; e (b) da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto no item (m) abaixo, e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto no item (n) abaixo. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por este Conselho de Administração oportunamente;

(c) **Valor da Emissão:** R\$245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido);

(d) **Quantidade:** 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) Debêntures;

(e) **Valor Nominal Unitário:** R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário");

(f) **Séries:** até duas séries, observado que o somatório das debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e das debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série") não poderá exceder (i) o valor de R\$245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão, e (ii) a quantidade de 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) Debêntures.

(g) **Conversibilidade:** não conversíveis em ações;

(h) **Espécie:** quirografária;

(i) **Forma:** as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados;

(j) **Data de Emissão:** 15 de julho de 2009 ("Data de Emissão");

(k) **Data de Vencimento:** 15 de julho de 2011 para as Debêntures da Primeira Série ("Data de Vencimento da Primeira Série"), e 15 de julho de 2014 para as Debêntures da Segunda Série ("Data de Vencimento da Segunda Série");

(l) **Pagamento do Valor Nominal (Amortização):** o Valor Nominal Unitário (a) das Debêntures da Primeira Série será pago em uma única parcela na Data de Vencimento da

coelce

uma empresa endesa brasil

Primeira Série; e (b) das Debêntures da Segunda Série será pago em 3 (três) parcelas, anuais e sucessivas, cada uma delas atualizada monetariamente desde a Data de Emissão, sendo as duas primeiras parcelas no valor, na Data de Emissão, de R\$3.333,33 (três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) por Debênture da Segunda Série e a terceira parcela no valor, na Data de Emissão, de R\$3.333,34 (três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de julho de 2012, o segundo pagamento em 15 de julho de 2013 e o saldo remanescente do Valor Nominal Unitário na Data de Vencimento da Segunda Série ("Datas de Amortização das Debêntures da Segunda Série");

(m) Remuneração das Debêntures da Primeira Série: (a) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e (b) juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, em forma percentual, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado a 2,65% (dois inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ("Taxa Máxima da Primeira Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, desde a Data de Emissão até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série ("Juros Remuneratórios da Primeira Série"). O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2010 e o último pagamento em 15 de julho de 2011. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será aprovada em reunião deste Conselho de Administração;

(n) Remuneração das Debêntures da Segunda Série: (a) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IBGE" e a "Atualização da Segunda Série", respectivamente), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, sendo tal saldo o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série remanescente após cada Data de Amortização da Segunda Série ("Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série"). A Atualização Monetária da Segunda Série será paga nas mesmas datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de julho de 2012, o segundo pagamento em 15 de julho de 2013 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série; e (b) juros remuneratórios: as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*. Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Segunda Série observarão a taxa máxima equivalente a 3,0% (três inteiros por cento) ao ano acrescida à média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANDIMA - Associação

Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") para as Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B) com vencimentos em 2012 ("Taxa Máxima da Segunda Série"), média aritmética essa a ser apurada no Dia Útil imediatamente anterior à realização do Procedimento de *Bookbuilding* ("Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série"). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, na forma prevista na escritura de emissão das Debêntures. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2010 e o último pagamento em 15 de julho de 2014. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será aprovada em reunião deste Conselho de Administração;

(o) **Repactuação:** não haverá repactuação programada;

(p) **Resgate Antecipado Facultativo:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar (a) a partir do 12º (décimo segundo) mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Primeira Série; e (b) a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Segunda Série, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, na forma prevista na escritura de emissão das Debêntures;

(q) **Vencimento Antecipado:** as Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na escritura de emissão das Debêntures;

(r) **Forma e Preço de Integralização:** as Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, sendo que (a) as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e (b) as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização;

(s) **Registro para Distribuição e Negociação:** as Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND - Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA;

(t) **Destinação dos Recursos:** o montante líquido obtido será integralmente utilizado para o resgate antecipado e a conseqüente liquidação das 490 notas promissórias

coelce

uma empresa endesa brasil

comerciais da sétima emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$500.000,00, emitidas em 4 de junho de 2009, no valor total de R\$245.000.000,00, com remuneração de CDI, capitalizada de uma sobretaxa equivalente a 1,60% a.a., que foram objeto de distribuição pública e que têm vencimento em 30 de maio de 2010; e

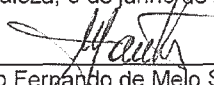
(u) **Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos aqui previstos, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme aplicável.

2. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas e promover o registro da Oferta perante a Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos competentes, podendo, inclusive, (i) contratar as instituições intermediárias da Oferta; (ii) contratar os prestadores de serviços inerentes às Debêntures, incluindo o agente fiduciário, a instituição prestadora dos serviços de escrituração e de banco mandatário, a agência de classificação de risco, os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP e BOVESPAFIX); e (iii) celebrar a escritura de emissão das Debêntures, o contrato de distribuição da Oferta e quaisquer outros instrumentos relacionados às Debêntures.

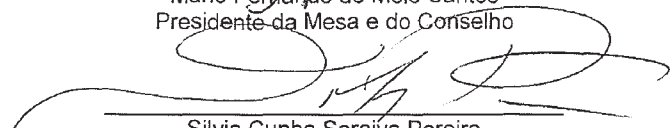
ENCERRAMENTO: O Senhor Presidente do Conselho de Administração concedeu a palavra aos presentes, e, como ninguém mais fez uso da mesma, declarou encerrada a reunião, pelo que foi lavrada a presente Ata em quatro vias de igual forma e teor, e está de conformidade com a original que deverá ser encadernada em livro próprio, a qual foi assinada por todos os Conselheiros presentes: Mario Fernando de Melo Santos; Marcelo Andrés Llénenes Rebolledo; Fernando Antônio de Moura Avelino; José Alves de Mello Franco; Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira; Roberto de Paula Macieira; e Francisco Honório Pinheiro Alves.

Atestamos que a presente confere com a original lavrada em livro próprio.

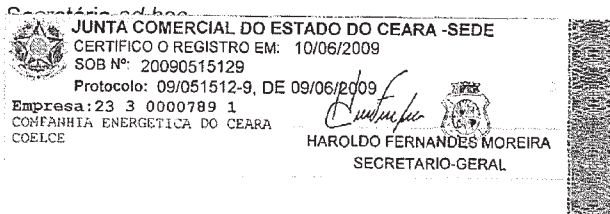
Fortaleza, 8 de junho de 2009.



Mario Fernando de Melo Santos
Presidente da Mesa e do Conselho



Sílvia Cunha Saraiva Pereira





uma empresa endesa brasil

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF N.º 07.047.251/0001-70
NIRE N.º 23300007891

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, realizada em 22 de julho de 2009, lavrada sob a forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações").

DATA E LOCAL: 22 de julho de 2009, às 9h, na sede social da Companhia, situada na Rua Padre Valdevino, nº 150 - Centro, Fortaleza, CE, CEP 60.135-040.

MESA: Mario Fernando de Melo Santos, como Presidente da Mesa e do Conselho, e Sílvia Cunha Saraiva Pereira, como Secretária *ad hoc*.

CONVOCAÇÃO: Convocação realizada nos termos do art. 14 do Estatuto Social da Companhia.

PRESENÇA: A maioria dos membros do Conselho de Administração abaixo relacionados.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre o resultado do procedimento de *bookbuilding* da segunda emissão pública de debêntures da Companhia, no valor de R\$245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais), cuja emissão foi aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de junho de 2009.

DELIBERAÇÕES: Após a análise e discussão do tema constante da Ordem do Dia, foi, à unanimidade e sem reservas, deliberado favoravelmente pelos senhores Conselheiros presentes e abaixo relacionados, o que se segue:

1. ratificar o resultado do procedimento de *bookbuilding*, tendo sido definido:

(a) **Quantidade de Debêntures:** a emissão das debêntures em duas séries, sendo (i) a primeira série composta por 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); e (ii) a segunda série composta por 15.450 (quinze mil, quatrocentas e cinquenta) debêntures ("Debêntures da Segunda Série");

(b) **Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série:** sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, em forma percentual, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série,

coelce

uma empresa endesa brasil

desde a Data de Emissão até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série.


(c) **Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série:** Além da correção monetária pelo IPCA, às Debêntures da Segunda Série observarão juros remuneratórios equivalentes a 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

2. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, podendo, inclusive, celebrar o aditamento à escritura de emissão de debêntures e quaisquer outros instrumentos relacionados às debêntures.

ENCERRAMENTO: O Senhor Presidente do Conselho de Administração concedeu a palavra aos presentes, e, como ninguém mais fez uso da mesma, declarou encerrada a reunião, pelo que foi lavrada a presente Ata em quatro vias de igual forma e teor, e está de conformidade com a original que deverá ser encadernada em livro próprio, a qual foi assinada por todos os Conselheiros presentes: Mario Fernando de Melo Santos; Fernando Antônio de Moura Avelino; Cristián Eduardo Fierro Montes; Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira; Roberto de Paula Macieira e Jorge Parente Frota Junior.

Atestamos que a presente confere com a original lavrada em livro próprio.


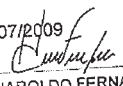
Fortaleza, 22 de julho de 2009.



Mario Fernando de Melo Santos
Presidente da Mesa e do Conselho



Silvia Cunha Saraiva Pereira
Secretária ad hoc


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 28/07/2009
SOB Nº: 20090678710
Protocolo: 09/067871-0, DE 23/07/2009
Empresa: 23 3 0000789 1
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ
COELCE

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo C

Súmula de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 17 de junho de 2009

Comunicado à Imprensa

Standard & Poor's atribui rating à 2ª emissão de debêntures da Companhia Energética do Ceará - Coelce

Analistas: Juliana Gallo, São Paulo (55) 11-3039-9728, juliana_gallo@standardandpoors.com; Luísa Vilhena, São Paulo (55) 11-3039-9727, luisa_vilhena@standardandpoors.com; Marcelo Costa, São Paulo (55) 11-3039-9731, marcelo_costa@standardandpoors.com

Em 17 de junho de 2009, a Standard & Poor's Ratings Services atribuiu, na Escala Nacional Brasil, o rating 'brAA' à 2ª emissão de debêntures da **Companhia Energética do Ceará - Coelce** (Coelce) no valor de R\$ 245 milhões. As debêntures serão emitidas em até duas séries, sendo a 1ª com pagamento integral em 2011 e a 2ª com amortizações anuais a partir de 2012 até o seu vencimento final em 2014. O montante destinado a cada série será definido no processo de *bookbuilding*. O rating de crédito corporativo da empresa é 'brAA', com perspectiva estável.

As debêntures são nominativas, escriturais, não conversíveis em ações e da espécie quirografária e serão emitidas sob o regime de garantia firme de colocação. Seus recursos se destinarão integralmente ao resgate antecipado das notas promissórias no valor de R\$ 245 milhões.

Os ratings da Coelce refletem a sua alta capacidade de geração de caixa; os seus indicadores operacionais acima da média; os volumes controlados de recebíveis em atraso acima de 90 dias; e as altas taxas de crescimento da demanda e de número de consumidores em sua área de concessão. Por outro lado, tais taxas elevadas requerem investimentos relativamente altos por parte da empresa nos próximos anos. Também incorporamos nos ratings a evidência de uma prática de forte distribuição de dividendos (*payout* de 95% do lucro ajustado), e a exposição natural da Coelce, como uma distribuidora de energia elétrica, ao arcabouço regulatório do setor elétrico brasileiro, o qual vem evoluindo de forma positiva nos últimos cinco anos (desde sua reestruturação).

O programa de investimentos da Coelce deve continuar sendo representativo nos próximos três anos, tendo-se em vista seus contínuos investimentos na melhoria da eficiência do sistema elétrico, assim como na expansão de sua área de atuação no Estado do Ceará por meio de programas sociais como o "Luz para Todos". Esperamos que a maioria desses investimentos seja financiada por linhas de crédito de longo prazo com bancos de desenvolvimento, como o **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES** (BBB-/Estável/-- em moeda estrangeira e BBB+/Estável/-- em moeda local) ou o **Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB** (BBB-/Estável/A-3 e brAAA/Estável/--), ou ainda via linhas de crédito originadas por fundos setoriais gerenciados pela **Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.** (BBB-/Estável/-- em moeda estrangeira e BBB+/Estável/-- em moeda local).

A Coelce tem apresentado indicadores operacionais bastante favoráveis, mesmo com os desafios em sua área de concessão relacionados ao nível de desenvolvimento econômico. Isso se evidencia em seus indicadores de DEC (7,8 horas/consumidor), FEC (6,5 vezes/ consumidor) e perdas de eletricidade (11,7%) no primeiro trimestre de 2009.

O desempenho financeiro da Coelce tem sido bastante forte nos últimos anos, apesar da distribuição de 95% do seu lucro líquido ajustado. A empresa apresenta, em média, índices de dívida total sobre EBITDA inferior a 1,5x, geração operacional de caixa (*Funds From Operations - FFO*) sobre dívida entre 40% e 60%, FFO sobre juros acima de 6x e geração interna de caixa livre (*Free Operating Cash Flow - FOCF*) positiva. Nos primeiros três meses de 2009, em particular, mesmo apresentando um EBITDA 17,6% superior ao mesmo período de 2008 (R\$ 134,5 milhões e R\$ 114,3 milhões, respectivamente, após ajustes realizados pela Standard & Poor's), os indicadores financeiros da Coelce reduziram-se em relação aos do primeiro trimestre de 2008,

porém permanecem em níveis confortáveis para a categoria de rating (FFO sobre dívida de 37% e FFO sobre juros de 4,5x). Esse declínio resultou do aumento no volume de dívida da empresa em 2008 e no primeiro trimestre de 2009 decorrente principalmente dos recursos obtidos para os investimentos de 2008 e referentes às variações das contas de ativos e passivos regulatórios nesse ano. Acreditamos que essa variação de ativos e passivos regulatórios seja mais favorável à Coelce no ano de 2009 e que seu endividamento bruto neste ano ficará em torno de R\$ 1 bilhão, de forma que os indicadores financeiros esperados possam se manter em patamares iguais ou acima aos de 2008, como FFO sobre dívida de 42,5% e FFO sobre juros de 6,9x.

Em abril de 2009, a Coelce teve o seu reajuste tarifário anual definido em 13,93%, sendo que cerca de 43% desse percentual refere-se ao reajuste econômico da Parcela B.

Em 1998, a Coelce assinou o contrato de concessão com prazo de 30 anos para operar como uma concessionária de distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, prestando esse serviço para 2,6 milhões de clientes em 184 municípios. A Coelce é controlada direta e indiretamente pela **Endesa Brasil S.A.** (Endesa Brasil: sem rating da S&P), que detém 59% do seu capital total (91,7% do capital votante), e os 41% restantes estão distribuídos entre acionistas minoritários. A Endesa Brasil, por sua vez, é direta e indiretamente controlada pela **Enersis S.A.** (BBB/Estável/-), uma empresa com interesses no setor elétrico Chileno e que é uma das companhias subsidiárias da **Endesa S.A.** (A-/CreditWatch Negativo/A-2). A Endesa S.A. é um conglomerado espanhol que possui operações nas áreas de gás, eletricidade e energias renováveis em diversos países, principalmente na Europa e América Latina, e é controlado pelo grupo italiano **Enel SpA.** (A-/CreditWatch Negativo/A-2).

Liquidez

Em março de 2009, a dívida total da Coelce somava R\$ 936 milhões sendo que 38,8% desse montante era de curto prazo, principalmente em razão das notas promissórias emitidas em 2008 e que vencem em julho de 2009. Por outro lado, a Coelce possui bom acesso aos mercados bancário e de capitais de dívida, conforme comprovado pela recente emissão de notas promissórias de R\$ 245 milhões e pela presente emissão de R\$ 245 milhões de debêntures, que será utilizada para alongar o perfil de sua dívida.

Apesar de a Coelce historicamente apresentar FOCF positiva e este ser um indicador importante, os montantes gerados não têm sido tão significativos em função dos altos volumes de investimento de capital, sobretudo aqueles direcionados aos programas de universalização.

Perspectiva

A perspectiva estável do rating de crédito corporativo reflete nossa expectativa de que a Coelce continuará trabalhando no alongamento do seu perfil de dívida reduzindo exposições a dívidas de curto prazo, e manterá seu atual desempenho financeiro, cujas métricas são favoráveis para os ratings. Dessa forma, esperamos que a empresa apresente, em média, FFO sobre dívida total em torno de 40%, FFO sobre despesas financeiras acima de 5x, dívida total sobre EBITDA abaixo de 2x e FOCF sobre dívida total em torno de 10%. Também incorporamos que, no caso de maior necessidade, a Coelce poderia gerenciar o seu atual nível de distribuição de dividendos com o objetivo de preservar liquidez e evitar aumentos indesejáveis de endividamento.

Uma alteração da perspectiva para positiva ou uma elevação do rating para 'brAA+' poderá ser considerada se a Coelce apresentar, de forma sustentável e recorrente, métricas financeiras superiores às descritas no parágrafo acima. Por outro lado, a perspectiva poderá ser alterada para negativa ou até mesmo os ratings rebaixados se houver uma forte elevação na dívida da Coelce, decorrente de uma mudança de comportamento do mercado em sua área de concessão (deteriorando sua geração de caixa); ou se a empresa apresentar uma situação de baixa liquidez e, ainda assim, manter uma distribuição de dividendos nos níveis atuais.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2009 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a

declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo D

Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



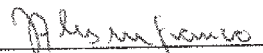
DECLARAÇÃO

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE, sociedade por ações com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, CEP 60135-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 07.047.251/0001-70 (a “Emissora”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por meio de seus representantes legais abaixo assinados, na qualidade de ofertante de 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, que serão objeto de distribuição pública de sua 2ª emissão, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (as “Debêntures”), perfazendo o total de R\$ 245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais) na data de emissão das Debêntures, qual seja, 15 de julho de 2009 (a “Oferta”), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM nº 400”), declarar que: (i) a Emissora é a responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta; (ii) as informações prestadas pela Emissora relativas às Debêntures e as demais informações fornecidas ao mercado no prospecto preliminar da Oferta (o “Prospecto Preliminar”) e no prospecto definitivo da Oferta (o “Prospecto Definitivo”), nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400.

Fortaleza, 29 de junho de 2009.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE

Nome:
Cargo:


José Alves de M. Franco
Diretor de Regulação

Nome:
Cargo:


Aurélio de Oliveira
Diretor de Planejamento e Controle

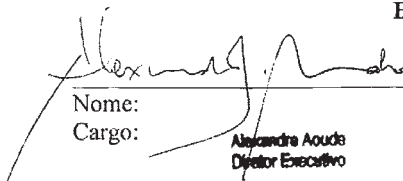



DECLARAÇÃO

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, 4º andar - parte, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 17.298.092/0001-30 (o "Coordenador Líder"), neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, por meio de seus diretores estatutários abaixo assinados, na qualidade de instituição responsável por coordenar e proceder à distribuição pública, em duas séries de 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2ª emissão da Companhia Energética do Ceará – COELCE (a "Emissora"), todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (as "Debêntures"), perfazendo o total de R\$ 245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais) na data de emissão das Debêntures, qual seja, 15 de julho de 2009 (a "Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a "Instrução CVM nº 400"), declarar que: (A) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o prospecto preliminar da Oferta (o "Prospecto Preliminar") e que venham a integrar o prospecto definitivo da Oferta (o "Prospecto Definitivo"), são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (B) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (C) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400.

São Paulo, 29 de junho de 2009.

BANCO ITAÚ BBA S.A.


Nome: _____
Cargo: _____
Alexandre Aoude
Diretor Executivo


Nome: _____
Cargo: _____
João De Sá
Diretor



Anexo E

Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008
e respectivos pareceres dos Auditores Independentes e relatórios da Administração da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------------------------|---|---------------------------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM 01486-9 | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG CEARA - COELCE | 3 - CNPJ 07.047.251/0001-70 |
| 4 - NIRE | | |

01.02 - SEDE

| | | | |
|--|-----------------------------------|--|--------------------------|
| 1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barão de Studart, 2917 | | 2 - BAIRRO OU DISTRITO Dionísio Torres | |
| 3 - CEP 60127-900 | 4 - MUNICÍPIO Fortaleza | | 5 - UF CE |
| 6 - DDD 085 | 7 - TELEFONE 216-1350 | 8 - TELEFONE - | 9 - TELEFONE - |
| 11 - DDD 085 | 12 - FAX 216-1401 | 13 - FAX - | 14 - FAX - |
| 15 - E-MAIL investor@coelce.com.br | | | |

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

| | | | |
|--|-----------------------------------|--|---------------------------|
| 1 - NOME José Nunes de Almeida Neto | | | |
| 2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barão de Studart, 2917 | | 3 - BAIRRO OU DISTRITO Dionísio Torres | |
| 4 - CEP 60127-900 | 5 - MUNICÍPIO Fortaleza | | 6 - UF CE |
| 7 - DDD 085 | 8 - TELEFONE 3216-1151 | 9 - TELEFONE - | 10 - TELEFONE - |
| 12 - DDD 085 | 13 - FAX 3216-4055 | 14 - FAX - | 15 - FAX - |
| 16 - E-MAIL investor@coelce.com.br | | | |

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

| | | |
|--|--|---|
| EXERCÍCIO | 1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL | 2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL |
| 1 - Último | 01/01/2006 | 31/12/2006 |
| 2 - Penúltimo | 01/01/2005 | 31/12/2005 |
| 3 - Antepenúltimo | 01/01/2004 | 31/12/2004 |
| 4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tomatsu | | 5 - CÓDIGO CVM 00385-9 |
| 6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Claudio Lino Lippi | | 7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 760.332.368-15 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2006
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

| Numero de Ações (Mil) | 1 31/12/2006 | 2 31/12/2005 | 3 31/12/2004 |
|---------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Do Capital Integralizado | | | |
| 1 - Ordinárias | 96.135.875 | 96.135.875 | 96.135.875 |
| 2 - Preferenciais | 59.574.725 | 59.574.725 | 59.574.725 |
| 3 - Total | 155.710.600 | 155.710.600 | 155.710.600 |
| Em Tesouraria | | | |
| 4 - Ordinárias | 0 | 0 | 0 |
| 5 - Preferenciais | 0 | 0 | 0 |
| 6 - Total | 0 | 0 | 0 |

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

| |
|--|
| 1 - TIPO DE EMPRESA |
| Empresa Comercial, Industrial e Outras |
| 2 - TIPO DE SITUAÇÃO |
| Operacional |
| 3 - NATUREZA DO CONTROLE AÇIONÁRIO |
| Privada Nacional |
| 4 - CÓDIGO ATIVIDADE |
| 1120 - Energia Elétrica |
| 5 - ATIVIDADE PRINCIPAL |
| Venda de Energia Elétrica |
| 6 - TIPO DE CONSOLIDADO |
| Não Apresentado |

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

| | | |
|----------|----------|------------------------|
| 1 - ÍTEM | 2 - CNPJ | 3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|----------|----------|------------------------|

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

| | | | | | | |
|----------|------------|---------------|--------------|------------------|------------------------------|-------------------------------|
| 1 - ÍTEM | 2 - EVENTO | 3 - APROVAÇÃO | 4 - PROVENTO | 5 - INÍCIO PGTO. | 6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO | 7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO |
|----------|------------|---------------|--------------|------------------|------------------------------|-------------------------------|

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

| | |
|------------|----------------|
| 1 - DATA | 2 - ASSINATURA |
| 29/03/2007 | |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2006 | 4 - 31/12/2005 | 5 - 31/12/2004 |
|---------------|--|----------------|----------------|----------------|
| 1 | Ativo Total | 2.510.593 | 2.400.409 | 2.386.481 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 698.829 | 815.747 | 526.854 |
| 1.01.01 | Disponibilidades | 77.536 | 152.633 | 78.312 |
| 1.01.01.01 | Numerário disponível | 24.414 | 91.148 | 32.042 |
| 1.01.01.02 | Aplicações Financeiras | 53.122 | 61.485 | 46.270 |
| 1.01.02 | Créditos | 551.505 | 599.283 | 409.588 |
| 1.01.02.01 | Clientes | 401.821 | 448.102 | 323.859 |
| 1.01.02.01.01 | Consumidores, concessionários e permissi | 548.106 | 560.321 | 417.201 |
| 1.01.02.01.02 | (-) provisão crédito de liquidação duvid | (146.285) | (112.219) | (93.342) |
| 1.01.02.02 | Créditos Diversos | 149.684 | 151.181 | 85.729 |
| 1.01.02.02.01 | Baixa Renda | 27.812 | 24.740 | 9.880 |
| 1.01.02.02.02 | Programa emergencial redução de energia | 0 | 0 | 3.323 |
| 1.01.02.02.03 | Serviço em curso | 16.060 | 3.777 | 3.637 |
| 1.01.02.02.04 | Devedores diversos | 4.091 | 4.939 | 4.678 |
| 1.01.02.02.05 | Tributos a compensar | 54.830 | 40.075 | 18.154 |
| 1.01.02.02.06 | Depósitos vinculados | 0 | 1.058 | 4.361 |
| 1.01.02.02.07 | Impostos diferidos | 26.760 | 61.986 | 33.310 |
| 1.01.02.02.08 | Outros créditos | 20.131 | 14.606 | 8.386 |
| 1.01.03 | Estoques | 834 | 961 | 493 |
| 1.01.04 | Outros | 68.954 | 62.870 | 38.461 |
| 1.01.04.01 | Despesas pagas antecipadamente | 68.954 | 62.870 | 38.461 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 1.811.764 | 1.584.662 | 1.859.627 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 421.284 | 349.808 | 346.915 |
| 1.02.01.01 | Créditos Diversos | 253.449 | 232.824 | 287.707 |
| 1.02.01.01.01 | Consumidores, concessionários e permissi | 104.521 | 187.659 | 217.920 |
| 1.02.01.01.02 | (-) Provisão crédito liquidação duvidosa | (16.917) | (56.333) | 0 |
| 1.02.01.01.03 | Depósitos vinculados a litígios | 25.269 | 19.814 | 17.478 |
| 1.02.01.01.04 | Tributos a compensar | 27.456 | 13.028 | 11.975 |
| 1.02.01.01.05 | Depósitos vinculados | 25.067 | 24.112 | 3.744 |
| 1.02.01.01.06 | Impostos diferidos | 87.771 | 43.950 | 35.717 |
| 1.02.01.01.07 | Outros créditos | 282 | 594 | 873 |
| 1.02.01.02 | Créditos com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.01 | Com Coligadas e Equiparadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.02 | Com Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.03 | Com Outras Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01.03 | Outros | 167.835 | 116.984 | 59.208 |
| 1.02.01.03.01 | Despesas pagas antecipadamente | 167.835 | 116.984 | 59.208 |
| 1.02.02 | Ativo Permanente | 1.390.480 | 1.234.854 | 1.512.712 |
| 1.02.02.01 | Investimentos | 250 | 267 | 504 |
| 1.02.02.01.01 | Participações Coligadas/Equiparadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.02 | Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio | 0 | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 -31/12/2006 | 4 -31/12/2005 | 5 -31/12/2004 |
|---------------|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| 1.02.02.01.03 | Participações em Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.04 | Participações em Controladas - Ágio | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.05 | Outros Investimentos | 250 | 267 | 504 |
| 1.02.02.02 | Imobilizado | 1.387.975 | 1.234.409 | 1.511.904 |
| 1.02.02.03 | Intangível | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.04 | Diferido | 2.255 | 178 | 304 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2006
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2006 | 4 - 31/12/2005 | 5 - 31/12/2004 |
|---------------|--|----------------|----------------|----------------|
| 2 | Passivo Total | 2.510.593 | 2.400.409 | 2.386.481 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 930.321 | 822.587 | 438.078 |
| 2.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 97.841 | 120.776 | 77.361 |
| 2.01.02 | Debêntures | 0 | 16.851 | 14.187 |
| 2.01.03 | Fornecedores | 174.667 | 144.946 | 96.792 |
| 2.01.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 54.715 | 70.796 | 44.784 |
| 2.01.05 | Dividendos a Pagar | 276.168 | 216.628 | 32.233 |
| 2.01.06 | Provisões | 130.475 | 100.473 | 41.161 |
| 2.01.06.01 | Obrigações estimadas 13 Salário e Férias | 7.801 | 7.487 | 7.504 |
| 2.01.06.02 | Imposto renda contrib social diferidos | 62.100 | 92.252 | 32.483 |
| 2.01.06.03 | Provisão para contingências | 574 | 734 | 1.174 |
| 2.01.06.04 | Provisão devolução baixa renda | 60.000 | 0 | 0 |
| 2.01.07 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 78.197 | 61.331 | 76.487 |
| 2.01.08 | Outros | 118.258 | 90.786 | 55.073 |
| 2.01.08.01 | Folha de pagamento | 5.321 | 6.801 | 2.907 |
| 2.01.08.02 | Encargos de dívidas | 5.035 | 5.753 | 9.107 |
| 2.01.08.03 | Taxas regulamentares | 18.337 | 12.121 | 22.401 |
| 2.01.08.04 | Participação dos empregados | 7.653 | 7.370 | 5.738 |
| 2.01.08.05 | Taxa de iluminação pública arrecadada | 7.993 | 6.774 | 5.379 |
| 2.01.08.06 | Obrigações com benefícios pós-emprego | 4.063 | 284 | 2.246 |
| 2.01.08.07 | Programa pesq & desenv- Eficiência energ | 42.713 | 28.622 | 0 |
| 2.01.08.08 | Outras obrigações | 27.143 | 23.061 | 7.295 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 799.808 | 843.903 | 802.077 |
| 2.02.01 | Passivo Exigível a Longo Prazo | 799.808 | 843.903 | 802.077 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 386.125 | 413.038 | 460.694 |
| 2.02.01.02 | Debêntures | 0 | 66.395 | 80.223 |
| 2.02.01.03 | Provisões | 158.459 | 154.366 | 112.582 |
| 2.02.01.03.01 | Provisão para contingências | 79.792 | 86.604 | 66.496 |
| 2.02.01.03.02 | Imposto renda e contr social diferidos | 78.667 | 67.762 | 46.086 |
| 2.02.01.04 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 125.773 | 63.339 | 0 |
| 2.02.01.05 | Adiantamento para Futuro Aumento Capital | 0 | 0 | 0 |
| 2.02.01.06 | Outros | 129.451 | 146.765 | 148.578 |
| 2.02.01.06.01 | Fornecedores | 37.330 | 53.731 | 56.477 |
| 2.02.01.06.02 | Tributos e contribuições sociais | 8.664 | 14.014 | 16.019 |
| 2.02.01.06.03 | Obrigações com benefícios pós-emprego | 72.888 | 75.400 | 72.303 |
| 2.02.01.06.04 | Outras obrigações | 10.569 | 3.620 | 3.779 |
| 2.02.02 | Resultados de Exercícios Futuros | 0 | 0 | 0 |
| 2.04 | Patrimônio Líquido | 780.464 | 733.919 | 1.146.326 |
| 2.04.01 | Capital Social Realizado | 433.057 | 433.057 | 433.057 |
| 2.04.02 | Reservas de Capital | 298.562 | 266.930 | 688.793 |
| 2.04.03 | Reservas de Reavaliação | 0 | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2006 | 4 - 31/12/2005 | 5 - 31/12/2004 |
|------------|--|----------------|----------------|----------------|
| 2.04.03.01 | Ativos Próprios | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.03.02 | Controladas/Coligadas e Equiparadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.04 | Reservas de Lucro | 48.845 | 33.932 | 24.476 |
| 2.04.04.01 | Legal | 48.845 | 33.932 | 24.476 |
| 2.04.04.02 | Estatutária | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.04.03 | Para Contingências | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.04.04 | De Lucros a Realizar | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.04.05 | Retenção de Lucros | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.04.06 | Especial p/ Dividendos Não Distribuídos | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.04.07 | Outras Reservas de Lucro | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.06 | Adiantamento para Futuro Aumento Capital | 0 | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2006 a 31/12/2006 | 4 - 01/01/2005 a 31/12/2005 | 5 - 01/01/2004 a 31/12/2004 |
|------------|---|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 2.336.960 | 2.224.753 | 1.849.892 |
| 3.01.01 | Consumidores, concession e permissionari | 2.290.599 | 2.024.446 | 1.787.333 |
| 3.01.02 | Baixa renda | 99.675 | 134.780 | 98.594 |
| 3.01.03 | Reposicionamento revisão tarifária | (35.749) | 46.224 | 2.655 |
| 3.01.04 | Saldo a cobrar reajuste tarifário 2005 | (35.692) | 35.692 | 0 |
| 3.01.05 | Recuperação perda de receita racionamento | (57.677) | (55.366) | (47.455) |
| 3.01.06 | Recuperação energia livre- Geradoras | (25.090) | (17.802) | (15.140) |
| 3.01.07 | Suprimento de energia elétrica | 12.731 | 7.126 | 2.187 |
| 3.01.08 | Receita de uso da rede elétrica | 46.081 | 21.502 | 762 |
| 3.01.09 | Outras receitas | 42.082 | 28.151 | 20.956 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (645.632) | (643.231) | (515.609) |
| 3.02.01 | ICMS | (514.217) | (457.662) | (379.274) |
| 3.02.02 | COFINS | (90.818) | (105.139) | (50.385) |
| 3.02.03 | PIS | (21.291) | (25.453) | (7.947) |
| 3.02.04 | Quota para reserva global de reversão | (17.982) | (16.273) | (17.659) |
| 3.02.05 | ISS | (839) | (241) | (103) |
| 3.02.06 | Encargo capacidade/aquisição emergencial | (485) | (38.463) | (60.241) |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 1.691.328 | 1.581.522 | 1.334.283 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | (1.059.609) | (1.033.589) | (1.048.518) |
| 3.04.01 | Energia elétrica comprada para revenda | (714.966) | (689.683) | (727.836) |
| 3.04.02 | Encargos de uso da rede de transmissão | (68.753) | (87.098) | (88.686) |
| 3.04.03 | Pessoal | (62.050) | (65.297) | (60.597) |
| 3.04.04 | Entidade de previdência privada | (9.167) | (8.600) | (8.159) |
| 3.04.05 | Material | (6.388) | (4.994) | (4.876) |
| 3.04.06 | Serviços de terceiros | (95.058) | (82.751) | (70.035) |
| 3.04.07 | Depreciação e amortização | (92.568) | (85.588) | (81.167) |
| 3.04.08 | Outras | (5.475) | (5.124) | (5.647) |
| 3.04.09 | Custo do serviço prestado a terceiros | (5.184) | (4.454) | (1.515) |
| 3.05 | Resultado Bruto | 631.719 | 547.933 | 285.765 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | (276.906) | (385.285) | (253.106) |
| 3.06.01 | Com Vendas | (27.704) | (21.067) | (17.117) |
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | (180.954) | (271.552) | (174.053) |
| 3.06.02.01 | Gerais e administrativas | (34.213) | (44.635) | (36.285) |
| 3.06.02.02 | Amortização/Reversão do ágio | (15.033) | (15.038) | (43.896) |
| 3.06.02.03 | Conta consumo de combustível | (93.272) | (64.685) | (54.009) |
| 3.06.02.04 | Conta de desenvolvimento energético | (12.505) | (11.714) | (8.070) |
| 3.06.02.05 | Taxa de fiscalização da ANEEL | (3.667) | (2.720) | (2.737) |
| 3.06.02.06 | Programa de efíc. energética e P&D | (17.976) | (17.811) | (2.571) |
| 3.06.02.07 | Provisões para crédito de liq duvidosa | (7.180) | (89.932) | (21.678) |
| 3.06.02.08 | Provisão para contingências | 5.113 | (22.738) | (201) |
| 3.06.02.09 | Outras | (2.221) | (2.279) | (4.606) |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2006
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2006 a 31/12/2006 | 4 - 01/01/2005 a 31/12/2005 | 5 - 01/01/2004 a 31/12/2004 |
|---------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3.06.03 | Financeiras | (68.248) | (92.666) | (61.936) |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | 96.440 | 109.640 | 91.567 |
| 3.06.03.01.01 | Renda de aplicações financeiras | 12.563 | 7.563 | 17.834 |
| 3.06.03.01.02 | Acréscimo moratório em conta de energia | 37.542 | 34.929 | 32.287 |
| 3.06.03.01.03 | Atualização perda receita racionamento | 34.141 | 48.911 | 32.239 |
| 3.06.03.01.04 | Outras | 12.194 | 18.237 | 9.207 |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | (164.688) | (202.306) | (153.503) |
| 3.06.03.02.01 | Encargos de dívidas | (73.252) | (94.898) | (101.970) |
| 3.06.03.02.02 | Variações monetárias | (4.944) | (4.269) | (9.653) |
| 3.06.03.02.03 | Juros sobre capital próprio | (57.500) | (87.000) | (28.500) |
| 3.06.03.02.04 | Outras | (28.992) | (16.139) | (13.380) |
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | 0 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Operacional | 354.813 | 162.648 | 32.659 |
| 3.08 | Resultado Não Operacional | 290 | (16.232) | (1.974) |
| 3.08.01 | Receitas | 845 | 1.794 | 2.464 |
| 3.08.02 | Despesas | (555) | (18.026) | (4.438) |
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 355.103 | 146.416 | 30.685 |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | (126.722) | (13.062) | (945) |
| 3.10.01 | Impostos de renda | (91.270) | (8.899) | (371) |
| 3.10.02 | Contribuição social | (35.452) | (4.163) | (574) |
| 3.11 | IR Diferido | 17.872 | (25.481) | (17.763) |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | (5.495) | (5.749) | (3.948) |
| 3.12.01 | Participações | (5.495) | (5.749) | (3.948) |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 57.500 | 87.000 | 28.500 |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Período | 298.258 | 189.124 | 36.529 |
| | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil) | 155.710.600 | 155.710.600 | 155.710.600 |
| | LUCRO POR AÇÃO (Reais) | 0,00192 | 0,00121 | 0,00023 |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais) | | | |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2006 a 31/12/2006 | 4 - 01/01/2005 a 31/12/2005 | 5 - 01/01/2004 a 31/12/2004 |
|---------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 4.01 | Origens | 901.179 | 595.700 | 430.468 |
| 4.01.01 | Das Operações | 258.953 | 216.360 | 78.452 |
| 4.01.01.01 | Lucro/Prejuízo do Período | 298.258 | 189.124 | 36.529 |
| 4.01.01.02 | Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante | (39.305) | 27.236 | 41.923 |
| 4.01.01.02.01 | Recomposição tarifária longo prazo | (30.650) | (48.645) | (31.871) |
| 4.01.01.02.02 | BAixa de depósitos vinculados a litígio | (153) | 445 | 1.181 |
| 4.01.01.02.03 | Provisão perda de receita- racionamento | 348 | 56.333 | 0 |
| 4.01.01.02.04 | Depreciação e amortização | 94.530 | 89.507 | 84.967 |
| 4.01.01.02.05 | Amortização do ágio da incorporação | 15.033 | 15.038 | 43.896 |
| 4.01.01.02.06 | Variação monetária e cambial de longo pr | 2.685 | (13.749) | 4.091 |
| 4.01.01.02.07 | Custo dos ativos imobilizados baixados | 2.389 | 3.370 | 2.928 |
| 4.01.01.02.08 | Imposto de renda e contribuição social d | (3.045) | (18.411) | 21.746 |
| 4.01.01.02.09 | Provisão para contingências | (5.155) | 22.738 | (1.229) |
| 4.01.01.02.10 | Receita recebida antecipadamente | 0 | 0 | (57.746) |
| 4.01.01.02.11 | Despesas antecipadas | (132.104) | (81.268) | (25.402) |
| 4.01.01.02.12 | Outros | 16.817 | 1.878 | (638) |
| 4.01.02 | Dos Acionistas | 0 | 0 | 0 |
| 4.01.03 | De Terceiros | 642.226 | 379.340 | 352.016 |
| 4.01.03.01 | Financiamentos obtidos | 92.180 | 67.308 | 119.264 |
| 4.01.03.02 | Emissão de debêntures | 0 | 0 | 91.623 |
| 4.01.03.03 | Obrigações vinculados a concessão | 79.350 | 48.789 | 18.690 |
| 4.01.03.04 | Transf. ativos longo prazo para circulan | 219.900 | 160.179 | 89.173 |
| 4.01.03.05 | Transf. passivos curto para longo prazo | 219.144 | 95.175 | 25.982 |
| 4.01.03.06 | Baixa de investimentos | 20 | 387 | 210 |
| 4.01.03.07 | Doações e subvenções para investimento | 31.632 | 7.502 | 7.074 |
| 4.02 | Aplicações | 1.125.831 | 691.316 | 391.692 |
| 4.02.01 | No realizável a longo prazo | 113.079 | 21.511 | 9.104 |
| 4.02.02 | No Imobilizado | 343.098 | 251.230 | 170.050 |
| 4.02.03 | No Diferido | 2.246 | 0 | 0 |
| 4.02.04 | Transf. passivos longo para curto | 382.694 | 171.375 | 171.660 |
| 4.02.05 | Transf. de ativos curto para longo | 1.369 | 10.686 | 6.176 |
| 4.02.06 | Juros capital próprio e dividendos | 283.345 | 227.768 | 34.702 |
| 4.02.07 | Programa de eficiência energética e P&D | 0 | 8.746 | 0 |
| 4.03 | Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante | (224.652) | (95.616) | 38.776 |
| 4.04 | Variação do Ativo Circulante | (116.918) | 288.893 | (54.438) |
| 4.04.01 | Ativo Circulante no Início do Período | 815.747 | 526.854 | 581.292 |
| 4.04.02 | Ativo Circulante no Final do Período | 698.829 | 815.747 | 526.854 |
| 4.05 | Variação do Passivo Circulante | 107.734 | 384.509 | (93.214) |
| 4.05.01 | Passivo Circulante no Início do Período | 822.587 | 438.078 | 531.292 |
| 4.05.02 | Passivo Circulante no Final do Período | 930.321 | 822.587 | 438.078 |

Divulgação Externa
Legislação Societária

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------------------|------------------------------|
| 5.01 | Saldo Inicial | 433.057 | 266.930 | 0 | 33.932 | 0 | 733.919 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Período | 0 | 0 | 0 | 0 | 298.258 | 298.258 |
| 5.07 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 14.913 | (298.258) | (283.345) |
| 5.07.01 | Reserva Legal | 0 | 0 | 0 | 14.913 | (14.913) | 0 |
| 5.07.02 | Dividendos | 0 | 0 | 0 | 0 | (225.845) | (225.845) |
| 5.07.03 | Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 | (57.500) | (57.500) |
| 5.07.04 | Outros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Outros | 0 | 31.632 | 0 | 0 | 0 | 31.632 |
| 5.08.01 | Doações e subvenções para investimento | 0 | 31.632 | 0 | 0 | 0 | 31.632 |
| 5.09 | Saldo Final | 433.057 | 298.562 | 0 | 48.845 | 0 | 780.464 |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------------------|------------------------------|
| 5.01 | Saldo Inicial | 433.057 | 688.793 | 0 | 24.476 | 0 | 1.146.326 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 48.100 | 48.100 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 0 | 0 | 0 | 0 | 189.124 | 189.124 |
| 5.07 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 9.456 | (237.224) | (227.768) |
| 5.07.01 | Reserva Legal | 0 | 0 | 0 | 9.456 | (9.456) | 0 |
| 5.07.02 | Dividendos | 0 | 0 | 0 | 0 | (140.768) | (140.768) |
| 5.07.03 | Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 | (87.000) | (87.000) |
| 5.08 | Outros | 0 | (421.863) | 0 | 0 | 0 | (421.863) |
| 5.08.01 | Provisão Reserva de Ágio da Incorporação | 0 | (429.385) | 0 | 0 | 0 | (429.385) |
| 5.08.02 | Doações e subvenções para investimento | 0 | 7.502 | 0 | 0 | 0 | 7.502 |
| 5.09 | Saldo Final | 433.057 | 266.930 | 0 | 33.932 | 0 | 733.919 |

Divulgação Externa
Legislação Societária

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------------------|------------------------------|
| 5.01 | Saldo Inicial | 433.057 | 681.719 | 0 | 22.849 | 0 | 1.137.425 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 0 | 0 | 0 | 0 | 36.529 | 36.529 |
| 5.07 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 1.827 | (36.529) | (34.702) |
| 5.07.01 | Reserva legal | 0 | 0 | 0 | 1.827 | (1.827) | 0 |
| 5.07.02 | Juros sobre capital próprio | 0 | 0 | 0 | 0 | (28.500) | (28.500) |
| 5.07.03 | Dividendos | 0 | 0 | 0 | 0 | (6.202) | (6.202) |
| 5.08 | Outros | 0 | 7.074 | 0 | 0 | 0 | 7.074 |
| 5.08.01 | Doações e Subvenções para investimento | 0 | 7.074 | 0 | 0 | 0 | 7.074 |
| 5.09 | Saldo Final | 433.057 | 688.793 | 0 | 24.476 | 0 | 1.146.326 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Energética do Ceará - COELCE
Fortaleza - Ceará

1. Examinamos os balanços patrimoniais da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE, levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - COELCE em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2006, a Companhia mantém transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE pendentes de liquidação e de revisão por parte do MAE. Com relação às transações pendentes de liquidação, a Companhia possui registrado como contas a receber o montante de R\$ 13.575 mil (R\$ 13.574 mil em 31 de dezembro de 2005), sob efeito de liminares judiciais para suspensão dos pagamentos. Esses montantes podem estar sujeitos a alterações, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretações das regras do mercado em vigor.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Outros agentes do mercado não honraram seus pagamentos com a COELCE, com efeito de liminares judiciais para suspensão da liquidação financeira desses valores nas datas estabelecidas pelo MAE, resultando em um montante vencido de R\$ 2.560 mil, em 31 de dezembro de 2006 e de 2005. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem nenhuma provisão para perdas em relação a essas contas a receber em atraso.

5. As Informações Suplementares para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, referentes ao Balanço Social, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 2 de março de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC-SP Nº 97.866 TPE S/CE

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |
| 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | |

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2006



| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |
| 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | |

ÍNDICE

Relatório da Administração

ANEXO I: Balanços Sociais - Ibase

ANEXO II: Demonstrações do Valor Adicionado

ANEXO III: Demonstrações do Fluxo de Caixa

Balanços Patrimoniais

Demonstrações do Resultado

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Parecer dos auditores independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho de Administração

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006.

Encerramos 2006 com os melhores resultados operacionais e financeiros já alcançados na história da Coelce. O ano marcou a conquista de significativos avanços no relacionamento com nossos clientes e com a comunidade. Atingimos a marca de 2,5 milhões de clientes, com 105 mil novas unidades consumidoras. Nossa energia vendida registrou um crescimento de 2,4%, chegando a um volume de 6,9 mil gigawatts hora.

Os investimentos totalizaram R\$ 343 milhões, valor 37% superior ao realizado em 2005. Parte significativa desse montante foi aplicada em projetos de ampliação e aperfeiçoamento do sistema elétrico, controle de perdas de energia e melhorias na área operacional. Como resultado, obtivemos melhorias expressivas nos indicadores de qualidade dos nossos serviços: o índice de frequência das interrupções de fornecimento da energia elétrica (FEC) reduziu 13% em relação a 2005, e o índice de duração das interrupções de fornecimento da energia elétrica (DEC) caiu 8%, comparado a 2005. Pela primeira vez, o DEC da Coelce foi o menor da região Nordeste, com a marca de 11,42 horas no ano.

Implantamos muitas ações para aprimorar o relacionamento com os clientes. Dentre essas iniciativas, destacamos o contínuo aperfeiçoando dos processos de atendimento nas agências e central de relacionamento, que foram certificados pela norma ISO 9001:2000. Instalamos novos terminais de auto-atendimento, ampliamos a rede de arrecadação e ofertamos novos serviços. Reformulamos o processo de atendimento emergencial, com a implantação de novas tecnologias que permitem fornecer aos consumidores informações precisas sobre o tempo de solução das suas demandas.

Como consequência desses esforços e de uma comunicação eficaz sobre seus benefícios, verificamos um aumento na satisfação dos clientes, constatada na

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

pesquisa realizada pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), na qual apresentamos significativa melhora no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), passando de 79,2%, em 2005, para 83,4% em 2006. Nossa Companhia foi classificada, nesse quesito, em 1º lugar na região Nordeste. Esse desempenho, combinado à nossa performance operacional e econômico-financeira, renderam à Coelce o Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora da Região Nordeste em 2006.

Os investimentos no controle de perdas e inadimplência também apresentaram resultados importantes. Destinamos R\$ 50 milhões para projetos de regularização de clientes e implantação de redes anti-furto, e comemoramos a redução no índice de perdas, que passou de 14% em 2005 para 13% em 2006. Nosso esforço contínuo na gestão mercadológica nos permitiu manter um elevado nível de arrecadação, que encerrou 2006 em 99,7% das vendas faturadas.

O bom desempenho da Coelce é fruto do talento e da dedicação de sua equipe. Para manter um quadro de profissionais motivado e comprometido com os objetivos corporativos, implantamos em 2006 um modelo de gestão por competências, adaptando nossa política de remunerações e benefícios, recrutamento, promoções e capacitação. Para propiciar um canal de participação e potencialização das idéias dos colaboradores, visando à melhoria contínua nos processos operacionais e também a geração de novos conceitos para oferta de produtos e serviços aos nossos clientes, implantamos o INOVA Coelce, um processo estruturado de incentivo e implementação de inovações.

Ratificamos, em 2006, o compromisso de assegurar as melhores condições de saúde e segurança para nossos colaboradores, com a implantação do sistema de gestão da segurança e saúde ocupacional, certificado nos padrões da norma internacional OHSAS 18001.

Essas iniciativas, em conjunto com diversas ações destinadas a aprimorar a comunicação interna, melhorar as condições físicas do ambiente de trabalho, estimular a participação dos colaboradores na avaliação de temas relevantes e ampliar o contato dos profissionais com a alta administração, levaram a uma sensível melhoria do clima organizacional da Coelce. O índice de satisfação dos colaboradores subiu dos 84%, alcançados em 2005, para 92% em 2006. Os colaboradores ratificaram também sua satisfação quanto à Companhia e às suas políticas e práticas de gestão de pessoas, ao situar a Coelce entre as Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, na conceituada avaliação organizada pelas revistas Exame e Você S.A.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estamos comprometidos com a comunidade e com o desenvolvimento do Estado do Ceará. Ao longo de 2006, desenvolvemos e incentivamos diversos projetos sociais e ambientais. Na área ambiental, destacamos a implantação do Sistema de Gestão Ambiental da Companhia, certificado em 2006 pela norma ISO 14001, e o Projeto Ecoelce, que consiste em coletar resíduos sólidos para reciclagem, concedendo um bônus financeiro na conta de energia elétrica dos clientes que aderirem. Na área de educação, lançamos em 2006 o projeto Escola Coelce-Caminhos Eficientes, que utiliza uma carreta estruturada com sala de aula, maquetes educativas, teatro e cinema, levando conhecimento, informações voltadas ao uso eficiente de energia e preservação ambiental a diversos municípios do Estado.

A melhoria na rentabilidade para nossos acionistas foi outra importante conquista em 2006. O nível positivo de faturamento, o crescimento da demanda de energia elétrica e a expansão da receita com novos produtos e serviços, aliados à disciplina de custos (a Coelce manteve, em 2006, um dos melhores indicadores de custos por cliente do País), propiciaram a evolução de 48% na nossa geração de caixa (Ebitda). Continuamos, em 2006, a gradativa redução dos custos de financiamento, que nos permite permanecer entre as empresas de menor custo financeiro do setor, e com índices de endividamento equilibrados.

Encerramos o ano com lucro líquido de R\$ 298 milhões e com boas perspectivas de liquidez em 2007, o que nos permite propor a manutenção do nível de 95% de distribuição do lucro líquido na forma de dividendos aos nossos acionistas.

Os esforços para alcançar índices crescentes de qualidade e eficiência foram reconhecidos pelo mercado. Registramos expressiva valorização nas ações da Coelce e ficamos, em 2006, entre as ações de maior rentabilidade da Bovespa. Comemoramos, também, a entrada das ações PNA da Coelce no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, que reconhece as empresas comprometidas com a sustentabilidade e responsabilidade social empresarial.

Em 2007 teremos importantes desafios. Seremos a primeira empresa a passar pelo processo de Revisão Tarifária o qual esperamos que preserve o nosso equilíbrio econômico-financeiro e sinalize adequadamente a remuneração aos investimentos necessários para assegurar o atendimento às expectativas cada vez mais elevadas de nossos clientes. Avançaremos, também, na universalização do serviço de energia elétrica, para proporcionar melhor qualidade de vida à sociedade cearense.

Enfrentaremos, com determinação, o desafio de continuar a evolução favorável dos indicadores operacionais, de qualidade dos serviços, de atendimento aos

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

clientes e de desempenho econômico-financeiro. Seguiremos acreditando na inovação para melhorar processos e para alavancar resultados, por meio da oferta de novos serviços e produtos focados para o atendimento das necessidades identificadas de nossa base de clientes. Reforçaremos o relacionamento com nossos clientes e com a sociedade em geral, posicionando a Coelce como empresa comprometida com a satisfação dos clientes e com o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

Mário Fernando de Melo Santos
Presidente do Conselho de Administração

Cristián Eduardo Fierro Montes
Diretor Presidente

Principais Indicadores da Coelce

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9 CIA ENERG CEARA - COELCE 07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

| Mercado | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|
| Energia Faturada (GWh) | 5.593 | 5.985 | 6.260 | 6.713 | 6.877 |
| Nº de Consumidores Ativos (milhares) | 2.164 | 2.255 | 2.334 | 2.438 | 2.543 |
| Consumo residencial médio (Kwh/ano) | 1.083 | 1.114 | 1.079 | 1.120 | 1.116 |
| Tarifas médias de fornecimento, incluindo ICMS (R\$/MWh) | | | | | |
| Residencial ¹ | 246,40 | 271,00 | 305,75 | 482,89 | 554,10 |
| Residencial Baixa Renda | | | | 178,07 | 212,54 |
| Comercial | 243,84 | 304,47 | 364,01 | 408,96 | 462,32 |
| Industrial | 141,42 | 183,82 | 217,72 | 261,63 | 332,75 |
| Rural | 119,49 | 151,34 | 173,44 | 191,31 | 207,00 |

¹ Até 2004, a tarifa média contempla clientes residenciais normais e baixa renda

| Econômico-Financeiros | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Resultados | | | | | |
| Receita Operacional Bruta (R\$ mil) | 1.234.085 | 1.433.166 | 1.849.892 | 2.224.753 | 2.336.960 |
| Receita Operacional Líquida (R\$ mil) | 915.941 | 1.029.656 | 1.334.283 | 1.581.522 | 1.691.328 |
| EBITDA ² (R\$ mil) | 274.401 | 284.286 | 223.458 | 359.859 | 532.623 |
| Resultado do Serviço – EBIT ³ | 170.330 | 161.243 | 94.595 | 255.314 | 423.061 |
| Resultado Financeiro (R\$ Mil) | (52.599) | (45.354) | (33.436) | (5.666) | (10.748) |
| Lucro Líquido (R\$ mil) | 83.242 | 91.440 | 36.529 | 189.124 | 298.258 |
| Lucro Líquido por lote de mil ações (R\$) | 0,54 | 0,59 | 0,23 | 1,21 | 1,92 |
| Margens (%) | | | | | |
| Margem EBITDA | 30,0% | 27,6% | 16,7% | 22,8% | 31,5% |
| Margem EBIT | 18,6% | 15,7% | 7,1% | 16,1% | 25,0% |
| Margem líquida | 9,1% | 8,9% | 2,7% | 12,0% | 17,6% |
| Financeiro | | | | | |
| Ativo Total (R\$ Mil) | 2.507.459 | 2.488.007 | 2.386.481 | 2.400.409 | 2.510.593 |
| Patrimônio Líquido (R\$ Mil) | 1.170.665 | 1.137.425 | 1.146.326 | 733.919 | 780.464 |
| Investimentos (R\$ Mil) | 184.132 | 147.815 | 172.605 | 251.139 | 343.098 |
| Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo circulante) | 0,90 | 1,09 | 1,21 | 0,99 | 0,75 |
| Retorno sobre Patrimônio Líquido (%) | 7,0% | 7,9% | 3,2% | 20,1% | 39,4% |
| Dívida Financeira Bruta (R\$ Mil) | 721.243 | 689.095 | 641.572 | 622.813 | 489.001 |
| Dívida Financeira Líquida (R\$ Mil) | 656.122 | 558.646 | 555.155 | 470.180 | 411.465 |
| Dívida Financeira Líquida / Patrimônio Líquido (%) | 56,0% | 49,1% | 48,4% | 64,1% | 52,7% |

² EBITDA reflete o lucro bruto antes das receitas e despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social, das depreciações e amortizações. O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração da Coelce e não é uma medida adotada pelas Práticas Contábeis Brasileiras ou Americanas.

³ EBIT reflete o lucro bruto antes das receitas e despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social. O EBIT é utilizado como uma medida de desempenho pela administração da Coelce e não é uma medida adotada pelas Práticas Contábeis Brasileiras ou Americanas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

| Ações ⁴ | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Valor de mercado das ações PNA (R\$/Mil) | 3,00 | 4,24 | 4,12 | 7,10 | 11,45 |
| Valor de mercado das ações PNB (R\$/Mil) | 3,78 | 2,52 | 7,50 | 6,00 | 10,23 |
| Valor de mercado das Ações ON (R\$/Mil) | 3,01 | 3,80 | 3,50 | 7,00 | 13,40 |
| Distribuição de Resultados ⁵ (R\$ Mil) | 116.987 | 86.868 | 34.702 | 227.768 | 283.345 |
| Valor de Mercado da Companhia (R\$ Mil) | 470.698 | 612.171 | 593.204 | 1.092.260 | 1.966.290 |
| Nº de Ações PNA (mil) | 56.234.898 | 56.236.537 | 56.237.203 | 56.237.203 | 56.245.389 |
| Nº de Ações PNB (mil) | 3.339.827 | 3.338.188 | 3.337.522 | 3.337.522 | 3.329.337 |
| Nº de Ações ON (mil) | 96.135.875 | 96.135.875 | 96.135.875 | 96.135.875 | 96.135.875 |
| Nº Total de Ações (mil) | 155.710.600 | 155.710.600 | 155.710.600 | 155.710.600 | 155.710.600 |

⁴ Valores referentes à última cotação do exercício de 2006.

⁵ Incluindo desdobramento e resgate de ações em 2002.

| Corpo Funcional | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Nº de colaboradores próprios | 1.401 | 1.375 | 1.337 | 1.319 | 1.313 |
| Nº de colaboradores terceirizados | 4.378 | 4.246 | 5.826 | 5.853 | 6.376 |
| Nº de estagiários | 98 | 87 | 123 | 184 | 193 |
| Nº de colaboradores total | 5.877 | 5.708 | 7.286 | 7.356 | 7.882 |

| Produtividade | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|---------------------------------------|-------|-------|-------|--------|--------|
| Consumidores por empregado | 1.544 | 1.640 | 1.745 | 1.848 | 1.937 |
| Energia vendida por empregado (MWh) | 3.992 | 4.353 | 4.682 | 5.089 | 5.238 |
| Custos por cliente ⁶ (R\$) | 79,71 | 94,73 | 88,97 | 103,81 | 103,60 |
| Perdas de energia (%) | 12,90 | 13,50 | 13,90 | 14,00 | 13,00 |
| DEC ⁷ (horas) | 20,66 | 16,36 | 14,60 | 12,45 | 11,42 |
| FEC ⁸ (quantidade) | 17,20 | 15,53 | 11,95 | 10,44 | 9,11 |

⁶ Pessoal + Material + Serviços de terceiros + Programa de Eficiência Energética + Outras Despesas Operacionais

⁷ Duração Equivalente da Interrupção por cliente

⁸ Frequência Equivalente da Interrupção por cliente

| Indicadores ambientais – Ibase | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|
| Investimentos em Meio Ambiente (R\$ Mil) | 2.985 | 5.306 | 4.688 | 7.954 | 8.435 |

| Indicadores Sociais – Ibase | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|---|--------|--------|--------|--------|---------|
| Investimentos sociais internos (R\$ Mil) | 41.848 | 47.413 | 46.746 | 52.139 | 54.945 |
| Total de contribuições para a Sociedade (R\$ Mil) | 73.670 | 37.489 | 62.032 | 79.781 | 154.546 |

| Distribuição do Valor Adicionado | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|
| Pessoal e Encargos (R\$ Mil) | 64.069 | 73.718 | 70.477 | 78.359 | 75.582 |
| Impostos, Taxas e Contribuições (R\$ Mil) | 397.943 | 491.215 | 620.809 | 785.288 | 890.562 |
| Juros e Aluguéis (R\$ Mil) | 140.716 | 162.208 | 130.291 | 120.436 | 112.505 |
| Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (R\$ Mil) | 79.175 | 88.868 | 34.702 | 179.668 | 283.345 |

15/06/2009 09:38:06

Pág: 22

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. Desempenho Operacional

Ambiente Regulatório

O ano foi marcado pela efetiva aplicação do novo modelo do setor elétrico. Entre os fatores que contribuíram para consolidação do ambiente regulatório merece destaque a metodologia que vigorará no 2º ciclo de revisão tarifárias das distribuidoras, definida por meio da Resolução ANEEL nº 234/06, a qual “estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica”. O novo modelo prevê a reavaliação da Base de Remuneração das concessionárias a cada dois ciclos de revisão. Assim, na terceira revisão periódica tarifária, que iniciará em 2010, todos os ativos imobilizados em serviço serão avaliados conforme metodologia e critérios estabelecidos na resolução aprovada. A revisão tarifária tem a finalidade de reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar ao consumidor os ganhos de produtividade da concessionária. O 2º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica inicia-se em abril de 2007 com a revisão tarifária periódica da Coelce, a qual ocorre a cada 4 anos.

O reajuste tarifário da companhia ocorre anualmente também no mês de abril e tem como objetivo propiciar à concessionária o equilíbrio econômico-financeiro de sua concessão, garantindo que a mesma não sofra perdas pela exposição ao processo inflacionário e pela variação de custos não gerenciáveis. Além disso, o reajuste anual permitir também ao consumidor a apropriação de parte dos ganhos de eficiência econômica que a concessionária alcança no período.

Tarifa da Coelce

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 22 de abril de 2006, as tarifas da Coelce tiveram um reajuste médio de 10,01%, de acordo com a Resolução Homologatória nº 321, de 18/04/2006. O reajuste médio percebido pelos clientes foi de 1,7%, em decorrência da saída da tarifa de ajustes de custos da parcela A (CVA) referentes a anos anteriores num percentual de 8,3%. O reajuste teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Dessa forma, os consumidores de baixa tensão tiveram um aumento de 1,07% em suas contas de energia, enquanto os consumidores de alta-tensão perceberam um aumento de 6,95%.

Mercado de Energia Elétrica

A energia elétrica distribuída (mercado cativo e livre) na área de concessão da Coelce atingiu a marca de 6,8 mil GWh, volume 2,9% superior aos 6,6 mil GWh do ano anterior. Esse crescimento foi superior aos 1,6% verificado no requisito de energia, o que representa uma redução das perdas de energia no Estado.

Mercado de Energia Elétrica

| Balanco de Energia | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | Variação 2005-2006 |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|
| Demanda de Energia MW | 1.020 | 1.087 | 1.144 | 1.172 | 1.202 | 2,5% |
| Energia Requerida GWh | 6.393 | 6.825 | 7.133 | 7.653 | 7.778 | 1,6% |
| Energia Distribuída GWh* | 5.566 | 5.905 | 6.141 | 6.580 | 6.769 | 2,9% |
| Residencial | 1.664 | 1.803 | 1.916 | 2.074 | 2.167 | 4,5% |
| Industrial | 1.688 | 1.697 | 1.774 | 1.533 | 1.166 | -23,9% |
| Consumidores Livres | - | - | - | 316 | 681 | 115,7% |
| Comercial | 1.007 | 1.076 | 1.110 | 1.191 | 1.251 | 5,0% |
| Rural | 414 | 497 | 477 | 554 | 576 | 4,1% |
| Poderes Públicos | 255 | 280 | 294 | 330 | 350 | 6,1% |
| Iluminação Pública | 319 | 326 | 335 | 335 | 329 | -1,8% |
| Serviços Públicos | 201 | 209 | 213 | 232 | 237 | 2,0% |
| Revenda | 10 | 9 | 4 | 4 | 2 | -46,5% |
| Consumo Próprio | 8 | 8 | 18 | 11 | 10 | -6,8% |

* Quantidade de energia efetivamente medida no período.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perfil e Número de clientes

A Coelce alcançou, em 2006, a expressiva marca de 2,5 milhões de clientes, com crescimento de 4,3% em relação a 2005. Desse total, 2,0 milhões de unidades consumidoras referem-se ao segmento residencial (cerca de 1,5 milhão classificados como baixa renda), número 3,9% maior que 2005, e 218,1 mil são clientes rurais, segmento que registrou expansão de 4,5% no ano.

O expressivo aumento de 4,7%, 40,9% e 7,6% verificado nas classes poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos, respectivamente, deve-se principalmente a alterações no sistema de medição desses clientes que passou a ser segmentado por unidade consumidora.

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | Varição 2006/05 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|
| Residencial | 1.595.764 | 1.686.963 | 1.871.241 | 1.943.684 | 2.020.253 | 3,9% |
| Normal | 553.516 | 534.930 | 531.370 | 527.716 | 533.662 | 1,1% |
| Baixa Renda | 1.042.248 | 1.152.033 | 1.339.871 | 1.415.968 | 1.486.591 | 5,0% |
| Industrial | 7.588 | 7.110 | 6.831 | 6.572 | 6.455 | -1,8% |
| Comercial | 139.899 | 137.969 | 136.141 | 138.696 | 141.469 | 2,0% |
| Rural | 241.073 | 251.384 | 189.591 | 208.797 | 218.162 | 4,5% |
| Poderes Públicos | 23.741 | 23.117 | 23.906 | 24.784 | 25.945 | 4,7% |
| Iluminação Pública | 261 | 590 | 1.068 | 1.536 | 2.164 | 40,9% |
| Serviços Públicos | 1.083 | 1.219 | 1.274 | 1.401 | 1.508 | 7,6% |
| Subtotal | 2.009.409 | 2.108.352 | 2.230.052 | 2.325.470 | 2.415.956 | 3,9% |
| Revenda | 3 | 3 | 2 | 2 | 3 | 50,0% |
| Consumo Próprio | 246 | 227 | 216 | 216 | 220 | 1,9% |
| Consumidores ativos sem fornecimento | 153.886 | 146.397 | 103.320 | 112.402 | 127.078 | 13,1% |
| Nº Total de Consumidores Ativos | 2.163.544 | 2.254.979 | 2.333.590 | 2.438.090 | 2.543.257 | 4,3% |

Evolução do Número de Consumidores por Classe

Energia Faturada

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Coelce faturou, em 2006, um total de 6,2 mil GWh, quantidade inferior àquela registrada em 2005. Essa redução deve-se principalmente à migração de 03 clientes para o mercado livre, cujos efeitos foram compensados pela receita obtida com a tarifa pelo uso do sistema de distribuição (TUSD).

A parte o consumo industrial, afetado pela saída de clientes livres, a energia faturada em 2006 cresceu 3,6% em relação à 2005. Esse resultado espelha o aumento de consumo residencial 3,5% e da classe comercial em 4,6%.

Energia Faturada (GWh)

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | Variação 2005/ 2006 |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------------------|
| Residencial | 1.729 | 1.879 | 2.020 | 2.178 | 2.255 | 3,5% |
| Industrial | 1.685 | 1.674 | 1.776 | 1.540 | 1.166 | -24,3% |
| Comercio, Serviços e outros | 1.010 | 1.088 | 1.125 | 1.206 | 1.261 | 4,6% |
| Rural | 424 | 536 | 498 | 579 | 592 | 2,2% |
| Poder Público | 254 | 282 | 298 | 332 | 355 | 7,0% |
| Iluminação Pública | 290 | 320 | 330 | 330 | 329 | -0,3% |
| Serviços Públicos | 201 | 206 | 213 | 232 | 238 | 2,5% |
| Total Faturado | 5.593 | 5.985 | 6.260 | 6.397 | 6.196 | -3,1% |
| Clientes Livres | | | | 316 | 681 | 115,2% |
| Total | | | | 6.713 | 6.877 | 2,4% |

Por categoria, o segmento residencial respondeu por um consumo da ordem de 2.255 GWh, o que significou 33% do total (1,1 mil GWh consumidos por clientes residenciais de baixa renda), enquanto os segmentos industrial e comercial tiveram participações respectivas de 17% (1,2 mil GWh) e 18% (1,3 mil GWh). Os clientes rurais corresponderam a 9% do total de energia comercializada.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

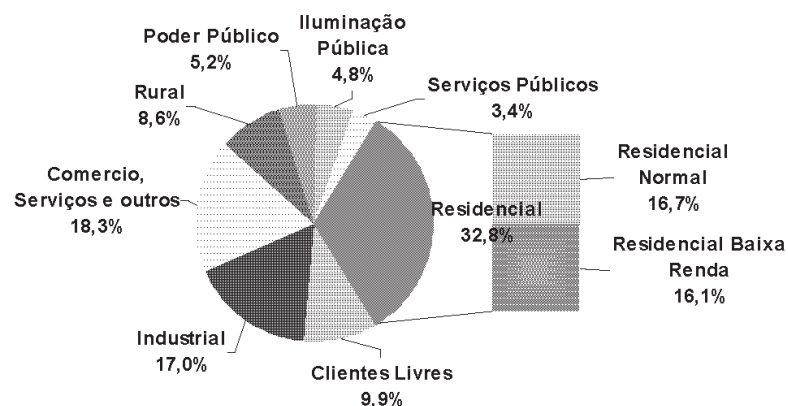
07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Participação por Classe de Consumidores (Energia faturada em GWh)

Tr
an
sp
ort
e
de
En
er
gia

Os
cli
ent
es
es
qu



e migram para o mercado livre pagam às distribuidoras uma tarifa pelo uso do sistema de distribuição (TUSD). Em 2006, o transporte de energia para atendimento aos consumidores livres apresentou crescimento de 115%, evoluindo de 316 GWh em 2005 para 681 GWh em 2006. No ano essa receita alcançou R\$ 46 milhões, contra R\$ 21 milhões no ano anterior.

A Coelce encerrou 2006 com 17 clientes livres, dos quais 10 eram apenas parcialmente livres. O consumo desses clientes representava aproximadamente 10% do mercado da Companhia. Com relação aos consumidores potencialmente livres, apenas 16 encontravam-se nesta condição em 31/12/2006, com consumo em torno de 6% do volume de energia vendida em 2006. A Companhia não prevê impacto relevante no seu faturamento pela saída de clientes para o mercado livre, tendo em vista sua política ativa de fidelização desses consumidores por meio de contratos de médio e longo prazo, além da receita obtida do transporte de energia em uma eventual saída desses clientes para o mercado livre.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

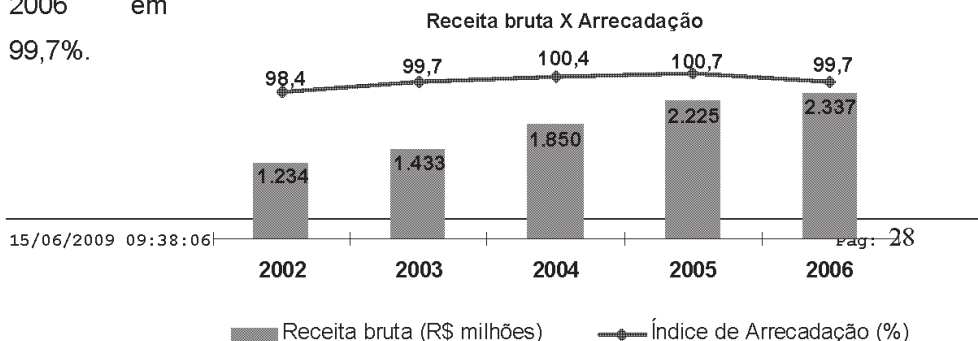
Controle da Inadimplência e Perdas de Energia

Inadimplência

Em 2006, a Companhia manteve seus esforços para aperfeiçoar as ferramentas de gestão mercadológica para controle da inadimplência. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- O uso de palm tops on line na execução dos serviços de corte e religação;
- A implantação de GPS (Sistema de Posicionamento Global) nas viaturas obtendo uma efficientização da mão-de-obra e otimização das rotas em corte e religação;
- Inserção de clientes devedores no cadastro negativo do SPC (Sociedade de Proteção ao Crédito);
- Criação de uma agência especializada na negociação de dívidas provenientes de consumos irregulares, causados por fraudes;
- Cobrança diferenciada por meio escritórios de advocacia especializados para realização de acompanhamento individual de clientes com dívida significativa que não se obteve êxito na cobrança extra-judicial.

Essas iniciativas propiciaram uma queda na relação entre o valor da dívida vencida e o montante médio diário faturado. Da marca de 44,7 dias, registrada no encerramento de 2005, esse indicador caiu para 39,4 dias no fechamento de 2006. Permitiram, ainda, a Companhia manter o elevado nível de arrecadação – montante arrecadado sobre o valor total faturado em 12 meses – que encerrou 2006 em 99,7%.



| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |
| 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | |

Perdas de Energia

Além das perdas do sistema (técnicas), as empresas do setor elétrico também precisam controlar as perdas comerciais (consumo irregular), cuja redução exige menor volume de investimentos. Em 2006, as perdas técnicas representaram aproximadamente 10,6% do total da energia comprada, mesmo percentual registrado em 2005, enquanto as perdas comerciais acumularam aproximadamente 2,4%, percentual inferior aos 3,4% do ano anterior.

O índice de perdas combinado, de 13,0%, reduziu 7% em relação a 2005, quando atingiu 14%. Essa diminuição foi resultado de várias ações que a Companhia vem desenvolvendo para combate e redução das perdas, com destaque para:

- Desenvolvimento de projetos sociais para conscientização sobre furto de energia e incentivo às denúncias;
- Utilização de novas tecnologias para melhorias do processo de inspeção de unidades consumidoras;
- Telemedição em mais de 3.000 clientes ligados à rede de média e alta tensão;
- Investimentos em projetos de redes anti-furto (Rede DAT). Em 2006 foram aplicados mais de R\$ 14 milhões em Rede DAT, na qual encontram-se conectados mais de 19 mil clientes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

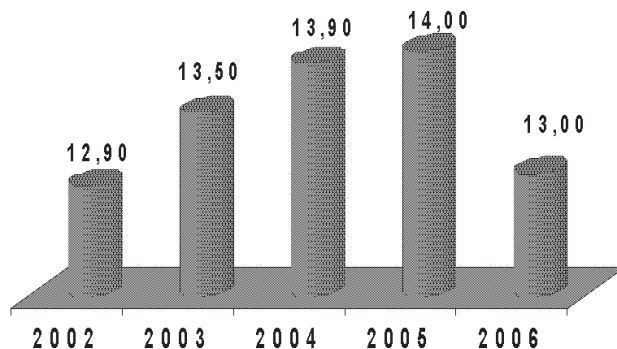
01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perdas de energia (%)



Qualidade do Fornecimento

A Coelce investe permanentemente na melhoria da qualidade do fornecimento. Para atingir níveis mais elevados de qualidade e ampliar a eficiência operacional, a Coelce adotou ao longo do ano, uma série de iniciativas:

- Construção de 3 novas subestações, 55 Km de rede de alta tensão e 4,3 mil Km de redes de distribuição (Média e Baixa Tensão);
- Inspeção minuciosa em 3,0 mil Km de linhas de Alta Tensão e em 57,6 mil Km de linhas de Média Tensão;
- Inspeção expedita em 21,11 mil Km de linhas de Alta Tensão e em 100,3 mil Km de linhas de Média Tensão;
- Retirada de 6.788 anomalias em linhas de Alta Tensão e de 15.820 em linhas de Média Tensão;
- Execução de 4.730 medições em transformadores;
- Lavagem, por meio de robôs telecomandados, em 7.392 estruturas de Alta Tensão e em 7.294 de Média Tensão;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

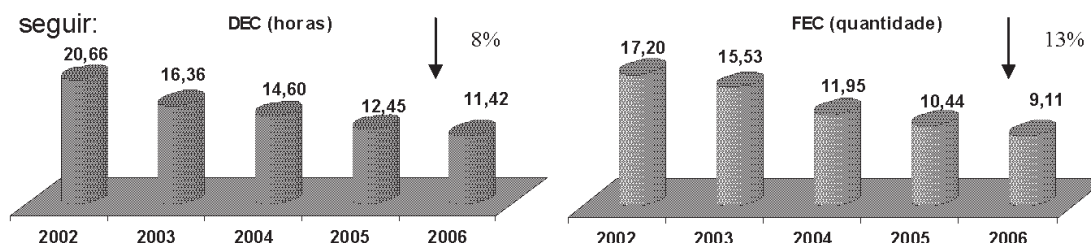
CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Redistribuição de cargas em 671 transformadores;
- Substituição de 1.666 transformadores avariados (296 urbanos e 1370 rurais);
e
- Inspeção termográfica em 1,6 mil Km de Alta Tensão e em 158 subestações.

Esse esforço possibilitou avanços expressivos nos principais índices de qualidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, conforme gráficos a seguir:



O **DEC** (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente), um dos índices de qualidade de serviço auferidos pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), encerrou o ano com 8% de redução em relação a 2005, ao cair de 12,45 para 11,42 horas. Esse desempenho coloca a Coelce como a melhor distribuidor de energia do Nordeste nesse indicador.

O **FEC** (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente), outro índice de controle de qualidade, também apresentou evolução, ao estabelecer a marca de 9,11 vezes, com retração de 13%.

Relacionamento com os clientes

Aperfeiçoar e estreitar o relacionamento com seus clientes é uma das prioridades do planejamento estratégico da Companhia, estabelecida no eixo estratégico de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

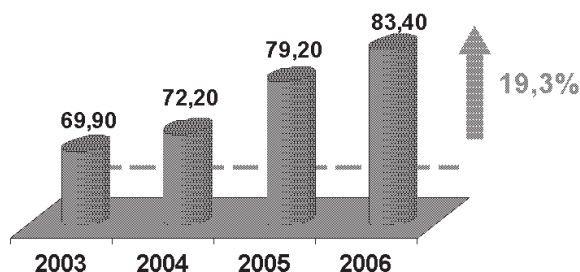
Satisfação dos Clientes, cujas ações têm permitido melhorar os indicadores de satisfação de seus consumidores.

Para essa maior aproximação a Coelce dispõe aos seus clientes diversos canais de relacionamento com acesso fácil, rápido e ágil, com destaque para a Central de relacionamento (Call Center), 200 agências de atendimento (presente em todos os municípios do estado), Agência Interativa (*Chat on line*), Auto Atendimento em agências, Ouvidoria, Carta serviço, além dos programas de atendimento hora marcada e Coelce nos bairros.

Além desses serviços, a Coelce possui uma área especializada e exclusiva para atender a grandes clientes. Como resultado do aprimoramento das atividades realizadas na área, em 2006, a agência de atendimento a grandes clientes foi certificada pela ISO 9.001.

A Coelce acompanha permanentemente a satisfação percebida por seus clientes quanto aos serviços prestados, ao atendimento, à comunicação e à informação, por meio de pesquisas realizadas em todo o Estado do Ceará. Os resultados desses levantamentos servem de referência para a criação de produtos e serviços

Evolução da Coelce na Pesquisa Abradee



Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), que

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

evoluiu dos 79,2%, em 2005, para 83,4%. Esse resultado classificou a Coelce como a Melhor distribuidora do Nordeste em satisfação dos clientes e na 5ª posição em nível nacional.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9 CIA ENERG CEARA - COELCE 07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras Auditadas e Notas Explicativas.

Principais Contas do Resultado (R\$ mil)

| | 2006 | 2005 | Var % |
|--|--------------------|--------------------|-------|
| Receita Bruta | 2.336.960 | 2.224.753 | 5% |
| Deduções à receita operacional | (645.632) | (643.231) | 0% |
| Receita Operacional Líquida | 1.691.328 | 1.581.522 | 7% |
| Custos do Serviço e Despesas Operacionais | (1.268.267) | (1.326.208) | -4% |
| Custos com Energia Elétrica | (783.719) | (776.781) | 1% |
| Custos de Operação e serviços prestados | (275.890) | (256.808) | 7% |
| Despesas Operacionais | (208.658) | (292.619) | -29% |
| Resultado do Serviço | 423.061 | 255.314 | 66% |
| Margem Operacional | 25% | 16% | |
| Resultado financeiro, sem efeito do JSCP | (10.748) | (5.666) | 90% |
| Resultado Operacional (após Resultado Financeiro) | 412.314 | 249.648 | 65% |
| Resultado Não-Operacional, Participações e Impostos | (114.056) | (60.524) | 88% |
| Lucro Líquido | 298.258 | 189.124 | 58% |
| EBITDA* | 532.623 | 359.859 | 48% |
| Margem Ebitda | 31% | 23% | |

* EBITDA: Lucro antes das receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social, depreciações e amortizações.

Em 2006, com um lucro líquido de R\$ 298,26 milhões, a Coelce registrou o melhor resultado de sua história, com crescimento de 58% em relação ao resultado de 2005 (R\$ 189,12 milhões). No exercício, o lucro líquido por ação avançou de R\$ 1,21 para 1,92.

Contribuíram para esse desempenho fatores como aumento na eficiência de redução de perdas comerciais e da inadimplência, a gestão eficiente de custos operacionais, aliados à rígida disciplina financeira.

A receita operacional líquida alcançou R\$ 1,69 bilhão (7% superior ao verificado em 2005) e os custos operacionais reduziram 4% (de R\$ 1,33 milhão para R\$ 1,27

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

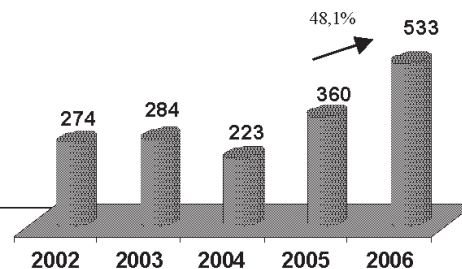
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

milhão), permitindo a obtenção de uma margem operacional de 25%, nove pontos percentuais acima dos 16% registrados no ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para a evolução da receita líquida foram:

- crescimento de 13% no faturamento de energia, devido, basicamente, ao reajuste tarifário percebido pelo consumidor na ordem de 1,7% aplicado a partir de abril de 2006 e do faturamento em 2006 do percentual de 12,46% suspenso por meio de liminar referente ao reajuste tarifário de 2005.
- aumento de 114% (R\$ 24,58 milhões) na receita de uso da rede elétrica que corresponde ao crescimento da quantidade de energia transmitida por meio da rede da Coelce aos consumidores livres. Essa quantidade atingiu 681 GWh em 2006 contra 316 GWh do ano anterior e compensa a perda de faturamento pela saída desses clientes do mercado cativo.
- crescimento de 49% (R\$ 13,93 milhões) na receita de vendas de novos produtos e serviços oferecidos pela Companhia aos clientes.

A redução das despesas operacionais de 29% em 2006 deve-se basicamente aos itens de provisões operacionais. A despesa de provisão para crédito de liquidação duvidosa reduziu em 7,5% (R\$ 1,5 milhão) em decorrência dos esforços empreendidos na recuperação de créditos vencidos. A provisão constituída sobre o saldo a cobrar do reajuste tarifário de 2005 (R\$ 13 milhões) foi totalmente revertida em 2006 e a provisão para contingências foi reduzida em razão da reavaliação do risco decorrente de perdas em processos cíveis (questionamentos de consumidores). Adicionalmente, em 2005, foi constituída provisão na ordem de R\$ 56 milhões destinada a cobrir possíveis perdas de ativo regulatório oriundo do racionamento, a qual em

EBITDA (R\$ milhões)



15/06/2009 09:38:06

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2006 foi somente complementada por um montante de R\$ 1,1 milhão.

A melhora no resultado operacional gerou expressivo aumento na geração de caixa medida pelo Ebitda (lucro antes das despesas e receitas financeiras, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização), que atingiu R\$ 532,6 milhões. Esse montante representa crescimento de 48% em relação ao ano anterior e um incremento na margem Ebitda. No exercício, a margem EBITDA registrou o recorde de 32%.

O resultado financeiro líquido ficou negativo em R\$ 10,7 milhões, maior do que os R\$ 5,7 milhões negativos apresentados no ano anterior. As receitas financeiras tiveram uma queda de 12% em relação a 2005 basicamente pela queda da taxa Selic, que provocou significativa redução das atualizações monetárias dos ativos regulatórios (perda de receita-acionamento, CVA de compra de energia, correção da parcela A e outras) não compensada pelo maior volume de rendas de aplicações financeiras. As despesas financeiras reduziram 7%, com destaque para a queda de 19% nos encargos de dívidas que reflete a capacidade da Companhia de reduzir o custo de seu endividamento.

Dividendos

Em 2006, a Coelce distribuiu R\$ 227,8 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalente a R\$ 1,46 por ação preferencial ou ordinária, significativamente superior ao valor de R\$ 34,7 milhões pagos em 2005.

Para a Assembléia Geral Ordinária de 2007, a administração da Coelce propõe a distribuição do montante de R\$ 57,5 milhões, na forma de Juros Sobre Capital Próprio, e R\$ 225,8 milhões a título de dividendos para os acionistas, totalizando R\$ 283,3 milhões, a serem pagos em 2007, relativamente aos resultados de 2006. Esse montante equivale a R\$ 1,82 por ação preferencial ou ordinária.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4. Endividamento

O endividamento da Coelce, em 31 de dezembro de 2006, totalizou R\$ 489 milhões, com redução de 21,5% em comparação ao mesmo período do exercício anterior. Em termos líquidos de caixa, a dívida somou R\$ 411,5 milhões, R\$ 58,7 milhões a menos que em 2005.

Ao longo do ano, a Coelce desenvolveu ações de redução do custo e alongamento do prazo médio de amortização da dívida, que permitiram melhorar o perfil do seu endividamento e manter o baixo risco de crédito da Companhia. A dívida bruta corresponde a 63% do patrimônio líquido na posição de 31 de dezembro de 2006.

Dentre as ações realizadas para melhoria dos indicadores da dívida, destaca-se a contratação e liberação de novas dívidas em 2006, de menor custo e maior prazo, que permitiram à Coelce liquidar antecipadamente suas obrigações decorrentes das debêntures emitidas em 2004, no valor de R\$ 71 milhões, que era a dívida de custo financeiro mais elevado da Companhia.

A relação dívida bruta/EBITDA evoluiu positivamente, caindo para 0,9 ao final de 2006, contra 1,7 no ano anterior. A relação entre a dívida total e *enterprise value* passou de 40% para 21%. A cobertura de juros, medida pela relação EBITDA/encargos financeiros, se elevou de 3,8 no final de 2005, para 6,9 no final de 2006.

O perfil da dívida financeira da Coelce mantém parcela expressiva (79% dos compromissos) no longo prazo. O prazo médio da dívida em 31 de dezembro de 2006 era de 3,32 anos contra 3,12 anos, ao final de 2005. Com a liberação de recursos de dívidas de longo prazo já contratadas, este prazo médio será gradativamente ampliado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

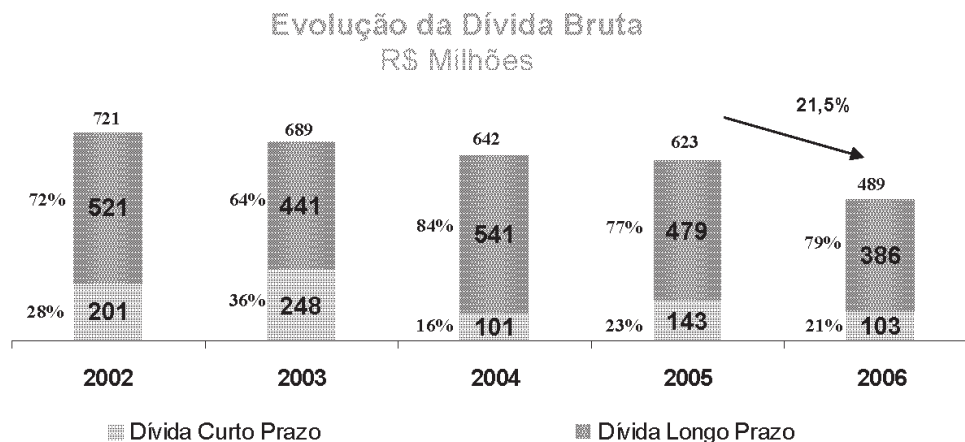
CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com o objetivo de evitar exposição às oscilações cambiais, a Companhia mantém uma política ativa de hedge, possuindo apenas 3,5% de sua dívida exposta à variação da taxa de câmbio. Parte das operações expostas à variação cambial são provenientes do financiamento BNDES em cesta de moedas e o restante decorre de dívida com a União Federal (Dívida Mobiliária de Médio e Longo Prazo – DMLP), com vencimento até 2024.

O custo líquido efetivo da dívida da Companhia, em dezembro de 2006, era equivalente a 10,6% ao ano, o que confere destaque a Coelce frente aos demais distribuidores de energia do País, pelo baixo custo financeiro de suas operações



de crédito.

Nas notas explicativas nº 16 e nº17 encontram-se detalhadas as operações que compõem a dívida financeira da Companhia.

5. Infra-Estrutura e Investimentos

Em 31 de dezembro de 2006, o sistema elétrico da Coelce era composto por 92.141 Km de linhas de distribuição, 3.852 Km de linhas de transmissão e 93

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

subestações. Esses ativos são vitais para que a Coelce leve a energia das fontes geradoras até seus clientes. A monitoração e manutenção desse sistema é prioridade, pois interferem diretamente na qualidade do serviço prestado aos consumidores.

| | Unid | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | Variação 2005/2006 |
|-----------------------|-------------|--------|--------|--------|--------|--------|-----------------------|
| Distribuição | <i>Km</i> | 76.106 | 79.067 | 80.259 | 90.587 | 92.141 | 1,7% |
| Transmissão | <i>Km</i> | 3.487 | 3.653 | 3.787 | 3.823 | 3.852 | 0,8% |
| Subestações | <i>Unid</i> | 86 | 88 | 88 | 90 | 93 | 3,3% |
| Cap. Instalada | <i>MVA</i> | 1.833 | 1.886 | 1.942 | 1.987 | 2.066 | 4,0% |

Para garantir a eficiência da rede, elevar os níveis de confiabilidade e ampliar a capacidade de atendimento, foram realizados investimentos de R\$ 343 milhões em obras de expansão, reformas e manutenção de seu sistema, controle de perdas, sistemas de informação e atendimento ao cliente, o que significou elevação de 37% em relação aos R\$ 251 milhões aplicados em 2005.

Evolução dos Investimentos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

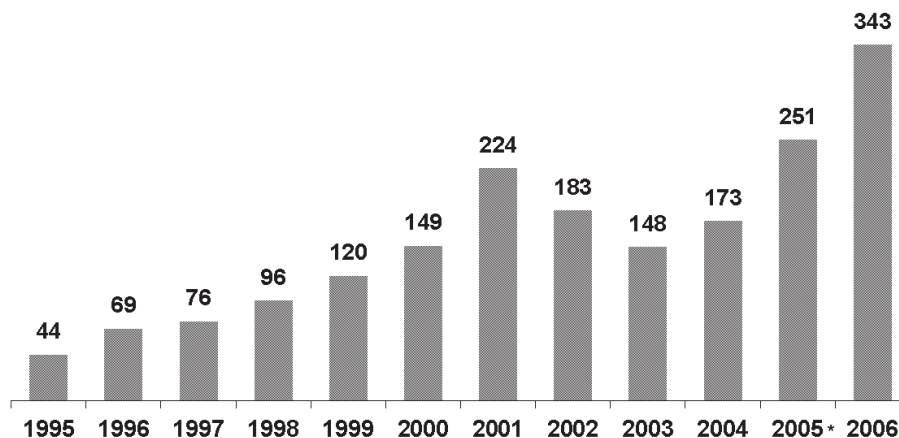
01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

R\$ milhões



* Passou a contemplar a variação de estoques e provisões para investimentos

Programa de Universalização do acesso e uso da energia elétrica

Esse programa, regulamentado pela Aneel, estabelece metas de universalização do acesso e uso da energia elétrica. O programa prevê que o atendimento de novas ligações para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 kW em tensão secundária, deve ser realizado sem ônus para os clientes.

A meta estabelecida para a Coelce é ligar 455 mil novos consumidores, com ou sem extensão de rede, no período de 2004 a 2008. Até 2006, já foram beneficiados 372.048 consumidores, dos quais 60.218 contaram com o incentivo do programa Luz para Todos.

Programa Luz para Todos

Fruto do acordo assinado entre a Coelce e os governos Federal e Estadual, o programa Luz para Todos tem a missão de levar pleno atendimento à zona rural. Esse programa tem como propósito antecipar, para 2008, as metas de

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Universalização do Serviço. Por se tratar de uma antecipação, o projeto conta com a participação financeira dos Governos Federal e Estadual.

No ano de 2006, foram investidos R\$ 90,8 milhões através do Programa Luz para Todos (sendo R\$ 12,8 milhões provenientes de Empréstimo Eletrobrás-RGR e R\$ 64,1 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE). Os recursos permitiram conectar 24.528 clientes em 2006, com expansão de 2.379 km da rede de média tensão e 1.879 km de baixa tensão.

Adicionalmente, visando atingir a meta global de universalização, foram investidos em 2006, R\$ 53,2 milhões com recursos próprios, o que possibilitou o atendimento a 15.218 novos consumidores.

6. Mercado Acionário

O capital social da Coelce é composto por 96,1 bilhões de ações Ordinárias (61,74% do capital total), 56,2 bilhões de ações preferenciais classe "A" – PNA (36,12%) e de 3,3 bilhões de ações preferenciais classe "B" – PNB (2,14%). Dessas, a que apresentou maior liquidez em 2006 foi a PNA, cujo símbolo na Bovespa é COCE5.

As ações ordinárias e preferenciais classe A e B da Coelce negociadas na Bovespa valorizaram 91%, 61% e 70%, respectivamente, superando a alta do Ibovespa em 2006 de 34% e do IEE – Índice de Energia Elétrica que cresceu 43%.

7. Recursos Humanos

A Coelce encerrou o ano de 2006 com 1.313 colaboradores próprios e 6.376 terceirizados. Efetivando uma política de qualificação e aperfeiçoamento

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

profissional, a Coelce investiu em treinamento e desenvolvimento de pessoal. Ao todo, foram realizadas 149.324 horas de treinamento nas áreas de segurança, operacional, administrativa e financeira, atingiram um montante de R\$ 2 milhões.

A Endesa aplica pesquisa de Clima Organizacional que mede, dentre diversos aspectos, o nível de satisfação geral dos empregados com a empresa. Em 2006, o índice de satisfação geral demonstrado pelos colaboradores da Coelce atingiu a marca recorde de 92%, superior aos 84% apresentados em 2005.

Saúde e Segurança Ocupacional

A Coelce desenvolve campanhas, realiza pesquisas e estabelece metas e indicadores de desempenho relacionados às condições de trabalho, para assegurar as melhores condições de saúde e segurança para os colaboradores.

Após reformulação de sua Política de Saúde e Segurança iniciada em 2005, a Coelce concluiu em 2006 os requisitos para atendimento da norma Occupational Health and Safety Assessment Series – OSHAS 18001, que culminou na obtenção dessa certificação.

8. Responsabilidade Social e Ambiental

A Coelce preocupa-se com a comunidade em que opera e está comprometida com os aspectos sociais e ambientais de seu negócio. Por isso, desenvolve e incentiva uma série de projetos, que visam à disseminação de atitudes de sustentabilidade. Além disso, a Coelce é um dos maiores contribuintes individuais de ICMS do Estado do Ceará, viabilizando, com isso, diversas ações sócio-ambientais por parte do Governo do Estado.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Na área da responsabilidade social, a Coelce tem participado de inúmeros projetos. O Projeto Coelce Solidária com a Saúde Pública, com investimentos de R\$ 252 mil, busca implementar projetos de eficiência energética em órgãos de saúde pública, para reduzir o consumo de energia a partir da melhor utilização de aparelhos elétricos. O Projeto Escola Coelce – Caminhos Eficientes, no qual foram aplicados R\$ 656 mil em 2006, vai até as comunidades levando conhecimento, informações voltadas ao uso eficiente de energia e preservação ambiental, além de entretenimento. O Projeto Coelce nas Escolas, que recebeu investimentos de R\$ 500 mil no ano, beneficiou mais de 92,8 mil alunos do Estado do Ceará.

Em relação à responsabilidade ambiental, a Coelce mantém diversos projetos com foco em educação ambiental e realiza estudos de impactos de sua atividade no meio ambiente, para aperfeiçoar sua eficiência no fornecimento de uma energia limpa e segura. Em 2006, a Coelce concluiu o processo de implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) iniciado em 2004, em conformidade com a Norma ISO 14001:2004. Esse esforço resultou na certificação dos processos referentes à construção, operação, manutenção do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica e suas atividades de apoio focado nas unidades de negócio da Companhia espalhadas pelo Estado do Ceará. No ano foram investidos R\$ 8,4 milhões em programas ambientais.

9. Reconhecimentos

Pela sua atuação nas áreas social, ambiental, operacional e financeira, ao longo de 2006, a Coelce obteve diversos reconhecimentos públicos, entre eles, destacam-se:

Prêmio ABRADÉE: Eleita a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Nordeste e a sexta do Brasil.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Revista Você S/A e Exame: Classificada entre as 150 melhores empresas para trabalhar do Brasil.

Prêmio Balanço Social 2006 (Bovespa, Apimec, Ethos, Aberje, Fides e Ibase) :
Classificada entre as cinco finalistas na categoria serviços.

Selo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas): Reconhecida pela qualidade das informações apresentadas no balanço social de 2005.

Revista Forbes – Platinum List: Classificada na 9ª posição no ranking geral das 200 Melhores Empresas Brasileiras de Capital Aberto e na 5ª no ranking do setor elétrico.

Revista Você S/A – Guia de Ações: Destacada como a 3ª empresa do Brasil que mais pagou dividendos no ano de 2006, relativos ao exercício de 2005.

Revista Isto É Dinheiro: Classificada na 12ª posição entre as ações mais rentáveis do Brasil e na 3ª no ranking do setor elétrico.

Prêmio Delmiro Gouveia: Premiada como a Maior Empresa do Estado do Ceará.

Guia Boa Cidadania – Revista Exame: Reconhecida como Empresa Destaque da Região Nordeste.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - ISE: Classificada entre as 28 empresas selecionadas para participar desse índice, o qual reconhece as companhias comprometidas com as melhores práticas de sustentabilidade empresarial.

10. Auditores Independentes

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, dispôs sobre a necessidade de divulgação, pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa. Nos termos dessa Instrução CVM, a Coelce declara que, em 2006, não foram contratados/prestados serviços que não os relacionados à auditoria externa pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes à Companhia Energética do Ceará.

11. Informação Adicional

Como informação adicional anexamos os seguintes demonstrativos, referentes aos exercícios de 2005 e 2006:

- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado;
- Demonstração Balanço Social.

12. Agradecimentos

Agradecemos aos conselheiros, executivos, gestores e colaboradores pelo empenho e dedicação no esforço de superação das metas estabelecidas pelo planejamento estratégico, e pela motivação e envolvimento em relação aos objetivos da Companhia. Somos gratos, também, às empresas, clientes e comunidades do Estado do Ceará, e aos fornecedores, pelo alinhamento aos princípios e práticas da Companhia.

A Administração

DIRETORIA

Diretor-Presidente

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CRISTIÁN EDUARDO FIERRO MONTES

Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão e Planejamento Estratégico

ABEL PEREZ CLAROS

Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

ANTONIO OSVALDO ALVES TEIXEIRA

Diretor Vice-Presidente de Projetos Institucionais e Comunicação

JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO

Diretor Vice-Presidente de Organização e Recursos Humanos

JOSÉ RENATO FERREIRA BARRETO

Diretor Vice-Presidente Técnico

JOSÉ TÁVORA BATISTA

Diretor Vice-Presidente Comercial

LUCIANO ALBERTO GALASSO SAMARIA

Contadora responsável:

Maria Joselma Mendonça de Holanda

CRC - CE 013489/0-0

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Composição do Conselho de Administração

| Membros Titulares | Membros Suplentes |
|---|--|
| Mário Fernando de Melo Santos – presidente | Antonio Basílio Pires e Albuquerque |
| Marcelo Andrés Llévénas Rebolledo – vice-presidente | Luciano Alberto Galasso Samaria |
| Cristobal Sánchez Romero | Nelson Ribas Visconti |
| Gonzalo Vial Vial | Abel Alves Rochinha |
| José Alves de Mello Franco | José Caminha Alencar Araripe Júnior |
| Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencout | - |
| Jorge Parente Frota Júnior | José Renato Ferreira Barreto |
| Luiz Gastão Bittencourt da Silva | José Nunes de Almeida Neto |
| Fernando Antônio de Moura Avelino | Juarez Ferreira de Paula |
| João Ricardo de Azevedo Ribeiro | José Miguel Bandeira Pires Monteiro Lopes |
| Irã da Silva Cardoso | Vladia Viana Regis |

Composição do Conselho Fiscal

| Membros Titulares | Membros Suplentes |
|-----------------------------|---------------------------|
| José Aldro Luiz de Oliveira | Hélder de Queiroz Lacerda |
| Antônio Cleber Uchoa Cunha | Aldemir Ferreira de Paula |
| Sérgio Queiroz Lyra | Bruno Oliva Girardi |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia, e tendo em conta o parecer, sem ressalvas, datado de 02 de Março de 2007, emitido pelos auditores externos, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, e respectivos esclarecimentos prestados por seus representantes, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente aos referidos documentos que estão em condições de serem examinados e votados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza, 27 de Março de 2007

Antônio Cléber Uchoa Cunha

José Aldro Luiz de Oliveira

Sérgio Queiroz Lyra

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará – COELCE, abaixo assinados, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2006 e, com base no parecer dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, que declaram que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará – COELCE, em 31.12.2006, recomendam, aos Acionistas, a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis, as quais obedecem aos dispositivos legais e regulamentares e estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária.

Fortaleza, 21 de Março de 2007

Mário Fernando de Melo Santos
Presidente da Mesa e do Conselho

Marcelo Andrés Llévénés Rebolledo

Gonzalo Vial Vial

José Alves de Mello Franco

Fernando Antônio de Moura Avelino

Luis Gastão Bitencourt da Silva

Irã da Silva Cardoso

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanco Social Anual / 2006

Campanha Energética do Ceará - COELCE



| 1. Base de Cálculo | | 2006 Valor (Mil reais) | | | 2005 Valor (Mil reais) | | |
|---|--|------------------------|----------------|---------------|------------------------|----------------|---------------|
| Receita líquida (RL) | | 1.831.323 | | | 1.591.533 | | |
| Resultado operacional (RO) | | 354.813 | | | 162.643 | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | | 113.939 | | | 109.550 | | |
| 2. Indicadores e Sociais Internos | | Valor (mil) | % sobre FPB | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre FPB | % sobre RL |
| Alimentação | | 4.310 | 3,81% | 0,2% | 7.957 | 7,16% | 0,45% |
| Encargos sociais computáveis | | 23.410 | 20,51% | 1,3% | 22.824 | 20,75% | 1,44% |
| Previdência privada | | 5.157 | 4,52% | 0,3% | 5.000 | 4,52% | 0,31% |
| Saúde | | 4.452 | 3,92% | 0,2% | 4.551 | 4,08% | 0,28% |
| Segurança e saúde no trabalho | | 211 | 0,18% | 0,01% | 199 | 0,18% | 0,01% |
| Educação | | 246 | 0,21% | 0,01% | 157 | 0,14% | 0,01% |
| Cultura | | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | | 2.019 | 1,79% | 0,12% | 1.354 | 1,22% | 0,08% |
| Creches ou auxílio-creche | | 578 | 0,50% | 0,03% | 596 | 0,54% | 0,04% |
| Participação nos lucros ou resultados | | 7.857 | 6,77% | 0,4% | 7.370 | 6,70% | 0,47% |
| Vale-Transporte | | 476 | 0,42% | 0,03% | 535 | 0,49% | 0,03% |
| Outros | | 1.324 | 1,15% | 0,07% | 1.125 | 1,02% | 0,07% |
| Total - Indicadores sociais internos | | 54.535 | 4,65% | 0,3% | 52.139 | 4,46% | 0,28% |
| 3. Indicadores e Sociais Externos | | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL |
| Educação | | 114 | 6,01% | 0,01% | 139 | 6,08% | 0,01% |
| COELCE nas Escolas - Módulo I | | 111 | 5,00% | 0,01% | 125 | 5,03% | 0,01% |
| Bau de Leitura | | 3 | 0,00% | 0,00% | 5 | 0,00% | 0,00% |
| Cultura | | 7.870 | 2,18% | 0,43% | 5.134 | 2,64% | 0,32% |
| Artes Cênicas (teatro, dança e circo) | | 10 | 0,00% | 0,00% | 11 | 0,01% | 0,00% |
| Artes Visuais (artes plásticas, fotografias e design) | | 8 | 0,00% | 0,00% | 5 | 0,00% | 0,00% |
| Audiovisual (cinema, tv, vídeo e multimídia) | | 86 | 0,02% | 0,00% | 10 | 0,01% | 0,00% |
| Música | | 33 | 0,01% | 0,00% | 41 | 0,01% | 0,00% |
| Patrimônio Imaterial (manifestações, saberes e fazeres populares, artes e gastronomia) | | 0 | 0,00% | 0,00% | 13 | 0,01% | 0,00% |
| Fundo Estadual da Cultura | | 1.372 | 0,34% | 0,06% | 1.369 | 0,64% | 0,06% |
| Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente | | 400 | 0,11% | 0,02% | 80 | 0,03% | 0,00% |
| Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente | | 100 | 0,03% | 0,01% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Lei Estadual de Incentivo à Cultura | | 3.075 | 1,12% | 0,2% | 3.165 | 1,06% | 0,07% |
| Lei Rouanet | | 1.700 | 0,46% | 0,08% | 450 | 0,2% | 0,01% |
| Saúde e saneamento | | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Esporte | | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Combate à fome e segurança alimentar | | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outros | | 146.762 | 33,36% | 6,6% | 14.517 | 46,81% | 4,71% |
| Geração de Emprego e Renda | | 18 | 0,01% | 0,00% | 25 | 0,02% | 0,00% |
| Programas Sociais | | 105.446 | 20,52% | 6,41% | 35.265 | 21,54% | 2,42% |
| Programa Luz para Todos | | 17.651 | 4,94% | 1,04% | 16.265 | 9,98% | 1,03% |
| Benefícios para Consumidores de Baixa Renda | | 30.915 | 25,04% | 5,37% | 22.032 | 13,83% | 1,39% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | | 35.208 | 10,72% | 2,06% | 35.154 | 32,72% | 2,39% |
| Total das contribuições para a sociedade | | 154.546 | 43,58% | 9,14% | 79.781 | 49,49% | 5,44% |
| Total - Indicadores sociais externos | | 781.711 | 236,32% | 46,23% | 488.216 | 418,87% | 42,26% |
| 4. Indicadores Ambientais | | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL |
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa | | 6.435 | 2,38% | 0,50% | 7.954 | 4,89% | 0,56% |
| Educação Ambiental | | 1.434 | 0,30% | 0,00% | 494 | 0,25% | 0,03% |
| COELCE nas Escolas Módulo II | | 598 | 0,14% | 0,00% | 555 | 0,24% | 0,02% |
| Gratificação com Arte | | 4 | 0,00% | 0,00% | 11 | 0,01% | 0,00% |
| Caminhos Eficientes da Energia | | 856 | 0,13% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Plano de Gerenciamento de Resíduos | | 160 | 0,04% | 0,00% | 38 | 0,02% | 0,00% |
| Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial | | 1.375 | 0,34% | 0,06% | 946 | 0,58% | 0,06% |
| Desenvolvimento e Implementação de Oleo Ecológico | | 123 | 0,03% | 0,00% | 282 | 0,13% | 0,02% |
| Desenvolvimento de Processo Biotecnológico de Compostagem para a reciclagem dos Resíduos de Boas de Anvores | | 172 | 0,05% | 0,00% | 175 | 0,11% | 0,01% |
| Desenvolvimento de Metodologia para Acompanhamento Contábil do Sistema de gestão Ambiental da COELCE | | 520 | 0,15% | 0,00% | 157 | 0,12% | 0,01% |
| Programa COELCE de Desenvolvimento Social pela Energia Consumida | | 227 | 0,06% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Sistema de Gestão e Manejo da Arborização Urbana ao Longo das Redes de Distribuição | | 373 | 0,09% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Manejo Sustentável da Mata Atlântica sob as Linhas de Transmissão | | 0 | 0,00% | 0,00% | 87 | 0,05% | 0,01% |
| Efeito de Implantação de Linhas de Transmissão em Regiões Densamente Povoadas | | 0 | 0,00% | 0,00% | 169 | 0,12% | 0,01% |
| Eficiência Energética | | 5.237 | 1,34% | 0,04% | 5.911 | 3,68% | 0,32% |
| Projeto de Eficiência Energética da Universidade Estadual do Ceará - UECCE | | 870 | 0,22% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Projeto de Eficiência Energética do Centro de Ciências Tecnológicas da UFC | | 360 | 0,10% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Projeto de Eficiência Energética do Centro de Ciências Agrárias da UFC | | 567 | 0,15% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Projeto de Eficiência Energética do Centro de Ciências da UFC | | 610 | 0,17% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Projeto de Eficiência Energética da Universidade Regional do Cariri | | 0 | 0,00% | 0,00% | 182 | 0,12% | 0,01% |
| Projeto de Eficiência Energética da Faculdade de Farmácia da UFC | | 0 | 0,00% | 0,00% | 135 | 0,09% | 0,01% |
| Projeto de Eficiência Energética da Faculdade de Odontologia da UFC | | 0 | 0,00% | 0,00% | 142 | 0,09% | 0,01% |
| Projeto de Eficiência Energética da Unifor | | 0 | 0,00% | 0,00% | 195 | 0,13% | 0,01% |
| Projeto de Eficiência Energética do CEFET-Ce | | 0 | 0,00% | 0,00% | 435 | 0,27% | 0,03% |
| Projeto de Eficiência Energética da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza | | 163 | 0,04% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Projeto de Eficiência Energética do Hospital e Maternidade Assis Chateaubriand | | 0 | 0,00% | 0,00% | 185 | 0,11% | 0,01% |
| Projeto de Eficiência Energética do Hospital César Cals | | 0 | 0,00% | 0,00% | 230 | 0,14% | 0,01% |
| Projeto de Eficiência Energética do Hospital São José | | 0 | 0,00% | 0,00% | 139 | 0,09% | 0,01% |
| Projeto de Eficiência Energética da Santa Casa de Misericórdia de Sobral | | 0 | 0,00% | 0,00% | 312 | 0,19% | 0,02% |
| Projeto de Eficiência Energética do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará - HEMOCE | | 89 | 0,03% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Projeto de Eficiência Energética do Edifício da Casa da Indústria - FIEC | | 52 | 0,01% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Projeto de Eficiência Energética do Condomínio da Federação da Agricultura do Estado do Ceará | | 33 | 0,01% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Projeto de Eficiência Energética da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará | | 46 | 0,01% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Projeto de Eficiência Energética da Secretaria de Educação Básica do Ceará | | 0 | 0,00% | 0,00% | 186 | 0,12% | 0,01% |
| Projeto de Eficiência Energética da Secretaria de Infra-Estrutura do Ceará | | 0 | 0,00% | 0,00% | 200 | 0,13% | 0,01% |
| Projeto de Eficiência Energética Jaqueiro - Apodi - BUA | | 0 | 0,00% | 0,00% | 1.194 | 0,21% | 0,02% |
| Gestão Energética Municipal | | 473 | 0,13% | 0,00% | 475 | 0,29% | 0,03% |
| Eficiência Energética em Projetos de Iluminação Pública | | 1.845 | 0,48% | 0,01% | 924 | 0,57% | 0,05% |
| Manejo de Vegetação | | 614 | 0,16% | 0,00% | 1.581 | 0,96% | 0,10% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Total dos investimentos em meio ambiente | | 8.435 | 2,31% | 0,04% | 7.334 | 4,59% | 0,58% |

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção e operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa

(1) Não possui metas; (2) Somente de R\$ a 750; (3) Não possui metas; (4) Somente de R\$ a 750; (5) Somente de R\$ a 500; (6) Somente de R\$ a 100; (7) Somente de R\$ a 100; (8) Somente de R\$ a 100; (9) Somente de R\$ a 100; (10) Somente de R\$ a 100;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

| 5 - Indicadores de Corpo Funcional | 2006 | 2005 |
|--|--|---|
| Nº de empregados(as) ao final do período | 1.313 | 1.318 |
| Nº de admissões durante o período | 57 | 61 |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 5.376 | 5.653 |
| Nº de estagiários(as) | 133 | 104 |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 505 | 516 |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 277 | 274 |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 26,00% | 17,92% |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 272 | 366 |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 20,00% | 15,00% |
| Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais | 48* | 48 |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2006 | Métna: 2007 |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 13,26 vezes | 13,26 vezes |
| Número total de acidentes de trabalho | 13* | 4 |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | () direção (x) direção e gerência | (x) direção e gerência (x) todos(as) empregados(as) - Cipa |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | () não se envolve (x) segue as normas da CDT | (x) não se envolve (x) segue as normas da CDT |
| A previdência privada contempla: | () direção (x) direção e gerência | (x) direção e gerência (x) todos(as) empregados(as) - Cipa |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | () não se envolve (x) não se envolve | (x) não se envolve (x) não se envolve |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | () não se envolve (x) não se envolve | (x) não se envolve (x) não se envolve |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | na empresa: 20% na empresa: 80% | na empresa: 20% na empresa: 80% |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | Em 2006: 1.376,307 | Em 2005: 1.173,207 |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$): | 65% governo 29% acionista 6% lucro | 67% governo 29% acionista 4% lucro |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | 65% governo 29% acionista 6% lucro | 67% governo 29% acionista 4% lucro |

7 - Outras informações

(1) Do total de 1.313 empregados da COELCE, 48 são portadores de necessidades especiais. Os empregados que trabalham em atividades com alto grau de risco (eletrotécnicos-228; eletricitistas- 373; e operadores de subestação- 43) não compõem a base de cálculo para o percentual de portadores da Companhia, hoje considerado 7,17%.

(2) Embora o valor apresentado em 2006 seja o total de acidentes com e sem afastamento, a meta apresentada só revela o valor de acidentes com afastamento. Isso ocorre da empresa não estabelecer metas para acidentes sem afastamento.

(3) O valor envolve todos os registros de reclamações conforme Resolução ANEEL nº 382/96.

(4) Tais reclamações e críticas referem-se à discussão de mérito e seus respectivos recursos judiciais interpostos; os números realizados e suas respectivas metas referem-se ao acúmulo de reclamações e críticas até o referido período.

CNPJ: 07.047.251/0001-70 Setor Econômico: Energético- categoria Distribuição UF da sede da empresa: Ceará

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas:

Maria Josema Mendonça de Holanda, (85) 3216-1238, josema@coelce.com.br

"Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual da criança ou adolescente e não está envolvida em corrupção."

"Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente."

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)

| | 2006 | 2005 |
|--|--------------------|--------------------|
| GERAÇÃO DE RIQUEZA | | |
| Receitas | 2.330.084 | 2.118.605 |
| (1)Venda de Energia | 2.286.124 | 2.026.850 |
| Residencial | 636.636 | 567.856 |
| Residencial Baixa Renda | 235.017 | 178.346 |
| Industrial | 387.931 | 402.997 |
| Comercial | 583.187 | 493.088 |
| Rural | 122.562 | 110.842 |
| Iluminação Pública | 93.189 | 82.279 |
| Serviço Público | 72.021 | 61.281 |
| Poder Público | 155.581 | 130.161 |
| (-) Provisão refaturamento Prefeituras | - | (12.000) |
| Fornecimento não faturado | 4.475 | 9.596 |
| Baixa Renda | 99.675 | 134.780 |
| Reposicionamento Revisão Tarifária | (35.749) | 46.224 |
| Saldo a Cobrar Reajuste Tarifário 2005 | (35.692) | 35.692 |
| Recuperação Perdas de Receita 2001 | (57.677) | (55.366) |
| Recuperação Energia Livre-Geradoras | (25.090) | (17.802) |
| Energia de Curto Prazo | 12.731 | 7.126 |
| Consumidores Livres | 46.064 | 21.232 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 17 | 270 |
| (3)Venda de Serviços | 42.082 | 28.151 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (7.180) | (89.932) |
| Resultado Não-Operacional | 304 | (16.216) |
| Insumos Adquiridos de Terceiros | (927.519) | (907.148) |
| Compra de Energia | (714.966) | (689.683) |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica | (68.753) | (87.098) |
| Material e Serviços de Terceiros | (143.800) | (130.367) |
| (-) Outras Despesas Operacionais | (12.535) | (43.345) |
| (=) Valor Adicionado Bruto | 1.390.030 | 1.168.112 |
| (-) Quotas de Reintegração | (109.563) | (104.545) |
| (=) Valor Adicionado Líquido | 1.280.467 | 1.063.567 |
| (+) Valor Adicionado Recebido em Transferência | 96.440 | 109.640 |
| Receita Financeira | 96.440 | 109.640 |
| (=) Valor Adicionado a Distribuir | 1.376.907 | 1.173.207 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | (1.376.907) | (1.173.207) |
| Pessoal | (75.582) | (78.359) |
| Remunerações | (65.599) | (65.062) |
| Encargos Sociais (exceto INSS) | (5.655) | (6.365) |
| Previdência Privada | (9.167) | (8.600) |
| Auxílio-alimentação | (4.310) | (3.956) |
| Convênio Assistencial e (4)Outros Benefícios | (10.405) | (9.389) |
| Participação nos Resultados | (5.495) | (5.749) |
| Custos Imobilizados | 24.491 | 20.461 |
| Outros | 558 | 301 |
| Governo | (890.562) | (785.288) |
| INSS (sobre folha de pagamento) | (17.755) | (16.459) |
| ICMS | (514.217) | (457.662) |
| (5)Imposto de Renda | (80.002) | (28.293) |
| CSSL | (28.848) | (10.250) |
| (6)PIS | (21.293) | (25.455) |
| COFINS | (90.830) | (105.153) |
| ISS | (839) | (241) |
| Reserva Global de Reversão- RGR | (17.982) | (16.273) |
| Encargo Emergencial | (485) | (38.463) |
| Conta Consumo de Combustível- CCC | (93.272) | (64.685) |
| Conta de Desenvolvimento Energético- CDE | (12.505) | (11.714) |
| Taxa de fiscalização ANEEL-TFSEE | (3.667) | (2.720) |
| Fundo para pesquisa e desenvolvimento-P&D | (8.478) | (7.200) |
| Outros | (389) | (720) |
| Financiadores | (112.505) | (120.436) |
| Juros e Variações Cambiais | (78.196) | (99.167) |
| Outras Despesas Financeiras | (28.992) | (16.139) |
| Aluguéis | (5.317) | (5.130) |
| Acionistas | (283.345) | (170.668) |
| Participação do Capital Próprio | (57.500) | (87.000) |
| Dividendos | (225.845) | (92.668) |
| Retido | (14.913) | (9.456) |
| Valor Adicionado (médio) por empregado | 1.049 | 889 |

15/06/2009 09:38:68

Pág: 52

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (Em milhares de reais)

| | 2006 | 2005 |
|--|-----------|-----------|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 298.258 | 189.124 |
| Despesas (receitas) que não afetam o caixa: | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 7.180 | 89.912 |
| Depreciação e amortização | 94.530 | 89.507 |
| Amortização do ativo oriundo da incorporação | 15.013 | 15.018 |
| Encargos financeiros | 78.196 | 99.167 |
| Baixas do imobilizado em serviço | 2.389 | 3.370 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (17.872) | 21.481 |
| Provisões para contingências | (5.113) | 21.748 |
| Recuperação de impostos | (50.640) | (48.644) |
| Despesas pagas antecipadamente | (56.440) | (34.407) |
| Outros | 16.817 | 1.878 |
| | 104.180 | 261.159 |
| Variações no ativo circulante | | |
| Consumidores e revendedores | (316) | (157.843) |
| Baixa renda | (3.072) | (14.869) |
| Serviços em curso | (12.283) | (140) |
| Outros créditos | (4.677) | (6.481) |
| Estoque | 127 | (468) |
| Tributos a compensar | (14.755) | (21.921) |
| Despesas pagas antecipadamente | (81.858) | (70.370) |
| Programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica | | 5.323 |
| Depósitos vinculados | 1.058 | 3.503 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 34.226 | (29.231) |
| | (80.550) | (291.788) |
| Variações no passivo circulante | | |
| Fornecedores | 29.721 | 48.154 |
| Folha de pagamento e provisões trabalhistas | (883) | 2.809 |
| Tributos e contribuições sociais | (16.081) | 26.012 |
| Dividendos | 85.263 | 134.595 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (15.325) | 16.532 |
| Terms reguladoras | 5.216 | (10.280) |
| Provisão para contingências | (118) | (440) |
| Provisão de depósito Baixa Renda | 60.000 | - |
| Obrigações com lastreio pós-emprego | (264) | (1.962) |
| Transações com partes relacionadas | 16.866 | (15.156) |
| Outras contas a pagar | 19.392 | 45.783 |
| Juros sobre o capital próprio | (25.723) | 49.800 |
| | 159.064 | 298.547 |
| Variações no realizável a longo prazo | | |
| Consumidores e revendedores | 125.027 | 104.525 |
| Depósitos vinculados a litígios | (5.455) | (2.336) |
| Tributos a compensar | (14.428) | (1.053) |
| Despesas pagas antecipadamente | 81.253 | 21.492 |
| Depósitos vinculados | (955) | (17.477) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (40.776) | 21.220 |
| Outros | 312 | 279 |
| | 144.978 | 128.650 |
| Variações no exigível a longo prazo | | |
| Fornecedores | (27.649) | (28.463) |
| Tributos e contribuições sociais | (5.350) | (2.095) |
| Provisão para contingências | (1.557) | (2.630) |
| Transações com partes relacionadas | 62.434 | 65.339 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10.905 | 10.634 |
| Outras obrigações | (11.556) | (5.451) |
| | 27.137 | 35.524 |
| Total das atividades operacionais | 652.067 | 620.216 |
| Atividades de investimento | | |
| Investimento | 29 | 387 |
| Aplicações no imobilizado | (343.098) | (251.220) |
| Aplicações no diferido | (2.246) | - |
| Obrigações vinculadas a concessão | 79.350 | 48.759 |
| Total das atividades de investimento | (265.974) | (202.054) |
| Atividades de financiamento | | |
| Empréstimos e financiamentos | (127.231) | (103.665) |
| Detentores | (83.246) | (11.164) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | (283.345) | (227.768) |
| Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento - 2005/2006 | - | (8.746) |
| Reserva de capital | 31.632 | 7.592 |
| Total das atividades de financiamento | (462.190) | (347.841) |
| Total dos efeitos no caixa | (75.097) | 70.321 |
| Saldo inicial de caixa | 152.633 | 78.312 |
| Saldo final de caixa | 77.536 | 152.633 |
| Variação no caixa | (75.097) | 74.321 |

15/06

Pág: 53

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |
| 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Investluz S/A, e concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Companhia tem como área de concessão todo o Estado do Ceará, atendendo a aproximadamente 2.416 mil consumidores (2.326 mil em 2005) e um quadro de 1.313 empregados em 31 de dezembro de 2006 (1.319 em 2005). A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para 12 de maio de 2028.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e as instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) - Apresentação e Divulgações e Normas, e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC 22) - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, ambos emitidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em 3 de outubro de 2005. Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las aos normativos contábeis acima mencionados, e permitir aos usuários a comparação com o exercício corrente. A principal alteração resultante da aplicação desses normativos foi a seguinte:

- Apresentação do grupo "Não circulante" no ativo e no passivo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Foram efetuadas algumas reclassificações contábeis nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, para adequar sua apresentação à demonstração efetuada neste exercício, a saber:

| | 2005 | |
|--|-----------------|-----------------|
| | Publicado | Reclassificado |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | |
| Despesas gerais e administrativas | (70.025) | (44.635) |
| Provisão programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento | (15.159) | (17.811) |
| Provisão para contingências | - | (22.738) |
| | <u>(85.184)</u> | <u>(85.184)</u> |
| | | |
| | 2005 | |
| | Publicado | Reclassificado |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | |
| Empréstimos e financiamentos | 314 | - |
| Outros | 280 | 594 |
| | <u>594</u> | <u>594</u> |
| PASSIVO CIRCULANTE | | |
| Programa Pesquisa & desenvolvimento- Eficiência Energética | - | 28.622 |
| Outras obrigações | 51.683 | 23.061 |
| | <u>51.683</u> | <u>51.683</u> |

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- Aplicações financeiras - São registradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, não excedendo o valor de mercado;
- Consumidores, concessionários e permissionários - Referem-se a créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com o estabelecido pela Resolução nº 72 da ANEEL, de 7 de fevereiro de 2002, foi registrado nessa conta o valor referente à recomposição tarifária extraordinária definida pela Medida Provisória nº 14 (posteriormente transformada na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) e pela Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, ambas de 21 de dezembro de 2001, na Resolução nº 31 da ANEEL, de 24 de janeiro de 2002, bem como os valores referentes ao ativo regulatório do reposicionamento tarifário, instituída pelas Resoluções nºs 104 e 112, de 20 de abril de 2004;

- (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Calculada com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos;
- (d) Estoques - Os materiais em estoques, de operação e manutenção, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a projetos, contabilizados no imobilizado, estão avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perda por obsolescência, quando aplicável;
- (e) Despesas pagas antecipadamente - São compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos e incluem a Conta de Compensação da Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA e respectivos encargos que serão apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente for faturada aos consumidores.

Esta rubrica também contempla a CVA de PIS/COFINS, conforme procedimento estabelecido pelo Ofício Circular nº 302/2005 da Agência Nacional de Energia Elétrica e os custos e encargos financeiros referentes a estruturação da operação de captação de empréstimos (nota 6b e 11);

- (f) Imobilizado - Está composto pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pelas Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999.

Os juros e demais encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso foram registrados nesse subgrupo como custo.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo do imobilizado inclui o valor do ágio oriundo da incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999. A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027 (nota 13);

- (g) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%) e consideram a absorção de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30%, para fins de determinação das exigibilidades.

Os impostos diferidos ativos atribuíveis às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseada nas projeções de resultados preparadas pela Administração.

A Companhia possui direito a redução do imposto de renda calculado com base no lucro da exploração (nota 24);

- (h) Obrigações com benefícios pós-emprego - Referem-se ao passivo atuarial relativo ao plano de previdência complementar oferecido aos empregados da Companhia, registrado em regime de competência com base em avaliação efetuada por atuário externo;
- (i) Provisões para contingências – São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processos cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes na data do balanço;
- (j) Obrigações vinculadas à concessão - Referem-se aos recursos de participação financeira dos consumidores e da União e de doações e subvenções para investimentos, destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações foram apresentadas nas demonstrações financeiras como redução do Ativo Imobilizado em serviço.

- (k) Atualizações monetárias de direitos e obrigações - Os direitos e obrigações sujeitos às variações monetária e cambial, por força contratual ou dispositivo legal, estão atualizados até a data do balanço. Os passivos pactuados em moeda norte-

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(l) americana são convertidos para reais em função da taxa de câmbio reportada pelo Banco Central do Brasil (US\$1 = R\$2,13800 em 31 de dezembro de 2006 e US\$1 = R\$2,3407 em 31 de dezembro de 2005);

~~(l)~~(m) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência;

~~(l)~~(n) Outros direitos e obrigações - Demais ativos e passivos circulantes e não circulante estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos;

~~(m)~~(o) Estimativas - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da:

- Provisão para crédito de recebimento da recuperação da recomposição tarifária extraordinária no prazo estabelecido pela ANEEL;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para contingências e planos de aposentadoria complementar;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Recebimentos no âmbito da CCEE;
- Ativo regulatório – Reposicionamento tarifário;
- Provisão para devolução de baixa renda.

~~(m)~~(o) Lucro por ação – Calculado com base no número de ações em circulação na data do encerramento do balanço.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de aplicações financeiras estão relacionados a Certificados de Depósitos Bancários vinculados ao CDI e fundos mútuos de renda fixa com remuneração diária. Apesar de algumas aplicações estarem contratadas com vencimento superior a 12 meses, não há restrições para seu resgate imediato.

| Banco | Tipo | Vencimento | Taxa | 2006 | 2005 |
|-------------------|--------------------|------------|--------------|---------------|---------------|
| Cotas de fundo de | | | | | |
| BANCO DO BRASIL | Fundo de Aplicação | | Investimento | 12.884 | 6.089 |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 23/01/2007 | 101,1% CDI | - | 2.224 |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 24/10/2007 | 101,2% CDI | 12 | 15.424 |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 22/06/2009 | 100,8% CDI | 47 | - |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 02/12/2009 | 100,8% CDI | 20.089 | - |
| Real/ABN AMRO | CDB/DI | 30/07/2007 | 100,8% CDI | - | 2.282 |
| Real/ABN AMRO | CDB/DI | 30/10/2006 | 101,0% CDI | - | 10.282 |
| Real/ABN AMRO | CDB/DI | 06/12/2007 | 101,0% CDI | - | 5.040 |
| Real/ABN AMRO | CDB/DI | 21/07/2008 | 100,2% CDI | 96 | - |
| Real/ABN AMRO | CDB/DI | 16/10/2008 | 100,8% CDI | 46 | - |
| Real/ABN AMRO | CDB/DI | 29/10/2008 | 100,8% CDI | 7.751 | - |
| BNB | CDB/DI | 24/12/2007 | 100,0% CDI | - | 20.144 |
| BNB | CDB/DI | 21/07/2008 | 100,0% CDI | 5.358 | - |
| BNB | CDB/DI | 27/08/2008 | 100,0% CDI | 4.788 | - |
| BNB | CDB/DI | 20/10/2008 | 100,0% CDI | 2.051 | - |
| | | | | 53.122 | 61.485 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

A composição das contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, em 31 de dezembro, é como segue:

| Descrição | 2006 | 2005 |
|--|----------------|----------------|
| Consumidores | 626.288 | 722.545 |
| Faturados | 322.736 | 311.230 |
| Não Faturados | 303.552 | 411.315 |
| Fornecimento | 70.229 | 65.754 |
| Ativos Regulatórios | 233.323 | 345.561 |
| Concessionários e permissionários | 7.568 | 5.248 |
| Comercialização no âmbito da CCEE | 18.771 | 20.187 |
| Total | 652.627 | 747.980 |
| Circulante | 548.106 | 560.321 |
| Não Circulante | 104.521 | 187.659 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Classe de consumidores | Vencidos | Vencidos ate 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | 2006 | 2005 | Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | Total | |
|---|----------------|----------------------|-----------------------------|----------------|----------------|---|------------------|----------------|----------------|
| | | | | | | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 |
| Residencial | 41.770 | 36.886 | 7.296 | 85.952 | 79.422 | (13.961) | (13.194) | 71.991 | 66.228 |
| Industrial | 9.364 | 3.600 | 3.575 | 16.539 | 21.667 | (2.244) | (1.056) | 14.295 | 20.611 |
| Comercial | 9.334 | 11.923 | 9.740 | 30.997 | 36.991 | (8.093) | (6.207) | 22.904 | 30.784 |
| Rural | 12.817 | 5.750 | 1.946 | 20.513 | 21.130 | (1.205) | (929) | 19.308 | 20.201 |
| Poder público | | | | | | | | | |
| Federal | 1.503 | 147 | 11 | 1.661 | 2.280 | - | - | 1.661 | 2.280 |
| Estadual | 2.344 | 1.357 | 22 | 3.723 | 1.336 | - | (1) | 3.723 | 1.335 |
| Municipal | 6.972 | 4.537 | 5.685 | 17.194 | 16.655 | (4.921) | (5.603) | 12.273 | 11.052 |
| Iluminação pública | 2.708 | 2.178 | 1.492 | 6.378 | 6.623 | (621) | (741) | 5.757 | 5.882 |
| Serviço público | 5.642 | 583 | 10 | 6.235 | 7.325 | (29) | (102) | 6.206 | 7.223 |
| Subtotal | 92.454 | 66.961 | 29.777 | 189.192 | 193.429 | (31.074) | (27.833) | 158.118 | 165.596 |
| Comercialização na CCEE | 5.196 | - | - | 5.196 | 6.613 | - | - | 5.196 | 6.613 |
| Consumidores livres | 7.605 | - | - | 7.605 | 5.308 | - | - | 7.605 | 5.308 |
| Não faturado | 70.229 | - | - | 70.229 | 65.754 | - | - | 70.229 | 65.754 |
| Provisão refaturamento Prefeituras | (12.000) | - | - | (12.000) | (12.000) | - | - | (12.000) | (12.000) |
| Parcelamento de débitos | 32.891 | - | - | 32.891 | 36.111 | (11.654) | (13.616) | 21.237 | 22.495 |
| Outros créditos | 14.976 | 3.950 | 1.301 | 20.227 | 8.330 | (3.682) | (6.356) | 16.545 | 1.974 |
| Encargo emergencial | - | 1.944 | 874 | 2.818 | 4.987 | - | - | 2.818 | 4.987 |
| Créditos junto a clientes com ações judiciais | 43.291 | 2.827 | 28.589 | 74.707 | 66.333 | (59.275) | (51.385) | 15.432 | 14.948 |
| Ativos regulatórios (nota 6) | 157.241 | - | - | 157.241 | 185.456 | (40.600) | (13.029) | 116.641 | 172.427 |
| | 319.429 | 8.721 | 30.764 | 358.914 | 366.892 | (115.211) | (84.386) | 243.703 | 282.506 |
| Circulante | 411.883 | 75.682 | 60.541 | 548.106 | 560.321 | (146.285) | (112.219) | 401.821 | 448.102 |
| Não Circulante | | | | | | | | | |
| Comercialização na CCEE | - | - | 13.575 | 13.575 | 13.574 | - | - | 13.575 | 13.574 |
| Parcelamento de débito | 14.864 | - | - | 14.864 | 13.980 | - | - | 14.864 | 13.980 |
| Ativos regulatórios(nota 6) | 76.082 | - | - | 76.082 | 160.105 | (16.917) | (56.333) | 59.165 | 103.772 |
| Não Circulante | 90.946 | - | 13.575 | 104.521 | 187.659 | (16.917) | (56.333) | 87.604 | 131.326 |
| Consumidores e Revendedores | 502.829 | 75.682 | 74.116 | 652.627 | 747.980 | (163.202) | (168.552) | 489.425 | 579.428 |

a) Comercialização no âmbito da CCEE

| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | 2006 | 2005 |
|---|---------------|---------------|
| Valores a receber - setembro/2000 a dezembro/2002 | | |
| Valor em litígio - Liminares | 13.575 | 13.574 |
| Valores negociados | 1.498 | 2.483 |
| Valores com a exigibilidade suspensa | 2.560 | 2.560 |
| Valores a receber - Energia curto prazo do período | 1.138 | 1.570 |
| Total | 18.771 | 20.187 |
| Circulante | 5.196 | 6.613 |
| Não Circulante | 13.575 | 13.574 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O montante de R\$ 2.560, referente a contas a receber de venda de energia efetuadas na CCEE com as empresas AES sul (R\$ 2.219) e DFESA (R\$ 341), se encontra com a exigibilidade suspensa.

O montante de R\$ 13.575, registrado no não circulante, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

b) Encargo Emergencial

Com o objetivo de cobrir os custos com a contratação de capacidade de geração ou de potência de usinas emergenciais e aquisição de energia das mesmas, foram instituídos o “encargo de capacidade emergencial” e o “encargo de aquisição emergencial”. Estes encargos deveriam ser repassados mensalmente a CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial.

O “encargo de capacidade emergencial” foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

O “encargo de aquisição emergencial” vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004.

c) Créditos junto a clientes com ações judiciais

O montante de R\$ 74.707 (R\$ 66.333 em 2005) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$ 22.319 (R\$ 21.765 em 2005) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a esses processos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

| Descrição | 2006 | | 2005 | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Ativos | | | | |
| a. Consumidores e Revendedores (nota 5) | | | | |
| a1. Acordo geral do setor elétrico | | | | |
| Perda de Receita - Racionamento | 118.325 | 39.510 | 77.731 | 103.641 |
| Energia Livre | 25.785 | 36.572 | 23.154 | 56.464 |
| Provisão p/ Crédito Liquidação Duvidosa-RTE | (40.600) | (16.917) | - | (56.333) |
| a2. Reposicionamento Revisão Tarifária 2003 | 13.131 | - | 48.879 | - |
| a3. Saldo a Cobrar Reajuste Tarifário 2005 | - | - | 35.692 | - |
| Provisão p/ Crédito Liquidação Duvidosa-Reajuste tarifário 2005 | - | - | (13.029) | - |
| | 116.641 | 59.165 | 172.427 | 103.772 |
| b. Despesas Pagas Antecipadamente - CVA (nota 11) | | | | |
| Parcela A - Extraordinária | - | 38.558 | - | 33.506 |
| CVA de Uso da Rede Elétrica | - | - | 986 | - |
| CVA - Conta Consumo de Combustível | 10.583 | 3.528 | 10.746 | 2.263 |
| CVA - Conta de Desenvolvimento Energético | 381 | 20 | 507 | 84 |
| CVA - Encargo de Serviço do Sistema | 148 | - | 151 | 97 |
| CVA - Compra de Energia | 42.132 | 121.707 | 35.601 | 76.267 |
| CVA - PIS/COFINS | 4.622 | - | 1.883 | - |
| CVA - PROINFA | 792 | - | 620 | - |
| Ativo regulatório 3% excedente compra de energia | 7.464 | - | 10.845 | - |
| | 66.122 | 163.813 | 61.339 | 112.217 |
| | 182.763 | 222.978 | 233.766 | 215.989 |
| Passivos | | | | |
| a. Fornecedores - Suprimento de Energia (nota 14) | | | | |
| Energia Livre | 36.156 | 37.330 | 27.537 | 53.731 |
| | 36.156 | 37.330 | 27.537 | 53.731 |
| b. Outros Passivos - CVA (nota 21) | | | | |
| CVA de Uso da Rede Elétrica | 14.258 | 3.261 | 6.716 | 2.239 |
| CVA - Conta Consumo de Combustível | 4.406 | 5.919 | 8.521 | - |
| | 18.664 | 9.180 | 15.237 | 2.239 |
| | 54.820 | 46.510 | 42.774 | 55.970 |

| | | |
|--|--------------------------|------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | | |

a) Consumidores e Revendedores

a1. Acordo Geral do Setor Elétrico

Em dezembro de 2001, foi firmado o Acordo Geral do Setor Elétrico entre o Governo Federal e as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica para a retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (1º de junho de 2001 a 1º de março de 2002).

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438 todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica efetuaram um levantamento do montante da receita não auferida decorrente de redução de consumo de energia elétrica no período do racionamento (Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE) a ser reconhecida com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A referida recomposição tarifária extraordinária ocorre por meio da aplicação às tarifas vigentes à época do acordo do setor elétrico, assim reconhecidas pela ANEEL, da seguinte forma:

- 2,9% para os clientes residenciais, rurais e iluminação pública, exceto para aqueles classificados como residenciais baixa renda;
- 7,9% para os demais clientes.

Perda de receita- Racionamento

A Perda de receita registrada no contas a receber teve os seguintes efeitos reconhecidos contra resultados dos períodos correspondentes:

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | 2006 |
|--|------------------|
| Valor Homologado | 210.861 |
| (-) Recuperação das perdas até 31 de dezembro de 2005 | (189.268) |
| (-) Recuperação das perdas de 2006 | (57.678) |
| Total recuperado até 31 de dezembro de 2006 | (246.946) |
| (+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2005 | 159.779 |
| (+) Atualização monetária em 2006 | 34.141 |
| Total de atualização até 31 de dezembro de 2006 | 193.920 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2006 | 157.835 |
| Circulante | 118.325 |
| Não Circulante | 39.510 |

O valor de R\$ 210.861, homologado pelas Resoluções ANEEL nº 480 e nº 481, de 29 de agosto de 2002, refere-se à diferença entre a receita estimada, sem os efeitos da redução de consumo decorrente do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, e a receita auferida pela concessionária para o período de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

A receita auferida a partir de janeiro de 2002, por meio dos reajustes de tarifa mencionados anteriormente (2,9% e 7,9%), vem sendo alocada integralmente como recuperação das perdas de receita do racionamento (ativo regulatório) e de energia livre registrado nas contas a receber.

O saldo apurado de perdas de receita do racionamento sofre correção monetária pela taxa SELIC (acrescida de 1% a.a. até o montante de financiamento liberado pelo BNDES). A remuneração do saldo está em conformidade com o Ofício Circular ANEEL nº 2212/2005 e o Ofício Circular ANEEL nº 074/2006.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES aprovou linha de crédito para financiamento de 90% dos valores de recuperação das perdas decorrentes do Programa de Racionamento. O saldo atualizado do empréstimo em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 64.454 (Nota 16).

Essa recomposição tarifária extraordinária vigorará pelo período de 76 meses, a partir de janeiro de 2002, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004. As projeções feitas pela Administração da

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Companhia estimam que o valor não será totalmente recuperado dentro do prazo estabelecido. Desta forma, foi constituído provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 57.517 (R\$ 56.333 em 2005).

Energia Livre

O montante relacionado à energia livre refere-se a energia gerada e disponibilizada no sistema, não prevista nos contratos iniciais apurado entre os meses de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

Esse montante foi contabilizado com base na Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002, no montante de R\$ 63.187, ajustado conforme a Resolução Normativa ANEEL 001/2004 no montante de R\$ 8.643 e majorado pelos valores recuperáveis de PIS e COFINS, no montante de R\$ 2.667. O saldo de energia livre sofre correção monetária pela taxa SELIC acrescida de 1% para as Geradoras que obtiveram financiamento junto ao BNDES. Para as demais Geradoras incide apenas a remuneração pela taxa SELIC. Esta remuneração está em conformidade com o Ofício Circular ANEEL nº 2212/2005 e o Ofício Circular ANEEL nº 074/2006. Através da Resolução ANEEL nº 45, de 03 de março de 2004, o percentual aplicado sobre a arrecadação da Recomposição Tarifária Extraordinária a título de repasse de energia livre é de 25,9489%.

Os valores contabilizados como ativos e passivos de energia livre têm a seguinte composição:

| | Ativo | Passivo |
|--|-----------------|-----------------|
| | 2006 | 2006 |
| Valor Homologado | 74.497 | 71.830 |
| (-) Recuperação/repasse até 31 de dezembro de 2005 | (42.950) | (39.264) |
| (-) Recuperação/repasse de 2006 | (25.010) | (19.101) |
| Total recuperado até 31 de dezembro de 2006 | (67.960) | (58.365) |
| (+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2005 | 48.071 | 48.702 |
| (+) Atualização monetária em 2006 | 7.749 | 11.319 |
| Total de atualização até 31 de dezembro de 2006 | 55.820 | 60.021 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2006 | 62.357 | 73.486 |
| Circulante | 25.785 | 36.156 |
| Não Circulante | 36.572 | 37.330 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Segue quadro analítico do passivo de Energia Livre a pagar, por Geradora.

| Geradora | 2006 |
|-----------------------|---------------|
| AES TIETÊ S.A | 3.543 |
| CDSA | 1.271 |
| CEEE | 3.361 |
| CELESC | 1.199 |
| CELTINS | 191 |
| CEMIG | 14.054 |
| CESP | 10.872 |
| CGTEE | 188 |
| CHESF | 15.701 |
| COPEL GERAÇÃO S.A. | 1.215 |
| CPFL GERAÇÃO | 209 |
| DUKE PARANAPANEMA | 2.912 |
| EEB | 5 |
| EEVP | 32 |
| ELETRONORTE | 4.602 |
| EMAE | 1.179 |
| ENERGIPE AS | 9 |
| FURNAS | 11.635 |
| RGE | 291 |
| TRACTABEL ENERGIA S/A | 1.017 |
| Saldo | 73.486 |

A2. Reposicionamento Revisão Tarifária

Em 3 de setembro de 2002, foi publicada a Resolução N° 493, da Agência Nacional de Energia Elétrica, que estabeleceu a metodologia e os critérios gerais para definição da base de remuneração, visando à revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

A Companhia realizou o seu primeiro processo de revisão tarifária em 22 de abril de 2003, quando da aplicação do Índice de Reposicionamento Tarifário, conforme estabelece o Contrato de Concessão.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para efeito de cálculo do Índice de Reposicionamento Tarifário da Companhia, o valor dos ativos utilizados pela ANEEL, bem como o percentual de Quota de Reintegração utilizados na Revisão Tarifária de 2003 foram provisórios.

Quando do reajuste tarifário de 2004, alguns itens referentes à revisão tarifária ordinária foram atualizados em virtude da realização do ano teste futuro, tais como dados de mercado e nível de perdas de uso dos sistemas elétricos, os quais implicaram em um recálculo do percentual do índice de reposicionamento tarifário, passando o mesmo a ser de 32,39% e, para atender ao princípio da modicidade tarifária foi aplicado o reposicionamento de 30,29%.

A diferença entre o reposicionamento tarifário de 30,29% e o de 32,39%, R\$ 13.547 ao ano, seria acrescida à Parcela B da receita da Companhia, em cada reajuste tarifário subsequente até 2006.

Quando do reajuste tarifário de 2005, a Base de Remuneração foi aprovada de forma definitiva, bem como o percentual de Quota de Reintegração e outros itens referentes a custos da Empresa de Referência, o que resultou no percentual definitivo para a revisão tarifária de 2003 de 34,65%. A diferença entre o reposicionamento tarifário de 30,29% e o de 34,65% gerou um acréscimo de R\$ 28.130 ao ano, a ser acrescido à Parcela B da receita da Companhia, em cada reajuste tarifário subsequente desde 2004 até 2006.

Em função do mencionado nos parágrafos acima, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2006 o montante de R\$ 13.131 (R\$ 48.879 em 31 de dezembro de 2005), na rubrica Ativo Regulatório de Reposicionamento Revisão Tarifária 2003, representando o saldo a receber do acréscimo de receita decorrente do aumento do percentual de reposicionamento tarifário.

| | | |
|--|--------------------------|------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | | |

b) Despesas pagas antecipadamente

Parcela A – Extraordinária

A Companhia registrou como Despesas Antecipadas os incrementos incorridos entre janeiro e outubro de 2001, relacionados aos custos imputáveis à despesa operacional, tais como:

- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- Quota de Reserva Global de Reversão – RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão.

O montante de R\$ 38.558 (R\$ 33.506 em 2005), referente à composição dos valores representativos da Parcela – A, está de acordo com a Resolução ANEEL nº 482, de 29 de agosto de 2002, e será recuperado após o período de 76 meses, estabelecido para recompor a receita das Perdas do Racionamento e a Energia Livre das Geradoras, não existindo limitação de prazo para recuperar estes custos, conforme estabelece a Resolução Normativa ANEEL nº 001/2004 de 12 de janeiro de 2004. Este valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

| | Não Circulante |
|--|---------------------------|
| Montante Homologado pela ANEEL | 15.977 |
| Atualização Monetária - SELIC | 22.581 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2006 | 38.558 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conta de Variação de Custos da parcela A –CVA

Esta conta destina-se ao registro da compensação de diferenças, calculadas comparando o valor considerado na tarifa e seu efetivo pagamento. Os itens, cujas variações seriam compensadas, foram:

- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- Encargos de serviços de sistema – ESS;
- Conta de desenvolvimento energético – CDE;
- Programa de incentivo as Fontes alternativas de energia elétrica – PROINFA;
- Compra de energia.

Os saldos apurados nas CVA's, em obediência à legislação, estão acrescidos de remuneração financeira baseada na taxa SELIC.

CVA – Compra de energia

A CVA sobre os custos de aquisição de energia elétrica, ou seja, de Compra de Energia foi instituída através da Portaria Interministerial nº 361, do Ministério da Fazenda, de 26 de novembro de 2004. A Resolução Normativa nº 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu critérios e procedimentos para cálculo e repasse, às tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição.

CVA – PIS/COFINS

A CVA de PIS/COFINS corresponde ao aumento da carga tributária em função dos efeitos produzidos pelas Leis nº10.637, de 30 de dezembro de 2002, nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e nº10.865, de 30 de abril de 2004, que não estão contemplados pela tarifa praticada atualmente. O saldo nesta conta, em 31 de dezembro de 2006, de PIS e COFINS são, R\$ 566 e R\$ 4056, respectivamente.

CVA PROINFA

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, instituiu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação no Sistema Elétrico Interligado Nacional, da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Através da Resolução Normativa ANEEL nº 189, de 06 de dezembro de 2005, foi instituída a CVA PROINFA para apurar e contabilizar, os valores decorrentes de variações das quotas de custeio do referido encargo, ocorridas entre reajustes tarifários anuais, a partir de 30/11/2005.

Ativo regulatório 3% excedente compra de energia

A Lei nº 10.848/04 e o Decreto nº 5.163/04 definiram as condições de contratação de energia por parte das distribuidoras de energia elétrica nos leilões regulados e a forma de repasse desses custos às tarifas de fornecimento. Conforme referida legislação, as distribuidoras têm o direito de recuperar, mediante tarifa, as sobras de energia de até 3% em relação ao total da energia necessária ao atendimento de seu mercado.

Segue quadro demonstrativo com a movimentação das CVA's em 2006.

| Descrição | 2005 | Principal | Remuneração | Amortização | Ajuste | 2006 |
|---|----------------|----------------|--------------|-----------------|-----------------|----------------|
| Ativos | | | | | | |
| Parcela A | 33.506 | | 5.052 | | | 38.558 |
| CVA de Uso da Rede Elétrica | 986 | | | (986) | | - |
| CVA - Conta Consumo de Combustível | 13.009 | 18.335 | 1.231 | (9.587) | (8.877) | 14.111 |
| CVA - Conta de Desenvolvimento Energético | 591 | 539 | 43 | (772) | | 401 |
| CVA - Encargo de Serviço do Sistema | 248 | 233 | 14 | (347) | | 148 |
| CVA - Compra de Energia | 111.868 | 102.751 | 1.770 | (43.643) | (8.907) | 163.839 |
| Ativo regulatório- 3% excedente-Compra de Energia | 10.845 | 3.147 | | (6.528) | | 7.464 |
| CVA - PIS/COFINS | 1.883 | 14.991 | | (12.252) | | 4.622 |
| CVA - PROINFA | 620 | 1.860 | 87 | (1.775) | | 792 |
| | 173.556 | 141.856 | 8.197 | (75.890) | (17.784) | 229.935 |
| Passivos | | | | | | |
| CVA de Uso da Rede Elétrica | 8.955 | 16.655 | 2.893 | (10.984) | | 17.519 |
| CVA - Conta Consumo de Combustível | 8.521 | 9.851 | 830 | | (8.877) | 10.325 |
| | 17.476 | 26.506 | 3.723 | (10.984) | (8.877) | 27.844 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Em decorrência da nova classificação, a Companhia procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado um total de R\$ 159.675 (foi constituída provisão de R\$ 60.000 para cobrir possíveis diferenças no cálculo de períodos anteriores), durante o exercício. Esse montante foi apropriado a crédito na conta Receitas de Operações com Energia Elétrica, tendo como contrapartida conta do ativo circulante. O Crédito a receber de Consumidores Residenciais Baixa renda é calculado pela Companhia e submetido, mensalmente, à apreciação e homologação da ANEEL, conforme determina a Resolução nº 089, de 25 de outubro de 2004.

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

R\$:

| | 2006 | | 2005 | |
|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Não | | Não | |
| | Circulante | Circulante | Circulante | Circulante |
| Imposto de Renda a Compensar | 7.606 | - | 10.795 | - |
| ICMS a Compensar | 42.855 | 27.456 | 20.038 | 13.028 |
| Contribuição Social a Compensar | 2.525 | - | 7.850 | - |
| Pis/Cofins | 962 | - | 713 | - |
| Outros | 882 | - | 679 | - |
| | 54.830 | 27.456 | 40.075 | 13.028 |

O saldo de Imposto de Renda a compensar refere-se a valores de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96), saldo negativo de Imposto de Renda pago a maior em 2005 e a um saldo remanescente de Imposto de Renda a recuperar relativo à alteração da sistemática de tributação da receita do ativo regulatório dos anos de 2001 e 2002.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo de Contribuição Social a compensar refere-se ao valor advindo da alteração da sistemática de tributação da receita do ativo regulatório dos anos de 2001 e 2002, a saldo negativo de CSLL paga a maior em 2005, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

A partir de janeiro de 2001, a Companhia passou a contabilizar em tributos e contribuições sociais compensáveis os créditos de ICMS vinculados ao ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS

| Banco | 2006 | | 2005 | |
|-------------------|------------|----------------|--------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| BRADESCO | - | 8.625 | 720 | 718 |
| BEC | - | - | - | 6.634 |
| VOTORANTIM | - | 382 | 338 | - |
| UNIBANCO | - | 12.526 | - | 13.848 |
| Itaú | - | 623 | - | - |
| Outros | - | 2.911 | - | 2.912 |
| | - | 25.067 | 1.058 | 24.112 |

Estes depósitos correspondem a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. IMPOSTOS DIFERIDOS

Ativo Diferido

A Companhia possui créditos fiscais diferidos em 31 de dezembro, cuja composição e origem são demonstradas a seguir:

| | PIS/COFINS | | Imposto de Renda | | Contribuição Social | | TOTAL | |
|--|--------------|----------|------------------|---------------|---------------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 |
| Prejuízos Fiscais e Base Negativa da Contribuição Social | - | - | - | 6.216 | - | - | - | 6.216 |
| Diferenças Temporárias | | | | | | | | |
| Provisão para Contingências | - | - | 10.595 | 14.230 | 3.814 | 5.123 | 14.409 | 19.353 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | - | - | 41.972 | 43.308 | 15.110 | 15.591 | 57.082 | 58.899 |
| Provisão para Obsolescência de estoque | - | - | 1.614 | 1.614 | 581 | 581 | 2.195 | 2.195 |
| Benefício Pós-Emprego | - | - | 4.072 | 4.072 | 1.466 | 1.466 | 5.538 | 5.538 |
| Despesa Diferida PIS/COFINS | - | - | 4.212 | 6.650 | 1.516 | 2.394 | 5.728 | 9.044 |
| Baixa Renda | 5.550 | - | 15.000 | - | 5.400 | - | 25.950 | - |
| Outros | - | - | 2.668 | 3.449 | 961 | 1.242 | 3.629 | 4.691 |
| | 5.550 | - | 80.133 | 79.539 | 28.848 | 26.397 | 114.531 | 105.936 |
| Circulante | | | | | | | 26.760 | 61.986 |
| Não Circulante | | | | | | | 87.771 | 43.950 |

Atendendo às normas da Instrução CVM nº 371, de 25 de junho de 2002, a Companhia, com base nas projeções de resultados futuros, demonstra as parcelas de realização do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2006 para o período de cinco anos como segue:

| Anos de realização | Montante a realizar |
|--------------------|---------------------|
| 2007 | 26.760 |
| 2008 | 54.045 |
| 2009 | 14.795 |
| 2010 | 13.164 |
| 2011 | 5.767 |
| | 114.531 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9 CIA ENERG CEARA - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Passivo Diferido

A composição do imposto de renda, da contribuição social, do PIS e COFINS diferidos passivos, em 31 de dezembro, por natureza, está demonstrada como segue:

| | PIS/COFINS | | Imposto de Renda | | Contribuição Social | | TOTAL | |
|--|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 |
| Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC) | - | - | 2.054 | 2.519 | 3.162 | 3.639 | 5.216 | 6.158 |
| Perda de Receita - Racionamento | - | - | 39.442 | 45.338 | 14.199 | 16.328 | 53.641 | 61.666 |
| Saldo a Cobrar Reajuste Tarifário 2005 | - | 3.301 | - | 8.923 | - | 3.212 | - | 15.436 |
| Reposicionamento Revisão Tarifária | 1.215 | 4.521 | 3.303 | 12.221 | 1.182 | 4.399 | 5.700 | 21.141 |
| CVA Compra de energia | 15.845 | 13.657 | 42.831 | 30.683 | 15.419 | 11.046 | 74.095 | 55.386 |
| Provisão Baixa Renda | - | - | 1.388 | - | 500 | - | 1.888 | - |
| Luero de Órgãos Públicos Diferido | - | - | 167 | 167 | 60 | 60 | 227 | 227 |
| | 17.060 | 21.479 | 89.185 | 99.851 | 34.522 | 38.684 | 140.767 | 160.014 |
| Circulante | | | | | | | 62.100 | 92.252 |
| Não Circulante | | | | | | | 78.667 | 67.762 |

Em consonância com a Deliberação CVM nº 273/98, a Companhia tem registrado o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos calculados sobre o saldo a ser depreciado da correção monetária especial.

Conforme nota 6^a1, a Companhia reconheceu a correspondente receita referente à recomposição tarifária extraordinária de acordo com o regime de competência. Consubstanciada na opinião de seus assessores legais e resposta a consulta à Secretaria da Receita Federal, a Companhia reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição e social diferido no exercício de 2002, sendo este realizado à medida que o valor for efetivamente faturado pelo acréscimo tarifário para cobrir as perdas citadas anteriormente (2,9% e 7,9%).

A partir do exercício de 2005, a Companhia registrou PIS e COFINS diferido sobre ativo regulatório, CVA reposicionamento revisão tarifária e CVA compra de energia, os quais apresentam efeitos temporários.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

| | 2006 | | 2005 | |
|--------------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Ativos Regulatórios (nota 6b-ativos) | 66.122 | 163.813 | 61.339 | 112.217 |
| Encargos Financeiros | - | 2.656 | 245 | 3.438 |
| Seguros e Outros | 2.832 | 1.366 | 1.286 | 1.329 |
| Saldo | 68.954 | 167.835 | 62.870 | 116.984 |

Encargos Financeiros

Os encargos financeiros se referem à custos de estruturação da operação de captação de empréstimos junto ao BNDES, os quais são amortizado mensalmente pelo prazo contratado.

12. OUTROS CRÉDITOS

| | 2006 | 2005 |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Empréstimos e Financiamentos | 316 | 628 |
| Alienação de Bens e Direitos | 2.623 | 2.675 |
| Convênios de Arrecadação | 15.501 | 10.705 |
| Desativações em Curso | 880 | 189 |
| Outros | 1.093 | 1.003 |
| Saldo | 20.413 | 15.200 |
| Circulante | 20.131 | 14.606 |
| Não Circulante | 282 | 594 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. ATIVO IMOBILIZADO

| | Taxas anuais de depreciação | Custo | Depreciação e amortização acumulada | 2006 | 2005 |
|---|--------------------------------|------------------|---|------------------|------------------|
| | | | | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Em Serviço | | | | | |
| Distribuição | 4,46% | | | | |
| Custo Histórico | | 2.145.941 | (717.083) | 1.428.858 | 936.577 |
| Correção Monetária Especial | | 125.705 | (117.944) | 7.761 | 8.598 |
| | | 2.271.646 | (835.027) | 1.436.619 | 945.175 |
| Comercialização | 5,18% | | | | |
| Custo Histórico | | 50.678 | (10.590) | 40.088 | 247.595 |
| Correção Monetária Especial | | 508 | (508) | - | 978 |
| | | 51.186 | (11.098) | 40.088 | 248.573 |
| Administração | 11,59% | | | | |
| Custo Histórico | | 33.536 | (22.868) | 10.668 | 10.488 |
| Correção Monetária Especial | | 5.285 | (4.905) | 380 | 441 |
| | | 38.821 | (27.773) | 11.048 | 10.929 |
| Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | | | | | |
| Custo Histórico - Outros ativos | 20,00% | 7.000 | (5.601) | 1.399 | 2.801 |
| Custo Histórico - Ágio | 5,66% | 461.815 | (300.361) | 161.454 | 176.487 |
| | | 468.815 | (305.962) | 162.853 | 179.288 |
| | | 2.830.468 | (1.179.860) | 1.650.608 | 1.383.965 |
| Em Curso | | | | | |
| Distribuição | | 153.897 | - | 153.897 | 144.136 |
| Comercialização | | 1.934 | - | 1.934 | 48.778 |
| Administração | | 5.185 | - | 5.185 | 1.829 |
| | | 161.016 | - | 161.016 | 194.743 |
| | | 2.991.484 | (1.179.860) | 1.811.624 | 1.578.708 |
| Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | | | | (423.649) | (344.299) |
| | | | | 1.387.975 | 1.234.409 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a resolução ANEEL nº44 de 17 de março de 1999, são as seguintes:

| | Taxas anuais de depreciação (%) |
|--|---------------------------------|
| Distribuição | |
| Banco de Capacitores (Sistema de Distribuição) | 6,7% |
| Chave (Sistema de Distribuição) | 6,7% |
| Condutor (Sistema de Distribuição) | 5,0% |
| Disjuntor | 3,0% |
| Estrutura (Sistema de Distribuição) | 5,0% |
| Luminária | 7,7% |
| Regulador de Tensão (Sistema de Distribuição) | 4,8% |
| Sistema de Radiocomunicação | 7,1% |
| Transformador de Distribuição | 5,0% |
| Transformador de Força | 2,5% |
| Comercialização | |
| Equipamento Geral | 10,00% |
| Medidor | 4,00% |
| Administração Central | |
| Equipamento Geral | 10,00% |
| Veículos | 20,00% |

O ativo imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica e das instalações referentes as áreas comercial e administrativa.

Os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador, ANEEL.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. O montante total de bens associados à concessão é de R\$ 1.402.372. Extinta a concessão, os bens vinculados ao serviço serão revertidos a União, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devido à Concessionária pelo valor residual contábil.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Programa de Universalização

Em 26 de abril de 2002, foi Sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe sobre a Universalização do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica e estabelece que seu atendimento será regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223 estabelecendo as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha até o ano de 2013 para atender todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. Em dezembro de 2005, com a Resolução ANEEL nº 175, foi antecipado a Universalização do serviço de energia para o ano de 2008, tanto da área rural como urbana.

A meta estabelecida para a Coelce é ligar 455 mil novos consumidores, com ou sem extensão de rede, no período de 2004 a 2008. Até 2006, já foram beneficiados 372.048 consumidores, dos quais 60.218 contaram com o incentivo do programa Luz para Todos.

| | 2007 | 2008 |
|--|------|------|
| Quantidade de Municípios a serem universalizados | 41 | 95 |

Programa Luz para Todos

No dia 11 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4.873 que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica denominado “Programa Luz para Todos”.

O Programa tem por objetivo propiciar a antecipação das metas de Universalização das Unidades habitacionais localizadas na área rural, até o ano de 2008, com o atendimento com rede de energia elétrica a parcela da população que não possui acesso a esse serviço público.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e operacionalizado com a participação da Eletrobrás e das Concessionárias de Energia. Para realização do programa, a Companhia conta com recursos do Governo Federal (50%), Governo Estadual(25%) e próprios (25%).

| | 2006 | 2005 | 2004 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Participação das Fontes de Recursos | | | |
| Concessionária | 13.821 | 9.951 | 2.146 |
| RGR | 12.863 | 9.164 | 2.032 |
| CDE | 64.132 | 45.692 | 10.129 |
| | 90.816 | 64.807 | 14.307 |

Os recursos permitiram conectar 24.528 clientes em 2006, com expansão de 2.379 km da rede de média tensão e 1.879 km de baixa tensão.

Adicionalmente, visando atingir a meta global de universalização, foram investidos em 2006, R\$ 53,2 milhões com recursos próprios, o que possibilitou o atendimento a 15.218 novos consumidores.

| | 2007 | 2008 |
|---|---------|--------|
| Investimentos futuros | | |
| Investimentos futuros previstos | 156.299 | 63.063 |
| Unidades consumidoras previstas para o programa | 30.000 | 9.000 |

Programa de eficiência energética e Pesquisa e desenvolvimento

Conforme Lei nº 9.991, de 24 julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL. Durante o exercício de 2006 foi investido R\$ 9.511 nos referidos programas.

De acordo com a resolução ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, a Companhia passou a contabilizar as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores provisionados e corrigidos pela selic até a efetiva realização.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Quadro provisão PEE e P&D

| | 2006 | 2005 |
|--|---------------|---------------|
| Programa Eficiência Energética | 22.841 | 17.089 |
| Programa de Pesquisa e Desenvolvimento | 9.275 | 5.730 |
| FNDCT | 4.859 | 3.939 |
| MME | 5.738 | 1.864 |
| | 42.713 | 28.622 |

Ágio de Incorporação da Controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.^a, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, está sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução nº 269, de 15 de setembro de 1999, da ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

| Ano | Fator de amortização | Ano | Fator de amortização | Ano | Fator de amortização |
|------|----------------------|------|----------------------|------|----------------------|
| 2006 | 0,05698 | 2014 | 0,03333 | 2022 | 0,01640 |
| 2007 | 0,05769 | 2015 | 0,03051 | 2023 | 0,01501 |
| 2008 | 0,05673 | 2016 | 0,02792 | 2024 | 0,01374 |
| 2009 | 0,05192 | 2017 | 0,02555 | 2025 | 0,01257 |
| 2010 | 0,04752 | 2018 | 0,02338 | 2026 | 0,01151 |
| 2011 | 0,04349 | 2019 | 0,02140 | 2027 | 0,01053 |
| 2012 | 0,03980 | 2020 | 0,01958 | | |
| 2013 | 0,03642 | 2021 | 0,01792 | | |

Tal amortização poderá ser revisada anualmente, a critério da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, em função dos resultados realizados comparativamente aos dados projetados. O saldo em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 161.454.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da Reserva de Ágio (Reserva de Capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

| Ágio - Ativo Imobilizado em serviço | 2006 | 2005 |
|--|----------------|----------------|
| Ágio da Incorporação | 775.960 | 775.960 |
| Amortização Acumulada | (300.361) | (256.147) |
| Provisão sobre o Ágio | (429.365) | (429.365) |
| Reversão da Provisão sobre o Ágio | 115.220 | 86.039 |
| Saldo do Ágio - Ativo Imobilizado | 161.454 | 176.487 |

| Reserva de Capital | 2006 | 2005 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Ágio da Incorporação | 775.960 | 775.960 |
| (-) Desdobramento e resgate de ações | (125.407) | (125.407) |
| Provisão sobre o Ágio | (429.365) | (429.365) |
| Saldo Reserva de Capital | 221.188 | 221.188 |

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A partir de 1º de janeiro de 1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

| | 2006 | 2005 |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| Contribuições de Consumidores | (241.873) | (217.074) |
| Participação da União | (15.950) | (15.950) |
| Doações e Subvenções | (165.162) | (110.611) |
| Outras | (664) | (664) |
| Saldo | (423.649) | (344.299) |

As Contribuições de Consumidores referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

A participação da União refere-se a verbas federais recebidas para execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica.

As Doações e Subvenções referem-se a obras construídas por terceiros e doadas para a Companhia, com vistas à expansão do serviço público de energia elétrica.

14. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2006 é como segue:

| | 2006 | | 2005 | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Suprimento de Energia | | | | |
| Passivos Regulatórios (nota 6a - passivos) | 36.156 | 37.330 | 27.537 | 53.731 |
| Cia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf | 10.603 | | 23.142 | - |
| Furnas Centrais Elétricas S/A | 14.809 | | 8.610 | - |
| Outros | 21.128 | | 14.183 | - |
| Materiais e Serviços | 91.971 | | 71.474 | - |
| Saldo | 174.667 | 37.330 | 144.946 | 53.731 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

| | 2006 | | 2005 | |
|--|---------------|------------------------|---------------|------------------------|
| | Circulante | Exigível a Longo Prazo | Circulante | Exigível a Longo Prazo |
| ICMS | 26.966 | - | 35.723 | - |
| Contribuições sociais | 4.294 | - | 3.642 | - |
| Imposto de Renda | 2.333 | - | - | - |
| PIS | 1.889 | 640 | 2.346 | 1.372 |
| COFINS | 17.274 | 7.758 | 15.981 | 12.073 |
| Imposto de renda sobre juros sobre o capital próprio | - | - | 11.282 | - |
| Outros | 1.959 | 266 | 1.822 | 569 |
| | 54.715 | 8.664 | 70.796 | 14.014 |

Os saldos de PIS e COFINS devem-se, principalmente, ao fato de ter sido proferida decisão administrativa desfavorável à Companhia em relação ao pedido de compensação de valores de multas pagas espontaneamente com valores de PIS, COFINS e IRPJ no ano de 1999. A partir desta decisão desfavorável a Companhia optou por parcelar o valor devido, R\$ 15.416, em 60 vezes, pagas mensalmente e atualizadas pela taxa SELIC.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| | 2006 | | | 2005 | | |
|---|--------------|----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|
| | Principal | | Encargos | Principal | | Encargos |
| | Circulante | Não Circulante | | Circulante | Não Circulante | |
| Moeda Estrangeira | | | | | | |
| União Federal - DMPL (Agente financeiro Banco do Brasil) | 142 | 731 | 9.707 | 133 | 1.008 | 11.428 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES FINEM - Subcrédito A (a) | 49 | 5.896 | 4.914 | 86 | 6.481 | 11.838 |
| Banco Europeu de Investimentos (b) | 3.179 | 17.817 | 89.083 | 3.552 | - | 117.035 |
| | 3.370 | 24.444 | 103.704 | 3.771 | 7.489 | 140.301 |
| Moeda Nacional | | | | | | |
| Eletrobrás (c, d, e, f, g) | - | 8.123 | 50.584 | 1 | 7.635 | 43.062 |
| União Federal - Lei 8.727 (Agente financeiro Banco do Brasil) (h, i) | 320 | 6.052 | 37.318 | 385 | 5.536 | 40.135 |
| Banco do Brasil (Nota de Crédito Comercial) (j) | 704 | 10.125 | - | - | - | - |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES/RTE (k) | 354 | 10.844 | 53.256 | 990 | 27.679 | 88.370 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES FINEM - Subcrédito B e C (a) | 261 | 33.583 | 27.986 | 483 | 33.128 | 60.491 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (96) | - | - | - | 13 | 2.569 | - |
| Banco do Nordeste - Finame | - | - | - | 1 | 248 | - |
| Banco do Nordeste - Proinfa (l, m) | 26 | - | 101.765 | 109 | - | 38.281 |
| | 1.665 | 68.727 | 270.000 | 1.982 | 76.705 | 270.339 |
| Total sem efeito do Swap | 5.035 | 93.171 | 374.613 | 5.753 | 84.284 | 410.640 |
| Resultado das operações de SWAP | - | 4.670 | 11.512 | - | 36.492 | 2.398 |
| | 5.035 | 97.841 | 386.125 | 5.753 | 120.776 | 413.038 |

As principais informações a respeito dos empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

- BNDES FINEM : Financiamento para o plano de investimento 2003/2004 da Companhia, contratado em abril de 2004 junto ao consórcio liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. Sobre 15% do valor contratado (subcrédito A) incidem juros capitalizados trimestralmente de 5,5% ao ano, mais UMBND (cesta de moedas), com vencimentos mensais a partir do início do período de amortização, 16/05/2005. Para minimizar a exposição à variação cambial desta parcela, foi realizada operação de *swap* (parcial) da variação de US\$ mais 5,5% ao ano para 103,8% do CDI. Sobre 85% do financiamento (subcréditos B e C), providos com recursos ordinários do BNDES, incidem juros capitalizados trimestralmente de 5,5% ao ano mais TJLP, também com vencimentos mensais a partir de 16/05/2005. A amortização do empréstimo é realizada mensalmente, desde 16/05/2005 até 15/10/2008. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários, conta-reserva e nota promissória.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- b. Banco Europeu de Investimentos – BEI – Financiamento realizado conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95, com vencimento em 15/06/2012 e encargos com base na variação cambial (dólares norte-americanos) mais 5,5% ao ano, para o plano de investimentos 2001/2002 da Companhia. A operação tem como garantia fianças bancárias do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) e Banco Santander Central Hispano, além de notas promissórias. Atualmente a operação tem swap para 98,80% do CDI. Com pagamento de juros e amortização anual, terá sua 1ª amortização em 15/06/2007 e a última prevista 15/06/2012.
- c. Eletrobrás – Financiamento de Projetos: Empréstimo para financiamento de projetos de expansão do sistema de transmissão com recursos FINEL, com taxas e vencimentos conforme tabela abaixo:

| Nº CONTRATO | Indexador | Taxa Juros | Taxa Adm. | Início Contrato | Término Contrato | Saldo |
|-------------|-----------|------------|-----------|-----------------|------------------|--------------|
| ECF-1288/94 | Finel | 5,5% a.a | 2% a.a | 31/ago/94 | 30/ago/07 | 169 |
| ECF-1361/95 | Finel | 6% a.a | 2% a.a | 27/mar/96 | 28/fev/07 | 50 |
| ECF-1420/96 | Finel | 6% a.a | 2% a.a | 24/jul/96 | 30/dez/07 | 540 |
| ECF-1576/97 | Finel | 6,5% a.a | 2% a.a | 29/out/97 | 30/dez/08 | 103 |
| ECF-1673/97 | Finel | 6,5% a.a | 2% a.a | 06/fev/98 | 30/jun/09 | 585 |
| | | | | | | 1.447 |

- d. Eletrobrás – Luz no Campo – Empréstimo para cobertura financeira dos custos diretos do Programa de Eletrificação Rural – Luz no Campo, do Ministério das Minas e Energia, com recursos oriundos da RGR. A primeira amortização foi em 30/05/2002, e o último pagamento está previsto para 30/04/2012. Os juros de 5% ao ano, a taxa de administração de 1% ao ano, e o principal são amortizados mensalmente. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo devedor era de R\$ 32.098.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- e. Eletrobrás – Luz para Todos (1ª Tranche)– Empréstimo para cobertura financeira dos custos diretos das obras do Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR. A Companhia recebeu em 25 de julho de 2006 a 6ª liberação do contrato “Luz para Todos” no valor de R\$ 4.980, líquido de IOF e taxa de administração, sendo R\$ 826 provenientes da RGR (empréstimo) e R\$ 4.154 com recursos da CDE, constituindo uma subvenção, acumulando em dezembro de 2006 um saldo de R\$ 10.606 em RGR e R\$ 52.497 de Subvenção. A primeira amortização foi em 30/10/2006 e o último pagamento está previsto para 30/09/2016. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e Nota Promissória. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo devedor era de R\$ 10.340.
- f. Eletrobrás – Luz para Todos (2ª Tranche) – Empréstimo para cobertura financeira dos custos diretos das obras do Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A Companhia recebeu em 18 de dezembro de 2006 a 3ª liberação do contrato no valor de R\$ 17.265, sendo R\$ 2.878 provenientes da RGR (empréstimo) e R\$ 14.387 com recursos da CDE, constituindo uma subvenção, acumulando em dezembro de 2006 um saldo de R\$ 10.071 em RGR e R\$ 50.355 de subvenção. A primeira amortização será em 30/04/2008 e o último pagamento está previsto para 30/03/2018. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e Nota Promissória. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo devedor era de R\$ 10.071.
- g. Eletrobrás – Linha de Subtransmissão – Empréstimo para cobertura financeira dos custos para projetos de construção de linhas de transmissão, subestações e reforço de capacidade de subestações, com recursos originários da RGR. A Companhia recebeu em 24 de agosto de 2006 a 1ª liberação do contrato no valor de R\$ 4.667 provenientes da RGR (empréstimo). A primeira amortização será em 30/09/2008 e o último pagamento está previsto para 30/08/2013. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 2% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e Nota Promissória. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo devedor era de R\$ 4.751.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- h. União Federal (Agente Financeiro Banco do Brasil) – Eletrobrás – Cessão de crédito, que fez a Eletrobrás à União Federal, em 30/03/1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01/03/2014. Os encargos da operação são baseados na variação do IGPM mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de dezembro de 2006 era de R\$ 42.178.
- i. União Federal (Agente Financeiro Banco do Brasil) – CEF – Cessão de crédito, que fez a Caixa Econômica Federal à União Federal em 30/09/1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01/03/2014. Os encargos da operação são baseados na variação da TR mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de dezembro de 2006 era de R\$ 1.512.
- j. Banco do Brasil – Nota de crédito comercial contratado em 25 de abril de 2006, com liberação em 31/05/2006 no valor de R\$ 10.000, com taxa de TR mais 12,20%^{aa} O pagamento da nota de crédito será feito em parcela única previsto para 20/04/2007.

k. BNDES RTE – Empréstimo destinado a suprir parte das insuficiências de recursos da Companhia, decorrentes da redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. Com vencimento em 15/06/2009, teve sua primeira parcela de amortização em 15/04/2002. Os encargos incidentes sobre o principal correspondem a SELIC mais 1% ao ano. As amortizações de principal e juros têm vencimentos mensais. A operação tem como garantia recebíveis tarifários.

- l. Banco do Nordeste – Proinfra I – A Companhia celebrou contrato, em 29 de dezembro de 2004, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 140.389, sendo R\$ 70.195 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 70.194 com recursos próprios da Companhia. A operação tem um período de duração de 8 (oito) anos com 36 meses de carência, a uma taxa de 14%^{aa}; (com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), sendo amortizado em 60 parcelas mensais, com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 29 de janeiro de 2008, e a última em 29 de dezembro de 2012. O financiamento é garantido por Carta de Fiança Bancária em favor do Banco do Nordeste. Em 2005, foram liberados R\$ 38.281, e no dia 17 de julho de 2006 a Companhia recebeu a última parcela do financiamento no valor de R\$ 31.914.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

m. Banco do Nordeste – Proinfra II – O contrato foi celebrado em 25 de setembro de 2006, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 216.695, sendo R\$ 130.000 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 86.695 com recursos próprios da Companhia. A operação tem duração de 8 (oito) anos com 35 meses de carência, a uma taxa de 14% ^aa (com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), sendo amortizado em 60 parcelas mensais com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 25 de outubro de 2009, e a última em 25 de setembro de 2014. O financiamento é garantido por Carta de Fiança Bancária em favor do Banco do Nordeste. Em 16 de outubro de 2006, foram liberados R\$ 31.569, restando R\$ 98.431 para a Companhia receber referente ao contrato.

Do total de empréstimos e financiamentos, R\$ 250.121 estão garantidos por vínculos com a receita de energia elétrica (arrecadação).

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Europeu de Investimentos – BEI e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratados em 2002 e 2004, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2006:

| Obrigações Especiais Financeiras | Banco | Índice |
|---|---------------|--------|
| Dívida (com Swap e Fornecedores) / Ativo Total (máximo) | BEI | 0,7 |
| EBITDA / Encargos da Dívida (em 12 meses - mínima) | BEI | 3,0 |
| EBITDA / Despesa Financeira Líquida Desembolsada (em 12 meses - mínima) | BNDES / FINEM | 4,5 |
| Dívida Bancária Líquida / EBITDA (máximo) | BNDES / FINEM | 2,0 |
| Dívida Bancária Líquida / Patrimônio Líquido (máximo) | BNDES / FINEM | 0,6 |
| Endividamento Financeiro Líquido / EBITDA (máximo) | BNDES / FINEM | 2,5 |
| Endividamento Financeiro Líquido / (Endividamento Financeiro Líquido + Patrimônio Líquido) (máximo) | BNDES / FINEM | 0,6 |
| DSRC (EBTIDA / Serviço de Dívida Ajustado (*)) (mínimo) | BNDES / FINEM | 1,3 |

(*) Serviço de Dívida Ajustado: Amortização das dívidas bancárias, mais encargos da dívida bancária, menos receita financeira (receitas de aplicação mais ingresso por mora).

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia reconheceu as obrigações junto à Fundação COELCE de Seguridade Social – FAELCE, as quais encontram-se classificadas como benefício pós-emprego (Nota 25).

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, exclusive os efeitos da operação de *swap* tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

| | Curva de amortização |
|-----------|---------------------------------|
| | - |
| 2008 | 98.143 |
| 2009 | 84.196 |
| 2010 | 53.827 |
| 2011 | 53.827 |
| Após 2012 | 84.620 |
| | 374.613 |

Composição original dos Empréstimos e Financiamentos por Tipo de Moeda e Indexador (exclusivo de efeitos das operações de swap contratados):

| Moeda (equivalente em R\$) / Indexador | 2006 | % | 2005 | % |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Moeda estrangeira | | | | |
| Dólar norte-americano | 120.659 | 91,74 | 133.156 | 87,86 |
| Cesta de moedas | 10.859 | 8,26 | 18.405 | 12,14 |
| | 131.518 | 100,00 | 151.561 | 100,00 |
| Moeda nacional | | | | |
| IGP-M | 42.178 | 12,36 | 44.437 | 12,73 |
| Finel | 1.447 | 0,42 | 2.815 | 0,81 |
| TJLP | 61.830 | 18,12 | 96.934 | 27,76 |
| CDI/SELIC | 64.454 | 18,88 | 117.039 | 33,52 |
| RGR | 57.260 | 16,78 | 47.883 | 13,72 |
| TR | 12.341 | 3,62 | 1.618 | 0,46 |
| R\$ | 101.791 | 29,82 | 38.390 | 11,00 |
| | 341.301 | 100,00 | 349.116 | 100,00 |
| Total | 472.819 | | 500.677 | |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia mantém contratos de swap para os empréstimos em moeda estrangeira do BEI e parte da parcela da operação BNDES – FINEM indexada a UMBND, trocando a remuneração desses contratos para taxas pós-fixadas que variam de 98,80% a 103,8% do CDI. Quanto aos contratos DMLP – Dívida de Médio e Longo Prazo – com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.^a como agente financeiro, não estão vinculados a contratos de swap, mantendo-se porém dentro do limite de exposição cambial especificado na Política de Riscos Financeiros da Companhia representando apenas 2,16% da dívida total na posição de dezembro de 2006.

Variação de moedas/indexadores nos exercícios de 2006 e 2005

| Moeda / Indexador | 2006 | 2005 |
|---------------------------|--------|---------|
| Dólar norte- americano | -8,66% | -11,82% |
| Cesta de moedas | -8,51% | -14,04% |
| IGP-M | 3,85% | 1,21% |
| Finel | 0,76% | 0,24% |
| TJLP | 7,87% | 9,75% |
| CDI/SELIC | 15,03% | 18,99% |
| RGR | 0,00% | 0,00% |
| TR | 2,04% | 2,83% |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Mutação de empréstimos e financiamentos:

| | Moeda Nacional | | Moeda Estrangeira | |
|------------------------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Em dezembro de 2004 | 69.294 | 285.240 | 17.174 | 175.454 |
| Ingressos | - | 61.486 | - | 5.822 |
| Encargos | 43.440 | - | 9.614 | - |
| Variação Monetária e Cambial | 4.398 | - | (21.244) | - |
| Transferências | 76.387 | (76.387) | 56.534 | (56.534) |
| Swap | - | - | 3.903 | 34.987 |
| Outros | 5.418 | - | (1.907) | (17.030) |
| Amortizações | (120.160) | - | (16.322) | - |
| Em dezembro de 2005 | 78.777 | 270.339 | 47.752 | 142.699 |
| Ingressos | 383 | 92.180 | - | - |
| Encargos | 52.291 | 827 | 2.898 | - |
| Variação Monetária e Cambial | (17) | 3.428 | (1.795) | (12.260) |
| Transferências | 190.753 | (95.865) | 18.272 | (19.486) |
| Swap | - | - | (30.144) | 9.273 |
| Outros | 16.850 | - | - | - |
| Amortizações | (268.645) | - | (4.499) | (5.010) |
| Em dezembro de 2006 | 70.392 | 270.909 | 32.484 | 115.216 |

17. DEBÊNTURES

| 2006 | | | 2005 | | |
|-----------|------------|----------------|-----------|------------|----------------|
| Principal | | | Principal | | |
| Encargos | Circulante | Não Circulante | Encargos | Circulante | Não Circulante |
| - | - | - | 5.785 | 11.066 | 66.395 |

Em 2004, a Companhia realizou a sua primeira emissão de Debêntures simples não conversíveis, no valor de R\$ 88.527, com remuneração de 116% do CDI, amparada pelo programa de debêntures aprovado em julho/04 no valor de R\$ 150 milhões.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A emissão foi coordenada pelo Banco Votorantim, em regime de garantia firme, obtendo rating corporativo A3. r pela Moodys. O anúncio do início da distribuição foi realizado em 03/11/04 através do Jornal Gazeta Mercantil e seu encerramento ocorreu em 04/11/04 no mesmo jornal, totalizando 88.527 debêntures com valor de face de R\$ 1.000,00. A emissão ocorreu em 20/02/04, e os recursos foram antecipados pelo Banco Votorantim através de um bridge loan, cuja liquidação ocorreu em 03/11/2004, com a conclusão do processo de emissão.

Como garantia das obrigações assumidas pela Companhia com a emissão de debêntures, formalizou-se a vinculação e penhor de arrecadação de receita transferida para uma conta centralizadora no Banco do Brasil, equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo devedor das debêntures, ou seja, o valor nominal das debêntures não resgatadas ou canceladas, acrescido da remuneração calculada “pro rata temporis” desde a data de emissão. Em 20 de fevereiro de 2006, ocorreu o pagamento da 2ª amortização das debêntures. A contratação e liberação de novas dívidas em 2006, de menor custo e maior prazo, permitiu à Coelce liquidar antecipadamente suas obrigações decorrentes destas debêntures. Em 18 de outubro de 2006, a Coelce efetuou uma operação de mercado para aquisição parcial de 37.000 debêntures no valor de R\$ 29.569. Em 23 de novembro de 2006, a Coelce realizou nova operação de mercado para aquisição do saldo remanescente das debêntures no valor de R\$ 41.519.

18. TAXAS REGULAMENTARES

| | 2006 | 2005 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Conta Consumo de Combustível | 11.722 | - |
| Reserva Global de Reversão | 2.432 | 5.194 |
| Conta de Desenvolvimento Energético | 1.023 | 877 |
| Taxa de Fiscalização | 333 | 222 |
| Encargos Emergenciais | 2.827 | 5.828 |
| | 18.337 | 12.121 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

| | 2006 | 2005 |
|---|----------------|---------------|
| Passivo Circulante | | |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF | 75.081 | 58.558 |
| Synapsis Brasil S.A. | 1.595 | 1.423 |
| CAM Brasil Multiserviços Ltda. | 1.521 | 1.350 |
| | 78.197 | 61.331 |
| Passivo Não Circulante | | |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF | 125.773 | 63.339 |

- Na opinião de sua administração, a Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.
- A Companhia mantém contrato de compra de energia junto à Central Geradora Térmica de Fortaleza e efetuou aquisições, no exercício, no montante de R\$ 435.360 (R\$ 466.913 em 2005). Deste total, R\$ 90.307 foram reclassificados para despesas pagas antecipadamente.
- As operações com a Synapsis Brasil S.A referem-se, basicamente, à prestação de serviços de informática e manutenção dos sistemas da Companhia. O total de gastos incorridos em 2006 montaram R\$ 22.340 (R\$ 22.743 em 2005), sendo R\$ 18.323 (R\$ 18.762 em 2005) como despesa operacional no resultado da Companhia e R\$ 4.017 (R\$ 3.981 em 2005) capitalizados como investimento.
- Os saldos com a CAM Brasil Multiserviços Ltda. Advém, basicamente, de contratação desta para fiscalização de obras para a COELCE com aplicação direta no investimento da Companhia. A CAM também prestou serviços de fiscalização de cortes e aparelhos queimados, sendo estes classificados como despesa. O total de custos incorridos no ano de 2006 é de R\$ 21.290 (R\$ 14.792 em 2005), sendo R\$ 20.761 (R\$ 14.513 em 2005) como investimento e R\$ 529 como despesa operacional.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- A Synapsis Brasil S.^a, a CAM Brasil Multiserviços, a Companhia Interconexão Energética e a Central Geradora Termelétrica de Fortaleza são subsidiárias dos acionistas controladores. A AMPLA é acionista indireta da Companhia.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de nossos consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de êxito foi estimada como provável para a Companhia.

Adicionalmente, existem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento em um montante de R\$ 168.525, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível e nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

Segue quadro demonstrativo das Contingências e Depósitos Judiciais em 31 de dezembro de 2006.

| | 2006 | | | 2005 | | |
|--|-------------------|---------------|---------------------------------|-------------------|---------------|---------------------------------|
| | Valor da provisão | | Depósitos vinculados a litígios | Valor da provisão | | Depósitos vinculados a litígios |
| | No exercício | Acumulada | | No exercício | Acumulada | |
| Trabalhistas | | | | | | |
| Danos morais | 4 | 59 | - | 3 | 55 | - |
| Diferenças salariais | (73) | 851 | - | 125 | 924 | - |
| Empresas terceirizadas | 92 | 7.479 | - | 433 | 7.387 | - |
| Horas extras | 28 | 61 | - | 15 | 33 | - |
| Periculosidade | 22 | 1.822 | - | (187) | 1.800 | - |
| Verbas rescisórias | (51) | 68 | - | (92) | 119 | - |
| Vínculo empregatício | - | - | - | (376) | - | - |
| Reintegração | (22) | 363 | - | 69 | 385 | - |
| Outros | (1.492) | 2.217 | 16.360 | 136 | 3.709 | 12.233 |
| | (1.492) | 12.920 | 16.360 | 126 | 14.412 | 12.233 |
| Cíveis | | | | | | |
| Consumidores | (4.734) | 25.978 | 3.818 | 16.691 | 30.712 | 2.340 |
| | (4.734) | 25.978 | 3.818 | 16.691 | 30.712 | 2.340 |
| Fiscais | | | | | | |
| COFINS | - | - | - | (1.196) | - | - |
| Funrural e INCRA | 1.212 | 10.738 | - | 1.043 | 9.526 | - |
| Impostos compensados com medida judicial | - | 18.900 | - | 496 | 18.900 | - |
| Provisão Multas | (2.244) | - | - | 2.244 | 2.244 | - |
| SEBRAE e FGTS | 286 | 2.896 | 3.645 | 265 | 2.610 | 3.255 |
| Outros | - | 8.934 | 1.446 | - | 8.934 | 1.986 |
| | (746) | 41.468 | 5.091 | 2.852 | 42.214 | 5.241 |
| Total | (6.972) | 80.366 | 25.269 | 19.669 | 87.338 | 19.814 |
| Circulante | | 574 | - | | 734 | - |
| Não Circulante | | 79.792 | 25.269 | | 86.604 | 19.814 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Contingências Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias, diferenças salariais, etc

Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com a Coelce bem como equiparação em direitos aos empregados desta.

Os depósitos judiciais vinculados as contingências trabalhistas estão sendo demonstrados integralmente na linha "Outros" uma vez que os controles existentes no ano de 2006 não se mostraram suficientes para segregar os valores por tipo de ação judicial. Ressaltamos que estes controles estão sendo desenvolvidos junto aos advogados patrocinadores das causas com o objetivo de serem implantados até o mês de junho de 2007.

b) Contingências Cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

c) Contingências Fiscais

A Companhia possui processo administrativo pendente de julgamento, protocolado junto à Receita Federal, em que solicita a compensação dos valores recolhidos a maior a título de PASEP, em face da inconstitucionalidade dos Decretos nºs 2.445/88 e 2.448/88, declarada pelo Supremo Tribunal Federal e ratificada por meio de resolução do Senado Federal.

Sustentada na opinião dos consultores legais, a Companhia decidiu compensar os valores envolvidos com os impostos e contribuições vincendos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL). Conservadoramente, a Companhia manteve provisionado o valor dos referidos tributos e contribuições compensadas, no montante de R\$ 9.075. Este valor atualizado monetariamente, até 31/12/2005, totaliza R\$ 18.900 que está provisionado em dezembro de 2006.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Tarifaço

A Companhia é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE n°s 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. A provisão para perdas nessas ações está contemplada no saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

| | 2006 | 2005 |
|--|---------------|---------------|
| Passivos Regulatórios (nota 6b - passivos) | 27.844 | 17.476 |
| Arrecadação de Terceiros | 2.288 | 1.610 |
| Adiantamento de Clientes | 1.082 | 797 |
| Empréstimos Compulsórios | 176 | 253 |
| Outros | 6.322 | 6.545 |
| | 37.712 | 26.681 |
| Circulante | 27.143 | 23.061 |
| Não Circulante | 10.569 | 3.620 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está composto de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

| Espécie e Classe | Quantidade (mil) | |
|-----------------------|--------------------|--------------------|
| | 2006 | 2005 |
| Ações Ordinárias | 96.135.875 | 96.135.875 |
| Ações Preferenciais A | 56.245.389 | 56.237.203 |
| Ações Preferenciais B | 3.329.336 | 3.337.522 |
| | 155.710.600 | 155.710.600 |

| | Ações ordinárias (em milhares) | | Ações preferenciais (em milhares) | | | | Total (em milhares) | |
|----------------------------------|-----------------------------------|-------------|--------------------------------------|-------------|------------------|-------------|------------------------|-------------|
| | TOTAL (I) | | CLASSE A | | CLASSE B | | TOTAL (II) | |
| ACIONISTAS | | | | | | | (I) + (II) | |
| Investluz S.A | 88.122.867 | 91,66% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Eletrobrás | - | 0,00% | 7.935.512 | 14,11% | 3.062.282 | 91,98% | 10.997.794 | 18,46% |
| Endesa Brasil S.A | - | 0,00% | 3.540.000 | 6,29% | - | 0,00% | 3.540.000 | 5,94% |
| Fundos e Clubes de Investimentos | 1.587.144 | 1,65% | 30.113.192 | 53,54% | 75.723 | 2,27% | 30.188.915 | 50,67% |
| Fundos de Pensão | 1.838.808 | 1,91% | 5.997.046 | 10,66% | - | 0,00% | 5.997.046 | 10,07% |
| Outros | 4.587.056 | 4,78% | 8.659.639 | 15,40% | 191.331 | 5,75% | 8.850.970 | 14,86% |
| Total de ações | 96.135.875 | 100% | 56.245.389 | 100% | 3.329.336 | 100% | 59.574.725 | 100% |

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe “A” e 10% para as ações de classe “B”, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe “B” poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe “A”, a requerimento do interessado.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital até o limite de 300.000.000 mil de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000 mil de ações ordinárias e 193.352.996 mil de ações preferenciais Classe “A” e 6.647.004 mil de ações preferenciais Classe “B”.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – LEI nº 9.249/95

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se os percentuais definidos no estatuto social para as ações preferenciais (Nota 22).

A remuneração dos acionistas é demonstrada como segue:

| | 2006 | 2005 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 298.258 | 189.124 |
| Ajuste de exercícios Anteriores | - | 48.100 |
| (-) Reserva Legal | (14.913) | (9.456) |
| Lucro Líquido Ajustado | 283.345 | 227.768 |

Assim sendo, os dividendos mínimos são como segue:

| | 25% sobre o Lucro Líquido Ajustado | | Dividendos Mínimos sobre Capital Social | | Dividendos Mínimos Obrigatórios | |
|------------------------------|------------------------------------|---------------|---|---------------|---------------------------------|---------------|
| | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 |
| Ações Ordinárias | 43.734 | 35.156 | - | - | 43.734 | 35.156 |
| Ações Preferenciais Classe A | 25.587 | 20.567 | 9.386 | 9.384 | 25.587 | 20.567 |
| Ações Preferenciais Classe B | 1.515 | 1.219 | 926 | 928 | 1.515 | 1.219 |
| Total | 70.836 | 56.942 | 10.312 | 10.312 | 70.836 | 56.942 |

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) do período de janeiro a dezembro de cada exercício.

Conforme facultado na Deliberação CVM nº 207/96, esses juros foram imputados ao dividendo mínimo por seu valor líquido de imposto de renda.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração da Companhia irá propor a seguinte distribuição dos resultados na próxima Assembléia Geral de Acionistas:

| | 2006 | 2005 |
|---|----------------|----------------|
| Dividendos Propostos do Exercício | 225.845 | 92.668 |
| Ajuste de exercícios anteriores | - | 48.100 |
| Juros sobre o Capital Próprio | 57.500 | 87.000 |
| Total de Dividendos e JSCP | 283.345 | 227.768 |
| (-) IR sobre Juros s/ o Capital Próprio | (7.505) | (11.282) |
| Total de Dividendos e JSCP líquido de IR | 275.840 | 216.486 |

A referida proposta de distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio por classe de ação é demonstrada como segue:

| | 2006 | 2005 |
|------------------------------|----------------|----------------|
| Ações Ordinárias | 170.304 | 133.659 |
| Ações Preferenciais Classe A | 99.638 | 78.195 |
| Ações Preferenciais Classe B | 5.898 | 4.632 |
| Total | 275.840 | 216.486 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre a alíquota efetiva e a nominal de imposto de renda e contribuição social é como segue:

| | 2006 | 2005 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | 355.103 | 146.416 |
| (-) Participação dos Lucros | (5.495) | (5.749) |
| | 349.608 | 140.667 |
| Alíquota Nominal | 34% | 34% |
| | 118.867 | 47.827 |
| Reversão da Provisão sobre o Ágio da incorporação | (9.922) | (9.925) |
| Outros | (95) | 641 |
| Despesas com IR e CSLL | 108.850 | 38.543 |

A Companhia obteve incentivos de redução do Imposto de Renda por estar situada na área de atuação da ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste). Os benefícios foram homologados pela Receita Federal, no mês de março de 2004, produzindo efeitos a partir do ano calendário de 2003.

Os incentivos consistem na redução do Imposto de Renda devido nas seguintes proporções: a) Redução de 25% do Imposto de Renda apurado a partir da Receita Líquida oriunda do fornecimento de 4.800 GWh/ano; e b) Redução de 75% do Imposto de Renda apurado a partir da Receita Líquida oriunda do fornecimento acima de 4.800 GWh/ano até o limite de 9.600 GWh/ano.

O valor do Imposto de Renda que deixou de ser pago em virtude dos benefícios de redução foram contabilizados em conta de Reserva de Capital, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída aos sócios.

Em virtude do acima exposto, a Companhia deixou de recolher, no ano de 2006, o montante de R\$ 31.632 (R\$ 7.502 em 2005).

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão de benefício definido, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social – FAELCE, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia Energética do Ceará – COELCE. Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à dos participantes da FAELCE, em função dos planos de benefícios.

O cálculo das reservas matemáticas relativas aos benefícios de suplementação de aposentadorias e pensões da Fundação adota o regime financeiro de capitalização.

A Companhia contribui mensalmente com a taxa de 5,65% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes, participantes da Fundação, para cobertura do custo normal, e com a taxa de 3% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da Contribuição Suplementar Amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da referida entidade.

A Companhia não concede outros benefícios pós-emprego a seus empregados, e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, contribuiu com R\$ 13.832 referentes a contribuições previdenciárias e custeio administrativo.

A Companhia optou por registrar os passivos atuariais conforme previsto na Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2001, no montante de R\$ 10.750, líquido dos efeitos tributários correspondentes.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2006, tendo sido considerada a base cadastral de 30 de novembro de 2006, na qual o plano contava com 1.325 participantes ativos, 17 participantes em “vesting”, 1.521 participantes aposentados e 484 grupos de pensionistas de participantes já falecidos.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A obrigação atuarial com a FAELCE foi calculada por atuário independente e sua composição é como segue:

| | 2006 | | | 2005 | | |
|---|--------------|----------------|---------------|------------|----------------|---------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Programa de Incentivo à Pré-Aposentadoria | 20 | - | 20 | 284 | - | 284 |
| Contribuições Parceladas | - | 56.599 | 56.599 | - | 59.111 | 59.111 |
| Obrigações por Benefícios Pós-Emprego | 4.043 | 16.289 | 20.332 | - | 16.289 | 16.289 |
| | 4.063 | 72.888 | 76.951 | 284 | 75.400 | 75.684 |

O saldo do Programa de Incentivo à Pré-aposentadoria refere-se a valores decorrentes de planos de demissão voluntária e incentivada (PDV/PDI) estabelecidos pela Companhia em anos anteriores.

As contribuições parceladas referem-se a débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e seus encargos financeiros. O total da dívida foi consolidado em um único contrato de parcelamento, assinado em 30 de junho de 1999, o qual foi renegociado em 30 de abril de 2004, conforme Resolução CGPC Nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

- Prazo para pagamento total: 10 anos e 2 meses, sendo 3 anos e 2 meses de carência.
- Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.
- Amortização do principal: Será liquidado em 15 parcelas semestrais e sucessivas com o primeiro vencimento em 30/06/2007.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | <u>2006</u> |
|---|------------------------|
| Valor justo dos ativos do plano (2005) | 405.184 |
| Contribuições do empregador | 13.832 |
| Contribuições do empregado | 4.140 |
| Retorno dos investimentos | 69.931 |
| Benefícios pagos | <u>(30.036)</u> |
| Valor justo dos ativos do plano(2006) | <u>463.051</u> |
| | |
| Valor do passivo atuarial (2005) | (470.187) |
| Custo dos serviços correntes | (6.145) |
| Custo dos Juros | (46.976) |
| Perda atuarial | 1.625 |
| Benefícios pagos | 30.036 |
| Ganho atuarial não reconhecido | <u>(15.956)</u> |
| Valor do passivo atuarial | <u>(507.603)</u> |
| Passivo atuarial líquido | (44.552) |
| Superavit pendente de reconhecimento | (32.399) |
| Passivo líquido | <u><u>(76.951)</u></u> |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição da obrigação atuarial, em 31 de dezembro de 2006, é como segue:

Movimentação do passivo atuarial líquido em 2006:

| | |
|---------------------------------|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2005 | 50.089 |
| Contribuições da Patrocinadora | (13.832) |
| Custo do exercício | 8.295 |
| | 44.552 |

Despesa prevista para 2006:

| | |
|--------------------------------------|--------------|
| Custo do Serviço Corrente | 6.629 |
| Custo dos Juros | 49.166 |
| Retorno dos Investimentos | (46.797) |
| Contribuição esperada dos empregados | (4.189) |
| | 4.809 |

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização da avaliação são:

| Principais premissas atuariais | 2006 | 2005 |
|--|---|---|
| Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total | 10,24% inflação anual+desconto 6% a.a | 10,24% inflação anual+desconto 6% a.a |
| Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano | 10,24% inflação anual+Juro real 6% a.a | 10,24% inflação anual+Juro real 6% a.a |
| Taxa do crescimento salarial | 5,18% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados) | 5,18% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados) |
| Taxa de inflação esperada | 4% | 4% |
| Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada | 4% | 4% |
| Fator de capacidade do benefício/salário | 98% | 98% |
| Taxa de rotatividade | 0,74% a.a (próximos 12 meses) 0,27% a.a (anos remanescentes) | 0,74% a.a (próximos 12 meses) 0,27% a.a (anos remanescentes) |
| Tábua Geral de Mortalidade (q_x) | AT-83 | GAM-83 |
| Tábua de entrada em invalidez (i_x) | LIGHT-MÉDIA | LIGHT-MÉDIA |
| Tábua de mortalidade de inválidos (q_x^i) | q_x da AT-49 | q_x da CSO-58 |
| Tábua de mortalidade de ativos | método de Hamza | método de Hamza |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O negócio da Companhia compreende a distribuição de energia para os consumidores de sua área de concessão (Estado do Ceará) e portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não estão sujeitos a ajuste a valor de mercado.

Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários de renda fixa, se aproximam do valor de mercado. Aplicações em fundos de investimento estão sujeitas à marcação de mercado, e expressam o valor de mercado na posição verificada.

O valor de mercado, dos empréstimos de longo prazo da Companhia, por se tratarem, em sua maioria, de fontes de financiamentos específicas, não foi calculado de forma a obter o valor de negociação a taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares. A Companhia adota a prática de celebrar contratos de swap junto a instituições financeiras, a fim de reduzir os riscos de taxa de câmbio, conforme comentado a seguir.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

d) ^aRisco de Taxa de Câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia celebra contratos de swap junto a instituições financeiras. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados na demonstração do resultado. A Companhia, neste período, apresenta provisões de ajustes a débitos não realizados com contratos de swap na data base de 31 de dezembro de 2006 que estão registradas na rubrica empréstimos e montam R\$ 16.182 (nota 16).

e) Risco de Taxa de Juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não-correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifas de energia elétrica não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Companhia.

f) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

d. Valor de Mercado

Nas considerações efetuadas pela Companhia, foram adotados valores de mercado de acordo com condições verificadas no mercado em 31 de dezembro de 2006, para transações financeiras com condições similares.

O valor de mercado dos contratos de swap em 31 de dezembro de 2006 resultou em posição devedora de R\$ 16.942. Tais valores, que estão relacionados aos contratos de empréstimos em moeda estrangeira (Nota 16), foram calculados através da expectativa de taxas futuras do mercado financeiro.

| | 2006 | |
|-------------------|----------|---------|
| | Contábil | Mercado |
| Contratos de swap | 16.182 | 16.942 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

| | Nº de consumidores | | MWh | | R\$ | |
|--|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 |
| | Não auditado | | Não auditado | | | |
| Fornecimento faturado | | | | | | |
| Residencial Normal | 533.662 | 527.716 | 1.148.945 | 1.175.961 | 636.636 | 567.856 |
| Residencial Baixa Renda | 1.486.591 | 1.415.968 | 1.105.733 | 1.001.550 | 235.017 | 178.346 |
| Industrial | 6.455 | 6.572 | 1.165.822 | 1.540.348 | 387.931 | 402.997 |
| Comércio, serviços e outros | 141.469 | 138.696 | 1.261.448 | 1.205.703 | 583.187 | 493.088 |
| Rural | 218.162 | 208.797 | 592.092 | 579.399 | 122.562 | 110.842 |
| Poder público | 25.945 | 24.784 | 354.935 | 331.597 | 155.581 | 130.161 |
| Iluminação pública | 2.164 | 1.536 | 329.098 | 330.240 | 93.189 | 82.279 |
| Serviços públicos | 1.508 | 1.401 | 237.498 | 231.667 | 72.021 | 61.281 |
| | 2.415.956 | 2.325.470 | 6.195.571 | 6.396.465 | 2.286.124 | 2.026.850 |
| (-) Provisão refaturamento Prefeituras | - | - | - | - | - | (12.000) |
| Total do Faturamento | - | - | - | - | 2.286.124 | 2.014.850 |
| Fornecimento não faturado | - | - | - | - | 4.475 | 9.596 |
| Consumidores, concessionários e permissionários | | | | | 2.290.599 | 2.024.446 |
| Baixa renda | - | - | - | - | 99.675 | 134.780 |
| Reposicionamento Revisão Tarifária | - | - | - | - | (35.749) | 46.224 |
| Saldo a Cobrar Reajuste Tarifário 2005 | - | - | - | - | (35.692) | 35.692 |
| Recuperação Perda de Receita 2001 | - | - | - | - | (57.677) | (55.366) |
| Recuperação Energia Livre - Geradoras | - | - | - | - | (25.090) | (17.802) |
| Suprimento | 3 | 2 | - | - | 12.731 | 7.126 |
| * Consumidores Livres | - | - | - | - | 46.064 | 21.232 |
| Encargos de uso da rede elétrica | - | - | - | - | 17 | 270 |
| Outras receitas | - | - | - | - | 42.082 | 28.151 |
| Receita Operacional Bruta | | | | | 2.336.960 | 2.224.753 |
| (-) Deduções da Receita | | | | | | |
| ICMS | - | - | - | - | (514.217) | (457.662) |
| Quota para reserva global de reversão | - | - | - | - | (17.982) | (16.273) |
| Outros impostos e contribuições sobre a Receita | - | - | - | - | (112.948) | (130.833) |
| Encargo de capacidade emergencial | - | - | - | - | (485) | (38.463) |
| | | | | | (645.632) | (643.231) |
| Receita Operacional Líquida | 2.415.959 | 2.325.472 | 6.195.571 | 6.396.465 | 1.691.328 | 1.581.522 |

* O montante refere-se a receita com o transporte de 680.976 mwh de energia.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | 2.006 | 2.005 |
|---|---------------|---------------|
| Inspeção de instalações e serviços vários | 2.628 | 2.165 |
| Renda na prestação de serviços | 24.693 | 12.293 |
| Arrendamento e aluguéis | 9.310 | 9.341 |
| Serviço taxado | 4.933 | 4.086 |
| Outros | 518 | 266 |
| | 42.082 | 28.151 |

29. COMPRA E VENDA DE ENERGIA NA CCEE

Nos exercícios de 2006 e 2005 a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Compensação de Energia Elétrica – CCEE, conforme a seguir demonstrado:

| | 2006 | | 2005 | |
|-------------------|---------------------|---------|---------------------|---------|
| | MWh | R\$ mil | MWh | R\$ mil |
| Compra | Não auditado | | Não auditado | |
| Compra de energia | - | - | 85.270 | 1.563 |
| Ajustes | - | - | (1.629) | (30) |
| | - | - | 83.641 | 1.533 |
| | | | | |
| | 2006 | | 2005 | |
| | MWh | R\$ mil | MWh | R\$ mil |
| Venda | Não auditado | | Não auditado | |
| Venda de energia | 303.642 | 12.604 | 385.917 | 6.754 |
| Ajustes | 6.946 | 125 | - | - |
| | 310.588 | 12.729 | 385.917 | 6.754 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9 CIA ENERG CEARA - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. RESULTADO DO SERVIÇO

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

| Descrição | Custo do Serviço | Serviços prestados a terceiros | Despesa de Vendas | Despesas Gerais e Administrativas | Outras | 2006 | 2005 Reclassificado |
|---|--------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------------------|------------------|--------------------|---------------------|
| Receita Operacional Líquida | | | | | | 1.691.328 | 1.581.522 |
| Pessoal | (71.217) | (6) | - | (16.618) | - | (87.841) | (89.069) |
| Material | (6.388) | (2.451) | (991) | (645) | - | (10.475) | (11.552) |
| Serviços de Terceiros | (95.058) | (2.727) | (26.588) | (8.951) | - | (133.324) | (118.815) |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | (714.966) | - | - | - | - | (714.966) | (689.683) |
| Encargos do Uso do Sistema de Transmissão | (68.753) | - | - | - | - | (68.753) | (87.098) |
| Conta Consumo de Combustível | - | - | - | - | (93.272) | (93.272) | (64.685) |
| Conta de Desenvolvimento Energético | - | - | - | - | (12.505) | (12.505) | (11.714) |
| Depreciação e Amortização | (92.568) | - | - | (1.946) | (16) | (94.530) | (89.507) |
| Amortização / Reversão Ágio da Incorporação | - | - | - | - | (15.033) | (15.033) | (15.038) |
| Provisão Perda de Receita - Racionamento | - | - | - | - | (1.184) | (1.184) | (56.333) |
| Provisão Saldo a Cobrar Reajuste Tarifário 2005 | - | - | - | - | 13.029 | 13.029 | (13.029) |
| Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa | - | - | - | - | (19.025) | (19.025) | (20.570) |
| Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento | - | - | - | - | (17.976) | (17.976) | (17.811) |
| Taxa de Fiscalização da ANEEL | - | - | - | - | (3.667) | (3.667) | (2.720) |
| Provisão para Contingências | - | - | - | - | 5.113 | 5.113 | (22.738) |
| Outras Despesas Operacionais | (5.475) | - | (125) | (6.053) | (2.205) | (13.858) | (15.846) |
| | (1.084.425) | (5.184) | (27.704) | (34.213) | (146.741) | (1.268.267) | (1.326.208) |
| Resultado do Serviço | | | | | | 423.061 | 255.314 |
| Resultado Financeiro | | | | | | (68.248) | (92.666) |
| Resultado Operacional | | | | | | 354.813 | 162.648 |

Despesa de Pessoal

| | 2.006 | 2.005 |
|--|-----------------|-----------------|
| Remunerações | (65.599) | (65.062) |
| Encargos sociais | (23.410) | (22.824) |
| Benefícios | (23.882) | (21.945) |
| Outros | 558 | 301 |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | 24.492 | 20.461 |
| | (87.841) | (89.069) |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Energia Elétrica Comprada para Revenda:

| | Quantidade MWH | | R\$ | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2.006 | 2.005 | 2.006 | 2.005 |
| | Não auditado | | | |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF | 1.138.512 | 2.881.191 | (68.832) | (178.419) |
| Centrais Elétricas S.A - FURNAS | 1.665.842 | 1.030.917 | (113.626) | (62.824) |
| Copel Geração S.A- COPEL | 418.411 | 328.335 | (25.248) | (18.879) |
| Companhia Energética de São Paulo- CESP | 591.026 | 268.029 | (40.929) | (16.645) |
| CEMIG - Geração e Transmissão S.A | 280.957 | - | (20.545) | - |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE | 305.842 | 225.144 | (18.246) | (12.608) |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE | - | 83.641 | - | (1.533) |
| Companhia Interconexão Energética - CIEN | - | - | - | - |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza – CGTF | 2.690.000 | 2.690.000 | (435.360) | (466.913) |
| Programa de Inc. as Fontes Alternativas-PROINFA | 5.580 | - | (6.735) | - |
| CVA Compra de Energia do Período | - | - | 96.992 | 94.902 |
| Amortização CVA | - | - | (50.171) | - |
| Outros | 464.285 | 400.861 | (32.266) | (26.764) |
| | 7.560.455 | 7.908.118 | (714.966) | (689.683) |

Outras Despesas Operacionais

| | 2006 | 2005 |
|-------------------------------------|-----------------|------------------|
| | | (Reclassificado) |
| Aluguéis | (5.317) | (5.130) |
| Publicidade e Propaganda | (1.707) | (1.646) |
| Indenizações a Terceiros | (1.170) | (1.189) |
| Doações, Contribuições e Subvenções | (1.338) | (1.118) |
| Seguros | (774) | (1.110) |
| Tributos | (390) | (720) |
| Estagiários | (958) | (773) |
| Publicações Legais e assinaturas | (500) | (368) |
| Custas Judiciais | (300) | (335) |
| Despesas Gerais | (1.404) | (3.457) |
| | (13.858) | (15.846) |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Receita Não Operacional

| | 2006 | 2005 |
|--------------------------------|------------|--------------|
| Ganho na Alienação de Bens | 571 | 970 |
| Sobra no inventário de Estoque | 136 | 656 |
| Outras | 138 | 168 |
| | 845 | 1.794 |

Despesa Não Operacional

| | 2006 | 2005 |
|---------------------------------------|--------------|-----------------|
| Perda na Alienação de Bens | (463) | (188) |
| Prejuízo na Desativação de bens | (3.409) | (7.421) |
| Baixa Banco Santos | - | (1.095) |
| Obsolescência de estoque investimento | - | (6.000) |
| Outras | 3.317 | (3.322) |
| | (555) | (18.026) |

32. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2006 foi de R\$ 5.495 (R\$ 5.749 em 2005).

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os honorários dos administradores foram fixados pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2006, no montante global anual de até R\$ 5.400 (R\$ 3.900 em 2005). Desse total, R\$ 3.167 (R\$ 3.088 em 2005) foram apropriados em despesas gerais e administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

34. SEGUROS

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice internacional do Grupo Endesa, no montante global de R\$ 64.140. A companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$ 111.176 ambos com validade de 30 de junho de 2006 a 30 de junho de 2007. Na tabela abaixo registra-se o prêmio total de R\$ 1.028, sendo R\$ 396 de riscos operacionais e R\$ 632 de responsabilidade civil. A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

| Risco | Vigência | 2006 |
|------------------------|-------------------------|---------|
| Danos materiais | 30.06.2006 a 30.06.2007 | 64.140 |
| Responsabilidade Civil | 30.06.2006 a 30.06.2007 | 111.176 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

35. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE (NÃO AUDITADA)

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2006, das Unidades de Negócio: Distribuição, Comercialização, Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e Consolidado.

| Demonstração do Resultado por Atividade | Distribuição | Comercialização | Atividades não Vinculadas | 2006 Consolidado |
|---|------------------|------------------|---------------------------|--------------------|
| RECEITA OPERACIONAL | | | | |
| Fornecimento de energia elétrica | | | | |
| Consumidores, concessionários e permissionários | 1.225.470 | 1.065.129 | - | 2.290.599 |
| Baixa renda | 53.326 | 46.349 | - | 99.675 |
| Reposicionamento Revisão Tarifária | (19.126) | (16.623) | - | (35.749) |
| Saldo a Cobrar Reajuste Tarifário 2005 | (19.095) | (16.597) | - | (35.692) |
| Recuperação Perda de Receita Racionamento | (30.857) | (26.820) | - | (57.677) |
| Recuperação Energia Livre - Geradoras | (13.423) | (11.667) | - | (25.090) |
| Suprimento de energia elétrica | - | 12.731 | - | 12.731 |
| Receita de uso da rede elétrica | 46.081 | - | - | 46.081 |
| Outras receitas | 11.773 | 30.309 | - | 42.082 |
| | 1.254.149 | 1.082.311 | - | 2.336.960 |
| Deduções à receita operacional: | | | | |
| ICMS | (475.932) | (38.285) | - | (514.217) |
| COFINS | (9.846) | (80.972) | - | (90.818) |
| PIS | (2.693) | (18.598) | - | (21.291) |
| Quota para reserva global de reversão | (17.982) | - | - | (17.982) |
| ISS | (784) | (55) | - | (839) |
| Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial | - | (485) | - | (485) |
| | (507.237) | (138.395) | - | (645.632) |
| Receita operacional líquida | 746.912 | 944.416 | - | 1.691.328 |
| Custo do serviço de energia elétrica: | | | | |
| Custo com energia elétrica: | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | (6.735) | (708.231) | - | (714.966) |
| Encargos de uso da rede de transmissão | - | (68.753) | - | (68.753) |
| | (6.735) | (776.984) | - | (783.719) |
| Custo de operação: | | | | |
| Pessoal | (40.712) | (21.338) | - | (62.050) |
| Entidade de previdência privada | (6.024) | (3.143) | - | (9.167) |
| Material | (5.790) | (598) | - | (6.388) |
| Serviços de terceiros | (57.457) | (37.601) | - | (95.058) |
| Depreciação e amortização | (85.898) | (5.270) | (1.400) | (92.568) |
| Outras | (2.285) | (3.190) | - | (5.475) |
| | (198.166) | (71.140) | (1.400) | (270.706) |
| | (204.901) | (848.124) | (1.400) | (1.054.425) |
| Custo do serviço prestado a terceiros: | 38 | (5.222) | - | (5.184) |
| Lucro Bruto Operacional | 542.049 | 91.070 | (1.400) | 631.719 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

01486-9

CIA ENERG CEARA - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Demonstração do Resultado por Atividade | Distribuição | Comercialização | Atividades não Vinculadas | 2006 Consolidado |
|--|------------------|-----------------|---------------------------|------------------|
| Despesas Operacionais | | | | |
| Despesas com vendas | (22.320) | (5.384) | - | (27.704) |
| Despesas gerais e administrativas | (22.366) | (11.847) | - | (34.213) |
| Amortização/Reversão do ágio oriundo da incorporação | - | - | (15.033) | (15.033) |
| Conta consumo combustível | (93.272) | - | - | (93.272) |
| Conta de Desenvolvimento Energético | (12.505) | - | - | (12.505) |
| Taxa de fiscalização ANEEL | (3.667) | - | - | (3.667) |
| Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento | (16.742) | (1.234) | - | (17.976) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | (7.180) | - | (7.180) |
| Provisão para contingências | 3.422 | 1.691 | - | 5.113 |
| Outras | (1.082) | (1.123) | (16) | (2.221) |
| | (168.532) | (25.077) | (15.049) | (208.658) |
| Resultado do Serviço Público de Energia Elétrica | 373.517 | 65.993 | (16.449) | 423.061 |
| Receitas (Despesas) Financeiras: | | | | |
| Renda de aplicações financeiras | 12.563 | - | - | 12.563 |
| Acréscimo moratório em conta de energia | - | 37.542 | - | 37.542 |
| Atualização Perda de Receita Racionamento | - | 34.141 | - | 34.141 |
| Encargos de dívidas | (73.252) | - | - | (73.252) |
| Variações monetárias | (4.944) | - | - | (4.944) |
| Juros sobre o capital próprio | (57.500) | - | - | (57.500) |
| Outras | (20.689) | 3.891 | - | (16.798) |
| | (143.822) | 75.574 | - | (68.248) |
| Resultado Operacional | 229.695 | 141.567 | (16.449) | 354.813 |
| Receitas não Operacionais | 831 | - | 14 | 845 |
| Despesas não Operacionais | 1.124 | (1.679) | - | (555) |
| | 1.955 | (1.679) | 14 | 290 |
| Lucro antes da Contribuição Social, do imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre capital próprio | 231.650 | 139.888 | (16.435) | 355.103 |
| Contribuição social | (23.127) | (13.966) | 1.641 | (35.452) |
| Imposto de renda | (59.540) | (35.954) | 4.224 | (91.270) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11.659 | 7.040 | (827) | 17.872 |
| Lucro antes das participações e reversão dos juros sobre capital próprio | 160.642 | 97.008 | (11.397) | 246.253 |
| Participação nos lucros | (5.495) | - | - | (5.495) |
| Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio | 155.147 | 97.008 | (11.397) | 240.758 |
| Reversão dos juros sobre o capital próprio | 57.500 | - | - | 57.500 |
| Lucro Líquido do Exercício | 212.647 | 97.008 | (11.397) | 298.258 |
| Lucro Líquido do Exercício por lote de mil ações - R\$ | | | | 1,92 |

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | |

36. REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

A ANEEL publicou em 31 de outubro de 2006, a Resolução Normativa N° 234, que Estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Apresentamos a seguir as principais alterações introduzidas pelo ato normativo:

- Outras Receitas: As receitas de atividades extra-concessão a serem consideradas serão somente aquelas resultantes do compartilhamento de infra-estrutura, no caso da COELCE refere-se ao aluguel de poste. Para tanto, 90% da receita auferida pela distribuidora será utilizado como redutor tarifário. Na revisão de 2003 essa receita foi totalmente utilizada para fins de modicidade tarifária;
- Perdas: O reconhecimento das perdas no processo de revisão tarifária considerará as perdas globais dos sistemas de distribuição, segregando as componentes de perdas técnicas e não técnicas. A cada novo ciclo tarifário, a ANEEL deverá propor novas metas, baseadas na realidade de cada distribuidora.
- Ativo Imobilizado: O valor a ser considerado do Ativo Imobilizado em serviço para fins de determinação da Quota de Reintegração será descontado do valor das Obrigações Especiais, que passarão a ter tratamento específico.

A depreciação dos ativos adquiridos com recursos oriundos das Obrigações Especiais não será computada na parcela B da receita requerida da Concessionária. Quanto ao aspecto contábil, deverá ser alterado o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, para permitir que as Obrigações Especiais sejam amortizadas às mesmas taxas de depreciação, usando-se uma taxa média, a partir da revisão tarifária.

Desta forma, as Obrigações Especiais devem compor a Base de Remuneração, para fins de revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, como redutoras do ativo imobilizado em serviço.

- Base de Remuneração: A Base a ser considerada no 2º ciclo de revisão tarifária, a partir de abril de 2007, será resultado da base de remuneração homologada para a revisão de 2003, que corresponde à base blindada, acrescida dos ativos imobilizados no período de janeiro/2003 a dezembro/2006.

| | |
|--|--------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2006 |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para o 2º ciclo serão considerados os custos relativos ao JOA regulatório para linhas de transmissão (8 meses), subestações (12 meses) e redes de distribuição (3 meses).

- e) Qualidade x Nível de Investimento: A relação entre os investimentos necessários na rede de distribuição e a conformidade dos níveis de tensão será avaliada por meio da análise do planejamento da distribuidora, considerando metodologia de planejamento agregado dos investimentos e outras ferramentas adequadas.
- f) Estrutura de Capital: ANEEL apresentou relatório onde estabelece uma nova estrutura de capital a ser adotada para a revisão tarifária do 2º ciclo, que no caso passou a ser 43,80% para Capital Próprio e para Capital de Terceiros foi de 56,20%. Para o 1º ciclo havia sido adotada a estrutura de 50% para próprio e terceiros.
- g) Recálculo da Taxa de Remuneração: Mantida a mesma metodologia do 1º ciclo de Revisão Tarifária, tendo sido procedido recálculo dessa taxa de retorno em função da alteração/substituição de variáveis macroeconômicas específicas da metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

Dessa forma, o custo de capital a ser utilizado no cálculo da remuneração das concessionárias de distribuição de energia elétrica para o 2º ciclo de revisão tarifária será igual a **9,98% a.a.** em termos reais e depois de impostos. No 1º ciclo esse valor foi de 11,26%.

- h) Inadimplência: ANEEL adotou o percentual máximo regulatório a ser admitido como provisão. O percentual reconhecido foi de 0,2% da receita operacional bruta.

A ANEEL ainda vai disponibilizar antes do início do segundo ciclo de revisão, a metodologia para avaliação e definição dos percentuais a serem reconhecidos como receitas irrecuperáveis, por empresa ou conjunto de empresa através do estabelecimento de metas para o próximo ciclo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2006
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | CIA ENERG CEARA - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

ÍNDICE

| GRUPO | QUADRO | DESCRIÇÃO | PÁGINA |
|-------|--------|--|--------|
| 01 | 01 | IDENTIFICAÇÃO | 1 |
| 01 | 02 | SEDE | 1 |
| 01 | 03 | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia) | 1 |
| 01 | 04 | REFERÊNCIA DO DFP | 1 |
| 01 | 05 | COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL | 2 |
| 01 | 06 | CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA | 2 |
| 01 | 07 | SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 2 |
| 01 | 08 | PROVENTOS EM DINHEIRO | 2 |
| 01 | 09 | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES | 2 |
| 02 | 01 | BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO | 3 |
| 02 | 02 | BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO | 5 |
| 03 | 01 | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | 7 |
| 04 | 01 | DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS | 9 |
| 05 | 01 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 | 10 |
| 05 | 02 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 | 11 |
| 05 | 03 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 | 12 |
| 12 | 01 | PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA | 13 |
| 13 | 01 | RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 15 |
| 14 | 01 | NOTAS EXPLICATIVAS | 55/120 |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------------------------|---|---------------------------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM 01486-9 | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 3 - CNPJ 07.047.251/0001-70 |
| 4 - NIRE | | |

01.02 - SEDE

| | | | |
|--|-----------------------------------|--|--------------------------|
| 1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barão de Studart, 2917 | | 2 - BAIRRO OU DISTRITO Dionísio Torres | |
| 3 - CEP 60127-900 | 4 - MUNICÍPIO Fortaleza | | 5 - UF CE |
| 6 - DDD 085 | 7 - TELEFONE 3216-1350 | 8 - TELEFONE - | 9 - TELEFONE - |
| 11 - DDD 085 | 12 - FAX 3216-1401 | 13 - FAX - | 14 - FAX - |
| 15 - E-MAIL investor@coelce.com.br | | | |

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

| | | | |
|--|-----------------------------------|--|---------------------------|
| 1 - NOME Teobaldo José Cavalcante Leal | | | |
| 2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barão de Studart, 2917 | | 3 - BAIRRO OU DISTRITO Dionísio Torres | |
| 4 - CEP 60127-900 | 5 - MUNICÍPIO Fortaleza | | 6 - UF CE |
| 7 - DDD 085 | 8 - TELEFONE 3216-1350 | 9 - TELEFONE - | 10 - TELEFONE - |
| 12 - DDD 085 | 13 - FAX 3216-1247 | 14 - FAX - | 15 - FAX - |
| 16 - E-MAIL investor@coelce.com.br | | | |

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

| | | |
|---|--|---|
| EXERCÍCIO | 1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL | 2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL |
| 1 - Último | 01/01/2007 | 31/12/2007 |
| 2 - Penúltimo | 01/01/2006 | 31/12/2006 |
| 3 - Antepenúltimo | 01/01/2005 | 31/12/2005 |
| 4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR A G N CANARIM AUDITORES ASSOCIADOS | | 5 - CÓDIGO CVM 00708-0 |
| 6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Érico Luiz Canarim | | 7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 129.012.967-34 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

| Numero de Ações (Mil) | 1 31/12/2007 | 2 31/12/2006 | 3 31/12/2005 |
|---------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Do Capital Integralizado | | | |
| 1 - Ordinárias | 48.068 | 96.135.875 | 96.135.875 |
| 2 - Preferenciais | 29.787 | 59.574.725 | 59.574.725 |
| 3 - Total | 77.855 | 155.710.600 | 155.710.600 |
| Em Tesouraria | | | |
| 4 - Ordinárias | 0 | 0 | 0 |
| 5 - Preferenciais | 0 | 0 | 0 |
| 6 - Total | 0 | 0 | 0 |

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

| |
|--|
| 1 - TIPO DE EMPRESA |
| Empresa Comercial, Industrial e Outras |
| 2 - TIPO DE SITUAÇÃO |
| Operacional |
| 3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO |
| Privada Nacional |
| 4 - CÓDIGO ATIVIDADE |
| 1120 - Energia Elétrica |
| 5 - ATIVIDADE PRINCIPAL |
| Venda de Energia Elétrica |
| 6 - TIPO DE CONSOLIDADO |
| Não Apresentado |

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

| | | |
|----------|----------|------------------------|
| 1 - ÍTEM | 2 - CNPJ | 3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|----------|----------|------------------------|

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

| | | | | | | |
|----------|------------|---------------|--------------|------------------|------------------------------|-------------------------------|
| 1 - ÍTEM | 2 - EVENTO | 3 - APROVAÇÃO | 4 - PROVENTO | 5 - INÍCIO PGTO. | 6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO | 7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO |
|----------|------------|---------------|--------------|------------------|------------------------------|-------------------------------|

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

| | |
|------------|----------------|
| 1 - DATA | 2 - ASSINATURA |
| 27/03/2008 | |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2007 | 4 - 31/12/2006 | 5 - 31/12/2005 |
|---------------|--|----------------|----------------|----------------|
| 1 | Ativo Total | 2.577.911 | 2.510.593 | 2.400.409 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 793.967 | 698.829 | 815.747 |
| 1.01.01 | Disponibilidades | 12.364 | 64.652 | 152.633 |
| 1.01.01.01 | Numerário disponível | 12.354 | 24.414 | 91.148 |
| 1.01.01.02 | Aplicações Financeiras | 10 | 40.238 | 61.485 |
| 1.01.02 | Créditos | 665.947 | 564.389 | 599.283 |
| 1.01.02.01 | Clientes | 352.286 | 401.821 | 448.102 |
| 1.01.02.01.01 | Consumidores, concessionários e permissi | 565.714 | 548.106 | 560.321 |
| 1.01.02.01.02 | (-) provisão crédito liquidação duvidosa | (213.428) | (146.285) | (112.219) |
| 1.01.02.02 | Créditos Diversos | 313.661 | 162.568 | 151.181 |
| 1.01.02.02.01 | Baixa Renda | 26.031 | 27.812 | 24.740 |
| 1.01.02.02.02 | Serviço em curso | 14.525 | 16.060 | 3.777 |
| 1.01.02.02.03 | Devedores diversos | 5.770 | 4.091 | 4.939 |
| 1.01.02.02.04 | Tributos a compensar | 55.424 | 54.830 | 40.075 |
| 1.01.02.02.05 | Depósitos vinculados | 16.967 | 12.884 | 1.058 |
| 1.01.02.02.06 | Tributos diferidos | 95.687 | 26.760 | 61.986 |
| 1.01.02.02.07 | Programa luz para todos | 76.234 | 0 | 0 |
| 1.01.02.02.08 | Outros créditos | 23.023 | 20.131 | 14.606 |
| 1.01.03 | Estoques | 511 | 834 | 961 |
| 1.01.04 | Outros | 115.145 | 68.954 | 62.870 |
| 1.01.04.01 | Despesas pagas antecipadamente | 115.145 | 68.954 | 62.870 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 1.783.944 | 1.811.764 | 1.584.662 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 232.890 | 421.284 | 349.808 |
| 1.02.01.01 | Créditos Diversos | 142.209 | 253.449 | 232.824 |
| 1.02.01.01.01 | Consumidores, concessionários e permissi | 36.507 | 104.521 | 187.659 |
| 1.02.01.01.02 | (-) Provisão crédito liquidação duvidosa | 0 | (16.917) | (56.333) |
| 1.02.01.01.03 | Depósitos vinculados a litígios | 21.668 | 25.269 | 19.814 |
| 1.02.01.01.04 | Tributos a compensar | 47.976 | 27.456 | 13.028 |
| 1.02.01.01.05 | Depósitos vinculados | 14.987 | 25.067 | 24.112 |
| 1.02.01.01.06 | Tributos diferidos | 20.791 | 87.771 | 43.950 |
| 1.02.01.01.07 | Outros créditos | 280 | 282 | 594 |
| 1.02.01.02 | Créditos com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.01 | Com Coligadas e Equiparadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.02 | Com Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.03 | Com Outras Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01.03 | Outros | 90.681 | 167.835 | 116.984 |
| 1.02.01.03.01 | Despesas pagas antecipadamente | 90.681 | 167.835 | 116.984 |
| 1.02.02 | Ativo Permanente | 1.551.054 | 1.390.480 | 1.234.854 |
| 1.02.02.01 | Investimentos | 235 | 250 | 267 |
| 1.02.02.01.01 | Participações Coligadas/Equiparadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.02 | Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio | 0 | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2007
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2007 | 4 - 31/12/2006 | 5 - 31/12/2005 |
|---------------|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| 1.02.02.01.03 | Participações em Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.04 | Participações em Controladas - Ágio | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.05 | Outros Investimentos | 235 | 250 | 267 |
| 1.02.02.02 | Imobilizado | 1.542.026 | 1.387.975 | 1.234.409 |
| 1.02.02.03 | Intangível | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.04 | Diferido | 8.793 | 2.255 | 178 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2007 | 4 - 31/12/2006 | 5 - 31/12/2005 |
|---------------|--|----------------|----------------|----------------|
| 2 | Passivo Total | 2.577.911 | 2.510.593 | 2.400.409 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 1.091.645 | 930.321 | 822.587 |
| 2.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 206.556 | 97.841 | 120.776 |
| 2.01.02 | Debêntures | 0 | 0 | 16.851 |
| 2.01.03 | Fornecedores | 241.753 | 174.667 | 144.946 |
| 2.01.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 54.972 | 54.715 | 70.796 |
| 2.01.05 | Dividendos a Pagar | 245.977 | 276.168 | 216.628 |
| 2.01.06 | Provisões | 104.917 | 130.475 | 100.473 |
| 2.01.06.01 | Obrigações estimadas 13 salário e férias | 8.958 | 7.801 | 7.487 |
| 2.01.06.02 | Tributos diferidos | 69.402 | 62.100 | 92.252 |
| 2.01.06.03 | Provisão para contingências | 769 | 574 | 734 |
| 2.01.06.04 | Provisão devolução baixa renda | 25.788 | 60.000 | 0 |
| 2.01.07 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 101.815 | 78.197 | 61.331 |
| 2.01.08 | Outros | 135.655 | 118.258 | 90.786 |
| 2.01.08.01 | Folha de pagamento | 6.460 | 5.321 | 6.801 |
| 2.01.08.02 | Encargos de dívidas | 4.291 | 5.035 | 5.753 |
| 2.01.08.03 | Taxas regulamentares | 10.294 | 18.337 | 12.121 |
| 2.01.08.04 | Participação dos empregados | 6.409 | 7.653 | 7.370 |
| 2.01.08.05 | Taxa de iluminação pública arrecadada | 10.454 | 7.993 | 6.774 |
| 2.01.08.06 | Obrigações com benefícios pós-emprego | 13.987 | 4.063 | 284 |
| 2.01.08.07 | Programa pesq e desenv- Eficiência energ | 38.181 | 42.713 | 28.622 |
| 2.01.08.08 | Outras obrigações | 45.579 | 27.143 | 23.061 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 635.817 | 799.808 | 843.903 |
| 2.02.01 | Passivo Exigível a Longo Prazo | 635.817 | 799.808 | 843.903 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 354.524 | 386.125 | 413.038 |
| 2.02.01.02 | Debêntures | 0 | 0 | 66.395 |
| 2.02.01.03 | Provisões | 114.428 | 158.459 | 154.366 |
| 2.02.01.03.01 | Provisão para contingências | 74.457 | 79.792 | 86.604 |
| 2.02.01.03.02 | Tributos diferidos | 39.971 | 78.667 | 67.762 |
| 2.02.01.04 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 104.546 | 125.773 | 63.339 |
| 2.02.01.05 | Adiantamento para Futuro Aumento Capital | 0 | 0 | 0 |
| 2.02.01.06 | Outros | 62.319 | 129.451 | 146.765 |
| 2.02.01.06.01 | Fornecedores | 0 | 37.330 | 53.731 |
| 2.02.01.06.02 | Impostos, Taxas e Contribuições Sociais | 8.442 | 8.664 | 14.014 |
| 2.02.01.06.03 | Obrigações com benefícios pós-emprego | 49.930 | 72.888 | 75.400 |
| 2.02.01.06.04 | Outras obrigações | 3.947 | 10.569 | 3.620 |
| 2.02.02 | Resultados de Exercícios Futuros | 0 | 0 | 0 |
| 2.04 | Patrimônio Líquido | 850.449 | 780.464 | 733.919 |
| 2.04.01 | Capital Social Realizado | 433.057 | 433.057 | 433.057 |
| 2.04.02 | Reservas de Capital | 368.547 | 298.562 | 266.930 |
| 2.04.03 | Reservas de Reavaliação | 0 | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2007 | 4 - 31/12/2006 | 5 - 31/12/2005 |
|------------|--|----------------|----------------|----------------|
| 2.04.03.01 | Ativos Próprios | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.03.02 | Controladas/Coligadas e Equiparadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.04 | Reservas de Lucro | 48.845 | 48.845 | 33.932 |
| 2.04.04.01 | Legal | 48.845 | 48.845 | 33.932 |
| 2.04.04.02 | Estatutária | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.04.03 | Para Contingências | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.04.04 | De Lucros a Realizar | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.04.05 | Retenção de Lucros | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.04.06 | Especial p/ Dividendos Não Distribuídos | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.04.07 | Outras Reservas de Lucro | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | 0 | 0 | 0 |
| 2.04.06 | Adiantamento para Futuro Aumento Capital | 0 | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2007 a 31/12/2007 | 4 - 01/01/2006 a 31/12/2006 | 5 - 01/01/2005 a 31/12/2005 |
|------------|---|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 2.431.347 | 2.336.960 | 2.224.753 |
| 3.01.01 | Consumidores, concession e permissionari | 2.216.455 | 2.290.599 | 2.024.446 |
| 3.01.02 | Baixa renda | 173.359 | 99.675 | 134.780 |
| 3.01.03 | Reposicionamento revisão tarifária | (22.464) | (35.749) | 46.224 |
| 3.01.04 | Saldo a cobrar reajuste tarifário 2005 | 0 | (35.692) | 35.692 |
| 3.01.05 | Valor a devolver reajuste tarifário-Tran | (1.867) | 0 | 0 |
| 3.01.06 | Recuperação perda de receita racionamento | (55.685) | (57.677) | (55.366) |
| 3.01.07 | Recuperação energiam livre-Geradoras | (19.492) | (25.090) | (17.802) |
| 3.01.08 | Suprimento de energia elétrica | 11.749 | 12.731 | 7.126 |
| 3.01.09 | Receita de uso da rede elétrica | 45.695 | 46.081 | 21.502 |
| 3.01.10 | Outras receitas | 83.597 | 42.082 | 28.151 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (728.970) | (769.385) | (737.441) |
| 3.02.01 | ICMS | (501.577) | (514.217) | (457.662) |
| 3.02.02 | COFINS | (96.012) | (90.818) | (105.139) |
| 3.02.03 | PIS | (21.421) | (21.291) | (25.453) |
| 3.02.04 | ISS | (1.331) | (839) | (241) |
| 3.02.05 | Quota para reserva global reversão-RGR | (23.156) | (17.982) | (16.273) |
| 3.02.06 | Conta consumo combustível fosséis-CCC | (58.160) | (93.272) | (64.685) |
| 3.02.07 | Conta de desenvolvimento energético-CDE | (13.254) | (12.505) | (11.714) |
| 3.02.08 | Prog. eficiência energética-Pesq e desen | (14.055) | (17.976) | (17.811) |
| 3.02.09 | Encargo capacidade/aquisição emergencial | (4) | (485) | (38.463) |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 1.702.377 | 1.567.575 | 1.487.312 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | (1.183.121) | (1.059.609) | (1.033.589) |
| 3.04.01 | Energia elétrica comprada para revenda | (820.996) | (714.966) | (689.683) |
| 3.04.02 | Encargos de uso da rede de transmissão | (50.163) | (68.753) | (87.098) |
| 3.04.03 | Pessoal | (66.730) | (62.050) | (65.297) |
| 3.04.04 | Entidade de previdência privada | (8.862) | (9.167) | (8.600) |
| 3.04.05 | Material | (9.202) | (6.388) | (4.994) |
| 3.04.06 | Serviços de terceiros | (117.196) | (95.058) | (82.751) |
| 3.04.07 | Depreciação e amortização | (93.470) | (92.568) | (85.588) |
| 3.04.08 | Outras | (5.146) | (5.475) | (5.124) |
| 3.04.09 | Custo do serviço prestado a terceiros | (11.356) | (5.184) | (4.454) |
| 3.05 | Resultado Bruto | 519.256 | 507.966 | 453.723 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | (175.181) | (153.153) | (291.075) |
| 3.06.01 | Com Vendas | (28.749) | (27.704) | (21.067) |
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | (138.596) | (57.201) | (177.342) |
| 3.06.02.01 | Gerais e administrativas | (50.289) | (34.213) | (44.635) |
| 3.06.02.02 | Amortização/Reversão do ágio | (15.220) | (15.033) | (15.038) |
| 3.06.02.03 | Taxa de fiscalização ANEEL | (4.407) | (3.667) | (2.720) |
| 3.06.02.04 | Provisão para créditos de liq duvidosa | (59.378) | (7.180) | (89.932) |
| 3.06.02.05 | Provisão para contingências | (6.136) | 5.113 | (22.738) |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2007
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 -01/01/2007 a 31/12/2007 | 4 -01/01/2006 a 31/12/2006 | 5 -01/01/2005 a 31/12/2005 |
|---------------|--|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 3.06.02.06 | Outras | (3.166) | (2.221) | (2.279) |
| 3.06.03 | Financeiras | (7.836) | (68.248) | (92.666) |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | 96.127 | 96.440 | 109.640 |
| 3.06.03.01.01 | Renda de aplicações financeiras | 10.759 | 12.563 | 7.563 |
| 3.06.03.01.02 | Acréscimo moratório em conta de energia | 35.104 | 37.542 | 34.929 |
| 3.06.03.01.03 | Atualização perda receita racionamento | 18.403 | 34.141 | 48.911 |
| 3.06.03.01.04 | Outras | 31.861 | 12.194 | 18.237 |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | (103.963) | (164.688) | (202.306) |
| 3.06.03.02.01 | Encargos de dívidas | (44.859) | (73.252) | (94.898) |
| 3.06.03.02.02 | Variações monetárias | (16.378) | (4.944) | (4.269) |
| 3.06.03.02.03 | Juros sobre capital próprio | 0 | (57.500) | (87.000) |
| 3.06.03.02.04 | Outras | (42.726) | (28.992) | (16.139) |
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | 0 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Operacional | 344.075 | 354.813 | 162.648 |
| 3.08 | Resultado Não Operacional | 13.055 | 290 | (16.232) |
| 3.08.01 | Receitas | 16.502 | 845 | 1.794 |
| 3.08.02 | Despesas | (3.447) | (555) | (18.026) |
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 357.130 | 355.103 | 146.416 |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | (136.819) | (126.722) | (13.062) |
| 3.10.01 | Impostos de renda | (100.684) | (91.270) | (8.899) |
| 3.10.02 | Contribuição social | (36.135) | (35.452) | (4.163) |
| 3.11 | IR Diferido | 30.398 | 17.872 | (25.481) |
| 3.11.01 | Impostos de renda diferido | 22.160 | 11.268 | (19.394) |
| 3.11.02 | Contribuição social diferido | 8.238 | 6.604 | (6.087) |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | (5.958) | (5.495) | (5.749) |
| 3.12.01 | Participações | (5.958) | (5.495) | (5.749) |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0 | 57.500 | 87.000 |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Período | 244.751 | 298.258 | 189.124 |
| | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil) | 77.855 | 155.710.600 | 155.710.600 |
| | LUCRO POR AÇÃO (Reais) | 3,14368 | 0,00192 | 0,00121 |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais) | | | |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2007 a 31/12/2007 | 4 - 01/01/2006 a 31/12/2006 | 5 - 01/01/2005 a 31/12/2005 |
|---------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 4.01 | Origens | 1.188.511 | 901.179 | 595.700 |
| 4.01.01 | Das Operações | 348.835 | 258.953 | 216.360 |
| 4.01.01.01 | Lucro/Prejuízo do Período | 244.751 | 298.258 | 189.124 |
| 4.01.01.02 | Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante | 104.084 | (39.305) | 27.236 |
| 4.01.01.02.01 | Recomposição tarifária longo prazo | (14.276) | (30.650) | (48.645) |
| 4.01.01.02.02 | BAixa de depósitos vinculados a litígio | 2.515 | (153) | 445 |
| 4.01.01.02.03 | Provisão perda de receita- racionamento | 0 | 348 | 56.333 |
| 4.01.01.02.04 | Depreciação e amortização | 109.526 | 94.530 | 89.507 |
| 4.01.01.02.05 | Amortização do ágio da incorporação | 15.220 | 15.033 | 15.038 |
| 4.01.01.02.06 | Variação monetária e cambial de longo pr | 47 | 2.685 | (13.749) |
| 4.01.01.02.07 | Custo dos ativos imobilizados baixados | 1.591 | 2.389 | 3.370 |
| 4.01.01.02.08 | Imposto de renda e contribuição social d | (5.088) | (3.045) | (18.411) |
| 4.01.01.02.09 | Provisão para contingências | 807 | (5.155) | 22.738 |
| 4.01.01.02.10 | Baixa Deficit Atuarial | (16.289) | 0 | 0 |
| 4.01.01.02.11 | Despesas antecipadas | (14.486) | (132.104) | (81.268) |
| 4.01.01.02.12 | Outros | 24.517 | 16.817 | 1.878 |
| 4.01.02 | Dos Acionistas | 0 | 0 | 0 |
| 4.01.03 | De Terceiros | 839.676 | 642.226 | 379.340 |
| 4.01.03.01 | Financiamentos obtidos | 97.627 | 92.180 | 67.308 |
| 4.01.03.02 | Obrigações vinculados a concessão | 132.488 | 79.350 | 48.789 |
| 4.01.03.03 | Depreciação obrigações vinculados a conc | (13.668) | 0 | 0 |
| 4.01.03.04 | Transf. ativos longo prazo para circulan | 339.073 | 219.900 | 160.179 |
| 4.01.03.05 | Transf. passivos curto para longo prazo | 214.171 | 219.144 | 95.175 |
| 4.01.03.06 | Baixa de investimentos | 0 | 20 | 387 |
| 4.01.03.07 | Doações e subvenções para investimento | 69.985 | 31.632 | 7.502 |
| 4.02 | Aplicações | 1.254.697 | 1.125.831 | 691.316 |
| 4.02.01 | No realizável a longo prazo | 136.170 | 113.079 | 21.511 |
| 4.02.02 | No Imobilizado | 399.025 | 343.098 | 251.230 |
| 4.02.03 | No Diferido | 6.970 | 2.246 | 0 |
| 4.02.04 | Transf. passivos longo para curto | 463.952 | 382.694 | 171.375 |
| 4.02.05 | Transf. de ativos curto para longo | 3.829 | 1.369 | 10.686 |
| 4.02.06 | Juros capital próprio e dividendos | 244.751 | 283.345 | 227.768 |
| 4.02.07 | Programa de eficiência energética e P&D | 0 | 0 | 8.746 |
| 4.03 | Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante | (66.186) | (224.652) | (95.616) |
| 4.04 | Variação do Ativo Circulante | 95.138 | (116.918) | 288.893 |
| 4.04.01 | Ativo Circulante no Início do Período | 698.829 | 815.747 | 526.854 |
| 4.04.02 | Ativo Circulante no Final do Período | 793.967 | 698.829 | 815.747 |
| 4.05 | Variação do Passivo Circulante | 161.324 | 107.734 | 384.509 |
| 4.05.01 | Passivo Circulante no Início do Período | 930.321 | 822.587 | 438.078 |
| 4.05.02 | Passivo Circulante no Final do Período | 1.091.645 | 930.321 | 822.587 |

Divulgação Externa

Legislação Societária

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------------|--|--------------------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM 01486-9 | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 3 - CNPJ 07.047.251/0001-70 |
|---------------------------|--|--------------------------------|

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------------------|------------------------------|
| 5.01 | Saldo Inicial | | 433.057 | 298.562 | 0 | 48.845 | 780.464 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Período | | 0 | 0 | 0 | 244.751 | 244.751 |
| 5.07 | Destinações | | 0 | 0 | 0 | (244.751) | (244.751) |
| 5.07.01 | Dividendos | | 0 | 0 | 0 | (244.751) | (244.751) |
| 5.08 | Outros | | 0 | 69.985 | 0 | 0 | 69.985 |
| 5.08.01 | Doações e subvenções para investimento | | 0 | 69.985 | 0 | 0 | 69.985 |
| 5.09 | Saldo Final | | 433.057 | 368.547 | 0 | 48.845 | 850.449 |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------------------|------------------------------|
| 5.01 | Saldo Inicial | | 433.057 | 266.930 | 33.932 | 0 | 733.919 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Período | | 0 | 0 | 0 | 298.258 | 298.258 |
| 5.07 | Destinações | | 0 | 0 | 14.913 | (298.258) | (283.345) |
| 5.07.01 | Reserva Legal | | 0 | 0 | 14.913 | (14.913) | 0 |
| 5.07.02 | Dividendos | | 0 | 0 | 0 | (225.845) | (225.845) |
| 5.07.03 | Juros sobre Capital Próprio | | 0 | 0 | 0 | (57.500) | (57.500) |
| 5.07.04 | Outros | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Outros | | 0 | 31.632 | 0 | 0 | 31.632 |
| 5.08.01 | Doações e subvenções para investimento | | 0 | 31.632 | 0 | 0 | 31.632 |
| 5.09 | Saldo Final | | 433.057 | 298.562 | 48.845 | 0 | 780.464 |

Divulgação Externa
Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------------|--|--------------------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM 01486-9 | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 3 - CNPJ 07.047.251/0001-70 |
|---------------------------|--|--------------------------------|

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------------------|------------------------------|
| 5.01 | Saldo Inicial | | 688.793 | 0 | 24.476 | 0 | 1.146.326 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 433.057 | 0 | 0 | 0 | 48.100 | 48.100 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 0 | 0 | 0 | 0 | 189.124 | 189.124 |
| 5.07 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 9.456 | (237.224) | (227.768) |
| 5.07.01 | Reserva Legal | 0 | 0 | 0 | 9.456 | (9.456) | 0 |
| 5.07.02 | Dividendos | 0 | 0 | 0 | 0 | (140.768) | (140.768) |
| 5.07.03 | Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 | (87.000) | (87.000) |
| 5.08 | Outros | 0 | (421.863) | 0 | 0 | 0 | (421.863) |
| 5.08.01 | Provisão Reserva de Ágio da Incorporação | 0 | (429.365) | 0 | 0 | 0 | (429.365) |
| 5.08.02 | Doações e subvenções para investimento | 0 | 7.502 | 0 | 0 | 0 | 7.502 |
| 5.09 | Saldo Final | 433.057 | 266.930 | 0 | 33.932 | 0 | 733.919 |

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Energética do Ceará - COELCE

1. Examinamos o balanço patrimonial da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE** em 31 de dezembro de 2007 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - COELCE, em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo. As informações suplementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, referentes ao balanço social e as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão sendo apresentadas para propiciar informação adicional sobre a Sociedade, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras. Essas demonstrações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5 a, em 31 de dezembro de 2007, a Companhia mantém transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE pendentes de liquidação e de revisão por parte da CCEE. Com relação às transações pendentes de liquidação, a Sociedade possui registrado como contas a receber o montante de R\$ 13.575.000 em 31 de dezembro de 2007, sob efeito de liminares judiciais para suspensão dos pagamentos. Esses montantes podem estar sujeitos a alterações, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretações das regras do mercado em vigor. Adicionalmente, outros agentes do mercado não honraram seus pagamentos com a COELCE, com efeito de liminares judiciais para suspensão da liquidação financeira desses valores nas datas estabelecidas pela CCEE, resultando em um montante vencido de R\$ 2.560.000, em 31 de dezembro de 2007. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem nenhuma provisão para perdas em relação a essas contas a receber em atraso.
6. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes que sobre elas emitiram parecer, datado de 2 de março de 2007, contendo um parágrafo de ênfase relativo ao assunto descrito no parágrafo 5, acima.

Fortaleza, 29 de fevereiro de 2008

AGN CANARIM

Auditores Associados
CRC-RJ-003.003/O-5"S"CE

Érico L. Canarim

Sócio-Responsável
Contador-CRC-RJ-037.512/O-3"S"CE

(Firma-membro da **AGN International Ltd.**)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2007



| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |
| 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | |

ÍNDICE

Relatório da Administração

ANEXO I: Balanços Sociais - Ibase

ANEXO II: Demonstrações do Valor Adicionado

ANEXO III: Demonstrações do Fluxo de Caixa

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007.

1. Mensagem do Presidente

A conquista do Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Nordeste, pela segunda vez consecutiva, foi uma marca para a Coelce em 2007. Compartilhamos essa alegria com nossos colaboradores e clientes, cujo reconhecimento realimentou a firme decisão de estarmos cada vez mais próximos, reforçando esse relacionamento com maior confiança, transparência e, principalmente, simplicidade.

A satisfação dos nossos clientes continuou sendo a nossa prioridade em 2007. Para melhorar a qualidade da prestação de nossos serviços, investimos em tecnologia e em treinamento de nossos colaboradores, sempre ressaltando a importância de saber ouvir e atender às expectativas dos clientes. Conseguimos manter um excelente desempenho nos indicadores de qualidade. Comemoramos queda de 18% no índice de duração das interrupções do fornecimento (DEC), que ficou em 9,4 horas, nos destacando como a Empresa com o melhor desempenho do Nordeste. O índice de frequência (FEC) também foi excepcional: apenas 7,87 (13% abaixo do FEC de 2006).

Investimos R\$ 397 milhões no ano, com destaque para os R\$ 156 milhões aplicados no Programa Luz para Todos, de universalização da energia elétrica na zona rural, principalmente em comunidades carentes. Levar energia elétrica aos cantos mais isolados do Ceará contribui para o desenvolvimento social e econômico dessas regiões. E é fundamental para o crescimento da Coelce, que está intrinsecamente ligado à melhoria da qualidade de vida dos cearenses.

Destinamos recursos para ampliar nossos serviços e obter melhorias operacionais e de atendimento aos clientes. Chegamos à marca de 2,7 milhões de unidades consumidoras, incorporando quase 150 mil novos clientes em 2007, e superamos 100 mil quilômetros de linhas de distribuição. Reduzimos as perdas para 12,35%,

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

e mantivemos um índice de arrecadação de 100%, com elevação de 6,5% na energia faturada. Oferecemos novos produtos e serviços, ampliando a percepção dos clientes sobre benefícios que a Coelce pode proporcionar. Expandimos os processos certificados com padrão ISO 9000 e sustentamos boa qualidade de atendimento, situando-nos como a segunda melhor distribuidora do Nordeste em satisfação dos clientes, segundo a Abradee.

O excelente desempenho operacional foi alcançado dando sempre prioridade à segurança de todos os colaboradores. Em 2007, obtivemos a menor taxa de gravidade de acidentes do Grupo Endesa em toda a América Latina. As ações de integração e valorização de nosso pessoal permitiram obtermos índice de satisfação dos colaboradores superior a 90%, permanecendo entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar, na prestigiada pesquisa realizada pelo Guia Você S/A Exame

A responsabilidade social corporativa e a preocupação ambiental continuaram fundamentais para nossa estratégia de negócios. Mantivemos e ampliamos a certificação ISO 14001, e conquistamos o terceiro lugar no Prêmio Abradee de Responsabilidade Social. Entre inúmeras iniciativas, destacamos o sucesso do Ecoelce, um programa inovador que incentiva a coleta seletiva ao oferecer bônus na conta de energia em troca dos resíduos recicláveis. Ele conta com a participação de quase 20 mil clientes e tende a crescer muito em 2008.

Alcançamos também relevantes resultados financeiros, mesmo diante da revisão tarifária de abril de 2007 que reduziu, ainda provisoriamente, nossas tarifas em média 6,35%. Apesar desse fato, obtivemos R\$ 463 milhões de EBITDA e lucro líquido de R\$ 245 milhões, com 30% de retorno sobre o Patrimônio Líquido. A dívida financeira líquida da Companhia representou 65% do Patrimônio Líquido em dezembro de 2007, indicador que continua bem abaixo da média do setor, mantendo os reduzidos custos financeiros dos anos recentes. Aos nossos acionistas, distribuímos R\$ 283,3 milhões em dividendos, valor 24% superior ao montante pago em 2006.

Após o sucesso do Plano Escalada Coelce (2004-2007), iniciamos em 2008 um novo plano estratégico para os próximos quatro anos, o “Ser Coelce”, com foco no desenvolvimento de nosso público interno e dos colaboradores parceiros. Para 2011, estabelecemos metas ousadas, para atingir os seguintes objetivos: queremos ser reconhecidos como a melhor empresa do Ceará em atendimento e proximidade com o cliente, o melhor lugar para se trabalhar no Nordeste e estar entre as melhores companhias de distribuição de energia elétrica do Brasil.

Sabemos que somente pessoas motivadas conseguirão atender bem os clientes e contribuir para o desenvolvimento do Ceará, obtendo, como consequência,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

resultados sustentáveis para os negócios. Esse é o caminho que queremos percorrer. Pelo apoio no ano que se encerrou, agradecemos muito a colaboradores, clientes, empresas parceiras e fornecedores, comunidades e órgãos públicos, instituições financeiras, conselheiros e acionistas. Estamos certos de que todos contribuíram para o sucesso da Coelce em 2007 e continuarão a fazer a diferença em 2008.

Abel Alves Rochinha
Diretor Presidente

Principais Indicadores da Coelce

| Mercado | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|
| 15,06 TWh (2007) 19,42 TWh (2006) | 5.985 | 6.260 | 6.713 | 6.877 | 7.327 |
| Nº de Consumidores Ativos (milhares) | 2.255 | 2.334 | 2.438 | 2.543 | 2.689 |
| Consumo residencial médio (KWh/ ano) | 1.114 | 1.079 | 1.120 | 1.116 | 1.184 |
| Tarifas médias de fornecimento, incluindo | | | | | |

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| ===== | |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |
| ===== | |
| 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | |
| ===== | |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

| Ações ⁶ | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|
| Valor de mercado das ações PNA (R\$/ação) ⁴ | 8,48 | 8,24 | 14,20 | 22,90 | 21,50 |
| Valor de mercado das ações PNB (R\$/ação) ⁴ | 5,04 | 15,00 | 12,00 | 20,46 | 21,70 |
| Valor de mercado das Ações ON (R\$/ação) ⁴ | 7,60 | 7,00 | 14,00 | 26,80 | 31,65 |
| Distribuição de Resultados (R\$ Mil) | 86.868 | 34.702 | 227.768 | 283.345 | 244.751 |
| Valor de Mercado da Companhia (R\$ Mil) | 612.171 | 593.204 | 1.092.260 | 1.966.290 | 2.162.111 |
| Nº de Ações PNA ⁷ | 56.236.537 | 56.237.203 | 56.237.203 | 56.245.389 | 28.123.352 |
| Nº de Ações PNB ⁷ | 3.338.188 | 3.337.522 | 3.337.522 | 3.329.337 | 1.664.010 |
| Nº de Ações ON ⁷ | 96.135.875 | 96.135.875 | 96.135.875 | 96.135.875 | 48.067.937 |
| Nº total de ações ⁷ | 155.710.600 | 155.710.600 | 155.710.600 | 155.710.600 | 77.855.299 |

⁶ Valores referentes à última cotação do exercício.

⁷ No período de 2003 a 2006 o número de ações está representado em milhares. A partir de 2007, com o grupamento de ações na proporção de 2000 ações para uma ação, o número está representado em unidades.

| Corpo funcional | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|-----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Nº de colaboradores próprios | 1.375 | 1.337 | 1.319 | 1.313 | 1.297 |
| Nº de colaboradores terceirizados | 4.246 | 5.826 | 5.853 | 6.376 | 6.837 |
| Nº de estagiários | 87 | 123 | 184 | 193 | 176 |
| Nº de colaboradores total | 5.708 | 7.286 | 7.356 | 7.882 | 8.310 |

| Produtividade | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|---------------------------------------|-------|-------|--------|--------|--------|
| Consumidores por empregado | 1.640 | 1.745 | 1.848 | 1.937 | 2.073 |
| Energia vendida por empregado (MWh) | 4.353 | 4.682 | 5.089 | 5.238 | 5.649 |
| Custos por cliente ⁸ (R\$) | 94,73 | 88,97 | 103,81 | 103,60 | 116,17 |
| Perdas de energia (%) | 13,50 | 13,90 | 14,00 | 13,00 | 12,35 |
| DEC ⁹ (horas/ ano) | 16,36 | 14,60 | 12,45 | 11,42 | 9,40 |
| FEC ¹⁰ (quantidade/ ano) | 15,53 | 11,95 | 10,44 | 9,11 | 7,87 |

⁸ Pessoal + material + serviços de terceiros + programa de eficiência energética + outras despesas operacionais.

⁹ Duração equivalente da interrupção por cliente.

¹⁰ Frequência equivalente da interrupção por cliente.

| Indicadores ambientais – Ibase | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|--|-------|-------|-------|--------|--------|
| Investimentos em meio ambiente (R\$ Mil) ¹¹ | 5.306 | 4.688 | 7.954 | 17.029 | 21.022 |

¹¹ Foram incluídos novos indicadores no Balanço Social de 2007 com reflexos na demonstração de 2006, no valor total dos investimentos em meio ambiente.

| Indicadores sociais – Ibase | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|---|--------|--------|--------|---------|---------|
| Investimentos sociais internos (R\$ Mil) | 47.413 | 46.746 | 52.139 | 54.945 | 55.928 |
| Total de contribuições para a sociedade (R\$ Mil) | 37.489 | 62.032 | 79.781 | 154.546 | 153.314 |

| Distribuição do Valor Adicionado | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|
| Pessoal e encargos (R\$ Mil) | 73.718 | 70.477 | 78.359 | 75.582 | 81.162 |
| Impostos, taxas e contribuições (R\$ Mil) | 484.141 | 613.735 | 777.786 | 858.930 | 779.155 |
| Juros e aluguéis (R\$ Mil) | 162.208 | 130.291 | 120.436 | 112.505 | 108.761 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos (R\$ Mil) | 88.868 | 34.702 | 179.668 | 283.345 | 244.751 |
| Retenções na Companhia (R\$ Mil) | | | | | |
| (Incentivos fiscais e Reserva de lucros) | 4.572 | 8.901 | 16.958 | 46.545 | 69.985 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. Desempenho Operacional

Ambiente Regulatório

O ano de 2007 foi marcado pelo início do segundo ciclo de revisão tarifária das distribuidoras definida por meio da Resolução Aneel nº 234/06. A revisão tarifária que ocorre a cada quatro anos tem a finalidade de reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar ao consumidor ganhos de produtividade das concessionárias. A Aneel, por meio da Audiência Pública nº 052/07 está reavaliando a metodologia da revisão tarifária, principalmente no que toca a Empresa de Referência. Desta forma, os índices de reposicionamento tarifário divulgados até o momento são provisórios para todas as distribuidoras. A primeira revisão tarifária da Coelce ocorreu em 22 de abril de 2003, e a segunda em 22 de abril de 2007.

A Resolução Homologatória nº 457, de 18/04/2007, estabeleceu para a Coelce um reposicionamento tarifário médio negativo de 6,35%. Em 22/04/2008 ocorrerá o reajuste tarifário da Companhia, realizado anualmente, com o objetivo de propiciar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A medida busca garantir que a Companhia não sofra perdas pela exposição ao processo inflacionário e à variação de custos não-gerenciáveis e, adicionalmente, permitir ao consumidor a apropriação de parte dos ganhos de eficiência econômica que a concessionária tenha alcançado no período.

Mercado de Energia Elétrica

A energia elétrica distribuída (mercado cativo e livre) na área de concessão da Coelce atingiu a marca de 7,2 mil GWh, volume 6,8% superior aos 6,8 mil GWh do ano anterior. Esse crescimento foi superior aos 6,2% verificado no requisito de energia, o que representa uma redução das perdas de energia no Estado que passou de 13% em 2006 para 12,35% em 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Evolução do Mercado de Energia Elétrica na área de concessão

| Balanco de Energia | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | Var. (%) 2007/2006 |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------------|
| Demanda de Energia MW | 1.087 | 1.144 | 1.172 | 1.202 | 1.294 | 7,7% |
| Energia Requerida GWh | 6.825 | 7.133 | 7.653 | 7.778 | 8.258 | 6,2% |
| Energia Distribuída GWh* | 5.905 | 6.141 | 6.580 | 6.769 | 7.227 | 6,8% |
| Residencial | 1.803 | 1.916 | 2.074 | 2.167 | 2.322 | 7,2% |
| Industrial | 1.697 | 1.774 | 1.533 | 1.166 | 1.167 | 0,0% |
| Consumidores Livres | - | - | 316 | 681 | 784 | 15,2% |
| Comercial | 1.076 | 1.110 | 1.191 | 1.251 | 1.329 | 6,3% |
| Rural | 497 | 477 | 554 | 576 | 654 | 13,5% |
| Poderes Públicos | 280 | 294 | 330 | 350 | 368 | 4,9% |
| Iluminação Pública | 326 | 335 | 335 | 329 | 348 | 5,9% |
| Serviços Públicos | 209 | 213 | 232 | 237 | 245 | 3,2% |
| Revenda | 9 | 4 | 4 | 2 | - | -100,0% |
| Consumo Próprio | 8 | 18 | 11 | 10 | 11 | 5,1% |

* Quantidade de energia efetivamente medida no período.

Perfil e Número de clientes

A Coelce alcançou, em 2007, a marca de 2,7 milhões de clientes, crescimento de 5,7% em relação a 2006. Desse total, 2,0 milhões de unidades consumidoras referem-se ao segmento residencial (cerca de 1,4 milhão classificados como baixa renda), número 0,8% maior que em 2006, e 267,7 mil são clientes rurais, segmento que registrou expansão de 22,7% no ano.

O expressivo aumento de 83,8% verificado na classe iluminação pública deve-se principalmente a alterações no sistema de medição desses clientes que passou a ser segmentado por unidade consumidora.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Evolução do Número de Consumidores por Classe

| Evolução do Número de Consumidores por Classe | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | Var. (%) 2007 / 2006 |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------------|
| Residencial | 1.686.963 | 1.871.241 | 1.943.684 | 2.020.253 | 2.036.983 | 0,8% |
| Normal | 534.930 | 531.370 | 527.716 | 533.662 | 651.596 | 22,1% |
| Baixa Renda | 1.152.033 | 1.339.871 | 1.415.968 | 1.486.591 | 1.385.387 | -6,8% |
| Industrial | 7.110 | 6.831 | 6.572 | 6.455 | 6.015 | -6,8% |
| Comercial | 137.969 | 136.141 | 138.696 | 141.469 | 146.680 | 3,7% |
| Rural | 251.384 | 189.591 | 208.797 | 218.162 | 267.709 | 22,7% |
| Poderes Públicos | 23.117 | 23.906 | 24.784 | 25.945 | 27.084 | 4,4% |
| Iluminação Pública | 590 | 1.068 | 1.536 | 2.164 | 3.977 | 83,8% |
| Serviços Públicos | 1.219 | 1.274 | 1.401 | 1.508 | 1.547 | 2,6% |
| Subtotal | 2.108.352 | 2.230.052 | 2.325.470 | 2.415.956 | 2.489.995 | 3,1% |
| Revenda | 3 | 2 | 2 | 3 | 2 | -33,3% |
| Consumo Próprio | 227 | 216 | 216 | 220 | 241 | 9,5% |
| Consumidores ativos sem fornecimento | 146.397 | 103.320 | 112.402 | 127.078 | 198.508 | 56,2% |
| Nº Total de Consumidores Ativos | 2.254.979 | 2.333.590 | 2.438.090 | 2.543.257 | 2.688.746 | 5,7% |

Energia Faturada

A Coelce faturou, em 2007, um total de 6,5 mil GWh, volume 5,6% superior ao registrado em 2006. Esse resultado deve-se principalmente ao aumento de consumo residencial em 7% e ao aquecimento da atividade econômica demonstrado nas classes comercial e rural, que apresentaram crescimento de 6,2% e 11,6%, respectivamente. O aumento da renda, do emprego e as condições favoráveis de crédito, que possibilitam a aquisição de maior quantidade de eletroeletrônicos, são os principais fatores de estímulo ao consumo de energia elétrica da classe residencial.

Evolução da Energia Faturada (GWh)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

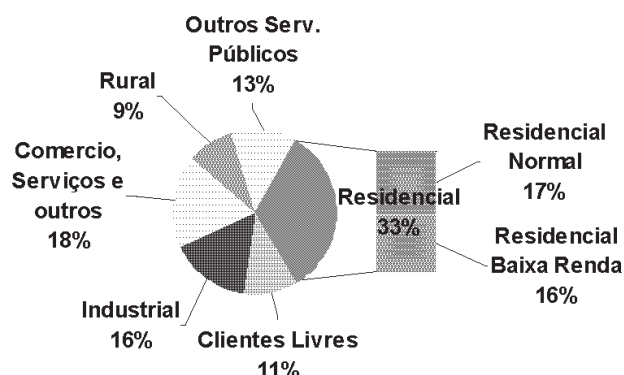
01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

| Fornecimento Faturado (GWh) | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | Var. (%) 2007 / 2006 |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------|
| Residencial | 1.879 | 2.020 | 2.178 | 2.255 | 2.412 | 7,0% |
| <i>Normal</i> | | | 1.176 | 1.149 | 1.253 | 9,1% |
| <i>Baixa Renda</i> | | | 1.002 | 1.106 | 1.159 | 4,8% |
| Industrial | 1.674 | 1.776 | 1.540 | 1.166 | 1.168 | 0,2% |
| Comercio, Serviços e outros | 1.088 | 1.125 | 1.206 | 1.261 | 1.339 | 6,2% |
| Rural | 536 | 498 | 579 | 592 | 661 | 11,6% |
| Poder Público | 282 | 298 | 332 | 355 | 372 | 4,7% |
| Iluminação Pública | 320 | 330 | 330 | 329 | 346 | 5,0% |
| Serviços Públicos | 206 | 213 | 232 | 238 | 245 | 3,0% |
| Subtotal Faturado | 5.985 | 6.260 | 6.397 | 6.196 | 6.542 | 5,6% |
| Clientes Livres (TUSD) | | | 316 | 681 | 784 | 15,2% |
| Total Faturado | | | 6.713 | 6.877 | 7.327 | 6,5% |

Por categoria, o segmento residencial respondeu por um consumo da ordem de 2,4 mil GWh, o que significou 33% do total (1,2 mil GWh consumidos por clientes residenciais de baixa renda), enquanto os segmentos industrial e comercial tiveram participações respectivas de 16% (1,2 mil GWh) e 18% (1,3 mil GWh). Os clientes rurais corresponderam a 9% do total de energia comercializada.

Participação por Classe de Consumidores (Energia faturada em GWh)



Transporte de Energia - Clientes Livres

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os clientes que migram para o mercado livre pagam às distribuidoras uma tarifa pelo uso do sistema de distribuição (TUSD). Em 2007, o transporte de energia para atendimento aos consumidores livres apresentou crescimento de 15,2%, evoluindo de 681 GWh em 2006 para 784 GWh em 2007. No ano, a receita auferida com a TUSD foi de R\$ 45,7 milhões contra R\$ 46,1 registrados em 2006, devido ao reajuste tarifário negativo aplicado a partir de 22 de abril de 2007.

A Coelce encerrou 2007 com 19 clientes livres, dos quais sete eram apenas parcialmente livres. O consumo desses clientes representava aproximadamente 11% do mercado da Companhia. Com relação aos consumidores potencialmente livres, apenas dez encontravam-se nesta condição em 31/12/2007, com consumo em torno de 6% do volume de energia vendida em 2007.

A Companhia não prevê impacto relevante no seu faturamento por essa migração, devido à receita auferida no transporte de energia em uma eventual saída desses clientes para o mercado livre, à baixa margem mantida para essa classe e ao reduzido número de consumidores potencialmente livres. Aliado a isso, a Coelce adota uma política ativa de fidelização desses clientes.

Em janeiro de 2008, três clientes que estavam na condição de livres retornaram ao mercado cativo. Eles representavam 8% da demanda de carga total dos consumidores livres.

Perdas de Energia e Controle da Inadimplência

Perdas de Energia

A Companhia mantém um trabalho contínuo no combate às perdas de energia. Além das perdas do sistema (técnicas), as empresas do setor elétrico também precisam controlar as perdas comerciais (consumo irregular), cuja redução exige menor volume de investimentos. Em 2007, as perdas técnicas representaram aproximadamente 10,81% do total da energia comprada, enquanto as perdas comerciais acumularam aproximadamente 1,54%, abaixo dos 2,23% do ano anterior.

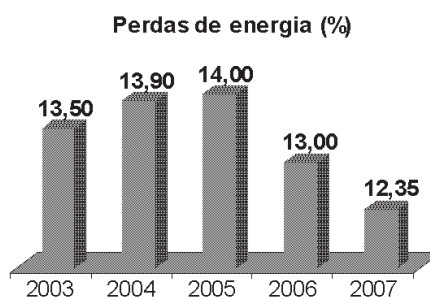
O índice de perdas combinado, de 12,35%, reduziu-se 0,65 p.p. em relação a 2006, quando atingiu 13%. Essa diminuição foi resultado de várias ações que a Companhia vem desenvolvendo para combate e redução das perdas, com destaque para:

- Implantação, em comunidades carentes, de projeto de geração de renda como forma alternativa de combate ao furto de energia;

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Utilização de novas tecnologias para a melhoria do processo de inspeção de unidades consumidoras;
- Telemedição em mais de 4.600 clientes ligados às redes de média e alta tensão;
- Investimentos de aproximadamente R\$ 9,5 milhões em projetos de redes antifurto (rede DAT), na qual se encontram conectados mais de 28 mil clientes.



Inadimplência

A Companhia desenvolve ações permanentes para aperfeiçoar as ferramentas de gestão mercadológica para controle da inadimplência. Entre as ações desenvolvidas em 2007, destacam-se:

- Utilização da tecnologia de corte remoto acionado por palm tops, para os clientes ligados em rede DAT, possibilitando maior agilidade e eficiência na suspensão e na religação do fornecimento de energia dos clientes inadimplentes;
- Intensificação dos acionamentos de telecobrança aos clientes inadimplentes como forma de reduzir a quantidade de suspensões do fornecimento de energia;
- Ativação do projeto de aviso antecipado de corte, que consiste na visita aos clientes inadimplentes cuja comunicação do acionamento por telefone não foi possível;
- Centralização da gestão de cortes massivos em Fortaleza, possibilitando uma ação mais rápida e efetiva de corte para os clientes inadimplentes cujas dívidas são mais representativas;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

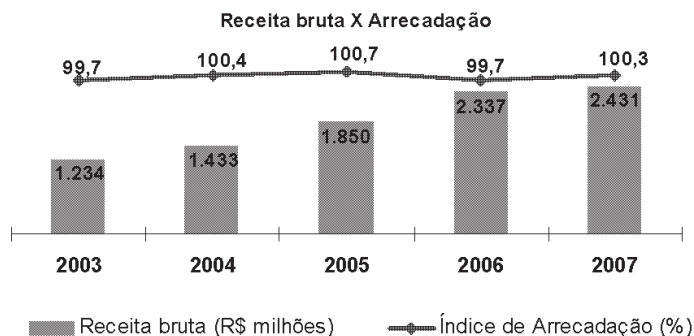
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Intensificação do envio de clientes devedores aos órgãos de proteção ao crédito (SPC/ Serasa), viabilizando maior número de negociação;
- Monitoramento dos clientes auto-religados, permitindo a recuperação de dívidas por intermédio do recorte daqueles clientes que se auto-religaram sem o pagamento do débito;
- Recuperação de aproximadamente R\$ 4 milhões em dívidas por meio de ações de cobrança judicial e extrajudicial com clientes industriais, rurais e hospitais/ casas de saúde.

Essas iniciativas propiciaram queda de 5,1% no valor da dívida vencida entre 2006 (R\$ 204.404 mil) e 2007 (R\$ 193.977 mil), permitindo à Companhia manter um elevado índice de arrecadação, que encerrou 2007 em 100,3% do total faturado no ano.



Qualidade do Fornecimento

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

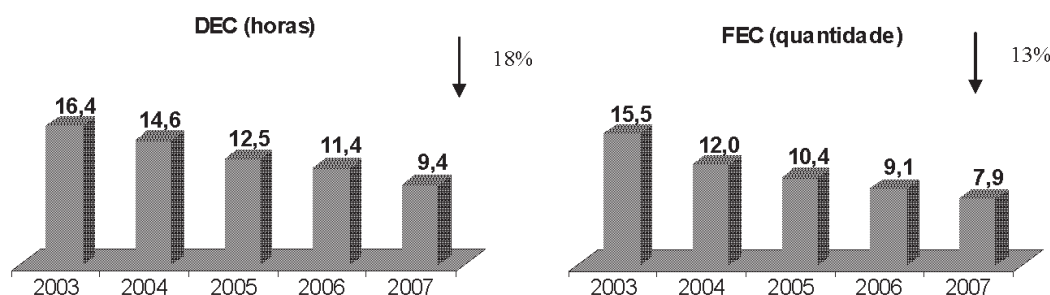
07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Coelce tem como missão fornecer serviços de qualidade para satisfazer os clientes. Para atingir níveis mais elevados de qualidade e ampliar a eficiência operacional, a Coelce adotou ao longo do ano, uma série de iniciativas, dentre elas:

- Construção de uma nova subestação, 100,6 Km de rede de alta tensão e 10,2 mil Km de redes de distribuição (média e baixa tensão);
- Inspeção minuciosa em 2,3 mil Km de linhas de alta tensão e em 62,6 mil Km de linhas de média tensão;
- Inspeção expedita em 22,8 mil Km de linhas de alta tensão e em 97,6 mil Km de linhas de média tensão;
- Retirada de 8.078 anomalias em linhas de alta tensão e de 9.432 em linhas de média tensão;
- Execução de 7.180 medições em transformadores;
- Lavagem, por meio de robôs telecomandados, em 9.578 estruturas de alta tensão e em 12.009 de média tensão;
- Redistribuição de cargas em 765 transformadores;
- Substituição de 1.045 transformadores avariados (171 urbanos e 874 rurais); e
- Inspeção termográfica em 4,3 mil Km de alta tensão e em 181 subestações.

Esse esforço possibilitou a continuidade na melhoria dos principais índices de qualidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, conforme gráficos a seguir:



O **DEC** (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente), um dos índices de qualidade de serviço auferidos pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica),

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

encerrou o ano com 18% de redução em relação a 2006, ao cair de 11,42 para 9,40 horas (o melhor da região Nordeste em 2007).

O **FEC** (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente), outro índice de controle de qualidade, também apresentou evolução, ao estabelecer a marca de 7,87 vezes, com retração de 13% (o segundo melhor da região Nordeste em 2007).

Relacionamento com os clientes

Uma das prioridades do planejamento estratégico da Companhia é aperfeiçoar e estreitar o relacionamento com seus clientes. Para isso, a Coelce disponibiliza aos seus clientes diversos canais de relacionamento com acesso fácil, rápido, direto e ágil, com destaque para:

- Central de relacionamento (Call Center);
- 200 agências de atendimento (presente em todos os municípios do estado);
- Agência interativa (Chat on line);
- Auto atendimento em agências;
- Ouvidoria;
- Carta serviço;
- Agência especializada e exclusiva para atender a grandes clientes;
- Programa Fala Cliente, que tem como foco principal ouvir os clientes, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria nos serviços prestados;
- Programas de atendimento com hora marcada e Coelce nos bairros;
- Agências adaptadas fisicamente para clientes com necessidades especiais e atendimento em linguagem de libras, além da disponibilização da conta em braile para clientes com algum tipo de deficiência visual;

Adicionalmente, em parceria com diversas empresas, a Coelce ofereceu aos seus clientes adimplentes diversas promoções por intermédio de cupons de descontos enviados na conta de energia.

Foram divulgadas ao longo de 2007, diversas campanhas publicitárias de esclarecimentos a respeito dos direitos e deveres dos clientes, uso eficiente de energia elétrica, segurança na prevenção de acidentes, projetos ambientais, desligamento programado e capacitação dos colaboradores.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Coelce acompanha permanentemente a satisfação percebida por seus clientes quanto aos serviços prestados, ao atendimento, à comunicação e à informação, por meio de pesquisas realizadas em todo o Estado do Ceará. Os resultados desses levantamentos servem de referência para a criação de produtos e serviços que atendam às expectativas demonstradas por esses consumidores. Em 2007, a Coelce obteve 79,2% no índice geral de satisfação da qualidade percebida (ISQP), pesquisado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee). Esse resultado classificou a Coelce como a 2ª Melhor distribuidora do Nordeste em satisfação dos clientes e contribuiu significativamente na sua classificação de melhor distribuidora do Nordeste, pelo segundo ano consecutivo.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras Auditadas e Notas Explicativas.

Principais Contas do Resultado (R\$ mil)

| Principais contas do Resultado - R\$ Mil) | 2007 | 2006* | Var % |
|--|--------------------|--------------------|-------|
| Receita Bruta | 2.431.347 | 2.336.960 | 4% |
| Deduções à Receita Operacional | (728.970) | (769.385) | -5% |
| Receita Operacional Líquida | 1.702.377 | 1.567.575 | 9% |
| Custos do Serviço e Despesas Operacionais | (1.350.466) | (1.144.514) | 18% |
| Custos com Energia Elétrica | (871.159) | (783.719) | 11% |
| Custos de Operação e Serviços Prestados | (311.962) | (275.890) | 13% |
| Despesas Operacionais | (167.345) | (84.905) | 97% |
| Resultado do Serviço | 351.911 | 423.061 | -17% |
| Margem Operacional | 21% | 27% | |
| Resultado financeiro, sem efeito do JSCP | (7.836) | (10.748) | -27% |
| Resultado Operacional (após Resultado Financeiro) | 344.075 | 412.314 | -17% |
| Resultado Não-Operacional, Participações e Impostos | (99.324) | (114.056) | -13% |
| Lucro Líquido | 244.751 | 298.258 | -18% |
| EBITDA** | 462.991 | 532.624 | -13% |
| Margem Ebitda | 27% | 34% | |

* Contas reclassificadas conforme instrução Aneel

** EBITDA: Lucro antes das receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social, depreciações e amortizações.

Apesar da revisão tarifária negativa a partir de abril e da influência de itens de despesas extraordinários, o lucro líquido registrou R\$ 244,8 milhões, decréscimo

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

de 18% em relação ao resultado de 2006 (R\$ 298,3 milhões). No exercício, o lucro líquido por ação passou de R\$ 3,83 para R\$ 3,14.

Contribuíram para esse desempenho fatores como o crescimento da demanda por energia na ordem de 6%, o crescimento das receitas de outros serviços, o aumento na eficiência de redução de perdas comerciais e da inadimplência, a gestão eficiente dos custos operacionais, aliados à rígida disciplina financeira. A receita operacional líquida alcançou R\$ 1,70 bilhão (9% superior ao verificado em 2006) e os custos operacionais aumentaram 18% (de R\$ 1,14 bilhão para R\$ 1,35 bilhão), atingindo uma margem operacional de 21%, seis pontos percentuais abaixo dos 27% registrados no ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para a evolução da receita líquida foram:

- Crescimento da receita operacional bruta em 4%, influenciado por: aumento da demanda de energia elétrica em 6% que compensou em parte a revisão tarifária negativa; aumento de 99% (R\$ 41,5 milhões) na receita de vendas de novos produtos e serviços oferecidos pela Companhia aos clientes; e aumento da receita oriunda do subsídio de baixa renda em R\$ 73,7 milhões em decorrência da provisão de R\$ 60 milhões registrada em 2006 para prováveis devoluções em razão de reclassificação dos consumidores beneficiados com esse subsídio. Em 2007, foram revertidos ainda R\$ 18 milhões dessa provisão.
- Redução de 5% nas deduções à receita operacional bruta, que passaram a representar 30% da receita bruta contra 33% no ano anterior. Entre os componentes que influenciaram esta redução destaca-se a Conta Consumo Combustível – CCC que caiu 38% (R\$ 35,1 milhões) devido à diminuição dos custos de operação das usinas dos sistemas interligado e isolado brasileiro localizadas principalmente na Região Norte e rateados entre as distribuidoras pelo Governo.

O aumento registrado nos custos dos serviços e despesas operacionais decorre basicamente dos seguintes fatores:

- Aumento nos custos de compra de energia em razão do crescimento na quantidade de energia comprada, do reajuste tarifário dos geradores e do efeito da constituição de CVA de compra de energia relativo aos custos não refletidos na tarifa em 2006 e que passaram a compor a tarifa a partir de 22 de abril de 2007;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

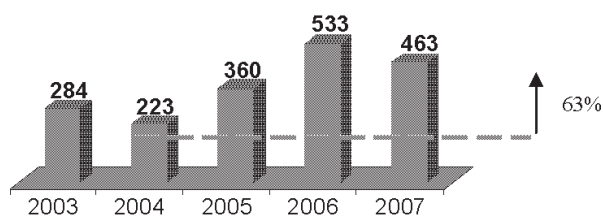
07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Crescimento de R\$ 17,3 milhões nos custos de material decorrente do crescimento da venda de novos produtos ligados à distribuição de energia, oferecidos pela Companhia;
- Aumento dos custos de serviços de terceiro em 23% devido principalmente à contratação de serviços relacionados à venda de novos produtos e ao aumento dos custos relacionados à operação e manutenção que sofreram reajustes contratuais;
- Registro de provisão para possíveis perdas nos créditos a receber oriundo do racionamento de energia (RTE) no montante R\$ 41,1 milhões, tendo em vista à proximidade do prazo final estabelecido para a recuperação desses créditos;
- Aumento da Provisão para Contingências em decorrência de causas cíveis e trabalhistas contingenciadas no período e principalmente em virtude de reversão de provisão registrada em 2006 na ordem de R\$ 9,5 milhões.

No ano, o EBITDA totalizou R\$ 462,9 milhões, valor 13% inferior a 2006 (R\$ 532,6 milhões). Esta redução deve-se, além do efeito negativo do reajuste, principalmente à constituição de provisão para prováveis perdas com créditos regulatórios no valor de R\$ 41,1 milhões realizada em 2007. A margem EBITDA em 2007 foi de 27%, menor em 7 p.p. comparada a margem verificada no ano de 2006.

EBITDA (R\$ milhões)



O resultado financeiro líquido ficou negativo em R\$ 7,8 milhões, menor do que os R\$ 10,7 milhões negativos apresentados no ano anterior. As receitas financeiras mantiveram-se estáveis em relação a 2006 devido ao equilíbrio entre o decréscimo na atualização monetária do ativo regulatório no valor de R\$ 15,7 milhões devido à redução do saldo a receber desse ativo, alinhado à queda da taxa SELIC no período e o acréscimo de variações monetárias positivas de dívida com fornecedores de energia indexada ao dólar no montante de R\$ 14,3 milhões, além da atualização monetária de depósitos judiciais no valor de R\$ 2,9 milhões. A

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

variação cambial oriunda da compra de energia é compensada com a constituição de CVA, a ser compensada no próximo reajuste tarifário, eliminando o efeito no resultado financeiro.

As despesas financeiras reduziram 3%, com destaque para a queda de 25% nos encargos de dívidas mais variações monetárias, resultante do menor custo de dívida e redução da taxa básica de juros (SELIC).

Dividendos

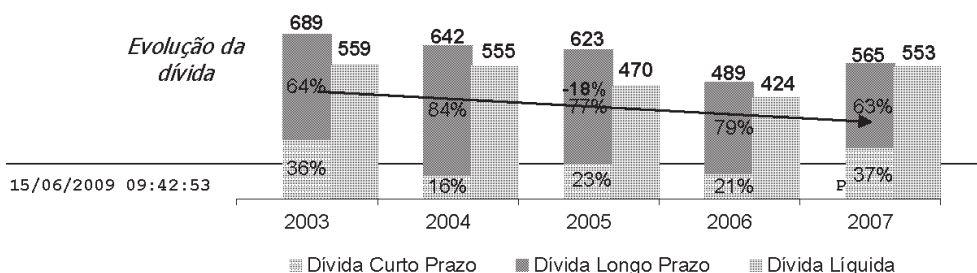
Em 2007, a Coelce distribuiu R\$ 283,3 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalente a R\$ 3,64 por ação preferencial ou ordinária, valor 24% superior aos R\$ 227,8 milhões pagos em 2006.

Para a Assembléia Geral Ordinária de 2008, a administração da Coelce propõe a distribuição do montante de R\$ 244,7 milhões a título de dividendos para os acionistas, a serem pagos em 2008, relativamente aos resultados de 2007. Esse montante equivale a R\$ 3,14 por ação preferencial ou ordinária.

4. Endividamento

O endividamento da Coelce, em 2007, totalizou R\$ 565,4 milhões, com aumento de 16% em comparação ao mesmo período do exercício anterior. Em termos líquidos de caixa, a dívida somou R\$ 553 milhões. O perfil da dívida financeira da Coelce mantém 63% dos compromissos no longo prazo. O aumento da dívida deve-se, principalmente, a utilização de linhas de crédito no valor de R\$ 116 milhões para capital de giro, para cobrir basicamente o atraso no recebimento dos valores da subvenção do baixa renda e de subvenções do programa Luz para Todos.

| Indicadores de endividamento | 2007 | 2006 | Var. (%) 2007/ 2006 |
|--|---------|---------|------------------------|
| Dívida bruta (R\$ mil) | 565.370 | 489.001 | 16% |
| Dívida líquida (R\$ mil) | 553.006 | 424.349 | 30% |
| Dívida bruta / EBITDA | 1,2 | 0,9 | 33% |
| EBITDA / Encargos de dívidas | 10,3 | 6,9 | 49% |
| Dívida bruta / (Dívida bruta + PL) | 0,40 | 0,39 | 4% |
| Dívida líquida / (Dívida líquida + PL) | 0,39 | 0,35 | 12% |



| | |
|--|--|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

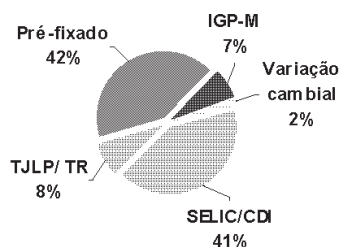
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Financeira - R\$ milhões

A relação dívida bruta/EBITDA subiu para 1,2 em 2007, contra 0,9 em 2006. A cobertura de juros, medida pela relação EBITDA/encargos de dívidas, aumentou de 6,9 em 2006, para 10,3 em 2007. O índice de alavancagem encerrou o ano em torno de 40%, abaixo da média verificada no setor (56% segundo pesquisas da Abradee).

Com o objetivo de evitar exposição às oscilações cambiais, a Companhia mantém uma política ativa de hedge, possuindo apenas 2,0% de sua dívida exposta à variação da taxa de câmbio. Parte das operações expostas à variação cambial são provenientes do financiamento BNDES em cesta de moedas e o restante decorre de dívida com a União Federal (Dívida Mobiliária de Médio e Longo Prazo – DMLP), com vencimento até 2024.

Indexadores da dívida em 31/12/2007



Na nota explicativa nº 16 encontram-se detalhadas as operações que compõem a dívida financeira da Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

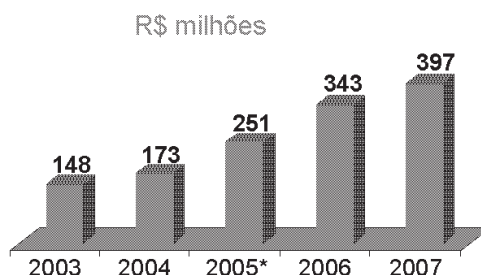
5. Infra-Estrutura e Investimentos

Em 31 de dezembro de 2007, o sistema elétrico da Coelce era composto por 102.161 Km de linhas de distribuição, 3.979 Km de linhas de transmissão e 94 subestações. Esses ativos são vitais para que a Coelce leve a energia das fontes geradoras até seus clientes. A monitoração e manutenção desse sistema é prioridade, pois interferem diretamente na qualidade do serviço prestado aos consumidores.

| | Unid | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | Variação 2006/2007 |
|-----------------------|-------------|--------|--------|--------|--------|---------|-----------------------|
| Distribuição | <i>Km</i> | 79.067 | 80.259 | 90.587 | 92.141 | 102.161 | 11,1% |
| Transmissão | <i>Km</i> | 3.653 | 3.787 | 3.823 | 3.852 | 3.979 | 3,3% |
| Subestações | <i>Unid</i> | 88 | 88 | 90 | 93 | 94 | 1,1% |
| Cap. Instalada | <i>MVA</i> | 1.886 | 1.942 | 1.987 | 2.066 | 2.101 | 1,8% |

Para garantir a eficiência da rede, elevar os níveis de confiabilidade e ampliar a capacidade de atendimento, foram realizados investimentos de R\$ 397 milhões em obras de expansão, reformas e manutenção de seu sistema, controle de perdas, sistemas de informação e atendimento ao cliente, o que significou elevação de 16% em relação aos R\$ 343 milhões aplicados em 2006.

Evolução dos Investimentos



* Passou a contemplar a variação de estoques e provisões para investimentos

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Programa de Universalização do acesso e uso da energia elétrica

Esse programa, regulamentado pela Aneel, estabelece metas de universalização do acesso e uso da energia elétrica. O programa prevê que o atendimento de novas ligações para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 kW em tensão secundária, deve ser realizado sem ônus para os clientes.

Até 2007, já foram beneficiados 514.647 consumidores, dos quais 84.374 contaram com o incentivo do programa Luz para Todos. Deste total, 17.797 foram custeados pelo Governo do Estado do Ceará e 66.577 pela Companhia e Governo Federal. No exercício de 2008 serão universalizados 95 municípios.

Programa Luz para Todos

Fruto do acordo assinado entre a Coelce e os governos Federal e Estadual, o programa Luz para Todos tem a missão de levar pleno atendimento à zona rural. Esse programa tem como propósito antecipar, para 2008, as metas de Universalização do Serviço. Por se tratar de uma antecipação, o projeto conta com a participação financeira dos Governos Federal e Estadual.

No ano de 2007, foram investidos R\$ 149,1 milhões através do Programa Luz para Todos (recebimento de R\$ 7,7 milhões provenientes de empréstimo Eletrobrás - RGR e R\$ 38,6 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE). Em 2008, a Companhia prestará contas de parte dos investimentos realizados em 2007 para recebimento do empréstimo e subvenção. Os recursos permitiram conectar 21.400 clientes em 2007, com expansão de 4.081 km da rede de média tensão e 1.823 km de baixa tensão. Os investimentos futuros previstos totalizam R\$ 237.611, R\$ 17.680 do Governo Estadual e R\$ 143.233 do Governo Federal, com o atendimento de 33.700 unidades consumidoras.

6. Mercado Acionário

A Coelce é controlada pela Endesa S.A, por meio da Empresa Investluz S.A, que detém 56,6% do capital total e 91,7% do capital votante da Companhia. Através de Oferta Pública de Aquisição (OPA) das ações da Endesa, lançada em 11 de abril de 2007 e concluída em 10 de outubro de 2007, os acionistas Enel S.P.A e ACCIONA S.A., adquiriram originariamente o controle acionário da Endesa, passando a ser proprietários de, respectivamente, 67,05% e 25,01% do capital social total e votante.

O capital social da Coelce é composto por 48,1 milhões de ações Ordinárias (61,8% do capital total), 28,1 milhões de ações preferenciais classe "A" – PNA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

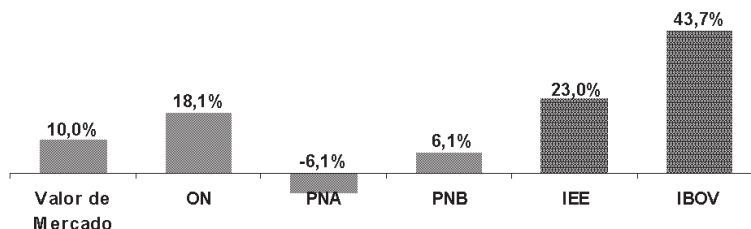
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(36,1%) e de 1,7 milhões de ações preferenciais classe "B" – PNB (2,1%). Dessas, a que apresentou maior liquidez em 2007 foi a PNA, cujo símbolo na Bovespa é COCE5.

Em 31 de dezembro de 2007, a Coelce alcançou capitalização de mercado de R\$ 2,16 bilhões (US\$ 1,2 bilhão). O desempenho de 2007 representou um crescimento de 9,6% em relação ao valor de mercado alcançado no final de 2006, R\$ 1,97 bilhão (US\$ 920 milhões).

As ações ordinárias e preferenciais classes A e B da Coelce, negociadas na Bovespa, variaram em 2007 18,1%, -6,1% e 6,1%, respectivamente.

**Desempenho das ações da Coelce X Desempenhos
IBOVESPA e IEE em 2007**



O final do ano de 2007 foi marcado pela forte volatilidade dos mercados em decorrência da crise do mercado imobiliário americano. Apesar do desempenho anual negativo da ação mais negociada (PNA), a liquidez dessas ações se expandiu. O volume médio diário negociado em 2007 das ações PNA foi de 78.845 ações, 56,3% superior ao de 2006 (50.460 ações). O valor médio diário negociado em 2007 das ações PNA foi de R\$ 1.957 mil, 89,6% maior do que no ano de 2006 (R\$ 1.032 mil).

| Múltiplos de Mercado | 2006 | 2007 |
|---|-------|-------|
| Valor de Mercado (R\$ milhões) | 1.966 | 2.162 |
| Enterprise Value (EV) = Valor de mercado + Dívida líquida (R\$ Milhões) | 2.378 | 2.715 |
| EV/ EBITDA* | 4,46 | 5,86 |
| Preço da ação PNA / Lucro por Ação* (P/L) | 5,98 | 6,84 |
| Dividend Yield da ação PNA** | 0,13 | 0,17 |
| Valor de mercado/Patrimônio Líquido | 2,52 | 2,54 |

* EBITDA e Lucro por ação do ano

** Proventos por ação pago no ano / Preço da ação no final do ano

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

7. Recursos Humanos

A Coelce encerrou o ano de 2007 com 1.297 colaboradores próprios e 6.837 terceirizados. Efetivando uma política de qualificação e aperfeiçoamento profissional, a Coelce investiu em treinamento e desenvolvimento de pessoal. Ao todo, foram realizadas 282.994 horas de treinamento nas áreas de segurança, operacional, administrativa e financeira, com a aplicação de um montante de R\$ 2,5 milhões.

Saúde e Segurança Ocupacional

A Coelce desenvolve campanhas, realiza pesquisas e estabelece metas e indicadores de desempenho relacionados às condições de trabalho, para assegurar as melhores condições de saúde e segurança para os colaboradores. Como resultado, obtivemos a menor taxa de gravidade em acidentes do grupo Endesa na América Latina.

Em 2007, a Coelce ampliou o escopo da certificação do seu Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no trabalho atendendo aos requisitos da norma Occupational Health and Safety Assessment Series – OSHAS 18001.

8. Responsabilidade Social e Ambiental

A Sustentabilidade constitui elemento fundamental na estratégia da Coelce, traduzindo-se em crescimento econômico-financeiro e criação de valor a longo prazo para todas as suas partes interessadas. Para isso a Companhia se compromete com o desenvolvimento sustentável de seu negócio, nas três dimensões – econômica, social e ambiental desenvolvendo e incentivando uma série de projetos para sua disseminação.

Em 2007, a Companhia desenvolveu diversos projetos sócio-ambientais e implementou alguns projetos existentes, entre eles destacam-se:

- Programa Energia Social: com uma abordagem social, esse programa visa a contribuir com a redução de perdas em comunidades com baixo desenvolvimento sócio-econômico;
- Programa Ecoelce: incentiva a coleta seletiva de lixo em residências trocando os resíduos coletados por bônus na conta de energia. Em 2007 foram beneficiados mais de 18 mil clientes, arrecadadas 1.166 toneladas de resíduos (metal, óleo, papel e plástico), além de 157 mil unidades de garrafas de vidro, totalizando R\$ 159 mil em bônus;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Projeto Escola Coelce – Caminhos Eficientes: consiste em um projeto que vai até as comunidades levando conhecimento, informações voltadas ao uso eficiente de energia e preservação ambiental, além de entretenimento. Percorreu 93 comunidades (capital e interior), formou 1.653 turmas e 19.380 multiplicadores capacitados, além da realização de troca de 25 mil lâmpadas para os moradores das comunidades, com um investimento de R\$ 2,2 milhões;
- Programa Coelce Solidária com a Saúde Pública: eficiência energética em órgãos de saúde pública, para reduzir o consumo de energia a partir da melhoria de instalações elétricas e troca de equipamentos. Foram investidos R\$ 1,1 milhão no ano;
- Projeto de Eficiência Energética para consumidores de baixa renda: programa voltado para a troca de refrigeradores e lâmpadas com elevado consumo de energia por equipamentos eficientes. Já beneficiou mais de 7,8 mil clientes com a doação de refrigeradores e lâmpadas.

Adicionalmente, em relação à responsabilidade ambiental, a Coelce mantém diversos projetos com foco em educação ambiental e realiza estudos de impactos de sua atividade no meio ambiente, para aperfeiçoar sua eficiência no fornecimento de uma energia limpa e segura. A Companhia mantém um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) certificado pela Norma ISO 14001:2004 nos processos referentes à construção, operação, manutenção do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica e suas atividades de apoio focado nas unidades de negócio da Companhia espalhadas pelo Estado do Ceará. No ano foram investidos R\$ 15,2 milhões em programas ambientais.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

9. Reconhecimentos

Pela sua atuação nas áreas social, ambiental, operacional e financeira, ao longo de 2007, a Coelce obteve diversos reconhecimentos públicos, entre eles, destacam-se:

Prêmio ABRADÉE: Eleita a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Nordeste pelo segundo ano consecutivo. Finalista nas categorias Responsabilidade Social e Gestão Econômico - Financeira.

Revista Você S/A e Exame: Classificada entre as 150 melhores empresas para trabalhar do Brasil pelo segundo ano consecutivo.

Prêmio ABRASCA – Relatório Anual: Classificada entre os 10 melhores relatórios do Brasil.

Selo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas): Reconhecida pela qualidade das informações apresentadas no balanço social de 2006.

Prêmio Fundação COGE: Classificada em primeiro lugar na categoria “Ações Ambientais”.

Jornal Valor Econômico: Destacada entre as 1.000 maiores empresas do país em desempenho econômico-financeiro.

Prêmio Delmiro Gouveia: Premiada como a Maior Empresa do Estado do Ceará.

Revista Exame – edição “Brasil que Inova”: Ecoelce é eleito uma das 25 maiores inovações brasileiras da última década.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - ISE: Classificada entre as 32 empresas selecionadas para participar desse índice, pelo segundo ano consecutivo, o qual reconhece as companhias comprometidas com as melhores práticas de sustentabilidade empresarial.

10. Auditores Independentes

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, dispôs sobre a necessidade de divulgação, pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa. Nos termos dessa Instrução CVM, a Coelce declara que, em 2007, não foram contratados/prestados serviços que não os relacionados à auditoria externa pela AGN Canarim Auditores Independentes à Companhia Energética do Ceará.

11. Informação Adicional

Como informação adicional anexamos os seguintes demonstrativos, referentes aos exercícios de 2006 e 2007:

- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado;
- Demonstração Balanço Social.

12. Agradecimentos

Agradecemos aos conselheiros, executivos, gestores, colaboradores e empresas parceiras pelo empenho e dedicação no esforço de superação das metas estabelecidas pelo planejamento estratégico, e pela motivação e envolvimento em relação aos objetivos da Companhia. Somos gratos, também, às empresas, clientes e comunidades do Estado do Ceará, e aos fornecedores, pelo alinhamento aos princípios e práticas da Companhia.

A Administração

DIRETORIA

Diretor-Presidente

ABEL ALVES ROCHINHA

Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão e Planejamento Estratégico

ABEL PEREZ

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Diretor Vice-Presidente Institucional e de Comunicação

JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO

Diretor Vice-Presidente de Organização e Recursos Humanos

JOSÉ RENATO FERREIRA BARRETO

Diretor Vice-Presidente Técnico

JOSÉ TÁVORA BATISTA

Diretor Vice-Presidente Comercial

OLGA JOVANNA CARRANZA SALAZAR

Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

TEOBALDO JOSÉ CAVALCANTE LEAL

Contadora responsável:

Karla Jeanny Falcão Carioca

CRC – CE 015544/O-3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Composição do Conselho de Administração

| MEMBROS TITULARES | MEMBROS SUPLENTE |
|---|---|
| MÁRIO FERNANDO DE MELO SANTOS (presidente) | ANTONIO BASILIO PIRES DE C. ALBUQUERQUE |
| MARCELO ANDRES LLÉVENES REBOLLEDO (vice-presidente) | LUCIANO ALBERTO GALASSO SAMARIA |
| CRISTÓBAL SANCHEZ ROMERO | NELSON RIBAS VISCONTI |
| CRISTIÁN EDUARDO FIERRO MONTES | JOSÉ TÁVORA BATISTA |
| GONZALO VIAL VIAL | TEOBALDO JOSÉ CAVALCANTE LEAL |
| JOSÉ ALVES DE MELLO FRANCO | JOSÉ CAMINHA ALENCAR ARARIPE JÚNIOR |
| JORGE PARENTE FROTA JUNIOR | JOSÉ RENATO FERREIRA BARRETO |
| LUIZ GASTÃO BITTENCOURT DA SILVA | JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO |
| LUIZ CARLOS LAURENS ORTINS BETTENCOURT | - |
| FERNANDO ANTÔNIO DE MOURA AVELINO | JUAREZ FERREIRA DE PAULA |
| AGUINALDO NOGUEIRA LIMA | VLÁDIA VIANA REGIS |

Composição do Conselho Fiscal

| MEMBROS TITULARES | MEMBROS SUPLENTE |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| ANTÔNIO OSVALDO ALVES TEXEIRA | JOSÉ ALDRO LUIZ DE OLIVEIRA |
| ANTONIO CLEBER UCHOA CUNHA | ALDEMIR FERREIRA DE PAULA AUGUSTO |
| SERGIO QUEIROZ LYRA | BRUNO OLIVA GIRARDI |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

| Relatório Social Anual / 2007 | | 2007 Valor (Milhares) | | 2006 Valor (Milhares) | | | |
|---|----------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|--------------|
| Indicadores Sociais | | Valor (R\$) | % sobre o Resultado Operacional | Valor (R\$) | % sobre o Resultado Operacional | | |
| Receita líquida (RL) | | 702.377 | | 567.575 | | | |
| Resultado operacional (RO) | | 944.073 | | 324.813 | | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | | 121.551 | | 115.158 | | | |
| Contribuições Sociais | | | | | | | |
| Alimentação | 4.170 | 0,32% | 0,05% | 4.510 | 0,81% | 0,27% | |
| Encargos sociais compulsórios | 23.058 | 18,31% | 1,85% | 23.410 | 20,71% | 1,03% | |
| Previdência privada | 5.053 | 7,23% | 0,82% | 8.167 | 9,11% | 0,58% | |
| Saúde | 5.647 | 4,85% | 0,38% | 5.452 | 4,82% | 0,35% | |
| Segurança e saúde no trabalho | 182 | 0,15% | 0,01% | 211 | 0,19% | 0,01% | |
| Educação | 581 | 0,48% | 0,08% | 246 | 0,22% | 0,02% | |
| Cultura | 0 | 0,03% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 2.544 | 2,09% | 0,15% | 2.018 | 1,79% | 0,13% | |
| Creches ou auxílio-creche | 789 | 0,66% | 0,05% | 676 | 0,60% | 0,04% | |
| Participação nos lucros ou resultados | 8.409 | 5,27% | 0,38% | 7.653 | 6,77% | 0,49% | |
| Vale-Transporte | 378 | 0,31% | 0,02% | 475 | 0,42% | 0,03% | |
| Outros | 2.718 | 2,24% | 0,16% | 324 | 1,17% | 0,09% | |
| Total - Indicadores sociais internos | 55.928 | 45,01% | 3,29% | 54.945 | 48,60% | 3,51% | |
| Investimentos Sociais Externos | | | | | | | |
| Educação | | 54 | 0,02% | 0,00% | 114 | 0,03% | 0,01% |
| COELCE nas Escolas - Módulo I | 11 | 0,03% | 0,00% | 111 | 0,05% | 0,01% | |
| Bau de Leitura | 43 | 0,11% | 0,00% | 3 | 0,00% | 0,00% | |
| Cultura | | 9.087 | 2,64% | 0,53% | 7.670 | 2,16% | 0,49% |
| Artes Cênicas (teatro, dança e circo) | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Audiovisual (cinema, tv, vídeo e multimídia) | 0 | 0,00% | 0,00% | 80 | 0,02% | 0,01% | |
| Literatura | 5 | 0,03% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Música | 35 | 0,11% | 0,00% | 33 | 0,11% | 0,00% | |
| Patrimônio Imaterial (manifestações, saberes e fazeres populares, artes e | 30 | 0,11% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Fundo Estadual da Cultura | 3.588 | 1,04% | 0,21% | 1.372 | 0,38% | 0,09% | |
| Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente | 444 | 0,13% | 0,05% | 468 | 0,11% | 0,03% | |
| Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente | 157 | 0,05% | 0,01% | 160 | 0,05% | 0,01% | |
| Lei Estadual de Incentivo à Cultura | 2.423 | 0,70% | 0,14% | 3.975 | 1,12% | 0,25% | |
| Lei Rouanet | 2.405 | 0,70% | 0,14% | 1.700 | 0,46% | 0,11% | |
| Esporte | | 256 | 0,07% | 0,02% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Lei de Incentivo ao Esporte | 256 | 0,07% | 0,02% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Outros | | 143.917 | 41,83% | 8,45% | 148.762 | 41,36% | 9,36% |
| Geração de Emprego e Renda | 66 | 0,02% | 0,00% | 16 | 0,01% | 0,00% | |
| Programas Sociais | 111.167 | 32,31% | 6,53% | 106.446 | 30,56% | 8,92% | |
| Programa de Investimentos Especiais | 601 | 0,17% | 0,04% | 17.631 | 4,87% | 1,12% | |
| Luz para Todos | 10.566 | 32,13% | 6,48% | 90.815 | 26,60% | 5,79% | |
| Benefícios para Consumidores de Baixa Renda | 32.062 | 9,50% | 1,92% | 38.298 | 10,79% | 2,44% | |
| Total das contribuições para a sociedade | 163.314 | 44,56% | 9,01% | 164.546 | 43,56% | 9,86% | |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 620.340 | 190,29% | 38,44% | 627.165 | 178,76% | 40,01% | |
| Total - Indicadores sociais externos | 773.854 | 224,85% | 45,45% | 781.711 | 220,32% | 49,87% | |
| Indicadores Ambientais | | | | | | | |
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa | | 9.274 | 2,70% | 0,54% | 10.744 | 3,03% | 0,89% |
| Educação Ambiental para colaboradores | 49 | 0,01% | 0,00% | 19 | 0,01% | 0,00% | |
| Gerenciamento de Resíduos | 116 | 0,03% | 0,01% | 160 | 0,05% | 0,01% | |
| Reciclagem de Óleo | 78 | 0,02% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Licenças Ambientais | 3 | 0,03% | 0,00% | 41 | 0,01% | 0,00% | |
| Auditorias Ambientais | 28 | 0,01% | 0,00% | 40 | 0,01% | 0,00% | |
| Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial | 1.022 | 0,33% | 0,06% | 1.315 | 0,38% | 0,09% | |
| Desenvolvimento e Implementação de Óleo Ecológico | 4 | 0,01% | 0,00% | 123 | 0,03% | 0,01% | |
| Teste de Aplicabilidade de Óleos Ecológicos para Transformadores | 4 | 0,03% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Desenvolvimento de Processo Biotecnológico de Compostagem para a | | | | | | | |
| Reciclagem dos Resíduos de Podas de Árvores | 163 | 0,05% | 0,01% | 172 | 0,05% | 0,01% | |
| Desenvolvimento de Metodologia para Acompanhamento Contábil do Sistema de | | | | | | | |
| Gestão Ambiental da COELCE | 236 | 0,07% | 0,01% | 530 | 0,15% | 0,03% | |
| Programa COELCE de Desenvolvimento Social pela Energia Consumida - | | | | | | | |
| ECOELCE | 259 | 0,09% | 0,02% | 227 | 0,06% | 0,01% | |
| Sistema de Gestão e Manejo da Arborização Urbana ao Longo das Redes de | | | | | | | |
| Distribuição | 95 | 0,13% | 0,01% | 323 | 0,09% | 0,02% | |
| Desenvolvimento de Produtos à Base de Compósito Fibra de Coco em Matriz | | | | | | | |
| Polimérica para Aplicação em Sistemas de Baixa Tensão | 216 | 0,06% | 0,01% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Desenvolvimento de Técnicas e Sistema de Lavagem a Seco de Isoladores | 43 | 0,01% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Manejo de Vegetação | 2.124 | 0,83% | 0,18% | 614 | 0,17% | 0,04% | |
| Rede Compacta ou Isolada | 5.895 | 1,93% | 0,33% | 8.370 | 2,36% | 0,53% | |
| Outros Gastos para Melhoria Contínua | 129 | 0,14% | 0,01% | 125 | 0,04% | 0,01% | |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

| | | | | | | | |
|---|---------------|---|--------------|---|--------------|---|--------------|
| Balanco Social Anual / 2007 | | Base | | | | | |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | | 11.748 | 3,41% | 0,69% | 6.285 | 1,77% | 0,40% |
| Educação Ambiental | 2.250 | 0,66% | 0,13% | 1.049 | 0,30% | 0,07% | |
| COELCE nas Escolas Módulo II | 0 | 0,00% | 0,00% | 389 | 0,11% | 0,02% | |
| Grafitando com Arte | 11 | 0,00% | 0,00% | 4 | 0,00% | 0,00% | |
| Escola Coelce Caminhos Eficientes | 2.236 | 0,65% | 0,13% | 858 | 0,18% | 0,04% | |
| Programa de Eficiência Energética | 6.062 | 2,84% | 0,53% | 2.779 | 0,76% | 0,16% | |
| Eficientização de Consumidores Baixa Renda | 5.025 | 1,48% | 0,30% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Universidade Estadual do Ceará - UECE | 40 | 0,01% | 0,00% | 870 | 0,25% | 0,06% | |
| Centro de Ciências Tecnológicas da UFC | 14 | 0,00% | 0,00% | 343 | 0,10% | 0,02% | |
| Centro de Ciências Agrárias da UFC | 16 | 0,00% | 0,00% | 567 | 0,16% | 0,04% | |
| Centro de Ciências da UFC | 89 | 0,00% | 0,01% | 810 | 0,17% | 0,04% | |
| Faculdade da Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Secretariado | 31 | 0,01% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará- NUTEC | 228 | 0,07% | 0,01% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Centro Federal de Tecnologia- CEFET (Juazeiro do Norte-Ce) | 188 | 0,05% | 0,01% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENITEC (Limoeiro do Norte-Ce) | 55 | 0,02% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Colégio Militar do Corpo de Bombeiros | 13 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Escolas Públicas (M) | 260 | 0,08% | 0,02% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Hospital São Vicente (Barbalha-Ce) | 265 | 0,08% | 0,02% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Hospital Gonzaga Mota | 50 | 0,02% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Hospital Nossa Senhora da Conceição | 118 | 0,03% | 0,01% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Hospital São Lucas (Juazeiro do Norte-Ce) | 58 | 0,02% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Hospital Municipal de Maracanaú | 84 | 0,03% | 0,01% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Hospital Municipal de Caucaia | 74 | 0,02% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Hospital São Francisco (Crato-Ce) | 102 | 0,03% | 0,01% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará - HEMOCE | 4 | 0,00% | 0,00% | 89 | 0,03% | 0,01% | |
| Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza | 5 | 0,00% | 0,00% | 103 | 0,03% | 0,01% | |
| Hospitais Públicos (outros) (M) | 360 | 0,10% | 0,02% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos- FUNCEME | 16 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Polícia Civil do Estado do Ceará (superintendência e delegacias) | 476 | 0,14% | 0,03% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Polícia Militar do Ceará (batalhões) | 456 | 0,13% | 0,03% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará | 166 | 0,05% | 0,01% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Instituto Médico Legal- IML Ceará | 58 | 0,02% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Federação das Indústrias do Estado do Ceará- FIEC | 487 | 0,14% | 0,03% | 52 | 0,01% | 0,00% | |
| Condomínio da Federação da Agricultura do Estado do Ceará | 3 | 0,00% | 0,00% | 33 | 0,01% | 0,00% | |
| Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará | 3 | 0,00% | 0,00% | 48 | 0,01% | 0,00% | |
| Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Maracanaú | 131 | 0,04% | 0,01% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Secretaria Executiva Regional III de Fortaleza | 107 | 0,03% | 0,01% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Secretaria de Educação e Assistência Social de Fortaleza | 83 | 0,03% | 0,01% | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Gestão Energética Municipal | 0 | 0,00% | 0,00% | 473 | 0,13% | 0,03% | |
| Eficiência Energética em Projetos de Iluminação Pública | 408 | 0,12% | 0,02% | 395 | 0,58% | 0,13% | |
| Total dos investimentos em meio ambiente (1) | 21.022 | 6,11% | 1,23% | 17.029 | 4,80% | 1,09% | |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção, operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | |
| Sua empresa possui metas ambientais? | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | |
| Sua empresa possui metas ambientais? | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 1.297 | | | 1.313 | | | |
| Nº de admissões durante o período | 82 | | | 31 | | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 8.837 | | | 8.976 | | | |
| Nº de estagiários(as) | 178 | | | 193 | | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 550 | | | 505 | | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 277 | | | 277 | | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 20,75% | | | 25,00% | | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 387 | | | 372 | | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 19,81% | | | 20,00% | | | |
| Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (2) | 53 | | | 43 | | | |
| Sua empresa possui metas ambientais? | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | |
| Sua empresa possui metas ambientais? | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | | 19,36 vezes | | 19,36 vezes | | 19,36 vezes | |
| Número total de acidentes de trabalho (3) | | 13 | | 5 | | 5 | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | | () direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as) | | () direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as) | | () direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as) | |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | | () direção e gerências () todos(as) empregados(as) (x) todos(as) + Cipa | | () direção e gerências () todos(as) empregados(as) (x) todos(as) + Cipa | | () direção e gerências () todos(as) empregados(as) (x) todos(as) + Cipa | |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | | () não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT | | () não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT | | () não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT | |
| A previdência privada contempla: | | () direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as) | | () direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as) | | () direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as) | |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | | () direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as) | | () direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as) | | () direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as) | |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | | () não são considerados () são considerados (x) são considerados | | () não são considerados () são considerados (x) são considerados | | () não são considerados () são considerados (x) são considerados | |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | | () não se envolve () apoia (x) organiza e incentiva | | () não se envolve () apoia (x) organiza e incentiva | | () não se envolve () apoia (x) organiza e incentiva | |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | | na empresa (376.538) no Procon (724) na Justiça (1.685) | | na empresa (376.538) no Procon (724) na Justiça (1.685) | | na empresa (376.538) no Procon (724) na Justiça (1.685) | |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | | na empresa (93%) no Procon (96%) na Justiça (72%) | | na empresa (93%) no Procon (96%) na Justiça (72%) | | na empresa (93%) no Procon (96%) na Justiça (72%) | |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$) | | Em 2007: 1.283.814 | | Em 2006: 1.376.907 | | Em 2006: 1.376.907 | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | | 60,7% governo 6,3% pessoal 8,5% terceiros | | 62,4% governo 5,5% pessoal 8,2% terceiros | | 62,4% governo 5,5% pessoal 8,2% terceiros | |
| | | 19,1% acionista 5,6% retrib. | | 21,6% acionista 9,4% retrib. | | 21,6% acionista 9,4% retrib. | |

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



- (1) A Receita Líquida de 2006 foi modificada em decorrência da incorporação de alterações introduzidas pelo Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, no qual passou a considerar como deduções de Receita Operacional os encargos Conta de Consumo de Combustíveis-CCC; Conta de Desenvolvimento Energético- CDE, Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento.
- (2) Foram beneficiadas 18 escolas públicas, 9 estaduais e 9 municipais, todas localizadas em Fortaleza (Ce).
- (3) Foram beneficiados 13 hospitais públicos, 6 localizados em Fortaleza(Ce) e 7 em municípios do interior do Estado (Iguatu-Ce/ Maracanaú-Ce/ Aracati-Ce/ Maranguape-Ce/ Limoeiro do Norte-Ce).
- (4) Foram incluídos novos indicadores no Balanço Social de 2007 com reflexos na demonstração de 2006, no valor total dos investimentos em meio ambiente.
- (5) Do total de 1.297 empregados da COELCE, 50 são portadores de necessidades especiais. Os empregados que trabalham em atividades com alto grau de risco (eletrotécnicos- 248, eletricitas- 321, e operadores de subestação- 37) não compõem a base de cálculo para o percentual de portadores da Companhia, hoje 7,2%.
- (6) Embora o valor apresentado em 2007 seja o total de acidentes com e sem afastamento, a meta apresentada só revela o valor de acidentes com afastamento. Isso decorre da empresa não estabelecer metas para acidentes sem afastamento.
- (7) O valor envolve todos os registros de reclamações conforme Resolução ANEEL nº 382/98.
- (8) As quantidades e percentuais foram apresentados considerando as reclamações e críticas do período citado. Nos anos anteriores esses quantitativos referiam-se à discussão de mérito e seus respectivos recursos judiciais interpostos em que os números realizados e suas respectivas metas referiam-se ao acúmulo de reclamações e críticas até o referido período.
- (9) Alteração no percentual dos valor retido de 2006 em decorrência de inclusão dos Incentivos Fiscais.

CNPJ: 07.047.251/0001-70 Setor Econômico: Energético- categoria Distribuição UF da sede da empresa: Ceará

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas:

Karla Jeanny Falcão Canoca, (85) 3216-1238, karla@coelce.com.br

* Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual da criança ou adolescente e não está envolvida em corrupção.*

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2007 | % | 2006 reclassificado | % |
|---|--------------------|-------------|------------------------|-------------|
| GERAÇÃO DE RIQUEZA | | | | |
| Receitas | | | | |
| Venda de Energia | | | | |
| Residencial | 630.204 | | 636.636 | |
| Residencial Baixa Renda | 235.783 | | 235.017 | |
| Industrial | 353.914 | | 387.931 | |
| Comercial | 566.455 | | 583.187 | |
| Rural | 123.282 | | 122.562 | |
| Iluminação Pública | 89.662 | | 93.189 | |
| Serviço Público | 68.026 | | 72.021 | |
| Poder Público | 151.200 | | 155.581 | |
| <i>Total venda de energia</i> | <i>2.218.526</i> | | <i>2.286.124</i> | |
| Fornecimento Não Faturado | (2.071) | | 4.475 | |
| Baixa Renda | 173.359 | | 99.675 | |
| Reposicionamento Revisão Tarifária | (22.464) | | (35.749) | |
| Saldo a Cobrar Reajuste Tarifário 2005 | - | | (35.692) | |
| Valor a Devolver Reajuste Tarifário-Transmissoras | (1.867) | | | |
| Recuperação Perdas de Receita 2001 | (55.685) | | (57.677) | |
| Recuperação Energia Livre-Geradoras | (19.492) | | (25.090) | |
| Energia de Curto Prazo | 11.749 | | 12.731 | |
| Receita encargos de Uso da Rede Elétrica | 45.695 | | 46.081 | |
| Venda de Serviços | 83.597 | | 42.082 | |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (59.378) | | (7.180) | |
| Resultado Não-Operacional | 13.056 | | 767 | |
| Total de receitas | 2.385.025 | | 2.330.547 | |
| Insumos Adquiridos de Terceiros | | | | |
| Compra de Energia | (820.996) | | (714.966) | |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica | (50.163) | | (68.753) | |
| Material e Serviços de Terceiros | (191.914) | | (143.800) | |
| Outras Despesas Operacionais | (23.186) | | (12.535) | |
| Perda na realização de ativos | - | | (463) | |
| Total de insumos adquiridos de terceiros | (1.086.259) | | (940.517) | |
| (=) Valor Adicionado Bruto | 1.298.766 | | 1.390.030 | |
| (-) Quotas de Reintegração | (111.079) | | (109.563) | |
| (=) Valor Adicionado Líquido | 1.187.687 | | 1.280.467 | |
| Receita Financeira | 96.127 | | 96.440 | |
| (+) Valor Adicionado Recebido em Transferência | 96.127 | | 96.440 | |
| (=) Valor Adicionado a Distribuir | 1.283.814 | 100% | 1.376.907 | 100% |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2007 | % | 2006 reclassificado | % |
|---|------------------|-------------|------------------------|-------------|
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | | |
| Pessoal | | | | |
| Remunerações | 69.423 | 5% | 62.942 | 5% |
| Honorários da diretoria | 2.459 | 0% | 2.657 | 0% |
| Encargos Sociais (exceto INSS) | 5.086 | 0% | 5.655 | 0% |
| Previdência Privada | 8.862 | 1% | 9.167 | 1% |
| Auxílio-alimentação | 4.770 | 0% | 4.310 | 0% |
| Convênio Assistencial e Outros Benefícios | 12.828 | 1% | 10.405 | 1% |
| Participação nos Resultados | 5.958 | 0% | 5.495 | 0% |
| Custos Imobilizados | (27.656) | -2% | (24.491) | -2% |
| Outros | (568) | 0% | (558) | 0% |
| Total distribuído ao pessoal | 81.162 | 6% | 75.582 | 5% |
| Governo | | | | |
| Federal | | | | |
| Imposto de Renda | 100.684 | 8% | 91.270 | 7% |
| Imposto de Renda diferido | (22.160) | -2% | (11.268) | -1% |
| CSSL | 36.135 | 3% | 35.452 | 3% |
| CSSL diferido | (8.238) | -1% | (6.604) | 0% |
| INSS (sobre folha de pagamento) | 17.972 | 1% | 17.755 | 1% |
| PIS | 21.421 | 2% | 21.293 | 2% |
| COFINS | 96.013 | 7% | 90.830 | 7% |
| Reserva Global de Reversão- RGR | 23.156 | 2% | 17.982 | 1% |
| Conta Consumo de Combustível- CCC | 58.160 | 5% | 93.272 | 7% |
| Conta de Desenvolvimento Energético- CDE | 13.254 | 1% | 12.505 | 1% |
| Taxa de Fiscalização ANEEL- TFSEE | 4.407 | 0% | 3.667 | 0% |
| Fundo para Pesquisa e Desenvolvimento- P&D | 5.113 | 0% | 8.478 | 1% |
| Outros | 159 | 0% | 720 | 0% |
| <i>Sub- total-Federal</i> | <i>346.076</i> | <i>27%</i> | <i>375.352</i> | <i>27%</i> |
| Estadual | | | | |
| ICMS | 501.577 | 39% | 514.217 | 37% |
| Outros | 18 | 0% | 19 | 0% |
| <i>Sub- total-Estadual</i> | <i>501.595</i> | <i>39%</i> | <i>514.236</i> | <i>37%</i> |
| Municipal | | | | |
| ISS | 1.331 | 0% | 839 | 0% |
| Outros | 138 | 0% | 135 | 0% |
| <i>Sub- total-Municipal</i> | <i>1.469</i> | <i>0,1%</i> | <i>974</i> | <i>0,1%</i> |
| (-) Incentivos Fiscais | (69.985) | -5% | (31.632) | -2% |
| Total distribuído ao governo | 779.155 | 61% | 858.930 | 62% |
| Financiadores | | | | |
| Juros e Variações Cambiais | 61.237 | 5% | 78.196 | 6% |
| Outras Despesas Financeiras | 42.726 | 3% | 28.992 | 2% |
| Aluguéis | 4.798 | 0% | 5.317 | 0% |
| Total distribuído aos financiadores | 108.761 | 8% | 112.505 | 8% |
| Acionistas | | | | |
| Remuneração do Capital Próprio | - | 0% | 57.500 | 4% |
| Dividendos | 244.751 | 19% | 225.845 | 17% |
| Total distribuído aos acionistas | 244.751 | 19% | 283.345 | 21% |
| Retido | 69.985 | 5% | 46.545 | 3% |
| Total do valor adicionado distribuído | 1.283.814 | 100% | 1.376.907 | 100% |
| Valor Adicionado (médio) por empregado | 990 | | 1.049 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2007 | 2006 reclassificado |
|--|------------------|------------------------|
| Atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 244.751 | 298.258 |
| Despesas (receitas) que não afetam o caixa: | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 59.378 | 7.180 |
| Depreciação e amortização | 109.526 | 94.530 |
| Amortização do ágio oriundo da incorporação | 15.220 | 15.033 |
| Encargos financeiros | 61.237 | 78.196 |
| Baixas do imobilizado em serviço | 1.591 | 2.389 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (30.398) | (17.872) |
| Provisões para contingências | 6.136 | (5.113) |
| Recomposição tarifária | (14.276) | (30.650) |
| Despesas pagas antecipadamente | 39.957 | (56.330) |
| Baixa Deficit Atuarial | (16.289) | - |
| Outros | 27.032 | 16.817 |
| Total despesas(receitas) que não afetam o caixa | 259.114 | 104.180 |
| Variações no ativo circulante | | |
| Consumidores e revendedores | (26.759) | (316) |
| Baixa renda | 1.781 | (3.072) |
| Serviços em curso | 1.535 | (12.283) |
| Estoque | 323 | 127 |
| Tributos a compensar | (594) | (14.755) |
| Despesas pagas antecipadamente | (100.634) | (81.858) |
| Provisão luz para todos | (76.234) | - |
| Depósitos vinculados | (4.083) | (11.826) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (68.774) | 35.226 |
| Outros créditos | (4.570) | (4.677) |
| | (278.009) | (93.434) |
| Variações no passivo circulante | | |
| Fornecedores | 67.086 | 29.721 |
| Folha de pagamento e provisões trabalhistas | 1.052 | (883) |
| Tributos e contribuições sociais | 257 | (16.081) |
| Dividendos | 19.804 | 85.263 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 32.459 | (15.325) |
| Taxas regulamentares | (8.043) | 6.216 |
| Provisão para contingências | (5.134) | (118) |
| Provisão devolução baixa renda | (34.212) | 60.000 |
| Obrigações com benefício pós-emprego | - | (264) |
| Transações com partes relacionadas | 23.618 | 16.866 |
| Outras contas a pagar | 16.366 | 19.392 |
| Juros sobre o capital próprio | (49.995) | (25.723) |
| | 63.258 | 159.064 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2007 | 2006 reclassificado |
|--|------------------|------------------------|
| Variações no realizável a longo prazo | | |
| Consumidores e revendedores | 68.014 | 125.027 |
| Depósitos vinculados a litígios | 1.086 | (5.455) |
| Tributos a compensar | (20.520) | (14.428) |
| Despesas pagas antecipadamente | 91.640 | 81.253 |
| Depósitos vinculados | 9.439 | (955) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 70.459 | (40.776) |
| Outras | 2 | 312 |
| | 220.120 | 144.978 |
| Variações no exigível a longo prazo | | |
| Fornecedores | (37.330) | (27.639) |
| Tributos e contribuições sociais | (222) | (5.350) |
| Provisão para contingências | (6.142) | (1.657) |
| Transações com partes relacionadas | (6.952) | 62.434 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (37.087) | 10.905 |
| Outras obrigações | (30.236) | (11.556) |
| | (117.969) | 27.137 |
| Total das atividades operacionais | 391.265 | 640.183 |
| Atividades de investimentos | | |
| Investimento | - | 20 |
| Aplicações no imobilizado | (399.025) | (343.098) |
| Aplicações no diferido | (6.970) | (2.246) |
| Obrigações vinculadas a concessão | 132.488 | 79.350 |
| Depreciação obrigações vinculadas a concessão | (13.668) | - |
| Total das atividades de investimentos | (287.175) | (265.974) |
| Atividade de financiamento | | |
| Empréstimos e financiamentos | 18.388 | (127.231) |
| Debêntures | - | (83.246) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | (244.751) | (283.345) |
| Reserva de capital | 69.985 | 31.632 |
| Total das atividades de financiamento | (156.378) | (462.190) |
| Disponibilidades utilizadas no exercício | (52.288) | (87.981) |
| Demonstração da redução nas disponibilidades | | |
| No início do exercício | 64.652 | 152.633 |
| No fim do exercício | 12.364 | 64.652 |
| Disponibilidades utilizadas no exercício | (52.288) | (87.981) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |
| 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | |

Parecer do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará – COELCE, abaixo assinados, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2007, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas, além das Demonstrações do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Balanço Social, e, com base no parecer dos Auditores Independentes, AGN Canarim Auditores Independentes, recomendam, aos Acionistas, a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras, as quais obedecem aos dispositivos legais e regulamentares e estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária.

Fortaleza, 18 de março de 2008.

Mário Fernando Melo Santos (presidente)
Marcelo Andrés Llévénés Rebolledo (vice-presidente)
Fernando Antônio de Moura Avelino
Cristián Eduardo Fierro Montes
Jorge Parente Frota Júnior
Luiz Gastão Bittencourt da Silva
Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Ceará - Coelce, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia, e tendo em conta o parecer, sem ressalvas, datado de 29 de fevereiro de 2008 emitido pelos auditores externos, AGN Canarim Auditores Independentes, e respectivos esclarecimentos prestados por seus representantes, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente aos referidos documentos que estão em condições de serem examinados e votados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza, 25 de Março de 2008

Antônio Cléber Uchoa Cunha

Antônio Osvaldo Alves Teixeira

Sérgio Queiroz Lyra

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Investluz S/A, e concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Companhia tem como área de concessão todo o Estado do Ceará, atendendo a aproximadamente 2.490 mil consumidores (2.416 mil em 2006) e um quadro de 1.297 empregados em 31 de dezembro de 2007 (1.313 em 2006). A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para 12 de maio de 2028.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e as instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações introduzidas pelo Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, no qual passou a considerar como deduções de receita operacional os encargos conta de consumo de combustível - CCC; conta de desenvolvimento energético - CDE, programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento.

Foram efetuadas algumas reclassificações contábeis nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, para adequar sua apresentação à demonstração efetuada neste exercício, a saber:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | 2006 | |
|------------------------|---------------|----------------|
| | Publicado | Reclassificado |
| ATIVO CIRCULANTE | | |
| Aplicações financeiras | 53.122 | 40.238 |
| Depósitos vinculados | - | 12.884 |
| | <u>53.122</u> | <u>53.122</u> |

| | 2006 | |
|--|-----------|------------------|
| | Publicado | Reclassificado |
| DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL: | | |
| Conta de consumo de combustíveis fósseis | - | (93.272) |
| Conta de desenvolvimento energético | - | (12.505) |
| Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento | - | (17.976) |
| | <u>-</u> | <u>(123.753)</u> |

| | 2006 | |
|--|------------------|----------------|
| | Publicado | Reclassificado |
| DESPESAS OPERACIONAIS: | | |
| Conta de consumo de combustíveis fósseis | (93.272) | - |
| Conta de desenvolvimento energético | (12.505) | - |
| Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento | (17.976) | - |
| | <u>(123.753)</u> | <u>-</u> |

3. Principais práticas contábeis adotadas

- Aplicações financeiras - São registradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo o valor de mercado;
- Consumidores, concessionários e permissionários - Referem-se a créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência. De acordo com o estabelecido pela Resolução nº 72 da ANEEL, de 7 de fevereiro de 2002, foi registrado nessa conta o valor referente à recomposição tarifária extraordinária definida pela Medida

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Provisória nº 14 (posteriormente transformada na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) e pela Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, ambas de 21 de dezembro de 2001, na Resolução nº 31 da ANEEL, de 24 de janeiro de 2002, bem como os valores referentes ao ativo regulatório do reposicionamento tarifário, instituída pelas Resoluções nºs 104 e 112, de 20 de abril de 2004;

- (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Calculada com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos;
- (d) Estoques - Os materiais em estoques, de operação e manutenção, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a projetos, contabilizados no imobilizado, estão avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perda por obsolescência, quando aplicável;
- (e) Despesas pagas antecipadamente - São compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos e incluem a conta de compensação da variação de valores de itens da parcela A - CVA e respectivos encargos que serão apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente for faturada aos consumidores. Esta rubrica também contempla os custos e encargos financeiros referentes a estruturação da operação de captação de empréstimos (nota 11);
- (f) Imobilizado - Está composto pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pelas Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999. Os juros e demais encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso foram registrados nesse subgrupo como custo.

O saldo do imobilizado inclui o valor do ágio oriundo da incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999. A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027 (nota 13);

- (g) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%) e consideram a absorção de prejuízos fiscais e base negativa de

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contribuição social, limitada a 30%, para fins de determinação das exigibilidades. Os impostos diferidos ativos atribuíveis às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseada nas projeções de resultados preparadas pela Administração. A Companhia possui direito a redução do imposto de renda a pagar calculado com base no lucro da exploração (nota 23);

- (h) Obrigações com benefícios pós-emprego - Referem-se ao passivo atuarial relativo ao plano de previdência complementar oferecido aos empregados da Companhia, registrado em regime de competência com base em avaliação efetuada por atuário externo;
- (i) Provisões para contingências - São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processos cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes na data do balanço;
- (j) Obrigações vinculadas à concessão - Referem-se aos recursos de participação financeira dos consumidores e da União e de doações e subvenções para investimentos, destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações foram apresentadas nas demonstrações financeiras como redução do ativo imobilizado em serviço.
- (k) Atualizações monetárias de direitos e obrigações - Os direitos e obrigações sujeitos às variações monetária e cambial, por força contratual ou dispositivo legal, estão atualizados até a data do balanço. Os passivos pactuados em moeda norte-americana são convertidos para reais em função da taxa de câmbio reportada pelo Banco Central do Brasil (US\$1 = R\$ 1,7713 em 31 de dezembro de 2007 e US\$1 = R\$2,13800 em 31 de dezembro de 2006);
- (l) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime contábil de competência;
- (m) Outros direitos e obrigações - Demais ativos e passivos circulantes e não circulante estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos;
- (n) Estimativas - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da:

- Provisão para crédito de recebimento da recuperação da recomposição tarifária extraordinária no prazo estabelecido pela ANEEL;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para contingências e planos de aposentadoria complementar;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Recebimentos no âmbito da CCEE;
- Ativo regulatório – Reposicionamento tarifário;
- Provisão para devolução de baixa renda;
- Provisão luz para todos

(o) Lucro por ação – Calculado com base no número de ações em circulação na data do encerramento do balanço.

4. Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras estão relacionados a certificados de depósitos bancários vinculados ao CDI e fundos mútuos de renda fixa com remuneração diária. Apesar de algumas aplicações estarem contratadas com vencimento superior a 12 meses, não há restrições para seu resgate imediato.

| Banco | Tipo | Vencimento | Taxa | 2007 | 2006 |
|---------------------------------|-----------------------|------------|---------------|-----------|---------------|
| VOTORANTIM | CDB/DI | 24/10/2007 | 101,2% CDI | - | 12 |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 22/06/2009 | 100,8% CDI | - | 47 |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 02/12/2009 | 100,8% CDI | - | 20.089 |
| VOTORANTIM | Fundo de Investimento | - | Cotas diárias | 2 | - |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 11/10/2010 | 100,8% CDI | 8 | - |
| Real/ABN AMRO | CDB/DI | 21/07/2008 | 100,2% CDI | - | 96 |
| Real/ABN AMRO | CDB/DI | 16/10/2008 | 100,8% CDI | - | 46 |
| Real/ABN AMRO | CDB/DI | 29/10/2008 | 100,8% CDI | - | 7.751 |
| BNB | CDB/DI | 21/07/2008 | 100,0% CDI | - | 5.358 |
| BNB | CDB/DI | 27/08/2008 | 100,0% CDI | - | 4.788 |
| BNB | CDB/DI | 20/10/2008 | 100,0% CDI | - | 2.051 |
| Total de aplicações financeiras | | | | 10 | 40.238 |

5. Consumidores, concessionários e permissionários

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição das contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, em 31 de dezembro, é como segue:

| Descrição | 2007 | 2006 |
|---|----------------|----------------|
| Consumidores | 571.463 | 626.288 |
| Faturados | 331.516 | 322.736 |
| Não Faturados | 239.947 | 303.552 |
| Fornecimento | 67.704 | 70.229 |
| Ativos Regulatórios | 172.243 | 233.323 |
| Concessionários e permissionários | 11.800 | 7.568 |
| Comercialização no âmbito da CCEE | 18.958 | 18.771 |
| Total de consumidores, concessionários e permissionários | 602.221 | 652.627 |
| Circulante | 565.714 | 548.106 |
| Não Circulante | 36.507 | 104.521 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

| Classe de consumidores | Vencidos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Valor bruto | | Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | Total | |
|--|----------------|----------------------|-----------------------------|----------------|----------------|---|------------------|----------------|----------------|
| | | | | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 |
| Circulante - | | | | | | | | | |
| Residencial | 40.559 | 31.486 | 7.299 | 79.344 | 85.952 | (13.930) | (13.961) | 65.406 | 71.991 |
| Industrial | 3.358 | 3.293 | 3.603 | 10.254 | 16.539 | (3.638) | (2.244) | 6.616 | 14.295 |
| Comercial | 11.114 | 9.767 | 10.062 | 30.943 | 30.997 | (9.224) | (8.093) | 21.719 | 22.904 |
| Rotal | 12.426 | 5.363 | 1.510 | 19.299 | 20.513 | (1.144) | (1.205) | 18.155 | 19.308 |
| Poder público | | | | | | | | | |
| Federal | 1.855 | 263 | 7 | 2.125 | 1.661 | - | - | 2.125 | 1.661 |
| Estadual | 2.389 | 825 | 415 | 3.629 | 3.723 | (92) | - | 3.537 | 3.723 |
| Municipal | 6.926 | 3.617 | 4.728 | 15.271 | 17.194 | (3.975) | (4.921) | 11.296 | 12.273 |
| Iluminação pública | 3.521 | 1.319 | 1.226 | 6.066 | 6.378 | (613) | (621) | 5.453 | 5.757 |
| Serviço público | 5.370 | 528 | 93 | 5.991 | 6.235 | (42) | (29) | 5.949 | 6.206 |
| Subtotal | 87.518 | 56.461 | 28.943 | 172.922 | 189.192 | (32.666) | (31.074) | 140.256 | 158.118 |
| Comercialização na CCEE | 5.383 | - | - | 5.383 | 5.196 | - | - | 5.383 | 5.196 |
| Consumidores livres | 11.800 | - | - | 11.800 | 7.605 | - | - | 11.800 | 7.605 |
| Não faturado | 67.704 | - | - | 67.704 | 70.229 | - | - | 67.704 | 70.229 |
| Provisão refaturamento Prefeituras | (12.000) | - | - | (12.000) | (12.000) | - | - | (12.000) | (12.000) |
| Parcelamento de débitos | 45.898 | - | - | 45.898 | 32.891 | (12.776) | (11.654) | 33.122 | 21.237 |
| Outros créditos | 12.421 | 5.529 | 657 | 18.607 | 20.227 | (687) | (3.682) | 17.920 | 16.545 |
| Encargo emergencial | - | 1.712 | 875 | 2.587 | 2.818 | - | - | 2.587 | 2.818 |
| Créditos junto a clientes com ações judiciais | 45.438 | 2.846 | 32.286 | 80.570 | 74.707 | (64.737) | (59.275) | 15.833 | 15.432 |
| Ativos regulatórios (nota 6) | 170.376 | - | - | 170.376 | 157.241 | (102.562) | (40.600) | 67.814 | 116.641 |
| Ativos regulatórios-Transmissoras (nota 6) | 1.867 | - | - | 1.867 | - | - | - | 1.867 | - |
| Total Circulante | 348.887 | 10.087 | 33.818 | 392.792 | 358.914 | (189.762) | (115.211) | 212.030 | 243.703 |
| | 436.405 | 66.548 | 62.761 | 565.714 | 548.106 | (213.428) | (146.285) | 352.286 | 401.821 |
| Não Circulante | | | | | | | | | |
| Comercialização na CCEE (**) | - | - | 13.575 | 13.575 | 13.575 | - | - | 13.575 | 13.575 |
| Parcelamento de débito | 22.932 | - | - | 22.932 | 14.864 | - | - | 22.932 | 14.864 |
| Ativos regulatórios (nota 6) | - | - | - | - | 76.082 | - | (16.917) | - | 59.165 |
| Total não Circulante | 22.932 | - | 13.575 | 36.507 | 104.521 | - | (16.917) | 36.507 | 87.604 |
| Total consumidores, concessionários e permissionários | 459.337 | 66.548 | 76.336 | 602.221 | 652.627 | (213.428) | (163.202) | 388.793 | 489.425 |

b) Comercialização no âmbito da CCEE

| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | 2007 | 2006 |
|---|---------------|---------------|
| Valores a receber - setembro/2000 a dezembro/2002 | | |
| Valor em litígio - Liminares (*) | 13.575 | 13.575 |
| Valores negociados | 103 | 1.498 |
| Valores com a exigibilidade suspensa (**) | 2.560 | 2.560 |
| Valores a receber - Energia curto prazo do período | 2.720 | 1.138 |
| Total comercialização no âmbito da CCEE | 18.958 | 18.771 |
| Circulante | 5.383 | 5.196 |
| Não circulante | 13.575 | 13.575 |

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*)O montante de R\$ 13.575, registrado no não circulante, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

(**) O montante de R\$ 2.560, referente a contas a receber de venda de energia efetuadas na CCEE com as empresas AES sul (R\$ 2.219) e DFESA (R\$ 341), encontra-se com a exigibilidade suspensa.

c) Encargo emergencial

Com o objetivo de cobrir os custos com a contratação de capacidade de geração ou de potência de usinas emergenciais e aquisição de energia das mesmas, foram instituídos o “encargo de capacidade emergencial” e o “encargo de aquisição emergencial”. Estes encargos deveriam ser repassados mensalmente a CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial.

O “encargo de aquisição emergencial” vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004.

O “encargo de capacidade emergencial” foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

d) Créditos junto a clientes com ações judiciais

O montante de R\$ 80.570 (R\$ 74.707 em 2006) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$ 22.350 (R\$ 22.319 em 2006) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a esses processos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. Ativos e passivos regulatórios

| Descrição | 2007 | | 2006 | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Ativos: | | | | |
| a. Consumidores e revendedores (nota 5) | | | | |
| a1. Acordo geral do setor elétrico | | | | |
| Perda de receita - racionamento | 120.552 | - | 118.325 | 39.510 |
| Energia livre | 49.824 | - | 25.785 | 36.572 |
| Provisão para crédito liquidação duvidosa-RTE | (102.562) | - | (40.600) | (16.917) |
| a2. Reposicionamento revisão tarifária 2003 | - | - | 13.131 | - |
| a3. Ativo regulatório transmissoras | 1.867 | - | - | - |
| | 69.681 | - | 116.641 | 59.165 |
| b. Despesas pagas antecipadamente - CVA (nota 11) | | | | |
| Parcela A - Extraordinária | 43.137 | - | - | 38.558 |
| CVA - Conta consumo de combustível | 15.041 | 6.080 | 10.583 | 3.528 |
| CVA - Conta de desenvolvimento energético | 137 | 15 | 381 | 20 |
| CVA - Encargo de serviço do sistema | - | - | 148 | - |
| CVA - Compra de energia | 53.303 | 81.094 | 49.596 | 121.707 |
| CVA - PIS/COFINS | - | - | 4.622 | - |
| CVA - PROINFA | 426 | 134 | 792 | - |
| | 112.044 | 87.323 | 66.122 | 163.813 |
| | 181.725 | 87.323 | 182.763 | 222.978 |
| Passivos: | | | | |
| a. Fornecedores - Suprimento de energia (nota 14) | | | | |
| Energia livre | 64.030 | - | 36.156 | 37.330 |
| | 64.030 | - | 36.156 | 37.330 |
| b. Outros Passivos (nota 20) | | | | |
| b1. CVA | | | | |
| CVA de uso da rede elétrica | 5.259 | 1.278 | 14.258 | 3.261 |
| CVA - Conta consumo de combustível | 20.790 | 1.284 | 4.406 | 5.919 |
| b2. Reposicionamento revisão tarifária | 9.333 | - | - | - |
| b3. Passivo regulatório-Transmissoras | 1.867 | - | - | - |
| | 37.249 | 2.562 | 18.664 | 9.180 |
| | 101.279 | 2.562 | 54.820 | 46.510 |

a) Consumidores e revendedores

a1. Acordo geral do setor elétrico

Em dezembro de 2001, foi firmado o acordo geral do setor elétrico entre o Governo Federal e as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica para a retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica (1º de junho de 2001 a 1º de março de 2002).

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438 todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica efetuaram um levantamento do montante da receita não auferida decorrente de redução de consumo de energia elétrica no período do racionamento (Recomposição tarifária extraordinária - RTE) a ser reconhecida com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A referida recomposição tarifária extraordinária ocorre por meio da aplicação às tarifas vigentes à época do acordo do setor elétrico, assim reconhecidas pela ANEEL, da seguinte forma:

- 2,9% para os clientes residenciais, rurais e iluminação pública, exceto para aqueles classificados como residenciais baixa renda;
- 7,9% para os demais clientes.

Perda de receita - racionamento

A perda de receita registrada no contas a receber teve os seguintes efeitos reconhecidos contra resultados dos períodos correspondentes:

| | 2007 |
|---|------------------|
| Valor Homologado | 210.861 |
| (+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2006 | 193.920 |
| (+) Atualização monetária em 2007 | 18.403 |
| Total de atualização até 31 de dezembro de 2007 | 212.323 |
| (-) Recuperação das perdas até 31 de dezembro de 2006 | (246.946) |
| (-) Recuperação das perdas de 2007 | (55.686) |
| Total recuperado até 31 de dezembro de 2007 | (302.632) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2007 | 120.552 |

O valor de R\$ 210.861, homologado pelas Resoluções ANEEL nº 480 e nº 481, de 29 de agosto de 2002, refere-se à diferença entre a receita estimada, sem os efeitos da redução de consumo decorrente do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica, e a receita auferida pela concessionária para o período de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo apurado de perdas de receita do racionamento sofre correção monetária pela taxa SELIC (acrescida de 1% a.a. até o montante de financiamento liberado pelo BNDES). A remuneração do saldo está em conformidade com o Ofício Circular ANEEL nº 2212/2005 e o Ofício Circular ANEEL nº 074/2006.

A receita auferida a partir de janeiro de 2002, por meio dos reajustes de tarifa mencionados anteriormente (2,9% e 7,9%), vem sendo alocada integralmente como recuperação das perdas de receita do racionamento (ativo regulatório) e de energia livre registrado nas contas a receber.

Essa recomposição tarifária extraordinária vigorará pelo período de 76 meses, a partir de janeiro de 2002, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004. As projeções feitas pela Administração da Companhia estimam que o valor não será recuperado dentro do prazo estabelecido. Desta forma, foi constituído provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 102.562 (R\$ 57.517 em 2006).

Energia livre

O montante relacionado à energia livre refere-se a energia gerada e disponibilizada no sistema, não prevista nos contratos iniciais apurado entre os meses de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

Esse montante foi contabilizado com base na Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002, no montante de R\$ 63.187, ajustado conforme a Resolução Normativa ANEEL 001/2004 no montante de R\$ 8.643 e majorado pelos valores recuperáveis de PIS e COFINS, no montante de R\$ 2.667. O saldo de energia livre sofre correção monetária pela taxa SELIC acrescida de 1% para as geradoras que obtiveram financiamento junto ao BNDES. Para as demais geradoras incide apenas a remuneração pela taxa SELIC. Esta remuneração está em conformidade com o Ofício Circular ANEEL nº 2212/2005 e o Ofício Circular ANEEL nº 074/2006. Através da Resolução ANEEL nº 45, de 03 de março de 2004, o percentual aplicado sobre a arrecadação da recomposição tarifária extraordinária a título de repasse de energia livre é de 25,9489%.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores contabilizados como ativos e passivos de energia livre têm a seguinte composição:

| | <u>Ativo</u> | <u>Passivo</u> |
|--|------------------------|------------------------|
| | <u>2007</u> | <u>2007</u> |
| Valor Homologado | 74.497 | 71.830 |
| (+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2006 | 55.820 | 59.942 |
| (+) Atualização monetária em 2007 | 6.959 | 9.201 |
| Total de atualização até 31 de dezembro de 2007 | <u>62.779</u> | <u>69.143</u> |
| | | |
| (-) Recuperação/repasso até 31 de dezembro de 2006 | (67.960) | (58.285) |
| (-) Recuperação/repasso de 2007 | (19.492) | (18.658) |
| Total recuperado até 31 de dezembro de 2007 | <u>(87.452)</u> | <u>(76.943)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2007 | <u>49.824</u> | <u>64.030</u> |

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Segue quadro analítico do passivo de Energia Livre a pagar, por Geradora.

| Geradora | 2007 |
|-----------------|---------------|
| AES TIETÊ S.A | 3.036 |
| CDSA | 1.110 |
| CEEE | 3.480 |
| CELESC | 1.043 |
| CELTINS | 155 |
| CEMIG | 12.137 |
| CESP | 9.324 |
| CGTEE | 153 |
| CHESF | 13.695 |
| COPEL | 985 |
| CPFL | 182 |
| Duke Parapanema | 2.533 |
| EEB | 4 |
| EEVP | 26 |
| Eletronorte | 3.979 |
| EMAE | 1.021 |
| ENERGIPE S. A. | 7 |
| FURNAS | 10.017 |
| RGE | 254 |
| Tractabel | 889 |
| Saldo | 64.030 |

a3. Ativo regulatório transmissoras

Com base no Ofício Circular nº 2.409/2007, a Companhia registrou um ativo regulatório que se refere à valores recebidos a maior pelas transmissoras em seu processo de revisão tarifária. Tais valores foram considerados como custo na Parcela "A" das distribuidoras e deverão ser deduzidos financeiramente dos valores a serem pagos às transmissoras.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Despesas pagas antecipadamente**Parcela A – Extraordinária**

A Companhia registrou como despesas antecipadas os incrementos incorridos entre janeiro e outubro de 2001, relacionados aos custos imputáveis à despesa operacional, tais como:

- Quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- Quota de reserva global de reversão – RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão.

O montante de R\$ 43.137 (R\$ 38.558 em 2006), referente à composição dos valores representativos da Parcela – A, está de acordo com a Resolução ANEEL nº 482, de 29 de agosto de 2002, e será recuperado após o período de 76 meses, estabelecido para recompor a receita das Perdas do Racionamento e a Energia Livre das Geradoras, não existindo limitação de prazo para recuperar estes custos, conforme estabelece a Resolução Normativa ANEEL nº 001/2004 de 12 de janeiro de 2004. Este valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

| | Circulante |
|--------------------------------|-------------------|
| Montante homologado pela ANEEL | 15.977 |
| Atualização monetária - SELIC | 27.160 |
| Total da parcela A | 43.137 |

Conta de variação de custos da parcela A-CVA

Esta conta destina-se ao registro da compensação de diferenças, calculadas comparando o valor considerado na tarifa e seu efetivo pagamento. Os itens, cujas variações seriam compensadas, foram:

- Quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- Encargos de serviços de sistema – ESS;
- Conta de desenvolvimento energético – CDE;
- Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – PROINFA;

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Compra de energia.

Os saldos apurados nas CVA's, em obediência à legislação, estão acrescidos de remuneração financeira baseada na taxa SELIC.

CVA – Compra de energia

A CVA sobre os custos de aquisição de energia elétrica, ou seja, de compra de energia foi instituída através da Portaria Interministerial nº 361, do Ministério da Fazenda, de 26 de novembro de 2004. A Resolução Normativa nº 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu critérios e procedimentos para cálculo e repasse, às tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição.

Ativo regulatório - 3% excedente da compra de energia

A Lei nº 10.848/04 e o Decreto nº 5.163/04 definiram as condições de contratação de energia por parte das distribuidoras de energia elétrica nos leilões regulados e a forma de repasse desses custos às tarifas de fornecimento. Conforme referida legislação, as distribuidoras têm o direito de recuperar, mediante tarifa, as sobras de energia de até 3% em relação ao total da energia necessária ao atendimento de seu mercado.

CVA PROINFA

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, instituiu o programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação no sistema elétrico interligado nacional, da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa.

Através da Resolução Normativa ANEEL nº 189, de 06 de dezembro de 2005, foi instituída a CVA PROINFA para apurar e contabilizar, os valores decorrentes de variações das quotas de custeio do referido encargo, ocorridas entre reajustes tarifários anuais, a partir de 30 de novembro de 2005.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Segue quadro demonstrativo com a movimentação das CVA's em 2007.

| Descrição | 2006 | Principal | Remuneração | Amortização | Ajuste | 2007 |
|---|----------------|---------------|--------------|-----------------|----------|----------------|
| Ativos | | | | | | |
| Parcela A | 38.558 | - | 4.579 | - | - | 43.137 |
| CVA - Conta consumo de combustível | 14.111 | 8.831 | 626 | (2.513) | 66 | 21.121 |
| CVA - Conta de desenvolvimento energético | 401 | 241 | 17 | (441) | (66) | 152 |
| CVA - Encargo de serviço do sistema | 148 | - | - | (148) | - | - |
| CVA - Compra de energia /Ativo reg 3% excedente | 171.303 | 7.945 | 33 | (44.884) | - | 134.397 |
| CVA - PIS/COFINS | 4.622 | - | - | (4.622) | - | - |
| CVA - PROINFA | 792 | 1.469 | 134 | (1.835) | - | 560 |
| | 229.935 | 18.486 | 5.389 | (54.443) | - | 199.367 |
| Passivos | | | | | | |
| CVA de Uso da rede elétrica | 17.519 | 2.672 | 866 | (14.520) | - | 6.537 |
| CVA - Conta consumo de combustível | 10.325 | 20.695 | 959 | (9.905) | - | 22.074 |
| | 27.844 | 23.367 | 1.825 | (24.425) | - | 28.611 |

b2. Reposicionamento revisão tarifária

Na revisão tarifária provisória, ocorrida em 22 de abril de 2007, o valor estabelecido para quota de reintegração foi de R\$ 111.446. Em outubro de 2007 a ANEEL procedeu a fiscalização da base de remuneração tendo emitido o relatório de fiscalização - R.F 199/07 onde registrou o valor de R\$ 97.086 de quota de reintegração. Esta redução foi decorrente da retirada dos bens totalmente depreciados na composição do ativo imobilizado em serviço. Em virtude da diferença entre a revisão provisória e a final, a Companhia constituiu uma provisão de R\$ 9.333 referente a 8/12 avos.

b3. Passivo regulatório- transmissoras

Com base no Ofício Circular nº 2.409/2007 a Companhia registrou um passivo regulatório que se refere ao ativo financeiro(a2) que foi contemplado na Parcela "A" da tarifa cobrada de consumidores e que deverá ser devolvida no próximo reajuste tarifário.

7. Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em decorrência da nova classificação, a Companhia procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado um total de R\$ 139.602 no de 2007. O crédito a receber de consumidores residenciais baixa renda é calculado pela Companhia e submetido, mensalmente, à apreciação e homologação da ANEEL, conforme determina a Resolução nº 089, de 25 de outubro de 2004.

Provisão devolução baixa renda

De acordo com as novas diretrizes estabelecidas pelo Órgão Regulador, a Companhia constituiu provisão de R\$ 25.788 para cobrir diferenças de valores homologados em períodos anteriores em virtude de reclassificações de consumidores beneficiados com o subsídio. Adicionalmente, constituiu provisão no valor de R\$ 15.982 referente aos valores complementares da diferença mensal de subvenção (valores faturados e homologados) no período de março a setembro de 2007.

8. Tributos a compensar

| | 2007 | | 2006 | |
|--------------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Imposto de renda a compensar | 28.193 | - | 7.606 | - |
| ICMS a compensar | 21.973 | 47.976 | 42.855 | 27.456 |
| Contribuição social a compensar | 3.683 | - | 2.525 | - |
| Pis/Cofins | 701 | - | 962 | - |
| Outros tributos | 874 | - | 882 | - |
| Total de tributos a compensar | 55.424 | 47.976 | 54.830 | 27.456 |

O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte – IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96), saldo negativo de imposto de renda relativo ao ano calendário de 2006 e 2007.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo negativo de CSLL relativo ao ano calendário de 2006, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

A partir de janeiro de 2001, a Companhia passou a contabilizar em tributos e contribuições sociais compensáveis os créditos de ICMS vinculados ao ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos.

| | |
|--|--|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Além disso, consta desta conta valores relativos à aquisição de ICMS por meio de transferência de créditos de empresas exportadoras bem como créditos de ICMS das compras de energia e importação.

9. Depósitos vinculados

| Bancos | 2007 | | Reclassificado 2006 | |
|-----------------------------------|---------------|-------------------|------------------------|-------------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Bradesco | - | 1.116 | - | 8.625 |
| BEC | - | - | - | - |
| Votorantim | - | - | - | 382 |
| Unibanco | - | 10.905 | - | 12.526 |
| Itaú | - | 696 | - | 623 |
| Banco do Brasil | 16.967 | 2.250 | 12.884 | 2.891 |
| Outros bancos | - | 20 | - | 20 |
| Total depósitos vinculados | 16.967 | 14.987 | 12.884 | 25.067 |

Estes depósitos correspondem a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica. Os depósitos do Banco do Brasil referem-se às retenções contratuais de fornecedores de serviços, anteriormente classificadas na rubrica de aplicações financeiras.

10. Tributos diferidos

Ativo diferido

A Companhia possui créditos fiscais diferidos em 31 de dezembro, cuja composição e origem são demonstradas a seguir:

| | PIS/COFINS | | Imposto de Renda | | Contribuição Social | | TOTAL | |
|---|--------------|--------------|------------------|---------------|---------------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 |
| Diferenças temporárias | | | | | | | | |
| Provisão para contingências | - | - | 13.411 | 10.595 | 4.828 | 3.814 | 18.239 | 14.409 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | 53.357 | 41.972 | 19.209 | 15.110 | 72.566 | 57.082 |
| Provisão para obsolescência de estoque | - | - | 896 | 1.614 | 323 | 581 | 1.219 | 2.195 |
| Benefício pós-emprego | - | - | - | 4.072 | - | 1.466 | - | 5.538 |
| Despesa diferida PIS/COFINS | - | - | 4.243 | 4.212 | 1.527 | 1.516 | 5.770 | 5.728 |
| Baixa renda | 3.864 | 5.550 | 10.073 | 15.000 | 3.626 | 5.400 | 17.563 | 25.950 |
| Outros | - | - | 824 | 2.668 | 297 | 961 | 1.121 | 3.629 |
| Total tributos diferidos | 3.864 | 5.550 | 82.804 | 80.133 | 29.810 | 28.848 | 116.478 | 114.531 |
| Circulante | | | | | | | 95.687 | 26.760 |
| Não circulante | | | | | | | 20.791 | 87.771 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Atendendo às normas da Instrução CVM nº 371, de 25 de junho de 2002, a Companhia, com base nas projeções de resultados futuros, demonstra as parcelas de realização do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2007 para o período de quatro anos como segue:

| Anos de realização | Montante a realizar |
|-----------------------|------------------------|
| 2008 | 95.711 |
| 2009 | 8.900 |
| 2010 | 8.900 |
| 2011 | 2.967 |
| | 116.478 |

Passivo diferido

A composição do imposto de renda, da contribuição social, do PIS e COFINS diferidos passivos, em 31 de dezembro, por natureza, está demonstrada como segue:

| | PIS/COFINS | | Imposto de Renda | | Contribuição Social | | Total | |
|--|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 |
| Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC) | - | - | 1.739 | 2.054 | 2.811 | 3.162 | 4.550 | 5.216 |
| Perda de receita - Racionamento | - | - | 30.138 | 39.442 | 10.850 | 14.199 | 40.988 | 53.641 |
| Reposicionamento revisão tarifária | 12.431 | 1.215 | - | 3.303 | - | 1.182 | 12.431 | 5.700 |
| CVA Compra de energia | - | 15.845 | 37.201 | 42.831 | 13.392 | 15.419 | 50.593 | 74.095 |
| Provisão baixa renda | - | - | 596 | 1.388 | 215 | 500 | 811 | 1.888 |
| Lucro de órgãos públicos diferido | - | - | - | 167 | - | 60 | - | 227 |
| Total passivo diferido | 12.431 | 17.060 | 69.674 | 89.185 | 27.268 | 34.522 | 109.373 | 140.767 |
| Circulante | | | | | | | 69.402 | 62.100 |
| Não Circulante | | | | | | | 39.971 | 78.667 |
| | | | | | | | 109.373 | 140.767 |

Em consonância com a Deliberação CVM nº 273/98, a Companhia tem registrado o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos calculados sobre o saldo a ser depreciado da correção monetária especial.

Conforme nota 6 a1, a Companhia reconheceu a correspondente receita referente à recomposição tarifária extraordinária de acordo com o regime de competência. Consubstanciada na opinião de seus assessores legais e resposta a consulta à Secretaria da Receita Federal, a Companhia reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido no exercício de 2002, sendo este realizado à medida que o

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

valor for efetivamente faturado pelo acréscimo tarifário para cobrir as perdas citadas anteriormente (2,9% e 7,9%).

11. Despesas pagas antecipadamente

| | 2007 | | 2006 | |
|--|----------------|----------------|---------------------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante reclassificado | Não circulante |
| Ativos regulatórios (nota 6b-ativos) | 112.044 | 87.323 | 66.122 | 163.813 |
| Encargos financeiros | 1.615 | 1.933 | 1.640 | 2.656 |
| Seguros e outros | 1.486 | 1.425 | 1.192 | 1.366 |
| Total de despesas pagas antecipadamente | 115.145 | 90.681 | 68.954 | 167.835 |

Encargos financeiros

Os encargos financeiros se referem aos custos de estruturação da operação de captação de empréstimos junto ao BNDES, os quais são amortizados mensalmente pelo prazo contratado.

12. Outros créditos

| | 2007 | 2006 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Empréstimos e financiamentos | 7 | 316 |
| Alienação de bens e direitos | 1.494 | 2.623 |
| Convênios de arrecadação | 10.794 | 15.501 |
| Desativações em curso | 3.884 | 880 |
| Correção energia livre | 5.276 | - |
| Outros | 1.848 | 1.093 |
| Total de outros créditos | 23.303 | 20.413 |
| Circulante | 23.023 | 20.131 |
| Não circulante | 280 | 282 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. Imobilizado

| | | | | 2007 | 2006 |
|--|-----------------------------|------------------|-------------------------------------|------------------|------------------|
| | Taxas anuais de depreciação | Custo | Depreciação e amortização acumulada | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Em serviço: | | | | | |
| Distribuição | 4,00% | | | | |
| Custo histórico | | 2.403.473 | (817.666) | 1.585.807 | 1.428.858 |
| Correção monetária especial | | 124.335 | (117.771) | 6.564 | 7.761 |
| | | <u>2.527.808</u> | <u>(935.437)</u> | <u>1.592.371</u> | <u>1.436.619</u> |
| Comercialização | 7,00% | | | | |
| Custo histórico | | 26.594 | (11.595) | 14.999 | 40.088 |
| Correção monetária especial | | 508 | (508) | - | - |
| | | <u>27.102</u> | <u>(12.103)</u> | <u>14.999</u> | <u>40.088</u> |
| Administração | 12,00% | | | | |
| Custo histórico | | 35.674 | (25.125) | 10.549 | 10.668 |
| Correção monetária especial | | 5.285 | (4.969) | 316 | 380 |
| | | <u>40.959</u> | <u>(30.094)</u> | <u>10.865</u> | <u>11.048</u> |
| Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | | | | | |
| Custo histórico - outros ativos | 20,00% | 7.000 | (7.000) | - | 1.399 |
| Custo histórico - Ágio | 5,66% | 491.359 | (345.126) | 146.233 | 161.454 |
| | | <u>498.359</u> | <u>(352.126)</u> | <u>146.233</u> | <u>162.853</u> |
| Total imobilizado em serviço | | <u>3.094.228</u> | <u>(1.329.760)</u> | <u>1.764.468</u> | <u>1.650.608</u> |
| Em Curso: | | | | | |
| Distribuição | | 303.791 | - | 303.791 | 153.897 |
| Comercialização | | 5.478 | - | 5.478 | 1.934 |
| Administração | | 10.758 | - | 10.758 | 5.185 |
| | | <u>320.027</u> | <u>-</u> | <u>320.027</u> | <u>161.016</u> |
| Total imobilizado em curso | | <u>3.414.255</u> | <u>(1.329.760)</u> | <u>2.084.495</u> | <u>1.811.624</u> |
| Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | | | | (542.469) | (423.649) |
| Total do imobilizado | | | | <u>1.542.026</u> | <u>1.387.975</u> |

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a resolução ANEEL nº44 de 17 de março de 1999, são as seguintes:

| Distribuição | Taxas anuais de depreciação (%) |
|--|---------------------------------|
| Banco de capacitores (Sistema de distribuição) | 6,7% |
| Chave (Sistema de distribuição) | 6,7% |
| Condutor (Sistema de distribuição) | 5,0% |
| Disjuntor | 3,0% |
| Estrutura (Sistema de distribuição) | 5,0% |
| Luminária | 7,7% |
| Regulador de tensão (Sistema de distribuição) | 4,8% |
| Sistema de radiocomunicação | 7,1% |
| Transformador de distribuição | 5,0% |
| Transformador de força | 2,5% |
| Comercialização | |
| Equipamento geral | 10,0% |
| Medidor | 4,0% |
| Administração central | |
| Equipamento geral | 10,0% |
| Veículos | 20,0% |

O ativo imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica e das instalações referentes as áreas comercial e administrativa.

Os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador, ANEEL.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. O montante total de bens associados à concessão é de R\$ 1.579.153. Extinta a concessão, os bens vinculados ao serviço serão revertidos a União, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devido à concessionária pelo valor residual contábil.

| | | |
|--|--|------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | | |

Programa de universalização

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento será regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223 estabelecendo as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha até o ano de 2013 para atender todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. Em dezembro de 2005, com a Resolução ANEEL nº 175, foi antecipado a universalização do serviço de energia para o ano de 2008, tanto da área rural como urbana.

A meta estabelecida para a Companhia prevê a ligação de 455.000 novos consumidores, com ou sem extensão de rede, no período de 2004 a 2008. Até 2007, já foram beneficiados 514.647 consumidores, dos quais 84.374 contaram com o incentivo do programa luz para todos, deste total, 17.797 foram custeados pelo Governo do Estado do Ceará e 66.577 pela Companhia e Governo Federal. No exercício de 2008 serão universalizados 95 municípios.

Programa luz para todos

No dia 11 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4.873 que institui o programa nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica denominado “Programa luz para todos”.

O Programa tem por objetivo propiciar a antecipação das metas de universalização das unidades habitacionais localizadas na área rural, até o ano de 2008, com o atendimento com rede de energia elétrica à parcela da população que não possui acesso a esse serviço público. O valor de R\$ 76.234 refere-se a investimentos realizados pela Companhia, os quais ainda não foram repassados pelo governo

O Programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e operacionalizado com a participação da Eletrobrás e das concessionárias de energia. Para realização do programa, a Companhia conta com recursos do Governo Federal (75%), Governo Estadual(10%) e próprios (15%).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | | Reclassificado | Reclassificado | Reclassificado |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Participação das fontes de recursos | 2007 | 2006 | 2005 | 2004 |
| Concessionária | 102.849 | 25.163 | 14.036 | 6.697 |
| Reserva global de reversão - RGR (*) | 7.717 | 10.910 | 8.487 | 1.279 |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE (*) | 38.583 | 54.509 | 42.013 | 6.331 |
| | 149.149 | 90.582 | 64.536 | 14.307 |

(*) Recursos efetivamente recebidos no respectivo exercício. Em 2008, a Companhia prestará contas de parte dos investimentos realizados em 2007 para recebimento do empréstimo e subvenção.

Os recursos permitiram conectar 21.400 clientes em 2007, com expansão de 4.081,83 km da rede de média tensão e 1.823,41 km de baixa tensão. Os investimentos futuros previstos totalizam R\$ 237.611, com o atendimento de 33.700 unidades consumidoras.

Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento

Conforme Lei nº 9.991, de 24 julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, 1%(um por cento) de sua receita operacional líquida para os programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL. Durante o exercício de 2007 foi investido R\$ 14.768 (R\$ 9.511 em 2006) nos referidos programas.

De acordo com a resolução ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, a Companhia passou a contabilizar as despesas referentes aos programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores provisionados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

| | 2007 | 2006 |
|--|---------------|---------------|
| Programa de eficiência energética | 22.033 | 22.841 |
| Programa de pesquisa e desenvolvimento | 9.775 | 9.275 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 4.498 | 4.859 |
| Ações preferenciais classe B | 1.875 | 5.738 |
| | 38.181 | 42.713 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica SA, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, está sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução nº 269, de 15 de setembro de 1999, da ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

| Ano | Fator de amortização | Ano | Fator de amortização | Ano | Fator de amortização |
|------|----------------------|------|----------------------|------|----------------------|
| 2007 | 0,05769 | 2015 | 0,03051 | 2023 | 0,01501 |
| 2008 | 0,05673 | 2016 | 0,02792 | 2024 | 0,01374 |
| 2009 | 0,05192 | 2017 | 0,02555 | 2025 | 0,01257 |
| 2010 | 0,04752 | 2018 | 0,02338 | 2026 | 0,01151 |
| 2011 | 0,04349 | 2019 | 0,02140 | 2027 | 0,01053 |
| 2012 | 0,03980 | 2020 | 0,01958 | | |
| 2013 | 0,03642 | 2021 | 0,01792 | | |
| 2014 | 0,03333 | 2022 | 0,01640 | | |

Tal amortização poderá ser revisada anualmente, a critério da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, em função dos resultados realizados comparativamente aos dados projetados. O saldo em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 146.233.

Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

| Ágio - Ativo imobilizado em serviço | 2007 | 2006 |
|-------------------------------------|-----------|-----------|
| 15/06/2009 09:43:12 | | Pág: 78 |
| Ágio da incorporação | 775.960 | 775.960 |
| Amortização acumulada | (345.126) | (300.361) |
| Provisão sobre o ágio | (429.365) | (429.365) |

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | |

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º de janeiro de 1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

| | 2007 | Reclassificado 2006 |
|--------------------------------------|------------------|------------------------|
| Contribuições de Consumidores | (239.166) | (237.673) |
| Participação da União | (15.418) | (15.950) |
| Doações e Subvenções | (278.405) | (165.162) |
| Universalização | (8.826) | (4.200) |
| Outras | (654) | (664) |
| Total de obrigações especiais | (542.469) | (423.649) |

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As contribuições de consumidores se referem aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

A participação da União se refere a verbas federais recebidas para execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica.

As doações e subvenções se referem a obras construídas por terceiros e doadas para a Companhia, com vistas à expansão do serviço público de energia elétrica.

De acordo com o Ofício Circular nº 296, de fevereiro de 2007, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica deverão proceder à anulação dos efeitos da reintegração no resultado contábil, a partir do exercício de 2007, decorrentes de bens constituídos ao longo dos anos com recursos das obrigações especiais registrados nas contas de programa de eficiência energética – PEE, pesquisa e desenvolvimento e universalização do serviço público de energia elétrica.

Após a revisão tarifária do 2º ciclo, todos os valores de reintegração dos bens constituídos com os recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação, deverão ter seus efeitos anulados no resultado contábil, de acordo com o estabelecido no Despacho nº 3.073/2006.

14. Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

| | 2007 | | 2006 | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Suprimento de Energia | | | | |
| Passivos regulatórios (nota 6a - passivos) | 64.030 | - | 36.156 | 37.330 |
| Cia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf | 11.266 | - | 10.603 | - |
| Furnas Centrais Elétricas S/A | 14.934 | - | 14.809 | - |
| Outros fornecedores | 26.155 | - | 21.128 | - |
| Materiais e serviços | 125.368 | - | 91.971 | - |
| Total de fornecedores | 241.753 | - | 174.667 | 37.330 |

| | |
|--|--|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. Tributos e contribuições sociais

| | 2007 | | 2006 | |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| ICMS | 36.161 | | 26.966 | - |
| Contribuições sociais | 5.458 | | 4.294 | - |
| Imposto de renda | - | | 2.333 | - |
| PIS | 1.380 | 640 | 1.889 | 640 |
| COFINS | 9.697 | 7.758 | 17.274 | 7.758 |
| Outros tributos e contribuições | 2.276 | 44 | 1.959 | 266 |
| Total de tributos e contribuições sociais | 54.972 | 8.442 | 54.715 | 8.664 |

Os saldos de PIS e COFINS se devem, principalmente, ao fato de ter sido proferida decisão administrativa desfavorável à Companhia em relação ao pedido de compensação de valores de multas pagas espontaneamente com valores de PIS, COFINS e IRPJ no ano de 1999. A partir desta decisão desfavorável, a Companhia optou por parcelar o valor devido, R\$ 15.416, em 60 vezes, pagas mensalmente e atualizadas pela taxa SELIC.

16. Empréstimos e financiamentos

| | 2007 | | | 2006 | | |
|---|--------------|----------------------|--------------------------|--------------|----------------------|--------------------------|
| | Encargos | Principal Circulante | Principal Não Circulante | Encargos | Principal Circulante | Principal Não Circulante |
| Moeda estrangeira: | | | | | | |
| União Federal - DMLP (agente financeiro Banco do Brasil) | 115 | 669 | 7.311 | 142 | 731 | 9.707 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES FINEM - Subcrédito A (q) | 19 | 4.089 | - | 40 | 5.896 | 4.914 |
| Banco Europeu de Investimentos (q) | 2.195 | 14.761 | 59.043 | 3.179 | 17.817 | 89.083 |
| Banco do Brasil Resolução 2770 (q) | 205 | 22.454 | - | - | - | - |
| Urubanco USD x DI (q) | 469 | 71.588 | - | - | - | - |
| Total moeda estrangeira | 3.003 | 113.561 | 66.354 | 3.370 | 24.444 | 103.704 |
| Moeda nacional: | | | | | | |
| Eletrobrás (e, f, g, h, i, j) | 273 | 8.891 | 55.919 | - | 8.123 | 50.584 |
| União Federal - Lei 8.727 (Agente financeiro Banco do Brasil) (k, l) | 327 | 6.632 | 34.821 | 320 | 6.052 | 37.318 |
| Banco do Brasil (Nota de crédito comercial) (m) | 26 | - | 15.847 | 704 | 10.125 | - |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES RTE (q) | - | - | - | 354 | 10.844 | 53.256 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES FINEM - Subcrédito B e C (q) | 119 | 28.089 | - | 261 | 33.583 | 27.986 |
| Banco do Nordeste - Proinfra (a, q) | 121 | 14.039 | 156.809 | 26 | - | 101.765 |
| Urubanco Pré x DI (q) | 422 | 10.101 | - | - | - | - |
| Total moeda nacional | 1.288 | 67.752 | 263.306 | 1.665 | 68.727 | 270.899 |
| Total sem efeito do Swap | 4.291 | 181.313 | 329.750 | 5.035 | 93.171 | 374.603 |
| Resultado das operações de Swap | - | 25.243 | 24.774 | - | 4.670 | 11.512 |
| | 4.291 | 206.556 | 354.524 | 5.035 | 97.841 | 386.115 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

- a. BNDES FINEM : Financiamento para o plano de investimento 2003/2004 da Companhia, contratado em abril de 2004 junto ao consórcio liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. Sobre 15% do valor contratado (subcrédito A) incidem juros proporcionais de 5,5% ao ano, mais UMBND (cesta de moedas), com vencimentos mensais a partir do início do período de amortização, 16 de maio de 2005. Para minimizar a exposição à variação cambial desta parcela, foi realizada operação de *swap* (parcial) da variação de US\$ mais 5,5% ao ano para 103,8% do CDI. Sobre 85% do financiamento (subcréditos B e C), providos com recursos ordinários do BNDES, incidem juros proporcionais de 5,5% ao ano mais TJLP, também com vencimentos mensais a partir de 16 de maio de 2005. A amortização do empréstimo é realizada mensalmente, tendo iniciado em 16 de maio de 2005 e a última amortização prevista para 15 de outubro de 2008. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários e conta-reserva.
- b. Banco Europeu de Investimentos – BEI – Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da Companhia, realizado conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95, com vencimento em 15 de junho de 2012 e encargos com base na variação cambial (dólares norte-americanos) mais 5,5% ao ano. A operação tem como garantia fianças bancárias do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) e Banco Santander Central Hispano. A operação possui *swap* para 98,80% do CDI. O pagamento de juros e amortização anual, foi iniciado em 15 de junho de 2007 e a última amortização prevista 15 de junho de 2012.
- c. Banco do Brasil – Resolução nº 2770 – O contrato foi celebrado em 20 de agosto de 2007 com o Banco do Brasil para captação de recursos no exterior, para empréstimo no valor de R\$ 27.000, com variação cambial em ienes mais taxa de juros de 2,466% aa. A operação tem um *swap* para 103,70% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 15 de fevereiro de 2008.
- d. Unibanco – Resolução nº 2770 – O contrato foi celebrado em 04 de setembro de 2007 junto ao Unibanco no valor de R\$ 79.000, com variação cambial em dólares norte-americanos mais taxa de juros de 2% aa. A operação tem um *swap* para 109,50% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 29 de agosto de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- e. Eletrobrás – Financiamento de projetos: Empréstimo para financiamento de projetos de expansão do sistema de transmissão com recursos FINEL, com taxas e vencimentos conforme tabela abaixo:

| Nº Contrato | Indexador | Taxa juros | Taxa administração | Início contrato | Término contrato | Saldo |
|-------------|-----------|------------|--------------------|-----------------|------------------|------------|
| ECF-1420/96 | Finel | 6% a. a | 2% a.a | 06/nov/97 | 02/jan/08 | 46 |
| ECF-1576/97 | Finel | 6,5% a .a | 2% a.a | 29/out/97 | 30/dez/08 | 57 |
| ECF-1673/97 | Finel | 6,5% a .a | 2% a.a | 06/fev/98 | 30/jun/09 | 376 |
| | | | | | | 479 |

- f. Eletrobrás – Luz no campo – Empréstimo para cobertura financeira dos custos diretos do programa de eletrificação rural – Luz no campo, do Ministério das Minas e Energia, com recursos oriundos da RGR. A primeira amortização foi realizada em 30 de maio de 2002, e a última amortização está prevista para 30 de abril de 2012. Os juros são de 5% ao ano, juntamente com a taxa de administração de 1% ao ano e o principal são exigíveis mensalmente. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor era de R\$ 26.327.
- g. Eletrobrás – Luz para todos (1ª Tranche)– Empréstimo para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR. A Companhia recebeu em 25 de outubro de 2007 a 7ª liberação do contrato “Luz para Todos” no valor de R\$ 1.640, líquido de IOF e taxa de administração, sendo R\$ 273 provenientes da RGR (empréstimo) e R\$ 1.367 com recursos da CDE, constituindo uma subvenção, acumulando em dezembro de 2007 um saldo de R\$ 9.636 em RGR e R\$ 53.863 de subvenção. A primeira amortização foi em 30 de outubro de 2006 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2016. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor era de R\$ 9.685.
- h. Eletrobrás – Luz para todos (2ª Tranche) - Empréstimo para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A Companhia recebeu em 18 de dezembro de 2006 a 3ª liberação do contrato no valor de R\$ 17.265, sendo R\$ 2.878 provenientes da RGR (empréstimo) e R\$ 14.387 com recursos da CDE, constituindo uma subvenção, acumulando em dezembro de 2006 um saldo de R\$ 10.071 em RGR e R\$ 50.355 de subvenção. Durante o ano de 2007 não ocorreram liberações. A primeira amortização será em 30 de abril de 2008 e o

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

último pagamento está previsto para 30 de março de 2018. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor era de R\$ 10.121.

- i. Eletrobrás – Luz para todos (3ª Tranche) - Empréstimo para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A Companhia recebeu em 14 de dezembro de 2007 a 2ª liberação do contrato no valor de R\$ 17.863, sendo R\$ 2.977 provenientes da RGR (empréstimo) e R\$ 14.886 com recursos da CDE, constituindo uma subvenção, acumulando em dezembro de 2007 um saldo de R\$ 7.443 em RGR e R\$ 37.216 de subvenção. A primeira amortização será em 30 de outubro de 2009 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2019. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor era de R\$ 7.465.
- j. Eletrobrás – Linha de subtransmissão - Empréstimo para cobertura financeira dos custos para projetos de construção de linhas de transmissão, subestações e reforço de capacidade de subestações, com recursos originários da RGR. Até 31 de dezembro de 2007, a Companhia recebeu R\$ 10.494 provenientes da RGR(empréstimo). A primeira amortização será em 30 de setembro de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de agosto de 2013. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 2% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor era de R\$ 11.006.
- k. União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – Eletrobrás – Cessão de crédito, que fez a Eletrobrás à União Federal, em 30 de março de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação do IGPM mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de dezembro de 2006 era de R\$ 40.395.
- l. União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – CEF – Cessão de crédito, que fez a Caixa Econômica Federal à União Federal em 30 de setembro de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

baseados na variação da TR mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 1.385.

- m. Banco do Brasil – Em 18 de fevereiro de 2007 a Coelce contratou nova operação de crédito comercial com objetivo de financiar investimentos no valor de R\$ 15.000, com taxa de TJLP mais 4,5% ao ano, com prazo de três anos para carência e quatro anos de amortizações mensais e sucessivas. A primeira amortização será em 18 de março de 2010 e o último pagamento está previsto para 18 de fevereiro de 2014. A operação está garantida por fiança bancária.
- n. BNDES RTE – Empréstimo destinado a suprir parte das insuficiências de recursos da Companhia, decorrentes da redução de receita ocorrida durante a vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica. O contrato previa um mecanismo de garantia na forma de conta reserva, que acumulava repasses mensais de 3,85% sobre o faturamento líquido de ICMS da Companhia, pela maior disponibilidade de saldos na conta reserva em relação a amortização contratualmente prevista. A Companhia realizou sucessivas amortizações extras, antecipando a liquidação do saldo total do contrato em 15 de novembro de 2007 que estava inicialmente previsto para 15 de junho de 2009.
- o. Banco do Nordeste - Proinfra I – A Companhia celebrou contrato, em 29 de dezembro de 2004, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 140.389, sendo R\$ 70.195 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 70.194 com recursos próprios da Companhia. A operação tem um período de duração de oito anos com 36 meses de carência. A taxa de contratação inicial de 14% a.a.(com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% a partir de 01 de janeiro de 2007. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais, com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 29 de janeiro de 2008, e a última em 29 de dezembro de 2012. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste. Em 2005, foram liberados R\$ 38.281 e no dia 17 de julho de 2006 a Companhia recebeu a última parcela do financiamento no valor de R\$ 31.914. O saldo em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 70.196.
- p. Banco do Nordeste - Proinfra II – O contrato foi celebrado em 25 de setembro de 2006, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 216.695, sendo R\$ 130.000 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 86.695 com recursos próprios da Companhia. A operação tem duração de oito anos com 35 meses de carência. A taxa de contratação inicial

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de 14%a.a (com redução com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% a partir de 01 de janeiro de 2007. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 25 de outubro de 2009, e a última em 25 de setembro de 2014. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste. No ano de 2006 foram liberados R\$ 31.569 e em 2007 R\$ 69.083, restando um saldo de R\$ 29.348 para liberação em 2008. O saldo em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 100.773.

- q. Unibanco – Resolução nº 2770 – O contrato foi celebrado em 24 de agosto de 2007 com o Unibanco para captação de recursos no exterior, para empréstimo de capital de giro da Companhia, no valor de R\$ 10.101. A operação foi contratada à taxa fixa de 12,7476%aa e *swap* de taxa de juros para 109% do CDI, com prazo de pagamento de um ano, sendo sua liquidação prevista para 01 de agosto de 2008.

Do total de empréstimos e financiamentos, R\$ 147.273 estão garantidos por vínculos com a receita de energia elétrica (arrecadação).

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Europeu de Investimentos – BEI e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratados em 2002 e 2004, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2007:

| Obrigações Especiais Financeiras | Banco | Índice |
|---|---------------|--------|
| Dívida (com swap e fornecedores) / Ativo total (máximo) | BEI | 0,7 |
| EBITDA / Encargos da dívida (em 12 meses - mínima) | BEI | 3,0 |
| EBITDA / Despesa financeira líquida desembolsada (em 12 meses - mínima) | BNDES / FINEM | 4,5 |
| Dívida bancária líquida / EBITDA (máximo) | BNDES / FINEM | 1,7 |
| Dívida bancária líquida / Patrimônio líquido (máximo) | BNDES / FINEM | 0,6 |
| Endividamento financeiro líquido / EBITDA (máximo) | BNDES / FINEM | 2,5 |
| Endividamento financeiro líquido / (Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido) (máximo) | BNDES / FINEM | 0,6 |
| DSRC (EBITDA / Serviço de dívida ajustado) (*) (mínimo) | BNDES / FINEM | 1,3 |

(*) Serviço de dívida ajustado: Amortização das dívidas bancárias, mais encargos da dívida bancária, menos receita financeira (receitas de aplicação mais ingresso por mora).

| | |
|--|--|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia reconheceu as obrigações junto à Fundação COELCE de Seguridade Social – FAELCE, as quais encontram-se classificadas como benefício pós-emprego (Nota 24).

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, exclusive os efeitos da operação de *swap* tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

| Curva de amortização | |
|-----------------------------|----------------|
| 2009 | 51.599 |
| 2010 | 70.483 |
| 2011 | 71.144 |
| 2012 | 66.975 |
| Após 2013 | 69.549 |
| | 329.750 |

Composição original dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador (exclusivo de efeitos das operações de *swap* contratados):

| Moeda (equivalente em R\$) / Indexador | 2007 | % | 2006 | % |
|---|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Moeda estrangeira | | | | |
| Dólares norte-americano | 156.151 | 85,37 | 120.659 | 91,74 |
| Ienes | 22.659 | 12,39 | - | - |
| Cesta de moedas | 4.108 | 2,25 | 10.859 | 8,26 |
| | 182.918 | 100,00 | 131.518 | 100,00 |
| Moeda nacional | | | | |
| IGP-M | 40.395 | 12,15 | 42.178 | 12,36 |
| Finel | 479 | 0,14 | 1.447 | 0,42 |
| TJLP | 44.081 | 13,26 | 61.830 | 18,12 |
| CDI/SELIC | - | - | 64.454 | 18,88 |
| RGR | 64.605 | 19,43 | 57.260 | 16,78 |
| TR | 1.384 | 0,42 | 12.341 | 3,62 |
| R\$ | 181.492 | 54,59 | 101.791 | 29,82 |
| | 332.436 | 100,00 | 341.301 | 100,00 |
| Total | 515.354 | | 472.819 | |

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia mantém contratos de *swap* para os empréstimos em moeda estrangeira do BEI e parte da parcela da operação BNDES – FINEM indexada a UMBND, trocando a remuneração desses contratos para taxas pós-fixadas que variam de 98,80% a 109,5% do CDI. Quanto aos contratos DMLP – dívida de médio e longo prazo - com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro, não estão vinculados a contratos de *swap*, mantendo-se porém dentro do limite de exposição cambial especificado na política de riscos financeiros da Companhia representando apenas 1,43% da dívida total na posição de dezembro de 2007.

Variação de moedas/indexadores nos exercícios de 2007 e 2006

| Moeda / Indexador | 2007 | 2006 |
|-----------------------|---------|--------|
| Dólar norte-americano | -17,15% | -8,66% |
| Cesta de moedas | -16,79% | -8,51% |
| IGP-M | 7,75% | 3,85% |
| Finel | 1,51% | 0,76% |
| TJLP | 6,37% | 7,87% |
| CDI/SELIC | 11,81% | 15,03% |
| RGR | 0,00% | 0,00% |
| TR | 1,45% | 2,04% |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Mutação de empréstimos e financiamentos:

| | Moeda Nacional | | Moeda Estrangeira | |
|------------------------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Em dezembro de 2005 | 78.777 | 270.339 | 47.752 | 142.699 |
| Ingressos | 383 | 92.180 | - | - |
| Encargos | 52.291 | 827 | 2.898 | - |
| Variação Monetária e Cambial | (17) | 3.428 | (1.795) | (12.260) |
| Transferências | 190.753 | (95.865) | 18.272 | (19.486) |
| Swap | - | - | (30.144) | 9.273 |
| Outros | 16.850 | - | - | - |
| Amortizações | (268.645) | - | (4.499) | (5.010) |
| Em dezembro de 2006 | 70.392 | 270.909 | 32.484 | 115.216 |
| Ingressos | 37.100 | 97.627 | 106.000 | - |
| Encargos | (2.794) | 5.179 | (3.505) | (9.072) |
| Variação Monetária e Cambial | - | 3.527 | - | (19.876) |
| Transferências | 113.846 | (113.846) | 8.402 | (8.402) |
| Swap | (17) | - | 20.591 | 13.262 |
| Outros | 143 | - | - | - |
| Amortizações | (149.630) | - | (22.165) | - |
| Em dezembro de 2007 | 69.040 | 263.396 | 141.807 | 91.128 |

17. Taxas regulamentares

| | 2007 | 2006 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Conta consumo de combustível | 4.242 | 11.722 |
| Reserva global de reversão | 1.561 | 2.432 |
| Conta de desenvolvimento energético | 1.517 | 1.023 |
| Taxa de fiscalização | 378 | 333 |
| Encargos emergenciais | 2.596 | 2.827 |
| Total taxas regulamentares | 10.294 | 18.337 |

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. Transações com partes relacionadas

| | 2007 | 2006 |
|---|----------------|----------------|
| Passivo circulante - | | |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF | 96.958 | 75.081 |
| Synapsis Brasil S.A. | 2.088 | 1.595 |
| CAM Brasil Multiserviços Ltda. | 2.769 | 1.521 |
| | 101.815 | 78.197 |
| Passivo não Circulante - | | |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF | 104.546 | 125.773 |

Na opinião de sua administração, a Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A Companhia mantém contrato de compra de energia junto à Central Geradora Térmica de Fortaleza. O total dos gastos no exercício com este contrato montaram, até 31 de dezembro de 2007, R\$ 425.317 (R\$ 435.360 em 2006).

As operações com a Synapsis Brasil S.A referem-se, basicamente, à prestação de serviços de informática e manutenção dos sistemas da Companhia. O total de gastos incorridos em 2007 montaram R\$ 21.304 (R\$ 22.340 em 2006), sendo R\$ 17.543 (R\$ 18.323 em 2006) como despesa operacional no resultado da Companhia e R\$ 3.761 (R\$ 4.017 em 2006) capitalizados como investimento.

Os saldos com a CAM Brasil Multiserviços Ltda. advém, basicamente, de contratação desta para fiscalização de obras com aplicação direta no investimento da Companhia. A CAM também prestou serviços de fiscalização de cortes e aparelhos queimados, sendo estes classificados como despesa. O total de custos incorridos no ano de 2007 é de R\$ 15.607 (R\$ 21.290 em 2006), sendo R\$ 15.079 (R\$ 20.761 em 2006) como investimento e R\$ 528 como despesa operacional.

A Synapsis Brasil SA, a CAM Brasil Multiserviços Ltda., e a Central Geradora Termelétrica de Fortaleza-CGTF são subsidiárias dos acionistas controladores.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. Provisão para contingências

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de nossos consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para a Companhia.

Adicionalmente, existem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento em um montante de R\$ 90.428, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível e nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

Segue quadro demonstrativo das contingências e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2007:

| | 2007 | | | 2006 | | |
|---|-------------------|---------------|---------------------------------------|-------------------|---------------|---|
| | Valor da provisão | | Depósitos vinculados a litígios | Valor da provisão | | Depósitos vinculados a litígios reclassificado |
| | No exercício | Acumulada | | No exercício | Acumulada | |
| Trabalhistas | | | | | | |
| Danos morais | (59) | - | - | 4 | 59 | |
| Diferenças salariais | 53 | 904 | 13 | (73) | 851 | 252 |
| Empresas terceirizadas | 473 | 1.977 | 977 | 92 | 1.504 | 700 |
| Horas extras | 13 | 74 | 10 | 28 | 61 | 19 |
| Periculosidade | 97 | 1.919 | 11 | 22 | 1.822 | 21 |
| Verbas rescisórias | 24 | 92 | 38 | (51) | 68 | 53 |
| Reintegração | (330) | 33 | 17 | (22) | 363 | 20 |
| Ex funcionários - verbas | (257) | 5.718 | 1.385 | | 5.975 | 2.393 |
| Outros | (1.005) | 1.212 | 18 | (1.492) | 2.217 | 73 |
| | (991) | 11.929 | 2.469 | (1.492) | 12.920 | 3.531 |
| Cíveis | | | | | | |
| Consumidores | 6.805 | 32.783 | 1.198 | (4.734) | 25.978 | 1.717 |
| | 6.805 | 32.783 | 1.198 | (4.734) | 25.978 | 1.717 |
| Fiscais | | | | | | |
| Funrural e INCRA | 942 | 11.680 | - | 1.212 | 10.738 | - |
| Impostos compensados com medida judicial | (9.000) | 9.900 | - | - | 18.900 | - |
| SEBRAE e FGTS | (2.896) | - | - | 286 | 2.896 | 3.645 |
| Outros | - | 8.934 | 1.446 | (2.244) | 8.934 | 1.446 |
| | (10.954) | 30.514 | 1.446 | (746) | 41.468 | 5.091 |
| Depósitos Não contingenciados | - | - | 16.555 | - | - | 14.930 |
| Total | (5.140) | 75.226 | 21.668 | (6.972) | 80.366 | 25.269 |
| Circulante | | 769 | - | | 574 | - |
| Não circulante | | 74.457 | 21.668 | | 79.792 | 25.269 |
| Total de provisão para contingências | | 75.226 | 21.668 | | 80.366 | 25.269 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Contingências trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com a Companhia bem como equiparação em direitos aos empregados desta.

b) Contingências cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

c) Contingências fiscais

A Companhia possui processo administrativo pendente de julgamento, protocolado junto à Receita Federal, em que solicita a compensação dos valores recolhidos a maior a título de PASEP, em face da inconstitucionalidade dos Decretos nºs 2.445/88 e 2.448/88, declarada pelo Supremo Tribunal Federal e ratificada por meio de resolução do Senado Federal. Sustentada na opinião dos consultores legais, a Companhia decidiu compensar os valores envolvidos com os impostos e contribuições vincendos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL). Conservadoramente, a Companhia manteve provisionado o valor dos referidos tributos e contribuições compensadas, no montante de R\$ 9.075. Em junho de 2007, apoiada em carta conforto de seus assessores legais, a Companhia procedeu à reversão de R\$ 9.000, referente à atualização monetária que vinha sendo reconhecida em relação a este processo. Os valores relativos ao FGTS e SEBRAE foram baixados em virtude do julgamento improcedente das causas sendo os valores depositados convertidos em renda da União.

d) Tarifaço

A Companhia é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE nºs 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. A provisão para perdas nessas ações está contemplada no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Outras obrigações

| | 2007 | 2006 |
|--|---------------|---------------|
| Passivos regulatórios (nota 6b - passivos) | 39.811 | 27.844 |
| Arrecadação de terceiros | 2.912 | 2.288 |
| Adiantamento de clientes | 1.159 | 1.082 |
| Empréstimos compulsórios | 462 | 176 |
| Outros | 5.182 | 6.322 |
| Total de outras obrigações | 49.526 | 37.712 |
| Circulante | 45.579 | 27.143 |
| Não circulante | 3.947 | 10.569 |

21. Patrimônio líquido

O capital social está composto de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

| | 2007 (Em unidades) | 2006 (Em lote de 1000 ações) |
|-----------------------|-----------------------|---------------------------------|
| Ações Ordinárias | 48.067.937 | 96.135.875 |
| Ações Preferenciais A | 28.123.352 | 56.245.389 |
| Ações Preferenciais B | 1.664.010 | 3.329.336 |
| | 77.855.299 | 155.710.600 |

Em junho de 2007, foi realizado o grupamento das ações da Companhia na proporção de 2.000 para 1 ação. Com o grupamento, as ações que eram negociadas em lotes de mil passaram a ser negociadas unitariamente.

| Acionistas | Ações ordinárias (em unidade) | | Ações preferenciais (em unidade) | | | | | | Total (em unidade) | |
|----------------------------------|----------------------------------|--------|----------------------------------|--------|-----------|--------|------------|--------|-----------------------|--------|
| | TOTAL (I) | | Classe A | | Classe B | | TOTAL (II) | | (I) + (II) | |
| Investhiz S.A | 44.061.433 | 91,66% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | 44.061.433 | 56,59% |
| Eletrobrás | - | 0,00% | 3.967.756 | 14,11% | 1.531.141 | 92,02% | 5.498.897 | 18,46% | 5.498.897 | 7,06% |
| Endesa Brasil S.A | - | 0,00% | 1.770.000 | 6,29% | - | 0,00% | 1.770.000 | 5,94% | 1.770.000 | 2,27% |
| Fundos e Clubes de Investimentos | 790.270 | 1,64% | 9.921.003 | 35,28% | 37.860 | 2,28% | 9.958.863 | 33,43% | 10.749.133 | 13,81% |
| Fundos de Pensão | 919.403 | 1,91% | 2.998.522 | 10,66% | - | 0,00% | 2.998.522 | 10,07% | 3.917.925 | 5,03% |
| Outros | 2.296.831 | 4,79% | 9.466.071 | 33,66% | 95.009 | 5,70% | 9.561.080 | 32,10% | 11.857.911 | 15,24% |
| Total de ações | 48.067.937 | 100% | 28.123.352 | 100% | 1.664.010 | 100% | 29.787.362 | 100% | 77.855.299 | 100% |

| | |
|--|--|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital até o limite de 300.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000 de ações ordinárias e 193.352.996 mil de ações preferenciais Classe "A" e 6.647.004 mil de ações preferenciais Classe "B".

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio – Lei nº 9.249/95

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se os percentuais definidos no estatuto social para as ações preferenciais (Nota 21).

Em 2007, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu de 30% do capital social.

A remuneração dos acionistas é demonstrada como segue:

| | 2007 | 2006 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 244.751 | 298.258 |
| (-) Reserva legal | - | (14.913) |
| Lucro líquido ajustado | 244.751 | 283.345 |

Os dividendos mínimos são como segue:

| | 25% sobre o lucro | | Dividendos mínimos | | Dividendos mínimos | |
|------------------------------|-------------------|---------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 |
| Ações ordinárias | 37.777 | 43.734 | - | - | 37.777 | 43.734 |
| Ações preferenciais classe A | 22.103 | 25.587 | 9.386 | 9.386 | 22.103 | 25.587 |
| Ações preferenciais classe B | 1.308 | 1.515 | 926 | 926 | 1.308 | 1.515 |
| Total | 61.188 | 70.836 | 10.312 | 10.312 | 61.188 | 70.836 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração da Companhia irá propor a seguinte distribuição dos resultados na próxima Assembléia Geral de Acionistas:

| | 2007 | 2006 |
|--|----------------|----------------|
| Dividendos propostos do exercício | 244.751 | 225.845 |
| Juros sobre o capital próprio | - | 57.500 |
| Total de Dividendos e JSCP | 244.751 | 283.345 |
| (-) IR sobre juros sobre o capital próprio | - | (7.505) |
| Total de dividendos e JSCP, líquido de IR | 244.751 | 275.840 |

A referida proposta de distribuição dos dividendos por ação é demonstrada como segue:

| | 2007 | 2006 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Ações Ordinárias | 151.110 | 170.304 |
| Ações Preferenciais Classe A | 88.410 | 99.638 |
| Ações Preferenciais Classe B | 5.231 | 5.898 |
| Total de dividendos propostos | 244.751 | 275.840 |

23. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota efetiva e a nominal de imposto de renda e contribuição social é como segue:

| | 2007 | 2006 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido | 357.130 | 355.103 |
| (-) Participação dos lucros | (5.958) | (5.495) |
| | 351.172 | 349.608 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| | 119.398 | 118.867 |
| Reversão da provisão sobre o ágio da incorporação | (10.643) | (9.922) |
| Outros | (2.932) | (95) |
| Despesas com IR e CSLL | 106.421 | 108.850 |

15/06/2009 09:43:12

| | | |
|--|--|------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | | |

A Companhia obteve incentivo de redução do imposto de renda por estar situada na área de atuação da ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste). O reconhecimento do benefício fiscal foi aprovado pela ADENE em agosto de 2007 conforme laudo constitutivo nº. 0170/2007.

O incentivo consiste na redução do imposto de renda devido em 75% do imposto de renda apurado a partir da receita líquida .

A companhia obteve também a utilização do benefício do reinvestimento , conforme parecer interno nº. 0135/2007. Com este benefício a Companhia reduziu o imposto de renda em R\$ 9.888.

O valor do imposto de renda que deixou de ser pago em virtude dos benefícios de redução foi contabilizado em conta de reserva de capital, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída aos sócios.

Em virtude do acima exposto, a Companhia deixou de recolher, no ano de 2007, o montante de R\$ 60.097 (R\$ 31.632 em 2006).

24. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No 1º semestre de 2007 foi contabilizado uma reversão de R\$ 16.289 decorrente dos efeitos esperados na migração de aproximadamente 50% dos empregados da Companhia, participantes do Plano BD para o Plano CD.

O cálculo das reservas matemáticas relativas aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o regime financeiro de capitalização.

Para a Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas do programa previdencial da referida entidade.

Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

A obrigação atuarial com a FAELCE foi calculada por atuário independente e sua composição é como segue:

| | 2007 | | | 2006 | | |
|---|---------------|----------------|---------------|---------------------------|----------------|---------------|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante reclassificado | Não circulante | Total |
| Programa de incentivo à pré-aposentadoria | - | - | - | 20 | - | 20 |
| Contribuições parceladas | 13.987 | 49.930 | 63.917 | 4.043 | 56.599 | 60.642 |
| Obrigações por benefícios pós-emprego | - | - | - | - | 16.289 | 16.289 |
| Total de obrigações atuarial | 13.987 | 49.930 | 63.917 | 4.063 | 72.888 | 76.951 |

As contribuições parceladas referem-se a débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e seus encargos financeiros. O total da dívida foi consolidado em um único contrato de parcelamento, assinado em 30 de junho de 1999, tendo seu terceiro aditivo assinado em 30 de junho de 2007, conforme Resolução CGPC Nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014.

Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

| | 2007 |
|---|------------------|
| Valor justo dos ativos do plano (2006) | 463.051 |
| Contribuições do empregador | 16.373 |
| Contribuições do empregado | 2.901 |
| Retorno dos investimentos | 77.221 |
| Benefícios pagos | (33.466) |
| Acordos líquidos | (26.839) |
| Valor justo dos ativos do plano(2007) | 499.241 |
| Valor do passivo atuarial (2006) | (491.647) |
| Custo dos serviços correntes | (5.361) |
| Custo dos Juros | (46.634) |
| Perda atuarial | (73.856) |
| Benefícios pagos | 33.466 |
| Acordos Líquidos | 26.839 |
| Perda atuarial não reconhecido | 31.671 |
| Valor do passivo atuarial | (525.522) |
| Passivo atuarial líquido | (26.281) |
| Superavit pendente de reconhecimento | (37.636) |
| Passivo líquido | (63.917) |

A composição da obrigação atuarial, em 31 de dezembro de 2007, é como segue:

Movimentação do passivo atuarial líquido em 2007:

| | |
|--|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2006 | 44.552 |
| Contribuições da Patrocinadora | (16.373) |
| Custo do exercício | 1.303 |
| Efeito dos acordos líquidos | (3.201) |
| Total do passivo atuarial líquido em 2007 | 26.281 |

| | |
|--|--|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Despesa prevista para 2008:

| | |
|--------------------------------------|--------------|
| Custo do Serviço Corrente | 6.067 |
| Custo dos Juros | 50.028 |
| Retorno dos Investimentos | (50.540) |
| Contribuição esperada dos empregados | (2.323) |
| Total de despesas previstas | 3.232 |

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização da avaliação são:

| Principais premissas atuariais | 2007 | 2006 |
|--|---|---|
| Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total | 9,20% inflação anual+desconto 5% a.a | 10,24% inflação anual+desconto 6% a.a |
| Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano | 10,24% inflação anual+Juro real 6% a.a | 10,24% inflação anual+Juro real 6% a.a |
| Taxa do crescimento salarial | 5,18% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados) | 5,18% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados) |
| Taxa de inflação esperada | 4% | 4% |
| Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada | 4% | 4% |
| Fator de capacidade do benefício/salário | 98% | 98% |
| Taxa de rotatividade | Nula | 0,74% a.a (próximos 12 meses) 0,27% a.a (anos remanescentes) |
| Tábua geral de mortalidade (q_x) | AT-83 | AT-83 |
| Tábua de entrada em invalidez (i_x) | LIGHT-MÉDIA | LIGHT-MÉDIA |
| Tábua de mortalidade de inválidos (d_x^i) | q_x da AT-49 | q_x da AT-49 |
| Tábua de mortalidade de ativos | método de Hamza | método de Hamza |

25. Instrumentos financeiros

O negócio da Companhia compreende a distribuição de energia para os consumidores de sua área de concessão (Estado do Ceará) e portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não estão sujeitos a ajuste a valor de mercado.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Aplicações em certificados de depósitos bancários de renda fixa, se aproximam do valor de mercado. Aplicações em fundos de investimento estão sujeitas à marcação de mercado, e expressam o valor de mercado na posição verificada.

O valor de mercado, dos empréstimos de longo prazo da Companhia, por se tratarem, em sua maioria, de fontes de financiamentos específicas, não foi calculado de forma a obter o valor de negociação a taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares. A Companhia adota a prática de celebrar contratos de *swap* junto a instituições financeiras, a fim de reduzir os riscos de taxa de câmbio, conforme comentado a seguir.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia celebra contratos de *swap* junto a instituições financeiras. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados na demonstração do resultado. A Companhia, neste período, apresenta provisões de ajustes a débitos não realizados com contratos de *swap* na data base de 31 de dezembro de 2007 que estão registradas na rubrica empréstimos e montam R\$ 50.017 (nota 16).

b) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Outro risco que a Companhia enfrenta é a não-correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifas de energia elétrica não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Companhia.

c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Valor de mercado

Nas considerações efetuadas pela Companhia, foram adotados valores de mercado de acordo com condições verificadas no mercado em 31 de dezembro de 2006, para transações financeiras com condições similares. O valor de mercado dos contratos de *swap* em 31 de dezembro de 2007 resultou em posição devedora de R\$ 50.676 (R\$ 16.942 em 2006). Tais valores, que estão relacionados aos contratos de empréstimos em moeda estrangeira (Nota 16), foram calculados através da expectativa de taxas futuras do mercado financeiro.

| | 2007 | |
|--------------------------|----------------|------------------|
| | Valor Contábil | Valor de Mercado |
| Contratos de <i>swap</i> | 50.017 | 50.676 |

26. Fornecimento de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | Nº de consumidores | | MWh | | R\$ | |
|--|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Não auditado | | Não auditado | | Reclassificado | |
| | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 |
| Fornecimento faturado | | | | | | |
| Residencial Normal | 651.596 | 533.662 | 1.253.449 | 1.148.945 | 630.204 | 636.636 |
| Residencial Baixa Renda | 1.385.387 | 1.486.591 | 1.158.663 | 1.105.733 | 235.783 | 235.017 |
| Industrial | 6.015 | 6.455 | 1.168.320 | 1.165.822 | 353.914 | 387.931 |
| Comércio, serviços e outros | 146.680 | 141.469 | 1.339.405 | 1.261.448 | 566.455 | 583.187 |
| Rural | 267.709 | 218.162 | 660.514 | 592.092 | 123.282 | 122.562 |
| Poder público | 27.084 | 25.945 | 371.717 | 354.935 | 151.200 | 155.581 |
| Iluminação pública | 3.977 | 2.164 | 345.548 | 329.098 | 89.662 | 93.189 |
| Serviços públicos | 1.547 | 1.508 | 244.700 | 237.498 | 68.026 | 72.021 |
| | 2.489.995 | 2.415.956 | 6.542.316 | 6.195.571 | 2.218.526 | 2.286.124 |
| (-) Provisão refaturamento Prefeituras | - | - | - | - | - | - |
| Total do Faturamento | - | - | - | - | 2.218.526 | 2.286.124 |
| Fornecimento não faturado | - | - | - | - | (2.071) | 4.475 |
| Consumidores, concessionários e permissionários | - | - | - | - | 2.216.455 | 2.290.599 |
| Baixa renda | - | - | - | - | 173.359 | 99.675 |
| Reposicionamento Revisão Tarifária | - | - | - | - | (22.464) | (35.749) |
| Reposicionamento Tarifário-Transmissoras | - | - | - | - | (1.867) | - |
| Saldo a Cobrar Reajuste Tarifário 2005 | - | - | - | - | - | (35.692) |
| Recuperação Perda de Receita 2001 | - | - | - | - | (55.685) | (57.677) |
| Recuperação Energia Livre - Geradoras | - | - | - | - | (19.492) | (25.090) |
| Suprimento | 3 | 3 | - | - | 11.749 | 12.731 |
| Receita encargos de uso da rede elétrica | - | - | - | - | 45.695 | 46.081 |
| Outras receitas | - | - | - | - | 83.597 | 42.082 |
| Receita Operacional Bruta | - | - | - | - | 2.431.347 | 2.336.960 |
| (-) Deduções da Receita | - | - | - | - | - | - |
| ICMS | - | - | - | - | (501.577) | (514.217) |
| COFINS | - | - | - | - | (96.012) | (90.818) |
| PIS | - | - | - | - | (21.421) | (21.291) |
| CCC - Conta de Consumo de Combustível | - | - | - | - | (58.160) | (93.272) |
| RGR - Quota para Reserva Global de Reversão | - | - | - | - | (23.156) | (17.982) |
| Outros impostos e contribuições sobre a Receita | - | - | - | - | (28.644) | (31.805) |
| Total de deduções de receita | - | - | - | - | (728.970) | (769.385) |
| Total receita operacional líquida | 2.489.998 | 2.415.959 | 6.542.316 | 6.195.571 | 1.702.377 | 1.567.575 |

27. Outras receitas operacionais

| | 2.007 | 2.006 |
|--|---------------|---------------|
| Inspeção de instalações e serviços vários | 3.780 | 2.628 |
| Renda na prestação de serviços | 63.582 | 24.693 |
| 15/06/2009 09: Arrendamento e aluguéis | 9.989 | 9.310 |
| Serviço taxado | 5.218 | 4.933 |
| Outros | 1.028 | 518 |
| Total de outras receitas operacionais | 83.597 | 42.082 |

| | |
|--|--|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | |

28. Compra e venda de energia na CCEE

Nos exercícios de 2007 e 2006 a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Compensação de Energia Elétrica – CCEE, conforme a seguir demonstrado:

| | 2007 | | 2006 | |
|-------------------|--------------|---------|--------------|---------|
| | MWh | R\$ mil | MWh | R\$ mil |
| | Não auditado | | Não auditado | |
| Compra | | | | |
| Compra de energia | 24.245 | (2.346) | - | - |
| Ajustes | - | - | - | - |
| | 24.245 | (2.346) | - | - |
| | | | | |
| | 2007 | | 2006 | |
| | MWh | R\$ mil | MWh | R\$ mil |
| | Não auditado | | Não auditado | |
| Venda | | | | |
| Venda de energia | 170.876 | 11.749 | 303.642 | 12.604 |
| Ajustes | | | 6.946 | 125 |
| | 170.876 | 11.749 | 310.588 | 12.729 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. Resultado do serviço

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

| Descrição | Custo do Serviço | Serviços prestados a terceiros | Despesa de Vendas | Despesas Gerais e Administrativas | Outras | 2007 | 2006 reclassificado |
|---|--------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------------------|-----------------|--------------------|---------------------|
| Receita operacional líquida | | | | | | 1.702.377 | 1.567.575 |
| Pessoal | (75.592) | - | - | (17.584) | - | (93.176) | (87.841) |
| Material | (9.202) | (6.749) | - | (11.863) | - | (27.814) | (10.475) |
| Serviços de terceiros | (117.196) | (4.607) | (28.689) | (13.608) | - | (164.100) | (133.324) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (815.939) | - | - | - | - | (815.939) | (714.966) |
| Energia elétrica comprada para revenda-Ativo transmissoras | (5.057) | - | - | - | - | (5.057) | - |
| Encargos do uso do sistema de transmissão | (57.087) | - | - | - | - | (57.087) | (68.753) |
| Encargos do uso do sistema de transmissão-Ativo transmissoras | 6.924 | - | - | - | - | 6.924 | - |
| Depreciação e amortização | (93.470) | - | - | (2.374) | (16) | (95.860) | (94.530) |
| Amortização / reversão ágio da incorporação | - | - | - | - | (15.220) | (15.220) | (15.033) |
| Provisão saldo a cobrar reajuste tarifário 2005 | - | - | - | - | - | - | 13.029 |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | - | (14.333) | (14.333) | (19.025) |
| Provisão perda de receita - racionamento | - | - | - | - | (45.045) | (45.045) | (1.184) |
| Taxa de fiscalização da ANEEL | - | - | - | - | (4.407) | (4.407) | (3.667) |
| Provisão para contingências | - | - | - | - | (6.136) | (6.136) | 5.113 |
| Outras despesas operacionais | (5.146) | - | (60) | (4.860) | (3.150) | (13.216) | (13.858) |
| | (1.171.765) | (11.356) | (28.749) | (50.289) | (88.307) | (1.350.466) | (1.144.514) |
| Resultado do serviço | | | | | | 351.911 | 423.061 |
| Resultado financeiro | | | | | | (7.836) | (68.248) |
| Resultado operacional | | | | | | 344.075 | 354.813 |

| Despesa de Pessoal | 2.007 | 2.006 |
|--|-----------------|-----------------|
| Remunerações | (71.882) | (65.599) |
| Encargos sociais | (23.058) | (23.410) |
| Benefícios | (26.460) | (23.882) |
| Outros | 568 | 558 |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | 27.656 | 24.492 |
| Total de despesa de pessoal | (93.176) | (87.841) |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | Quantidade MWH | | R\$ | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Não auditado | | | |
| | 2.007 | 2.006 | 2.007 | 2.006 |
| Energia Elétrica comprada para revenda | | | | |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza – CGTF | 2.690.000 | 2.690.000 | (425.317) | (435.360) |
| Centrais Elétricas S.A - FURNAS | 1.591.470 | 1.665.842 | (116.454) | (113.626) |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF | 1.136.151 | 1.138.512 | (75.070) | (68.832) |
| Companhia Energética de São Paulo- CESP | 562.172 | 591.026 | (40.991) | (40.929) |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE | 323.922 | 305.842 | (33.649) | (18.246) |
| Copel Geração S.A- COPEL | 390.065 | 418.411 | (27.146) | (25.248) |
| CEMIG - Geração e Transmissão S.A | 266.506 | 280.957 | (20.336) | (20.545) |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE | 24.245 | - | (2.346) | - |
| Programa de Inc. as Fontes Alternativas-PROINFA | 75.676 | 5.580 | (14.538) | (6.735) |
| CVA Compra de Energia do Período | - | - | 22.279 | 96.992 |
| CVA - PROINFA | - | - | 1.469 | - |
| Amortização CVA | - | - | (44.885) | (50.171) |
| Energia Comprada - Transmissoras | - | - | (5.057) | - |
| Outros | 470.071 | 464.285 | (38.955) | (32.266) |
| Total energia comprada para revenda | 7.530.278 | 7.560.455 | (820.996) | (714.966) |

| Outras despesas operacionais | 2007 | 2006 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Aluguéis | (4.799) | (5.317) |
| Publicidade e propaganda | (2.114) | (1.707) |
| Indenizações a terceiros | (1.320) | (1.170) |
| Doações, contribuições e subvenções | (1.221) | (1.338) |
| Seguros | (836) | (774) |
| Tributos | (311) | (390) |
| Estagiários | (955) | (958) |
| Publicações legais e assinaturas | (465) | (500) |
| Custas judiciais | (254) | (300) |
| Despesas gerais | (941) | (1.404) |
| Total de despesas operacionais | (13.216) | (13.858) |

30. Resultado não operacional

| Receita não operacional | 2007 | 2006 |
|---|---------------|-------------|
| Ganho na alienação de bens | 60 | 571 |
| Sobra no inventário de estoque | 141 | 136 |
| Reversão deficit atuarial | 16.289 | - |
| Outras | 12 | 138 |
| Total de receita não operacional | 16.502 | 845 |

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Despesa não operacional | 2007 | 2006 |
|---|----------------|--------------|
| Perda na alienação de bens | - | (463) |
| Prejuízo na desativação de bens | (1.311) | (3.409) |
| Material de segurança | (1.967) | - |
| Outras | (169) | 3.317 |
| Total de despesa não operacional | (3.447) | (555) |

31. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2007 foi de R\$ 5.958 (R\$ 5.495 em 2006).

32. Remuneração dos administradores

Os honorários dos administradores foram fixados pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2007, no montante global anual de até R\$ 5.600 (R\$ 5.400 em 2006). Desse total, R\$ 2.645 (R\$ 3.167 em 2006) foram apropriados em despesas gerais e administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

33. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice internacional do Grupo Endesa, no montante global de R\$ 53.139. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$ 113.180 ambos com validade de 30 de junho de 2007 a 30 de junho de 2008. Na tabela abaixo registra-se o prêmio total de R\$ 1.000, sendo R\$ 377 de riscos operacionais e R\$ 623 de responsabilidade civil. A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

| Risco | Vigência | 2007 |
|------------------------|-------------------------|-------------|
| Danos materiais | 30.06.2007 a 30.06.2008 | 53.139 |
| Responsabilidade Civil | 30.06.2007 a 30.06.2008 | 113.180 |

| | |
|--|--|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

34. Demonstração do resultado por atividade (não auditada)

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2007, das unidades de negócio: distribuição, comercialização, atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e consolidado.

| Demonstração do resultado por atividade | Distribuição | Comercialização | Atividades não vinculadas | 2007 Consolidado |
|---|------------------|------------------|---------------------------|--------------------|
| RECEITA OPERACIONAL: | | | | |
| Fornecimento de energia elétrica | | | | |
| Consumidores, concessionários e permissionários | 1.185.803 | 1.030.652 | - | 2.216.455 |
| Baixa renda | 92.747 | 80.612 | - | 173.359 |
| Reposicionamento revisão tarifária | (12.018) | (10.446) | - | (22.464) |
| Saldo a cobrar reajuste tarifário 2005 | - | - | - | - |
| Valor a devolver reajuste tarifário-transmissoras | (6.410) | 4.543 | - | (1.867) |
| Recuperação perda de receita racionamento | (29.792) | (25.893) | - | (55.685) |
| Recuperação energia livre - Geradoras | (10.428) | (9.064) | - | (19.492) |
| Suprimento de energia elétrica | - | 11.749 | - | 11.749 |
| Receita de uso da rede elétrica | 45.695 | - | - | 45.695 |
| Outras receitas | 10.071 | 73.526 | - | 83.597 |
| Total de fornecimento de energia elétrica, bruta | 1.275.668 | 1.155.679 | - | 2.431.347 |
| Deduções à receita operacional: | | | | |
| ICMS | (368.319) | (133.258) | - | (501.577) |
| COFINS | (57.607) | (38.405) | - | (96.012) |
| PIS | (12.853) | (8.568) | - | (21.421) |
| ISS | (1.199) | (132) | - | (1.331) |
| Quota para reserva global de reversão | (23.156) | - | - | (23.156) |
| Conta consumo combustível | (58.160) | - | - | (58.160) |
| Conta de desenvolvimento energético | (13.254) | - | - | (13.254) |
| Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento | (14.055) | - | - | (14.055) |
| Encargo de capacidade/aquisição Emergencial | - | (4) | - | (4) |
| Total do fornecimento de energia elétrica, líquida | (548.603) | (180.367) | - | (728.970) |
| Receita operacional líquida | 727.065 | 975.312 | - | 1.702.377 |
| Custo do serviço de energia elétrica: | | | | |
| Custo com energia elétrica: | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | - | (815.939) | - | (815.939) |
| Energia elétrica comprada para revenda-ativo transmissoras | - | (5.057) | - | (5.057) |
| Encargos de uso da rede de transmissão | - | (57.087) | - | (57.087) |
| Encargos de uso da rede de transmissão-ativo transmissoras | - | 6.924 | - | 6.924 |
| Total do custo com energia elétrica | - | (871.159) | - | (871.159) |
| Custo de operação: | | | | |
| Pessoal | (41.049) | (25.681) | - | (66.730) |
| Entidade de previdência privada | (5.496) | (3.366) | - | (8.862) |
| Material | (8.706) | (496) | - | (9.202) |
| Serviços de terceiros | (62.063) | (55.133) | - | (117.196) |
| Depreciação e amortização | (90.778) | (1.292) | (1.400) | (93.470) |
| Outras | (1.923) | (3.223) | - | (5.146) |
| Total do custo de operação | (210.015) | (89.191) | (1.400) | (300.606) |
| | (210.015) | (960.350) | (1.400) | (1.171.765) |
| Custo do serviço prestado a terceiros: | - | (11.356) | - | (11.356) |
| Lucro bruto operacional | 517.050 | 3.606 | (1.400) | 519.256 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Demonstração do Resultado por Atividade | Distribuição | Comercialização | Atividades não vinculadas | 2007 Consolidado |
|---|-----------------|-----------------|---------------------------|------------------|
| Despesas operacionais | | | | |
| Despesas com vendas | (20.604) | (8.145) | - | (28.749) |
| Despesas gerais e administrativas | (42.283) | (8.006) | - | (50.289) |
| Amortização/Reversão do ágio oriundo da incorporação | - | - | (15.220) | (15.220) |
| Taxa de fiscalização ANEEL | (4.407) | - | - | (4.407) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (24.099) | (35.279) | - | (59.378) |
| Provisão para contingências | (3.901) | (2.235) | - | (6.136) |
| Outras | (1.952) | (1.198) | (16) | (3.166) |
| Total das despesas operacionais | (97.246) | (54.863) | (15.236) | (167.345) |
| Resultado do serviço público de energia elétrica | 419.804 | (51.257) | (16.636) | 351.911 |
| Receitas (Despesas) financeiras: | | | | |
| Renda de aplicações financeiras | 10.759 | - | - | 10.759 |
| Acréscimo moratório em conta de energia | - | 35.104 | - | 35.104 |
| Atualização Perda de Receita Racionamento | - | 18.403 | - | 18.403 |
| Encargos de dívidas | (44.859) | - | - | (44.859) |
| Variações monetárias | (16.378) | - | - | (16.378) |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - |
| Outras | (22.312) | 11.447 | - | (10.865) |
| Total receitas (despesas) financeiras: | (72.790) | 64.954 | - | (7.836) |
| Resultado Operacional | 347.014 | 13.697 | (16.636) | 344.075 |
| Receitas não Operacionais | 16.502 | - | - | 16.502 |
| Despesas não Operacionais | (3.400) | (47) | - | (3.447) |
| | 13.102 | (47) | - | 13.055 |
| Lucro antes da Contribuição Social, do imposto de renda, participações | 360.116 | 13.650 | (16.636) | 357.130 |
| Contribuição social | (36.444) | (1.439) | 1.748 | (36.135) |
| Imposto de renda | (101.544) | (4.008) | 4.868 | (100.684) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 30.658 | 1.210 | (1.470) | 30.398 |
| Lucro antes das participações | 252.786 | 9.413 | (11.490) | 250.709 |
| Participação nos lucros | (5.958) | - | - | (5.958) |
| Lucro Líquido do Exercício | 246.828 | 9.413 | (11.490) | 244.751 |
| Lucro líquido do exercício por ação - R\$ | | | | 3,14 |

35. Revisão tarifária periódica

A ANEEL publicou em 31 de outubro de 2006, a Resolução Normativa Nº 234, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Em dezembro de 2007 a ANEEL colocou novamente em processo de audiência pública toda a metodologia da revisão tarifária constante da Resolução Normativa nº 234/2006 estando programada para o dia 05 de março de 2008 a realização dessa audiência.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as principais alterações introduzidas pelo ato normativo:

- a) Outras receitas: As receitas de atividades extra-concessão consideradas na revisão tarifária foram somente aquelas resultantes do compartilhamento de infra-estrutura, no caso da Companhia refere-se ao aluguel de poste. Para tanto, 90% da receita auferida pela distribuidora foi utilizada como redutor tarifário. O valor de outras receitas considerado foi de R\$ 9.003, sendo utilizado 90% para modicidade tarifária no total de R\$ 8.100.
- b) Perdas: O reconhecimento das perdas no processo de revisão tarifária considerará as perdas globais dos sistemas de distribuição, segregando as componentes de perdas técnicas e não técnicas. A cada novo ciclo tarifário, a ANEEL deverá propor novas metas, baseadas na realidade de cada distribuidora. Para os próximos reajustes tarifários a ANEEL definiu a meta pontual de 12,94% para perdas regulatórias. Esta meta foi estipulada com base na energia injetada que contempla mercado de fornecimento, suprimento(medidos), consumidores livres, as perdas técnicas e as perdas não-técnicas.
- c) Ativo imobilizado: Foi utilizado o valor total do ativo imobilizado em serviço - AIS deduzido para fins de determinação da quota de reintegração será descontado do valor das obrigações especiais, que passarão a ter tratamento específico. O valor correspondente a depreciação dos ativos adquiridos com recursos oriundos das obrigações especiais não será computado na parcela B da receita requerida da concessionária, entretanto, a conta das obrigações especiais passará a ser amortizada nas mesmas taxas de depreciação do AIS, usando-se uma taxa média, a partir da revisão tarifária. Desta forma, o valor da conta de obrigações especiais será utilizado como redutor na determinação da base de remuneração regulatória.
- d) Base de remuneração: O valor da base a ser considerada no 2º ciclo de revisão tarifária, a partir de abril de 2007, será resultado da base de remuneração homologada para a revisão de 2003, que corresponde à base blindada, mais a adições realizadas no período de abril de 2003 a dezembro de 2006, deduzidas as baixas e descontadas a depreciação. A base blindada foi atualizada monetariamente para março de 2007 pela variação do IGPM verificada no período março de 2003 a março de 2007. As adições foram atualizadas pelo banco de preço construído a partir do regime de compras da COELCE dos últimos dois anos. Esse banco de preços foi atualizado monetariamente para março de 2007 conforme índices econômicos indicados pela ANEEL. Também foram considerados os custos relativos ao JOA regulatório para linhas de transmissão (8 meses), subestações (12 meses) e redes de distribuição (3 meses).
- e) Qualidade x nível de investimento: A relação entre os investimentos necessários na rede de distribuição e a conformidade dos níveis de tensão será avaliada por meio da análise do planejamento da distribuidora, considerando metodologia de planejamento agregado dos investimentos e outras ferramentas adequadas.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- f) Estrutura de capital: A ANEEL, por meio da Nota Técnica n° 089, estabeleceu a nova estrutura de capital a ser adotada para a revisão tarifária do 2º ciclo, que foi de 42,84% para capital próprio e 57,16% de capital de terceiros. Para o 1º ciclo havia sido adotada a estrutura de 50% para próprio e terceiros.
- g) Recálculo da taxa de remuneração: Mantida a mesma metodologia do 1º ciclo de revisão tarifária, tendo sido procedido recálculo dessa taxa de retorno em função da alteração e substituição de variáveis macroeconômicas específicas da metodologia do custo médio ponderado de capital (WACC). Dessa forma, o custo de capital a ser utilizado no cálculo da remuneração das concessionárias de distribuição de energia elétrica para o 2º ciclo de revisão tarifária será igual a 9,95% a.a. em termos reais e depois de impostos. No 1º ciclo esse valor foi de 11,26%.
- h) Quota de depreciação: O percentual regulatório para determinação do custo de depreciação adotado pela ANEEL foi de 4,43%, conforme Nota Técnica n° 089, aplicado sobre o valor do ativo imobilizado em serviço – AIS sobre o valor do ativo imobilizado em serviços menos terrenos.
- i) Inadimplência: A ANEEL adotou o percentual máximo regulatório de 0,5% a ser admitido como provisão de receitas irrecuperáveis para compor a receita operacional bruta.

36. Alteração da legislação societária brasileira

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n° 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estendem às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2007 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Destacamos os seguintes assuntos que na avaliação da Companhia poderão modificar a forma de apresentação das demonstrações financeira e os critérios de apuração da posição patrimonial e financeira e do resultado e a partir do exercício a findar em 2008:

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa.
- Inclusão da demonstração do valor adicionado, aplicável para companhias de capital aberto, que demonstra o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e alocação de tais valores.
- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: "leasing" financeiro).
- Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado.
- Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

- Criação de um novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.
- Revogação da possibilidade de registrar: (i) prêmio recebido na emissão de debêntures; e (ii) doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais.
- Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor.
- Requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado.
- Eliminação do parâmetro de relevância para ajuste do investimento em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial e substituição do parâmetro de 20% do capital social da investida para 20% do capital votante da investida.

Em razão de essas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2007
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

ÍNDICE

| GRUPO | QUADRO | DESCRIÇÃO | PÁGINA |
|-------|--------|--|--------|
| 01 | 01 | IDENTIFICAÇÃO | 1 |
| 01 | 02 | SEDE | 1 |
| 01 | 03 | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia) | 1 |
| 01 | 04 | REFERÊNCIA DO DFP | 1 |
| 01 | 05 | COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL | 2 |
| 01 | 06 | CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA | 2 |
| 01 | 07 | SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 2 |
| 01 | 08 | PROVENTOS EM DINHEIRO | 2 |
| 01 | 09 | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES | 2 |
| 02 | 01 | BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO | 3 |
| 02 | 02 | BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO | 5 |
| 03 | 01 | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | 7 |
| 04 | 01 | DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS | 9 |
| 05 | 01 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 | 10 |
| 05 | 02 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 | 11 |
| 05 | 03 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 | 12 |
| 12 | 01 | PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA | 13 |
| 13 | 01 | RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 15 |
| 14 | 01 | NOTAS EXPLICATIVAS | 54/112 |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------------------------|---|---------------------------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM 01486-9 | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 3 - CNPJ 07.047.251/0001-70 |
| 4 - NIRE 23300007891 | | |

01.02 - SEDE

| | | | | |
|---|----------------------------|---------------------------|----------------------------------|-----------------|
| 1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Padre Valdevino, 150 | | | 2 - BAIRRO OU DISTRITO Centro | |
| 3 - CEP 60135-040 | 4 - MUNICÍPIO Fortaleza | | | 5 - UF CE |
| 6 - DDD 085 | 7 - TELEFONE 3453-4082 | 8 - TELEFONE 3453-4029 | 9 - TELEFONE - | 10 - TELEX - |
| 11 - DDD 085 | 12 - FAX 3453-4947 | 13 - FAX - | 14 - FAX - | |
| 15 - E-MAIL investor@coelce.com.br | | | | |

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

| | | | | |
|-----------------------------------|---------------|--------------|------------------------|------------|
| 1 - NOME | | | | |
| Luiz Carlos L. Ortins Bettencourt | | | | |
| 2 - ENDEREÇO COMPLETO | | | 3 - BAIRRO OU DISTRITO | |
| Rua Padre Valdevino, 150 | | | Centro | |
| 4 - CEP | 5 - MUNICÍPIO | | | 6 - UF |
| 60135-040 | Fortaleza | | | CE |
| 7 - DDD | 8 - TELEFONE | 9 - TELEFONE | 10 - TELEFONE | 11 - TELEX |
| 021 | 2613-7094 | 2613-7773 | - | |
| 12 - DDD | 13 - FAX | 14 - FAX | 15 - FAX | |
| 021 | 2613-7122 | - | - | |
| 16 - E-MAIL | | | | |
| investor@coelce.com.br | | | | |

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

| EXERCÍCIO | 1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL | 2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL |
|----------------------------------|--|---|
| 1 - Último | 01/01/2008 | 31/12/2008 |
| 2 - Penúltimo | 01/01/2007 | 31/12/2007 |
| 3 - Antepenúltimo | 01/01/2006 | 31/12/2006 |
| 4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR | | 5 - CÓDIGO CVM |
| CANARIM AUDITORES ASSOCIADOS | | 00708-0 |
| 6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO | | 7 - CPF DO RESP. TÉCNICO |
| Érico Luiz Canarim | | 129.012.967-34 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

| Número de Ações (Mil) | 1 31/12/2008 | 2 31/12/2007 | 3 31/12/2006 |
|---------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Do Capital Integralizado | | | |
| 1 - Ordinárias | 48.068 | 48.068 | 48.068 |
| 2 - Preferenciais | 29.787 | 29.787 | 29.787 |
| 3 - Total | 77.855 | 77.855 | 77.855 |
| Em Tesouraria | | | |
| 4 - Ordinárias | 0 | 0 | 0 |
| 5 - Preferenciais | 0 | 0 | 0 |
| 6 - Total | 0 | 0 | 0 |

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

| |
|--|
| 1 - TIPO DE EMPRESA |
| Empresa Comercial, Industrial e Outras |
| 2 - TIPO DE SITUAÇÃO |
| Operacional |
| 3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO |
| Privada Nacional |
| 4 - CÓDIGO ATIVIDADE |
| 1120 - Energia Elétrica |
| 5 - ATIVIDADE PRINCIPAL |
| Venda de Energia Elétrica |
| 6 - TIPO DE CONSOLIDADO |
| Não Apresentado |

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

| | | |
|----------|----------|------------------------|
| 1 - ÍTEM | 2 - CNPJ | 3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|----------|----------|------------------------|

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

| 1 - ÍTEM | 2 - EVENTO | 3 - APROVAÇÃO | 4 - PROVENTO | 5 - INÍCIO PGTO. | 6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO | 7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO |
|----------|------------|---------------|--------------|------------------|------------------------------|-------------------------------|
| 01 | AGO | 28/04/2008 | Dividendo | 31/07/2008 | ON | 3,1436685320 |
| 02 | AGO | 28/04/2008 | Dividendo | 31/07/2008 | PNA | 3,1436685320 |
| 03 | AGO | 28/04/2008 | Dividendo | 31/07/2008 | PNB | 3,1436685320 |

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

| | |
|------------|----------------|
| 1 - DATA | 2 - ASSINATURA |
| 27/03/2009 | |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2008 | 4 - 31/12/2007 | 5 - 31/12/2006 |
|---------------|--|----------------|----------------|----------------|
| 1 | Ativo Total | 2.781.587 | 2.569.250 | 2.510.593 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 800.917 | 792.352 | 698.829 |
| 1.01.01 | Disponibilidades | 15.838 | 12.364 | 64.652 |
| 1.01.01.01 | Numerário disponível | 15.806 | 12.354 | 24.414 |
| 1.01.01.02 | Aplicações financeiras | 32 | 10 | 40.238 |
| 1.01.02 | Créditos | 695.769 | 665.947 | 564.389 |
| 1.01.02.01 | Clientes | 323.140 | 349.402 | 401.821 |
| 1.01.02.01.01 | Consumidores, concessionários e permissi | 416.909 | 562.830 | 548.106 |
| 1.01.02.01.02 | (-) Provisão crédito liquidação duvidosa | (93.769) | (213.428) | (146.285) |
| 1.01.02.02 | Créditos Diversos | 372.629 | 316.545 | 162.568 |
| 1.01.02.02.01 | Consumidores baixa renda | 30.410 | 26.031 | 27.812 |
| 1.01.02.02.02 | Serviço em curso | 7.335 | 14.525 | 16.060 |
| 1.01.02.02.03 | Devedores diversos | 4.228 | 5.770 | 4.091 |
| 1.01.02.02.04 | Tributos a compensar | 48.821 | 55.424 | 54.830 |
| 1.01.02.02.05 | Depósitos vinculados | 18.777 | 16.967 | 12.884 |
| 1.01.02.02.06 | Tributos diferidos | 51.975 | 95.687 | 26.760 |
| 1.01.02.02.07 | Créditos luz para todos | 181.547 | 76.234 | 0 |
| 1.01.02.02.08 | Outros créditos | 29.536 | 25.907 | 20.131 |
| 1.01.03 | Estoque | 1.471 | 511 | 834 |
| 1.01.04 | Outros | 87.839 | 113.530 | 68.954 |
| 1.01.04.01 | Despesas pagas antecipadamente | 87.839 | 113.530 | 68.954 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 1.980.670 | 1.776.898 | 1.811.764 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 243.777 | 225.844 | 421.284 |
| 1.02.01.01 | Créditos Diversos | 135.157 | 137.096 | 253.449 |
| 1.02.01.01.01 | Consumidores, concessionário e permissio | 33.997 | 36.507 | 104.521 |
| 1.02.01.01.02 | (-) Provisão crédito liquidação duvidosa | (3.174) | 0 | (16.917) |
| 1.02.01.01.03 | Depósitos vinculados a litígios | 13.699 | 16.555 | 25.269 |
| 1.02.01.01.04 | Tributos a compensar | 52.834 | 47.976 | 27.456 |
| 1.02.01.01.05 | Depósitos vinculados | 14.421 | 14.987 | 25.067 |
| 1.02.01.01.06 | Tributos diferidos | 23.100 | 20.791 | 87.771 |
| 1.02.01.01.07 | Outros créditos | 280 | 280 | 282 |
| 1.02.01.02 | Créditos com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.01 | Com Coligadas e Equiparadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.02 | Com Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.03 | Com Outras Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01.03 | Outros | 108.620 | 88.748 | 167.835 |
| 1.02.01.03.01 | Despesas pagas antecipadamente | 108.620 | 88.748 | 167.835 |
| 1.02.02 | Ativo Permanente | 1.736.893 | 1.551.054 | 1.390.480 |
| 1.02.02.01 | Investimentos | 220 | 235 | 250 |
| 1.02.02.01.01 | Participações Coligadas/Equiparadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.02 | Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio | 0 | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2008
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2008 | 4 - 31/12/2007 | 5 - 31/12/2006 |
|---------------|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| 1.02.02.01.03 | Participações em Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.04 | Participações em Controladas - Ágio | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.05 | Outros Investimentos | 220 | 235 | 250 |
| 1.02.02.02 | Imobilizado | 1.722.679 | 1.527.355 | 1.387.975 |
| 1.02.02.03 | Intangível | 13.994 | 14.671 | 0 |
| 1.02.02.04 | Diferido | 0 | 8.793 | 2.255 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2008 | 4 - 31/12/2007 | 5 - 31/12/2006 |
|---------------|--|----------------|----------------|----------------|
| 2 | Passivo Total | 2.781.587 | 2.569.250 | 2.510.593 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 1.068.638 | 1.044.296 | 930.321 |
| 2.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 332.230 | 204.941 | 97.841 |
| 2.01.02 | Debêntures | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.03 | Fornecedores | 157.582 | 241.753 | 174.667 |
| 2.01.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 48.356 | 54.972 | 54.715 |
| 2.01.05 | Dividendos a Pagar | 263.927 | 245.977 | 276.168 |
| 2.01.06 | Provisões | 36.368 | 79.129 | 130.475 |
| 2.01.06.01 | Obrigações estimadas | 8.963 | 8.958 | 7.801 |
| 2.01.06.02 | Tributos diferidos | 26.632 | 69.402 | 62.100 |
| 2.01.06.03 | Provisão para contingências | 773 | 769 | 574 |
| 2.01.06.04 | Provisão devolução baixa renda | 0 | 0 | 60.000 |
| 2.01.07 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 103.792 | 102.665 | 78.197 |
| 2.01.08 | Outros | 126.383 | 114.859 | 118.258 |
| 2.01.08.01 | Folha de pagamento | 7.233 | 6.460 | 5.321 |
| 2.01.08.02 | Encargos de dívidas | 19.974 | 4.291 | 5.035 |
| 2.01.08.03 | Taxas regulamentares | 17.086 | 10.294 | 18.337 |
| 2.01.08.04 | Participação dos empregados | 7.508 | 6.409 | 7.653 |
| 2.01.08.05 | Contribuição iluminação pública arrecada | 20.041 | 10.454 | 7.993 |
| 2.01.08.06 | Obrigações com benefícios pós-emprego | 11.023 | 13.987 | 4.063 |
| 2.01.08.07 | Programa pesq e desenv-Eficiência Energ | 22.329 | 18.235 | 42.713 |
| 2.01.08.08 | Outras obrigações | 21.189 | 44.729 | 27.143 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 795.848 | 674.505 | 799.808 |
| 2.02.01 | Passivo Exigível a Longo Prazo | 795.848 | 674.505 | 799.808 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 489.945 | 352.591 | 386.125 |
| 2.02.01.02 | Debêntures | 0 | 0 | 0 |
| 2.02.01.03 | Provisões | 129.093 | 135.103 | 158.459 |
| 2.02.01.03.01 | Provisões para contingências | 63.214 | 69.344 | 79.792 |
| 2.02.01.03.02 | Tributos diferidos | 38.603 | 39.971 | 78.667 |
| 2.02.01.03.03 | Provisão baixa renda | 22.019 | 25.788 | 0 |
| 2.02.01.03.04 | Provisão luz para todos | 5.257 | 0 | 0 |
| 2.02.01.04 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 104.227 | 104.546 | 125.773 |
| 2.02.01.05 | Adiantamento para Futuro Aumento Capital | 0 | 0 | 0 |
| 2.02.01.06 | Outros | 72.583 | 82.265 | 129.451 |
| 2.02.01.06.01 | Fornecedores | 0 | 0 | 37.330 |
| 2.02.01.06.02 | Impostos, taxas e contribuições sociais | 8.421 | 8.442 | 8.664 |
| 2.02.01.06.03 | Obrigações com benefícios pós-emprego | 48.019 | 49.930 | 72.888 |
| 2.02.01.06.04 | Programa pesq e desenv-Eficiência Energ | 14.762 | 19.946 | 0 |
| 2.02.01.06.05 | Outras obrigações | 1.381 | 3.947 | 10.569 |
| 2.03 | Resultados de Exercícios Futuros | 0 | 0 | 0 |
| 2.05 | Patrimônio Líquido | 917.101 | 850.449 | 780.464 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2008
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2008 | 4 - 31/12/2007 | 5 - 31/12/2006 |
|---------------|--|----------------|----------------|----------------|
| 2.05.01 | Capital Social Realizado | 442.946 | 433.057 | 433.057 |
| 2.05.02 | Reservas de Capital | 358.677 | 368.547 | 298.562 |
| 2.05.03 | Reservas de Reavaliação | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.03.01 | Ativos Próprios | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.03.02 | Controladas/Coligadas e Equiparadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04 | Reservas de Lucro | 115.478 | 48.845 | 48.845 |
| 2.05.04.01 | Legal | 48.845 | 48.845 | 48.845 |
| 2.05.04.02 | Estatutária | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.03 | Para Contingências | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.04 | De Lucros a Realizar | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.05 | Retenção de Lucros | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.06 | Especial p/ Dividendos Não Distribuídos | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.07 | Outras Reservas de Lucro | 66.633 | 0 | 0 |
| 2.05.04.07.01 | Reserva de Incentivos Fiscais | 66.633 | 0 | 0 |
| 2.05.05 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.05.01 | Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.05.02 | Ajustes Acumulados de Conversão | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.05.03 | Ajustes de Combinação de Negócios | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.06 | Lucros/Prejuízos Acumulados | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.07 | Adiantamento para Futuro Aumento Capital | 0 | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2008 a 31/12/2008 | 4 - 01/01/2007 a 31/12/2007 | 5 - 01/01/2006 a 31/12/2006 |
|------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 2.696.537 | 2.447.849 | 2.336.960 |
| 3.01.01 | Consumidores, concession e permissionari | 2.358.776 | 2.216.455 | 2.290.599 |
| 3.01.02 | Baixa renda | 174.066 | 173.359 | 99.675 |
| 3.01.03 | Reposicionamento revisão tarifária | 5.542 | (22.464) | (35.749) |
| 3.01.04 | Saldo a cobrar reajuste tarifário 2005 | 0 | 0 | (35.692) |
| 3.01.05 | Valor a devolver reajuste tarifário-tran | 700 | (1.867) | 0 |
| 3.01.06 | Recuperação perda de re receita racionam | (18.339) | (55.685) | (57.677) |
| 3.01.07 | Recuperação energia livre - Geradoras | (6.429) | (19.492) | (25.090) |
| 3.01.08 | Recuperação parcela A | (48.866) | 0 | 0 |
| 3.01.09 | Suprimento de energia elétrica | 13.245 | 11.749 | 12.731 |
| 3.01.10 | Receita de uso da rede elétrica | 55.331 | 45.695 | 46.081 |
| 3.01.11 | Baixa energia livre | 57.475 | 0 | 0 |
| 3.01.12 | Outras receitas | 105.036 | 100.099 | 42.082 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (781.493) | (728.970) | (769.385) |
| 3.02.01 | ICMS | (528.563) | (501.577) | (514.217) |
| 3.02.02 | COFINS | (111.412) | (96.012) | (90.818) |
| 3.02.03 | PIS | (24.518) | (21.421) | (21.291) |
| 3.02.04 | ISS | (2.037) | (1.331) | (839) |
| 3.02.05 | Quota para reserva global reversão-RGR | (29.917) | (23.156) | (17.982) |
| 3.02.06 | Conta consumo combustível fosséis-CCC | (55.251) | (58.160) | (93.272) |
| 3.02.07 | Conta de desenvolvimento energético-CDE | (13.526) | (13.254) | (12.505) |
| 3.02.08 | Prog eficiência energética-Pesq e desenv | (16.271) | (14.055) | (17.976) |
| 3.02.09 | Encargo capacidade/Aquisição energencial | 2 | (4) | (485) |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 1.915.044 | 1.718.879 | 1.567.575 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | (1.295.233) | (1.183.121) | (1.059.609) |
| 3.04.01 | Energia elétrica comprada para revenda | (879.060) | (820.996) | (714.966) |
| 3.04.02 | Encargos uso da rede de transmissão | (79.685) | (50.163) | (68.753) |
| 3.04.03 | Pessoal | (61.226) | (66.730) | (62.050) |
| 3.04.04 | Entidade de previdência privada | (9.160) | (8.862) | (9.167) |
| 3.04.05 | Material | (16.097) | (9.202) | (6.388) |
| 3.04.06 | Serviços de terceiros | (138.105) | (117.196) | (95.058) |
| 3.04.07 | Depreciação e amortização | (99.350) | (93.470) | (92.568) |
| 3.04.08 | Outras | (6.138) | (5.146) | (5.475) |
| 3.04.09 | Custo do serviço prestado a terceiros | (6.412) | (11.356) | (5.184) |
| 3.05 | Resultado Bruto | 619.811 | 535.758 | 507.966 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | (215.619) | (178.628) | (153.153) |
| 3.06.01 | Com Vendas | (76.348) | (28.749) | (27.704) |
| 3.06.01.01 | Com vendas | (76.348) | (28.749) | (27.704) |
| 3.06.01.02 | Baixa ativo regulatório | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.01.03 | Baixa energia livre | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.01.04 | Reversão perda ativo regulatório | 0 | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2008
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2008 a 31/12/2008 | 4 - 01/01/2007 a 31/12/2007 | 5 - 01/01/2006 a 31/12/2006 |
|---------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | (90.355) | (142.043) | (57.201) |
| 3.06.02.01 | Gerais e administrativas | (54.371) | (50.289) | (34.213) |
| 3.06.02.02 | Amortizações/Reserva do ágio | (14.967) | (15.220) | (15.033) |
| 3.06.02.03 | Taxa de fiscalização ANEEL | (4.042) | (4.407) | (3.667) |
| 3.06.02.04 | Provisão para créditos de liq duvidosa | (13.351) | (59.378) | (7.180) |
| 3.06.02.05 | Provisão para contingências | 6.509 | (6.136) | 5.113 |
| 3.06.02.06 | Outras | (10.133) | (6.613) | (2.221) |
| 3.06.03 | Financeiras | (48.916) | (7.836) | (68.248) |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | 31.593 | 96.127 | 96.440 |
| 3.06.03.01.01 | Renda de aplicações financeiras | 12.288 | 10.759 | 12.563 |
| 3.06.03.01.02 | Acréscimo moratório em conta de energia | 31.847 | 35.104 | 37.542 |
| 3.06.03.01.03 | Atualização perda receita racionamento | 4.668 | 18.403 | 34.141 |
| 3.06.03.01.04 | Outras | (17.210) | 31.861 | 12.194 |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | (80.509) | (103.963) | (164.688) |
| 3.06.03.02.01 | Encargos de dívidas | (59.053) | (44.859) | (73.252) |
| 3.06.03.02.02 | Variações monetárias | (30.468) | (16.378) | (4.944) |
| 3.06.03.02.03 | Juros sobre capital próprio | 0 | 0 | (57.500) |
| 3.06.03.02.04 | Outras | 9.012 | (42.726) | (28.992) |
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | 0 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Operacional | 404.192 | 357.130 | 354.813 |
| 3.08 | Resultado Não Operacional | 0 | 0 | 290 |
| 3.08.01 | Receitas | 0 | 0 | 845 |
| 3.08.02 | Despesas | 0 | 0 | (555) |
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 404.192 | 357.130 | 355.103 |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | (62.214) | (136.819) | (126.722) |
| 3.10.01 | Contribuição social | (34.304) | (36.135) | (35.452) |
| 3.10.02 | Imposto de renda | (94.543) | (100.684) | (91.270) |
| 3.10.03 | Incentivo Fiscal- ADENE | 66.633 | 0 | 0 |
| 3.11 | IR Diferido | 3.623 | 30.398 | 17.872 |
| 3.11.01 | Imposto diferido | 2.521 | 22.160 | 11.268 |
| 3.11.02 | Contribuição social diferido | 1.102 | 8.238 | 6.604 |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | (7.078) | (5.958) | (5.495) |
| 3.12.01 | Participações | (7.078) | (5.958) | (5.495) |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 57.500 |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Período | 338.523 | 244.751 | 298.258 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2008 a 31/12/2008 | 4 - 01/01/2007 a 31/12/2007 | 5 - 01/01/2006 a 31/12/2006 |
|------------|-----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil) | 77.855 | 77.855 | 77.855 |
| | LUCRO POR AÇÃO (Reais) | 4,34812 | 3,14368 | 3,83094 |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais) | | | |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2008 a 31/12/2008 | 4 - 01/01/2007 a 31/12/2007 | 5 - 01/01/2006 a 31/12/2006 |
|------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 4.01 | Caixa Líquido Atividades Operacionais | 378.019 | 481.321 | 0 |
| 4.01.01 | Caixa Gerado nas Operações | 585.603 | 552.762 | 0 |
| 4.01.01.01 | Lucro líquido do exercício | 338.523 | 244.751 | 0 |
| 4.01.01.02 | Provisão para créditos de liquidação duv | 13.351 | 59.378 | 0 |
| 4.01.01.03 | Baixa RTE- Energia Livre | (6.985) | 0 | 0 |
| 4.01.01.04 | Depreciação e amortização | 122.756 | 109.526 | 0 |
| 4.01.01.05 | Depreciação obriações vinculadas a conce | (21.184) | (13.668) | 0 |
| 4.01.01.06 | Amortização do ágio oriundo da incorpora | 14.967 | 15.220 | 0 |
| 4.01.01.07 | Juros líquidos provisionados | 89.521 | 61.237 | 0 |
| 4.01.01.08 | Baixas do imobilizado em serviço | 3.130 | 1.591 | 0 |
| 4.01.01.09 | Tributos diferidos | (2.735) | (33.341) | 0 |
| 4.01.01.10 | Provisões para contingências | (6.509) | 6.136 | 0 |
| 4.01.01.11 | Recomposição tarifária | 31.436 | (14.276) | 0 |
| 4.01.01.12 | Despesas pagas antecipadamente | 6.246 | 35.480 | 0 |
| 4.01.01.13 | Baixa deficit atuarial | 0 | (16.289) | 0 |
| 4.01.01.14 | Incentivo fiscal | 0 | 69.985 | 0 |
| 4.01.01.15 | Outros | 3.086 | 27.032 | 0 |
| 4.01.02 | Variações nos Ativos e Passivos | (207.584) | (71.441) | 0 |
| 4.01.02.01 | Consumidores e revendedores | (31.895) | 41.255 | 0 |
| 4.01.02.02 | Consumidores baixa renda | (4.379) | 1.781 | 0 |
| 4.01.02.03 | Serviços em curso | 7.190 | 1.535 | 0 |
| 4.01.02.04 | Estoque | (960) | 323 | 0 |
| 4.01.02.05 | Tributos a compensar | 1.745 | (21.114) | 0 |
| 4.01.02.06 | Despesas pagas antecipadamente | (427) | (969) | 0 |
| 4.01.02.07 | Crédito luz para todos | (105.313) | (76.234) | 0 |
| 4.01.02.08 | Depósitos vinculados | (1.244) | 5.356 | 0 |
| 4.01.02.09 | Depósitos vinculados a litígios | 1.645 | 6.199 | 0 |
| 4.01.02.10 | Outros créditos | (2.087) | (4.568) | 0 |
| 4.01.02.11 | Fomecedores | (26.696) | 29.756 | 0 |
| 4.01.02.12 | Folha de pagamento e provisões trabalhis | 1.877 | 1.052 | 0 |
| 4.01.02.13 | Tributos e contribuições sociais | (6.637) | 35 | 0 |
| 4.01.02.14 | Taxas regulamentares | 6.792 | (8.043) | 0 |
| 4.01.02.15 | Provisão para contingências | 2.584 | (16.389) | 0 |
| 4.01.02.16 | Transações com parte relacionadas | (30.557) | 16.666 | 0 |
| 4.01.02.17 | Provisão devolução baixa renda | (3.769) | (34.212) | 0 |
| 4.01.02.18 | Outras contas a pagar | (15.453) | (13.870) | 0 |
| 4.01.03 | Outros | 0 | 0 | 0 |
| 4.02 | Caixa Líquido Atividades de Investimento | (315.037) | (273.507) | 0 |
| 4.02.01 | Aplicações no imobilizado | (472.255) | (395.831) | 0 |
| 4.02.02 | Aplicações no diferido | 0 | (6.970) | 0 |
| 4.02.03 | Aplicações no intangível | (2.325) | (3.194) | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2008 a 31/12/2008 | 4 - 01/01/2007 a 31/12/2007 | 5 - 01/01/2006 a 31/12/2006 |
|------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 4.02.04 | Obrigações vinculadas a concessão | 159.543 | 132.488 | 0 |
| 4.03 | Caixa Líquido Atividades Financiamento | (59.508) | (260.102) | 0 |
| 4.03.01 | Captação de empréstimos e financiamentos | 518.570 | 240.727 | 0 |
| 4.03.02 | Pagamento de empréstimos e financiamento | (332.899) | (225.887) | 0 |
| 4.03.03 | Dividendos | (245.179) | (224.947) | 0 |
| 4.03.04 | Juros sobre capital próprio | 0 | (49.995) | 0 |
| 4.04 | Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes | 0 | 0 | 0 |
| 4.05 | Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes | 3.474 | (52.288) | 0 |
| 4.05.01 | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 12.364 | 64.652 | 0 |
| 4.05.02 | Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 15.838 | 12.364 | 0 |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|----------------------------|-----------------------|---------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|
| 5.01 | Saldo Inicial | | 433.057 | 368.547 | 0 | 48.845 | 0 | 850.449 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | | 0 | 19 | 0 | 0 | (8.761) | 0 |
| 5.03 | Saldo Ajustado | | 433.057 | 368.566 | 0 | 48.845 | (8.761) | 841.707 |
| 5.04 | Lucro / Prejuízo do Período | | 0 | 0 | 0 | 0 | 338.523 | 338.523 |
| 5.05 | Destinações | | 0 | 0 | 0 | 66.633 | (329.762) | (263.129) |
| 5.05.01 | Dividendos | | 0 | 0 | 0 | 0 | (263.129) | (263.129) |
| 5.05.02 | Juros sobre Capital Próprio | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05.03 | Outras Destinações | | 0 | 0 | 0 | 66.633 | (66.633) | 0 |
| 5.06 | Realização de Reservas de Lucros | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.01 | Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.02 | Ajustes Acumulados de Conversão | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.03 | Ajustes de Combinação de Negócios | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Aumento/Redução do Capital Social | | 9.889 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9.889 |
| 5.09 | Constituição/Realização Reservas Capital | | 0 | (9.889) | 0 | 0 | 0 | (9.889) |
| 5.10 | Ações em Tesouraria | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.11 | Outras Transações de Capital | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.12 | Outros | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.13 | Saldo Final | | 442.946 | 358.677 | 0 | 115.478 | 0 | 917.101 |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|
| 5.01 | Saldo Inicial | 433.057 | 298.562 | 0 | 0 | 48.845 | 0 | 780.464 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Saldo Ajustado | 433.057 | 298.562 | 0 | 0 | 48.845 | 0 | 780.464 |
| 5.04 | Lucro /Prejuízo do Período | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 244.751 | 244.751 |
| 5.05 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (244.751) | (244.751) |
| 5.05.01 | Dividendos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (244.751) | (244.751) |
| 5.05.02 | Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05.03 | Outras Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05.03.01 | Reserva Legal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Realização de Reservas de Lucros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.01 | Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.02 | Ajustes Acumulados de Conversão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.03 | Ajustes de Combinação de Negócios | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.09 | Constituição/Realização Reservas Capital | 0 | 69.985 | 0 | 0 | 0 | 0 | 69.985 |
| 5.09.01 | Doações e subvenções para investimento | 0 | 69.985 | 0 | 0 | 0 | 0 | 69.985 |
| 5.10 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.11 | Outras Transações de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.12 | Outros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.13 | Saldo Final | 433.057 | 368.547 | 0 | 0 | 48.845 | 0 | 850.449 |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAValiação | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|
| 5.01 | Saldo Inicial | 433.057 | 266.930 | 0 | 0 | 33.932 | 0 | 733.919 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Saldo Ajustado | 433.057 | 266.930 | 0 | 0 | 33.932 | 0 | 733.919 |
| 5.04 | Lucro / Prejuízo do Período | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 298.258 | 298.258 |
| 5.05 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.913 | (298.258) | (283.345) |
| 5.05.01 | Dividendos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (225.845) | (225.845) |
| 5.05.02 | Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (57.500) | (57.500) |
| 5.05.03 | Outras Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.913 | (14.913) | 0 |
| 5.05.03.01 | Reserva Legal | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.913 | (14.913) | 0 |
| 5.06 | Realização de Reservas de Lucros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.01 | Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.02 | Ajustes Acumulados de Conversão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.03 | Ajustes de Combinação de Negócios | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.09 | Constituição/Realização Reservas Capital | 0 | 31.632 | 0 | 0 | 0 | 0 | 31.632 |
| 5.09.01 | Doações e subvenções para investimento | 0 | 31.632 | 0 | 0 | 0 | 0 | 31.632 |
| 5.10 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.11 | Outras Transações de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.12 | Outros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.13 | Saldo Final | 433.057 | 298.562 | 0 | 0 | 48.845 | 0 | 780.464 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2008 a 31/12/2008 | 4 - 01/01/2007 a 31/12/2007 | 5 - 01/01/2006 a 31/12/2006 |
|------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 6.01 | Receitas | 3.138.780 | 2.809.080 | 0 |
| 6.01.01 | Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços | 2.638.070 | 2.431.347 | 0 |
| 6.01.02 | Outras Receitas | 1.184 | 13.056 | 0 |
| 6.01.03 | Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios | 512.877 | 424.055 | 0 |
| 6.01.04 | Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa | (13.351) | (59.378) | 0 |
| 6.02 | Insumos Adquiridos de Terceiros | (1.639.287) | (1.473.148) | 0 |
| 6.02.01 | Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos | (950.123) | (871.159) | 0 |
| 6.02.02 | Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros | (683.759) | (587.745) | 0 |
| 6.02.03 | Perda/Recuperação de Valores Ativos | 0 | 0 | 0 |
| 6.02.04 | Outros | (5.405) | (14.244) | 0 |
| 6.03 | Valor Adicionado Bruto | 1.499.493 | 1.335.932 | 0 |
| 6.04 | Retenções | (116.539) | (111.079) | 0 |
| 6.04.01 | Depreciação, Amortização e Exaustão | (116.539) | (111.079) | 0 |
| 6.04.02 | Outras | 0 | 0 | 0 |
| 6.05 | Valor Adicionado Líquido Produzido | 1.382.954 | 1.224.853 | 0 |
| 6.06 | Vlr Adicionado Recebido em Transferência | 31.593 | 96.127 | 0 |
| 6.06.01 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 0 | 0 | 0 |
| 6.06.02 | Receitas Financeiras | 31.593 | 96.127 | 0 |
| 6.06.03 | Outros | 0 | 0 | 0 |
| 6.07 | Valor Adicionado Total a Distribuir | 1.414.547 | 1.320.980 | 0 |
| 6.08 | Distribuição do Valor Adicionado | 1.414.547 | 1.320.980 | 0 |
| 6.08.01 | Pessoal | 117.580 | 109.386 | 0 |
| 6.08.01.01 | Remuneração Direta | 81.949 | 77.840 | 0 |
| 6.08.01.02 | Benefícios | 30.040 | 26.460 | 0 |
| 6.08.01.03 | F.G.T.S. | 5.591 | 5.086 | 0 |
| 6.08.01.04 | Outros | 0 | 0 | 0 |
| 6.08.02 | Impostos, Taxas e Contribuições | 871.964 | 788.097 | 0 |
| 6.08.02.01 | Federais | 340.936 | 285.033 | 0 |
| 6.08.02.02 | Estaduais | 528.580 | 501.595 | 0 |
| 6.08.02.03 | Municipais | 2.448 | 1.469 | 0 |
| 6.08.03 | Remuneração de Capitais de Terceiros | 86.480 | 108.761 | 0 |
| 6.08.03.01 | Juros | 89.520 | 61.237 | 0 |
| 6.08.03.02 | Aluguéis | 5.971 | 4.798 | 0 |
| 6.08.03.03 | Outras | (9.011) | 42.726 | 0 |
| 6.08.04 | Remuneração de Capitais Próprios | 338.523 | 314.736 | 0 |
| 6.08.04.01 | Juros sobre o Capital Próprio | 0 | 0 | 0 |
| 6.08.04.02 | Dividendos | 263.096 | 244.751 | 0 |
| 6.08.04.03 | Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício | 75.427 | 69.985 | 0 |
| 6.08.05 | Outros | 0 | 0 | 0 |

| | | |
|--|--------------------------------------|------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |
| 12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA | | |

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Energética do Ceará - COELCE

1. Examinamos o balanço patrimonial da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE** em 31 de dezembro de 2008 e as correspondentes demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - COELCE, em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5 (b), em 31 de dezembro de 2008, a Companhia mantém transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE pendentes de liquidação e de revisão por parte da CCEE. Com relação às transações pendentes de liquidação, a Sociedade possui registrado como contas a receber o montante de R\$ 12.917.000 em 31 de dezembro de 2008, sob efeito de liminares judiciais para suspensão dos pagamentos. Esses montantes podem estar sujeitos a alterações, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretações das regras do mercado em vigor. Adicionalmente, outros agentes do mercado não honraram seus pagamentos com a COELCE, com efeito de liminares judiciais para suspensão da liquidação financeira desses valores nas datas estabelecidas pela CCEE, resultando em um montante vencido de R\$ 2.372.000, em 31 de dezembro de 2008. As demonstrações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

financeiras da Companhia não incluem nenhuma provisão para perdas em relação a essas contas a receber em atraso.

5. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer, datado de 29 de fevereiro de 2008, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre o assunto mencionado no parágrafo quarto acima. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir 1º. de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, exceto a demonstração das origens e aplicações de recursos, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 13, que trata da adoção inicial da Lei nº 11.638/07, e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Fortaleza, 6 de março de 2009

C A N A R I M
Auditores Associados
CRC-RJ-003.003/O-5"S"CE

Érico L. Canarim
Sócio-Responsável
Contador-CRC-RJ-037.512/O-3"S"CE

(Firma-membro da *AGN International Ltd.*)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Administração, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008.

Todas as comparações realizadas neste Relatório referem-se ao mesmo período de 2007, exceto quando especificado ao contrário.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

A qualidade dos serviços prestados pela Coelce e a excelência crescente no atendimento aos clientes proporcionaram conquistas surpreendentes em 2008. Obtivemos o maior lucro da história da Companhia, de R\$ 339 milhões, seguindo fortemente a estratégia de manter boa eficiência operacional com custos baixos, controle disciplinado da inadimplência e redução de perdas de energia. Pelo terceiro ano consecutivo, fomos eleitos como Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Nordeste pela Abradee. Há muito trabalho duro e dedicação dos colaboradores por trás de todos esses avanços, que nos conduzem a sonhar cada vez mais alto, mas mantendo os pés no chão.

Devido ao cenário de instabilidade econômica mundial, agravado a partir do segundo semestre de 2008 por conta da crise de confiança nas instituições bancárias norte-americanas, a Coelce adotou uma série de medidas a fim de mitigar o impacto sobre seus negócios. A principal delas foi se empenhar para tornar a operação ainda mais enxuta e eficiente, de forma a reduzir os custos estruturais. Isso não significa corte dos empregos e sim um esforço interno de rever todos os processos com base em uma metodologia de otimização de custos.

Os investimentos para 2009 deverão continuar no mesmo patamar aplicado nos últimos anos, sem readequação de cronograma. Em 2008, totalizaram R\$ 473 milhões, com destaque para os R\$ 224 milhões investidos no Programa Luz para Todos, iniciativa do governo federal para a universalização da energia elétrica na zona rural. É a contribuição da Coelce para aumentar o desenvolvimento econômico do Ceará e a qualidade de vida da sociedade.

Para a Coelce, não basta democratizar o acesso à energia elétrica. É preciso prestar um serviço com melhoria contínua na qualidade. Prova disso é a evolução de desempenho nos indicadores de qualidade técnica. Registramos queda de 13,0% no índice de duração das

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

interrupções do fornecimento (DEC), que ficou em 8,18 horas, nos destacando mais uma vez como a empresa com o melhor resultado do Nordeste e o 3º melhor do Brasil. O índice de frequência (FEC) também evoluiu, ficando em 6,78, representando também o melhor resultado da região Nordeste e o 8º melhor do Brasil.

No encerramento de 2008, a Coelce contava com 2,8 milhões de unidades consumidoras, tendo incorporado 153 mil novos clientes no ano, além de alcançar 115 mil quilômetros de linhas de distribuição e transmissão, e inaugurar uma nova subestação (tendo mais duas em construção). As perdas (técnicas e comerciais) foram reduzidas para 11,72%, e o aumento da oferta de novos produtos e serviços registrou faturamento de R\$ 97 milhões, fortalecendo a imagem da Coelce como uma empresa que oferece soluções que vão além da distribuição de energia.

Após a reestruturação interna da Endesa Brasil, da qual fazemos parte, modificamos os valores corporativos, a fim de deixá-los em sintonia com os objetivos comuns, ganhando em sinergia. Nossa visão também foi reformulada, com uma mensagem mais direta e inspiradora: Coelce: Gente e energia para um mundo melhor! Dessa forma, reforçamos a nossa busca por maior proximidade no relacionamento com os nossos públicos estratégicos, baseada em mais confiança, transparência e simplicidade.

Todas as nossas atividades também são planejadas conforme os Sete Compromissos com o Desenvolvimento Sustentável, assumidos desde 2005 por todos da Endesa Brasil. Por conta de todas essas iniciativas, mantivemos as nossas ações preferenciais no seletor grupo de integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo.

Visando ao bem-estar do nosso público interno, continuamos investindo no desenvolvimento das competências profissionais do nosso time, dando ênfase especial nas capacitações envolvendo as lideranças da Companhia, que têm a responsabilidade de incentivar e disseminar as mudanças que queremos para os próximos anos. Com muito orgulho recebemos a notícia de estarmos, pelo terceiro ano consecutivo, na lista das 150 Melhores Empresas para se Trabalhar, na pesquisa do Guia Exame/Você S.A.

Nosso principal desafio em 2009 envolve a Segurança no Trabalho. Em 2008, registramos a lamentável marca de quatro acidentes fatais entre nossos colaboradores terceirizados. Acompanhamos de perto cada uma dessas ocorrências, e assegurar que esses acontecimentos não se repitam será um dos nossos principais compromissos. Acreditamos que não existe patrimônio mais valioso que a vida humana e voltaremos a reforçar ao máximo a necessidade da segurança plena dos colaboradores. Infelizmente, os acidentes demonstraram que ainda existe falta de consciência humana sobre a gravidade dos riscos inerentes a certas funções, como o trabalho dos eletricitas. Para voltarmos a celebrar a marca zero de acidentes graves, conquistada e mantida nos anos anteriores, implementamos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

um rigoroso programa de inspeção nas empresas parceiras, batizado de Projeto Anjo da Guarda.

Nossas ações de responsabilidade social corporativa e proteção ambiental continuaram fortes. O ano de 2008 foi de reconhecimento máximo para o Ecoelce, o programa que troca resíduos recicláveis por bônus na conta de energia, com mais de 100 mil pessoas cadastradas. A iniciativa inovadora da Coelce, dentre outros inúmeros prêmios recebidos, foi uma das dez vencedoras do World Business and Development Awards, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para reconhecer as empresas que mais contribuíram para a obtenção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, sendo o único representante brasileiro dentre os candidatos.

Em parceria com a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), a Coelce também bateu o recorde nacional de plantio de mudas de árvores em uma hora. Com a participação de cerca de 300 voluntários, entre colaboradores, parceiros e familiares, foram plantadas 65 mil mudas em apenas 23 minutos e 30 segundos. Este é apenas um exemplo da força da nossa energia para melhorar a qualidade de vida dos cearenses, em todos os sentidos.

No âmbito social – alinhado com o nosso principal foco de atuação, que é a melhoria da educação no Estado –, destacamos a realização do Natal Educar com Arte. Os estudantes do ensino público foram convidados a participar de um concurso de desenho com uma mensagem natalina, cujo prêmio para os três primeiros lugares foram bolsas de estudo de R\$ 70 mil. O concurso recebeu mais de 17 mil desenhos de 3.700 escolas inscritas, com imensa aprovação da sociedade, e pretendemos repeti-lo em 2009.

Todas essas iniciativas estão alicerçadas no planejamento estratégico “Ser Coelce”, que norteia nosso caminho em prol da sustentabilidade nas esferas econômica, social e ambiental. Vamos continuar trabalhando para ampliar o escopo de nossas certificações de qualidade (ISO 9001), de meio ambiente (ISO 14001) e de Saúde e Segurança do Trabalho (OHSAS 18001).

Gostaríamos de agradecer o empenho de todos os profissionais que se esforçaram ao máximo para alcançarmos a importante missão de distribuir, diariamente, energia com qualidade e com proximidade no atendimento aos clientes. É dessa forma que queremos continuar crescendo junto com o Ceará e gerando valor para os acionistas, por meio da satisfação dos colaboradores e do respeito ao meio ambiente. Muito obrigado!

Abel Alves Rochinha
Diretor-presidente

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

DESTAQUES

- O volume de energia faturada da Coelce atingiu o montante de 7.656 GWh em 2008, 4,5% superior ao ano anterior. No 4T08, foram faturados 2.062 GWh, superior em 4,7% quando comparado ao 4T07.
- As perdas de energia da Coelce encerraram 2008 em 11,72%, representando uma redução de 0,63 p.p. em relação ao ano anterior.
- Em 2008, os indicadores de qualidade do fornecimento DEC e FEC foram de 8,18 horas e 6,78 vezes, representando melhorias de 13,0% e 13,8%, respectivamente, em relação a 2007.

2.1. MERCADO DE ENERGIA

I. CRESCIMENTO DE MERCADO

A Coelce encerrou o ano de 2008 com 2.841.852 unidades consumidoras (“consumidores”), montante 5,7% superior ao número de consumidores ao final de 2007. Esse crescimento representa um acréscimo de 153.087 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado em 2008 está concentrado nas classes residencial, com mais 95.509 consumidores (62,4% do incremento total), e na classe rural, com mais 36.285 novos consumidores (23,7% do incremento total).

Essa evolução reflete, na essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce e dos investimentos realizados ao longo de 2008 para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial os investimentos realizados no Programa Luz para Todos (PLPT), que foram responsáveis pelo acréscimo de 23.410 consumidores.

Em relação aos clientes livres, a Companhia fechou o ano de 2008 com 14 clientes livres, uma retração de 26,3% em relação ao fechamento do ano de 2007. Essa variação se explica pela redução líquida de 5 clientes livres na base comercial da Companhia (basicamente, o retorno de 8 clientes livres ao mercado cativo, e a entrada de 3 novos clientes livres, ao longo de 2008).

| | | |
|--|--------------------------------------|------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |
| 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | | |

II. VENDA DE ENERGIA NA ÁREA DE CONCESSÃO

O volume total de energia vendida na área de concessão da Coelce em 2008 foi de 7.656 GWh, uma evolução de 4,5% (+330 GWh) em relação ao ano anterior, cujo volume foi de 7.326 GWh. Esse incremento na energia vendida está concentrado no mercado cativo da Companhia, que apresentou uma evolução de 6,8% (+444 GWh) em 2008 (6.986 GWh versus 6.542 GWh).

O incremento foi parcialmente compensado por um menor volume de energia vendida para os clientes livres. O volume de 2008, de 670 GWh, foi 14,5% inferior ao registrado em 2007 (-114 GWh). Essa energia gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

No 4T08, o volume de energia faturada atingiu 2.062 GWh, montante 4,7% superior ao registrado no mesmo período de 2007.

II.a) Mercado Cativo

O mercado cativo da Companhia apresentou um incremento de 6,8% em 2008 em relação a 2007. Todas as classes de consumo apresentaram evolução, com destaque para a classe industrial (+10,6%, que representou um acréscimo de 124 GWh). Os principais fatores que impulsionaram o aumento do consumo, além do crescimento vegetativo do mercado, foram:

- Melhoria da renda familiar média, associada a um maior acesso ao crédito, refletidas no consumo per capita da classe residencial e comercial.
- Forte expansão do consumo no mercado doméstico, refletido na classe industrial, além do retorno de alguns clientes livres ao mercado cativo.

No 4T08, a Coelce registrou um volume de energia faturada de 1.907 GWh no mercado cativo, volume 8,1% superior a 2007.

A energia faturada per capita do mercado cativo foi de 2.656 kWh/consumidor, um incremento de 1,1% em relação ao ano anterior. Isso reflete pouca alteração no padrão de consumo médio dos consumidores da Coelce. No entanto, analisando as classes individualmente, observamos elevado crescimento nas classes residencial/normal e na classe industrial. Essas variações são explicadas pelos dois fatores acima expostos.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

II.b) Clientes Livres (TUSD)

A venda de energia para os clientes livres em 2008 foi de 670 GWh, o que representa uma redução de 14,5% em relação a 2007. Essa retração se explica pela já citada redução líquida de 5 clientes livres.

No entanto, observamos um incremento relevante na energia vendida per capita aos clientes livres, de 16,0% em 2008 (48 GWh/consumidor), em relação a 2007 (41 GWh/consumidor).

A Coelce registrou, no 4T08, 154 GWh de energia faturada para os clientes livres, o que representou uma redução de 24,5% em relação ao ano anterior.

III. BALANÇO ENERGÉTICO

A energia total requerida pelo sistema da Coelce foi de 8.575 GWh, um percentual 3,9% superior ao montante do ano anterior (8.257 GWh). Esse aumento foi inferior ao aumento da energia distribuída efetivamente pelo sistema, de 4,8% (7.571 GWh versus 7.227 GWh). Essa discrepância se deve à expressiva redução das perdas de energia no sistema, que fechou 2008 em 11,72%, contra 12,35% em 2007 (redução de 0,63 p.p.).

IV. COMPRA DE ENERGIA

A Coelce celebrou no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, a compra de 8.202 GWh para atender a energia requerida pelo sistema, um incremento de 6,3% (+ 490 GWh) em relação ao ano passado, que foi de 7.712 GWh, tendo em vista o crescimento do mercado e conseqüente maior energia faturada.

O custo médio de compra apresentou pouca variação em 2008 em relação ao ano de 2007, um incremento de 0,4%.

2.2. DESEMPENHO OPERACIONAL

I. DEC E FEC

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade no fornecimento de energia do sistema da Coelce. Eles refletem:

- DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média ao longo da qual os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas por ano).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes por ano).

A Coelce encerrou o ano de 2008 com DEC em 8,18 horas, índice 13,0% melhor do que o valor do ano anterior, de 9,40 horas. O FEC alcançou o patamar de 6,78 vezes, o que representa uma evolução de 13,8% em relação a 2007, que fechou em 7,87 vezes.

Os indicadores de qualidade da Coelce alcançados em 2008 são os melhores DEC e FEC da região nordeste, o 3º melhor DEC nacional e o 8º melhor FEC nacional (fonte: ABRADEE, Aneel e resultados anuais das companhias), fruto dos investimentos realizados em qualidade do sistema e da eficiência operacional da Companhia. Além disso, Fortaleza foi a capital da região nordeste com os melhores indicadores de qualidade em 2008.

II. PERDAS E COBRABILIDADE

As perdas de energia alcançaram 11,72% em 2008, uma melhora de 6,1% (0,63 p.p.) em relação às perdas registradas em 2007, de 12,35%. O valor alcançado reflete os investimentos constantes no combate às perdas ao longo dos últimos anos, aliado à ações sociais em prol da geração de renda.

Em relação à cobrabilidade (medida como valores arrecadados sobre valores faturados, em doze meses), a mesma encerrou 2008 em 100,5%, valor 0,25 p.p. superior ao encerramento de 2007, de 100,3%.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DESTAQUES

- A receita líquida totalizou R\$ 1.915 milhões, 11,4% superior a 2007. No 4T08, a receita líquida atingiu R\$ 500 milhões, 12,7% acima do mesmo trimestre do ano anterior.
- O EBITDA evoluiu 19,7% em 2008, atingindo R\$ 570 milhões. A evolução no 4T08 em relação ao 4T07 foi de 30,6%, atingindo R\$ 138 milhões.
- O lucro líquido da Coelce de 2008 superou o resultado de 2007 em 38,3%, atingindo R\$ 339 milhões. No 4T08, o lucro líquido foi de R\$ 132 milhões, 229,9% superior ao 4T07.
- Os investimentos (CAPEX) realizados em 2008 somaram R\$ 473 milhões, montante superior a 2007 em 19,2%. Somente no 4T08, foram investidos R\$ 139 milhões, 27,5% acima do investido no mesmo período do ano passado.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Pelo 3º ano consecutivo, as ações preferenciais classe A da Coelce (COCE5) integram a composição da carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa.
- Em 18/03/09, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de distribuição de R\$ 263.129.829,13 em dividendos (100% do lucro líquido passível de distribuição), o que representa R\$ 3,3797/ação. A proposta deverá ser, ainda, aprovada de forma definitiva em Assembléia Geral Ordinária.

3.1. COMENTÁRIOS DO RESULTADO

I. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A receita operacional bruta da Coelce em 2008 alcançou R\$ 2.697 milhões, um incremento de 10,2% em relação ao ano de 2007 (+R\$ 249 milhões). O crescimento na receita operacional bruta foi causado, principalmente, devido à:

- Evolução de 6,4% (R\$ 2.359 milhões versus R\$ 2.217 milhões) no fornecimento de energia (+R\$ 142 milhões), por:
 - Crescimento do número de consumidores (+5,7%), e conseqüente crescimento da energia faturada (+6,8%);
 - Reajuste tarifário da Companhia, de +8,43%, a partir de 22 de Abril de 2008.
- Incremento de 67,1% (-R\$ 18 milhões versus -R\$ 56 milhões) na recuperação do ativo regulatório de 67,1% (+R\$ 37 milhões):
 - Estorno de receitas que foram apropriadas em outros exercícios para recuperação de perdas oriundas do racionamento de energia (ocorrido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002), iniciado em janeiro de 2002 e encerrado em abril de 2008 (76 meses).
- Recuperação Parcela A (-R\$ 49 milhões)
 - Com o término do prazo de 76 meses para recuperar os ativos registrados pelas perdas do racionamento e a energia livre das geradoras, iniciou-se a recuperação da parcela A – extraordinária através dos adicionais tarifários de 2,9% e 7,9%. A Coelce realizou toda a recuperação da parcela A em 2008.
- Evolução de 124,7% (R\$ 5 milhões versus -R\$ 23 milhões) no reposicionamento tarifário – CVA (+R\$ 28 milhões):
 - A partir de abril de 2008, a Coelce iniciou a reversão de provisão constituída entre dezembro de 2007 e março de 2008, no valor de R\$ 13 milhões (sendo R\$ 9 milhões em 2007 e R\$ 4 milhões em 2008), a ser feita em 12 parcelas iguais. Essa provisão foi constituída para cobrir diferenças de tarifa a serem devolvidas no reajuste tarifário de 22 de abril de 2008, geradas pelo recálculo da cota de reintegração considerada na revisão tarifária de 2007, que passou de R\$ 111 milhões para R\$ 97 milhões.

| | | |
|--|--------------------------------------|------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |
| 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | | |

▪ **Baixa – Energia Livre (+R\$ 58 milhões):**

Em maio de 2008 a Companhia procedeu com a baixa da energia livre (saldos a receber e a pagar) pela não recuperação no prazo conforme determinação do Ofício Circular nº 2.409/2007. O montante relacionado à energia livre refere-se à energia gerada e disponibilizada no sistema, não prevista nos contratos iniciais apuradas entre os meses de junho de 2001 e fevereiro de 2002.

▪ **Aumento de 4,9% (R\$ 105 milhões versus R\$ 100 milhões) em outras receitas (+R\$ 5 milhões):**

Reflete o aumento das vendas de novos produtos e serviços – novos negócios – oferecidos pela Companhia (que alcançou R\$ 97 milhões em 2008 versus R\$ 77 milhões em 2007). Os principais serviços oferecidos estão relacionados à arrecadação para terceiros e à prestação de serviços ligados à energia elétrica para clientes institucionais, industriais, comerciais e residenciais (projeto e construção de redes particulares, aluguel de infra-estrutura, entre outros). Esse aumento foi compensado em parte pela reversão não recorrente do déficit atuarial de R\$ 16,3 milhões registrada no primeiro semestre de 2007, em razão da alteração de modalidade do plano previdenciário de benefício definido para contribuição definida.

II. DEDUÇÕES DA RECEITA

As deduções da receita aumentaram 7,2% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 781 milhões em 2008, contra -R\$ 729 milhões em 2007 (-R\$ 53 milhões). Essa variação se deve basicamente aos seguintes itens:

▪ **Acréscimo de 5,4% (-R\$ 529 milhões versus -R\$ 502 milhões) no ICMS (-R\$ 27 milhões):**

Aumento verificado pelo incremento da receita operacional bruta.

▪ **Variação de 16,0% e 14,5%, respectivamente, no COFINS e PIS (-R\$ 19 milhões):**

Aumento verificado pelo incremento da receita operacional bruta.

▪ **Aumento de 29,2% (-R\$ 30 milhões versus -R\$ 23 milhões) na cota da Reserva Global de Reversão – RGR (-R\$ 7 milhões):**

Cota anual, prevista na legislação, destinada à União Federal, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica, cujo montante anual é definido pela ANEEL, e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

III. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais em 2008 alcançaram -R\$ 1.462 milhões, um aumento de 8,0% (-R\$ 108 milhões) em relação ao ano anterior. Essa variação foi causada devido à:

Incremento de 15,7% (-R\$ 1.013 milhões versus -R\$ 876 milhões) nos custos e despesas não-gerenciáveis (-R\$ 138 milhões), por:

- Aumento de 6,8% (-R\$ 863 milhões versus -R\$ 808 milhões) na energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 55 milhões):
Refere-se aos custos de aquisição de energia para atender o mercado da Companhia. O aumento é derivado de uma maior quantidade de energia vendida.
- Aumento de 41,7% (-R\$ 71 milhões versus -R\$ 50 milhões) nos encargos do uso de energia elétrica (-R\$ 21 milhões):
Refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica. O aumento deve-se a dois fatores, a saber: ajuste realizado em abril de 2008, de aproximadamente R\$ 7 milhões, para compensar despesas pagas a maior às transmissoras em períodos anteriores, e o reajuste das tarifas dos agentes de transmissão, ocorrido em julho de 2008.
- Baixa – Energia Livre (-R\$ 50 milhões):
Em maio de 2008 a Companhia procedeu com a baixa da energia livre (saldos a receber e a pagar) pela não recuperação no prazo conforme determinação do Ofício Circular nº 2.409/2007. O montante relacionado à energia livre refere-se à energia gerada e disponibilizada no sistema, não prevista nos contratos iniciais, apuradas entre os meses de junho de 2001 e fevereiro de 2002.

Melhora de 6,2% (-R\$ 449 milhões versus -R\$ 478 milhões) nos custos e despesas gerenciáveis (+R\$ 30 milhões), por:

- Aumento de 10,2% (-R\$ 212 milhões versus -R\$ 192 milhões) em material e serviços de terceiros (-R\$ 20 milhões):
O aumento do volume de investimentos (+19,2%), aliado aos reajustes contratuais dos fornecedores em 2008 e um maior volume de serviços prestados através do segmento de novos negócios da Coelce foram os responsáveis pelo aumento de 10,2% nos custos de material e serviços de terceiros em 2008.
- Melhoria de 77,5% (-R\$ 13 milhões versus -R\$ 59 milhões) em provisão para créditos de liquidação duvidosa (+R\$ 46 milhões):

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2007 foi registrada provisão para possíveis perdas nos créditos a receber oriundos do racionamento de energia (RTE) no montante R\$ 41 milhões, dos quais R\$ 37 milhões foram registrados no 2T07 e R\$ 4 milhões no 3T07, devido à proximidade do prazo final estabelecido para a recuperação desses créditos.

- Evolução de 206,1% (R\$ 7 milhões versus -R\$ 6 milhões) em provisão para contingências (+R\$ 13 milhões):

Alguns eventos em 2008, como a reversão de provisões em agosto e setembro, sendo R\$ 9 milhões referentes a processos tributários (PASEP) e R\$ 4,4 milhões referentes a processos cíveis. Os advogados da Companhia consideram remota a possibilidade de perdas nesses processos

IV. EBITDA

Com base nas variações acima expostas, em 2008, o EBITDA da Coelce atingiu o montante de R\$ 570 milhões, o que representa um incremento de 19,7% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 476 milhões (+R\$ 94 milhões). A margem EBITDA da Companhia encerrou 2008 em 29,7%, o que representa uma evolução de 7,4% (2,0 p.p.) em relação ao ano anterior, que fechou em 27,7%.

V. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Coelce, em 2008, ficou em -R\$ 49 milhões, uma redução de mais de 300% em relação ao ano anterior (-R\$ 8 milhões). Essa variação (-R\$ 41 milhões) foi devida aos seguintes fatores:

Redução de 67,1% (R\$ 32 milhões versus R\$ 96 milhões) nas receitas financeiras (-R\$ 65 milhões), por:

- Redução de 74,6% (R\$ 5 milhões versus R\$ 18 milhões) na atualização do ativo regulatório (-R\$ 14 milhões):
Finalização do período de recuperação do ativo regulatório oriundo do racionamento, reduzindo atualização monetária.
- Redução de 191,6% (-R\$ 24 milhões versus R\$ 26 milhões) em outras receitas financeiras (-R\$ 50 milhões):
Ajuste de correções cambiais de dívida com fornecedor de energia indexada a três indicadores (petróleo, inflação e dólar, sendo este último, o mais relevante), além da CVA inerente a estes ajustes.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Redução de 22,6% (-R\$ 81 milhões versus - R\$ 104 milhões) nas despesas financeiras (+R\$ 24 milhões), por:

- Aumento de 31,6% (-R\$ 59 milhões versus -R\$ 45 milhões) nos encargos de dívidas (-R\$ 14 milhões):
Tendo em vista o aumento da dívida financeira bruta da Companhia (+R\$ 279 milhões), com a emissão de R\$ 245 milhões em notas promissórias (*commercial papers*) em julho em 2008.
- Aumento de 86% (-R\$ 31 milhões versus -R\$ 16 milhões) nas variações monetárias (-R\$ 14 milhões):
Variações Monetárias: -R\$ 4 milhões
Variação Cambial dos BONDS - empréstimos desprotegidos da Coelce (sem hedge): -R\$ 4 milhões
Resultado do swap do empréstimo junto ao BEI: -R\$ 6 milhões

Efeitos compensados por:

- Redução de 93,9% (-R\$ 0,7 milhões versus -R\$ 11 milhões) na CPMF (+R\$ 10 milhões):
Término da cobrança do imposto, em 2008.
- Redução de 176% (R\$ 17 milhões versus -R\$ 23 milhões) em outras despesas financeiras (+R\$ 41 milhões)
Ajuste de correções cambiais de dívida com fornecedor de energia indexada a três indicadores (petróleo, inflação e dólar, sendo este último, o mais relevante), além da CVA inerentes a estes ajustes

VI. IR/CSLL

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2008 registraram -R\$ 59 milhões, uma redução de 44,9% em relação ao ano anterior, de -R\$ 106 milhões (+R\$ 48 milhões). Essa variação foi gerada pela aplicação da Instrução CVM 555/08, segundo a qual os incentivos fiscais passam a ser reconhecidos no Resultado do Exercício. Dessa forma o registro do incentivo fiscal - SUDENE apurado a partir da Lei 11.638/07 foi contabilizado no exercício como redutor da despesa do imposto de renda, e a seguir transferido para a reserva de lucros (R\$ 67 milhões). Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento no IR e no CSLL, tendo em vista um melhor resultado antes de impostos apurado em 2008.

VII. LUCRO LÍQUIDO

Com base nos efeitos expostos anteriormente, em 2008, a Coelce registrou um lucro líquido de R\$ 339 milhões, valor 38,3% superior ao registrado no ano de 2007, que foi de R\$ 245 milhões (+R\$ 94 milhões). Ao analisarmos a evolução do lucro líquido sem os efeitos no

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

resultado da adoção da lei nº 11.638/07 e da medida provisória nº 449/08 (conforme nota explicativa nº 2 das DFPs da Companhia), teríamos um incremento de 9,8% (R\$ 269 milhões versus 246 milhões). Esses efeitos se resumem à:

- Incentivos fiscais passam a ser reconhecidos no resultado do exercício (R\$ +66 milhões);
- A conta de ativo diferido foi extinta. Logo, a Companhia procedeu com a baixa do valor no balanço (R\$ 3 milhões).

3.2. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

Em abril de 2008, além do reajuste anual contratual, a Aneel procedeu o recálculo da revisão tarifária da Coelce, quando foi aprovada a Base de Remuneração e, consequentemente, também o valor da Remuneração do Capital e da Quota de Reintegração. O processo de revisão tarifária ainda permaneceu provisório, visto que faltou a definição quanto à metodologia para construção da Empresa de Referência. A estimativa da Aneel é concluí-la em abril de 2009. O reajuste tarifário anual contratual foi de 8,43%, sendo 6,04% relativos ao processo de reajuste e 2,39% referente aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 6,78% percebido pelos consumidores.

3.3. ENDIVIDAMENTO (DÍVIDA FINANCEIRA SEM CUSTOS DE TRANSAÇÃO)

I. INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

A dívida financeira bruta da Coelce (excluindo-se a dívida previdenciária) encerrou 2008 em R\$ 845 milhões, um aumento de 49,4% em relação ao ano de 2007, que foi de R\$ 566 milhões (+R\$ 280 milhões). O aumento da dívida deve-se, principalmente, à emissão de notas promissórias (*commercial papers*), no valor de R\$ 245 milhões, com remuneração de CDI+0,95% a.a. pelo prazo de 360 dias, realizada em julho de 2008. Essa emissão teve o duplo objetivo de cobrir os atrasos no recebimento dos valores das subvenções dos programas Baixa Renda e Luz para Todos, e refinarciar dívidas vincendas de custo mais elevado do que o custo da emissão das notas promissórias.

3.4. INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Coelce em 2008 alcançaram R\$ 473 milhões, uma evolução de 19,2% (+R\$ 76 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 397 milhões. O volume mais expressivo no portfólio de investimentos da Companhia é direcionado ao Programa Luz para Todos (PLPT), que representa 47% (R\$ 224 milhões) de todo o valor investido em 2008. O programa tem por objetivo levar a energia elétrica à população rural, estimulando o desenvolvimento das áreas isoladas dos centros urbanos e a geração de renda nessas localidades.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desde 2004, quando a Coelce iniciou o PLPT, já foram conectados mais de 112 mil clientes, e até 2010, serão conectados mais 52 mil clientes.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Coelce atingiram R\$ 314 milhões, 14,6% superiores ao realizado em 2007 (R\$ 274 milhões).

3.5. MERCADO DE CAPITAIS

I. OVERVIEW

41,1% do Capital Social da Coelce estão em livre negociação na BM&FBovespa, e representam o *Free Float*, enquanto os demais 58,9% estão nas mãos do grupo controlador.

Em relação ao desempenho da ação preferencial COCE5, mesmo com os efeitos da crise financeira internacional sobre o mercado de capitais brasileiro, a mesma apresentou valorização de 4,6% em 2008, frente uma desvalorização do Ibovespa de 41,6% e do IEE – Índice de Energia Elétrica de 11,6%. É importante mencionar que essa *performance* faz com que o papel se destaque dentro dos ativos que compõem a carteira do IEE (16 ao total), sendo o terceiro melhor desempenho no ano de 2008.

A Coelce possui, atualmente, 3 papéis sendo negociados na BM&FBovespa, sendo que o de maior liquidez é a ação preferencial A (COCE5), com uma média de 50 negócios diários, em 2008. Os demais papéis, por possuírem baixa liquidez, estão expostos a negociações que fogem à percepção média do mercado sobre a Companhia, o que ocasionou a desvalorização em 2008, frente o ano de 2007.

4. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução CVM no 381, de 14 de janeiro de 2003, dispôs sobre a necessidade de divulgação, pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa. Nos termos dessa Instrução CVM, a Coelce declara que, em 2008, não foram contratados/prestados serviços que não os relacionados à auditoria externa pela CANARIM Auditores Associados à Companhia Energética do Ceará.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |
| 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | |

5. AGRADECIMENTOS

A Administração da Companhia Energética do Ceará agradece a seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades do Estado do Ceará, pela confiança depositada na Companhia em 2008. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pelo empenho e envolvimento com os objetivos da Coelce.

A Administração

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | |

1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Investluz S/A, e concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Companhia tem como área de concessão todo o Estado do Ceará, atendendo aproximadamente 2.629 mil consumidores (2.490 mil em 2007) e um quadro de 1.278 empregados em 31 de dezembro de 2008 (1.297 em 2007). A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com prazo de 30 anos, com vencimento para 12 de maio de 2028.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

(a) Alteração da legislação societária brasileira

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que se iniciou em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a Companhia está adotando pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Lei 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08. Consequentemente, as seguintes práticas contábeis foram modificadas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007:

- A Companhia revisou os saldos registrados em ativo diferido e os que não atendiam aos critérios de reconhecimento como intangível foram baixados no exercício de 2008. Assim, a parcela correspondente a anos anteriores foi registrada, no balanço de abertura, no valor total de R\$8.794, líquido dos efeitos fiscais.
- O valor correspondente ao incentivo ADENE, apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07, no montante de R\$ 66.633, foi contabilizado no resultado do exercício como redutora da despesa com imposto de renda e, posteriormente, transferido para a reserva de lucros não distribuíveis, em atendimento à Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 07.
- A Companhia reclassificou o saldo de softwares do ativo imobilizado para o intangível, no montante de R\$ 13.994, em atendimento à Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 04.
- A Companhia reclassificou o saldo dos custos incorridos na captação de recursos no montante de R\$ 2.993, apresentando-os como redutor das contas de empréstimos e financiamentos, e passou a amortizá-los com base na mesma curva de amortização do empréstimo, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08. Até 31 de dezembro de 2007, tais custos eram contabilizados como despesas antecipadas e amortizados em linha reta pelo prazo do empréstimo.
- Em atendimento a medida provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, a companhia reclassificou o resultado não operacional para resultado operacional.
- Conforme item 51 do pronunciamento técnico CPC 13, a Companhia não está apresentando a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- A Companhia já adotava a elaboração da demonstração do fluxo de caixa e da demonstração do valor adicionado, que se tornaram obrigatórias através da Deliberação CVM nº 547 de 13 de agosto de 2008 e Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 nesta ordem.

Os efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e no patrimônio líquido decorrentes da adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, líquidos dos efeitos tributários, estão demonstrados a seguir:

| | Resultado do exercício | Patrimônio Líquido |
|------------------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Efeitos da Lei 11.638/07: | | |
| Baixa ativo diferido | 3.118 | (8.794) |
| Reserva de incentivo fiscal- ADENE | 66.633 | - |

(b) Reclassificações nas demonstrações financeiras do exercício anterior:

Para fins de melhor apresentação e manutenção da comparabilidade, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas, quando aplicável.

| | 2007 | |
|---|-----------|----------------|
| | Publicado | Reclassificado |
| Balanco Patrimonial | | |
| Ativo | | |
| Circulante | | |
| Numerário disponível | 12.354 | - |
| Aplicações financeiras | 10 | - |
| Disponibilidades | | |
| Emprestimos e financiamentos | 206.556 | 204.941 |
| Consumidores, concessionários e permissionários | 565.714 | 562.830 |
| Pesquisa e desenvolvimento/ Eficiência energética | 38.181 | 18.233 |
| Despesas pagas antecipadamente | 115.145 | 113.530 |
| Provisão Baixa renda | 25.788 | - |
| Outros créditos | 23.023 | 25.907 |
| Partes relacionadas | 101.815 | 102.665 |
| Não circulante | | |
| Outras obrigações | 45.579 | 44.729 |
| Depósitos vinculados a litígios | 21.668 | 16.555 |
| Não circulante | | |
| Despesas pagas antecipadamente | 90.681 | 88.748 |
| Emprestimos e financiamentos | 354.524 | 352.591 |
| Imobilizado | 1.542.026 | 1.527.355 |
| Provisão para contingências | 74.457 | 69.344 |
| Intangível | - | 14.671 |
| Pesquisa e desenvolvimento/ Eficiência energética | - | 19.946 |
| Provisão Baixa renda | - | 25.788 |
| Demonstração do Resultado | | |
| 15/06/2009 09:48:08 | 83.597 | Pág: 35 |
| Outras receitas operacionais | | 100.099 |
| Outras despesas operacionais | (3.166) | (6.613) |
| Receitas não operacionais | 16.507 | - |

| | | |
|--|--------------------------------------|------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | | |

3. Principais práticas contábeis adotadas

- (a) Aplicações financeiras - São registradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo o valor de mercado (nota 4);
- (b) Consumidores, concessionários e permissionários - Referem-se a créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência (nota 5);
- (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Calculada com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos (nota 5);
- (d) Estoques - Os materiais em estoques, de operação e manutenção, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a projetos, contabilizados no imobilizado, estão avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perda por obsolescência, quando aplicável;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(e) Despesas pagas antecipadamente - São compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos e incluem a conta de compensação da variação de valores de itens da parcela A - CVA e respectivos encargos que serão apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente for faturada aos consumidores (nota 11);

(f) Imobilizado - Está composto pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pelas Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999.

O saldo do imobilizado inclui o valor do ágio oriundo da incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999. A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027 (nota 13);

(g) Intangível - Registrado pelo custo de aquisição, composto de software do sistema corporativo, sendo amortização método linear durante cinco anos (nota 14).

(h) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%) e consideram a absorção de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30%, para fins de determinação das exigibilidades. Os impostos diferidos ativos atribuíveis às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseada nas projeções de resultados preparadas pela Administração. A Companhia possui direito a redução do imposto de renda a pagar calculado com base no lucro da exploração (nota 25);

(i) Obrigações com benefícios pós-emprego - Referem-se ao passivo atuarial relativo ao plano de previdência complementar oferecido aos empregados da Companhia, registrado em regime de competência com base em avaliação efetuada por atuário externo (nota 26);

(j) Provisões para contingências - São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processos cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes na data do balanço (nota 22);

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (k) Obrigações vinculadas à concessão - Referem-se aos recursos de participação financeira dos consumidores e da União e de doações e subvenções para investimentos, destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, depreciados de acordo ofício nº296, de fevereiro de 2007. Estas obrigações foram apresentadas nas demonstrações financeiras como redução do ativo imobilizado em serviço (nota 13).
- (l) Atualizações monetárias de direitos e obrigações - Os direitos e obrigações sujeitos às variações monetária e cambial, por força contratual ou dispositivo legal, estão atualizados até a data do balanço. Os passivos pactuados em moeda norte-americana são convertidos para reais em função da taxa de câmbio reportada pelo Banco Central do Brasil (US\$1 = R\$ 2,3370 em 31 de dezembro de 2008 e US\$1 = R\$1,7713 em 31 de dezembro de 2007);
- (m) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime contábil de competência;
- (n) Outros direitos e obrigações - Demais ativos e passivos circulantes e não circulante estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos;
- (o) Estimativas - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da:
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
 - Provisão para contingências e planos de aposentadoria complementar;
 - Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos;
 - Recebimentos no âmbito da CCEE;
 - Ativo regulatório – Reposicionamento tarifário;
 - Provisão para devolução de baixa renda;
 - Crédito luz para todos
 - Fornecimento não faturado
- (o) Lucro líquido por ação – Calculado com base no número total de ações na data do encerramento do balanço.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Disponibilidades

As aplicações financeiras estão relacionados a certificados de depósitos bancários vinculados ao CDI (Certificado de depósito intercalado) e fundos mútuos de renda fixa com remuneração diária. Apesar de algumas aplicações estarem contratadas com vencimento superior a 12 meses, não há restrições para seu resgate imediato.

| Banco | Tipo | Vencimento | Taxa | 2008 | 2007 |
|-------------------------------|-----------------------|------------|---------------|---------------|---------------|
| VOTORANTIM | Fundo de Investimento | - | Cotas diárias | 2 | 2 |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 11/10/2010 | 100,80% CDI | 9 | 8 |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 24/07/2010 | 103,00% CDI | 21 | - |
| CONTAS CORRENTES | - | - | - | 15.806 | 12.354 |
| Total disponibilidades | | | | 15.838 | 12.364 |

5. Consumidores, concessionários e permissionários

A composição das contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, em 31 de dezembro, é como segue:

| Descrição | 2008 | 2007 reclassificado |
|---|----------------|------------------------|
| Consumidores | 430.917 | 568.579 |
| Faturados | 353.646 | 328.632 |
| Não faturados | 77.271 | 239.947 |
| Fornecimento | 76.804 | 67.704 |
| Ativos regulatórios | 467 | 172.243 |
| Concessionários e permissionários | 4.678 | 11.800 |
| Comercialização no âmbito da CCEE (b) | 15.311 | 18.958 |
| Total de consumidores, concessionários e permissionários (a) | 450.906 | 599.337 |
| Circulante | 416.909 | 562.830 |
| Não Circulante | 33.997 | 36.507 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

| Classe de consumidores | Vencidos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Valor bruto | | Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | Total | |
|--|----------------|----------------------|-----------------------------|----------------|---------------------|---|------------------|----------------|---------------------|
| | | | | 2008 | 2007 reclassificado | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 reclassificado |
| Circulante - | | | | | | | | | |
| Residencial | 46.995 | 31.138 | 14.104 | 92.237 | 79.344 | (16.494) | (13.938) | 75.743 | 65.406 |
| Industrial | 12.642 | 6.348 | 4.412 | 23.402 | 10.254 | (5.608) | (3.638) | 17.794 | 6.616 |
| Comercial | 13.960 | 10.335 | 10.084 | 34.399 | 30.943 | (11.090) | (9.224) | 23.309 | 21.719 |
| Rural | 14.136 | 6.061 | 1.682 | 21.879 | 19.299 | (1.792) | (1.144) | 20.087 | 18.155 |
| Poder público | | | | | | | | | |
| Federal | 2.333 | 349 | 36 | 2.718 | 2.125 | (6) | - | 2.712 | 2.125 |
| Estadual | 3.246 | 328 | 35 | 3.609 | 3.609 | (13) | (92) | 3.596 | 3.537 |
| Municipal | 6.863 | 3.850 | 4.085 | 14.798 | 15.271 | (3.934) | (3.975) | 10.864 | 11.296 |
| Iluminação pública | 4.426 | 1.458 | 729 | 6.613 | 6.066 | (497) | (613) | 6.116 | 5.453 |
| Serviço público | 5.596 | 676 | 67 | 6.339 | 5.991 | (622) | (42) | 5.717 | 5.949 |
| Sub total | 110.197 | 60.563 | 35.234 | 206.994 | 172.922 | (40.056) | (32.666) | 165.938 | 140.256 |
| Comercialização na CCEE (b) | 2.394 | - | - | 2.394 | 5.383 | - | - | 2.394 | 5.383 |
| Consumidores livres | 4.678 | - | - | 4.678 | 11.800 | - | - | 4.678 | 11.800 |
| Não faturado | 76.804 | - | - | 76.804 | 67.704 | - | - | 76.804 | 67.704 |
| Provisão refaturamento Prefeituras | - | - | - | - | (12.000) | - | - | - | (12.000) |
| Parcelamento de débitos | 44.946 | - | - | 44.946 | 45.898 | (6.767) | (12.776) | 38.179 | 33.122 |
| Outros créditos | 11.624 | 4.026 | 2.003 | 17.653 | 15.723 | (778) | (687) | 16.875 | 15.036 |
| Encargo emergencial (c) | - | 1.596 | 927 | 2.523 | 2.387 | - | - | 2.523 | 2.387 |
| Créditos junto a clientes com ações (d) judiciais | 27.937 | 2.441 | 31.072 | 61.450 | 80.370 | (46.168) | (64.737) | 15.282 | 15.833 |
| Ativos regulatórios (nota 6) | - | - | - | - | 170.376 | - | (102.562) | - | 67.814 |
| Ativos regulatórios-Transmissoras (nota 6) | 467 | - | - | 467 | 1.367 | - | - | 467 | 1.367 |
| Total Circulante | 279.047 | 68.626 | 69.236 | 416.909 | 562.830 | (93.769) | (213.428) | 323.140 | 349.402 |
| Não Circulante | | | | | | | | | |
| Comercialização na CCEE (b) (*) | - | - | 12.917 | 12.917 | 13.375 | - | - | 12.917 | 13.375 |
| Parcelamento de débito | 21.080 | - | - | 21.080 | 22.932 | (3.174) | - | 17.906 | 22.932 |
| Total não Circulante | 21.080 | - | 12.917 | 33.997 | 36.307 | (3.174) | - | 30.823 | 36.507 |
| Total consumidores, concessionários e permissionários | 300.127 | 68.626 | 82.153 | 450.906 | 599.337 | (96.943) | (213.428) | 353.963 | 385.909 |

b) Comercialização no âmbito da CCEE

| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | 2008 | 2007 |
|---|---------------|---------------|
| Valores a receber - setembro/2000 a dezembro/2002 | | |
| Valor em litígio - Liminares (*) | 12.917 | 13.575 |
| Valores negociados | - | 103 |
| Valores com a exigibilidade suspensa (**) | 2.372 | 2.560 |
| Valores a receber - Energia curto prazo do período | 22 | 2.720 |
| Total comercialização no âmbito da CCEE | 15.311 | 18.958 |
| Circulante | 2.394 | 5.383 |
| Não circulante | 12.917 | 13.575 |

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) O montante de R\$ 12.917 (13.575 em 2007), registrado no não circulante, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

(**) O montante de R\$ 2.372 (2.560 em 2007), referente a contas a receber de venda de energia efetuadas na CCEE às empresas AES sul (R\$ 2.031) e DFESA (R\$ 341), encontra-se com a exigibilidade suspensa.

c) Encargo emergencial

Com o objetivo de cobrir os custos com a contratação de capacidade de geração ou de potência de usinas emergenciais e aquisição de energia das mesmas, foram instituídos o “encargo de capacidade emergencial” e o “encargo de aquisição emergencial”. Estes encargos deveriam ser repassados mensalmente a CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial.

O “encargo de aquisição emergencial” vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004.

O “encargo de capacidade emergencial” foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

d) Créditos junto a clientes com ações judiciais

O montante de R\$ 61.450 (R\$ 80.570 em 2007) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$ 22.947 (R\$ 22.350 em 2007) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a esses processos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. Ativos e passivos regulatórios

| Descrição | 2008 | | 2007 | |
|--|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Ativos: | | | | |
| a. Consumidores e revendedores (nota 5) | | | | |
| a1. Acordo geral do setor elétrico | | | | |
| Perda de receita - racionamento | - | - | 120.552 | - |
| Energia livre | - | - | 49.824 | - |
| Provisão para crédito liquidação duvidosa-RTE | - | - | (102.562) | - |
| a2. Ativo regulatório transmissoras | 467 | - | 1.867 | - |
| | 467 | - | 69.681 | - |
| b. Despesas pagas antecipadamente - CVA (nota 11) | | | | |
| Parcela A - Extraordinária | - | - | 43.137 | - |
| CVA - Conta consumo de combustível | 7.857 | 7.849 | 15.041 | 6.080 |
| CVA - Conta de desenvolvimento energético | 83 | 4 | 137 | 15 |
| CVA - Uso da rede elétrica | 4.825 | 2.808 | - | - |
| CVA - Encargo de serviço do sistema | 19.641 | 6.820 | - | - |
| CVA - Compra de energia | 52.282 | 89.669 | 53.303 | 81.094 |
| CVA - PROINFA | 1.239 | 46 | 426 | 134 |
| | 85.927 | 107.196 | 112.044 | 87.323 |
| Passivos: | | | | |
| a. Fornecedores - Suprimento de energia (nota 16) | | | | |
| Energia livre | - | - | 64.030 | - |
| | - | - | 64.030 | - |
| b. Outros Passivos (nota 22) | | | | |
| b1. CVA | | | | |
| CVA - Uso da rede elétrica | - | - | 5.259 | 1.278 |
| CVA - Conta consumo de combustível | - | - | 20.790 | 1.284 |
| CVA - Sobrecontratação - excedente 3% | 10.948 | - | - | - |
| b2. Reposicionamento revisão tarifária | 3.791 | - | 9.333 | - |
| b3. Passivo regulatório-Transmissoras | 1.167 | - | 1.867 | - |
| b4. Passivo regulatório - Parcela A | 2.463 | - | - | - |
| | 18.369 | - | 37.249 | 2.562 |

a) Consumidores e revendedores

a1. Acordo geral do setor elétrico

Em dezembro de 2001, foi firmado o acordo geral do setor elétrico entre o Governo Federal e as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica para a retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica (1º de junho de 2001 a 1º de março de 2002).

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438 todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica efetuaram um levantamento do montante da receita não auferida decorrente de redução de consumo de energia elétrica no período do racionamento (Recomposição tarifária extraordinária - RTE) a ser reconhecida com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A referida recomposição tarifária extraordinária ocorreu no período de janeiro de 2002 a abril de 2008, por meio da aplicação às tarifas vigentes à época do acordo do setor elétrico, assim reconhecidas pela ANEEL, da seguinte forma:

- 2,9% para os clientes residenciais, rurais e iluminação pública, exceto para aqueles classificados como residenciais baixa renda;
- 7,9% para os demais clientes.

Perda de receita - racionamento

A perda de receita registrada no contas a receber teve os seguintes efeitos reconhecidos contra resultados dos períodos correspondentes:

| | 2008 |
|---|------------------|
| Valor Homologado | 210.861 |
| (+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2007 | 212.323 |
| (+) Atualização monetária em 2008 | 4.669 |
| Total de atualização | 216.992 |
| | |
| (-) Recuperação das perdas até 31 de dezembro de 2007 | (302.632) |
| (-) Recuperação das perdas de 2008 | (18.347) |
| Total recuperado | (320.979) |
| Baixa RTE Ofício- ANEEL n.º 2409/07 | (106.874) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2008 | - |

O valor de R\$ 210.861, homologado pelas Resoluções ANEEL nº 480 e nº 481, de 29 de agosto de 2002, refere-se à diferença entre a receita estimada, sem os efeitos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

da redução de consumo decorrente do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica, e a receita auferida pela concessionária para o período de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

O saldo apurado de perdas de receita do racionamento sofreu correção monetária pela taxa SELIC (acrescida de 1% a.a. até o montante de financiamento liberado pelo BNDES). A remuneração do saldo foi efetuada em conformidade com o Ofício Circular ANEEL nº 2212/2005 e o Ofício Circular ANEEL nº 074/2006.

A receita auferida a partir de janeiro de 2002, por meio dos reajustes de tarifa mencionados anteriormente (2,9% e 7,9%), foi colocada integralmente como recuperação das perdas de receita do racionamento (ativo regulatório) e de energia livre registrado nas contas a receber.

Essa recomposição tarifária extraordinária vigorou pelo período de 76 meses, a partir de janeiro de 2002, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004.

Em maio de 2008, a Companhia procedeu a baixa do ativo regulatório e a reversão da provisão para perdas conforme Ofício circular nº 2.409/2007, devido a não recuperação dentro do prazo de estabelecido pela Resolução Normativa Aneel nº 001/2004.

Energia livre

O montante relacionado à energia livre refere-se à energia gerada e disponibilizada no sistema, não prevista nos contratos iniciais apurado entre os meses de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

Esse montante foi contabilizado com base na Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002, no montante de R\$ 63.187, ajustado conforme a Resolução Normativa ANEEL 001/2004 no montante de R\$ 8.643 e majorado pelos valores recuperáveis de PIS e COFINS, no montante de R\$ 2.667. O saldo de energia livre sofre correção monetária pela taxa SELIC acrescida de 1% para as geradoras que obtiveram financiamento junto ao BNDES. Para as demais geradoras incide apenas a remuneração pela taxa SELIC. Esta remuneração está em conformidade com o Ofício Circular ANEEL nº 2212/2005 e o Ofício Circular ANEEL nº 074/2006. Através da Resolução ANEEL nº 45, de 03 de março de 2004, o percentual aplicado sobre a arrecadação da recomposição tarifária extraordinária a título de repasse de energia livre é de 25,9489%.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em maio de 2008 a Companhia procedeu a baixa da energia livre pela conforme Ofício circular nº 2.409/2007, devido a não recuperação no prazo estabelecido pela Resolução Normativa Aneel nº 001/2004.

Os valores contabilizados como ativos e passivos de energia livre têm a seguinte composição:

| | 2008 | 2008 |
|--|-----------------|-----------------|
| | Ativo | Passivo |
| Valor Homologado | 74.497 | 71.830 |
| (+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2007 | 62.779 | 69.143 |
| (+) Atualização monetária em 2008 | 7.087 | 2.495 |
| Total de atualização | 69.866 | 71.638 |
| | | |
| (-) Recuperação/repasso até 31 de dezembro de 2007 | (87.452) | (76.943) |
| (-) Recuperação/repasso de 2008 | (6.429) | (8.847) |
| Total recuperado | (93.881) | (85.790) |
| Baixa da Energia Livre Ofício- ANEEL n.º 2409/07 | (50.482) | (57.678) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2008 | - | - |

a2. Ativo regulatório transmissoras

Com base no Ofício Circular nº 2.409/2007, a Companhia registrou um ativo regulatório que se refere a valores recebidos a maior pelas transmissoras em seu processo de revisão tarifária. Tais valores foram considerados como custo na Parcela "A" das distribuidoras. O montante em 31 de dezembro de 2008 é R\$ 467.

b. Despesas pagas antecipadamente

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Parcela A – Extraordinária

A Companhia registrou como despesas antecipadas os incrementos incorridos entre janeiro e outubro de 2001, relacionados aos custos imputáveis à despesa operacional, tais como:

- Quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- Quota de reserva global de reversão – RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão.

Com o término do prazo de 76 meses para recompor a receita das Perdas do Racionamento e a Energia Livre das Geradoras, iniciou-se a recuperação da parcela A – extraordinária através do adicional tarifário de 2,9% e 7,9%. De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 001/2008, não existe limitação de prazo para recuperação destes custos. A companhia recuperou todo o valor da parcela A durante o ano de 2008 e reclassificou para o passivo o excedente de recuperação para devolução aos consumidores no próximo reajuste tarifário.

| | 2008 | 2008 |
|--|-----------------|--------------|
| | Ativo | Passivo |
| Valor Homologado | 15.977 | - |
| (+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2007 | 27.160 | - |
| (+) Atualização monetária em 2008 | 3.266 | - |
| Total de atualização até 31 de dezembro de 2008 | 30.426 | - |
| Total a recuperar parcela A | 46.403 | - |
| | | |
| (-) Recuperação em 2008 | (48.866) | - |
| Total recuperado até 31 de dezembro de 2008 | (48.866) | - |
| Valor a devolver no próximo Reajuste Tarifário | 2.463 | 2.463 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2008 | - | 2.463 |

Conta de variação de custos da parcela A-CVA

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Esta conta destina-se ao registro da compensação de diferenças, calculadas comparando o valor considerado na tarifa e seu efetivo pagamento do ano em curso. Os itens, cujas variações seriam compensadas, foram:

- Quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- Encargos de serviços de sistema – ESS;
- Conta de desenvolvimento energético – CDE;
- Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – PROINFA;
- Compra de energia.

Os saldos apurados nas CVA's, em obediência à legislação, estão acrescidos de remuneração financeira baseada na taxa SELIC.

CVA – Compra de energia

A CVA sobre os custos de aquisição de energia elétrica, ou seja, de compra de energia foi instituída através da Portaria Interministerial nº 361, do Ministério da Fazenda, de 26 de novembro de 2004. A Resolução Normativa nº 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu critérios e procedimentos para cálculo e repasse, às tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição.

Por ocasião do reajuste tarifário ordinário da Companhia de abril de 2005, o Grupo Endesa apresentou à ANEEL proposta de diferimento de uma parcela do preço da energia do contrato da Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF com a COELCE.

Referido diferimento foi proposto visto o reflexo que o reconhecimento dos custos de compra de energia da CGTF geraria no reajuste tarifário de abril-05, e considerando que esse custo poderia ser minimizado com o efeito do crescimento do mercado previsto para os próximos anos.

A proposta apresentada teve aprovação da ANEEL e em decorrência desse fato, foi firmado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Compra de Energia, conforme condições descritas a seguir:

1. Período de diferimento de pagamento de 01/maio/05 a 30/abril/07;
2. CGTF emitirá mensalmente sua fatura com o valor ao preço de contrato (faturamento sem diferimento de pagamento);
3. O diferimento de pagamento corresponde ao montante de energia mensal contratado multiplicado pelo valor resultante da diferença do preço do contrato para o valor de 128,00 MWh;

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. O preço a ser reconhecido na tarifa de fornecimento da COELCE será de 123,74 R\$/MWh. A diferença entre o preço pago e de repasse para a tarifa mantém as mesmas condições atuais do contrato;
5. O valor diferido constituirá um passivo da COELCE para com a CGTF que será pago no período de maio/2007 a abril/2012, cinco anos;
6. A companhia constituiria um ativo regulatório a ser repassado aos clientes no mesmo período de recomposição do passivo;
7. O passivo não terá nenhum encargo financeiro, sendo atualizado pelo mesmo percentual de reajuste do preço de compra;
8. Os preços serão atualizados nas condições e data estabelecida no contrato.

CVA PROINFA

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, instituiu o programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação no sistema elétrico interligado nacional, da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa.

Através da Resolução Normativa ANEEL nº 189, de 06 de dezembro de 2005, foi instituída a CVA PROINFA para apurar e contabilizar os valores decorrentes de variações das quotas de custeio do referido encargo, ocorridas entre reajustes tarifários anuais, a partir de 30 de novembro de 2005.

CVA ESS

O encargo de serviço de sistema por razão de segurança energética tem a finalidade de subsidiar a manutenção da confiabilidade e estabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional.

Segue quadro demonstrativo com a movimentação das CVA's no exercício de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Descrição | 2007 | Adição | Remuneração | Amortização | Reclassificação | 2008 |
|---|----------------|----------------|--------------|-----------------|-----------------|----------------|
| Ativos | | | | | | |
| Parcela A | 43.137 | - | 3.266 | (48.866) | 2.463 | - |
| CVA - Conta consumo de combustível | 21.121 | 19.007 | 647 | (6.679) | (18.390) | 15.706 |
| CVA - Conta de desenvolvimento energético | 152 | 76 | 10 | (151) | - | 87 |
| CVA - Uso da rede elétrica | - | 13.253 | 219 | (3.537) | (2.302) | 7.633 |
| CVA - Encargo de serviço do sistema | - | 24.695 | 1.766 | - | - | 26.461 |
| CVA - Compra de Energia | 134.397 | 42.667 | 540 | (35.653) | - | 141.951 |
| CVA - PROINFA | 560 | 1.862 | 110 | (1.247) | - | 1.285 |
| | 199.367 | 101.560 | 6.558 | (96.133) | (18.229) | 193.123 |
| Passivos | | | | | | |
| Parcela A | - | - | - | - | 2.463 | 2.463 |
| CVA de Uso da rede elétrica | 6.537 | - | 55 | (4.290) | (2.302) | - |
| CVA - Conta consumo de combustível | 22.074 | 530 | 202 | (4.416) | (18.390) | - |
| CVA - Sobrecontratação - 3% excedente | - | 10.948 | - | - | - | 10.948 |
| | 28.611 | 11.478 | 257 | (8.706) | (18.229) | 13.411 |

b1. CVA - Sobrecontratação - 3% excedente da compra de energia

A Lei nº 10.848/04 e o Decreto nº 5.163/04 definiram as condições de contratação de energia por parte das distribuidoras de energia elétrica nos leilões regulados e a forma de repasse desses custos às tarifas de fornecimento. Conforme referida legislação, as distribuidoras têm assegurado o direito de recuperar, mediante tarifa, as sobras de energia de até 3% em relação ao total da energia necessária ao atendimento de seu mercado.

b2. Reposicionamento revisão tarifária

Na revisão tarifária provisória, ocorrida em 22 de abril de 2007, o valor estabelecido para quota de reintegração foi de R\$ 111.446. Em outubro de 2007 a ANEEL procedeu a fiscalização da base de remuneração tendo emitido o relatório de fiscalização - R.F 199/07 onde registrou o valor de R\$ 97.086 de quota de reintegração. Esta redução foi decorrente da retirada dos bens totalmente depreciados na composição do ativo imobilizado em serviço. O saldo em 31 de dezembro é de R\$ 3.791 (R\$ 9.333 em dezembro de 2007).

b3. Passivo regulatório - transmissoras

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com base no Ofício Circular nº 2.409/2007 a Companhia registrou um passivo regulatório que se refere ao ativo financeiro (ver nota a2) que foi contemplado na Parcela “A” da tarifa cobrada de consumidores. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de 1.167 (R\$ 1.867 em dezembro de 2007).

7. Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

O crédito a receber de consumidores residenciais baixa renda é calculado pela Companhia e submetido, mensalmente, à apreciação e homologação da ANEEL, conforme determina a Resolução nº 089, de 25 de outubro de 2004. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 30.410 (R\$ 26.031 em dezembro 2007).

Provisão devolução baixa renda

De acordo com as novas diretrizes estabelecidas pelo Órgão Regulador, a Companhia mantém provisão de R\$ 22.019 para cobrir diferenças de valores homologados e recebidos em períodos anteriores em virtude de reclassificações de consumidores beneficiados com o subsídio.

| 8. Tributos a compensar | 2008 | | 2007 | |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Imposto de renda a compensar | 13.896 | - | 28.193 | - |
| ICMS a compensar | 30.841 | 52.834 | 21.973 | 47.976 |
| 15/06/2008 Contribuição Social a compensar | 2.415 | - | 3.683 | - |
| Pis/Cofins | 703 | - | 701 | - |
| Outros tributos | 966 | - | 874 | - |
| Total tributos a compensar | 48.821 | 52.834 | 55.424 | 47.976 |

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | |

O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte – IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e o saldo do imposto de renda antecipado relativo ao ano calendário de 2006, 2007 e 2008.

A partir de janeiro de 2001, a Companhia passou a contabilizar em tributos e contribuições sociais compensáveis os créditos de ICMS vinculados ao ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos.

Além disso, consta desta conta valores relativos à aquisição de ICMS por meio de transferência de créditos de empresas exportadoras bem como créditos de ICMS das compras de energia e importação.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da CSLL antecipado relativo ao ano calendário de 2006 e 2007, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

9. Depósitos vinculados

| Bancos | 2008 | | 2007 | |
|-----------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Bradesco | - | 11.218 | - | 1.116 |
| Unibanco | - | 177 | - | 10.905 |
| Itaú | - | 756 | - | 696 |
| Banco do Brasil | 18.777 | 2.250 | 16.967 | 2.250 |
| Outros bancos | - | 20 | - | 20 |
| Total depósitos vinculados | 18.777 | 14.421 | 16.967 | 14.987 |

Estes depósitos correspondem a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica. Os depósitos do Banco do Brasil referem-se às retenções contratuais de fornecedores de serviços e garantia de contrato de financiamento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Tributos diferidos

Ativo diferido

A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, cuja composição está demonstrada a seguir:

| | PIS/COFINS | | Imposto de Renda | | Contribuição Social | | TOTAL | |
|---|--------------|--------------|------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------|----------------|
| | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 |
| Diferenças temporárias | | | | | | | | |
| Provisão para contingências | - | - | 13.414 | 13.411 | 4.829 | 4.828 | 18.243 | 18.239 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | 24.236 | 53.357 | 8.725 | 19.209 | 32.961 | 72.566 |
| Provisão para obsolescência de estoque | - | - | 1.010 | 896 | 364 | 323 | 1.374 | 1.219 |
| Despesa diferida PIS/COFINS | - | - | 3.124 | 4.243 | 1.381 | 1.527 | 4.505 | 5.770 |
| Provisão baixa renda | 3.676 | 3.864 | 8.155 | 10.073 | 2.935 | 3.626 | 14.766 | 17.563 |
| Outros | - | - | 2.490 | 824 | 736 | 297 | 3.226 | 1.121 |
| Total tributos diferidos | 3.676 | 3.864 | 52.429 | 82.804 | 18.970 | 29.810 | 75.075 | 116.478 |
| Circulante | | | | | | | 51.975 | 95.687 |
| Não circulante | | | | | | | 23.100 | 20.791 |

Atendendo às normas da Instrução CVM nº 371, de 25 de junho de 2002, a Companhia, com base nas projeções de resultados futuros, demonstra as parcelas de realização do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2008 para o período de cinco anos como segue:

| Anos de realização | Montante a realizar |
|--------------------|---------------------|
| 2009 | 51.975 |
| 2010 | 8.085 |
| 2011 | 8.085 |
| 2012 | 4.620 |
| 2013 | 2.310 |
| | 75.075 |

Passivo diferido

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição do imposto de renda, da contribuição social, do PIS e COFINS diferidos passivos, em 31 de dezembro de 2008, por natureza, está demonstrada como segue:

| | PIS/COFINS | | Imposto de Renda | | Contribuição Social | | Total | |
|--|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------|----------------|
| | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 |
| Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC) | - | - | 1.507 | 1.739 | 2.521 | 2.811 | 4.028 | 4.550 |
| Perda de receita - Racionamento | - | - | - | 30.138 | - | 10.850 | - | 40.988 |
| Reposicionamento revisão tarifária | 13.131 | 12.431 | - | - | - | - | 13.131 | 12.431 |
| CVA Compra de energia | - | - | 35.341 | 37.201 | 12.735 | 13.392 | 48.076 | 50.593 |
| Provisão baixa renda | - | - | - | 596 | - | 215 | - | 811 |
| Total passivo diferido | 13.131 | 12.431 | 36.848 | 69.674 | 15.256 | 27.268 | 65.235 | 109.373 |
| Circulante | | | | | | | 26.632 | 69.402 |
| Não Circulante | | | | | | | 38.603 | 39.971 |

Em consonância com a Instrução CVM 371/02 e a Deliberação CVM nº 273/98, a Companhia tem registrado o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos calculados sobre o saldo a ser depreciado da correção monetária especial.

11. Despesas pagas antecipadamente

| | 2008 | | 2007 | |
|--|---------------|----------------|-----------------------------|---------------------------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante (Reclassificado) | Não circulante (Reclassificado) |
| Ativos regulatórios (nota 6b-ativos) | 85.927 | 107.196 | 112.044 | 87.323 |
| Seguros e outros | 1.912 | 1.424 | 1.486 | 1.425 |
| Total de despesas pagas antecipadamente | 87.839 | 108.620 | 113.530 | 88.748 |

12. Outros créditos

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | 2008 | 2007 reclassificado |
|------------------------------|---------------|------------------------|
| Alienação de bens e direitos | 1.888 | 1.494 |
| Convênios de arrecadação | 4.132 | 10.794 |
| Desativações em curso | 5.486 | 3.884 |
| Correção energia livre | - | 5.276 |
| Serviços a terceiros | 14.590 | 2.884 |
| Clientes sem pagamento | 1.220 | 1.229 |
| Outros | 2.500 | 626 |
| | 29.816 | 26.187 |
| Circulante | 29.536 | 25.907 |
| Não circulante | 280 | 280 |

13. Imobilizado

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | | | 2008 | 2007 |
|---|-----------------------------------|------------------|---|---------------------------------|
| | Taxas anuais de depreciação | Custo | Depreciação e amortização acumulada | Valor Líquido reclassificado |
| Em serviço: | | | | |
| Distribuição | 5,00% | | | |
| Custo histórico | | 2.874.010 | (906.731) | 1.967.279 |
| Correção monetária especial | | 122.183 | (116.642) | 5.541 |
| | | 2.996.193 | (1.023.373) | 1.972.820 |
| Comercialização | 8,00% | | | |
| Custo histórico | | 21.097 | (3.270) | 17.827 |
| Correção monetária especial | | 508 | (508) | - |
| | | 21.605 | (3.778) | 17.827 |
| Administração | 11,00% | | | |
| Custo histórico | | 18.807 | (12.209) | 6.598 |
| Correção monetária especial | | 5.285 | (4.989) | 296 |
| | | 24.092 | (17.198) | 6.894 |
| Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | | | | |
| Custo histórico - Ágio | 5,66% | 520.413 | (389.146) | 131.267 |
| Total imobilizado em serviço | | 3.562.303 | (1.433.495) | 2.128.808 |
| Em Curso: | | | | |
| Distribuição | | 266.997 | - | 266.997 |
| Comercialização | | 2.176 | - | 2.176 |
| Administração | | 5.526 | - | 5.526 |
| Total imobilizado em curso | | 274.699 | - | 274.699 |
| Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | 5,00% | (715.680) | 34.852 | (680.828) |
| Total do imobilizado | | 3.121.322 | (1.398.643) | 1.722.679 |

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a resolução ANEEL nº240 de 05 de dezembro de 2006, são as seguintes:

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Distribuição | Taxas anuais de depreciação (%) |
|---|--|
| Banco de capacitores - tensão < 69KV | 6,7% |
| Chave - tensão < 69KV | 6,7% |
| Condutor - tensão < 69KV | 5,0% |
| Disjuntor | 3,0% |
| Estrutura (poste,torre) - tensão < 69KV | 5,0% |
| Luminária | 7,7% |
| Regulador de tensão- tensão < 69KV | 4,8% |
| Sistema de radiocomunicação | 7,1% |
| Transformador de distribuição | 5,0% |
| Transformador de força | 2,5% |
| Comercialização | |
| Equipamento geral | 10,0% |
| Medidor | 4,0% |
| Administração central | |
| Equipamento geral | 10,0% |
| Veículos | 20,0% |

O ativo imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica e das instalações referentes às áreas comercial e administrativa.

Os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador, ANEEL.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. O montante total de bens associados à concessão é de R\$ 1.966.212. Extinta a concessão, os bens vinculados ao serviço serão revertidos a União, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devido à concessionária pelo valor residual contábil.

Programa de universalização

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223 estabelecendo as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013 como limite para que a Companhia atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. Em dezembro de 2005, com a Resolução ANEEL nº 175, foi antecipada a universalização do serviço de energia para o ano de 2008, tanto da área rural como urbana.

Programa luz para todos

No dia 11 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4.873 que institui o programa nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica denominado “Programa luz para todos”.

No dia 25 de abril de 2008, foi publicado o Decreto Federal nº 6.442, alterando o Decreto Federal nº 4.873, prorrogando o prazo do Programa Luz Para Todos até 2010, onde o Ministério de Minas definirá as metas e os prazos de encerramento do programa, em cada Estado ou por área de concessão.

O Programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e operacionalizado com a participação da Eletrobrás e das concessionárias de energia. Para realização do programa, a Companhia conta com recursos do Governo Federal (75%), Governo Estadual (10%) e próprios (15%).

| | 2008 | 2007 |
|--|----------------|----------------|
| Participação das fontes de recursos | | |
| Concessionária | 171.143 | 102.849 |
| Empréstimo Eletrobrás - RGR (*) | 8.832 | 7.717 |
| Subvenção do Governo Federal - CDE (*) | 44.011 | 38.583 |
| | 223.986 | 149.149 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) Recursos efetivamente recebidos no respectivo exercício. Em 2008, a Companhia prestará contas de parte dos investimentos realizados em 2007 para recebimento do empréstimo e subvenção.

O valor de R\$ 181.547 em 31 dezembro de 2008 (R\$ 76.234 em dezembro de 2007) registrado no ativo circulante como crédito luz para todos refere-se a investimentos realizados pela Companhia, os quais ainda não foram repassados pelo Governo Federal.

Os recursos permitiram conectar 23.410 clientes em 2008, com expansão de 4.236,09 km da rede de média tensão e 1.473,48 km de baixa tensão.

Em virtude do Decreto Federal 6.442, a Companhia apresentou ao Ministério de Minas e Energia proposta para conclusão do Programa Luz para Todos através da realização de 26.000 novas ligações em 2009 e mais 26.000 ligações em 2010.

Os investimentos futuros previstos totalizam R\$ 335.226, com o atendimento de 49.766 unidades consumidoras.

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica SA, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999 está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução nº 269, de 15 de setembro de 1999, da ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

| Ano | Fator de amortização | Ano | Fator de amortização | Ano | Fator de amortização |
|------|----------------------|------|----------------------|------|----------------------|
| 2008 | 0,05673 | 2016 | 0,02792 | 2024 | 0,01374 |
| 2009 | 0,05192 | 2017 | 0,02555 | 2025 | 0,01257 |
| 2010 | 0,04752 | 2018 | 0,02338 | 2026 | 0,01151 |
| 2011 | 0,04349 | 2019 | 0,02140 | 2027 | 0,01053 |
| 2012 | 0,03980 | 2020 | 0,01958 | | |
| 2013 | 0,03642 | 2021 | 0,01792 | | |
| 2014 | 0,03333 | 2022 | 0,01640 | | |
| 2015 | 0,03051 | 2023 | 0,01501 | | |

Tal amortização poderá ser revisada anualmente, a critério da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, em função dos resultados realizados

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

comparativamente aos dados projetados. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 131.267.

Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

| Ágio - Ativo imobilizado em serviço | 2008 | 2007 |
|--|----------------|----------------|
| Ágio da incorporação | 775.960 | 775.960 |
| Amortização acumulada | (389.146) | (345.126) |
| Provisão sobre o ágio | (429.365) | (429.365) |
| Reversão da provisão sobre o ágio | 173.818 | 144.764 |
| Saldo do ágio - Ativo imobilizado | 131.267 | 146.233 |

| Reserva de capital | 2008 | 2007 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Ágio da incorporação | 775.960 | 775.960 |
| (-) Desdobramento e resgate de ações | (125.407) | (125.407) |
| Provisão sobre o ágio | (429.365) | (429.365) |
| Saldo reserva de capital | 221.188 | 221.188 |

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º de janeiro de 1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | 2008 | 2007 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Contribuições de Consumidores | (256.192) | (246.613) |
| Participação da União | (15.950) | (15.950) |
| Doações e Subvenções | (358.070) | (283.896) |
| Universalização | (84.608) | (9.014) |
| Outras | (663) | (664) |
| (-) Depreciação | 34.655 | 13.668 |
| Total de obrigações especiais | (680.828) | (542.469) |

As contribuições de consumidores se referem aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

A participação da União se refere às verbas federais recebidas para execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica.

As doações e subvenções se referem às obras construídas por terceiros e doadas para a Companhia, com vistas à expansão do serviço público de energia elétrica.

De acordo com o Ofício Circular nº 296, de fevereiro de 2007, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica deverão proceder à anulação dos efeitos da reintegração no resultado contábil, a partir do exercício de 2007, decorrentes de bens constituídos ao longo dos anos com recursos das obrigações especiais registrados nas contas de programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento e universalização do serviço público de energia elétrica.

Após a revisão tarifária do 2º ciclo, a companhia iniciou a depreciação dos bens constituídos com os recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação, de acordo com o estabelecido no Despacho nº 3.073/2006.

14. Intangível

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O intangível é composto por software do sistema corporativo e está distribuído da seguinte forma:

| | | | 2008 | 2007 |
|--|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
| | Custo | Amortização acumulada | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Em serviço: | | | | |
| Distribuição | | | | |
| Custo histórico | 29.512 | (23.914) | 5.598 | 8.025 |
| Correção monetária especial | 87 | (48) | 39 | 39 |
| | <u>29.599</u> | <u>(23.962)</u> | <u>5.637</u> | <u>8.064</u> |
| Comercialização | | | | |
| Custo histórico | 10.410 | (9.634) | 776 | 207 |
| Correção monetária especial | - | - | - | - |
| | <u>10.410</u> | <u>(9.634)</u> | <u>776</u> | <u>207</u> |
| Administração | | | | |
| Custo histórico | 17.102 | (15.103) | 1.999 | 2.820 |
| Correção monetária especial | - | - | - | - |
| | <u>17.102</u> | <u>(15.102)</u> | <u>1.999</u> | <u>2.820</u> |
| Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | | | | |
| Custo histórico - outros ativos | 7.001 | (7.001) | - | - |
| | <u>7.001</u> | <u>(7.001)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total intangível em serviço | <u>64.112</u> | <u>(55.699)</u> | <u>8.412</u> | <u>11.091</u> |
| Em curso: | | | | |
| Distribuição | 2.271 | - | 2.271 | 2.303 |
| Comercialização | 2.323 | - | 2.323 | 521 |
| Administração | 988 | - | 988 | 756 |
| Total intangível em curso | <u>5.582</u> | <u>-</u> | <u>5.582</u> | <u>3.580</u> |
| Total do intangível | <u>69.694</u> | <u>(55.699)</u> | <u>13.994</u> | <u>14.671</u> |

15. Investimento remunerável (não auditado)

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O investimento remunerável, também denominado de base de remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 640, de 18/04/2008, se atualizados pelo IGPM nos Reajustes Tarifários Anuais já ocorridos, estariam assim formados:

| Componentes do investimento remunerável | Revisão abril de 2007 | Reajuste abril de 2008 |
|---|--------------------------|---------------------------|
| a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto | 2.972.811 | 3.243.337 |
| b) (-) Depreciação Acumulada | (1.182.949) | (1.290.597) |
| c) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE | (440.084) | (480.131) |
| d) Ativo imobilizado em serviço líquido | 1.349.778 | 1.472.609 |
| e) (+) Almoxarifado | 473 | 516 |
| f) Investimento remunerável (base de remuneração) | 1.350.251 | 1.473.125 |
| g) Bens 100% depreciados | - | 9,10% |
| h) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário nº 640/2008) | | |
| i) Cota de Depreciação - Taxa Média Anual : 4,46% | | |

16. Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 é como segue:

| | 2008 | 2007 |
|--|----------------|------------------------------|
| | Circulante | Circulante reclassificado |
| Suprimento de energia | | |
| Passivos regulatórios (nota 6a - passivos) | - | 64.030 |
| Cia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf | 13.879 | 11.266 |
| Furnas Centrais Elétricas S/A | 16.198 | 14.934 |
| Companhia Energética de São Paulo- CESP | 5.689 | 4.911 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE | 5.196 | 4.646 |
| Copel Geração S.A- COPEL | 3.797 | 3.446 |
| CEMIG - Geração e Transmissão S.A | 3.186 | 2.751 |
| Duke Energy Inter. Ger. Parapanema | 1.411 | 1.375 |
| CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica | 1.229 | 1.160 |
| Outros fornecedores | 15.420 | 7.866 |
| Materiais e serviços | 91.577 | 125.368 |
| Total de fornecedores | 157.582 | 241.753 |

17. Tributos e contribuições sociais

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | 2008 | | 2007 | |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| ICMS | 28.752 | - | 36.161 | - |
| Contribuições sociais | 4.779 | - | 5.458 | - |
| PIS | 1.905 | 640 | 1.380 | 640 |
| COFINS | 9.604 | 7.758 | 9.697 | 7.758 |
| Outros tributos e contribuições | 3.316 | 23 | 2.276 | 44 |
| Total de tributos e contribuições sociais | 48.356 | 8.421 | 54.972 | 8.442 |

Os saldos de PIS e COFINS se devem, principalmente, ao fato de ter sido proferida decisão administrativa desfavorável à Companhia em relação ao pedido de compensação de valores de multas pagas espontaneamente com valores de PIS, COFINS e IRPJ no ano de 1999. A partir desta decisão desfavorável, a Companhia optou por parcelar o valor devido, R\$ 15.416, em 60 vezes, pagas mensalmente e atualizadas pela taxa SELIC.

18. Empréstimos e financiamentos

| | 2008 | | | 2007 | | |
|---|---------------|----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|
| | Encargos | Circulante | Não Circulante | Encargos | Circulante | Não Circulante |
| Moeda estrangeira: | | | | | | |
| União Federal - DMLP (agente financeiro Banco do Brasil) | 110 | 783 | 8.860 | 115 | 669 | 7.311 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES FINEM - Subcrédito A (a) | - | - | - | 19 | 4.089 | - |
| Banco Europeu de Investimentos (c) | 2.326 | 19.475 | 58.423 | 2.195 | 14.761 | 59.043 |
| Banco do Brasil Resolução 2770 (d,e) | - | - | - | 205 | 22.454 | - |
| Unibanco USD x DI (f,g) | - | - | - | 469 | 71.588 | - |
| Total moeda estrangeira | 2.436 | 20.268 | 67.283 | 3.003 | 113.561 | 66.354 |
| Moeda nacional: | | | | | | |
| Estadual (h,i,j,k,l,m) | 12 | 12.045 | 57.166 | 273 | 8.891 | 55.919 |
| União Federal - Lei 8.727 (Agente financeiro Banco do Brasil) (n,o) | 319 | 7.667 | 32.584 | 327 | 6.632 | 34.821 |
| Banco do Brasil (Nota de crédito comercial) | - | - | - | 26 | - | 15.847 |
| Banco do Brasil (BB Fat Fomentar) (p) | 28 | - | 16.890 | - | - | - |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES FINEM - Subcrédito B e C (a) | - | - | - | 119 | 28.069 | - |
| Banco do Nordeste - Procrifa (q,r) | 161 | 18.618 | 167.539 | 121 | 14.039 | 156.809 |
| Unibanco Pré x DI (s) | - | - | - | 422 | 10.101 | - |
| BNDES Finem 2007 (Sindicado) (a,b) | 1.662 | - | 140.184 | - | - | - |
| Nota Promissória - SAFRA (t) | 7.670 | 122.500 | - | - | - | - |
| Nota Promissória - SANTANDER (t) | 7.670 | 122.500 | - | - | - | - |
| Conta Garantida Santander | 16 | 26.500 | - | - | - | - |
| Total moeda nacional | 17.538 | 308.830 | 414.363 | 1.288 | 67.782 | 263.396 |
| Custos de transação | - | (1.424) | (1.569) | - | (1.615) | (1.933) |
| Total moeda nacional líquida dos custos de transação | 17.538 | 308.406 | 412.794 | 1.288 | 66.137 | 261.463 |
| Total sem efeito do Swap | 19.974 | 328.666 | 480.079 | 4.291 | 179.698 | 327.817 |
| Resultado das operações de Swap | - | 3.564 | 9.866 | - | 25.243 | 24.774 |
| | 19.974 | 332.230 | 489.945 | 4.291 | 204.941 | 352.591 |

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a. BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2003/2004 da Companhia, contratado em 08 de abril de 2004 junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. Sobre 15% do valor contratado (subcrédito A) incidiam juros proporcionais de 5,5% ao ano, mais UMBND (cesta de moedas), com vencimentos mensais iniciados juntamente com o período de amortização em 16 de maio de 2005. Para minimizar a exposição à variação cambial desta parcela, foi realizada operação de *swap* com cobertura parcial do valor contratado, da variação de US\$ mais 5,5% ao ano para 103,8% do CDI. Sobre 85% do financiamento (subcréditos B e C), providos com recursos ordinários do BNDES, incidiam juros compostos de 5,5% ao ano mais TJLP, também com vencimentos mensais iniciados em 16 de maio de 2005. A amortização do empréstimo foi realizada mensalmente, tendo iniciado em 16 de maio de 2005 e a última amortização em 15 de outubro de 2008. As garantias constituídas para a operação incluíam recebíveis tarifários e conta-reserva.
- b. BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da Companhia, contratado em 28/04/2008 junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES, com taxa de juros de 3,70% ao ano, mais TJLP, exigíveis trimestralmente no período de carência de 15/05/2008 à 15/12/2009 e mensalmente a partir de 15/01/2010. A primeira amortização será em 15/01/2010 e a última prevista para 15/12/2014. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários e conta-reserva. O saldo em 31 de dezembro era de R\$ 141.846.
- c. Banco Europeu de Investimentos – BEI – Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da Companhia, contratado em 28 de maio de 2002 conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95, com vencimento em 15 de junho de 2012 e encargos com base na variação cambial (dólares norte-americanos) mais 5,49% ao ano. A operação tem como garantia fianças bancárias do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) e Banco Santander Central Hispano. A operação possui *swap* para 98,80% do CDI. O pagamento de juros e amortização anual foi iniciado em 15 de junho de 2007 e a última amortização está prevista para 15 de junho de 2012. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 80.226.
- d. Banco do Brasil – Resolução nº 2770 – Contrato celebrado em 28 de janeiro de 2008 com captação de recursos no exterior, para empréstimo no valor de R\$ 24.199, com variação cambial em iene mais taxa de juros de 2,466% a.a, a operação teve um *swap* para 105% do CDI, com pagamento de juros e amortização realizados em 28 de julho de 2008.
- e. Banco do Brasil – Resolução nº 2770 – Contrato celebrado em 28 de janeiro de 2008 com captação de recursos no exterior, para empréstimo no valor de R\$ 2.800, com variação cambial em iene mais taxa de juros de 4,207% a.a, a operação teve

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- um swap para 105% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 28 de julho de 2008 a qual, foi antecipada, por iniciativa da Coelce, para 25 de julho de 2008 em função da contratação da operação de notas promissórias em 23 de julho de 2008.
- f. Unibanco – Resolução nº 2770 – Contrato celebrado em 04 de setembro de 2007 junto ao Unibanco no valor de R\$ 79.000, com variação cambial em dólares norte-americanos mais taxa de juros de 2% aa. A operação teve um *swap* para 109,50% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 29 de agosto de 2008 a qual, foi antecipada, por iniciativa da Coelce, para 23 de julho de 2008 em função da contratação da operação de notas promissórias em 23 de julho de 2008.
- g. Unibanco – Resolução nº 2770 – Contrato celebrado em 20 de fevereiro de 2008 junto ao Unibanco no valor de R\$ 37.000, com variação cambial em dólares norte-americanos mais taxa de juros de 2% a.a. A operação teve um swap para 115,50% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 29 de dezembro de 2008 a qual, foi antecipada, por iniciativa da Coelce, para 23 de julho de 2008 em função da contratação da operação de notas promissórias em 23 de julho de 2008.
- h. Eletrobrás – Financiamento de projetos: Empréstimo para financiamento de projetos de expansão do sistema de transmissão com recursos FINEL, contratado em 30 de dezembro de 1998. Os juros são de 8,5% ao ano com taxa de administração de 2% ao ano. A última amortização está prevista para 30 de junho de 2009. Em 31 de dezembro de 2008 era R\$ 120.
- i. Eletrobrás – Luz no campo – Empréstimo contratado em 03 de março de 2000, para cobertura financeira dos custos diretos do programa de eletrificação rural – Luz no campo, do Ministério das Minas e Energia, com recursos oriundos da RGR. A primeira amortização foi realizada em 30 de maio de 2002, e a última amortização está prevista para 30 de abril de 2012. Os juros são de 5% ao ano, juntamente com a taxa de administração de 1% ao ano e o principal são exigíveis mensalmente. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor era de R\$ 19.774.
- j. Eletrobrás – Luz para todos (1ª Tranche)– Empréstimo contratado em 04 de abril de 2004 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR. A primeira amortização foi em 30 de outubro de 2006 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2016. Os juros são de 5%

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de outubro de 2008, o saldo devedor era de R\$ 8.455.

- k. Eletrobrás – Luz para todos (2ª Tranche) – Empréstimo contratado em 13 de janeiro de 2006, para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A primeira amortização iniciou em 30 de abril de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de março de 2018. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor era de R\$ 12.195.
- l. Eletrobrás – Luz para todos (3ª Tranche) - Empréstimo contratado em 09 de maio de 2007 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A primeira amortização será em 30 de outubro de 2009 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2019. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor era de R\$ 13.400.
- m. Eletrobrás – Linha de subtransmissão – Empréstimo contratado em 07 de julho de 2006 para cobertura financeira dos custos para projetos de construção de linhas de transmissão, subestações e reforço de capacidade de subestações, com recursos originários da RGR. Até 30 de junho de 2008, a Companhia recebeu R\$ 15.386 provenientes da RGR (empréstimo). A primeira amortização ocorreu em 30 de setembro de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de agosto de 2013. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 2% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor era de R\$ 15.279.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- n. União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – Eletrobrás – Cessão de crédito, que fez a Eletrobrás à União Federal, em 30 de março de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação do IGPM mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 39.338.
- o. União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – CEF – Cessão de crédito, que fez a Caixa Econômica Federal à União Federal em 30 de setembro de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação da TR mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 1.232.
- p. Banco do Brasil – Fat Fomentar – A Coelce contratou em 23 de janeiro de 2007, operação de crédito comercial com objetivo de financiar investimentos no valor de R\$ 15.000, com taxa de TJLP mais 4,5% ao ano, com prazo de três anos para carência e quatro anos de amortizações mensais e sucessivas. A primeira amortização será em 18 de março de 2010 e o último pagamento está previsto para 18 de fevereiro de 2014. A operação está garantida por fiança bancária. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 16.918.
- q. Banco do Nordeste - Proinfra I – A Companhia celebrou contrato, em 29 de dezembro de 2004, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 140.389, sendo R\$ 70.195 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 70.194 com recursos próprios da Companhia. A operação tem um período de duração de oito anos com 36 meses de carência. A taxa de contratação inicial de 14% a.a.(com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% em 01 de janeiro de 2007 e depois para 10% a.a a partir de 01 de janeiro de 2008. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais, com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 29 de janeiro de 2008, e a última em 29 de dezembro de 2012. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 56.181.
- r. Banco do Nordeste - Proinfra II – O contrato foi celebrado em 25 de setembro de 2006, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 216.695, sendo R\$ 130.000 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 86.695 com recursos próprios da Companhia. A operação tem duração de 8 (oito) anos com 35 meses de carência. A taxa de contratação

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

inicial de 14%a.a (com redução com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% a partir de 01 de janeiro de 2007 e depois para 10% a.a a partir de 01 de janeiro de 2008. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 25 de outubro de 2009, e a última em 25 de setembro de 2014. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste. No ano de 2008 foi liberada a última parcela de R\$ 29.348. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 130.137.

- s. Unibanco – Resolução nº 2770 – O contrato foi celebrado em 24 de agosto de 2007 com o Unibanco para captação de recursos no exterior, para empréstimo de capital de giro da Companhia, no valor de R\$ 10.101. A operação foi contratada à taxa fixa de 12,7476%aa e teve um *swap* de taxa de juros para 109% do CDI, com prazo de pagamento de um ano, sendo sua liquidação prevista para 01 de agosto de 2008, foi antecipada, por iniciativa da Coelce, para 23 de julho de 2008 em função da contratação da operação de notas promissórias em 23 de julho de 2008.
- t. Emissão de Notas Promissórias - Em 23 de julho de 2008, a Companhia realizou a 8ª emissão de notas promissórias para distribuição pública. Foram emitidas 20 notas promissórias comerciais, em série única, no valor total de R\$ 245.000, com remuneração de CDI+ 0,95% a.a, pelo prazo de 360 dias. A emissão não prevê outorga de garantias e possui condições de resgate antecipado facultativo ao emissor, com pagamento de acordo com a remuneração prevista nos termos iniciais da emissão. O processo de emissão foi coordenado pelos Bancos Santander S.A e Banco Safra de Investimento S.A. Com os recursos captados nesta emissão, a Companhia realizou pagamento antecipado das seguintes operações de curto prazo:

| Operação res 2770 | Taxa | Início | Data da liquidação | Valor liquidação |
|--------------------------|-------------|---------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Unibanco | 109% CDI | 24/ago/07 | 23/jul/08 | 11.218 |
| Unibanco | 109,5% CDI | 04/set/07 | 23/jul/08 | 87.490 |
| Unibanco | 115,5% CDI | 20/fev/08 | 23/jul/08 | 37.289 |
| Banco do Brasil | 105% CDI | 28/jan/08 | 25/jul/08 | 2.961 |
| Banco do Brasil | 105% CDI | 28/jan/08 | 28/jul/08 | 25.602 |
| | | | | <u>164.560</u> |

Do total de empréstimos e financiamentos, R\$ 119.548 estão garantidos por vínculos com a receita de energia elétrica (arrecadação).

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Europeu de Investimentos – BEI e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratados em

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2002 e 2008, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2008:

| Obrigações Especiais Financeiras | Banco | Índice |
|---|---------------|--------|
| Dívida (com swap e fornecedores) / Ativo total (máximo) | BEI | 0,7 |
| EBITDA / Encargos da dívida (mínimo) | BEI | 3,0 |
| Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo) | BNDES / FINEM | 3,5 |
| Endividamento financeiro líquido / (Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido) (máximo) | BNDES / FINEM | 0,6 |

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, exclusive os efeitos da operação de *swap* tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

| Curva de amortização | |
|----------------------|----------------|
| 2010 | 108.865 |
| 2011 | 111.137 |
| 2012 | 107.001 |
| 2013 | 79.844 |
| Após 2013 | 73.232 |
| | 480.079 |

Composição original dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador (exclusive de efeitos das operações de *swap* contratados):

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Moeda (equivalente em R\$) / Indexador | 2008 | % | 2007 | % |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Moeda estrangeira | | | | |
| Dólares norte-americano | 89.981 | 100,00 | 156.151 | 85,37 |
| Ienes | - | - | 22.659 | 12,39 |
| Cesta de moedas | - | - | 4.108 | 2,25 |
| | 89.981 | 100,00 | 182.918 | 100,00 |
| Moeda nacional | | | | |
| IGP-M | 39.338 | 5,30 | 40.395 | 12,15 |
| Finel | 120 | 0,02 | 479 | 0,14 |
| TJLP | 158.764 | 21,40 | 44.081 | 13,26 |
| CDI/SELIC | 286.856 | 38,67 | - | - |
| RGR | 69.103 | 9,32 | 64.605 | 19,43 |
| TR | 1.232 | 0,17 | 1.384 | 0,42 |
| R\$ | 186.318 | 25,12 | 181.492 | 54,59 |
| | 741.731 | 100,00 | 332.436 | 100,00 |
| Total | 831.712 | | 515.354 | |

A Companhia mantém contrato de swap para o empréstimo em moeda estrangeira do BEI, trocando a remuneração desse contrato para taxa pós-fixadas de 98,80% do CDI. Quanto aos contratos DMLP – dívida de médio e longo prazo - com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro, não está vinculado a contratos de swap, mantendo-se, porém, dentro do limite de exposição cambial especificado na política de riscos financeiros da Companhia representando apenas 1,15% da dívida total na posição de 31 de dezembro de 2008.

Variação de moedas/indexadores nos exercícios de 2008 e 2007

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Moeda / Indexador | 2008 | 2007 |
|-----------------------|--------|---------|
| Dólar norte-americano | 31,94% | -17,15% |
| Cesta de moedas | 33,86% | -16,79% |
| IGP-M | 9,81% | 7,75% |
| Finel | 1,90% | 1,51% |
| TJLP | 6,25% | 6,37% |
| CDI/SELIC | 12,37% | 11,81% |
| RGR | 0,00% | 0,00% |
| TR | 1,63% | 1,45% |

Mutação de empréstimos e financiamentos:

| | Moeda Nacional | | Moeda Estrangeira | |
|------------------------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Em dezembro de 2006 | 70.392 | 270.909 | 32.484 | 115.216 |
| Ingressos | 37.100 | 97.627 | 106.000 | - |
| Encargos | 1.288 | - | 3.003 | - |
| Variação Monetária e Cambial | - | 8.706 | - | (19.876) |
| Transferências | 113.846 | (113.846) | 8.402 | (8.402) |
| Swap | (3.956) | - | 14.083 | 4.190 |
| Amortizações | (149.630) | - | (22.165) | - |
| Em dezembro de 2007 | 69.040 | 263.396 | 141.807 | 91.128 |
| Ingressos | 272.548 | 182.023 | 64.049 | - |
| Encargos | 24.384 | - | 4.411 | - |
| Variação Monetária e Cambial | 994 | 4.185 | 5.413 | 26.520 |
| Transferências | 52.158 | (52.158) | 25.192 | (25.192) |
| Swap | (24.380) | 16.917 | (9.778) | (15.305) |
| Amortizações | (67.376) | - | (204.834) | - |
| Em dezembro de 2008 | 327.368 | 414.363 | 26.260 | 77.151 |

19. Taxas regulamentares

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | 2008 | 2007 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Conta consumo de combustível | 7.540 | 4.242 |
| Reserva global de reversão | 3.733 | 1.561 |
| Conta de desenvolvimento energético | 2.966 | 1.517 |
| Taxa de fiscalização | 322 | 378 |
| Encargos emergenciais | 2.525 | 2.596 |
| Total taxas regulamentares | 17.086 | 10.294 |

20. Transações com partes relacionadas

| | 2008 | | | | 2007 | | | |
|---|-----------------------|---------------------------|----------------|---------------|-----------------------|---------------------------|----------------|---------------|
| | Passivo circulante | Passivo não circulante | Despesa | Investimento | Passivo circulante | Passivo não circulante | Despesa | Investimento |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF | 92.646 | 104.227 | 414.955 | - | 96.958 | 104.546 | 425.317 | - |
| Synapsis Brasil S.A. | 4.397 | - | 18.949 | 5.325 | 2.088 | - | 17.543 | 3.761 |
| CAM Brasil Multiserviços Ltda | 5.970 | - | 1.184 | 14.807 | 2.769 | - | 528 | 15.079 |
| Fundação Coelce de Segurança Social-FAELCE | 779 | - | 6.926 | 2.234 | 850 | - | 7.412 | 1.450 |
| | 103.792 | 104.227 | 442.014 | 22.366 | 102.665 | 104.546 | 450.800 | 20.290 |

Na opinião de sua administração, a Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A Companhia mantém contrato de compra de energia junto à Central Geradora Térmica de Fortaleza. O total dos gastos no exercício com este contrato montou, até 31 de dezembro de 2008, R\$ 414.955 (R\$ 425.317 em 2007).

As operações com a Synapsis Brasil S.A referem-se, basicamente, à prestação de serviços de informática e manutenção dos sistemas da Companhia. O total de gastos incorridos em 2008 montou R\$ 24.274 (R\$ 21.304 em 2007), sendo R\$ 18.949 (R\$ 17.543 em 2007) como despesa operacional no resultado da Companhia e R\$ 5.325 (R\$ 3.761 em 2007) capitalizados como investimento.

Os saldos com a CAM Brasil Multiserviços Ltda. advém, basicamente, de contratação desta para fiscalização de obras com aplicação direta no investimento da Companhia. A CAM também prestou serviços de fiscalização de cortes e aparelhos queimados,

| | |
|--|---|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

sendo estes classificados como despesa. O total de custos incorridos no ano de 2008 é de R\$ 15.991 (R\$ 15.607 em 2007), sendo R\$ 14.807 (R\$ 15.079 em 2007) como investimento e R\$ 1.184 (R\$ 528 em 2007) como despesa operacional.

A Synapsis Brasil SA, a CAM Brasil Multiserviços Ltda., e a Central Geradora Termelétrica de Fortaleza-CGTF são subsidiárias dos acionistas controladores.

21. Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida para os programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (PEE) distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL. Durante o exercício de 2008 foi investido R\$ 10.359 (R\$ 14.768 em 2007) nos referidos programas.

As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprova os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado).

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores provisionados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

| | 2008 | | 2007 | |
|--|---------------|----------------|---------------|-------------------------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante reclassificado |
| Programa eficiência energética | 12.730 | 3.123 | 8.715 | 13.318 |
| Programa de pesquisa e desenvolvimento | 2.867 | 11.639 | 3.147 | 6.628 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT | 4.737 | - | 4.498 | - |
| Ministério de Minas e Energia- MME | 1.995 | - | 1.875 | - |
| | 22.329 | 14.762 | 18.235 | 19.946 |

15/06/2009 09:48:46

Pág: 73

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | |

22. Provisão para contingências

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para a Companhia.

Segue quadro demonstrativo das contingências e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2008 e 2007:

| | 2008 | | | | 2007 | | | |
|--|----------------------------|---------------|--|--------------------------------------|----------------------------|---------------|--|--------------------------------------|
| | Provisão para contingência | | Depósitos judiciais relacionados a contingências | Provisão para contingências liquadas | Provisão para contingência | | Depósitos judiciais relacionados a contingências (Redistribuído) | Provisão para contingências liquadas |
| | No exercício | Acumulada | | | No exercício | Acumulada | | |
| Trabalhistas (a) | | | | | | | | |
| Danos morais | 739 | 739 | (24) | 715 | (59) | - | - | - |
| Diferenças salariais | (904) | - | - | - | 53 | 904 | (13) | 891 |
| Empresas terceirizadas | 1.066 | 3.043 | (790) | 2.253 | 473 | 1.977 | (977) | 1.000 |
| Horas extras | (17) | 57 | (17) | 40 | 13 | 74 | (10) | 64 |
| Periculosidade | 113 | 2.032 | (23) | 2.009 | 97 | 1.919 | (11) | 1.908 |
| Verbas rescisórias | 112 | 204 | (35) | 169 | 24 | 92 | (38) | 54 |
| Reintegração | 2 | 35 | (22) | 13 | (330) | 33 | (17) | 16 |
| Ex funcionários - verbas | 577 | 6.295 | (2.936) | 3.359 | (257) | 5.718 | (1.385) | 4.333 |
| Outros | (25) | 1.187 | (632) | 555 | (1.005) | 1.212 | (18) | 1.194 |
| | 1.663 | 13.592 | (4.479) | 9.113 | (691) | 11.929 | (2.469) | 9.460 |
| Cíveis (b e d) | | | | | | | | |
| Consumidores | (1.704) | 31.079 | (3.229) | 27.850 | 6.805 | 32.783 | (1.198) | 31.585 |
| Outros | 8.518 | 8.518 | - | 8.518 | - | - | - | - |
| | 6.814 | 39.597 | (3.229) | 36.368 | 6.805 | 32.783 | (1.198) | 31.585 |
| Fiscais (c) | | | | | | | | |
| Funeral e INCR | 806 | 12.486 | - | 12.486 | 942 | 11.680 | - | 11.680 |
| Impostos compensados com medida judicial | (9.900) | - | - | - | (9.000) | 9.900 | - | 9.900 |
| SEBRAE e FGTS | - | - | - | - | (2.896) | - | - | - |
| Outros | (1.468) | 7.466 | (1.446) | 6.020 | - | 8.934 | (1.446) | 7.488 |
| | (10.562) | 19.852 | (1.446) | 18.506 | (10.954) | 30.514 | (1.446) | 29.068 |
| | (2.085) | 73.141 | (9.154) | 63.987 | (5.140) | 75.226 | (5.113) | 70.113 |

a) Contingências trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com a Companhia bem como equiparação em direitos aos empregados desta.

b) Contingências cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

c) Contingências fiscais

A Companhia possui processo administrativo pendente de julgamento, protocolado junto à Receita Federal, em que solicita a compensação dos valores recolhidos a maior a título de PASEP, em face da inconstitucionalidade dos Decretos nºs 2.445/88 e 2.448/88, declarada pelo Supremo Tribunal Federal e ratificada por meio de resolução do Senado Federal. Sustentada na opinião dos consultores legais, a Companhia decidiu compensar os valores envolvidos com os impostos e contribuições vincendos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL). Conservadoramente, a Companhia manteve provisionado o valor dos referidos tributos e contribuições compensadas, no montante de R\$ 9.075. Em junho de 2007, apoiada em carta conforto de seus assessores legais, a Companhia procedeu à reversão de R\$ 9.000, referente à atualização monetária que vinha sendo reconhecida em relação a este processo. O saldo referente a este processo foi baixado em agosto de 2008. Os valores relativos ao FGTS e SEBRAE foram baixados em virtude do julgamento improcedente das causas sendo os valores depositados convertidos em renda da União.

d) Tarifaço

A Companhia é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE nºs 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. A provisão para perdas nessas ações está contemplada no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Adicionalmente, existem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento em um montante de R\$ 136.532, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível e nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

| Causas Possíveis | | |
|--------------------|----------------|---------|
| Trabalhistas | 4.081 | |
| Cíveis | 31.633 | |
| Fiscais | 94.348 | Pág: 75 |
| Juizados especiais | 6.470 | |
| | <u>136.532</u> | |

15/06/2009 09:48:08

| | | |
|--|--------------------------------------|------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | | |

e) Contingências fiscais – processos com expectativa de perda possível

e.1) ICMS – Termo de acordo 035/91

A Companhia celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade decendial. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98.

Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou 4 autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$ 9.200. A Companhia aguarda decisão de recurso apresentado (Embargos de Declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os Autos de Infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora.

e.2) ICMS – Base cadastral de consumidores isentos e imunes

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2004, no valor atualizado de R\$ 9.025, no intuito de exigir créditos de ICMS oriundos de erro na base cadastral de consumidores isentos e imunes (classes comercial, industrial, iluminação pública e serviços públicos) referentes ao período de abril a agosto de 1999. A Companhia impugnou o auto e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Adicionalmente, foi lavrado um auto de infração em 29 de dezembro de 2005 com o mesmo objeto do auto acima, no valor atualizado de R\$ 4.249, referente ao ano de 2000. A Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa.

e.3) ICMS – Diferencial de alíquota

A Companhia recebeu 3 autos de infração para a cobrança de diferencial de alíquota de ICMS sobre as aquisições interestaduais destinadas ao ativo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

permanente, relativas aos exercícios de 2001, 2002, e 2003 nos valores atualizados de R\$ 28.934, R\$ 11.941 e de R\$ 3.262, respectivamente. A Coelce impugnou os autos e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

e.4) ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo permanente

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração para cobrar débitos de ICMS relativos aos anos de 2003 e 2004, no valor atualizado de R\$ 2.751, por apropriação a maior de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo permanente. A Coelce impugnou o auto, mas foi proferida decisão de primeira instância julgando o auto procedente em 05 de novembro de 2008. A Companhia recorreu e aguarda decisão de segunda instância administrativa.

e.5) ICMS – Transferência de Créditos

Em 1º de agosto de 2005, a Fazenda Estadual ajuizou Execução fiscal para cobrar débitos de ICMS relativos às operações de transferência de créditos ocorridas durante o exercício de 1999 e 2000, no montante de R\$ 1.577. Em 09 de março de 2007 foi proferida sentença favorável à Coelce. A Fazenda Estadual apresentou recurso (Apelação), que está pendente de julgamento.

Em 06 de maio de 2005, a Companhia ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS relativos à operação de transferência de créditos ocorrida durante o exercício de 2001, que perfazem o montante de R\$ 1.538. A Coelce aguarda decisão de primeira instância judicial.

e.6) ISS

A Companhia ajuizou em 08 de agosto de 2007 ação anulatória de débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia, no valor de R\$ 3.332. A companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.

Não obstante a Companhia tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007 o Município de Fortaleza ajuizou duas Execuções Fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, nas quais a Coelce apresentou defesa e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Adicionalmente, o Município de Fortaleza ajuizou 3 Execuções Fiscais, que perfazem o montante de R\$ 15.782 para cobrar débitos de ISS cobrados pela

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A Companhia aguarda decisão de segunda instância judicial nos três processos.

e.7) Multa Moratória

Em 25 de abril de 2003, a Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando a exclusão da multa de mora imposta em decorrência da denúncia espontânea de débitos em atraso. Em 24 de agosto de 2005 foi proferida sentença que julgou o pedido procedente em parte, para que a Receita Federal se abstenha de efetuar o lançamento dos valores supostamente devidos a título de multa moratória até o limite de seus créditos comprovados nestes autos. Com base na decisão, a Coelce efetuou a compensação de créditos no montante de R\$ 2.757. A Coelce aguarda o julgamento de recurso (Embargos de Declaração) contra decisão de segunda instância desfavorável à Companhia.

23. Outras obrigações

| | 2008 | 2007 |
|--|---------------|---------------|
| Passivos regulatórios (nota 6b - passivos) | 18.369 | 39.811 |
| Arrecadação de terceiros | 718 | 2.912 |
| Adiantamento de clientes | 1.294 | 1.159 |
| Empréstimos compulsórios | 423 | 462 |
| Outros | 1.766 | 4.332 |
| Total de outras obrigações | 22.570 | 48.676 |
| Circulante | 21.189 | 44.729 |
| Não circulante | 1.381 | 3.947 |

24. Patrimônio líquido

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2008 foi deliberado aumento de capital social no valor de R\$ 9.889, mediante capitalização de parte da Reserva de Capital- Subvenções para Investimento e aprovada a conversão de 58 ações preferenciais classe B em ações preferências classe A, nos termos do § 2º do artigo 5º do Estatuto Social.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O capital social está composto de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

| | 2008 (Em unidades) | 2007 (Em unidades) |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Ações Ordinárias | 48.067.937 | 48.067.937 |
| Ações Preferenciais A | 28.131.352 | 28.123.352 |
| Ações Preferenciais B | 1.656.010 | 1.664.010 |
| | 77.855.299 | 77.855.299 |

| | Ações ordinárias (em unidade) | | Ações preferenciais (em unidade) | | | | Total (em unidades) | |
|----------------------------------|----------------------------------|-------------|-------------------------------------|-------------|------------------|-------------|------------------------|-------------|
| | TOTAL (I) | | Classe A | | Classe B | | TOTAL (II) | |
| Investluz S.A | 44.061.433 | 91,67% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Eletrobrás | - | 0,00% | 3.967.756 | 14,10% | 1.531.141 | 92,46% | 5.498.897 | 18,46% |
| Endesa Brasil S.A | - | 0,00% | 1.770.000 | 6,29% | - | 0,00% | 1.770.000 | 5,94% |
| Fundos e Clubes de Investimentos | 552.120 | 1,15% | 10.530.834 | 37,44% | 24 | 0,00% | 10.530.858 | 35,35% |
| Fundos de Pensão | 919.403 | 1,91% | 2.998.522 | 10,66% | - | 0,00% | 2.998.522 | 10,07% |
| Outros | 2.534.981 | 5,27% | 8.864.240 | 31,51% | 124.845 | 7,54% | 8.989.085 | 30,18% |
| Total de ações | 48.067.937 | 100% | 28.131.352 | 100% | 1.656.010 | 100% | 29.787.362 | 100% |
| | | | | | | | 77.855.299 | 100% |

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe “A” e 10% para as ações de classe “B”, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe “B” poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe “A”, a requerimento do interessado.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital até o limite de 300.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000 de ações ordinárias e 193.352.996 mil de ações preferenciais Classe “A” e 6.647.004 mil de ações preferenciais Classe “B”.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se os percentuais definidos no estatuto social para as ações preferenciais (Nota 23).

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A partir de 2007, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu de 30% do capital social.

A remuneração dos acionistas é demonstrada como segue:

| | 2008 | 2007 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 338.523 | 244.751 |
| (-) Reserva de Incentivo Fiscal | (66.633) | - |
| (-) Ajustes de exercícios anteriores | (8.761) | - |
| Lucro líquido ajustado | 263.129 | 244.751 |

Os dividendos mínimos são como segue:

| | 25% sobre o lucro líquido ajustado | | Dividendos mínimos sobre capital social | | Dividendos mínimos obrigatórios | |
|------------------------------|---|---------------|--|---------------|--|---------------|
| | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 |
| Ações ordinárias | 40.614 | 37.777 | - | - | 40.614 | 37.777 |
| Ações preferenciais classe A | 23.769 | 22.103 | 9.603 | 9.386 | 23.769 | 22.103 |
| Ações preferenciais classe B | 1.399 | 1.308 | 942 | 926 | 1.399 | 1.308 |
| Total | 65.782 | 61.188 | 10.545 | 10.312 | 65.782 | 61.188 |

A Administração da Companhia irá propor a seguinte distribuição dos resultados na próxima Assembléia Geral de Acionistas:

| | 2008 | 2007 |
|-----------------------------------|-------------|-------------|
| Dividendos propostos do exercício | 263.129 | 244.751 |

A referida proposta de distribuição dos dividendos por ação é demonstrada como segue:

| | 2008 | 2007 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Ações Ordinárias | 162.456 | 151.110 |
| Ações Preferenciais Classe A | 95.076 | 88.410 |
| Ações Preferenciais Classe B | 5.597 | 5.231 |
| Total de dividendos propostos | 263.129 | 244.751 |

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação entre a alíquota efetiva e a nominal de imposto de renda e contribuição social é como segue:

| | 2008 | 2007 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido | 404.192 | 357.130 |
| (-) Participação dos lucros | (7.078) | (5.958) |
| | 397.114 | 351.172 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| | 135.019 | 119.398 |
| Reversão da provisão sobre o ágio da incorporação | (9.878) | (10.045) |
| Outros | 83 | (2.932) |
| Despesas com IR e CSLL antes do benefício fiscal | 125.224 | 106.421 |
| (-) Incentivo fiscal - ADENE | (66.633) | - |
| Despesas com IR e CSLL após o benefício fiscal | 58.591 | 106.421 |

A Companhia obteve incentivo de redução do imposto de renda por estar situada na área de atuação da ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste). O reconhecimento do benefício fiscal foi aprovado pela ADENE em agosto de 2007 conforme laudo constitutivo nº. 0170/2007.

O incentivo consiste na redução do imposto de renda devido em 75% do imposto de renda apurado a partir da receita líquida.

O valor do imposto de renda que deixou de ser pago em virtude dos benefícios de redução foi contabilizado de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Deliberação CVM nº 555 que aprovou o CPC nº 07 em que determina a contabilização no resultado do exercício e posteriormente a transferência para reserva especial de lucro não distribuível, no qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

Em virtude do acima exposto, a Companhia deixou de recolher, no ano de 2008, o montante de R\$ 66.633 (R\$ 60.097 em 2007).

26. Obrigações com benefícios pós-emprego

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o regime financeiro de capitalização.

Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas do programa previdencial da referida entidade.

Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Companhia. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme Resolução CGPC Nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

- Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014.
- Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.
- Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo a pagar a FAELCE referente a esse contrato de dívida é de R\$ 59.042 (R\$ 63.917 em 2007), sendo R\$ 11.023 (R\$ 13.987 em 2007)

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

classificado no ativo circulante e R\$ 48.019 (R\$ 49.930 em 2007) no ativo não circulante.

A composição da obrigação atuarial, em 31 de dezembro de 2008, é como segue:

Conciliação dos (ativos) passivos:

| | |
|---|-----------------------|
| Valor presente das obrigações atuariais | 460.358 |
| Valor justo dos ativos | (468.558) |
| (Ativo) Passivo atuarial | <u>(8.200)</u> |

A companhia não registrou o ativo líquido de pensão devido ao seu plano junto a Faelce não prever redução efetiva das contribuições e não ser reembolsável por sua parte.

Movimentação da obrigação atuarial líquido em 2008:

| | |
|---|-------------------------|
| Valor presente da obrigação atuarial total | (549.211) |
| Custo dos serviços correntes | (5.719) |
| Custo dos juros | (49.278) |
| Ganho atuarial | 115.553 |
| Benefícios pagos em 2008 | 36.105 |
| Valor presente da obrigação atuarial total | <u>(452.550)</u> |

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos:

| | |
|--|-----------------------|
| Valor justo dos ativos do plano (2007) | 499.241 |
| Contribuições pagas em 2008 | 22.445 |
| Rendimento real dos ativos | (25.223) |
| Benefícios pagos em 2008 | (36.105) |
| Valor justo dos ativos do plano (final) | <u>460.358</u> |

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Despesa prevista para 2009:

| | |
|--------------------------------------|--------------|
| Custo do Serviço Corrente | 3.873 |
| Custo dos Juros | 51.484 |
| Retorno dos Investimentos | (46.258) |
| Contribuição esperada dos empregados | (2.338) |
| Total de despesas previstas | 6.761 |

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização da avaliação são:

| Principais premissas atuariais | 2008 | 2007 |
|--|---|---|
| Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total | 11,80% inflação anual+desconto 7,9%a.a | 9,20% inflação anual+desconto 5%a.a |
| Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano | 10,24% inflação anual+Juro real 6%a.a | 10,24% inflação anual+Juro real 6%a.a |
| Taxa do crescimento salarial | 5,84% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados) | 5,18% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados) |
| Taxa de inflação esperada | 4% | 4% |
| Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada | 4% | 4% |
| Fator de capacidade do benefício/salário | 98% | 98% |
| Taxa de rotatividade | Nula | Nula |
| Tábua geral de mortalidade (q_x) | AT-83 | AT-83 |
| Tábua de entrada em invalidez (i_x) | LIGHT-MÉDIA | LIGHT-MÉDIA |
| Tábua de mortalidade de inválidos (q_x^i) | q_x da AT-49 | q_x da AT-49 |
| Tábua de mortalidade de ativos | método de Hamza | método de Hamza |

27. Instrumentos financeiros e riscos operacionais (atendimento à deliberação CVM nº 566 de 17 de dezembro de 2008)

Considerações Gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivados com a premissa exclusiva de proteção aos riscos financeiros de variação cambial de suas captações realizadas em moeda estrangeira, sem nenhum caráter especulativo. Desta forma, a Companhia possui operações de hedge cambial com o objetivo de minimizar sua exposição, nas operações expostas à variação cambial. Essas operações de hedge são swaps de moeda e taxas de juros.

Fatores de Risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Em sintonia com a gestão financeira e melhores práticas para minimização de riscos financeiros, bem como observar os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2008, uma operação de “hedge” cambial, com fim único de proteção da dívida. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Companhia apurou um resultado negativo não realizado na operação de “hedge” cambial no montante de R\$ 13.430 (nota 18)

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, demonstrando os efeitos da variação do dólar sobre a parcela da dívida swapada no resultado da variação nos cenários.

Quadro I - Risco: Alta do USD

| Projeção para os próximos 6 meses | | | | R\$ |
|-----------------------------------|-------|------------------|------------------|----------------|
| Operação | Risco | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto |
| | | USD | USD +25% | USD + 50% |
| | | 2,4529 | 2,921 | 3,5055 |
| Dívida BEI | USD | (83.103) | (103.870) | (124.655) |
| Swap ponta Ativa - ABN Amro | USD | 83.103 | 103.870 | 124.655 |

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Minimizando esse risco, a Companhia busca aumentar a participação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobrás) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco nas variações do CDI na parcela da dívida após o swap, que demonstra os efeitos no resultado das variações nos cenários.

Quadro II - Risco: Alta do CDI

| Projeção para os próximos 6 meses | | | | R\$ |
|-----------------------------------|-------|------------------|------------------|----------------|
| Operação | Risco | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto |
| | | CDI | CDI + 25% | CDI + 50% |
| | | 13,07 | 15,46 | 18,56 |
| Swap ponta passiva - ABN Amro | CDI | (98.928) | (99.548) | (100.337) |

Conforme demonstrado acima, a variação do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap é compensada pela variação oposta sofrida por sua ponta ativa. Essa parcela da dívida troca de indexação, passando a sofrer a variação do CDI, em reais, e a correr riscos de aumento de encargos, porém reduzindo sua exposição cambial.

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

c) Risco de Crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

d) Risco de Escassez de Energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

e) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativa no 18). Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações.

Valorização dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2008, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo-se as operações de derivativos, estão assim avaliados:

- Disponibilidades: os valores demonstrados nos balanços patrimoniais se aproximam dos valores de mercado;

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Ativos e Passivos Regulatórios: os valores estão registrados conforme critérios definidos por regras ou orientações da ANEEL;
- Empréstimos e Financiamentos: registrados conforme condições contratuais (nota explicativa nº 16).
- Instrumentos financeiros derivativos – a operação com derivativo tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e não possui nenhum caráter especulativo. Dessa forma, é considerado como instrumento de hedge e está contabilizado pelo valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando a taxa DI futura da BM&F.

Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (swap) de 31 de dezembro de 2008 são como segue:

| Derivativo | Valor da curva | Valor de mercado (contábil) | Diferença |
|-------------------|-----------------------|------------------------------------|------------------|
| Swap ABN AMRO | 12.290 | 13.430 | 1.140 |

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na data de fechamento do ano.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando, em 31 de dezembro de 2008, apenas swap dólar para CDI, não possuindo derivativos exóticos ou outras modalidades.

As operações de “hedge” são contratadas apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia detinha operações de swap, conforme demonstrado abaixo:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Data dos Contratos | Data de Vencimento | Posição | Valores de Referência | | | | Valor Justo | | Efeito Acumulado 2008 | | Efeito Acumulado 2007 | |
|-----------------------|-----------------------|------------------------------------|-----------------------|---------------|-------------|------------|---------------------------|---------------------------|----------------------------------|------------------------------|----------------------------------|------------------------------|
| | | | Moeda Estrangeira | | Moeda Local | | 2008 | 2007 | Valor a receber/rece- bido | Valor a pagar/paga- do | Valor a receber/rece- bido | Valor a pagar/paga- do |
| | | | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 | | | | | | |
| | | | | | | | | | | R\$ 13.438 | | R\$ 32.543 |
| 16/06/06 | 15/06/12 | Dólar + 5,49% a.a. 98,8% do CDI | USD 30.471 | USD 40.027 | R\$ 69.612 | R\$ 91.442 | R\$ 79.946 R\$ 103.376 | R\$ 76.987 R\$ 109.630 | | | | |
| | | | | | | | R\$ 13.438 | R\$ 32.543 | | | | R\$ 2.219 |
| 29/07/04 | 15/10/08 | Dólar + 5,5% a.a. 103,8% do CDI | | USD 746 | | R\$ 2.278 | | R\$ 1.573 R\$ 3.792 | | | | R\$ 5.419 |
| | | | | | | | | R\$ 2.219 | | | | |
| 20/08/07 | 15/02/08 | JPY + 2,466% a.a. 103,7% do CDI | | JPY 1.444.082 | | R\$ 27.000 | | R\$ 22.669 R\$ 26.078 | | | | |
| | | | | | | | | R\$ 5.419 | | | | |
| 24/08/07 | 01/08/08 | R\$ + 12,7476% a.a. 109% do CDI | | R\$ 10.101 | | R\$ 10.101 | | R\$ 10.623 R\$ 10.506 | | | R\$ 17 | |
| | | | | | | | | R\$ 17 | | | | R\$ 9.854 |
| 04/09/07 | 29/08/08 | Dólar + 2% a.a. 109,5% do CDI | | USD 40.415 | | R\$ 79.000 | | R\$ 72.057 R\$ 81.911 | | | | |
| | | | | | | | | R\$ 9.854 | | | | |

28. Fornecimento de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | Nº de consumidores | | MWh | | R\$ | |
|--|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Não auditado | | Não auditado | | | |
| | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 |
| Fornecimento faturado | | | | | | |
| Residencial Normal | 574.460 | 651.596 | 1.301.003 | 1.253.449 | 647.131 | 630.204 |
| Residencial Baixa Renda | 1.558.032 | 1.385.387 | 1.249.971 | 1.158.663 | 253.072 | 235.783 |
| Industrial | 5.943 | 6.015 | 1.291.747 | 1.168.320 | 388.578 | 353.914 |
| Comércio, serviços e outros | 151.276 | 146.680 | 1.433.357 | 1.339.405 | 600.805 | 566.455 |
| Rural | 303.994 | 267.709 | 711.869 | 660.514 | 133.370 | 123.282 |
| Poder público | 28.400 | 27.084 | 393.434 | 371.717 | 159.132 | 151.200 |
| Iluminação pública | 5.697 | 3.977 | 367.722 | 345.548 | 94.302 | 89.662 |
| Serviços públicos | 1.634 | 1.547 | 236.458 | 244.700 | 67.286 | 68.026 |
| | 2.629.436 | 2.489.995 | 6.985.561 | 6.542.316 | 2.343.676 | 2.218.526 |
| (+) Estorno provisão refaturamento Prefeituras | - | - | - | - | 6.000 | - |
| Total do Faturamento | - | - | - | - | 2.349.676 | 2.218.526 |
| Fornecimento não faturado | - | - | - | - | 9.100 | (2.071) |
| Consumidores, concessionários e permissionários | - | - | - | - | 2.358.776 | 2.216.455 |
| Baixa renda | - | - | - | - | 174.066 | 173.359 |
| Reposicionamento Revisão Tarifária | - | - | - | - | 5.542 | (22.464) |
| Reposicionamento Tarifário-Transmissoras | - | - | - | - | 700 | (1.867) |
| Recuperação Perda de Receita 2001 | - | - | - | - | (18.339) | (55.685) |
| Recuperação Energia Livre - Geradoras | - | - | - | - | (6.429) | (19.492) |
| Recuperação parcela A | - | - | - | - | (48.866) | - |
| Suprimento | - | - | - | - | 13.245 | 11.749 |
| Receita encargos de uso da rede elétrica | - | - | - | - | 55.331 | 45.695 |
| Baixa Energia Livre | - | - | - | - | 57.475 | - |
| Outras receitas | - | - | - | - | 105.036 | 100.099 |
| Receita Operacional Bruta | - | - | - | - | 2.696.537 | 2.447.849 |
| (-) Deduções da Receita | | | | | | |
| ICMS | - | - | - | - | (528.563) | (501.577) |
| COFINS | - | - | - | - | (111.412) | (96.012) |
| PIS | - | - | - | - | (24.518) | (21.421) |
| RGR - Quota para Reserva Global de Reversão | - | - | - | - | (29.917) | (23.156) |
| CCC - Conta de Consumo de Combustível | - | - | - | - | (55.251) | (58.160) |
| Outros impostos e contribuições sobre a Receita | - | - | - | - | (31.832) | (28.644) |
| Total de deduções de receita | - | - | - | - | (781.493) | (728.970) |
| Total receita operacional líquida | 2.629.436 | 2.489.995 | 6.985.561 | 6.542.316 | 1.915.044 | 1.718.879 |

29. Outras receitas operacionais

| | 2008 | 2007 (Reclassificado) |
|--|----------------|--------------------------|
| Inspeção de instalações e serviços vários | 5.056 | 3.780 |
| Renda na prestação de serviços | 82.967 | 63.582 |
| Arrendamento e aluguéis | 10.928 | 9.989 |
| Serviço taxado | 4.427 | 5.218 |
| Reversão deficit atuarial | - | 16.289 |
| Outros | 1.658 | 1.241 |
| Total de outras receitas operacionais | 105.036 | 100.099 |

30. Compra e venda de energia na CCEE

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nos exercícios de 2008 e 2007 a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Compensação de Energia Elétrica – CCEE, conforme a seguir demonstrado:

| | 2008 | | 2007 | |
|----------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | MWh | R\$ | MWh | R\$ |
| Compra | Não auditado | | Não auditado | |
| Compra de energia | 18.400 | (5.076) | 24.245 | (2.346) |
| Ajustes | 1.012 | 168 | - | - |
| | <u>19.412</u> | <u>(4.908)</u> | <u>24.245</u> | <u>(2.346)</u> |
| | | | | |
| | 2008 | | 2007 | |
| | MWh | R\$ | MWh | R\$ |
| Venda | Não auditado | | Não auditado | |
| Venda de energia | 215.112 | 26.679 | 170.876 | 11.749 |
| CVA Sobrecontratação | - | (10.948) | - | - |
| Ajustes | (12.133) | (2.486) | - | - |
| | <u>202.979</u> | <u>13.245</u> | <u>170.876</u> | <u>11.749</u> |

31. Resultado do serviço

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Descrição | Custo do Serviço | Serviços prestados a terceiros | Despesa de Vendas | Despesas Gerais e Administrativas | Outras | 2008 | 2007 (Reclassificado) |
|---|--------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------------------|-----------------|--------------------|-----------------------|
| Receta operacional líquida | | | | | | 1.915.044 | 1.718.879 |
| Pessoal | (70.386) | - | - | (18.233) | - | (88.619) | (93.176) |
| Material | (16.097) | (3.091) | - | (9.990) | - | (29.178) | (27.814) |
| Serviços de terceiros | (138.105) | (3.321) | (25.856) | (15.044) | - | (182.326) | (164.100) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (882.853) | - | - | - | - | (882.853) | (815.939) |
| Energia elétrica comprada para revenda-Ativo transmissoras | 3.795 | - | - | - | - | 3.795 | (5.057) |
| Encargos do uso do sistema de transmissão | (65.870) | - | - | - | - | (65.870) | (57.087) |
| Encargos do uso do sistema de transmissão-Ativo transmissoras | (5.193) | - | - | - | - | (5.193) | 6.924 |
| Encargo serviço de sistema-ESS | (33.318) | - | - | - | - | (33.318) | - |
| Provisão CVA-ESS | 24.695 | - | - | - | - | 24.695 | - |
| Depreciação e amortização | (99.350) | - | - | (2.207) | (15) | (101.572) | (95.860) |
| Amortização / reversão ágio da incorporação | - | - | - | - | (14.967) | (14.967) | (15.220) |
| Provisão saldo a cobrar requête tarifário 2005 | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | - | (9.040) | (9.040) | (14.333) |
| Provisão/Reversão perda de receita - racionamento | - | - | 106.873 | - | (4.311) | 102.562 | (45.045) |
| Taxa de fiscalização da ANEEL | - | - | - | - | (4.042) | (4.042) | (4.407) |
| Baixa ativo regulatório | - | - | (106.881) | - | - | (106.881) | - |
| Baixa energia livre | - | - | (50.482) | - | - | (50.482) | - |
| Provisão para contingências | - | - | - | - | 6.509 | 6.509 | (6.136) |
| Outras despesas operacionais | (6.137) | - | (2) | (8.897) | (10.118) | (25.154) | (16.663) |
| | (1.288.821) | (6.412) | (76.348) | (54.371) | (35.984) | (1.461.936) | (1.353.913) |
| Resultado do serviço | | | | | | 453.108 | 364.966 |
| Resultado financeiro | | | | | | (48.916) | (7.836) |
| Resultado operacional | | | | | | 404.192 | 357.130 |

Despesa de pessoal

| | 2008 | 2007 |
|--|-----------------|-----------------|
| Remunerações | (74.870) | (71.882) |
| Encargos sociais | (24.331) | (23.058) |
| Benefícios | (30.041) | (26.460) |
| Outros | 372 | 568 |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | 40.251 | 27.656 |
| Total de despesa de pessoal | (88.619) | (93.176) |

| Outras despesas operacionais | 2008 | 2007 (Reclassificado) |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------------|
| Aluguéis | (5.971) | (4.799) |
| Publicidade e propaganda | (5.262) | (2.114) |
| Indenizações a terceiros | (1.442) | (1.320) |
| Doações, contribuições e subvenções | (1.367) | (1.221) |
| Seguros | (987) | (836) |
| Tributos | (477) | (311) |
| Estagiários | (1.003) | (955) |
| Publicações legais e assinaturas | (598) | (465) |
| Custas judiciais | (290) | (254) |
| Perda na alienação de bens | (2.212) | - |
| Prejuízo na desativação de bens | (1.928) | (1.311) |
| Material de segurança | (2.651) | (1.967) |
| Despesas gerais | (966) | (1.110) |
| Total de despesas operacionais | (25.154) | (16.663) |

15/06/2009 09:48:08

Pág: 92

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | Quantidade MWH | | R\$ | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Não auditado | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza – CGTF | 2.690.000 | 2.690.000 | (414.955) | (425.317) |
| Centrais Elétricas S.A - FURNAS | 1.610.406 | 1.591.470 | (120.173) | (116.454) |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF | 1.238.004 | 1.136.151 | (89.565) | (75.070) |
| Companhia Energética de São Paulo- CESP | 602.602 | 562.172 | (46.191) | (40.991) |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE | 487.530 | 323.922 | (37.314) | (33.649) |
| Copel Geração S.A- COPEL | 418.644 | 390.065 | (29.785) | (27.146) |
| CEMIG - Geração e Transmissão S.A | 289.922 | 266.506 | (23.392) | (20.336) |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE | 19.412 | 24.245 | (4.908) | (2.346) |
| Programa de Inc. as Fontes Alternativas-PROINFA | 121.017 | 75.676 | (18.238) | (14.538) |
| CVA Compra de Energia do Período | - | - | 11.231 | 22.279 |
| CVA - PROINFA | - | - | 1.862 | 1.469 |
| Amortização CVA | - | - | (35.653) | (44.885) |
| Energia Comprada - Transmissoras | - | - | - | (5.057) |
| Amortização Energia Comprada - Transmissoras | - | - | 3.793 | - |
| Contratos por disponibilidade(*) | 78.859 | - | (26.837) | - |
| Outros | 625.248 | 470.071 | (48.935) | (38.955) |
| Total energia comprada para revenda | 8.181.644 | 7.530.278 | (879.060) | (820.996) |

32. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2008 foi de R\$ 7.078 (R\$ 5.958 em 2007).

33. Remuneração dos administradores

Os honorários dos administradores foram fixados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2008, no montante global anual de até R\$ 6.000 (R\$ 5.600 em 2007). Desse total, R\$ 3.051 (R\$ 2.645 em 2007) foram apropriados em despesas gerais e administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008

34. Seguros

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice internacional do Grupo Endesa, no montante global de US\$ 283.716, correspondendo a R\$ 663.044^(*), com uma cobertura por eventos de danos materiais combinado a perda de benefícios no montante de US\$ 30.000, correspondendo a R\$ 70.110^(*). A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de US\$ 150.000 por sinistro ou agregado anual, correspondendo a R\$ 350.550^(*). Ambos programas, tem validade no período compreendido de 30 de junho de 2008 a 30 de junho de 2009.

Na tabela abaixo se registra o prêmio total de R\$ 1.951, sendo R\$ 876 de riscos operacionais e R\$ 1.075 de responsabilidade civil. A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

| Risco | Vigência | 2008 |
|------------------------|-------------------------|---------|
| Danos materiais | 30.06.2008 a 30.06.2009 | 70.110 |
| Responsabilidade Civil | 30.06.2008 a 30.06.2009 | 350.550 |

(*) Os valores em reais foram convertidos pela ptax de 2,3370 de 31 dezembro de 2008

35. Questões Ambientais

A Coelce, a cada ano, reafirma seu compromisso de levar desenvolvimento socioeconômico ao Estado do Ceará causando o mínimo impacto ao meio ambiente. Para isso cumpre rigorosamente a legislação e as normas ambientais, investe em pesquisa, novas tecnologias, educação ambiental, bem como desenvolve projetos ambientais que beneficiam a sociedade em geral. Para a Coelce, somente com a participação consciente de todos será possível garantir um futuro adequado às próximas gerações. Em 2008, dentre as ações ambientais que merecem destaque, tem-se:

a) Uso de Rede Compacta/ Linha Verde - com o objetivo de minimizar a necessidade de podas em redes de média-tensão, a Coelce investe em cabos aéreos protegidos (chamados spacer), que requerem menor supressão vegetal. Nas redes de baixa-tensão, desde 2002, a Coelce adota um padrão de construção de redes com cabos pré-reunidos (trançados), cobertos, que oferecem segurança e menor poluição visual, além de reduzirem a supressão vegetal. Em 2008 foram investidos R\$ 14.928.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Realização do Programa de Eficiência Energética - o combate ao desperdício de energia elétrica é o principal objetivo deste programa. Em 2008 foram investidos R\$ 7.822 que, entre outras iniciativas, proporcionou:

- Modernização dos sistemas de iluminação e troca de aparelhos de ar condicionado, ineficientes, por outros modernos e mais eficientes do ponto de vista energético, com selo de qualidade Procel, em hospitais, escolas, universidades e centros de pesquisa e entidades associativas;
- Substituição de geladeiras antigas, ineficientes, por eficientes, a clientes baixa-renda. Após a substituição a Companhia dá a destinação ambientalmente correta dos resíduos perigosos gerados, cumprindo o Protocolo de Montreal, com referência ao gás clorofluorcarbono (CFC), bem como do óleo do compressor, o qual é recolhido e regenerado;
- Substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas (eficientes) e palestras para o uso eficiente da energia elétrica, beneficiando comunidades de baixa-renda.

c) Manutenção do Sistema de Gestão Ambiental

Em 2008 a Coelce manteve a certificação de seu sistema de gestão ambiental, conquistada em 2006, e ampliou o escopo, atendendo à norma ISO 14001:2004, emitida pelo Bureau Veritas Certification. O escopo da certificação compreende construção, operação, manutenção do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica e suas atividades de apoio, focadas nas seguintes unidades de negócio: Administração Central, Gerência de Distribuição Fortaleza e Metropolitana, Departamento de Distribuição Norte e Relacionamento Comercial da Loja de Atendimento de Sobral, sede do Departamento de Distribuição Centro Norte, sede do Departamento de Distribuição Centro Sul Iguatú, sede do Departamento de Distribuição Centro Norte Canindé, sede do Departamento de Distribuição Sul e Relacionamento Comercial da Agência de Juazeiro do Norte.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/12/2008 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |
| 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS | |

36. Demonstração do resultado por atividade (não auditada)

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2008, das unidades de negócio: distribuição, comercialização, atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e consolidado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Demonstração do resultado por atividade | Distribuição | Comercialização | Atividades não vinculadas | 2008 Consolidado |
|---|------------------|--------------------|---------------------------|--------------------|
| RECEITA OPERACIONAL: | | | | |
| Fornecimento de energia elétrica | | | | |
| Consumidores, concessionários e permissionários | 1.257.083 | 1.101.693 | - | 2.358.776 |
| Baixa renda | 92.763 | 81.303 | - | 174.066 |
| Reposicionamento revisão tarifária | 1.845 | 3.697 | - | 5.542 |
| Valor a devolver reajuste tarifário-transmissoras | 372 | 328 | - | 700 |
| Recuperação perda de receita racionamento | (9.811) | (8.528) | - | (18.339) |
| Recuperação energia livre - Geradoras | (3.440) | (2.989) | - | (6.429) |
| Recuperação parcela A | (26.004) | (22.862) | - | (48.866) |
| Suprimento de energia elétrica | - | 13.245 | - | 13.245 |
| Receita de uso da rede elétrica | 55.331 | - | - | 55.331 |
| Baixa Energia Livre | - | 57.475 | - | 57.475 |
| Outras receitas | 12.172 | 92.864 | - | 105.036 |
| Total do fornecimento de energia elétrica, bruta | 1.380.311 | 1.316.226 | - | 2.696.537 |
| Deduções à receita operacional: | | | | |
| ICMS | (281.695) | (246.868) | - | (528.563) |
| COFINS | (60.440) | (50.972) | - | (111.412) |
| PIS | (16.884) | (7.634) | - | (24.518) |
| ISS | (1.859) | (178) | - | (2.037) |
| Quota para reserva global de reversão | (29.917) | - | - | (29.917) |
| Conta consumo combustível | (55.251) | - | - | (55.251) |
| Conta de desenvolvimento energético | (13.526) | - | - | (13.526) |
| Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento | (16.271) | - | - | (16.271) |
| Encargo de capacidade/aquisição Emergencial | - | 2 | - | 2 |
| Total do fornecimento de energia elétrica, líquida | (475.843) | (305.650) | - | (781.493) |
| Receita operacional líquida | 904.468 | 1.010.576 | - | 1.915.044 |
| Custo do serviço de energia elétrica: | | | | |
| Custo com energia elétrica: | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | - | (882.853) | - | (882.853) |
| Energia elétrica comprada para revenda-ativo transmissoras | - | 3.793 | - | 3.793 |
| Encargos de uso da rede de transmissão | - | (74.492) | - | (74.492) |
| Encargos de uso da rede de transmissão-ativo transmissoras | - | (5.193) | - | (5.193) |
| Total do custo com energia elétrica | - | (958.745) | - | (958.745) |
| Custo de operação: | | | | |
| Pessoal | (33.926) | (27.300) | - | (61.226) |
| Entidade de previdência privada | (5.076) | (4.084) | - | (9.160) |
| Material | (10.031) | (6.066) | - | (16.097) |
| Serviços de terceiros | (70.515) | (67.590) | - | (138.105) |
| Depreciação e amortização | (98.041) | (1.309) | - | (99.350) |
| Outras | (2.623) | (3.515) | - | (6.138) |
| Total do custo de operação | (220.212) | (109.864) | - | (330.076) |
| | (220.212) | (1.068.609) | - | (1.288.821) |
| Custo do serviço prestado a terceiros: | - | (6.412) | - | (6.412) |
| Lucro bruto operacional | 684.256 | (64.445) | - | 619.811 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Demonstração do Resultado por Atividade | Distribuição | Comercialização | Atividades não vinculadas | 2008 Consolidado |
|---|-----------------|------------------|---------------------------|------------------|
| Despesas operacionais | | | | |
| Despesas com vendas | (16.983) | (59.365) | - | (76.348) |
| Despesas gerais e administrativas | (32.100) | (22.271) | - | (54.371) |
| Amortização/Reversão do ágio oriundo da incorporação | - | - | (14.967) | (14.967) |
| Taxa de fiscalização ANEEL | (4.042) | - | - | (4.042) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | (13.351) | - | (13.351) |
| Provisão para contingências | 6.867 | (358) | - | 6.509 |
| Outras | (8.139) | (1.979) | (15) | (10.133) |
| Total das despesas operacionais | (54.397) | (97.324) | (14.982) | (166.703) |
| Resultado do serviço público de energia elétrica | 629.859 | (161.769) | (14.982) | 453.108 |
| Receitas (Despesas) financeiras: | | | | |
| Renda de aplicações financeiras | 12.288 | - | - | 12.288 |
| Acréscimo moratório em conta de energia | - | 31.847 | - | 31.847 |
| Atualização Perda de Receita Racionamento | - | 4.668 | - | 4.668 |
| Encargos de dívidas | (59.053) | - | - | (59.053) |
| Variações monetárias | (30.468) | - | - | (30.468) |
| Outras | (16.832) | 8.634 | - | (8.198) |
| Total receitas (despesas) financeiras: | (94.065) | 45.149 | - | (48.916) |
| Resultado Operacional | 535.794 | (116.620) | (14.982) | 404.192 |
| Lucro antes da Contribuição Social, do imposto de renda, participações | 535.794 | (116.620) | (14.982) | 404.192 |
| Contribuição social | (34.304) | - | - | (34.304) |
| Contribuição social diferido | 1.102 | - | - | 1.102 |
| Imposto de renda | (94.543) | - | - | (94.543) |
| Imposto de renda diferido | 2.521 | - | - | 2.521 |
| Incentivo Fiscal-IRPJ | 66.633 | - | - | 66.633 |
| Lucro antes das participações | 477.203 | (116.620) | (14.982) | 345.601 |
| Participação nos lucros | (3.922) | (3.156) | - | (7.078) |
| Lucro Líquido do Exercício | 473.281 | (119.776) | (14.982) | 338.523 |
| Lucro líquido do exercício por ação - R\$ | | | | 4,35 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2008
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

ÍNDICE

| GRUPO | QUADRO | DESCRIÇÃO | PÁGINA |
|-------|--------|--|--------|
| 01 | 01 | IDENTIFICAÇÃO | 1 |
| 01 | 02 | SEDE | 1 |
| 01 | 03 | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia) | 1 |
| 01 | 04 | REFERÊNCIA DO DFP | 1 |
| 01 | 05 | COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL | 2 |
| 01 | 06 | CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA | 2 |
| 01 | 07 | SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 2 |
| 01 | 08 | PROVENTOS EM DINHEIRO | 2 |
| 01 | 09 | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES | 2 |
| 02 | 01 | BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO | 3 |
| 02 | 02 | BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO | 5 |
| 03 | 01 | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | 7 |
| 04 | 01 | DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA | 10 |
| 05 | 01 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 | 12 |
| 05 | 02 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 | 13 |
| 05 | 03 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 | 14 |
| 06 | 01 | DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 15 |
| 12 | 01 | PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA | 16 |
| 13 | 01 | RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 18 |
| 14 | 01 | NOTAS EXPLICATIVAS | 33/98 |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo F

Informações Trimestrais da Emissora (ITRs) relativos aos períodos encerrados em 31 de março de 2008 e 2009
e relatórios de revisão especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2008
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------------------------|---|---------------------------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM 01486-9 | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 3 - CNPJ 07.047.251/0001-70 |
| 4 - NIRE 23300007891 | | |

01.02 - SEDE

| | | | | | |
|---|---------------------------|----------------------------|-------------------|---|--------------|
| 1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barão de Studart, 2917 | | | | 2 - BAIRRO OU DISTRITO Dionísio Torres | |
| 3 - CEP 60127-900 | | 4 - MUNICÍPIO Fortaleza | | | 5 - UF CE |
| 6 - DDD 085 | 7 - TELEFONE 3216-1350 | 8 - TELEFONE - | 9 - TELEFONE - | 10 - TELEX | |
| 11 - DDD 085 | 12 - FAX 3216-1401 | 13 - FAX - | 14 - FAX - | | |
| 15 - E-MAIL investor@coelce.com.br | | | | | |

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

| | | | | |
|---|----------------------------|---|--------------------|------------|
| 1 - NOME Teobaldo José Cavalcante Leal | | | | |
| 2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barão de Studart, 2917 | | 3 - BAIRRO OU DISTRITO Dionísio Torres | | |
| 4 - CEP 60127-900 | 5 - MUNICÍPIO Fortaleza | | 6 - UF CE | |
| 7 - DDD 085 | 8 - TELEFONE 3216-1350 | 9 - TELEFONE - | 10 - TELEFONE - | 11 - TELEX |
| 12 - DDD 085 | 13 - FAX 3216-1401 | 14 - FAX - | 15 - FAX - | |
| 16 - E-MAIL investor@coelce.com.br | | | | |

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

| EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO | | TRIMESTRE ATUAL | | | TRIMESTRE ANTERIOR | | |
|--|-------------|-----------------|------------|-------------|--------------------|---|-------------|
| 1 - INÍCIO | 2 - TÉRMINO | 3 - NÚMERO | 4 - INÍCIO | 5 - TÉRMINO | 6 - NÚMERO | 7 - INÍCIO | 8 - TÉRMINO |
| 01/01/2008 | 31/12/2008 | 1 | 01/01/2008 | 31/03/2008 | 4 | 01/10/2007 | 31/12/2007 |
| 9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR A G N CANARIM AUDITORES ASSOCIADOS | | | | | | 10 - CÓDIGO CVM 00708-0 | |
| 11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Érico Luiz Canarim | | | | | | 12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 129.012.967-34 | |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2008
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

| Número de Ações (Mil) | 1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2008 | 2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2007 | 3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2007 |
|---------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|--|
| Do Capital Integralizado | | | |
| 1 - Ordinárias | 48.068 | 48.068 | 96.135.875 |
| 2 - Preferenciais | 29.787 | 29.787 | 59.574.725 |
| 3 - Total | 77.855 | 77.855 | 155.710.600 |
| Em Tesouraria | | | |
| 4 - Ordinárias | 0 | 0 | 0 |
| 5 - Preferenciais | 0 | 0 | 0 |
| 6 - Total | 0 | 0 | 0 |

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

| |
|--|
| 1 - TIPO DE EMPRESA |
| Empresa Comercial, Industrial e Outras |
| 2 - TIPO DE SITUAÇÃO |
| Operacional |
| 3 - NATUREZA DO CONTROLE AÇIONÁRIO |
| Privada Nacional |
| 4 - CÓDIGO ATIVIDADE |
| 1120 - Energia Elétrica |
| 5 - ATIVIDADE PRINCIPAL |
| Venda de Energia Elétrica |
| 6 - TIPO DE CONSOLIDADO |
| Não Apresentado |
| 7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES |
| Sem Ressalva |

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

| | | |
|----------|----------|------------------------|
| 1 - ITEM | 2 - CNPJ | 3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|----------|----------|------------------------|

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

| | | | | | | |
|----------|------------|---------------|--------------|------------------|------------------------------|-------------------------------|
| 1 - ITEM | 2 - EVENTO | 3 - APROVAÇÃO | 4 - PROVENTO | 5 - INÍCIO PGTO. | 6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO | 7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO |
|----------|------------|---------------|--------------|------------------|------------------------------|-------------------------------|

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|-----------------------------|-----------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL - | 3 - CNPJ . . . / - |
|---------------------|-----------------------------|-----------------------|

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

| 1 - ITEM | 2 - DATA DA ALTERAÇÃO | 3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil) | 4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil) | 5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO | 6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil) | 7 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais) |
|----------|-----------------------|---|------------------------------------|-------------------------|--|--------------------------------------|
| | | | | | | |

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

| | |
|------------------------|----------------|
| 1 - DATA 14/05/2008 | 2 - ASSINATURA |
|------------------------|----------------|

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2008
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/03/2008 | 4 - 31/12/2007 |
|---------------|--|----------------|----------------|
| 1 | Ativo Total | 2.659.610 | 2.577.911 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 835.036 | 793.967 |
| 1.01.01 | Disponibilidades | 29.801 | 12.364 |
| 1.01.01.01 | Numerário disponível | 24.274 | 12.354 |
| 1.01.01.02 | Aplicações financeiras | 5.527 | 10 |
| 1.01.02 | Créditos | 676.564 | 665.947 |
| 1.01.02.01 | Clientes | 343.814 | 352.286 |
| 1.01.02.01.01 | Consumidores, concessionários e permissi | 561.423 | 565.714 |
| 1.01.02.01.02 | (-) Provisão crédito liquidação duvidosa | (217.609) | (213.428) |
| 1.01.02.02 | Créditos Diversos | 332.750 | 313.661 |
| 1.01.02.02.01 | Baixa renda | 38.251 | 26.031 |
| 1.01.02.02.03 | Serviço em curso | 4.599 | 14.525 |
| 1.01.02.02.04 | Devedores diversos | 6.067 | 5.770 |
| 1.01.02.02.05 | Tributos a compensar | 54.921 | 55.424 |
| 1.01.02.02.06 | Depósitos vinculados | 18.553 | 16.967 |
| 1.01.02.02.07 | Tributos diferidos | 102.040 | 95.687 |
| 1.01.02.02.08 | Créditos luz para todos | 89.490 | 76.234 |
| 1.01.02.02.09 | Outros créditos | 18.829 | 23.023 |
| 1.01.03 | Estoques | 1.140 | 511 |
| 1.01.04 | Outros | 127.531 | 115.145 |
| 1.01.04.01 | Despesas pagas antecipadamente | 127.531 | 115.145 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 1.824.574 | 1.783.944 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 231.263 | 232.890 |
| 1.02.01.01 | Créditos Diversos | 148.444 | 142.209 |
| 1.02.01.01.01 | Consumidores, concessionário e permissio | 34.508 | 36.507 |
| 1.02.01.01.02 | (-) Provisão crédito liquidação duvidosa | 0 | 0 |
| 1.02.01.01.03 | Depósitos vinculados a litígios | 22.705 | 21.668 |
| 1.02.01.01.04 | Tributos a compensar | 54.293 | 47.976 |
| 1.02.01.01.05 | Depósitos vinculados | 15.265 | 14.987 |
| 1.02.01.01.06 | Tributos diferidos | 21.393 | 20.791 |
| 1.02.01.01.07 | Outros créditos | 280 | 280 |
| 1.02.01.02 | Créditos com Pessoas Ligadas | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.01 | Com Coligadas e Equiparadas | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.02 | Com Controladas | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.03 | Com Outras Pessoas Ligadas | 0 | 0 |
| 1.02.01.03 | Outros | 82.819 | 90.681 |
| 1.02.01.03.01 | Despesas pagas antecipadamente | 82.819 | 90.681 |
| 1.02.02 | Ativo Permanente | 1.593.311 | 1.551.054 |
| 1.02.02.01 | Investimentos | 231 | 235 |
| 1.02.02.01.01 | Participações Coligadas/Equiparadas | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.02 | Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2008
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 -31/03/2008 | 4 -31/12/2007 |
|---------------|-------------------------------------|---------------|---------------|
| 1.02.02.01.03 | Participações em Controladas | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.04 | Participações em Controladas - Ágio | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.05 | Outros Investimentos | 0 | 235 |
| 1.02.02.02 | Imobilizado | 1.583.911 | 1.542.026 |
| 1.02.02.03 | Intangível | 0 | 0 |
| 1.02.02.04 | Diferido | 9.169 | 8.793 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2008
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/03/2008 | 4 - 31/12/2007 |
|---------------|--|----------------|----------------|
| 2 | Passivo Total | 2.659.610 | 2.577.911 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 1.109.904 | 1.091.645 |
| 2.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 236.816 | 206.556 |
| 2.01.02 | Debêntures | 0 | 0 |
| 2.01.03 | Fornecedores | 225.467 | 241.753 |
| 2.01.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 71.293 | 54.972 |
| 2.01.05 | Dividendos a Pagar | 245.388 | 245.977 |
| 2.01.06 | Provisões | 98.968 | 104.917 |
| 2.01.06.01 | Obrigações estimadas 13 salário e férias | 9.430 | 8.958 |
| 2.01.06.02 | Tributos diferidos | 66.643 | 69.402 |
| 2.01.06.03 | Provisão para contingências | 876 | 769 |
| 2.01.06.04 | Provisão devolução baixa renda | 22.019 | 25.788 |
| 2.01.07 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 98.547 | 101.815 |
| 2.01.08 | Outros | 133.425 | 135.655 |
| 2.01.08.01 | Folha de pagamento | 5.046 | 6.460 |
| 2.01.08.02 | Encargos de dívidas | 5.856 | 4.291 |
| 2.01.08.03 | Taxas regulamentares | 10.957 | 10.294 |
| 2.01.08.04 | Participação dos empregados | 6.944 | 6.409 |
| 2.01.08.05 | Taxa de iluminações pública arrecadada | 10.844 | 10.454 |
| 2.01.08.06 | Obrigações com benefícios pós-emprego | 9.274 | 13.987 |
| 2.01.08.07 | Programa pesq e desenv-Eficiência Energ | 32.990 | 38.181 |
| 2.01.08.08 | Outras obrigações | 51.514 | 45.579 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 650.788 | 635.817 |
| 2.02.01 | Passivo Exigível a Longo Prazo | 650.788 | 635.817 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 381.059 | 354.524 |
| 2.02.01.02 | Debêntures | 0 | 0 |
| 2.02.01.03 | Provisões | 110.843 | 114.428 |
| 2.02.01.03.01 | Provisão para contingências | 76.436 | 74.457 |
| 2.02.01.03.02 | Tributos diferidos | 34.407 | 39.971 |
| 2.02.01.04 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 97.906 | 104.546 |
| 2.02.01.05 | Adiantamento para Futuro Aumento Capital | 0 | 0 |
| 2.02.01.06 | Outros | 60.980 | 62.319 |
| 2.02.01.06.01 | Fornecedores | 0 | 0 |
| 2.02.01.06.02 | Impostos, Taxas e Contribuições Sociais | 8.422 | 8.442 |
| 2.02.01.06.03 | Obrigações com benefícios pós-emprego | 51.005 | 49.930 |
| 2.02.01.06.04 | Outras obrigações | 1.553 | 3.947 |
| 2.02.02 | Resultados de Exercícios Futuros | 0 | 0 |
| 2.04 | Patrimônio Líquido | 898.918 | 850.449 |
| 2.04.01 | Capital Social Realizado | 433.057 | 433.057 |
| 2.04.02 | Reservas de Capital | 368.547 | 368.547 |
| 2.04.03 | Reservas de Reavaliação | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2008
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 -31/03/2008 | 4 -31/12/2007 |
|------------|--|---------------|---------------|
| 2.04.03.01 | Ativos Próprios | 0 | 0 |
| 2.04.03.02 | Controladas/Coligadas e Equiparadas | 0 | 0 |
| 2.04.04 | Reservas de Lucro | 48.845 | 48.845 |
| 2.04.04.01 | Legal | 48.845 | 48.845 |
| 2.04.04.02 | Estatutária | 0 | 0 |
| 2.04.04.03 | Para Contingências | 0 | 0 |
| 2.04.04.04 | De Lucros a Realizar | 0 | 0 |
| 2.04.04.05 | Retenção de Lucros | 0 | 0 |
| 2.04.04.06 | Especial p/ Dividendos Não Distribuídos | 0 | 0 |
| 2.04.04.07 | Outras Reservas de Lucro | 0 | 0 |
| 2.04.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | 48.469 | 0 |
| 2.04.06 | Adiantamento para Futuro Aumento Capital | 0 | 0 |

Divulgação Externa

Legislação Societária

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Data-Base - 31/03/2008
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|----------------|--|--------------------|
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2008 a 31/03/2008 | 4 - 01/01/2008 a 31/03/2008 | 5 - 01/01/2007 a 31/03/2007 | 6 - 01/01/2007 a 31/03/2007 |
|------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 603.737 | 603.737 | 637.985 | 637.985 |
| 3.01.01 | Consumidores, concession e permissionari | 553.772 | 553.772 | 564.399 | 564.399 |
| 3.01.02 | Baixa renda | 40.474 | 40.474 | 76.443 | 76.443 |
| 3.01.03 | Reposicionamento revisão tarifária | (3.500) | (3.500) | (9.870) | (9.870) |
| 3.01.04 | Saldo a cobrar reajuste tarifário 2005 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.01.05 | Recuperação perda de receita racionament | (13.929) | (13.929) | (14.099) | (14.099) |
| 3.01.06 | Recuperação energia livre- Geradoras | (4.881) | (4.881) | (4.940) | (4.940) |
| 3.01.07 | Suprimento de energia elétrica | 858 | 858 | 974 | 974 |
| 3.01.08 | Receita de uso da rede elétrica | 10.851 | 10.851 | 12.807 | 12.807 |
| 3.01.09 | Outras receitas | 20.092 | 20.092 | 12.271 | 12.271 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (179.403) | (179.403) | (199.124) | (199.124) |
| 3.02.01 | ICMS | (124.008) | (124.008) | (125.469) | (125.469) |
| 3.02.02 | COFINS | (24.775) | (24.775) | (28.530) | (28.530) |
| 3.02.03 | PIS | (6.410) | (6.410) | (6.665) | (6.665) |
| 3.02.04 | ISS | (603) | (603) | (440) | (440) |
| 3.02.05 | Quota para reserva global reversão-RGR | (6.581) | (6.581) | (5.760) | (5.760) |
| 3.02.06 | Conta consumo combustível fósseis-CCC | (9.842) | (9.842) | (25.079) | (25.079) |
| 3.02.07 | Conta de desenvolvimento energético-CDE | (3.373) | (3.373) | (3.255) | (3.255) |
| 3.02.08 | Prog. eficiência energética-Pesq e desen | (3.813) | (3.813) | (3.926) | (3.926) |
| 3.02.09 | Encargo capacidade/Aquisição emergência | 2 | 2 | 0 | 0 |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 424.334 | 424.334 | 438.861 | 438.861 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | (315.291) | (315.291) | (261.163) | (261.163) |
| 3.04.01 | Energia elétrica comprada para revenda | (215.196) | (215.196) | (167.409) | (167.409) |
| 3.04.02 | Encargos uso da rede de transmissão | (14.472) | (14.472) | (13.781) | (13.781) |
| 3.04.03 | Pessoal | (16.010) | (16.010) | (15.784) | (15.784) |
| 3.04.04 | Entidade de previdência privada | (2.150) | (2.150) | (2.148) | (2.148) |
| 3.04.05 | Material | (2.404) | (2.404) | (1.763) | (1.763) |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CODIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2008 a 31/03/2008 | 4 - 01/01/2008 a 31/03/2008 | 5 - 01/01/2007 a 31/03/2007 | 6 - 01/01/2007 a 31/03/2007 |
|---------------|---|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3.04.06 | Serviços de terceiros | | (38.641) | (38.641) | (28.210) |
| 3.04.07 | Depreciação e amortização | | (24.072) | (24.072) | (24.121) |
| 3.04.08 | Outras | | (1.984) | (1.984) | (7.946) |
| 3.04.09 | Custo do serviço prestado a terceiros | | (362) | (362) | (1) |
| 3.05 | Resultado Bruto | | 109.043 | 109.043 | 177.698 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | | (36.938) | (36.938) | (26.163) |
| 3.06.01 | Com Vendas | | (6.069) | (6.069) | (7.117) |
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | | (22.359) | (22.359) | (19.239) |
| 3.06.02.01 | Gerais e administrativas | | (8.689) | (8.689) | (7.635) |
| 3.06.02.02 | Amortizações/Reversão do ágio | | (3.742) | (3.742) | (3.805) |
| 3.06.02.03 | Taxa de fiscalização ANEEL | | (1.137) | (1.137) | (1.000) |
| 3.06.02.04 | Provisão para créditos de liq duvidosa | | (5.713) | (5.713) | (3.206) |
| 3.06.02.05 | Provisão para contingências | | (2.479) | (2.479) | (2.908) |
| 3.06.02.06 | Outras | | (599) | (599) | (685) |
| 3.06.03 | Financeiras | | (8.510) | (8.510) | 193 |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | | 12.591 | 12.591 | 22.770 |
| 3.06.03.01.01 | Renda de aplicações financeiras | | 982 | 982 | 4.411 |
| 3.06.03.01.02 | Acréscimo moratório em conta de energia | | 8.139 | 8.139 | 9.925 |
| 3.06.03.01.03 | Atualização perda receita racionamento | | 3.547 | 3.547 | 5.317 |
| 3.06.03.01.04 | Outras | | (77) | (77) | 3.117 |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | | (21.101) | (21.101) | (22.577) |
| 3.06.03.02.01 | Encargos de dívidas | | (10.616) | (10.616) | (12.004) |
| 3.06.03.02.02 | Variações monetárias | | (7.789) | (7.789) | (3.039) |
| 3.06.03.02.03 | Outras | | (2.696) | (2.696) | (7.534) |
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | | 0 | 0 | 0 |

Divulgação Externa

Legislação Societária

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Data-Base - 31/03/2008
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| 1 - CODIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|----------------|--|--------------------|
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CODIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2008 a 31/03/2008 | 4 - 01/01/2008 a 31/03/2008 | 5 - 01/01/2007 a 31/03/2007 | 6 - 01/01/2007 a 31/03/2007 |
|------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3.07 | Resultado Operacional | 72.105 | 72.105 | 151.535 | 151.535 |
| 3.08 | Resultado Não Operacional | (704) | (704) | 10.867 | 10.867 |
| 3.08.01 | Receitas | 531 | 531 | 11.069 | 11.069 |
| 3.08.02 | Despesas | (1.235) | (1.235) | (202) | (202) |
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 71.401 | 71.401 | 162.402 | 162.402 |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | (35.602) | (35.602) | (39.652) | (39.652) |
| 3.10.01 | Imposto de renda | (26.126) | (26.126) | (29.101) | (29.101) |
| 3.10.02 | Contribuição social | (9.476) | (9.476) | (10.551) | (10.551) |
| 3.11 | IR Diferido | 14.147 | 14.147 | (12.789) | (12.789) |
| 3.11.01 | Imposto diferido | 10.359 | 10.359 | (9.450) | (9.450) |
| 3.11.02 | Contribuição social diferido | 3.788 | 3.788 | (3.339) | (3.339) |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | (1.489) | (1.489) | (1.489) | (1.489) |
| 3.12.01 | Participações | (1.489) | (1.489) | (1.489) | (1.489) |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Período | 48.457 | 48.457 | 108.472 | 108.472 |
| | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil) | 77.855 | 77.855 | 155.710.600 | 155.710.600 |
| | LUCRO POR AÇÃO (Reais) | 0,62240 | 0,62240 | 0,00070 | 0,00070 |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais) | | | | |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Investluz S/A, e concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Companhia tem como área de concessão todo o Estado do Ceará, atendendo a aproximadamente 2.523 mil consumidores e um quadro de 1.262 empregados em 31 de março de 2008. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para 12 de maio de 2028.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com as normas específicas emanadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As práticas contábeis adotadas a elaboração das informações trimestrais são consistentes com as práticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras.

b. Alteração na legislação societária brasileira

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estendem às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

c. Pronunciamentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

A convergência total para as normas contábeis internacionais ainda depende do processo de normatização a ser desenvolvido pela CVM. Em linha com esse processo normativo a CVM emitiu em 29/01/08 a Deliberação CVM nº 534, que aprova o pronunciamento técnico CPC 02 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e em 2 de maio de 2008 emitiu a Instrução CVM nº 469. Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir, ainda em 2008, o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitem de regulação, e reverá todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei.

A Administração da Companhia efetuou uma avaliação dos efeitos e dos possíveis impactos da nova lei e destaca que a aplicação dos dispositivos da Lei 11.638, não provocariam efeitos materiais no patrimônio líquido e no Resultado do 1º trimestre de 2008.

As principais alterações já normatizadas que, embora não produzam, de forma agregada, efeitos relevantes sobre o patrimônio líquido em 31 de março de 2008 e resultado do 1º trimestre de 2008, são como segue:

- A Companhia é beneficiada por incentivos fiscais por atuar no setor de infraestrutura na região nordeste. Como consequência tal benefício, transitoriamente, não foi considerado como resultado e nem computado no patrimônio do período conforme definido na Instrução CVM Nº 469 até que a CVM edite norma específica sobre a matéria. Em 31 de março de 2008 esse benefício totalizava R\$ 17.800.
- É esperado que o resultado não seja mais afetado pelo efeito da amortização de ágio sobre empresas adquiridas (despesa de R\$ 3.742 no 1T08) e o efeito tributário sobre essa amortização;
- Em 31 de março de 2008, o saldo sobre o título de diferido, totalizava R\$ 9.169. Como decorrência da convergência para as normas internacionais, em andamento, é esperado que o resultado seja afetado pelo efeito da baixa desse

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ativo, produzindo um efeito em resultado de R\$ 6.052, líquido dos efeitos tributários.

- Com relação ao novo conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, estimativas da Administração indicam que os eventuais efeitos não provocariam impactos relevantes sobre o patrimônio líquido e no resultado do 1º trimestre de 2008.

3. Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras estão relacionados a certificados de depósitos bancários vinculados ao CDI e fundos mútuos de renda fixa com remuneração diária. Apesar de algumas aplicações estarem contratadas com vencimento superior a 12 meses, não há restrições para seu resgate imediato.

| Banco | Tipo | Vencimento | Taxa | 31/03/08 | 31/12/07 |
|---------------------------------|-----------------------|------------|---------------|--------------|-----------|
| VOTORANTIM | Fundo de Investimento | - | Cotas diárias | 2 | 2 |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 11/10/2010 | 100,8% CDI | 8 | 8 |
| BRADESCO | Fundo de Investimento | - | Cotas diárias | 5.517 | - |
| Total de aplicações financeiras | | | | <u>5.527</u> | <u>10</u> |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Consumidores, concessionários e permissionários

| Descrição | 2008 | 2007 |
|---|----------------|----------------|
| Consumidores | 565.452 | 571.463 |
| Faturados | 342.425 | 331.516 |
| Não Faturados | 223.027 | 239.947 |
| Fornecimento | 64.674 | 67.704 |
| Ativos Regulatórios | 158.353 | 172.243 |
| Concessionários e permissionários | 12.352 | 11.800 |
| Comercialização no âmbito da CCEE | 18.127 | 18.958 |
| Total de consumidores, concessionários e permissionários | 595.931 | 602.221 |
| Circulante | 561.423 | 565.714 |
| Não Circulante | 34.508 | 36.507 |

A composição das contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, é como segue:

| Classe de consumidores | Vencidos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Valor bruto | | Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | Total | |
|--|----------------|----------------------|-----------------------------|----------------|----------------|---|------------------|----------------|----------------|
| | | | | 31/03/08 | 31/12/07 | 31/03/08 | 31/12/07 | 31/03/08 | 31/12/07 |
| Circulante - | | | | | | | | | |
| Residencial | 42.069 | 32.617 | 10.812 | 85.498 | 79.344 | (14.619) | (13.938) | 70.879 | 65.406 |
| Industrial | 3.888 | 4.125 | 4.305 | 12.418 | 10.254 | (4.684) | (3.638) | 7.734 | 6.616 |
| Comercial | 11.717 | 9.859 | 8.704 | 30.280 | 30.943 | (8.347) | (9.224) | 21.933 | 21.719 |
| Rural | 9.674 | 5.268 | 2.021 | 16.963 | 19.299 | (1.508) | (1.144) | 15.455 | 18.155 |
| Poder público | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Federal | 2.735 | 553 | 9 | 3.297 | 2.125 | - | - | 3.297 | 2.125 |
| Estadual | 3.152 | 1.035 | 335 | 4.522 | 3.629 | (153) | (92) | 4.369 | 3.537 |
| Municipal | 6.499 | 2.900 | 4.494 | 13.893 | 15.271 | (4.123) | (3.975) | 9.770 | 11.296 |
| Iluminação pública | (759) | 946 | 857 | 1.044 | 6.066 | (69) | (613) | 975 | 5.453 |
| Serviço público | 5.031 | 333 | 105 | 5.469 | 5.991 | (137) | (42) | 5.332 | 5.949 |
| Subtotal | 84.006 | 57.636 | 31.742 | 173.384 | 172.922 | (33.640) | (32.666) | 139.744 | 140.256 |
| Comercialização na CCEE (a) | 4.552 | - | - | 4.552 | 5.383 | - | - | 4.552 | 5.383 |
| Consumidores livres | 12.352 | - | - | 12.352 | 11.800 | - | - | 12.352 | 11.800 |
| Não faturado | 64.674 | - | - | 64.674 | 67.704 | - | - | 64.674 | 67.704 |
| Provisão refaturamento Preclitras | (6.000) | - | - | (6.000) | (12.000) | - | - | (6.000) | (12.000) |
| Parcelamento de débitos | 45.315 | - | - | 45.315 | 45.898 | (12.070) | (12.776) | 33.245 | 33.122 |
| Outros créditos | 19.276 | 5.165 | 14 | 24.455 | 18.607 | (217) | (687) | 24.238 | 17.920 |
| Encargo emergencial (b) | - | 1.658 | 913 | 2.571 | 2.587 | - | - | 2.571 | 2.587 |
| Créditos junto a clientes com ações judiciais (c) | 46.842 | 1.845 | 33.080 | 81.767 | 80.570 | (65.574) | (64.737) | 16.193 | 15.833 |
| Ativos regulatórios (nota 5) | 156.486 | - | - | 156.486 | 170.376 | (106.108) | (102.562) | 50.378 | 67.814 |
| Ativos regulatórios-Transmissoras (nota 5) | 1.867 | - | - | 1.867 | 1.867 | - | - | 1.867 | 1.867 |
| Total Circulante | 345.364 | 8.668 | 34.007 | 388.039 | 392.792 | (183.969) | (180.762) | 204.070 | 212.030 |
| | 429.370 | 66.304 | 65.749 | 561.423 | 565.714 | (217.609) | (213.428) | 343.814 | 352.286 |
| Não Circulante | | | | | | | | | |
| Comercialização na CCEE (a) | - | - | 13.575 | 13.575 | 13.575 | - | - | 13.575 | 13.575 |
| Parcelamento de débito | 20.933 | - | - | 20.933 | 22.932 | - | - | 20.933 | 22.932 |
| Total não Circulante | 20.933 | - | 13.575 | 34.508 | 36.507 | - | - | 34.508 | 36.507 |
| Total consumidores, concessionários e permissionários | 450.303 | 66.304 | 79.324 | 595.931 | 602.221 | (217.609) | (213.428) | 378.322 | 388.793 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Comercialização no âmbito da CCEE

| <u>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica</u> | <u>31/03/08</u> | <u>31/12/07</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Valores a receber - setembro/2000 a dezembro/2002 | | |
| Valor em litígio - Liminares (*) | 13.575 | 13.575 |
| Valores negociados | - | 103 |
| Valores com a exigibilidade suspensa (**) | 2.560 | 2.560 |
| Valores a receber - Energia curto prazo do período | <u>1.992</u> | <u>2.720</u> |
| Total comercialização no âmbito da CCEE | <u>18.127</u> | <u>18.958</u> |
| Circulante | 4.552 | 5.383 |
| Não circulante | 13.575 | 13.575 |

(*)O montante de R\$ 13.575, registrado no não circulante, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

(**) O montante de R\$ 2.560, referente a contas a receber de venda de energia efetuadas na CCEE com as empresas AES sul (R\$ 2.219) e DFESA (R\$ 341), encontra-se com a exigibilidade suspensa.

b) Encargo emergencial

Com o objetivo de cobrir os custos com a contratação de capacidade de geração ou de potência de usinas emergenciais e aquisição de energia das mesmas, foram instituídos o “encargo de capacidade emergencial” e o “encargo de aquisição emergencial”. Estes encargos deveriam ser repassados mensalmente a CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial.

O “encargo de aquisição emergencial” vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004.

O “encargo de capacidade emergencial” foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

c) Créditos junto a clientes com ações judiciais

O montante de R\$ 81.767 (R\$ 80.570 em 31 de dezembro de 2007) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$ 22.498 (R\$ 22.350 em 31 de dezembro de 2007) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a esses processos.

5. Ativos e passivos regulatórios

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Descrição | 31/03/08 | | 31/12/07 | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Ativos: | | | | |
| a. Consumidores e revendedores (nota 4) | | | | |
| a1. Acordo geral do setor elétrico | | | | |
| Perda de receita - racionamento | 110.170 | - | 120.552 | - |
| Energia livre | 46.316 | - | 49.824 | - |
| Provisão para crédito liquidação duvidosa-RTE | (106.108) | - | (102.562) | - |
| a3. Ativo regulatório transmissoras | <u>1.867</u> | <u>-</u> | <u>1.867</u> | <u>-</u> |
| | <u>52.245</u> | <u>-</u> | <u>69.681</u> | <u>-</u> |
| b. Despesas pagas antecipadamente - CVA (nota 10) | | | | |
| Parcela A - Extraordinária | 44.258 | - | 43.137 | - |
| CVA - Conta consumo de combustível | 22.681 | - | 15.041 | 6.080 |
| CVA - Conta de desenvolvimento energético | 146 | - | 137 | 15 |
| CVA - Uso da Rede Elétrica | 467 | - | - | - |
| CVA - Compra de energia | 52.185 | 79.553 | 53.303 | 81.094 |
| CVA - PIS/COFINS | - | - | - | - |
| CVA - PROINFA | 1.500 | - | 426 | 134 |
| CVA - Sobrecontratação | 3.267 | - | - | - |
| | <u>124.504</u> | <u>79.553</u> | <u>112.044</u> | <u>87.323</u> |
| | <u>176.749</u> | <u>79.553</u> | <u>181.725</u> | <u>87.323</u> |
| Passivos: | | | | |
| a. Fornecedores - Suprimento de energia (nota 13) | | | | |
| Energia livre | 61.396 | - | 64.030 | - |
| | <u>61.396</u> | <u>-</u> | <u>64.030</u> | <u>-</u> |
| b. Outros passivos (nota 20) | | | | |
| b1. CVA | | | | |
| CVA de uso da rede elétrica | 3.113 | - | 5.259 | 1.278 |
| CVA - Conta consumo de combustível | 18.682 | - | 20.790 | 1.284 |
| CVA - Sobrecontratação | 8.435 | - | - | - |
| b2. Reposicionamento revisão tarifária | 12.833 | - | 9.333 | - |
| b3. Passivo regulatório-Transmissoras | <u>1.867</u> | <u>-</u> | <u>1.867</u> | <u>-</u> |
| | <u>44.930</u> | <u>-</u> | <u>37.249</u> | <u>2.562</u> |
| | <u>106.326</u> | <u>-</u> | <u>101.279</u> | <u>2.562</u> |

a) Consumidores e revendedores

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a1. Acordo geral do setor elétrico

Em dezembro de 2001, foi firmado o acordo geral do setor elétrico entre o Governo Federal e as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica para a retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica (1º de junho de 2001 a 1º de março de 2002).

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438 todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica efetuaram um levantamento do montante da receita não auferida decorrente de redução de consumo de energia elétrica no período do racionamento (Recomposição tarifária extraordinária - RTE) a ser reconhecida com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A referida recomposição tarifária extraordinária ocorre por meio da aplicação às tarifas vigentes à época do acordo do setor elétrico, assim reconhecidas pela ANEEL, da seguinte forma:

- 2,9% para os clientes residenciais, rurais e iluminação pública, exceto para aqueles classificados como residenciais baixa renda;
- 7,9% para os demais clientes.

Perda de receita - racionamento

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A perda de receita registrada no contas a receber teve os seguintes efeitos reconhecidos contra resultados dos períodos correspondentes:

| | 31/03/2008 |
|---|------------------|
| Valor Homologado | 210.861 |
| (+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2007 | 212.323 |
| (+) Atualização monetária em 2008 | 3.547 |
| Total de atualização até 31 de março de 2008 | 215.870 |
| | |
| (-) Recuperação das perdas até 31 de dezembro de 2007 | (302.632) |
| (-) Recuperação das perdas de 2008 | (13.929) |
| Total recuperado até 31 de março de 2008 | (316.561) |
| Saldo em 31 de março de 2008 | 110.170 |

O valor de R\$ 210.861, homologado pelas Resoluções ANEEL nº 480 e nº 481, de 29 de agosto de 2002, refere-se à diferença entre a receita estimada, sem os efeitos da redução de consumo decorrente do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica, e a receita auferida pela concessionária para o período de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

O saldo apurado de perdas de receita do racionamento sofre correção monetária pela taxa SELIC (acrescida de 1% a.a. até o montante de financiamento liberado pelo BNDES). A remuneração do saldo está em conformidade com o Ofício Circular ANEEL nº 2212/2005 e o Ofício Circular ANEEL nº 074/2006.

A receita auferida a partir de janeiro de 2002, por meio dos reajustes de tarifa mencionados anteriormente (2,9% e 7,9%), vem sendo alocada integralmente como recuperação das perdas de receita do racionamento (ativo regulatório) e de energia livre registrado nas contas a receber.

Essa recomposição tarifária extraordinária vigorará pelo período de 76 meses, a partir de janeiro de 2002, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004. As projeções feitas pela Administração da Companhia estimam que o valor não será recuperado dentro do prazo estabelecido. Desta forma, foi constituído provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 106.108 (R\$ 102.562 em 31 de dezembro de 2007).

Energia livre

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O montante relacionado à energia livre refere-se a energia gerada e disponibilizada no sistema, não prevista nos contratos iniciais apurado entre os meses de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

Esse montante foi contabilizado com base na Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002, no montante de R\$ 63.187, ajustado conforme a Resolução Normativa ANEEL 001/2004 no montante de R\$ 8.643 e majorado pelos valores recuperáveis de PIS e COFINS, no montante de R\$ 2.667. O saldo de energia livre sofre correção monetária pela taxa SELIC acrescida de 1% para as geradoras que obtiveram financiamento junto ao BNDES. Para as demais geradoras incide apenas a remuneração pela taxa SELIC. Esta remuneração está em conformidade com o Ofício Circular ANEEL nº 2212/2005 e o Ofício Circular ANEEL nº 074/2006. Através da Resolução ANEEL nº 45, de 03 de março de 2004, o percentual aplicado sobre a arrecadação da recomposição tarifária extraordinária a título de repasse de energia livre é de 25,9489%.

Os valores contabilizados como ativos e passivos de energia livre têm a seguinte composição:

| | Ativo | Passivo |
|--|-----------------|-----------------|
| | 2007 | 2007 |
| Valor Homologado | 74.497 | 71.830 |
| (+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2007 | 62.779 | 69.143 |
| (+) Atualização monetária em 2008 | 1.373 | 1.878 |
| Total de atualização até 31 de março de 2008 | 64.152 | 71.021 |
| | | |
| (-) Recuperação/repassse até 31 de dezembro de 2007 | (87.452) | (76.943) |
| (-) Recuperação/repassse de 2008 | (4.881) | (4.512) |
| Total recuperado até 31 de março de 2008 | (92.333) | (81.455) |
| Saldo em 31 de março de 2008 | 46.316 | 61.396 |

a3. Ativo regulatório transmissoras

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com base no Ofício Circular nº 2.409/2007, a Companhia registrou um ativo regulatório que se refere à valores recebidos a maior pelas transmissoras em seu processo de revisão tarifária. Tais valores foram considerados como custo na Parcela “A” das distribuidoras e deverão ser deduzidos financeiramente dos valores a serem pagos às transmissoras.

b) Despesas pagas antecipadamente

Parcela A – Extraordinária

A Companhia registrou como despesas antecipadas os incrementos incorridos entre janeiro e outubro de 2001, relacionados aos custos imputáveis à despesa operacional, tais como:

- Quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- Quota de reserva global de reversão – RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão.

O montante de R\$ 44.258 (R\$ 43.137 em 31 de dezembro de 2007), referente à composição dos valores representativos da Parcela – A, está de acordo com a Resolução ANEEL nº 482, de 29 de agosto de 2002, e será recuperado após o período de 76 meses, estabelecido para recompor a receita das Perdas do Racionamento e a Energia Livre das Geradoras, não existindo limitação de prazo para recuperar estes custos, conforme estabelece a Resolução Normativa ANEEL nº 001/2004 de 12 de janeiro de 2004. Este valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

| | <u>Circulante</u> |
|-------------------------------------|-------------------|
| Montante homologado pela ANEEL | 15.977 |
| Atualização monetária - SELIC | 28.281 |
| Saldo em 31 de março de 2008 | 44.258 |

Conta de variação de custos da parcela A-CVA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Esta conta destina-se ao registro da compensação de diferenças, calculadas comparando o valor considerado na tarifa e seu efetivo pagamento. Os itens, cujas variações seriam compensadas, foram:

- Quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- Encargos de serviços de sistema – ESS;
- Conta de desenvolvimento energético – CDE;
- Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – PROINFA;
- Compra de energia.

Os saldos apurados nas CVA's, em obediência à legislação, estão acrescidos de remuneração financeira baseada na taxa SELIC.

CVA – Compra de energia

A CVA sobre os custos de aquisição de energia elétrica, ou seja, de compra de energia foi instituída através da Portaria Interministerial nº 361, do Ministério da Fazenda, de 26 de novembro de 2004. A Resolução Normativa nº 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu critérios e procedimentos para cálculo e repasse, às tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição.

Ativo regulatório - 3% excedente da compra de energia

A Lei nº 10.848/04 e o Decreto nº 5.163/04 definiram as condições de contratação de energia por parte das distribuidoras de energia elétrica nos leilões regulados e a forma de repasse desses custos às tarifas de fornecimento. Conforme referida legislação, as distribuidoras têm asseguradoo direito de recuperar, mediante tarifa, as sobras de energia de até 3% em relação ao total da energia necessária ao atendimento de seu mercado. O valor referente ao “Ativo Regulatório 3%” é destinado a cobertura dos custos com compra de energia além do montante necessário para atendimento a 100% do mercado.

CVA PROINFA

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, instituiu o programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação no sistema elétrico interligado nacional, da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Através da Resolução Normativa ANEEL nº 189, de 06 de dezembro de 2005, foi instituída a CVA PROINFA para apurar e contabilizar, os valores decorrentes de variações das quotas de custeio do referido encargo, ocorridas entre reajustes tarifários anuais, a partir de 30 de novembro de 2005.

Segue quadro demonstrativo com a movimentação das CVA's em 31 de março de 2008.

| Descrição | 31/12/07 | Principal | Remuneração | Amortização | 31/03/2008 |
|---|----------------|---------------|--------------|-----------------|----------------|
| Ativos | | | | | |
| Parcela A | 43.137 | - | 1.121 | - | 44.258 |
| CVA - Conta consumo de combustível | 21.121 | 1.303 | 257 | - | 22.681 |
| CVA - Conta de desenvolvimento energético | 152 | 66 | 4 | (76) | 146 |
| CVA - Uso da Rede Elétrica | - | 463 | 4 | - | 467 |
| CVA - Compra de energia | 134.397 | 8.632 | 33 | (11.324) | 131.738 |
| CVA - PIS/COFINS | - | - | - | - | - |
| CVA - PROINFA | 560 | 1.286 | 31 | (377) | 1.500 |
| CVA - Sobrecontratação - 3% excedente | - | 3.267 | - | - | 3.267 |
| | 199.367 | 15.017 | 1.450 | (11.777) | 204.057 |
| Passivos | | | | | |
| CVA de Uso da rede elétrica | 6.537 | - | 55 | (3.479) | 3.113 |
| CVA - Conta consumo de combustível | 22.074 | 38 | 150 | (3.580) | 18.682 |
| CVA - Sobrecontratação - 3% excedente | - | 8.435 | - | - | 8.435 |
| | 28.611 | 8.473 | 205 | (7.059) | 30.230 |

b2. Reposicionamento revisão tarifária

Na revisão tarifária provisória, ocorrida em 22 de abril de 2007, o valor estabelecido para quota de reintegração foi de R\$ 111.446. Em outubro de 2007 a ANEEL procedeu a fiscalização da base de remuneração tendo emitido o relatório de fiscalização - R.F 199/07 onde registrou o valor de R\$ 97.086 de quota de reintegração. Esta redução foi decorrente da retirada dos bens totalmente depreciados na composição do ativo imobilizado em serviço. Em virtude da diferença entre a revisão provisória e a final, a Companhia constituiu uma provisão de R\$ 12.833 (R\$ 9.333 em 31 de dezembro de 2007).

b3. Passivo regulatório- transmissoras

Com base no Ofício Circular nº 2.409/2007 a Companhia registrou um passivo regulatório que se refere ao ativo financeiro(a2) que foi contemplado na Parcela "A" da tarifa cobrada de consumidores e que deverá ser devolvida no próximo reajuste tarifário.

6. Consumidores de baixa renda

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Em decorrência da nova classificação, a Companhia procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado um total de R\$ 36.705 até 31 de março de 2008. O crédito a receber de consumidores residenciais baixa renda é calculado pela Companhia e submetido, mensalmente, à apreciação e homologação da ANEEL, conforme determina a Resolução nº 089, de 25 de outubro de 2004.

Provisão devolução baixa renda

De acordo com as novas diretrizes estabelecidas pelo Órgão Regulador, a Companhia constituiu provisão de R\$ 22.019 (R\$ 25.788 em 31 de dezembro de 2007) para cobrir diferenças de valores homologados em períodos anteriores em virtude de reclassificações de consumidores beneficiados com o subsídio. Adicionalmente, constituiu provisão no valor de R\$ 15.982 referente aos valores complementares da diferença mensal de subvenção (valores faturados e homologados) no período de março a setembro de 2007.

7. Tributos a compensar

| | 31/03/08 | | 31/12/07 | |
|-----------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Imposto de renda a compensar | 28.218 | - | 28.193 | - |
| ICMS a compensar | 21.445 | 54.293 | 21.973 | 47.976 |
| Contribuição social a compensar | 3.683 | - | 3.683 | - |
| Pis/Cofins | 701 | - | 701 | - |
| Outros tributos | 874 | - | 874 | - |
| Total tributos a compensar | 54.921 | 54.293 | 55.424 | 47.976 |

O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte – IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Lei nº 9.430/96), saldo negativo de imposto de renda relativo ao ano calendário de 2006 e 2007.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo negativo de CSLL relativo ao ano calendário de 2006, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

A partir de janeiro de 2001, a Companhia passou a contabilizar em tributos e contribuições sociais compensáveis os créditos de ICMS vinculados ao ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos. Além disso, consta desta conta valores relativos à aquisição de ICMS por meio de transferência de créditos de empresas exportadoras bem como créditos de ICMS das compras de energia e importação.

8. Depósitos vinculados

| Bancos | 31/03/08 | | 31/12/07 | |
|-----------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Bradesco | - | 1.089 | - | 1.116 |
| Unibanco | - | 11.192 | - | 10.905 |
| Itaú | - | 714 | - | 696 |
| Banco do Brasil | 18.553 | 2.250 | 16.967 | 2.250 |
| Outros bancos | - | 20 | - | 20 |
| Total depósitos vinculados | 18.553 | 15.265 | 16.967 | 14.987 |

Estes depósitos correspondem a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica. Os depósitos do Banco do Brasil referem-se às retenções contratuais de fornecedores de serviços.

9. Tributos diferidos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativo diferido

A Companhia possui créditos fiscais diferidos, cuja composição e origem são demonstradas a seguir:

| | PIS/COFINS | | Imposto de Renda | | Contribuição Social | | TOTAL | |
|---|--------------|--------------|------------------|---------------|---------------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/03/08 | 31/12/07 | 31/03/08 | 31/12/07 | 31/03/08 | 31/12/07 | 31/03/08 | 31/12/07 |
| Diferenças temporárias | | | | | | | | |
| Provisão para contingências | - | - | 13.891 | 13.411 | 5.001 | 4.828 | 18.892 | 18.239 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | 54.402 | 53.357 | 19.585 | 19.209 | 73.987 | 72.566 |
| Provisão para obsolescência de estoque | - | - | 1.010 | 896 | 364 | 323 | 1.374 | 1.219 |
| Benefício pos-emprego | - | - | - | - | - | - | - | 0 |
| Despesa diferida PIS/COFINS | - | - | 2.919 | 4.243 | 1.211 | 1.527 | 4.130 | 5.770 |
| Baixa renda | 5.051 | 3.864 | 10.073 | 10.073 | 3.626 | 3.626 | 18.750 | 17.563 |
| Outros | - | - | 4.750 | 824 | 1.550 | 297 | 6.300 | 1.121 |
| Total tributos diferidos | 5.051 | 3.864 | 87.045 | 82.804 | 31.337 | 29.810 | 123.433 | 116.478 |
| Circulante | | | | | | | 102.040 | 95.687 |
| Não circulante | | | | | | | 21.393 | 20.791 |

Atendendo às normas da Instrução CVM nº 371, de 25 de junho de 2002, a Companhia, com base nas projeções de resultados futuros, demonstra as parcelas de realização do ativo fiscal diferido em 31 de março de 2008 para o período de quatro anos como segue:

| Anos de realização | Montante a realizar |
|---------------------------|----------------------------|
| 2008 | 102.040 |
| 2009 | 9.883 |
| 2010 | 9.866 |
| 2011 | 1.644 |
| | 123.433 |

Passivo diferido

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição do imposto de renda, da contribuição social, do PIS e COFINS diferidos passivos, em 31 de março de 2008, por natureza, está demonstrada como segue:

| | PIS/COFINS | | Imposto de Renda | | Contribuição Social | | Total | |
|--|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/03/08 | 31/12/07 | 31/03/08 | 31/12/07 | 31/03/08 | 31/12/07 | 31/03/08 | 31/12/07 |
| Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC) | - | - | 1.666 | 1.739 | 2.726 | 2.811 | 4.392 | 4.550 |
| Perda de receita - Racionamento | - | - | 27.543 | 30.138 | 9.915 | 10.850 | 37.458 | 40.988 |
| Reposicionamento revisão tarifária | 12.488 | 12.431 | - | - | - | - | 12.488 | 12.431 |
| CVA Compra de energia | - | - | 33.751 | 37.201 | 12.150 | 13.392 | 45.901 | 50.593 |
| Provisão baixa renda | - | - | 596 | 596 | 215 | 215 | 811 | 811 |
| Lucro de órgãos públicos diferido | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total passivo diferido | 12.488 | 12.431 | 63.556 | 69.674 | 25.006 | 27.268 | 101.050 | 109.373 |
| Circulante | | | | | | | 66.643 | 69.402 |
| Não circulante | | | | | | | 34.407 | 39.971 |

Em consonância com a Deliberação CVM nº 273/98, a Companhia tem registrado o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos calculados sobre o saldo a ser depreciado da correção monetária especial.

Conforme nota 6 a1, a Companhia reconheceu a correspondente receita referente à recomposição tarifária extraordinária de acordo com o regime de competência. Consubstanciada na opinião de seus assessores legais e resposta a consulta à Secretaria da Receita Federal, a Companhia reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido no exercício de 2002, sendo este realizado à medida que o valor for efetivamente faturado pelo acréscimo tarifário para cobrir as perdas citadas anteriormente (2,9% e 7,9%).

10. Despesas pagas antecipadamente

| | 31/03/08 | | 31/12/07 | |
|--|----------------|----------------|---------------------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante reclassificado | Não circulante |
| Ativos regulatórios (nota 5b-ativos) | 124.504 | 79.553 | 112.044 | 87.323 |
| Encargos financeiros | 1.792 | 1.842 | 1.615 | 1.933 |
| Seguros e outros | 1.235 | 1.424 | 1.486 | 1.425 |
| Total de despesas pagas antecipadamente | 127.531 | 82.819 | 115.145 | 90.681 |

Encargos financeiros

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os encargos financeiros se referem, principalmente, aos custos de estruturação das operações de captação de empréstimos junto ao BNDES e BNB, os quais são amortizados mensalmente de acordo com os prazos contratados.

11. Outros créditos

| | 31/03/08 | 31/12/07 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Empréstimos e financiamentos | 7 | 7 |
| Alienação de bens e direitos | 1.494 | 1.494 |
| Convênios de arrecadação | 7.149 | 10.794 |
| Desativações em curso | 2.798 | 3.884 |
| Correção energia livre | 5.276 | 5.276 |
| Outros | 2.385 | 1.848 |
| Total de outros créditos | 19.109 | 23.303 |
| Circulante | 18.829 | 23.023 |
| Não circulante | 280 | 280 |

12. Imobilizado

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | | | | 31/03/08 | 31/12/07 |
|--|-----------------------------|------------------|-------------------------------------|------------------|------------------|
| | Taxas anuais de depreciação | Custo | Depreciação e amortização acumulada | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Em serviço: | | | | | |
| Distribuição | 5,00% | | | | |
| Custo histórico | | 2.503.800 | (844.458) | 1.659.342 | 1.585.807 |
| Correção monetária especial | | 123.937 | (117.652) | 6.285 | 6.564 |
| | | <u>2.627.737</u> | <u>(962.110)</u> | <u>1.665.627</u> | <u>1.592.371</u> |
| Comercialização | 7,00% | | | | |
| Custo histórico | | 26.594 | (11.898) | 14.696 | 14.999 |
| Correção monetária especial | | 508 | (508) | - | - |
| | | <u>27.102</u> | <u>(12.406)</u> | <u>14.696</u> | <u>14.999</u> |
| Administração | 12,00% | | | | |
| Custo histórico | | 35.674 | (25.712) | 9.962 | 10.549 |
| Correção monetária especial | | 5.285 | (4.982) | 303 | 316 |
| | | <u>40.959</u> | <u>(30.694)</u> | <u>10.265</u> | <u>10.865</u> |
| Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | | | | | |
| Custo histórico - outros ativos | 20,00% | 7.000 | (7.000) | - | - |
| Custo histórico - Ágio | 5,66% | 498.623 | (356.131) | 142.492 | 146.233 |
| | | <u>505.623</u> | <u>(363.131)</u> | <u>142.492</u> | <u>146.233</u> |
| Total imobilizado em serviço | | <u>3.201.421</u> | <u>(1.368.341)</u> | <u>1.833.080</u> | <u>1.764.468</u> |
| Em Curso: | | | | | |
| Distribuição | | 305.377 | - | 305.377 | 303.791 |
| Comercialização | | 5.661 | - | 5.661 | 5.478 |
| Administração | | 11.771 | - | 11.771 | 10.758 |
| | | <u>322.809</u> | <u>-</u> | <u>322.809</u> | <u>320.027</u> |
| Total imobilizado em curso | | <u>3.524.230</u> | <u>(1.368.341)</u> | <u>2.155.889</u> | <u>2.084.495</u> |
| Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | | | | (571.978) | (542.469) |
| Total do imobilizado | | | | <u>1.583.911</u> | <u>1.542.026</u> |

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a resolução ANEEL nº 240 de 05 de dezembro de 2006, são as seguintes:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Descrição | Taxas anuais de depreciação (%) |
|--|---------------------------------|
| Distribuição | |
| Banco de capacitores (Sistema de distribuição) | 6,7% |
| Chave (Sistema de distribuição) | 6,7% |
| Condutor (Sistema de distribuição) | 5,0% |
| Disjuntor | 3,0% |
| Estrutura (Sistema de distribuição) | 5,0% |
| Luminária | 7,7% |
| Regulador de tensão (Sistema de distribuição) | 4,8% |
| Sistema de radiocomunicação | 7,1% |
| Transformador de distribuição | 5,0% |
| Transformador de força | 2,5% |
| Comercialização | |
| Equipamento geral | 10,0% |
| Medidor | 4,0% |
| Administração central | |
| Equipamento geral | 10,0% |
| Veículos | 20,0% |

O ativo imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica e das instalações referentes as áreas comercial e administrativa.

Os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador, ANEEL.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. O montante total de bens associados à concessão é de R\$ 1.653.302. Extinta a concessão, os bens vinculados ao serviço serão revertidos a União, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devido à concessionária pelo valor residual contábil.

Programa luz para todos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No dia 11 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4.873 que institui o programa nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica denominado “Programa luz para todos”.

O Programa tem por objetivo propiciar a antecipação das metas de universalização das unidades habitacionais localizadas na área rural, até o ano de 2008, com o atendimento com rede de energia elétrica à parcela da população que não possui acesso a esse serviço público. O valor de R\$ 89.490 refere-se a investimentos realizados pela Companhia, os quais ainda não foram repassados pelo governo

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica SA, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, está sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução nº 269, de 15 de setembro de 1999, da ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

| Ano | Fator de amortização | Ano | Fator de amortização | Ano | Fator de amortização |
|------|----------------------|------|----------------------|------|----------------------|
| 2008 | 0,05673 | 2016 | 0,02792 | 2024 | 0,01374 |
| 2009 | 0,05192 | 2017 | 0,02555 | 2025 | 0,01257 |
| 2010 | 0,04752 | 2018 | 0,02338 | 2026 | 0,01151 |
| 2011 | 0,04349 | 2019 | 0,02140 | 2027 | 0,01053 |
| 2012 | 0,03980 | 2020 | 0,01958 | | |
| 2013 | 0,03642 | 2021 | 0,01792 | | |
| 2014 | 0,03333 | 2022 | 0,01640 | | |
| 2015 | 0,03051 | 2023 | 0,01501 | | |

Tal amortização poderá ser revisada anualmente, a critério da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, em função dos resultados realizados comparativamente aos dados projetados. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 142.492 (R\$ 146.233 em 31 de dezembro de 2007).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

| <u>Ágio - Ativo imobilizado em serviço</u> | <u>31/03/08</u> | <u>31/12/07</u> |
|--|-----------------|-----------------|
| Ágio da incorporação | 775.960 | 775.960 |
| Amortização acumulada | (356.131) | (345.126) |
| Provisão sobre o ágio | (429.365) | (429.365) |
| Reversão da provisão sobre o ágio | 152.028 | 144.764 |
| Saldo do ágio - Ativo imobilizado | 142.492 | 146.233 |

| <u>Reserva de capital</u> | <u>31/03/08</u> | <u>31/12/07</u> |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Ágio da incorporação | 775.960 | 775.960 |
| (-) Desdobramento e resgate de ações | (125.407) | (125.407) |
| Provisão sobre o ágio | (429.365) | (429.365) |
| Saldo reserva de capital | 221.188 | 221.188 |

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A partir de 1º de janeiro de 1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

| | 31/03/08 | 31/12/07 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Contribuições de Consumidores | (243.485) | (239.166) |
| Participação da União | (15.219) | (15.418) |
| Doações e Subvenções | (303.960) | (278.405) |
| Universalização | (8.713) | (8.826) |
| Outras | (601) | (654) |
| Total de obrigações especiais | (571.978) | (542.469) |

As contribuições de consumidores se referem aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

A participação da União se refere a verbas federais recebidas para execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica.

As doações e subvenções se referem a obras construídas por terceiros e doadas para a Companhia, com vistas à expansão do serviço público de energia elétrica.

De acordo com o Ofício Circular nº 296, de fevereiro de 2007, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica deverão proceder à anulação dos efeitos da reintegração no resultado contábil, a partir do exercício de 2007, decorrentes de bens constituídos ao longo dos anos com recursos das obrigações especiais registrados nas contas de programa de eficiência energética – PEE, pesquisa e desenvolvimento e universalização do serviço público de energia elétrica.

Após a revisão tarifária do 2º ciclo, todos os valores de reintegração dos bens constituídos com os recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação, deverão ter seus efeitos anulados no resultado contábil, de acordo com o estabelecido no Despacho nº 3.073/2006.

13. Fornecedores

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | 31/03/08 | | 31/12/07 | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Suprimento de Energia | | | | |
| Passivos regulatórios (nota 5a - passivos) | 61.396 | - | 64.030 | - |
| Cia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf | 11.431 | - | 11.266 | - |
| Furnas Centrais Elétricas S/A | 12.920 | - | 14.934 | - |
| Outros fornecedores | 31.241 | - | 26.155 | - |
| Materiais e serviços | 108.479 | - | 125.368 | - |
| Total de fornecedores | 225.467 | - | 241.753 | - |

14. Tributos e contribuições sociais

| | 31/03/08 | | 31/12/07 | |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| ICMS | 30.427 | - | 36.161 | - |
| Contribuições sociais | 6.112 | - | 5.458 | - |
| Imposto de renda | 20.181 | - | - | - |
| PIS | 2.518 | 640 | 1.380 | 640 |
| COFINS | 10.039 | 7.758 | 9.697 | 7.758 |
| Outros tributos e contribuições | 2.016 | 24 | 2.276 | 44 |
| Total de tributos e contribuições sociais | 71.293 | 8.422 | 54.972 | 8.442 |

Os saldos de PIS e COFINS se devem, principalmente, ao fato de ter sido proferida decisão administrativa desfavorável à Companhia em relação ao pedido de compensação de valores de multas pagas espontaneamente com valores de PIS, COFINS e IRPJ no ano de 1999. A partir desta decisão desfavorável, a Companhia optou por parcelar o valor devido, R\$ 15.416, em 60 vezes, pagas mensalmente e atualizadas pela taxa SELIC.

15. Empréstimos e financiamentos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | 31/03/08 | | | 31/12/07 | | |
|---|--------------|----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|
| | Principal | | Encargos | Principal | | Encargos |
| | Circulante | Não circulante | | Circulante | Não circulante | |
| Moeda estrangeira: | | | | | | |
| União Federal - DMLP (agente financeiro Banco do Brasil) | 250 | 659 | 7.205 | 115 | 669 | 7.311 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES FINEM - Subcrédito A (a) | 13 | 2.844 | - | 19 | 4.089 | - |
| Banco Europeu de Investimentos (b) | 3.161 | 14.547 | 58.187 | 2.195 | 14.761 | 59.043 |
| Banco do Brasil Resolução 2770 (c,d,e) | 130 | 27.983 | - | 205 | 22.454 | - |
| Unibanco USD x DI (f,g) | 902 | 107.549 | - | 469 | 71.588 | - |
| Total moeda estrangeira | 4.456 | 153.582 | 65.392 | 3.003 | 113.501 | 66.354 |
| Moeda nacional: | | | | | | |
| Hetrobrás (h,i,j,k,l,m) | - | 10.072 | 55.274 | 273 | 8.891 | 55.919 |
| União Federal - Lei 8.727 (Agente financeiro Banco do Brasil) (n,o) | 339 | 6.929 | 34.646 | 327 | 6.632 | 34.821 |
| Banco do Brasil (DB Fat Fomentar) (p) | 26 | - | 16.092 | 26 | - | 15.847 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES FINEM - Subcrédito B e C (a) | 83 | 19.674 | - | 119 | 28.089 | - |
| Banco do Nordeste - Proinfia (q, r) | 220 | 14.039 | 182.646 | 121 | 14.039 | 156.809 |
| Unibanco Pré x DI (s) | 732 | 10.101 | - | 422 | 10.101 | - |
| Total moeda nacional | 1.400 | 60.815 | 288.658 | 1.288 | 67.752 | 263.396 |
| Total sem efeito do Swap | 5.856 | 214.397 | 354.050 | 4.291 | 181.313 | 329.750 |
| Resultado das operações de SWAP - Moeda Estrangeira | - | 22.451 | 27.009 | - | 25.243 | 24.774 |
| Resultado das operações de SWAP - Moeda Nacional | - | (32) | - | - | - | - |
| | 5.856 | 236.816 | 381.059 | 4.291 | 206.556 | 354.524 |

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

- BNDES FINEM : Financiamento para o plano de investimento 2003/2004 da Companhia, contratado em 08 de abril de 2004 junto ao consórcio liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. Sobre 15% do valor contratado (subcrédito A) incidem juros proporcionais de 5,5% ao ano, mais UMBND (cesta de moedas), com vencimentos mensais a partir do início do período de amortização, 16 de maio de 2005. Para minimizar a exposição à variação cambial desta parcela, foi realizada operação de *swap* (parcial) da variação de US\$ mais 5,5% ao ano para 103,8% do CDI. Sobre 85% do financiamento (subcréditos B e C), providos com recursos ordinários do BNDES, incidem juros proporcionais de 5,5% ao ano mais TJLP, também com vencimentos mensais a partir de 16 de maio de 2005. A amortização do empréstimo é realizada mensalmente, tendo iniciado em 16 de maio de 2005 e a última amortização prevista para 15 de outubro de 2008. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários e conta-reserva.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- b. Banco Europeu de Investimentos – BEI – Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da Companhia, contratado em 28 de maio de 2002 conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95, com vencimento em 15 de junho de 2012 e encargos com base na variação cambial (dólares norte-americanos) mais 5,5% ao ano. A operação tem como garantia fianças bancárias do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) e Banco Santander Central Hispano. A operação possui *swap* para 98,80% do CDI. O pagamento de juros e amortização anual, foi iniciado em 15 de junho de 2007 e a última amortização prevista 15 de junho de 2012.
- c. Banco do Brasil – Resolução nº 2770 – O contrato foi celebrado em 20 de agosto de 2007 com o Banco do Brasil para captação de recursos no exterior, para empréstimo no valor de R\$ 27.000, com variação cambial em ienes mais taxa de juros de 2,466% aa. A operação tem um *swap* para 103,70% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista inicialmente para 15 de fevereiro de 2008, teve seu pré-pagamento em 28 de janeiro de 2008.
- d. Banco do Brasil – Resolução nº 2770 – O contrato foi celebrado em 28 de janeiro de 2008 com o Banco do Brasil para captação de recursos no exterior, para empréstimo no valor de R\$ 24.199, com variação cambial em iene mais taxa de juros de 2,466% aa, a operação tem um *swap* para 105% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 28 de julho de 2008.
- e. Banco do Brasil – Resolução nº 2770 – O contrato foi celebrado em 28 de janeiro de 2008 com o Banco do Brasil para captação de recursos no exterior, para empréstimo no valor de R\$ 2.800, com variação cambial em iene mais taxa de juros de 4,207% aa, a operação tem um *swap* para 105% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 28 de julho de 2008.
- f. Unibanco – Resolução nº 2770 – O contrato foi celebrado em 04 de setembro de 2007 junto ao Unibanco no valor de R\$ 79.000, com variação cambial em dólares norte-americanos mais taxa de juros de 2% aa. A operação tem um *swap* para 109,50% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 29 de agosto de 2008.
- g. Unibanco – Resolução nº 2770 – O contrato foi celebrado em 20 de fevereiro de 2008 junto ao Unibanco no valor de R\$ 37.000, com variação cambial em dólares norte-americanos mais taxa de juros de 2% aa. A operação tem um *swap* para 115,50% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 29 de dezembro de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- h. Eletrobrás – Financiamento de projetos: Empréstimo para financiamento de projetos de expansão do sistema de transmissão com recursos FINEL, com taxas e vencimentos conforme tabela abaixo:

| Nº Contrato | Indexador | Taxa juros | Taxa administração | Início contrato | Término contrato | Saldo |
|-------------|-----------|------------|--------------------|-----------------|------------------|------------|
| ECF-1576/97 | Finel | 6,5% a .a | 2% a.a | 29/out/97 | 30/dez/08 | 39 |
| ECF-1673/97 | Finel | 6,5% a .a | 2% a.a | 06/fev/98 | 30/jun/09 | 300 |
| | | | | | | 339 |

- i. Eletrobrás – Luz no campo – Empréstimo contratado em 03 de março de 2000, para cobertura financeira dos custos diretos do programa de eletrificação rural – Luz no campo, do Ministério das Minas e Energia, com recursos oriundos da RGR. A primeira amortização foi realizada em 30 de maio de 2002, e a última amortização está prevista para 30 de abril de 2012. Os juros são de 5% ao ano, juntamente com a taxa de administração de 1% ao ano e o principal são exigíveis mensalmente. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. Em 31 de março de 2008, o saldo devedor era de R\$ 24.219.
- j. Eletrobrás – Luz para todos (1ª Tranche)– Empréstimo contratado em 04 de abril de 2004 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR. A Companhia recebeu em 25 de outubro de 2007 a 7ª liberação do contrato “Luz para Todos” no valor de R\$ 1.640, líquido de IOF e taxa de administração, sendo R\$ 273 provenientes da RGR (empréstimo) e R\$ 1.367 com recursos da CDE . A primeira amortização foi em 30 de outubro de 2006 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2016. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de março de 2008, o saldo devedor era de R\$ 9.271.
- k. Eletrobrás – Luz para todos (2ª Tranche) – Empréstimo contratado em 13 de janeiro de 2006, para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

originários da RGR e CDE. A Companhia recebeu em 18 de dezembro de 2006 a 3ª liberação do contrato no valor de R\$ 17.265, sendo R\$ 2.878 provenientes da RGR (empréstimo) e R\$ 14.387 com recursos da CDE, constituindo uma subvenção, acumulando em dezembro de 2006 um saldo de R\$ 10.071 em RGR e R\$ 50.355 de subvenção. Em 07 de janeiro de 2008, a Coelce recebeu a última parcela no valor de R\$ 17.265, sendo R\$ 14.387 de RGR e R\$ 2.878 de subvenção. A primeira amortização será em 30 de abril de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de março de 2018. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de março de 2008, o saldo devedor era de R\$ 12.948.

- l. Eletrobrás – Luz para todos (3ª Tranche) - Empréstimo contratado em 09 de maio de 2007 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A Companhia recebeu em 14 de dezembro de 2007 a 2ª liberação do contrato no valor de R\$ 17.863, sendo R\$ 2.977 provenientes da RGR (empréstimo) e R\$ 14.886 com recursos da CDE, constituindo uma subvenção, acumulando em março de 2008 um saldo de R\$ 7.443 em RGR e R\$ 37.216 de subvenção. A primeira amortização será em 30 de outubro de 2009 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2019. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de março de 2008, o saldo devedor era de R\$ 7.443.
- m. Eletrobrás – Linha de subtransmissão – Empréstimo contratado em 07 de julho de 2006 para cobertura financeira dos custos para projetos de construção de linhas de transmissão, subestações e reforço de capacidade de subestações, com recursos originários da RGR. Até 31 de março de 2008, a Companhia recebeu R\$ 10.494 provenientes da RGR(empréstimo). A primeira amortização será em 30 de setembro de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de agosto de 2013. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 2% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de março de 2008, o saldo devedor era de R\$ 11.126.
- n. União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – Eletrobrás – Cessão de crédito, que fez a Eletrobrás à União Federal, em 30 de março de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação do IGPM mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de março de 2008 era de R\$ 40.567.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- o. União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – CEF – Cessão de crédito, que fez a Caixa Econômica Federal à União Federal em 30 de setembro de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação da TR mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de março de 2008 era de R\$ 1.347.
- p. Banco do Brasil – Fat Fomentar – Empréstimo contratado em 18 de fevereiro de 2007 a Coelce contratou em 23 de janeiro de 2007, operação de crédito comercial com objetivo de financiar investimentos no valor de R\$ 15.000, com taxa de TJLP mais 4,5% ao ano, com prazo de três anos para carência e quatro anos de amortizações mensais e sucessivas. A primeira amortização será em 18 de março de 2010 e o último pagamento está previsto para 18 de fevereiro de 2014. A operação está garantida por fiança bancária.
- q. Banco do Nordeste - Proinfra I – A Companhia celebrou contrato, em 29 de dezembro de 2004, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 140.389, sendo R\$ 70.195 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 70.194 com recursos próprios da Companhia. A operação tem um período de duração de oito anos com 36 meses de carência. A taxa de contratação inicial de 14% a.a.(com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% em 01 de janeiro de 2007 e depois para 9,4% a.a a partir de 01 de janeiro de 2008. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais, com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 29 de janeiro de 2008, e a última em 29 de dezembro de 2012. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste. O saldo em 31 de março de 2008 era de R\$ 66.719.
- r. Banco do Nordeste - Proinfra II – O contrato foi celebrado em 25 de setembro de 2006, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 216.695, sendo R\$ 130.000 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 86.695 com recursos próprios da Companhia. A operação tem duração de 8 (oito) anos com 35 meses de carência. A taxa de contratação inicial de 14%a.a (com redução com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% a partir de 01 de janeiro de 2007 e depois para 9,4% a.a a partir de 01. de janeiro de 2008. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 25 de outubro de 2009, e a última em 25 de setembro de 2014. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste. No ano de 2008 foi liberada em última parcela de R\$ 29.348, encerrando contratual. O saldo em 31 de março de 2008 era de R\$ 130.186.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- s. Unibanco – Resolução nº 2770 – O contrato foi celebrado em 24 de agosto de 2007 com o Unibanco para captação de recursos no exterior, para empréstimo de capital de giro da Companhia, no valor de R\$ 10.101. A operação foi contratada à taxa fixa de 12,7476%aa e *swap* de taxa de juros para 109% do CDI, com prazo de pagamento de um ano, sendo sua liquidação prevista para 01 de agosto de 2008.

Do total de empréstimos e financiamentos, R\$ 137.989 estão garantidos por vínculos com a receita de energia elétrica (arrecadação).

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Europeu de Investimentos – BEI e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratados em 2002 e 2004, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de março de 2008:

| Obrigações Especiais Financeiras | Banco | Índice |
|---|---------------|--------|
| Dívida (com <i>swap</i> e fornecedores) / Ativo total (máximo) | BEI | 0,7 |
| EBITDA / Encargos da dívida (em 12 meses - mínima) | BEI | 3,0 |
| EBITDA / Despesa financeira líquida desembolsada (em 12 meses - mínima) | BNDES / FINEM | 4,5 |
| Dívida bancária líquida / EBITDA (máximo) | BNDES / FINEM | 1,7 |
| Dívida bancária líquida / Patrimônio líquido (máximo) | BNDES / FINEM | 0,6 |
| Endividamento financeiro líquido / EBITDA (máximo) | BNDES / FINEM | 2,1 |
| Endividamento financeiro líquido / (Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido) (máximo) | BNDES / FINEM | 0,6 |
| DSRC (EBITDA / Serviço de dívida ajustado (*) (mínimo) | BNDES / FINEM | 1,3 |

(*) Serviço de dívida ajustado: Amortização das dívidas bancárias, mais encargos da dívida bancária, menos receita financeira (receitas de aplicação mais ingresso por mora).

A Companhia reconheceu as obrigações junto à Fundação COELCE de Seguridade Social – FAELCE, as quais encontram-se classificadas como benefício pós-emprego (Nota 23).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, exclusive os efeitos da operação de *swap* tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

| | |
|-----------|----------------|
| 2009 | 45.486 |
| 2010 | 77.403 |
| 2011 | 77.403 |
| 2012 | 73.296 |
| Após 2013 | 80.460 |
| | 354.050 |

Composição original dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador (exclusive de efeitos das operações de *swap* contratados):

| Moeda (equivalente em R\$) / Indexador | 31/03/08 | % | 31/12/07 | % |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Moeda estrangeira | | | | |
| Dólares norte-americano | 192.459 | 86,14 | 156.151 | 91,74 |
| Ienes | 28.114 | 12,58 | 22.659 | - |
| Cesta de moedas | 2.857 | 1,28 | 4.108 | 8,26 |
| | 223.430 | 100,00 | 182.918 | 100,00 |
| Moeda nacional | | | | |
| IGP-M | 40.567 | 11,56 | 40.395 | 12,36 |
| Finel | 339 | 0,10 | 479 | 0,42 |
| TJLP | 35.875 | 10,22 | 44.081 | 18,12 |
| CDI/SELIC | - | - | - | 18,88 |
| RGR | 65.008 | 18,53 | 64.605 | 16,78 |
| TR | 1.346 | 0,38 | 1.384 | 3,62 |
| R\$ | 207.738 | 59,21 | 181.492 | 29,82 |
| | 350.873 | 100,00 | 332.436 | 100,00 |
| Total | 574.303 | | 515.354 | |

A Companhia mantém contratos de *swap* para os empréstimos em moeda estrangeira do BEI, do UNIBANCO, do BANCO DO BRASIL e parte da parcela da operação BNDES – FINEM indexada a UMBND, trocando a remuneração desses contratos para taxas pós-fixadas que variam de 98,80% a 115,5% do CDI. Quanto aos contratos DMLP – dívida de médio e longo prazo - com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro, não estão vinculados a contratos de *swap*, mantendo-se porém dentro do limite

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de exposição cambial especificado na política de riscos financeiros da Companhia representando apenas 1,30% da dívida total na posição de 31 de março de 2008.

Variação de moedas/indexadores nos exercícios de 2008 e 2007

| Moeda / Indexador | 31/03/08 | 31/12/07 |
|-----------------------|----------|----------|
| Dólar norte-americano | -1,25% | -17,15% |
| Cesta de moedas | -0,64% | -16,79% |
| IGP-M | 2,38% | 7,75% |
| Finel | 0,47% | 1,51% |
| TJLP | 1,53% | 6,37% |
| CDI/SELIC | 2,53% | 11,81% |
| RGR | 0,00% | 0,00% |
| TR | 0,17% | 1,45% |

Mutação de empréstimos e financiamentos:

| | Moeda Nacional | | Moeda Estrangeira | |
|------------------------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Em dezembro de 2006 | 70.392 | 270.909 | 32.484 | 115.216 |
| Ingressos | 37.100 | 97.627 | 106.000 | - |
| Encargos | (2.794) | 5.179 | (3.505) | (9.072) |
| Variação Monetária e Cambial | - | 3.527 | - | (19.876) |
| Transferências | 113.846 | (113.846) | 8.402 | (8.402) |
| Swap | (17) | - | 20.591 | 13.262 |
| Outros | 143 | - | - | - |
| Amortizações | (149.630) | - | (22.165) | - |
| Em dezembro de 2007 | 69.040 | 263.396 | 141.807 | 91.128 |
| Ingressos | - | 32.225 | 63.999 | - |
| Encargos | 78 | - | 1.470 | - |
| Variação Monetária e Cambial | - | 1.644 | - | 462 |
| Transferências | 8.744 | (8.744) | 1.424 | (1.424) |
| Swap | (15) | - | (2.809) | 2.235 |
| Outros | - | 137 | - | - |
| Amortizações | (15.664) | - | (25.402) | - |
| Em março de 2008 | 62.183 | 288.658 | 180.489 | 92.401 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. Taxas regulamentares

| | <u>31/03/08</u> | <u>31/12/07</u> |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Conta consumo de combustível | 4.632 | 4.242 |
| Reserva global de reversão | 1.828 | 1.561 |
| Conta de desenvolvimento energético | 1.550 | 1.517 |
| Taxa de fiscalização | 373 | 378 |
| Encargos emergenciais | 2.574 | 2.596 |
| Total taxas regulamentares | <u>10.957</u> | <u>10.294</u> |

17. Transações com partes relacionadas

| | <u>31/03/07</u> | <u>31/12/07</u> |
|---|----------------------|-----------------------|
| Passivo circulante - | | |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF | 96.134 | 96.958 |
| Synapsis Brasil S.A. | 1.671 | 2.088 |
| CAM Brasil Multiserviços Ltda. | 742 | 2.769 |
| | <u>98.547</u> | <u>101.815</u> |
| Passivo não circulante - | | |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF | <u>97.906</u> | <u>104.546</u> |

Na opinião de sua administração, a Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A Companhia mantém contrato de compra de energia junto à Central Geradora Térmica de Fortaleza. O total dos gastos no exercício com este contrato montaram, até 31 de março de 2008, R\$ 106.168 .

As operações com a Synapsis Brasil S.A referem-se, basicamente, à prestação de serviços de informática e manutenção dos sistemas da Companhia. O total de gastos incorridos até 31 de março de 2008 montaram R\$ 4.897, sendo R\$ 3.595 como despesa operacional no resultado da Companhia e R\$ 1.302 capitalizados como investimento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos com a CAM Brasil Multiserviços Ltda. advém, basicamente, de contratação desta para fiscalização de obras com aplicação direta no investimento da Companhia. A CAM também prestou serviços de fiscalização de cortes e aparelhos queimados, sendo estes classificados como despesa. O total de custos incorridos até 31 de março de 2008 é de R\$ 3.657, sendo R\$ 3.500 como investimento e R\$ 157 como despesa operacional.

A Synapsis Brasil SA, a CAM Brasil Multiserviços Ltda., e a Central Geradora Termelétrica de Fortaleza-CGTF são subsidiárias dos acionistas controladores.

18. Provisão para contingências

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de nossos consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para a Companhia.

Adicionalmente, existem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento em um montante de R\$ 84,592 cuja probabilidade de perda foi estimada como possível e nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

Segue quadro demonstrativo das contingências e depósitos judiciais em 31 de março 2008

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | 31/03/08 | | | 31/12/07 | | |
|---|-------------------|---------------|---------------------------------------|-------------------|---------------|---|
| | Valor da provisão | | Depósitos vinculados a litígios | Valor da provisão | | Depósitos vinculados a litígios reclassificado |
| | No exercício | Acumulada | | No exercício | Acumulada | |
| Trabalhistas | | | | | | |
| Danos morais | - | - | - | (59) | - | - |
| Diferenças salariais | 22 | 926 | 394 | 53 | 904 | 13 |
| Empresas terceirizadas | 82 | 2.059 | 885 | 473 | 1.977 | 977 |
| Horas extras | (22) | 52 | 7 | 13 | 74 | 10 |
| Periculosidade | 15 | 1.934 | 13 | 97 | 1.919 | 11 |
| Verbas rescisórias | (29) | 63 | 31 | 24 | 92 | 38 |
| Reintegração | - | 33 | 22 | (330) | 33 | 17 |
| Ex funcionários - verbas | 228 | 5.946 | 2.892 | (257) | 5.718 | 1.385 |
| Outros | 129 | 1.341 | 214 | (1.005) | 1.212 | 18 |
| | 425 | 12.354 | 4.458 | (991) | 11.929 | 2.469 |
| Cíveis | | | | | | |
| Consumidores | 1.491 | 34.274 | 1.055 | 6.805 | 32.783 | 1.198 |
| | 1.491 | 34.274 | 1.055 | 6.805 | 32.783 | 1.198 |
| Fiscais | | | | | | |
| Funrural e INCRA | 54 | 11.734 | - | 942 | 11.680 | - |
| Impostos compensados com medida judicial | - | 9.900 | - | (9.000) | 9.900 | - |
| SEBRAE e FGTS | - | - | - | (2.896) | - | - |
| Outros | 116 | 9.050 | 1.446 | - | 8.934 | 1.446 |
| | 170 | 30.684 | 1.446 | (10.954) | 30.514 | 1.446 |
| Depósitos Não contingenciados | - | - | 15.746 | - | - | 16.555 |
| Total | 2.086 | 77.312 | 22.705 | (5.140) | 75.226 | 21.668 |
| Circulante | | 876 | | | 769 | - |
| Não circulante | | 76.436 | | | 74.457 | 21.668 |

a) Contingências trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com a Companhia bem como equiparação em direitos aos empregados desta.

b) Contingências cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

c) Contingências fiscais

A Companhia possui processo administrativo pendente de julgamento, protocolado junto à Receita Federal, em que solicita a compensação dos valores recolhidos a maior a título de PASEP, em face da inconstitucionalidade dos Decretos nºs 2.445/88 e 2.448/88, declarada pelo Supremo Tribunal Federal e ratificada por meio de resolução do Senado Federal. Sustentada na opinião dos consultores

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

legais, a Companhia decidiu compensar os valores envolvidos com os impostos e contribuições vincendos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL). Conservadoramente, a Companhia manteve provisionado o valor dos referidos tributos e contribuições compensadas, no montante de R\$ 9.075. Em junho de 2007, apoiada em carta conforto de seus assessores legais, a Companhia procedeu à reversão de R\$ 9.000, referente à atualização monetária que vinha sendo reconhecida em relação a este processo. Os valores relativos ao FGTS e SEBRAE foram baixados em virtude do julgamento improcedente das causas sendo os valores depositados convertidos em renda da União.

d) Tarifaço

A Companhia é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE nºs 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. A provisão para perdas nessas ações está contemplada no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

19. Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento

Conforme Lei nº 9.991, de 24 julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, 1%(um por cento) de sua receita operacional líquida para os programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL

De acordo com a resolução ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, a Companhia passou a contabilizar as despesas referentes aos programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores provisionados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

| | <u>31/03/08</u> | <u>31/12/07</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Programa Eficiência Energética | 16.231 | 22.033 |
| Programa de Pesquisa e Desenvolvimento | 10.742 | 9.775 |
| Fundo Nacional de desenv. Científico e Tecnológico | 4.260 | 4.498 |
| Ministerio de Minas e Energia | 1.757 | 1.875 |
| | <u>32.990</u> | <u>38.181</u> |

20. Outras obrigações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | 31/03/08 | 31/12/07 |
|--|---------------|---------------|
| Passivos regulatórios (nota 6b - passivos) | 44.930 | 39.811 |
| Arrecadação de terceiros | 2.053 | 2.912 |
| Adiantamento de clientes | 1.184 | 1.159 |
| Empréstimos compulsórios | 452 | 462 |
| Outros | 4.448 | 5.182 |
| Total de outras obrigações | 53.067 | 49.526 |
| Circulante | 51.514 | 45.579 |
| Não circulante | 1.553 | 3.947 |

21. Patrimônio líquido

O capital social está composto de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

| | 31/03/2008 (Em unidades) |
|-----------------------|-----------------------------|
| Ações Ordinárias | 48.067.937 |
| Ações Preferenciais A | 28.123.352 |
| Ações Preferenciais B | 1.664.010 |
| | 77.855.299 |

| | Ações ordinárias (em unidade) | | Ações preferenciais (em unidade) | | | | Total (em unidades) | |
|----------------------------------|----------------------------------|-------------|-------------------------------------|-------------|------------------|-------------|------------------------|-------------|
| | TOTAL (I) | | Classe A | | Classe B | | TOTAL (II) | |
| Investluz S.A | 44.061.433 | 91,67% | - | 0,00% | - | 0,00% | 44.061.433 | 56,60% |
| Eletrôbras | - | 0,00% | 3.967.756 | 14,11% | 1.531.141 | 92,01% | 5.498.897 | 7,06% |
| Endesa Brasil S.A | - | 0,00% | 1.770.000 | 6,29% | - | 0,00% | 1.770.000 | 2,27% |
| Fundos e Clubes de Investimentos | 788.370 | 1,64% | 9.409.139 | 33,46% | 37.860 | 2,28% | 10.235.369 | 13,15% |
| Fundos de Pensão | 919.403 | 1,91% | 2.998.522 | 10,66% | - | 0,00% | 3.917.925 | 5,03% |
| Outros | 2.298.731 | 4,78% | 9.977.935 | 35,48% | 95.009 | 5,71% | 12.371.675 | 15,89% |
| Total de ações | 48.067.937 | 100% | 28.123.352 | 100% | 1.664.010 | 100% | 77.855.299 | 100% |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital até o limite de 300.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000 de ações ordinárias e 193.352.996 mil de ações preferenciais Classe "A" e 6.647.004 mil de ações preferenciais Classe "B".

22. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota efetiva e a nominal de imposto de renda e contribuição social é como segue:

| | 31/03/08 | 31/03/07 |
|---|---------------|----------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido | 71.401 | 162.402 |
| (-) Participação dos lucros | (1.489) | (1.489) |
| | 69.912 | 160.913 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| | 23.770 | 54.710 |
| Reversão da provisão sobre o ágio da incorporação | (2.470) | (2.511) |
| Outros | 155 | 242 |
| Despesas com IR e CSLL | 21.455 | 52.441 |
| Imposto de renda | 15.767 | 38.551 |
| Contribuição social | 5.688 | 13.890 |

A Companhia obteve incentivo de redução do imposto de renda por estar situada na área de atuação da ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste). O reconhecimento do benefício fiscal foi aprovado pela ADENE em agosto de 2007 conforme laudo constitutivo nº. 0170/2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O incentivo consiste na redução do imposto de renda devido em 75% do imposto de renda apurado a partir da receita líquida .

23. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

No 1º semestre de 2007 foi contabilizado uma reversão de R\$ 16.289 decorrente dos efeitos esperados na migração de aproximadamente 50% dos empregados da Companhia, participantes do Plano BD para o Plano CD.

O cálculo das reservas matemáticas relativas aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o regime financeiro de capitalização.

Para a Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante , estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas do programa previdencial da referida entidade.

Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

A obrigação atuarial com a FAELCE foi calculada por atuário independente e sua composição é como segue:

| | 31/03/08 | | | 31/12/07 | | |
|------------------------------|------------|----------------|--------|------------|----------------|--------|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| 15/06/2009 14:29:24 | | | | | | |
| Contribuições parceladas | 9.274 | 51.005 | 60.279 | 13.987 | 49.930 | 63.917 |
| Total de obrigações atuarial | 9.274 | 51.005 | 60.279 | 13.987 | 49.930 | 63.917 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As contribuições parceladas referem-se a débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e seus encargos financeiros. O total da dívida foi consolidado em um único contrato de parcelamento, assinado em 30 de junho de 1999, tendo seu terceiro aditivo assinado em 30 de junho de 2007, conforme Resolução CGPC Nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014.

Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.

Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização da avaliação são:

| Principais premissas atuariais | 31/12/07 |
|--|---|
| Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total | 9,20% inflação anual+desconto 5%a.a |
| Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano | 10,24% inflação anual+Juro real 6%a.a |
| Taxa do crescimento salarial | 5,18% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados) |
| Taxa de inflação esperada | 4% |
| Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada | 4% |
| Fator de capacidade do benefício/salário | 98% |
| Taxa de rotatividade | Nula |
| Tábua geral de mortalidade (q_x) | AT-83 |
| Tábua de entrada em invalidez (i_x) | LIGHT-MÉDIA |
| Tábua de mortalidade de inválidos (q_x^i) | q_x da AT-49 |
| Tábua de mortalidade de ativos | método de Hamza |

24. Instrumentos financeiros

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O negócio da Companhia compreende a distribuição de energia para os consumidores de sua área de concessão (Estado do Ceará) e portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não estão sujeitos a ajuste a valor de mercado.

Aplicações em certificados de depósitos bancários de renda fixa, se aproximam do valor de mercado. Aplicações em fundos de investimento estão sujeitas à marcação de mercado, e expressam o valor de mercado na posição verificada.

O valor de mercado, dos empréstimos de longo prazo da Companhia, por se tratarem, em sua maioria, de fontes de financiamentos específicas, não foi calculado de forma a obter o valor de negociação a taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares. A Companhia adota a prática de celebrar contratos de *swap* junto a instituições financeiras, a fim de reduzir os riscos de taxa de câmbio, conforme comentado a seguir.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia celebra contratos de *swap* junto a instituições financeiras. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados na demonstração do resultado. A Companhia, neste período, apresenta provisões de ajustes a débitos não realizados com contratos de *swap* na data base de 31 de março de 2008 que estão registradas na rubrica empréstimos e montam R\$ 49.428 (nota 15).

b) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Outro risco que a Companhia enfrenta é a não-correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifas de energia elétrica não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Companhia.

c) Risco de crédito

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

d) Valor de mercado

Nas considerações efetuadas pela Companhia, foram adotados valores de mercado de acordo com condições verificadas no mercado em 31 de março de 2008, para transações financeiras com condições similares. O valor de mercado dos contratos de *swap* em 31 de março de 2008 resultou em posição devedora de R\$ 49.079. Tais valores, que estão relacionados aos contratos de empréstimos em moeda estrangeira (Nota 15), foram calculados através da expectativa de taxas futuras do mercado financeiro.

| | 2008 | |
|--------------------------|----------------|------------------|
| | Valor Contábil | Valor de Mercado |
| Contratos de <i>swap</i> | 49.428 | 49.079 |

25. Fornecimento de energia elétrica

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

| | Nº de consumidores | | MWh | | R\$ | |
|--|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Não auditado | | Não auditado | | | |
| | 31/03/08 | 31/03/07 | 31/03/08 | 31/03/07 | 31/03/08 | 31/03/07 |
| Fornecimento faturado | | | | | | |
| Residencial Normal | 592.185 | 512.662 | 334.372 | 297.392 | 160.922 | 162.089 |
| Residencial Baixa Renda | 1.473.327 | 1.478.015 | 300.181 | 293.174 | 58.742 | 63.613 |
| Industrial | 5.992 | 6.419 | 302.132 | 271.146 | 87.182 | 85.205 |
| Comércio, serviços e outros | 147.728 | 142.063 | 351.938 | 325.466 | 140.386 | 146.557 |
| Rural | 270.574 | 219.323 | 163.771 | 145.346 | 29.492 | 29.491 |
| Poder público | 27.334 | 26.198 | 92.863 | 86.760 | 35.652 | 37.465 |
| Iluminação pública | 4.297 | 2.402 | 91.404 | 83.545 | 22.733 | 23.178 |
| Serviços públicos | 1.561 | 1.543 | 59.155 | 61.396 | 15.693 | 17.643 |
| | 2.522.998 | 2.388.625 | 1.695.816 | 1.564.225 | 550.802 | 565.241 |
| (+) Estorno provisão refaturamento Prefeituras | - | - | - | - | 6.000 | - |
| Total do Faturamento | - | - | - | - | 556.802 | 565.241 |
| Fornecimento não faturado | - | - | - | - | (3.030) | (842) |
| Consumidores, concessionários e permissionários | - | - | - | - | 553.772 | 564.399 |
| Baixa renda | - | - | - | - | 40.474 | 76.443 |
| Reposicionamento Revisão Tarifária | - | - | - | - | (3.500) | (9.870) |
| Recuperação Perda de Receita 2001 | - | - | - | - | (13.929) | (14.099) |
| Recuperação Energia Livre - Geradoras | - | - | - | - | (4.881) | (4.940) |
| Suprimento | - | - | - | - | 858 | 974 |
| Receita encargos de uso da rede elétrica | - | - | - | - | 10.851 | 12.807 |
| Outras receitas | - | - | - | - | 20.092 | 12.271 |
| Receita Operacional Bruta | - | - | - | - | 603.737 | 637.985 |
| (-) Deduções da Receita | - | - | - | - | - | - |
| ICMS | - | - | - | - | (124.008) | (125.469) |
| COFINS | - | - | - | - | (24.775) | (28.530) |
| PIS | - | - | - | - | (6.410) | (6.665) |
| CCC - Conta de Consumo de Combustível | - | - | - | - | (9.842) | (25.079) |
| RGR - Quota para Reserva Global de Reversão | - | - | - | - | (6.581) | (5.760) |
| Outros impostos e contribuições sobre a Receita | - | - | - | - | (7.787) | (7.621) |
| Total de deduções de receita | - | - | - | - | (179.403) | (199.124) |
| Total receita operacional líquida | 2.522.998 | 2.388.625 | 1.695.816 | 1.564.225 | 424.334 | 438.861 |

26. Outras receitas operacionais

| | 31/03/08 | 31/03/07 |
|--|---------------|---------------|
| Inspeção de instalações e serviços vários | 1.232 | 822 |
| Renda na prestação de serviços | 14.777 | 7.139 |
| Arrendamento e aluguéis | 2.730 | 2.501 |
| Serviço taxado | 1.167 | 1.231 |
| Outros | 186 | 578 |
| Total de outras receitas operacionais | 20.092 | 12.271 |

27. Compra e venda de energia na CCEE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nos exercícios de 2007 e 2006 a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Compensação de Energia Elétrica – CCEE, conforme a seguir demonstrado:

| | 31/03/08 | | 31/03/07 | |
|----------------------|---------------------|---------|---------------------|---------|
| | MWh | R\$ mil | MWh | R\$ mil |
| Compra | Não auditado | | Não auditado | |
| Compra de energia | 9.569 | 3.838 | 12.597 | 275 |
| CVA Sobrecontratação | | (3.267) | | |
| Ajustes | 1.012 | 168 | - | - |
| | 10.581 | 739 | 12.597 | 275 |
| | 31/03/08 | | 31/03/07 | |
| | MWh | R\$ mil | MWh | R\$ mil |
| Venda | Não auditado | | Não auditado | |
| Venda de energia | 32.966 | 11.779 | 59.746 | 974 |
| CVA Sobrecontratação | - | (8.435) | - | - |
| Ajustes | (12.133) | (2.486) | - | - |
| | 20.833 | 858 | 59.746 | 974 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. Resultado do serviço

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

| Descrição | Custo do Serviço | Serviços prestados a terceiros | Despesa de Vendas | Despesas Gerais e | | 31/03/08 | 31/03/07 |
|--|------------------|--------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|------------------|------------------|
| | | | | Administrativas | Outras | | |
| Receita operacional líquida | | | | | | 424.334 | 438.861 |
| Pessoal | (18.160) | - | - | (4.432) | - | (22.592) | (21.775) |
| Material | (2.404) | (225) | - | (68) | - | (2.697) | (2.080) |
| Serviços de terceiros | (38.641) | (137) | (6.067) | (2.449) | - | (47.294) | (37.461) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (215.196) | - | - | - | - | (215.196) | (167.409) |
| Encargos do uso do sistema de transmissão | (14.472) | - | - | - | - | (14.472) | (13.781) |
| Depreciação e amortização | (24.072) | - | - | (600) | (4) | (24.676) | (24.660) |
| Amortização / reversão ágio da incorporação | - | - | - | - | (3.742) | (3.742) | (3.805) |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | - | (2.166) | (2.166) | (3.206) |
| Provisão perda de receita - racionamento | - | - | - | - | (3.547) | (3.547) | - |
| Taxa de fiscalização da ANEEL | - | - | - | - | (1.137) | (1.137) | (1.000) |
| Provisão para contingências | - | - | - | - | (2.479) | (2.479) | (2.908) |
| Outras despesas operacionais | (1.984) | - | (2) | (1.140) | (595) | (3.721) | (9.434) |
| | (314.929) | (362) | (6.069) | (8.689) | (13.670) | (343.719) | (287.519) |
| Resultado do serviço | | | | | | 80.615 | 151.342 |
| Resultado financeiro | | | | | | (8.510) | 193 |
| Resultado operacional | | | | | | 72.105 | 151.535 |

| Despesa de pessoal | 31/03/08 | 31/03/07 |
|--|-----------------|-----------------|
| Remunerações | (17.780) | (14.601) |
| Encargos sociais | (5.856) | (7.706) |
| Benefícios | (6.422) | (5.643) |
| Outros | 108 | 185 |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | 7.358 | 5.990 |
| Total de despesa de pessoal | (22.592) | (21.775) |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | Quantidade MWH | | R\$ | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Não auditado | | 31/03/08 | 31/03/07 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 31/03/08 | 31/03/07 | 31/03/08 | 31/03/07 |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza – CGTF | 668.825 | 663.287 | (106.168) | (97.724) |
| Centrais Elétricas S.A - FURNAS | 373.488 | 389.269 | (26.759) | (27.252) |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF | 287.221 | 272.119 | (19.985) | (17.825) |
| Companhia Energética de São Paulo- CESP | 140.450 | 135.516 | (9.466) | (9.593) |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE | 113.630 | 109.192 | (7.771) | (7.733) |
| Copel Geração S.A- COPEL | 97.575 | 101.197 | (6.270) | (6.237) |
| CEMIG - Geração e Transmissão S.A | 67.573 | 62.526 | (4.688) | (4.664) |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE | 10.581 | 12.597 | (4.006) | (275) |
| Programa de Inc. as Fontes Alternativas-PROINFA | 18.485 | 19.013 | (4.625) | (3.603) |
| CVA Compra de Energia do Período | - | - | 6.900 | 26.101 |
| CVA Sobrecontratação | - | - | 3.267 | - |
| CVA - PROINFA | - | - | 1.286 | 1.101 |
| Amortização CVA | - | - | (11.324) | (10.992) |
| Outros | 182.391 | 120.207 | (25.587) | (8.713) |
| Total energia comprada para revenda | 1.960.219 | 1.884.923 | (215.196) | (167.409) |

| Outras despesas operacionais | 31/03/08 | 31/03/07 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Aluguéis | (1.832) | (1.458) |
| Publicidade e propaganda | (96) | (489) |
| Indenizações a terceiros | (259) | (244) |
| Doações, contribuições e subvenções | (605) | (296) |
| Seguros | (178) | 213 |
| Tributos | (165) | (6.617) |
| Estagiários | (278) | (318) |
| Publicações legais e assinaturas | (15) | (14) |
| Custas judiciais | (80) | (40) |
| Despesas gerais | (213) | (171) |
| Total de despesas operacionais | (3.721) | (9.434) |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. Resultado não operacional

| Receita não operacional | 31/03/08 | 31/03/07 |
|---|-----------------|-----------------|
| Ganho na alienação de bens | 531 | 28 |
| Sobra no inventário de estoque | - | 36 |
| Reversão deficit atuarial | - | 11.000 |
| Outras | - | 5 |
| Total de receita não operacional | 531 | 11.069 |
| | | |
| Despesa não operacional | 31/03/08 | 31/03/07 |
| Perda na alienação de bens | - | (202) |
| Prejuízo na desativação de bens | (445) | - |
| Falta no inventário de estoques | (787) | - |
| Outras | (3) | - |
| Total de despesa não operacional | (1.235) | (202) |

30. Eventos Subseqüentes:

Reajuste tarifário:

As novas tarifas de fornecimento de energia elétrica da COELCE foram revisadas e tiveram um reajuste médio percebido pelo consumidor de 6,78%. O reajuste foi homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da resolução Nº 641 em 17 de abril de 2008.

Os reajustes tiveram percentuais diferenciados por cada nível de tensão, devido ao processo de realinhamento tarifário, decorrente das diretrizes do Governo Federal, que visa o gradual desaparecimento do subsídio das tarifas dos consumidores de Alta Tensão. Os percentuais de reajuste médios percebidos por nível de tensão foram:

| Nível de Tensão | Revisão |
|----------------------------------|----------------|
| A1 - Cons. Alta tensão em 230KV | 5,17% |
| A3 - Cons. Alta tensão em 69KV | 7,24% |
| A4 - Cons. Alta tensão em 13.8KV | 10,08% |
| BT - Cons. Baixa Tensão | 5,70% |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Entre os fatores que mais influenciaram a composição do índice de reajuste tarifário estão os descontos concedidos aos consumidores residenciais baixa renda e rural de irrigação, além do programa Luz para Todos, que juntos somaram um percentual de 2,7%. Outro fator influenciador foi a variação dos custos com compra de energia e encargos do setor elétrico, que significou um percentual de 2,9%.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

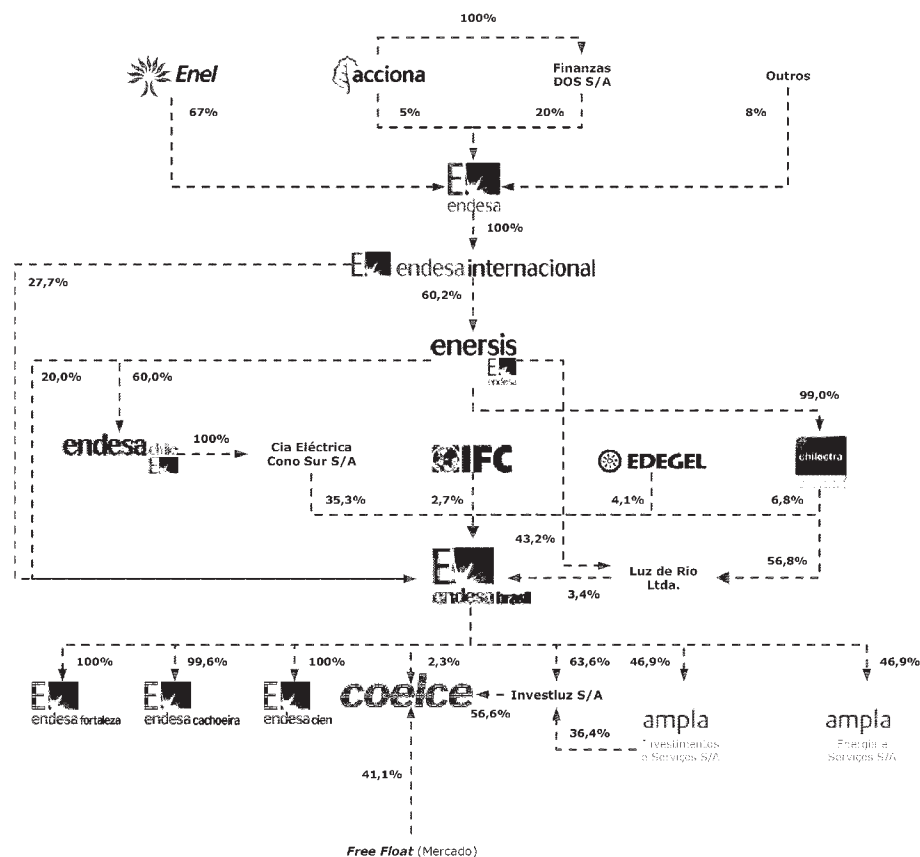
As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2007 (1T07), salvo indicação contrária.

| Destaques | 1T08 | 1T07 | Var. (%)* | 4T07 | Var. (%)** |
|-------------------------------|-----------|-----------|------------|-----------|------------|
| Receita líquida (R\$ mil) | 424.334 | 438.861 | -3,3% | 443.718 | -4,4% |
| EBITDA (R\$ mil) | 109.033 | 179.807 | -39,4% | 107.395 | 1,5% |
| Margem EBITDA (%) | 25,7% | 41,0% | -15,3 p.p. | 24,2% | 1,5 p.p. |
| Lucro líquido (R\$ mil) | 48.457 | 108.472 | -55,3% | 39.923 | 21,4% |
| Margem líquida (%) | 11,4% | 24,7% | -13,3 p.p. | 9,0% | 2,0 p.p. |
| Energia faturada (GWh) | 1.696 | 1.564 | 8,4% | 1.764 | -3,9% |
| Perdas de energia (12 meses) | 12,1% | 12,8% | -0,7 p.p. | 12,4% | -0,3 p.p. |
| Número de consumidores ativos | 2.724.784 | 2.570.658 | 6,0% | 2.688.746 | 1,3% |
| Número de empregados | 1.262 | 1.264 | -0,2% | 1.297 | -2,7% |
| Relação consumidor/empregado | 2.159 | 2.034 | 6,2% | 2.073 | 4,2% |

* Variação entre 1T08 e 1T07

** Variação entre 1T08 e 4T07

Estrutura Societária



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

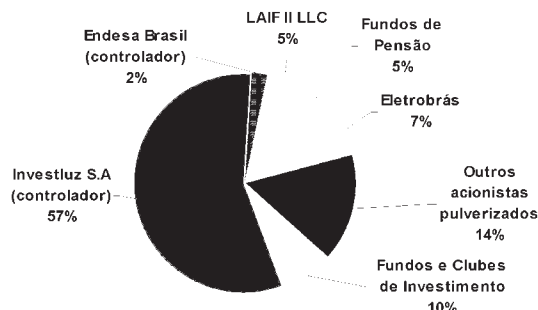
01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A composição acionária da Coelce no final do 1T08 era:



As ações livremente negociadas (*free float*) representam 41,1% do capital total da Companhia, composto por 48.067.937 ações ordinárias e 29.787.362 ações preferenciais.

Mercado de Capitais

Desempenho das Ações

Em 31 de março de 2008, a Coelce alcançou capitalização de mercado de R\$ 1,87 bilhão (US\$ 1,07 bilhão). O desempenho do 1T08 representou uma variação de -11,5% em relação ao valor de mercado alcançado no final do 1T07, R\$ 2,11 bilhões (US\$ 1,2 bilhão), e de -13,5% se comparado ao 4T07 (R\$ 2,16 bilhões). Essa variação negativa se deve, principalmente, à queda da cotação das ações ordinárias no 1T08, que encerrou cotada à R\$ 24,00/ação, registrando uma retração de 14% face ao 1T07 (R\$ 28,00/ação) e de 24% quando comparado ao 4T07 (R\$ 31,65/ação). A variação negativa das ações ordinárias foi parcialmente compensada pela valorização das ações preferenciais classe A, de 12,6% se comparada ao 4T07 (R\$ 24,20/ação contra R\$ 21,50/ação).

A variação observada na cotação das ações ordinárias no 1T08 frente ao 4T07 é reflexo, principalmente, da sua baixa liquidez (comparada às ações preferenciais classe A), o que possibilitou que, em 25 de fevereiro de 2008, um único negócio provocasse uma desvalorização de aproximadamente 13,5% no preço da ação ordinária (R\$ 28,89/ação para R\$ 25,00/ação).

As ações ordinárias e preferenciais classes A e B da Coelce, negociadas na Bovespa, variaram no 1T08, -24,2%, +12,6% e 0%, respectivamente. Destaca-se que as ações preferenciais classe A, que apresentaram maior liquidez, tiveram desempenho superior aos índices IBOVESPA e IEE (índice do setor de energia), que sofreram queda de 4,6% e 2,6%, respectivamente.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

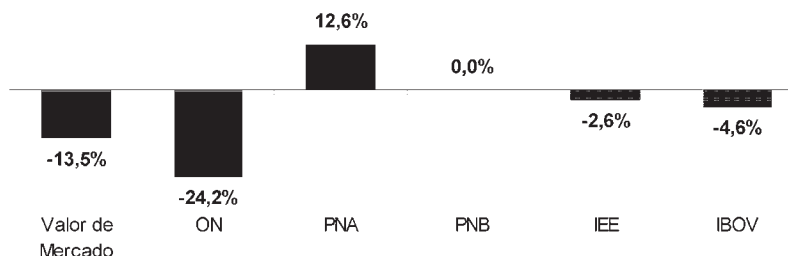
Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

**Desempenho das ações da Coelce X Desempenhos IBOVESPA e
IEE no 1T08 (ref. 4T07)**



Os níveis de negociação das ações preferenciais classe A (PNA – as de maior volume de negociação) também apresentaram retração. O volume médio diário das ações PNA, negociado no 1T08, foi de 31.295 ações, inferior 21,5% em relação ao 4T07 (39.844 ações) e 64,0% em relação ao 1T07 (86.917 ações). O valor médio diário das ações PNA, negociado no 1T08, foi de R\$ 671 mil, 27,9% inferior ao registrado no 4T07 (R\$ 931 mil) e 67,7% inferior ao 1T07 (R\$ 2.079 mil).

| Múltiplos de Mercado | 1T08 | 1T07 | Var. (%)* | 4T07 | Var. (%)** |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Valor de Mercado (R\$ milhões) | 1.870.325 | 2.112.419 | -11,5% | 2.162.111 | -13,5% |
| Enterprise Value (EV) (R\$ Milhões) | 2.464.256 | 2.446.179 | 0,7% | 2.715.488 | -9,3% |
| EV/ EBITDA ¹ | 6,28 | 4,30 | 46,2% | 5,86 | 7,1% |
| Preço da Ação PNA / Lucro por Ação ¹ (P/L) | 10,20 | 6,15 | 65,9% | 6,84 | 49,1% |
| Dividend Yield da Ação PNA ² | 15,0% | 8,4% | 80,1% | 16,9% | -11,2% |
| Valor de Mercado/Patrimônio Líquido | 2,08 | 2,38 | -12,4% | 2,54 | -18,2% |

* Variação entre 1T08 e 1T07

** Variação entre 1T08 e 4T07

¹ EBITDA e Lucro por Ação dos quatro últimos trimestres

² Proventos por Ação pagos nos últimos 4 trimestres / Preço da Ação no final do período

Desempenho Mercadológico

Mercado de Energia Elétrica

A energia elétrica distribuída (mercado cativo e livre) na área de concessão da Coelce no 1T08 foi de 1,80 mil GWh, volume 5,0% superior aos 1,72 mil GWh do mesmo período do ano anterior. Em comparação ao trimestre anterior (4T07), quando foram distribuídos 1,96 mil GWh, apresentou redução de 7,8%, considerada normal em razão da sazonalidade.

O crescimento da energia requerida foi 1,4 p.p inferior ao da energia distribuída no 1T08, comparado ao 1T07. Este fato deve-se, fundamentalmente, à melhoria no índice de perdas que passou de 12,8% no 1T07 para 12,1% no 1T08.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

| Balanco de Energia | 1T08 | 1T07 | Var. (%)* | 4T07 | Var. (%)** |
|-----------------------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|
| Demanda de energia MW | 1.200 | 1.185 | 1,3% | 1.294 | -7,3% |
| Energia requerida GWh | 2.033 | 1.963 | 3,6% | 2.224 | -8,6% |
| Energia distribuída GWh*** | 1.802 | 1.717 | 5,0% | 1.955 | -7,8% |
| Residencial | 612 | 573 | 6,8% | 607 | 0,8% |
| Industrial | 296 | 266 | 11,3% | 321 | -7,8% |
| Consumidores livres | 164 | 186 | -11,8% | 204 | -19,6% |
| Comercial | 344 | 322 | 6,8% | 353 | -2,5% |
| Rural | 142 | 133 | 6,8% | 215 | -34,0% |
| Poderes públicos | 91 | 85 | 7,1% | 99 | -8,1% |
| Iluminação pública | 92 | 88 | 4,5% | 91 | 1,1% |
| Serviços públicos | 58 | 61 | -4,9% | 62 | -6,5% |
| Consumo próprio | 3 | 3 | 0,0% | 3 | 0,0% |

* Variação entre 1T08 e 1T07

** Variação entre 1T08 e 4T07

***Quantidade de energia efetivamente medida no período.

Perfil e Número de Clientes

O número de consumidores evoluiu 6,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse total, 2,1 milhões de unidades consumidoras referem-se ao segmento residencial (cerca de 1,5 milhões classificados como baixa renda) e 270,6 mil são clientes classificados com tarifa rural, segmento que registrou expansão de 23,4% em relação ao 1T07 devido principalmente a reclassificação de consumidores migrados da classe baixa renda.

O expressivo aumento de 78,9% verificado na classe iluminação pública deve-se basicamente a individualização no sistema de medição desses consumidores.

| Classes de consumidoras | 1T08 | 1T07 | Var. (%)* | 4T07 | Var. (%)** |
|--|------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| Residencial | 2.065.512 | 1.990.677 | 3,8% | 2.036.983 | 1,4% |
| Normal | 592.185 | 512.662 | 15,5% | 651.596 | -9,1% |
| Baixa Renda | 1.473.327 | 1.478.015 | -0,3% | 1.385.387 | 6,3% |
| Industrial | 5.992 | 6.419 | -6,7% | 6.015 | -0,4% |
| Comercial | 147.728 | 142.063 | 4,0% | 146.680 | 0,7% |
| Rural | 270.574 | 219.323 | 23,4% | 267.709 | 1,1% |
| Poderes públicos | 27.334 | 26.198 | 4,3% | 27.084 | 0,9% |
| Iluminação pública | 4.297 | 2.402 | 78,9% | 3.977 | 8,0% |
| Serviços públicos | 1.561 | 1.543 | 1,2% | 1.547 | 0,9% |
| Subtotal | 2.522.998 | 2.388.625 | 5,6% | 2.489.995 | 1,3% |
| Revenda | 2 | 2 | 0,0% | 2 | 0,0% |
| Consumo próprio | 255 | 224 | 13,8% | 241 | 5,8% |
| Consumidores ativos sem fornecimento | 201.529 | 181.807 | 10,8% | 198.508 | 1,5% |
| Nº total de consumidores ativos | 2.724.784 | 2.570.658 | 6,0% | 2.688.746 | 1,3% |

* Variação entre 1T08 e 1T07

** Variação entre 1T08 e 4T07

Energia Elétrica Faturada

A Coelce faturou com venda de energia, no 1T08, um total de 1,70 mil GWh, quantidade 8,4% acima do total vendido no 1T07, o que espelha, à exceção da classe "serviços públicos", um aumento de consumo em todas as classes. Esse crescimento no 1T08 deve-se principalmente ao aumento do consumo da classe residencial em 7,4%, da classe industrial em 11,4% (retorno de 3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

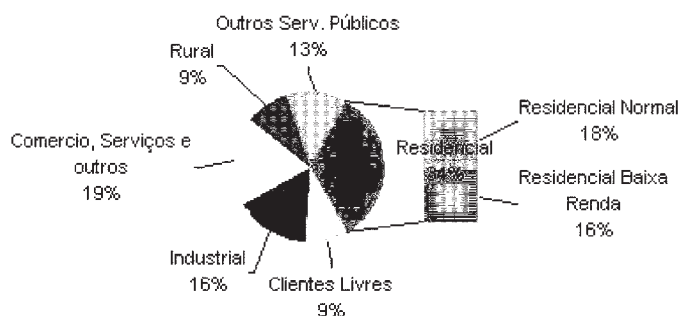
clientes para o mercado cativo) e ao aquecimento da atividade econômica demonstrado nas classes comercial e rural, que apresentaram crescimento de 8,3% e 13,1%, respectivamente. O aumento da renda, do emprego e as condições favoráveis de crédito, que possibilitam a aquisição de maior quantidade de eletroeletrônicos, são os principais fatores de estímulo ao consumo de energia elétrica da classe residencial.

| Fornecimento faturado (GWh) | 1T08 | 1T07 | Var. (%)* | 4T07 | Var. (%)** |
|-----------------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|
| Residencial | 635 | 591 | 7,4% | 627 | 1,3% |
| Normal | 335 | 297 | 12,8% | 336 | -0,3% |
| Baixa Renda | 300 | 294 | 2,0% | 291 | 3,1% |
| Industrial | 302 | 271 | 11,4% | 320 | -5,6% |
| Comercio, serviços e outros | 352 | 325 | 8,3% | 352 | 0,0% |
| Rural | 164 | 145 | 13,1% | 215 | -23,7% |
| Poder público | 93 | 87 | 6,9% | 99 | -6,1% |
| Iluminação pública | 91 | 84 | 8,3% | 89 | 2,2% |
| Serviços públicos | 59 | 61 | -3,3% | 62 | -4,8% |
| Subtotal faturado | 1.696 | 1.564 | 8,4% | 1.764 | -3,9% |
| Clientes livres (TUSD) | 164 | 186 | -11,8% | 205 | -20,0% |
| Total faturado | 1.860 | 1.750 | 6,3% | 1.969 | -5,5% |

* Variação entre 1T08 e 1T07

** Variação entre 1T08 e 4T07

Participação das classes de consumidores no Volume de Energia Faturada (1T08)



Transporte de Energia

Os clientes que migram para o mercado livre pagam às distribuidoras uma tarifa pelo uso do sistema de distribuição (TUSD). O transporte de energia para atendimento aos consumidores livres apresentou uma redução de 11,8%, passando de 186 GWh no 1T07 para 164 GWh nesse último trimestre. No 1T08, essa receita alcançou R\$ 10,9 milhões, contra R\$ 12,8 milhões no mesmo período do ano anterior, o que reflete o reajuste tarifário negativo aplicado a partir de 22 de abril de 2007 e, principalmente, a volta de clientes livres para o mercado cativo no 1T08.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Clientes Livres

A Coelce encerrou o 1T08 com 14 clientes livres, dos quais 5 são apenas parcialmente livres. O consumo desses clientes representa aproximadamente 8% do mercado da Companhia no trimestre. Em Janeiro de 2008, 3 clientes que estavam na condição de livres retornaram ao mercado cativo da Coelce. Eles representavam 8,0% da demanda de carga total dos consumidores livres.

Apenas 13 consumidores encontram-se na condição de potencialmente livres em 31/03/2008, com consumo em torno de 6% do volume de energia vendida no 1T08.

A Companhia não prevê impacto relevante no seu faturamento pela saída de clientes para o mercado livre, tendo em vista a receita auferida no transporte de energia em uma eventual saída desses clientes, a baixa margem praticada para essa classe e o reduzido número de consumidores potencialmente livres. Aliado a isso, a Companhia adota política ativa de fidelização desses clientes.

Desempenho Econômico-Financeiro

| Principais contas do Resultado - R\$ mil | 1T08 | 1T07 | Var. (%)* | 4T07 | Var. (%)** |
|--|------------------|------------------|-----------|------------------|------------|
| Receita operacional bruta | 603.737 | 637.985 | -5,4% | 626.849 | -3,7% |
| Deduções à receita operacional | (179.403) | (199.124) | -9,9% | (183.131) | -2,0% |
| Receita operacional líquida | 424.334 | 438.861 | -3,3% | 443.718 | -4,4% |
| Custos do serviço e despesas operacionais | (343.719) | (287.519) | 19,5% | (363.335) | -5,4% |
| Custos com energia elétrica | (229.668) | (181.190) | 26,8% | (240.838) | -4,6% |
| Pessoal próprio | (22.592) | (21.775) | 3,8% | (23.445) | -3,6% |
| Serviços de terceiros | (47.294) | (37.461) | 26,2% | (39.391) | 20,1% |
| Depreciações e amortizações | (28.418) | (28.465) | -0,2% | (27.012) | 5,2% |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (2.166) | (3.206) | -32,4% | (7.112) | -69,5% |
| Outras | (13.581) | (15.422) | -11,9% | (25.537) | -46,8% |
| Resultado do serviço | 80.615 | 151.342 | -46,7% | 80.383 | 0,3% |
| Margem operacional | 19% | 34% | -15 p.p. | 18% | 1 p.p. |
| Resultado Financeiro | (8.510) | 193 | N/A | (20.650) | -58,8% |
| Resultado operacional (após Resultado Financeiro) | 72.105 | 151.535 | -52,4% | 59.733 | 20,7% |
| Resultado não-operacional e participações | (2.193) | 9.378 | -123,4% | (3.443) | -36,3% |
| Impostos (imposto de renda e contribuição social) | (21.455) | (52.441) | -59,1% | (16.367) | 31,1% |
| Lucro líquido | 48.457 | 108.472 | -55,3% | 39.923 | 21,4% |
| EBITDA* | 109.033 | 179.807 | -39,4% | 107.395 | 1,5% |
| Margem Ebitda | 26% | 41% | -15 p.p. | 24% | 2 p.p. |

* Variação entre 1T08 e 1T07

** Variação entre 1T08 e 4T07

Receita Operacional Bruta

A receita bruta no 1T08 atingiu R\$ 603,7 milhões, o que representa uma redução de 5,4% (R\$ 34,2 milhões) em relação ao 1T07. Em relação ao 4T07, a redução foi de 3,7%. Essas variações são compostas pelos seguintes itens:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

| Receita Operacional Bruta - R\$ mil | 1T08 | 1T07 | Var. (%)* | 4T07 | Var. (%)** |
|---|----------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| Consumo de Energia | 553.772 | 564.399 | -1,9% | 572.549 | -3,3% |
| Baixa Renda | 40.474 | 76.443 | -47,1% | 37.854 | 6,9% |
| Reposicionamento Revisão Tarifária | (3.500) | (9.870) | -64,5% | (9.334) | -62,5% |
| Recuperação Perda de Receita Racionamento | (13.929) | (14.099) | -1,2% | (14.434) | -3,5% |
| Recuperação Energia Livre - Geradoras | (4.881) | (4.940) | -1,2% | (5.058) | -3,5% |
| Valores a devolver Reajuste Tarifário - Transmissoras | - | - | - | (1.867) | N/A |
| Suprimento de Energia | 858 | 974 | -11,9% | 2.715 | -68,4% |
| Receita de Uso da Rede Elétrica - Clientes Livres | 10.851 | 12.807 | -15,3% | 10.662 | 1,8% |
| Outras Receitas | 20.092 | 12.271 | 63,7% | 33.762 | -40,5% |
| Total | 603.737 | 637.985 | -5,4% | 626.849 | -3,7% |

* Variação entre 1T08 e 1T07

** Variação entre 1T08 e 4T07

- **Consumo de Energia:** houve redução de 1,9% da receita por consumo de energia no 1T08, apesar do crescimento de mercado (energia faturada) em 8,4%, em razão do reajuste tarifário médio negativo de 6,4% aplicado a partir de 22 de abril de 2007. Em relação ao 4T07, a redução foi de 3,3% e se deve ao decréscimo de mercado no período, na ordem de 3,9%.
- **Baixa Renda:** a redução verificada no 1T08 em relação ao mesmo período do ano anterior deve-se a reversão no valor de R\$ 34 milhões efetuada no 1T07, referente a parte da provisão realizada no 4T06 cujo valor total foi de R\$ 60 milhões para prováveis devoluções em razão da reclassificação dos consumidores beneficiados com esse subsídio, de acordo com as novas diretrizes estabelecidas pelo órgão regulador para enquadramento na subclasse residencial baixa renda. A variação em relação ao trimestre anterior deve-se ao crescimento do consumo dessa classe, em torno de 3,1%.
- **Reposicionamento Revisão Tarifária:** refere-se a estorno de receita que foi apropriada no exercício de 2005 pela adição no índice de reajuste dos valores decorrentes de ajustes da base de remuneração da revisão tarifária de abril de 2003. Essa receita foi faturada contra os consumidores no período de abril/2005 a abril/2007.
- **Recuperação Perdas de Receita Racionamento / Energia Livre - Geradoras:** refere-se ao estorno de receitas que foram apropriadas em outros exercícios para recuperação de perdas oriundas do racionamento de energia.
- **Valores a devolver Reajuste Tarifário - Transmissoras:** refere-se a valores que foram repassados a maior para as transmissoras de energia elétrica, só verificados após o processo de Reajuste Tarifário dessas empresas. Referidos valores estão sendo compensados nos repasses às transmissoras, efetuados pela Companhia e devolvidos ao consumidor final através do reajuste tarifário da Coelce em abril/08. Este registro contábil não possui efeito no resultado, pois os lançamentos efetuados reduzem a receita bruta e os custos com compra de energia para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão.
- **Suprimento:** receita referente às vendas das sobras de energia contratada, realizadas pela Coelce por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A redução na receita deve-se a diminuição no volume de energia vendido no período através da CCEE.
- **Receita de Uso da Rede Elétrica - clientes livres:** a redução de 15,3% nesta receita deve-se basicamente ao reajuste tarifário negativo aplicado na tarifa a partir de 22 de Abril de 2007 e ao retorno para o mercado cativo de 3 clientes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- *Outras Receitas*: crescimento de 63,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior reflete o aumento das vendas de novos produtos e serviços oferecidos pela Companhia aos clientes. Os principais serviços oferecidos estão relacionados à arrecadação para terceiros e à prestação de serviços ligados à energia elétrica para clientes institucionais, industriais, comerciais e residenciais (eficientização energética, projeto e construção de redes particulares, aluguel de infra-estrutura, entre outros).

Deduções da Receita

| Deduções da Receita - R\$ mil | 1T08 | 1T07 | Var. (%)* | 4T07 | Var. (%)** |
|--|------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| ICMS | (124.008) | (125.469) | -1,2% | (130.794) | -5,2% |
| COFINS | (24.775) | (28.530) | -13,2% | (23.993) | 3,3% |
| PIS | (6.410) | (6.665) | -3,8% | (5.373) | 19,3% |
| ISS | (603) | (440) | 37,0% | (741) | -18,6% |
| Quota Reserva Global de Reversão - RGR | (6.581) | (5.760) | 14,3% | (6.216) | 5,9% |
| Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC | (9.842) | (25.079) | -60,8% | (9.842) | 0,0% |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | (3.373) | (3.255) | 3,6% | (3.340) | 1,0% |
| Programa de Eficiência Energética e P&D | (3.813) | (3.926) | -2,9% | (2.830) | 34,7% |
| Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial | 2 | - | N/A | (2) | N/A |
| Total | (179.403) | (199.124) | -9,9% | (183.131) | -2,0% |

* Variação entre 1T08 e 1T07

** Variação entre 1T08 e 4T07

As deduções da receita tiveram uma redução de 9,9% em relação ao 1T07, e de 2,0% em relação ao trimestre anterior, principalmente pelos seguintes fatores:

- As contribuições PIS e COFINS reduziram frente ao 1T07 em 3,8% e 13,2%, respectivamente, devido ao reflexo do reajuste tarifário negativo e ao aumento na compensação de créditos adquiridos com a compra de energia. Em relação ao 4T07, o aumento do PIS em 19,3% e da COFINS em 3,3% deve-se principalmente à redução da compensação de créditos no 1T08;
- Redução do montante de ICMS em 1,2% comparado ao 1T07 e em 5,2% em relação ao 4T07 devido principalmente à redução verificada na receita de venda de energia;
- Variações nas contas de encargos setoriais (valores a serem pagos pela Companhia são definidos pela Aneel):

Reserva Global de Reversão – RGR: quota anual, prevista na legislação, destinada à União Federal, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica.

Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC: refere-se aos custos de operação das usinas dos sistemas interligado e isolado brasileiro localizadas principalmente na Região Norte. Esses custos são rateados entre as distribuidoras, conforme valores divulgados pela ANEEL. Esse rateio foi reduzido pelo Governo na última revisão tarifária.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: esta conta é utilizada pelo Governo para promover a competitividade da energia produzida por meio de fontes alternativas e o desenvolvimento energético do País através do programa de universalização.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento – PEE e P&D: conforme disposições legais as distribuidoras estão obrigadas a destinar 1,0% da sua receita operacional líquida para esses programas. O montante de R\$ 3,8 milhões refere-se aos programas relacionados às receitas do trimestre que ainda não foram concluídos. Por determinação da ANEEL, os gastos a serem realizados e para os quais a Companhia já recebeu a tarifa correspondente, devem ser provisionados.

Encargos de Capacidade/Aquisição Emergencial: esses encargos vigoravam desde março de 2002 e tiveram sua cobrança suspensa pelo Governo em dezembro de 2005. O saldo do 1T08 refere-se a faturas que estavam em atraso referentes a receitas de 2005 e foram pagas no trimestre.

Os valores desses encargos setoriais registrados no resultado referem-se aos valores que foram efetivamente utilizados na composição da tarifa a ser aplicada pela Coelce.

Custos e Despesas Gerenciáveis

Os custos gerenciáveis do 1T08 aumentaram 7,2% em relação ao mesmo período de 2007 devido basicamente ao crescimento dos custos de pessoal, material e serviços de terceiros. O aumento desses itens deve-se aos seguintes fatores:

Pessoal: Aumento de 3,8% em função, principalmente, do reajuste salarial concedido pelo acordo coletivo firmado em outubro de 2007.

Materiais: Aumento de 29,7% decorrentes do crescimento da venda de novos produtos ligados à distribuição de energia, oferecidos pela Companhia.

Serviços de terceiros: Aumento de 26,2% em relação ao mesmo período do ano anterior decorrente dos custos relacionados à operação e manutenção que sofreram reajustes contratuais e, principalmente, devido à contratação de serviços relacionados à venda de novos produtos.

Em outras despesas operacionais encontram-se registradas as despesas com alugueis, seguros, contribuições às entidades institucionais e outros tributos.

| Valores em R\$ mil | Deduções /Despesa Operacional sem os efeitos de CVA - 1T08 | Constituição de CVA no período - 1T08 | Amortização de CVA no período - 1T08 | Despesa efetiva reconhecida no resultado do 1T08 |
|---|--|---------------------------------------|--------------------------------------|--|
| Deduções da Receita | | | | |
| Conta de Consumo de combustível-CCC (CVA ativa e passiva) | (14.687) | 1.265 | 3.580 | (9.842) |
| Conta de desenvolvimento Energético - CDE (CVA ativa) | (3.363) | 66 | (76) | (3.373) |
| Total das deduções da receita | (18.050) | 1.331 | 3.504 | (13.215) |
| Custos não gerenciáveis | | | | |
| Energia Elétrica comprada para revenda (CVA ativa) | (210.700) | 10.167 | (11.324) | (211.857) |
| Programa de Incentivo à Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA (CVA ativa) | (4.248) | 1.286 | (377) | (3.339) |
| Encargos de Uso da Rede básica de transmissão (CVA ativa e passiva) | (18.414) | 463 | 3.479 | (14.472) |
| Total dos custos não gerenciáveis | (233.362) | 11.916 | (8.222) | (229.668) |

EBITDA

O EBITDA alcançado no 1T08 totalizou R\$ 109,0 milhões frente aos R\$ 179,8 milhões no 1T07. Esta variação é consequência principalmente da reversão da provisão para prováveis devoluções do

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

programa baixa renda (mudança de critério para classificação dos consumidores beneficiados com programa) em R\$ 34,2 milhões realizada no 1T07 e do efeito da revisão tarifária negativa sobre as tarifas a partir de 22 de abril de 2007. A margem EBITDA (% da receita líquida) ficou em 26% no trimestre, 15 p.p. menor em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no trimestre foi negativo em R\$ 8,5 milhões. As receitas financeiras reduziram 44,7% em relação ao 1T07 devido, principalmente, à redução do saldo a receber do ativo regulatório oriundo do racionamento (alinhado à queda da taxa SELIC, no período, que proporcionou um decréscimo na atualização monetária desse ativo), às menores aplicações financeiras no período, à redução do acréscimo moratório sobre conta de energia e ao ajuste de variação de dívidas indexadas ao dólar com fornecedores de energia (outras receitas).

As despesas financeiras reduziram 6,5% em relação ao mesmo trimestre de 2007, com destaque para a queda de 11,6% dos encargos de dívidas, resultante do menor custo de dívida e da redução da taxa básica de juros (SELIC), e para a redução da CPMF que finalizou sua vigência no 1T08. Essas reduções superaram o aumento das variações monetárias.

| Receitas e Despesas Financeiras - R\$ Mil | 1T08 | 1T07 | Var. (%)* | 4T07 | Var. (%)** |
|---|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|---------------|
| Receita Financeira | | | | | |
| Renda de aplicações financeiras | 982 | 4.411 | -77,7% | 1.159 | -15,3% |
| Acréscimo moratório sobre conta de energia | 8.139 | 9.925 | -18,0% | 8.159 | -0,2% |
| Atualização perda de receita - racionamento | 3.547 | 5.317 | -33,3% | 3.909 | -9,3% |
| Atualização de CVA de compra de energia | 80 | 86 | -7,0% | 48 | 66,7% |
| Correção Parcela A | 1.121 | 1.171 | -4,3% | 1.110 | 1,0% |
| Outras | (1.278) | 1.860 | N/A | 2.760 | N/A |
| | 12.591 | 22.770 | -44,7% | 17.145 | -26,6% |
| Despesas financeiras | | | | | |
| Encargo de dívidas | (10.616) | (12.004) | -11,6% | (10.392) | 2,2% |
| Variações monetárias | (7.789) | (3.039) | N/A | (6.769) | 15,1% |
| CPMF | (582) | (2.979) | -80,5% | (2.450) | -76,2% |
| Parcelamento de tributos | (1.293) | (933) | 38,6% | (1.271) | 1,7% |
| Correção programa de eficiência energética | (440) | (103) | N/A | (517) | -14,9% |
| Outras | (381) | (3.519) | -89,2% | (16.396) | -97,7% |
| | (21.101) | (22.577) | -6,5% | (37.795) | -44,2% |
| Resultado Financeiro | (8.510) | 193 | N/A | (20.650) | -58,8% |

* Variação entre 1T08 e 1T07

** Variação entre 1T08 e 4T07

Resultado Não Operacional

A reversão do déficit atuarial de R\$ 11,0 milhões registrada no 1T07, em razão da alteração de modalidade do plano previdenciário, de benefício definido para contribuição definida, foi o principal fator responsável pela variação observada na Receita Não Operacional em relação ao 1T08.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

| Resultado não operacional - R\$ Mil | 1T08 | 1T07 | Var. (%)* | 4T07 | Var. (%)** |
|---|----------------|---------------|------------|----------------|---------------|
| Receitas | | | | | |
| Ganho na alienação de bens | 531 | 28 | N/A | - | N/A |
| Sobra no inventário de estoques | - | 36 | N/A | 141 | N/A |
| Reversão deficit atuarial | - | 11.000 | N/A | - | N/A |
| Outras | - | 5 | N/A | 9 | N/A |
| | 531 | 11.069 | N/A | 150 | N/A |
| Despesas | | | | | |
| Prejuízo na desativação de bens | (445) | (202) | N/A | - | N/A |
| Diferença no inventário de estoques | (787) | - | N/A | (362) | N/A |
| Reversão provisão do bônus racionamento | (3) | - | N/A | - | N/A |
| Outras | - | - | N/A | (1.741) | N/A |
| | (1.235) | (202) | N/A | (2.103) | -41,3% |
| Resultado não operacional | (704) | 10.867 | N/A | (1.953) | N/A |

* Variação entre 1T08 e 1T07

** Variação entre 1T08 e 4T07

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Em 2008, a Companhia optou pelo recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social com base na estimativa da receita bruta, conforme prevê o artigo Nº 222 do Regulamento do Imposto de Renda, uma vez que se verificou maior vantagem financeira nesta forma de recolhimento. No 1T08 foram recolhidos a título desses tributos R\$ 15,7 milhões. No 1T07 a Companhia pagou R\$ 23,9 milhões.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 48,5 milhões, com uma margem líquida de 11,4% no 1T08. A redução de 55,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, deve-se principalmente à reversão da provisão de Baixa Renda no valor de R\$ 34,2 milhões, realizada no 1T07, conforme citado anteriormente.

Endividamento

O endividamento da Coelce, no 1T08, totalizou R\$ 623,7 milhões, com aumento de 24% em comparação ao mesmo período do exercício anterior. Em termos líquidos de caixa, a dívida somou R\$ 593,9 milhões. O perfil da dívida financeira da Coelce mantém 61% dos compromissos no longo prazo. O aumento da dívida deve-se, principalmente, à utilização de linhas de crédito de curto prazo, para capital de giro, com o objetivo de cobrir atraso no recebimento dos valores das subvenções dos programas Baixa Renda e Luz para Todos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

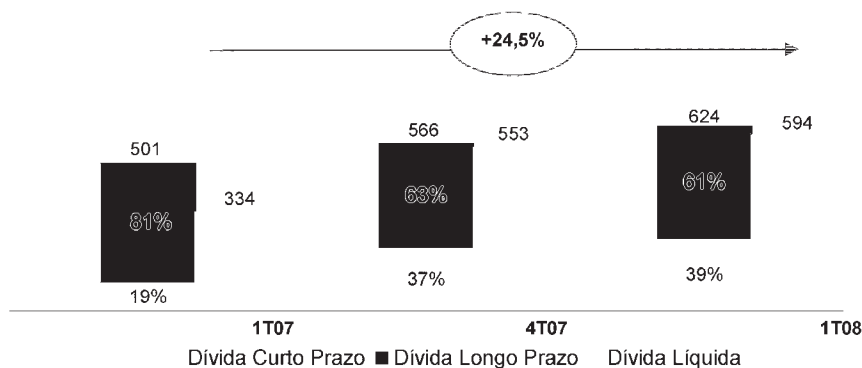
| Indicadores de endividamento | 1T08 | 1T07 | Var. (%)* | 4T07 | Var. (%)** |
|--|---------|---------|-----------|---------|------------|
| Dívida bruta (R\$ mil) | 623.731 | 501.075 | 24,5% | 565.741 | 10,3% |
| Dívida líquida (R\$ mil) | 593.930 | 333.760 | 78,0% | 553.377 | 7,3% |
| Dívida bruta / EBITDA [†] | 1,6 | 0,9 | 80,7% | 1,2 | 30,1% |
| EBITDA* / Encargos de dívidas [†] | 9,0 | 9,0 | 0,2% | 10,3 | -12,6% |
| Dívida bruta / (Dívida bruta + PL) | 0,41 | 0,36 | 13,6% | 0,40 | 2,5% |
| Dívida líquida / (Dívida líquida + PL) | 0,40 | 0,27 | 45,7% | 0,39 | 0,9% |

* Variação entre 1T08 e 1T07

** Variação entre 1T08 e 4T07

[†] Valores acumulados nos quatro últimos trimestres

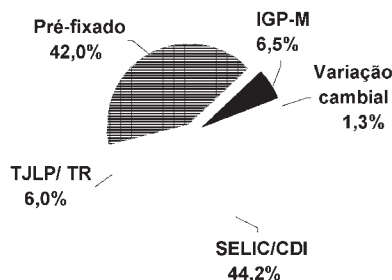
Evolução da Dívida Financeira - R\$ milhões



A relação dívida bruta/EBITDA subiu para 1,6 no 1T08, contra 0,9 no 1T07. A cobertura de juros, medida pela relação EBITDA/encargos de dívidas, manteve-se estável em 9,0 quando comparada ao 1T07. O índice de alavancagem encerrou o 1T08 em torno de 41%, abaixo da média verificada no setor.

Com o objetivo de evitar exposição às oscilações cambiais, a Companhia mantém uma política ativa de *hedge*, possuindo apenas 2,0% de sua dívida exposta à variação da taxa de câmbio. Parte das operações expostas à variação cambial é proveniente do financiamento com o BNDES em cesta de moedas e o restante decorre de dívida com a União Federal (Dívida Mobiliária de Médio e Longo Prazo – DMLP), com vencimento até 2024.

Indexadores da dívida em 31/03/2008



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Revisão e Reajuste Tarifário COELCE

Em 17 de abril de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicou a atualização para -8,66% do resultado provisório da 2ª Revisão Tarifária da Coelce, fixada em -7,20% em 2007. O efeito médio para os consumidores foi estabelecido em -10,78%, ante -9,33% em abril de 2007. O componente Xe do Fator X foi definido em 0,77%, ante 2,82% anteriormente. Os consumidores de baixa tensão tiveram a tarifa reduzida em 11,60%. Os clientes de alta tensão tiveram redução de 6,10% no subgrupo A1 e 7,89% nos subgrupos A3 e A4. A diferença entre os dois cálculos de revisão foi aplicada no reajuste de 2008.

O Reajuste Tarifário da Coelce, também publicado pela Aneel em 17 de abril de 2008 e com validade a partir do dia 22 do mesmo mês, estabeleceu aumento médio das tarifas da Coelce em 8,43%. Os consumidores sentirão um efeito médio de 6,78% nas contas de energia elétrica, sendo 5,70% para os clientes de baixa tensão e 9,54% para os de alta tensão. O índice médio de reajuste foi calculado considerando IGP-M de 9,10%, variação do período de abril de 2007 a março de 2008, descontada do Fator X de 1,69%, o que resultou em um percentual de 7,41% aplicado sobre a parcela B.

Investimentos

No 1T08, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 104,9 milhões, frente aos R\$ 90,8 milhões investidos no 1T07, representando um incremento de 15,5% ao compararmos os dois trimestres. Para 2008, estima-se um investimento total na ordem de R\$ 400 milhões, sendo R\$ 280 milhões líquidos (excluindo subvenções e participações de terceiros).

A segmentação dos investimentos realizados encontra-se na tabela abaixo:

| Segmentação dos Investimentos - R\$ mil | 1T08 | 1T07 | Var. (%)* |
|---|----------------|---------------|--------------|
| Investimentos Gerais no Sistema | 19.920 | 19.329 | 3,1% |
| Reforço para Controle de Perdas | 10.002 | 12.955 | -22,8% |
| Luz para Todos** | 40.994 | 25.412 | 61,3% |
| Renovação da Rede Elétrica | 3.357 | 2.936 | 14,4% |
| Construção SE's e LT's | 3.910 | 1.686 | 131,9% |
| Clientes Atendimento e Conexão | 26.701 | 28.509 | -6,3% |
| Total | 104.884 | 90.827 | 15,5% |

* Variação entre 1T08 e 1T07

** Contempla as obras do Governo Federal, Estadual e Doações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Contatos de RI

Para mais informações, entre em contato com a Equipe de Relações com Investidores:

Isabel Alcântara

Relações com Investidores

investor@coelce.com.br

www.coelce.com.br/ri.htm

Telefone: 0 (xx) 85 3216-4029 Fax: 0 (xx) 85 3216-1247

David Abreu

Relações com Investidores

dabreu@endesabr.com.br

Telefone: 0 (xx) 21 2613-7094 Fax: 0 (xx) 21 2613-7122

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos

Acionistas e Administradores da
Companhia Energética do Ceará - COELCE

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE**, compreendendo o balanço patrimonial em 31 de março de 2008, a demonstração do resultado para o trimestre findo naquela data, o relatório de desempenho e as informações relevantes, apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e nas operações da Sociedade.
3. Baseado em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1, para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469/08.
4. Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4, em 31 de março de 2008, a Companhia mantém transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE pendentes de liquidação e de revisão por parte da CCEE. Com relação às transações pendentes de liquidação, a Sociedade possui registrado como contas a receber o montante de R\$ 13.575 mil em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, sob efeito de liminares judiciais para suspensão dos pagamentos. Esses montantes podem estar sujeitos a alterações, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretações das regras do mercado em vigor. Adicionalmente, outros agentes do mercado não honraram seus pagamentos com a COELCE, com efeito de liminares judiciais para suspensão da liquidação financeira desses valores nas datas estabelecidas pela CCEE, resultando em um montante vencido de R\$ 2.560 mil, em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem nenhuma provisão para perdas em relação a essas contas a receber em atraso.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2008

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE 07.047.251/0001-70

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

5. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007, apresentado para fins comparativos, foi por nós auditado, e nosso parecer, datado de 29 de fevereiro de 2008, foi emitido com um parágrafo de ênfase relativo ao assunto descrito no parágrafo 4, acima. A demonstração do resultado para o trimestre e período de três meses findos em 31 de março de 2007, apresentada para fins comparativos, foi por nós revisada, e nosso relatório sobre revisão especial, datado de 10 de maio de 2007, foi emitido com um parágrafo de ênfase relativo ao assunto descrito no parágrafo 4, acima.
6. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº 469/08, facultou a não aplicação de todas as disposições da lei nº 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais – ITR. Assim, as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Fortaleza, 30 de abril de 2008

A G N CANARIM

Auditores Associados
CRC-RJ-003.003/O-5“S”CE

Érico L. Canarim

Sócio Responsável
Contador-CRC-RJ-037.512/O-3“S”CE

(Firma membro da AGN International Ltd.)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/03/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE | 07.047.251/0001-70 |

ÍNDICE

| GRUPO | QUADRO | DESCRIÇÃO | PÁGINA |
|-------|--------|--|--------|
| 01 | 01 | IDENTIFICAÇÃO | 1 |
| 01 | 02 | SEDE | 1 |
| 01 | 03 | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia) | 1 |
| 01 | 04 | REFERÊNCIA DO ITR | 1 |
| 01 | 05 | COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL | 2 |
| 01 | 06 | CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA | 2 |
| 01 | 07 | SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 2 |
| 01 | 08 | PROVENTOS EM DINHEIRO | 2 |
| 01 | 09 | CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO | 3 |
| 01 | 10 | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES | 3 |
| 02 | 01 | BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO | 4 |
| 02 | 02 | BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO | 6 |
| 03 | 01 | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | 8 |
| 06 | 01 | NOTAS EXPLICATIVAS | 11 |
| 07 | 01 | COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE | 59 |
| 21 | 01 | RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL | 73/74 |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2009

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------------------------|---|---------------------------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM 01486-9 | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 3 - CNPJ 07.047.251/0001-70 |
| 4 - NIRE 23300007891 | | |

01.02 - SEDE

| | | | | |
|---|----------------------------|---------------------------|----------------------------------|--------------|
| 1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Padre Valdevino, 150 | | | 2 - BAIRRO OU DISTRITO Centro | |
| 3 - CEP 60135-400 | 4 - MUNICÍPIO Fortaleza | | | 5 - UF CE |
| 6 - DDD 085 | 7 - TELEFONE 3453-4082 | 8 - TELEFONE 3453-4029 | 9 - TELEFONE - | 10 - TELEX |
| 11 - DDD 085 | 12 - FAX 3453-4947 | 13 - FAX - | 14 - FAX - | |
| 15 - E-MAIL investor@coelce.com.br | | | | |

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

| | | | | |
|---|----------------------------|---------------------------|----------------------------------|--------------|
| 1 - NOME Luiz Carlos L. Ortins Bettencourt | | | | |
| 2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Padre Valdevino, 150 | | | 3 - BAIRRO OU DISTRITO Centro | |
| 4 - CEP 60135-040 | 5 - MUNICÍPIO Fortaleza | | | 6 - UF CE |
| 7 - DDD 085 | 8 - TELEFONE 3453-4082 | 9 - TELEFONE 3453-4029 | 10 - TELEFONE - | 11 - TELEX |
| 12 - DDD 085 | 13 - FAX 3453-4947 | 14 - FAX - | 15 - FAX - | |
| 16 - E-MAIL investor@coelce.com.br | | | | |

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

| EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO | | TRIMESTRE ATUAL | | | TRIMESTRE ANTERIOR | | |
|--|-------------|-----------------|------------|-------------|---|------------|-------------|
| 1 - INÍCIO | 2 - TÉRMINO | 3 - NÚMERO | 4 - INÍCIO | 5 - TÉRMINO | 6 - NÚMERO | 7 - INÍCIO | 8 - TÉRMINO |
| 01/01/2009 | 31/12/2009 | 1 | 01/01/2009 | 31/03/2009 | 4 | 01/10/2008 | 31/12/2008 |
| 9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR CANARIM AUDITORES ASSOCIADOS | | | | | 10 - CÓDIGO CVM 00708-0 | | |
| 11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Érico Luiz Canarim | | | | | 12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 129.012.967-34 | | |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2009
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------------|--|--------------------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM 01486-9 | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 3 - CNPJ 07.047.251/0001-70 |
|---------------------------|--|--------------------------------|

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

| Número de Ações (Unidades) | 1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2009 | 2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2008 | 3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2008 |
|---------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|--|
| Do Capital Integralizado | | | |
| 1 - Ordinárias | 48.067.937 | 48.067.937 | 48.067.937 |
| 2 - Preferenciais | 29.787.362 | 29.787.362 | 29.787.362 |
| 3 - Total | 77.855.299 | 77.855.299 | 77.855.299 |
| Em Tesouraria | | | |
| 4 - Ordinárias | 0 | 0 | 0 |
| 5 - Preferenciais | 0 | 0 | 0 |
| 6 - Total | 0 | 0 | 0 |

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

| |
|---|
| 1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras |
| 2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional |
| 3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional |
| 4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica |
| 5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Venda de Energia Elétrica |
| 6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado |
| 7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva |

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

| | | |
|----------|----------|------------------------|
| 1 - ITEM | 2 - CNPJ | 3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|----------|----------|------------------------|

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

| 1 - ITEM | 2 - EVENTO | 3 - APROVAÇÃO | 4 - PROVENTO | 5 - INÍCIO PGTO. | 6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO | 7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO |
|----------|------------|---------------|--------------|------------------|------------------------------|-------------------------------|
| 01 | AGO | 30/04/2009 | Dividendo | | ON | 3,3797292000 |
| 02 | AGO | 30/04/2009 | Dividendo | | PNA | 3,3797292000 |
| 03 | AGO | 30/04/2009 | Dividendo | | PNB | 3,3797292000 |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|-----------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . . / - |
|---------------------|------------------------|-----------------------|

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

| 1 - ITEM | 2 - DATA DA ALTERAÇÃO | 3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil) | 4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil) | 5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO | 7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades) | 8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais) |
|----------|-----------------------|---|------------------------------------|-------------------------|---|--------------------------------------|
|----------|-----------------------|---|------------------------------------|-------------------------|---|--------------------------------------|

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

| | |
|------------------------|----------------|
| 1 - DATA 08/05/2009 | 2 - ASSINATURA |
|------------------------|----------------|

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2009
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/03/2009 | 4 - 31/12/2008 |
|---------------|--|----------------|----------------|
| 1 | Ativo Total | 2.829.205 | 2.781.587 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 825.114 | 800.917 |
| 1.01.01 | Disponibilidades | 25.242 | 15.838 |
| 1.01.02 | Créditos | 696.335 | 695.769 |
| 1.01.02.01 | Clientes | 308.589 | 323.140 |
| 1.01.02.01.01 | Consumidores, concessionários e permissi | 404.219 | 416.909 |
| 1.01.02.01.02 | (-) provisão crédito liquidação duvidosa | (95.630) | (93.769) |
| 1.01.02.02 | Créditos Diversos | 387.746 | 372.629 |
| 1.01.02.02.01 | Consumidores baixa renda | 61.211 | 30.410 |
| 1.01.02.02.02 | Serviço em curso | 10.968 | 7.335 |
| 1.01.02.02.03 | Devedores diversos | 5.471 | 4.228 |
| 1.01.02.02.04 | Tributos a compensar | 53.297 | 48.821 |
| 1.01.02.02.05 | Depósitos vinculados | 19.571 | 18.777 |
| 1.01.02.02.06 | Tributos diferidos | 46.496 | 51.975 |
| 1.01.02.02.07 | Crédito luz para todos | 159.637 | 181.547 |
| 1.01.02.02.08 | Outros créditos | 31.095 | 29.536 |
| 1.01.03 | Estoques | 2.195 | 1.471 |
| 1.01.04 | Outros | 101.342 | 87.839 |
| 1.01.04.01 | Despesas pagas antecipadamente | 101.342 | 87.839 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 2.004.091 | 1.980.670 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 220.130 | 243.777 |
| 1.02.01.01 | Créditos Diversos | 137.719 | 135.157 |
| 1.02.01.01.01 | Consumidores, concessionário e permissio | 35.506 | 33.997 |
| 1.02.01.01.02 | (-) Provisão crédito liquidação duvidosa | (3.769) | (3.174) |
| 1.02.01.01.03 | Depósitos vinculados a litígios | 14.004 | 13.699 |
| 1.02.01.01.04 | Tributos a compensar | 51.172 | 52.834 |
| 1.02.01.01.05 | Depósitos vinculados | 17.917 | 14.421 |
| 1.02.01.01.06 | Tributos diferidos | 22.609 | 23.100 |
| 1.02.01.01.07 | Outros créditos | 280 | 280 |
| 1.02.01.02 | Créditos com Pessoas Ligadas | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.01 | Com Coligadas e Equiparadas | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.02 | Com Controladas | 0 | 0 |
| 1.02.01.02.03 | Com Outras Pessoas Ligadas | 0 | 0 |
| 1.02.01.03 | Outros | 82.411 | 108.620 |
| 1.02.01.03.01 | Despesas pagas antecipadamente | 82.411 | 108.620 |
| 1.02.02 | Ativo Permanente | 1.783.961 | 1.736.893 |
| 1.02.02.01 | Investimentos | 217 | 220 |
| 1.02.02.01.01 | Participações Coligadas/Equiparadas | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.02 | Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.03 | Participações em Controladas | 0 | 0 |
| 1.02.02.01.04 | Participações em Controladas - Ágio | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2009
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 -31/03/2009 | 4 -31/12/2008 |
|---------------|----------------------|---------------|---------------|
| 1.02.02.01.05 | Outros Investimentos | 217 | 220 |
| 1.02.02.02 | Imobilizado | 1.770.548 | 1.722.679 |
| 1.02.02.03 | Intangível | 13.196 | 13.994 |
| 1.02.02.04 | Diferido | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2009
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/03/2009 | 4 - 31/12/2008 |
|---------------|--|----------------|----------------|
| 2 | Passivo Total | 2.829.205 | 2.781.587 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 1.011.562 | 1.068.638 |
| 2.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 324.570 | 332.230 |
| 2.01.02 | Debêntures | 0 | 0 |
| 2.01.03 | Fornecedores | 120.773 | 157.582 |
| 2.01.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 51.122 | 48.356 |
| 2.01.05 | Dividendos a Pagar | 263.924 | 263.927 |
| 2.01.06 | Provisões | 34.212 | 36.368 |
| 2.01.06.01 | Obrigações estimadas | 9.496 | 8.963 |
| 2.01.06.02 | Tributos diferidos | 24.039 | 26.632 |
| 2.01.06.03 | Provisão para contingências | 677 | 773 |
| 2.01.07 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 92.990 | 103.792 |
| 2.01.08 | Outros | 123.971 | 126.383 |
| 2.01.08.01 | Folha de pagamento | 3.705 | 7.233 |
| 2.01.08.02 | Encargos de dívidas | 29.673 | 19.974 |
| 2.01.08.03 | Taxas regulamentares | 12.086 | 17.086 |
| 2.01.08.04 | Participação dos empregados | 7.741 | 7.508 |
| 2.01.08.05 | Contribuição iluminação pública arrecada | 21.812 | 20.041 |
| 2.01.08.06 | Obrigações com benefícios pós-emprego | 9.853 | 11.023 |
| 2.01.08.07 | Programa pesq e desenv-Eficiência Energ | 16.871 | 22.329 |
| 2.01.08.08 | Outras obrigações | 22.230 | 21.189 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 820.023 | 795.848 |
| 2.02.01 | Passivo Exigível a Longo Prazo | 820.023 | 795.848 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 528.171 | 489.945 |
| 2.02.01.02 | Debêntures | 0 | 0 |
| 2.02.01.03 | Provisões | 125.155 | 129.093 |
| 2.02.01.03.01 | Provisões para contingências | 60.831 | 63.214 |
| 2.02.01.03.02 | Tributos diferidos | 34.848 | 38.603 |
| 2.02.01.03.03 | Provisão baixa renda | 24.219 | 22.019 |
| 2.02.01.03.04 | Provisão luz para todos | 5.257 | 5.257 |
| 2.02.01.04 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 95.133 | 104.227 |
| 2.02.01.05 | Adiantamento para Futuro Aumento Capital | 0 | 0 |
| 2.02.01.06 | Outros | 71.564 | 72.583 |
| 2.02.01.06.01 | Fornecedores | 0 | 0 |
| 2.02.01.06.02 | Impostos, taxas e contribuições sociais | 8.421 | 8.421 |
| 2.02.01.06.03 | Obrigações com benefícios pós-emprego | 44.339 | 48.019 |
| 2.02.01.06.04 | Programa pesq e desenv-Eficiência Energ | 17.386 | 14.762 |
| 2.02.01.06.05 | Outras obrigações | 1.418 | 1.381 |
| 2.03 | Resultados de Exercícios Futuros | 0 | 0 |
| 2.05 | Patrimônio Líquido | 997.620 | 917.101 |
| 2.05.01 | Capital Social Realizado | 442.946 | 442.946 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2009
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 -31/03/2009 | 4 -31/12/2008 |
|---------------|--|---------------|---------------|
| 2.05.02 | Reservas de Capital | 358.677 | 358.677 |
| 2.05.03 | Reservas de Reavaliação | 0 | 0 |
| 2.05.03.01 | Ativos Próprios | 0 | 0 |
| 2.05.03.02 | Controladas/Coligadas e Equiparadas | 0 | 0 |
| 2.05.04 | Reservas de Lucro | 115.478 | 115.478 |
| 2.05.04.01 | Legal | 48.845 | 48.845 |
| 2.05.04.02 | Estatutária | 0 | 0 |
| 2.05.04.03 | Para Contingências | 0 | 0 |
| 2.05.04.04 | De Lucros a Realizar | 0 | 0 |
| 2.05.04.05 | Retenção de Lucros | 0 | 0 |
| 2.05.04.06 | Especial p/ Dividendos Não Distribuídos | 0 | 0 |
| 2.05.04.07 | Outras Reservas de Lucro | 66.633 | 66.633 |
| 2.05.04.07.01 | Reserva de incentivos fiscais | 66.633 | 66.633 |
| 2.05.05 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | 0 | 0 |
| 2.05.05.01 | Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários | 0 | 0 |
| 2.05.05.02 | Ajustes Acumulados de Conversão | 0 | 0 |
| 2.05.05.03 | Ajustes de Combinação de Negócios | 0 | 0 |
| 2.05.06 | Lucros/Prejuízos Acumulados | 80.519 | 0 |
| 2.05.07 | Adiantamento para Futuro Aumento Capital | 0 | 0 |

Divulgação Externa

Legislação Societária

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2009
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2009 a 31/03/2009 | 4 - 01/01/2009 a 31/03/2009 | 5 - 01/01/2008 a 31/03/2008 | 6 - 01/01/2008 a 31/03/2008 |
|------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 675.228 | 675.228 | 604.268 | 604.268 |
| 3.01.01 | Consumidores, concession e permissionari | 574.106 | 574.106 | 553.772 | 553.772 |
| 3.01.02 | Baixa renda | 57.686 | 57.686 | 40.474 | 40.474 |
| 3.01.03 | Reposicionamento revisão tarifária | 3.074 | 3.074 | (3.500) | (3.500) |
| 3.01.04 | Valor a devolver reajuste tarifário-tran | 233 | 233 | 0 | 0 |
| 3.01.05 | Recuperação perda de receita racionam | 6 | 6 | (13.929) | (13.929) |
| 3.01.06 | Recuperação energia livre-geradoras | 0 | 0 | (4.881) | (4.881) |
| 3.01.07 | Recuperação parcela A | (3) | (3) | 0 | 0 |
| 3.01.08 | Suprimento de energia elétrica | 3.025 | 3.025 | 858 | 858 |
| 3.01.09 | Receita de uso da rede elétrica | 14.035 | 14.035 | 10.851 | 10.851 |
| 3.01.10 | Baixa energia livre | (11) | (11) | 0 | 0 |
| 3.01.11 | Outras receitas | 23.077 | 23.077 | 20.623 | 20.623 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (196.552) | (196.552) | (179.403) | (179.403) |
| 3.02.01 | ICMS | (129.516) | (129.516) | (124.008) | (124.008) |
| 3.02.02 | COFINS | (26.006) | (26.006) | (24.775) | (24.775) |
| 3.02.03 | PIS | (5.646) | (5.646) | (6.410) | (6.410) |
| 3.02.04 | ISS | (1.421) | (1.421) | (603) | (603) |
| 3.02.05 | Quota para reserva global reversão-RGR | (9.107) | (9.107) | (6.581) | (6.581) |
| 3.02.06 | Conta consumo combustível fósseis-CCC | (17.384) | (17.384) | (9.842) | (9.842) |
| 3.02.07 | Conta de desenvolvimento energético-CDE | (3.578) | (3.578) | (3.373) | (3.373) |
| 3.02.08 | Prog eficiência energética-Pesq e desenv | (3.895) | (3.895) | (3.813) | (3.813) |
| 3.02.09 | Encargo capacidade/Aquisição emergencial | 1 | 1 | 2 | 2 |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 478.676 | 478.676 | 424.865 | 424.865 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | (340.836) | (340.836) | (315.291) | (315.291) |
| 3.04.01 | Energia elétrica comprada para revenda | (225.399) | (225.399) | (215.196) | (215.196) |
| 3.04.02 | Encargos uso da rede de transmissão | (24.585) | (24.585) | (14.472) | (14.472) |
| 3.04.03 | Pessoal | (16.974) | (16.974) | (17.004) | (17.004) |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2009 a 31/03/2009 | 4 - 01/01/2009 a 31/03/2009 | 5 - 01/01/2008 a 31/03/2008 | 6 - 01/01/2008 a 31/03/2008 |
|---------------|---|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3.04.04 | Entidade de previdência privada | (1.129) | (1.129) | (1.156) | (1.156) |
| 3.04.05 | Material | (2.168) | (2.168) | (2.404) | (2.404) |
| 3.04.06 | Serviços de terceiros | (38.362) | (38.362) | (38.641) | (38.641) |
| 3.04.07 | Depreciação e amortização | (27.360) | (27.360) | (24.072) | (24.072) |
| 3.04.08 | Outras | (3.454) | (3.454) | (1.984) | (1.984) |
| 3.04.09 | Custo do serviço prestado a terceiros | (1.405) | (1.405) | (362) | (362) |
| 3.05 | Resultado Bruto | 137.840 | 137.840 | 109.574 | 109.574 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | (44.383) | (44.383) | (38.173) | (38.173) |
| 3.06.01 | Com Vendas | (9.675) | (9.675) | (6.069) | (6.069) |
| 3.06.01.01 | Com vendas | (9.675) | (9.675) | (6.069) | (6.069) |
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | (24.123) | (24.123) | (23.594) | (23.594) |
| 3.06.02.01 | Gerais e administrativas | (12.949) | (12.949) | (8.689) | (8.689) |
| 3.06.02.02 | Amortizações/Reserva do ágio | (3.425) | (3.425) | (3.742) | (3.742) |
| 3.06.02.03 | Taxa de fiscalização ANEEL | (968) | (968) | (1.137) | (1.137) |
| 3.06.02.04 | Provisão para créditos de liq duvidosa | (3.196) | (3.196) | (5.713) | (5.713) |
| 3.06.02.05 | Provisão para contingências | (2.228) | (2.228) | (2.479) | (2.479) |
| 3.06.02.06 | Outras | (1.357) | (1.357) | (1.834) | (1.834) |
| 3.06.03 | Financeiras | (10.585) | (10.585) | (8.510) | (8.510) |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | 15.668 | 15.668 | 12.591 | 12.591 |
| 3.06.03.01.01 | Renda de aplicações financeiras | 1.248 | 1.248 | 982 | 982 |
| 3.06.03.01.02 | Acréscimo moratório em conta de energia | 7.531 | 7.531 | 8.139 | 8.139 |
| 3.06.03.01.03 | Atualização perda receita racionamento | 0 | 0 | 3.547 | 3.547 |
| 3.06.03.01.04 | Outras | 6.889 | 6.889 | (77) | (77) |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | (26.253) | (26.253) | (21.101) | (21.101) |
| 3.06.03.02.01 | Encargos de dívidas | (20.539) | (20.539) | (10.616) | (10.616) |
| 3.06.03.02.02 | Variações monetárias | (111) | (111) | (7.789) | (7.789) |
| 3.06.03.02.03 | Juros sobre capital próprio | 0 | 0 | 0 | 0 |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2009 a 31/03/2009 | 4 - 01/01/2009 a 31/03/2009 | 5 - 01/01/2008 a 31/03/2008 | 6 - 01/01/2008 a 31/03/2008 |
|---------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3.06.03.02.04 | Outras | (5.603) | (5.603) | (2.696) | (2.696) |
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Operacional | 93.457 | 93.457 | 71.401 | 71.401 |
| 3.08 | Resultado Não Operacional | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.08.01 | Receitas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.08.02 | Despesas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 93.457 | 93.457 | 71.401 | 71.401 |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | (12.763) | (12.763) | (35.602) | (35.602) |
| 3.10.01 | Contribuição social | (7.896) | (7.896) | (9.476) | (9.476) |
| 3.10.02 | Imposto de renda | (21.716) | (21.716) | (26.126) | (26.126) |
| 3.10.03 | Incentivo Fiscal-ADENE | 16.849 | 16.849 | 0 | 0 |
| 3.11 | IR Diferido | 426 | 426 | 14.147 | 14.147 |
| 3.11.01 | Imposto diferido | 258 | 258 | 10.359 | 10.359 |
| 3.11.02 | Contribuição social diferido | 168 | 168 | 3.788 | 3.788 |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | (601) | (601) | (1.489) | (1.489) |
| 3.12.01 | Participações | (601) | (601) | (1.489) | (1.489) |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Período | 80.519 | 80.519 | 48.457 | 48.457 |
| | NÚMERO AÇÕES: EX-TESOURARIA (Unidades) | 77.855.299 | 77.855.299 | 77.855.299 | 77.855.299 |
| | LUCRO POR AÇÃO (Reais) | 1,03421 | 1,03421 | 0,62240 | 0,62240 |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais) | | | | |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2006 a 31/03/2009 | 4 - 01/01/2009 a 31/03/2009 | 5 - 01/01/2008 a 31/03/2008 | 6 - 01/01/2008 a 31/03/2008 |
|------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 4.01 | Caixa Líquido Atividades Operacionais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4.01.01 | Caixa Gerado nas Operações | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4.01.02 | Variações nos Ativos e Passivos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4.01.03 | Outros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4.02 | Caixa Líquido Atividades de Investimento | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4.03 | Caixa Líquido Atividades Financiamento | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4.04 | Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4.05 | Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4.05.01 | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4.05.02 | Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 0 | 0 | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária

Data-Base - 31/03/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|----------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|
| 5.01 | Saldo Inicial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Saldo Ajustado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Lucro / Prejuízo do Período | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05.01 | Dividendos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05.02 | Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05.03 | Outras Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Realização de Reservas de Lucros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.01 | Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.02 | Ajustes Acumulados de Conversão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.03 | Ajustes de Combinação de Negócios | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.09 | Constituição/Realização Reservas Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.10 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.11 | Outras Transações de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.12 | Outros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.13 | Saldo Final | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------------|--|--------------------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM 01486-9 | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 3 - CNPJ 07.047.251/0001-70 |
|---------------------------|--|--------------------------------|

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|
| 5.01 | Saldo Inicial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Saldo Ajustado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Lucro / Prejuízo do Período | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05.01 | Dividendos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05.02 | Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05.03 | Outras Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Realização de Reservas de Lucros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.01 | Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.02 | Ajustes Acumulados de Conversão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07.03 | Ajustes de Combinação de Negócios | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.09 | Constituição/Realização Reservas Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.10 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.11 | Outras Transações de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.12 | Outros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.13 | Saldo Final | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Investluz S/A, e concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Companhia tem como área de concessão todo o Estado do Ceará, atendendo aproximadamente 2.667mil e um quadro de 1.260 empregados em 31 de março de 2009. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com prazo de 30 anos, com vencimento para 12 de maio de 2028.

2. Apresentação das informações trimestrais

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações trimestrais são consistentes com as práticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008.

Para fins de melhor apresentação e manutenção da comparabilidade, as informações trimestrais findas em 31 de março de 2008 foram reclassificadas, quando aplicável.

| | 31/03/2008 | |
|---------------------------------|------------|----------------|
| | Publicado | Reclassificado |
| Demonstração do resultado | | |
| Custo operacional | | |
| Pessoal | (16.010) | (17.004) |
| Entidade de previdência privada | (2.150) | (1.156) |
| Outras receitas operacionais | 20.092 | 20.623 |
| Outras despesas operacionais | (599) | (1.834) |
| Receitas não operacionais | 531 | - |
| Despesas não operacionais | (1.235) | - |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Algumas práticas contábeis foram introduzidas, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, como decorrência da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08. Entretanto, a demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentada para fins comparativos em conjunto com as informações do trimestre corrente, não incluiu os seguintes principais ajustes, como facultado pelo ofício circular CVM nº 02/09, uma vez que os correspondentes lançamentos foram efetuados quando do encerramento do exercício:

O incentivo fiscal ADENE, no montante de, aproximadamente, R\$ 17.800 em 31 de março de 2008, foi, posteriormente, contabilizado no resultado do exercício de 2008, em atendimento à Deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008.

Os saldos registrados, em 31 de março de 2008, no ativo diferido, no montante global de R\$ 9.169, foram, posteriormente, baixados no exercício de 2008.

3. Disponibilidades

As aplicações financeiras estão relacionadas a certificados de depósitos bancários vinculados ao CDI (Certificado de depósito intercalado) e fundos mútuos de renda fixa com remuneração diária. Apesar de algumas aplicações estarem contratadas com vencimento superior a 12 meses, não há restrições para seu resgate imediato.

| Banco | Tipo | Vencimento | Taxa | 31/03/09 | 31/12/08 |
|----------------------------------|-----------------------|------------|---------------|---------------|---------------|
| VOTORANTIM | Fundo de Investimento | - | Cotas diárias | | 2 |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 11/10/2010 | 100,80% CDI | 7 | 9 |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 24/07/2010 | 103,00% CDI | 10 | 21 |
| VOTORANTIM | CDB/DI | 06/04/2009 | 40,00% CDI | 4.000 | - |
| BRABESCO | Fundo de Investimento | - | Cotas diárias | 10.512 | - |
| CONTAS CORRENTES | - | - | - | 10.713 | 15.806 |
| Total de disponibilidades | | | | 25.242 | 15.838 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Consumidores, concessionários e permissionários

A composição das contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários é como segue:

| Descrição | 31/03/09 | 31/12/08 |
|---|----------------|----------------|
| Consumidores | 416.068 | 430.917 |
| Faturados | 344.591 | 353.646 |
| Não faturados | 71.477 | 77.271 |
| Fornecimento | 71.244 | 76.804 |
| Ativos regulatórios | 233 | 467 |
| Concessionários e permissionários | 5.989 | 4.678 |
| Comercialização no âmbito da CCEE (b) | 17.668 | 15.311 |
| Total de consumidores, concessionários e permissionários (a) | 439.725 | 450.906 |
| Circulante | 404.219 | 416.909 |
| Não Circulante | 35.506 | 33.997 |

a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

| Classe de consumidores | Vencidos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Valor bruto | | Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | Total | |
|--|----------------|----------------------|-----------------------------|----------------|----------------|---|-----------------|----------------|----------------|
| | | | | 31/03/09 | 31/12/08 | 31/03/09 | 31/12/08 | 31/03/09 | 31/12/08 |
| Circulante - | | | | | | | | | |
| Residencial | 49.052 | 31.726 | 14.534 | 95.312 | 92.237 | (16.796) | (16.494) | 78.546 | 75.743 |
| Industrial | 11.735 | 6.387 | 4.765 | 22.887 | 23.402 | (5.672) | (5.608) | 17.215 | 17.794 |
| Comercial | 11.517 | 9.647 | 10.280 | 31.444 | 34.399 | (11.389) | (11.090) | 20.055 | 23.309 |
| Rural | 10.362 | 6.055 | 2.303 | 18.720 | 21.879 | (1.949) | (1.792) | 16.771 | 20.087 |
| Poder público | | | | | | | | | |
| Federal | 2.478 | 285 | 25 | 2.788 | 2.718 | (8) | (6) | 2.780 | 2.712 |
| Estadual | 3.028 | 653 | 40 | 3.721 | 3.609 | (13) | (13) | 3.708 | 3.596 |
| Municipal | 6.241 | 2.349 | 6.406 | 14.996 | 14.798 | (5.644) | (3.934) | 9.352 | 10.864 |
| Iluminação pública | 4.439 | 1.403 | 1.060 | 6.902 | 6.613 | (308) | (497) | 6.594 | 6.116 |
| Serviço público | 5.182 | 304 | 337 | 5.823 | 6.330 | (660) | (622) | 5.163 | 5.717 |
| Subtotal | 104.034 | 58.809 | 39.750 | 202.593 | 205.994 | (42.409) | (40.056) | 160.184 | 165.938 |
| Comercialização na CCEE (b) | 4.751 | - | - | 4.751 | 2.394 | - | - | 4.751 | 2.394 |
| Consumidores livres | 5.989 | - | - | 5.989 | 4.678 | - | - | 5.989 | 4.678 |
| Não faturado | 71.244 | - | - | 71.244 | 76.804 | - | - | 71.244 | 76.804 |
| Parcelamento de débitos | 37.929 | - | - | 37.929 | 44.946 | (6.328) | (6.767) | 31.601 | 38.179 |
| Outros créditos | 13.766 | 2.220 | 1.290 | 17.276 | 17.653 | (534) | (778) | 16.742 | 16.875 |
| Fineango emergencial (c) | - | 1.503 | 1.016 | 2.519 | 2.523 | - | - | 2.519 | 2.523 |
| Créditos junto a clientes com ações (d) judiciais | 28.481 | 1.966 | 31.238 | 61.685 | 61.450 | (46.359) | (46.168) | 15.326 | 15.282 |
| Ativos regulatórios-Transmissoras (nota 6) | 233 | - | - | 233 | 467 | - | - | 233 | 467 |
| | 162.393 | 5.689 | 33.544 | 201.626 | 210.915 | (53.221) | (53.713) | 148.405 | 157.202 |
| Total Circulante | 266.427 | 64.498 | 73.294 | 404.219 | 416.909 | (95.630) | (93.769) | 308.589 | 323.140 |
| Não Circulante | | | | | | | | | |
| Comercialização na CCEE (b)(*) | - | - | 12.917 | 12.917 | 12.917 | - | - | 12.917 | 12.917 |
| Parcelamento de débito | 22.589 | - | - | 22.589 | 21.080 | (3.769) | (3.174) | 18.820 | 17.906 |
| Total não Circulante | 22.589 | - | 12.917 | 35.506 | 33.997 | (3.769) | (3.174) | 31.737 | 30.823 |
| Total consumidores, concessionários e permissionários | 289.016 | 64.498 | 86.211 | 439.725 | 450.906 | (99.399) | (96.943) | 340.326 | 353.963 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Comercialização no âmbito da CCEE

| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | 31/03/09 | 31/12/08 |
|---|----------------------|----------------------|
| Valores a receber - setembro/2000 a dezembro/2002 | | |
| Valor em litígio - Liminares (*) | 12.917 | 12.917 |
| Valores negociados | - | - |
| Valores com a exigibilidade suspensa (**) | 2.372 | 2.372 |
| Valores a receber - Energia curto prazo do período | <u>2.379</u> | <u>22</u> |
| Total comercialização no âmbito da CCEE | <u>17.668</u> | <u>15.311</u> |
| Circulante | 4.751 | 2.394 |
| Não circulante | 12.917 | 12.917 |

(*) O montante de R\$ 12.917, registrado no não circulante, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

(**) O montante de R\$ 2.372, referente a venda de energia efetuadas na CCEE às empresas AES sul (R\$ 2.031) e DFESA (R\$ 341), encontra-se com a exigibilidade suspensa.

c) Encargo emergencial

Com o objetivo de cobrir os custos com a contratação de capacidade de geração ou de potência de usinas emergenciais e aquisição de energia das mesmas, foram instituídos o “encargo de capacidade emergencial” e o “encargo de aquisição emergencial”. Estes encargos deveriam ser repassados mensalmente a CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial.

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Créditos junto a clientes com ações judiciais

O montante de R\$ 61.685 (R\$ 61.450 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$ 23.072 (R\$ 22.497 em 31 de dezembro de 2008) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a esses processos.

5. Ativos e passivos regulatórios

| Descrição | 31/03/09 | | 31/12/08 | |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Ativos regulatórios: | | | | |
| a. Consumidores e revendedores | | | | |
| Ativo regulatório transmissoras | 233 | - | 467 | - |
| | 233 | - | 467 | - |
| b. Despesas pagas antecipadamente - CVA (nota 10) | | | | |
| CVA - Conta consumo de combustível | 11.630 | - | 7.857 | 7.849 |
| CVA - Conta de desenvolvimento energético | 458 | - | 83 | 4 |
| CVA - Uso da rede elétrica- rede básica | 9.892 | - | 4.825 | 2.808 |
| CVA - Encargo de serviço do sistema | 26.740 | - | 19.641 | 6.820 |
| CVA - Compra de energia | 46.697 | 80.987 | 52.282 | 89.669 |
| CVA - PROINFA | 4.483 | - | 1.239 | 46 |
| | 99.900 | 80.987 | 85.927 | 107.196 |
| Passivo regulatórios: | | | | |
| a. Outros passivos (nota 23) | | | | |
| a1. CVA | | | | |
| CVA - Sobrecontratação - excedente 3% | 10.303 | - | 10.948 | - |
| a2. Reposicionamento revisão tarifária | 718 | - | 3.791 | - |
| a3. Passivo regulatório-Transmissoras | 933 | - | 1.167 | - |
| a4. Passivo regulatório - Parcela A | 2.466 | - | 2.463 | - |
| | 14.420 | - | 18.369 | - |

Ativos regulatórios

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Consumidores e revendedores

Ativo regulatório transmissoras

Com base no Ofício Circular nº 2.409/2007, a Companhia registrou um ativo regulatório que se refere a valores recebidos a maior pelas transmissoras em seu processo de revisão tarifária. Tais valores foram considerados como custo na Parcela “A” das distribuidoras. O montante em 31 de março de 2009 é R\$ 233.

b) Despesas pagas antecipadamente

Conta de variação de custos da parcela A-CVA

Esta conta destina-se ao registro da compensação de diferenças, calculadas comparando o valor considerado na tarifa e seu efetivo pagamento do ano em curso. Os itens, cujas variações seriam compensadas, foram:

- Quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- Encargos de serviços de sistema – ESS;
- Conta de desenvolvimento energético – CDE;
- Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – PROINFA;
- Compra de energia.

Os saldos apurados nas CVA's, em obediência à legislação, estão acrescidos de remuneração financeira baseada na taxa SELIC.

CVA – Compra de energia

A CVA sobre os custos de aquisição de energia elétrica, ou seja, de compra de energia foi instituída através da Portaria Interministerial nº 361, do Ministério da Fazenda, de 26 de novembro de 2004. A Resolução Normativa nº 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu critérios e procedimentos para cálculo e repasse, às tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição.

Por ocasião do reajuste tarifário ordinário da Companhia de abril de 2005, o Grupo Endesa apresentou à ANEEL proposta de diferimento de uma parcela do preço da energia do contrato da Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF com a COELCE.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Referido diferimento foi proposto visto o reflexo que o reconhecimento dos custos de compra de energia da CGTF geraria no reajuste tarifário de abril-05, e considerando que esse custo poderia ser minimizado com o efeito do crescimento do mercado previsto para os próximos anos.

A proposta apresentada teve aprovação da ANEEL e em decorrência desse fato, foi firmado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Compra de Energia, conforme condições descritas a seguir:

1. Período de diferimento de pagamento de 01/maio/05 a 30/abril/07;
2. CGTF emitirá mensalmente sua fatura com o valor ao preço de contrato (faturamento sem diferimento de pagamento);
3. O diferimento de pagamento corresponde ao montante de energia mensal contratado multiplicado pelo valor resultante da diferença do preço do contrato para o valor de 128,00 MWh;
4. O preço a ser reconhecido na tarifa de fornecimento da COELCE será de 123,74 R\$/MWh. A diferença entre o preço pago e de repasse para a tarifa mantém as mesmas condições atuais do contrato;
5. O valor diferido constituirá um passivo da COELCE para com a CGTF que será pago no período de maio/2007 a abril/2012, cinco anos;
6. A companhia constituiria um ativo regulatório a ser repassado aos clientes no mesmo período de recomposição do passivo;
7. O passivo não terá nenhum encargo financeiro, sendo atualizado pelo mesmo percentual de reajuste do preço de compra;
8. Os preços serão atualizados nas condições e data estabelecida no contrato.

CVA PROINFA

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, instituiu o programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação no sistema elétrico interligado nacional, da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa.

Através da Resolução Normativa ANEEL nº 189, de 06 de dezembro de 2005, foi instituída a CVA PROINFA para apurar e contabilizar os valores decorrentes de variações das quotas de custeio do referido encargo, ocorridas entre reajustes tarifários anuais, a partir de 30 de novembro de 2005.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CVA ESS

O encargo de serviço de sistema por razão de segurança energética tem a finalidade de subsidiar a manutenção da confiabilidade e estabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional.

Segue quadro demonstrativo com a movimentação das CVA's em 31 de março de 2009:

| Descrição | 31/12/2008 | Adição | Remuneração | Amortização | 31/03/2009 |
|---|----------------|----------------|-------------|-----------------|----------------|
| Ativos | | | | | |
| CVA - Conta consumo de combustível | 15.706 | (2.065) | 404 | (2.415) | 11.630 |
| CVA - Conta de desenvolvimento energético | 87 | 388 | 4 | (21) | 458 |
| CVA - Uso da rede elétrica | 7.633 | 3.333 | 204 | (1.278) | 9.892 |
| CVA - Encargo de serviço do sistema | 26.461 | (530) | 809 | | 26.740 |
| CVA - Compra de Energia | 141.951 | (5.571) | (858) | (7.838) | 127.684 |
| CVA - PROINFA | 1.285 | 3.443 | 38 | (283) | 4.483 |
| | 193.123 | (1.002) | 601 | (11.835) | 180.887 |
| Passivos | | | | | |
| Parcela A | 2.463 | - | 3 | - | 2.466 |
| CVA - Sobrecontratação - 3% excedente | 10.948 | (645) | - | - | 10.303 |
| | 13.411 | (645) | 3 | - | 12.769 |

Passivos regulatórios:

a1. CVA - Sobrecontratação - 3% excedente da compra de energia

A Lei nº 10.848/04 e o Decreto nº 5.163/04 definiram as condições de contratação de energia por parte das distribuidoras de energia elétrica nos leilões regulados e a forma de repasse desses custos às tarifas de fornecimento. Conforme referida legislação, as distribuidoras têm assegurado o direito de recuperar, mediante tarifa, as sobras de energia de até 3% em relação ao total da energia necessária ao atendimento de seu mercado.

a2. Reposicionamento revisão tarifária

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na revisão tarifária provisória, ocorrida em 22 de abril de 2007, o valor estabelecido para quota de reintegração foi de R\$ 111.446. Em outubro de 2007 a ANEEL procedeu a fiscalização da base de remuneração tendo emitido o relatório de fiscalização - R.F 199/07 onde registrou o valor de R\$ 97.086 de quota de reintegração. Esta redução foi decorrente da retirada dos bens totalmente depreciados na composição do ativo imobilizado em serviço. O saldo em 31 de março é de R\$ 718.

a3. Passivo regulatório - transmissoras

Com base no Ofício Circular nº 2.409/2007 a Companhia registrou um passivo regulatório que se refere ao ativo financeiro (ver nota a2) que foi contemplado na Parcela "A" da tarifa cobrada de consumidores. O saldo em 31 de março de 2009 era de 933.

a4. Parcela A – Extraordinária

Com o término do prazo de 76 meses para recompor a receita das Perdas do Racionamento e a Energia Livre das Geradoras, iniciou-se a recuperação da parcela A – extraordinária através do adicional tarifário de 2,9% e 7,9%. A companhia recuperou todo o valor da parcela A durante o ano de 2008 e reclassificou para o passivo o excedente de recuperação para devolução aos consumidores no próximo reajuste tarifário.

6. Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

O crédito a receber de consumidores residenciais baixa renda é calculado pela Companhia e submetido, mensalmente, à apreciação e homologação da ANEEL, conforme determina a Resolução nº 089, de 25 de outubro de 2004. O saldo em 31 de março de 2009 é de R\$ 61.211.

Provisão devolução baixa renda

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com as novas diretrizes estabelecidas pelo Órgão Regulador, a Companhia constituiu provisão de R\$ 24.219 (efetuou provisão complementar de R\$ 2.200 em março de 2009) para cobrir diferenças de valores homologados e recebidos em períodos anteriores em virtude de reclassificações de consumidores beneficiados com o subsídio.

7. Tributos a compensar

| | 31/03/09 | | 31/12/08 | |
|--------------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Imposto de renda a compensar | 13.951 | - | 13.896 | - |
| ICMS a compensar | 35.251 | 51.172 | 30.841 | 52.834 |
| Contribuição social a compensar | 2.415 | - | 2.415 | - |
| Pis e Cofins | 703 | - | 703 | - |
| Outros tributos | 977 | - | 966 | - |
| Total de tributos a compensar | 53.297 | 51.172 | 48.821 | 52.834 |

O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte – IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e o saldo do imposto de renda antecipado relativo ao ano calendário de 2006, 2007 e 2008.

A partir de janeiro de 2001, a Companhia passou a contabilizar em tributos e contribuições sociais compensáveis os créditos de ICMS vinculados ao ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos.

Adicionalmente, consta desta conta valores relativos à aquisição de ICMS por meio de transferência de créditos de empresas exportadoras bem como créditos de ICMS das compras de energia e importação.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da CSLL antecipado relativo ao ano calendário de 2006 e 2007, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

8. Depósitos vinculados

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Bancos | 31/03/09 | | 31/12/08 | |
|-----------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Bradesco | - | 14.692 | - | 11.218 |
| Unibanco | - | 177 | - | 177 |
| Itaú | - | 778 | - | 756 |
| Banco do Brasil | 19.571 | 2.250 | 18.777 | 2.250 |
| Outros bancos | - | 20 | - | 20 |
| Total depósitos vinculados | 19.571 | 17.917 | 18.777 | 14.421 |

Estes depósitos correspondem a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica. Os depósitos do Banco do Brasil referem-se às retenções contratuais de fornecedores de serviços e garantia de contrato de financiamento.

9. Tributos diferidos

Ativo diferido

A Companhia possui créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, cuja composição está demonstrada a seguir:

| | PIS/COFINS | | Imposto de Renda | | Contribuição Social | | TOTAL | |
|---|--------------|-----------------------------|------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------|-----------------------------|
| | 31/03/09 | 31/12/2008 (reclassificado) | 31/03/09 | 31/12/08 | 31/03/09 | 31/12/08 | 31/03/09 | 31/12/2008 (reclassificado) |
| Diferenças temporárias | | | | | | | | |
| Provisão para contingências | - | - | 13.104 | 13.414 | 4.717 | 4.829 | 17.821 | 18.243 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | 24.850 | 24.236 | 8.946 | 8.725 | 33.796 | 32.961 |
| Provisão para obsolescência de estoque | - | - | 1.010 | 1.010 | 364 | 364 | 1.374 | 1.374 |
| Despesa diferida PIS/COFINS | - | - | 2.865 | 3.124 | 1.288 | 1.381 | 4.153 | 4.505 |
| Provisão baixa renda | 2.241 | 3.325 | 5.495 | 8.155 | 1.978 | 2.935 | 9.714 | 14.415 |
| Outros | 66 | 351 | 1.721 | 2.490 | 460 | 736 | 2.247 | 3.577 |
| Total tributos diferidos | 2.307 | 3.676 | 49.045 | 52.429 | 17.753 | 18.970 | 69.105 | 75.075 |
| Circulante | | | | | | | 46.496 | 51.975 |
| Não circulante | | | | | | | 22.609 | 23.100 |

Atendendo às normas da Instrução CVM nº 371, de 25 de junho de 2002, a Companhia, com base nas projeções de resultados futuros, demonstra as parcelas de realização do ativo fiscal diferido em 31 de março de 2009 para o período de cinco anos como segue:

| Anos de realização | Montante a realizar |
|--------------------|---------------------|
| 2009 | 46.496 |
| 2010 | 8.148 |
| 2011 | 8.148 |
| 2012 | 6.313 |
| 2013 | 0 |
| | 69.105 |

15/06/2009 14:26:39

Pág: 24

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Passivo diferido

A composição do imposto de renda, da contribuição social, do PIS e COFINS diferidos passivos, em 31 de março de 2009, por natureza, está demonstrada como segue:

| | PIS/COFINS | | Imposto de Renda | | Contribuição Social | | Total | |
|--|---------------|--------------------------------|------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------|--------------------------------|
| | 31/03/09 | 31/12/2008 (reclassificado) | 31/03/09 | 31/12/08 | 31/03/09 | 31/12/08 | 31/03/09 | 31/12/2008 (reclassificado) |
| Correção monetária especial (CMF) e complementar (CMC) | - | - | 1.432 | 1.507 | 2.418 | 2.521 | 3.850 | 4.028 |
| CVA Compra de energia | 11.811 | 13.131 | 31.775 | 35.341 | 11.451 | 12.735 | 55.037 | 61.207 |
| Total passivo diferido | 11.811 | 13.131 | 33.207 | 36.848 | 13.869 | 15.256 | 58.887 | 65.235 |
| Circulante | | | | | | | 24.039 | 26.632 |
| Não Circulante | | | | | | | 34.848 | 38.603 |

Em consonância com a Instrução CVM 371/02 e a Deliberação CVM nº 273/98, a Companhia tem registrado o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos calculados sobre o saldo a ser depreciado da correção monetária especial.

10. Despesas pagas antecipadamente

| | 31/03/09 | | 31/12/08 | |
|--|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Ativos regulatórios (nota 6b-ativos) | 99.900 | 80.987 | 85.927 | 107.196 |
| Seguros e outros | 1.442 | 1.424 | 1.912 | 1.424 |
| Total de despesas pagas antecipadamente | 101.342 | 82.411 | 87.839 | 108.620 |

11. Outros créditos

| | 31/03/09 | 31/12/08 |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Alienação de bens e direitos | 1.592 | 1.888 |
| Convênios de arrecadação | 6.388 | 4.132 |
| Desativações em curso | 6.261 | 5.486 |
| Serviços a terceiros | 13.924 | 14.590 |
| Clientes sem pagamento | 1.227 | 1.220 |
| Outros | 1.983 | 2.500 |
| Total | 31.375 | 29.816 |
| 15/06/2009 14:26:39 | | |
| Circulante | 31.095 | 29.536 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Intangível

O intangível é composto por software do sistema corporativo e está distribuído da seguinte forma:

| | | | 31/03/09 | 31/12/08 |
|----------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------------|---------------|
| | Taxas anuais de amortização | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido |
| Em serviço: | | | | |
| - Intangível | 20% | | | |
| Distribuição | | 29.669 | (24.586) | 5.083 |
| Comercialização | | 10.410 | (9.680) | 730 |
| Administração | | 17.564 | (15.354) | 2.210 |
| | | 57.643 | (49.620) | 8.023 |
| Em Curso: | | | | |
| - Intangível | | | | |
| Distribuição | | 1.649 | - | 1.649 |
| Comercialização | | 2.999 | - | 2.999 |
| Administração | | 525 | - | 525 |
| | | 5.173 | - | 5.173 |
| Total do intangível | | 62.816 | (49.620) | 13.196 |

13. Imobilizado

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | | | | 31/03/09 | 31/12/08 |
|---|-----------------------------------|--------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|
| | Taxas anuais de depreciação | Custo histórico | Depreciação do custo histórico | Valor líquido | Valor líquido |
| Em serviço: | | | | | |
| - Distribuição | 4,73% | | | | |
| Terrenos | | 7.312 | - | 7.312 | 6.761 |
| Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias | | 40.629 | (24.880) | 15.749 | 15.225 |
| Máquinas e Equipamentos | | 3.014.367 | (1.024.703) | 1.989.664 | 1.947.880 |
| Veículos | | 1.750 | (1.750) | - | - |
| Móveis e Utensílios | | 5.692 | (2.842) | 2.850 | 2.953 |
| | | 3.069.750 | (1.054.175) | 2.015.575 | 1.972.819 |
| - Comercialização | 7,82% | | | | |
| Terrenos | | - | - | - | - |
| Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias | | 979 | (78) | 901 | 889 |
| Máquinas e Equipamentos | | 16.168 | (3.367) | 12.801 | 13.063 |
| Móveis e Utensílios | | 4.479 | (714) | 3.765 | 3.875 |
| | | 21.626 | (4.159) | 17.467 | 17.827 |
| - Administração | 11,74% | | | | |
| Terrenos | | 529 | - | 529 | 529 |
| Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias | | 6.765 | (6.322) | 443 | 449 |
| Máquinas e Equipamentos | | 13.784 | (8.491) | 5.293 | 4.705 |
| Veículos | | 780 | (386) | 394 | 99 |
| Móveis e Utensílios | | 3.362 | (2.287) | 1.075 | 1.111 |
| | | 25.220 | (17.486) | 7.734 | 6.893 |
| Total imobilizado em serviço | | 3.116.596 | (1.075.820) | 2.040.776 | 1.997.539 |
| Em Curso: | | | | | |
| Distribuição | | 285.860 | - | 285.860 | 266.998 |
| Comercialização | | 2.813 | - | 2.813 | 2.177 |
| Administração | | 4.031 | - | 4.031 | 5.526 |
| Total imobilizado em curso | | 292.704 | - | 292.704 | 274.701 |
| Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | | | | | |
| Custo histórico - Ágio | 5,66% | 527.060 | (399.218) | 127.842 | 131.267 |
| Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | | (731.784) | 41.010 | (690.774) | (680.828) |
| Total do imobilizado | | 3.204.576 | (1.434.028) | 1.770.548 | 1.722.679 |

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a resolução ANEEL nº240 de 05 de dezembro de 2006, são as seguintes:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Distribuição | Taxas anuais de depreciação (%) |
|--|--|
| Banco de capacitores - tensão < 69KV | 6,7% |
| Chave - tensão < 69KV | 6,7% |
| Condutor - tensão < 69KV | 5,0% |
| Disjuntor | 3,0% |
| Estrutura (poste, torre) - tensão < 69KV | 5,0% |
| Luminária | 7,7% |
| Regulador de tensão- tensão < 69KV | 4,8% |
| Sistema de radiocomunicação | 7,1% |
| Transformador de distribuição | 5,0% |
| Transformador de força | 2,5% |
| Comercialização | |
| Equipamento geral | 10,0% |
| Medidor | 4,0% |
| Administração central | |
| Equipamento geral | 10,0% |
| Veículos | 20,0% |

O ativo imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica e das instalações referentes às áreas comercial e administrativa.

Os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador, ANEEL.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. O montante total de bens associados à concessão é de R\$ 1.996.976. Extinta a concessão, os bens vinculados ao serviço serão revertidos a União, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devido à concessionária pelo valor residual contábil.

Programa de universalização

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223 estabelecendo as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013 como limite para que a Companhia atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. Em dezembro de 2005, com a Resolução ANEEL nº 175, foi antecipada a universalização do serviço de energia para o ano de 2008, tanto da área rural como urbana.

O Decreto Federal nº 6.442 de 25 de abril de 2008 estendeu a universalização até 2010, estando afetada as mudanças da resolução nº 175 sujeita ao cumprimento de metas da distribuidora.

Programa luz para todos

No dia 11 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4.873 que institui o programa nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica denominado “Programa luz para todos”.

No dia 25 de abril de 2008, foi publicado o Decreto Federal nº 6.442, alterando o Decreto Federal nº 4.873, prorrogando o prazo do Programa Luz Para Todos até 2010, onde o Ministério de Minas definirá as metas e os prazos de encerramento do programa, em cada Estado ou por área de concessão.

O Programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e operacionalizado com a participação da Eletrobrás e das concessionárias de energia. Para realização do programa, a Companhia conta com recursos do Governo Federal (75%), Governo Estadual (10%) e próprios (15%).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor de R\$ 159.637 registrado no ativo circulante como crédito luz para todos refere-se a investimentos realizados pela Companhia, os quais ainda não foram repassados pelo Governo Federal.

Os recursos permitiram conectar 23.410 clientes em 2008, com expansão de 4.236,09 km da rede de média tensão e 1.473,48 km de baixa tensão.

Em virtude do Decreto Federal 6.442, a Companhia apresentou ao Ministério de Minas e Energia proposta para conclusão do Programa Luz para Todos através da realização de 26.000 novas ligações em 2009 e mais 26.000 ligações em 2010.

Os investimentos futuros previstos totalizam R\$ 335.226, com o atendimento de 49.766 unidades consumidoras.

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica SA, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999 está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução nº 269, de 15 de setembro de 1999, da ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

| Ano | Fator de amortização | Ano | Fator de amortização | Ano | Fator de amortização |
|------|----------------------|------|----------------------|------|----------------------|
| 2009 | 0,05192 | 2017 | 0,02555 | 2025 | 0,01257 |
| 2010 | 0,04752 | 2018 | 0,02338 | 2026 | 0,01151 |
| 2011 | 0,04349 | 2019 | 0,02140 | 2027 | 0,01053 |
| 2012 | 0,03980 | 2020 | 0,01958 | | |
| 2013 | 0,03642 | 2021 | 0,01792 | | |
| 2014 | 0,03333 | 2022 | 0,01640 | | |
| 2015 | 0,03051 | 2023 | 0,01501 | | |
| 2016 | 0,02792 | 2024 | 0,01374 | | |

Tal amortização poderá ser revisada anualmente, a critério da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, em função dos resultados realizados comparativamente aos dados projetados. O saldo em 31 de março de 2009 é de R\$ 127.842.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

| <u>Ágio - Ativo imobilizado em serviço</u> | <u>31/03/09</u> | <u>31/12/08</u> |
|--|-----------------|-----------------|
| Ágio da incorporação | 775.960 | 775.960 |
| Amortização acumulada | (399.218) | (389.146) |
| Provisão sobre o ágio | (429.365) | (429.365) |
| Reversão da provisão sobre o ágio | 180.465 | 173.818 |
| Saldo do ágio - Ativo imobilizado | 127.842 | 131.267 |

| <u>Reserva de capital</u> | <u>31/03/09</u> | <u>31/12/08</u> |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Ágio da incorporação | 775.960 | 775.960 |
| (-) Desdobramento e resgate de ações | (125.407) | (125.407) |
| Provisão sobre o ágio | (429.365) | (429.365) |
| Saldo reserva de capital | 221.188 | 221.188 |

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A partir de 1º de janeiro de 1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

| | 31/03/09 | 31/12/2008 (reclassificado) |
|--------------------------------------|------------------|--------------------------------|
| Contribuições de Consumidores | (257.750) | (256.192) |
| Participação da União | (15.950) | (15.950) |
| Doações e Subvenções | (372.812) | (358.267) |
| Universalização | (84.608) | (84.608) |
| Outras | (664) | (663) |
| (-) Depreciação | 41.010 | 34.852 |
| Total de obrigações especiais | (690.774) | (680.828) |

As contribuições de consumidores se referem aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

A participação da União se refere às verbas federais recebidas para execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica.

As doações e subvenções se referem às obras construídas por terceiros e doadas para a Companhia, com vistas à expansão do serviço público de energia elétrica.

De acordo com o Ofício Circular nº 296, de fevereiro de 2007, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica deverão proceder à anulação dos efeitos da reintegração no resultado contábil, a partir do exercício de 2007, decorrentes de bens constituídos ao longo dos anos com recursos das obrigações especiais registrados nas contas de programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento e universalização do serviço público de energia elétrica.

Após a revisão tarifária do 2º ciclo, a companhia iniciou a depreciação dos bens constituídos com os recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação, de acordo com o estabelecido no Despacho nº 3.073/2006.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Fornecedores

A composição do saldo em 31 de março de 2008 é como segue:

| | 31/03/09 | 31/12/08 |
|--|----------------|----------------|
| Suprimento de energia | | |
| Passivos regulatórios (nota 6a - passivos) | - | - |
| Cia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf | 11.918 | 13.879 |
| Furnas Centrais Elétricas S/A | 14.016 | 16.198 |
| Companhia Energética de São Paulo- CESP | 5.129 | 5.689 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE | 4.557 | 5.196 |
| Copel Geração S.A- COPEL | 3.389 | 3.797 |
| CEMIG - Geração e Transmissão S.A | 3.914 | 3.186 |
| Duke Energy Inter. Ger. Parapanema | 1.205 | 1.411 |
| CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica | 1.121 | 1.229 |
| Outros fornecedores | 13.070 | 15.420 |
| Materiais e serviços | 62.454 | 91.577 |
| Total de fornecedores | 120.773 | 157.582 |

15. Tributos e contribuições sociais

| | 31/03/09 | | 31/12/08 | |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| ICMS | 25.998 | - | 28.752 | - |
| Contribuições sociais | 5.942 | - | 4.779 | - |
| PIS | 2.506 | 640 | 1.905 | 640 |
| COFINS | 12.267 | 7.758 | 9.604 | 7.758 |
| Outros tributos e contribuições | 4.409 | 23 | 3.316 | 23 |
| Total de tributos e contribuições sociais | 51.122 | 8.421 | 48.356 | 8.421 |

Os saldos de PIS e COFINS se devem, principalmente, ao fato de ter sido proferida decisão administrativa desfavorável à Companhia em relação ao pedido de compensação de valores de multas pagas espontaneamente com valores de PIS, COFINS e IRPJ no ano de 1999. A partir desta decisão desfavorável, a Companhia optou por parcelar o valor devido, R\$ 15.416, em 60 vezes, pagas mensalmente e atualizadas pela taxa SELIC.

16. Empréstimos e financiamentos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | 31/03/09 | | | 31/12/08 | | |
|---|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | Principal | | Não Circulante | Principal | | Não Circulante |
| | Encargos | Circulante | | Encargos | Circulante | |
| Moeda estrangeira: | | | | | | |
| União Federal - DMLP (agente financeiro Banco do Brasil) (a) | 238 | 778 | 8.778 | 110 | 785 | 8.860 |
| Banco Europeu de Investimentos (b) | 3.353 | 19.292 | 57.880 | 2.326 | 19.475 | 58.425 |
| Total moeda estrangeira | 3.591 | 20.070 | 66.658 | 2.436 | 20.260 | 67.285 |
| Moeda nacional: | | | | | | |
| Eletrobras (c,d,e,f,g,h,i) | 13 | 13.589 | 67.474 | 12 | 12.045 | 57.166 |
| União Federal - Lei 8.727 (Agente financeiro Banco do Brasil) (j,k) | 309 | 7.819 | 31.275 | 319 | 7.667 | 32.584 |
| Banco do Brasil (BB Fat Fomentar) (l) | 26 | 357 | 16.791 | 28 | - | 16.890 |
| Banco do Nordeste - Proinf (m,n) | 181 | 25.015 | 157.632 | 161 | 18.618 | 167.539 |
| BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (o) | 2.053 | 9.514 | 180.766 | 1.662 | - | 140.184 |
| Nota Promissória - SAFRA (p) | 11.750 | 122.500 | - | 7.670 | 122.500 | - |
| Nota Promissória - SANTANDER (p) | 11.750 | 122.500 | - | 7.670 | 122.500 | - |
| Conta Garantida Santander | - | - | - | 16 | 26.500 | - |
| Total moeda nacional | 26.082 | 301.294 | 453.938 | 17.538 | 309.830 | 414.363 |
| Custos de transação | - | (1.038) | (1.479) | - | (1.424) | (1.569) |
| Total moeda nacional líquido dos custos de transação | 26.082 | 300.256 | 452.459 | 17.538 | 308.406 | 412.794 |
| Total sem efeito do Swap | 29.673 | 320.326 | 519.117 | 19.974 | 328.666 | 480.079 |
| Resultado das operações de Swap | - | 4.244 | 9.054 | - | 3.564 | 9.866 |
| | 29.673 | 324.570 | 528.171 | 19.974 | 332.230 | 489.945 |

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

- União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – DMLPs – Confissão de dívida com a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 07 (sete) subcréditos, remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos) – (1) Bônus de Desconto, com encargos a Libor semestral mais spread 13/16 de 1% aa, com vencimentos semestrais consecutivos de juros. O principal tem vencimento único em 11 de abril de 2024; (2) Bônus ao Par, com encargos de 6% aa, com vencimentos semestrais consecutivos de juros. O principal tem vencimento único em 11 de abril de 2024; (3) Bônus de Redução Temporária de Juros, com encargos a Libor semestral mais spread 13/16 de 1% aa, com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo sido liquidada em 10 de abril de 2009; (4) Bônus de Capitalização, com encargos de 8% aa, com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo com última amortização prevista para 10 de abril de 2014; (5) Bônus de Conversão da Dívida, com encargos a Libor semestral mais spread 7/8 de 1% aa, com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo com última amortização prevista para 12 de abril de 2012; (6) Bônus de Dinheiro Novo, com encargos a Libor semestral mais spread 7/8 de 1% aa, com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo sido liquidada em 10 de abril de 2009 (7) Bônus de Juros Atrasados, com encargos a Libor semestral mais spread 13/16 de 1% aa, com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo sido

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

liquidada em 10 de abril de 2006. O saldo em 31 de março de 2009 era de R\$ 9.794.

- b. Banco Europeu de Investimentos – BEI – Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da Companhia, contratado em 28 de maio de 2002 conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95, com vencimento em 15 de junho de 2012 e encargos com base na variação cambial (dólares norte-americanos) mais 5,49% ao ano. A operação tem como garantia fianças bancárias do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) e Banco Santander Central Hispano. A operação possui *swap* para 98,80% do CDI. O pagamento de juros e amortização anual, foi iniciado em 15 de junho de 2007 e a última amortização está prevista para 15 de junho de 2012. O saldo em 31 de março de 2009 era de R\$ 80.525.
- c. Eletrobrás – Financiamento de projetos: Empréstimo para financiamento de projetos de expansão do sistema de transmissão com recursos FINEL. A primeira amortização foi realizada em 30 de julho de 1999, e a última amortização está prevista para 30 de junho de 2009. Os juros são de 8,5% ao ano, juntamente com a taxa de administração de 2% ao ano e o principal são exigíveis mensalmente. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. Em 31 de março de 2009, o saldo devedor era de R\$ 60.
- d. Eletrobrás – Luz no campo – Empréstimo contratado em 03 de março de 2000, para cobertura financeira dos custos diretos do programa de eletrificação rural – Luz no campo, do Ministério das Minas e Energia, com recursos oriundos da RGR. A primeira amortização foi realizada em 30 de maio de 2002, e a última amortização está prevista para 30 de abril de 2012. Os juros são de 5% ao ano, juntamente com a taxa de administração de 1% ao ano e o principal são exigíveis mensalmente. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. Em 31 de março de 2009, o saldo devedor era de R\$ 18.291.
- e. Eletrobrás – Luz para todos (1ª Tranche) – Empréstimo contratado em 04 de abril de 2004 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR. A primeira amortização foi em 30 de outubro de 2006 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2016. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de março de 2009, o saldo devedor era de R\$ 8.182.
- f. Eletrobrás – Luz para todos (2ª Tranche) – Empréstimo contratado em 13 de janeiro de 2006, para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A primeira amortização iniciou em 30 de abril de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de março de 2018. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de março de 2009, o saldo devedor era de R\$ 11.871.

- g. Eletrobrás – Luz para todos (3ª Tranche) - Empréstimo contratado em 09 de maio de 2007 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A primeira amortização será em 30 de outubro de 2009 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2019. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de março de 2009, o saldo devedor era de R\$ 13.400.
- h. Eletrobrás – Luz para todos (4ª Tranche) - Empréstimo contratado em 28 de outubro de 2008 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos no montante de R\$ 92.059, originários de R\$ 73.647 da CDE (subvenção) e R\$ 18.412 da RGR (empréstimo). A Coelce recebeu a 1ª liberação do contrato em 13 de janeiro de 2009, e até 31 de março de 2009, a Companhia recebeu R\$ 46.030, sendo R\$ 36.823 provenientes da CDE (subvenção) e R\$ 9.207 provenientes da RGR (empréstimo). A primeira amortização será em 30 de janeiro de 2011 e o último pagamento está previsto para 30 de janeiro de 2021. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de março de 2009, o saldo devedor era de R\$ 9.207.
- i. Eletrobrás – Linha de subtransmissão – Empréstimo contratado em 07 de julho de 2006 para cobertura financeira dos custos para projetos de construção de linhas de transmissão, subestações e reforço de capacidade de subestações, com recursos no montante de R\$ 46.428 originários da RGR (empréstimo). Até 31 de março de 2009, a Companhia recebeu R\$ 21.306. A primeira amortização ocorreu em 30 de setembro de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de agosto de 2013. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 2% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de março de 2009, o saldo devedor era de R\$ 20.065.
- j. União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – Eletrobrás – Cessão de crédito, que fez a Eletrobrás à União Federal, em 30 de março de 1994, com

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação do IGPM mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de março de 2009 era de R\$ 38.210.

- k. União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – CEF – Cessão de crédito, que fez a Caixa Econômica Federal à União Federal em 30 de setembro de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação da TR mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de março de 2009 era de R\$ 1.193.
- l. Banco do Brasil – Fat Fomentar – A Coelce contratou em 23 de janeiro de 2007, operação de crédito comercial com objetivo de financiar investimentos no valor de R\$ 15.000, com taxa de TJLP mais 4,5% ao ano, com prazo de três anos para carência e quatro anos de amortizações mensais e sucessivas. A primeira amortização será em 18 de março de 2010 e o último pagamento está previsto para 18 de fevereiro de 2014. A operação está garantida por fiança bancária. O saldo de 31 de março de 2009 era de R\$ 17.174.
- m. Banco do Nordeste - Proinfra I – A Companhia celebrou contrato, em 29 de dezembro de 2004, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 140.389, sendo R\$ 70.195 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 70.194 com recursos próprios da Companhia. A operação tem um período de duração de oito anos com 36 meses de carência. A taxa de contratação inicial de 14% a.a.(com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% em 01 de janeiro de 2007 e depois para 10% a.a a partir de 01 de janeiro de 2008. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais, com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 29 de janeiro de 2008, e a última em 29 de dezembro de 2012. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste. O saldo em 31 de março de 2009 era de R\$ 52.664.
- n. Banco do Nordeste - Proinfra II – O contrato foi celebrado em 25 de setembro de 2006, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 216.695, sendo R\$ 130.000 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 86.695 com recursos próprios da Companhia. A operação tem duração de 8 (oito) anos com 35 meses de carência. A taxa de contratação inicial de 14%a.a (com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% a partir de 01 de janeiro de 2007 e depois para 10% a.a a partir de 01. de janeiro de 2008. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 25 de outubro de 2009, e a última em 25 de setembro de

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| ITR - Informações Trimestrais | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/03/2009 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2014. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste. O saldo em 31 de março de 2009 era de R\$ 130.164.

- o. BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da Companhia, contratado em 28/04/2008, no montante de R\$ 330.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES, com taxa de juros de 3,70% ao ano, mais TJLP, exigíveis trimestralmente no período de carência de 15/05/2008 à 15/12/2009 e mensalmente a partir de 15/01/2010. Até 31 de março de 2009, a Companhia recebeu R\$ 190.000. A primeira amortização será em 15/01/2010 e a última prevista para 15/12/2014. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários e conta-reserva. O saldo em 31 de março de 2009 era de R\$ 192.333.
- p. Emissão de Notas Promissórias - Em 23 de julho de 2008, a Companhia realizou a 8ª emissão de notas promissórias para distribuição pública. Foram emitidas 20 notas promissórias comerciais, em série única, no valor total de R\$ 245.000, com remuneração de CDI+ 0,95% a.a, pelo prazo de 360 dias. A emissão não prevê outorga de garantias e possui condições de resgate antecipado facultativo ao emissor, com pagamento de acordo com a remuneração prevista nos termos iniciais da emissão. O processo de emissão foi coordenado pelos Bancos Santander S.A e Banco Safra de Investimento S.A. Com os recursos captados nesta emissão, a Companhia realizou pagamento antecipado das seguintes operações de curto prazo:

| Operação res 2770 | Taxa | Início | Data da liquidação | Valor liquidação |
|-------------------|------------|-----------|--------------------|------------------|
| Unibanco | 109% CDI | 24/ago/07 | 23/jul/08 | 11.218 |
| Unibanco | 109,5% CDI | 04/set/07 | 23/jul/08 | 87.490 |
| Unibanco | 115,5% CDI | 20/fev/08 | 23/jul/08 | 37.289 |
| Banco do Brasil | 105% CDI | 28/jan/08 | 25/jul/08 | 2.961 |
| Banco do Brasil | 105% CDI | 28/jan/08 | 28/jul/08 | 25.602 |
| | | | | <u>164.560</u> |

Do total de empréstimos e financiamentos, R\$ 322.606 estão garantidos por vínculos com a receita de energia elétrica (arrecadação).

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Europeu de Investimentos – BEI e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratados em 2002 e 2008, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de março de 2009:

| Obrigações Especiais Financeiras | Banco | Índice |
|---|---------------|--------|
| Dívida (com swap e fornecedores) / Ativo total (máximo) | BEI | 0,7 |
| EBITDA / Encargos da dívida (mínimo) | BEI | 3,0 |
| 15/05/2008 a 15/12/2009 - EBITDA financeiro líquido / LAJIDA (máximo) | BNDES / FINEM | 3,5 |
| Endividamento financeiro líquido / (Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido) (máximo) | BNDES / FINEM | 0,6 |

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| ITR - Informações Trimestrais | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/03/2009 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia reconheceu as obrigações junto à Fundação COELCE de Seguridade Social – FAELCE, as quais se encontram classificadas como benefício pós-emprego (Nota 24).

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, exclusive os efeitos da operação de *swap* tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

| | Curva de amortização |
|-----------|-------------------------|
| 2010 | 95.278 |
| 2011 | 123.272 |
| 2012 | 119.137 |
| 2013 | 91.749 |
| Após 2013 | 89.681 |
| | 519.117 |

Composição original dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador (exclusive de efeitos das operações de *swap* contratados):

| Moeda (equivalente em R\$) / Indexador | 31/03/09 | % | 31/12/08 | % |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Moeda estrangeira | | | | |
| Dólares norte-americano | 90.319 | 100,00 | 89.981 | 100,00 |
| Moeda nacional | | | | |
| IGP-M | 38.210 | 4,89 | 39.338 | 5,30 |
| Finel | 60 | 0,01 | 120 | 0,02 |
| TJLP | 209.507 | 26,81 | 158.764 | 21,40 |
| CDI/SELIC | 268.499 | 34,37 | 286.856 | 38,67 |
| RGR | 81.017 | 10,37 | 69.103 | 9,32 |
| TR | 1.193 | 0,15 | 1.232 | 0,17 |
| 15/06/2009 14:26:39 | | | | |
| R\$ | 182.828 | 23,40 | 186.318 | 25,12 |
| | 781.314 | 100,00 | 741.731 | 100,00 |
| Total | 871.633 | | 831.712 | |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia mantém contrato de *swap* para o empréstimo em moeda estrangeira do BEI, trocando a remuneração desse contrato para taxa pós-fixada de 98,80% do CDI. Quanto aos contratos DMLP – dívida de médio e longo prazo - com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro, não está vinculado a contratos de *swap*, mantendo-se, porém, dentro do limite de exposição cambial especificado na política de riscos financeiros da Companhia representando apenas 1,11% da dívida total na posição de 31 de março de 2009.

Variação de moedas/indexadores nos exercícios de 2009 e 2008

| Moeda / Indexador | 31/03/09 | 31/12/08 |
|-----------------------|----------|----------|
| Dólar norte-americano | -0,93% | 31,94% |
| INPC | 1,15% | 6,48% |
| IGP-M | -0,92% | 9,81% |
| Finel | -0,18% | 1,90% |
| TJLP | 1,53% | 6,25% |
| CDI | 2,85% | 12,37% |
| RGR | 0,00% | 0,00% |
| TR | 0,37% | 1,63% |

Mutação de empréstimos e financiamentos:

| | Moeda Nacional | | Moeda | |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Em dezembro de 2007 | 69.040 | 263.396 | 141.807 | 91.128 |
| Ingressos | 272.548 | 182.023 | 64.049 | - |
| Encargos | 24.384 | - | 4.411 | - |
| Variação Monetária e Cambial | 994 | 4.185 | 5.413 | 26.520 |
| Transferências | 52.158 | (52.158) | 25.192 | (25.192) |
| <i>Swap</i> | (24.380) | 16.917 | (9.778) | (15.305) |
| Outros | - | - | - | - |
| Amortizações | (67.376) | - | (204.834) | - |
| Em dezembro de 2008 | 327.368 | 414.363 | 26.260 | 77.151 |
| Ingressos | 41.030 | 65.126 | - | - |
| Encargos Provisionados | 18.452 | - | 1.153 | - |
| Encargos Pagos | (9.910) | - | - | - |
| Variação Monetária e Cambial | 684 | - | (817) | - |
| Transferências | 25.551 | (25.551) | 2.251 | (2.251) |
| <i>Resultado Swap</i> | - | - | (942) | 812 |
| Amortizações | (75.799) | - | - | - |
| Em março de 2009 | 327.376 | 453.938 | 27.905 | 75.712 |

15/06/2009 14:26:39

Pág: 40

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. Taxas regulamentares

| | 31/03/09 | 31/12/08 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Conta consumo de combustível | 3.056 | 7.540 |
| Reserva global de reversão | 5.593 | 3.733 |
| Conta de desenvolvimento energético | 596 | 2.966 |
| Taxa de fiscalização | 323 | 322 |
| Encargos emergenciais | 2.518 | 2.525 |
| Total de taxas regulamentares | 12.086 | 17.086 |

18. Transações com partes relacionadas

| | 31/03/09 | | 31/12/08 | | 31/03/09 | | 31/03/08 | |
|---|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | Passivo circulante | Passivo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Despesa | Investimento | Despesa | Investimento |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF | 91.847 | 95.133 | 92.646 | 104.227 | 101.286 | - | 106.168 | - |
| Synapsis Brasil S.A. | 323 | - | 4.397 | - | 4.622 | 1.437 | 3.593 | 1.302 |
| CAM Brasil Multiserviços Ltda. | 58 | - | 5.970 | - | 102 | 4.950 | 157 | 3.500 |
| Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE | 762 | - | 779 | - | 1.895 | 576 | 1.771 | 379 |
| | 92.990 | 95.133 | 103.792 | 104.227 | 107.905 | 6.963 | 111.691 | 5.181 |

Na opinião de sua administração, a Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A Companhia mantém contrato de compra de energia junto à Central Geradora Térmica de Fortaleza. O total dos gastos no exercício com este contrato montou, até 31 de março de 2009, R\$ 101.286.

As operações com a Synapsis Brasil S.A referem-se, basicamente, à prestação de serviços de informática e manutenção dos sistemas da Companhia. O total de gastos incorridos no primeiro trimestre de 2008 montou R\$ 6.059, sendo R\$ 4.622 como

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

despesa operacional no resultado da Companhia e R\$ 1.437 capitalizados como investimento.

Os saldos com a CAM Brasil Multiserviços Ltda. advém, basicamente, de contratação desta para fiscalização de obras com aplicação direta no investimento da Companhia. A CAM também prestou serviços de fiscalização de cortes e aparelhos queimados, sendo estes classificados como despesa. O total de custos incorridos no primeiro trimestre de 2009 é de R\$ 5.052, sendo R\$ 4.950 como investimento e R\$ 102 como despesa operacional.

A Synapsis Brasil SA, a CAM Brasil Multiserviços Ltda., e a Central Geradora Termelétrica de Fortaleza-CGTF são subsidiárias dos acionistas controladores.

19. Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida para os programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (PEE) distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores provisionados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

| | 31/03/09 | | 31/12/08 | |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Programa eficiência energética | 13.271 | 4.944 | 12.730 | 3.123 |
| Programa de pesquisa e desenvolvimento | 3.238 | 12.442 | 2.867 | 11.639 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT | 490 | - | 4.737 | - |
| Ministério de Minas e Energia- MME | (128) | - | 1.995 | - |
| | 16.871 | 17.386 | 22.329 | 14.762 |

A Companhia efetuou os recolhimentos dos valores provisionados até 31 de dezembro de 2008 de FNDCT e MME, de acordo com as orientações no manual de pesquisa e desenvolvimento de 2008 em fevereiro de 2009. O saldo negativo de MME ocorre em virtude de recolhimentos efetuados a maior referente aos ciclos 2004/2005 e 2005/2006.

20. Provisão para contingências

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para a Companhia.

Segue quadro demonstrativo das contingências e depósitos judiciais em 31 de março de 2009:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | 31/03/09 | | | | 31/12/08 | | | |
|--|----------------------------|---------------|--|--------------------------------------|----------------------------|---------------|--|--------------------------------------|
| | Provisão para contingência | | Depósitos judiciais relacionados a contingências | Provisão para contingências líquidas | Provisão para contingência | | Depósitos judiciais relacionados a contingências | Provisão para contingências líquidas |
| | No exercício | Acumulada | | | No exercício | Acumulada | | |
| Trabalhistas (a) | | | | | | | | |
| Danos morais | 286 | 1.025 | (24) | 1.001 | 739 | 739 | (24) | 715 |
| Diferenças salariais | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Empresas terceirizadas | 1.313 | 4.356 | (790) | 3.566 | 3.043 | 3.043 | (790) | 2.253 |
| Horas extras | - | 57 | (17) | 40 | 57 | 57 | (17) | 40 |
| Periculosidade | 26 | 2.058 | (23) | 2.035 | 2.032 | 2.032 | (23) | 2.009 |
| Verbas rescisórias | 2 | 206 | (35) | 171 | 204 | 204 | (35) | 169 |
| Reintegração | 86 | 121 | (22) | 99 | 35 | 35 | (22) | 13 |
| Ex-funcionários - verbas | (169) | 6.126 | (2.936) | 3.190 | 6.295 | 6.295 | (2.936) | 3.359 |
| Funeral e INCRA e Outras Contribuições | - | 20.015 | (1.808) | 18.207 | - | - | - | - |
| Outros | (1.112) | 75 | (661) | (586) | 1.187 | 1.187 | (632) | 555 |
| | 452 | 34.039 | (6.316) | 27.723 | 13.592 | 13.592 | (4.479) | 9.113 |
| Cíveis (b e d) | | | | | | | | |
| Consumidores | (2.669) | 28.410 | (3.260) | 25.150 | 31.079 | 31.079 | (3.229) | 27.850 |
| Outros | - | 8.518 | - | 8.518 | - | 8.518 | - | 8.518 |
| | (2.669) | 36.928 | (3.260) | 33.668 | 39.597 | 39.597 | (3.229) | 36.368 |
| Fiscais (c) | | | | | | | | |
| Funeral e INCRA | (12.486) | - | - | - | 12.486 | 12.486 | - | 12.486 |
| Impostos compensados | - | - | - | - | - | - | - | - |
| com medida judicial | - | - | - | - | - | - | - | - |
| SEBRAE e FGTS | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | (7.349) | 117 | - | 117 | 7.466 | 7.466 | (1.446) | 6.020 |
| | (19.835) | 117 | - | 117 | 19.952 | 19.952 | (1.446) | 18.506 |
| | (22.072) | 71.084 | (9.576) | 61.508 | 73.141 | 73.141 | (9.154) | 63.987 |
| Circulante | | | | 677 | | | | 773 |
| Não circulante | | | | 60.831 | | | | 63.214 |

a) Contingências trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com a Companhia bem como equiparação em direitos aos empregados desta.

b) Contingências cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

c) Contingências fiscais

A Companhia possui processo administrativo pendente de julgamento, protocolado junto à Receita Federal, em que solicita a compensação dos valores recolhidos a maior a título de PASEP, em face da inconstitucionalidade dos Decretos nºs

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2.445/88 e 2.448/88, declarada pelo Supremo Tribunal Federal e ratificada por meio de resolução do Senado Federal. Sustentada na opinião dos consultores legais, a Companhia decidiu compensar os valores envolvidos com os impostos e contribuições vincendos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL). Conservadoramente, a Companhia manteve provisionado o valor dos referidos tributos e contribuições compensadas, no montante de R\$ 9.075. Em junho de 2007, apoiada em carta conforto de seus assessores legais, a Companhia procedeu à reversão de R\$ 9.000, referente à atualização monetária que vinha sendo reconhecida em relação a este processo. O saldo referente a este processo foi baixado em agosto de 2008. Os valores relativos ao FGTS e SEBRAE foram baixados em virtude do julgamento improcedente das causas sendo os valores depositados convertidos em renda da União.

d) Tarifaço

A Companhia é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE nºs 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. A provisão para perdas nessas ações está contemplada no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Adicionalmente, existem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento em um montante de R\$ 134.866 cuja probabilidade de perda foi estimada como possível e nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

e) Contingências fiscais – processos com expectativa de perda possível

e.1) ICMS – Termo de acordo 035/91

A Companhia celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade decendial. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98.

Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou 4 autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não

| | |
|--|--------------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | Divulgação Externa |
| CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS | |
| ITR - Informações Trimestrais | Legislação Societária |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | DATA-BASE - 31/03/2009 |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE |
| | 07.047.251/0001-70 |

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

recolhidos, no valor atualizado de R\$ 9.360. A Companhia aguarda decisão de recurso apresentado (Embargos de Declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os Autos de Infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora.

e.2) ICMS – Diferencial de alíquota

A Companhia recebeu 3 autos de infração para a cobrança de diferencial de alíquota de ICMS sobre as aquisições interestaduais destinadas ao ativo permanente, relativas aos exercícios de 2001, 2002, e 2003 nos valores atualizados de R\$ 31.066, R\$ 12.123 e de R\$ 3.317, respectivamente. A Coelce impugnou os autos, o primeiro foi julgado improcedente e está pendente do julgamento do recurso interposto, o segundo e o terceiro aguardam decisão de primeira instância administrativa.

e.3) ISS

A Companhia ajuizou em 08 de agosto de 2007 ação anulatória de débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia, no valor de R\$ 3.332. A companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.

Não obstante a Companhia tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007 o Município de Fortaleza ajuizou duas Execuções Fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, nas quais a Coelce apresentou defesa e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Adicionalmente, o Município de Fortaleza ajuizou 3 Execuções Fiscais, que perfazem o montante de R\$ 16.790 para cobrar débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A Companhia aguarda decisão de segunda instância judicial nos três processos.

21. Outras obrigações

| | 31/03/09 | 31/12/08 |
|---|---------------|---------------|
| Passivos regulatórios (nota 5 - passivos) | 14.420 | 18.369 |
| Arrecadação de terceiros | 308 | 718 |
| Adiantamento de clientes | 1.345 | 1.294 |
| Empréstimos compulsórios | 407 | 423 |
| Telemar- Uso mútuo de postes | 6.819 | - |
| Outros | 349 | 1.766 |
| Total de outras obrigações | 23.648 | 22.570 |
| Circulante | 22.230 | 21.189 |
| Não circulante | 1.418 | 1.381 |

15/06/2009 14:26:39

Página 46

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. Patrimônio líquido

O capital social está composto de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

| | 31/03/2009 (Em unidades) |
|-----------------------|-----------------------------|
| Ações Ordinárias | 48.067.937 |
| Ações Preferenciais A | 28.131.352 |
| Ações Preferenciais B | 1.656.010 |
| | 77.855.299 |

| | Ações ordinárias (em unidade) | | Ações preferenciais (em unidade) | | Total (em unidades) | |
|----------------------------------|----------------------------------|-------------|-------------------------------------|-------------|------------------------|-------------------|
| | TOTAL (I) | | Classe A | Classe B | TOTAL (II) | (I) + (II) |
| Investiuz S.A | 44.061.433 | 91,67% | - | 0,00% | - | 44.061.433 |
| Eletrobrás | - | 0,00% | 3.967.756 | 14,10% | 1.331.141 | 5.498.897 |
| Endesa Brasil S.A | - | 0,00% | 1.770.000,00 | 6,29% | - | 1.770.000 |
| Fundos e Clubes de Investimentos | 558.620 | 1,16% | 9.943.454 | 35,35% | 24 | 10.502.098 |
| Fundos de Pensão | 919.403 | 1,91% | 3.254.090 | 11,57% | - | 4.173.493 |
| Outros | 2.528.481 | 5,26% | 9.196.052 | 32,69% | 124.845 | 11.849.378 |
| Total de ações | 48.067.937 | 100% | 28.131.352 | 100% | 1.656.010 | 77.855.299 |

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe “A” e 10% para as ações de classe “B”, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe “B” poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe “A”, a requerimento do interessado.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital até o limite de 300.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000 de ações ordinárias e 193.352.996 mil de ações preferenciais Classe “A” e 6.647.004 mil de ações preferenciais Classe “B”.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação entre a alíquota efetiva e a nominal de imposto de renda e contribuição social é como segue:

| | <u>31/03/09</u> | <u>31/03/08</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido | 93.458 | 71.401 |
| (-) Participação dos lucros | (601) | (1.489) |
| | <u>92.857</u> | <u>69.912</u> |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| | <u>31.571</u> | <u>23.770</u> |
| Reversão da provisão sobre o ágio da incorporação | (2.260) | (2.470) |
| Outros | (125) | 155 |
| Despesas com IR e CSLL antes do benefício fiscal | 29.186 | 21.455 |
| (-)Incentivo fiscal -ADENE | (16.849) | - |
| Despesas com IR e CSLL após o benefício fiscal | <u>12.337</u> | <u>21.455</u> |

A Companhia obteve incentivo de redução do imposto de renda por estar situada na área de atuação da ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste). O reconhecimento do benefício fiscal foi aprovado pela ADENE em agosto de 2007 conforme laudo constitutivo nº. 0170/2007.

O incentivo consiste na redução do imposto de renda devido em 75% do imposto de renda apurado a partir da receita líquida.

O valor do imposto de renda que deixou de ser pago em virtude dos benefícios de redução foi contabilizado de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Deliberação CVM nº 555 que aprovou o CPC nº 07 em que determina a contabilização no resultado do exercício e posteriormente a transferência para reserva especial de lucro não distribuível, no qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital. A partir de janeiro de 2009 a Companhia passou a contabilizar o incentivo fiscal mensalmente.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o regime financeiro de capitalização.

Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas do programa previdencial da referida entidade.

Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Companhia. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme Resolução CGPC Nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

- Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014.
- Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.
- Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização da avaliação são:

| Principais premissas atuariais | 31/12/08 |
|--|---|
| Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total | 11,80% inflação anual+desconto 7,5%a.a |
| Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano | 10,24% inflação anual+Juro real 6%a.a |
| Taxa do crescimento salarial | 5,84% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados) |
| Taxa de inflação esperada | 4% |
| Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada | 4% |
| Fator de capacidade do benefício/salário | 98% |
| Taxa de rotatividade | Nula |
| Tábua geral de mortalidade (q_x) | AT-83 |
| Tábua de entrada em invalidez (i_x) | LIGHT-MÉDIA |
| Tábua de mortalidade de inválidos (q_x^i) | q_x da AT-49 |
| Tábua de mortalidade de ativos | método de Hamza |

25. Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Considerações Gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivados com a premissa exclusiva de proteção aos riscos financeiros de variação cambial de suas captações realizadas em moeda estrangeira, sem nenhum caráter especulativo. Desta forma, a Companhia possui operações de hedge cambial com o objetivo de minimizar sua exposição, nas operações expostas à variação cambial. Essas operações de hedge são swaps de moeda e taxas de juros.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Fatores de Risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Em sintonia com a gestão financeira e melhores práticas para minimização de riscos financeiros, bem como observar os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de março de 2009, uma operação de “hedge” cambial, com fim único de proteção da dívida. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de março de 2009 a Companhia apurou um resultado negativo não realizado na operação de “hedge” cambial no montante de R\$ 13.298 (nota 16)

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, demonstrando os efeitos da variação do dólar sobre a parcela da dívida swapada no resultado da variação nos cenários.

Quadro I - Risco: Alta do USD

| Projeção para os próximos 6 meses | | | | R\$ mil |
|-----------------------------------|-------|------------------|------------------|----------------|
| Operação | Risco | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto |
| | | USD | USD +25% | USD + 50% |
| | | 2,5467 | 2,894 | 3,4728 |
| Dívida BEI | USD | (65.582) | (74.525) | (89.430) |
| Swap ponta Ativa - ABN Amro | USD | 65.582 | 74.525 | 89.430 |

b) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Minimizando esse risco, a Companhia busca aumentar a participação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobrás) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco nas variações do CDI na parcela da dívida após o swap, que demonstra os efeitos no resultado das variações nos cenários.

Quadro II - Risco: Alta do CDI

| Projeção para os próximos 6 meses | | R\$ mil | | |
|-----------------------------------|-------|------------------|------------------|----------------|
| Operação | Risco | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto |
| | | CDI | CDI + 25% | CDI + 50% |
| | | 12,19 | 13,85 | 17,70 |
| Swap ponta passiva - ABN Amro | CDI | (72.716) | (73.187) | (74.264) |

Conforme demonstrado acima, a variação do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap é compensada pela variação oposta sofrida por sua ponta ativa. Essa parcela da dívida troca de indexação, passando a sofrer a variação do CDI, em reais, e a correr riscos de aumento de encargos, porém reduzindo sua exposição cambial.

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

c) Risco de Crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

d) Risco de Escassez de Energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

e) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativa nº 18). Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações.

Valorização dos instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2009, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo-se as operações de derivativos, estão assim avaliados:

- Disponibilidades: os valores demonstrados nos balanços patrimoniais se aproximam dos valores de mercado;
- Ativos e Passivos Regulatórios: os valores estão registrados conforme critérios definidos por regras ou orientações da ANEEL;
- Empréstimos e Financiamentos: registrados conforme condições contratuais (nota explicativa nº 16).
- Instrumentos financeiros derivativos – a operação com derivativo tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e não possui nenhum caráter especulativo. Dessa forma, é considerado como instrumento de hedge e está contabilizado pelo valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando a taxa DI futura da BM&F.

Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (swap) de 31 de março de 2009 são como segue:

| Derivativo | Valor da curva | Valor de mercado (contábil) | Diferença |
|---------------|----------------|-----------------------------|-----------|
| Swap ABN AMRO | 14.763 | 13.298 | (1.465) |

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na data de fechamento do ano.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando, em 31 de março de 2008, apenas swap dólar para CDI, não possuindo derivativos exóticos ou outras modalidades.

As operações de “hedge” são contratadas apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2009 a Companhia detinha operações de swap, conforme demonstrado abaixo:

| Valores de Referência | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|-------------|--------------------|--------------------|------------------------------------|-------------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|
| Descrição | Contraparte | Data dos Contratos | Data de Vencimento | Posição | Moeda Estrangeira | | Moeda Local | | Valor Justo | | Efeito Acumulado 2009 | | Efeito Acumulado 2008 | |
| | | | | | mar/09 | dez/08 | mar/09 | dez/08 | mar/09 | dez/08 | Valor a receber/receber | Valor a pagar/pagar | Valor a receber/receber | Valor a pagar/pagar |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| Contratos de swaps | | | | | | | | | | | | | | |
| (+) Ativo | ABN AMRO | 16/06/06 | 15/06/12 | Dólar + 0,49% a.a. 98,8% do CDI | USD 30.471 | USD 30.471 | R\$ 69.612 | R\$ 69.612 | R\$ 62.782 | R\$ 70.946 | | | | |
| (-) Passivo | | | | | | | | | R\$ 66.060 | R\$ 63.316 | | | | |
| (-) Ajuste | | | | | | | | | R\$ 13.288 | R\$ 13.430 | | | | |
| | | | | | | | | | | | | R\$ 13.298 | | R\$ 13.430 |

f) Risco de Encargos de Dívida

Este risco se refere à possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas por conta de variações nas taxas de juros ou em outros indexadores de dívida, que aumentem as

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. As análises de sensibilidade demonstradas são estabelecidas com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros, de modo a eliminar qualquer um desses riscos.

| Dívida - 31/03/2009 | Contábil | Provável | Possível | Remoto |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| ECF 1673-97 | 60 | 60 | 60 | 60 |
| ECF 1972-00 (Luz no Campo) | 18.291 | 18.592 | 18.753 | 19.016 |
| ECF 008-04 (Luz para Todos I) | 8.182 | 8.290 | 8.472 | 8.777 |
| ECF 2503-06 (Luz para Todos II) | 11.871 | 11.986 | 12.306 | 12.847 |
| ECF 2550-06 (Subtransmissão) | 20.065 | 20.468 | 20.765 | 21.258 |
| ECF 0178-07 (Luz para Todos III) | 13.400 | 13.492 | 13.920 | 14.651 |
| BB-CEF | 1.193 | 1.252 | 1.281 | 1.328 |
| BB-ELE | 38.210 | 36.316 | 37.533 | 39.646 |
| BB- FAT Fomentar | 17.174 | 15.131 | 15.589 | 16.366 |
| BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) | 192.333 | 192.530 | 198.257 | 208.009 |
| FNE Proinfra I - Semi-Arido | 14.009 | 14.246 | 14.433 | 14.741 |
| FNE Proinfra I - Outras Regiões | 38.655 | 38.190 | 38.881 | 40.034 |
| FNE Proinfra II - Semi-Arido | 74.564 | 75.596 | 77.207 | 79.903 |
| FNE Proinfra II - Outras Regiões | 55.600 | 56.501 | 57.836 | 60.083 |
| Dívida Previdenciária | 54.193 | 49.196 | 50.733 | 53.381 |
| DCB-Bônus de Conversão | 1.283 | 1.353 | 1.353 | 1.353 |
| NMB- Bônus de Dinheiro Novo | 48 | 48 | 48 | 48 |
| FLIRB-Bônus de Redução Temporária dos Juros | 49 | 49 | 49 | 49 |
| C-BOND- Bônus de Capitalização | 1.836 | 1.968 | 1.993 | 2.035 |
| D-BOND - Bônus de Desconto | 2.686 | 4.127 | 4.126 | 4.125 |
| P BOND - Bônus ao Par | 3.892 | 5.060 | 5.280 | 5.659 |
| BEI - Subjacente | 80.526 | 84.347 | 84.742 | 85.381 |
| Nota Promissória Santander | 134.250 | 134.725 | 135.260 | 136.134 |
| Nota Promissória Safra | 134.250 | 134.725 | 135.260 | 136.134 |
| Garantia Santander | - | - | - | - |
| ECFS 0244-09 (Luz para Todos IV) | 9.207 | 8.755 | 9.097 | 9.685 |
| Total | 925.827 | 927.003 | 943.234 | 970.703 |
| Cenário | | CDI | CDI + 25% | CDI + 50% |
| CDI (% a.a.) | | 12,19 | 13,85 | 17,70 |

26. Fornecimento de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | Nº de consumidores | | MWh | | RS | |
|--|--------------------|------------------|------------------|---------------------------|------------------|-------------------------|
| | Não auditado | | Não auditado | | | |
| | 31/03/09 | 31/03/08 | 31/03/09 | 31/03/2008 reclassificado | 31/03/09 | 31/03/08 reclassificado |
| Fornecimento faturado | | | | | | |
| Residencial Normal | 575.378 | 592.185 | 334.073 | 334.372 | 166.298 | 160.922 |
| Residencial Baixa Renda | 1.588.929 | 1.473.327 | 334.219 | 300.181 | 70.306 | 58.742 |
| Industrial | 5.915 | 5.992 | 315.238 | 307.661 | 87.789 | 87.182 |
| Comércio, serviços e outros | 152.865 | 147.728 | 369.079 | 351.938 | 145.675 | 140.386 |
| Rural | 307.790 | 270.574 | 180.166 | 163.771 | 33.575 | 29.492 |
| Podér público | 28.655 | 27.334 | 95.160 | 92.863 | 36.152 | 35.652 |
| Iluminação pública | 5.948 | 4.297 | 59.300 | 91.404 | 23.970 | 22.733 |
| Serviços públicos | 1.655 | 1.561 | 94.196 | 59.155 | 15.901 | 15.693 |
| | 2.667.135 | 2.522.998 | 1.781.431 | 1.701.345 | 579.666 | 550.802 |
| (+) Estorno provisão refaturamento Prefeituras | - | - | - | - | - | 6.000 |
| Total do Faturamento | - | - | - | - | 579.666 | 556.802 |
| Fornecimento não faturado | - | - | - | - | (5.560) | (3.030) |
| Consumidores, concessionários e permissionários | - | - | - | - | 574.106 | 553.772 |
| Baixa renda | - | - | - | - | 57.686 | 40.474 |
| Reposicionamento Revisão Tarifária | - | - | - | - | 3.074 | (3.500) |
| Reposicionamento Tarifário-Transmissoras | - | - | - | - | 233 | - |
| Recuperação Perda de Receita 2001 | - | - | - | - | 6 | (13.929) |
| Recuperação Energia Livre - Geradoras | - | - | - | - | - | (4.881) |
| Recuperação parcela A | - | - | - | - | (3) | - |
| Suprimento | - | - | - | - | 3.025 | 858 |
| Receita encargos de uso da rede elétrica | - | - | - | - | 14.035 | 10.851 |
| Baixa Energia Livre | - | - | - | - | (11) | - |
| Outras receitas | - | - | - | - | 23.077 | 20.623 |
| Receita Operacional Bruta | - | - | - | - | 675.228 | 604.268 |
| (-) Deduções da Receita | - | - | - | - | - | - |
| ICMS | - | - | - | - | (129.516) | (124.008) |
| COFINS | - | - | - | - | (26.006) | (24.775) |
| PIS | - | - | - | - | (5.646) | (6.410) |
| RGR - Quota para Reserva Global de Reversão | - | - | - | - | (9.107) | (6.581) |
| CCC - Conta de Consumo de Combustível | - | - | - | - | (17.384) | (9.842) |
| Outros impostos e contribuições sobre a Receita | - | - | - | - | (8.893) | (7.787) |
| Total de deduções de receita | - | - | - | - | (196.552) | (179.403) |
| Total receita operacional líquida | 2.667.135 | 2.522.998 | 1.781.431 | 1.701.345 | 478.676 | 424.865 |

27. Outras receitas operacionais

| | 31/03/09 | 31/03/08 reclassificado |
|---|----------|-------------------------|
| Inspeção de instalações e serviços vários | 1.362 | 1.232 |
| Renda na prestação de serviços | 16.861 | 14.777 |
| Arrendamento e aluguéis | 2.969 | 2.730 |
| Serviço taxado | 887 | 1.167 |
| Outros | 998 | 717 |

15/06/2009 14:26:39

Pág: 56

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. Compra e venda de energia na CCEE

Durante o 1º trimestre de 2009 e 2008 a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Compensação de Energia Elétrica – CCEE, conforme a seguir demonstrado:

| | 31/03/09 | | 31/03/08 | |
|----------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
| | MWh | RS mil | MWh | RS mil |
| Compra | Não auditado | RS mil | Não auditado | RS mil |
| Compra de energia | 9.127 | 3.334 | 9.569 | 3.838 |
| CVA Sobrecontratação | - | - | - | (3.267) |
| Ajustes | (4.203) | (1.084) | 1.012 | 168 |
| | <u>4.924</u> | <u>2.250</u> | <u>10.581</u> | <u>739</u> |

| | 31/03/09 | | 31/03/08 | |
|----------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
| | MWh | RS mil | MWh | RS mil |
| Venda | Não auditado | RS mil | Não auditado | RS mil |
| Venda de energia | 82.501 | 14.636 | 32.966 | 11.779 |
| CVA Sobrecontratação | - | (10.303) | - | (8.435) |
| Ajustes | (9.705) | (1.308) | (12.133) | (2.486) |
| | <u>72.796</u> | <u>3.025</u> | <u>20.833</u> | <u>858</u> |

29. Resultado do serviço

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Descrição | Custo do Serviço | Serviços prestados a terceiros | Despesa de Vendas | Despesas Gerais e Administrativas | Outras | 31/03/2009 | 31/03/2008 |
|---|------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------------------|-----------------|------------------|------------------|
| Receita operacional líquida | | | | | | 478.676 | 424.865 |
| Pessoal | (18.103) | - | - | (6.490) | - | (24.593) | (22.592) |
| Material | (2.168) | (829) | (1.135) | (60) | - | (4.192) | (2.697) |
| Serviços de terceiros | (38.362) | (576) | (8.534) | (3.023) | - | (50.495) | (47.294) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (226.031) | - | - | - | - | (226.031) | (215.196) |
| Energia elétrica comprada para revenda-Ativo transmissoras | 632 | - | - | - | - | 632 | - |
| Encargos do uso do sistema de transmissão | (20.657) | - | - | - | - | (20.657) | (14.472) |
| Encargos do uso do sistema de transmissão-Ativo transmissoras | (865) | - | - | - | - | (865) | - |
| Encargo serviço de sistema-ESS | (2.534) | - | - | - | - | (2.534) | - |
| Provisão CVA-ESS | (529) | - | - | - | - | (529) | - |
| Depreciação e amortização | (27.360) | - | - | (539) | (3) | (27.902) | (24.676) |
| Amortização - reversão ágio da incorporação | - | - | - | - | (3.425) | (3.425) | (3.742) |
| Provisão saldo a cobrar reajuste tarifário 2005 | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | - | (3.196) | (3.196) | (2.166) |
| Provisão Reversão perda de receita - racionamento | - | - | - | - | - | - | (3.547) |
| Taxa de fiscalização da ANEEL | - | - | - | - | (968) | (968) | (1.137) |
| Baixa ativo regulatório | - | - | (6) | - | - | (6) | - |
| Provisão para contingências | - | - | - | - | (2.228) | (2.228) | (2.479) |
| Outras despesas operacionais | (3.454) | - | - | (2.837) | (1.354) | (7.645) | (4.956) |
| | (339.431) | (1.405) | (9.675) | (12.949) | (11.174) | (374.634) | (344.954) |
| Resultado do serviço | | | | | | 104.042 | 79.911 |
| Resultado financeiro | | | | | | (10.585) | (8.510) |
| Resultado operacional | | | | | | 93.457 | 71.401 |

| Despesa de pessoal | 31/03/09 | 31/03/08 |
|--|-----------------|-----------------|
| Remunerações | (21.294) | (17.780) |
| Encargos sociais | (6.482) | (5.856) |
| Benefícios | (6.784) | (6.422) |
| Outros | (46) | 108 |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | 10.013 | 7.358 |
| Total de despesa de pessoal | (24.593) | (22.592) |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | Quantidade MWH | | R\$ | |
|--|----------------|-----------|-----------|-----------|
| | Não auditado | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 31/03/09 | 31/03/08 | 31/03/09 | 31/03/08 |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza – CGTF | 663.288 | 668.825 | (101.286) | (106.168) |
| Centrais Elétricas S.A - FURNAS | 382.334 | 373.488 | (29.024) | (26.759) |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF | 271.798 | 287.221 | (19.999) | (19.985) |
| Companhia Energética de São Paulo- CESP | 146.854 | 140.450 | (11.643) | (9.466) |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE | 114.853 | 113.630 | (8.894) | (7.771) |
| Copel Geração S.A- COPEL | 101.199 | 97.575 | (7.375) | (6.270) |
| CEMIG - Geração e Transmissão S.A | 84.237 | 67.573 | (7.737) | (4.688) |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE | 6.745 | 10.581 | (2.250) | (4.006) |
| Programa de Inc. as Fontes Alternativas-PROINFA | 33.877 | 18.485 | (7.973) | (4.625) |
| CVA Compra de Energia do Período | - | - | (5.571) | 6.900 |
| CVA - PROINFA | - | - | 3.443 | 1.286 |
| Amortização CVA | - | - | (7.839) | (11.324) |
| Energia Comprada - Transmissoras | - | - | - | - |
| Amortização Energia Comprada - Transmissoras | - | - | 632 | - |
| Contratos por disponibilidade(*) | 106.332 | - | (9.938) | - |
| CVA Sobrecontratação | - | - | - | 3.267 |
| Outros | 178.436 | 182.391 | (9.945) | (25.587) |
| Total energia comprada para revenda | 2.089.953 | 1.960.219 | (225.399) | (215.196) |

| Outras despesas operacionais | 31/03/09 | 31/03/2008 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------------|
| | | reclassificado |
| Aluguéis | (3.722) | (1.832) |
| Publicidade e propaganda | (484) | (96) |
| Indenizações a terceiros | (324) | (259) |
| Doações, contribuições e subvenções | (752) | (605) |
| Seguros | (478) | (178) |
| Tributos | (386) | (165) |
| Estagiários | (271) | (278) |
| Publicações legais e assinaturas | (19) | (15) |
| Custas judiciais | (65) | (80) |
| Prejuízo na desativação de bens | (483) | (445) |
| Falta no inventário de estoque | (49) | (788) |
| Despesas gerais | (612) | (215) |
| Total de despesas operacionais | (7.645) | (4.956) |

30. Eventos Subseqüentes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reajuste tarifário:

As novas tarifas de fornecimento de energia elétrica da COELCE foram revisadas e tiveram um reajuste médio percebido pelo consumidor de 11,25%. O reajuste foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução nº 807 em 14 de abril de 2009.

Os reajustes tiveram percentuais diferenciados por cada nível de tensão, devido ao processo de realinhamento tarifário, decorrente das diretrizes do Governo Federal, que visa o gradual desaparecimento do subsídio das tarifas dos consumidores de Alta Tensão. Os percentuais de reajuste médios percebidos por nível de tensão foram:

| Nível de Tensão | Revisão |
|----------------------------------|---------|
| A1 - Cons. Alta tensão em 230KV | 14,64% |
| A3 - Cons. Alta tensão em 69KV | 13,25% |
| A4 - Cons. Alta tensão em 13.8KV | 11,85% |
| BT - Cons. Baixa Tensão | 10,89% |

Entre os fatores que mais influenciaram a composição do índice de reajuste tarifário estão os descontos concedidos aos consumidores residenciais baixa renda e rural de irrigação, além do programa Luz para todos, que juntos somaram um percentual de 3,0%. Outro fator influenciador foi a variação dos custos com compra de energia e encargos do setor elétrico, que significou um percentual de 6,5%.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

1. DESTAQUES DO PERÍODO

- O volume de energia da Coelce atingiu o montante de 1.928 GWh no 1T09, 3,4% superior ao mesmo trimestre do ano passado.
- As perdas de energia da Coelce, acumuladas em 12 meses, encerraram o 1T09 em 11,71%, representando uma redução de 0,35 p.p. em relação ao mesmo período de 2008.
- Os indicadores de qualidade do fornecimento DEC e FEC encerraram o 1T09 em 7,76 horas e 6,47 vezes, representando melhorias de 18,3% e 18,1%, respectivamente, em relação ao 1T08.
- No 1T09, a receita líquida totalizou R\$ 479 milhões, 12,7% superior ao 1T08.
- O EBITDA evoluiu 25,0% no 1T09, atingindo R\$ 135 milhões, elevando a margem EBITDA para 28,28%, o que representa um incremento de 2,78 p.p. em relação ao 1T08.
- O lucro líquido da Coelce no 1T09 superou o resultado do 1T08 em 66,2%, atingindo R\$ 81 milhões, o que representa uma margem líquida de 16,82%, maior em 5,42 p.p. quando comparada ao mesmo período de 2008.
- Revisão Tarifária: em 25/03/09, a Aneel homologou o resultado definitivo do 2º ciclo de revisão tarifária da Coelce, referente ao ano de 2007. O percentual definitivo foi fixado em - 8,89%, e o componente Xe do Fator X em 0,00%.
- Reajuste Tarifário: no dia 08/04/09, a Aneel homologou o resultado oficial do reajuste tarifário da Coelce, referente ao ano de 2009. O percentual total do reajuste foi de 13,93%, sendo 9,88% referentes ao IRT (reajuste econômico) e 4,05% referentes aos componentes financeiros.
- Em 30/04/09, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária a proposta de distribuição de R\$ 263.129.829,13 em dividendos (100% do lucro líquido passível de distribuição), o que representa R\$ 3,3797/ação.
- Em 08/05/09, a agência de classificação de risco Standard & Poor's atribuiu *rating* de crédito corporativo brAA para a Coelce e *rating* brA-1 para emissão de suas notas promissórias no montante de R\$ 245 milhões e prazo de 360 dias.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

| Destaques do Período | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|------------------------------|-----------|-----------|------------|-----------|------------|
| Volume de Energia (GWh) | 1.928 | 1.866 | 3,4% | 2.062 | -6,5% |
| Receita Bruta (R\$ mil) | 675.228 | 604.268 | 11,7% | 710.328 | -4,9% |
| Receita Líquida (R\$ mil) | 478.676 | 424.865 | 12,7% | 500.058 | -4,2% |
| EBITDA** (R\$ mil) | 135.370 | 108.330 | 25,0% | 137.743 | -1,7% |
| Margem EBITDA (%) | 28,28% | 25,50% | 2,78 p.p. | 27,55% | 0,73 p.p. |
| Lucro Líquido (R\$ mil) | 80.519 | 48.457 | 66,2% | 131.694 | -38,9% |
| Margem Líquida (%) | 16,82% | 11,41% | 5,42 p.p. | 26,34% | -9,52 p.p. |
| CAPEX (R\$ mil) | 95.198 | 104.884 | -9,2% | 139.343 | -31,7% |
| DEC (12 meses) | 7,76 | 9,49 | -18,3% | 8,18 | -5,1% |
| FEC (12 meses) | 6,47 | 7,90 | -18,1% | 6,78 | -4,6% |
| Perdas de Energia (12 meses) | 11,71% | 12,06% | -0,35 p.p. | 11,72% | 0,01 p.p. |
| Nº de Consumidores | 2.877.951 | 2.724.800 | 5,6% | 2.841.852 | 1,3% |
| Nº de Empregados (Próprios) | 1.260 | 1.262 | 0,2% | 1.278 | -1,4% |
| Consumidor/Empregado | 2.284 | 2.159 | 5,8% | 2.224 | 2,7% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

** EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1. MERCADO DE ENERGIA

I. CRESCIMENTO DE MERCADO

| Número de Consumidores (unid.) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|---|------------------|------------------|---------------|------------------|-------------|
| Mercado Cativo | 2.667.135 | 2.522.998 | 5,7% | 2.629.436 | 1,4% |
| Residencial - Normal | 575.378 | 592.185 | -2,8% | 574.460 | 0,2% |
| Residencial - Baixa Renda | 1.588.929 | 1.473.327 | 7,8% | 1.558.032 | 2,0% |
| Industrial | 5.915 | 5.992 | -1,3% | 5.943 | -0,5% |
| Comercial | 152.865 | 147.728 | 3,5% | 151.276 | 1,1% |
| Rural | 307.790 | 270.574 | 13,8% | 303.994 | 1,2% |
| Sector Público (inclui IP - Iluminação Pública) | 36.258 | 33.192 | 9,2% | 35.731 | 1,5% |
| Cientes Livres | 14 | 16 | -12,5% | 14 | - |
| Industrial | 12 | 14 | -14,3% | 12 | - |
| Comercial | 2 | 2 | - | 2 | - |
| Revenda | 2 | 2 | - | 2 | - |
| Subtotal - Consumidores Efetivos | 2.667.151 | 2.523.016 | 5,7% | 2.629.452 | 1,4% |
| Consumo Próprio | 227 | 255 | -11,8% | 225 | 0,9% |
| Consumidores Ativos sem Fornecimento | 210.573 | 201.529 | 4,5% | 212.175 | 0,8% |
| Total - Número de Consumidores | 2.877.951 | 2.724.800 | 5,6% | 2.841.852 | 1,3% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

A Coelce encerrou o 1T09 com 2.877.951 unidades consumidoras (“consumidores”), montante 5,6% superior ao número de consumidores ao final do 1T08. Esse crescimento representa um acréscimo de 153.151 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os trimestres está concentrado nas classes residencial (normal e baixa renda), com mais 98.795 consumidores (64,5% do incremento total), e na classe rural, com mais 37.216 novos consumidores (24,3% do incremento total).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

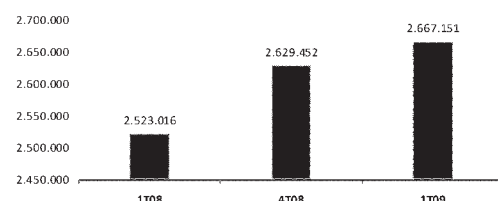
01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

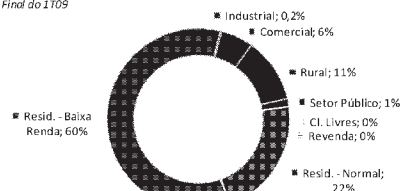
07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

NÚMERO DE CONSUMIDORES EFETIVOS (UNID.)
Evolução 1T08, 4T08 e 1T09



NÚMERO DE CONSUMIDORES EFETIVOS (UNID.)
Posição Final do 1T09



Essa evolução reflete, na essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial os investimentos realizados no Programa Luz para Todos (PLPT). Esses investimentos somaram, somente no 1T09, o montante de R\$ 65 milhões.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o 1T09 com 2.667.151 consumidores, um incremento de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os consumidores efetivos são aqueles que geram receita para a Coelce.

Em relação aos clientes livres, a Companhia fechou o 1T09 com 14 clientes livres, uma retração de 12,5% em relação ao fechamento do 1T08. Essa variação se explica pelo retorno de 2 clientes livres para o mercado cativo da Coelce, em setembro de 2008, sendo uma unidade consumidora da Petrobrás e uma da Vicunha Têxtil.

II. VENDA DE ENERGIA NA ÁREA DE CONCESSÃO

| Venda e Transporte de Energia (GWh) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|--|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|
| Mercado Cativo | 1.781 | 1.701 | 4,7% | 1.907 | -6,6% |
| Clientes Livres | 147 | 164 | -10,6% | 154 | -5,0% |
| Total - Venda e Transporte de Energia | 1.928 | 1.866 | 3,4% | 2.062 | -6,5% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Coelce no 1T09 foi de 1.928 GWh, uma evolução de 3,4% (+63 GWh) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, cujo volume foi de 1.866 GWh. Esse incremento na energia está concentrado no mercado cativo da Companhia, que apresentou uma evolução de 4,7% (+80 GWh) no 1T09 (1.781 GWh versus 1.701 GWh).

O incremento foi parcialmente compensado por um menor volume de energia para os clientes livres. O volume do 1T09, de 147 GWh, foi 10,6% inferior ao registrado no 1T08 (-17 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

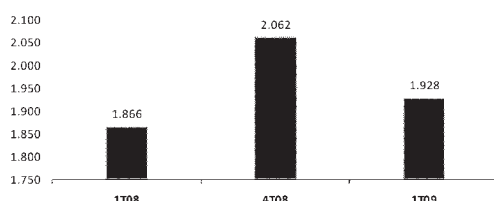
01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

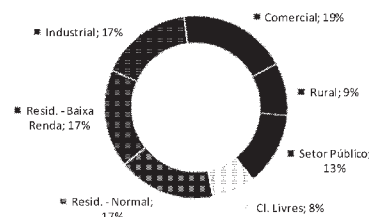
07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

VENDE E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)
Evolução 1T08, 4T08 e 1T09



VENDE E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)
Volume no 1T09



II.a) Mercado Cativo

| Venda de Energia no Mercado Cativo (GWh) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|---|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|
| Residencial - Normal | 334 | 335 | 0,2% | 335 | 0,3% |
| Residencial - Baixa Renda | 334 | 300 | 11,4% | 335 | -0,7% |
| Industrial | 315 | 308 | 2,5% | 353 | 10,6% |
| Comercial | 369 | 352 | 4,9% | 387 | 4,5% |
| Rural | 180 | 164 | 10,6% | 235 | 23,4% |
| Setor Público (inclui IP - Iluminação Pública) | 249 | 243 | 2,1% | 263 | -5,3% |
| Total - Venda de Energia no Mercado Cativo | 1.781 | 1.701 | 4,7% | 1.907 | -6,6% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

O mercado cativo da Companhia apresentou um incremento de 4,7% no 1T09 em relação ao 1T08. Com exceção da classe residencial – normal, todas as demais classes de consumo apresentaram evolução. O principal fator que impulsionou o aumento do consumo foi o crescimento vegetativo do mercado, de 5,7%, que adicionou mais 144.135 novos consumidores efetivos à base comercial da Companhia.

| Venda de Energia per capita no Mercado Cativo (KWh/consumidor) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|--|------------|------------|--------------|------------|--------------|
| Residencial - Normal | 581 | 565 | 2,7% | 584 | -0,6% |
| Residencial - Baixa Renda | 210 | 204 | 3,7% | 215 | -2,1% |
| Industrial | 53.295 | 51.345 | 3,8% | 59.315 | 10,2% |
| Comercial | 2.414 | 2.382 | 1,3% | 2.555 | 5,5% |
| Rural | 585 | 605 | -3,3% | 774 | 24,3% |
| Setor público (inclui IP - Iluminação Pública) | 6.858 | 7.334 | -6,5% | 7.351 | -0,1% |
| Média - Venda de Energia per capita no Mercado Cativo | 668 | 674 | -1,0% | 725 | -7,9% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

A venda de energia per capita no mercado cativo foi de 668 KWh/consumidor, representando um decréscimo de 1,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Isso reflete pouca alteração no padrão de consumo médio dos consumidores da Coelce.

II.b) Clientes Livres

| Transporte de Energia para os Clientes Livres (GWh) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|--|------------|------------|---------------|------------|--------------|
| Industrial | 145 | 162 | -10,7% | 153 | -4,9% |
| Comercial | 2 | 2 | 0,0% | 2 | 0,0% |
| Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres | 147 | 164 | -10,6% | 154 | -4,9% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O transporte de energia para os clientes livres no 1T09 foi de 147 GWh, o que representa uma redução de 10,6% em relação ao 1T08. Essa retração se explica pelo já citado retorno de 2 clientes livres para o mercado cativo da Companhia.

| Transporte de Energia per capita para os Clientes Livres (MWh/consumidor) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|---|--------|--------|--------|--------|---------|
| Industrial | 12.091 | 11.601 | 4,2% | 12.718 | -4,9% |
| Comercial | 874 | 922 | -5,2% | 922 | -5,2% |
| Média - Transporte de Energia per capita para os Clientes Livres | 10.488 | 10.266 | 2,2% | 11.032 | -4,9% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

No entanto, observamos um incremento no transporte de energia per capita aos clientes livres, de 2,2% no 1T09 em relação ao 1T08, reflexo de um maior consumo no 1T09.

III. BALANÇO ENERGÉTICO

| Balanço de Energia | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|--|--------|--------|-----------|--------|-----------|
| Demanda máxima de energia (MW) | 1.287 | 1.200 | 7,3% | 1.333 | -3,4% |
| Energia requerida (GWh) | 2.110 | 2.033 | 3,8% | 2.344 | -10,0% |
| Energia distribuída (GWh) | 1.877 | 1.808 | 3,8% | 2.051 | -8,3% |
| Residencial | 643 | 617 | 4,1% | 662 | -3,0% |
| Industrial | 310 | 296 | 4,6% | 353 | -12,1% |
| Comercial | 365 | 344 | 6,1% | 387 | -5,9% |
| Rural | 161 | 142 | 13,5% | 233 | -30,9% |
| Setor Público (inclui IP - Iluminação Pública) | 249 | 241 | 3,1% | 259 | -4,1% |
| Consumo Próprio | 3 | 3 | 5,1% | 2 | 64,0% |
| Clientes Livres | 147 | 164 | -10,6% | 154 | -4,9% |
| Perdas Trimestrais (GWh) | 234 | 225 | 3,7% | 293 | -29,4% |
| Perdas Trimestrais (%) | 11,07% | 11,08% | 0,01 p.p. | 12,51% | 1,44 p.p. |

* Variação entre 1T09 e 4T08

A energia total requerida pelo sistema da Coelce no 1T09 foi de 2.110 GWh, um percentual 3,8% superior ao montante registrado no mesmo período do ano anterior (2.033 GWh). Esse aumento está em linha com o aumento da energia distribuída pelo sistema, também de 3,8% (1.877 GWh versus 1.808 GWh). Esse alinhamento se deve à quase nula variação das perdas de energia de 11,07%, no 1T09, contra 11,08% no 1T08 (redução de 0,01 p.p.).

IV. COMPRA DE ENERGIA

| Compra de Energia (GWh) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|---|-------|-------|--------|-------|---------|
| Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF | 663 | 669 | -0,8% | 676 | -1,9% |
| Centrais Elétricas - FURNAS | 382 | 373 | 2,4% | 447 | -14,4% |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF | 272 | 287 | -5,4% | 343 | -20,7% |
| Companhia Energética de São Paulo - CESP | 147 | 140 | 4,6% | 166 | -11,9% |
| Eletronorte | 115 | 114 | 1,1% | 134 | -14,4% |
| COPEL | 101 | 98 | 3,7% | 115 | -12,1% |
| CEMIG | 84 | 68 | 24,7% | 80 | 5,6% |
| PROINFA | 34 | 18 | 83,3% | 42 | -20,1% |
| Outros | 279 | 176 | 58,9% | 201 | 36,6% |
| Total - Compra de Energia s/ CCEE | 2.078 | 1.943 | 6,9% | 2.204 | -5,7% |
| Liquidação na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia | (76) | (41) | 83,1% | 19 | - |
| Total - Compra de Energia | 2.002 | 1.901 | 5,3% | 2.223 | -9,9% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

Os contratos de compra de energia para o 1T09, incluindo a liquidação na CCEE, totalizaram 2.002 GWh para atender a energia demandada pelo sistema (medida no CG – Centro de Gravidade). Esse montante representa um incremento de 5,3% (+101 GWh) em relação ao mesmo trimestre do ano passado, que foi de 1.901 GWh, ocasionado pelo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

crescimento do mercado e, em consequência, maior volume de venda e transporte de energia.

2.2. DESEMPENHO OPERACIONAL

| Indicadores Operacionais (12 meses) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|-------------------------------------|--------|--------|------------|--------|------------|
| DEC (horas) | 7,76 | 9,49 | 18,3% | 8,18 | -5,1% |
| FEC (vezes) | 6,47 | 7,90 | 18,1% | 6,78 | -4,6% |
| Perdas de Energia (%) | 11,71% | 12,06% | 0,35 p.p. | 11,72% | 0,01 p.p. |
| Índice de Arrecadação (%) | 100,4% | 100,5% | -0,03 p.p. | 100,5% | -0,11 p.p. |

* Variação entre 1T09 e 4T08

I. DEC E FEC

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade no fornecimento de energia do sistema da Coelce. Eles refletem:

- o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas por ano).
- o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes por ano).

A Coelce encerrou o 1T09 com DEC de 7,76 horas, índice 18,3% melhor do que o valor do 1T08, de 9,49 horas. O FEC alcançou o patamar de 6,47 vezes, o que representa uma evolução de 18,1% em relação ao 1T08, que fechou em 7,90 vezes.

Os investimentos em qualidade do sistema alcançaram a soma de R\$ 12 milhões no 1T09.

II. PERDAS E ÍNDICE DE ARRECAÇÃO

As perdas de energia alcançaram 11,71% no 1T09, uma melhora de 0,35 p.p. em relação às perdas registradas no 1T08, de 12,08%. O valor alcançado reflete os investimentos constantes no combate às perdas ao longo dos últimos anos, aliado às ações sociais em prol da geração de renda. Somente no 1T09, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 8 milhões.

Em relação ao índice de arrecadação (valores arrecadados sobre valores faturados, em doze meses), o mesmo encerrou o 1T09 em 100,4%, valor em linha com o encerramento do 1T08, de 100,5%, apresentando uma arrecadação superior ao montante faturado, reflexo da recuperação de débitos e dívidas de consumidores inadimplentes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

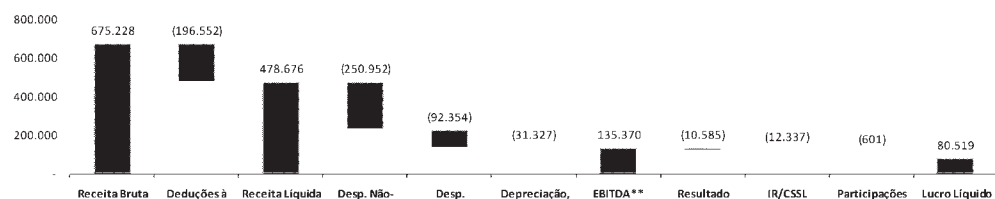
3.1. COMENTÁRIOS DO RESULTADO

| Principais Contas (R\$ mil) e Indicadores do Resultado (%) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|--|----------------|----------------|--------------|----------------|---------------|
| Receita Operacional Bruta | 675.228 | 604.268 | 11,7% | 710.328 | -4,9% |
| Deduções à Receita Operacional | (196.552) | (179.402) | -9,6% | (210.270) | -6,5% |
| Receita Operacional Líquida | 478.676 | 424.865 | 12,7% | 500.058 | 4,3% |
| Custos do Serviço e Despesas Operacionais | (374.634) | (344.954) | 8,6% | (390.554) | -4,1% |
| EBITDA** | 135.370 | 108.330 | 25,0% | 137.743 | -1,7% |
| Margem EBITDA | 28,28% | 25,50% | 2,78 p.p | 27,55% | 0,73 p.p |
| Resultado Financeiro | (10.585) | (8.510) | 24,3% | (12.948) | -18,7% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (12.337) | (21.455) | -42,5% | 36.896 | -133,4% |
| Participações | (601) | (1.489) | 59,7% | (1.759) | -65,8% |
| Lucro Líquido | 80.519 | 48.457 | 66,2% | 131.694 | -38,9% |
| Margem Líquida | 16,82% | 11,41% | 5,42 p.p | 26,34% | -9,51 p.p |

* Variação entre 1T09 e 4T08

** EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

PRINCIPAIS CONTAS DO RESULTADO (R\$ MIL)
Overview 1T09



I. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

| Receita Operacional Bruta (R\$ mil) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|--|----------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| Fornecimento de Energia | 574.106 | 553.772 | 3,7% | 637.402 | -9,9% |
| Baixa Renda | 57.686 | 40.474 | 42,5% | 45.905 | 25,7% |
| (-) Recuperação Ativo Regulatório | 6 | (13.929) | -100,0% | (4) | -236,2% |
| (-) Recuperação Energia Livre | - | (4.881) | -100,0% | - | - |
| (-) Recuperação Parcela A | (3) | - | - | (14.736) | 100,0% |
| Fornecimento de Energia Líquido - Mercado Cativo** | 631.795 | 575.435 | 9,8% | 668.567 | -5,5% |
| Suprimento de Energia Elétrica | 3.025 | 858 | 252,5% | (2.612) | -215,8% |
| Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica | 14.035 | 10.851 | 29,3% | 14.802 | -5,2% |
| Reposicionamento Tarifário - CVA | 3.074 | (3.500) | 187,8% | 3.074 | - |
| Reposicionamento Tarifário - Transmissoras | 233 | - | - | 700 | -66,7% |
| Baixa - Energia Livre | (11) | - | - | (20) | -45,2% |
| Outras Receitas | 23.077 | 20.623 | 11,9% | 25.817 | -10,6% |
| Total - Receita Operacional Bruta | 675.228 | 604.268 | 11,7% | 710.328 | -4,9% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

** Fornecimento de energia líquido de ativos e passivos regulatórios, oriundos do acordo geral do setor elétrico

A receita operacional bruta da Coelce alcançou, no 1T09, R\$ 675 milhões, um incremento de 11,7% em relação ao mesmo trimestre de 2008, de R\$ 604 milhões (+R\$ 71 milhões). O crescimento na receita operacional bruta foi causado, principalmente, por:

- Evolução de 3,7% (R\$ 574 milhões versus R\$ 554 milhões) no fornecimento de energia (+R\$ 20 milhões), e de 42,5% (R\$ 58 milhões versus R\$ 41 milhões) no recebimento do subsídio do programa baixa renda (+R\$ 17 milhões);

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Crescimento do número de consumidores (+5,7%), e conseqüente crescimento da energia vendida para o mercado cativo (+4,7%);
Reajuste tarifário da Companhia, de +8,43%, a partir de 22 de Abril de 2008.

- Finalização da recuperação do ativo regulatório (+R\$ 14 milhões) e da recuperação da energia livre (+R\$ 5 milhões):

Estorno de receitas que foram apropriadas em outros exercícios para recuperação de perdas oriundas do racionamento de energia (ocorrido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002), iniciado em janeiro de 2002 e encerrado em abril de 2008 (76 meses).

- Evolução de 187,8% (R\$ 3 milhões versus -R\$ 4 milhões) no reposicionamento tarifário – CVA (+R\$ 7 milhões):

A partir de abril de 2008, a Coelce iniciou a reversão de provisão constituída entre dezembro de 2007 e março de 2008, no valor de R\$ 13 milhões (sendo R\$ 9 milhões em 2007 e R\$ 4 milhões em 2008), a ser feita em 12 parcelas iguais. Essa provisão foi constituída para cobrir diferenças de tarifa a serem devolvidas no reajuste tarifário de 22 de abril de 2008, geradas pelo recálculo da cota de reintegração considerada na revisão tarifária de 2007, que passou de R\$ 111 milhões para R\$ 97 milhões.

- Aumento de 11,8% (R\$ 23 milhões versus R\$ 21 milhões) em outras receitas (+R\$ 2 milhões):

Reflete principalmente o aumento das vendas de novos produtos e serviços – novos negócios – oferecidos pela Companhia (que alcançou R\$ 21 milhões no 1T09 versus R\$ 18 milhões em 1T08). Os principais serviços oferecidos estão relacionados à arrecadação para terceiros e à prestação de serviços ligados à energia elétrica para clientes institucionais, industriais, comerciais e residenciais (projeto e construção de redes particulares, aluguel de infra-estrutura, entre outros).

II. DEDUÇÕES DA RECEITA

| Deduções da Receita (R\$ mil) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|---|------------------|------------------|-------------|------------------|--------------|
| ICMS | (129.516) | (124.008) | 4,4% | (142.180) | -8,9% |
| COFINS | (26.006) | (24.775) | 5,0% | (27.922) | -6,9% |
| PIS | (5.646) | (6.410) | -11,9% | (6.062) | -6,9% |
| ISS | (1.421) | (603) | 135,8% | (731) | 84,5% |
| Quota Reserva Global de Reversão - RGR | (9.107) | (6.581) | 38,4% | (8.278) | 10,0% |
| Conta de Consumo de Combust. Fosséis - CCC | (17.384) | (9.842) | 76,6% | (17.341) | 0,2% |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | (3.578) | (3.373) | 6,1% | (3.383) | 5,7% |
| Programa de Eficiência Energética e P&D | (3.895) | (3.813) | 2,1% | (4.374) | 11,0% |
| Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial | 1 | 2 | 70,0% | 1 | 10,0% |
| Total - Deduções da Receita | (196.552) | (179.402) | 9,6% | (210.270) | -6,5% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

As deduções da receita aumentaram 9,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, alcançando -R\$ 197 milhões no 1T09, contra -R\$ 179 milhões no 1T08 (-R\$ 17 milhões). Essa variação se deve basicamente aos seguintes fatores:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- Acréscimo de 4,4% (-R\$ 130 milhões versus -R\$ 124 milhões) no ICMS (-R\$ 6 milhões):
Aumento verificado pelo incremento da receita operacional bruta.
- Variação de 5,0% (-R\$ 26 milhões versus -R\$ 25 milhões) no COFINS (-R\$ 1 milhão):
Aumento verificado pelo incremento da receita operacional bruta.
- Aumento de 38,4% (-R\$ 9 milhões versus -R\$ 6 milhões) na cota da Reserva Global de Reversão – RGR (-R\$ 3 milhões):
Cota anual, prevista na legislação, destinada à União Federal, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica, cujo montante anual é definido pela ANEEL, e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade.
- Aumento de 76,6% (-R\$ 17 milhões versus -R\$ 10 milhões) na Conta de Consumo de Combustíveis fósseis – CCC (-R\$ 7 milhões):
Tem como finalidade o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL, para cada concessionária de distribuição em função do seu mercado e podem variar de acordo com a necessidade de uso das usinas termoeletricas.

III. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

| Custos do Serviço e Despesa Operacional (R\$ mil) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|--|------------------|------------------|-------------|------------------|--------------|
| Custos e despesas não-gerenciáveis | | | | | |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | (220.869) | (211.858) | -4,3% | (230.517) | -4,2% |
| Taxa de Fiscalização da ANEEL | (968) | (1.137) | 14,9% | (968) | - |
| PROINFA | (4.530) | (3.339) | 35,7% | (4.530) | 0,0% |
| Encargo do Uso da Rede Elétrica | (21.521) | (14.472) | 48,7% | (25.452) | 15,4% |
| Encargo de Serviço do Sistema - ESS | (3.064) | - | - | (3.116) | -1,7% |
| Baixa - Energia Livre | - | - | - | - | - |
| Total - Não-gerenciáveis | (250.952) | (230.806) | 8,7% | (264.584) | 5,2% |
| Custos e despesas gerenciáveis | | | | | |
| Pessoal | (24.593) | (22.592) | 8,9% | (25.397) | 3,2% |
| Material e Serviços de Terceiros | (54.687) | (49.991) | 9,4% | (55.782) | -2,0% |
| Depreciação e Amortização | (37.975) | (35.682) | 6,4% | (35.502) | 7,0% |
| Reversão da Amortização do Ágio | 6.647 | 7.263 | -8,5% | 7.263 | 0,0% |
| Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa | (3.196) | (5.713) | 44,1% | (441) | - |
| Baixa - Ativo Regulatório | (6) | - | - | - | - |
| Provisões para Contingências | (2.228) | (2.479) | 10,1% | (4.309) | 48,3% |
| Outras Despesas Operacionais | (7.644) | (4.955) | 54,3% | (11.801) | 35,2% |
| Total - Gerenciáveis | (123.681) | (114.149) | 8,4% | (125.970) | -1,8% |
| Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional | (374.634) | (344.954) | 8,6% | (390.554) | -4,1% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

Os custos e despesas operacionais no 1T09 alcançaram -R\$ 375 milhões, um aumento de 8,6% (-R\$ 30 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação foi causada devido à:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Incremento de 8,7% (-R\$ 251 milhões versus -R\$ 231 milhões) nos custos e despesas não-gerenciáveis (-R\$ 20 milhões), por:

- Aumento de 4,3% (-R\$ 221 milhões versus -R\$ 212 milhões) na energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 9 milhões):
Refere-se aos custos de aquisição de energia para atender o mercado da Companhia. O aumento é derivado de uma maior quantidade de energia vendida e transportada.
- Aumento de 48,7% (-R\$ 22 milhões versus -R\$ 15 milhões) nos encargos do uso de energia elétrica (-R\$ 7 milhões):
Refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica. O aumento deve-se a dois fatores, a saber: ajuste realizado em abril de 2008, de aproximadamente R\$ 7 milhões, para compensar despesas pagas a maior às transmissoras em períodos anteriores, e o reajuste das tarifas dos agentes de transmissão, ocorrido em julho de 2008.

Aumento de 8,6% (-R\$ 124 milhões versus -R\$ 114 milhões) nos custos e despesas gerenciáveis (-R\$ 10 milhões), por:

- Aumento de 9,4% (-R\$ 55 milhões versus -R\$ 50 milhões) em material e serviços de terceiros (-R\$ 5 milhões):
Os reajustes contratuais dos fornecedores em 2008 e um maior volume de serviços prestados através do segmento de novos negócios da Coelce foram os responsáveis pelo aumento de 9,4% nos custos de material e serviços de terceiros em 2008.
- Aumento de 6,4% (-R\$ 38 milhões versus -R\$ 36 milhões) em depreciação e amortização (-R\$ 2 milhões):
Aumento do valor da depreciação e da amortização tendo em vista crescimento dos ativos da companhia.

IV. EBITDA

Com base nas variações acima expostas, no 1T09, o EBITDA da Coelce atingiu o montante de R\$ 135 milhões, o que representa um incremento de 25,0% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 108 milhões (+R\$ 27 milhões). A margem EBITDA da Companhia encerrou o 1T09 em 28,3%, o que representa uma evolução de 2,78 p.p. em relação ao 1T08, que fechou em 25,5%.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

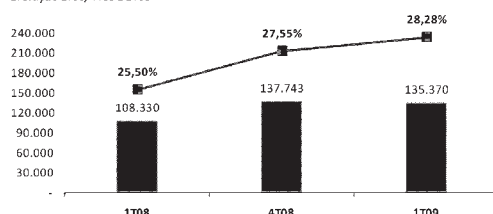
01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

EBITDA (R\$ MIL) E MARGEM EBITDA (%)
Evolução 1T08, 4T08 E 1T09



V. RESULTADO FINANCEIRO

| Receitas e Despesas Financeiras (R\$ mil) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|--|-----------------|-----------------|--------------|-----------------|---------------|
| Receitas Financeiras | | | | | |
| Renda de Aplicações Financeiras | 1.248 | 982 | 27,0% | 4.981 | 75,0% |
| Variações Monetárias | 43 | 167 | 74,0% | 559 | 92,2% |
| Acréscimo Moratório sobre Conta de Energia | 7.488 | 7.972 | 6,1% | 7.834 | 4,1% |
| Atualização Ativo Regulatório | - | 3.547 | 100,0% | - | - |
| Atualização de CVA de Compra de Energia | 339 | 80 | - | 357 | 5,1% |
| Correção CVA's | 1.458 | 294 | - | 1.271 | 14,7% |
| Correção Parcela A | - | 1.121 | 100,0% | (544) | 100,0% |
| Outras | 5.092 | (1.572) | - | (14.009) | -136,3% |
| Total - Receitas Financeiras | 15.667 | 12.590 | 24,4% | 449 | - |
| Despesas financeiras | | | | | |
| Encargo de Dívidas | (20.539) | (10.616) | 93,5% | (20.897) | -1,7% |
| Variações Monetárias | (111) | (7.789) | 98,6% | (5.964) | 98,1% |
| CPMF | - | (582) | 100,0% | - | - |
| Parcelamento de Tributos | (503) | (1.293) | 61,1% | (724) | 30,5% |
| Correção Programa de Efic. Energética e P&D | (1.146) | (440) | 160,2% | (718) | 59,6% |
| Correção CVA's | (320) | (352) | -9,0% | (184) | 73,9% |
| Outras | (3.634) | (28) | - | 15.089 | 124,1% |
| Total - Despesas Financeiras | (26.253) | (21.100) | 24,4% | (13.397) | 95,0% |
| Total - Receitas e Despesas Financeiras | (10.585) | (8.510) | 24,4% | (12.948) | -18,2% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

O resultado financeiro da Coelce, no 1T09, ficou em -R\$ 11 milhões, uma redução de 24,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (-R\$ 9 milhões). Essa variação (-R\$ 2 milhões) foi devida aos seguintes fatores:

Aumento de 24,4% (R\$ 16 milhões versus R\$ 13 milhões) nas receitas financeiras (+R\$ 3 milhões), por:

- Finalização da recuperação do ativo regulatório e de sua atualização (-R\$ 4 milhões);
- Aumento (+R\$ 5 milhões versus -R\$ 2 milhões) em outras receitas financeiras (+R\$ 7 milhões):
Ajuste de correções cambiais de dívida com fornecedor de energia indexada a três indicadores (petróleo, inflação e dólar, sendo este último, o mais relevante), além da CVA inerente a estes ajustes.

Redução de 24,4% (-R\$ 26 milhões versus -R\$ 21 milhões) nas despesas financeiras (-R\$ 5 milhões), por:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- Aumento de 93,5% (-R\$ 20 milhões versus -R\$ 10 milhões) nos encargos de dívidas (-R\$ 10 milhões):

Tendo em vista o aumento da dívida financeira bruta da Companhia (+R\$ 2 milhões), com a emissão de R\$ 245 milhões em notas promissórias (*commercial papers*) em julho em 2008.

- Outras despesas financeiras (-R\$ 4 milhões):

Ajuste de correções cambiais de dívida com fornecedor de energia indexada a três indicadores (petróleo, inflação e dólar, sendo este último, o mais relevante), além da CVA inerentes a estes ajustes.

Efeitos compensados parcialmente por:

- Redução de 98,9% (-R\$ 0,1 milhões versus -R\$ 8 milhões) nas variações monetárias (+R\$ 8 milhões):

Variação Monetária: +R\$ 2 milhões

Variação Cambial: +R\$ 1 milhão

Efeitos SWAP: +R\$ 4 milhões

VI. IR/CSLL

| IR/CSLL (R\$ mil) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|---------------------------|-----------------|-----------------|---------------|---------------|----------------|
| IR / CSLL | (29.186) | (21.455) | 36,0% | (29.737) | 1,0% |
| Incentivo Fiscal - SUDENE | 16.849 | - | - | 66.633 | 74,7% |
| Total - IR/CSLL | (12.337) | (21.455) | -42,5% | 36.896 | -133,4% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 1T09 registraram -R\$ 12 milhões, uma redução de 42,5% em relação ao ano anterior, de -R\$ 22 milhões (+R\$ 9 milhões). Essa variação foi gerada pela aplicação da Instrução CVM 555/08, segundo a qual os incentivos fiscais passam a ser reconhecidos no Resultado do Exercício. Dessa forma o registro do incentivo fiscal - SUDENE foi contabilizado no exercício como redutor da despesa do imposto de renda (+ R\$ 17 milhões), efeito compensado em parte pelo aumento do pagamento do imposto devido pelo maior LAIR.

VII. LUCRO LÍQUIDO

Com base nos efeitos expostos anteriormente, no 1T09, a Coelce registrou um lucro líquido de R\$ 81 milhões, valor 66,2% superior ao registrado no mesmo período do ano de 2008, que foi de R\$ 49 milhões (+R\$ 32 milhões). Desta forma, a Margem Líquida no 1T09 alcançou 16,8%, valor superior 5,42 p.p. à margem registrada no 1T08, de 11,41%

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

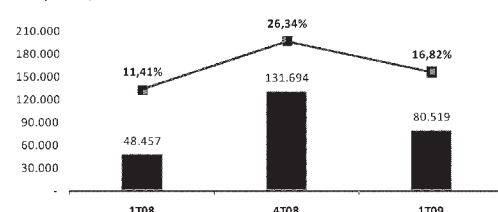
01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

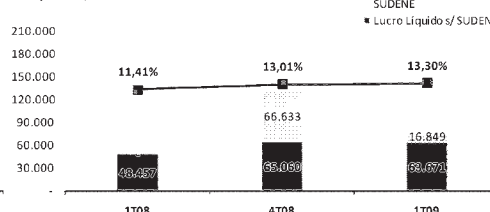
07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

LUCRO LÍQUIDO (R\$ MIL) E MARGEM LÍQUIDA (%)
Evolução 1T08, 4T08 E 1T09



LUCRO LÍQUIDO (R\$ MIL) E MARGEM LÍQUIDA (%)
Evolução 1T08, 4T08 E 1T09



3.2. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

- Revisão Tarifária: em 25/03/09, a Aneel homologou o resultado definitivo do 2º ciclo de revisão tarifária da Coelce, referente ao ano de 2007. O percentual definitivo foi fixado em - 8,89%, e o componente Xe do Fator X em 0,00%.
- Reajuste Tarifário: no dia 08/04/09, a Aneel homologou o resultado oficial do reajuste tarifário da Coelce, referente ao ano de 2009. O percentual total do reajuste foi de 13,93%, sendo 9,88% referentes ao IRT (reajuste econômico) e 4,05% referentes aos componentes financeiros.

3.3. ENDIVIDAMENTO (DÍVIDA FINANCEIRA SEM CUSTOS DE TRANSAÇÃO)

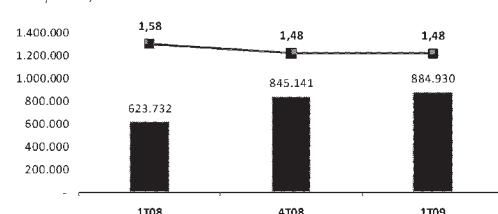
I. INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

| Indicadores de endividamento | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|--|---------|---------|--------|---------|---------|
| Dívida bruta (R\$ mil) | 884.930 | 623.732 | 41,9% | 845.141 | 4,7% |
| Disponibilidades - Caixa e Equivalentes de Caixa (R\$ mil) | 25.242 | 29.801 | 15,3% | 15.838 | 59,4% |
| Dívida líquida (R\$ mil) | 859.688 | 593.931 | 44,7% | 829.303 | 3,7% |
| Dívida bruta / EBITDA** | 1,48 | 1,58 | -6,4% | 1,48 | 0,0% |
| EBITDA** / Encargos de Dívida** | 60,13 | 9,06 | | 9,65 | |
| Dívida bruta / (Dívida bruta + PL) | 0,47 | 0,41 | 14,8% | 0,42 | 12,7% |
| Dívida líquida / (Dívida líquida + PL) | 0,46 | 0,40 | 15,3% | 0,41 | 12,2% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

** EBITDA e Encargo de Dívida acumulados nos últimos 4 trimestres

DÍVIDA BRUTA (R\$ MIL) E DÍVIDA BRUTA / EBITDA
Evolução 1T08, 4T08 E 1T09



A dívida financeira bruta da Coelce encerrou o 1T09 em R\$ 885 milhões, um aumento de 41,9% em relação ao 1T08, que foi de R\$ 624 milhões (+R\$ 261 milhões). O aumento da dívida deve-se, principalmente, à emissão de notas promissórias (*commercial papers*), no

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

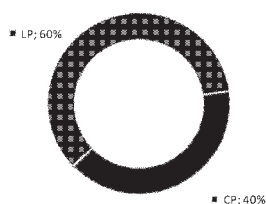
07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

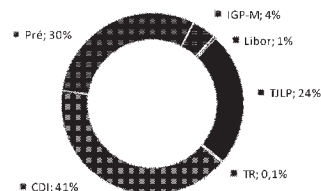
valor de R\$ 245 milhões, com remuneração de CDI+0,95% a.a, pelo prazo de 360 dias, realizada em julho de 2008. Essa emissão teve o duplo objetivo de cobrir os atrasos no recebimento dos valores das subvenções dos programas Baixa Renda e Luz para Todos, e refinanciar dívidas vincendas de custo mais elevado do que o custo das notas promissórias.

II. ABERTURA DA DÍVIDA BRUTA

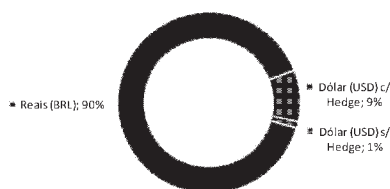
ABERTURA DA DÍVIDA BRUTA - CP E LP
Posição Final do 1T09



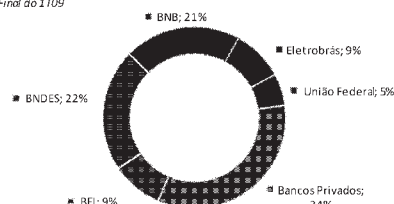
ABERTURA DA DÍVIDA BRUTA - INDEXADORES
Posição Final do 1T09



ABERTURA DA DÍVIDA BRUTA - MOEDAS
Posição Final do 1T09

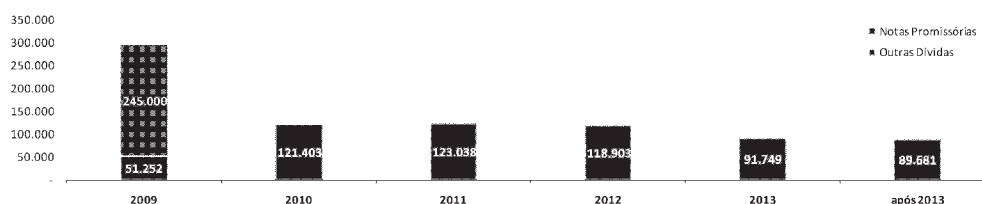


ABERTURA DA DÍVIDA BRUTA - CREDOR
Posição Final do 1T09



III. CURVA DE AMORTIZAÇÃO

CURVA DE AMORTIZAÇÃO (R\$ MIL)
Posição Final do 1T09



3.4. INVESTIMENTOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

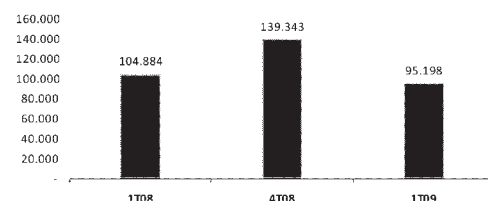
07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

| Investimentos - R\$ mil | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. % |
|---|---------------|----------------|--------------|----------------|---------------|
| Investimentos por Demanda | 48.599 | 43.033 | 12,9% | 39.005 | 24,6% |
| Novas Conexões | 43.470 | 39.264 | 10,7% | 23.108 | 88,1% |
| Atendimento à Demanda | 5.129 | 3.768 | 36,1% | 15.897 | 67,7% |
| Qualidade do Sistema Elétrico | 11.992 | 9.308 | 28,8% | 18.120 | -33,8% |
| Programa Luz para Todos (PLPT) | 21.819 | 40.508 | 46,1% | 71.101 | -69,3% |
| Combate às Perdas | 8.249 | 10.002 | 17,5% | (1.273) | |
| Outros | 4.538 | 2.033 | 123,2% | 12.390 | -63,4% |
| Total Investido | 95.198 | 104.884 | -9,2% | 139.343 | -31,7% |
| Aportes / Subsídios (recebidos/a receber) | 16.104 | 34.728 | 53,6% | 45.304 | -61,5% |
| Investimento Líquido | 79.094 | 70.155 | 12,7% | 94.039 | -15,9% |

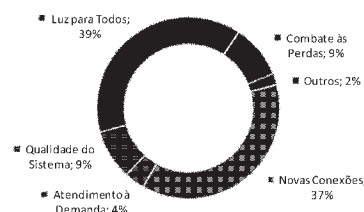
* Variação entre 1T09 e 4T08

Os investimentos realizados pela Coelce no 1T09 alcançaram R\$ 95 milhões, -9,2% (-R\$ 10 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 105 milhões. O volume mais expressivo no portfólio de investimentos da Companhia no trimestre foi direcionado às Novas Conexões, que representa 45,7% (R\$ 44 milhões) de todo o valor investido no 1T09.

INVESTIMENTOS TOTAIS (R\$ MIL)
Evolução 1T08, 4T08 E 1T09



PORTFÓLIO DE INVESTIMENTOS (R\$ MIL)
Posição Final do 1T09



Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Coelce atingiram R\$ 79 milhões, 12,7% superior ao realizado no 1T08 (R\$ 70 milhões).

3.5. MERCADO DE CAPITAIS

1. OVERVIEW

41,1% do Capital Social da Coelce estão em livre negociação na BM&FBovespa, e representam o *Free Float*, enquanto os demais 58,9% estão nas mãos do grupo controlador.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

| Indicadores de Mercado | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|--|-------|-------|--------|-------|---------|
| Informações sobre Ação Preferencial A (COCE5) | | | | | |
| Cotação (R\$/ação) | 22,80 | 24,20 | 5,8% | 22,48 | 1,4% |
| Média Diária de Negócios | 50 | 40 | 25,1% | 58 | 14,0% |
| Média Diária de Volume Financeiro (R\$ mil) | 913 | 662 | 37,9% | 880 | 3,7% |
| Valor de Mercado (R\$ milhões) | 1.686 | 1.875 | -10,1% | 1.574 | 7,2% |
| Enterprise Value (EV**) (R\$ milhões) | 2.546 | 2.469 | 3,1% | 2.403 | 6,0% |
| EV/EBITDA*** | 4,27 | 6,27 | 32,0% | 4,22 | 1,1% |
| Preço da Ação PNA / Lucro por Ação*** (P/L) | 4,79 | 10,20 | -53,0% | 5,17 | -7,4% |
| Dividend Yield da Ação PNA**** | 13,8% | 15,0% | 8,3% | 14,0% | 1,4% |
| Valor de Mercado/Patrimônio Líquido | 1,69 | 2,09 | 19,0% | 1,33 | 25,8% |

* Variação entre 1T09 e 4T08

*** EV = Valor de mercado + Dívida líquida

**** EBITDA e Lucro por Ação dos quatro últimos trimestres

***** Proventos por Ação pagos nos últimos 4 trimestres / Preço da Ação no final do período

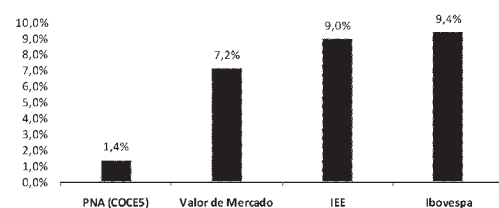
A Coelce possui, atualmente, 3 papéis negociados na BM&FBovespa, sendo que o de maior liquidez é a ação preferencial A (COCE5), com uma média de 50 negócios diários, no 1T09. Os demais papéis, por possuírem baixa liquidez, estão expostos a negociações que fogem à percepção média do mercado sobre a Companhia, o que pode ocasionar movimentos erráticos no preço do ativo.

| Cotação de Fechamento (R\$/ação) | 1T09 | 1T08 | Var. % | 4T08 | Var. %* |
|----------------------------------|-------|-------|--------|-------|---------|
| Ordinárias - ON (COCE3) | 21,01 | 24,00 | -12,5% | 18,90 | 11,2% |
| Preferenciais A - PNA (COCE5) | 22,80 | 24,20 | -5,8% | 22,48 | 1,4% |
| Preferenciais B - PNB (COCE6) | 21,01 | 24,60 | -14,6% | 19,70 | 6,0% |

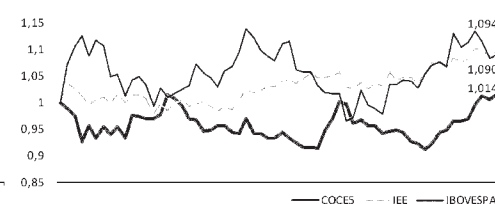
* Variação entre 1T09 e 4T08

Devido aos efeitos da crise financeira internacional sobre o mercado de capitais brasileiro, e a conseqüente aversão dos investidores aos ativos de liquidez reduzida, a ação preferencial classe A (COCE5) apresentou valorização de 1,4% no 1T09, percentual inferior à valorização do Ibovespa de 9,0% e do IEE – Índice de Energia Elétrica de 9,4%.

INDICADORES DE MERCADO - VARIAÇÃO (%)
Dados do 1T09



EVOLUÇÃO DIÁRIA COCES, IEE E IBOVESPA - BASE 1
Dados do 1T09



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE

07.047.251/0001-70

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética do Ceará – COELCE

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE**, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469/08.
4. Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4. (b), em 31 de março de 2009, a Companhia mantém transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE pendentes de liquidação e de revisão por parte da CCEE. Com relação às transações pendentes de liquidação, a Sociedade possui registrado como contas a receber o montante de R\$ 12.917.000 em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, sob efeito de liminares judiciais para suspensão dos pagamentos. Esses montantes podem estar sujeitos a alterações, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretações das regras do mercado em vigor. Adicionalmente, outros agentes do mercado não honraram seus pagamentos com a COELCE, com efeito de liminares judiciais para suspensão da liquidação financeira desses valores nas datas estabelecidas pela CCEE, resultando em um montante vencido de R\$ 2.372.000, em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem nenhuma provisão para perdas em relação a essas contas a receber em atraso.
5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial somente foram contabilizados pela Companhia durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01486-9 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE 07.047.251/0001-70

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008. A demonstração do resultado, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentada em conjunto com as informações do trimestre corrente, não foi ajustada para fins de comparação, conforme facultado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2009.

6. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008, apresentado para fins comparativos, foi por nós auditado, e nosso parecer, datado de 06 de março de 2009, foi emitido com um parágrafo de ênfase relativo ao assunto descrito no parágrafo 4, acima. A demonstração do resultado para o trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentada para fins comparativos, foi por nós revisada, e nosso relatório sobre revisão especial, datado de 30 de abril de 2007, foi emitido com um parágrafo de ênfase relativo ao assunto descrito no parágrafo 4, acima.

Fortaleza, 08 de maio de 2009

CANARIM
Auditores Associados
CRC-RJ-003.003/O-5“S”CE

Érico L. Canarim
Sócio Responsável
Contador-CRC-RJ-037.512/O-3“S”CE

(Firma membro da AGN International Ltd.)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/03/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 01486-9 | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE | 07.047.251/0001-70 |

ÍNDICE

| GRUPO | QUADRO | DESCRIÇÃO | PÁGINA |
|-------|--------|--|--------|
| 01 | 01 | IDENTIFICAÇÃO | 1 |
| 01 | 02 | SEDE | 1 |
| 01 | 03 | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia) | 1 |
| 01 | 04 | REFERÊNCIA DO ITR | 1 |
| 01 | 05 | COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL | 2 |
| 01 | 06 | CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA | 2 |
| 01 | 07 | SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 2 |
| 01 | 08 | PROVENTOS EM DINHEIRO | 2 |
| 01 | 09 | CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO | 3 |
| 01 | 10 | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES | 3 |
| 02 | 01 | BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO | 4 |
| 02 | 02 | BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO | 6 |
| 03 | 01 | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | 8 |
| 04 | 01 | 04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA | 11 |
| 05 | 01 | 05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 | 12 |
| 05 | 02 | 05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 | 13 |
| 06 | 01 | NOTAS EXPLICATIVAS | 14 |
| 07 | 01 | COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE | 61 |
| 21 | 01 | RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL | 77/78 |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo G

Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



CNPJ n.º 07.047.251/0001-70

NIRE n.º 23300007891

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2008

(lavrada sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida
no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei n.º 6.404/76)

DATA, HORA E LOCAL: 07 de julho de 2008, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Barão de Studart, n.º 2917/83, Dionísio Torres, Cep: 60.120-900.

PRESENÇA: Acionistas representando mais de 2/3 do capital social com direito de voto, conforme se verificou das assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Mario Fernando de Melo Santos – Presidente
Maria Eduarda Fischer Alcure – Secretária

PUBLICAÇÕES:

Edital de Convocação aos Acionistas nos termos do art. 124, § 1º, da Lei nº 6.404/76, cuja circulação ocorreu nos seguintes jornais: Diário do Nordeste, dias 18/06/08, 19/06/08 e 20/06/08, às fls. 6, 7 e 7, respectivamente; Valor Econômico, dias 18/06/08, 19/06/08 e 20/06/08, às fls. D9, B6 e B6, respectivamente; Diário Oficial do Estado, dias 19/06/08, 20/06/08 e 23/06/08, às fls. 89, 76 e 73, respectivamente.

ORDEM DO DIA:

1. **Eleição de membros titular e suplente do Conselho de Administração na forma do Art.141, § 4º, inciso II ou § 5º, da Lei nº 6.404/76, em substituição ao eleito na mesma forma na Assembléia Geral Extraordinária de 31/07/07;**



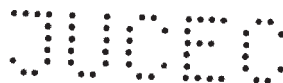
2. Eleição de membro titular do Conselho de Administração, em substituição ao Conselheiro Luiz Gastão Bittencourt;
3. Alteração do caput do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão de pedidos de conversão de ações preferenciais classe “B” para classe “A”, nos termos do § 2º do mesmo Art. 5º;
4. Alteração do Artigo 13º do Estatuto Social da Companhia;
5. Assuntos Gerais que não dependam de deliberação assemblear.

DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão dos temas constantes da ordem do dia e respectivos documentos colocados à disposição dos acionistas, foi deliberado e aprovado o seguinte:

1. Na forma do inciso II, § 4º do Art. 141 da Lei 6.404/76, foi eleito como membro titular do Conselho de Administração, em votação em separado pela maioria dos titulares de ações preferenciais presentes, o Sr. **Roberto de Pádua Macieira**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 42.374 - SSP / MA, inscrito no CPF/MF sob nº 003.091.683-68, residente e domiciliado na Rua Tiracambú, 21, Bairro do Calhau, São Luís, Maranhão Cep: 65071-650, em substituição ao Sr. **Aguinaldo Nogueira Lima**, brasileiro, casado, jornalista, portador da carteira de identidade nº M-1180700, inscrito no CPF sob o nº 295.694.356-15, residente e domiciliado na na cidade de Brasília/DF, no SHIN QI 02 conjunto 07, Lago Norte, Cep: 71.687-100, eleito na mesma forma, através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31/07/07, tendo sido ratificada a eleição de seu respectivo suplente, a Sra. **Vladia Viana Regis**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 91121 OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº 023.384.987-47, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro/RJ na Praia do Flamengo, nº 66, 14º andar, Cep: 22.210-030, os quais terão mandato coincidentes com os demais Conselheiros, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a findar em 31/12/2009.

2. Em razão da renúncia do membro titular do Conselho de Administração o Sr. **Luiz Gastão Bittencourt da Silva** brasileiro, divorciado, empresário, portador do RG nº 98002321689, inscrito no CPF/MF sob o nº 671.636.967-87, residente e domiciliado nesta capital na Rua Alberto Junior, nº 100, casa 33 – Edson Queiroz, Cep: 60.811-655, foi ratificado que o seu respectivo suplente, o Sr. **José Nunes de Almeida Neto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 611854-SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 116258723-72, residente e domiciliado nesta capital, na Rua Alberto Leal, nº 75 – Cidade dos Funcionários, Cep: 60.822-700 assumirá as funções até que, oportunamente, o acionista controlador venha a eleger o respectivo substituto.

Em consequência das deliberações 1 e 2 acima, os acionistas aprovaram a composição completa do Conselho de Administração conforme quadro a seguir, de membros titulares e seus respectivos suplentes:



| Membros Titulares | Respectivos Membros Suplentes |
|---|--|
| Mário Fernando de Melo Santos (Presidente) | Antonio Basilio Pires e Albuquerque |
| Marcelo Andrés Llénenes Rebolledo (Vice-Presidente) | Luciano Alberto Galasso Samaria |
| Cristobal Sánchez Romero | Nelson Ribas Visconti |
| Gonzalo Manuel Vial Vial | Teobaldo José Cavalcante Leal |
| José Alves de Mello Franco | José Caminha Alencar Araripe Júnior |
| Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira | Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt |
| Jorge Parente Frota Júnior | José Renato Ferreira Barreto |
| Vago | José Nunes de Almeida Neto |
| Cristián Eduardo Fierro Montes | José Távora Batista |
| Fernando Antônio de Moura Avelino | Juarez Ferreira de Paula |
| Roberto de Pádua Macieira | Vladia Viana Regis |

O acionista que submeteu à Assembléia Geral a indicação do membro do Conselho de Administração eleito declarou que obteve do mesmo a informação de que está em condições de firmar declaração de desimpedimento nos termos da regulamentação em vigor.

3. Foi aprovada, pela unanimidade de votos dos acionistas presentes, a alteração do Caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão da conversão de 8.000 ações preferenciais Classe B em ações preferenciais Classe A, nos termos do § 2º do mesmo artigo 5º do Estatuto Social, passando as 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e nove) ações nominativas escriturais, representativas do Capital Social, sem valor nominal, a serem divididas em 48.067.937 (quarenta e oito milhões, sessenta e sete mil, novecentos e trinta e sete) ordinárias, 28.131.352 (vinte e oito milhões, cento e trinta e um mil, trezentos e cinquenta e duas) preferenciais classe A e 1.656.010 (um milhão, seiscentos e cinquenta e seis mil e dez) preferenciais classe B. O artigo 5º passará a vigorar com a redação constante do Estatuto Consolidado da Companhia que constitui o Anexo I à presente ata.

4. Foi aprovada, pela unanimidade de votos dos acionistas presente, a alteração do artigo 13 do Estatuto Social para suprimir as restrições extraordinárias previstas para o exercício do cargo de membro do Conselho Administração da Companhia, de forma que as restrições e impedimentos fiquem limitadas àquelas previstas na legislação vigente. O artigo 13 passará a vigorar com a redação constante do Estatuto Consolidado da Companhia que constitui o Anexo I à presente ata.

5. Não houve registro de assuntos gerais, que não dependam de deliberação assemblear.

70050

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, depois de lida, foi unanimemente aprovada e assinada pelos presentes, autorizada a sua publicação com omissão das assinaturas, na forma da lei.

ASSINATURAS: Investluz S.A. - p.p. Abel Alves Rochinha; Endesa Brasil S.A. - p.p. Maria Eduarda Fischer Alcure; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS - p.p. Cláudia Leite Teixeira Casiuch; Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS - p.p. Priscila Cíntia Malveira Maia e Silva; Fundação Coelce de Seguridade Social – FAELCE - p.p. José Tarcísio Ferreira Bezerra; The DFA Inv T Co on Beh its s the SII Caps – p.p. Cíntia Silva Carneiro; State Street Emerging Markets p.p. Cíntia Silva Carneiro; State of California Public Employees Ret. Sys. p.p. Cíntia Silva Carneiro; Norges Bank p.p. Cíntia Silva Carneiro.

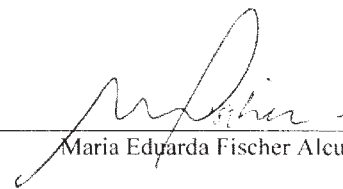
A presente ata confere com a original encadernada em livro próprio.

Fortaleza, 07 de julho de 2008.



Mario Fernando de Melo Santos

Presidente



Maria Eduarda Fischer Alcure
Secretária *ad hoc*

ANEXO I



ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO

ARTIGO 1º - A Companhia Energética do Ceará - COELCE, que usará a abreviatura COELCE, é uma sociedade anônima, aberta, de capital autorizado, e terá suas atividades regidas por este Estatuto e pela Legislação em vigor, estando autorizada a funcionar como empresa elétrica pelo decreto federal 69.469, publicado no D.O.U edição do dia 05 de novembro de 1971.

ARTIGO 2º - Constitui objeto da COELCE:

(a) a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, execução de serviços correlatos que lhes venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e o desenvolvimento de atividades associadas aos serviços, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades;

(b) a realização de estudos, planejamentos, projetos, construção e operação de sistemas de produção, transformação, transporte e armazenamento, distribuição e comércio de energia de qualquer origem ou natureza, na forma de concessão, autorização e permissão que lhes forem outorgados, com jurisdição na área territorial do Estado do Ceará, e outras áreas definidas pelo Poder Concedente;

(c) o estudo, projeto e execução de planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia, em especial as renováveis, ações que desenvolverá diretamente ou em cooperação com outras instituições;

(d) o estudo, a elaboração e execução, no setor de energia, de planos e programas de desenvolvimento econômico e social em regiões de interesse da comunidade e da companhia, diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou privados, podendo, também, fornecer dados, informações e assistência técnica à iniciativa pública ou privada que revele empenho em implantar atividades econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento;

(e) a prática de demais atos que se fizerem necessários ao objeto social, bem como a participação no capital social de outras companhias no Brasil ou no exterior, cujas finalidades sejam a exploração de serviços públicos de energia elétrica, incluindo os ligados à produção, geração, transmissão e distribuição.

ARTIGO 3º - A COELCE tem sede e foro na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, podendo instalar em qualquer parte do Território Nacional ou no exterior sucursais, filiais, agências, postos de serviço, depósito e escritórios que se fizerem necessários, mediante deliberação da Diretoria, e no caso de instalação de subsidiárias mediante aprovação do Conselho de Administração.

ARTIGO 4º - A COELCE tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES



ARTIGO 5º - O Capital Social é de R\$ 442.946.885,77 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), constituído por 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentos e cinqüenta e cinco mil, duzentos e noventa e nove) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 (quarenta e oito milhões, sessenta e sete mil, novecentos e trinta e sete) ações ordinárias e 29.787.362 (vinte e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e duas) ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.131.352 (vinte e oito milhões, cento e trinta e um mil, trezentos e cinqüenta e duas) ações preferenciais "Classe A" e 1.656.010 (um milhão seiscentos e cinqüenta e seis mil e dez) ações preferenciais "Classe B".

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A COELCE está autorizada a aumentar seu capital até o limite de 300.000.000.000 (trezentos bilhões) de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 (cem bilhões) ações ordinárias, 193.352.996.180 (cento e noventa e três bilhões, trezentos e cinqüenta e dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta) ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 (seis bilhões, seiscentos e quarenta e sete milhões, três mil, oitocentas e vinte) ações preferenciais Classe B.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As ações preferenciais Classe B poderão ser convertidas em ações preferenciais Classe A, a requerimento do interessado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei n.º 6.404/76.

PARÁGRAFO QUARTO - As ações da COELCE serão escriturais, permanecendo em contas de depósito em instituição autorizada, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei n.º 6.404, de 15.12.76

ARTIGO 6º - A integralização das ações obedecerá às normas e condições estabelecidas pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração, na hipótese do Parágrafo Primeiro do Art. 5º acima.

ARTIGO 7º - A instituição depositária poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais.

ARTIGO 8º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral, bem como o direito ao recebimento de dividendos na forma dos artigos 29, 30 e 31 deste Estatuto.

ARTIGO 9º - As ações preferenciais não terão direito de voto, mas às mesmas são asseguradas as seguintes vantagens:

(a) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) para as da Classe A e 10% (dez por cento) para as da Classe B, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social;

(b) prioridade no reembolso de capital pelo valor do patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia.

ARTIGO 10 - À COELCE, por deliberação do Conselho de Administração, é facultado emitir ações, sem guardar a proporção das espécies e/ou classes das ações já existentes, desde que o número de ações preferenciais não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.

PARÁGRAFO ÚNICO - A COELCE poderá adquirir suas próprias ações, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação mediante autorização do Conselho de Administração.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 11 - A COELCE será administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com as atribuições previstas na Lei, especialmente as do art. 142 da Lei 6.404/76, sem prejuízo daquelas estabelecidas neste Estatuto, e por uma Diretoria composta por 09 (nove) membros, sendo (I) o Diretor Presidente, (II) o Diretor Comercial, (III) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, (IV) o Diretor de Recursos Humanos, (V) o Diretor de Planejamento e Controle, (VI) o Diretor Técnico, (VII) o Diretor de Relações Institucionais e Comunicação, (VIII) o Diretor de Regulação e (IX) o Diretor Jurídico.

ARTIGO 12 - A investidura nos cargos de Conselheiro de Administração e de Diretor far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio.

PARÁGRAFO ÚNICO - Findo o mandato, os administradores permanecerão no exercício de seus cargos, até a investidura de seus sucessores.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 13 - O Conselho de Administração será constituído de 11 (onze) membros e até igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, os quais terão mandatos coincidentes de 03 (três) anos, permitida a reeleição, cabendo a um deles a Presidência do Conselho e a outro a Vice-Presidência, observando os critérios abaixo, cuja nomeação também será feita pela Assembléia Geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A posse do membro do Conselho de Administração, residente ou domiciliado no exterior, fica condicionada à constituição de procurador residente no País, com poderes para receber

citação em ações contra ele propostas, com base na legislação societária, nos termos do art. 146, § 2º da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregados acionistas da COELCE terão direito de eleger um membro do Conselho de Administração, mesmo no caso em que as ações que detenham não sejam suficientes para assegurar tal eleição, cujo mandato deverá coincidir com os mandatos dos demais Conselheiros. O Conselheiro representante dos empregados acionistas será por estes escolhido previamente, mediante eleição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de simples ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, o seu substituto será o Vice-Presidente do Conselho.


PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de eleição de qualquer membro do Conselho de Administração durante o curso do mandato dos demais conselheiros, seu mandato será reduzido de forma a coincidir com o término dos demais.

PARÁGRAFO QUINTO - O mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho será de 3 anos, devendo este prazo coincidir com o mandato da investidura dos demais membros do Conselho, permitida a reeleição, atendidas as condições dos incisos I a IV do caput e do Parágrafo Segundo deste artigo.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, com a presença da maioria de seus membros efetivos ou suplentes, trimestralmente, ou quando necessário, sempre que convocado por seu Presidente ou pelo Vice-Presidente, ou ainda por dois de seus membros, com a antecedência mínima de 02(dois) dias úteis, salvo se a reunião houver de se realizar em local diferente do que o da sede social, em cujo caso a convocação requererá uma antecedência mínima de 05(cinco) dias úteis, sendo certo que as convocações deverão conter as respectivas ordens do dia, acompanhadas dos documentos pertinentes. As deliberações, consignadas em ata no livro próprio, serão tomadas por maioria de votos. A convocação prévia será tida como dispensada se todos os membros do Conselho estiverem presentes à reunião. Os membros do Conselho poderão ser representados nas reuniões por outro Conselheiro que indicarem, por instrumento escrito.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da COELCE, através de diretrizes fundamentais de administração, bem como o controle superior da COELCE, pela fiscalização da observância das diretrizes por ele fixadas, o acompanhamento da execução dos programas aprovados e verificação dos resultados obtidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração deliberar sobre a contratação, pela Companhia, de empréstimos ou financiamentos em geral, no mercado financeiro internacional ou nacional, sob qualquer modalidade, e ainda sobre a emissão, nos mencionados mercados, de quaisquer títulos de crédito, para distribuição pública ou privada, inclusive Notas Promissórias Comerciais, cujos valores de



principal sejam superiores a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), estabelecendo, entre outras condições: (I) – o valor das contratações ou emissões e sua divisão em série, se for o caso; (II) – a quantidade e valor nominal dos títulos ou contratos, inclusive das Notas Promissórias; (III) – as garantias quando for o caso; (IV) – as condições de remuneração e de atualização monetária, se houver; (V) – o prazo de vencimento dos contratos ou dos títulos; (VI) – o demonstrativo para comprovação dos limites previstos na legislação aplicável; (VII) – o local de pagamento; (VIII) – a contratação de prestação de serviços, tais como intermediação, custódia, liquidação, emissão de certificados, agente pagador, conforme o caso; e (IX) – e todas as demais condições e características, sejam elas principais ou acessórias, das contratações ou emissões.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá a decisão da Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos, bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o Parecer do Conselho Fiscal e o Certificado dos Auditores Independentes.

ARTIGO 16 - No caso de vacância ou impedimento temporário do cargo de membros do Conselho o mesmo será substituído por seu suplente, que servirá até a primeira Assembleia Geral que eleger o seu substituto.

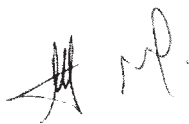
DIRETORIA

ARTIGO 17 - A Diretoria é o órgão executivo da Companhia e é composta de 09 (nove) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, observadas as disposições do Art. 11, sendo o prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição, a qual caberá à Administração da Sociedade, somente podendo agir e/ou praticar atos que estiverem dentro dos limites das atribuições e poderes previstos no Estatuto Social. Observadas as disposições deste Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá fixar as atribuições dos Diretores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A escolha da diretoria pelo Conselho de Administração dar-se-á por votação da maioria dos seus membros presentes na respectiva reunião.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de impedimento temporário ou vacância dos membros da Diretoria, as funções do diretor impedido ou vacante serão acumuladas interinamente pelo Diretor Presidente ou, por sua indicação, por um outro Diretor até o retorno do Diretor temporariamente impedido, enquanto ainda vigente seu mandato, ou até a eleição de seu substituto pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 18 – À Diretoria caberá, dentro da orientação, limites e os poderes fixados pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da COELCE.

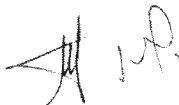


PARÁGRAFO ÚNICO - No exercício de suas atribuições, cabe também à Diretoria Executiva deliberar sobre a contratação, pela Companhia, de empréstimos ou financiamentos em geral, no mercado financeiro internacional ou nacional, sob qualquer modalidade, e ainda sobre a emissão, nos mencionados mercados, de quaisquer títulos de crédito, para distribuição pública ou privada, inclusive Notas Promissórias Comerciais, para valores, de principal, iguais ou inferiores a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), estabelecendo, entre outras condições: (I) - o valor das contratações ou emissões e sua divisão em série, se for o caso; (II) - a quantidade e valor nominal dos títulos ou contratos, inclusive das Notas Promissórias; (III) - as garantias quando for o caso; (IV) - as condições de remuneração e de atualização monetária, se houver; (V) - o prazo de vencimento dos contratos ou dos títulos; (VI) - o demonstrativo para comprovação dos limites previstos na legislação aplicável; (VII) - o local de pagamento; (VIII) - a contratação de prestação de serviços, tais como intermediação, custódia, liquidação, emissão de certificados, agente pagador, conforme o caso; e (IX) - e todas as demais condições e características, sejam elas principais ou acessórias, das contratações ou emissões.

ARTIGO 19 - Compete ao Diretor Presidente: (i) a representação da Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou perante terceiros e (ii) a representação da Companhia perante os órgãos e entidades da Administração Pública, direta ou indireta, federais, estaduais e municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO - As competências previstas no art. 19, itens (i) e (ii), poderão ser praticadas em conjunto por dois quaisquer diretores da Companhia, mediante delegação do Diretor Presidente.

ARTIGO 20 - Compete aos demais Diretores, individualmente: (i) ao Diretor Comercial, a representação e responsabilidade pela execução dos serviços pertinentes às áreas comercial e atendimento ao consumidor, inclusive compras de energia, controle do seguimento dos grandes consumidores, bem como a supervisão do controle de perdas de energia; (ii) ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a representação e a responsabilidade pela execução e supervisão dos serviços de movimentação financeira, a execução e organização dos serviços contábeis, elaboração das demonstrações financeiras, de relações com os investidores, bem como as contratações financiamentos, suprimentos, informática, contratações de serviços e aquisições de bens; (iii) ao Diretor de Recursos Humanos, a representação e a execução e o controle dos serviços pertinentes às áreas de organização, de recursos humanos e segurança do trabalho, compreendendo, inclusive, a seleção, treinamento e contratação de pessoal, a execução e controle dos serviços pertinentes aos setores patrimonial; (iv) ao Diretor de Planejamento e Controle, a representação e a responsabilidade pela elaboração do planejamento estratégico e execução e controle de gestão; (v) ao Diretor Técnico a representação e a responsabilidade pelos serviços de operação e de manutenção do sistema elétrico e de investimentos em Transmissão, Sub - Transmissão e Distribuição de energia, além da execução e supervisão dos serviços pertinentes às áreas de planejamento técnico e de engenharia; (vi) ao



Diretor de Relações Institucionais e Comunicação, a representação e a responsabilidade pela coordenação de projetos que envolvam Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais, bem como as ações relacionadas à comunicação geral e à imagem institucional da Companhia; (vii) ao Diretor de Regulação, a representação e a responsabilidade pela coordenação, execução e controle dos assuntos do setor elétrico que sejam do interesse da Companhia junto aos Agentes Reguladores, inclusive relativos a reajustes, revisões tarifárias e supervisão da regulação do mercado de energia elétrica e (viii) ao Diretor Jurídico, a representação e responsabilidade pela coordenação, execução e controle dos assuntos da área jurídica.

PARÁGRAFO ÚNICO – A assinatura de quaisquer atos e contratos pela Companhia será realizada por quaisquer dois Diretores.

ARTIGO 21 – Os instrumentos de mandato nomeando procuradores da Companhia deverão obedecer aos seguintes aspectos:

- a) terão prazo máximo de validade de 01 (um) ano e vedarão o substabelecimento sem reservas de iguais poderes, sob pena de nulidade;
- b) dependerão de assinatura qualquer Diretor, nos termos do Art. 20, Parágrafo Único;
- c) aqueles que contemplam a cláusula ad judicia serão outorgados por prazo indeterminado.

CAPÍTULO IV - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

ARTIGO 22 - A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, para tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; eleger, quando for o caso, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

ARTIGO 23 – Compete, privativamente, à Assembléia Geral de Acionistas deliberar sobre a emissão de debêntures, estabelecendo: I – o valor da emissão ou os critérios de determinação do seu limite, e sua divisão em séries, se for o caso; II – o número e o valor nominal das debêntures; III – as garantias reais ou a garantia flutuante, se houver; IV – as condições de correção monetária, se houver; V – a conversibilidade ou não em ações e as condições a serem observadas na conversão; VI – a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate; VII – a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; e VIII – o modo de subscrição e colocação e o tipo das debêntures.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, podendo a Assembléia Geral delegar ao conselho de administração a



deliberação sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59, da Lei nº 6.404/76, e, ainda, sobre a oportunidade da emissão.

Artigo 24 - A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo seu Vice-Presidente ou, ainda, pelo Diretor Presidente, sempre que o Conselho de Administração achar conveniente, ou nos termos da lei.

ARTIGO 25 - A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice Presidente do Conselho. Na ausência ou impedimento do Vice Presidente do Conselho de Administração, a Assembléia Geral deverá ser instalada e presidida por qualquer outro conselheiro ou diretor da Companhia que vier a ser indicado pela maioria dos votos de acionistas titulares de ações com direito de voto presentes ou representados por procuração na Assembléia Geral. O secretário da Assembléia Geral será escolhido pelo presidente da mesa dentre os presentes.

ARTIGO 26 - A transferência de ações poderá ser suspensa pelo prazo de até 15 (quinze) dias antes da realização da Assembléia Geral.

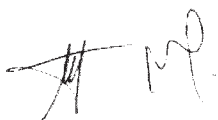
CAPITULO V - DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 27 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, podendo ser instalado nos exercícios sociais a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10 % (dez por cento) com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e mesmo número de suplentes, eleito pela Assembléia Geral, na forma da lei, tendo a competência que lhe é atribuída pelo artigo 163 da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Um dos membros efetivos e o respectivo suplente poderão ser eleito, em votação em separado, pelos titulares de ações preferenciais, presente à Assembléia Geral.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de comparecimento de acionistas minoritários que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto, e que exerçam o direito que lhes é conferido por lei, de também eleger um membro e respectivo suplente, a composição do Conselho Fiscal será alterada automaticamente, passando a ser de cinco membros efetivos e cinco suplentes, a fim de ficar assegurado aos demais acionistas com direito a voto a eleição de número de efetivos e suplentes definido no parágrafo 4º do art. 161 da Lei nº 6.404/76.



CAPITULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ARTIGO 28 - O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da legislação federal sobre energia elétrica, a legislação sobre as sociedades por ações e ao presente Estatuto.

ARTIGO 29 - Juntamente com o Relatório de Administração e respectivas Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração submeterá à Assembléia Geral Ordinária propostas da Diretoria sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos específicos da Lei nº 6.404/76, e as seguintes disposições:

(i) a COELCE poderá conceder aos empregados uma participação sobre os lucros líquidos e/ou resultados do exercício, nos termos da legislação em vigor;

(ii) do lucro do exercício serão feitas as seguintes deduções:

(a) 5% (cinco por cento) para constituição do "Fundo de Reserva Legal" até atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social corrigido anualmente;

(b) 25 % (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendo aos acionistas, respeitados os percentuais previstos neste Estatuto para as ações preferenciais;

(c) quando se justificar serão obrigatoriamente destacadas as parcelas do lucro líquido para a constituição de reservas para contingências e de lucros a realizar, nos termos dos artigos 195 e 197 da Lei nº 6.404/76;

(d) o lucro remanescente que não for destinado à formação de reservas, nem retido nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76 será distribuído como dividendo, conforme deliberar a Assembléia Geral por proposta do Conselho de Administração.

ARTIGO 30 - O dividendo obrigatório previsto na lei e neste Estatuto não será distribuído no exercício social em que os órgãos da administração da Companhia informarem à Assembléia Geral, com parecer favorável do Conselho Fiscal, não ser tal distribuição compatível com a situação financeira da Companhia.

PARÁGRAFO ÚNICO - O dividendo que deixar de ser distribuído nos termos deste artigo será registrado como reserva especial e, se não absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes será distribuído aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia.

ARTIGO 31 - Os órgãos da Administração da Companhia, ~~ad referendum~~ da Assembléia Geral, poderão declarar dividendos intermediários, sob quaisquer das modalidades facultadas pelo art. 204 da Lei nº 9.404/76, mediante levantamento de balanço intermediário. Os dividendos intermediários serão deduzidos do montante dos dividendos devidos ao encerramento de cada exercício social.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os órgãos da administração da Companhia poderão pagar ou creditar aos acionistas o valor dos juros sobre capital próprio, observados os termos e condições previstos no Art. 9º da Lei Nº 9.249/95, de 26/12/95, na Deliberação CVM Nº 207/96, e demais legislação e regulamentação pertinentes, o qual, nos termos do disposto no Parágrafo 7º, do Art. 9º, da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputados ao valor do dividendo obrigatório e do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

ARTIGO 32 - Os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados, salvo disposição em contrário da Assembléia Geral, mas sempre dentro do exercício social.

ARTIGO 33 - Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, contados nos termos do art. 287 da Lei das Sociedades por Ações, reverterão em benefício da Companhia.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 34 - Deverão ser observadas as seguintes regras:

(i) subordinam-se à prévia aprovação do Poder Concedente as alterações de cláusulas estatutárias que impliquem na transferência de ações ou mudança do controle acionário da COELCE;

(ii) deverão ser submetidas à prévia aprovação do Poder Concedente as transferências das ações com direito a voto que impliquem na mudança do controle acionário da COELCE;

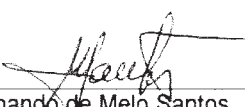
(iii) não poderão ser averbadas transferências de propriedade de ações com direito de voto, que impliquem em alienação do bloco de controle, sem que o novo titular firme, junto com o termo de transferência, declaração que se obriga a observar e a cumprir todas as cláusulas estabelecidas no CONTRATO DE CONCESSÃO. A declaração será emitida em duas vias, uma das quais para o arquivo na sede da COELCE e outra para encaminhamento ao Poder Concedente;


(iv) será averbado, à margem do registro de ações de titularidade dos acionistas controladores, o seguinte termo: "Estas ações não poderão ser oneradas, cedidas ou transferidas, a qualquer título, sem a prévia e expressa concordância do Poder Concedente."

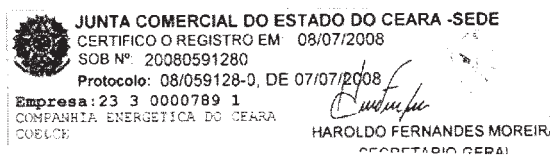


ARTIGO 35 - O Conselho de Administração, exercerá suas atribuições no sentido de zelar pela fiel observância das normas legais, regulamentares e disposições contratuais pertinentes à prestação dos serviços de energia elétrica, bem como para que a COELCE realize os investimentos necessários à manutenção e ao aperfeiçoamento destes serviços, visando ao atendimento adequado aos usuários e outros porventura previstos neste Estatuto.

ARTIGO 36 - Constará do Relatório da Administração capítulo destacado sobre as atividades e investimentos relacionados à prestação dos serviços de energia elétrica.


Mario Fernando de Melo Santos
Presidente da Mesa e do Conselho


Maria Eduarda Fischer Alcure
Secretária *ad hoc*



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo H

Manifestação da Aneel

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Ofício nº 44/2009-SFF/ANEEL

Brasília, 23 de junho de 2009

Ao Senhor
José Alves de Mello Franco
Diretor de Regulação
Companhia Energética do Ceará - COELCE
Fortaleza – CE

Assunto: Solicitação de anuência à Emissão Pública de Debêntures Simples da COELCE.

Prezado Senhor,

Recepcionou-se nesta Agência a Carta nº 009/Diretoria de Regulação/2009, datada de 23/06/2009, submetendo à anuência da ANEEL, a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica COELCE.

2. Em relação ao tema em tela, o **Despacho ANEEL nº 1.618, de 23/04/2008**, aprovou alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444/2001, a saber:

4) Alterar o subitem 1 do item 6.3.17 - Debêntures, da Instrução Contabil, conforme abaixo:

Onde se lê:

Com a prévia anuência do Órgão Regulador, e atendidos todos os requisitos normativos e legais exigidos para efetuar operações dessa natureza, as concessionárias e permissionárias poderão emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e do certificado.

(...)

No caso de emissão de debêntures com prêmio, o valor deve ser registrado na conta 242.31 - Prêmio na Emissão de Debêntures.

No caso de emissão de debêntures conversíveis em ações, a escritura de emissão especificará as bases de conversão e o prazo ou época para exercer esse direito.

Leia-se:

Atendidos todos os requisitos normativos e legais exigidos para efetuar operações dessa natureza, as concessionárias e permissionárias de serviço público de geração, transmissão e de distribuição poderão emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e do certificado.

(...)

No caso de emissão de debêntures com garantias decorrentes dos direitos emergentes da concessão, sua emissão estará sujeita ao cumprimento das disposições específicas sobre oferecimento de garantias



Agência Nacional de Energia Elétrica

(Fl. 2 do Ofício nº 1143 /2009–SFF/ANEEL, de 30/10/2009)

No caso de emissão de debêntures conversíveis em ações, a escritura de emissão especificará as bases de conversão e o prazo ou época para exercer esse direito. Se em função da conversão em ações ocorrer mudança do controle acionário, deverão ser observadas as disposições legais e regulatórias referentes ao assunto.

3. Tendo em vista que os recursos não comprometerão os direitos emergentes da COELCE não carecem da anuência prévia da Agência em face do parágrafo grifado acima.

4. Diante das considerações acima apresentadas e ressaltando o disposto no item VIII do art. 31 da Lei nº 8.987, de 13/02/1995, fica o pleito apresentado **dispensado de prévia anuência**, cabendo a Concessionária manter a disposição desta Agência a documentação comprobatória para futura fiscalização da ANEEL.

Atenciosamente,

ANTONIO GANIM

Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

Emissora

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, 60135-040, Fortaleza - CE

Coordenador Líder

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar, 04538-132, São Paulo - SP

Coordenador

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Rua Hungria, nº 1.400, 5º andar, 01455-000. São Paulo - SP

Consultores Legais

Consultores Legais da Emissora

PINHEIRO GUIMARÃES - ADVOGADOS

Avenida Rio Branco, nº 181, 27º andar, 20040-918, Rio de Janeiro - RJ

Consultores Legais dos Coordenadores

SOUZA, CESCION AVEDISSIAN, BARRIEU E FLESCHE - ADVOGADOS

Praia de Botafogo, nº 228, conj. 1101, 22250-040, Rio de Janeiro - RJ

Auditores Independentes

CANARIM AUDITORES ASSOCIADOS

Avenida Rio Branco, nº 122, 4º andar, 20040-001, Rio de Janeiro - RJ

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES

Avenida Tancredo Neves, nº 450, 29º andar, 41820-020, Salvador - BA

Este Prospecto está disponível no Website:
www.luzpublicidade.com.br

